



III CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

CRISE E REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS DA POLÍTICA

Universidade Federal Fluminense - Niterói, RJ - 10 a 14 de setembro de 2018
Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território

Caderno de Resumos do III CONGEO

ISBN 978-85-94029-25-6



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Apoio:



REBRAGEO

Caderno de Resumos do III CONGEO (Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território). REBRAGEO: Niterói, 2018

ISBN 978-85-94029-25-6

Coordenação Geral

Juliana Nunes Rodrigues (UFF-Niterói)
Lício Caetano do Rego Monteiro (UFF-Angra dos Reis)

Comissão Organizadora

Adilar Antonio Cigolini - Universidade Federal do Paraná
Adriana Dorfman - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Aldomar Ruckert - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Ana Brasil Machado - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Ana Giordani - Universidade Federal Fluminense (Niterói)
André Lima Alvarenga - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
André Reyes Novaes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
Augusto Cesar Pinheiro da Silva - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Daniel Sanfelici - Universidade Federal Fluminense (Niterói)
Dirceu Cadena de Melo Filho
Eduardo Karol - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo)
Glauro Bruce Rodrigues - Universidade Federal Fluminense (Campos dos Goytacazes)
Gutemberg de Vilhena Silva - Universidade Federal do Amapá
Ivaldo Lima - Universidade Federal Fluminense (Niterói)
José Renato Sant'anna Porto - Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis)
Letícia Parente Ribeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Luís Paulo Batista da Silva
Marcos Paulo Ferreira de Góis - Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis)
Michael Chetry - Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis)
Pablo Ibañez - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Seropédica)
Rafael Winter Ribeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rebeca Steiman - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rejane Rodrigues - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Valter do Carmo Cruz - Universidade Federal Fluminense (Niterói)

Comissão Científica

Alexandre Fucilli – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Alyne Maria S. Oliveira – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
André Luiz de Jesus Rodrigues - Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis)
André Martín – Universidade de São Paulo
André Santos da Rocha - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Seropédica)
Andrés del Río - Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis)
Antônio Ângelo da Fonseca - Universidade Federal da Bahia
Antônio Paulo Cargnin – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Camilo Pereira Carneiro Filho – Universidade Federal da Grande Dourados
Carlo Eugênio Nogueira - Universidade Federal do Espírito Santo
Carlos Walter Porto-Gonçalves – Universidade Federal Fluminense (Niterói)
Catherine Prost – Universidade Federal da Bahia
Catia Antonia da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo)
Claudete de Castro Silva Vitte - Universidade Estadual de Campinas
Claudio Antônio Gonçalves Egler – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Edgar Costa - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Edson Belo Clemente de Souza – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Eloi Martins Senhoras – Universidade Federal de Roraima
Fabiano Soares Magdaleno – Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/Rio).
Gláucio Marafon – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
Heleniza Campos - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Hervé Théry – Universidade de São Paulo e CNRS/França
Iná Elias de Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Ivani Ferreira de Faria – Universidade Federal do Amazonas
Jadson Rebelo Porto – Universidade Federal do Amapá
Janes Socorro da Luz – Universidade Estadual de Goiás
Jodival Maurício da Costa – Universidade Federal do Amapá
Juan Agulló – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Lia Osorio Machado – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Linovaldo Miranda Lemos – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (Campos dos Goytacazes)
Lisandra Pereira Lamoso – Universidade Federal da Grande Dourados
Marco Aurélio Machado de Oliveira - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Marcos Leandro Mondardo – Universidade Federal da Grande Dourados
Paulo Cesar da Costa Gomes – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pedro Costa Guedes Vianna – Universidade Federal da Paraíba
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos - Universidade de Brasília
Renato Emerson dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo)
Ricardo José Batista Nogueira – Universidade Federal do Amazonas
Rogério Haesbaert – Universidade Federal Fluminense.
Rosmari Cazarotto – Universidade do Vale do Taquari
Victor Stuart Gabriel de Pieri – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Teresópolis)
Wagner Costa Ribeiro – Universidade de São Paulo
Wanderley Messias da Costa – Universidade de São Paulo
Wendell Teles de Lima – Universidade Estadual do Amazonas (Tabatinga)

Comissão Científica Internacional

Adrian Flores - Universidad Anáhuac, México
Alejandro Benedetti - Universidad de Buenos Aires, Argentina
Alejandro Pimienta Betancur - Universidad de Antioquia, Colômbia
Anna Casaglia - University of Eastern Finland, Finlândia.
Bernard Bret – Université Jean Moulin Lyon III, França
Clemente Herrero Fabregat - Universidad Autónoma de Madrid, Espanha
Clive Barnett – University of Exeter, Inglaterra
Elena Dell'Agnese - Università de Milano-Bicocca, Itália
Fabrizio Eva - Università de Cà Foscari, Itália
Guadalupe Correa-Cabrera - George Mason University, Virginia, EUA
Heriberto Cairo - Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Jacques Lévy – École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça.
João Ferrão - Universidade de Lisboa, Portugal
Jussi Laine - Karelian Institute, University of Eastern Finland, Finlândia
Kevin Cox – The Ohio State University, EUA.
Klaus Dodds - Royal Holloway, University of London, Inglaterra
Marcelo Escolar - Universidad de Buenos Aires, Argentina
Mario Vallero Martinez - Universidad de los Andes, Venezuela
Martha Patrizia Barraza de Anda - Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, México
Perla Zusman - Universidad de Buenos Aires, Argentina
Rubén Camilo González - Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Stéphane Rosière - Université de Reims, França
Tony Payan - Rice University, EUA; Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, México
Virginie Mamadouh - Universiteit van Amsterdam, Holanda
Vladimir Kolossov - Instituto de Geografia da Academia Russa de Ciências, Rússia
Vladimir Montoya Arango - Universidad de Antioquia, Colômbia

Índice

Eixo 1: Geografia política e geopolítica: dos enfoques clássicos às renovações contemporâneas.....	7
Eixo 2: (Geo)políticas do meio ambiente, gestão dos recursos e sustentabilidades.....	58
Eixo 3: Localismos, nacionalismos, regionalismos e globalismo.....	211
Eixo 4: Fronteiras e limites em múltiplas escalas.....	266
Eixo 5: As escalas de gestão das políticas públicas territoriais.....	366
Eixo 6: Integração regional e novos espaços da cooperação e do conflito internacional.....	512
Eixo 7: Território, política, cidadania e democracia.....	591
Eixo 8: Geografia política e ensino: inovações temáticas, conceituais e metodológicas.....	736



III CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO
CRISE E REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS DA POLÍTICA



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Eixo 1

Geografia política e geopolítica: dos enfoques clássicos às renovações contemporâneas

**Coordenadores:
André Reyes Novaes
Letícia Parente Ribeiro
Licio Caetano do Rego Monteiro**

A episteme da geopolítica e da geografia política na reconfiguração científica contemporânea

Jacy Bandeira Almeida Nunes

Este estudo trata-se de uma pesquisa em andamento, que tem como intuito desvelar a episteme da Geopolítica e da Geografia Política diante da reconfiguração científica contemporânea, através da análise das produções (Teses e Dissertações) dos cursos de pós-graduação em geografia. Parte da suposição que as novas descobertas científicas, associadas e potencializadas pelo avanço das tecnologias de comunicação e informação, trazem mudanças significativas nos fundamentos epistemológicos.

A suposição, é que a revolução científica e tecnológica consubstanciou-se num efetivo processo de reconfiguração científica, quando abalou os pilares do querfazer ciência, pois, segundo Moraes (2008), a ab-rogação das bases epistemológicas que fundamentavam a ciência tradicional implicou na demanda por novas formas de produzi-la, e, uma vez que deu origem a um conhecimento científico diferente que não poderia ser validado a luz de critérios de divergentes. Além de que, os princípios fundamentais da ciência moderna serviram de pilares para os valores, significados e práticas de quase todas as experiências humanas, por isso, as repercussões “não apenas na ciência, mas em todo processo evolutivo da humanidade” (MORAES, 2008, p.29)

Em outros termos, o ponto de vista da autora, é que com as descobertas científicas do século XX, potencializadas com ao avanço das tecnologias, as bases epistemológicas da ciência moderna (a causalidade, o mecanicismo, a fragmentação dos saberes, o determinismo, a mensuração, experimentação e a verificação) foram afetadas e colocaram em xeque o estatuto científico da: objetividade, validade, fidedignidade, universalidade e da generalização por inferência. Tais mudanças implicaram no aparecimento e fortalecimento das “metodologias alternativas”, no pluralismo metodológico, no relativismo e na diversidade teórico-metodológica (teorias da complexidade, do caos, entre outras).

Para Vitte (2011a, 2011b) na ciência geográfica a reconfiguração científica implica na necessidade de (res)significar as matrizes: ontológicas/gnosiológicas – em relação as características e propriedades dos objetos de conhecimentos; metodológicas – operacionalizando novas formas de apreendê-los; conceituais – principalmente nas concepções de tempo e espaço, pois, “uma nova relação espaço-temporal se impõe, onde cada dia mais há uma forte intervenção hiperbólica entre as ciências da vida, da natureza e as sociais, tornando quase que impossível a distinção entre geografia humana e física. (VITTE, 2011a, p. 14). E conseqüentemente, uma nova episteme (discursos e práticas) com implicações: I) na natureza do fazer científico; II) nas concepções naturalizadas da Geografia Política e da Geopolítica; III) na redefinição da nova face do Estado e território historicamente abordados nos estudos da “velha Geopolítica”, pois conforme alerta Souza (2013, p. 24) “A lida com o conceito de

território no atual período histórico exige uma série de cautelas e precisões, dadas as características desta atualidade”.

Diante de tais suposições que configuram a conjuntura do pensamento científico contemporâneo, novos questionamentos se justificam e tornam-se temas/problemas relevantes para a reflexão epistemológica, dentre eles destacam-se: Como a Geografia Política e a Geopolítica, através da produção científica dos cursos de pós-graduação em geografia, vem lidando com as demandas da reconfiguração científica contemporânea? Até que ponto houve superação ou (res)significação das bases epistêmicas da ciência moderna e das concepções historicamente naturalizadas no fazer científico contemporâneo da Geografia do Política e da Geopolítica? A discussão fundamenta-se em Dutra-Gomes (2010); Vitte (2011); Becker (2012); Souza (2013); González (2013), entre outros.

O percurso metodológico contempla as seguintes etapas: 1ª levantamento das teses e dissertações disponíveis no banco de teses e dissertações da CAPES, oriundos dos programas de pós-graduação em geografia e que apontam nas palavras-chave: Geopolítica e/ou Geografia Política; 2ª leitura seletiva destas (resumos, introduções e conclusões) para identificar e analisar: as categorias/escalas geográficas utilizadas, o processo sócio espacial investigado, as perspectivas epistêmicas, a metodologia, as lacunas e/ou indicações para estudos futuros; 3ª os dados serão sistematizados e apresentados em tabelas e gráficos, que potencializarão a reflexão teórica sobre os fundamentos epistemológicos que norteiam as produções científicas no campo da Geografia Política e Geopolítica contemporânea no Brasil, assim como, as tendências e os desafios para as pesquisas geográficas.

Bibliografia:

BECKER, B. H. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. In: Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 2, N.1, p. 117-150, 2012

DUTRA-GOMES, R. GEOGRAFIA E COMPLEXIDADE: Das Diferenciações de Áreas à Nova Cognição do Sistema Terra-Mundo. Campinas, SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNICAMP, 2010 (TESE DOUTORADO)

GONZÁLEZ, R. C. L. Desigualdades territoriais e desenvolvimento contemporâneo. In: CALDAS, A. et al. Gestão do Território e Desenvolvimento: novos olhares e tendências. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013.

SOUZA, M. A. A. de. A nova geopolítica mundial no século XXI: A emergência do Período Popular da História. In: CALDAS, A. et al. Estado, território e a dinâmica das fronteiras: reflexões e novos desafios. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013.

VITTE, A. C. Por uma Geografia Híbrida: Ensaio sobre os mundos, as naturezas e as culturas. Curitiba, PR: Editora CRV, 2011.

A Lebensraum: políticas territoriais e de conservação da paisagem no II e no III Reich alemão

Antonio Carlos Vitte

O objetivo do trabalho é discutir o uso e as transformações do conceito de Lebensraum formulado por F. Ratzel (1844-1904) nas políticas territoriais do Estado alemão no II e no III Reich. O conceito de Lebensraum foi elaborado no II Reich (1933-1945), fortemente influenciado pelo chamado “problema da cultura”, no qual se destacou a ocupação interna do território alemão por agricultores poloneses, na fronteira entre a Prússia e a Polônia. Já no III Reich, a Lebensraum, além de seu uso na geopolítica, auxiliou no planejamento territorial do espaço alemão, assim como nas políticas territoriais para as regiões europeias conquistadas durante o evento da II GM.

O III Reich tinha consciência do desequilíbrio regional alemão, seu “calcanhar de Aquiles,” temendo que ele pudesse inviabilizar o projeto da “Grande Alemanha”, um momento em que o conceito de Lebensraum foi utilizado para subsidiar as políticas de planejamento regional alemão e as dos novos territórios conquistados. As políticas de planejamento e conservação da paisagem foram contempladas no interior dessas políticas de planejamento regional, com destaque para as bacias hidrográficas dos rios Reno e Rhur. A justificativa era de que conservar a paisagem garantiria a unidade entre a cultura e o solo fundamento da identidade nacional alemã.

O método utilizado neste trabalho aproximou-se do postulado do contextualismo histórico, o qual as informações advindas do quadro político, econômico, cultural e científico do momento histórico em que foi produzido o conceito de Lebensraum, no II Reich, até a sua resignificação no III Reich foram correlacionadas às transformações teóricas e analíticas da ciência geográfica, assim como da antropologia, da história, da sociologia, dentre outras.

Os resultados demonstraram que no plano global da política do II Reich sob o comando de Otto von Bismarck, a Lebensraum, muito mais do que um problema de geopolítica, surgiu para tentar resolver um problema interno da Alemanha, que se colocou no interior da chamada “Batalha pela Cultura” (Kulturkampf), lançada pelo Estado alemão contra a igreja católica, acusada de apoiar as intervenções imperialistas na Alemanha.

Esta “Batalha pela Cultura”, de cunho nacionalista, autoritário e conservador, propiciou à Bismarck desenvolver políticas de ocupação do território alemão recém unificado. Em 1886, o avanço da fronteira agrícola para o leste da Prússia atraiu um grande contingente de poloneses, processo este chamado de “polonização” da fronteira oriental. Foi neste quadro de segregação social e de eugenia que a Lebensraum forneceu elementos teóricos às políticas territoriais do II Reich com a instalação de pequenos agricultores prussianos na fronteira da Prússia com a Polônia.

O III Reich inicialmente não se interessou pela Welpolitik,, pois se concentrou suas ações no domínio interno do continente europeu e na resolução do atraso regional alemão, revitalizando a Lebensraum. O produto imediato desta revitalização resultou na Teoria das Localidades Centrais, de Walther Christaller, que ao inserir uma lógica geometrizarante ao espaço alemão permitiu racionalizar os fluxos deste espaço, assim como instrumentalizou as políticas de planejamento regional.

Outro uso da Lebensraum, em sua associação à Teoria das Localidades Centrais, permitiu a Heinrich Himmler, comissário do Reich, propor uma nova ordem racial e espacial para o “império do Reich”. Assim, nas áreas ocupadas, principalmente a Polônia, Himmler propôs uma política de “germanização” do espaço, cujo objetivo era formar clãs (pequenas cidades), formados por pequenos agricultores arianos “puros” e arianos étnicos.

Quanto às políticas de conservação da paisagem, as mesmas estavam ligadas ao conceito de Heimat, que em sua gênese tratava da relação histórica entre a cultura e a natureza, como postulado por Herder. No entanto, o nazismo tratou de transformar a paisagem em sinônimo de Lebensraum e esta sinônimo de Heimat. Como consequência, foram criados inúmeros parques nacionais e unidades de conservação, assim como programas de conservação de bacias hidrográficas, em especial a do Reno, que segundo Walther Darre, representava o verdadeiro espírito ariano.

Bibliografia:

APPLEGATE, Celia. A nation of provincials: the german idea of Heimat. Berkeley: University California Press, 1990.

BARTHELMESS, Alfred. Landschaft, Lebensraum des menschen: probleme von lanschaftsschutz und landschaftspflege geschichtlich dargestellt und dokumentiert. Freiburg: Karl Alberts, 1988.

BASSIN, Mark. Race contra Space: the conflict between german Geopolitik and national socialism. Political Geography Quarterly, 6, n. 2, april, 1987, p. 115-134.

DITT, Karl. Raum und volkstum: die kulturpolitik des provinzialverbandes westalen, 1923-1945. Munster: Aschendorffsche, 1988, p. 60.

ROLLINS, Williams. A greener vision of home: cultural politics and environmental reform in the German Heimatschutz movement. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.

Alcances e limites da geopolítica no processo de regionalização do regime autoritário chileno (1973-1989)

Rodolfo Quiroz Rojas

Diferente de outros regimes autoritários, o golpe militar no Chile constitui-se rapidamente num projeto hegemônico destinado a transformar a base político-social do país andino. Esse sentido de projeto de quem propulsaram a ruptura democrática foi a reação revanchista de duas décadas de uma intensa mobilização e politização da sociedade chilena (1950-1970), cristalizada na eleição do projeto da Unidade Popular de Salvador Allende (1908-1973). Aqui jazem as raízes fundamentais para compreender, por um lado, a magnitude da violência ocorrida a partir de aquele 11 de setembro de 1973 - início do regime autoritário - e, por outro, o sentido totalizador que adquiriria posteriormente o regime militar chileno enquanto laboratório do neoliberalismo. No presente trabalho analisaremos uma das primeiras reformas estruturais elaboradas pelo regime autoritário, a regionalização político-administrativa do Estado implementada entre dezembro de 1973 e julho de 1974: a primeira parte da regionalização. Exploraremos, assim, certos fundamentos históricos e epistemológicos da regionalização, problematizando os alcances e limites de seu caráter geopolítico, sua estrutura e seu desenho territorial: a passagem de um antigo sistema de 25 províncias para a definição de 13 regiões, mais a conformação de uma nova hierarquia de governo e autoridade interna do Estado. Metodologicamente, a pesquisa conta com três tipos de atividades: 1) revisão e consulta das fontes oficiais - decretos-leis e publicações do regime -, bibliografia acadêmica vinculada ao processo de regionalização e certas reflexões ligadas ao pensamento geopolítico chileno; 2) exploração e catalogação do arquivo de imprensa escrita, na seção sobre descentralização e regionalização (1964-1989) da Biblioteca do Congresso Nacional do Chile; 3) realização de entrevistas com especialistas e atores do período de regionalização analisado. Nosso objetivo, então, pretende compreender o sentido estratégico do desenho e da implementação das novas fronteiras internas, e como tal deslocamento originou condições de espacialidade política e ação social, um tipo particular de planejamento territorial - o centralismo tecnificado -, de acordo com as novas transformações em curso, mas, sobretudo, funcional a uma perspectiva geopolítica clássica: o Estado acima da sociedade.

É relevante destacar que, ao que pese o variado campo de estudos sobre a regionalização do Chile, não existem pesquisas sistemáticas sobre a influência da geopolítica em tal processo. Similar ao caso argentino (REBORATTI, 1983), mas com certos matizes: escassa reflexão acadêmica da geopolítica como objeto de relações sociais, enfoques críticos, e maior abertura em trabalhos sobre o pensamento nacionalista e a lógica da geopolítica no interior do regime. As pesquisas sobre regionalização, mais especificamente, centram-se nos efeitos indesejáveis da criação de regiões e em seu particular âmbito administrativo ligado à descentralização do Estado. Assim, de modo geral, não respondem aos processos políticos e econômicos fundantes das novas repartições geográficas. Outras abordagens, ao mesmo tempo,

insistem no bloqueio histórico da descentralização via regionalização (MONJE; TENORIO, 2010; VALENZUELA, 2015) e na necessidade de explorar outros marcos teóricos associados à participação cidadã (THAYER, 2011; BOISIER, 2000; 2005; 2010). Por outro lado, as escassas referências geográficas dirigem-se fundamentalmente ao problema da identidade regional (SABATINI et al., 2011) e aos parâmetros tecnocráticos e ambientais sobre a posta em marcha da regionalização até os nossos dias (ARENAS, 2009), ou seja, não correspondem ao papel político e histórico do regime militar em relação a sua dimensão territorial e/ou geopolítica.

A complexidade de compreender o alcance geopolítico do regime está enraizada no monitoramento do deslocamento do poder no interior da densa rede social que rearticulou a regionalização autoritária. A transcendência, nesse caso, se explica pelo caráter normativo da regionalização e pela produção de um ordenamento espacial (o novo consenso territorial) que implicou uma nova relação do Estado com suas unidades espaciais e a sociedade civil, até agora, quase inalterada. A regionalização terminou sendo uma fonte organizativa da superestrutura das políticas territoriais e uma mediação estratégica das normas e leis do debate público no amplo sentido da política do regime: desde o comando central da máxima hierarquia estatal até a gestão administrativa local - aqui, face a seu sentido imperativo enquanto operação geopolítica clássica: o controle do Estado sobre a sociedade. Tratou-se, pois, de uma geopolítica dos Estados maiores refletida mais em movimentos institucionais em direção ao Estado central que em recortes estritamente espaciais, um poder territorial em movimento para uma legitimação e ampliação do Estado autoritário na sociedade civil. Nesses termos, a regionalização condicionou uma determinada gestão do território, reforçando a estrutura centralista e o controle social via institucionalidade política regional. De tal forma, a regionalização formou parte de uma ofensiva política que pretendia contrapor a politização do período anterior e desviar possíveis conflitos, assim como articular uma prática espacial de acordo com os objetivos comunitários (locais) funcionais ao regime, criando condições para um arranjo territorial ancorado numa autoridade hierárquica e, por consequência, produzido por uma ascendente despolitização da sociedade chilena.

Bibliografia:

BOISIER, Sergio. Territorio, Estado y Sociedad en Chile. La dialéctica de la descentralización: entre la geografía y la gobernabilidad. Santiago: Mago Editores, 2010.

CHATEAU, Jorge. Geopolítica y Regionalización. Algunas relaciones. Santiago: Documento de Trabajo de FLACSO, 1978. Disponible en: <
<http://flacsochile.org/biblioteca/pub/memoria/1978/001225.pdf>>.

CANESSA, Julio. Visión geopolítica de la regionalización. Seguridad Nacional, 1982, N° 24, p. 13- 31.

COSTA, Wanderley Messias. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: EdUSP, 2013.

ELDEN, Stuard. Terra, Terreno, Território. Geografares, 2016, n. 21, 2016, p. 42-60.

As diretrizes da agenda de segurança brasileira a partir dos acordos celebrados pelo Itamaraty (1990-2011)

Higor Ferreira Brigola

O presente trabalho tem como objetivo averiguar as principais diretrizes da agenda de segurança brasileira no período de 1990-2011, tendo como base os acordos internacionais celebrados pelo Itamaraty, incluindo acordos vigentes e em tramitação, e descartando as emendas e atos complementares. Como objetivo específico, será abordado a posição do Estado brasileiro diante das novas ameaças internacionais vinculadas à agenda diplomática dos Estados Unidos. Durante toda a Guerra Fria, as agendas de segurança dos países da América Latina seguiram um molde imposto pela política estadunidense, tendo nas estratégias de contenção ao comunismo uma percepção de ameaça comum. No ano de 1947 chegou a ser assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), também conhecido por Tratado do Rio, que institucionalizou um acordo de segurança hemisférico contra agressões de origem externa, no caso, de países comunistas. Mesmo neste período, a agenda de segurança brasileira havia experimentado momentos tímidos de maior autonomia, caso do programa nuclear encetado no governo Geisel, onde a submissão automática à política externa de Washington tenha sido alterada. Entretanto, os limites ideológicos da aliança hemisférica sob a orientação estadunidense não foram questionados. No cenário atual, a maioria destes países, em especial da América do Sul (salvo algumas exceções) buscam uma alternativa voltada aos seus interesses nacionais e regionais, a exemplo do Brasil, pois a mudança ocorrida no cenário mundial a partir do dismantelamento da ordem bipolar contribuiu para a desatualização dessa convergência das agendas hemisféricas, principalmente devido ao surgimento de novas ameaças. Para explorar o conceito de segurança e de ameaças, umas das referências principais será a perspectiva dos autores da Escola de Copenhague, na qual seus estudos no período pós - Guerra Fria deixaram para trás a visão da segurança sob uma ótica estritamente militar, englobando também ameaças sociais, econômicas, ambientais, entre outras. Sendo assim, a pesquisa envolve um levantamento e classificação tipológica dos discursos das autoridades brasileiras de política externa e, principalmente, dos acordos internacionais celebrados pelo Brasil no período de 1990-2011. A inclusão do ano de 1990, anterior ao fim oficial da Guerra Fria, decorre do início do mandato de Fernando Collor. No total foram analisados 163 acordos divididos nos seguintes grupos: crime organizado internacional e tráfico de ilícitos; defesa; meio ambiente e preservação da Amazônia; energia nuclear e contenção de armamentos de destruição em massa; terrorismo; direitos humanos e questões migratórias. Em relação aos acordos de caráter bilateral, a pesquisa foi realizada com um número seletivo de países, buscando aqueles que possuem relações mais estreitas com o Brasil, assim como uma projeção de destaque no cenário regional ou internacional, seriam eles: Estados Unidos; os países da América do Sul exceto as Guianas; os países de maior notoriedade da Europa (Reino Unido, França e Alemanha; e por fim, os países do BRICS.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

BUZAM, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. de. Security: a new framework for analysis. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.

GUIMARÃES, S. P. Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MONIZ BANDEIRA, L. A. As relações perigosas: Brasil e Estados Unidos (De Collor a Lula). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

MONTENEGRO, E. G. Novas ameaças: abordagem a partir de uma perspectiva internacional. In: MATHIAS, S. K. et al. (Orgs.). Novas ameaças: dimensões e perspectivas. São Paulo: Sicurezza, 2003.

PECEQUILO, C. S. A política externa dos Estados Unidos. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

As geopolíticas e o mapeamento de uma paisagem de “emergências”: contextualizando o cenário de campos de refugiados na África Oriental

Daniela Florêncio da Silva

O seguinte trabalho foi resultado da pesquisa realizada para o mestrado em 2016 sobre a formação e os processos de contenção e dinâmica territorial do campo de refugiados de Dadaab no Quênia. Nesta pesquisa observou-se que o expressivo cenário de deslocamentos humanos forçados na África Oriental configura-se através de distintos fatores, os quais, nos últimos anos, têm adquirido complexidade e desenvolvimento marcantes, em um panorama de crises constituído por fronteiras que ultrapassam essa região do continente africano e se expandem em escala mundial. A sua constituição é marcada pela formação complexa de estratégias de múltiplos poderes nesse espaço, em que diferentes conflitos, perseguições, construções de grandes obras de infraestrutura e a retirada de terras para instalação de grandes projetos agrícolas, constroem um espaço de fluxos humanos forçados em que uma rede de campos de refugiados forma agora, uma paisagem de “emergências” humanitárias nessa região. Milhões de vidas em “errância” e em suspensão, sempre em busca de um melhor refúgio. A longa permanência dessas “emergências” humanitárias, muitas vezes durante décadas, as distintas geopolíticas desenvolvidas e o grande aparato estrutural da comunidade internacional para o gerenciamento dessas situações, revelam a face permanente, e não emergencial, dessa paisagem de intervenções. Neste processo, observa-se a reflexão de Giorgio Agamben sobre a origem das “emergências”, ao referir-se à ideia de segurança exposta por Michel Foucault. Para Agamben, essa ideia de segurança, tão discutida na atualidade instalou a percepção de que as emergências deveriam ser geridas, e não evitadas. Para o autor, essa é a atual percepção. Os desastres e as emergências são gerenciados e não prevenidos. Nesse contexto, o autor ressalta a necessidade da compreensão de que os governos não têm o objetivo de manter a ordem, mas sim de gerir a desordem. Esse pensamento também foi exposto pelas Nações Unidas, através do seu Secretário-Geral, António Guterres, ao revelar a extrema dificuldade para conseguir recursos financeiros da comunidade internacional para prevenções de conflitos e de emergências. Tomando como reflexões, a microfísica do poder de Foucault e as múltiplas concepções que ela elucida ao analisá-lo, a geopolítica atual, pode ser compreendida através de diferentes e novos poderes, e suas estratégias de atuação, pelo e no território. A geopolítica tem assim, diferentes faces. O caminho metodológico percorrido para a realização desta pesquisa foi delineado teoricamente pela discussão de questões como o controle, a biopolítica e o biopoder discutidas por Michel Foucault, pelas ambiguidades presentes na formação e existência dos campos de refugiados e pela contenção territorial, ambas abordadas por Rogério Haesbaert, pelas práticas de exceção de Giorgio Agamben e por um olhar sobre as concepções teóricas pós-coloniais. Os procedimentos técnicos foram norteados pela revisão bibliográfica, pela realização de entrevistas e pela pesquisa de campo em Nairóbi em março de 2015, onde foram visitados o Centre For Refugee Studies and Empowerment da Kenyatta University e a sede das Nações Unidas. A arte em suas

diferentes e importantes formas de expressão e reflexão, também foi utilizada nessa pesquisa, como uma forma complementar de compreensão do tema em questão, incentivando um olhar mais profundo para a complexidade de seus fatores envolvidos no movimento dessa população, observando seu contexto de movimento forçado constante.

Bibliografia:

AGAMBEN, Giorgio. Giorgio Agamben on biopolitics: depoimento. [2011]. Canal de televisão da Grécia ET3. Entrevista concedida a Akis Gavriilidis. Disponível em: <<https://nomadicuniversality.com/2015/10/30/giorgio-agamben-on-biopolitics-the-greek-tv-interview-2/>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

AGIER, Michel. Migrações, descentramento e cosmopolitismo: uma antropologia das fronteiras. São Paulo: Ed. UNESP; Alagoas: EDUFAL, 2015.

BECKER, Bertha Koiffmann. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. Espaço Aberto, v. 2, n.1, p. 117-150, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2079/1846>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

BIRMAN, Patricia. Gérer les indésirables: des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire. Horizontes Antropológicos, v. 15, n. 32, p. 360-363, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a16.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

As teorias da justiça ao serviço da análise espacial das injustiças urbanas: qual diálogo entre teorias da justiça da filosofia política e a geografia crítica

Jean Legroux

O(s) conceito(s) de justiça são cada vez mais utilizados, tanto pela sociedade civil, passando pelos poderes públicos e políticos e pela mídia, que nos estudos urbanos acadêmicos em geral. Este artigo pretende propor uma reflexão sobre a força analítica das teorias da justiça – oriundas da filosofia política ou da própria geografia – quando aplicadas ao estudo das dinâmicas urbanas injustas, das lutas pelo espaço urbano e dos processos de neoliberalização urbana. Os estudos urbanos ou da geografia crítica que tentam desvendar os processos neoliberais da construção dos espaços urbanos – isto é, a penetração crescente da lógica privada e de mercado tanto nos grandes projetos urbanos, nas políticas habitacionais que nos serviços básicos urbanos – frequentemente identificam conjuntamente efeitos negativos e injustos. O conceito de justiça é, porém, frequentemente confundido com o conceito de igualdade ou de equidade. Embora os efeitos injustos de certas políticas sejam identificados e descritos (por exemplo: uma remoção de um cidadão pobre sem razão e sem indenização ou uma política urbana contra os moradores de rua), muitas vezes, os conceitos ou a abordagem da justiça que apoiam a análise não são explicitados.

Vale lembrar que, durante muito tempo, a geografia (mas seria válido para outras ciências sociais) mostrou uma resistência em considerar os conceitos de justiça como ferramenta analítica e teórica – isto porque determinar o que é justo ou não implica obrigatoriamente um julgamento de valor, ou uma preferência ética, que seria contrária à cientificidade. O conceito de justiça é necessariamente plural e polissêmico e foi cada vez mais integrado pela geografia. Segundo Brennetot (2011), a diversidade da noção de justiça, em vez de a descreditar permite mostrar a riqueza das implicações ideológicas da geografia. No mesmo sentido, para Bernard Bret (2006), o pesquisador tem que assumir plenamente a que teoria da justiça refere-se e com que princípios aprecia a realidade. De fato, definir racionalmente o conceito de justiça permite, num segundo momento, definir racionalmente as situações justas ou injustas (Bret, 2009).

Apesar de obras fundadoras nos anos 1970 (A Theory of Justice de John Rawls em 1971 e Social Justice and the City de David Harvey em 1973), o tema da justiça, tem passado por varias adaptações semânticas, especialmente nos anos 2000, tais como: “justiça ambiental”, “justiça territorial”, “justiça socioambiental”, “justiça social”, “justiça espacial” e “justiça socioespacial”.

Aqui, defendemos o fato de que realizar um estado da arte e uma classificação das diversas teorias da justiça permite uma melhor aproximação das diversas facetas das injustiças : não apenas dizer que é injusto, mas explicar porque é injusto, em que escalas é injusto, sob que critério é injusto. Dependendo do critério de justiça utilizado para análise científica – ou que guia inconscientemente (ou não) os quem tem poder decisório nas mudanças urbanas, o quem encara as consequências das

mesmas – uma mesma política, ou um mesmo projeto, pode ser considerado justo ou não.

Desde já, podemos imaginar intuitivamente que, por exemplo, uma teoria da justiça que dá mais importância ao valor ético da propriedade estaria menos prestes a promover uma redistribuição da propriedade da terra que uma teoria onde prima o valor da equidade. A existência de diversos conceitos e definições da justiça nos deixa duas alternativas principais : escolher uma teoria específica para uma análise socioespacial específica como o geógrafo francês Bernard Bret (2006, 2009) que se baseia no conceito Rawlsiano da equidade; ou, construir um marco multicritério contemplando diversas correntes teóricas.

Alguns autores fazem o esforço de classificar e comparar as diferentes abordagens da justiça (Gervais-Lambony e Dufaux, 2009; Smith, 1994; Brennetot, 2011; JSSJ, 2009, Fainstein, 2013). Os diversos conceitos e teorias da justiça se opõem as vezes de forma irreconciliável, e, outras vezes, se complementam. Internamente, uma teoria específica da justiça precisa realizar uma arbitragem/classificação e/ou hierarquização entre diversos valores e princípios morais contemplados (Smith, 1994, Brennetot, 2010), como, por exemplo: a liberdade, a propriedade, a equidade, a eficiência, a segurança.

Navegando em esta confrontação de diferentes critérios de justiça, tentaremos mostrar que esse debate pode aportar vantagens analítica e teórica para a geografia crítica.

Bibliografia:

HARVEY, D. (1973). *Social Justice and the City*, Blackwell Publishers, 330 p.

RAWLS, J. (1971). *A Theory of Justice*, [revised edition, 1991], Harvard University Press, Cambridge, 561 p.

BRENNETOT, A. (2011). « Les géographes et la justice spatiale: généalogie d'une relation compliquée », *Annales de géographie*, 2/2011 (678), p.115-134.

FRASER, N. (2004). « Justice Sociale, Redistribution et Reconnaissance », *Revue du MAUSS*, 2004/1(23), p.152-164.

JSSJ (*Revue Justice Spatiale / Spatial Justice*) (2009). « Qui sommes nous ? » [présentation des objectifs de la revue]. Disponible sur: <http://www.jssj.org/qui-sommes-nous/> (consulté le 03/04/2014).

Considerações sobre o poder anfíbio

Rafael Regiani

Historicamente o pensamento geopolítico clássico desenvolveu-se em torno de duas doutrinas antagônicas: a teoria do poder marítimo e a teoria do poder terrestre. A teoria do poder marítimo se alicerçava nas ideias do Almirante americano Alfred Thayer Mahan, que dizia que deteria o poder mundial o país que controlasse os oceanos, por onde eram transportados boa parte do comércio mundial, e encarados por ele como sendo um único grande oceano mundial. Por sua vez a teoria do poder terrestre fundamentava-se nas teses do geógrafo britânico Sir Halford John Mackinder, segundo o qual o Estado que dominasse uma porção de terra chamada de Heartland, localizada no interior do continente eurasiático, acabaria conquistando, por extensão, o restante do mundo num famoso silogismo por ele anunciado. De acordo com estas formulações, os Estados escolheriam entre uma visão e outra na hora de guiar sua política externa, bem como no instante de montarem suas forças armadas, concentrando seus recursos ou no Exército ou na Marinha em função de seus condicionantes geográficos. A Guerra Fria foi o auge do conflito terra versus mar protagonizado pelas superpotências marítima e continental da época, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas respectivamente. Nesse momento aparece o geógrafo americano Nicholas Spykman com a teoria do Rimland, que diz que deteria o poder mundial não a potência que controlasse apenas a massa oceânica ou a massa terrestre, como apregoavam os dois primeiros, mas o controle de um cinturão de terras chamado de Rimland, que ocupava uma faixa intermediária entre as respectivas duas grandes massas aquático e terrestre do Oceano Mundial e do Heartland, se estendendo desde a Europa até o Extremo Oriente, cinturão este que foi onde ocorreram os principais conflitos da Guerra Fria, como foram os casos das guerras do Vietnã e da Coreia. Se os poderes marítimo e terrestre são antagônicos, como afirmam os dois primeiros autores, então como um poder misto dos dois, o anfíbio, necessário para o domínio do mundo, poderia se constituir? O poder marítimo teria sua região estratégica no Oceano Mundial de Mahan. O poder terrestre teria sua região estratégica no Heartland de Mackinder. Contudo, e o poder anfíbio? Teria ele uma região estratégica própria cuja posse por um Estado permitiria a conquista do mundo? Seria esse espaço chave a ser controlado o Rimland de Spykman? Ou em qualquer lugar do mundo um Estado com poder anfíbio teria potencial para se desenvolver? Este trabalho tem como objetivo a compreensão da natureza do poder anfíbio, suas origens, e sua formação. Para atingir este objetivo far-se-á uma análise comparativa dos pensamentos mackinderiano e spykmaniano acerca da formação do poder anfíbio através do método da leitura sinóptica de suas obras, no sentido que o filósofo americano Mortimer Jerome Adler dá ao termo, ressaltando-se as eventuais semelhanças e diferenças nas concepções de poder anfíbio dos dois últimos autores supracitados



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

MACKINDER, Halford J. *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*. London: Constable and Company, 1919.

MACKINDER, Halford J.. “O Pivô Geográfico da História”. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, nº 29, pp. 87-100, 2011.

SPYKMAN, Nicholas J. *America’s Strategy in World Politics: the United States and the balance of power*. New Brunswick: Transaction, 2008.

SPYKMAN, Nicholas J. “Geography and Foreign Policy I”. *The American Science Review*, v. 32, n. 1, pp. 28-50, feb. 1938.

SPYKMAN, Nicholas J. “Geography and Foreign Policy II”. *The American Science Review*, v. 32, n. 2, pp. 213-236, apr. 1938.

El neoeurasianismo ruso y la reinterpretación del espacio de política

István Szilágyi

En el desarrollo del pensamiento geopolítico ruso jugaban y juegan gran importancia las cuestiones vinculadas al espacio político, geográfico y civilizacional. Esta conexión experimentamos en los casos de las corrientes del eslavofilismo, del occidentalismo, y del eurasionismo también.

En el pensamiento geopolítico ruso la corriente de eslavofilismo fue representado por su fundador y por su supremo teórico Nikolái Danilevski (1822-1885), además por el escritor Fiódor Dostoyevski (1821-1881) y Konstantin Leontiev (1831-1891). El eslavofilismo exploraba el pasado en busca de las raíces de la singularidad rusa y atribuía los males que laceraban la sociedad decimonónica eslava a la influencia del liberalismo europeo. Los eslavofiles subrayaron la importancia de las características del desarrollo propio. Proclamaron „la idea rusa,”hablaron sobre el espíritu ruso cuales se distinguen Rusia de los valores políticos y morales occidentales y estas características se manifiestan en el funcionamiento del sistema político y jurídico también. Los eslavofiles consideraron que las garantías jurídicas y políticas que caracterizan los Estados occidentales no son validas en el caso de Rusia. En Rusia la fuerza del poder se radica en la idea y en la convicción moral y no hacen falta ni los contratos sociales y ni acuerdos políticos tampoco.Los eslavofiles afirmaron que el sistema político occidental era inaceptable para Rusia. El pensamiento de los eslavofiles caracterizaba la idealización del Rus de Moscú del siglo XIII. Ellos anunciaron el concepto de paneslavismo también.

El occidentalismo fue la corriente dominante en el pensamiento político ruso durante el siglo XIX y a principios del XX. Sus impulsores querían que Rusia continuara por el camino de las reformas iniciado por Pedro el Grande y se acercase así al modelo político y social de la Europa occidental desarrollándose en Europa occidental.

La corriente eurasionista del pensamiento geopolítico ruso nació en exilio en los años de 1920. Los fundadores fueron:el lingüista y el filósofo Nikolái Trubetskói (1890-1938), el historiador Georgui Vernadski (1887-1973),el geógrafo y economista Petr Savitski (1895-1968),el teólogo y obispo pravoslavo Grigoriy Florenski (1893-1979), el filósofo Leonyid Karsavin (1882-1952) y el historiador del arte Petr Szuvechinski (1892-1985).

En 1921 en Sofia apareció el primer libro teórico eurasionista: Éxodo hacia el Este. Presentimiento y Cumplimiento. El próximo año lo siguió la publicación del libro titulado: Por los caminos.Las afirmaciones de los eurasionistas. En estos tomos fueron formulados solidamente los principios y los fundamentos del nuevo movimiento espiritual.El florecimiento ulterior de la corriente eurasionista estuvo ligado con la aparición del Anuario Eurasiático y con el documento programático Eurasionismo:tentativa sistemático de análisis,publicado en 1926.

El fundador y el autor clásico del eurasianismo como concepto y movimiento fue concebido por Petr Savitski. Savitski se esforzó e intentó a fundamentar las aspiraciones continentales geopolíticas rusas y al mismo tiempo sirvió la comprobación y la demostración de la peculiaridad, de la misión y del destino histórico ruso. Mientras que se esforzó la creación de la síntesis especial entre Europa y Asia.

La doctrina geopolítica elaborada por los eurasianistas se basó en el concepto de „geografía como destino”. Los representantes de la corriente aceptaron aquella afirmación de Danilevsky que no existe ninguna de Europa. Europa sólo el margen o la periferia occidental de Eurasia

Según ellos, Rusia es una gran potencia mundial y al mismo tiempo forma El Corazón de la Tierra (Heartland) del mundo y tiene características especiales. Su rasgo principal es que no pertenece ni a Europa, ni a Asia. Rusia representa una entidad peculiar que se llama Eurasia.

Este concepto tiene gran semejanza con la teoría de El pivote geográfico de la historia de Halford Mackinder, expuesta en 1904 y con los pensamientos expuestos en el libro de Ideales democráticos y realidad publicado en 1919. Hoy en día el más conocido y el más influyente pensador del neoeurasianista es Alexander Dugin.

El neoeurasianismo paso a primer plano político en el último periodo de la perestroika y en el cuadro de la corriente del neorurasianismo renacieron las aspiraciones imperiales de Rusia. La corriente neoeurasianista rechaza el atlantismo globalizado, la idea del mundo unipolar y el universalismo del modelo de modernización occidental. Subraya la importancia a la necesidad del mundo multipolar. Al mismo tiempo intenta elaborar una nueva interpretación del mundo posmoderno y globalizado. Para esta explicación sirve La Cuarta Teoría Política de Alexander Dugin.

La ponencia analiza las características nuevas y mas importantes de la corriente neoeurasianista. Examina su concepto y sistema geopolítico, principalmente a base de los libros y de las obras de Alexander Dugin.

Bibliografía:

DUGIN, Alexander: The Fourth Political Theory. Arktos Media Ltd. London, 2012

DUGIN, Alexander: Geopolityka Rossziji. Akagyemiceszkij Projekt, Moszkva, 2014

DUGIN, Alexander: Geopolityka. Akagyemiceszkij Projekt, Moszkva, 2015

DUGIN, Alexander: Geopolítica del mundo multipolar. Ediciones Fides, Barcelona, 2017

ZSELTO, Viktor y Zselto, Maxim: Geopolityka, Isztorija i Tyeorija. Moszkva, 2015.

Ernesto Laclau e a geografia política: elementos para uma leitura espacial da democracia

Linovaldo Miranda Lemos
Thiago Manhães Cabral

Os referenciais da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau têm oferecido, nos últimos anos, ricas contribuições às reflexões acadêmicas nos campos da Ciência Política, da Filosofia e da Educação. Categorias como cidadania, hegemonia, política e poder estão amplamente presentes na análise dos fenômenos sociais a partir de um viés interpretativo e de um instrumental analítico laclauniano. Nesse movimento, o objetivo do presente trabalho é o de compreender e explicitar alguns elementos que o pensamento desse autor, quando discute tais categorias, pode oferecer à Geografia Política para a construção de uma leitura territorial e/ou geográfica da democracia. Metodologicamente, este objetivo se articula à revisão bibliográfica que buscará pôr em diálogo (1) a abordagem contemporânea da Geografia Política no seu esforço em estender a análise dos fenômenos para além dos limites e do escopo do Estado-Nação, preocupando-se, nesse sentido, em compreender a política num sentido mais dinâmico e multifacetado. Nesse esforço, vem sendo revista a dimensão conceitual do controle, do poder, da hegemonia e do próprio território, na tentativa de identificar novos atores e suas múltiplas relações de articulação e antagonismo na produção do político enquanto tal, e (2) as teorizações de Ernesto Laclau, que, buscando também sustentar esta perspectiva para a política, utiliza-se de um enfoque pós-estruturalista na defesa de uma proposição teórica de democracia na qual o papel constitutivo das relações entre grupos políticos são o ponto de partida de sua discussão em torno das categorias de discurso, contingência, cadeia de equivalências e diferenças e conflito. O diálogo entre o pensamento do cientista político argentino e a Geografia Política contemporânea permitirá explorar as interfaces que, como defendemos aqui, podem ser capazes de contribuir para uma leitura espacial e discursiva da democracia. Esta, a nosso ver, pode ser pensada numa perspectiva teórica que articula a demanda, enquanto menor unidade do político, (LACLAU, 2013) e o território, como base material e simbólica das sociedades e dimensão fundamental do elemento-momento político na resolução de conflitos (CASTRO, 2005). Na obra “A razão populista” (2013), Laclau trata, baseado nos pressupostos de sua Teoria do Discurso, a demanda como articulação de interesses de grupos políticos diferenciais, sendo, assim, um elemento que perpassa a lógica da ordem institucional e da dinâmica política da democracia. Segundo o autor, é impossível tratar qualquer grupo político como uma homogeneidade estável e positiva. Rejeita-se, assim, a ideia de uma totalidade coerente em quaisquer lutas políticas. A articulação de demandas é o momento da política que, segundo Laclau, torna possível a produção de um discurso. Tendo em vista estas proposições, buscaremos explicitar, então, as possíveis contribuições da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau na compreensão do conceito de democracia na Geografia Política.



Bibliografia:

BUSSI, M. Pour une géographie de la démocratie. L'Espace Politique, vol. 1, n. 1. 2007. Disponível em: <http://espacepolitique.revues.org/index243.html>.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

LACLAU, Ernesto. A razão populista. São Paulo: 3 Estrelas, 2013.

MOUFFE, Chantal. Hegemonia e Estratégia socialista: Por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

MENDONÇA, Daniel de. RODRIGUES, Léo Peixoto. LINHARES, Bianca (Org.). Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar. São Paulo: Intermeios, 2017.

Geografia da comunicação ou comunicação geográfica: interdisciplinaridade em amadurecimento e o surgimento de uma geopolítica das comunicações?

Lúcio Pereira Mello

Estudos abordando aspectos da Comunicação Social sob o prisma da Geografia e ensaios que consideram aspectos da Geografia no campo da Comunicação Social fazem parte de um conjunto de publicações que se multiplicam gradativamente entre autores norte-americanos (ADAMS) e europeus (JASSON). No Brasil, desde a década de 1990 obras como a trilogia “A Era da Informação” de Manuel Castells (1996), recolocaram a Comunicação Social como elemento-chave para compreensão do mundo pós-guerra fria. Ao mesmo tempo, autores da Geografia como Milton Santos passaram a considerar cada vez mais aspectos da Comunicação Social em sua concepção do espaço contemporâneo com conceitos-chaves como “Meio Técnico-Científico Informacional” (SANTOS, 1996). Para além destes dois autores consagrados pode-se verificar, a partir da última década do século XX e início deste século, uma multiplicação de pesquisas - produzidas ora em programas de pesquisa da Geografia, ora da Comunicação - imbricando a transformação espacial a aspectos das redes de informação ou analisando a espacialização de agentes da comunicação social. Questões até então circunscritas a cada uma destas áreas de concentração vão intercambiar-se, sobrepor-se e os autores vão se utilizar de conceitos, categorias e metodologias de cada um destes campos do conhecimento. Já há atualmente autores das duas áreas que sinalizam para a criação de um novo campo interdisciplinar “Geografia da Comunicação” (JANSSON), que no Brasil será defendida por autores da Comunicação (MOREIRA). Este artigo pretende fazer uma revisão bibliográfica de autores e estudos que estejam discutindo, se valendo ou se apropriando de conceitos da Comunicação Social e da Geografia e ao fim se interroga se, neste processo, não haveria a insurgência de uma Geografia Política da Comunicação ou um Geografia Política da Comunicação. Como metodologia este trabalho se propõe a fazer um levantamento histórico de trabalhos publicados entre 1990 até 2015 nos campos da Geografia e da Comunicação Social em três âmbitos: Estados Unidos, Europa e Brasil. O trabalho pretende montar um quadro atualizado, a partir das contribuições já existentes, elencando estudos de referências e autores que têm relacionado Geografia à Comunicação Social e vice-versa e identificar as origens deste campo interdisciplinar bem como identificar os enfoques dados. O artigo pretende ainda avaliar, mesmo que de forma inicial, como é que os autores destes dois campos do conhecimento têm buscado pontes e interlocuções e como tem sido o processo de formação deste campo de saber interdisciplinar, avaliando os pontos de interlocução entre os dois saberes e observar os ruídos, as incongruências e situações de incompreensão e limites ontológicos e epistemológicos entre os dois campos. Por fim busca-se investigar - ainda que de forma inicial e sem pretensões conclusivas - se, neste processo, já haveria uma produção entre Comunicação Social e Geografia Política ou se os estudos de Comunicação Política buscam interação com conceitos desenvolvidos e consagrados na Geopolítica.

Geografia e geopolítica em a Arte da Guerra de Sunzi

João Alves de Souza Neto

A clássica obra chinesa sobre estratégia “A Arte da Guerra” de Sunzi (séc. VI a. C.) é uma obra tão antiga quanto atual. Ela foi escrita em meio a intenso conflito entre os reinos chineses que viviam sob a égide da decadente Dinastia Zhou Oriental (770 a. C. – 256 a. C.), na transição do período da Primavera e Outono (770 a. C. – 476 a. C.) para o período dos Estados Combatentes (475 a. C. – 221 a. C.), quando o ritmo bélico se aprofunda e somente se encerra com a unificação da China sob a Dinastia Qin (221 a. C. – 206 a. C.). Como superar esse conflito? Esta é a questão de diversas correntes clássicas do pensamento chinês, como o Confucionismo (Confúcio, Mêncio) e o Taoísmo (Laozi, Zhuangzi). Tradicionalmente, atribui-se que Sunzi se inspirou no taoísmo de Laozi: este tem no isolacionismo seu projeto geopolítico em oposição ao cosmopolitismo de Confúcio, conforme sugere o filósofo Mario Bruno Sproviero. A obra de Sunzi possui longa tradição na China, tendo sido debatida por todas as suas Dinastias, tanto acerca do seu conteúdo bibliográfico quanto do seu valor como documento histórico. Chega no Ocidente na segunda metade do século XVIII por meio de uma tradução francesa feita pelo jesuíta Amiot (1718–1793). Porém, é no início do século XX que a obra receberá uma tradução acadêmica, inserida no debate científico sobre a cultura chinesa. Com a descoberta da edição mais antiga da obra (séc. II a. C.), por meio de escavações em um sítio arqueológico da Dinastia Han (206 a. C. – 220 d. C.) em 1972, na província chinesa de Shangdong, o interesse científico pela obra se aprofunda no Ocidente. Em 1975, a obra encontra sua primeira tradução para o português, parte de uma tese de doutorado que examinou essas evidências arqueológicas citadas, produzida pelo historiador chinês Yan Kee Wing (1915–1992), e publicada postumamente em 2011. Apesar da profusão de trabalhos acerca da obra, sua inserção na cultura ocidental é dada pelas interpretações feitas por militares e por empresários. Com tamanha importância histórica e geopolítica, principalmente para a civilização chinesa, a obra carece de um exame detido acerca de sua teoria geográfico-política. O presente trabalho parte dessa lacuna real. Tem-se como objetivo apresentar o conceito de território posto na obra “A Arte da Guerra” de Sunzi, em diálogo com Friedrich Ratzel (1844–1904), a partir da proposta metodológica de Antônio Carlos Robert Moraes (1954–2015). Nesse sentido, realizou-se a leitura de capítulos seletos da obra, tendo como foco o discurso político sobre o espaço dentro do contexto histórico da China pré-Qin. Os capítulos 9 (Da Movimentação), 10 (Da Topografia), ele apresenta uma tipologia topográfica presente no decurso da guerra. A partir dessa e 11 (Das Nove Situações) foram os capítulos escolhidos por terem conteúdo geográfico mais explícito. De modo sintético, a geografia política de Sunzi teria o ser humano em uma relação íntima e necessária com seu território e a sua situação. Não se podendo prescindir dessa relação, a avaliação da própria estrutura política deve considerar o povo como relacionado com o seu território. As tropas, por conta da própria época do autor, são compostas tanto por militares quanto por camponeses, a marcha do exército não estando, portanto, descolada da dinâmica da terra natal dessas tropas. A geografia fundamentaria a ação,

por limitar de um lado (o próprio ou do adversário), ou por possibilitar a ação do outro lado. Ela é determinante para a vitória e para a derrota, pois todas as ações, sejam bélicas ou políticas (o texto mesmo não deixa nítido quando começa uma e quando termina a outra), estão fundamentadas na geografia e não existem sem ela, que também é a sua finalidade (por conta, também, do próprio contexto histórico vivido pelo autor). Este trabalho é resultante de um projeto de monografia, que hoje continua como um projeto de dissertação.

Bibliografia:

COSTA, W. M. Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: EDUSP, 2013 [1991]. 2. ed. 2. reimpr.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias Geográficas: Espaço, Política e Cultura no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005 [1988].

MORAES, Antônio Carlos Robert. (org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.

SPROVIERO, M. B. Dao De Jing – Lao Zi. São Paulo: Hedra, 2014 [1997].

WING, Yan Kee. Da Arte da Guerra. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011 [1975].

Geografia política e formação de territórios conservadores de poder

Márcia da Silva

Este texto tem como objetivo o estudo, pela Geografia, do conceito de conservadorismo político e de sua vinculação ao espaço, a partir de relações de conflitos e de consensos, e como estas podem consubstanciar na formação de territórios conservadores de poder. A proposta de trabalho aqui apresentada busca ampliar o debate teórico-metodológico para o tema. Este debate foi iniciado e desenvolvido em meados dos anos 2000, em tese de doutorado defendida em 2005, apresentando o contexto junto ao Centro-Sul do estado do Paraná. A análise configurou-se, então, a uma determinada escala, a do poder local, com recorte territorial pré-definido pela coerência e possibilidades de coleta de dados e informações para aquele momento histórico. Os anos de aprofundamento de leituras, incorporação de ideias e sugestões de colegas em participação em eventos científicos nacionais e internacionais, bem como as mudanças estruturais ocorridas no Brasil levou-nos a repensar o conceito de territórios conservadores de poder, tendo como enfoque fundamentos da Geografia em suas mais recentes temporalidades e espacialidades. Neste sentido, partimos da seguinte questão: conservadores são os territórios ou as relações que nele se estabelecem? Em termos de procedimentos metodológicos, o enfoque esteve na coleta de dados da espacialização dos resultados eleitorais e de filiações partidárias de base filosófico-ideológica de direita. Além destes, outros pressupostos teórico-metodológicos, como as de preservação das tradições, as relações de tempo lento, os valores morais, hábitos considerados como determinantes na reprodução de poder/poderes locais ou não, dentre outros, também foram determinantes para a análise. Assim, se tomarmos como caso o Centro-Sul do estado do Paraná, alguns elementos se destacam, como a composição histórico-geográfica (tropeirismo, grandes propriedades rurais, imigração/cooperativismo grupal etc) e as próprias relações de poder político (reprodução de grupos político-partidários há anos, no poder público municipal), além dos instigadores desses processos, ou seja, as formas de produção e seu viés econômico. Então, conservadoras são algumas formas de produção, reflexo das ações de parte da sociedade procedentes de formações sociais mais arcaicas, com fortes tradições rurais, como áreas pecuaristas e agrícolas pouco modernizadas ou modernizadas recentemente, e não aquela que preza pela manutenção de tradições culturais, religiosas, artísticas, de sobrevivência, modos de vida e outras historicamente constituídas. Também por relações políticas conservadoras cuja articulação pode ser representada por meio de redes locais de poder, a exemplo da rede de poder comandada pelo Sindicato Rural de Guarapuava, que incentiva e financia ações e frentes diversas no sentido de barrar todo e qualquer foco de fortalecimento/consolidação das esquerdas neste município e, por consequência, no Centro-Sul do Paraná. Se tomarmos como caso a Europa atual, no sentido de disputas e consensos por meio de relações de determinados grupos políticos, é provável que o atual mapa de suas regiões mude consideravelmente nos próximos 20 anos. Em primeiro lugar porque as disputas regionais da Europa Central se tornarão mais

proficuaente interesses estratégicos e geopolíticos da Rússia, bem como as fronteiras entre várias sub-regiões na Hungria, Bulgária, Romênia e, acima de tudo, nos Bálcãs. Em segundo lugar porque também não se sabe, neste momento, como serão as exigências catalãs, bascas, escocesas e outras. Os territórios são, então, conservadores, pela apropriação com base em interesses e conflitos de grupos político-econômicos hegemônicos e seus discursos legitimadores de ideologias e de práticas sociais determinadas concreta ou simbolicamente ao território, como resultado de suas ações contraditórias. Estes aportes não significam, no entanto, que também para estes territórios outras possibilidades não sejam cotidianamente apresentadas, como abordagens para a análise de formas alternativas de poder que se configuram pela formação de contra poderes territoriais ou contra espaços na leitura geográfica da política, elementos que também foram considerados para este estudo.

Bibliografia:

BURKE, Edmund. Reflexões Sobre a Revolução em França. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 (Reflections on the Revolution in France, 1790).

GOLDWATER, Barry Morris. The conscience of a conservative. Michigan: Victor Publishing Company, 1960.

HARVEY, David. El cosmopolitismo y las geografias de la libertad. Buenos Aires: Akal Ediciones, 2017.

SILVA, Márcia da. Análise Política do Território: Poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná. Guarapuava: Unicentro/Fundação Araucária, 2007.

SILVA, Márcia da. Territórios conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná. Presidente Prudente: UNESP, 2005. 263 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

Geopolítica Crítica: outras ferramentas são possíveis

Juan Agulló

Embora a Geopolítica Crítica (Critical Geopolitics) tenha sido formulada recentemente como corrente de pensamento (no final do século XX e principalmente no mundo anglófono) a sua importância é grande porque está contribuindo à renovação de um campo de problematização com cada vez maiores problemas epistemológicos (e inclusive, metodológicos) para explicar a complexa realidade contemporânea e muito especialmente, à Latino-americana (caracterizada por transformações essenciais no poder soberano).

Apesar disso na nossa região, a corrente de pensamento em questão, é quase desconhecida. O problema de fundo não é que na América Latina os geopolíticos estrangeiros não sejam conhecidos mas que, a maioria dos traduzidos (para espanhol e/ou português) são clássicos que, mesmo se prestigiosos, acostumam a se caracterizar por tendências excessivamente descritivas e um rigor metodológico, às vezes, discutível (Mahan, Ratzel, Mackinder ou alguns mais modernos como Spykman ou Huntington).

Dos debates e discussões geopolíticas contemporâneas (de autores como Agnew, Ó Tuathail ou Dalby) e dos seus instrumentos acadêmicos, aqui, praticamente não tem noção e isso, principalmente, porque não tem traduções (nem para espanhol nem para português) mas sim muito prejuízo e alguns interesses. Outros fatores que não ajudam são os problemas de institucionalização acadêmica da Geopolítica e a inexistência de um debate regional real (não existem, por exemplo, nem revistas especializadas de qualidade).

Paralelamente também tem um problema com a colocação historiográfica de outras correntes de pensamento, mais ou menos geopolítico (como as Teorias do Sistema Mundo, a Geografia Radical ou inclusive, o Post-estruturalismo francês e uma das suas “conseqüências”, a Nouvelle Géopolitique) que estão na matriz epistemológica da Geopolítica Crítica mas que, mesmo assim, tendem a ser consideradas isoladamente ou inclusive, como pertencentes à outras tradições ou disciplinas.

O contexto descrito faz ainda mais sentido se considera-se o fato que -como alguns autores brasileiros como a Bertha Becker denunciaram desde finais dos anos 1980- tem um tempão que a nossa Geopolítica (latino-americana) não consegue redefinir abordagens; identificar instrumentos metodológicos adaptados à Pós-Guerra Fria; engajar-se com debates globais, etc. Tem, de fato, déficits estruturais na forma de problematizar a nossa realidade que, os simples exercícios de descrição, não parecem estar conseguindo resolver.

Nesse contexto, o que este paper se propõe é realizar uma pequena exegese da Geopolítica Crítica surgida e desenvolvida em inglês, que vise à compreender a possível utilidade das suas propostas epistemológicas para a realização de um



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

questionamento mais rigoroso e abrangente (e como reclama o Anssi Paasi, menos apegado ao “Nacionalismo Metodológico”) tanto da realidade latino-americana per se, quanto da inserção de nossa região em um mundo globalizado, sometido a transformações estratégicas essenciais.

O mais interessante de uma proposta assim é que, a Geopolítica Crítica, não só tem ferramentas e orientações, muitas específicas e muito uteis para compreender melhor algumas das nossas realidades contemporâneas que fogem do formalismo tradicional, mas implica (e inclusive, nasce) de uma discussão específica dos limites epistemológicos da Geopolítica tradicional que, durante muito tempo (e convenientemente adaptada) foi a corrente de pensamento geopolítico majoritária na América Latina (incluindo o Brasil).

Halford Mackinder e a geopolítica: o ensino de geografia como instrumento imperial

Bryan Marques Moraes
Antônio Carlos Vitte
Álvaro Santo Donegá Júnior

Este trabalho têm por objetivo apresentar o papel do ensino de geografia para Halford John Mackinder (1861-1947) como estratégia geopolítica visando a manutenção e a integração do Império Britânico. Como ciência imperial, a ciência geográfica concebeu e legitimou à superfície terrestre como uma plataforma para a difusão do *modus vivendi* europeu, enquanto que cientificamente autorizava a exploração das diversas regiões do globo (RIBEIRO, 2014, p. 157).

A premissa do território enquanto fundamento do sucesso imperialista foi o objeto central das reflexões de Friedrich Ratzel (1844-1904) na Alemanha, Paul Vidal de La Blache (1845-1918) na França e Halford John Mackinder na Inglaterra. Para Mackinder, o ensino de geografia permitiria ao Estado desenvolver estratégias para a criação de uma consciência nacional-territorial e cultural sobre a importância do território e do império inglês, enquanto uma extensão do próprio território inglês, reforçando com isto o sentimento de pertencimento da coletividade.

Nas academias militares, o treinamento rigoroso em topografia, astronomia, leitura de cartas topográficas e noções de antropologia formavam uma nova tipologia de explorador, agora não somente preocupado em levantar informações sobre o terreno, mas principalmente, em controlar o território. Por outro lado, nas escolas públicas os jovens eram levados à adquirir conhecimentos sobre as paisagens e as regiões de seu país, onde “...o nacionalismo passava obrigatoriamente pelo solo e pelas fronteiras. Aderir à geografia era aderir à própria pátria. Um instrumento cívico” (ESCOLAR, 1993; RIBEIRO 2009, apud RIBEIRO 2014, p. 155-156).

Mackinder utilizou como exemplo o papel do ensino de geografia realizado pela educação pública prussiana, que segundo ele, penetrou em toda sociedade e foi uma forma estratégica de se inculcar nela o pensar geográfico, no sentido de desenvolver e reforçar a relação entre o território e a sociedade. Este deveria ser um exemplo a ser seguido pelo Estado inglês, onde uma ciência geográfica imperial traria ao indivíduo uma noção da importância do império no sucesso da Inglaterra frente as demais potências imperialistas.

O debate sobre a importância do ensino de geografia como objetivo de se desenvolver a consciência sobre o território imperial já vinha acontecendo desde 1830, com a criação da Royal Geographical Society (RGS) em 1838, com a preocupação inicial de formar cientificamente e tecnicamente novos exploradores e melhor capacitar as forças militares para ações mais qualificadas nas colônias (DRIVER, 2006). Com a relativa perda de interesse do Estado, no que diz respeito a capacitação técnica dos militares,

a RGS estreitou suas relações com as universidades, como Oxford e Cambridge, por exemplo.

A formação acadêmica de Mackinder ocorreu em Oxford na década de 1880, onde estudou história e ciências físicas. Passou a lecionar no Movimento de Extensão da Universidade de Oxford, organizada por Michael Sadler, em centros de extensão por todo o país. Em razão de suas frequentes visitas a Londres para seus estudos de direito, Mackinder acabou conhecendo e estabelecendo contato com diversas figuras que integravam a RGS. (BLOUET, 2004b).

Na RGS, eram vários os integrantes reformistas que estavam buscando promover o ensino de geografia nas escolas e em universidades, uma vez que estavam conscientes de que a Grã-Bretanha encontrava-se atrasada em relação a outros países europeus, como no caso da Alemanha.

Com o tempo, Mackinder entrou em contato com Scott Keltie, Henry Bates, Francis Galton, James Bryce, Clements Markham e Douglas Freshfield, todos os principais reformadores dentro da RGS que visavam oferecer um maior escopo para a exploração e estudos acerca da ciência geográfica e do ensino de geografia (BLOUET, 2004a).

Em 1885, a RGS encomendou a Scott Keltie um relatório sobre o estado do ensino da geografia na Inglaterra, onde ele concluía que a geografia era pobremente ensinada nas escolas públicas, uma disciplina sem método, sem direcionamento, num evidente contraste com o cenário da educação alemã. O diagnóstico apresentado por Keltie foi importante base de argumentos para uma necessária mudança de rumos no que era a geografia imperial britânica.

Por fim, é neste cenário de uma educação geográfica negligenciada e do fortalecimento do domínio das ideias imperiais, que o trabalho pretende destacar a clara visão de Mackinder de que o estabelecimento da geografia imperial nas escolas era vital para o futuro próspero do Império Britânico. Ele estava construindo uma abordagem que iria formar mentes imperiais, capazes de aplicar a geografia à estratégias militares e às questões imperiais do território (KEARNS, 2004).

Bibliografia:

BLOUET, Brian. "The Imperial Vision of Halford Mackinder". *The Geographical Journal*, vol. 170, no. 4, 2004a, p. 322-329.

BLOUET, Brian. Mackinder, Sir Halford John (1861-1947). *Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford: Oxford University Press, 2004b.

DRIVER, Felix. *Geography Mititant. Cultures of Exploration and Empire*. Oxford: Blackwell, 2006.

KEARNS, Gerry. The Political Pivot of Geography. *The Geographical Journal*, vol. 170, n.4, 2004, p. 337-346.

RIBEIRO, Guilherme. *Geografias Imperiais: o caso de Halford John Mackinder (1861-1947)*. *GEOgraphia, América do Norte*, 16, set. 2014.

Imagem, paisagem e identidade nacional: visualizando fragmentos do território brasileiro no dinheiro produzido pelo American Bank Note (1870-1970)

Thiago Silvestre da Silva

O presente trabalho busca analisar imagens de paisagens do Brasil veiculadas pelo dinheiro impresso pelo American Bank Note entre os anos de 1870 e 1970, de modo a relacionar geografia, imagem e dinheiro. De modo geral, a pesquisa se circunscreve em abordagens culturais da geografia interessadas com as relações entre paisagem, representação e identidade social. Além disso, o estudo está alinhado ao interesse recente de alguns geógrafos na pesquisa com imagens tal como observamos, por exemplo, nos trabalhos de Gillian Rose, Denis Cosgrove e André Novaes. De modo específico, estudar o “outro lado da moeda”, isto é, concentrar-se no caráter representacional do dinheiro, coloca-nos diante de perspectivas das chamadas “geopolíticas críticas” cuja atenção tem se voltado para temas como a influência de imaginações geopolíticas na construção de políticas de identidade e os contextos situados produção do conhecimento geopolítico (Dodds; Atkinson, 2000, p.10-11). Apesar de sua alta circulação e popularização crescente no capitalismo moderno, o dinheiro é um objeto banalizado no cotidiano. Na teoria social ocidental, o dinheiro foi tradicionalmente abordado por seus aspectos econômico e político, embora exerça ou já tenha exercido outros papéis sociais de ordem ideológica, religiosa ou militar. Dentre as funções (geo)políticas e ideológicas do dinheiro, podemos destacar sua função de territorialização do espaço e sua participação ativa na produção e circulação de identidades nacionais. Essas duas funções do signo monetário estão no centro das discussões de um certo campo de estudos denominado por David Cohen (1998) como geografia do dinheiro. Para Cohen (1998), a geografia do dinheiro se fundamentou desde o Tratado de Westphalia (1648) no mito “um dinheiro/uma nação”, de modo que a construção dos estados-nação europeus no século XIX ocorreu paralelamente à definição das moedas nacionais e da soberania monetária dentro do território nacional. A formação de uma iconografia monetária envolve sempre um processo de decisões estratégicas por parte do Estado e dos agentes e instituições de produção monetária, de modo que a difusão espacial de moedas e cédulas permite à população em geral ter acesso a ideias e imagens que se apresentam como portavozes da nacionalidade. Portanto, à medida que o dinheiro circula pelo território ele comunica mensagens dos poderes de emissão monetária. Acreditamos que o signo monetário constitui um símbolo nacional da mesma proeminência que o hino, a bandeira ou os brasões. Dessa forma, não negamos que o dinheiro seja um objeto eminentemente econômico, todavia, defendemos que ele é igualmente um “processo social” (Leyshon; Thrift, 1997). Assim, entendemos que os objetos recebem significados a partir de codificações humanas, mas que, na prática, “são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social” (Appadurai, 2008 [1986], p.17).

O objetivo geral do trabalho é estabelecer relações entre geografia, imagem e dinheiro através da análise de imagens do território em cédulas brasileiras

produzidas durante um século pelo American Bank Note. Temos como objetivo específico associar os conceitos de imagem, imaginação geográfica e identidade nacional, pressupondo-se que o dinheiro é um objeto cultural que, por sua alta circulação e imbricação com o poder, é um meio estratégico para a divulgação de ideologias nacionalistas.

Partindo da ideia de que a imagem visual é “forma discursiva geográfica” (Ryan, 1997), a metodologia que norteia o estudo das imagens no dinheiro se utiliza de noções e conceitos do campo das ditas metodologias visuais, das geografias política, econômica e cultural, da história da arte e da análise de discurso. Antes de proceder à análise das imagens, realizamos uma seleção e classificação temática das notas de banco. A partir das imagens que são projetadas pelas/para as paisagens, buscamos investigar como se deu e se dá o processo de representação e cristalização de um imaginário específico sobre o território brasileiro. Relacionando as categorias paisagem e memória, objetivamos identificar algumas memórias que são presentificadas nas paisagens e que se atualizam e se engendram por meio da circulação das paisagens nas cédulas. Os documentos da pesquisa provêm, em parte, dos acervos do Museu de Valores do Banco Central do Brasil, Casa da Moeda, Museu Histórico Nacional e Centro Cultural Banco do Brasil (Rio de Janeiro). Dessa forma, o processo de pesquisa inclui alguns trabalhos de campo nos museus supracitados visando registrar as notas de banco que compõem os acervos numismáticos. O outro conjunto das fontes documentais é constituído de manuais numismáticos e guias para colecionadores de moedas.

Embora a pesquisa esteja em fase de andamento, há períodos e padrões de representação que já podem ser vislumbrados a partir de uma serialização temática de notas colhidas em manuais numismáticos e guias para colecionadores de moedas. O primeiro período iria de 1870 a 1930, onde teria aparecido um grande número de imagens da cidade do Rio de Janeiro. O segundo se iniciaria em 1940, quando parece haver um número considerável de imagens de outras regiões do país. Por fim, entre 1950 e 1970, é possível identificar imagens que supunham uma certa refundação da identidade nacional brasileira.

Bibliografia:

APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008 [1986].

COHEN, Benjamin. The geography of money. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1998.

DODDS, Klaus; ATKINSON, David. Geopolitical traditions: a century of geopolitical thought. Londres: Routledge, 2000.

LEYSHON, Andrew; THRIFT, Nigel. Money/space: geographies of monetary transformation. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1997.

RYAN, James R. Picturing Empire: photography and the visualization of British Empire. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

La geopolítica de lucha de clases. Emergencia histórica en América Latina

Efraín León Hernández

La ponencia presenta a la teoría social crítica una propuesta teórica que da cuenta de manera innovadora de los procesos geopolíticos entre clases sociales antagónicas en América Latina, al tiempo que los caracteriza históricamente como un tipo de procesos políticos de primer orden en la región que ha emergido en las últimas dos décadas adquiriendo creciente centralidad. De manera puntual pensamos que el proyecto territorial neoliberal que pretende reactivar la acumulación de capital, al igual que la tendencia de concreción histórico geográfica que lo caracteriza en América Latina, aún deben ser comprendidos desde una perspectiva que deje ver con claridad la correspondencia de estas prácticas espaciales con las ecuaciones políticas nacionales entre el Estado y la sociedad, lugar en el que se establece con mayor fuerza la lucha entre clases sociales a partir de la derrota ideológica que trajo consigo el final de la Guerra Fría.

El trabajo es una síntesis de los resultados que arrojó el proyecto de investigación Geopolítica y discurso crítico, en el que se exploró la especificidad de lo geopolítico en consideración a la disputa establecida entre la praxis espacial de las clases dominantes en el neoliberalismo frente a la praxis espacial de las fuerzas populares: una verdadera geopolítica, pensamos, transversal a la que se establece entre los estados, las empresas y los ejércitos. Esta propuesta encuentra inspiración teórica en los fundamentos del discurso crítico de Marx y sus desarrollos en la geografía, la sociología, la filosofía y la sociología políticas críticas respecto a la teorización de: “lo político”, la “producción del espacio”, la “sociedad civil”, el “Estado”, las “clases sociales” y la “lucha de clases”.

La ponencia se desarrolla siguiendo las siguientes tres líneas:

1. La construcción teórica de lo geopolítico, como la práctica política que altera los órdenes territoriales que rigen la reproducción social. Lo cual implica reconocer la unidad política y práctica de este proceso en los momentos de intervención y normalización política que imprimen diversas fuerzas sociales particulares en estos órdenes, así como desde los momentos de su emergencia histórica, constitución política y definición de sentido.
2. La articulación de lo geopolítico a la dimensión socio-política de las fuerzas productivas materiales -técnicas y naturales- como momento crucial en el que se juega a la vez la reproducción del capital, de las clases sociales y del conjunto de la sociedad.
3. La consideración de la condición histórica de las fuerzas políticas que emanan de los sectores organizados de la sociedad civil y las clases populares en su vínculo con los proyectos políticos, económicos y territoriales de sociedad.

De tal suerte, que el texto propondrá una caracterización histórica sobre la unidad del proyecto territorial neoliberal vigente en América Latina en tanto que proyecto que sintetiza el interés común de las clases dominantes. Considerará su emergencia y desarrollo como proyecto de clases, así como su estado actual de concreción y disfrute de legitimidad en el marco de crisis mundial de la economía y la hegemonía neoliberal.

Por su parte, el texto también presentará una valoración del estado actual de las fuerzas políticas populares y su praxis espacial, para captar su condición de agentes clave en la definición del orden territorial histórico. Aquí se construye una evaluación de su posicionamiento práctico e ideológico respecto a las fuerzas productivas, la reproducción social y la posibilidad del ejercicio de construcción de sentido común a su propia fuerza política.

Concluimos que la correlación de fuerzas vigente en el neoliberalismo ha determinado la forma en que se constituye y despliega la praxis espacial de estas dos clases. Por un lado, la praxis espacial de las clases dominantes que se despliega con unidad bajo un proyecto que interviene el orden territorial de la producción y la circulación, y por el otro, la praxis espacial de las clases populares sin proyecto de unidad y como fuerza política a la defensiva y fragmentada en escalas locales.

A tal suerte, el ejercicio de práctica geopolítica entre clases sociales demuestra una correlación de fuerzas altamente desigual y la falta de sentido de unidad política y de producción de un proyecto territorial alternativo en las clases populares que pueda disputar la iniciativa al proyecto neoliberal de las clases dominantes.

Bibliografía:

LEÓN, Efraín. Geografía crítica. Espacio, teoría social y geopolítica. UNAM/Itaca. México. 2016

LEÓN, Efraín (Coord.). Praxis espacial en América Latina. Lo geopolítico puesto en cuestión. UNAM/Itaca. México. 2017

LEÓN, Efraín . “Unidad Económico-política de América latina: pasado, presente y futuro”. en Estudios Políticos Latinoamericanos, N. 3 del Anuario de la Maestría en Estudios Políticos Latinoamericanos – Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, Colombia. 2017

ECHEVERRÍA, Bolívar. El discurso crítico de Marx, Ediciones Era, México, 1986.

OLIVER, Lucio (coord.) Transformaciones recientes del Estado integral en América Latina. Crítica y aproximaciones desde la sociología política del Antonio Gramsci. UNAM / BIBLIOTECA. México.

Límites y posibilidades para una geopolítica crítica desde el sur

Alejandro Rascovan

El campo de la geopolítica es, como otros en las ciencias sociales, complejo. Sin embargo tiene una complejidad específica. Su tradición lo ubica en dos disciplinas. Por un lado la geografía política y por el otro las relaciones internacionales. Cada una de estas ha realizado caminos diferentes. En el caso Argentino, la geopolítica ha sido utilizada desde las relaciones internacionales como sinónimo de conflicto entre naciones. Desde la geografía, la línea tradicionalista, ha vinculado este concepto a un nacionalismo territorial. Nuestra propuesta es tender puentes en el concepto a partir de una lectura crítica de las ciencias sociales, con aportes de las escuelas francesas y brasileñas y los desarrollos de las teorías locales-globales, a fin de poder concebir una herramienta teórica que sea capaz de interpretar de manera más efectiva conflictos políticos, los actores involucrados y su expresión territorial.

Este trabajo de carácter exploratorio busca abrir debate que nunca se dio con el objetivo de superar límites autoimpuestos y abrir nuevas posibilidades para investigaciones más acordes a las épocas que corren. La geopolítica, en tanto disciplina de conocimiento y aproximación a problemáticas de poder expresadas territorialmente (Subra, 2007:15), en Argentina, nunca vinculó de manera directa a las dos disciplinas que pretendieron nutrirla: la geografía política y las relaciones internacionales. Cada una de estas disciplinas construyó un corpus alrededor del concepto geopolítica nutriéndolo de sus propios derroteros. A su vez, dentro de cada una de estas disciplinas existen líneas teóricas opuestas que retoman la geopolítica con diferentes fines. El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre la posibilidad de una geopolítica crítica en América del Sur y particularmente en Argentina que pueda dar cuenta de las riquezas que tanto la geografía política como las relaciones internacionales pueden otorgarle.

El texto ya clásico de Agnew (2006) “Entre la Geografía y las Relaciones Internacionales” ya problematizó sobre las diversas vertientes teóricas que nutren la geopolítica clásica. En su caso, al retomar a Foucault y su concepción de poder establece parámetros para una geopolítica crítica. Sin embargo, en el contexto Argentino, las relaciones internacionales han avanzado, en términos institucionales, en un camino de seguidismo del “mainstream” de la disciplina enmarcado en las corrientes realista-neorealista-liberal y neoliberal de procedencia anglosajona, particularmente norteamericana. El uso de geopolítica, por lo tanto, ha estado directamente vinculado con problemáticas militares y de recursos desde un posicionamiento belicista y nacionalista.

Entonces, nos proponemos una revisión de la bibliografía vinculada con los usos del concepto de geopolítica desde las relaciones interanacionales y la geografía política. En paralelo se debatirá sobre la construcción de las ideas de Sur Global dentro de las corrientes poscoloniales y de Crítica.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

AGNEW, John (2006): “Entre la geografía y las relaciones internacionales”. Tabula Rasa. N° 5, julio-diciembre.

SLATER, David (2008) “Repensando la geopolítica del conocimiento: Reto a las violaciones imperiales”. En Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.8: 335-358, enero-junio.

SPIVAK, G. C. (1999): A Critique of Postcolonial Reason. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press.

SUBRA, P. (2007). Géopolitique de l'aménagement du territoire. Paris: Armand Colin.

SWYMGEDOUW, Erik (2003): Globalisation or 'glocalisation'? Networks, territories and re-scaling. Oxford: St. Peter's College.

Mackinder e a geopolítica brasileira no início do século XXI

Paulo Wagner Teixeira Marques

Geograficamente localizado em uma área do globo relativamente marginal em relação aos principais pólos de poder mundial, o Brasil vem, nas primeiras décadas do século XXI, perseguindo um maior protagonismo no cenário internacional, compatível com o tamanho de sua economia e de seu peso estratégico em diversos temas atuais das relações exteriores, como o meio-ambiente e a produção de energia.

Durante os dois mandatos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Brasil experimentou uma fase de intensa participação nos principais fóruns internacionais e as relações exteriores passaram a ocupar um espaço importante de discussão na sociedade brasileira. Nesse período, a agenda internacional foi utilizada como relevante instrumento de desenvolvimento e de afirmação política do país no cenário internacional. Posteriormente, já durante os Governos da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), houve um enfraquecimento relativo do protagonismo brasileiro no cenário internacional, acompanhado por uma reacomodação do posicionamento do Estado perante alguns temas sensíveis ao novo Governo. Enfim, após o ano de 2016, com a nova troca no comando do país, aconteceram importantes mudanças quanto à linha ideológica seguida pelo novo grupo instalado no poder e, conseqüentemente, significativa correção de rumos na sua atuação diplomática. Todavia, apesar da alternância entre momentos de protagonismo ativo e outros de timidez diplomática, as relações exteriores vêm, gradativamente, tomando força na sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XXI, impulsionando o país a romper uma espécie de isolamento, forçado ou não, em relação, principalmente, aos demais países da América do Sul e da África, e possibilitando uma inserção independente do país no cenário internacional.

Os caminhos e as possibilidades que levam a uma participação mais ativa no concerto das nações são os temas deste trabalho. Para tanto, nos valem das teorias geopolíticas elaboradas por um dos mais importantes teóricos do assunto, Sir Halford Mackinder. As suas ideias e a sua teoria do "Pivô Geográfico da História" fornecerão o quadro estrutural capaz de facilitar a compreensão das dificuldades e aspirações brasileiras em um cenário internacional composto por novos e antigos atores, bem como novos, e antigos, desafios. Temas tão distintos quanto meio ambiente - em especial mudança climática, proliferação nuclear e finanças internacionais apontam para múltiplas articulações de geometrias variadas nos distintos tabuleiros de poder do mundo atual. Cada um desses tópicos apresenta suas próprias peculiaridades, bem como diferentes protagonistas dotados de variados recursos de poder. Mais importante, eles abrem brechas e possibilidades para uma ação vantajosa, do ponto de vista estratégico, para o desenvolvimento inclusivo do Brasil.

Apesar de ter elaborado sua teoria do poder há aproximadamente um século, o pensamento de Mackinder permanece atual e constitui a base de todo o pensamento geopolítico contemporâneo. Ele é, portanto, uma ferramenta indispensável a qualquer

estudo que busque compreender a situação internacional de nossos dias, tendo a geopolítica como o seu componente principal. As ideias apresentadas nesse artigo serão desenvolvidas a partir dessa base intelectual, levando-se em consideração as especificidades brasileiras e os possíveis caminhos que podem ser trilhados para a consecução dos objetivos de desenvolvimento e de afirmação nacionais.

Portanto, o objetivo deste artigo é investigar os espaços de oportunidade que a geopolítica, conforme pensada por Mackinder, oferece para uma inserção equilibrada e autônoma do Brasil no cenário internacional. Propõem-se, paralelamente, uma reflexão sobre a situação da posição brasileira perante os pólos de poder mundiais e sobre as oportunidades oferecidas pelo uso da política internacional como instrumento de superação dos limites do desenvolvimento interno.

Por fim, o presente artigo representa a retomada das ideias propostas no trabalho de conclusão do curso de graduação em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O período de maturação das ideias então desenvolvidas coincide com a diplomacia propositiva e proativa empreendida ao longo dos dois mandatos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), principalmente, e de seu Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, bem como com o período de retraimento diplomático dos Governos Dilma Rousseff (2011-2016) e de guinada ideológica do Governo Michel Temer (2016-2018). Assim, a metodologia empregada para a sua elaboração é a análise comparativa de textos referentes ao momento da diplomacia brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI, cotejada com os textos acadêmicos que abordam as ideias de Sir Halford Mackinder e a sua evolução ao longo dos últimos cem anos. O emprego de mapas auxiliará o entendimento das ideias apresentadas.

Bibliografia:

AMORIM, Celso. A política externa do governo Lula. *REVISTA POLÍTICA EXTERNA*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 157-163, jun./jul./ago. 2004.

MACKINDER, Halford. On the Scope and Methods of Geography. In: *Democratic Ideals and Reality*, New York: W.W.Norton & Company, 1962.

MACKINDER, Halford. The Geographical Pivot of History. In: *Democratic Ideals and Reality*, New York: W.W.Norton & Company, 1962.

MACKINDER, Halford. *British and the British Seas*, Westport, Conn.: Greenwood Press, 1969.

PARKER, W.H. *Mackinder: Geography as an Aid to Statecraft*, Oxford: Clarendon Press, 1982.

Mapeamento da produção de geopolítica pelos geógrafos no Brasil no decênio 2007-2016

Rafael Balieiro Crestani
Oséias da Silva Martinuci

Historicamente, as ideias Geopolíticas elaboradas no Brasil tiveram maior relação com as forças armadas e os chefes de Estado-maior. A relação entre política e território no Brasil foi marcante no século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial e durante o período militar, quando políticas que visavam a integração nacional e a defesa da soberania brasileira foram elaboradas. Nesse período, os geógrafos da academia participaram timidamente dessas discussões, refletindo a desconfiança que os estudos geopolíticos adquiriram após a Segunda Guerra Mundial, em função de sua associação ao expansionismo alemão, principalmente com a revista Geopolítica de Karl Haushofer. Foi apenas no último quarto do século XX que se intensificam as discussões e estudos sobre a Geopolítica na academia, respirando ares de renovação com a Geografia Crítica. Nessa nova perspectiva dos estudos Geopolíticos, o Estado deixou de ser o único agente promovedor de políticas territoriais e outros agentes passaram a ser abordados na pesquisa, como as ONG's, as empresas multinacionais, os movimentos sociais etc. Isso não significa que o Estado perdeu a centralidade ou importância nos estudos sobre políticas territoriais, mas que outros agentes passaram a ter a devida importância no jogo de interesses que envolvem o território. Com a redemocratização, os estudos geopolíticos se acentuaram na geografia brasileira, com a criação de programas de pós-graduação na área e, mais recentemente, com o surgimento de redes de pesquisadores comprometidas com o tema, como o CENEGRI (Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais) a ABED (Associação Brasileira de Estudos de Defesa), a REBRAGEO (Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território) e outros.

Nos anos recentes, a discussão dos assuntos relacionados à Política no Brasil vem ganhando destaque e chamando a atenção de diversas áreas da sociedade, inclusive nos ambientes acadêmicos. Levando em consideração os acontecimentos recentes da cena política brasileira e a renovação da visão dos geógrafos sobre a Geopolítica no final do século XX, surgiu-nos a curiosidade de entender como os geógrafos estão trabalhando os assuntos político-territoriais e os principais centros acadêmicos de produção científica dessa temática no Brasil no período recente. Considerando a Geopolítica e a Geografia Política como indistintas e entendendo essa ciência como a que estuda os acontecimentos, as disputas políticas e suas relações sobre o território, o presente trabalho teve como o objetivo mapear a produção de Geopolítica por parte dos geógrafos brasileiros no período 2007-2016 nas revistas científicas de Geografia classificadas com notas A1, A2 e B1, de acordo com avaliação 2013-2016, da Capes. A metodologia usada para a identificação dos artigos foi a presença de termos como Geografia Política, Geopolítica ou Política Internacional nas palavras-chaves dos artigos, bem como nos resumos, caso os termos citados não

aparecessem nas palavras-chave. A relevância desse trabalho reside na importância de conhecer e reconhecer o trabalho recente dos geógrafos nessa temática, bem como analisar os temas que têm sido mais estudados e os locais de produção desse conhecimento.

Preliminarmente, os locais que apresentaram a maior produção de Geopolítica no período citado encontram-se nos grandes centros, destacando-se a USP, UFRJ, UERJ, UFF e UNICAMP, mas é perceptível o crescente interesse que os estudos geopolíticos despertam nas instituições do interior, como a UNESP (Araraquara e Pres. Prudente) e algumas universidades do Norte e Nordeste do Brasil. É importantíssimo que a Geografia se aproprie cada vez mais dos temas político-territoriais e que não seja neutra frente a esses acontecimentos, na medida em que seu estudo pode contribuir para a justiça sócio-territorial no Brasil.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. Uma Breve História da Geopolítica. 1.ed. Rio de Janeiro: Cenagri- Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2011.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia política e geopolítica: discursos sobre o Território e o Poder. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2013.

KAROL, Eduardo. Geografia política e geopolítica no Brasil (1982-2012). 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014

VESENTINI, José William. Novas geopolíticas: as representações do século XXI. São Paulo: Contexto, 2015.

O Brasil e o Atlântico Sul

Ricardo Pereira Cabral
Nelson Ricardo Calmon Bahia

Este artigo tem por objetivos apresentar uma abordagem teórica, a partir das Relações Internacionais e da Geopolítica, para o Atlântico Sul que incorpore as duas massas continentais, América do Sul Atlântica e a África Subsaariana Atlântica, demonstrar a importância estratégica desse oceano para o Brasil e as interações existentes entre as duas margens deste oceano. Tal abordagem se coaduna ao conceito de entorno estratégico, presente no Livro Branco da Defesa Nacional, que de certa forma condiciona a atuação do governo brasileiro na sua região primária de interesse estratégico e de influência política e econômica.

O Atlântico Sul é de importância fundamental como fonte de recursos vivos e não vivos, para o comércio exterior e para a produção de energia. Em termos de segurança é de onde poderá vir os maiores desafios para a segurança nacional.

O enfoque teórico será construído a partir dos conceitos das comunidades de segurança, formulado por Karl Deutsch e as contribuições de Emmanuel Adler e Michael Barnett. Acrescentaremos a Teoria dos Complexos Regionais, formulados por Barry Buzan e Ole Wæver a fim de analisar as dinâmicas de segurança existentes nos sub-complexos localizados na África Subsaariana e na América do Sul na sua vertente Sul Atlântica e suas interações com o Atlântico.

Em termos da geopolítica do Atlântico Sul a partir das obras de Golbery do Couto e Silva com a Teoria dos Hemiciclos (origem do conceito de entorno estratégico), Meira Mattos (com a utilização das ilhas oceânicas brasileiras para o controle das linhas de Comunicação Marítima), Terezinha de Castro com a Tese Triangulação Insular Atlântica e a inclusão da Antártida na área de interesse estratégica brasileira, fechando esse ponto com Eli Penha e sua análise sobre a necessidade de projeção pacificar de poder em direção a África e do reforço do poder naval sobre o Atlântico Sul).

Em termos estratégicos a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa estabelece como área de interesse prioritário, que foi denominada de entorno estratégico brasileiro, a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. A proximidade do Caribe impõe que se dê atenção aquela região.

A abordagem geoestratégica, leva em consideração a presença cada vez maior de grandes potências disputando os recursos naturais e os mercados dos países limítrofes. Reino Unido, Estados Unidos e França já tem sua presença consolidada, possuem bases militares e aliados tradicionais que de certa forma lhes permitem controlar as linhas de comunicação marítima. A elas se juntaram, a Rússia (como

herdeira da URSS) e recentemente a China. É neste cenário complexo que o Brasil tem que atuar para garantir a integridade dos seus interesses nacionais.

Nos últimos anos o Brasil tem intensificado a cooperação na área segurança, com tem extrapolado as parcerias tradicionais no âmbito da América do Sul, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dos Estados-membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS, 1986) para incorporar novos parceiros como a Namíbia, por exemplo. Este reforço da cooperação intrarregional visa a construção de uma identidade regional que respeite a heterogeneidade na determinação dos interesses e objetivos comuns.

Bibliografia:

ADLER, Emmanuel; BARNETT, Michael (orgs.). Security Communities. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BUZAM, Barry; WAEVER, Ole. Regions and Powers. The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CASTRO, Therezinha de. Geopolítica. Princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

STRAVIDIS, James. Seapower: the history and geopolitics of the world's ocean. New York: Peguin Press, 2017.

TILL, Geoffrey. Seapower. London: Frank Cash Publishers, 2004.

O período da sistematização da geografia brasileira: a geografia histórica e a geografia política no XVIII Congresso Internacional de Geografia

Pâmela de Souza da Cruz
Marcelo Werner da Silva

A problemática deste trabalho envolve a relação entre a Geografia Histórica e a Geografia Política. Compreendemos o território como um resultado histórico, fomentado pelo relacionamento da sociedade com o espaço, desta forma, só pode ser compreendido por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento, portanto, recuperar a história de sua formação leva à conformação das áreas de dominação estatal (MORAES, 2008, p.52-53). A abordagem histórica dos territórios, envolve uma relação da Geografia Histórica com a Geografia Política, conforme constatamos em um dos eixos temáticos de um importante evento, o XVIII Congresso Internacional de Geografia, um marco para a consolidação da Geografia Brasileira. Ocorrido em 1956 no Rio de Janeiro, este Congresso, foi articulado por professores da então Universidade do Brasil (UDF-UFRJ) liderados pelo professor Hilgard Sternberg, o grande responsável pelo evento. Este Congresso abriu as portas dos geógrafos brasileiros para o mundo, pois grandes nomes da geografia mundial vieram prestigiar o evento. O evento contou com um total de 1084 participantes, dentre as treze seções especializadas do evento, estava a seção “Geografia Histórica e Política” (MACHADO, M.S, 2008, p. 149-150). Este fato, guia esta pesquisa e afirma nosso argumento da Geografia Histórica enquanto prática discursiva. Procuraremos identificar por meio dos anais do evento, que tipo de discussões estavam sendo travadas, que tipo de trabalhos estavam sendo feitos, para então, podermos efetivamente afirmar que tipo de influência o campo da Geografia Histórica, estabeleceu no pensamento geográfico da época. Este trabalho parte de uma pesquisa de maior fôlego, que procura articular dois campos, o da Geografia Brasileira e o da Geografia Histórica. Este último, sendo compreendido como uma forma de discurso, ou seja, como uma forma de se praticar a Geografia, e que, portanto, acaba por influenciar na formação de um pensamento geográfico, que por sua vez, acaba por influenciar diretamente no fazer geográfico. O recorte temporal de nossa pesquisa, engloba o período de institucionalização da Geografia Brasileira, entre as décadas de 1930, 1940 até meados da década de 1950, quando ocorre o evento. Nossa preocupação dá-se pela tentativa de compreender que bases epistemológicas fundamentaram a Geografia Brasileira e que permeiam nossa conjuntura. Uma vez concebida a Geografia Histórica como uma forma de abordagem, configurando-se como um campo sistematizado portador de suas próprias fundamentações, acreditamos ser importante a análise de sua influência, procurando identificar em que medida estava sendo praticada na geografia brasileira. De acordo com Lia Osório Machado (1995), as três primeiras décadas do século XX representaram uma época de redefinição da identidade nacional e da mentalidade brasileira que deram movimento à uma gestão territorial que exige novas ideias e práticas concretas, voltadas para o ideário progressista e desenvolvimentista. Entendemos a Geografia Histórica, como “caminho de reconstituição (em várias escalas) do processo de formação dos atuais territórios, postura que –

inapelavelmente- repõe uma ótica de história nacional” (MORAES, 2009, p. 61) E ainda, reconhecendo o campo da Geografia Política como o “estudo histórico dos processos de formação dos territórios estatais” (MORAES, 2009, p. 73), justificamos a importância de se analisar a relação entre a Geografia Histórica e a Geografia Política, a partir do eixo temático do 18º Congresso Internacional de Geografia, como forma de compreender a relação maior da participação da Geografia Histórica no processo de formação da Geografia Brasileira.

Bibliografia:

MACHADO, L.O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.1995. p. 309-352.

MACHADO, M.S. A construção da Geografia Universitária no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MORAES, A.C.R. Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, A.C.R. Território e História no Brasil. 3ªEd. São Paulo: Annablume, 2008.

O populismo para além do senso comum: de Ianni à atualidade

Március Herculano Pereira Carneiro Araújo

O artigo é fruto de um esforço inicial de um trabalho de conclusão de curso, apresentado no Instituto de Geociências, na Universidade Federal de Minas Gerais e que busca dar prosseguimento aos estudos sobre o assunto. Ao mesmo tempo aproximar a Geografia Política desse debate tão fundamental no âmbito político.

Com esse trabalho busca-se debater o conceito de populismo, importante fenômeno político e que devido a possíveis líderes recentes vem ganhando os holofotes da mídia e da academia. A Geografia Política pouco ou nada participa desse debate, que vejo como necessário. Com isso o senso comum assume um importante papel de influenciador da opinião pública e o populismo deixa de ser um fenômeno político complexo e que merece estudos para se tornar algo simplório e incorreto. Antes políticos como Getúlio Vargas, no Brasil, Juan Domingo Perón, na Argentina, José María Velasco Ibarra, no Equador, Víctor Estensoro e Hérman Siles Zuazo, ambos na Bolívia e Lázaro Cárdenas del Río, no México eram chamados de populistas. Na atualidade outros representantes recebem essa denominação e não correspondem a uma política ou projeto político semelhante a essas figuras clássicas, tais como Donald Trump, nos Estados Unidos, Marie Le Pen, na França, Silvio Berlusconi, na Itália e Geert Wilders, na Holanda e até Jair Bolsonaro, no Brasil. Enquanto isso, representantes políticos recentes que se aproximam dos populistas das décadas de 1930 a 1960, como Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Rafael Correa (Equador), Evo Morales (Bolívia), Hugo Chavez e Nicolás Maduro (Venezuela) e Nestor e Cristina Kirchner (Argentina), também recebem essa adjetivação.

Com dois opostos recebendo a denominação de populista pela mídia e acadêmicos, nos resta identificar quem são de fato populistas. Afim de auxiliar nesse esclarecimento buscou-se compilar uma quantidade de autores que expõem suas visões sobre a temática, com ênfase para Octavio Ianni, autor de duas obras completas sobre o assunto. Ainda foi necessário uma retomada de alguns termos como nazismo, fascismo, ditaduras e o conceito de popular. A partir desses conceitos foi possível diferenciar a ação dos governantes populistas de qualquer semelhança com os demais representantes.

Dentro da proposta do artigo questões foram levantadas para respostas no decorrer da escrita e para reflexões futuras, tais como seriam esses governos atuais de fato populistas? O que é populismo? Ele se limita a um período histórico? Um governo populista e um governo fascista são nacionalistas, mas isso significa que são iguais? O nacionalismo aplicado pelos dois é o mesmo? O populismo pode assumir o formato de ditaduras, mas será que toda ditadura é populista? O nazismo teve um culto ao líder, no populismo esse culto também acontece, mas será que da mesma maneira? Ser popular é ser populista? Ser popular e fascista ou nazista, é possível? Uma ditadura pode ser popular?

A utilização do senso comum como explicação para o populismo é algo empobrecedor. Em diversos meios de comunicação e em diversos relatos acadêmicos o fenômeno sempre recebe um caráter pejorativo. Por outro lado esquerda e direita insistem em jogar o paternalismo para lá e para cá. Militantes da esquerda como Chauí insiste na teoria de que o populismo é um movimento de direita e que busca dar uma falsa sensação de conquista e ascensão para as massas empobrecidas, enquanto, na visão dela, o representante político atende os interesses burgueses. Por outro, militantes da direita, como Guzzo, têm em seu discurso a explicação de que o populismo é um movimento proveniente da esquerda e que serve para enganar o povo estatizando tudo e aniquilando o poder de investimento do país, sendo usado como um discurso convincente e que ameaça as instituições democráticas.

Independente das visões, é fato que o populismo pode assumir figura de ditadura e democracia, assim como depende do capitalismo para surgir, manter e declinar. Talvez seja melhor colocar o populismo como um fenômeno transigente, mescla interesses e conversa com os dois lados do espectro político, em uma tentativa de se tornar atraente para burgueses e operários. O certo é, que em momento algum podemos taxar representantes políticos que defendem a exclusão de classes, raça, visão política, religiosa, sexualidade como populistas. Isso imediatamente vai de encontro com o que a mídia defende quando taxa Trump, Berlusconi, Le Pen e Bolsonaro como populistas.

Bibliografia:

ANDRADE, Manuel Corrêa. Populismo e Organização Social do Espaço. Revista Geografia e Ensino. UFMG. Ano 2. Nº8 – 1998.

HERCULANO, Március. Populismo: um conceito para além do senso comum. Trabalho de conclusão de curso em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte - MG, 2017. Disponível em:
<http://www.igc.ufmg.br/images/igc/biblioteca/GEO179_atualizado.pdf>

IANNI, Octávio. A Formação do Estado Populista na América Latina. Ed. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro – 1975.

IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Ed. Civilização Brasileira, 4ª edição – Rio de Janeiro – 1978.

SAES, Décio de Azevedo Marques. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina. Anos 90: Política e Sociedade no Brasil / org. Evelina Dagnino. (pág. 41 – 48) – São Paulo: ed. Brasiliense – 1994.

Pensamento geopolítico e militar sobre o Atlântico Sul na guerra fria

Murilo Gomes da Costa

O presente artigo terá como objetivo uma análise sobre o pensamento militar e geopolítico brasileiro sobre o Atlântico Sul, em um contexto da Guerra Fria. Dessa maneira, serão abordadas as perspectivas de diversos autores deste pensamento, perpassando por suas análises da importância estratégica do Atlântico Sul. Como metodologia, utiliza-se da perspectiva qualitativa-analítica e será feita uma revisão bibliográfica, com o levantamento das principais formulações conceituais que ajudaram a moldar a atual definição do conceito de Entorno Estratégico, trazendo os conceitos análogos e esquematizações geopolíticas que se tornaram as bases do conceito de Entorno Estratégico adotado pelos documentos declaratórios da Defesa. Ademais, também será utilizada a cartografia temática em Defesa, seja em mapas originais dos autores, ou em mapas terceiros que auxiliem o entendimento das proposições conceituais de cada autor. Como resultados, vislumbra-se que a perspectiva dos autores do Pensamento militar e geopolítico brasileiro, que pensaram a dimensão sul-atlântica do Brasil, esteve inserida na influência direta do entorno hemisférico. Dessa maneira, as suas formulações encontram-se numa linha tênue entre um entorno estratégico brasileiro vinculado às ideias da segurança hemisférica, sob tutela dos EUA, e outro mais autônomo, sendo um primeiro ensaio, presente nas formulações desses autores, para conceder ao Brasil uma maior autonomia e papel em sua própria defesa e segurança. Com isso, ganhou força a ideia de que a inserção internacional do Brasil e seus interesses estratégicos, teriam potencial para se estender num horizonte além do imediato Entorno da América do Sul.

Bibliografia:

PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: EUFBA, 2011

PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: EUFBA, 2011.

CASTRO, Therezinha de. "O Mar, Enfoque Geopolítico". A Defesa Nacional, n. 708, 1984

DECUADRA, Geopolítica, Política Externa e pensamento militar brasileiros em relação ao Atlântico Sul (1964-1990). Dissertação de Mestrado, IRI/PUC-RJ, 1991.

MATTOS, Carlos de Meira. O Atlântico Sul: sua importância estratégica. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, v.6, n.688, 1983.

Projetos de saber, projetos de poder: imaginative geographies e geographical imaginations no âmbito das Sociedades e Institutos Geográficos Ibero-Americanos (1833 – 1930)

Leonardo Arantes
Ute Wardenga

Desde a publicação do *Novum Organum* de Francis Bacon, “saber” e “poder” já não são mais percebidos como coisas reciprocamente alheias e completamente indissociáveis; desde então, “saber” e “poder” passaram a ser reconhecidos como termos quase que correlatos, como dois lados de uma mesma moeda. Na esteira deste processo, o século XIX representou uma radicalização da máxima baconiana, consequência das revoluções industrial, política e social experimentadas a partir do findar do século das luzes. Mais do que nunca, projetos de saber passaram a trazer consigo, em seu bojo, seja de maneira aberta ou de modo velado, projetos de poder (Mignolo, 2003). A expansão e o fortalecimento de instituições de saber em geral, universidades, academias, museus, institutos, sociedades científicas e a consequente formação de comunidades profissionais nos mais variados campos de saber durante o século XIX, num contexto de ascensão da burguesia como classe política dominante, formação dos Estados nacionais, intensificação da luta imperial e de expansão de domínio colonial, evidenciariam sobremaneira esta íntima relação entre saber e poder, nas suas mais diversas escalas. E é exatamente sob este signo e em meio ao processo de consolidação do sistema-mundo que ganham vida, por assim dizer, as instituições de promoção dos saberes geográficos.

O século XIX experimentaria, deste modo, um verdadeiro boom na formação e disseminação das chamadas Sociedades Geográficas e Institutos Geográficos. Estas Sociedades e Institutos Geográficos exerceram importante papel, especialmente ao longo do século XIX e início do século XX, não apenas como agentes de indução, promoção e difusão de conhecimentos e saberes geográficos, mas sobretudo como importantes atores de processos de espacialização nas mais distintas escalas, seja no âmbito da formação e consolidação do Estado-nação, seja junto à construção de regiões e regionalismos, seja em nível de projetos imperialistas e colonialistas, participando, deste modo, ativamente e contribuindo de maneira decisiva para o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Tais instituições tiveram, portanto, papel relevante na transformação da Geografia do Mundo, da Geografia do Saber acerca do Mundo e dos Saberes Geográficos acerca do Mundo, tendo exercido, por conseguinte, significativa influência na institucionalização da Geografia como campo disciplinar acadêmico, escolar e profissional (Capel, 1977). Invenção europeia e de caráter fundamentalmente eurocêntrico, já surge como um fenômeno global e globalizado, primeiro em Paris (1821), Berlim (1828) e Londres (1830), depois em Mumbai (1831) Cidade do México (1833), Frankfurt am Main (1836), Rio de Janeiro (1838) e São Petersburgo (1845), experimentando um crescimento vertiginoso sobretudo a partir de 1865 (Schröder, 2011).

A despeito da literatura científica que contempla tais instituições individualmente – e sobretudo de um ponto de vista “nacionalista” – ser relativamente extensa, escassa atenção foi dispensada para sua análise de um ponto de vista mais amplo, global, tornado efetivamente possível com o desenvolvimento de modernos métodos e técnicas de processamento de Big Data aliados à análise crítica de práticas e discursos. Avaliando-se como corpus de pesquisa os órgãos de tais instituições, sobretudo seus boletins e suas atas, é possível compreender imaginative geographies e geographical imaginations (Gregory, 1994) forjadas, adotadas e disseminadas por elas e, com isso, explicar suas estratégias e práticas espaciais e discursivas com as quais contribuíram para a geopolítica do capitalismo, de modo a tornar compreensível uma de suas principais contribuições: seu papel na “compressão espaço-tempo” e a conseqüente viabilização da condição global.

O presente trabalho – fruto da participação em um programa de pesquisa maior constituído por uma rede internacional de pesquisadores – investiga, com base numa releitura crítica, algumas das principais sociedades e institutos geográficos ibero-americanos em atividade entre 1833 e 1930, tendo como ponto focal principal o caso brasileiro. Tem por objetivo compreender, à luz de uma abordagem contextual (Berdoulay, 1981) e comparativa – ao contemplar instituições do Brasil, México, Portugal e Espanha –, e partindo dos múltiplos cruzamentos entre Geografia Histórica, História da Geografia e Geopolítica do conhecimento, qual contribuição, suas modalidades (como) e razões (por que), os diversos tipos de sociedades e institutos geográficos atuantes neste espaço geocultural ibero-americano deram à configuração de novas formatações espaciais e ao estabelecimento de distintas ordens espaciais. Com isto, busca-se qualificar a análise para avaliar de maneira mais ampla, aprofundada e precisa o caso brasileiro, peculiar pela coexistência de três instituições do gênero em sua capital federal de então, o Rio de Janeiro.

Bibliografia:

- BERDOULAY, V. La formation de l'école française de géographie (1870-1914). Paris: Éditions du CTHS, 2008 [1981].
- CAPEL, H. Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos. Barcelona: Geocritica, 1977.
- GREGORY, D. Geographical Imaginations. Oxford: Blackwell, 1994.
- MIGNOLO, W. Histórias locais / projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminiar. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003 [1998].
- SCHRÖDER, I. Das Wissen von der ganzen Welt: globale Geographien und räumliche Ordnungen Afrikas und Europas 1790 – 1870. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2011.

Repensando a geografia, produção do espaço e sujeitos sociais de culturas tradicionais

Luis Henrique Leandro Ribeiro
Catia Antonia da Silva
Dayane Maria do Nascimento

O conceito de modernização do território nasce atrelado à ideia de desenvolvimento econômico, de inovações tecnológicas e de ações das empresas, sob a égide do Estado. Os debates referentes ao crescimento e redução das desigualdades regionais tornam-se referências para estruturar o espaço, a partir do pós-guerra. No período 1950-1970, na perspectiva da Economia Regional e da Geografia, debatem-se os modelos de desenvolvimento regional e a implementação dos polos de crescimento como instrumentos de expansão da riqueza a partir do epicentro das indústrias motrizes. Desse modo, os conceitos de ordenamento territorial e de planejamento urbano-regional nascem no seio da Geografia tornando-se ideário para a consolidação do capitalismo nos países centrais e periféricos, moldando o significado de modernização territorial. A Geografia, assim como outras ciências, corroborou para a modernização territorial pautada em dois grandes agentes produtores do espaço: o Estado e as grandes empresas. Diante do processo de modernização, no período fordista e keynesiano de produção industrial no mundo, que corresponde ao período da social democracia, o conceito de modernização esteve atrelado à noção de desenvolvimento regional, polos de crescimento, teorias de centro e periferia e de difusão das inovações tecnológicas. Na perspectiva sociológica, insere-se na leitura da superação do moderno sobre a tradição, das formas de dominação do modelo agroarcaico pela dominação da modernização urbano-industrial. As referências populares nesse período e nessa abordagem são concebidas e restritas à noção de população, conceito genérico do processo modernizador por meio do qual o planejamento territorial do Estado garantiria a sua segurança. Eram negligenciados nas análises as lutas políticas e os territórios das comunidades tradicionais, o território na sua dimensão vida coletiva, marinha e fluvial. Os espaços costeiros e fluviais do Brasil, ou eram vistos como “vazios demográficos” ou como paisagens naturais (sem ação humana). Nesse sentido, o presente artigo tem como finalidade analisar os estudos e referências geográficas que analisam os sujeitos das comunidades tradicionais como novos atores na produção social do espaço e como esses estudos contribuem para repensar o quadro de modernização territorial no contexto da relação entre a Geografia e os contextos e conjuntura político-econômica que sustentam os projetos modernizadores no Brasil, sobretudo na atual conjuntura neoliberal. Com base nesse objetivo geral, o artigo está dividido em três seções: a primeira tem como finalidade contextualizar o debate e as questões conceituais da Geografia na produção da leitura de territórios em diferentes marcos históricos do país, na fase do keynesianismo e social democracia; a segunda seção busca a compreensão dos dilemas produzidos pela modernização no período do neoliberalismo e as formas de fragmentação territorial atreladas ao modelo de governança correspondente ao mesmo; e a terceira seção analisa o desafio do fazer

geográfico junto às novas referências da teoria social crítica que permitem ver o sujeito social e espacial na sua totalidade, na sua complexidade, o que significa mudanças da episteme e da metodologia que permitem ampliar a leitura da complexidade socioespacial numa perspectiva filosófica e de práxis do fazer geográfico. Essa discussão parte das pesquisas (trabalhos de campo e entrevistas) que vêm sendo realizadas no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC/FFP/UERJ) junto a sujeitos do fazer e do conhecimento tradicional – pescadores, erveiros(as) e agricultores(as) – na metrópole fluminense e no estado do Rio de Janeiro.

Bibliografia:

FRIEDMANN, J. La estratégia de los polos de crecimiento como instrumento de la política de desarrollo. Revista de la Sociedad Interamericana de Planificación, vol. III, nº 9-10, 1969.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. Cadernos IPPUR, Ano XV, N.2. p. 124-140, 2001.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Catia Antonia da (org.). Pesca artesanal e a produção do espaço: desafios para reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014 p.171.

Visões geopolíticas em mapas artísticos da ditadura militar no Brasil e Argentina

Carla Monteiro Sales

Durante as décadas de 1960 e 1970, militares tomaram o poder e estabeleceram períodos de ditadura em vários países da América Latina, dentre os quais Brasil e Argentina, provocando mudanças políticas, econômicas e sociais. As formas repressivas, o autoritarismo, o uso da violência, a perseguição aos comunistas, os desaparecimentos, os exílios, o controle territorial e tantas outras características configuram uma especificidade geopolítica desse período. Essa específica relação de poder sobre o território tem como ferramenta privilegiada a produção e utilização de mapas, visto que esses servem como ferramentas de ordem e controle do espaço.

Entretanto, os mapas não têm utilidade apenas para órgãos de governo e controle territorial. Também são apropriados por artistas, compondo uma linguagem cartográfica que passou a ser conhecida como mapas artísticos. Soma-se a isso, a percepção de que as relações entre geopolítica e arte não são tão distantes quanto a tradição prática e combativa da geopolítica possa aparentar. Até porque a prática artística também se interessa por conflitos e reconfigurações do espaço. Mais especificamente, essa relação pode ser traçada em termos históricos, explorando o papel da arte em questionar ou contribuir na formação dos Estados, no nacionalismo e no imperialismo.

O presente texto baseia-se na perspectiva crítica da geopolítica a fim de explorar as potencialidades discursivas dos mapas artísticos da ditadura militar no Brasil e na Argentina. Apesar das discussões sobre tal nomenclatura, essa vertente da geopolítica pode ser caracterizada, resumidamente, como o entendimento de que imagens globais, planos estratégicos, discursos, esquemas e metáforas fazem parte da configuração do mundo político e da legitimação popular sobre as políticas internacionais (AGNEW et al, 2015). O esforço da perspectiva crítica é de ampliar o alcance dos entendimentos geopolíticos, atentando para como eles influem e são influenciados pela prática cotidiana. Nesse sentido, reconhecem como os discursos geopolíticos também estão presentes nas manifestações culturais, produções literárias e construções artísticas.

Tais produções e manifestações artísticas são ainda mais motivadas pelas tensões e conflitos de contextos históricos como a ditadura militar. Dentre as quais nos parece particularmente interessante a apropriação de mapas ou elementos cartográficos por artistas em suas obras a fim de expressar e debater a turbulência sócio-política em seu território nacional. Isso porque, Segundo Crampton (2010), o mapeamento é, em si, um ato político, visto que as características de cientificidade e padronização tornam os mapas importantes meios de divulgar e difundir discursos, especificamente sobre os espaços, sendo atuantes na configuração de uma ordem social espacial. Complementarmente, Black (1997) afirma que os mapas modernos

configuram uma forma de conhecimento padronizada que estabelece um conjunto de possibilidades de conhecer, ver e agir.

É exatamente essa autoridade dos mapas em afirmar e padronizar as representações de mundo que chama a atenção dos artistas. Por não estarem limitados às normatizações da ciência cartográfica, formam uma linguagem pouco usual ou “desautorizada” que amplia as formas de representar o mundo, contestando as visões hegemônicas e abarcando temas pouco pertinentes nos mapas convencionais (WOOD, 2006), o que nos motiva a analisar suas expressões e discursos associados.

Assim, é preciso discutir as históricas relações entre cartografia e arte para compreender as especificidades do que se convencionou chamar mapas artísticos. Nessas obras, mapas da América Latina aparecem tomados de vermelho (Soy loco por ti, 1969), obstruídos (La censura, 1974), coberto de cacos de vidro (Mapa Mudo, 1979), desenhados em pedaços cotidianos de pão (Pão nosso de cada dia, 1978), por exemplo. Assim, esses mapas artísticos não apenas documentam um período histórico, como também expressam concepções de mundo relacionadas às tensões e lutas políticas dos regimes militares sobre as quais pretendemos discutir no presente trabalho.

Bibliografia:

AGNEW, John; MAMADOUH, Virginie; SECOR, Anna; SHARP, Joanne. The Wiley Blackwell Companion to Political Geography. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2015.

BLACK, Jeremy. Maps and Politics. London: Reaktion Book, 1997.

CRAMPTON, Jeremy. Mapping: A Critical Introduction to Cartography and GIS. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

INGRAM, Alan. Artists. In: DODDS, Klaus; KUUS, Merje; SHARP, Joanne. The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics. Farnham: Ashgate, 2013.

WOOD, Denis. Map Art. Cartographic Perspectives, n. 53, p. 6 – 12, 2006.



III CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO
CRISE E REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS DA POLÍTICA



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Eixo 2

(Geo)políticas do meio ambiente, gestão dos recursos e sustentabilidades

Coordenadores:

Ana Brasil Machado

José Renato Sant'anna Porto

Valter do Carmo Cruz

Luís Paulo Batista da Silva

"Aqui é tudo valão, esgoto e lixo": uma análise sobre a vulnerabilidade socioambiental no município de São João de Meriti, RJ

Diego de Castro Souza

Este trabalho tem por objetivo construir uma reflexão sobre a vulnerabilidade socioambiental associada ao saneamento ambiental no município de São João de Meriti. Para isso, usaremos como ferramenta de tal reflexão a confecção de um mapa das áreas de vulnerabilidade socioambiental que se pretende capaz de captar as fraturas sociais materializadas no espaço do município, demonstrando sobre quais áreas repousam as populações mais fragilizadas e com maiores problemas associados ao saneamento. Tendo como objetivos específicos: propor uma breve reflexão sobre o conceito de vulnerabilidade socioambiental; posteriormente a realização de mapas que busquem demonstrar as áreas de maior vulnerabilidade socioambiental no município associadas ao manejo de águas pluviais, resíduos sólidos e esgotamento sanitário; e por fim a discussão desses resultados apresentados pelo mapeamento.

A escolha pelo o saneamento ambiental reside na sua importância no que diz respeito às condições de vida e salubridade nos ambientes urbanos e rurais. Por conceito, compreende-se o saneamento ambiental como o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar salubridade ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas,

com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural. Dados do ministério da saúde apontam que para cada R\$ 1,00 (um real) investido no setor de saneamento, economiza-se R\$ 4,00 (quatro reais) na área de medicina curativa, nesse sentido, a escolha por abordar o saneamento ambiental se dá pelo fato de ele compreender tanto a gestão do meio biogeofísico, quanto detém relação direta com a qualidade de vida dos grupos humanos.

Na Baixada Fluminense, região onde se localiza o município de São João de Meriti, o saneamento é uma questão de importância histórica. A região apresenta um caráter endêmico para enchentes e alagamentos, dentre outros problemas relacionados à dificuldade de habitar em um ambiente formado notadamente por rios, brejos e regiões alagadas. Sua multiplicidade de rios, além de servir de meio de transporte nos tempos do império, trazia consigo problemas às populações humanas, devido sua exposição a vetores de doenças como a febre amarela e posteriormente a dengue. A preocupação com o tema era tão relevante, que Nilo Peçanha, presidente do Brasil do período de 1909 até 1910 foi o responsável pela Primeira Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense criada em 30 de dezembro de 1909. Essa comissão realizou uma série de obras de saneamento no ambiente natural da região, visando solucionar a ocorrência de doenças geradas pela proliferação de mosquitos e outras doenças de veiculação hídrica. Assim, compreende-se que historicamente a população da Baixada Fluminense tem convivido em situação de vulnerabilidade a

partir da relação entre as condições próprias (biogeofísicas) de seu território e o processo de uso e ocupação do solo que se instituiu sem nenhum planejamento, tendo por característica como aponta Fialho (2004) um marcante descompasso entre ciclos sociais e os ciclos naturais, onde a natureza foi encarada como um obstáculo a ser superado e não como um dos fatores limitantes a uma qualidade de vida adequada. Tal relação se manifesta nos dias de hoje no município de São João de Meriti em uma das maiores densidades demográficas do mundo, sendo a maior da América latina, acompanhado por uma intensa taxa de urbanização sobre um ambiente extremamente degradado.

Durante a confecção do trabalho será utilizado o conceito de vulnerabilidade socioambiental como apontado por Esteves (2011), que se baseia em uma premissa que compreende a vulnerabilidade a partir dos fatores sociais, econômicos, tecnológicos e culturais, em sua relação com o ambiente físico-natural. Tendo como procedimentos metodológicos os seguintes pontos: levantamento e caracterização das condições histórico, socioeconômicos e ambientais do município; levantamento bibliográfico voltado para a discussão dos conceitos de saneamento ambiental, e vulnerabilidade socioambiental; levantamento e processamento dos dados disponíveis sobre saneamento em plataformas como o SNIS (Sistema de Informações Sobre Saneamento), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) dentre outras plataformas e órgãos oficiais; análise do PMSB (Plano Municipal de Saneamento Básico) do município; e confecção de mapas temáticos em ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas).

Bibliografia:

ESTEVES, C. J. O. . Risco e Vulnerabilidade Socioambiental: aspectos conceituais. Caderno IPARDES , v. 1, p. 62-79, 2011.

FIALHO, E. S. (2004). Enchente, meio ambiente e planejamento: um estudo de caso no município de Duque de Caxias. Em R. d. Oliveira, Baixada Fluminense: novos estudos e desafios (pp. 133-148). Rio de Janeiro: Paradigma.

GREGÓRIO, L. d., & BRANDÃO, A. M. (2010). O SISTEMA CLIMA URBANO EM SÃO JOÃO DE MERITI: UMA ABORDAGEM EM BUSCA DA QUALIDADE AMBIENTAL. Revista Brasileira de Climatologia, 1-14.

JÚNIOR, A. C. (2013). A Paisagem da Baixada Fluminense: Uma análise na perspectiva Geoecológica. Revista Brasileira de Geografia Física, 195-210.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Saneamento. Orientações Técnicas. 2007

(Geo)política do meio ambiente no Amapá, um caso entre desenvolvimento e justiça ambiental

Ediane Maria dos Santos Gomes
Fernando Nobre de Menezes Melo

Resumo: A apropriação capitalista dos bens naturais, sobretudo em regiões pobres do planeta, não tem gerado, benefícios equânimes e tem acelerado o fosso entre ricos e pobres. A regulação social pelo braço do Governo tem gerado desequilíbrios em favor do mercado e das conseqüentes trocas de interesses, relegando a sociedade a um plano oculto ou secundário na tomada de decisão sobre a exploração de recursos naturais. O estado do Amapá, que se encontra em uma das regiões mais pobres do país, a região norte, possui o menor índice de desmatamento entre os estados da Amazônia Legal, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com a abundância de recursos naturais, os interesses exploratórios só aumentam. Um caso marcante para o estado foi, ou ainda é, o da mineradora de Eike Batista (hoje administrada pela Zamin Amapá, empresa indiana) MMX. Hoje a empresa responde por inúmeros processos e deixa apenas o rastro da exploração em meio a selva, que em tempos áureos chegou a ver um crescimento populacional de 4,2% ao ano. A paralisação das atividades após o acidente do porto particular e dificuldade de reconstrução causou a demissão de 2 mil funcionários e impactos inclusive no PIB do Estado como um todo, que com ISS (Imposto Sobre Serviços) e Cefem (Compensação Financeira Sobre Produtos Minerais) produziam 1 milhão mensais em tributação só em Pedra Branco do Amapari (local onde funcionava a mineradora). Além da administração do município, vários comerciantes fecharam as portas, aumentando o número de desempregados na região. A economia que girava em torno da empresa esfriou completamente. Diante disso, o não uso ou a não exploração de recursos naturais passa a ser uma opção a ser considerada pela sociedade diante de conflitos que surgem e se avolumam pelo caráter inclusivo ou excludente do mercado, dependendo da forma como é aplicado. Quando tratamos de impactos ambientais significativos previstos por projetos que exploram recursos naturais, a garantia da saúde, da segurança e do bem-estar das comunidades afetadas deve ser prioritariamente objeto de justiça ambiental. Segundo Milton Santos, “a globalização mata a noção de solidariedade, devolve ao homem a condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada”. Se esses impactos são negligenciados, pensar em deixar os recursos naturais no subsolo passa a ser uma alternativa. E foi baseado nisso que o IBAMA, sob tutela de Suelly Araújo (presidente do órgão), vetou a exploração de petróleo na Costa Amapaense. O principal motivo do veto foram pendências quanto a possíveis medidas em cenários de vazamentos ou interferência na fauna local. O leilão dos 14 blocos, realizado em 2013 rendeu R\$ 2,2 bilhões, desse dinheiro, que representava na época 30% do orçamento total da ANP (Organização Nacional do Petróleo), R\$ 1,624 bilhão deveriam ser destinados a pesquisas no Amapá e nossa constituição prevê ainda que, 10% do faturamento bruto de toda produção sejam repassados aos municípios em forma de royalties. O ponto crucial, de

forma negativa, reside no amparo logístico que o nosso estado (Amapá) não oferece ou ofereceu na época, fazendo com que a empresa francesa Total E&P escolhesse o porto de Belém para se instalar. Isso demonstra a falta de infraestrutura presente no Estado, que de forma paradoxal, também acaba privando de desenvolvimento, como no caso acima descrito. Em outras palavras, além dos recifes de corais presentes nas proximidades das áreas a serem exploradas e todo o ativismo envolvido, mais uma vez o estado que sobra em recursos naturais peca em infraestrutura e organização, deixando passar uma oportunidade que inclusive podia já ter sido estudada pela gigante nacional Petrobrás. O presente trabalho visa analisar os efeitos das explorações no estado do Amapá e os impactos para sua população. Demonstrando através do contexto histórico, os problemas gerados pela exploração capitalista de recursos naturais. Através da revisão bibliográfica discutiremos os problemas da região, algo que limita o enorme potencial do estado do Amapá, e o priva de se tornar desenvolvido industrialmente, permanecendo na posição de “feitoria” frente ao país. Em síntese, para que seja promovido o avanço estrutural do Amapá, sem desconsiderarmos a sustentabilidade, é necessária uma coalizão entre governo federal, estadual, municípios e iniciativa privada.

Bibliografia:

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. “Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate.” Rev. bras. polít. int. vol.47 no.2 Brasília Julho/Dezembro, 2004.

DOS SANTOS, Valdenira F., MENDES, Amilcar C., DA SILVEIRA, Odete F. M. (in memoriam). “Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo da Bacia Marítima da Foz do Amazonas.” 1 ed. Macapá: IEPA, 2016.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. Crise conjuntural e expropriação permanente: petróleo e injustiças ambientais no Brasil. 2015. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/05/PETROBRAS-e-injusti%C3%A7as-ambientais_RBJA.pdf. Acesso em: 07/04/2018.

SANTOS, Milton. “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.” 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

A Baía de Sepetiba e os seus instrumentos de gestão territorial: aspectos gerais do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e as possibilidades do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)

Andressa Spata

A Baía de Sepetiba, no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, é uma área de interesse ecológico pela existência de ambientes propícios à manutenção da vida marinha do litoral do Rio de Janeiro, e de relevância para a economia fluminense, por concentrar pontos estratégicos, como o Porto de Itaguaí e indústrias que geram passivos ambientais e sociais.

A Baía de Sepetiba também apresenta populações tradicionais e de baixa renda que se dedicam a atividades como a agricultura, pesca e turismo ecológico, e ao setor informal. As condições de vida dessas famílias são agravadas pela ausência de serviços básicos de saneamento, de transportes, de educação e de saúde e pelas habitações precárias (PACS, 2015). Parte da precariedade das condições de vida dessas famílias é causada pelas transformações no ecossistema e na paisagem da baía decorrentes da instalação de empreendimentos estratégicos e indústrias.

Com o intuito de reduzir os conflitos de uso em curso e promover o desenvolvimento socioeconômico local, de forma alinhada com a preservação do ecossistema da baía, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Consórcio Chuo Kaihatsu Corporation (CKC) e a Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (COBRAPE) firmaram contrato para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba (PDS-Sepetiba) (CKC – COBRAPE & BID, 2011).

O objetivo do PDS é “propor, a partir de um ambiente de negociações estabelecido, o conjunto de ações necessárias para construir a estratégia de desenvolvimento sustentável (CKC – COBRAPE & BID, 2011: 8). Para tal, o plano prevê o desenho de um programa de investimentos composto por “ações estruturais e não-estruturais voltadas à recuperação, proteção ambiental e também à consolidação de atividades antrópicas compatíveis com as características e as vocações da região” (id.; ibid: 8).

Embora o plano considere a importância da manutenção do equilíbrio ambiental do ecossistema da baía e a necessidade de soluções para as fragilidades sociais existentes nos municípios do seu entorno, constata-se que o seu foco é o crescimento econômico.

Segundo Souza (1996), embora questionada, a noção economicista do desenvolvimento que o coloca atrelado ao crescimento econômico ainda permanece “no campo prático das estratégias e políticas de ‘desenvolvimento’” (SOUZA, 1996: 7). Por outro lado, os questionamentos a essa noção foram acompanhados pela formulação de uma dimensão dessa noção, que considera o componente social do crescimento, ou seja, o desenvolvimento, enquanto processo que contém em seu

cerne o crescimento econômico considerando-se a proteção ambiental e possibilitando a equidade social (BARBOSA, 2008).

Uma vez que o PDS-Sepetiba foi elaborado por um viés totalmente economicista, será analisado o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) como ferramenta capaz de subsidiar e orientar políticas públicas de ordenamento e de gestão territorial para além do fato econômico. Ao dividirem o território em zonas de ordenamento para usos otimizados dos recursos naturais, os ZEEs preconizam a ocupação socioeconômica, os perfis ecológicos e os marcos jurídicos vigentes para a definição de potencialidades econômicas de uso, observando-se as fragilidades ecológicas e as tendências de ocupação territorial inclusive, a partir das condições de vida da população (BARROS, 2015).

Considerando-se as características de cada um dos instrumentos analisados – PDS – Sepetiba e ZEE, o presente trabalho fará uma análise comparativa para verificar qual instrumento poderia melhor se adequar às demandas atuais da Baía de Sepetiba e que possibilitaria, de fato, um mais amplo desenvolvimento econômico e social alinhado às características ambientais e ecológicas da área.

Bibliografia:

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. In: Revista Visões 4a Edição, n. 4, Volume 1 – Jan/Jun 2008.

BARROS, M. V. A. de. 2015. Zoneamento Ecológico-Econômico como Ferramenta de Planejamento Ambiental: Referências à PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente e seus Instrumentos. Revista de Produção Acadêmico-Científica, Manaus, v.2, n.º 1.

CKC – COBRAPE & BID. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba. P 01 – Plano de Trabalho Revisado – Revisão 2 – 19 de abril de 2011.

PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Baía de Sepetiba: fronteira do desenvolvimentismo e os limites para a construção de alternativas. Rio de Janeiro: PACS, 2015.

SOUZA, M. J. L. de. Introdução: o que é desenvolvimento? In: Urbanização e Desenvolvimento no Brasil atual. Série Princípios. Editora Ática. 1996.

A cartografia social e o ordenamento territorial: o mapeamento participativo de áreas de risco de inundações no bairro Parque Mambucaba - Angra dos Reis, RJ

Fabiana Peres de Freitas

A região da Costa Verde, formada pelos municípios de Angra dos Reis e Paraty, devido a seus altos índices pluviométricos, sofre sazonalmente com desastres relacionados às chuvas intensas no verão. Principalmente as inundações e os deslizamentos afetam populações de bairros inteiros. A escolha do tema surgiu da observação de eventos catastróficos que ocorreram na região nas últimas duas décadas. Dentre esses eventos está o que ocorreu em janeiro de 2010, quando durante 24 horas, entre os dias 2 e 3, choveu 200 mm, resultando em uma drástica inundação que atingiu todo o bairro do Parque Mambucaba, onde cerca de 64 pessoas foram retiradas de suas casas pela Defesa Civil. É importante ressaltar que nesta pesquisa, considerou-se o termo inundação como a elevação do nível de um corpo hídrico, suficiente para ultrapassar as margens do rio atingindo terras normalmente secas. Essa definição é utilizada pela Política Nacional de Defesa Civil.

O bairro Parque Mambucaba está localizado na planície de inundação flúvio-marinha da Bacia Hidrográfica do Rio Mambucaba, cuja nascente situa-se na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, formando a mais extensa rede hidrográfica da Baía da Ilha Grande. Possui características importantes para a conservação da biodiversidade, da história natural e humana, pois além de possuir a maior concentração da Mata Atlântica, foi palco do início da colonização do Brasil. Agregam-se às características naturais os fatores que envolvem as intervenções antrópicas nesse ecossistema, relacionados a ocupação irregular e a realização de modificações que alteraram profundamente o equilíbrio dos processos de transporte de sedimentos fluviais e escoamento superficial na zona litorânea. A interferência nesse geossistema provoca severas alterações nos atributos físicos, químicos, geológicos, biológicos e sociais. Essas modificações antrópicas contribuem para transformar a paisagem e ampliar os riscos ambientais relacionados às inundações. Tendo em vista a fragilidade ambiental e a vulnerabilidade social dos moradores do Parque Mambucaba, a questão principal dessa pesquisa é analisar através do mapeamento participativo, quais são as áreas suscetíveis aos riscos ambientais de inundações e como a população percebe esses riscos. Nessa determinada área de estudo, ocorre uma relação entre as áreas de maiores riscos com o contexto socioeconômico, comprovando a dependência sistêmica entre os aspectos físicos, o processo histórico de ocupação, políticas públicas e as áreas com maiores incidências de riscos ambientais, que são ampliados devido à percepção da população. A pesquisa foi desenvolvida a partir da consulta de um vasto material bibliográfico sobre Costa Verde, o Município de Angra dos Reis, a Bacia Hidrográfica do rio Mambucaba e o bairro Parque Mambucaba. Além do desenvolvimento de estudos pluviométricos e fluviométricos da região e a construção do mapa de risco de inundações no software ArcGis, a partir de dados obtidos junto ao CPRM. Seguido da obtenção de informações

através de entrevistas, objetivando identificar a vulnerabilidade e a percepção da população e a elaboração do mapa de risco de inundação segundo a metodologia participativa.

Mediante os eventos de inundação constantes e eventualmente extremos que ocorrem no rio Mambucaba atingindo o bairro Parque Mambucaba, o objetivo desta pesquisa é identificar as áreas de risco à inundação no bairro a partir da percepção da população, através do mapeamento participativo das áreas de risco realizado com os alunos do Segundo ano do Ensino Médio da Escola Estadual Almirante Álvaro Alberto e confrontar os dois mapas, com o objetivo de identificar suas confluências e divergências.

As variadas formas de produção e reprodução do espaço geográfico exercem forte pressão sobre o espaço natural, sendo desenvolvidas, na maioria das vezes, sem considerar a vulnerabilidade dos grupos sociais e a fragilidade dos sistemas naturais, por vezes ampliando as condições de risco a que está exposta grande parcela da população urbana, influenciando no ordenamento territorial local.

Bibliografia:

ACSELRAD, H. (Org.). Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

IBAMA. Plano de Manejo: Parque Nacional da Serra da Bocaina. Brasília: IBAMA/PRÓ-BOCAINA, 2001. 6v.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo da Estação Ecológica de Tamoios - Fase 1/ Diagnóstico da Unidade de Conservação. 2009.

MEIRELES, A. J. A.; GORAYEB, A. Elementos para uma cartografia socioambiental dos territórios em disputa. Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração, p. 373-405, 2014.

VEYRET, Yvette; MESCHINET DE RICHEMOND, Nancy. O Risco, os Riscos. In: VEYRET, Y. (Org.) Os Riscos – o Homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

A economização da ecologia: o Tratado de Quioto como uma política neoliberal

Everton Luís de Souza Júnior

Desde que se instalou como doutrina dentro do modo de produção capitalista, o neoliberalismo apresentou um grande poder para alterar estruturas político-econômicas, uma vez que foi procurando brechas para fazer suas alterações. De fato, não estamos nos referindo ao neoliberalismo como um ente mágico, onipresente que alterou o rumo da história, mas sim uma doutrina que foi incorporada pelas altas elites dos países centrais e repassada oportunamente em uma época de crise para outros países como uma ótima solução para a crise do Estado de Bem-Estar Social.

O neoliberalismo chama a atenção por ocupar interstícios do poder, ou seja, criar situações, ideologias e verdades, como bem ressalta Harvey (2011), isto porque para se manter no poder, não pode deixar que suas contradições sejam vistas. Porém, como essa doutrina consegue tal ação? Uma pista seria o fato de a sociedade contemporânea adotar o relativismo social por causa da heterogeneidade de pensamento (FLORIT, 2001). “Assim sendo, não podemos articular uma concepção absoluta de conduta adequada, pois não há uma autoridade externa na qual seja possível se referenciar” (EVERNDEN, 1992 apud FLORIT, 2001).

Aliado ao relativismo social e um vácuo de unidade de pensamento da sociedade globalizada, multicultural e plural, como gostam de promulgar os incentivadores da “sociedade pós-moderna”, Harvey (2011) menciona que o neoliberalismo foi travestido de uma áurea libertadora, uma vez que a pressão do Estado estava infringindo as liberdades individuais, a livre escolha do indivíduo e, apoiado de um lado por pensadores influentes – como Haeyk e Friedman – influentes na economia e na política e por outro, pela mídia, conseguiu se estabelecer no senso comum como “a única alternativa” nos mais diversos países.

Nesse bojo, havia diferentes situações que respaldaram a adoção do neoliberalismo e a sua não contestação por muitos setores sociais. Um exemplo foi a Guerra do Vietnã, que agregou grande parte das críticas com relação ao poder destrutivo do Estado, que não estava lidando com as diversidades socioeconômicas – a luta contra outro sistema econômico.

E nesta época extremamente conturbada – Guerra Fria, crise do Estado taylorista/fordista, crise do petróleo, Revolução de 1968 – que a questão ambiental surge. E como não havia até então uma unicidade de pensamento, não é preciso muito esforço intelectual para perceber quem irá encaminhar os debates sobre preservação ambiental.

Apesar da atuação de um organismo supranacional para institucionalizar o debate em nível internacional, no caso a Organização das Nações Unidas, podemos perceber que todo o processo da criação de políticas feitas por esse órgão tem por base a doutrina neoliberal, exatamente porque o poder supranacional não é tão isento de influências

– principalmente de países centrais, como os Estados Unidos. Ou seja, as políticas de cunho topdown são confeccionadas de acordo com a lógica mercadológica.

Tal afirmação se torna coerente quando analisamos os tratados impostos pela ONU nas diversas conferências que já realizou. Com relação ao trabalho, cabe-nos confirmar essa afirmação no Tratado de Quioto, que possui características claramente neoliberais, ao propor a criação de um mercado que busca valorar um gás, para que não haja perdedores, em um sistema win-win (PORTO-GONÇALVES, 2006). Além disso, essa organização supranacional “tem sido destinada a apoiar, incentivar e orientar ou induzir à modernização aos moldes do ocidentalismo” (IANNI, 1996, p. 76).

Assim sendo, o presente trabalho destina-se a interpretar o Tratado de Quioto como uma política econômica neoliberal, com intuito de redistribuir riqueza e, utilizando-nos de Harvey (2011), podemos interpretá-lo como a continuidade de práticas acumulativas que Marx tratara como “primitivas” ou “originais”, existentes na ascensão do capitalismo. A essa forma de redistribuição Harvey denominou de “acumulação por espoliação”.

Bibliografia:

ALTVATER, Elmar. O preço da riqueza. Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

FLORIT, Luciano. A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo. 2001. 171 f. Tese (Doutorado em Sociologia) UFRGS.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. Tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

A experiência pública do meio ambiente em unidades de conservação habitadas: marcos de novas geografias políticas

Manuelle Lago Marques

Esta comunicação tem por objetivo demonstrar de que maneira a questão ambiental renovou, em certos territórios, as experiências sociais e políticas, tornando-as objeto de debate público. Parte de nossa tese de doutorado, esta proposta é originária de uma pesquisa cujo objetivo foi o de identificar como medidas de proteção da natureza puderam constituir referenciais públicos, compartilhados ou não, no caso de duas Unidades de Conservação habitadas: a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (Brasil) e o Parc Naturel Régional du Marais poitevin (França). A partir da reconstrução da história socioambiental dessas duas regiões, assim como da análise de duas situações problemáticas confrontadas – na ocasião, a construção de estradas –, procuramos identificar como a questão ambiental figura enquanto origem, meio e fim da experiência e da ação pública em ambos os casos. Com base na realização de entrevistas e de temporadas de observação, na análise de arquivos, na revisão de documentos de imprensa e na consulta de pesquisas etnográficas e históricas, pudemos retrair os modos como a experiência pública ambiental se desenvolveu em cada uma das paisagens protegidas, dando origem à novas ordens políticas. Demonstraremos, portanto, nesta comunicação, de que maneira o processo de experimentação de tais modelos de proteção – cujas formas de ação são, atualmente, brandas e indiretas –, ocasionaram e/ou tornaram públicos alguns dos conflitos locais, até então situados como conflitos do âmbito privado. Apresentando, mais especificamente, o caso brasileiro, pontuaremos como a chegada do discurso conservacionista em Guaraqueçaba nos anos 1980 causou, em grande medida, processos de reconfiguração territorial e de limitação produtiva. Se tais processos se deram, inicialmente, pela instalação e ação de institutos governamentais (a saber: o Instituto de Terras e Cartografia e a Secretaria do Meio Ambiente) para fins de controle dos conflitos fundiários – provocados principalmente por importantes processos de grilagem de terras e de devastação da floresta Atlântica; eles se amplificam, num segundo momento, pela atuação ostensiva de tais institutos em restringir certas atividades praticadas pelos pequenos agricultores, principalmente aquelas relativas à extração de recursos naturais – como o corte e venda de palmito. Por um lado, as formas de ação dos institutos governamentais nos anos 1980, somadas às ações de organizações não governamentais nos anos 1990, fundam localmente um quadro de “fiscalização”, “restrição” e “criminalização”, até então praticamente ausente da realidade guaraqueçabana. Tal quadro leva os atores locais a reagir negativamente aos pressupostos ambientais, uma vez que, com base nestes últimos: (i) proibia-se, aos habitantes, certas atividades econômicas e produtivas do cotidiano; e (ii) colocava-se em evidência, no caso de personagens políticos locais, tanto a relação coronelista de alguns no que diz respeito ao domínio e a grilagem de terras, como a situação de penúria dos serviços públicos de alçada municipal. Por outro lado, a partir dos anos 2000, a reformulação das políticas de unidades de conservação e, mais precisamente, a instauração do Sistema Nacional de Unidades de

Conservação, permite a criação de um conselho gestor participativo para a APA de Guaraqueçaba. Tal momento foi de crucial importância para gerar enfim um debate público local e, assim, elucidar certos conflitos e rumores que se estabeleciam entre os diferentes atores – dentre os quais o de que “o ambiente” se opunha veemente ao “desenvolvimento” do litoral norte do Paraná, principalmente pela suposta não-autorização da pavimentação da via de acesso ao município, a PR-405, esta última sendo símbolo de “redenção” para muitos. Deste modo, a mobilização de diversos dispositivos simbólicos, jurídicos e institucionais levou à construção de uma experiência não somente ambiental, mas sobretudo democrática, num local onde a experiência “pública” era praticamente inexistente. Não sem contradições e tampouco se limitando às ferramentas participativas, tal experiência conduz a região ao estabelecimento de novas geografias políticas, sejam elas estabelecidas pela reconfiguração de territorialidades ou pela inovação de mecanismos contestatórios.

Bibliografia:

CEFAÏ, Daniel. “Publics, problèmes publics, arènes publiques... Que nous apprend le pragmatisme?”. *Questions de communication*, n. 30, p. 25-64, 2016.

DEWEY, John. *Le public et ses problèmes*. Paris: Gallimard, 2010 [1927].

HAESBAERT, Rogério. “Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade”. In: HEIDRICH, Álvaro; COSTA, Benhur; PIRES, Cláudia; UEDA, Vanda (Orgs.). *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. 1ª edição. Canoas e Porto Alegre: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008, p. 19-36.

QUÉRÉ, Louis. *Pour un nouveau regard sur l’expérience publique*. Occasional paper 27. Paris: Institut Marcel Mauss, 2012, 52p.

SHIBUTANI, Tamotsu. *Improvised News: a sociological study of rumor*. Indianapolis: The Bobbs-Merrill Company, 1966.

A fronteira agrícola e os conflitos por terra: notas sobre as transformações territoriais no nordeste mato-grossense

Taiana Ciscotto Martins Lourenço

Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações territoriais causadas pelo avanço do agronegócio no Vale do Araguaia, em Mato Grosso. Para isso, apresenta os primeiros resultados de pesquisa de doutorado ainda em andamento referente à expansão da fronteira agrícola sobre os 15 municípios que compõem o Território da Cidadania Baixo Araguaia. Criado em 2008 a partir de uma política pública cujo um dos objetivos era a destinação de terras para a criação de assentamentos da reforma agrária, esse território apresentou um aumento de mais de 200% da área plantada de soja (hectares) e uma redução de 8% do rebanho bovino (cabeças) somente de 2010 a 2016, segundo dados do IBGE. Isso indica uma mudança no uso do solo verificada através de uma gradativa substituição da pecuária pela produção de soja. Além disso, de acordo com os dados do INPE, a área total desmatada até 2016 nesses municípios era de 34,29%. Isso também é considerado um importante indicador do avanço da fronteira agrícola sobre esses municípios, onde se encontram os 70 assentamentos da reforma agrária dessa região.

De acordo com o levantamento bibliográfico inicial, esse território guarda particularidades históricas que são importantes rugosidades que identificam simultaneamente as forças que endossam a atual expansão agrícola bem como as que a contesta. Desde a década de 1970, essa região é dotada de recursos técnicos, humanos e econômicos, públicos e privados, para a produção agrícola. Isso foi feito através da atração de imigrantes do Sul do país por projetos de colonização privados que eram responsáveis pela demarcação de terras, pela construção de infraestrutura e de áreas urbanas e por dotar essas áreas de serviços de saúde e de educação. Concomitante a esse movimento e divergindo do discurso dos “vazios demográficos”, muito utilizado na década de 1940 para legitimar a Marcha para o Oeste, há a coexistência de outros atores sociais, como trabalhadores rurais, populações indígenas e posseiros, combinando diferentes memórias, temporalidades e territorialidades nesse mesmo território. Isso impede que a construção dessa fronteira seja vista somente sob o enfoque da técnica e do capital. Por isso, adota-se o conceito de território (HAESBAERT, 2011) para explicar os mais de 200 conflitos por terra ocorridos nesses municípios entre 2000 e 2016 (CPT, 2017).

Na perspectiva adotada, a terra não é entendida somente como uma relação de propriedade, um recurso finito que é distribuído, alocado e apropriado e nem somente como uma dotação não produzida pelo trabalho humano. Ela é também um instrumento de poder (RAFFESTIN, 1993), que funciona tanto como meio de sobrevivência quanto como identificação cultural daqueles que lutam pelo seu acesso e apropriação (LEFEBVRE, 2000), em especial para os assentados dos programas de reforma agrária. Essa perspectiva de entender a terra guarda uma importante relação com a construção e afirmação do território, construído através de relações dissimétricas. Os conflitos por terra são assim então entendidos como uma demanda

de classe por direitos universais, mas também como uma demanda pelo reconhecimento do território enquanto uma reivindicação identitária, o que envolve uma dimensão simbólica (na forma da apropriação) e uma dimensão material (no sentido funcional) (HAESBAERT, 2011).

Para explicar a construção desse território e as transformações territoriais também são utilizados os dados referentes às formas de acesso à terra nos municípios pertencentes ao Território da Cidadania Araguaia-Xingu, do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE. Como resultados preliminares, observa-se que a titulação via projetos de reforma agrária e programas de reassentamento são responsáveis por mais de 30% dos títulos de terras obtidos pela agricultura familiar nesse território, enquanto que para a agricultura não familiar esse mecanismo de obtenção representa apenas 9% do total. A compra direta também representa uma importante forma de acessar a terra, tanto para estabelecimentos de agricultura familiar, como não familiar. Isso revela uma construção territorial pautada em políticas de acesso à terra que contrasta com os crescentes investimentos destinados para o agronegócio. Com isso, entende-se que o Estado cumpre um fundamental papel através das políticas públicas para fortalecer (ou não) os programas da reforma agrária e, portanto, colaborar para os conflitos e transformações territoriais nessa região. Trata-se, portanto, de uma transformação territorial que envolve a disputa entre atores para acessar e se apropriar da terra na área de avanço da fronteira agrícola, não se tratando de uma disputa pelo espaço, mas sim uma disputa pelas relações e pelas coisas que constroem (SACK, 1983).

Bibliografia:

- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. 4ª ed. Paris: ed. Anthropos. 2000.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Série: Temas. V.29. Tradução Maria Cecília Franca. São Paulo: ed. Ática, 1993.
- SACK, Robert. Human territoriality: a theory. IN: Annals of the association of american geographers. V.73, nº1. 1983. P.55-74.

A gestão territorial e ambiental na Terra Indígena Arariboia

Cleudson Pereira Marinho
Aline Porfiro Teixeira

A questão da terra no Brasil, do ponto de vista das disputas, remonta aos longos momentos do processo de colonização. Diferentes estratégias de organização coletiva foram assumidas por segmentos de agricultores camponeses, quilombolas e povos indígenas na denominada amazônia maranhense, no sentido do acesso e permanência à terra e nos territórios ocupados tradicionalmente por grupo sociais nativos nas últimas décadas. O presente trabalho objetiva evidenciar de que maneira o povo Tentehar/Guajajara da Terra Indígena Arariboia, tem assegurado seu território, mediante os processos de gestão territorial e ambiental na perspectiva do etnodesenvolvimento. Território esse, entendido de forma multidimensional e se configurando, portanto, num agente de interação com segmentos sociais e institucionais da sociedade e seu sistema de poder, a saber, o Estado. Nesse sentido, busca-se identificar as conflitualidades e consensualidades existentes no acesso aos recursos naturais; identificar as organizações sociais do povo Tentehar e suas relações com as políticas públicas e analisar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Arariboia. A redução significativa e acelerada dos recursos naturais e a concentração de população migrante em torno do Mosaico Gurupi que se caracteriza como um conjunto de seis Terras Indígenas e uma Unidade de Conservação, fez com que ao longo dos tempos o entorno da Terra Indígena em pauta, fosse ocupado, resultando em conflitos de natureza socioambiental, trazendo consequências para essa comunidade indígena. Para o enfrentamento a essas questões, diversas estratégias de reprodução dos modos de vida desse povo foram desenvolvidas por eles e mais recentemente com a interferência do Estado, via políticas públicas. A compreensão da configuração do território do povo Tentehar/Guajajara da TI Arariboia e sua inserção nos processos desenvolvimentistas, trará uma luz sobre a sua complexa realidade, tecida por uma rede de relações internas e externas, que incidem transformações sobre suas formas de ser e viver o mundo, a sua cosmologia e sua relação com a natureza. Portanto, entender o processo de configuração do território do Maranhão e a relação que se estabelece nesse território entre o poder público e as demandas dos grupos sociais subalternos e etnicamente diferenciados, requer um olhar que situe a problemática em pauta e, para tanto, um esforço teórico, que conjugue a análise material de diversos gêneros literários, sobretudo acadêmicos e os discursos elaborados pelos agentes sociais envolvidos nesse contexto. O trabalho encontra-se em desenvolvimento nas aldeias Juçaral, Chupé e Zutiwa e iniciou a partir da participação de um dos autores no processo de construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Arariboia. A pesquisa se define como exploratória e descritiva e quanto à abordagem adotada, como qualitativa, priorizando-se as técnicas da pesquisa etnográfica, destacando-se os seguintes instrumentos para a obtenção de informações: anotações no caderno de campo, rodas de conversas, mapa falado, conversas informais, observação direta, entrevistas gravadas, registro fotográfico, acompanhamento de atividades diversas no território, dados secundários,



levantamento do estado da arte, bem como o levantamento das informações cartográficas.

Bibliografia:

COSTA, Rogério Hasbaert da. Araujo, Frederico Bandeira de. Identidades e territórios: Questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2009.

STVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. In Anuário Antropológico -84,1985.

A governança ambiental e os novos atores na atuação do Brasil no Atlântico Sul

Lucas de Toledo Amici

O presente texto tem como objetivo discutir as escalas e os novos atores na análises geopolíticas, a partir da ascensão da globalização, tendo como ênfase as atuações no Oceano do Brasil e o paradigma da governança ambiental a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM). Para a realização desse texto, serão realizadas a revisão bibliográfica e a análise de conteúdo de trabalhos recentes sobre a área do Atlântico Sul e outros temas que tenham ligação com a área, como o pré-sal, e documentos de política nacional, a partir de diversas fontes, tais como documentos de órgãos de segurança dos governos, jornais e agências especializadas. Pretende-se com essa pesquisa contribuir no entendimento histórico e atual da política exterior brasileira no âmbito do oceano Atlântico.

A globalização da economia e a nova realidade geopolítica mundial tornam os recursos naturais um tema de crescente importância para os mais diversos campos de conhecimento, perpassando pela geografia e pelas relações internacionais. As matérias-primas energéticas se transformam em um dos principais focos de disputas internacionais por parte dos Estados Nacionais e de grandes multinacionais do setor. O acesso a esses recursos energéticos torna-se estratégico nesse contexto devido não só à questão do desenvolvimento (do país ou das empresas), mas também da questão da (in)segurança energética.

E o que se entende por globalização? De que forma a globalização ajudou a consolidar novas escalas geográficas? Para Harvey, a globalização não é uma condição ou um projeto político, mas um processo no qual a internacionalização do capital atingiu uma escala planetária. Desde meados da década de 1990 que a “globalização” se tornou uma palavra-chave para a organização de nossos pensamentos no que respeita ao funcionamento do mundo (HARVEY, 2012, p. 79) e fenômeno essencial para explicar grande parte dos processos característicos desse final de século. Apesar de a globalização estar em quase toda parte do globo, se trata de um termo ocidental, cuja forma motriz é oriunda dos EUA do pós-guerra. A Guerra-Fria foi a responsável por sua divulgação e a crise capitalista de 1970 por sua intensificação. Segundo Harvey, a globalização está relacionada com a hegemonia da classe dominante e das forças produtivas que dependem dos Estados-nacionais para garantir sua reprodução e constante ampliação.

A face mais dura da globalização está nas mudanças sociais e nas que são engendradas no espaço intrarregional, devido aos efeitos econômicos da globalização, delineados pela “articulação entre o global e o local” (CASTRO, 2005, p. 221-222). São muitos os autores que argumentam que a globalização estimula a consolidação do local, dos lugares, uma vez que gera mecanismos de homogeneização. Para a globalização, os lugares são pontos de territorialização, de materialização. Criam-se, assim, novos espaços políticos e econômicos na ordem internacional, que abrem

oportunidades mais seguras para a aplicação de grande massa de capitais em vastas áreas do mundo.

Os Estados são difusores de novas tecnologias. É o Estado quem garante a igualdade de direitos e deveres, estabelecendo as regras da disciplina do trabalho e da apropriação dos excedentes nos limites do seu território (CASTRO, 2005).

Em vez de se observar a fraqueza do Estado, como alguns autores sugeriram nos anos 1990, há uma racionalidade diferente, cada vez mais privada, de importantes segmentos das burocracias estatais de diversos países. Para Santos (2000, p. 77): “o Estado continua forte, e prova disso é que nem as empresas transnacionais nem as instituições supranacionais dispõem de força para impor, sozinhas, sua vontade política ou econômica”. Estabelecem-se, assim, escalas no processo de globalização em quatro principais níveis (Pires apud Castro, 2015, p. 115), que se definem como “o resultado de uma reorganização política do mundo, de uma nova hierarquia espacial de relações de governança, pelo menos em quatro níveis possíveis de dominação: o global, o bloco regional multinacionais, o nacional e o regional/local”.

As escalas se convergem e se articulam entre si, ganhando um papel central na governança do desenvolvimento, já que as relações de poder mudam conforme as escalas também mudam. Portanto, as relações de dominação se fazem no espaço através de atores territorializados, que têm interesses próprios e moldam as relações de poder local e regional, que se conectam ao nacional e ao internacional em redes de organizações e instituições, através de avanços cada vez mais significativos na tecnologia dos meios de comunicação e transporte (PIRES, 2015, p. 117). No campo tecnológico, a globalização reflete as transformações alcançadas no mundo contemporâneo, diferentemente do que aconteceu no campo social, ambiental e político. Assim, a questão ambiental surge como um novo desafio para os Estados. Necessita-se alcançar os interesses sociais como um todo, assim cada vez mais são colocados desafios em suas mais diversas escalas.

Bibliografia:

CASTRO, Iná Elias. O sistema internacional contemporâneo: globalização e organizações supranacionais. In: Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SUÁREZ DE VIVERO, J. L.; RODRÍGUEZ, J. C.; FLORIDO DEL CORRAL, D. La gobernanza en la pesca: de lo ecológico a lo ético, de lo local a lo global. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de diciembre de 2008, vol. XII, núm. 278 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-278.htm>>

ZURBRIGGEN, Cristina. Gobernanza: una mirada desde América Latina. Perfiles Latinoamericanos. No 38, 2011, pp. 39-64.

PENHA, Eli Alves. A projeção geopolítica do Brasil no Atlântico Sul e os desafios da segurança regional. In: DE PIERI, Vitor Stuart Gabriel; PENNAFORTE, Charles. Defesa Nacional: Desafios e perspectivas geopolíticas. Rio de Janeiro: CENEGRI – Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2012.

A implantação da usina hidrelétrica de Itaipu e a formação de um novo arranjo sócio-espacial na fronteira Brasil-Paraguai em sua fase inicial - décadas de 1960/1970

Edson dos Santos Dias

Quando desvendamos as relações sociais que interagem na sociedade, avançando para além da aparência ideologicamente construída, podemos propor caminhos viáveis para a elucidação de uma série de problemas sociais e ambientais ou, ao menos, compreender melhor as diversas implicações envolvidas nesses problemas. Consideramos que essa dimensão mais ampla permite o entendimento da atual concepção hegemônica de progresso e de desenvolvimento econômico que se encontra estreitamente associado ao processo de industrialização de uma sociedade sob a lógica capitalista.

Nestes resultados preliminares da pesquisa em andamento, analisamos a ação do Estado no espaço de fronteira entre Brasil e Paraguai, abordando mais especificamente a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a formação de um novo arranjo sócio-espacial, a partir das conseqüências econômicas, sociais, políticas e ambientais decorrentes de sua implantação. Como recorte temporal interessa-nos, nesse estudo, analisar a fase inicial marcada pelos acordos bilaterais, a construção do empreendimento e as conseqüências mais imediatas.

No Brasil, o capitalismo desenvolveu-se hiper-tardamente (o processo de industrialização dinamizou-se apenas na década de 1950) e, desde os seus primórdios, dependia dos capitais externos para os investimentos internos. A maioria da população sempre permaneceu excluída - sem acesso à instrução elementar, à saúde, às liberdades políticas e à reforma agrária.

O projeto de industrialização/modernização do Brasil, consolidado a partir do golpe civil-militar de 1964, foi capitaneado por um grupo de militares com o apoio da burguesia agrária e industrial (aliados ao capital-imperialista) e setores da classe média, na alternância de presidentes gerais que perdurou de 1964 até 1985.

O período compreendido pelos governos militares foi marcado pelo planejamento e implantação de grandes projetos "[...] política de ocupação e organização do espaço através de investimentos em obras de infraestrutura [vinculadas a um determinado setor, como o elétrico] de ampla escala territorial, implementadas a partir de pontos estrategicamente localizados no espaço nacional." (MOREIRA, 2003, p. 15). A Usina Hidrelétrica de Itaipu representa, tanto no plano simbólico como material, uma das principais obras de engenharia realizada em todo o País, durante o governo militar, ao lado de outras de mesma dimensão como a Rodovia Transamazônica ou a Usina Nuclear de Angla, entre outras mega-obras que absorveram grande soma de investimento financeiro e contribuíram para o endividamento do Brasil junto ao setor financeiro internacional.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, com a formação do seu respectivo reservatório, alterou sobremaneira o arranjo sócio-espacial existente no entorno do rio Paraná, na área de fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Não seria exagero afirmar que podemos identificar dois momentos distintos relativos ao espaço de fronteira Brasil-Paraguai, aquele marcado pela fase anterior e um outro pela fase posterior à implantação da U.H. de Itaipu, em razão da diversidade e da escala dos desdobramentos sociais, econômicos, políticos e ambientais que afetaram esse espaço de fronteira.

Partimos da avaliação que a implantação da U.H. de Itaipu representou umas das principais intervenções feitas pelo Estado brasileiro neste espaço de fronteira, impondo as bases para a constituição de um novo arranjo sócio-espacial na área compreendida mais diretamente pelo seu raio de ação, tanto do lado brasileiro quanto paraguaio, mas com influência indireta também na Argentina.

Trata-se de um estudo bibliográfico e de levantamento e consulta documental sobre a questão. Nosso objetivo é realizar um profundo levantamento do conjunto de documentos oficiais (Tratados, Acordos, Regulamentações), trabalhos acadêmicos e demais bibliografias específicas sobre o assunto. Para isso, faz-se necessária a consulta aos acervos das bibliotecas universitárias, da Itaipu e, em especial, da coleção institucional da Itaipu, arquivada no Centro de Memória da Eletricidade no Brasil - localizado na cidade do Rio de Janeiro. No plano da literatura mais ampla de apoio, tomaremos como referência privilegiada para a análise as contribuições de geógrafos como Marcelo Lopes de Souza e Ruy Moreira, ao enfatizar o entendimento das relações sociais envolvidas como pressupostos para conhecer o que se passa espacialmente. Esse geógrafos, entre outros, oferecem contribuições teórico-conceituais importantes para pensar sobre problemáticas específicas e concretas encontradas na realidade brasileira como é o caso do tema em foco.

Bibliografia:

CATULO, Branco. Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

CAMPOS, Pedro H. P. Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói (RJ): Edit. UFF, 2014.

GERMANI, Guiomar Inez. Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA. Canoas: ULBRA, 2003.

PEREIRA, Osny D. Itaipu - prós e contras. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

À margem da cidade: o olhar das legislações urbanas e ambientais sobre os assentamentos e atividades humanas ao longo do Rio Doce, na Região Metropolitana de Natal

Gabriela de França Barros Campos
Dmetryus Targino Marques de Souza
Caio César Maia de Andrade

Os territórios delimitados como Zona de Proteção Ambiental 09 (ZPA 09), no município de Natal, e a Unidade de Conservação Ambiental da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APA de Jenipabu), em Extremoz, integrante da Região Metropolitana de Natal, limitam-se por um elemento natural, o Rio Doce, protegido pela legislação ambiental em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal). Ao longo do rio e seu entorno imediato há a ocorrência de ocupações humanas e atividades informais, tais como agricultura familiar e criação de animais, que aos poucos vêm se expandindo em direção às suas margens, como é possível observar na evolução da ocupação do solo na ZPA 09. Por outro lado, incidem nesse recorte espacial regramentos urbanísticos e ambientais que afetam, de diferentes formas e intensidades, as ocupações e práticas informais nas margens do mesmo rio. Diante dessa problemática, surgiu a questão: como as legislações urbanísticas e ambientais reconhecem as ocupações e atividades irregulares ao longo do Rio Doce, nas fronteiras entre a ZPA 09 e a APA de Jenipabu? A partir daí, foi desenvolvido um estudo que procurou discutir a relação entre as estratégias de proteção ambiental das diferentes esferas legislativas e as ocupações e práticas irregulares em espaços ambientalmente frágeis, destacando o papel das normativas urbanas e ambientais na estruturação desses territórios. O estudo também procurou preencher lacunas de trabalhos sobre conflitos socioambientais resultantes das relações entre as ocupações humanas e as práticas informais às margens do Rio Doce. Inicialmente, para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos acerca da problemática, abordando conceitos como justiça socioambiental, conflitos socioambientais e política ambiental urbana. Em seguida, foram analisadas as legislações urbanísticas e ambientais incidentes sobre o recorte espacial nas diferentes esferas de governo. Tendo em vista que a pesquisa foi desenvolvida durante o processo de discussão da regulamentação da ZPA 09 nos conselhos municipais de planejamento urbano do município, o acompanhamento nas audiências públicas foi fundamental para a identificação de conflitos, expressos nos interesses dos diversos agentes produtores e consumidores do espaço dessa fração territorial. A partir de dados coletados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (SEMURB) e utilizando a plataforma GIS, foram confeccionados mapas de caracterização da área, incluindo as ocupações humanas e práticas informais, o que possibilitou a análise e interpretação das intervenções antrópicas às margens do rio, que, por sua vez, foram confrontadas com as normativas urbanísticas e ambientais sob as quais estão submetidas. A fim de compreender os diferentes usos e formas de ocupação ao longo das margens do rio, delimitou-se um perímetro de 200 metros (m) a partir do eixo do Rio Doce, nos limites da ZPA 09 com a APA de Jenipabu. Por fim,

observou-se que os argumentos de proteção dos espaços naturais se sobrepõem aos interesses e necessidades sociais manifestadas no universo de estudo, evidenciando conflitos de natureza territorial, socioambiental e institucional, e revelando a necessidade de um planejamento urbano metropolitano que consiga conciliar legislações ambientais em espaços protegidos limítrofes de municípios. Apesar de a APA de Jenipabu e a ZPA 09 envolverem margens diferentes do mesmo rio, com similares configurações geomorfológicas e intervenções antrópicas, os regramentos incidentes tratam de forma desigual os direitos à moradia e ao meio ambiente equilibrado, na medida em que ações de política ambiental vêm apresentando um avanço em comparação às estratégias voltadas para o interesse social. Apesar do conflito elucidado neste trabalho, a permanência de ocupações e atividades humanas de baixo impacto nos dois lados do rio podem ser consideradas uma ação de resistência na luta pela democratização do acesso à terra e do uso dos recursos naturais, na perspectiva da justiça socioambiental.

Bibliografia:

ACSELRALD, Henri et al (Org.). Justiça Ambiental e Cidadania. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ATAÍDE, Ruth Maria da Costa. Interés ambiental frente a interés social: la gestión de los conflictos socio-espaciales en los espacios naturales protegidos: los retos de la regularización urbanística de los asentamientos informales en Natal, RN. Brasil. Barcelona, Espanha: 2013. 614 f. Tese (Doutorado) - Universidad de Barcelona. Facultad de Geografía e Historia. Programa de Doctorado Pensamiento geográfico y organización del territorio.

NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Proposta de regulamentação da Zona de proteção Ambiental 9. Relatório das Contribuições da Equipe Técnica do Departamento de Planejamento, Projetos e Patrimônio (DPPP) e Setor de Projetos e Planejamento Urbano e Ambiental (SPPUA). Natal: SEMURB, 2015.

RIO GRANDE DO NORTE. Poder Legislativo. Lei N° 9.254, de 06 de Outubro de 2009. Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico Econômico da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu - APAJ, nos municípios de Extremoz e Natal, criada pelo Decreto n° 12.620, de 17 de Maio de 1995, e dá outras providências. Rio Grande do Norte, 2009.

ZHOURI, Andréa. A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Organizado por Andréa Zhouri, Klemens Laschefski, Doralice Barros Pereira. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

A neoliberalização da natureza: um balanço crítico

Eve Anne Bühler
Pierre Gautreau

As leituras da regulação da natureza em termos de neoliberalização nascem nos anos 1990, na interseção de dois tipos de movimentos. O primeiro vem da sociedade civil organizada e de pesquisadores em ciências da conservação que reagem aos rumos tomados, no âmbito das arenas internacionais, pela maneira de formular a questão ambiental. O segundo vem das ciências sociais, em particular da economia política, que forja um arcabouço teórico de fundamento crítico, que estabelece um paralelo entre a dinâmica do capitalismo e a evolução dos referenciais da regulação ambiental.

A conferência de Stockholm levou ao diagnóstico compartilhado da deterioração dos ecossistemas em nível global, mas revelou, em paralelo, uma divergência entre os participantes na interpretação e, portanto, nas respostas apresentadas para resolver os problemas apontados. Enquanto uns se detêm em questões meramente técnicas ou pontuais, outros designam o modelo de desenvolvimento capitalista como o principal responsável da degradação ambiental. Esta cesura irá se reforçar com o passar do tempo e das sucessivas cúpulas internacionais. O relatório Brundtland marca a adoção de uma via intermediária, aquela do desenvolvimento sustentável. Apesar de ter consolidado os diagnósticos ambientais, o relatório pode ser interpretado como a derrota das correntes mais radicais, já que a nova narrativa incorpora a crítica ao capitalismo em um modelo eco-compatível de desenvolvimento econômico. Introduce conceitos e ferramentas formulados para incentivar a geração de renda graças às ações de gestão ambiental, ou ainda para amenizar os constrangimentos normativos sobre certos espaços e atores econômicos (ex. a lógica da compensação). Esta visão, que culmina com o capitalismo verde, se expressa também na progressiva consolidação de visões utilitaristas da natureza, como a de serviços ecossistêmicos ou de créditos de carbono, cujos desdobramentos são a criação de instrumentos de gestão orientados para o mercado.

Essas concepções foram formuladas, conforme seus defensores, para facilitar uma maior adesão aos objetivos de conservação, a começar por aquela dos agentes econômicos. Constituiria um caminho eficiente em prol do engajamento de uma ampla proporção de agentes, que se baseia numa postura pragmática segundo a qual a geração de lucro tem o potencial de agregar participantes. Outro argumento se refere à eficiência de tais opções já que não necessitariam mais de tanta regulação – e gasto – do poder público para se manter. Os “mercados” assim criados ganhariam uma autonomia de funcionamento, uma vez atingido o seu equilíbrio e consolidados seus mecanismos. Por outro lado, parte da sociedade civil organizada e parte dos cientistas do meio ambiente se opõem a esta postura por motivos políticos e/ou por não acreditar na eficiência dos referenciais de regulação criados. Parte deles concentra a crítica sobre o papel dado ao mercado e a filosofia da natureza assim gerada.

Em eco com a sociedade civil organizada, cientistas sociais constroem um quadro teórico e analítico que virá a ser designado de neoliberalização da natureza. Além de incorporar leitura de parte dos movimentos sociais, esta corrente se constrói em forte interação com os trabalhos críticos neomarxistas das ciências humanas, como por exemplo, a literatura sobre a cidade neoliberal. Castree, num esforço conceitual, destaca os procedimentos e etapas através os quais um elemento da natureza passa a ser integrado ao circuito económico, feito mercadoria. A tese da neoliberalização da natureza ganhou força no meio científico internacional no início dos anos 2.000 e aponta para uma re-significação da natureza. In fine, contribuiu para mostrar a ineficiência ambiental de certos mecanismos de mercado ou, ainda, para enfatizar as dinâmicas de exclusão dos agentes mais fracos que estes mecanismos fomentam.

Por sua vez, essa teoria passou a ser criticada e colocada a prova. Duas categorias de objeções se destacam: a primeira questiona os fundamentos teóricos da tese da neoliberalização e aponta um certo afrouxamento conceitual, já que ela remete, ora ao avanço dos mecanismos de mercado na regulação ambiental, ora à desregulamentação e esvaziamento do Estado, ora à comoditização de elementos da natureza. A definição da natureza pode, ainda, ser muito variável conforme cada autore. A segunda categoria de questionamentos se baseia na dificuldade de atestar empiricamente da neoliberalização, já que ela é, no mínimo, incompleta e parcial ou até – conforme alguns cétricos – inoperante.

A presente contribuição se propõe de fazer um balanço dos aportes e limites da teoria da natureza neoliberal a partir de uma revisão da literatura nacional e internacional. Depois de ter apresentado os seus fundamentos históricos e aportes teóricos, a comunicação debaterá acerca das críticas feitas ao seu encontro, tentando apontar em que medida os seus limites podem ser atribuídos à uma inconsistência da mesma ou, ao invés, remeter à questões mais pontuais que poderiam ser motivo de leituras mais diversas e híbridas da neoliberalização.

Bibliografia:

AUBERTIN, Catherine, Denis Couvet & Fabrice Flipo. 9 février 2016, « Une « marchandisation de la nature » ? De l'intégration de la nature en économie ». Revue du Mauss permanente. <https://www.journaldumauss.net/?Une-marchandisation-de-la-nature> (consulté le 05 juin 2016)

BAKKER, Karen. 2010. « The limits of 'neoliberal natures': Debating green neoliberalism. » Progress in Human Geography 34(6) : 715–735

CASTREE, Noel. 2003. « Commodifying what nature? ». Progress in Human Geography.27/3 : 273-297.

FREITAS, Corin de, Andrea J. Marston, Karen Bakker. 2015. Not-quite-neoliberal natures in Latin America: An introduction. Geoforum 64 : 239–245

A política e a geopolítica da água: o novo minério em pauta

Robson de Sousa Moraes
Hygor Rafael Brandão Silva
Jamile de Sousa Nunes

Em 1994 durante o VII Congresso Mundial da Água, organizada pela Associação Internacional dos Recursos Hídricos, foi proposta a criação do Conselho Mundial da Água (CMA), tendo como objetivo a concentração de esforços e sistematização dos debates sobre os marcos regulatórios dos diversos usos das águas no planeta. Em 1997 o CMA é formalmente instituído com sede na cidade francesa de Marselha. No ano 2000 esta entidade publica o documento intitulado “Visão Mundial sobre a Água”, apontando as principais diretrizes centrada na valoração econômica da água. Nos últimos quinze anos foram divulgados oito relatórios, expondo sua agenda e programa. Em contraposição a perspectiva mercantil apresentada pelo Conselho Mundial da Água, surge o Fórum Alternativo Mundial da Água, reunindo-se no Marrocos (1997), Holanda (2000), Japão (2003), México (2006), Turquia (2009), França (2012), Coreia do Sul (2015). Em 2018, aconteceu em Brasília, a oitava edição do Fórum Alternativo Mundial das Águas (FAMA) com o seguinte tema: “Água é um direito, não mercadoria”; esta temática indica um claro desencontro com a insígnia e interesses absorvidos pela edição brasileira do Fórum Mundial das Águas (FMA) que teve como pauta a privatização da água, com destaque para a privatização de aquíferos (guarani, Bauru etc.). Empresas como Coca Cola, Nestlé, Ambev, entre outras se fizeram presentes nos diálogos propostos. Simultaneamente diversas comunidades Quilombolas, indígenas e Povos Tradicionais expuseram suas lutas e problemáticas enfrentadas pela comercialização da água, explicitando um olhar diverso da compreensão que vislumbra uma outra visão de mundo, para além de um entendimento meramente utilitarista e econômico sobre um bem comum, não raramente identificada como minério. O minério sempre foi razão de conflito, pois este representa um valor econômico. Países como os do continente africano, asiáticos e latinos americanos, sofreram e sofrem guerras por conta desses elementos os quais são derivados valores e esse valor atribui poder a quem os detém. No Brasil, a água é considerada um minério e sua procura por empresas multinacionais é grande. Essa extração provoca tensionamentos internacionais, degrada o meio ambiente e restringe ou impede o uso desse bem comum a uma grande parcela da população, principalmente os mais pobres e socialmente vulneráveis. O Grupo de Pesquisa e Extensão “Águas do Cerrado” da Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, (Cidade de Goiás – GO), criado com a intenção de realizar levantamento de dados no âmbito da Bacia do Rio Araguaia, com o intuito de desvendar as causas da crise hídrica existente na escala regional, estabelecendo conexões em níveis local, nacional e internacional. Para elaboração de uma análise que potencializasse a interconexão dos fenômenos observados foram utilizadas as chaves teóricas – interpretativas do pensamento geopolítico centrado na topologia do ser, buscando o resgate de uma ontologia esquecida, de caráter subversivo, avesso a qualquer subordinação epistêmica de cunho colonial.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Bibliografia:

BANDEIRA, L. A. M. A Segunda Guerra Fria. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 3° ed.

BANDEIRA, L. A. M. Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: FUNAG, 2010. 2° ed.

HARVEY, David. O novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005. 2° ed.

RIIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política da água. São Paulo: Annablume, 2008. (coleção Cidadania e Meio Ambiente).

LOWY, Michael. O que é ecossocialismo. São Paulo: Cartez, 2014. 2° ed.

A territorialidade Surui e o sequestro de carbono

Carlandio Alves da Silva
Sheila Castro dos Santos

Tal estudo foi elaborado a partir da metodologia de pesquisa qualitativa, utilizou-se teóricos da geografia e autores como Haesbaert, (2001), Henriques (2003), Porto-Gonçalves, (2011), Yu (2004) que aplicam a territorialidade, a questão ambiental e étnica como fonte de análise da ciência geográfica.

Na Amazônia brasileira as áreas indígenas reconhecidas ocupam expressivos 20% da área total da Amazônia legal, de acordo com dados oficiais indigenistas, sendo que as terras são asseguradas do ponto de vista jurídico e constitucional. Na Ciência Geográfica, o conceito de território está ligado a uma extensão de apropriação juntamente com o sentimento de pertencimento, esta apropriação ocasionalmente está naquilo que se pretende alcançar, com o propósito no sentido de controlar efetivamente, por partes de instituições ou grupos, um espaço geográfico, apropriando-se de maneira afetiva a uma identidade territorial.

Não se pode imaginar um grupo formado ou constituído por uma amostra de indivíduos, que não esteja posta em causa a identidade, e seu contexto histórico, espacial e temporal, é real a relação do homem ao território ou a sua territorialidade, é o que compõe o sentimento de identidade espacial, sentimento de interação social no espaço. Essa ação é constantemente realizada entre a etnia Suruí e seu ambiente vivido, onde podem atuar em sua cultura e na economia da etnia. Para tal, perceberam que poderiam lutar de uma outra forma para preservarem sua área de floresta.

A etnia elaborou o projeto de Carbono Suruí. Utilizaram para tal sua associação denominada Metareilá, essa criou um mecanismo de financiamento de longo prazo, para que fosse um dos pilares para o plano de gestão sustentável das comunidades indígenas como forma de fortalecê-las e de colaborar com a conservação do meio ambiente principalmente onde vivem, já que esta área é alvo de grande desmatamento.

Essa iniciativa impulsionou colocar em execução o plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro, pois foi esperado que o financiamento pudesse desenvolver o Plano de Gestão. Os pagamentos pelos serviços ambientais seriam uma boa oportunidade, pois eles podem ser obtidos pelo mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD).

De certa maneira foi uma tentativa de conter o desmatamento e uma diminuição das emissões dos gases já que esta área vive sob forte pressão devido a expansão de propriedades rurais:

Acredita-se, que na forma que estão realizando, este projeto é considerado o primeiro para o movimento indígena, pois de acordo com suas próprias colocações, esse

Projeto de Carbono Suruí teve o consentimento prévio informado dos quatro clãs, que assinaram o acordo de cooperação. Foi esse acordo que autorizou o grupo a comercializar os créditos de carbono.

O projeto Suruí desafia a uma questão importantíssima, que é gerenciar os recursos negociados pelo Carbono Suruí para toda a comunidade que é preferencialmente para integridade dessa etnia, que formularam um fundo Suruí, como proposta de um mecanismo financeiro.

O Fundo brasileiro para Biodiversidade - (FUNBIO), foi o responsável pelo desenvolvimento do Fundo Suruí, conforme encontramos nos meios de comunicações usados pelos Suruí para divulgarem, e capacitarem a comunidade para implementar este mecanismo na Terra Indígena Sete de Setembro, segundo os princípios de transparência e governança.

As iniciativas diferenciadas e inovadoras de outros grupos tribais, na tentativa de soluções, encontrando-se em uma integração a participarem da economia das formas fundamentais institucionalizadas de uma sociedade, chegando a este século rodeados pela cultura envolvente, cuja a vida econômica é adaptada como meio de sobrevivência.

Ações como essas com novas iniciativas e tecnologias, fazem com que as marcas do passado pareçam distantes, mas que isto traz o fortalecimento da identidade e da preservação de seu habitat, trazendo novos aspectos da dimensão econômica, saindo da economia de subsistência, para meios econômicos totalmente inovadores. De maneira que o Projeto de Carbono Suruí acaba por ter sua importância na defesa do território, do meio ambiente, contudo conduz a mudanças na prática cultural.

Bibliografia:

BARRETOS, V. L; Andréia C. S. F; Lígia C. P. Sequestro De Carbono. In Centro Científico Conhecer, Goiânia, Enciclopédia Biosfera N.07, 2009, p. 1-10. – disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2009/sequestro.pdf> – acessado em 05/06/2015

HAESBAERT, Rogério da Costa. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2004] 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.

SURUI CARBONO. Disponível em: http://www.kaninde.org.br/wpcontent/uploads/2015/11/folder_vers_o_final_1334543440.pdf. Acessado em 10/10/2015.

YU, C. M. Sequestro Florestal de Carbono no Brasil: dimensões políticas, socioeconômicas e ecológicas. São Paulo. Ed. Annablume, IEB, 2004.

A transnacionalidade ambiental Brasil/Colômbia

Diana Katherine Guerra Guerra
Maurício Pinto da Silva

A transnacionalidade ambiental entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia são características marcantes e desafios constantes entre estas duas nações. Ainda que neste contexto, as relações entre Brasil e Colômbia não têm uma tradição de proximidade. Recentemente, em 1972, é firmado o Acordo Básico de Cooperação Técnica, dando início ao Programa de Cooperação Técnica entre os dois países em várias áreas. Nesse contexto, o intercâmbio de ações acadêmica-científicas, especialmente entre professores e alunos da Universidade Federal de Pelotas e a Universidad de Santo Tomas tem possibilitado o desenvolvimento de estudos relacionados a cooperação na área ambiental.

Assim, com o propósito de compreender e refletir sobre estas relações, o presente trabalho é parte integrante do projeto de pesquisa “Gestão Ambiental Transfronteiriça: desafios ao Mercosul” do Centro de Integração do Mercosul da Universidade Federal de Pelotas e, busca contextualizar as relações estabelecidas, especialmente àquelas relacionadas a temática ambiental. Em termos metodológicos, o estudo tem se desenvolvido a partir de pesquisa documental disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e Ministério de Meio Ambiente da Colômbia em seus respectivos sites institucionais. Além disso, a pesquisa bibliográfica tem permitido o estudo de temas como gestão ambiental e cooperação internacional na área ambiental. Para análise e contextualização dos dados elegeu-se o método de abordagem qualitativo, afim de identificar os aspectos sociais, históricos e ambientais deste processo de gestão e cooperação internacional.

As relações entre Brasil e Colômbia tem no Tratado de Limites (1907) o instrumento utilizado como base de demarcação, entre outras, da linha Tabatinga-Apapóris que marca o início da legitimidade territorial. Em 1925 a Ata de Washington, entre Brasil, Colômbia e Peru, assegura o reconhecimento da linha Tabatinga-Apapóris como fronteira entre o Brasil e a Colômbia. Cabe destacar que, entre os séculos XVI e XIX, as colônias hispânicas e a colônia portuguesa da América não se comunicavam entre si, pois mantinham contatos exclusivos com suas metrópoles ibéricas (LOPEZ, 1996). Uma dificuldade para o bom relacionamento de ambos, no início do século XX, foi a questão de fronteira. Somente em 1928 foi concluído o esclarecimento da demarcação de alguns trechos, uma vez que o acesso a certas localidades aliadas a complexas negociações do regime de navegação de alguns rios geraram limitações na diplomacia entre os países, fixando, posteriormente, a cartografia respectiva e as comissões mistas de inspeção.

Atualmente de acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, há cerca de 50 empresas brasileiras estabelecidas na Colômbia, atuando em setores estratégicos, como siderurgia, infraestrutura, nas áreas de petróleo e mineração, finanças, telecomunicações, tecnologia da informação e no setor de alimentos e bebidas. Na

área política, são diversos os foros para tratar dos temas de interesse mútuo. A existência e funcionamento de uma Comissão Bilateral, por exemplo, quando são tratados temas fronteiriços constituem importante dimensão da relação. A denominada Comissão de Vizinhança, possui Grupos de Trabalho específicos para tratar de Meio Ambiente, Saúde, Temas Indígenas e Navegabilidade dos Rios, agendas diretamente relacionadas a questão ambiental. Conforme aponta os respectivos Ministérios das Relações Exteriores as principais áreas de intercâmbio são a agricultura e o meio ambiente. Destacam-se, projetos nas áreas de incremento da produção de látex natural (seringueiras); de bicomustíveis bem como programas de intercâmbio de conhecimentos sobre implementação de tecnologias limpas na produção de gado; de experiências e conhecimentos sobre gestão dos incêndios florestais; de experiências sobre gestão ambiental urbana; a destinação adequada do lixo coletado junto à população em situação de vulnerabilidade em Bogotá e; de conhecimentos sobre processamento da madeira.

É importante destacar que a gestão ambiental fronteiriça e transfronteiriça revelam-se desafiadoras aos países, especialmente da América do Sul, tendo em vista que as áreas limítrofes são em sua grande maioria delimitadas por cursos d'água. Brasil e Colômbia são Estados distintos, apresentam diversidade em sua cultura, sua língua e sua organização político-social, contudo, guardam uma transnacionalidade ambiental, exemplificada na dimensão Amazônica. A finalidade deste trabalho foi estabelecer parâmetros iniciais para servir de base para o estudo dos agentes sociais e suas relações constitutivas para a cooperação na área ambiental. Assim, espera-se poder aprofundar e continuar os estudos documentais das relações estabelecidas, com ênfase em um processo mais amplo, para evidenciar e potencializar as relações entre Brasil-Colômbia.

Bibliografia:

BORGES, Fábio. As relações do Brasil com os países Amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): possibilidades e problemas do regionalismo aberto. Tese de Defesa ao Doutorado em Sociologia apresentado ao Departamento de Pós-graduação em Sociologia na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr), UNESP, 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/6240-republica-da-colombia>.

COLOMBIA. Presidência da República. http://wp.presidencia.gov.co/Noticias/2015/Octubre/Paginas/20151009_07-Colombia-Brasil-suscribieron-siete-instrumentos-cooperacion-asistencia-tecnica-inversiones-cita-presidencial.aspx

LOPEZ, Luiz Roberto. História da América Latina. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro: transformações socioambientais na Ilha do Governador frente às configurações sociopolíticas que moldaram sua atual paisagem

Christiane de Araújo

A elaboração da pesquisa surgiu a partir da experiência da autora como moradora do conjunto de bairros que fazem parte da região administrativa da Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro. Como resido no bairro onde está localizado o aeroporto internacional Tom Jobim, o Galeão, eu sempre observei suas edificações e as feições da área onde o aeroporto foi construído e ampliado seguidamente desde anos de 1940. Assim, indagações foram surgindo sobre a escolha do bairro para “abrigar” um investimento de tão alto porte e quais os interesses que culminaram na construção do mesmo nesta localidade. Entender qual a lógica de planejamento territorial que culminou na efetivação do projeto nos moldes de sua inauguração e as alterações ambientais que se desencadearam na área, a partir de então. Muitos aterramentos foram realizados na Baía de Guanabara, o que representou um ganho significativo de terras na porção oeste da Ilha do Governador, aproximando a ilha do continente [1].

A pesquisa se justifica pela contribuição que ela enseja à discussão sobre o tema gestão socioambiental na cidade do Rio de Janeiro, a partir das grandes transformações espaciais geradas pelos processos de reconfiguração espacial resultantes de políticas públicas de modernização da cidade carioca, ao longo do século XX, e como tais são responsáveis pela definição de sua paisagem atual. Assume-se, portanto, que o estudo da paisagem gera uma intencionalidade, pois a mesma é a manifestação de interesses que culminam das relações que se estabelecem entre os homens e o meio [2]; esses interesses e lógicas dos seres socialmente organizados culminam na ordenação da natureza, cujas formas das paisagens são geradas pelos homens [3]. Nesta dinâmica de relações entre o meio e os homens é que se manifestam os projetos de gestão territorial que, muitas vezes, não contemplam a dimensão socioambiental sustentável [4].

Em suma, compreender a realidade que vivemos de forma integrada pode vir a contribuir para que possamos ter maior poder de intervir e, até mesmo, transformar a realidade perante a lógicas e interesses políticos que, muitas vezes, não estão em consonância com o direito a qualidade de vida que integre o social ao ambiental.

Analisar como o modelo de gestão socioambiental adotado no Rio de Janeiro vem contribuindo para a atual configuração da paisagem da ilha do Governador e o estado atual de degradação da Baía de Guanabara. Como referência de tal degradação, foca-se no estudo de caso da construção e modernização do aeroporto internacional Tom Jobim, que afeta a Baía de Guanabara desde os anos de 1940.

A área de realização do estudo localiza-se no espaço do lado ocidental da Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro, com fortes reflexos por todo ecossistema de mangues e na qualidade da vida marinha da baía (notadamente na do fundo da baía).

Tal transformação também afetou a Ilha do Governador, que é a 20^a região administrativa da cidade do Rio de Janeiro, compreendendo catorze bairros do município, sendo eles: Bancários, Cacuia, Freguesia, Galeão, Jardim Guanabara, Jardim Carioca, Cocotá, Moneró, Pitangueiras, Praia da Bandeira, Tauá, Ribeira, Portuguesa e Zumbi, fazendo parte da região da Zona Norte do município do Rio de Janeiro, com uma população total de aproximadamente 210 mil habitantes (IBGE, 2010). O aeroporto internacional Tom Jobim se estende do bairro do Galeão até a divisa marinha com a porção sul do município de Duque de Caxias, compreendendo uma área total de 280 mil m². Possui dois terminais de embarque e desembarque de passageiros, um terminal de cargas, sistema de pistas e pátio de aeronaves e uma “área de apoio” onde estão as comissarias. Tal pujança mudou o referencial da paisagem natural da região.

A pesquisa está na fase inicial, por isso neste primeiro momento tem-se maior ênfase a realização de levantamentos bibliográficos que remontem ao passado da Baía de Guanabara, da ilha e sua configuração atual como região administrativa e a construção do aeroporto internacional Tom Jobim. Serão realizados campos na área de estudo para que sejam verificadas até que ponto as políticas públicas, notadamente desde os anos de 1970, têm gerado degradação ambiental na área e, conseqüentemente, alterações na paisagem.

As conclusões preliminares indicam que o modelo de gestão territorial implementado até o momento ampliou os problemas socioambientais na Baía de Guanabara. Constata-se que a deficiência na abordagem socioambiental nos planejamentos de gestão gera problemas diversos, notadamente aqueles que negligenciam o direito a qualidade de vida do cidadão carioca que vive na Ilha do Governador. Verifica-se assim que o modelo de gestão pública não deve se focar, como em tempos pretéritos, na lógica tecnicista e economicista de pensar o território, mas sim envolver a abordagem ambiental em sua elaboração e efetivação.

Bibliografia:

BERNARDES, L. M. C. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX In ABREU, Maurício de Almeida. (org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: S.M.C.T.E. 1992. p. 37-53. [3]

IPANEMA, Cibele. História da Ilha do Governador. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2013. 224 p. [1]

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. R. RA'E GA, Curitiba: Editora UFPR, n. 7, 2003, p. 79-85. [2]

SILVA, Augusto César Pinheiro da. Redefinindo a Paisagem do Rio de Janeiro: dilemas constantes sobre o espaço carioca. Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, v. 1, n^o7, p. 57-73, 2015. [4]

Agroecologia como ferramenta para o desenvolvimento sustentável no assentamento rural Olga Benário em Visconde do Rio Branco (MG)

João Vitor de Oliveira
Nilo Marques de Jesus

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir do seu IV congresso nacional, realizado em 2000, ampliou o discurso sobre a questão agrária, inferindo nele a questão da agroecologia, como aponta Gonçalves (2008). Dessa forma, passou a propor para suas áreas de assentamento e acampamentos uma agricultura que, de acordo com Caporal (2014), apoie “a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis”. Nesse contexto, é importante destacar a forma agressiva ao meio ambiente que a agricultura convencional tem sido praticada, como destaca Primavesi (2012).

O assentamento Olga Benário foi fundado em 2005, possuindo atualmente 29 famílias assentadas. O presente estudo teve como objetivo identificar quais as práticas agroecológicas adotadas pelos agricultores do Assentamento Olga Benário em Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata de Minas Gerais, e como tais práticas contribuem para uma perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

A metodologia da pesquisa foi dividida em dois pontos centrais. O primeiro foi à caracterização da área de estudo. O assentamento em questão demarca a chegada do MST a mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais, a partir da ocupação em 2005 de uma fazenda improdutivo que já se encontrava desapropriada desde o ano de 2004. Durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), fruto de um intenso debate interno, estabeleceu-se que a organização do assentamento Olga Benário seria por meio do loteamento. (NOGUEIRA, 2007)

O segundo ponto da pesquisa diz respeito aos seus procedimentos. O assentamento conta com 30 famílias assentadas, a amostragem foi de 50% do universo total de famílias. A coleta de dados ocorreu em 21 de agosto de 2017, por meio do projeto de extensão “CAPACITAÇÃO PARA ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA E ASSESSORES NO ESTADO DE MINAS GERAIS”. Uma equipe multidisciplinar de estudantes bolsistas do projeto aplicou às famílias um questionário a respeito dos aspectos sociais, ambientais, produção e questões econômicas.

Sobre os aspectos sociais das famílias do assentamento, é possível afirmar que o acesso às políticas públicas vem sendo parcialmente negligenciado. Os aspectos ambientais levantados demonstram que o assentamento não possui o serviço de coleta de lixo, algumas famílias possuem saneamento básico por meio de fossas sépticas ligadas a rede, mas a maioria não tem acesso, as moradias têm acesso à água por meio de poços. Quanto às questões de produção, destaca-se o baixo uso de agrotóxicos, bem como o alto índice de utilização das técnicas agroecológicas de adubação orgânica e uso de biofertilizantes. O principal trabalho desenvolvido pelos

membros das famílias assentadas é o trabalho dentro do próprio assentamento, tornando-se a principal fonte de receita dos assentados. Ressalta-se a baixa utilização de plantas para a homeopatia bem como a de produtos ecológicos para a limpeza.

Bibliografia:

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER - IICA, 2004.

GONÇALVES, S. Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista.

MORAIS, V. C. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: Um estudo a partir do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no acampamento Denis Gonçalves. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora – 2011.

NOGUEIRA, R. F. AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ASSENTAMENTO RURAL. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Viçosa – 2007.

PRIMAVESI, Ana Maria. Revisão do Conceito de Agricultura Orgânica: conservação do solo e seu efeito sobre a água. *Biológico*. São Paulo, v.65, n.1, p.69-73, p.69-73, jan./dez., 2003.

Água e a longa duração: os recursos hídricos da América do Sul como agentes históricos de integração

Ana Carolina Costa Lacerda

Uma das grandes Agendas das Relações Internacionais no século XXI será a da crise hídrica mundial. Segundo projeção do “Global Environmental Outlook’s Baseline Scenario” (OECD, 2012) a perspectiva é de que em 2030 o mundo enfrentará um déficit hídrico de 40%. Diante disso, é possível inferir que deter o controle das reservas de água doce mundiais representa poder, de modo que exista uma disputa Geopolítica entorno do domínio desses recursos.

A América do Sul é detentora dos dois principais reservatórios de água do mundo: o Sistema Aquífero Grande Amazonas com volume estimado em mais de 160mil km³ (ABREU e colab., 2013) e o Aquífero Guarani com volume estimado em 45 mil km³ e capacidade de reposição anual de 166km³ por ano (BRUCKMANN, 2011). Esses fatos fazem da região a principal reserva de água doce mundial de modo que tais recursos sejam cobiçados por outros Estados, em especial, pelos Estados centrais.

Contudo, a região Sul-Americana outrora tivera seus recursos naturais extraídos por outras potências, especialmente durante o Colonialismo de forma que os lucros obtidos com tais riquezas não foram revertidos para investimentos na região, mas sim, nos Estados centrais. Tal fato pode representar uma iminente ameaça de que esse processo se repita na ausência de uma gestão eficiente e coordenada dos recursos hídricos regionais. Todavia, a América Latina é uma região com um passado milenar, e ao se afastar das lentes do tempo presente e partir para uma análise da longuíssima duração é possível perceber que o uso dos recursos naturais regionais, em especial da água, por parte dos povos originários da região antecede em milhares de anos a colonização. Nesse sentido, a compressão e valorização desses processos desponta como um caminho para o fortalecimento da Integração Sul Americana a partir da gestão dos recursos hídricos Regionais.

Dessa forma, o presente trabalho pretende, a partir da dialética das durações de Fernand Braudel, realizar o resgate desse passado histórico milenar Sul Americano analisando o papel que os recursos hídricos regionais desempenharam em diferentes contextos como agentes propulsores do intercâmbio, político, econômico e cultural e da integração entre os povos da Região, de modo que esse passado sirva não só como inspiração, mas como ponto de partida para o desenvolvimento de projetos no presente tendo em vista o futuro.

O presente trabalho será desenvolvido a partir de uma perspectiva interdisciplinar, inerente às Relações Internacionais que reunirá abordagens históricas, geográficas, sociais e políticas, afim obter uma compreensão complexa acerca das características da América do Sul que possam contribuir para o desenvolvimento de uma política de Integração Regional que permita à Região um reposicionamento no Sistema Internacional de forma mais autônoma.

No que tange à metodologia, será utilizada a dialética das durações proposta por Fernand Braudel. O autor divide o tempo histórico em três tempos: a História Tradicional – que trata de um Tempo Breve, de fôlego curto, a Nova História Econômica e Social – que trata da conjuntura, e a História de Longa Duração – acerca da estrutura.

Além desses três tempos históricos, também será utilizada a Longuíssima Duração que abordará o tempo civilizacional, permitindo encontrar raízes ainda mais ocultas para determinados fenômenos. Tal perspectiva de análise permitirá não só a análise de ciclos existentes no passado como também a possibilidade de prever ciclos futuros.

Dentro dessa perspectiva analítica, serão observados o papel histórico que as vias fluviais regionais outrora tiveram ao servir como instrumento primordial para a conexão e intercâmbio entre os povos da região a fim de resgatar possíveis rumos para a integração Regional a partir da análise de fontes primárias como dados e mapas divulgados pela UNESCO, CEPAL, FAO e fontes secundárias como análise de bibliografia especializada sobre o tema, a exemplo de Ane Esther Ceceña, Carlos Walter Porto Gonçalves, Álvaro Garcia Linera e Ricardo Petrela. Nesse sentido, serão utilizados no presente trabalho dados qualitativos e quantitativos.

Assim, a partir do uso das teorias do Sistema Mundo (WALLERSTEIN, 1974), da Dependência (DOS SANTOS, 1970) e da Colonialidade, e da Territorialidade (CECEÑA, 2008), pretende-se analisar o modo como a América do Sul historicamente se inseriu no Sistema Internacional de forma dependente tendo suas riquezas sempre apropriadas pelos Estados centrais e, a partir do conceito de duração do tempo histórico de Fernand Braudel, ele realiza o resgate de processos de longuíssima duração que foram pioneiros no Intercâmbio político, econômico e cultural entre os povos da região, tendo como expoente a Civilização Caral. Para que, tal como observamos no caso Chinês com a restauração da Rota da Seda a partir do Projeto One Belt One Road, sirvam esse passado milenar sirva como inspiração para os novos rumos e caminhos da América do Sul no século XXI.

Bibliografia:

BRUCKMANN, Monica. Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico. Diss. Dissertação de doutorado, UFF, 2011.

DOS SANTOS, Theotonio. a Teoria Da Dependência : Balanço E Perspectivas. p. 193, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado, p. 151-197, 2006.

PETRELLA, Ricardo. "A água. O desafio do bem comum." Água: Bem público universal. Sao Leopoldo, Editorial UNISINOS(2004): 9-31.

Análise da efetividade de gestão das APA's municipais do Mosaico do Espinhaço, Minas Gerais/Brasil

Maíra Cristina de Oliveira Lima
Bernardo Machado Gontijo

As áreas protegidas têm configurado, na atualidade, como um dos mais importantes instrumentos para conservação da biodiversidade. No Brasil, as unidades de conservação (UC's), as terras indígenas e os quilombos, são considerados áreas protegidas.

As UC's constituem um dos principais instrumentos destinados à preservação ambiental, manutenção do equilíbrio ecológico e à promoção do desenvolvimento sustentável. Além de serem estratégias de proteção ambiental válidas, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000) prevê a existência dos mosaicos de áreas protegidas cujo objetivo é propiciar um gerenciamento integrado desses territórios. O mosaico é considerado um aparato de gestão integrada de unidades de conservação com categorias de manejo distintas que se encontram próximas, contíguas, sobrepostas ou justapostas, que almeja o fortalecimento mútuo da gestão dessas áreas, bem como a proteção dos ecossistemas inseridos nesse território (BRASIL, 2000; MMA, 2010). Este instrumento se configura como alternativa para minimizar a perda e fragmentação de habitats da biodiversidade (FARIA e PIRES, 2007) agravadas com o avanço da apropriação e usufruto do espaço pela sociedade urbano-industrial.

O Ministério do Meio Ambiente reconhece quinze mosaicos de unidades de conservação, dentre eles o Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha/Serra do Cabral, no estado de Minas Gerais. O Mosaico do Espinhaço foi instituído em novembro 2010 (MMA, 2010) devido a existência de várias unidades de conservação próximas e com o objetivo de estabelecer uma gestão territorial integrada dessas UC's. Além disso, a proposta foi a de criar condições de conectividade da biota minimizando os efeitos da fragmentação de habitats ocasionados pelo isolamento dessas áreas protegidas. Essa proposta é relevante tendo em vista o uso e ocupação do solo na região como um todo, que abrange áreas de pastagem, plantação de eucalipto, extrativismo mineral e núcleos urbanos (ÁVILA, 2014). Destaca-se a existência de doze Áreas de Proteção Ambiental (APA) no Mosaico do Espinhaço, que correspondem a aproximadamente 63% do território configurando, portanto, uma categoria de manejo importante a ser estudada. Dentre essas, onze são municipais, o que levanta a discussão sobre o processo de gestão das mesmas, muito em função da incompatibilidade de interesses setoriais e a descontinuidade política que permeia planos de governo e relações de poder.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar as possibilidades e dificuldades para efetividade de gestão enfrentadas pelo Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha/Serra do Cabral, tendo em vista a atuação das Áreas de Proteção Ambiental (APA) municipais. De caráter qualitativo, a pesquisa parte de

revisão bibliográfica sobre a temática em teses/dissertações e demais estudos correspondentes, bem como a análise da participação dos representantes das UC's municipais nas reuniões do conselho consultivo do Mosaico do Espinhaço. Além disso, pretende apresentar resultados parciais de pesquisa de mestrado de um dos autores desenvolvida no programa de pós-graduação em Geografia da UFMG.

A Cadeia do Espinhaço, mais especificamente o Espinhaço Meridional, que contempla a área em questão, tem importante relevância biológica (possui considerável endemismo de fauna/flora e integra cerrado, campos rupestres e mata atlântica). É considerada nos estudos para a definição das áreas prioritárias para a conservação dos biomas brasileiros e do estado de Minas Gerais e reconhecida pela Unesco, desde 2005, como Reserva da Biosfera, que preconiza conciliar o desenvolvimento econômico sustentável com a conservação da biodiversidade (AZEVEDO, et. al. 2009).

Embora criado desde 2010, o Mosaico do Espinhaço ainda não está completamente implementado devido a dificuldades de articulação das diversas UC's que o compõe, em especial as APA's municipais, a sobreposição de domínios de gestão e impasses orçamentários (ÁVILA, 2014). Para tanto, faz-se necessário atentar acerca da efetividade das APA's analisadas frente ao mosaico, dadas as controvérsias que permeiam essa categoria de manejo, pois, muitas delas possuem grandes extensões territoriais, contemplando às vezes, consideráveis áreas do perímetro urbano dos municípios, o que pode dificultar uma gestão que alie a conservação da natureza e desenvolvimento das atividades econômicas. Além disso, para fins de gestão integrada, é necessário considerar a interdependência entre as partes no que se refere ao planejamento e execução de ações de preservação. Ademais, o perfil dos gestores das APA's municipais, no tratamento da questão ecológica também é um fator importante que pode facilitar e/ou dificultar as ações propostas pelo mosaico. Nesse sentido, o presente trabalho se justifica tendo em vista a carência de estudos que envolvem esta categoria de manejo, se consideradas sob a perspectiva de mosaico de áreas protegidas.

Bibliografia:

AVILA, G. C. Mosaico de áreas protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral, Minas Gerais e os desafios para sua efetividade. 2014. 174 f. (Dissertação de Mestrado) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

AZEVEDO, A. A.; GOULART, M. F.; SILVA, J. A. S. VILHENA, C. F. Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral. (Relatório Técnico). Diamantina: Instituto Biotrópicos, 2009.

BRASIL. Lei 9985 de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 18 de julho de julho de 2000. 23p.

FARIA, Helder Henrique de. PIRES, Andréa Soares. Atualidades na Gestão de Unidades de Conservação. In: ORTH, Dora; DEBETIR, Emiliania (Org.). Unidades de Conservação: gestão e conflitos. Florianópolis: Insular, 2007. p. 11-42.

MMA. Portaria 482 de 14 de dezembro de 2010. Dispõem sobre os procedimentos para reconhecimento de mosaicos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, 160 2010b. Disponível em: Acesso em: 24 out. 2017.

Análise das políticas públicas municipais de Fortaleza no processo de gestão sustentável do meio ambiente

Mariana Saraiva de Melo Pinheiro
Rebecca Campos Leite Alencar
Fernanda Cláudia Lacerda Rocha

É estabelecido na Constituição Federal (C.F.) de 1988, entre tantos tópicos, normativas a respeito dos deveres da gestão ambiental pela União, pelos Estados e Municípios brasileiros. No seu artigo 225 é estipulado:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A partir dessas normas básicas, Estados e Municípios criam seus próprios instrumentos reguladores da paisagem, ainda subordinados às leis Federais, e delegam tarefas aos setores do Poder Público.

No caso de Fortaleza, de acordo com a Prefeitura Municipal, em 2013 foi publicado o Manual de Arborização de Fortaleza, o qual objetiva a promoção da arborização de qualidade nos espaços livres, por meio da educação sobre plantio, transplante, poda, supressão e planejamento arbóreo no município; da atualização dos profissionais sobre tecnologias para tratamento e cultivo da floresta urbana; do fornecimento de base técnica para suporte à aplicação da legislação pertinente; e da promoção da sustentabilidade ambiental com o manejo adequado das árvores.

Já em maio de 2014 foi lançado o Plano Municipal de Arborização para incentivar, ordenadamente e sistematizadamente, os plantios na cidade. Porém, não se encontra em nenhum ambiente virtual, nem mesmo junto à Prefeitura, o documento legal que institui e pormenoriza o Plano, suscitando dúvidas quanto à validade deste e de seus resultados.

Além desse Plano, foi sancionada em 2017 a Política Municipal do Meio Ambiente (Lei nº 10619/2017), criada pela PMF com base na Constituição Federal de 1988 (artigos 23, incisos VI e VII; 30, incisos I e II; e 225); na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), e nas diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). Essa Política Municipal objetiva o planejamento estratégico do território, considerando de forma integradora seus ambientes construído e natural, regulando a organização e a implementação de projetos de alcance urbanístico e ambiental. Dessa forma, busca a valorização das potencialidades naturais da cidade, além da recuperação de sua qualidade ambiental. De maneira mais específica, este documento também dita diretrizes gerais sobre a arborização na cidade, sua valorização e sua importância dentro da administração do município.

O presente estudo surgiu da observação de algumas contradições e lacunas presentes em documentos oficiais emitidos pela PMF, a Política Municipal do Meio Ambiente, o Plano de Arborização de Fortaleza e o Manual de Arborização de Fortaleza, os quais serão os objetos específicos de examinação do presente trabalho. A partir disso, passamos a indagar acerca do funcionamento e produção de toda a cadeia de gerenciamento do espaço e dos elementos naturais.

Assim, este artigo se propõe a analisar de forma crítica a gestão ambiental do município de Fortaleza a partir da análise dos órgãos que planejam e exercem atividades no meio-ambiente e nos recursos naturais, das áreas específicas de atuação de cada um deles, de seus produtos documentais e legais, e de sua eficiência e eficácia para o que se dispõem.

Para tanto, a pesquisa será desenvolvida durante o período de um semestre letivo e serão colocados em prática os seguintes procedimentos metodológicos: 1) Levantamento e análise dos documentos legais que dizem respeito à gestão ambiental e às responsabilidades dos diferentes órgãos públicos de atuações pertinentes à pesquisa; 2) Análise da compatibilidade dos princípios de tais documentos; 3) Verificação e avaliação terminológica dos termos empregados pela gestão municipal em seus documentos veiculados publicamente; 4) Estudo técnico das diretrizes quanto à coerência com biodiversidade local; 5) Por fim, será realizada uma síntese descritiva e analítica das possíveis contradições existentes em cada um dos níveis da gestão ambiental do município.

Bibliografia:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Acesso em: 19 mar. 2018.

FORTALEZA. Lei nº 10619, de 10 de outubro de 2017. Fortaleza, Disponível em:

<<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=351732>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

FORTALEZA. Manual de Arborização. Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Fortaleza, 2013. Disponível em:

<https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/manuais/manual_arborizacao.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. Plano de Arborização. 2014. Disponível em:

<<https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/56-plano-de-arborizacao>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

Análise do Zoneamento Ambiental como instrumento de planejamento e ordenamento territorial no município de Barcarena (PA)

Monique Helen Cravo Soares Farias
Christian Nunes da Silva

Ordenar o território é pensar e atuar no sistema de forças que modela atualmente o desenvolvimento do país, a partir de um olhar da União sobre o conjunto das regiões e lugares e de uma estratégia que vise, sobretudo, coordenar as políticas territoriais setoriais e emprestar-lhes uma necessária racionalidade técnica, nesse contexto atual do planejamento marcado pela dispersão.

O planejamento urbano, conforme apresentado por Reani (2016), é uma forma de fazer uso consciente e ordenado do espaço, e assim, propiciar maior bem-estar e melhores condições de vida para aqueles que vivem na cidade. A política de zoneamento urbano tem sido um dos principais instrumentos para o planejamento das cidades brasileiras nas últimas décadas.

Para Lage (2017), a abordagem territorial dos planos diretores e sua elaboração de forma participativa vislumbra a necessidade de uma visão mais abrangente e integrada da questão urbana. Pode-se dizer que está relacionada às novas dinâmicas socioespaciais identificadas em todo mundo a partir do final do século XX e também à discussão ambiental disseminada a partir da década de 1970. Porém, as novas demandas põem à prova a adequação dos instrumentos de política urbana instituídos na legislação brasileira, bem como nossa organização institucional-administrativa para um planejamento de âmbito territorial.

O Plano Diretor, segundo Ferreira (2017), traz autonomia e diretrizes, norteador do planejamento e a gestão territorial urbana, bem como pode gerir a proteção do patrimônio histórico. Ele nada mais é que um conjunto de funções que auxiliam o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental do município.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar as formas de zoneamento definidas no Plano Diretor para o município de Barcarena, estado do Pará, em função do uso e ocupação do solo.

O município de Barcarena abrange uma área de 1.310,33 km², possui população de 99.859 mil habitantes, dos quais 63,66% residem em espaço urbano e 36,34% em área rural. É um dos onze municípios que compõem a Região de Integração Tocantins e, atualmente, representa uma importante plataforma logística para a balança comercial mineradora do estado que, através do porto de Vila do Conde escoam a produção de diversos produtos locais e estaduais para outros estados e países (FAPESPA, 2017).

Os aspectos teóricos e conceituais sobre as formas de zoneamento definidas foram obtidos por meio da análise de artigos científicos nacionais, legislações e relatórios e publicações institucionais.

A Política de Gestão e Desenvolvimento Territorial de Barcarena foi elaborada tendo como princípios fundamentais o respeito às funções sociais da cidade e da propriedade, a sustentabilidade social, econômica e ambiental, e a gestão democrática por meio da participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento e gestão. Por meio da Lei Complementar Municipal Nº 49/2016, de 17 de outubro de 2016, implementou o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Barcarena, definindo-o como instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento territorial, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam, concebido a partir da compreensão da totalidade do território do Município, incluindo suas áreas urbanas e rurais.

Para orientar o ordenamento e a gestão territorial do Município, o Plano Diretor definiu como ferramentas o Macrozoneamento e o Zoneamento. O Macrozoneamento de Barcarena tem por finalidade definir diretrizes para orientar o desenvolvimento de acordo com as características físicas, sociais, culturais, econômicas e ambientais existentes no município, de forma a promover o seu desenvolvimento harmônico e o bem-estar de seus habitantes, sendo dividido em Macrozona Urbana e Macrozona Rural.

Já o Zoneamento municipal estabelece áreas diferenciadas de uso e ocupação do solo, visando dar a cada região a utilização mais adequada, seguindo as determinações do macrozoneamento, tendo como objetivos: a criação de instrumentos urbanísticos visando induzir ou inibir atividades e qualificar ou requalificar a região; a preservação do patrimônio natural, histórico, arqueológico e paisagístico; a contenção do avanço da área urbana em áreas que venham prejudicar a qualidade ambiental da cidade; a minimização dos custos para implantar e manter a infraestrutura urbana e serviços públicos essenciais; e a otimização da infraestrutura, serviços e seus custos.

A administração pública municipal vem demonstrado novos esforços na implementação da política urbana. No entanto, muito tem a enfrentar para melhorar os procedimentos de elaboração de novas ações, tendo em vista os desafios impostos pela gestão pública participativa que exige de seus gestores a elaboração de políticas condizentes com a realidade dos munícipes, a discussão e o estabelecimento de estratégias úteis para a elaboração e/ou revisão dos seus planos diretores e, conseqüentemente, para o planejamento urbano e regional municipal.

Bibliografia:

FERREIRA, A. S. O Plano Diretor como Instrumento de Planejamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico em Pequenos Municípios. *Unesco & Ciência*, v. 8, n. 1, 2017.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). *Barômetro da Sustentabilidade do Município de Barcarena*. Belém: FAPESPA, 2017, 26p.

LAGE, S. DI. O planejamento urbano para além da oposição urbano-rural: perspectivas e desafios para a consolidação no Brasil de sistemas e práticas integrados de planejamento territorial. *Oculum Ensaios*, v. 14, n. 1, 2017.

REANI, R. T. Planejamento e Zoneamento Urbano: Evolução do Uso e Ocupação do Solo em São José dos Campos- SP. *Revista da ANPEGE*, v. 12, n. 17, p. 191-218, 2017.

Áreas de preservação permanente (APP) urbanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: projetos possíveis para uma governança ambiental integrada, a partir das bacias hidrográficas

Maria Vitória Palhares
Augusto César Pinheiro da Silva

O processo de urbanização pressupõe intervenções na paisagem que, associadas às políticas de uso e ocupação do solo, alteram significativamente o meio ambiente natural. Dentre estas alterações, destacam-se aqui aquelas relacionadas à apropriação dos espaços territoriais especialmente protegidos - como as Áreas de Preservação Permanente (APPs) - previstos constitucionalmente como instrumentos de efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para populações crescentes e aglomeradas em territórios cada vez mais densificados pela conurbação.

As APPs são territórios cuja função ambiental é, dentre outras, preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geomorfológica e a biodiversidade, assim como a de facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, sendo que elas crescem velozmente, como reflexo de decisões políticas, em ambientes metropolitanos, que já possuem uma série de incógnitas sobre as suas funções em relação às funções administrativas das unidades sobre as quais se assentam.

As funções ambientais das APPs são definidas pelo Código Florestal brasileiro de 2012 que, por sua vez, é um instrumento de proteção ambiental concebido, essencialmente, para ordenar o uso e a ocupação dos espaços rurais no país. No entanto, sem apresentar uma normatização efetiva, esse código prevê a instituição de APPs também nos espaços urbanos, o que é um enorme desafio diante das diferentes realidades que permeiam esses espaços, gerando insegurança jurídica e conflitos socioambientais.

Neste sentido, dentre as áreas consideradas como APPs destacam-se aqui aquelas relacionadas aos cursos hídricos, uma vez que a sua gestão envolve estruturas institucionais compreendidas dentro dos limites das bacias hidrográficas, como os comitês de bacias e os consórcios intermunicipais. Sobre essa concepção, as suas competências de gestão promovem frequentemente a sobreposição de intervenções dos poderes públicos territorializados, já que os cursos hídricos não respeitam os limites políticos administrativos municipais, tornando-se necessária a consideração da existência de APPs que transcendam fronteiras. Portanto, pensar em gestão de APPs no âmbito de uma sociedade que se espalha urbanamente no espaço vai muito além da preservação da natureza, pois envolve as estratégias de ação das atividades agrícolas, de ocupação urbana, circulação, etc.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca identificar as condicionantes que promovem os gargalos de gestão de APPs nos limites de bacias hidrográficas em ambientes metropolitanos, procurando-se compreender os marcos regulatórios de

proteção dessas áreas e dos seus recursos hídricos. Questiona-se a ausência de normatização específica para essas áreas nos espaços urbanos metropolitanos, pela complexidade das relações de apropriação e uso que tais formações espaciais possuem, além das implicações nas práticas de gestão ambiental por essas estruturas de regulação.

Objetiva-se também identificar estratégias para a gestão compartilhada dessas unidades pelos municípios em matéria ambiental que envolva outros atores sociais, de modo a se concretizar o conceito de governança coparticipativa sobre o arranjo institucional dos comitês hidrográficos e dos consórcios intermunicipais. Será levada em conta a preconização do Estatuto da MetrÓpole que dispõe sobre funções de interesse comum dos municípios, sendo a preservação do meio ambiente uma delas.

A metodologia a ser aplicada, em primeiro plano, consiste na revisão bibliográfica dos diplomas legislativos ambientais federais, estaduais e municipais que disciplinam as APPs e os cursos hídricos, além de trabalhos que versem sobre a instituição, o uso e a ocupação dessas áreas, de modo a se efetuar uma análise sobre a diversidade de políticas públicas nos diferentes níveis da federação. No embasamento da investigação será realizada a revisão bibliográfica de estudos que versem sobre os conceitos de funções de interesse comum, gestão integrada e governança coparticipativa, direcionando-as para a sua aplicabilidade ao planejamento ambiental em âmbito municipal. Em seguida, será organizada uma base de dados georreferenciados que contenha informações necessárias para se mapear em ambiente SIG os diferentes tipos de usos e ocupações existentes entre bacias fronteiriças da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e as da Região das Baixadas litorâneas do estado.

Bibliografia:

BRASIL. Código Florestal, Lei 12.651, de 25 de maio de 2012

DRUMMOND, Helena. Modificações Institucionais na Política de Águas Brasileira: como se constrói um espaço de gestão? Espaço Aberto, PPGG – UFRJ, v. 1, nº. 1, p. 125-140, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100007. Acesso em Abril de 2018.

RIO, Gisela A. Pires do. Gestão das Águas: um desafio geo-institucional. Revista Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 13, nº. 1, p. 3-23, 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/29156/20737>. Acesso em Abril de 2018.

RODRIGUES, Juliana Nunes; MOSCARELLI, Fernanda. Os desafios do pacto federativo e da gestão territorial compartilhada na condução das políticas públicas brasileiras. Geotextos (UFBA), v. 11, nº. 1, p. 139-166, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12714>. Acesso em Abril de 2018.

SILVA, Augusto César Pinheiro da. Uma Trajetória de Investigação de Geografia Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. GEOgraphia (UFF), v. 18, p. 95-114, 2016.

As consequências do neoliberalismo nas unidades de conservação paulistas: um estudo sobre as concessões e terceirização de serviços no Parque Estadual Serra do Mar (SP), Brasil

Tamires Fornazari
Ana Beatriz Pierri Daunt
Thiago Sanna Freire Silva

A década de 1990 foi marcada pelo avanço dos ideais neoliberais e redefinição no papel do Estado brasileiro com relação aos meios da governança e gerenciamento de recursos econômicos e sociais (BRESSER-PEREIRA, 1996). Ao impulsionar a descentralização do Estado, a reforma resultou na redução do orçamento voltado às políticas públicas e no avanço das privatizações e terceirizações. A conservação da natureza foi afetada e teve, como desdobramento, a regulamentação de serviços terceirizados e concedidos à iniciativa privada em Unidades de Conservação (UCs).

A terceirização abarca variadas formas que objetivam a diminuição do tamanho do Estado, como a desregulação, a desmonopolização, a privatização de serviços públicos, a concessão de serviços públicos e as contratações de terceiros. Desta forma, a concessão de serviços é o contrato administrativo em que o Poder público atribui a utilização e exploração de um bem/serviço público a particular, para que o execute por sua conta e risco, através do pagamento de tarifa ou outra forma de remuneração (DI PIETRO, 2011).

A criação de instrumentos legais que favorecem a implantação de serviços terceirizados ou concessionados em UCs teve início na década de 1990, e perdura nos dias atuais. A Lei Estadual nº 16.260/2016, antigo Projeto de Lei (PL) nº249/2013, demonstra que terceirização de serviços em UCs paulistas permanece relevante no que tange às políticas públicas ambientais no estado de SP. A Lei autoriza a concessão dos serviços ou o uso de áreas inerentes ao ecoturismo, bem como a exploração madeireira ou de subprodutos florestais, pelo prazo de até trinta anos (SÃO PAULO, 2016). Como os Parques fazem parte do grupo de UCs de Proteção Integral do SNUC, permitindo somente o uso indireto dos atributos naturais (BRASIL, 2002), fica autorizada somente a concessão para o serviço de ecoturismo.

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) foi implantado em 1977 sob um cenário de destaque sobre a temática ambiental e renovação no movimento ambientalista internacional. No âmbito nacional, o cenário político no período foi marcado pela implementação de políticas territoriais que visavam a industrialização e ocupação de territórios, como as regiões do Vale do Paraíba e o Litoral Norte, áreas abrangidas pelo PESH. O PESH-Núcleo Santa Virgínia faz parte das 25 UCs a serem contempladas pela Lei nº16.260, enquanto o PESH-Núcleo Picinguaba, presente no PL de 2013, foi excluído da Lei de 2016 após manifestações contrárias por parte de atores locais.

O presente estudo objetiva analisar a relação entre as políticas públicas e a atuação do capital privado na esfera da conservação e seus efeitos a partir das concessões de

uso e a terceirização de serviços no PESH. Buscamos 1) compreender de que forma a mudança no papel do Estado afetou os Núcleos Picinguaba e Santa Virgínia do PESH, considerando os serviços terceirizados e futuras concessões; 2) investigar como os principais atores locais percebem a entrada desses serviços no Parque; e 3) de que formas as comunidades locais próximas aos Núcleos podem ser afetadas pela terceirização de serviços e futura concessão. Para tal, realizou-se revisão bibliográfica e dos principais instrumentos legais relacionados ao histórico da conservação da natureza no Brasil e no estado de São Paulo, e as concessões e terceirizações na esfera ambiental. Após a revisão, foram identificados os diferentes sujeitos envolvidos na problemática, considerando a Teoria das Representações Sociais e confecção da entrevista semiestruturada a ser aplicada com esses sujeitos. As entrevistas estão sendo analisadas considerando o método de Análise de Conteúdos. Posteriormente serão confeccionados gráficos para identificar as proximidades e distanciamentos das concepções desses sujeitos, considerando a historicidade e particularidade dos núcleos.

Até o momento, identificamos inconsistências e possíveis implicações da Lei nº16.260, as quais, se não consideradas, poderão divergir do Art. 225 da Constituição Federal de 1988, que institui que todos têm o direito ao acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e que fica à cargo do Estado gerir e assegurar o funcionamento de UCs. Para Santos (2002), as desigualdades sociais tendem a se intensificar quando serviços essenciais são deixados a mercê das leis do mercado. Ademais, a lei poderá impedir a UC de cumprir sua função de proteção à flora e fauna, às belezas naturais, e sua utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos. Os interesses primordiais dos agentes envolvidos são estruturalmente contraditórios e, caso não haja um crescimento do Estado frente às concessões, poderá resultar na supremacia do mercado frente a conservação da natureza (RODRIGUES, 2009). Atualmente, estamos realizando a análise dos conteúdos obtidos através das entrevistas semiestruturadas, a partir das quais esperamos identificar de que formas as concessões e terceirizações de serviços poderão afetar o PESH e atores locais.

Bibliografia:

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil. São Paulo, Editora 34, 1996, p. 269-294.

DI PIETRO, Maria Sylva Zanella. Parcerias na Administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas, 8. ed. rev e amp. São Paulo: Atlas, 2011.

RODRIGUES, Camila Gonçalves Oliveira. O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. Brasília, Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2009.

SANTOS. Milton. O espaço do cidadão. 6ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SÃO PAULO. Lei nº 16.260, de 29/06/2016. Autoriza a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que especifica e dá outras providências correlatas. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16260-29.06.2016.html>>. Acesso 18 abr 2017.

As disputas territoriais na Península da Juatinga, no município de Paraty/RJ

Ricardo 'Papu' Martins Monge

O município de Paraty situa-se no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, na região conhecida como Costa Verde. Este município faz divisa com o estado de São Paulo e está localizado entre os três maiores centros urbanos do Brasil: a cidade do Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG. O litoral da Costa Verde é recortado por pequenas baías, enseadas e sacos, havendo grande proximidade entre a Serra do Mar e o oceano, e com inúmeras praias, mangues e restingas. Esta condição proporciona uma paisagem de rara beleza cênica. É também um território de importantes remanescentes de Mata Atlântica e de comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e caiçaras, que vêm (re)existindo aos diversos ciclos econômicos pelos quais passou o município de Paraty desde o século XVI. Mesmo com a decadência de antigas fazendas no final do século XVIII, muitas destas comunidades permaneceram no território. Após a construção da rodovia Rio-Santos (BR-101) na década de 1970, ocorreu um novo ciclo caracterizado pelo turismo, dinamizado pela abertura e asfaltamento da estrada. Como consequência, intensificaram-se novas pressões territoriais sobre as comunidades, principalmente associadas à especulação imobiliária. Ao mesmo tempo, diversas iniciativas de proteção da sócio-biodiversidade vieram com a criação de áreas legalmente protegidas, incluindo as Unidades de Conservação (parques, reservas, áreas de proteção ambiental, etc.).

Neste cobiçado litoral encontramos a Península da Juatinga, uma porção do litoral de Paraty que não foi recortada pela estrada (BR-101), o que permitiu, dentre outros fatores, que certas características singulares permanecessem pouco alteradas, já que o acesso se faz por mar e/ou trilhas/caminhos. O território desta Península tem aproximadamente 10.000 ha, com grande biodiversidade em suas formações de praias, restingas, manguezais, costões, pontas, sacos, enseadas e florestas. Nestas formações convivem diversas comunidades caiçaras intimamente ligadas à biodiversidade local.

A Península da Juatinga tem seu território afetado ambientalmente por duas áreas protegidas, sobrepostas e de esferas diferentes que, pelo menos em teoria, objetivam a conservação da sócio-biodiversidade. Estas áreas protegidas passam por momentos de reordenamento territorial: a recategorização da Reserva Ecológica da Juatinga e revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu. Parte-se da hipótese que existem diferentes territorialidades em disputa sobre esta península e, desta forma, surge a pretensão de tentar entender melhor quais os agentes, os interesses, os embates, as intencionalidades e territorialidades em jogo na disputa por este território que continua vulnerável, dentre outros fatores, pelas pressões imobiliárias oriundas do ciclo do turismo. Assim, o objetivo foi descrever, caracterizar e analisar os processos de reordenamento territorial ambiental em curso que incidem no território da Península da Juatinga. Também identificar os agentes e descrever as disputas de territorialidades e intencionalidades evidenciadas através destes processos.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, a base metodológica utilizada foi a pesquisa qualitativa descritiva, por meio da vivência direta do pesquisador na realidade do território, já que além da relação de pesquisa, o autor foi um agente do órgão ambiental durante 5 anos. Neste tempo foi possível a realização de diversos trabalhos de campo, assim como participar em diversos espaços/reuniões relacionados aos processos de reordenamento territorial em curso neste território. Os dados são analisados por meio da perspectiva de uma geografia crítica e da ecologia política.

Além das comunidades caiçaras (heterogêneas) que moram neste território, outros agentes que estabelecem relação com este território são: os órgãos ambientais e seus gestores e analistas; a Prefeitura de Paraty e a Câmara de Vereadores; as lideranças que conformam do Fórum de Comunidades Tradicionais – Angra, Paraty e Ubatuba; a Fundação SOS Mata Atlântica; a ONG Verde Cidadania; a Associação Cairuçu e o Condomínio Laranjeiras; diversos “veranistas” e turistas; dentre outros.

São apresentados alguns dos mapas produzidos nestes processos com os respectivos zoneamentos propostos. Ficou evidente uma clara disputa de territorialidades / intencionalidades entre o território tradicional de comunidades caiçaras, o território da conservação / preservação e o território da especulação, com diversos níveis de articulação. As comunidades caiçaras se encontram em vulnerabilidade socioambiental seja pela pressão da especulação imobiliária, do turismo desordenado, da falta de políticas públicas, da falta de espaços permanentes de controle social na gestão, dentre outros. Desta forma, os objetivos que levaram à criação das áreas protegidas neste território (a proteção da sócio-bio-diversidade) continuam se justificando, principalmente por não terem sido efetivados os processos de regularização fundiária.

Bibliografia:

ACSELRAD, H. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll, 2004. 294p.

HAESBAERT, R. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: Dias, L. e Ferrari, M. (org.). Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Insular, 2013.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, Brasília: Departamento de Antropologia, n. 322, p. 1-32, 2002.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C; FERRARI, M. Territorialidades humanas e redes sociais. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

SOUZA, M. L. S. Território e (des)territorialização. In: SOUZA, M. L. S. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2013.

As hortas urbanas comunitárias como mecanismo de gestão coletiva do espaço público: uma via para o manejo democrático de recursos comuns na cidade do Rio de Janeiro

Mateus Viriato de Medeiros Siniscalchi

Considerando a atual complexidade dos problemas socioambientais inerentes ao modelo de desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, múltiplos desafios se inserem para a criação de políticas públicas capazes de produzir uma gestão democrática e sustentável da urbe. A subtração dos laços de pertencimento com os lugares cotidianos, a diluição das comunidades de bairro, a falta de participação cidadã direta em processos decisórios relevantes e a degradação ambiental (gerada pelo próprio descompasso das políticas de planejamento e conservação), são apenas algumas dentre as diversas facetas que evidenciam a dimensão crítica do ordenamento territorial de viés privatista que se reproduz há décadas na governança carioca.

Diante da insustentabilidade deste modelo, em um movimento contraditório, o espaço público da cidade tem se revelado central, pois ao mesmo tempo em que é progressivamente reduzido em sua extensão e representação, ainda oferece abertura para a materialização de outras perspectivas de organização política e ensaios de gestão coletiva. Nesse sentido, a multiplicação das iniciativas locais de hortas urbanas comunitárias que vem se instaurando nas praças, jardins, terrenos abandonados e calçadas da metrópole sinaliza um processo que não é isolado, mas conjuntural e latente, de especial importância para o estudo sobre as relações de poder entre o governo e a sociedade civil. Desse modo, busco aqui aprofundar a reflexão sobre o desenvolvimento destes projetos, pensando a horta comunitária enquanto um mecanismo socioambiental que pressupõe a inclusão social na gestão do espaço público e a promoção de sustentabilidades na cidade através da oferta de serviços ambientais.

Logo, esta pesquisa tem como objeto de análise o desenvolvimento de mecanismos gestão coletiva do espaço público a partir da análise das hortas urbanas comunitárias na cidade do Rio de Janeiro. Cabendo aqui, investigar de que forma as hortas urbanas, consideradas tanto como táticas de uso e ocupação coletiva dos lugares quanto como recursos naturais comuns da urbe, podem se constituir como uma via inicial para uma cidade mais justa e inclusiva. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar os limites e possibilidades para a gestão coletiva, democrática e sustentável do espaço público através dos projetos de horta urbana comunitária na cidade do Rio de Janeiro.

Assim, se faz necessário compreender de que maneira tais projetos se realizam frente aos órgãos governamentais e suas diretrizes normativas, bem como as novas formas e controles de uso e transformação da natureza na cidade. Ao considerar as limitações ao projeto nos referimos às contradições presentes no ordenamento do Estado, que normatiza e regulamenta o cotidiano de forma estratégica e, por muitas vezes, privatista. Reproduzindo as geometrias assimétricas de poder que se

manifestam na relação entre a sociedade e seus representantes políticos. Porém, sob a perspectiva das possibilidades, por um lado a horta comunitária se apresenta como uma ferramenta oportuna de democratização e empoderamento político dos cidadãos, capaz de gerar encontros, laços de reciprocidade e pertencimento no espaço público, constituindo-se obra viva de uma história coletiva. Por outro lado, não deixa de um recurso natural comum valioso em termos medicinais, alimentícios e pedagógicos.

No que cabe aos procedimentos metodológicos, diferentes etapas foram elaboradas e estão em andamento de forma articulada: levantamento bibliográfico, mapeamento das iniciativas de hortas comunitárias na cidade, entrevistas semiabertas com os agentes/atores destes projetos e a realização coletiva da horta comunitária em uma praça pública da Barra da Tijuca. Assim, o desenvolvimento teórico e empírico desta investigação permitirá desvelar as potencialidades e contradições deste processo de gestão coletiva e participativa do espaço público.

Bibliografia:

ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. - 7ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios - 1ª ed. - São Paulo: Contexto, 2012.

HASBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.- 1ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

OSTROM, E. Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

Atores, interesses e a geopolítica do pré-sal brasileiro

Marcelo de Moura Carneiro Campello

O presente trabalho pretende analisar criticamente o pré-sal brasileiro. O pré-sal brasileiro é uma temática espacialmente e temporalmente definida que vem passando por intensas e profundas transformações de variadas ordens, como político-ideológicas, jurídico-regulatórias e econômico-produtivas, tornando-se um “campo fértil” de pesquisa por duas razões fundamentais: i) por envolver uma discussão que pode contrapor e/ou conectar visões de caráter conservacionista, neoliberal-privatista e nacional-desenvolvimentista, além de inserir uma série de atores além do Estado nessa discussão, como sociedade civil, ONGs, corporações empresariais etc.; 2) por envolver diferentes interesses e estratégias de uso dessa fundamental fonte energética do século XXI e, até mesmo, de imobilização e de apropriação de uma importante área do território nacional, o Atlântico Sul.

Buscando contribuir para a projeção autônoma do país no Sistema Internacional a partir da apropriação de seus recursos naturais sob uma perspectiva que concilie responsabilidade ambiental, desenvolvimento socioeconômico e segurança nacional, e, ainda, pela necessidade de um projeto soberano de defesa para o Atlântico Sul, enorme área estratégica do território brasileiro e notadamente cobiçada por grandes Estados-economias nacionais com o advento das descobertas de gigantescas reservas de recursos energéticos na camada do pré-sal, especialmente o petróleo, o trabalho pretende analisar a multiplicidade de discursos e atores envolvidos na geopolítica do pré-sal brasileiro, algumas formas contemporâneas de coerção, dominação e subordinação verificadas nesse processo e os variados interesses geoestratégicos interestatais-empresariais sobre a questão.

É preciso destacar que a investigação sobre as recentes mudanças em relação ao pré-sal se dará pela associação de fatores estruturais, que se constituem como os alicerces instituidores da natureza anárquica do Sistema Internacional, com os complexos elementos contemporâneos relativos às conjunturas global e nacional.

O trabalho terá três seções. A primeira seção abordará as recentes transformações do marco regulatório do pré-sal brasileiro, sobretudo pela comparação dos Projetos de Lei de 2010 e de 2016. A seção, ainda, fará um mapeamento acerca dos discursos, posições, ações e pressões dos múltiplos atores envolvidos na mudança regulatória. A segunda seção problematizará as relações entre a geopolítica ambiental e o modelo neoliberal a partir da transformação do marco regulatório do pré-sal brasileiro. Por fim, a terceira seção justificará que a apropriação e o desenvolvimento do pré-sal sob uma perspectiva nacional também se inserem como uma política estratégica de defesa para o Atlântico Sul no século XXI.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Bibliografia:

CAMPELLO, Marcelo. A quem interessar possa! A geopolítica ambiental e os impactos sobre o pré-sal brasileiro. Tese de Doutorado: PEPI/UFRJ, 2018.

CARR, Edward. Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CGEE. Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro: Brasil, América Latina e África: convergências geopolíticas e estratégias de integração. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Vol. 3, 2013.

KLARE, Michael. Resource wars: the new landscape of the global conflict. New York: Henry Holt Co., 2001.

METRI, Mauricio. O Leilão do Pré-sal e o Sistema Internacional. Publicado no Correio da Cidadania. ON LINE. 25 de outubro de 2013.

Autonomia e emancipação: a roça como afirmação do território de vida em Paraty - RJ

Maiara Grazielle Rubim Lobato
Gabriel dos Santos Martins
Tales Matos

O presente trabalho objetiva contribuir com as discussões teóricas da geopolítica produzida em seu movimento concreto, dialógico e conflitivo, que tem o território base epistemológica para a compreensão das relações da realidade. Realizamos isso partindo de uma escala local, por meio da roça de um agricultor caiçara da comunidade de São Gonçalo, em Paraty-RJ, compreendendo as formas de produções e manejos como práticas que subsidiam a afirmação e consolidação de políticas voltadas à cooperação, à solidariedade, à afirmação das identidades tradicionais e à conservação da natureza.

Aproximamo-nos dos sujeitos locais por meio de trabalhos de campo, alguns realizados pelo Turismo de Base Comunitária, onde conhecemos a roça do sítio Sertão da Burra, pertencente ao presidente da associação de produtores orgânicos de Paraty. A relação que se estabelece sobre/na terra por meio das práticas cotidianas concretizam e simbolizam os conceitos fundamentais da Geografia. Episteme que emerge da base material em interação dialética com as ações, os saberes, ou seja, as formas do ser, sentir e r-existir que conflitam com o grande capital imobiliário e turístico presente na região.

Nosso objetivo é direcionado acerca da análise da roça enquanto território que expressa identidade, cultura e resistência (HAESBAERT, 2007) Caiçara. Olhar que se move em atrelar a epistemologia geográfica assentada sobre a base teórico-conceitual do território para a compreensão da importância e permanência das práticas tradicionais. Nosso movimento de pesquisa foi consolidado por meio do trabalho de campo participativo e implicado (MARCOS, 2006), atrelado ao uso de entrevistas abertas e semi-estruturadas na pesquisa qualitativa (BASTOS E SANTOS, 2013).

O critério do poder, em sua condição relacional, entra em voga na análise para a compreensão da realidade da vila, visto que há um “campo de forças” que conflitam sobre/e por uma base material instituída por relações sociais. Sendo assim, o que se configura em perspectiva teórico-conceitual formulada pela geografia (e apresentada pela realidade empírica) é o território. Souza (2013, p. 99) afirma que o grande Leitmotiv do conceito de território é a dimensão política das relações sociais, sendo definidas pelo poder, e “se o poder é uma dimensão das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço”.

As contribuições do autor supracitado nos ajudam a compreender a dimensão territorial afirmada pelos conflitos e resistências que configuram a realidade de São Gonçalo, tomadas em sentido político em múltiplas escalas. Cabe ressaltar que a definição do território enquanto dimensão das manifestações do poder não

negligencia o caráter cultural-simbólico da dimensão social do território, sentido que envolve materialidades, cotidianos, políticas, culturas, signos e significados. Para a melhor compreensão desse sentido do território dialogamos com Haesbaert (2007).

Nesse sentido, a roça é a expressão material fundada pela identidade caiçara do agricultor, que foi constituída por uma relação geracional, e se apresenta por meio de ações que demonstram o potencial construtivo não-hegemônico, forjado por lógicas, concepções e mundos outros. A nossa atenção para o manejo realizado no sítio e sobre algumas percepções do ser Caiçara é aprofundada no artigo. No caso da roça em São Gonçalo, a produção pode ser classificada em “Agrossilvicultura: uso da terra para produção simultânea ou sequencial de culturas anuais e florestais” (FARRELL e ALTIERI, 2012).

E assim, como resultados, além da consolidação da identidade e resistência caiçara no local, a produção de forma sustentável é de suma importância para a área de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bocaina, auxiliando na diminuição do impacto antrópico no local por conta de sua localização.

Bibliografia:

BASTOS, Liliana Cabral; SANTOS, William Soares dos. A entrevista na pesquisa qualitativa, Rio de Janeiro: Quartet – Faperj, 2013.

FARRELL, John G.; ALTIERI, Miguel A.. Sistemas Agroflorestais. In: ALTIERI, Miguel A.. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 281-304.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgrafia – ano IX – Nº 17 – 2007.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. Boletim paulista de Geografia, SP, nº 84, p. 105-136, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território e (des)territorialização. In SOUZA, Marcelo L (Org). Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

Avaliação da vulnerabilidade de risco hidrológico na Vila Schirmer, município de Santa Maria, RS

Marcia Elena de Mello Cardias
Tássia Farencena Pereira
Bernardo Sayão Penna e Souza

Diariamente observam-se através dos meios de comunicação, notícias de desastres naturais, principalmente relacionados a eventos de inundação onde registram-se inúmeras vítimas e milhares de residências destruídas, gerando danos e prejuízos. Grande parte dos desastres que ocorrem no Brasil é desencadeada por processos sociais que ocorrem anteriores aos eventos de vendavais, secas e movimentos de massa e a população afetada é constituída por desalojados e desabrigados que possuem como característica uma vulnerabilidade socioeconômica que precede aos eventos causadores de desastres, pois tem acesso restrito a um local de moradia mais seguro. No que se refere à dimensão nacional dos problemas relacionados às áreas de risco, a Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 21, XVIII, da Carta Magna de 1988, prevê ser de competência da União: “Planejar e promover defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações”. Um dos instrumentos de planejamento para a elaboração do diagnóstico do risco de desastre é o Plano Municipal de Risco, que contempla uma série de diretrizes técnicas e gerenciais as quais permitem ao Poder Público Municipal a implementação de ações estruturais e não estruturais para a redução de risco de desastre. O Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR) de Santa Maria foi elaborado no ano de 2006 e identificou 22 áreas com diversos potenciais de risco. A Vila Schirmer, localizada no Bairro Presidente João Goulart, a nordeste da área urbana do município, foi uma das áreas identificadas com risco de alagamento e inundação/deslizamento e solapamento de Margem do rio Vacacaí Mirim. Na elaboração destes instrumentos, a metodologia de avaliação da vulnerabilidade da população envolvida comumente considera somente as componentes sóciourbanísticas, como por exemplo: padrão construtivo das moradias, infraestrutura, etc. Sabe-se, porém, que o entendimento das variáveis com componentes sócioestruturais (idade, sexo, etc.) e Culturais tais como as redes de sociabilidade, por exemplo, são fundamentais para consolidar e organizar grupos visando planejar estratégias de resiliência mais duradouras. Ribeiro (1995) enfatiza que a análise das vulnerabilidades sociais repousa em uma leitura interpretativa e integrada de componentes de incidência sócioestrutural, sóciourbanística e sócio cultural. Que no domínio sócio estrutural é importante avaliar: a composição familiar, estrutura etária e sexual, níveis de ensino, entre outros. Em um contexto sócio cultural é analisada a formação escolar, o acesso a programas informativos e formativos e etc. E que na vertente sócio urbanística devem ser analisados a estrutura e malha urbana existente, tipo de habitação, estado de conservação, etc. Desta forma, o objetivo desta pesquisa foi avaliar a vulnerabilidade nas áreas de risco do bairro Presidente João Goulart, município de Santa Maria/ RS, considerando as componentes sócio urbanísticas, sócioestruturais e socioculturais. Como objetivos específicos: Atualizar o zoneamento de risco da Vila Schirmer;

caracterizar a vulnerabilidade da população em risco utilizando variáveis sócioestruturais, socioculturais e sóciourbanísticas e comparar as variáveis de vulnerabilidade da população em risco com as da população localizada fora da zona de risco buscando aquelas que são mais significativas para avaliação do risco. Os procedimentos metodológicos para a realização desta pesquisa envolveram revisão bibliográfica, trabalhos de campo e aplicação de questionários semiestruturados nas moradias de risco e no setor de comparação, que fica localizado fora das zonas de risco. Em 2006, havia 26 moradias em risco de inundação ou deslizamentos na vila, no período dessa pesquisa foram identificadas 21 novas moradias o que significou um aumento de 91% de moradias com risco de inundação ou deslizamentos. As Componentes sóciourbanísticas mostraram que nos setores de risco o padrão construtivo das moradias é mais baixo que no setor de comparação, as ruas são de terra, há lixo nos pátios das casas e ruas, e esgoto a céu aberto, configurando uma infraestrutura urbana precária. As Componentes sócioestruturais mostram que nos setores de risco as famílias são mais numerosas, com baixa escolaridade, muitas vezes com empregos informais, onde a renda mensal é também muito baixa. Já as Componentes socioculturais mostraram que a população de risco tem uma rede de sociabilidade “fraca” e como consequência tem pouco apoio de seus pares, e pouca participação nos processos decisórios em relação às comunidades de risco.

Bibliografia:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 de out.1988.

NEVES, Fernanda. Plano Municipal de Redução de Riscos Santa Maria-RS. Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2006.

RIBEIRO, João Mendes. Sociologia dos desastres. Sociologia, Problemas e Práticas. Lisboa. ISSN 0873-6529. 18. 1995. p.23-43.

Bio(necro)política da mineração: quando o desastre atinge o corpo-território

Marina de Oliveira Penido

No dia 5 de novembro de 2015, no município de Mariana, em Minas Gerais, ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. A barragem integrava o Complexo Minerário Germano da empresa Samarco Mineração S.A, cujo capital é controlado paritariamente pelas corporações Vale S.A e BHP Billiton Brasil Ltda. De imediato, o desastre resultou em 20 mortes e na liberação de aproximadamente 50 milhões de m³ de rejeitos minerários, que ao alcançarem os Rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, percorrendo 663 km, desembocaram no litoral de Linhares, no Espírito Santo (ZHOURI et al, 2016).

Os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo em Mariana, parte da sede urbana do município de Barra Longa e o povoado de Gesteira também em Barra Longa foram significativamente atingidos pelos rejeitos, configurando territórios-arrasados e desterritorilizando milhares de pessoas (WANDERLEY et al, 2016). Os efeitos do desastre, muitos irreversíveis, intangíveis e não comensuráveis, se desdobram, constituindo processos prolongados no espaço-tempo e na experiência vivida dos atingidos (ZHOURI et al, 2016).

A mineração, portanto, tem transformado os territórios, ao mesmo tempo, em provedores por excelência de recursos naturais e em repositório de riscos e desastres, inerentes à atividade (ARÁOZ, 2009). Os danos da mineração recaem, não raro, sobre grupos sociais historicamente subalternizados, indicando uma “geografia política do risco” em que “raça e lugar importam” (BULLARD, 2006). Conforme Wanderley (2015), as principais comunidades atingidas pela lama de rejeitos eram predominantemente compostas por negros, evidenciando uma carga desproporcional de riscos e danos sobre grupos étnicos mais vulneráveis.

Nesse contexto, no âmbito de uma bio(necro)política da mineração (FOUCAULT, 1999; MBEMBE, 2011), este artigo aponta para produção do risco e do desastre e, por conseguinte, do sofrimento social (SILVA, 2017), da doença e da morte no contexto do desastre-crime da Samarco.

Destacamos que o desastre, portanto, não deve ser visto como “acidente”, fortuito, mas como fruto da mineração e do poder desmedido do segmento empresarial minerador, em seu atrelamento às condições econômicas, sociais e políticas neoliberais que propiciam a reprodução ampliada do capital, pela via da “espoliação” (HARVEY, 2005).

Em Mariana, o percentual de atingidos com transtornos mentais como, por exemplo, depressão (29%), transtorno de ansiedade generalizada (32%), transtorno de estresse pós-traumático (12%) e risco de suicídio (16,4%) excede consideravelmente o percentual descrito pela Organização Mundial de Saúde para a população geral brasileira, sendo algumas taxas comparadas às encontradas no contexto do desastre

nuclear de Fukushima (PRISMMA, 2018 - percentuais com base numa amostragem de 225 pessoas maiores de 18 anos). Em Barra Longa, para além dos danos psicopatológicos, em que pese à convivência direta e cotidiana com o rejeito após o rompimento da barragem de Fundão, exames realizados em moradores evidenciaram altos níveis de níquel e, em alguns casos, também de arsênio no sangue.

À luz de categorias conceituais como biopolítica, necropolítica, sofrimento social e território, este artigo toma por base o testemunho de atingidos pelo desastre-crime, lançando mão, ainda, de bibliografia pertinente, de notícias veiculadas na mídia, de anotações de audiências/reuniões públicas sobre a questão da saúde em Mariana e Barra Longa e de relatórios técnicos.

Cabe ressaltar que o sofrimento social dos atingidos em função do desastre continuado e cotidiano e dos processos de desterritorialização (HAESBAERT, 2007) é, ainda, agravado e prolongado pela imposição da espera – dada a inexistência, insuficiência ou provisoriedade das medidas mitigatórias adotadas pela Fundação Renova/Samarco – assim como pelas medidas de negociação instauradas, que imputam às vítimas um grande desgaste emocional e o ônus da prova. Embora o desastre alcance diferentes escalas territoriais, enfatizaremos, neste artigo, a escala do corpo, o corpo-território atingido pela mineração.

Bibliografia:

FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. 3 ed. RJ: Bertrand Brasil, 2007a.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Editorial Melusina, S.L., 2011.

NEVES, Maila de Castro Lourenço et al (Org.). *PRISMMA: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana*. Belo Horizonte: Corpus, 2018.

SILVA, Telma Camargo da. *Silêncios da dor: enfoque geracional e agência no caso do desastre radioativo de Goiânia, Brasil*. *Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 46(1), p. 17–29, 2017.

BNDES e Banco Mundial: qual o papel do campo ambiental em bancos de desenvolvimento

Juliana Ferreira Romeiro

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi criado em 1952 e foi um passo decisivo para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tanto do ponto de vista do aporte de recursos financeiros disponibilizados, quanto dos aspectos da formação de uma burocracia apta a elaborar estudos e a operar novos instrumentos essenciais para a inserção do país cenário internacional. Nos anos 2000, quando a política de desenvolvimento brasileiro passa por nova configuração, tornando o Estado agente central, o BNDES reaparece como agente público estratégico. O Banco se consolidou como instrumento fundamental da política estatal brasileira e é considerado um dos principais centros de formulação, definição e execução de programas de investimentos da atualidade.

Ao mesmo tempo em que se torna o maior promotor de setores considerados estratégicos para o país, como mineração, energia e agronegócio, crescem as denúncias dos impactos ambientais e da violação de direitos humanos nas obras que recebem seus financiamentos. As pressões da sociedade civil e de organismos internacionais, levam o BNDES a evocar claramente a temática ambiental em diversas escalas tanto a local, nacional e internacional/global. Entretanto, cabe destacar que, no processo de constituição de uma temática própria sobre o meio ambiente nas arenas públicas pode-se observar uma diversidade de construções simbólicas e que levaram a reconfiguração da própria noção de meio ambiente (Lopes, 2004). No caso das instituições de desenvolvimento e Estados Nacionais, o Banco Mundial foi um dos principais responsáveis por difundir uma noção de meio ambiente e sustentabilidade que reestruturou e capitalizou as relações entre sociedade e natureza (Goldman, 2005). Sua posição estruturante na economia global, relacionada sobretudo com a sua capacidade de produção de conhecimento, foi responsável para que a interpretação sobre a problemática ambiental elaborada pela instituição na década de 1990 fosse uma das mais importantes nas arenas públicas. Após décadas ignorando e desmentindo os efeitos de seus financiamentos, o Banco se viu na década de 1980 diante de diversas campanhas em diferentes locais do mundo que denunciavam os efeitos locais de seus projetos. Para Goldman (2005) foi a primeira vez que o modelo de desenvolvimento do Banco Mundial foi posto em xeque e a instituição se viu pressionada a iniciar uma mudança bastante significativa na sua própria organização. Além de novas teorias, imagens, slogans, departamentos, prioridades e dados gerados rapidamente, a argumentação do Banco passou a ser de que não poderá haver nenhum sucesso econômico sem sustentabilidade ambiental e tratamento justo a minorias étnicas e indígenas que vivem em ecossistemas frágeis. Suas ações para estabelecer esta sustentabilidade pautam-se na atribuição de preço a natureza e por isso, qualquer instituição social que tenha relações não capitalistas deveria ser transformada.

Assim, o BM difunde a sua concepção de proteção ambiental através de seus empréstimos para os países beneficiários que reproduzem o mesmo “mantra da sustentabilidade”. Para solicitar financiamento, os mutuários são constantemente solicitados para que reestruturem as suas agências de Estado, elaborem legislações criando novos espaços de comércio e mercados e adotem os novos protocolos científicos que são resultados do próprio conhecimento e expertise do Banco Mundial sobre as causas e soluções para a destruição ecológica e desenvolvimento mais saudável. Esse regime ainda incentivou que os mutuários reformassem seus orçamentos e regime de taxas, abrissem seu sistema bancário e de seguros para investidores estrangeiros e subordinem suas leis nacionais a padrões neoliberais.

Não obstante, no BNDES os discursos e práticas voltadas a este campo aparecem muitas vezes submissa a outras esferas, sobretudo aos interesses políticos e econômicos. Apesar de se fortalecer como importante agente de atuação do Estado na economia e no planejamento regional na última década no Brasil, a instituição apresenta grande dificuldade em estabelecer uma política ambiental verdadeiramente transparente e autônoma. Neste sentido, este artigo tem como objetivo refletir sobre as bases constituintes dos discursos e práticas que evocam o campo ambiental nas instituições financeiras voltadas a projetos de desenvolvimento. Tendo em vista o papel central que o Banco Mundial exerce como difusor de modelos para as instituições nacionais, tal como o BNDES, faz-se relevante discutir de que forma sua própria visão foi estabelecida e como isto se transferiu para o BNDES e para o próprio Estado brasileiro

Bibliografia:

GOLDMAN, M. *Imperial Nature: the World Bank and Struggles for Social Justice in the Age of Globalization*. Yale Agrarian Studies Series. Yale University Press. New Haven, 2005.

LOPES, J. S. (et al.) *A Ambientalização dos conflitos sociais*. Relume Darumá: Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro, RJ, 2004. ORTIZ, L. Banco Mundial: um exemplo para o BNDES? In: *Ambientalização dos Bancos e Financeirização da Natureza: um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das Instituições Financeiras*. LOPES, João Roberto. Rede Brasil Instituições Financeiras Multilaterais. Brasília, 2012. P. 55 a 75.

RIBEIRO, F. O Pradigma Ambiental Na Globalização Neoliberal: Da Condição Crítica ao Protagonismo de Mercado. *Revista Sociedade e Natureza*, Uberlândia ano 24 n. 2, 211-226, mai/ago. 2012

RUA, João. *Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidade*. IN RUA, João (org). *Paisagem, Espaço e Sustentabilidades*. Rio de Janeiro: EdPUC. 2007. p. 143 a 194.

Caiçaras e órgãos ambientais em Paraty, RJ. Diferentes intencionalidades sobre um mesmo fragmento do território

Cezar Pardo Mêo Pompêo de Camargo

Diversos fatores colaboram para que Paraty, contrariando sua condição de esplendor do período colonial, se mantenha economicamente estagnada até a segunda metade do século XX, quando se inicia a construção da Rodovia Rio-Santos. Nesse período de estagnação, populações tradicionais caiçaras permaneceram parcialmente isoladas em áreas rurais de acesso dificultado pelo relevo acidentado, onde é intensa a presença de fragmentos de floresta atlântica, mangues, praias e corpos de água doce.

Na década de 1970, com a implementação da Rodovia Rio-Santos nos trechos do litoral dos municípios de Ubatuba e Paraty, a urbanização se intensifica, atraindo o interesse de diferentes agentes sobre aquele fragmento do território, a exemplo de turistas e o mercado imobiliário.

A construção da referida rodovia foi realizada associada à específicas intencionalidades, tendo recebido massivos investimentos e causado impactos de grande escala. Aquele fragmento do território, tendo sido, inclusive, objeto de intervenção associada ao Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto Turis) que foi abandonado devido aos altos custos, foi concebido como suporte para a atividade turística, de maneira que o município de Paraty apresentou expressiva urbanização a partir da década de 1960.

A urbanização ocorrida em Paraty, diretamente associada ao turismo, transformou abruptamente a paisagem, aumentando significativamente o fluxo de pessoas e atividades econômicas em Paraty. Sendo assim, o ambiente de significativos remanescentes florestais, território usado por populações tradicionais e suas específicas territorialidades, esteve ameaçado a partir da década de 1960 com o projeto de construção da Rodovia Rio-Santos e consequente expansão urbano industrial, o que, ao longo do tempo, culminou na criação de duas unidades de conservação: A Área de Proteção Ambiental Cairuçu (APA Cairuçu), criada em 1983 através de decreto federal (nº 89.242), com plano de manejo concluído em 2004 que enquadra a unidade entre as Unidades de Uso Sustentável; e a Reserva Ecológica do Juatinga (REJ) criada por decreto estadual (nº 17981), com o plano de manejo em realização e, por isso, desarticulada das categorias propostas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Porém, o decreto de criação desta unidade a declara como de natureza non edificandi, atribuindo-a um caráter de considerável restrição no que tange a presença do homem no seu interior.

A implementação da Rodovia Rio Santos é assim um evento, como compreendido por Santos (2008, p. 146), que muda as coisas, muda os objetos, reconfigurando o território. A ocorrência do evento causa outros subsequentes, a exemplo da delimitação das unidades de conservação. Estas, por sua vez, normatizam o território

impondo restrições às atividades econômicas caiçaras, desarticulando as suas antigas territorialidades (CAMARGO, 2013).

A territorialidade é aqui entendida como “conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social” (CORRÊA, 1994, p. 251-252) e, uma vez que os caiçaras são coibidos de exercer muitas das territorialidades que garantiam a sua permanência no território, a sua reprodução social, econômica, política e cultural, passa a ser absolutamente dificultosa, gerando conflitos entre os interesses dos caiçaras e os interesses dos órgãos ambientais devido às distintas formas de uso e ocupação do solo propostas por estes sujeitos.

Bibliografia:

CAMARGO, Cezar Pardo Mêo Pompêo. Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá). Dissertação (Mestrado em Geografia), Unicamp, 2103.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo in SANTOS, SOUZA e SILVEIRA (Orgs.) Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. 4ª Edição. São Paulo: Edusp, 2008.

Cambios socioterritoriales en la reforma agraria chilena: conflicto y territorialización de una revolución (1960-1980)

Jorge Olea Peñaloza

La Reforma Agraria en Chile, significó un cambio profundo en la realidad rural chilena. Se buscaba superar el atraso socioeconómico de los sectores rurales, caracterizado por una alta desigualdad en la distribución de la propiedad de la tierra - la coexistencia de grandes latifundios con una gran cantidad de pequeñas propiedades- y un sistema productivo que no lograba cumplir las exigencias de los demás sectores productivos. En ese sentido, la Reforma Agraria significó la finalización de un sistema de propiedad que provenía desde la profundidad del periodo colonial y dio paso a un proceso de reestructuración que generó una nueva configuración en los territorios rurales de casi todo el país. Esto implica el cambio en los sistemas socioterritoriales, pues significó la transformación casi completa de los sistemas productivos, de organización social y de los agroecosistemas.

Esta investigación buscó analizar qué elementos cambiaron y cuáles se mantuvieron tras el desarrollo e interrupción de la Reforma Agraria. Para ello se realizó una caracterización de los sistemas socioterritoriales evaluando la red de actores y objetos (Santos, 2000) que lo componen. Asimismo, y en la perspectiva de una geografía política a través del conflicto por la apropiación de la naturaleza (Gonçalves, 2001), identificar qué elementos son los más críticos en la conflictividad observada en el proceso. De esta manera, se logra dar un panorama general de los aspectos que cambian y los que se mantienen a partir del proceso de Reforma Agraria. Asimismo, al realizarse este tipo de análisis, se hizo necesario prestar atención a elementos que, si bien no caben dentro de los cambios impulsados por la Reforma Agraria, son parte de las transformaciones que inciden en la configuración territorial actual, y que están relacionados con dos puntos principales: la globalización de los mercados y la gestión del agua. Todo esto permitirá dar una perspectiva global de la organización socioterritorial de los espacios rurales en Chile. Por último, pero no menos importante, se decidió trabajar en el denominado Valle Central de Chile, correspondiente a las regiones centrales, pues la heterogeneidad biogeográfica del país, hacen que el proceso se haya vivido de manera diferente, por las diferencias agroecosistémicas, haciendo difícil poder establecer ciertas especificidades del proceso si se abarcaba el país completo.

Una de las cuestiones fundamentales para evaluar estos cambios socioterritoriales fue aumentar la escala en la que se mira la Reforma Agraria, pues los seis años de implementación (1967-1973) se vieron abrupta y violentamente interrumpidos por el golpe militar (Bengoa, 2015). El periodo previo presenta una organización social y productiva sustentada en cultivos y crianza de ganado determinado que implica la construcción de un territorio acorde, con una coevolución entre la sociedad y sus agroecosistemas. La Reforma Agraria, impulsada desde el Estado por la presión política generalizada, intentó reorganizar la tenencia de la tierra, intentando innovar en las formas productivas, pero manteniendo en la mayoría de los casos, el sistema

agropecuário anterior. El período posterior a 1973, denominado de “contrarreforma” es parte del mismo proceso de finalización del sistema tradicional, pero con objetivos opuestos, lo que dará origen a la estructura socioterritorial que se mantiene hasta la actualidad.

Bibliografía:

BENGOA, J. (2015). Historia rural de Chile Central. Santiago, Chile: LOM Ediciones.

GONÇALVES, C. W. P. (2001). Geo-grafías. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. Ciudad de México: Siglo XXI Editores.

SANTOS, M. (2000). La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo. Razón y emoción. Barcelona, España: Editorial Ariel.

Conceição do Mato - MG não é só uma. Os impactos socioambientais oriundos da mineração no Brasil entre a lógica global e local de seu desenvolvimento dependente

Estevão Correia Musa

Em Conceição do Mato Dentro - MG, desde 2003, o projeto de mineração nomeado de Complexo Minas-Rio, hoje liderado pela Anglo American, tem refletido em inúmeros impactos socioambientais, como a poluição das águas e a privatização do território, que alteraram o modo de vida tradicional das comunidades locais. Todavia, ao analisar esse processo percebe-se que o problema não se finda na Serra do Cipó, tendo em vista a grande quantidade de ocorrência de relatos semelhantes ao longo dos diversos estados brasileiros onde a mineração está presente. Por isso, Conceição do Mato não é só uma, já que as experiências vivenciadas em seu território multiplicam-se nas diferentes regiões do país, respeitando suas singularidade. No entanto, com o intuito de não ocorrer uma simplificação demasiada dessas vivências, aqui nos concentramos em discutir esses impactos somente na cidade mineira.

Não obstante, para analisar esse processo será dialogado juntamente com Milton Santos o espaço como um objeto histórico holístico. em que ele é a síntese de uma relação entre o âmbito local, que é construído a partir de uma solidariedade interna, e a lógica global, caracterizada por uma dinâmica do sistema mundial organizado por normas econômicas e políticas. Concomitantemente, para aprofundarmos essa discussão de um ponto de vista mais amplo, mobilizamos conceitos debatidos pela vertente marxista da Teoria da Dependência - Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra - a fim de compreendermos o posicionamento do Brasil nessa dimensão mundial relacionado à divisão internacional do trabalho que exerce uma grande influência em nosso desenvolvimento econômico e em nossa organização territorial.

A partir dessa debate pretende-se evidenciar de que maneira nossos recursos naturais, em especial os minerais, são gerenciados a partir de uma lógica externa controlada por empresas multinacionais. Ademais, tem-se como objetivo principal analisar de que modo esse modelo de gestão contribui para o agravamento dos conflitos sociais em regiões onde se dá a atividade extrativa mineral. Nesse aspecto, a partir do aprofundamento do estudo de caso, tem-se como proposta, discutir a relação de anuência entre o Estado brasileiro, em sua legislação e fiscalização, com as grandes empresas mineradoras, como também, notabilizar o antagonismo relacionado ao entendimento do valor de uso do território protagonizado pelas empresas e pelas comunidades locais. Por fim, por entender a existência de uma verticalidade, conceito mobilizado a partir de Milton Santos, nesse espaço, objetiva-se demonstrar de que modo esse processo contribuiu para a desintegração do território e quais foram os efeitos sentidos nas comunidades ao redor de Conceição do Mato Dentro.

Defende-se neste trabalho, portanto, que os processos vivenciados ao longo desse século em Conceição do Mato não é um caso isolado, pois, assim como os demais, ele está inserido na lógica do desenvolvimento econômico brasileiro ao longo dos anos. Nesse sentido, ao investigar o projeto de mineração instalado no município mineiro, pretende-se localizar e visualizar essa discussão proposta de um ponto de vista mais amplo e global em um plano mais terreno e local, a fim de demonstrar de modo empírico a lógica do desenvolvimento dependente brasileiro em um território físico e como seus impactos vão de encontro ao modo de vida das comunidades locais.

Bibliografia:

DOS SANTOS, Theotônio. A teoria da dependência: Balanços e perspectivas. Florianópolis: Ed. Insular, 2018 [1998].

DOS SANTOS, Theotônio. Desenvolvimento e Civilização. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2016.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Conflito territorial e r-existência local: a emergência do Quilombo do Grotão frente as estratégias de alisamento territorial do Parque Estadual da Serra da Tiririca – Niterói/RJ

Gabriel Romagnose Fortunato de Freitas Monteiro

O presente trabalho é fruto da pesquisa realizada no período entre 2015 e 2017 no curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, o que culminou na dissertação de mestrado desenvolvida. Nesta perspectiva, abordaremos aqui, parte das inquietações investigadas cujo horizonte propõe uma análise do conflito territorial entre o Quilombo do Grotão e o Parque Estadual da Serra da Tiririca, ambos situados na Região Oceânica do município de Niterói, justapondo o território e as territorialidades que vinham sendo construídos por um longo período pelas ações da Comunidade. Diante destas sobreposições e ameaças à des-territorialização de inúmeros grupos que ocupavam a área que se estabeleceu o Parque, emergem tensões entre racionalidades opostas de usos e ordenamentos territoriais que irão por em xeque as matrizes de sociedade(s)-natureza construídas pelo paradigma ambiental, sobretudo em sua vertente preservacionista. Perante esta situação, emergem múltiplas estratégias de resistências locais, acionadas pelo Quilombo do Grotão e outras Comunidades tradicionais a fim de manterem e legitimarem seus saberes, cosmovisões e usos coletivos do território. As análises dos enfrentamentos se desdobram em três eixos de análise: o primeiro eixo relaciona a leitura conceitual da dimensão territorial a partir da ótica geográfica e aproxima o entendimento da lógica territorial construída pela comunidade negra frente aos conflitos cotidianos, balizando a necessidade de um deslocamento analítico acerca da compreensão dos territórios e territorialidades dos grupos quilombados e dos Quilombos na contemporaneidade. O segundo está relacionado à busca constante de ações locais que respaldem a permanência do grupo em seu território. Neste processo, a incorporação da identidade quilombola, autodeclarada pelos sujeitos coletivos, se torna uma narrativa significativa que acarreta ressignificações de seu contexto histórico-geográfico e promovem novas perspectivas de ações territoriais presentes e futuras. Estas estratégias ganham destaque à medida que o processo de certificação da comunidade, recentemente conquistado, torna-se ação e legitimação da busca pela posse definitiva da terra e o título de propriedade coletiva. O terceiro eixo aponta para uma análise do conflito ambiental e territorial em Unidades de Conservação, sobretudo em suas categorias que cristalizam a natureza e opera com a separação entre homem-meio, um dos cerne de disputas e conflitos territoriais com comunidades tradicionais no Brasil. A vertente do discurso ambientalista que opera com a lógica binária culmina na concepção de Unidades de Conservação de Proteção Integral – regulamentado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e materializado na criação dos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, em áreas urbanas e rurais –, sobrepondo territorialidades grafadas anteriormente e que

partem de outras matrizes de relação sociedade(s)-natureza. Diante desses três eixos propomos um mapeamento que visa identificar e compreender as dificuldades apresentadas pelo Quilombo, em contrapartida, suas estratégias de resistências, acionadas em diferentes contextos. A trajetória de enunciação desta pesquisa parte da relação entre Geografia e questão étnicorracial. Ela é oriunda do interesse na relação que vem sendo estudada e construída pelo campo disciplinar da Geografia sobre a temática das Comunidades Remanescentes de Quilombos, suas heterogeneidades, conflitos e multidimensionalidades através do escopo conceitual do território e sua família de conceitos – territorialidades, processos de territorializações e multiterritorialidades. Diante da emergência e abrangência que a temática vem ganhando nos últimos anos, nas investigações desenvolvidas por geógrafas e geógrafos no horizonte de repensar o território e construir ferramentas analíticas, como também práticas de ação política junto com grupos sociais em processos de territorialização, segue-se a perspectiva do processo de resignificação entre sujeito-objeto de pesquisa, na qual se colocam as discussões correntes. Posto que, em grande maioria, os trabalhos não são mais apenas pesquisas sobre um determinado objeto ou artefato, baseados na visão cartesiana, mas sim pesquisas desenvolvidas com sujeitos coletivizados que se posicionam e reorganizam suas trajetórias de análises diante das situações colocadas. São sujeitos heterogêneos e plurais, que se organizam através de múltiplas relações com a natureza e em redes com outros grupos sociais, mobilizando comunidades e movimentos para existirem no cenário político-cultural.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos, identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ARRUTI, José Maurício. "Quilombos" In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio, ed. Raça: Perspectivas Antropológicas. Salvador: ABA; EDUFBA, 2008. p. 315-350.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. O mito moderno da natureza intocada. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, USP, 2004.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista. "Donos do lugar": A Geografia negra e camponesa do Sapê do Norte – ES. Artigo para obtenção do título de Doutora. Niterói: UFF, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americana. IN: Revista Geographia, Nº 16, Niterói, 2006.

Conflitos ambientais em área urbana: o caso de Itaara/RS

Tatiane Almeida Netto
Mirele Milani da Silva
Clevertton Costa Ferraz

Nas duas últimas décadas do século XX, a questão ambiental alcançou o status de problema global e tem mobilizado a esfera pública, os meios de comunicação e os governos de todas as regiões do planeta. Assistimos a um processo de institucionalização da questão ambiental transformando-a em problemas de políticas públicas. Significa que os temas ambientais passam a estarem sujeitos, portanto, às restrições impostas pela racionalidade administrativa, onde imperam as soluções pragmáticas, politicamente aceitáveis e economicamente viáveis para uma sociedade capitalista e, onde, toda demanda, por mais justificável que seja do ponto de vista ambiental (ou econômico, ou social), precisa levar em consideração os outros interesses organizados e representados na esfera pública (ALONSO & COSTA, 2003).

A noção de justiça ambiental remete a uma divisão equânime das partes e à diferenciação qualitativa do meio ambiente. A injustiça ambiental sugere uma distribuição desigual das partes do meio ambiente, de diferentes qualidades e injustamente dividido.

A ideia de justiça ambiental como princípio inova a percepção de sustentabilidade e desenvolvimento, onde as estratégias devem, acima de tudo permitir e fomentar a diminuição das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida das populações, nos aspectos econômicos, culturais e sociais.

Neste sentido este estudo propõe uma análise de justiça socioambiental ao tomar como referência empírica o caso de conflitos em áreas de preservação permanente de áreas urbanas consolidadas em loteamentos da década de 70 em Itaara/RS, município pertencente a Região Central do Estado. A pesquisa descrita neste estudo se enquadra numa pesquisa descritiva que utiliza o estudo de caso como análise em profundidade, permitindo amplo e detalhado conhecimento para descrever os conflitos das áreas urbanas consolidadas com a área de preservação permanente.

No presente trabalho foram utilizados dados primários e secundários, construção de mapas de conflito, observação à campo e revisão bibliográfica para uma abordagem qualitativa de análise dos dados. O procedimento adotado na análise dos dados é a análise de conteúdo, tendo como propósito ir além do descrito fazendo uma decomposição dos dados.

Conclui-se que Itaara, assim como diversas cidades se desenvolveram, ilegalmente e legalmente, sobre as porções do território que o Código Florestal visa proteger e que atualmente o município apresenta ocupação consolidada praticamente impossível de se reverter. Analisando o loteamento em questão, observou-se que no momento de aprovação do empreendimento o mesmo era regrado pela legislação de parcelamento

do solo urbano (Lei Federal 6766/1979) lei esta que na época não confrontava com o Código Florestal de 1965 quanto aos limites de faixa não edificável de 15 metros e de faixa de preservação permanente para cursos hídricos com largura de até 10 metros, já que a faixa a ser preservada deveria ter o limite mínimo de 5 metros. O limite de área de preservação permanente foi ampliado com a Lei Federal nº 7511/1986, para 30 metros de área de preservação permanente e se mantém nesta configuração até a atual código florestal em vigor (Lei nº 12.651/2012).

Ao discorrermos sobre justiça ambiental não podemos dissociar o homem do meio ambiente e o fato de que toda legislação, quer seja ambiental ou de direito público, é criada com a participação da sociedade e por ela. Não há como pensar no “futuro ecológico” da humanidade, nem como assegurar o meio ambiente para as futuras gerações, sem que o próprio homem seja trazido para o centro desta discussão, com a análise das inter-relações do homem com o meio ambiente e das condições de sobrevivência de parcelas da população, que, muito mais do que os efeitos da degradação ambiental, sofrem com os efeitos da exclusão social, até mesmo, para que, se evite, que os instrumentos normativos cujo escopo seria a proteção ambiental se transformem em ferramentas desta exclusão (VIANA, 2008).

A concepção de Justiça Ambiental deve nortear e inspirar normas, decisões administrativas e judiciais, de forma que a preservação do meio ambiente seja uma entre as várias consequências desejáveis das estratégias de desenvolvimento. Sendo assim, o município de Itaara para contornar as questões de conflitos ambientais pertinentes a situação empírica deverá apresentar uma política urbana e ambiental explicitando objetivos e diretrizes que vão ao encontro de um conceito amplo de meio ambiente e dos direitos preconizados pelo Art 225 da Constituição Federal. Seguindo a lei federal as áreas de preservação permanente, como regra geral, devem ser sempre protegidas e recuperadas, nos termos do artigo 4º. A exceção a essa regra só pode se dar mediante a constatação de que essa faixa (que se visa a proteger) jamais terá função ambiental protetiva atribuída pela Constituição Federal e pelo ordenamento jurídico como um todo.

Bibliografia:

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía . CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires. 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ed. UFPR, Curitiba, v. 5, p. 49-60, 2002.

BRASIL. 2012. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

VIANA, L. M. de A. Eficácia e legitimidade da lei de crimes ambientais: o caso da pequena agricultura na comarca de Ponte Nova-MG. 2008.154 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2008.

Conflitos territoriais em São Gonçalo, Paraty: afirmação e luta caiçara pelo direito ao território

Anita Loureiro de Oliveira
Claudio Francisco Severino

Tratar de conflitos territoriais no Brasil significa reconhecer implicações do regime escravocrata e do monopólio da posse da terra na formação de grandes corporações industriais que ainda hoje disputam terras no país. Esta análise sugere relacionar terra, parentesco e escravismo internacional para a compreensão de ações violentas de expropriação territorial que incidentem sobre grupos populares. A pesquisa aponta que a condição industrial não excluiu o escravismo da história de corporações contra as quais alguns grupos - como os caiçaras de Paraty - têm que se afirmar na defesa do direito ao território. Contando com forte apoio do Estado, as corporações transnacionais tomam para si o território ancestral de comunidades nativas, com o interesse vinculados à reprodução do capital, seja por meio da especulação imobiliária, da construção de empreendimentos, ou da produção de mercadorias, em localidades estratégicas para a garantia do lucro. O conflito pesquisado revela-se na disputa da área entorno da praia de São Gonçalo, localizada no litoral norte do município de Paraty. Vítimas de um intenso e violento processo de expropriação territorial, os caiçaras de São Gonçalo resistem à grilagem de terras, às ameaças, aos despejos violentos, às invasões e cobranças indevidas de documentos e aos assassinatos. Poucas famílias permanecem em São Gonçalo. Muitas deslocaram-se, constituindo as favelas do município. O tombamento da cidade de Paraty como Monumento Histórico Nacional em 1966, a construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101) e a execução do Projeto Turis (ou Plano de Aproveitamento Turístico), criado em 1973 e apresentado pelo Governo Federal através da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), foram determinantes para o incentivo ao turismo de massa e geraram consequências drásticas para as populações locais. O Projeto visava o aproveitamento turístico do litoral, cujas belezas naturais e biodiversidade local levaram a Embratur a classificar a região como zona prioritária de interesse turístico, visando a instalação de condomínios e hotéis de alto padrão na faixa litorânea. Para Escobar (2015) a defesa da vida é dimensão mais fundamental da luta política e é isso que se vê na ação de resistência caiçara às imposições da moderno-colonialidade. A metodologia proposta para a pesquisa valoriza a narrativa caiçara sobre este violento histórico de expropriação territorial. Trate-se de reconhecer o conflito travado com a multinacional White Martins pela ótica dos desterritorializados. Conflito que resultou na destruição das antigas vilas caiçaras e na expulsão da comunidade da faixa de praia. Esta desterritorialização foi agravada pelas alterações legislativas que incidiram de modo significativo no cotidiano da comunidade, com a proibição de atividades vitais aos caiçaras - como práticas de agricultura e de pesca artesanal -, após a implantação do Parque Nacional da Serra da Bocaina em 1971 e, mais recentemente, quando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) produziu novas demarcações e inseriu os locais de moradia caiçara nas áreas restritivas. A pesquisa está orientada por uma metodologia que sugere a

superação da lógica hierarquizante, que declara como atrasado, inferior, residual ou improdutivo tudo aquilo que não se adequa ao que a norma temporal dominante considera avançado e moderno. Concordamos com Porto-Gonçalves e Quental quando afirmam que “os processos de classificação social estão intimamente relacionados à questão do poder na sociedade, pois se referem aos lugares e às posições que indivíduos e grupos sociais ocupam ou deveriam ocupar no controle das dimensões básicas de existência social” (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p. 301). É preciso problematizar o imaginário de mundo eurocêntrico que inferioriza saberes dos povos colonizados. E a existência de outros lugares de enunciação, é fundamental neste processo de desconstrução de estruturas de dominação herdadas do período colonial. Embora grupos populares tenham sido historicamente silenciados pela ciência, há numerosos exemplos de esforços acadêmicos e políticos que revelam a importância da perspectiva decolonial enquanto disputa epistêmica para o pensamento geográfico e para as ciências sociais de modo mais amplo. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012), Catherine Walsh (2009), Arturo Escobar (2015), entre outros/as autores/as do pensamento decolonial nos inspiraram a pensar questões que trazemos para o trabalho. A intenção decolonial é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir e isto implica, portanto, em uma luta contínua (WALSH, 2009). Este movimento epistêmico aponta novos caminhos de emancipação social ao identificar ações normalmente desprezadas pela ciência dominante. Re-conhecer saberes, práticas e agentes das contra-racionalidades e as tendências de presentes-futuros possíveis é nossa esperança. Esta continua sendo nossa busca: saberes em diálogo para uma geografia subversiva e decolonial.

Bibliografia:

CASTRO-GOMES, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80- 87.

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, 2015.

FEITOSA, A., SILVA, I. M. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In. MEDEIROS, L.S. (Org.) Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Relatório Final. CPDA/UFRRJ. 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis, Revista Latinoamericana*, v. 11, Nº 31, 2012, p. 295-332, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org). A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala: Quito, 2009.

Contradições na proteção ambiental em Santarém-PA: entre ajuste espacial e (in)justiça ambiental na cidade

Maria Júlia Veiga da Silva

Trata o presente trabalho de uma análise sobre as contradições na proteção ambiental verificadas na cidade de Santarém no estado do Pará. As contradições podem ser verificadas tanto no âmbito prático da ação de agentes públicos e privados quanto nas políticas ambientais previstas na legislação urbana e ambiental que pretendem disciplinar a ação dos agentes públicos e privados. Em se tratando de dispositivos legais, as contradições da proteção ambiental urbana podem ser notadas a partir da proposta de ordenamento da orla, compartimentada em áreas portuárias e áreas de proteção ambiental, sendo que em vários trechos da mesma existem comunidades de moradores. Por força da legislação, os moradores de vários trechos da orla, estão impossibilitados de terem acesso a projetos de urbanização e de regularização fundiária, entretanto, atualmente, há a proposta de construção do Porto Graneleiro EMBRAPAPS para uma extensão da orla que se encontra em área portuária, porém muito próxima de área de relevante interesse ambiental e da qual parte dos moradores urbanos do entorno retiram recursos para a sua subsistência e afirmam seu modo de vida. Destaca-se, nesse sentido, o entendimento de que as leis ambientais e urbanas compõem o repertório institucional que têm dado aporte constitucional à concepção de preservação ambiental que emerge da racionalidade econômica como determinante para o desenvolvimento “sustentável” no contexto da crise ambiental. Desse modo, está posta uma das contradições do modo de produção capitalista entrecruzadas em práticas de ajustes espaciais e o discurso preservacionista que objetiva a manutenção de áreas como reservas de valor e exploração futura. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar o ordenamento legal da orla da cidade de Santarém relacionando-o aos principais usos e ocupações já existentes. A pesquisa desenvolveu-se abordando os conceitos de meio ambiente, áreas de risco, proteção ambiental e justiça ambiental, orientados pelas categorias de análise da produção social do espaço. Para evidenciar a ocupação humana nas áreas consideradas de proteção ambiental foram coletados dados no site oficial do IBGE, além da observação de imagens no Google Earth para verificar os principais usos desenvolvidos ao longo da orla da cidade de Santarém-PA; realizou-se análise documental, isto é, leitura crítica do código ambiental, do plano diretor municipal e da lei de uso e ocupação do solo com o intuito de identificar o tratamento oferecido às áreas ocupadas pela presença humana na mesma, além da leitura crítica do EIA/RIMA do porto Embraps realizada pela FADESP/UFPA por encomenda da empresa EMBRAPAPS, para identificar a região impactada direta e indiretamente pela obra, assim como as medidas mitigadoras presentes no projeto. A análise evidencia fundamentalmente que a cidade de Santarém tem sido objeto de ajustes espaciais por estar na rota do escoamento da produção da soja do Mato Grosso e do Pará. A partir disto, verifica-se, ainda, que não há um alinhamento entre as determinações legais, as projeções dos atores hegemônicos e a ocupação humana existente nas áreas de orla, expressando ineficiência no diálogo entre estado e sociedade civil. Os moradores das

áreas de orla, consideradas de proteção ambiental, estão privados legalmente do acesso a vários benefícios do estado, como projetos de urbanização e regularização fundiária conforme dispostos no plano diretor municipal, configurando ausência de proteção socioambiental e o prevailecimento da injustiça ambiental no espaço da cidade que ao mesmo tempo é identificada pelo poder público municipal como cidade “sustentável”.

Bibliografia:

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio – 2ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e legislação ambiental. In: A questão ambiental: diferentes abordagens – 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. (p. 43 a 79).

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005b.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

Da gestão dos riscos ao direito à moradia

Nathalia Lacerda de Carvalho

Os riscos ambientais são reconhecidamente um importante elemento a ser incorporado aos instrumentos de gestão territorial. O déficit habitacional, as más condições de moradia, os processos de concentração fundiária e especulação imobiliária não são nenhuma novidade – tanto no meio acadêmico, quanto nos discursos do senso comum.

A produção de conhecimento científico sobre os mecanismos e processos deflagradores de deslizamentos e inundações também é bastante extensa e consolidada. Ou seja, não estamos falando de um fenômeno pouco estudado ou pouco abordado pelas mídias. Tampouco é por falta de leis (Maricato, 2014) que a maioria da população brasileira foi historicamente excluída da propriedade formal da terra, no campo e na cidade.

Ainda assim, o que temos em curso é o aprofundamento do déficit habitacional e da precariedade das condições de moradia, através da atuação de agentes hegemônicos, uma vez que, conservar os pobres na ilegalidade quando ela mesma se apropriou ilegalmente da maior parte do patrimônio em terras públicas parece ser o ponto de honra da elite brasileira (Maricato, 2014, p.101).

Diante deste cenário, os movimentos de luta pelo direito à moradia vêm atuando de forma crítica, pensando as lutas da sociedade como lutas pelo espaço, envolvendo a apropriação contra a propriedade e o uso como condição e meio da realização da vida social, acima do valor de troca imposto pelo espaço-mercadoria. (Carlos, 2011)

No que diz respeito às políticas públicas para redução dos riscos ambientais, se destacam os sistemas de alerta como principal estratégia em curso para mitigação dos “efeitos dos desastres naturais” (uma vez que as sirenes somente avisam as pessoas). Carvalho (2016) pesquisou a participação popular dos sistemas de alerta, como um instrumento de avaliação de política pública. Os resultados apontam para um esvaziamento do programa. Não há o cumprimento do protocolo por parte das comunidades e muito menos um processo de mobilização real (e essencial) para que os comunitários sejam protagonistas no desenvolvimento de estratégias que melhor se adaptem às suas realidades.

A partir deste impasse, nos perguntamos qual a função da atual Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, especificamente quanto ao enfrentamento das condições de risco a que as pessoas estão submetidas. Chama atenção o perfil político-ideológico das iniciativas que envolvem a instituição e seus parceiros. Quase sempre conservadoras, pautadas no deslocamento das pessoas (como no caso do sistema de alerta) e, mais gravemente, em remoções. Do ponto de vista discursivo, destaca-se o alinhamento com uma certa “culpabilização” dos que vivem sob estas condições, sem a reflexão necessária sobre a formação sócio-espacial capitalista e os rebates

territoriais do espaço transformado em mercadoria sob a lógica do capital. Afinal, jogar para os ombros dos trabalhadores o custo de sua própria reprodução na cidade por meio da autoconstrução das casas e ocupações irregulares do solo é parte intrínseca da condição capitalista periférica (Maricato, 2014, p.31).

Seria desejável (porém não o esperado, infelizmente), que priorizassem uma agenda mais contundente junto à luta por direitos frente ao capital fundiário e imobiliário-especulativo, que são agentes fundamentais na produção dessas desigualdades sócio-espaciais e do aprofundamento dos processos de segregação.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende avançar na pesquisa correlacionando direito à moradia, injustiça ambiental e o papel dos agentes hegemônicos na produção do espaço. A partir da categorização proposta por Corrêa (1989) acerca dos proprietários fundiários, promotores imobiliários e o Estado, enquanto instâncias de poder que atuam na manutenção das desigualdades sócio-espaciais e da segregação; e o papel dos movimentos sociais, tensionando estas relações e buscando garantir o direito fundamental à moradia e dignidade de vida.

Bibliografia:

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. p. 53-73. In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. Carlos, Souza, Sposito (Org.). São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Nathalia Lacerda de. Políticas públicas para gestão de riscos a deslizamentos e inundações: a adesão comunitária ao sistema de alerta e alarme, Nova Friburgo-RJ. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. 3.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

De Marabá (PA), região de Carajás, à Mariana (MG), Quadrilátero Ferrífero: pequeno inventário sobre conflitos, riquezas, misérias e tragédias no Brasil neocolonial

Rogério Henrique Almeida
Thulla Christina Esteves

O objetivo deste trabalho é mapear e analisar comparativamente as principais atividades econômicas, e os principais conflitos socioambientais gerados por estas, no trajeto que liga as duas principais regiões produtoras de ferro do Brasil, a região Sudeste do Pará, e o Quadrilátero Ferrífero.

Tanto a região de Carajás, como o Quadrilátero Ferrífero tem como base econômica o extrativismo mineral. Marabá (PA) arca com os impactos ambientais diretos e indiretos causados, principalmente pelo transporte do minério de ferro de Carajás, extraído nos Municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás.

No conjunto de impactos destacamos: expropriação e espoliação das populações ancestrais (indígenas, camponeses); apropriação privada de áreas antes usadas como fonte comum de coleta de recursos da floresta e pesca; desmatamento; poluição sonora; poluição do ar e das águas (e doenças associadas à estas alterações); e degradação de moradias próximas à linha férrea. Apesar de todos os conflitos gerados, Marabá ainda vive com a expectativa de uma verticalização da atividade mineradora, propagada à cada eleição. Mariana (MG), por sua vez, tem parte da sua sociedade mobilizada pelo retorno das atividades da Samarco, responsável pelo maior crime ambiental do país.

Com relação a aspectos metodológicos, o trabalho tem caráter qualitativo, exploratório, de estudo de caso, e descritivo. No que tange a procedimentos metodológicos além de visitas in loco, foram realizados registros fotográficos, e entrevista. A área percorrida entre Carajás a Mariana é de aproximadamente 2.300 km. O percurso atravessa os estados do Tocantins, o Distrito Federal, e Goiás, até chegar a Minas Gerais, e corta mais de 46 municípios, e as rodovias Transamazônica (BR 230), a Belém Brasília (BR135), e a federal radial que inicia no Distrito Federal, a BR 040. Além dos biomas cerrado, floresta e áreas de transição, onde predominam na paisagem fazendas de gado, monocultivos de soja, milho, cana e eucalipto.

São três os principais capítulos que estruturam este trabalho. O primeiro apresenta as principais riquezas, eixos econômicos e de desenvolvimento, conflitos socioambientais, e misérias da região de Carajás, no sudeste do estado do Pará, que com o início das atividades da mina S11D Eliezer Batista, em Canaã dos Carajás, assumirá em breve a posição de principal região produtora de Ferro da empresa Vale.

O segundo capítulo descreve os diferentes cenários observados no caminho entre as duas maiores regiões produtoras de Ferro do Brasil.

E, finalmente, o terceiro capítulo apresenta a região de Mariana (MG), no Quadrilátero Ferrífero, que foi palco do maior crime ambiental do Brasil, causado pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da Samarco Mineração S.A., controlada pela Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton, em 5 de novembro de 2015. Além de um pequeno diagnóstico econômico da região e dos conflitos socioambientais gerados, este capítulo apresenta, também, uma entrevista com um dos moradores de Paracatu, um dos distritos atingidos, e distante aproximadamente 40 km do local do acidente.

O resultado é um pequeno inventário das riquezas, atividades econômicas, conflitos, misérias, e tragédias das populações do trecho percorrido entre as duas principais regiões produtoras de Ferro do Brasil.

O extrativismo tem regido a economia do País desde imemoriais tempos coloniais. Passados mais de quatro séculos, a condição colonial permanece e se aprofunda. Na balança comercial de exportação reside justo sobre os bens primários o maior peso. As commodities de ferro e grãos são os principais itens da composição do Produto Interno Bruto (PIB), que tem como destino o mercado chinês. Trata-se de uma lógica em que o Estado tem se mantido como o principal indutor da economia, numa dinâmica marcada pela concentração espacial de capitais, que tende a articular interesses privados a partir de políticas de renúncia fiscal e creditícia, com vistas a orientar as políticas de desenvolvimento.

Desde o século XVII a mineração faz parte da história de Mariana, primeira capital do estado de Minas Gerais. O ouro que não foi canalizado para a metrópole ajudou a edificar um casario colonial, em ruas estreitas pavimentadas de paralelepípedos, e frondosas igrejas difíceis em serem alcançadas por conta de íngremes ladeiras.

No caso da região de Carajás, no Pará, soma pouco mais de 30 anos a exploração de minério de ferro. A dependência da mineração e as tragédias sociais e ambientais que a mesma fomenta aproximam Carajás de Mariana. Bem como a hegemonia da Vale na organização e desorganização do espaço, e da vida das populações onde os projetos de mineração ocorrem.

Bibliografia:

ACSERALD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados* 24 (68). 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2005.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HERCULANO, Selene. *Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil*. I ENCONTRO DA ANPPAS, 2002.

PORTO, M.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência & saúde coletiva*, v. 14, n. 6, 2009.

Desafios à gestão territorial das cidades brasileiras: o uso de indicadores de desenvolvimento sustentável como resposta aos problemas ambientais

Caroline Adorne da Silva
Carlos André Bulhões Mendes

Construções civis, densidade populacional, saneamento, mobilidade, industrialização, agricultura e outros fatores relacionados com a urbanização em áreas ambientalmente sensíveis e sem planejamento acarretam em diversos problemas, dentre eles, disputa pelo uso do solo, contaminação de recursos hídricos, pouca conservação ambiental, enchentes, escassez e diminuição da qualidade de vida da sociedade e qualidade ambiental. Considerando os aspectos econômicos, a infraestrutura urbana deve proporcionar o desenvolvimento das atividades produtivas; sob o aspecto institucional, os meios necessários ao desenvolvimento das atividades político-administrativas, entre os quais destacamos a gerência da cidade (Neto, 1997). Relacionados à questão da gerência da cidade, também estão os recursos naturais, conforme Tucci (2008) aponta, o desenvolvimento urbano acelerado acarreta em um conjunto de efeitos interligados que sem o devido controle pode ocasionar caos no ambiente urbano. Portanto, as condicionantes ambientais associadas às características físicas do território (declives, erosão, deslizamentos, áreas inundáveis, ocupação de áreas de preservação permanente) conferem maior vulnerabilidade à sua ocupação pelo potencial de risco que têm implícito, e à preservação de recursos naturais e a qualidade de vida das comunidades. Posto isso, o presente estudo tem como objetivo dissertar sobre esta problemática por meio da revisão de indicadores de desenvolvimento sustentável de comunidades, serviços urbanos e qualidade de vida em áreas de preservação permanentes, principalmente os indicadores apresentados na Norma ABNT NBR ISO 37120:2017, que define e estabelece metodologias para um conjunto de indicadores que orientem e meçam o desempenho dos serviços urbanos e a qualidade de vida. Também são considerados no estudo os indicadores apresentados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), que estabelecem indicadores de Desenvolvimento Sustentável, com orientação da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável - CDS (Commission on Sustainable Development - CSD) da Organização das Nações Unidas, com adaptações à realidade brasileira. Após esta análise, realizamos uma modelagem de dados para obtenção do Índice de Desenvolvimento Sustentável conforme a metodologia apresentada por Sepúlveda (2005). Por fim, utilizamos os instrumentos da representação espacial com o uso das ferramentas de Sistema de Informações Geográficas (SIG). Para a aplicação dessa metodologia e discussão acerca da temática em tela, o objeto de estudo será a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande (APABG), localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA, no Estado do Rio Grande do Sul, sob a divisão territorial dos municípios de Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão, caracterizada por usos agrícolas e urbanos. O resultado esperado é a contribuição para a gestão e tomadas de decisões governamentais para o desenvolvimento urbano sustentável, à luz da gestão territorial, e face aos desafios da geopolítica ambiental brasileira do século XXI.

Bibliografia:

NETO, W. Z. 1997. Infra-Estrutura Urbana. Disponível em: <<http://pcc2561.pcc.usp.br/ttinfraestrutura17.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2012.

SEPÚLVEDA, Sergio. Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005.

TUCCI. E. M. Carlos. Águas Urbanas. SP. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200007>

IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. 2015.

ABNT. Norma ISSO NBR 37120. Desenvolvimento sustentável de comunidades — Indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida. 2017.

Desafios e contradições da proteção ambiental no Brasil urbano

Anna Maria Stauffer

Um dos maiores desafios do planejamento e da gestão urbano-ambiental nos dias atuais consiste em conciliar o crescimento das cidades com os objetivos de proteção da natureza e seus recursos. A intensificação do processo de urbanização ao longo do último século foi acompanhada do aumento dos índices de degradação ambiental e, paulatinamente, provocou uma série de problemas relacionados à condição e a qualidade da vida humana em cidades do mundo todo. Em países não desenvolvidos, as consequências desse processo, que frequentemente se dá de forma acelerada e desordenada, adquirem maior magnitude e geram desafios significativos para os gestores públicos.

No Brasil, apesar de atualmente contarmos com um amplo conjunto de órgãos e instrumentos que se fazem relevantes para a proteção ambiental, o que se observa na prática é o agravamento do estado de vulnerabilidade sócio-ambiental. Especialmente a partir dos anos 1960, tornou-se cada vez mais comum nas cidades brasileiras a ocorrência de problemas socioambientais como enchentes, deslizamentos, escassez de água, desregulação microclimática, entre outros. As consequências destes fenômenos deixam claro que a proteção ambiental nas cidades se faz tão necessária quanto nas áreas rurais. Nos ambientes urbanos, a conservação da natureza tem ganhado ainda mais importância nas últimas décadas já que, de acordo com o último Censo do IBGE (2010), cerca de 85% da população brasileira vive em situação urbana e esse quadro segue em expansão, seguindo a tendência de urbanização mundial. Em outras palavras, a proteção ambiental nas cidades tem cada vez mais efeitos diretos e imediatos na vida cotidiana da população brasileira, que em poucas décadas apresentou não só um crescimento vertiginoso em números absolutos, mas também passou a ser fortemente concentrada em aglomerados urbanos de grande porte.

A criação e manutenção das áreas protegidas se destaca nesse cenário como uma das principais estratégias de harmonização entre a expansão da malha urbana e o equilíbrio dos ecossistemas. A delimitação de espaços voltados para o cuidado com o ambiente natural remanescente nas cidades cumpre uma série de funções ecológicas fundamentais para a vida urbana – manutenção da permeabilidade do solo, proteção dos cursos d'água e nascentes, controle da poluição, atenuação de desequilíbrios climáticos intra-urbanos etc. – além de benesses sociais como a melhoria da qualidade de vida ao ofertar a possibilidade de lazer em contato com a natureza, a valorização da paisagem e a conservação do patrimônio histórico-cultural.

A despeito da reconhecida importância das áreas protegidas urbanas, ainda permanecem sérios déficits relacionados à conservação da natureza nas cidades, principalmente naquelas com alta densidade populacional. A implementação dessas áreas encontra diversos empecilhos que vão desde questões mais práticas, a exemplo da carência de pessoal qualificado e da falta de ações articuladas entre as diferentes

esferas de poder, até problemas de caráter teórico-conceitual presente nos marcos legais que instituem essas áreas. As falhas e contradições da política ambiental que trata das áreas protegidas tem provocado não só perdas no que diz respeito à proteção ambiental em si, mas também custos irreparáveis para a população, sobretudo para as classes sociais mais desfavorecidas.

Dito isso, a contribuição deste trabalho consiste em refletir a respeito da implementação das áreas protegidas em contextos urbanos, buscando identificar as diretrizes e os espaços que vêm sendo privilegiados pelas agendas de proteção ambiental e os principais problemas e condicionantes que dificultam a sua aplicação. Vale destacar que não se trata de uma análise minuciosa da legislação ambiental pertinente ao tema, mas sim de uma tentativa de avaliar a efetividade da gestão e do planejamento urbano ambiental a partir da estratégia de instituição de áreas protegidas. Este instrumento será, portanto, investigado em função de seus efeitos e dos processos urbano-ambientais mais amplos que, em sua enorme complexidade, impõem barreiras e dificultam a proteção ambiental nas cidades.

Bibliografia:

COELHO Netto, A. L. A interface florestal-urbana e os desastres naturais relacionados à água no Maciço da Tijuca: desafios ao planejamento urbano numa perspectiva sócio-ambiental. Revista do Departamento de Geografia, nº 16, p. 46-60, 2005.

DIEGUES, A. C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001 [1996].

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, v.9, n.1, p. 41-64, jan/jun, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

SOUZA, M. L. O lugar das pessoas nas agendas “verde”, “marrom” e “azul”: sobre a dimensão geopolítica da política ambiental urbana. In: _____. Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. cap.19, p. 223-246.

Dinâmica de des-re-territorialização de sujeitos atingidos por desastres “naturais” na zona da mata sul de Pernambuco

Zenis Bezerra Freire
Daniela Florêncio Silva

Eventos ligados a dinâmicas climáticas, tem causado debates em diversos ramos das ciências. No caso da Geografia não é diferente. Diante deste pressuposto. Neste artigo nos debruçamos sobre as dinâmicas territoriais, vivenciadas por sujeitos atingidos por desastres “naturais”, causados por eventos extremos de precipitação, na região da Zona da Mata Sul, do estado de Pernambuco. Nosso objetivo, portanto, é analisar os processos de des-re-territorialização dos sujeitos atingidos por enchentes/inundações bruscas no ano de 2010. Para tanto, se faz necessário discutir como esses eventos provocam processos de des-territorialização. Além disso buscamos refletir sobre a construção dos territórios de espera que se constituem neste entremeio. E por fim, entender como se configuram os processos de re-territorialização no pós-evento. Para tal, suscitamos algumas questões, dentre as quais: Como se dá a des-territorialização neste contexto? Que elementos podem ser pensados na construção dos territórios de espera? Como se constitui o processo de re-territorialização? Se criaram novas territorialidades? Que conflitos permeiam essas dinâmicas? A partir de tais questões dividimos o seguinte trabalho em três tópicos, o primeiro discute o processo da enchente/inundação brusca e a des-territorialização provocada por desastres “naturais”. O segundo tópico versa sobre a construção dos territórios de espera nos quais destacamos os abrigos realizados em escolas, prédios públicos, dentre outros. E o período em que os sujeitos permaneceram em um acampamento à espera da construção de novas casas. E por fim, no terceiro tópico discutimos o processo de re-territorialização destes sujeitos. No que concerne a metodologia, nos utilizamos de uma análise qualitativa, baseada nas observações de campo realizadas nas cidades estudadas das quais destacamos a cidade de Palmares- PE, Barreiros-PE e Água Preta – PE. Essas por sua vez são documentadas a partir do procedimento metodológico de diário de campo. Além da análise de entrevistas e conversas informais realizadas com os sujeitos atingidos pela enchente/inundação brusca no ano de 2010. Dados de órgãos públicos como defesa civil e secretaria de assistência social também foram analisados para a composição do presente trabalho. Por fim, nossos resultados apresentam que é possível pensar que os desastres “naturais” podem provocar processos de des-territorialização, tendo em vista que os sujeitos atingidos perdem suas referências territoriais em um lapso temporal o que acarreta uma série de problemas de relações espaciais e processos de re-construção do território. Além disso, a experiências nos abrigos e neste caso, nos acampamentos, nos provoca a pensar outras dimensões da construção territorial em espaços de intensa precariedade onde se criam territórios de espera. Essa constante indefinição que se coloca no “entre” é o que discutiremos a seguir visando pensar a dinâmica de des-re-territorialização.

Bibliografia:

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SACK, Robert David. O significado da territorialidade. In: DIAS, Leila Christina. FERRARI, Maristela. (Org.). Territorialidades humanas e redes sociais. Florianópolis: Insular, 2. Ed. 2013.

VALENCIO, Norma. Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. _____. SIENA Mariana; MARCHEZINI, Victor; COSTA, Juliano Gonçalves. São Carlos: RiMa Editora, 2009.p.34-48.

VALENCIO. O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. Revista Cronos. Natal, v. 8, n. 1, p.81-100, 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cronos/8/d4.pdf>> .Acesso em: 23/10/2015.

VIDAL, Laurent, MUSSET Alain, e VIDAL, Dominique. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje), Confins. 13. 2011. Disponível em: URL: <http://confins.revues.org/7274>; DOI: 10.4000/confins. Acesso: 20/11/2012.

Geopolítica da água, conflitos em bacias hidrográficas compartilhadas: questão da bacia do Rio Paraíba do Sul

Gabriel Carvalho Cabral
Maik da Silva Azevedo

As situações envolvendo os recursos hídricos no Brasil e no Mundo são alarmantes, a distribuição, a escassez e a poluição são fatores que tem contribuído para torná-la imprópria ao consumo. Com isso é cada vez maior a preocupação da sociedade em relação aos conflitos pelo seu uso. O crescimento econômico, populacional, sua manipulação na geração de energia elétrica, na agricultura e pecuária aumenta significativamente a utilização da água, levando a entendê-la não mais como um bem comum a todos, mas sim como mercadoria. O objetivo desse ensaio é procurar compreender a relação da gestão de bacias hidrográficas, com a possível escassez e conflitos em torno desse recurso hídrico, ademais, analisar o Rio Paraíba do Sul como foco de discordâncias pelo seu controle. A metodologia consistiu no levantamento de notícias acerca das hostilidades em torno da bacia do Paraíba do sul e dados sobre as mudanças nas vazões médias anuais. A conscientização do corpo social aqui pretendida, compreende o conjunto de todos os atores que litigam pelo direito de uso e apropriação desse recurso natural, portanto, necessária para que, pouco a pouco, o consumo racional da água seja alcançado de forma a torná-lo sustentável. Portanto, é errôneo pensar que tensões diplomáticas, conflitos internacionais, nacionais ou até mesmo regionais pela água sejam recentes no mundo, pois, desde os primórdios as primeiras civilizações disputavam territórios com rios a fim de obterem melhores condições de vida. A partir dos grandes corpos hídricos tem-se o desenvolvimento das primeiras civilizações, com peculiaridades técnicas na agricultura, nas irrigações, construindo canais, valas, diques, muros de contenção, aquedutos, etc. Desde a década de 60 durante o regime militar com transposição de $\frac{1}{3}$ da água para a criação do sistema Guandu tendo como finalidade o abastecimento do antigo estado da Guanabara. Equivalente, e mais atual, há o sistema Cantareira que envolve uma série de discussões em torno dos malefícios e/ou benefícios a partir do deslocamento do flume para o próprio estado de São Paulo e os municípios que se encontram a jusante nos estados de Minas gerais e Rio de Janeiro que em conjunto somam 184 municípios, incluindo 6,3 milhões de pessoas e, além disso, múltiplos usos consuntivos e não consuntivos do recursos hídrico. Em vista disso, a baixada campista e o município de São João da Barra localizados no Baixo Paraíba vêm sofrendo influências ligado ao manejo do rio e experienciando alterações ao longo do seu leito e dos seus principais afluentes, ocasionando reduções de vazões médias e mudanças no regime hidrológico que minimiza sua força de resistência na foz facilitando a intrusão de água salina. A Bacia do Rio Paraíba do Sul, caminha para se tornar a principal fonte de abastecimento das duas maiores regiões metropolitanas do país, São Paulo e Rio de Janeiro, a peripécia por ser o elo principal de uma nova macrorregião hídrica ocasionando uma maior responsabilidade por parte das gestões dessas metrópoles, estados e municípios inseridos na proteção, no manejo e uso da água da bacia do Paraíba e em muitas outras bacias existentes no país.

Bibliografia:

TUNDISI, J. G. Água no Século XXI – Enfrentando a Escassez. São Carlos: Rima, 2003.

CARNEIRO, P. R. F. Dos pântanos à escassez: uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes. São Paulo: Annablume, 2004.

SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004

TEIXEIRA, Mirian Celeste Salih; BORBA, Rafael Corrêa. Água doce nas relações internacionais: geoeconomia e geopolítica em tempo de escassez dos recursos hídricos. Campos dos Goytacazes, 2008, Rio de Janeiro.

ANA quer mediar conflito entre RJ e SP sobre água no Rio Paraíba do Sul. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/ana-vai-mediatar-conflito-entre-sp-e-rj-sobre-paraiba-do-sul>>. Acesso em: 19 ago. 2017

Geopolítica e a nova reorganização do espaço agrícola: impactos e pressões da monocultura do dendê sobre a agricultura familiar no município de Tailândia - Pará

José Augusto Lopes da Silva
Jorge Sales dos Santos
Maria José Lopes da Silva

As constantes transformações que ocorreram na sociedade nas últimas décadas, impulsionadas pelo sistema capitalista, geraram uma nova reorganização do espaço e do ambiente. O homem passou a aderir à sociedade de consumo vigente, que por sua vez privilegiou a produção para a obtenção de capital. Tal produção, advinda da exploração desenfreada de recursos naturais, colocou em risco os mesmos, tidos inicialmente como recursos infinitos quando na verdade não o eram. O desenvolvimento de medidas e mecanismos que regulassem, ou até mesmo substituíssem tais fontes, passou a se tornar o centro da preocupação mundial nas discussões sobre meio ambiente. Nesse cenário surge a promessa dos biocombustíveis na tentativa de amenizar os impactos gerados pelos combustíveis fósseis. No Brasil, a produção de biocombustíveis ganha grandes incentivos por parte do governo, uma vez que se objetivava transformá-lo na matriz energética do país. Regiões com clima e condições propícias, como a do Baixo Tocantins no estado do Pará, passaram a ganhar, na década de 80, incentivos para a produção de biocombustíveis por meio de políticas públicas como o Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel (PNPB) de 2004 e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP) de 2010. Tais políticas visavam implementar e alavancar a produção de óleo de palma advindo da monocultura do dendê com o incentivo a instalação de empresas produtoras na região, bem como a integração da agricultura familiar ao processo de produção, uma vez que haveria uma nova organização do espaço. Em meio a este contexto, tal trabalho objetiva verificar de que forma está ocorrendo à integração da agricultura familiar a lógica de produção do dendê no Baixo Tocantins, especialmente no município de Tailândia-Pará, uma vez que o ciclo de produção é completamente regulado pelas grandes empresas, seguindo a lógica capitalista de detenção dos meios de produção. Para tanto foi feito inicialmente um levantamento de cunho bibliográfico visando o entendimento do funcionamento da geopolítica ambiental contemporânea, da dinâmica capitalista de produção e da organização espacial e produtiva das famílias que trabalham de forma integrada ao sistema de produção do dendê. Foi realizado ainda o acompanhamento de 15 famílias da agricultura familiar, com contratos de produção de dendê vinculados a empresa Agropalma, situada em Tailândia-Pará. Durante o período da pesquisa, aproximadamente 2 anos, as famílias foram observadas em suas rotinas de trocas de materiais e insumos para a manutenção da plantação de dendê junto a empresa responsável. Foram registrados ainda relatos com as dificuldades e pressões exercidas pela integração das famílias ao sistema de produção. Observa-se que, a repentina expansão da cultura de dendê tem dado outros contornos a agricultura familiar. Os agricultores não conseguem manter suas práticas de produção

tradicionais, sendo obrigadas a arrendar suas terras para a plantação de dendê. Em muitos casos são atraídas com a falsa promessa de uma rentabilidade maior, algo que não se consolida uma vez que os gastos com a manutenção do plantio são altos ou a qualidade do produto final levado à empresa é baixa. A lógica da produção capitalista prende e domina os produtores, impedindo que produzam outros tipos de lavoura. Desta forma, a monocultura passa a ter exclusiva predominância e a modificar a região em detrimento das práticas da agricultura familiar e da relação do agricultor com o ambiente a sua volta.

Bibliografia:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: Direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. IN: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, et al (Org.). Capitalismo Globalizado e recursos territoriais: Fronteiras da Acumulação no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p 101-142.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio do século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.142 p.

GARCIA JR, Afrânio Raul. Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983. 236 p.

NAHUM, João Santos; et al. Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense. Belém: GAPTA/UFPA, 2014.158 p.

SAMPAIO, Irã carvalho. A agricultura familiar e a agroindústria do dendê em Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014

Geopolíticas de conservação e desenvolvimento na Amazônia Ocidental

Artur Sgambatti Monteiro
Heitor Paulo Pinheiro
Marcelo Augusto do Santos Júnior

Manaus é a capital brasileira que mais cresceu entre 1970 e 2010 (573%), saltando de 314.000 habitantes para cerca de 2.000.000 (IBGE, 2010). Tal horizonte contempla a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em 1967, se consolidando como o principal indutor de crescimento econômico regional e um dos principais projetos de ocupação e soberania territorial do Brasil. A SUFRAMA foi eficiente na construção de um grande parque industrial que tornou Manaus o maior assentamento urbano de Amazônia e uma das capitais com maior influência e dependência do governo federal.

O recente crescimento da cidade parte da construção geopolítica, com diferentes níveis de interesse e repercussão, de um projeto de Amazônia e de um modelo de ocupação e integração nacional. Tais repercussões se fazem não apenas na rede de relações e de influência da cidade, mas também em sua estruturação intraurbana, se configurando por um lado como uma cidade de extremada concentração de riquezas e população, e também intensa repercussão de seus impactos num vasto território (SANTOS, 2017; SILVA, 2008).

Levando em consideração os grandes projetos de desenvolvimento econômico e ocupação territorial levados à cabo na Amazônia Ocidental, como a SUFRAMA, cabe citar a criação no início do século XXI de dois arranjos territoriais de diferentes esferas na região do baixo rio Negro: 1) o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN) e 2) a Região Metropolitana de Manaus (RMM).

O governo do Amazonas criou a RMM (LC nº 52/07) prevendo a construção de instrumentos que viabilizariam a consolidação de um arranjo territorial estratégico para o desenvolvimento. A RMM conta com 13 municípios, e compreende 127 milhões de km² (IBGE, 2016). Tal contexto de política territorial e arranjo institucional dialoga diretamente com esforços de uma maior ocupação da Amazônia Ocidental Brasileira e da interiorização dos dividendos da SUFRAMA.

Logo, para pensar a construção da RMM é necessário considerar sua central influência na construção de um modelo de sociedade que para a Amazônia. Fato inovador considerando 1) sua importância na articulação de redes de produção regionais; 2) sua centralidade em discussões sobre soberania nacional; 3) sua localização estratégica para a integração sul-americana e; 4) seu papel de vanguarda na proteção da biodiversidade e dos recursos naturais amazônicos.

Três anos após a criação da RMM, de forma a responder a pressões referentes à conservação da biodiversidade, o Ministério do Meio Ambiente institucionalizou o MBRN (Portaria 483/10). O mesmo abrange um território de 72 milhões de km²

onde existe um conjunto de 12 Unidades de Conservação (UCs) de diferentes categorias e esferas. Como outras iniciativas nacionais de conservação, o MBRN apresenta inúmeros conflitos, evidente deficiência de recursos humanos e financeiros para a condução de políticas levadas à cabo em seus limites. Tais problemas se agudizam em contextos de maior isolamento, onde a presença do Estado se define principalmente pela própria existência da UC (ALMEIDA, 2014).

A própria institucionalização do MBRN e da RMM (ferramentas inovadoras frente à necessária articulação) reflete não apenas um embate de interesses e projetos de poder como evidencia uma necessidade de alinhamento conceitual e prático sobre o modelo de desenvolvimento intencionado. Assim, pensar a articulação interinstitucional não se refere apenas à defesa de um desenvolvimento econômico a qualquer custo ou de uma política preservacionista radical. Pelo contrário, se efetiva como oportunidade única de construção de um modelo de sociedade que abarque a diversidade de usos e interesses acerca dos recursos naturais e que seja apta à emancipação social em sua essência, possibilitando um novo paradigma. Ao analisar tais embates Organizações da Sociedade Civil (OSCs) podem, muitas vezes, se posicionar como fortalecedoras de arranjos políticos, importantes parceiros para a concretização de projetos e agentes de legitimação das políticas públicas.

Considerando tal contexto cabe citar o trabalho da Fundação Vitória Amazônica (FVA) no fortalecimento de ambos arranjos político-territoriais. Atuando desde 1990 a FVA criou protocolos de diagnóstico de biodiversidade na região, foi fundamental para a criação da categoria Reserva Extrativista do Sistema Nacional de UCs, criou reconhecidos sistemas de monitoramento de usos de recursos naturais e secretaria o MBRN. Recentemente desdobrou sua atuação na região do rio Negro ao abordar questões relativas ao desenvolvimento urbano e coordena o Observatório da RMM, iniciativa de produção de conhecimento técnico-científico em rede (Universidades, OSCs e pesquisadores) para influência em políticas públicas territoriais de nível metropolitano e municipal, se configurando atualmente como importante influenciador da sociedade civil local. Dessa forma se encontra em espaço e momento favorável para proposição e cobrança de um posicionamento social inovador.

Bibliografia:

ALMEIDA, Carolina Azevedo de. O Mosaico do Baixo Rio Negro: conservação da biodiversidade e sustentabilidade na Amazônia. 2014. 150 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2018.

SANTOS, Tiago Veloso dos. Metropolização e diferenciações regionais: estruturas intraurbanas e dinâmicas metropolitanas em Belém e Manaus. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 865-890, Dec. 2017.

SILVA. Paulo Rogério de Freitas. O Espaço e tempo na fronteira Amazônica. 20 anos: geografias de um novo Estado. Organizadores Paulo Rogério de Freitas Silva, Rafael da Silva Oliveira. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

Gestão ambiental ou de conflitos? Terras indígenas da Baixada Santista

Rodrigo Thurler Nacif

A Gestão Ambiental das Terras Indígenas se tornou um tema relevante no início deste século, resultando na elaboração de uma Política Nacional - PNGATI entre 2008 e 2010, e ao final instituída pelo Decreto nº 7.747 de 2012, voltada para a articulação do poder público para proteção, restauração, conservação e uso sustentável dos recursos naturais das Terras Indígenas, assim como assegurar e melhorar a qualidade de vida de sua população. Além dos Etnomapeamentos e Etnozoneamentos um dos instrumentos que se veio construindo simultaneamente para sua implantação foram os Planos de Gestão Territorial e Ambiental. Entretanto, a forte presença de empreendimentos dentro dessas áreas ou no seu entorno põem em cheque a possibilidade desta gestão, agravada pela escassez de recursos humanos e orçamentários dos órgãos de apoio às comunidades indígenas. Além disto, a sobreposição com Unidades de Conservação é um contexto frequente, e raramente resulta em Planos de Gestão Compartilhada, sendo mais comum a perpetuação de conflitos. Essa realidade pouco se alterara com o Decreto, rico em diretrizes gerais, porém, sem soluções eficazes, principalmente no que se refere à execução da PNGATI e sua base orçamentária que na prática recai principalmente sobre a Fundação Nacional do Índio, sem a contribuição de outros órgãos, situação evidenciada, por exemplo, nos Projetos de Gestão Ambiental de Terras Indígenas - GATI. Já na definição dos empreendimentos é evidente a falta de autonomia dos povos originários, a quem cabe apenas a consulta, sem nenhum poder de decisão dentro de sua área de posse permanente e usufruto exclusivo visto que o mesmo artigo 231 da Constituição Federal que assegura este direito permite o aproveitamento dos recursos hídricos, seus potenciais energéticos e a lavra das riquezas minerais quando autorizadas pelo Congresso Nacional e ouvidas as comunidades afetadas. A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho também trata da salvaguarda e da consulta no que se refere à conservação ou exploração dos recursos naturais. Porém, o que significa essa oitiva das comunidades? O que ela muda efetivamente em relação ao empreendimento? São iniciativas altamente lucrativas que resultam para os indígenas em impactos ambientais atenuados com mitigações e compensações de baixo valor por meio dos Planos Básicos Ambientais, os quais têm prazo para terminar, enquanto os efeitos e a operação dos empreendimentos permanece. Esse quadro direciona a Terra Indígena para uma espécie de gestão empresarial e o contrato de agências de consultoria especializada, que sem o devido preparo técnico e político dos indígenas e de uma equipe de apoio pode causar ainda mais impactos para essas comunidades, ocasionando dependência, a emergência de novas necessidades e a descontinuidade nos projetos. Este cenário de fragilidade encontra-se ainda mais crítico em vista da Proposta de Emenda à Constituição nº 215, que altera os procedimentos de regularização das Terras Indígenas, conferindo poder decisório de reconhecê-las ao legislativo, assim como de ratificar as já homologadas e a adoção da tese do "marco temporal". Além dela estão em tramitação o Projeto de Lei nº 1610/96 que diz respeito à extração mineral e nº 4740/2012 que trata da volta

dos arrendamentos, sob a fachada de parcerias. São fatores que reúnem impactos ambientais e sociais que não podem ser analisados individualmente, mas procurando entender suas interações e os efeitos cumulativos e sinérgicos que refletem diretamente na restrição às comunidades originárias de executar a gestão ambiental nas terras que tradicionalmente ocupam e que deveriam atender à finalidade estabelecida de garantir a reprodução física e cultural dos povos indígenas. Esse panorama não é diferente na Baixada Santista, região alvejada por um conjunto de empreendimentos que afetam as populações indígenas e seus territórios, como a duplicação da malha ferroviária no trecho Itirapina-Cubatão, a instalação da Subestação Manoel da Nóbrega/ Linha de Transmissão 230 kV Henry Borden e a construção do Complexo Industrial e Aeroportuário Andaraguá em Praia Grande-SP, este último à revelia da realização de consulta aos povos indígenas ou de Componente Indígena do Licenciamento Ambiental ferindo gravemente a convenção internacional da OIT nº 169. Some-se a isto a luta no município de Peruíbe-SP, com a participação dos indígenas, contra a construção de uma Usina Termelétrica que também afetaria fortemente a região onde há poucos anos se tentou construir um megaporto em uma Terra Indígena hoje reconhecida, já bastante afetada pelos impactos da mineração. Uma outra situação é de uma aldeia indígena localizada em um Parque Estadual de Proteção Integral e sofre inúmeras restrições. Como se dá uma gestão ambiental nesta conjuntura? Serão elementos da análise fontes primárias, como os Estudos de Impacto Ambiental, as observações de campo e a percepção de lideranças indígenas levantada por meio de questionários semiabertos.

Bibliografia:

COMANDULLI, Carolina Schneider. Gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas - Fazendo planos. *Ruris - Revista do Centro de Estudos Rurais - Unicamp*, vol. 10, no. 1, Campinas-SP março 2016. url:
<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/2634>

EC. European Commission's Guidelines for the Assessment of Indirect and Cumulative Impacts as well as Impact Interactions. 1999. url:
<http://ec.europa.eu/environment/archives/eia/eia-studies-and-reports/pdf/guidel.pdf>

HETTNER, Alfred. *Methodische Zeit- und Streitfragen*, in: *Geographische Zeitschrift*, Band 29 (1923). url:
http://www.jstor.org/stable/27811164?seq=1#page_scan_tab_contents

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São. Paulo (SP): Ática, 1993.

SAUER, Carl Ortwin. *The Morphology of Landscape*. Berkeley, University of California Press, 1925. pp. 297-315. url:
http://geog.uoregon.edu/amarcus/geog620/readings/sauer_1925_morphology_of_landscape.pdf

Gestão costeira: tensionamentos e conflitos entre o território normado e o território usado

Pedro Benício Almeida Pinto
Abdul Mahmebb Said
Karla da Silva Sampaio

Este trabalho tem como objetivo analisar a gestão costeira do Rio de Janeiro a partir do gerenciamento costeiro, compreendendo as legislações (ou seja, o território normado) e o tensionamento com o território da vida (território usado), procurando entender quais seriam os impactos da sua implementação ou não. Nessa perspectiva, o presente trabalho busca tentar apresentar uma síntese de compreensão na articulação das discussões da gestão costeira, do ordenamento territorial e do território da norma. Portanto, pretende-se analisar as políticas e legislações sobre o gerenciamento costeiro, ou seja, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), suas regras de uso e ocupação da zona costeira, assim como seus critérios de gestão da orla marítima. A gestão costeira vem ganhando grande atenção a nível internacional, principalmente por se tratar de uma área em que abriga considerável parcela da população mundial, e que por conta disso concentra muitos conflitos. Esses conflitos vão se dar, sobretudo, pelo uso do território, as normas e o processo de modernização. Por conseguinte, tem aparecido em pautas políticas a questão da necessidade do gerenciamento costeiro, com o objetivo de mitigar o tensionamento do território da vida e do território normado. Porque de uma maneira geral o que gera conflito é o descompasso entre o território normado e o território usado. Nas regiões costeiras são claras as disputas/convívio entre sujeitos, empresas e instituições. Essa produção social do espaço urbano reúne forças desiguais, principalmente, no lugar, no espaço banal do homem lento, o espaço de todos os alcances (SANTOS, 1996). O caso dos pescadores artesanais é um exemplo desse tipo de conflito, porque eles convivem com grandes empreendimentos, como portos e outros. Empreendimentos esses que muitas vezes trazem dificuldades para a atividade do pescador artesanal em função das restrições de navegação e usos de petrechos que ocorrem em algumas áreas. Porém, esse é apenas um dos problemas, pois existem inúmeros outros como a poluição das águas por dejetos urbanos e industriais, exploração das áreas de restingas e estuários por empresas pesqueiras que não pertencem ao lugar, pela poluição e introdução de espécies nocivas à biodiversidade local em função da água de lastro etc. A grande problemática do gerenciamento costeiro é como organizar esse arranjo espacial de maneira que possa existir uma harmonia e a não deterioração do meio ambiente e seus ecossistemas associados, coadunando isso com a modernização, as comunidades tradicionais e a proteção do meio ambiente. Visto que, os sujeitos que vivem nessas regiões acabam sendo negligenciados, invisibilizados quando se trata das análises e diagnósticos das áreas, olhando para o meio ambiente como se não houvesse uma interação social influenciando nessa dinâmica. Para a realização desses objetivos serão trabalhados os seguintes procedimentos metodológicos: análise bibliográfica, optando-se por utilizar



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

os conceitos de conflito (ACSERALD, 2004), ordenamento territorial (BARBOSA, 2007), território usado (SANTOS, 2012) e levantamento documental.

Bibliografia:

ACSERALD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil/(org) Henri Acserald. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

BARBOSA, J.L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. OLIVEIRA, M.P; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial/ Milton Santos...[et al] – Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3. Ed.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção/ Milton Santos. 4 ed, 7 reimpr - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia cidadã. Por uma Epistemologia da existência. Boletim Gaúcho de Geografia, 21; 7-14, ago, Porto Alegre, 1996. Versão online disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350>

Gestão de recursos à margem: considerações sobre as redes hídricas das favelas do Rio de Janeiro

Eduardo Bayer Knopman

Os recursos enquanto tema de pesquisa tem uma trajetória bastante consolidada no âmbito da Geografia. A categoria recurso nos permite refletir sobre a relação homem x natureza a partir do usufruto dos elementos naturais pela sociedade, sendo essa a característica básica que se alude com esse conceito: os processos políticos pelos quais a sociedade atribui valor ao mundo natural e sobre ele exerce controle. Tradicionalmente, o campo da geografia dos recursos privilegiou em suas análises a escala do Estado, entendido enquanto o agente por excelência na gestão dos recursos e do ambiente dentro das fronteiras do território nacional e/ou nas colônias.

A própria consolidação da gestão dos recursos como um ramo especializado do conhecimento e a decorrente criação de formas institucionais para a sua efetivação estão fortemente relacionados com os colonialismos e com a leitura da geopolítica clássica, preocupada em garantir a provisão e a defesa dos recursos essenciais para a supremacia nacional. No entanto, para além do Estado, observamos que a gestão dos recursos e dos ambientes congrega agentes diversos, com capacidades, escalas de atuação e interesses variados. Munidos de uma apreciação escalar mais refinada, os geógrafos identificados com o campo da geografia dos recursos fizeram a autocrítica e tem buscado novos referenciais teóricos e abordagens metodológicas capazes de dar conta dessa e outras mudanças de paradigma. Assim, nos últimos 20 anos uma série de contribuições empíricas e teóricas têm contribuído para alargar a concepção geográfica sobre os recursos, oxigenando a categoria e inaugurando novas possibilidades de investigação no campo.

Como contribuição ao debate, proponho uma reflexão sobre as redes de água auto-construídas nas áreas urbanas segregadas da cidade do Rio de Janeiro: a infraestrutura hídrica clandestina montada para suprir a inexistência/ineficácia das redes de responsabilidade do Estado. A partir do caso das favelas da capital carioca e da sua relação com a água, buscamos melhor compreender as consequências e contradições da gestão dos recursos e dos ambientes na escala local, além de afirmar a relevância histórica desse processo fundamental para o sustento dessa população ao longo do tempo. Entendo que os ambientes hídricos favelados são consequência de um modelo de urbanização que ao mesmo tempo em que atraía uma nova população não ofereceu soluções legalizadas de moradia, criando a necessidade de uma busca por recursos dentro da cidade que até os dias atuais ainda não se encontra devidamente resolvida.

Assim, de modo a cumprir com esse objetivo, realizamos um levantamento histórico-geográfico sobre o tema da água nas favelas buscando relacioná-lo com a literatura sobre o tema dos recursos e do ambiente na Geografia. O trabalho se faz dividido em introdução, onde melhor apresento a categoria recurso e de que modo a Geografia trabalhou nesse tema, seguida da apresentação da geografia histórica dos ambientes

hídricos favelados e, a título de considerações finais, termino com uma reflexão sobre a gestão de recursos e ambientes no espaço urbano segregado.

Bibliografia:

ABREU, Maurício de Almeida. “A cidade, a montanha e a floresta”. In: ABREU, Maurício de Almeida. Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. 1ª edição. Rio de Janeiro: Divisão de Editoração da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. p. 54-103.

BRIDGE, Gavin. “Material worlds: Natural resources, resource geography and the material economy”. *Geography Compass*, vol. 3, p. 1217-1244, 2009.

GONÇALVES, Rafael: “Em busca do ‘precioso líquido’: uma reflexão sócio-histórica das redes de água no Rio de Janeiro”. In: MOREIRA, Danielle de Andrade; REGO, Luiz Fernando Guanaes; LEMOS, Maria Fernanda Campos. Gestão local de recursos hídricos: uma reflexão para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

SWYNGEDOUW, Erik. Social power and the urbanization of water: flows of power. Nova York: Oxford University Press, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

Impactos ambientais associados ao aterro da enseada de São Diogo

João Paulo Ponte Alves de Lima
Caio Saraiva Miniguelle

A cidade do Rio de Janeiro sofreu inúmeras alterações antrópicas, desde o período colonial até a contemporaneidade, através de conflitos de interesses, planejamentos urbanísticos e até mesmo do padrão de ocupação. O Clube de Engenharia, presidido por grandes nomes da história da cidade, proporcionou grandes mudanças na paisagem do município, através de grandes obras e planejamentos técnicos, com intuito de integrar e facilitar a locomoção no Rio de Janeiro. Para que esses objetivos fossem alcançados foi necessário alterar inúmeras características físicas do espaço, pois a ocupação da colônia deu-se em meio a morros e uma topografia muito acidentada, de forma com que a cidade tivesse características “claustrofóbicas” e de difícil locomoção. Tais alterações deram início a um ciclo de impactos ambientais, com diversas consequências, como: Mudança de ciclos costeiros, Degradação de biomas de alta relevância biológica, Alteração no fluxo sedimentar, alteração no balanço hidrográfico dentre outros. Esses impactos ambientais, hoje muito bem estudados, perpetuam-se até os dias atuais onde através dos mesmos é possível observar o porquê deles terem se desenvolvido e quais seriam as medidas mitigadoras necessárias para que o ônus não fosse adquirido. Seguindo a lógica da pesquisa, o recorte escolhido é a Enseada de São Diogo, hoje aterrada na localização de, São Cristóvão, Rodoviária Novo Rio, Cidade Nova, Leopoldina e Rio Comprido. Essa paisagem contava com um estuário composto por diversas feições, como: Manguezais, Brejos, Pântanos, Campos Salinos e Praias. Tal localidade tem relevância para estudo pois é uma área pouco pesquisada mesmo tendo uma grande importância, não só para a evolução paisagística que foi submetida ao local, mas também pelos impactos que as transformações antrópicas refletem nos dias atuais. Atualmente grandes avenidas, viadutos e até linhas ferroviárias cruzam o extinto saco de São Diogo, da área central da cidade à zona norte, ou seja, pode-se dizer que foi aterrado uma área de extrema importância para o fluxo hídrico da cidade, que funcionava como um amortecimento das águas que vinham da bacia hidrográfica do mangue, em eventos de grande chuva, que hoje, logicamente, é estudada para diminuir os danos causados pelas enchentes, já que ali encontram-se os pontos de maior alagamento na cidade. Seguindo a lógica dos problemas observados, a vigente pesquisa tem como um de seus objetivos, identificar quais aspectos ambientais sofreram alterações e em que escala essas mudanças são observadas. Para tanto, a metodologia a ser aplicada consistirá na produção de mapas temáticos para a melhor interpretação das mudanças desse espaço e seus reflexos. A partir dessas identificações será possível analisar, de forma incisiva no problema, quais são as possíveis resoluções e quais foram os erros nos projetos urbanísticos, de forma com que sirva de base para que os mesmos erros não sejam cometidos no futuro. Desta forma, a cartografia e o geoprocessamento servirão de base de apoio, pois com a

utilização de registros cartográficos históricos torna-se possível a formulação de novos produtos e uma comparação direta de dois períodos distintos. Ao georreferenciar mapas antigos e sobrepor a atual realidade, muitos dados novos, sobre a área, serão produzidos, como: Área aterrada, porcentagem de alteração de cada paisagem, refuncionalização da cobertura e uso do solo, entre outras inúmeras possibilidades. A partir desses dados produzidos o diagnóstico dos impactos do aterro torna-se muito mais palpável, técnico e aplicável, seguindo a principal ideia do projeto, mostrando toda a evolução de uma paisagem urbana, seus impactos e todos os problemas associados a projetos que não tratam as condicionantes ambientais com a devida importância. De início será realizada uma revisão bibliográfica, tanto para compreender a dinâmica natural das variáveis quanto para compreender as ideias dos projetos urbanos realizados na cidade do Rio de Janeiro. Já o segundo momento contará com uma parte mais técnica, um levantamento de dados ambientais e cartográficos. Após esse levantamento ocorrerá uma análise minuciosa de cada um em diferentes períodos de tempo, buscando uma relação direta ou indireta entre as mudanças ambientais e os projetos urbanísticos. Por último, assim que for obtido o resultado das análises, sejam eles positivos ou não, será criado um diagnóstico sobre os impactos sofridos pelo saco de São Diogo, causados diretamente pela evolução urbana da cidade.

Bibliografia:

AZEVEDO, Andre Nunes. A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2016.

Irradiando a agroecologia: o Polo Sindical da Borborema (PB) e a geografia das inovações socioterritoriais

Rafael Sousa Rodrigues

A minha pesquisa de doutorado, sob o título provisório Irradiando a agroecologia: o Polo Sindical da Borborema (PB) e a geografia das inovações socioterritoriais, terá como objeto de pesquisa o estudo da trajetória de espacialização das experiências de agroecologia na região da Borborema, Paraíba, através da atuação do Polo Sindical da Borborema, especialmente a partir do início da década de 1990.

Localizada numa área de transição ecológica entre a zona da mata e o sertão, para Silveira et al (2010) a Borborema foi uma região “tardamente” colonizada. Os autores afirmam que, posicionada entre o litoral, marcado pela monocultura açucareira, e o sertão, onde predominou a pecuária extensiva, a Borborema região teve seu primeiro ciclo colonizador resultante da liberação da mão-de-obra da atividade açucareira em meados do século XVIII. Estando fora da zona de interesse econômico colonial, foi neste período que começaram a se desenvolver pequenos sítios responsáveis por prover produtos destinados ao consumo alimentar destes dois sistemas produtivos de seu entorno. Situando-se como um enclave úmido numa região semiárida, a região da Borborema atraiu um forte interesse da agricultura comercial a partir dos anos 1950, com o boom do algodão e também com a modernização da produção de cana-de-açúcar incentivado com o Pró-álcool, este último na década de 1970.

O Polo Sindical da Borborema se organiza em 1998, mas é fruto de uma longa trajetória organizativa dos pequenos produtores e trabalhadores rurais estabelecidos na região da Borborema. Na pesquisa, buscarei compreender este processo de organização sindical na área de estudo tendo como marco temporal a década de 1950 e, sobretudo, a formação do movimento social que ficou conhecido como Ligas Camponesas. Em minha pesquisa, e para o entendimento do estudo de caso que proponho, um dos aspectos mais relevantes será a discussão do processo de difusão da agroecologia e que no ganham escala na região da Borborema através da atuação do Polo Sindical da Borborema.

Esta busca por alternativas fomentou a busca por novas parcerias, levando o Polo Sindical da Borborema a se articular com outros atores, como as entidades ONGs atuantes na região e que pudessem ajudar a construir as possibilidades de construção de experiências que apontassem para novas formas de produção agrícola na região. É justamente neste processo de que ocorre o encontro entre o Polo Sindical da Borborema e a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Através da interlocução da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Polo Sindical faz contatos com a AS-PTA para iniciar um processo de experimentação em torno da agroecologia, e o primeiro projeto conjunto entre ambos os atores ocorre em 1993, iniciando assim a “tentativa de construir um outro modelo desenvolvimento” (DELGADO, 2010, p. 44) para a região da Borborema. A questão de pesquisa que me interessa tem como recorte temporal este “encontro” (LONG e PLOEG, 2011) do

movimento sindical da Borborema com o movimento agroecológico a partir de 1993 e que segue até dos dias de hoje.

O objetivo geral de minha pesquisa é o de compreender a espacialização das experiências de agroecologia na região da Borborema, Paraíba, através da atuação do Polo Sindical da Borborema, especialmente a partir do início da década de 1990. Enquanto objetivos específicos, buscaremos: i) descrever a atuação dos atores sociais envolvidos nesta transição à agroecologia, sobretudo o Polo Sindical e a AS-PTA; ii) entender a forma como estes atores sociais mobilizam seus diversos capitais e estoques de conhecimento a fim de propor e sustentar este processo de transição à agroecologia na região da Borborema; iii) elencar as ações públicas que este processo desencadeou, elencando as principais políticas públicas porventura desenvolvidas a partir do processo de transição em estudo e iv) analisar a importância das inovações socioterritoriais na espacialização da agroecologia no Território da Borborema.

Bibliografia:

SILVEIRA, L. M.; FREIRE, A. G.; DINIZ, P. C. O. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. *Revista Agriculturas*, v. 7, n. 1, 2010.

REIS, José. *Uma epistemologia do território*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2005.

FERRÃO, J. *O Ordenamento do Território como Política Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

DELGADO, N.G. Sociedade civil, Estado e Protagonismo Institucional no Desenvolvimento Territorial: Avanços e Obstáculos no Caso do Território Rural da Borborema/PB. *Raízes*, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 41-51, jan./2009 a jun./2010.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Dagnino, E. (orga.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.

Licenciamento ambiental e a escala do lugar: análise do Programa de Educação Ambiental da bacia de Santos (PEA-RIO) e seu impacto nas comunidades de pescadores da Baía de Sepetiba

Rhanna Cristina das Chagas Leoncio
Catia Antonia da Silva

No campo de debate do licenciamento ambiental federal dos grandes empreendimentos, o Estado e o empresariado têm elaborado discurso de benefícios e avanços associado à implementação do desenvolvimento industrial. Com base em legislações e parâmetros busca-se a continuidade da ordem estabelecida. Entretanto, observa-se, de fato, que uma pequena parcela da população se beneficia, enquanto à muitos são relegados os ônus de todo o processo, sobretudo as comunidades que estão nas áreas de influência e de impacto das plantas fabris e da logística portuária.

Identifica-se, então, a incompatibilidade entre, de um lado, o modo de produção capitalista e o modo de vida moderno correspondente, e de outro, a capacidade de recomposição da natureza e a atenção às questões sociais, o que leva à um quadro de insustentabilidade em que conflitos socioambientais, desapropriações, uma precária ou inexistente participação social em decisões acerca de políticas públicas, poluição desenfreada desequilibrando ambientes, entre outros aspectos, se fazem presente. É um modelo de desenvolvimento econômico que, segundo Harvey (2011), privatiza os lucros e socializa os riscos.

Acrescenta-se à isto a questão da naturalização do processo de subordinação da lógica socioambiental à lógica econômica de forma em que os mais vulneráveis nesta relação se vêm obrigados a conviver cotidiana e intensamente com os impactos gerados pelas atividades econômicas, em que se destacam as atividades industriais - e em muitos casos antes mesmo que estas sejam implementadas no território, com a desatenção pública em relação às suas condições de vida e outros identificáveis exemplos desta subordinação.

Nesse contexto, surge a necessidade de compreender pescadores artesanais e outros grupos sociais minoritários como capazes de compreender e analisar a realidade em que estão inseridos e, portanto, de elaborar um projeto de sociedade futura, e de observar também a postura hegemônica dos sujeitos do conhecimento (técnicos e gestores) que acabam por propagar a burocratização e os discursos vazios de práxis cotidiana.

O presente trabalho se propõe analisar o objetivo e o desenvolvimento da política socioambiental do IBAMA e da PETROBRAS, com ênfase no estudo das atividades do Programa de Educação Ambiental direcionado à parcela do território fluminense que é englobado pela bacia de Santos, o PEA-RIO, desenvolvido junto às comunidades tradicionais dos pescadores da Baía de Sepetiba – RJ que foi iniciado em 2014 e ainda está em curso. Utilizando três principais metodologias, trabalhos de campo, levantamento bibliográfico e análise de dados, são feitos apontamentos identificando

como se desdobrou econômica, social e ambientalmente este processo em um contexto de enfraquecimento e do, ainda em curso, desmonte do instrumento legal que é o licenciamento ambiental federal definido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Além disso, é destacado o papel desempenhado por cada ator envolvido – Estado, sociedade e empresariado – e as possibilidades futuras de reversão do quadro verificado.

Bibliografia:

HARVEY, D. O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. 240p

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002

SANTOS, M. O retorno do território. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

CARROLL, A. B. Archie three-dimensional conceptual model of corporate performance. Academy of management review, p. 497-505, 1979. Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)

DIEGUES, A. C. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Ática, 1983.

Lugar e poder na cadeia produtiva da soja no Brasil - Mato Grosso

Luciano Bomfim do Nascimento

O presente estudo analisa, numa perspectiva mais ampla, a (re) produção dos espaços do agronegócio inseridos nas práticas espaciais da cadeia global da soja. Já numa perspectiva strictus sensus, o artigo aborda o lugar como estratégia e recurso acionado pelos atores do agronegócio. O objetivo central é analisar de que modo o lugar é usado como recurso de poder pelas grandes corporações da soja, Bunge, Cargil, ADM e Amaggi, no estado do Mato Grosso, na medida em que, por meio de suas atividades produtivas, fazem uso de vários lugares pensados estrategicamente.

A localização dessas atividades não é aleatória, na medida em que a seleção dos lugares é estrategicamente elaborada em função dos atributos locais de cada lugar. São esses atributos que vão condicionar a valorização do lugar – posição geográfica. Nesse sentido, o uso de cada lugar como recurso é o uso dos atributos que o lugar apresenta. Tais lugares, quando estrategicamente apropriados e usados pelas multinacionais - que operam em rede pelo globo - se tornam recursos econômicos, cuja valorização do seu conteúdo é determinada pela atual fase de desenvolvimento capitalista do espaço sob a égide da divisão territorial do trabalho.

As corporações estão presentes no estado por meio da territorialização, nos lugares, de suas atividades produtivas. Por ser a soja uma commodity cuja cadeia produtiva se encontra dispersa em diversos pontos pelo globo, algumas atividades são chaves no controle e comando da produção, ainda mais quando desenvolvidas num estado que possui a posição geográfica e as características produtivas do Mato Grosso. Essas atividades referem-se ao sistema de armazenamento, às indústrias de esmagamento da soja, os escritórios exportadores e os canais de escoamento (portos, rodovias e ferrovias) do grão. Devido ao papel-chave mencionado, essas atividades foram às escolhidas para análise da pesquisa.

Por serem tais atividades estrategicamente implantadas, o conjunto da distribuição dos municípios onde as empresas estão localizadas forma um padrão de distribuição urbana comandada por tais atributos locais. Sendo assim, a nossa questão central não poderia caminhar em outra direção: quais estratégias e recursos cada lugar apresenta quando usado como recurso de poder econômico, assim como, a (re) produção espacial resultante.

Quanto à metodologia do trabalho, a pesquisa foi desenvolvida através de trabalho de campo em cidades selecionadas no estado do Mato Grosso; assim como consultas a bibliotecas, revistas eletrônicas e sites oficiais do governo a fim de: identificar em quais municípios os armazéns, os escritórios exportadores e as indústrias de esmagamento das empresas Bunge, Cargil, ADM e Amaggi estão localizados no estado; mensurar a capacidade de armazenamento por município dessas empresas; localizar os portos, rodovias e ferrovias em que a soja é escoada (mercado interno e

externo) por cada empresa a partir da distribuição do sistema de armazenamento e das indústrias.

Esses passos metodológicos nos fez compreender o porquê da localização dessas empresas em cada município. A resposta do por que da localização revelou os recursos e estratégias de cada lugar, indicando a sua função dentro da divisão territorial do trabalho cujo lugar é fruto e condição de sua especialização produtiva.

Bibliografia:

FREDERICO, S. Os novos tempos do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2009 Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

HARVEY, D. The geopolitics of capitalism in Social Relations and Spatial Structures. Macmillan, London, 1985.

MOREIRA, R. Geografia e práxis. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, R. Pensar e ser em Geografia: ensaios de História, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

SOLOGUREN, L. J. Integração vertical, grupos estratégicos e competitividade: caso do sistema agroindustrial da soja. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

Mineração e a expropriação da agricultura familiar na Serra do Brigadeiro (MG)

Pablo Pereira da Silva
Gustavo Soares Iorio

A Serra do Brigadeiro está localizada na porção norte da mesoregião da Zona da Mata de Minas Gerais, abrigando os municípios de Araponga, Divino, Ervália, Muriaé, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Sericita. A formação territorial da região, visto em termos gerais, remonta às populações originárias indígenas, notadamente os Puris, Coroados, Coropós e Botocudos. No decorrer do século XVIII esta parcela do território colonial foi penetrada pelo movimento das bandeiras, movidos pelo aprisionamento da população indígena para servir às fazendas de café na Capitania do Rio de Janeiro, e também pela busca de metais preciosos. Paulatinamente deu-se uma colonização agrícola que no século XIX será predominantemente baseada na cultura do café e pecuária extensiva. Ambas culturas proporcionaram uma intensa perda de vegetação nativa, fato agravado na década de 1950, quando a mata passou a alimentar a siderurgia impulsionada pela Belgo-Mineira. A partir da década de 1980 a agricultura familiar, influenciados pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), organizam-se em torno de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), estabelecendo parcerias como o movimento agroecológico promovido à partir da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). Nesta mesma década é elaborado um documento sugerindo a criação do Parque da Serra do Brigadeiro como estratégia de preservação. Tal proposição toma corpo em 1988 na forma de um projeto de lei do executivo estadual. Vindo a consolidar em 1996, pelo decreto 38.319, a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). Converte também com o fortalecimento do movimento de agroecologia na Serra do Brigadeiro o processo de efetivação do Território da Serra do Brigadeiro (TSB), na década de 2000, durante os governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT), homologado em 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que fez parte do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Paralelamente, a intensificação das pesquisas no setor minerário - a partir da década de 1980 - levam a descoberta - na década de 2000 - de importantes jazidas de bauxita na região, que então disposta como a segunda maior reserva de Bauxita do Brasil (MAGNANO, 2017), o que tem atraído o interesse de grandes Redes Globais de Produção (MILANEZ; SANTOS, 2013). Diante deste contexto, o presente estudo busca investigar o conflito estabelecido entre a mineração e a agricultura familiar no Território da Serra do Brigadeiro (TSB), evidenciando especialmente as territorialidades confrontantes. De um lado o TSB é marcadamente ordenado pela dinâmica da agricultura familiar, compreendendo ainda hoje 82% dos estabelecimentos do território. De outro, se constitui como área de potencial ajuste espacial para o capital ao figurar para o setor minerário. O quadro histórico da dinâmica territorial constituída à partir da perspectiva dos agricultores e agricultoras familiares tem-se estruturado, nos últimos 30 anos, na busca de alternativas e enfrentamento aos

modelos convencionais de produção, referenciando-se nos modelos agroecológicos. Já sob a perspectiva do setor minerário o território é representado exclusivamente como campo para investimento de capitais, ameaçando a reprodução social desse(a)s agricultore(a)s através de um processo de expropriação massivo, intensificado sob o contexto de regulação flexibilizada propagado pela doutrina neoliberal. Portanto o foco primordial de investigação é o da mineração como expressão do caráter expropriador do capitalismo em escala mundial, agravada sobretudo no contexto de países subalternizados. Para tal análise lança-se mão da formulação marxista sobre a acumulação primitiva, como também da interlocução de David Harvey (2004) e Virginia Fontes (2010) em suas respectivas releituras do conceito na contemporaneidade. Conjuntamente objetiva-se compreender a territorialidade da agricultura familiar, particularmente a que se constitui sob os princípios agroecológicos. Para tal propósito serão analisados dados secundários como o censo de 2010 e o censo agropecuário de 2007. Além disso, a cartografia social (ACSELRAD, 2008) será utilizada como principal ferramenta metodológica, eleita para este fim pela potência expressiva que representa, capaz de articular a materialidade e o simbólico, e assim se configurar como legítima prática sócio-política-cultural de poder sobre o território, possibilitando a emancipação dos sujeitos da comunidade em relação ao discurso cartográfico oficial.

Bibliografia:

ACSELRAD, H. (org.) Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

FONTES, V. O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e história. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

HARVEY, D. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004

MARX, K. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção de capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILANEZ, B.; SANTOS, R.S.P. dos. A rede global de produção (RPG) do minério de ferro: empresas, Estados e agentes de contestação. Salvador (BA), XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013.

Monitoramento ambiental comunitário e gestão participativa: uma experiência da reserva extrativista de Cassurubá, Bahia

Ondina Souza Duarte
Marcelo Lopes
Alan dos Santos Machado

O objetivo deste trabalho é analisar em que medida o monitoramento ambiental comunitário contribui para efetivação da gestão participativa e da conservação no território da Resex Cassurubá, município de Caravelas, extremo sul da Bahia. Esta pesquisa qualitativa está em andamento e foi iniciada em abril de 2018 com previsão de encerramento, maio de 2019. Tendo em vista a natureza de uma observação com descrição densa por um longo tempo no campo, pressupõe a interação do pesquisador com o grupo pesquisado. Está sendo realizado um reconhecimento da área de estudo e um mapeamento das principais organizações e atores sociais que atuam no território. Assim, a metodologia dessa pesquisa compreende alguns momentos da investigação, os quais já estão em curso: a) a descrição densa através da participação dos pesquisadores tanto nas reuniões periódicas da Associação Mãe, e da Colônia de Pesca, quanto nas reuniões do Conselho Deliberativo; b) a realização de entrevistas semi-estruturadas com as lideranças, a Prefeitura e os representantes de empreendimentos atuantes no território da resex; e por fim c) a descrição e análise a partir da observação das ações do Monitoramento Ambiental Comunitário. Nesse sentido, as reservas extrativistas são definidas por ser unidades de conservação cuja função principal é conservar a biodiversidade e as populações que habitam o seu território. O Sistema Nacional de Unidade Conservação (SNUC), no artigo 5º afirma que se deve “assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” e o decreto 4.340/002 que regulamenta as reservas extrativistas prevê a garantia da gestão participativa nestas áreas. O programa de monitoramento comunitário é uma ação realizada pela Associação Mãe dos Moradores da Reserva Extrativista de Cassurubá (AMAR) em parceria com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, (CMBio). Esta ação é feita pelas próprias comunidades pesqueiras de Caravelas, Barra, Ponta de Areia e Nova Viçosa. O objetivo do programa é monitorar as ações de empreendimentos que causam impactos ambientais nas áreas dentro dos limites da Resex e no seu entorno. Além de conscientizar e sensibilizar os extrativistas referente a Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nº04 de outubro de 2004 que proíbe a pesca do camarão; a portaria nº49 do IBAMA de 13 de maio de 1992 do robalo; e do caranguejo uçá, IN MAPA nº6, 16 de janeiro 1992. Um dos princípios do Monitoramento Ambiental Comunitário (MAC) é sensibilizar os extrativistas para que eles possam tomar consciência da sua responsabilidade em proteger o seu território de reprodução da vida. Torna-se sujeito desse processo implica em avanço para organização social da resex na tomada de decisão e gestão do território efetivamente participativa. O território aqui é entendido para além de um espaço físico delimitado, possui contradições, relações de poder e pertencimento. Neste sentido falar de território pesqueiro é falar, sobretudo, a partir do olhar do pescador artesanal onde a

relação com a natureza é prioridade e a dependência social e econômica dos seus recursos são utilizados de forma tradicional e ancestral. O Monitoramento Ambiental Comunitário (MAC) é uma iniciativa que coloca o pescador e a marisqueira como protagonista e surge a partir de reuniões participativas para elaboração do plano de ação do Conselho Deliberativo da Resex Cassurubá (CDREC) enquanto demanda das próprias comunidades, ou seja, parti dos comunitários a inserção deles nas ações de vigilância e proteção do seu território, pois as ações de fiscalização dos órgãos ambientais não são eficientes devido ao desconhecimento das áreas e pelo vasto território da Resex Cassurubá, aproximadamente 100.000 hectares. Foram feitas diversas reuniões participativas para pensar num planejamento mais adequado para que os comunitários pudessem realizar ações de proteção do seu ambiente de vida e trabalho, através do monitoramento ambiental. Devido ao enorme conhecimento tradicional dos pescadores e marisqueiras foram criadas estratégias para efetivar a proteção ambiental no território da Resex. Para tanto era necessário superar a fiscalização institucional que tinha hora marcada de chegada e saída, o que permitia uma maior facilidade aos que realizavam a pesca ilegal, além da abordagem truculenta sob o risco de retenção da embarcação em qualquer flagrante e poder de polícia. O Monitoramento Ambiental Comunitário se propõe a uma estratégia diferenciada já que são os próprios pescadores e marisqueiras estão na frente do processo e a partir da sua experiência tradicional foram pensadas atividades educativas de sensibilização para atentar ao cuidado com a natureza, ou seja, cuidar do ambiente costeiro que abriga o território e o modo de vida tradicional dos pescadores, marisqueiras e pequenos agricultores, num total de aproximadamente 1600 famílias.

Bibliografia:

DIEGUES, S.C.A. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 3ª Edição HUCITEC. São Paulo, 2001

NICOLAU, S.O. As margens da Resex Cassurubá no Banco dos Abrolhos: Construções indetentárias, práticas culturais e processos de territorialização. 2014. Programa de Pós- Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SPOSITO, S.E; SAQUET, A. M. Et al. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª edição São Paulo: Expressão Popular; UNESP. Programa de Pós- Graduação em Geografia, 2008

O agronegócio brasileiro em busca de sustentabilidade: uma avaliação do Plano ABC

Thais Freitas Rosa

No quadro global onde as mudanças climáticas se configuraram como um novo tema da regulação ambiental, a agropecuária assume um desafio diferenciado dos demais setores da economia devido à sua participação na geração de GEE e à sua vulnerabilidade frente às mudanças do clima. Assim, ao incorporar o tema das mudanças climáticas como novo objetivo de sua agenda ambiental, chama atenção um outro enfoque atrelado à atividade: o seu potencial em atenuar os efeitos das emissões (mitigação). Desta forma, no lugar dos possíveis constrangimentos direcionados à atividade, observamos a crescente mobilização de seus atores, públicos e privados, afim de amenizar e elaborar os meios para a realização de políticas, normas e demais medidas ambientais atreladas à redução de GEE. Em outras palavras, tornam-se mais numerosos e visíveis os cenários de jogo político, chamados aqui de governança, pelo qual atores estatais e não-estatais determinam os meios e objetivos políticos a fim de alcançar os interesses estabelecidos (BRANNSTROM, 2011).

Neste contexto, o Brasil, realçado por sua participação na geração de GEE na atividade agropecuária, introduziu em sua política ambiental nacional o tema das mudanças climáticas destacando-se por seu posicionamento frente à criação de novos mecanismos de regulação ambiental com vistas à mitigação e adaptação climática. Um retrato disso foi a sua participação durante a 15ª Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas em 2009, em que o país apresentou um conjunto de ações voluntárias para cortar suas emissões de GEE entre 36% e 38% até 2020. Assim, para a redução das emissões na agropecuária, o governo federal publicou em 2010 o Decreto nº 7.390 estabelecendo para a atividade a constituição de um Plano Setorial.

Chamado Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, o Plano ABC possui vigência até 2020 e é um instrumento de adesão voluntária com abrangência nacional. Criado pelo governo federal e seus representantes em parceria com institutos de pesquisa, ONGs e associações privadas, o Plano ABC tem como objetivo central reduzir as emissões de GEE na agropecuária, melhorar a eficiência no uso de recursos naturais e aumentar a resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais por meio de ações que envolvem a adoção de técnicas de produção sustentáveis (BRASIL, 2012). Para cada uma delas foram estabelecidas metas e ações específicas que, segundo o MAPA (BRASIL, 2012), tornam possível alcançar o desenvolvimento sustentável na agropecuária. Para incentivar a adesão ao Plano, é disponibilizada uma linha de crédito específica deste instrumento chamada “Programa ABC”.

Diante disso e do contexto atual de regulação ambiental brasileira onde assistimos a atuação de atores da agropecuária empresarial no desenho de normas e políticas ambientais, vide o exemplo da renegociação da reforma do Novo Código Florestal,

consideramos o Plano ABC como um caso emblemático de pesquisa por permitir analisar a regulação ambiental para a agropecuária na medida em que: a) ilustra a incorporação do tema das mudanças climáticas neste quadro; b) foi criado e é implementado por um grupo composto por atores da esfera pública e privada c) representa um grande instrumento da atual regulação agroambiental do país com vistas à redução de GEE; d) é pioneiro como mecanismo voluntário de boas práticas ambientais remuneradas na agropecuária.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo central examinar em que medida os diferentes atores envolvidos na construção do Plano ABC se apropriam desta política afim de influenciar na sua concepção e assim não modificar o quadro de regulação ao qual ele se insere. Para isso, definimos como métodos de trabalho a identificação e análise de contextos gerais nos quais operam o Plano ABC (revisão bibliográfica), o levantamento e análise de dados quantitativos e qualitativos e a realização da pesquisa de campo no estado de Minas Gerais, onde é verificada a maior adesão ao Plano ABC a nível nacional. Além de trabalharmos com documentos oficiais, vídeos disponíveis online e demais materiais de divulgação do Plano ABC, utilizamos também o método de observação e visitas exploratórias .

Bibliografia:

BRANNSTROM, C. South America's Neoliberal Agricultural frontiers: places of environmental sacrifice or conservation opportunity? *Ambio* Vol. 38, No. 3, May 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Plano setorial de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura: Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, coordenação da Casa Civil da Presidência da República. – Brasília: MAPA/ACS, 2012. BRASIL. 173 p. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/plano-abc>> Acesso em janeiro de 2016.

FOUILLEUX, E. Normes transnationales de développement durable. Formes et contours d'une privatization de la délibération. *Gouvernement et action publique*, Paris, v.1, n.1, 93-119, 2013.

HIGGINS V., POTTER C., DIBDEN J. e COCKLIN C. Neoliberalising rural environments. Editorial / *Journal of Rural Studies*, 2014.

MCCARTHY, J., e PRUDHAM, S. Neoliberal nature and the nature of neoliberalism. *Geoforum* 35, pp. 275–283, 2004.

O desenvolvimento territorial em endógeno e a agricultura familiar em ambientes de montanha

Viviane Cristina Silva Lima
Iranilde de Oliveira Silva

Os ambientes de montanha são ricos em variações edafoclimáticas e possuem alta diversidade ecológica. Por outro lado, a dificuldade de acesso e a suscetibilidade aos processos de erosão são fatores que merecem atenção, principalmente quando há produção agrícola nesses ambientes. Assim, no sentido de mitigar as fragilidades desses sistemas propõe-se a agroecologia como base tecnológica dos agroecossistemas montanhosos. No que concerne a promoção do desenvolvimento territorial endógeno (DTE) recomenda-se que as redes sociotécnicas se articulem a partir da participação e da emancipação dos atores/sujeitos locais. O DTE consolida o território como lugar da (re)produção das territorialidades e das relações de poder, onde o conhecimento local, as relações de reciprocidade e de participação são essenciais na promoção territorial. A partir deste contexto, a pesquisa objetivou avaliar como os aspectos relacionados à agricultura familiar podem ser valorizados na criação dos processos de desenvolvimento territorial endógeno em ambientes montanhosos baseados na agroecologia. A base metodológica utilizada foi a abordagem qualitativa em que a ação de pesquisa proporcionou um relacionamento mais intimista e sistêmico com os sujeitos e os territórios estudados. Em consonância com essa dinâmica optou-se pelo estudo de caso que consiste, segundo Yin (2005, p. 32) “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Foram realizados dois estudos de caso, um na comunidade Fazenda Rio Grande, localizada na região serrana do estado do Rio de Janeiro. E outro no território do Alto Camaquã, localizado na metade sul do Rio Grande do Sul. Inicialmente, realizou-se análise de dados secundários de documentos e revisão de literatura. A pesquisa documental foi desenvolvida a partir de: artigos, projetos e documentos das associações de agricultores e de relatórios desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), concomitantemente, a coleta de dados primários, ocorreu a partir de visitas a unidades locais de produção agrícola e entrevistas com agricultores, membros da equipe de gestão de associações, técnicos da EMATER-Rio e Embrapa. A participação em reuniões técnicas e dias de campo, a aplicação da metodologia para identificar pontos fortes, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA) e; Diário de campo também comporam a metodologia. Alguns aspectos culturais dos agricultores familiares da Fazenda Rio Grande, em Nova Friburgo, foram perdidos ao longo do tempo, como a produção da “broa da planta”, por exemplo, em virtude das novas dinâmicas sociais da região. Mas, por outro lado, a comunidade se organizou para acessar aos circuitos de comercialização institucionais, como o PAA e o PNAE, bem como outras políticas públicas destinadas a agricultura familiar. E, ainda, adotaram manejos conservacionistas para o solo, como a adubação verde e o plantio direto. Em relação à pesquisa realizada no território do Alto Camaquã, a análise dos dados revelou uma agricultura familiar mais próxima dos princípios do campesinato, dado aos modos de (re)produção socioculturais. A

extensão rural dialogizada, realizada principalmente, pela Embrapa Pecuária Sul, buscou (re)significar o manejo dos agroecossistemas, considerando a manutenção do modus operandi e a conservação dos recursos naturais. A proximidade dos aspectos campesinos pode ser atribuído ao isolamento dos agricultores, dadas as grandes distâncias que separam as unidades produtivas das áreas urbanas e, isto, está associado à não adoção de "pacotes tecnológicos", utilizados em uma base industrial de agricultura. As intervenções de pesquisa e extensão rural em ambientes montanhosos devem basear-se nos pressupostos teóricos e metodológicos da agroecologia, Economia Solidária, processos dialógicos e organizacionais que caminham na direção oposta à racionalidade capitalista, que exclui e desqualifica a ação socioterritorial do capital social dos camponeses. Somente assim será possível promover um desenvolvimento territorial endógeno que atenda às características específicas dos agroecossistemas de montanha. Assim, sugere-se que as políticas públicas para a agricultura familiar sejam construídas coletivamente com a participação dos agricultores, assumindo um caráter bottom-up, bem como se promova o incentivo à adoção da Agroecologia como base técnica e metodológica no manejo dos agroecossistemas e no fomento ao resgate da base camponesa de produção, onde a relação homem-natureza extrapola a materialidade produtivista.

Bibliografia:

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

O deslocamento espacial da barragem do Guapiaçu: da “geoengenharia de pequena escala” a territorialização camponesa no vale do Guapiaçu, Cachoeiras de Macacu/RJ

Thiago Wentzel de Melo Vieira

A retomada da proposta da construção de uma barragem no Rio Guapiaçu pelo governo do Rio de Janeiro no ano de 2013, está imbricada na atual reestruturação da cadeia de petróleo e gás, que tem seu marco na instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro na Área Metropolitana do Rio de Janeiro (AMRJ). Em consequência do empreendimento, do adensamento urbano-industrial, das novas oportunidades de negócios e vagas de emprego, acrescidos do atual e recorrente anúncio do déficit hídrico no sistema de abastecimento que atende o leste metropolitano, o estado do Rio de Janeiro recuperou o antigo projeto de construção de uma barragem no Vale do Guapiaçu, município de Cachoeiras de Macacu.

Entretanto, diferentemente do eixo proposto para o barramento nos documentos técnicos que previam a construção da barragem desde a década de 1980, ocorreu no ano de 2010, a realização do estudo denominado “projeto Macacu”, onde foi apresentado um novo eixo para barramento no Rio Guapiaçu, o eixo “Guapiaçu à jusante”. Desde então, este eixo compreende o ponto de partida do novo ordenamento hídrico-territorial projetado pelo governo do Rio de Janeiro para o leste metropolitano. Porém, essa ação trouxe à tona profundas implicações socioespaciais, pois o eixo Guapiaçu à jusante acometerá assentamentos oriundos das aguerridas lutas pela reforma agrária entre os anos de 1960-1970, em Cachoeiras de Macacu, com a previsão de que a barragem irá atingir por volta de três mil camponeses (Medeiros, et. al., 2014).

O trabalho propõe uma mirada acerca da barragem enquanto um projeto de “geoengenharia de pequena escala”, em que a técnica é requisitada como o corolário das projeções político-econômicas, para inscrever no Rio Guapiaçu a territorialidade capitalista em curso na reestruturação produtiva da AMRJ, que demanda um novo ordenamento hídrico-territorial, mas, ambivalente, à medida que o “acesso à água” e o “déficit hídrico”, argumentos utilizados como justificativas para a construção da barragem não podem ser compreendidos de maneira dissociada do ciclo hidro-social e das relações de poder que ensejam e buscam controlar a água (Swyngedouw, 2009).

É que entre a aferição técnica e a realidade social há um lapso muita das vezes pernicioso, empregado pela intenção político-econômica que a enseja. Se por um lado, a geoengenharia preconiza que todo material é passível de ser rearranjando. Impõe-se a lógica do “tirar daqui e alocar ali”, promovendo uma dessubstantivação a partir da abstração do número e da matematização do tecido social, que é interpretado à luz do cálculo e da modelagem (Leff, 2001). Por outro lado, como ressalta Souza (2017), o olhar técnico presente em muitos estudos é muita das vezes submisso ou concordante ao status quo e, em regra tendem a ocultar as assimetrias estruturais

que envolvem os diferentes grupos que compõem a sociedade, e por fim, os impactos justificam-se pelo “desenvolvimento”.

Constata-se, portanto, no deslocamento espacial da barragem do Guapiaçu a configuração de uma geografia desigual dos impactos, ou seja, atende a critérios socioespacialmente definidos, que demarca quem está à montante e quem está à jusante das benesses da barragem. É a conformação de uma geografia situada em dois extremos, “do conforto e do drama, dos riscos e dos benefícios” (PORTO-GONÇALVES, 2013. p. 350). Produz-se, assim, o sacrifício de alguns, invariavelmente aqueles coletivos humanos socioeconomicamente mais frágeis, encarados como um obstáculo ao progresso.

Por fim, à medida que o projeto da barragem compreende uma ação de ordenamento hídrico-territorial, respaldada na ação técnica e na “geoengenharia de pequena escala”, por parte do poder público e com amplo apoio dos segmentos industriais, com destaque para a Firjan, é também, uma ação de (des)ordenamento hídrico-territorial de outras lógicas espaciais que incidem sobre o substrato espacial material, especificamente, a água e a terra. Em resumo, a barragem repercutirá numa dupla expropriação, pois da água e da terra, e entendida como uma ação que vai de encontro às práticas espaciais camponesas encarnadas no uso da água e da terra no Vale do Guapiaçu, fundamentais na organização socioespacial deste grupo. Ademais, a proposta de territorialização da barragem do Guapiaçu traz no bojo uma ação que transmuta o sentido que faz da água um referencial de vida para os camponeses, para um referencial de morte porque, em suma, “por baixo d’água lá se vai vida inteira”.

No que toca o caminho metodológico realizado neste trabalho, foi recorrido à pesquisa qualitativa, assentada em entrevistas semi-estruturadas e na observação participante junto aos camponeses do Guapiaçu e contrastado com fontes secundárias, isto é, os documentos técnicos acerca da barragem. Por fim, ressalto que este trabalho é parte da atual pesquisa de mestrado do autor.

Bibliografia:

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ. Vozes. 2001.

MEDEIROS, L. S. Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro. (Relatório de Pesquisa). Dez anos de luta pela terra: 1969-1979. São Paulo: CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ, 1983. 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 2013.

SOUZA, M. L. Estudando conflitos e impactos (sócio)ambientais: Sugestões desassombradas para espíritos valentes. Petrópolis: mimeo. 2017.

SWYNGEDOUW, E. “The Political Economy and Political Ecology of the Hydro-Social”. Journal of Contemporary Water Research & Education, issue 142, august 2009, pp. 56-60.

Ordenamento territorial e meio ambiente: UHE Belo Monte e sua pretensa sustentabilidade

Michelle Sena da Silva

A agenda normativa dos municípios brasileiros cada vez mais insere em suas discussões a problemática ambiental como possibilidade de se repensar as práticas espaciais que ao longo do tempo trouxe impactos negativos para o seu território local. Neste contexto, ao levarmos em consideração as transformações ocorridas no município de Altamira, a partir da implementação da UHE Belo Monte, percebemos como se deram as materializações das propostas de desenvolvimento que negam a importância devida aos aspectos socioambientais. Desta forma, como alternativa é criada a possibilidade de gerir o território a partir dos preceitos da sustentabilidade e assim promover uma dinamização na produção espacial respeitando as relações socioambientais. Pretende-se problematizar sobre a prática do ordenamento territorial efetivada pelas diferentes esferas do poder público destacando e as respectivas preocupações com o ambiente, cuja materialização está presente em suas políticas territoriais de forma identificar os vários territórios de latente preocupação ambiental e assim poder identificar o uso múltiplo do território. Concernente a isto se faz necessário à construção de diretrizes de desenvolvimento que leve a sério à concepção de sustentabilidade de forma que seja construída a partir das demandas da coletividade e não somente de grupos hegemônicos, e desta forma, buscar minimizar os impactos negativos. Baseando as práticas no respeito à valorização do lugar, dos elementos culturais e do modo de vida, a partir do espaço geográfico socialmente construído. A problematização deste trabalho requer que se realize um diálogo teórico-metodológico sobre as concepções de gestão e ordenamento territorial, para se entender como os rearranjos institucionais serão materializados a partir da inserção da lógica ambiental na implementação de políticas desenvolvimentistas que determinam a configuração territorial de um dado espaço. A efetivação desse diálogo estará baseada nos trabalhos de teóricos como ALBAGLI (1999), BECKER (1988; 1998), RAFFESTIN (1993), RATZEL apud MORAES (1990), entre outros, para se constituir a sustentação das discussões sobre ordenamento territorial, gestão e planejamento ambiental e sustentabilidade. O caráter teórico-metodológico desta problemática preconiza averiguar o enfoque atribuído ao município como a escala principal de promoção do desenvolvimento enfatizando a inserção da questão ambiental na agenda das políticas públicas. Esses pressupostos tornam-se fundamentais para o entendimento da dimensão política do espaço ao demonstrar características próprias para a ordenação e regulação do território. Torna-se recomendável que toda e qualquer política desenvolvimentista tenha como preceitos básicos os princípios da sustentabilidade que são: a eficácia na utilização e na apropriação dos territórios e recursos naturais, a potencialização dos anseios socioambientais locais como parâmetro para a materialização do desenvolvimento e a descentralização política como princípio de transparência na tomada de decisões. Mesmo com o incremento tecnológico e com o avanço nas determinações legais de conservação e preservação ambiental, assim como a maior participação da sociedade

nas decisões em prol do desenvolvimento, não se observa que a decisão para a instalação das hidrelétricas na Amazônia considere de forma eficaz a superação dos problemas políticos, econômicos e sociais nas regiões em que as mesmas serão implantadas. Torna-se claro que a compreensão das nuances deste processo requer que seja realizada uma análise espacial que contemple a inserção regional de um objeto espacial, a UHE Belo Monte, numa região de baixa luminosidade técnica e econômica como a Região de Integração Xingu. Desta forma, torna-se inegável a compreensão desta problemática a partir da afirmativa de que a preponderância da lógica econômica, pela necessidade de geração de energia como subsídio para o desenvolvimento nacional, subjuga as necessidades específicas dos grupos sociais locais (indígenas, ribeirinhos e colonos), utilizando para este intento toda a base normativa e ideológica do Estado, ocasionando desta forma uma reconfiguração espacial da região. Ao confrontar as realidades vivenciadas entre os diversos processos de instalação de hidrelétricas na Amazônia e as repercussões territoriais desencadeadas pela UHE Belo Monte verificamos que apesar dos esforços empreendidos para minimizar impactos e superar os problemas socioambientais acarretados o desafio espacial ainda se apresenta, qual seja: compatibilizar a viabilidade econômica, ambiental e social através de uma real inserção regional do empreendimento, e é nesta discussão que nos assentamos.

Bibliografia:

- ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, (Orgs.). Brasília: IBICT/MCT, 1999.
- BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: Ed. Ática, 1998. 6ª edição.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- FRANCO, R. M. Principais problemas ambientais municipais e perspectivas de solução. In: PHILLIPI JR., A. MAGLIO, I. e COIMBRA, Y. Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da Gestão Ambiental no Brasil. São Paulo: ANAMMA, 1999.
- MILARÉ, E. Instrumentos legais e econômicos aplicáveis aos municípios: Sistema Municipal do Meio Ambiente – SISMUNA/SISNAMA. In: PHILLIPI JR., A. MAGLIO, I. e COIMBRA, Y. Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da Gestão Ambiental no Brasil. São Paulo: ANAMMA, 1999.

Os pagamentos por serviços ambientais enquanto política pública: o caso do ICMS Ecológico no Estado do Rio de Janeiro

Patricia Moreira Mendonça e Silva

Os recursos naturais encontram-se desigualmente distribuídos no território e constituem a base material para a produção concreta de condições gerais de produção de diferentes sociedades, que deles se apropriam para garantir sua reprodução (LIMONAD, 2016). Tais recursos são bens comuns oriundos dos processos da natureza, dos ecossistemas, que têm a capacidade de prover condições que satisfaçam as necessidades humanas, direta ou indiretamente, contribuindo assim para o bem-estar social e garantindo, por fim, a sobrevivência das espécies no planeta.

Neste sentido, o ICMS Ecológico (ICMS E) apresenta-se como uma política pública que busca compensar territórios municipais a partir de um mecanismo de redistribuição financeira, do Estado (pagador) para os municípios (recebedor) que adotam e comprovam determinadas práticas ambientais. O mecanismo busca essencialmente compensar os municípios que tem grandes parcelas de seu território voltadas ao contexto da gestão pública ambiental municipal por vocação natural. Desta forma, o repasse financeiro se configura enquanto um pagamento por serviços ambientais (psa). Cabe destaque ao conceito de serviços ambientais, que segundo Unmüßig (2014) são produtos ou serviços oriundos dos fluxos ecológicos passíveis de pagamentos monetários. Essa ideia representa um conjunto ideológico, que tem alicerce na economia ambiental e advoga pelas práticas de medição, de valoração monetária e monetização da natureza. Apregoam que os mercados podem atingir um nível de proteção ambiental que a política não conseguirá. Com isso, o presente artigo busca desvelar o ICMS E, que atua como uma política pública de psa e identificar elementos e processos que fundamentem uma análise crítica da sua contribuição na gestão nos territórios municipais. Para tanto, foram realizadas análises de documentos oficiais relativos ao ICMS E, disponíveis na imprensa Oficial. A pesquisa encontra-se em curso, entretanto apresentaremos a ideia contida na discussão e, por hora, não serão apresentados resultados.

O ICMS E expressa os princípios da precaução e do protetor-recebedor; e guarda similaridades com o neófito modelo de pagamento por serviços ambientais, que está sendo implementado no país pela Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (Projeto de Lei Federal Nº 312/2015). O ICMS E teve origem na regulamentação do ICMS (Imposto sob circulação de mercadorias, prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação) através da Lei Complementar Nº 87/1996, denominada "Lei Kandir". Na atualidade, opera em 15 Estados brasileiros a partir de critérios técnicos-ambientais pré-estabelecidos por cada Estado. Os índices são contabilizados a partir dos critérios técnicos e ao final do procedimento cada município tem seu índice final de conservação ambiental (IFCA ou equivalente) calculado e publicado em Diário Oficial. Baseado neste indicador são repartidos os recursos.

Enquanto critério técnico, o mecanismo atesta a natureza e os recursos naturais em sua materialidade, enquanto estruturas espaciais e funcionais nos municípios. Para tanto, classifica objetos geográficos quanti-qualitativamente nos territórios, segundo sua existência, características físicas, práticas de gestão municipal... conforme a norma de cada Estado. Ressalta a heterogeneidade dentre os territórios municipais, estabelecendo uma hierarquia de áreas sob o aspecto das prestadoras de serviços ambientais, apontando áreas de concentração espacial de determinados serviços ambientais e, quiçá, fortalecendo e aprofundando diferenças sócio-espaciais relativas aos temas tratados pelo critério-técnico do mecanismo sob análise.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), os parâmetros técnicos para o cálculo do IFCA foram estabelecidos pela Lei Estadual 5.100/2007 e Decreto Estadual nº 41.844/2009. São eles: a existência e efetiva implantação de áreas protegidas; a qualidade ambiental dos recursos hídricos; a disposição final e adequada dos resíduos sólidos que estão espacializados nos territórios municipais, inscrevendo-se sob as formas geográficas de bacias hidrográficas, áreas verdes protegidas, aterros sanitários e os fluxos e práticas que envolvem seu funcionamento. Voltando nossa análise aos elementos do espectro natural, estes constituem-se enquanto parte da infraestrutura municipal pois são “áreas de produção de serviços ambientais”, de provisão e de regulação.

Esta perspectiva contribui para novas e emergentes territorializações (polígonos, fluxos, redes) em curso nos territórios municipais do ERJ, a partir de estruturas de gestão conjunta - como a criação de mosaicos de unidades de conservação, comitês de bacias hidrográficas ou consórcios de resíduos sólidos. Podendo também figurar como um discurso hegemônico inscrito por de trás de um modelo que busca valores monetários para a natureza e a inclusão da natureza como um ativo global.

Bibliografia:

DIAZ, S. et al. “Assessing nature’s contributions to people Recognizing culture, and diverse sources of knowledge, can improve assessments”. *Science*, 359, 6373, 270-272. Janeiro, 2018.

DAILY, G. *Nature’s services: societal dependence on natural ecosystem*. Washington: Island, 1997.

FREY, K. (2000). “Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a praticadas análises de políticas públicas no Brasil”. *Planejamento e políticas públicas*, 211-259. Junho, 2000.

GUEDES, F. B.; SEEHUSEN, S. E. (Orgs.). *Pagamentos por serviços ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios (Série Biodiversidade, 42)*. Brasília: MMA, 2011.

ODUM, E. P. *Fundamentos da ecologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1959.

Os ventos do Nordeste movem moinhos: o acolhimento de tecnologias como ação estratégica

Silmara Cosme Cravo
Pedro Henrique Freire Janzantti
Airton Nabarrete

Tomaremos como marco inicial de nosso trabalho o primeiro engenho construído no Brasil, em São Vicente, por volta de 1549. Este, não prosperou como os de Pernambuco e do Recôncavo Baiano. Ao longo da Costa Atlântica, nos pontos constituídos por portos, atracavam caravelas portuguesas carregadas de mudas de cana-de-açúcar oriundas da Índia, gado, ferramentas, utensílios e maquinário para a construção do engenho de açúcar.

Os engenhos multiplicaram-se pelo litoral e existiram até o século XVII, época em que outras economias vieram para substituir o ciclo do açúcar. Nosso objetivo não é mostrar a formação e declínio dos engenhos, mas sim que a Região Nordeste, desde a época do descobrimento do Brasil, foi terra acolhedora de tecnologias, a começar por aquelas instaladas quando da ocasião do aparecimento de engenhos.

Hoje em dia, inúmeras tecnologias vêm sendo sediadas no Nordeste. Um exemplo disso é a presença de importantes parques eólicos. Determinados estados nordestinos oferecem incentivos fiscais para atrair a instalação desses parques no seu interior. A forma como a energia eólica vem sendo explorada hoje remonta à preocupação imposta pela crise do petróleo dos anos 70 junto à crise ambiental, como forma alternativa ao consumo petrolífero.

O objetivo do presente trabalho é investigar chegada de tecnologias ao território nordestino, para isso, teremos como referência a tecnologia produtora de energia eólica. O procedimento desenvolvido nesse trabalho pode ser sintetizado pelos seguintes itens: (i) mapeamento dos principais parques eólicos do nordeste, (ii) apresentação da complexidade da escolha do sítio e a tecnologia envolvida; (iii) discussão das ações atreladas à exploração desse recurso natural. Espera-se a partir daí discutir perspectivas relacionadas ao surgimento e desenvolvimento dessa tecnologia nesse lugar, bem como sua relação com a Geografia Política.

O desenvolvimento das etapas supracitadas nos revelou, primeiramente, que os principais parques eólicos estão localizados na Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará. Daí identificarmos uma região não contígua produtora de energia eólica, em geral, localizada em regiões de convergência de fatores morfoclimáticos. O Nordeste localiza-se em latitude cujo regime de ventos é significativamente condicionado pela circulação em macroescala dos ventos Alíseos, fluxo de ar constante e contínuo, transitando por uma extensa cobertura oceânica, livre de obstáculos. Para o aproveitamento desse potencial natural, é necessária uma tecnologia que aproveite ao máximo o recurso, tenha um custo que valha a pena e tenha alto rendimento.

O equipamento chama-se aerogeradores, eles são considerados turbinas eólicas constituídas normalmente por três pás que giram em torno de eixo horizontal. A rotação da turbina é impulsionada por força de vento que age na direção do rotor horizontal, por este motivo a turbina é equipada com sensor de direção do vento para que possa controlar e posicionar o rotor na direção deste. A potência mecânica disponível no eixo do aerogerador é convertida em energia elétrica por meio de um gerador síncrono ou assíncrono com sistema inversor eletrônico, o qual permite a conversão de energia mesmo que a velocidade do vento, e por consequência a velocidade da turbina eólica seja variável. A velocidade de rotação do rotor da turbina pode ser variável e independente da frequência da rede elétrica.

Embora seja uma fonte de energia que não produza dejetos, seja considerada renovável (e limpa), algumas empresas exploradoras do setor não têm o compromisso de dar solução aos despojos do maquinário eólico. Largadas sobre o solo, sujeitas à degradação contínua, as sucatas eólicas jazem a céu aberto. Para médio e longo prazo, ainda não há previsão de dispositivos normativos que venham a disciplinar isso. A norma central que permitiu o incentivo ao desenvolvimento da energia eólica no Brasil teve seu marco em 2002 por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

Em resumo, conclui-se que houve uma combinação de fatores convergentes que permitiram a aderência desse vetor: a existência de uma agenda ambiental e a necessidade de maior produção energética, a disponibilidade de terra (por consequência, baixo valor do aluguel) e as características morfoclimáticas e o desenvolvimento tecnológico. Em termos de Geografia Política, o uso de novas espécies de energia tem duplo papel: deixar o país mais autônomo nesse quesito e diminuir a vulnerabilidade diante de países fornecedores.

Futuramente, será investigada a gestão desse recurso energético eólico e as consequências do surgimento desse sistema de engenharia de produção dessa energia alternativa para a escala do lugar. Dessa maneira, espera-se discutir a distribuição espacial do consumo dessa energia, bem como a requalificação do lugar a partir de uma ação de Estado estritamente relacionada a sua Soberania Nacional.

Bibliografia:

ARAUJO, Tania Bacelar. Nordeste, Nordestes, que Nordeste? In: AFFONSO, R.B & SILVA, P.L.B (org.). Desigualdades regionais e desenvolvimento (federalismo no Brasil). São Paulo, Fundap/Unesp, 1995, p. 125-156.

MARTINS, Fernando Ramos de; PEREIRA, Enio Bueno. Enhancing information for solar and wind energy technology deployment in Brazil. *Energy Policy*; 39(7):4378-90, 2011.

JONG, Pieter de; SANCHEZ, Antônio Santos; ESQUERRE, Karla; KALID, Ricardo Araújo; TORRES, Ednildo Andrade. Solar and wind energy production in relation to the electricity load curve and hydroelectricity in the Northeast region of Brazil. *Renew Sustain Energy Rev* 2013; 23: 526e35.

PEREIRA JR, Amaro Olimpio; QUEIROZ, Renato P.; SOARES, Jeferson B.; OLIVEIRA, Ricardo G.. Energy in Brazil: Toward sustainable development?. *Energy Policy*, v. 36, n. 1, p. 73-83, 2008.

PETERS, Susanne. Coercive western energy security strategies: 'resource wars' as a new threat to global security. *Geopolitics*, v. 9, n. 1, p. 187-212, 2004.

Para onde estão indo os rios da Amazônia? O Tapajós

Júlio Nonato Silva Nascimento
Luísa Helena Silva de Sousa

Este artigo contextualiza o desenvolvimento territorial do Tapajós e sua dinâmica no mundo contemporâneo, desvelando as transformações ocorridas no espaço urbano e rural da região Oeste do Estado do Pará. O objetivo é apresentar os aspectos geradores de problemas ambientais na bacia hidrográfica do Rio Tapajós, promovidos pelas ações emanadas dos garimpos da agropecuária e atualmente, pela ampliação do corredor exportador de grãos (estradas, portos, complexo hidroelétrico, etc.), que desencadeiam como alternativas para o fortalecimento da economia e do agronegócio do centro-sul. A metodologia aplicada foi pautada no estudo teórico-bibliográfico, pesquisa de campo e análise de conteúdo, com abordagem qualitativa e quantitativa, crítica, reflexiva e sistematizada, aplicando instrumentos como questionários semiestruturados, entrevistas, coletas, amostras e análise química. A partir dos instrumentos estudados e dialogados, verifica-se que este espaço da Amazônia Legal ao longo de sua história política, social, econômica e ambiental, emerge de conceitos que tem suas matrizes no pensamento na proteção do território e no extrativismo dos recursos naturais, sejam eles: vegetais que se sustentam desde a exploração das drogas do sertão, economia gomífera e extração de madeira e mineral que a partir das décadas 70, 80, 90 e 2000, com o ouro, passa a ser o eldorado que permanece no inconsciente de gerações, que revivem velhos mitos do século XVI. Hoje em pleno século XXI, a região contempla essas nuances que ainda permanecem presentes na atualidade, representando índices ainda, significativos, para a economia local. Não obstante, favorecendo e oportunizando a presença do capital externo, porém, as realidades são as mesmas de épocas passadas e desta forma, apresentando um ambiente hostil, porém, com riquezas imensuráveis que se degradam a partir das intervenções impetradas pelo homem, através da política capital. É degradante a manutenção das velhas políticas que a cada momento, sob a égide dessas intervenções, se constituem marcas presentes, apresentando sucessivas políticas públicas excludentes, insustentáveis para o fortalecimento de transformações e equidades regionais.

Bibliografia:

AMORIM, A. T. S. A dominação Norte Americana no Tapajós: a Companhia Ford Industrial do Brasil, 1995.

CELETANO, D.; VERISSIMO, A. O estado da Amazônia: indicadores, o avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso, Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2007.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

MELO-THÉRY, N. A. M. Território e Gestão Ambiental na Amazônia: Terras públicas e os dilemas do Estado, São Paulo: Annablume, 2011.

NASCIMENTO, J. N. S. Amazônia do século XVI, uma abordagem histórica, econômica e social, rumo ao século XXI. In'ALMEIDA, Djalmira de Sá (Org.) Produzindo textos acadêmicos: saneamento básico, saúde, cultura, sociedade e meio ambiente sustentável no Tapajós, ed. CRV, Curitiba – PR, 2015, p : 149 - 155.

VIEIRA, I. C. G. et al. (Org.) Ambiente e sociedade na Amazônia : uma abordagem interdisciplinar, 1. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2014.

Políticas agrárias e o uso sustentável dos recursos naturais: o projeto de assentamento agroextrativista Santa Maria Auxiliadora do "Rio Ipixuna" em Humaitá/AM

José Luis dos Santos Leal
Matheus Pinto de Souza
Gabrielly Branches de Aragão

Este trabalho apresenta um debate acerca das políticas públicas para os Assentamentos Rurais implementadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e de como a implantação destes assentamentos alteram a dinâmica territorial, fazendo surgir novas realidades ao longo dos anos, decorrentes das mudanças nas relações que os assentados têm com o lugar. Sob a justificativa de desenvolver uma melhor distribuição fundiária, maior ocupação e aumentar a renda dos assentados além de reduzir a migração dos camponeses para a cidade, tal política propõe, através da implantação do Programa de Assentamento Agroextrativista (PAE), o uso de áreas de floresta de forma sustentável, aliando preservação ambiental ao desenvolvimento econômico. Desta forma, o presente estudo delimita-se ao recorte temporal que vai do ano de 2009 a 2018, e tem como locus de estudo a comunidade Santa Maria Auxiliadora do "Rio Ipixuna", localizada às margens da Br 230, a 45 km do município de Humaitá, sul do Estado do Amazonas. A metodologia será a luz da pesquisa qualitativa, observação empírica e entrevistas pré-formuladas a fim de evidenciar a ligação que os assentados tem com o território agora ocupado, propõe-se também a coleta e análise documental junto aos órgãos responsáveis. Como resultado preliminar, identifica-se inúmeras transformações sociais, econômicas, espaciais, ocorridas desde a implantação do assentamento. Evidencia-se assim como o Estado, sendo o detentor do dever dar suporte e assistência às comunidades, se posiciona após a consolidação dos assentados. Parte-se da Hipótese, que existe certo descaso por parte das instituições responsáveis pela implementação da PAE o que culmina na (re)estruturação espacial que foge aos reais objetivos propostos pelas Políticas Públicas de Assentamento Rural e conseqüentemente do Programa de Assentamento Agroextrativista que é o de aliar desenvolvimento econômico de forma sustentável. Assim observa-se o surgimento das novas práticas econômicas, sociais, espaciais, induzidas pela falta de acompanhamento técnico das entidades governamentais. Como esta nova dinâmica do território se faz presente na vida dos assentados que agora necessitam adaptar-se às novas realidades que lhes é imposta.

Bibliografia:

MARTINS, José de Souza. O cativo da Terra. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SILVA, Marcio Antônio Both da. KOLING, Paulo José. Terra e Poder: abordagens em história agrária. Porto Alegre: FCM Editora, 2015.

Políticas públicas ambientais y territorialidades en conflicto en las fronteras internas colombianas, 1990-2013

Lina María Hurtado Gómez

O município de Paraty situa-se no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, na região conhecida como Costa Verde. Este município faz divisa com o estado de São Paulo e está localizado entre os três maiores centros urbanos do Brasil: a cidade do Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG. O litoral da Costa Verde é recortado por pequenas baías, enseadas e sacos, havendo grande proximidade entre a Serra do Mar e o oceano, e com inúmeras praias, mangues e restingas. Esta condição proporciona uma paisagem de rara beleza cênica. É também um território de importantes remanescentes de Mata Atlântica e de comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e caiçaras, que vêm (re)existindo aos diversos ciclos econômicos pelos quais passou o município de Paraty desde o século XVI. Mesmo com a decadência de antigas fazendas no final do século XVIII, muitas destas comunidades permaneceram no território. Após a construção da rodovia Rio-Santos (BR-101) na década de 1970, ocorreu um novo ciclo caracterizado pelo turismo, dinamizado pela abertura e asfaltamento da estrada. Como consequência, intensificaram-se novas pressões territoriais sobre as comunidades, principalmente associadas à especulação imobiliária. Ao mesmo tempo, diversas iniciativas de proteção da sócio-biodiversidade vieram com a criação de áreas legalmente protegidas, incluindo as Unidades de Conservação (parques, reservas, áreas de proteção ambiental, etc.).

Neste cobiçado litoral encontramos a Península da Juatinga, uma porção do litoral de Paraty que não foi recortada pela estrada (BR-101), o que permitiu, dentre outros fatores, que certas características singulares permanecessem pouco alteradas, já que o acesso se faz por mar e/ou trilhas/caminhos. O território desta Península tem aproximadamente 10.000 ha, com grande biodiversidade em suas formações de praias, restingas, manguezais, costões, pontas, sacos, enseadas e florestas. Nestas formações convivem diversas comunidades caiçaras intimamente ligadas à biodiversidade local.

A Península da Juatinga tem seu território afetado ambientalmente por duas áreas protegidas, sobrepostas e de esferas diferentes que, pelo menos em teoria, objetivam a conservação da sócio-biodiversidade. Estas áreas protegidas passam por momentos de reordenamento territorial: a recategorização da Reserva Ecológica da Juatinga e revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu. Parte-se da hipótese que existem diferentes territorialidades em disputa sobre esta península e, desta forma, surge a pretensão de tentar entender melhor quais os agentes, os interesses, os embates, as intencionalidades e territorialidades em jogo na disputa por este território que continua vulnerável, dentre outros fatores, pelas pressões imobiliárias oriundas do ciclo do turismo. Assim, o objetivo foi descrever, caracterizar e analisar os processos de reordenamento territorial ambiental em curso que incidem no território da Península da Juatinga. Também identificar os agentes e

descrever as disputas de territorialidades e intencionalidades evidenciadas através destes processos.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, a base metodológica utilizada foi a pesquisa qualitativa descritiva, por meio da vivência direta do pesquisador na realidade do território, já que além da relação de pesquisa, o autor foi um agente do órgão ambiental durante 5 anos. Neste tempo foi possível a realização de diversos trabalhos de campo, assim como participar em diversos espaços/reuniões relacionados aos processos de reordenamento territorial em curso neste território. Os dados são analisados por meio da perspectiva de uma geografia crítica e da ecologia política.

Além das comunidades caiçaras (heterogêneas) que moram neste território, outros agentes que estabelecem relação com este território são: os órgãos ambientais e seus gestores e analistas; a Prefeitura de Paraty e a Câmara de Vereadores; as lideranças que conformam do Fórum de Comunidades Tradicionais – Angra, Paraty e Ubatuba; a Fundação SOS Mata Atlântica; a ONG Verde Cidadania; a Associação Cairuçu e o Condomínio Laranjeiras; diversos “veranistas” e turistas; dentre outros.

São apresentados alguns dos mapas produzidos nestes processos com os respectivos zoneamentos propostos. Ficou evidente uma clara disputa de territorialidades / intencionalidades entre o território tradicional de comunidades caiçaras, o território da conservação / preservação e o território da especulação, com diversos níveis de articulação. As comunidades caiçaras se encontram em vulnerabilidade socioambiental seja pela pressão da especulação imobiliária, do turismo desordenado, da falta de políticas públicas, da falta de espaços permanentes de controle social na gestão, dentre outros. Desta forma, os objetivos que levaram à criação das áreas protegidas neste território (a proteção da sócio-bio-diversidade) continuam se justificando, principalmente por não terem sido efetivados os processos de regularização fundiária.

Bibliografia:

AGNEW, J.; OSLENDER, U. Territorialidades superpuestas, soberanía en disputa: lecciones empíricas desde América Latina. Revista Tabula Rasa, Bogotá, n.13, p.191-213, julio-diciembre 2010. Disponible en: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-13/07Agnew-Oslender.pdf>>. Acceso en: 10 sep. 2015.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: Um debate. Geographia, ano IX n. 17, p. 19-46, 2007. Disponible en: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/213>> Acceso en: 12 jul. 2015

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografando nos varadouros do mundo. Brasil: Ibama, 2003

PORTO-GONÇALVES, C. W.. Geo-graffias, movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Editorial siglo XXI, 2001.

SACK, R. Human territoriality Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

Projeto Ferro Carajás S11D: importância para a Vale e significado para o Brasil

Raphael Villela

Considerado o maior empreendimento da história da mineração, o Projeto Ferro Carajás S11D, inaugurado pela Vale, em dezembro de 2016, possui caráter estratégico para a companhia que desde a sua privatização busca a hegemonia global no setor mineral. Além do complexo minerador, que inclui a mina e uma usina de beneficiamento do minério de ferro, localizado no município de Canaã dos Carajás (PA), o Projeto contempla ainda, a ampliação de 101 km da Estrada de Ferro Carajás (EFC) – estabelecendo a conexão entre o complexo minerador e o terminal ferroviário da Vale localizado no município vizinho, Parauapebas (PA) –, a duplicação da EFC e ampliação do Terminal Marítimo da Ponta da Madeira (TMPM), localizado em São Luís (MA). O investimento realizado pela companhia neste Projeto foi de US\$ 14,4 bilhões – US\$ 6,5 bilhões no complexo minerador e US\$ 7,9 bilhões em logística (VALE, 2016).

Após experimentar um formidável processo de crescimento, particularmente, entre 2000-2011 (superciclo das commodities), a Vale se consolidou como um dos principais players da mineração no mundo. A companhia não apenas manteve a liderança no segmento de minério de ferro, como também, diversificou suas atividades para a extração dos minerais não ferrosos (cobre e o níquel). Além disso, expandiu a sua atuação nos setores de logística, siderurgia, energia, fertilizantes e na extração de carvão mineral. Com a queda da cotação das commodities, a partir de 2012, ao mesmo tempo em que implantava o seu mais audacioso projeto de mineração, a Vale revisou o seu plano de negócios, adotando uma estratégia mais conservadora. Realizou uma série de desinvestimentos em todo o mundo – para se focar na conclusão do Projeto S11D e nos demais empreendimentos que a companhia possui no Sudeste do Pará.

Afinal, por que o Projeto S11D é estratégico para a Vale? A conjuntura atual do setor mineral é de estabilização do preço das commodities minerais e metálicas, num patamar bem abaixo da média observada durante o superciclo das commodities, e que aliado a uma expectativa de crescimento lento da demanda global por estes bens configura, portanto, um cenário de expansão lenta ou moderada do setor. Isso significa que as companhias mais competitivas serão aquelas com capacidade de reduzir seus custos operacionais. Esta é aposta da Vale.

Isso porque, o Projeto S11D além de elevar a sua produção de minério de ferro em mais de 90 milhões de toneladas/ano (o que gera economias de escala), os investimentos em logística contribuirão para reduzir ainda mais os custos operacionais do Sistema Norte, desde a mina até o embarque do minério, reduzindo o custo de cada tonelada produzida. Ademais, como o teor médio de ferro presente no minério (Fe de 67%) extraído na Serra dos Carajás é o maior do mundo, logo, a Vale tem mais uma vantagem frente aos seus principais concorrentes internacionais – as mineradoras que atuam na Austrália, cujas principais reservas, que além de

apresentar teor médio inferior de ferro (Fe), vem se exaurindo, terão elevados os seus custos operacionais nos próximos anos (VALE, 2016).

Para o Brasil, o cenário atual, marcado pela maior crise econômica da sua história recente, confere ao S11D uma perspectiva de incremento das exportações, contribuindo conseqüentemente para o superávit comercial e quiçá para a retomada do crescimento econômico. Significa também, uma oportunidade para que o país se consolide como um dos principais players globais no setor mineral. Porém, tal estratégia é repleta de contradições, logo, questionamentos legítimos podem ser feitos em relação a eficácia deste modo de inserção internacional (subordinado), baseado na exportação de recursos naturais (com pouco ou nenhum beneficiamento), conhecido como na literatura como neoextrativista – como apontado por Milanez e Santos (2015).

O objetivo deste trabalho consiste em analisar o Projeto Ferro Carajás S11D e discutir o seu caráter estratégico para Vale e o seu significado para o Brasil. Lançamos quatro objetivos específicos: (a) descrever como se configura setor mineral a partir da década de 2000 e como o Brasil e a Vale se posicionam internacionalmente; (b) descrever quais foram as principais estratégias e ações da Vale desde a sua privatização; (c) identificar quem são acionistas da Vale e qual é a sua importância para a companhia; (d) analisar o Projeto S11D e discutir a sua importância para a Vale e o seu significado para o Brasil. Cada um dos objetivos propostos se constituirá em seções específicas do trabalho final. Nossa proposta, é aprofundar a análise destes resultados à luz de alguns dos conceitos caros à geografia, como o território e as redes. Os dados estatísticos obtidos serão apresentados em tabelas e gráficos. As principais fontes consultadas foram: (a) os relatórios anuais da Vale divulgados entre 2000-2017; (b) dados do comércio exterior do Brasil divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; (c) United Nations Statistics Division; entre outros.

Bibliografia:

BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: Editora Ática, 1990. In: VIEIRA, I. C. G. (org). As Amazônias de Bertha Becker: ensaios sobre Geografia e Sociedade na região amazônica. Vol. 2, 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 324p.

COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. 10 Anos da Estrada de Ferro Carajás. BELÉM: UFPA, 1997. 356p.

HAESBAERT, R. O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 6ª ed. 2011 [2004]. 396p.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Topsy-turvy neo-developmentalism: an analysis of the current Brazilian model of development. Revista de Estudios Sociales n.35, v. 53. 2015. p. 12-28.

VALE. S11D: novos caminhos para a mineração. Companhia Vale do Rio Doce, Revista Vale, 2016. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/initiatives/innovation/s11d/Documents/s11d-2016/assets/doc/revista-vale-s11d.pdf>>. Acesso em: 13 de mar. de 2018.

Projeto Olhos D'Água - aspectos práticos e desafios no desenvolvimento de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

Luiza Figueiredo Salles
Dione Aline Ribeiro dos Santos

A bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul apresenta uma área de drenagem de aproximadamente 60.000 km² e está localizada na região mais desenvolvida e populosa do Brasil, possuindo grande importância socioeconômica.

As alterações de uso e cobertura de solo na bacia foram substituindo a floresta de Mata Atlântica por áreas de pastagem, agricultura e, posteriormente, por áreas para instalação de parques industriais.

Da necessidade de proteger e conservar as unidades naturais de diversas formas de degradação e uso inadequado, nasceu o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais com foco em recursos hídricos (PSA Hídrico), um instrumento de política ambiental que não possui característica sancionatória, mas que visa premiar comportamentos ambientais positivos, através do pagamento monetário às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas.

Este Programa foi adotado pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), visando à melhoria da qualidade e disponibilidade de água na bacia. Entre as medidas propostas no Programa de Pagamento por Serviços Ambientais está o apoio à Projetos de Conservação e Restauração florestal.

O Projeto Olhos D'Água, executado pela ONG ECOANZOL, foi um dos projetos selecionados para participação no Programa de PSA Hídrico do CEIVAP. As ações de Conservação e Restauração Florestal previstas neste projeto contemplam propriedades rurais localizadas nas sub-bacias do Rio Macabu, da Lagoa de Carapebus e da microbacia do Brejo do Arrozal, contribuintes do Rio Paraíba do Sul, em áreas pertencentes ao município de Carapebus/RJ.

Inicialmente o Projeto "Olhos D'água" visava à conservação florestal de 13,5 ha e à restauração florestal de 29,5 ha, tendo por premissa o desenvolvimento de metodologias para a recuperação de solo e vegetação intensamente degradados por sucessivas décadas de atividade canavieira de perfil quase extrativista, assim como a geração de trabalho e renda na localidade.

O público alvo do Projeto foram os agricultores familiares da região, em especial o Assentamento do INCRA 25 de Março, que correspondem a 20% da área inicialmente prevista para desenvolvimento do Projeto. Segundo a metodologia de trabalho da ECOANZOL, o Projeto "Olhos D'Água" também mobilizou agentes públicos locais, além de outros parceiros por meio de Unidade Gestora do Projeto atuante, como o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PARNA Jurubatiba), o Instituto Federal Fluminense (IFF), a EMATER, o CBH/BPSI, além de pesquisadores, fazem parte da

rede de instituições mobilizadas pela Executora, para colaborarem de forma participativa com o Projeto.

O projeto de PSA Olhos D'Água não se restringe a intervenção no campo, com foco em reflorestamento e conservação, mas também usa o PSA como ferramenta educativa e integradora, proporcionando o entendimento da verdadeira importância da preservação ambiental e produção hídrica, desmistificando a afirmação constante no meio de que o produtor está perdendo terra para conservar.

O arranjo institucional construído nas políticas de projetos de PSA, se organizados com a participação e envolvimento dos atores em torno da problemática ambiental, baseados no diálogo e na interação dos diversos conhecimentos, permite um ambiente que gera uma aprendizagem social. Esta aprendizagem, se fundamentada em princípios e valores ambientais, propicia uma conscientização sobre a importância dos recursos naturais para a vida humana, resultando numa mudança comportamental e cultural frente ao uso destes recursos.

A promoção do uso sustentável dos recursos hídricos, garantindo seu uso múltiplo, representa um grande desafio para a gestão da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Esse trabalho implica em colocar em prática formas de gestão que conciliem o crescimento econômico e populacional da região com a preservação ambiental.

Pelo monitoramento e avaliação do Projeto Olhos D'Água, os primeiros resultados positivos foram as mudanças nas práticas de intervenção dos recursos naturais e o comprometimento com as tomadas de decisões sobre rumos do projeto, criando um empowerment reconhecível dos produtores rurais em relação às novas técnicas sustentáveis propostas pelo Projeto. Este artigo proporciona a oportunidade de avaliar os aspectos práticos e desafios deste tipo de iniciativa.

Bibliografia:

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre o Novo Código Florestal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

CEIVAP. Programa de Pagamento por Serviço Ambiental com Foco em Recursos Hídricos – PSA Hídrico. Rio de Janeiro: AGEVAP. Resende. 2014

COPPETEC. Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Associação Pró- Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul- AGEVAP. Rio de Janeiro: AGEVAP. Resende. Dez. 2007.

ECOANZOL. Desenvolvimento territorial sustentável, ambiente e inovação. In: Conferência Internacional Sul-Americana: Territorialidades e Humanidade. 2016, Belo Horizonte. Anais de resumo. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 1- 3.

FGB, Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza; TNC, The Nature Conservancy do Brasil; MMA, Ministério do Meio Ambiente; GIZ, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH. Guia para a formulação de políticas públicas estaduais e municipais de pagamento por serviços ambientais. 2017. Brasília: MMA. 77p.

Reflexões sobre a geopolítica (neo)extrativista Latino Americana

Elenice Coutinho

O extrativismo mineral e petrolífero tem uma longa história na América Latina e nas últimas décadas tem causado preocupações devido as implicações socioambientais e os custos econômicos e sociais que essa estratégia de desenvolvimento acarreta. A exploração dos bens naturais tem alicerçado a ideia de progresso contínuo e enfrentamento de situações de crise de diversos governos sul-americanos, como no Brasil do Partido dos Trabalhadores, na Argentina do Kichnerismo, na Bolívia dos bolivarianos, na Venezuela, Equador e na Frente Ampla no Uruguai.

A trajetória da exploração dos “recursos naturais” na América Latina e a guinada que o extrativismo toma nas décadas mais recentes tem sido conduzida de maneira a apresentar uma nova roupagem, diferente assim da exploração de quando os países ainda eram colônias.

O objetivo deste artigo é discutir a partir de uma perspectiva político-econômica o fenômeno da intensificação da demanda e da exploração dos “recursos naturais” e sua relação com o “controle” dos territórios. Este fenômeno compõe as estratégias nacionais de desenvolvimento ligadas à forma de gestão de governos “progressistas” de práticas (neo) liberais.

De caráter exploratório os principais procedimentos metodológicos envolveram revisão teórica e conceitual e mapeamentos de informações e da atuação de agentes geopolíticos e geoeconômicos.

Na América Latina, o Estado enquanto indutor dos investimentos orienta a produção de grandes empresas. Além da extração de minerais e de petróleo há as produções monocultoras - celulose, soja, cana-de-açúcar, entre outras - que também recebem investimentos públicos. A produção das empresas destes setores serve, por sua vez, para financiar projetos e orientar políticas públicas. Não coincidentemente, os governos “progressistas”, ainda que com suas diferenças - mas com semelhanças substanciais - tomaram o extrativismo como pilar de um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada.

Neste modelo, o Estado tem um papel ativo, buscando sua legitimação por meio da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada pela remoção e comercialização de grandes volumes de “recursos”. E “embora tenham suas raízes na esquerda, porém, esses governos são um tipo de esquema político diferente da esquerda que lhes deu origem”. “Esquerda e progressismo são hoje, na América Latina, duas coisas diferentes”. (GUDYNAS, 2017). De tal modo, Gudynas afirma que o “novo extrativismo progressista”, ou, em forma abreviada, “neoextrativismo” conforma um novo estilo de apropriação dos bens naturais, baseada em uma perspectiva política de aproveitamento dos preços no mercado externo e da criação

de blocos econômicos que favoreçam sua comercialização. Portanto, a discussão sobre a geopolítica dos recursos naturais se torna um elemento categórico tendo em vista trata-se também de uma questão territorial que envolve o papel de agentes extranacionais e extra-regionais.

Bibliografia:

BAVISKAR, Amita. For a Cultural Politics of Natural Resources. *Economic and Political Weekly*. Vol. 38, No. 48 (Nov. 29 - Dec. 5, 2003), p. 5051-5055.

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUDYNAS, Eduardo. "Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo" in SCHULDT (Et all.); *Extractivismo, política y sociedad*. CAAP/CLAES: Quito, p. 187-225. 2009.

GUDYNAS. "América Latina. O progressismo afastou-se das ideias iniciais da esquerda". *Revista IHU online*. Disponível em: << <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/565328-o-progressismo-afastou-se-das-ideias-iniciais-da-esquerda-entrevista-com-eduardo-gudynas>>>. Acesso em: 10/02/2017.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S. P. Topsy-Turvy Neo-Developmentalism: An Analysis of the Current Brazilian Model of Development. *Rev. estudos Sociais* No. 55. p.12-28, 2015.

Rios internacionais e a demarcação dos limites internacionais: novas questões no advento da problemática ambiental

Luis Paulo Batista da Silva

Este artigo tem o objetivo de discutir as relações entre rios, fronteiras e limites territoriais internacionais. Rios e cursos d'água são uma importante feição geográfica usada para delimitar os limites entre os Estados nacionais. Estimativas mais recentes apontam que cerca de 30% dos limites territoriais no globo, ou, aproximadamente, 75 mil quilômetros (DONALDSON, 2011). Os rios foram usados como importantes marcadores dos limites internacionais por uma série de motivos. Militares argumentaram que os cursos d'água seriam importantes artifícios para a defesa do território, já acadêmicos afirmaram que eles forneciam o expediente para a união e a assimilação entre diferentes culturas. A mesma contrariedade aparece entre aqueles que justificam o uso dos rios para a delimitação do território em razão da sua fácil identificação no terreno e aqueles que apontam o caráter dinâmico destes sistemas fluviais, o que dificulta a delimitação fixa e perene do limite internacional.

A decisão de onde estabelecer os limites internacionais foi um dilema enfrentado pelos meios diplomáticos ao longo do processo de criação dos Estados Nacionais, criando diferentes classificações dos limites internacionais. A partir do final do século XVIII surgiu a doutrina das fronteiras naturais, que categorizava os limites por meio dos elementos de natureza física ou da distribuição dos povos, na qual buscava-se a racionalização da extensão do Estado. Na Europa, a separação dos Estados por meio dessa doutrina dependeu do conhecimento do terreno, da ocupação e controle sobre o território e das ideologias de formação do Estado nacional (JONES, 1959; SAHLINS, 1990).

Ao longo do século XIX e começo do século XX, durante o processo de colonização, seguida pelas duas grandes guerras mundiais, o fator que determinou a categorização dos limites internacionais era a sua função defensiva ou assimilativas. Existiriam “boas” ou “más” fronteiras de acordo com a sua utilidade para defender o Estado, no caso de guerras; ou como fomentadores da paz entre os povos fronteiriços. Esta função do limite internacional deveria ser definida por meio dos contratos acordados entre os países limítrofes ou pela relação de poder entre os Estados.

Recentemente, a emergência de novas problemáticas como as mudanças climáticas e a criação de novos Estados nacionais trouxe à tona novas questões a respeito do compartilhamento dos recursos hídricos, pois ainda são incertos os seus efeitos sobre os rios que formam ou cruzam os limites internacionais. A possível escassez de água pode ser um fator de acirramento de disputas territoriais ou de cooperação entre entes soberanos.

A distribuição de bacias hidrográficas ao redor do globo mostra que o compartilhamento de recursos hídricos é a regra, não a exceção. É estimado que 60% da água superficial do planeta, a principal fonte de água para o consumo humano, está

localizada em bacias hidrográficas compartilhadas por um ou mais países. Essas bacias hidrográficas abastecem cerca de 40% da população mundial e cobrem 45% da superfície terrestre. No total, são 263 cursos de água internacionais que se encontram nesta situação, sendo que 19 deles são compartilhados por mais de 5 países. Além disso, 145 países tem território em bacias hidrográficas transnacionais, sendo que 21 estados tem a totalidade da sua área no interior de bacias compartilhadas (WOLF, 2007; SCHMEIER, 2013). Apesar dos dados empíricos evidenciarem que nenhum conflito internacional foi iniciado por disputas sobre os recursos hídricos, a água é um tema cada vez mais presente em acordos binacionais, convenções supranacionais e de preocupação global, dados os efeitos das mudanças climáticas. Assim, na atualidade, a relação entre rios e os limites internacionais mostram um novo enfoque na política internacional.

A abordagem aqui proposta dividirá o artigo em duas partes. A primeira abordará a importância dos rios para a demarcação dos limites internacionais e as suas justificativas. Este debate foi de grande relevância ao longo dos séculos XVIII, XIX e começo do século XX, em razão da divisão territorial do globo em Estados nacionais modernos e impérios coloniais europeias. Depois de um silêncio ao longo do século XX esta questão volta a ser discutida por causa das possíveis disputas em torno dos recursos hídricos. Estas disputas são o tema da segunda parte do artigo. Uma extensa literatura tem discutido as possíveis consequências das mudanças climáticas nas disputas territoriais, sendo que análises mais catastróficas apontam a possibilidade de guerras a respeito da água, as *water wars*. Por outro lado, avaliações empíricas mostram que os rios compartilhados têm engendrado diversas iniciativas de cooperação. Em ambas as partes buscaremos ilustrar a nossa análise com a apresentação sintética de casos situados na América do Sul.

Bibliografia:

DONALDSON, J. Paradox of the Moving Boundary: Legal Heredity of River Accretion and Avulsion. *Water Alternatives*, v. 4, n. 2, p. 155-170, 2011.

JONES, S. B. Boundary concepts in the setting of place and time. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 49, n. 3, p. 241-255, 1959.

SAHLINS, P. Natural Frontiers Revisited: France's Boundaries since the Seventeenth Century. *The American Historical Review*, v. 95, n. 5, p. 1423-1451, 1990. ISSN 00028762. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2162692> >.

SCHMEIER, S. *Governing international watercourses: river basin organizations and the sustainable governance of internationally shared rivers and lakes*. Milton Park, Abingdon, UK.: Routledge, 2013.

WOLF, A. Shared waters: conflict and cooperation. *Annual review of environment and resources*, v. 32, p. 241-269, 2007.

Segurança ambiental: o caso das espécies exóticas invasoras na América do Sul como objeto de análise de segurança internacional

Jessica de Mello Dondoni

Esta monografia objetiva analisar o caso das Espécies Exóticas Invasoras como

objeto de análise em segurança internacional com base nas diretrizes da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, constituída pela necessidade de controlar, monitorar e erradicar as espécies da fauna e flora que avançam aceleradamente pelos territórios, atravessando fronteiras e gerando prejuízos que afetam os Estados. Espécies Exóticas Invasoras são a segunda maior causa da perda de biodiversidade a nível global e as consequências de suas invasões ameaçam não somente a economia, mas os diversos setores que promovem o desenvolvimento de um Estado. A América do Sul é o espaço escolhido para esta análise, em especial a região fronteiriça, declarada como principal meio de dispersão destas espécies, onde serão pesquisados os registros destas invasões e as possíveis soluções. No primeiro capítulo discute-se a evolução das teorias de segurança internacional e suas aplicações à segurança ambiental, observando como as Espécies Exóticas Invasoras podem ser analisadas sob a ótica securitária. No capítulo 2 serão observados elementos históricos e as ocorrências desta problemática na América do Sul. Já no capítulo 3 serão analisadas as possibilidades de contenção dessas ameaças por meio da inclusão dos recursos e insumos gerados a partir das medidas de erradicação declaradas na Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras e das experiências existentes que poderão servir de referência para iniciativas inovadoras. As conclusões desta pesquisa partem da ótica das teorias de segurança internacional da Escola de Copenhague e das teorias de integração regional que colaboram com as diretrizes do plano de contingência dando maior visibilidade ao direcionamento das ações, incentivando o desenvolvimento sustentável da América do Sul.

Bibliografia:

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Comissão Nacional de Biodiversidade, Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, Brasília, 2009.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional, São Paulo: Editora Unesp, 2012

BUZAN, Barry, WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. Security: A New Framework for Analysis, USA, Lynne Rienner Publishers, 1998

HAAS, Ernst. The Study of Regional Integration: reflections on the Joy and Anguish of pre theorizing International Organization, vol. 24, Issue 04, September 1970, p.606-646

Segurança energética e a geopolítica das reservas de petróleo do Mercosul

Ananda Maria Garcia Veduvoto

A América do Sul é o quarto produtor mundial de petróleo bruto, em posição inferior apenas em comparação a Arábia Saudita, Rússia e Estados Unidos. A região está entre as principais potências energéticas globais, uma vez que os países membros representam 19,6% das reservas comprovadas de petróleo do mundo (BRASIL, 2017). Inclusive, a maior reserva de petróleo está na América do Sul, são 310 bilhões de barris comprovados pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). A ex-integrante do Mercosul, Venezuela, concentra um montante de 296 milhões de barris, 92,7% da reserva de petróleo da América do Sul. O Brasil, no que se refere à exportação de petróleo em barris, teve um aumento de 97,6%, em média, entre 2000 e 2016 (ANP, 2017), desde a descoberta e exploração da camada pré-sal. Há uma disputa mundial pelo domínio e gestão econômica, científica e tecnológica dos recursos naturais energéticos não renováveis no globo, evidenciando a importância do bloco no cenário internacional. Em função disso, os países sul-americanos ocupam uma posição estratégica em relação à produção e comercialização de recursos naturais combustíveis. Fuses (2011) comenta que pela condição de não renováveis, os combustíveis fósseis devem ser controlados de modo racional pelos países produtores de hidrocarbonetos. Nestes territórios, a segurança energética está diretamente relacionada à segurança econômica, política e social. Bruckmann (2011) explica que a concorrência mundial pelos recursos naturais, de forma geral, torna a América do Sul uma região de conflitos de interesses. De um lado, existe a tentativa de afirmação de um projeto de soberania para a constituição do desenvolvimento da região e a integração sul-americana. Por outro lado, há a influência de países com interesses hegemônicos no continente, que buscam enfraquecer os processos integracionistas. Nesse sentido, a análise geopolítica abrange escalas diversas – nacional, regional e global – com interlocução com pautas e temas abrangentes: recursos naturais, economia, infraestrutura, meio ambiente, entre outros. A partir do espaço geográfico é possível compreender não só o desdobramento da dimensão econômica, mas, sobretudo, os aspectos políticos, medidas de segurança, ações estratégicas e características sociais e culturais (RODRIGUES, 2015). Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar qual tem sido a importância dos recursos naturais geradores de energia, principalmente do petróleo, na formulação de estratégias para a construção de uma soberania energética no Mercosul, tornando-se importante observar em que medida o processo de integração tem contribuído para o fortalecimento de ações que propiciem segurança e independência científico-tecnológica à região, considerando o afastamento da Venezuela do bloco. Neste sentido, para cumprir com o objetivo de analisar o espaço, a partir do potencial político e econômico em escala internacional, os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa envolverão pesquisa teórica e conceitual sobre a geopolítica e geoeconomia dos recursos energéticos não renováveis, principalmente o petróleo, na América do Sul.

Bibliografia:

BRUCKMANN, Monica. Recursos naturais e a geopolítica da integração Sul-americana. Governo Federal, p. 197, 2011. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12317. Acesso em 20 dez. 2017

COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 7, 2009.

FUSES, Igor. A geopolítica da energia na América Latina. Revista Desafios do Desenvolvimento. IPEA. Ano 8. Edição 66, 2011. Disponível em:
http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2521:catid=28&Itemid=23. Acesso em 13 mar. 2017.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Geopolítica dos recursos naturais estratégicos na América do Sul. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 45, 2016. Disponível em:
<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/6248>. Acesso em 10 mar. 2017.

SENHORAS, Elói Martins; MOREIRA, Fabiano; VITTE, Claudete de Castro Silva. A agenda exploratória de recursos naturais na América do Sul: da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais. 2009. Disponível em:
<https://works.bepress.com/eloi/123/> . Acesso em: 05 mar. 2017

Sobreposições territoriais e de gestão nos conflitos de uso em áreas protegidas do sul fluminense: o caso dos pequenos produtores familiares assentados no Parque Estadual Cunhambebe, Mangaratiba (RJ)

Eduardo Pinheiro Antunes
Augusto César Pinheiro da Silva
Alexandro Solórzano

Atualmente no Brasil as unidades de conservação (UCs) possuem importante papel como instrumentos de gestão territorial criados pelo poder público, objetivando a conservação do patrimônio natural e cultural do país. A criação destas áreas protegidas é considerada, pelo menos há um século, uma das principais estratégias dos Estados para combater as mais diversas problemáticas ambientais que afetam a qualidade de vida das sociedades.

Um ponto nodal que marca a história das UCs no país, servindo como uma espécie de divisor de águas para a gestão destes espaços territorialmente protegidos foi a regulamentação do artigo 225º da CF de 1988 com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei Federal nº 9.985/2000).

Dentre a gama de espaços territorialmente protegidos, legalmente instituídos pelo poder público, ao longo do tempo no país, os parques destacam-se quantitativamente em relação as demais categorias existentes no sistema nacional de UCs. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, dentre as vinte UCs de proteção integral geridas pelo poder público estadual, treze delas são parques estaduais que objetivam proteger parte dos remanescentes florestais da Mata Atlântica fluminense.

Todavia, apesar da criação das UCs ser uma das estratégias do poder público no enfrentamento dos problemas ambientais, faz-se necessária a reflexão sobre os seus modelos, já que, dependendo da existência de populações residentes na área da UCs, é possível aflorar conflitos territoriais distintos decorrentes dos usos do solo, discordantes as normativas que regem a gestão destes espaços, como, por exemplo, o artigo 7º da Lei Federal 9.985/00 (SNUC) que dispõe que na categoria de proteção integral, onde estão enquadrados os parques, é proibido a prática de atividades como a pesca, coleta, extração, agricultura, entre outras.

Algumas dessas populações que ocupam as UCs de proteção integral são compostas de povos e comunidades comumente classificadas de “tradicionais”, como por exemplo, o pequeno produtor familiar, pois verifica-se, em muitos casos, que este grupo populacional emprega ricos conhecimentos (tradições) desenvolvidos ao longo de muitos anos nos mais diferentes processos de interação com o meio, gerando assim, as denominadas tecnologias de baixo impacto no manejo dos ecossistemas.

Neste contexto, o objeto de estudo que vertebra a presente pesquisa são os conflitos territoriais decorrentes da sobreposição de políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade. Para tanto, partindo de vivências e interações

profissionais durante cerca de sete anos, e, a partir de levantamentos bibliográficos, trabalhos de campo, entrevistas, mapeamentos, atualizações de classificações de usos e coberturas, pesquisas de documentos oficiais e processos administrativos públicos, busca-se compreender, de maneira mais específica, as complexidades interpostas pelas sobreposições e uso e ocupação em áreas protegidas.

Para tal, foi selecionada como área geral de estudo a região sul do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente área do alto curso da Microbacia Hidrográfica do Rio Sahy, localizada no município de Mangaratiba (RJ), pois foi neste referido recorte que encontramos um cenário conflituoso diante da existência de uma política pública voltada para a preservação da biodiversidade com a criação do Parque Estadual Cunhambebe (PEC) em 2008 pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), sobrepondo áreas ocupadas parcialmente por pequenos produtores familiares assentados pela política pública de reforma agrária do assentamento Fazenda Rubião, gerido pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ). Nesse contexto, observou-se a disposição de um cenário propício para a existência, tanto de conflitos territoriais de uso e ocupação do solo, quanto conflitos de competências decorrentes da possível falta de integração intergovernamental do Poder Público estadual

Assim, o objetivo geral deste trabalho é verificar e levantar a existência de conflitos de competência resultantes da sobreposição de políticas públicas distintas interagindo na área e seus resultados, como por exemplo, as possíveis tensões entre os produtores familiares do Assentamento Fazenda Rubião e o Parque Estadual Cunhambebe, tendo como enfoque central a estratégia de criação deste parque e os usos pretéritos de populações de pequenos produtores.

Por fim, cabe ressaltar, a importância desta investigação científica na área da gestão de conflitos, pois os resultados obtidos permitem auxiliar os gestores do território a planejar novas estratégias de gestão que contemplem de forma mais eficaz as interações socioambientais existentes na microbacia estudada, propiciando a organização de novas e complexas arquiteturas territoriais.

Bibliografia:

INEA et al, Instituto Estadual do Ambiente. Estudos para a criação do Parque Estadual Cunhambebe e da Área de Proteção Ambiental Municipal Alto Piraí. Rio de Janeiro: INEA, 2008.

INEA. Plano de Manejo do Parque Estadual Cunhambebe. Rio de Janeiro: INEA, 2015.

OLIVEIRA DE SOUZA, R., Questão agrária no território da costa verde. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRRJ. Rio de Janeiro. 2014.

SILVA, Augusto César Pinheiro da. Geografia e Meio Ambiente: as políticas de Estado na configuração das sustentabilidades no Brasil. Revista Acta Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Política e Geopolítica, 2014. P. 121-137.

SOLORZANO, A.; OLIVEIRA R. R.; RUIZ. A. E. L.; Landscape reading of urban forests in Rio de Janeiro: Interpreting past and current socioecological interactions. Workshop on Landscape Reading Methodologies. Guimarães, Portugal, 2015.

Território e ação política: uma análise da organização do fórum de pescadores artesanais da Baía de Sepetiba

Rodrigo Corrêa Euzébio
Luis de Souza Junior
Marcella de Barros Ferreira

A disputa de projetos no território geram diferentes conflitos. Nas regiões metropolitanas costeiras, território usado por excelência, é patente o convívio / disputa entre distintas empresas, instituições e pessoas, coadunando em forças desiguais na produção social do espaço urbano. Nesse contexto, o litoral do Rio de Janeiro, em particular a baía de Sepetiba, passa por profundas mudanças que impactam o meio e o modo de vida dos pescadores e pescadoras. Na baía de Sepetiba, as tensões entre a lógica concorrencial das empresas/Estado e a lógica solidária dos trabalhadores da pesca artesanal marcam as disputas de sentidos na produção social do espaço. Neste contexto, verifica-se um conjunto de ações para aumentar o escoamento do minério de ferro e do aço pelos terminais portuários da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico, do Porto Sudeste, do Porto de Itaguaí e da Gerdau, favorecendo a ampliação do acúmulo de capital para um conjunto de empresas. Com o aumento da demanda por minério de ferro de países da Ásia como China e Japão, além de outros países europeus como Alemanha e França, o Brasil tem empreendido grandes investimentos para aumentar a sua produção mineral e em infraestrutura de logística, visando às exportações. Visando os altos lucros nesse mercado, as empresas vêm se apropriando do espaço da baía de Sepetiba para viabilizar a logística de exportação do minério de ferro. Em contrapartida, diversas entidades ligadas a pesca artesanal na baía de Sepetiba (dez associações e duas colônias) criaram o Fórum Permanente de Defesa dos Pescadores da Baía de Sepetiba com o intuito de formar uma agenda de mobilizações e uma frente de interlocução para resolução do problema que afetam a pesca artesanal. As mobilizações estão direcionadas à organização de canais internos de diálogos entre pescadores artesanais de diversas localidades da baía de Sepetiba no sentido de conscientizar os pescadores quanto às normatizações da pesca, acesso a política de defesa e difusão das informações referentes aos impactos ambientais. Além disso, os pescadores abrem uma frente de interlocução com o Estado com o intuito de reivindicar medidas quanto aos impactos provocados pelos empreendimentos e objetivando a manutenção do direito ao trabalho. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos da modernização do território no trabalho dos pescadores artesanais da baía de Sepetiba e as estratégias de luta para manutenção do seu quadro de vida. Para realização desses objetivos foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: na análise bibliográfica, optamos por mobilizar os conceitos de território usado (SANTOS, 1996), geografia das existências (SILVA, 2011); levantamento documental e participação das audiências do Fórum Permanente em Defesa dos Pescadores da baía de Sepetiba, mapeamento da pesca artesanal na baía de Sepetiba entrevistas com os representantes das associações de



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

pesca, o Ministério Público Federal e Superintendência da Secretaria Nacional de Pesca e Aquicultura.

Bibliografia:

DIEGUES, A.C.S. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1984.

GONÇALVES, C. W. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, A. C. T. Territórios da Sociedade: por uma cartografia da ação. In: Silva, Cátia Antônia da. Território e Ação Social: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, M. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, C. A. da. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, Catia Antonia da. (org.) Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

Território, populações tradicionais e Unidades de Conservação: o caso da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, Niterói/RJ

Rafael Barsotti

Em 2013, foi criada, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Reserva Extrativista Marinha (RESEX-MAR) de Itaipu, posta sob a tutela do Instituto Estadual do Ambiente (INEA/RJ). Demanda de longa data da comunidade de pescadores artesanais de Itaipu, a Reserva abrange quase integralmente a área litorânea da Região Oceânica do município de Niterói.

A criação de Unidades de Conservação institui territórios específicos de caráter jurídico-administrativo, conceitualmente mais ligados a um paradigma territorial clássico, ao mesmo tempo em que inibe ou, ao contrário, estimula a produção ou reprodução de determinadas territorialidades, como é o caso das Reservas Extrativistas, destinadas a utilização e aproveitamento direto dos recursos por populações extrativistas tradicionais (GONÇALVES, 2003).

A referida RESEX-MAR foi instituída enquanto forma de “proteger os meios de vida da população de pescadores artesanais da região de Itaipu e garantir a exploração sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis.” (SEA 2013). Em teoria, a RESEX se configura enquanto reserva de recursos destinada à prática da pesca artesanal, restringindo a pesca industrial, enrijecendo a legislação sobre o espaço e aumentando a fiscalização por parte dos órgãos ambientais. Na prática, institui normas e regulações sobre o território que modificam e transformam relações sócio-espaciais, de trabalho e comunitárias dos diversos sujeitos que vivem e atuam na região, inclusive dos pescadores artesanais.

A criação e efetivação da Reserva Extrativista se configurou enquanto processo histórico marcado por conflitos e interesses diversos dos pescadores artesanais de Itaipu, empresas do ramo de pesca industrial, pescadores amadores e de outras localidades, empreendedores imobiliários, moradores da região e órgãos ambientais. A disputa pelo controle do território marítimo e pesqueiro local envolveu e ainda envolve estes diversos atores em constantes processos de des-re-territorialização (HAESBAERT, 2009).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral a compreensão, a partir da efetivação da RESEX-MAR de Itaipu, das reconfigurações do território e da territorialidade da comunidade de pescadores artesanais de Itaipu. Na constituição deste trabalho, puderam ser considerados objetivos específicos.

Primeiramente, foi feita uma reflexão no sentido de tentar compreender as potencialidades, limitações e implicações do uso do conceito de “território” para o entendimento das relações sócio-espaciais em áreas marítimas apropriadas por atividades pesqueiras.

O estudo e confronto das diferentes territorialidades dos atores em ação no local, compondo distintas formas de dominação e apropriação do território marítimo, consistiu também numa importante etapa do trabalho. O foco aqui foi nos grupos de pesca industrial, artesanal e amadora, em suas disputas e conflitantes configurações territoriais.

Por último, foi necessária a compreensão da regulamentação e ordenação impostas, a partir da gestão da RESEX-MAR, à reprodução do território pesqueiro artesanal e suas consequências para a organização sócio-espacial dos pescadores artesanais.

Em consonância com os objetivos propostos, a metodologia deste trabalho envolveu a revisão bibliográfica acerca do conceito de território, sua aplicação e abrangência para o tema aqui tratado, a pesca artesanal, de forma a propor um diálogo com o tema Unidades de Conservação. Além disso, utilizando-se do método da observação participante, foram realizadas idas a campo, com realização de entrevistas com os sujeitos que de fato produzem estes territórios, entre eles, pescadores artesanais, amadores e representantes dos órgãos ambientais.

Bibliografia:

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista). Brasília: IBAMA, 2003.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. In: GEOgraphia, Ano IX, n. 17, p.19-45, 2007.

WEBER, Ingrid (org) et al. Estudo técnico para criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. Niterói: Secretária de Estado do Ambiente (SEA), 2013.

Tons de arco-íris em meio ao verde: gentrificação verde, justiça ambiental e o senso comum sobre gênero e sexualidade

Jun Shimada

A confluência entre os debates sobre meio ambiente e política urbana, por um lado, e conflitos e justiça ambiental, por outro, tem proporcionado a ambos campos perspectivas e conceitos como o “sustainability fix” (While et al., 2004) e os “green LULUs” (Anguelovski, 2015; Anguelovski & Martínez-Alier, 2014). Se o primeiro denota a cooptação da preocupação ambiental global e local pelos grupos dominantes no âmbito da produção do espaço urbano de modo favorável ao crescimento econômico, o segundo categoriza as áreas verdes urbanas como os novos “usos do solo localmente indesejados”, devido a impactos como gentrificação, remoção e proibição de certos usos do espaço público.

Estudos no campo da justiça ambiental têm acompanhado as iniciativas crescentes de esverdeamento das cidades e identificado uma distribuição desigual de seus ônus e bônus, sobretudo ao longo de eixos de renda, raça e, eventualmente, gênero. No entanto, nos estudos urbanos como nos demais, dificilmente se articula a variável sexualidade ou mesmo o gênero a partir de uma ótica não binária, excluindo a parcela da população comumente identificada como lésbicas, gays, pessoas trans, bissexuais e intersexuais (LGBTI).

Além disso, o cânone do campo frequentemente aborda tais injustiças como produto de decisões governamentais mal informadas ou unívocas. Pouco se explora, portanto, as contraditórias relações entre sociedades política e civil na formação dos consensos que conformam as políticas públicas em consonância com os imperativos do crescimento econômico e da circulação de capital.

Este trabalho contribui para suprir tais carências ao explorar a questão de como as políticas de esverdeamento urbano impõem fardos desproporcionais sobre grupos LGBTI ao reproduzir o senso comum sobre gênero e sexualidade. Para tal, debruça-se sobre o caso do Parque de Montjuïc, uma área verde frequentada por homens homossexuais localizada em Barcelona (Espanha), uma cidade historicamente celebrada pela inclusão e garantia de direitos aos grupos sexualmente diversos e recentemente engajada em diversos empreendimentos com vistas à ampliação e aprimoramento dos espaços verdes.

Metodologicamente, a busca de um caso se iniciou com o estudo sistematizado das políticas públicas municipais de áreas verdes e de direitos LGBTI. Paralelamente, travou-se contato informal com agentes públicos e movimentos sociais e observaram-se atos e eventos relacionados às temáticas. Durante e após a escolha do caso, empreendeu-se uma revisão bibliográfica sobre a formação de consenso em conflitos ambientais, bem como sobre as vertentes do empreendedorismo urbano voltadas ao esverdeamento e à inclusão da diversidade.

O trabalho de campo se aprofundou com a elaboração de três roteiros de entrevista semiestruturada: um voltado para agentes públicos, um para lideranças locais e um para usuários da área em disputa. Os três partilhavam questões sobre a concordância dos entrevistados com o caráter acolhedor e igualitário da cidade e com sua oferta de espaços verdes inclusivos, de modo a verificar sua aderência ao senso comum promovido pelas políticas públicas. Já perguntas específicas a cada grupo apontavam para relatos e valores sobre os processos de inclusão e esverdeamento da cidade.

A aplicação das entrevistas compreendeu 25 indivíduos, dentre os quais constam funcionários públicos dos setores de meio ambiente, urbanismo e direitos LGBTI, bem como ativistas, associações de vizinhos e frequentadores do espaço em questão. As entrevistas foram transcritas e codificadas com o auxílio de software de análise de dados qualitativos. Assim foi possível lançar luz sobre o processo e o resultado da construção de consenso a respeito das áreas verdes, dos grupos LGBTI da cidade e da relação entre ambos.

Os resultados permitem concluir, em primeiro lugar, que o tratamento diferenciado e danoso aos usuários da área verde em questão se relaciona em grande medida à condução apenas parcialmente participativa da questão, liderada por agentes públicos que se valem predominantemente dos parâmetros de avaliação e decisão derivados da heterossexualidade. Além disso, porém, revelou-se relativa adesão de ativistas LGBTI e usuários da área à necessidade de esverdeamento da cidade em detrimento das minorias sexuais, sugerindo que a difusão dos imperativos do empreendedorismo urbano e da circulação de capital atua como limitador da oferta de espaços verdes públicos efetivamente inclusivos e diversos. Por fim, destacou-se a participação surpreendentemente ativa dos agentes públicos da área de segurança – especialmente policiais – não como forças de coerção, mas de produção de consenso através da aparição em veículos de mídia e da presença extensiva nos espaços participativos de consulta e deliberação sobre políticas públicas.

Bibliografia:

ANGUELOVSKI, I. (2015) From Toxic Sites to Parks as (Green) LULUs? New Challenges of Inequity, Privilege, Gentrification, and Exclusion for Urban Environmental Justice. *Journal of Planning Literature*. [Online] 85412215610491. Available from: doi:10.1177/0885412215610491.

ANGUELOVSKI, I. & Martínez Alier, J. (2014) The 'Environmentalism of the Poor' revisited: Territory and place in disconnected glocal struggles. *Ecological Economics*. [Online] 102167–176. Available from: doi:10.1016/j.ecolecon.2014.04.005.

BELL, D.; BINNIE, J. (2004) Authenticating Queer Space: Citizenship, Urbanism and Governance. *Urban Studies*. [Online] 41 (9), 1807–1820. Available from: doi:10.1080/0042098042000243165.

HARVEY, D. (1989) From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism. *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*. [Online] 71 (1), 3–17. Available from: doi:10.2307/490503.

WHILE, A., Jonas, A.E.G. & Gibbs, D. (2004) The environment and the entrepreneurial city: searching for the urban 'sustainability;fix' in Manchester and Leeds. *International Journal of Urban and Regional Research*. [Online] 28 (3), 549–569. Available from: doi:10.1111/j.0309-1317.2004.00535.x.

Transposição de água entre bacias hidrográficas: estratégias político-administrativas para o enfrentamento da crise hídrica no Sudeste do Brasil

Paulo Roberto Palhares
Flávio Rodrigues do Nascimento

Sob a ótica da geografia política, pretende-se nesse estudo analisar as estratégias adotadas por Estados da Região Sudeste no tocante a gestão das águas, envolvendo direitos de propriedade, outorga, cobrança e usos múltiplos. Os objetivos da pesquisa buscam evidenciar e caracterizar as ações e propostas empregadas, bem como os instrumentos utilizados para o enfrentamento da crise hídrica no tocante a medidas legais e políticas de controle tomados a cabo pelas diversas esferas administrativas em questão. Considerando episódios de estresse hídrico ocorridos na Região, especialistas no assunto demonstraram a urgência na elaboração de planos e estratégias alternativas de modo a garantir o abastecimento de água, especialmente, para população residente nas Regiões Metropolitanas. A ocorrência de eventos climáticos culminando em intensos períodos de estiagem e secas, como o ocorrido entre os anos de 2013 e 2014 têm sido cada vez mais frequentes. Associa-se a isto, o mau uso dos recursos naturais que comprometem, por exemplo, a disponibilidade e a higidez hídrica. No Rio de Janeiro, a disponibilidade de água para abastecimento é garantida pela operacionalização do Sistema Guandu. Tal feito só é viável dado o volume bombeado da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, que, inicialmente, havia sido projetado para atender demandas na geração de energia, e hoje, garante o acesso a água para cerca de 9 milhões de residentes da RMRJ. Em São Paulo, o provimento de água é viabilizado por um conjunto de represas que formam o Sistema Cantareira, cujo volume útil atende cerca de 8,8 milhões de pessoas. No ano de 2014 o estado enfrentou a maior crise hídrica dos últimos 80 anos, sendo necessário a realização de obras de intervenção para utilização do volume morto do reservatório evitando o desabastecimento tido como prioritário. A solução do problema para ambos Estados passa pela captação de água fora de suas dependências ao passo que os sistemas produtores, notadamente os situados nas RM's, não são capazes de atender as demandas de consumo. O aumento do volume extraído, no caso do Rio de Janeiro, e uma nova transposição de águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul até os reservatórios Paulistas, encerram como soluções a curto e médio prazos, porém, envolvem interesses de cunho econômico, político e social. Os limites da Bacia supracitada sobrepõe as fronteiras Estaduais antes de desembocar no Oceano Atlântico, conferindo-lhe status de Rio Federal, por conseguinte, ocorrem entrelaçamentos de Leis além de conflitos de interesse concernentes as esferas administrativas em questão. Há que se considerar, neste caso, os impactos na manutenção de um balanço hídrico favorável em função do aumento na captação de água, seja ele posicionado em qualquer um dos três setores da Bacia, alto, médio ou baixo cursos. Por consequência, o comprometimento da segurança hídrica torna-se iminente, considerando as demandas crescentes, bem como as tipologias de uso dos recursos hídricos cada vez mais impactantes. Para fins de pesquisa, será adotado um percurso metodológico pautado em levantamento bibliográfico e o concomitante

fichamento dos materiais considerados pertinentes a temática. Dentre as leituras inclui-se os marcos legais da gestão hídrica a nível Federal, Estadual e Municipal, bem como atas de reuniões dos Comitês de Bacia. Posteriormente será realizada a etapa de elaboração dos mapas relacionados a área de estudo, destacando os limites político-administrativos dos Estados e Municípios e das Bacias hidrográficas dos Rios Guandu e Paraíba do Sul, enfatizando a rede de drenagem e a sobreposição das fronteiras. Por fim, a fase de compilação e síntese, compreendendo o agrupamento das informações para redação final.

Bibliografia:

BICUDO, Carlos Eduardo de Mattos et al. Carta de São Paulo Recursos hídricos no Sudeste: segurança, soluções, impactos e riscos. Revista USP, n. 106, p. 11-20, set. 2015.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder. 2ª ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2016.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. Crise de (de gestão) hídrica e usos múltiplos das águas na Região Metropolitana do rio de Janeiro, Brasil. In: Água, recurso hídrico: bem social transformado em mercadoria. CHAVEZ, Eduardo Salinas.; DI MAURO, Claudio Antônio.; MORETTI, Edvaldo Cesar. (Organizadores). Tupã. ANAP. 2017.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: Espaço de Referência Identitária? Revista Ateliê Geográfico, v.1, n.2, p. 27 – 41, dez. 2007.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia Política da Água. Editora Annablume. São Paulo. 2008.

Turismo rural e gestão do território no município de São Gonçalo/RJ: desafios e potencialidades

Pamella Pires Teixeira

O objetivo do trabalho é identificar como os gestores do Município de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, vem lidando com as potencialidades do turismo rural, tais que são desenvolvidas com particularidades não discutidas ou presentes num contexto econômico e social da região, como a estrutura ainda intacta das ruralidades no urbano, e trazendo a questão da preservação arquitetônica em seu contexto, como principalmente a relação que os moradores da região apresentam intrinsecamente a plantação de hortícolas e artigos voltados ao âmbito da agricultura familiar em parte como fonte de sustento interno às famílias locais.

Dada as marcas rurais no território municipal, que se contextualizam ao longo da Cidade, alguns remanescentes do período colonial desde grandes fazendas até como o modo como esse trabalho rural era dividido espacialmente, de modo que têm permanência até os dias atuais nas vivências passadas de geração em geração do trabalho produtivo, como era organizado (suas funções espaciais), o que era produzido e de que modo era viabilizada a comercialização desses artigos rurais, e que sofreu com a intensidade de sua mudança com instalação de um modelo urbano-industrial vigente na Cidade, e reconfigurou (dando destaque ao modelo espacial), a forma como tais relações eram elaboradas. De fato, como será meramente comprovado com essa pesquisa, essas relações não deixaram de existir,

mas se hibridizaram em seu modelo formando o que seria o chamado contexto urbano-rural, em que tais relações (tanto urbanas, no sentido industrial produtivo, quanto rurais no seu sentido anteriormente implementado), vão coexistir num mesmo espaço-tempo se perpetuando até os dias atuais, mas com claro enfoque e destaque à indústria, se dando principalmente pelo apoio governamental instituído com um objetivo de expansão de mercado e obtenção de lucro.

Diante de tais dados observados e analisados com tal trabalho de pesquisa pode ser constatado devido a entrevistas realizadas com populações locais pode ser observado um enorme clamor de tais populações, ainda que colocados informalmente, em prol da elaboração de políticas públicas para a promoção de qualidade de vida para os mesmos. O recorte espacial utilizado trabalhou de forma concisa e clara que tal Cidade, ainda esteja maciçamente marcada, desde o século XX, pela atividade industrial, ainda possui

especificidades nos arranjos espaciais que revelam a relevância do rural na dinâmica econômica, de modo que foram observadas tais características tanto na relação turística que a região apresenta tanto para a relação agrícola que a mesma ainda tem perpetuada até os dias atuais, e que de fato representa tal importância dessas marcas no contexto da relação

urbano-rural .

A metodologia utilizada nessa pesquisa consiste realizar um levantamento bibliográfico e com o apoio de entrevistas concisas de ambos os lados: tanto de moradores locais e atuantes na resistência da propagação dessa marca história local até à gestores públicos que se encarregam no sentido de trabalhar o desenvolvimento econômico, político e social da questão do território no município para a seleção de informações sobre a importância do

turismo rural no estado do Rio de Janeiro, como marca patrimonial no Município de São Gonçalo e suas potencialidades para o desenvolvimento local.

Bibliografia:

MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 59, n.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. Revista da ANPEGE, n. 2, 2005, p. 45-66.

Revisitando o Vale do Ciclo do Café Fluminense: uma análise turística e patrimonial do meio rural. In: ENCONTRO DE GRUPO DE PESQUISA, 2., 2006, Uberlândia: UFU, 2006. p.12.

Unidades ambientales sensibles en el ordenamiento del territorio

Claudia Espinoza Lizama

El desarrollo poco sostenible y desarticulado de la zona costera de la Región del Bío Bío, Chile, está estrechamente vinculado con la debilidad del marco jurídico chileno en materia de ordenamiento territorial, puesto que los Instrumentos de Planificación Territorial (IPT) normativos, solo generan planeamiento urbano y no incluyen las unidades ambientales como espacios geográficos sensibles y fundamentales para el desarrollo sustentable de la sociedad, sin embargo pueden ser zonas de protección y conservación previo reconocimiento del Sistema Nacional de Áreas Silvestres Protegidas (SNASPE). Más aún, el Sistema de Evaluación Ambiental (SEA) aplicado a los IPT no es explícita en considerar las unidades ambientales sensibles como objeto de análisis inicial para el planeamiento y zonificación de los usos del suelo urbano, aun cuando se han realizado modificaciones a través de la Ley N°20.417, que somete a Evaluación Ambiental Estratégica (EAE) todas las políticas, planes y programas de carácter normativo e indicativo general en la zona urbana.

En consecuencia, los Instrumentos de Planificación Territorial (IPT) no ordenan el territorio de forma sostenible ambientalmente, ya que no tienen la potestad para identificar unidades ambientales sensibles, como objetos fundamentales para el desarrollo sostenible.

Por tanto, la presente investigación se basa en en el análisis de los instrumentos de planificación territorial (IPT) chilenos y los mecanismos de evaluación ambiental aplicados en la zona costera de la Región del Bío Bío, para determinar la importancia de la inclusión inicial de las unidades ambientales sensibles en el ordenamiento territorial de la zona costera, como objetos fundamentales para el desarrollo sostenible.

Bibliografía:

ANDRADE, B. (2001). Los espacios litorales, actores, desafíos, perspectivas. Santiago, Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile.

ANDRADE, Belisario; Arenas, Federico; Guijón, Rodrigo. (2008). Revisión crítica del marco institucional y legal chileno de ordenamiento territorial: el caso de la zona costera, Revista de Geografía Norte Grande, Pontificia Universidad Católica de Chile, N° 41, Santiago – Chile.

BARRAGÁN, J.M. 1997, Medio Ambiente y Desarrollo de las Áreas Litorales, Oikos-tau, Barcelona, España.



DO ROSARIO, M. (2012) *Guía de Mejores Prácticas para la Evaluación Ambiental Estratégica: Orientaciones metodológicas para un pensamiento estratégico en EAE.* Agencia Portuguesa de Ambiente (APA) y Redes Energéticas (REN) SA, Lisboa.

FERRÃO, João (2011). *Odenamento do territorio como política pública.* Fundacao Calouste Gulbenkian, Sao Paulo – Brasil.

Vulnerabilidade e políticas de gestão: a construção do Residencial Tia Ana e seus impactos ambientais no “lago” do Iripixi – Oriximiná - PA

Elisane Pereira da Silva

O trabalho tem como objetivo analisar os impactos ambientais no “lago do Iripixi” procedentes da construção de um conjunto habitacional que faz parte do Programa Federal Minha Casa Minha Vida denominado “Residencial Tia Ana”. Diante desta necessidade, da tão sonhada casa própria comum entre a maioria das pessoas que ainda não adquiriram o imóvel, o Governo Federal lançou, em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida em parceria com estados, municípios empresas e entidades sem fins lucrativos com o objetivo de contemplar como casa própria as famílias de renda baixa e média (renda bruta até R\$6.500,00). Para o empreendimento do Residencial Tia Ana foi firmado parceria entre a Caixa Econômica Federal, a prefeitura de Oriximiná-Pá e a RESECOM, que construíram 994 casas, as quais foram entregues a família com senda abaixo e R\$1.600,00, dentre outros critérios.

O papel da prefeitura municipal de Oriximiná foi entrar com o terreno para as construções das casas e é onde centra o grande problema ambiental de impacto no “lago” do Iripixi – Oriximiná-Pá. A prefeitura comprou o terreno, que antes era utilizado de pasto, do senhor Ronaldo Gemaque para implantação do empreendimento. As obras do empreendimento do Residencial Tia Ana tiveram início no ano de 2013 e as casas foram entregues as famílias contempas no ano de 2017. Visto que pela ausência de um estudo de impactos ambientais o empreendimento vem agravando no referido lago um impacto ambiental de grande proporção afetando com isso inúmeras comunidades que residem e utilizam-se do lago para suas atividades cotidianas.

A falta do estudo de impactos ambientais fez a prefeitura de Oriximiná negligenciar ações preventivas para que tais impactos fossem minimizados ou mesmo evitados. Uma vez que a associação entre os riscos naturais e os naturais intensificados pela ação do homem, tanto no que se referem as suas atividades produtivas como na ocupação do território, resultam nos denominados riscos ambientais. Os riscos naturais são aqueles que podem ser percebidos e suportados pelo ser humano sujeito a ação de um processo físico, de uma álea.

São inúmeros os riscos resultados de áreas onde seus impactos são intensificados pela ação humana no que concernem suas atividades produtivas, tanto de bens duráveis como os não-duráveis e em sua ocupação do território. É o caso da erosão acelerada do solo ocasionada por práticas tradicionais de manejo do solo, principalmente em atividades agropecuárias e pela abertura de ruas nas cidades. Diante do exposto, percebe-se que o planejamento para as ações do homem no ambiente é imprescindível para que ocorra prejuízo ambientais de grande impacto. Haja vista que, os riscos ambientais mais recorrentes e com maiores consequências para a vida do homem estão nos centros urbanos e estão relacionados à maneira de como está sendo ocupado o território, em especial na construção de suas moradias.

A pesquisa está em andamento. O método que está sendo adotado é método materialismo histórico e dialético e como procedimentos metodológicos, primeiramente está sendo executado uma pesquisa bibliográfica para posterior, realizar o trabalho de campo, utilizando-se como técnica a história oral e fotográfica, com a qual é possível através de narrativas e documentário fotográficos coletar as evidências do impacto ambiental representado no espaço de edificação do Residencial. Ao termino da pesquisa pretende-se sistematizar os resultados para que se possa realizar uma análise crítica comparando as informações bibliográficas com os dados coletados em campo.

Bibliografia:

KOWARICK, Lucio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MONTEIRO, Alcidema et all. O processo de construção do espaço regional. In: ____.
Espaço amazônico: sociedade & meio ambiente. Belém: Ed. UFPA, 1997, pp. 28-38.

VEYRET, Yvette. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

Eixo 3

Localismos, regionalismos, nacionalismos e globalismos

**Coordenadores:
Rafael Winter Ribeiro
Ivaldo Gonçalves de Lima
Dirceu Cadena de Melo Filho**

A Geopolítica dos Estados Unidos da América na "Doutrina Trump" e a ordenação mundial

Matheus Seiji Bonfim Takiuchi

No dia 9 de Novembro de 2016, a maior potência hegemônica foi assumida por Donald John Trump, com a sua vitória inesperada nas eleições estadunidenses para o cargo presidencial, batendo a democrata Hillary Clinton e superando as previsões de várias pesquisas. A partir da votação indireta, Trump foi eleito com 279 colégios eleitorais contra os 218 da sua adversária, sendo o 45^o presidente do país.

De forma clara, Trump demonstra que seu governo terá cunho antissistêmico, xenofóbico e protecionista, priorizando acordos unilaterais e caracterizando-se como um ponto de inflexão em relação ao seu antecedente Barack Obama. Com o seu discurso de "America First" ("Estados Unidos em primeiro lugar"), o governo de Trump já está decretando e preparando várias medidas neste sentido, dentre elas: a saída dos EUA do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP), o decreto migratório que veta a entrada de imigrantes de sete países no território estadunidense (Irã, Líbia, Síria, Iêmen, Somália, Chade e Coreia do Norte, além de pessoas ligadas ao governo venezuelano e seus parentes), a promessa da construção de um muro na fronteira com o México e proteção de indústrias do país. E uma vez que os Estados Unidos é detentor da maior e mais influente economia da atualidade, averiguar suas ações no governo atual é de suma importância, e além de que, a ascensão de Trump terá rebatimento no mundo todo, inclusive nas relações norte-americanas com o Brasil. Ou seja, a ordem mundial sofrerá alterações e será possível assistir uma nova orientação no jogo de poderes entre os países.

Desta forma, o republicano acarreta uma ruptura na postura geopolítica do país com o governo do ex-presidente Barack Obama, pois a geopolítica dos Estados Unidos resumia-se a acordos multilaterais e democráticos, na tentativa de sustentar o poder do país. Agora com a eleição de Trump, os Estados Unidos, que é tido como hegemonia em nível global desde o fim da Guerra Fria (1947-1991), passam a apresentar uma postura mais oclusa e belicosa. Todavia, não é possível concluir que Trump renunciará ao país o cargo de hegemonia do mundo. Com o seu logo "America First", a política estadunidense tenderá a focar mais no desenvolvimento interno do país, ao mesmo tempo que, não deixará de intervir em outros países para manutenção de seu poder.

Donald Trump é eleito em um contexto da globalização, onde observa-se uma maior dinamização dos processos de comunicação e informação, que por sua vez auxilia na transfronteirização de múltiplos elementos dentre as nações. Da mesma forma, eclode em vários pontos do mundo milhares de refugiados em busca de melhores condições de vida e em fuga dos conflitos que assola seus países. Este cenário de evasão é ocasionado, principalmente, pelos conflitos intraestatais e não somente mais

entre os Estados. As Relações Internacionais não são marcadas mais por guerras entre os países, mas que isso não torna o mundo mais pacífico, pelo contrário, o mundo no século XXI está mais violento. Os conflitos neste século possuem outros perfis divergentes daqueles encontrados no século XX. As causas destes conflitos são, principalmente, por motivos culturais, étnicos e religiosos, e acontecem em uma escala menor, que ocorrem mais regionalmente.

Em função de um entendimento com mais apreço, parte do trabalho também se atentara para destrinchar a formação da nação estadunidense como a história da sua geopolítica, pois os dois pontos tornam-se elementos fundamentais para complementar a análise das estratégias no âmbito da política externa do governo atual do país.

O método de desenvolvimento do trabalho será a pesquisa bibliográfica e o material escolhido para a elaboração deste estudo consistirá em uma extensa leitura de referências bibliográficas, sendo estas em sua maioria notícias de sites e revistas, artigos de periódicos e textos produzidos na língua inglesa, uma vez que existe uma certa dificuldade de encontrar obras e livros aprofundados no assunto, pois tal tema abordado é consideravelmente recente e que encontra-se em curso. Desta forma, o texto eventualmente será atualizado com a análise da conduta e ações do presidente Donald Trump, até o momento da apresentação do trabalho. Ao findar do trabalho será produzido um quadro de revisão de dois anos do governo republicano atual dos Estados Unidos, o que contribuirá para sondar melhor tal governo e para elaboração de tendências para os outros dois últimos anos.

Bibliografia:

ALVES, João Paulo; THUDIUM, Guilherme. A ascensão de Donald Trump: perspectivas para a política externa e de segurança dos estados unidos. Porto Alegre/RS, Boletim de Conjuntura NERINT, janeiro de 2017, volume 1, número 4, página 1-91.

ANDRÉ, José Gomes. A «longa caminhada» das eleições primárias à sucessão de Obama. Lisboa, Universidade de Nova Lisboa – Instituto Português de Relações Internacionais – Relações Internacionais, 2016, volume 51, página 27-41.

FIORI, José Luis. O poder americano. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

MIELNICZUK, Fabiano Pellin. Como Assim, Trump?. Revista Textual, 2017. Número 25, volume 1. Página 16-21.

FINGUERUT, Ariel. Donald Trump: a volta da retórica populista. Instituto de Estudos Econômicos e Sociais – Unesp, 2016.

A invenção do Gurgueia: identidades, (geo)política recente e novas territorialidades

Eliethe Gonçalves de Sousa
Raimundo Lenilde de Araújo

Na geopolítica recente, inúmeros projetos de lei para redividir os estados brasileiros encontram-se em trâmite na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, estando incluso, dentre eles, a proposta de criação do estado do Gurgueia, no Piauí. Nesse sentido, esses sentimentos são vivenciados, desde meados do século XX, quando Joaquim de Lima Pires Ferreira já chamava a atenção para o caso e fortalecendo-se com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88. Posta a abrangência da questão divisionista e a efervescência da mesma na esfera local, é oportuno apontar que o conteúdo é permeado de interesses, que se dão, sobretudo, no campo econômico. Entretanto, determinados elementos desse desejo fazem revelar, também, um viés para além do que o puramente econômico, o que faz supor a construção da imagem do Gurgueia em uma realidade para além da busca pela superação das limitações econômicas e financeiras que envolvem um povo. É nesse contexto que o conceito de território aparece encarregado da tarefa de produção da análise do espaço geográfico, que se revela enquanto parte integrante de um mundo complexo e uno. De acordo com Haesbaert (2007), este conceito tem sua dimensão reforçada quando apreende o seu valor simbólico. Isso é pertinente, pois, sendo próprio do homem a atribuição de significados, as ambiências simbólicas lhes são inerentes e, nas relações de subjetividade estabelecidas em sua existência, em seus espaços de vida, a categoria de análise território pode desenvolver leituras precisas e desmitificar realidades sociais. Tem-se, portanto, natureza simbólica das relações sociais. Segundo o Haesbaert (2007, p. 54), “o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder”. É assim que no entremeio simbólico a questão das identidades (ser e pertencer) pode dotar de vieses políticos, se caracterizando, sobretudo, como instrumento de legitimação de poder, manipulando um repositório de valores que, com base numa suposta unidade, ou apropriando-se dela, provoca a consolidação das intenções de uma hegemonia política de caráter elitista. Nessa abordagem o que fazem as pessoas que habitam o sul do estado do Piauí terem certa inclinação a sentirem-se “gurgueienses”? Desse modo, tem-se por objetivo analisar o papel do sentimento de identidade e de pertença espacial na legitimação da proposta de criação do estado do Gurgueia. Apoiou-se em procedimentos metodológicos na forma de levantamentos bibliográfico e documental, assim como na pesquisa direta, de caráter exploratório por meio dos quais foi eleito, como recorte espacial, o município de Alvorada do Gurgueia (local proposto para ser capital do pretendido estado), aplicando-se os instrumentos de coleta de dados primários, na perspectiva de uma pesquisa quali-quantitativa. Neste estudo foram tomados como referências pesquisadores como Cataia (2001), Haesbaert (2007, 2012), Sousa (2017), entre outros. Os achados desta investigação apontaram as conclusões prévias no sentido de afirmar que não

predominaria ali um sentimento de identidade e pertença espacial, mas, haveria um cenário de produção, por detrás e em paralelo às questões político-econômicas, de hábitos mentais acerca dos ideais divisionistas envolvidos nessa querela, uma vez que, os alvoradenses, se sentem identificados com a condição de “gurgueienses”, mas, não descrevem, de fato, o que os levam a se sentirem assim, do mesmo modo que sentem-se pertencer, mas, sem saber exatamente a quê!, dando evidências do Gurgueia, enquanto uma invenção que se destina à emergência de fazer erigir mais um espaço de poder, logo a reconstituição do passado de um povo, de uma cultura, da exaltação de figuras simbólicas, uma possível representação do ambiente etc., como sugerido no projeto atual de sua criação, não diz respeito efetivo a uma realidade que representa plenamente aquele povo, sendo mais uma realidade forjada, um discurso ideológico. Tudo isso posto, o presente trabalho ao levar em conta a subjetividade na elaboração conceitual da geografia, ganha relevância no âmbito da própria ciência, pois alarga as problemáticas discursivas de seu campo de pensamento geral, e, num ambiente científico de escala regional de abordagem, torna a importância ainda mais acentuada, uma vez que, ao pretender identificar e descrever aquilo que transcorre imaterialmente, acaba valorizando outras formas de relações que envolvem intencionalidades diversas, num entremeio político, econômico e cultural, permitindo-nos elaborar inúmeras hipóteses acerca dos mais variados símbolos e signos que se fazem presentes num processo de busca pela legitimação de uma nova unidade federativa.

Bibliografia:

CATAIA, Márcio. Território nacional e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro. 2001. 157f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton. et al.. (Org.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2007 , p. 43-68.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos e Baianos no “Novo Nordeste”: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades Territoriais”. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Org.). Brasil: Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 367-413.

SOUSA, Eliethe Gonçalves de. Gurgueia! O sentimento de identidade e pertença espacial nos anseios por um novo estado. 2017. 82 f. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2017.

A nova estratégia americana para o domínio internacional

Jahn Gonçalves Traxler

Novas modalidades de ações americanas entram em jogo durante o processo de retirada de suas tropas do território iraquiano. Esse novo modelo de expansão de poder que já está em funcionamento, como mostrado no artigo “Divergências no seio do campo anti-imperialista”¹ se baseia em um modelo criado no início do século 21, que atua a partir de uma destruição da legitimidade de estados via revoluções populares e políticas, recebendo auxílio econômico e militar Americano, e que só entra em ação quando a antiga estratégia de controle sob outros países com base na força bruta e ocupação via envio de tropas entra em xeque, principalmente pelo exemplo na intervenção no Iraque.

Utilizando a obra bibliográfica de Thomas P.M. Barnett e sua divisão do mundo em Núcleo funcional e Zona não integrada e seu plano para uma nova modalidade de dominação territorial, pode ser possível identificar uma nova forma de ação tomada pelo Governo americano no momento após a retirada de suas tropas do território iraquiano. Estratégia essa que é mais barata e muito mais sutil, e podendo até mesmo ter um caráter subversivo e que esconde as influências de poder ligadas ao governo Americano.

Esse modelo visa a deterioração de estados, tanto toda sua estrutura política como também cultural, para assim estabelecer com o novo poder uma melhor relação dita “bilateral”, aonde os estados bem estabelecidos do núcleo funcional exportam cultura, tecnologia, produtos e empresas em busca de lucro nesse novo mercado consumidor, e estabelecendo assim um novo mercado a ser explorado.

Cabe a nós geógrafos então, não apenas observar fenômenos de contestação de governos apenas como movimentos espontâneos, principalmente no novo cenário estratégico americano, que se aproxima a “proxy wars” da guerra fria.

Segundo Barnett, esse modelo de ação não seguirá o antigo modelo do petróleo, mas até o momento isso não se concretiza, tendo ainda conflitos internos em países ricos em reservas de petróleo e gás. Podendo então ter sido adaptado aos interesses econômicos e políticos dos estados e empresas do Núcleo Funcional, que tanto visa a inserção em caráter econômico em países ricos em reservas de petróleo, como em potenciais mercados e zonas com mão de obra barata.

Líbia e Egito são um exemplo peculiar do que pode visto quando essa estratégia ainda não foi bem articulada. Com a primavera árabe e a retirada do poder dos antigos ditadores que tinham uma inclinação anti americana, o país entra em uma batalha interna por poder, causando uma grande gama de crises econômicas e sociais internas, desestabilizando completamente o país durante mais de meia década, e que não formou um movimento interno forte pró ocidente e pró globalização e inserção

do país no mercado mundial, mas sim uma disputa interna de generais militares pelo poder estatal e a manutenção do status quo.

Não houve a formação de um movimento anti sistêmico forte o suficiente, e a influência militar contra esses grupos foi tão forte quanto o apoio popular pela troca de ditadores, sem o questionamento da estrutura social e política nacional

Bibliografia:

MEYSSAN, Thierry. Divergências no seio do campo anti-imperialista. 2017. Tradução por Alva. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article197501.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BARNETT, Thomas P. M.. The Pentagon's New Map: War and Peace in the Twenty-First Century. New York: G.p. Putnam's Sons, 2004.

A questão do refúgio em uma perspectiva territorial-legal

Fabiano Soares Magdaleno

A Geografia Legal faz a conexão entre lei e espacialidade, especificamente a construção recíproca entre os dois elementos. Considera que, no campo das relações sociais, aspectos que são analiticamente identificados como pertencentes à esfera do legal e à esfera do espacial estão intrinsecamente conjugados e são constituídos de forma mútua. Levando-se em conta, então, que lei e espaço não existem de forma autônoma ou em dimensões distintas, mas estão fundidos, este trabalho busca contribuir para o aprofundamento do entendimento de processos associados à inserção social de refugiados em seus países de acolhimento, por meio do desenvolvimento de uma abordagem espacial que valoriza essa dimensão territorial-legal enquanto uma instância de crucial importância no contexto que envolve essa questão migratória. Na análise teórica aqui apresentada objetiva-se dar visibilidade à dimensão legal do problema por meio de uma aproximação entre o problema do refúgio e as categorias espaciais de construção da sociedade, permitindo-se, assim, a visualização mais complexa do campo de forças que compõe o tema. O tema do trabalho é o refúgio, enquanto uma essencial questão social cada vez mais presente, mas a categoria de análise é a dimensão territorial-legal, enquanto um ambiente cultural e material constituído pela concretização de regras legais, pelo significado socioespacial concedido a elas e pelas práticas e ações tomadas no contexto dessas regras. Nesse sentido, a lei deve ser considerada como socialmente construída e analiticamente inseparável das relações sociais e políticas. Todavia, ela não é apenas um reflexo dessa estrutura política; ao mesmo tempo, também orienta e influencia a ação político-social. Ela estabelece recortes e rearranjos espaciais de maneira indireta já que regula a forma de convivência entre indivíduos e grupos que, a partir dessas regras e sob a influência de sua forma particular de interpretação, interagem entre si e organizam sua vivência cotidiana. Ao mesmo tempo, as demandas sociais criadas sob um conjunto institucionalizado de regras que organizam o espaço podem influenciar a revisão ou criação de novas leis, que por sua vez, tanto são capazes de amenizar conflitos, influenciando rearranjos sociais e territoriais, como, de forma imprevista, podem atuar como detonadores de novos conflitos espaciais criadores de novas demandas regulatórias. A partir, então, da concepção de que a forma como a lei é criada e aplicada está intrinsecamente relacionada às características locais é que a nova Lei de Migração do Brasil e o decreto presidencial que a regulamenta devem ser interpretados, considerando-se as condições territoriais criadoras dessa demanda e os possíveis rearranjos e rebatimentos no território desse marco regulatório. Com esse olhar, por exemplo, é que se deve avaliar o fato de essa Nova Lei ter institucionalizado a concessão de vistos temporários para acolhida humanitária, dando-se, a partir dela, visto de um ano "ao apátrida ou ao nacional de qualquer país" em "situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses",



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

texto esse que significou a consolidação do visto temporário humanitário utilizado por refugiados haitianos, desde 2010.

Bibliografia:

BETTS, Alexander & COLLIER, Paul. *Refuge: rethinking refugee policy in a changing world*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

BRAVERMAN, Irus et al. *The Expanding Spaces of Law: A Timely Legal Geography*. Califórnia: Stanford University Press, 2014.

DELANEY, David. *The Spatial, the Legal and the Pragmatics of World-Making: Nomospheric Investigations*. London and New York: Routledge, 2010.

A territorialização dos Mbya Guarani da região das missões no Rio Grande do Sul

Helena Amanda Faller Tagarro

Antes, donos de toda essa terra, hoje os povos indígenas precisam lutar para terem suas identidades e direitos reconhecidos; seu território tornou-se restrito e imputado pelo Estado, muitas vezes, sem levar em consideração a trajetória histórica e cultural e as relações territoriais pré-existentes. Por muito tempo os índios no Brasil tiveram sua história, sua cultura e identidade negligenciados pelo Estado e por grupos dominantes, mas que desde o século passado vem tomando outras configurações, o qual tem buscado reconhecer a participação desses povos na historicidade brasileira.

A chegada luso-hispânica entre os séculos XV e XVI rendeu grandes transformações no território “descoberto”, que contou com a ajuda, em partes, dos padres jesuítas, que estiveram presentes em vários momentos da história do Brasil. Uma das ações mais efetivas desses religiosos se deu início no século XVII, com o estabelecimento das reduções, obras idealizadas pelo projeto missional e que ganhou grande prestígio diante da coroa espanhola ainda naquele período (MAEDER, 2009). As reduções se tratavam de povoados construídos com o intuito de evangelizar os índios reunindo-os em um único espaço. Eram caracterizadas por manterem uma administração comunitária e possuía uma infraestrutura que atendia não só os centros urbanos, como as áreas de cultivos e de criação de gado (ABREU, 2016). A organização missionária foi se aperfeiçoando com o passar do tempo, sobrevivendo, inclusive, à invasão dos bandeirantes vindos de São Paulo, ainda no século XVII, até chegar ao formato de trinta povos das missões que deu origem à Província Jesuítica do Paraguai. Com a atual delimitação política-territorial da América Latina, esses trinta povos se encontram distribuídos entre quinze na Argentina, oito no Paraguai e sete no Brasil.

Os sete povos das missões situados no Brasil estão localizados no noroeste do Rio Grande do Sul, e hoje compreende a Região das Missões com 26 municípios que integram a Associação dos Municípios das Missões. Quatro desses sete povos são acautelados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) através da legislação federal de tombamento. Porém, antes mesmo do primeiro bem ser tombado, em 1938, a região já recebia atenção governamental das esferas municipais, estadual e federal em prol da proteção dos elementos históricos referentes à presença das reduções jesuíticas-guarani no território (STELLO, 2013). O avanço das cidades tomou conta das antigas reduções e três delas foram completamente sobrepostas, sendo os povoados de Santo Ângelo Custódio, São Francisco Borja e São Luiz Gonzaga. As demais possuem algum vestígio remanescente das reduções e tiveram todos seus sítios tombados, sendo eles São Miguel Arcanjo, São João Batista, São Nicolau e São Lourenço Mártir. Os sítios de São João Batista e São Lourenço Mártir são os únicos localizados em áreas rurais (STELLO, 2013). Há uma peculiaridade quanto ao Sítio de São Miguel Arcanjo, pois além deste ser tombado como Patrimônio Cultural Brasileiro, também foi declarado Patrimônio

Mundial pela UNESCO, em 1983, e pelo MERCOSUL, em 2015. Além dos quatro sítios tombados, em 2014 foi reconhecido mais um patrimônio naquela região, dessa vez trata-se da Tava, registrada no Livro de Lugares como “Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani”. Esse registro permite acender uma ideia de que exista de fato uma forte relação entre os guarani com aquele território.

Em 2009 foi criado o Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guarani, sob o Decreto nº 6.844, que reúne os quatro sítios missioneiros acautelados. Entretanto, a delimitação real do parque ainda não foi definida, gerando a necessidade da elaboração do Projeto de Cooperação Técnica Internacional “Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guarani” pelo IPHAN em parceria com a UNESCO que, para além da delimitação, também objetiva contribuir com o planejamento de gestão do território. Um dos propósitos do projeto é a produção de um Guia da Paisagem Cultural das Missões, que visa propor um plano de gestão da Região Missioneira, incluindo um plano específico para o parque. Tal guia foi desenvolvido pelo Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico para a gestão da paisagem cultural do território de Andaluzia, na Espanha e será utilizado como modelo para a aplicação nas Missões, no Brasil.

Deste modo, o trabalho envolve um estudo acerca do conceito de território a partir da concepção dos Mbya Guarani, e o objetivo a ser alcançado é o que ele representa para esse povo, acreditando que exista alguma particularidade, tendo em vista o oguata porã, a tradicional caminhada guarani em busca da Terra Sem Mal. Em síntese, essa pesquisa propõe um estudo a respeito do território a partir do entendimento dos Guarani, de modo a proporcionar a caracterização da Paisagem Cultural das Missões, a fim de contribuir com a elaboração do plano de gestão territorial.

Bibliografia:

ABREU, C. Documento técnico contendo conteúdos levantados e sistematizados sobre experiências brasileiras e latino-americanas no campo do tratamento da paisagem cultural e de Parques histórico-culturais que possam se constituir em subsídios para o Projeto de Cooperação Técnica Internacional 914BRZ4016 “Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guarani”. Consultoria Técnica. Brasília: UNESCO, 2016.

MAEDER, Ernesto J. A. Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaranies: Argentina, Paraguay y Brasil = Atlas territorial e urbano das missões jesuíticas dos guarani: Argentina, Paraguai e Brasil. / Ernesto J. A. Maeder; Ramón Gutiérrez; [coord. de la ed., Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico; colabora, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil (IPHAN)]. – Sevilha: Consejería de Cultura, 2009.

STELLO, Vladimir Fernando. Além das Reduções: A Paisagem Cultural da Região Missioneira. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

A União Europeia e o Reino Unido pós-Brexit

Marcos José dos Santos de Oliveira
Dante Severo Giudice
Jailton Nunes de Oliveira

A União Europeia (UE) é um bloco político-econômico composto atualmente por 28 países membros abrangendo grande parte do continente europeu. É o mais bem sucedido e mais antigo bloco (nasceu em 1957 como “Comunidade Econômica Europeia”) que se tem conhecimento, criado logo após o fim da Segunda Guerra Mundial com objetivos econômicos que condicionavam uma dependência relativa entre os seus integrantes e que resultou na minimização de conflitos entre os mesmos. No entanto, o Reino Unido, membro da União Europeia desde 1973, realizou um referendo em junho de 2016 para decidir a permanência ou não da Ilha no bloco que obteve índice (72,2%) histórico de comparecimento dos eleitores, de acordo com Odilla (2016), pondo em risco a estabilidade desse. A consulta popular foi realizada pelo Ex-Primeiro-Ministro David Cameron, pois foi o que ele havia prometido fazer (pleito de parte da população), caso fosse eleito, apesar de se posicionar a favor da permanência e alertar sobre os riscos dessa saída. A opção pela saída da UE venceu nas urnas, motivada por questões de terrorismo, desemprego da população e os problemas migratórios, tudo isso mascarando a onda xenofóbica que assola a Europa. O denominado “Brexit”, que segundo Souza e Obregon (2017, p.11) é uma abreviação e uma junção dos termos Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída), levou Cameron a renunciar ao cargo que em aproximadamente dentro de um mês foi assumido pela então Primeira-Ministra Theresa May. O “não” a permanência ainda gerou muita repercussão na Europa e no mundo, visto que é um fato inédito na história do bloco. Dentre os motivos que levaram ao Brexit pode-se citar: a crescente imigração, principalmente para a Inglaterra; a pressão da elite conservadora inglesa e a crença de que era melhor o Brexit como uma espécie de segurança para a economia do Reino Unido, visto que o orçamento investido na União Europeia era maior que o recebido desta. A data limite para o fim da integração do Reino Unido ao bloco se aproxima e com isso grandes questionamentos surgiram e continuam surgindo. A decisão de saída não foi fácil e tão pouco será uma tarefa tranquila no que diz respeito as negociações que devem ser acordadas entre as partes, principalmente porque a Escócia, país que integra o Reino Unido não concorda com tal deliberação. Embora tenha sido voto vencido nas urnas não irá facilitar as negociações para a separação e isso se configura em uma grande questão a ser solucionada, uma vez que as reservas de petróleo existentes na Escócia são sem dúvida de grande importância para economia do Reino Unido. A Irlanda do Norte também votou pela permanência, mas devido ao acordo de Belfast, assinado em 1998, uma consulta pública para votar uma possível saída do Reino Unido é um tanto complicada, pois dependeria de um pedido da maioria dos representantes políticos das comunidades nacionalistas e unionistas norte-irlandesas que historicamente não mantém boas relações. Dessa maneira o referendo, além de ter colocado o futuro da União Europeia em risco, pôs o do próprio Reino Unido que pode sofrer com uma onda de manifestações populares e ter seu

território redesenhado após séculos de união. Analisar, portanto, cenários possíveis pós Brexit constitui o principal objetivo desse artigo elencando potenciais separações dentro da União Europeia e do próprio Reino Unido. A produção deste artigo teve como base o estudo de publicações em meio impresso e digital, como artigos, trabalho de conclusão de curso, revistas e outros.

Bibliografia:

NUNES, Rayanne Vieira Galvão. A crise migratória europeia e o Reino Unido. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) – Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

ODILLA, Fernanda. Reino Unido decide deixar União Europeia. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 jun. 2016. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/06/1785097-com-metade-da-apuracao-saida-da-ue-leva-vantagem-em-plebiscito-britanico.shtml>>. Acesso em 13 dez. 2017.

SOUZA, Ana Mariana Oliveira de; OBREGON, Marcelo Fernando Quiroga. Análise da formação da União Europeia e Brexit: as possíveis consequências da saída do Reino Unido do sistema de integração europeu. Derecho y Cambio Social. Peru, n° 50, 2017. Disponível em: <
https://www.derechocambiosocial.com/revista050/INDICE_POR.htm>. Acesso em: 1 fev. 2018.

HOLF, Natali Laise Zamboni. et al. Brexit - União Europeia: A Imigração Como Uma Questão De Segurança Internacional. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 8 (3), 2017.

Acumulação via espoliação no governo de Michel Temer

Fabiana Lemos Sant' Ana
Janaína Conceição da Silva
Guilherme Augusto Campos

Em meio a um contexto de incertezas, temor e mobilização, no ano de 2003, David Harvey - geógrafo britânico marxista - redige *O Novo Imperialismo*. A guerra dos Estados Unidos, apoiado pela Grã-Bretanha e Espanha, contra o Iraque havia acabado de eclodir. Com resultados ainda obscuros - termo do próprio geógrafo - Harvey se propôs, então, a “lançar alguma luz sobre o motivo de termos chegado a uma conjuntura tão perigosa e difícil”. Tendo como foco principal a atuação estrategista dos Estados Unidos no tocante à expansão de sua lógica de poder e capital, o livro traz importantes elementos críticos à reflexão. Um deles, ao qual esse artigo pretende tomar como suporte teórico e metodológico, é o conceito de espoliação. Não é um conceito novo; Marx já utilizara no *Capital*, todavia, dada as circunstâncias tempo-espaciais, apresenta novas roupagens. Segundo o autor, o problema da sobreacumulação poderia (pode) ser solucionado através da expansão geográfica do capitalismo, destacando, inclusive, que a lógica territorial sob a capitalista nos pós-Primeira Guerra, ao não estar atenta para esse veio, malogrou a incapacidade de resolução da superacumulação de 1930. Assim, essa prática espacial constitui o “exterior” ou, nas suas palavras, “seu próprio outro”, que se constituem, em verdade, na “persistência contínua das práticas de predação da acumulação primitiva ou original”. Contextualmente distintas, como já mencionado, Marx analisa a espoliação sobretudo sob o ponto de vista da expropriação dos camponeses de seus meios de produção, cujo principal ativo alvo do roubo fora a Terra. Harvey coloca que esse “roubo” permaneceu presente na geografia histórica do capitalismo e traz outros elementos, alguns aprimorados, outros novos, materiais e subjetivos, diretos ou indiretos, ao debate. Um olhar especial se volta, entre outros citados, à privatização, “o braço armado da acumulação por espoliação”, a concretização da ortodoxia neoliberal que tem o ímpeto de privatizar tudo o que for de bom grado aos interesses corporativistas, (incluindo aí os recursos naturais); e o sucateamento das relações trabalhistas. Tomando como base esses pressupostos, o artigo que segue tem como objetivo analisar as medidas que se configuram como espoliárias, via conceito Davidharviano, no governo de Michael Temer. No documento proposto pela Fundação Ulysses Guimarães em outubro de 2015 intitulado “Uma ponte para o futuro”, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) lançou aquilo que seriam as bases de seu governo após a queda da então Presidenta Dilma Rousseff. Em linhas gerais, a Ponte para o Futuro conclama a sociedade brasileira ao consenso, invocando-a a encarar de frente o seu destino, neoliberal no caso, voltado para a o incentivo da iniciativa privada e ao “desenvolvimento”, com clara priorização das questões interessantes ao mercado. A partir deste documento e das demais ações e projetos propostos pelo Governo Temer, pretende-se analisar como essas medidas tem se configurado como práticas (continuadas) imperialistas. Estamos cientes que isto não é inédito na política brasileira (pelo contrário), contudo, acredita-se que esse



recorte específico é demasiado ilustrativo da retomada do aprofundamento da submissão do Brasil ao “O Novo Imperialismo”.

Bibliografia:

HARVEY, D. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro primeiro : o processo de produção do capital, volume I. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Uma ponte para o futuro. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

América do Sul, integração econômica, infraestrutura e meio ambiente: um exame dos entrecruzamentos institucionais entre economia, política e cultura no sistema internacional

Marta Cerqueira Melo
Nilson Araújo de Souza

Para efeito da construção de um marco teórico que favoreça a compreensão da dinâmica contemporânea de expansão do capital na América do Sul – tarefa na qual se inscreve o presente trabalho –, realizaremos um exame do contexto de integração regional sul-americana, sobretudo a partir da década de 2000, desde o ponto de vista da questão ambiental. Interessa-nos aí visualizar alguma natureza de atravessamentos políticos e culturais no contexto de integração econômica e de infraestrutura então vigentes, bem como as ressonâncias deste fenômeno no campo da Economia Política Internacional. Partimos do entendimento de que o aumento da complementaridade produtiva entre os países da região, mais além de simples delineamento teórico, apresenta-se na contemporaneidade como parte da dinâmica socioeconômica, política e cultural sul-americana. E sob o impulso que lhe vem sendo dado, ademais, no âmbito de instituições, blocos regionais e Estados nacionais, passou a compor a agenda da integração produtiva e comercial - vista aí como aspecto estratégico de relevância do ponto de vista da inserção dos países da região no sistema internacional. Nesse contexto, os debates sobre infraestrutura ganharam espaço, sendo esta considerada como pressuposto básico de qualquer iniciativa para a promoção do desenvolvimento ou de integração econômica regional. Na América do Sul, atualmente, a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é sua principal expressão. Ao mesmo tempo, tem-se o fato de que esses debates vêm sendo sistematicamente penetrados, sobretudo a partir dos conflitos socioambientais que acompanham a implementação dos projetos direta e indiretamente ligados à IIRSA, por projetos teórico-políticos que trazem consigo diversas agendas, apontando, mais bem, para as ressonâncias do que Svampa (2013) tem considerado como um novo padrão de conflitividade na América Latina. Diversos eventos ambientais contribuíram para a consolidação dos padrões e modelos conservacionistas internacionais, fortalecendo a ideia de que todo o planeta deveria responsabilizar-se pelas questões ambientais – marcando aí as responsabilidades das nações econômica e tecnologicamente avançadas (GUANAES, 2014). A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada pela ONU no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro (Rio 92; Eco 92; Cúpula da Terra), nesse sentido, é um dos principais marcos históricos da conformação de uma ordem ambiental internacional (RIBEIRO, 2001). Pelas inter-relações que estabelece com o contexto da economia-mundo e com o processo de instituição de novos direitos territoriais e culturais no sistema internacional, interessa-nos, desse conjunto de documentos, explorar a Convenção sobre Diversidade Biológica (CB) – estabelecida, como referido antes, em 1992 durante a CNUMAD, mas que entra em vigor em dezembro de 1993. Entre os temas muito tratados pela CB está o acesso dos países em desenvolvimento a tecnologias, bem como a transferência tecnológica a esses

países, em condições justas e termos favoráveis, por parte dos países que dominam ditas tecnologias. Esse tema se complexifica ao envolver tecnologias que têm a sua possibilidade de transferência submetida ao sistema de patente e a outros direitos de propriedade intelectual internacionalmente firmados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (Acordo sobre a Proteção da Propriedade Intelectual/ Acordo TRIPs), e outras tecnologias não patenteadas – como é o caso daquelas que derivam de conhecimentos e práticas tradicionais que foram desenvolvidas ao longo do tempo por comunidades locais. Como desafio para o campo da economia política internacional, fica o de situar-se frente às duas lógicas de relação com a natureza que deste contexto emergem ou, em outros termos, o de situar-se aí em relação aos “dois tipos claramente diferenciáveis de racionalidade produtiva” (LEFF, p. 102, 2009) delineados sócio-historicamente pelas sociedades pré-capitalistas.

Bibliografia:

EQUIZA, A. M. F. Desarrollo y conflictos socioambientales. Indagaciones para construir nuevos posibles. In: EQUIZA, A. M. F. (Org.). Territorios, economía internacional y conflictos socioambientales. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires; Centro de Investigaciones Geográficas, IGEHCS, FCH: Tandil, 2013;

LEFF, E. Ecologia, capital e cultura. Vozes: Petrópolis, 2009;

PADULA, R. Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana – uma visão crítica à IIRSA. Laboratório de Estudos da América Latina (LEAL), Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: < <http://leal-uffrj.blogspot.com.br/2011/04/artigo-infraestrutura-geopolitica-e.html> >. Acesso em 28 de fevereiro de 2018;

QUENTAL, P. de A. Dilemas da Integração Regional na América do Sul: a lógica territorial da IIRSA e as suas implicações socioespaciais. Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales (CLACSO): Buenos Aires, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131013100118/Quental_trabalho_fi nal.pdf>. Último acesso em 23 de março de 2018;

RIBEIRO, W. C. A ordem ambiental internacional. Contexto: São Paulo, 2001.

Catalunha: a Espanha vive difícil momento geopolítico

Marcos José dos Santos de Oliveira
Nizete Maria Bomfim
Marcia Luzia Noronha

Este trabalho vem sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisa GEPOGEO – Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica, da UCSAL - Universidade Católica do Salvador, e pretende estudar a questão do separatismo, sob a ótica do nacionalismo e regionalismo na Catalunha. A metodologia será desenvolvida através de pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica, em livros, artigos, jornais e sites. A questão do separatismo catalão é antiga. Em janeiro de 2013, o Parlamento regional da Catalunha aprovou a “Declaração de Soberania e o Direito a Decidir do Povo da Catalunha”. Neste documento está expressa a vontade do povo catalão de autogovernar-se democraticamente. A Catalunha nunca foi uma nação independente, mas se consolidou como detentora de certa autonomia em relação à monarquia espanhola, possuindo seu próprio governo regional o – Generalitat. A Constituição de 1978 permitiu a organização territorial da Espanha em dezessete Comunidades Autônomas, que gozam de elevado grau de autonomia e autogoverno. A unidade espanhola começou a ser ameaçada a partir da liberação/autonomia dada às regiões, com o fim da ditadura franquista, promovendo o fortalecimento da cultura catalã e do idioma catalão. Essa fragmentação idiomática é um ponto crucial para possíveis futuras secessões na Espanha, pois embora o espanhol seja o idioma oficial, para a maioria dos jovens é mais importante se dedicar ao estudo da língua inglesa, sendo notória entre eles a falta de fluência em espanhol. A Catalunha, historicamente reivindica a separação da Espanha. Embora esteja dentro do território espanhol, no nordeste do país, a região possui significativas diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais em relação ao restante do país, o que leva muitos catalães a não se verem representados pela cultura espanhola. Além disso, a região é importante Polo Econômico e sua capital Barcelona, é uma das cidades mais visitadas do mundo e, conseqüentemente, um grande centro de negócios. De acordo com o jornal El País (2018) o PIB da Catalunha é praticamente o mesmo de Madrid, capital do país. A região também abriga em torno 7,5 milhões de pessoas, o que corresponde a 16% da população nacional, embora ocupe apenas 6,3% do território. Entretanto, os catalães consideram que o repasse do governo de Madrid não condiz com a contribuição econômica que a região oferece. Segundo Romão (2017) O atual enfrentamento começou em 2010, em um momento no qual a Espanha estava vivendo uma profunda crise econômica que afetou gravemente a Catalunha. Quatro anos antes, os catalães aprovaram em referendo uma nova lei autônoma (Estatuto) que ampliava os poderes da Generalitat e definia a Catalunha como uma nação dentro da Espanha. A partir de então os independentistas se organizaram para reunir multidões em manifestações, sobretudo em 11 de setembro, o Dia da Catalunha. Após várias tentativas infrutíferas para efetuar referendos pela independência, em 09 de novembro de 2014 foi finalmente realizado um referendo, de modo precário, e sob boicote dos partidos contrários a independência. As tentativas prosseguiram e vários acordos foram

tentados, inclusive com a substituição do Presidente catalão Artur Mas por outro dirigente nacionalista e membro da Convergència i Unió (CiU), Carles Puigdemont, considerado mais claramente independentista. Conforme Carvalho (2017), apesar dos protestos dos partidos oposicionistas e das advertências do Governo e instituições europeias, os partidos independentistas aprovaram no dia 7 de setembro de 2017, uma lei para convocar um referendo em 1º de outubro. E o fizeram impedindo as emendas da oposição. O plebiscito aconteceu, e segundo a Folha de São Paulo (2017), o governo catalão declarou a vitória do separatismo com expressivo percentual de votos favoráveis, mas com participação de somente 40% do eleitorado. O Estado espanhol reagiu com violência às manifestações em comemoração pelo resultado do plebiscito e promoveu a intervenção na região, destituindo o governo e exilando o presidente Carles Puigdemont. Novas eleições gerais foram convocadas para 08 de fevereiro de 2018. As eleições aconteceram com participação recorde de eleitores, permitindo que os partidos pró independência saíssem amplamente vitoriosos. O Governo espanhol reluta em aceitar a independência da Catalunha, e argumenta que a definição de uma nova configuração do conjunto da Espanha com a independência de uma parte de seu território, é da competência exclusiva do depositário da soberania nacional, neste caso, representada por todos os cidadãos espanhóis. Portanto, a consulta realizada apenas na Catalunha não representaria uma vontade soberana, que, segundo a Constituição vigente, pertence ao conjunto do povo espanhol. O movimento pela independência da Catalunha pode significar algumas perdas para região, como a saída da União Europeia, numa fragmentação que começa tomar força na Europa indo de encontro à tendência de que um continente unido é muito mais forte para enfrentar a economia amplamente globalizada.

Bibliografia:

CARVALHO, L.F. de. O Recrudescimento do Nacionalismo Catalão: estudo de caso sobre o lugar no século XXI. Brasília: Ed. FUNAG, 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. Bloco separatista obtém maioria absoluta em eleições na Catalunha. São Paulo, 25 fev. 2018, Caderno Mundo, p.1.

EL PAÍS. Porque o governo da Catalunha quer ser independente da Espanha? Madrid, 08 fev. 2018, Caderno Internacional, p.1.

ROMÃO, F.V. Espanha e Catalunha: choque entre nacionalismos. Lisboa: Ed. BookBuilders, 2017.

Dimensões políticas da crise econômica de Angra dos Reis (2014-2018)

Arthur Angelo de Aquino
Licio Caetano do Rego Monteiro

Após uma década de crescimento econômico e retomada de investimentos das principais atividades industriais de Angra dos Reis (indústria naval, produção de energia nuclear e logística de petróleo), o ano de 2014 marca um ponto de inflexão em que a crise começa a se instalar na cidade. As expectativas positivas geradas nos anos anteriores, que resultaram numa alta de empregos e de arrecadação municipal, com a perspectiva de alavancar processos mais sólidos de reconfiguração produtiva de Angra dos Reis, parecem ter sido revertidas diante da suspensão de obras e contratos nos principais investimentos previstos para a cidade.

Quais foram os principais fatos que contribuíram para essa reversão? Quais os principais sintomas da crise na região? E quais os efeitos que a interrupção dos investimentos na indústria naval, na construção da usina Angra 3 e no terminal portuário da Petrobras podem trazer para a economia urbana, para a gestão pública e para a sociedade local?

Para responder a essas perguntas, partimos de uma pergunta que tem se manifestado de forma difusa na mídia e na sociedade: teriam sido as investigações da Lava Jato o estopim para a reversão dos investimentos em Angra dos Reis, ou a Lava Jato só evidenciou e acelerou uma tendência previsível diante da inconsistência dos investimentos e da situação econômica do país? Mais do que responder de forma decisiva a esta pergunta, que se circunscreve ao âmbito da disputa de narrativas da crise, o trabalho busca situar os diferentes discursos que se confrontam articulando causalidades em diferentes escalas e esferas.

Este trabalho buscou acompanhar a evolução recente das investigações de corrupção envolvendo a Eletronuclear, a Transpetro e a Brasfels, avaliando em que medida as operações dessas empresas em Angra dos Reis foram afetadas. Numa primeira etapa, analisamos um banco de notícias levantadas a partir de palavras-chave na base do Google Notícias, reconstituindo a cadeia de eventos que impactaram as atividades produtivas - interrupção de obras, cancelamento de compras, suspensão de contratos, demissões de trabalhadores, dentre outros. Em segundo lugar, buscamos estimar o efeito cumulativo da crise econômica e política na arrecadação municipal e em indicadores sociodemográficos de Angra dos Reis. Por fim, buscamos identificar os diferentes discursos engendrados pelos atores políticos e econômicos para estabelecer relações causais explicativas da crise e as possíveis saídas, enfocando as diferentes escalas de ação e de impacto mobilizadas pelos discursos.

O resultado esperado é uma articulação entre séries temporais de curta duração (linhas de tempo dos principais eventos da crise econômica e política recente; evolução de arrecadação municipal e do mercado de trabalho local) e de longa duração (evolução da presença dessas principais empresas de Angra dos Reis em

seus momentos de crescimento e crise), buscando identificar características conjunturais e estruturais que condicionam os desdobramentos econômicos das ações políticas. Da mesma forma, buscamos identificar como as dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais da crise econômica de Angra dos Reis se apresentam nos discursos dos diferentes atores envolvidos.

Bibliografia:

MONIE, Frederic. Análise geopolítica dos conflitos territoriais na área de influência do complexo portuário e industrial do Açú – São João da Barra, RJ. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense N. 9, Rio de Janeiro, pp. 69–83, jan/jun 2016

SILVA, Róbson Dias; MATOS, Manuel Vitor. Petróleo e desenvolvimento regional: o Rio de Janeiro no pós-boom das commodities. Revista de Desenvolvimento Econômico, vol 2, n. 34, 2016

MACHADO, Lia Osorio. Angra dos Reis: porque olhar o passado? In: Diagnóstico Sócio-Ambiental do Município de Angra dos Reis, Convênio FURNAS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1995

Do-in antropológico da política cultural do ministro Gilberto Gil: escalas geográficas da simultaneidade entre os pontos de cultura e a UNESCO

Julia Santos Cossermelli de Andrade

Em seu discurso de posse junto ao Ministério da Cultura em 2003, no primeiro governo do Lula, Gilberto Gil anuncia as bases ideológicas da sua gestão. Primeiramente entende que cuidar da cultura não é apenas garantir o acesso - o usufruto dos bens - mas também defender o direito do cidadão de produzir cultura. Uma mudança paradigmática onde coloca todos os cidadãos como protagonistas do que ele entende por cultura. Quer o MinC presente em todos os cantos e recantos do Brasil, anuncia o fim do reino absoluto do “deus-mercado” que foi a marca da política do governo anterior de FHC baseada na lei dos Incentivos Fiscais. Defende, enfim, que o seu trabalho deva ser entendido como “parte de um projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso país. Como parte de um projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consciente e criativo de radicalidade social”. Já neste memorável discurso ele anuncia a necessidade do Brasil ser um emissor de “mensagens novas no contexto da globalização” e defende uma estreita parceria com o Ministério de Relação Exteriores. Traz a mais fina imagem: um do-in antropológico que seria, segundo ele, massagear os pontos vitais do corpo cultural do país para avivar o velho e atizar o novo pois “a cultura brasileira não pode mais ser pensada fora deste jogo, dessa dialética permanente entre tradição e invenção”.

Após os cinco anos em que Gil trabalhou em Brasília (2003-2008) podemos apontar duas grandes marcas da sua gestão: a política de Pontos de Cultura - que se tornou o carro chefe da era Gil e sua atuação internacional marcante e transformadora (quem não se lembra da imagem de Gil cantando ao lado de Kofi Annan na ONU?). A construção de pontes internacionais, diga-se passagem, já era uma de suas principais marcas desde a década de 60 quando Gil, após o exílio, constrói deliberadamente elos artísticos e políticos com membros de diferentes países africanos (por exemplo o nigeriano Fela Kuti), latino-americanos (o jamaicano Bob Marley) assim como norte-americanos e europeus e toma contato com o movimento negro destas localidades. Um vez no governo ele, com grande maestria, articulou duas escalas de ação: o local e o global em uma rede de novas retroalimentações até então inéditas no país. Ele afirma em 2009: “Claro que eu era ministro da Cultura do Brasil, tinha que cuidar das coisas brasileiras, mas cuidar das coisas brasileiras quer dizer, em várias circunstâncias, pensar no universal. Claramente me dei a tarefa de encontrar onde é que o Brasil se insere no mundo e onde é que o mundo se insere no Brasil. Como é que essa relação se estabelece, esse dinamismo entre Brasil no mundo e mundo no Brasil”

Nosso interesse é discutir a potência e as conseqüências da atuação de Gil nesta importante política comprometida com o decolonialismo que buscava um lugar novo para o Brasil tanto no cenário internacional quanto nas redes relacionais internas ao território. Compreender essa dialética da geopolítica de Gilberto Gil e sua forma de

fazer e pensar o projeto de país é instigante. Desafio esse que não exclui sua obra artística que é absolutamente coerente com seus atos como político, como ele já anunciava na década de 1980 no livro *O poético e o político* lançado em parceria com outro singular interprete do Brasil, Antônio Risério.

Seu projeto de Brasil, sua interpretação do que é cultura, território, meio ambiente, nação são pistas para um novo entendimento de país que ele, intuitivamente mas muito consciente, persegue e defende. Quem sabe nesta trilha aberta por ele (e sua parceiro e sucessor Juca Ferreira) não resida um conjunto de novos paradigmas de gestão política do território e de inserção geopolítica libertadora do Brasil no âmbito internacional.

Bibliografia:

GIL, Gilberto; RISÉRIO, Antônio. *O Poético e Político e outros escritos* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIL, Gilberto; ZAPPA, Regina Gilberto bem perto Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

FLÊCHET, Anais. Por uma história transnacional dos festivais de música popular. Música, contracultura e transferências culturais nas décadas de 1960 e 1970. *Revista Patrimônio e Memória – UNESP – FCLAs-CEDAP*, v.7, n,1, p. 257-271, jun. 2011.

ANDRADE, Julia. *Território e Cultura: uma problemática para a Política dos Incentivos Fiscais e o Marketing Cultural*. Dissertação de Mestrados defendida no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, maio de 2001 sob orientação da Profa Dra Maria Adélia de Souza.

Entre o sonho e a sobrevivência: uma análise do processo de territorialização dos imigrantes africanos na periferia da cidade de São Paulo

Everton Silva dos Santos

Ao sugerir uma breve descrição e análise da relação dos imigrantes africanos com o território periférico da cidade de São Paulo, devemos primeiro entender o território como vivo, para isso é necessário segundo SANTOS, 2008 “...levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política”. Em um contexto marcado por um avanço neoliberal de natureza extremamente conservadora, que mutila os direitos civis em prol do avanço econômico que transforma “tudo em mercadoria” e segrega territorialmente a classe trabalhadora, que organiza o tipo do uso e ocupação do solo através da especulação imobiliária legitimado por um Estado que está subordinado ao grande capital, e com isso acarretando em diferentes respostas e efeitos ao ambiente, beneficiando a poucos e excluindo a grande maioria da população que é pobre e preta. Esse ensaio visa alcançar os seguintes objetivos: Em primeiro lugar, que para analisar as condições reais dos imigrantes africanos em território periférico, é preciso buscar antes a compreensão do processo de territorialização, também entendido como a subjetividade da apropriação do espaço. Isso só ocorrerá se o enxergarmos, como aponta FARIAS, 2016 “...que para pensar a condição migrante é preciso enxergá-los, identificar suas diversidades internas e demandas, conhecer suas experiências de vida, seus anseios quando migram e suas lutas, suas agruras, fomentar o surgimento e divulgar os grupos existentes, conhecer seus trabalhos e condições, como também a vida familiar e suas aspirações”; em segundo lugar, a pesquisa busca analisar a situação desses imigrantes africanos, em uma sociedade marcada pelo racismo oriundo de três séculos e meio de escravidão negra no Brasil vinculada a um discurso xenofóbico, que continua atacando negras e negros que tentam uma nova vida no país, pois “a construção da nação não se fez homogênea; porém, o “Outro”, não de forma clara, continuou muito diferente, não somente na cor, mas em todas as atividades, consideradas, quase sempre, como inferiores” (CAMPOS,2007); e em terceiro lugar, se entendermos o conhecimento e as suas ideologias como formas de poder, dar visibilidade às geografias periféricas e negras, pode contribuir para a renovação da ciência geográfica, configurando práticas combativas do ponto de vista político e social. Sendo assim a Geografia é como diz SANTOS, 2011 “...um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de praticas politicas e militares e são tais praticas que exigem um conjunto articulado de informações extremamente variadas (pg 23) e “(...) a utilidade pratica de análise do espaço [é], sobretudo (...) a condução da guerra, como ainda para a organização do Estado e pratica do poder.”(pg.25)”.

Adotamos os seguintes procedimentos metodológicos para analisar o conteúdo desta pesquisa, visitas de campo em serviços públicos de saúde, educação e cultura, na área de estudo para melhor compreensão do processo de territorialização dos imigrantes, foram realizadas entrevistas para análise de conteúdo com objetivo de extrair



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

elementos que colaborem diretamente com os objetivos desse trabalho. Além disso, uma revisão bibliográfica sobre os elementos centrais desta pesquisa que envolvem o processo de migração, discriminação racial e territorialização.

Bibliografia:

BOITO, Armando Jr: Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil – 1ª ed. - São Paulo: Xamã, 1999.

CAMPOS, Andreilino. Do Quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro – 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FARIAS, Marcio. Relatos de imigrantes africanos na cidade de São Paulo sobre preconceito. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e Metodológicos da Geografia. - 6.ed. 2. reimp. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. - 11ªed. - Rio de Janeiro:Record, 2008.

Federalismo, regionalismo e políticas públicas: o caso da Integração do São Francisco

Juliana Nicoletti Ribeiro

O artigo propõe analisar o Projeto de Integração do São Francisco enquanto política pública intensamente influenciada pelas elites políticas regionais, sendo evidenciada como a obra estruturante mais importante da história nordestina, ao lado da Ferrovia Transnordestina. Pretende-se evidenciar, portanto, como o regionalismo é delineador de um cenário reivindicatório particular da região Nordeste e de suas elites, por meio da abordagem da bibliografia tangencial ao regionalismo nordestino, com ênfase na atuação das elites políticas e instituições públicas formais na formulação de políticas públicas encaminhadas a região. Não obstante, os discursos dos representantes políticos da região, aliados aos contextos e ideologias de cunho regional, oferecem uma possibilidade analítica do comportamento das elites e partidos políticos locais. Perante tal quadro, o regionalismo é problematizado enquanto movimento político articulador das diversas escalas do pacto federativo brasileiro, considerando a relação entre os Executivos estaduais e o Legislativo, além das coalizões político-partidárias, para a determinação de políticas públicas. Logo, busca-se problematizar a relação da Região Nordeste e de suas elites com o Governo Central para além do entendimento da região como cooptada devido ao seu declínio econômico, mas sendo considerada a autonomia das elites políticas na construção de pautas regionais para amenização de injustiças socioespaciais. A definição de uma agenda política regional emerge de demandas que historicamente acompanham o debate relativo à região, fundando-se a ‘questão Nordeste’ como problemática nacional, com a seca e a pobreza formando o nexos discursivo fundamentador do Projeto de Integração do São Francisco. O texto é dividido em três partes, a primeira relativa ao regionalismo enquanto estratégia política empregada pelas elites políticas locais para vantagens nas arenas de negociação e representação, sendo recuperada a bibliografia relativa ao tema e utilizando a análise de discursos para delinear de que maneira tais discursos são formulados e aplicados. Não obstante, agregar à análise discursiva as coalizões político-partidárias predominantes e as estratégias eleitorais nos estados envolvidos na Integração, incluindo as alianças eleitorais predominantes no Nordeste. Em uma segunda parte, tratar-se-á da relevância dos Executivos estaduais para a delimitação de políticas públicas, tendo em vista a sua relação com a Câmara dos Deputados. Na terceira e última parte, serão analisados os dados coletados acerca dos discursos e coalizões partidárias presentes nos estados envolvidos no Projeto de Integração do São Francisco, aliados ao perfil dos deputados e governadores destes estados. A partir da apresentação desses dados, pretende-se situar a pertinência da obra para a compreensão do regionalismo nordestino como fato mobilizador das escalas federativas com foco na atuação das elites e partidos políticos na definição de uma agenda política que congrega as unidades federativas e o Governo Central.

Bibliografia:

III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território
Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 10 a 14 de setembro de 2018



CASTRO, I. E. O Mito da Necessidade: Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

ABRUCIO, F. L. Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998.

RODRIGUES, J. N. Políticas Públicas e Geografia : a retomada de um debate. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

ARRETCHE, M. Federalismo e Igualdade Territorial: Uma

Contradição em Termos? DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 3, p. 587 a 620, 2010 .

Grandes projetos na Amazônia: espacialidade, alienação e poder

Jorge Sales dos Santos
José Augusto Lopes da Silva
Maria José Lopes da Silva

O presente artigo surge de uma ideia prematura do trabalho de conclusão de curso, que abrange as discussões acerca da dinâmica global-local caracterizada pela globalização neoliberal, com debate acerca dos interesses do capital na ideia de “desenvolver” a Amazônia a partir de 1950. Neste sentido, será abordada a estruturação de dois megaprojetos na segunda metade do século XX, a exploração de celulose pela Jarí Celulose na divisa dos estados do Pará e Amapá e exploração de bauxita que é purificada em alumina (hidróxido de alumínio) no município de Barcarena no estado do Pará, evidenciando as modificações socioespaciais que ocorrem em ambos os municípios em que atuam, bem como a relação de ação e controle exercida por grandes instituições financeiras e pelo estado nos municípios de Barcarena e Vitória do Jari- Amapá. Essas grandes corporações criam sua própria organização espacial nos municípios onde estão instaladas. Áreas caracterizadas basicamente pela atividade rural e pela agricultura de subsistência com infraestrutura precária são alvo do discurso de “desenvolvimento” e consequentemente inseridos dentro de uma lógica mundial onde o capital controla o fluxo de pessoas e mercadorias, expondo as diferenças econômicas e espaciais do centro-periferia, remodelando o modo de vida da população local, que por sua vez abandona o modo de vida de subsistência para o trabalho assalariado. Ocorre desta forma uma metamorfose na identidade cultural da região, que se soma a intensas migrações de pessoas em busca de melhores condições de vida, evidenciando a reprodução das sociedades de classes, e a interferências do Estado para satisfazer os interesses do capital bem como as relações de poder dinamizadas entre o capital e o estado, visando à compreensão das regras de localização dos empreendimentos para obter a maximização dos lucros. Em lado oposto a esses fatores ocorre, no mesmo período, o crescimento dos movimentos sociais, a revalorização do regionalismo e do nacionalismo e as interseções existentes entre esses movimentos com a dinâmica globalizadora. Além dos estudos das múltiplas escalas sobre as dinâmicas da globalização será analisado como se caracterizam as organizações espaciais nos municípios estudados, bem como sua estrutura, processo, função e forma. Para tanto, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica para a identificação do suporte teórico para abordar o tema exposto, utilizando-se de entrevistas de cunho formal e informal de habitantes que estão inseridos dentro dessa dinâmica em ambos os municípios. Foi realizada ainda uma pesquisa de campo no município de Barcarena para melhor compreensão do espaço industrial e as consequências para as famílias que residem próximo ao local das fábricas e utilizando os métodos cartográficos e de sensoriamento remoto procurou-se delimitar a área de estudo e estabelecer as relações físicas e sociais no meio estudada. O trabalho exposto torna-se importante para o entendimento dos fatores que desencadeiam o modo de exploração imposta



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

pelo movimento do capital e de uma forte globalização que introduz ações homogeneizadoras, definindo uma nova espacialidade.

Bibliografia:

CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. A (Org.). Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTRO, I. E. Geografia e Política: Território, escalas de ações e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORREA, R. L. A. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 2000.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. GEOgraphia, n. 1, p. 15-39, 1999.

PINTO, Lucio Flavio, Jari, toda a verdade sobre o projeto de Ludwing: as relações entre estado e multinacional na Amazônia. São Paulo: Marco zero, 1986.

Màdkà 737 da Gol, vôo 1907: “Mekarõ Nhurukwa” no território Mebêngôkre, terra indígena Capot-Jarina-MT

Mayalú Kokometi Waurá Txucarramãe
Vinicius Modolo Teixeira

Este trabalho visa apresentar o contexto histórico da trajetória de luta em defesa do modo de vida e do território de ocupação tradicional do Povo Mebêngôkre, localizados na Terra Indígena Capot-Jarina, norte do Estado de Mato Grosso e envolvidos na tragédia do Boeing 737 da Gol, voo 1907. O acidente em questão, ocorrido em 29 de setembro de 2006, derivou do choque de duas aeronaves em voo sobre o Parque Nacional do Xingu, resultando na queda da aeronave da companhia Gol no território indígena, vitimando 154 pessoas. A população indígena localizada na Terra Indígena Capot-Jarina, eram as pessoas mais próximas do local do acidente, e tiveram papel fundamental na busca e identificação do local do acidente, auxiliando as equipes de resgate como guias e suporte as operações realizadas pelas equipes de busca da Força Aérea Brasileira. A despeito da comoção nacional derivada das vítimas do acidente e da atenção às investigações para esclarecer as condições envolvidas no caso, pouca atenção foi dada a questão indígena envolvida nesse acidente, a qual entendemos carecer de estudos e que aqui fazemos a partir do olhar da Geografia e Geografia Política. O ponto de destaque nessa discussão diz respeito a luta do Povo Mebêngôkre contra a companhia aérea Gol, que buscou, através da judicialização do caso, uma indenização por compreender que havia sido prejudicada pelo acidente. Tal valor requerido pelo movimento indígena dizia respeito ao entendimento de que a área em que aconteceu a tragédia havia se tornado um território sagrado na visão do Povo Mebêngôkre, já que o local, por concentrar um grande número de mortes, havia se tornado uma casa dos espíritos, ou na língua Mebêngôkre, Mekarõ Nhurukwa. Esse fato levou a modificação da dinâmica da sociabilidade no território, causando inclusive a mudança da aldeia e o abandono de instalações próximas ao local do acidente. Essas mudanças ocorreram baseadas nas crenças, valores espirituais, valores morais e na territorialidade Mebêngôkre, o que gerou o entendimento do Ministério Público Federal do direito do Povo a receber uma indenização da empresa aérea Gol. Dessa forma, o estudo da territorialidade do Povo Mebêngôkre, baseado em suas crenças e valores indígenas, torna esse trabalho interessante a Geografia. Além disso, o reconhecimento do direito a indenização pela justiça brasileira, torna este caso singular, devendo se tornar um marco para os povos indígenas na luta pela preservação de sua identidade. Este trabalho será baseado na revisão bibliográfica de documentos que tratem do acidente, da construção do pensamento indígena, mais especificamente o associado ao Povo Mebêngôkre e das questões territoriais envolvidas nessa discussão, pela qual trataremos em atenção aos conceitos emanados da Geografia e Geografia Política. Tal discussão se insere e é necessária tanto à academia, carente de estudos sobre os povos tradicionais, como para os envolvidos



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

nesse debate, os quais necessitam do reconhecimento de suas tradições e valores perante a sociedade brasileira.

Bibliografia:

FERREIRA, Denilson da Silva, Território, Territorialidade e Seus Múltiplos Enfoques na Ciência Geográfica, Mestrando – Programa de Pós Graduação em Geografia/UFPA, CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr, 2014.

LUKESCH, Anton. Mito e vida dos Caiapós. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

TURNER, Terence, Os Mebengokre Kayapo: História e Mudança Social de comunidades autónomas para a coexistência interétnica, Projeto editorial: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo. São Paulo : Companhia das letras, Secretaria Municipal de Cultura : Fapesp. 1998.

Meio ambiente e cultura no plano diretor da cidade do Rio de Janeiro: o bairro do Flamengo na macrozona controlada carioca.

Paula Belmiro Fontes

Este trabalho tem como objetivo verificar como marcos históricos em ambientes metropolitanos podem ser referenciais para o ordenamento territorial de bairros, trazendo para a cena política dimensões simbólicas para a compreensão de novas funções urbanas. A partir da visão do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro sobre a organização dos aspectos ambientais e culturais do território, analisaremos como o bairro do Flamengo se insere na divisão territorial chamada Macrozona Controlada. Nesse sentido utilizaremos a legislação municipal como base para a percepção das políticas públicas relacionadas a cultura e meio ambiente na gestão local. Assim, pretendemos compreender como os espaços foram se refuncionalizando através dos tempos, que aspectos históricos, políticos e sociais se interrelacionam e produzem a logística atual, para que, dessa forma, possamos perceber como o zoneamento proposto se encaixa nos aspectos culturais e ambientais a corresponder melhor às potencialidades e necessidades existentes no local. A rua Paissandu, no bairro carioca do Flamengo, é um dos elementos que mantém vivo o imaginário de transição entre a cidade imperial do século XIX e a cidade moderna do século XX, onde as relações políticas se mesclam. A rua possui elementos arquitetônicos e naturais que remontam as bases de sua história de formação, assim este aspecto reforça as características simbólicas dos componentes pertencentes a paisagem local. O entendimento sobre a dinâmica de funcionamento do bairro nos traz a compreensão sobre a relevância da organização dos atores sociais e políticos no ordenamento territorial. Dessa forma, procura-se estabelecer as diversas dimensões simbólicas entre os aspectos ambientais e culturais e os atores sociais. Suas interações produzem diversas relações que formam um mosaico de práticas políticas na área de estudo. A partir dessas marcas, o ordenamento de uma metrópole pode ser ressignificado, levando-se em conta as relações políticas que se mesclam no ambiente urbano, suas representações e o desejo por novas funcionalidades que emergem de uma população crescente, atuante e portadora dos anseios públicos de construção do seu cotidiano. A metodologia da investigação possui caráter documental e exploratório, e a pesquisa bibliográfica se dá sobre o histórico político de construção da rua e do bairro do Flamengo conjuntamente com o contexto de formação do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Em nossa fundamentação teórica os conceitos de paisagem, território e lugar serão trabalhados para enfatizar a relação do homem com seu espaço e as transformações advindas dessa relação. O território representado como uma construção por e a partir de relações de poder também podem ser contempladas na discussão da formação e organização das práticas dos atores na escala do bairro. Em nossa análise na pesquisa, o papel do Estado possui representação política de legitimar a participação das organizações existentes na sociedade através de seus instrumentos de legislação, como, por exemplo, o Plano Diretor da cidade, que possui a iniciativa de maior comunicação e contribuição dos atores sociais na gestão do território. O desenvolvimento do pensamento na Geografia Política nos leva a

compreender que essa instituição é fundamental para o desenvolvimento da centralização do poder nas sociedades. Como processo metodológico utilizaremos a análise bibliográfica de livros e documentos sobre a formação da cidade do Rio de Janeiro e sua expansão com processo de urbanização para as outras Zonas da metrópole carioca. Esse processo servirá de base para compreender a refuncionalização dos usos na Zona metropolitana através do processo de transformação das práticas sociais e políticas no espaço urbano carioca. A inserção de fotografias sobre edificações e aspectos naturais nos auxiliarão a visualizar e perceber o processo de transformação dos usos dos elementos realizados no território ao longo do processo histórico, do século XIX aos dias atuais no século XXI. Idas a campo para a coleta de informações e de imagens serão realizadas pela pesquisadora. Para esta pesquisa, tal percepção e ação se tornam vitais para uma gestão do território capaz de promover transformações socioespaciais urbanas. A importância de contribuir com as pesquisas sobre a relação do homem com o espaço através da Geografia com atribuições da questão urbana através da política prioriza as formas, comportamentos e símbolos culturais e ambientais como marcas de representação e transformação da ação humana, sendo o caminho que justifica este projeto de mestrado. A partir dessas marcas, o ordenamento de uma metrópole pode ser ressignificado, levando-se em conta as relações políticas que se mesclam no ambiente urbano, suas representações e o desejo por novas funcionalidades que emergem de uma população crescente, atuante e portadora dos anseios públicos de construção do seu cotidiano. O maior entendimento sobre a transformação de espaços metropolitanos e sua consolidação visa permitir uma maior compreensão do mundo, no sentido de que é a partir dessa forma que a transformação e reconstrução de novas formas de pensar e agir no espaço podem ser efetivadas. o território como uma construção por e a partir de relações de poder também podem ser contempladas na discussão da formação e organização das práticas dos atores na escala do bairro.

Bibliografia:

ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2. Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 845-91.

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, capítulos 6,7, 8 e 9, p. 95-192.1978.

CORRÊA, Roberto Lobato. O urbano e a cultura: alguns estudos. In: Corrêa, l. Roberto; ROSENDAHL, Zeny (orgs), *GEOGRAFIA CULTURAL – UMA ANTOLOGIA, VOL II*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, Universidade do Rio de Janeiro, 2013. p. 57-69.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade/ Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 7. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.*

Métodos e ferramentas para análise de redes de poder local: o caso de Ivaiporã/PR

Cleiton Costa Denez
Márcia da Silva

A presente pesquisa tem o objetivo de demonstrar a aplicabilidade de métodos e ferramentas para representar as relações e as redes sociais que se estabelecem para o controle de determinado território com a identificação dos atores, grupos políticos e suas territorialidades com o caso de Ivaiporã /PR. Para a coleta de dados o método utilizado é o snowball, com a aplicação de um roteiro, com a indicação de dois vínculos para os atores de uma lista semente, em que a cada entrevista se acrescenta mais atores, definindo a rede de relações, que não tem uma predefinição de tamanho e aumenta de acordo com novas indicações. Para identificarmos as redes estabelecidas para a disputa do território em Ivaiporã utilizou-se o resultado das eleições de 2012, em que foram selecionados os principais atores políticos do município, de acordo com os participantes das eleições majoritárias e proporcionais de acordo com o número de votos. Os dados dos resultados das eleições, como os principais atores, foram utilizados como base para organizar roteiros a partir de uma lista dos atores identificados para entrevistas, visando o objetivo de identificar a vinculação entre diferentes atores, onde o entrevistado indica dois vínculos para cada ator da lista. Foi solicitado que os entrevistados indicassem outros atores vinculados aos da lista, de forma que os novos atores foram incorporados à lista para as próximas entrevistas. Assim, as entrevistas continuaram até que se esgotaram as possibilidades de novos atores ou se decida parar. As entrevistas foram aplicadas a trinta pessoas de diferentes segmentos de Ivaiporã entre março a junho de 2015 com atores atuantes e participantes dos processos políticos do município e que conhecem as relações estabelecidas. As informações coletadas possibilitaram identificar oitenta e três ivaiporaense, entre os atores indentificados há referências externas aos dois municípios, que se vinculam aos atores locais, como deputados, senadores, ministros e etc. Para analisar os sociogramas é necessário qualificar os atores identificados. Além dos dados quantitativos, as entrevistas remetem a necessidade de informações qualitativas sobre os atores que foram surgindo de acordo com as aplicações das entrevistas, a partir da identificação dos atores é efetuada a qualificação dos mesmos, com a atuação política, profissional, social e econômica de cada um. Com a representação dos sociograma da rede social produzida pelos softwares Ucinet e Gephi é analisado os atores e suas vinculações. A representação da rede social permite, pelo grau de centralidade, intermediação e proximidade, interpretar as relações de dominação, já que revelam os atores centrais que se conectam com mais atores e os recursos que cada um controla. A intermediação que possibilita a conexão entre diferentes atores e a proximidade que identifica os atores que estão com as melhores posições na rede. Existem, portando, atores que possuem posições estratégicas na rede social que se vinculam e controlam os demais. A partir das entrevistas realizadas entre março a junho de 2015 em Ivaiporã foi possível identificar três principais grupos políticos no município: O grupo Papin, o grupo do

PMDB e o grupo do PT (ver figura 1). Evidenciam-se o grupo do PMDB polarizando o auto empresariado de Ivaiporã, comerciantes com vinculações com a Acisi. Ainda há nós com vinculações com a Maçonaria, Rotary, Rádios Ubá/IvaiporãFM, Jornal Paraná Centro e Grupo Comercial Ivaiporã. No grupo do PT é polarizado parte dos professores e funcionários da rede estadual de ensino vinculado a APP/Sindicato; agricultores familiares, pequenos comerciantes, profissionais liberais e lideranças religiosas. No grupo Papin os principais nós possuem vinculações de parentesco, a maior parte dos nós carregam o nome Papin: Alex Papin, Cristiane Papin, Sara Papin e Sandra Papin. A partir da identificação dos atores, grupos e redes é possível compreender que o posicionamento do ator potencializa ou veta a ampliação de tessituras dos grupos que se estabelecem na rede social, o favorecimento do posicionamento de determinado ator o coloca em situação privilegiada para se vincular com os demais atores e assim exercer poder. O ator/grupo não controla apenas uma empresa, escola, sindicato, comércio, seus sistemas e pessoas, mas controla de forma direta os seres e coisas aonde alcançam, como as escolas com os alunos e suas famílias, as igrejas com os seus fiéis, o comércio com os seus clientes, os sindicatos com os seus sindicalizados, as indústrias com os seus mercados.

Bibliografia:

ALEJANDRO, V.A & NORMAN, A. G. Manual Introdutório à Análise de Redes Sociais. UAEM – Universidad Autonoma Del Estado de Mexico. 2005.

FURINI, Luciano Antonio. Redes sociais temáticas: o caso das redes sociais de assistência à criança e ao adolescente em Presidente Prudente (SP) e suas representações sociais. 2008. 255 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/101423>>.

HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. Introduction to social network methods. Riverside, CA: University of California, Riverside (published in digital form at <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/>), 2005. Acessado em 02.10.2015.

MALAGOLLI, G. A. Rede política no arranjo produtivo local calçadista de Jaú. 2010. 250 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos: UFSCar. São Carlos SP.

NAZARENO, Louise. (2005), Redes sociais e coalizão de poder em Curitiba (1985-2004). Dissertação de mestrado, São Paulo, USP/DCP.

O localismo em Luís Eduardo Magalhães/BA: agentes, trajetória e conceituação

Josianne da Silva Lima

Constitui-se objetivo deste trabalho discutir e analisar o perfil dos agentes da emergência do Localismo no município de Luís Eduardo Magalhães/BA - LEM/BA. O conteúdo é parte da dissertação de mestrado defendida em 2016 sobre a Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios, denominada Bahia Farm Show – BFS, em torno da qual se constrói e consolida-se a dinâmica localista de LEM/BA. A investigação concluiu que o Localismo está radicado nos processos que incentivaram a migração dos sulistas para o Oeste da Bahia visando o desenvolvimento da agricultura científica globalizada sob a lógica de produção capitalista do espaço, da modernização e expansão do agronegócio no Brasil e dos incentivos governamentais que impulsionaram o setor a partir de 1970. O corolário é a conformação de um grupo de agentes representantes do poder político e econômico, intrinsecamente relacionados, de modo que a tentativa de definição dos limites entre as duas dimensões torna-se tarefa espinhosa. Os agentes do Localismo de LEM/BA são indivíduos que migram para o local, oriundos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Alagoas e outras regiões da Bahia com a finalidade de investir no agronegócio - inicialmente no setor primário e, posteriormente, nos setores secundário e terciário. Portanto, são empreendedores com ampla capacidade de aquisição de terras, investimento em tecnologia e promoção do crescimento econômico local. Distinguem-se pelo protagonismo político, caracterizado pela ocupação de cargos eletivos cujos programas de governo fundamentam-se na concepção da administração pública em analogia à gestão empresarial que, entre outros aspectos, foi responsável pela aproximação entre o local e o contexto competitivo global. Conceitualmente trata-se de um Localismo Verticalizado marcado pela convergência de interesses políticos e econômicos, visando à competitividade, através de ações de promoção, acessibilidade e incentivo ao uso do território. Localismo verticalizado ampara-se em Fonseca (2013) e Santos (2002), evidenciando que as ações engendradas pelos agentes locais transformam o território municipal, a cargo dos interesses dos agentes hegemônicos propagadores da economia capitalista. Ao estabelecerem-se os vínculos verticais, o funcionamento do município em termos políticos, econômicos e institucionais, via virtualidades do território, demonstra que a realidade assente entre política e território não pode ser compreendida apenas pelo modo de produção, que a dinâmica local se constrói de forma transescalar e que a emergência do localismo é constituinte da organização do território nacional. O percurso metodológico centrou-se na construção de um modelo de análise fundamentado em quatro etapas distintas mais não isoladas: primeiro, identificou-se o objeto de pesquisa lendo-se artigos e dissertações produzidos sobre LEM/BA, na sequência, iniciou-se a pesquisa documental que viabilizou o conhecimento e a leitura de documentos, livretos e anuários obtidos na sede das entidades organizadoras do evento BFS, principalmente na prefeitura municipal, na Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia – AIBA e nos endereços eletrônicos das instituições. Na etapa da pesquisa bibliográfica selecionaram-se os conceitos relevantes para a investigação, a saber: localismo

(FONSECA, 2013), globalização (HARVEY, 2013), fragmentação (CASTRO, 2013), federalismo brasileiro (ABRUCIO, 2006), descentralização (ARRETCHE, 1996), o papel e os modelos de gestão dos municípios (VIEIRA, 2007), modernização e expansão agrícola no Brasil (OLIVEIRA, 2008), eventos/feiras de negócios (BRAZ, 2013). A pesquisa de campo contemplou a observação no município comparando o ritmo entre os dias comuns e àqueles em que acontece a BFS e, também, no Complexo Bahia Farm Show, quando o olhar geográfico identificou os agentes de localismo de LEM/BA, através de discursos, conversas informais, seção de homenagens, fotografia oficial, presença no stand da Feira e recepção às autoridades. Reconheceu-se que para a compreensão do Localismo de LEM/BA os agentes deveriam ser os entrevistados. As entrevistas foram planejadas com expressa atenção às especificidades do recorte espacial – empírico, a começar pela definição dos grupos: G1 – Agentes políticos; G2 – Agentes da administração municipal; G3 – Agentes das associações de classe; G4 – Organizadores; G5 – Expositores; G6 – Imprensa; G7 – Instituições financeiras. Finalmente buscou-se aproximação, apresentou-se a pesquisa e seus objetivos, acordou-se que a partir daquele momento eles não seriam reconhecidos pelos nomes e, estabelecido o clima de confiança, realizou-se entrevistas semi-estruturadas. As ações perpassam todas as escalas, conformando, no território, um localismo compreendido como um conjunto de ações e movimentos que visam a visibilidade local através do Marketing Territorial. A discussão contribui para compreensão das constituintes do espaço no tocante à política e à economia.

Bibliografia:

BRUGUÉ, Quim; GOMÀ, Ricard (Coord.). Gobiernos locales y políticas públicas: bienestar social, promoción económica y territorio. Barcelona: Ariel, 1998.

CASTRO, Iná Elias de. Território do Estado: divisão ou fragmentação? Argumentos para um debate necessário. In: FONSECA, A. A. M da. et al. Estado, território e a dinâmica das fronteiras: reflexões e novos desafios. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013, p. 33-52.

FONSECA, Antonio Angelo Martins da. Federalismo, descentralização e localismos no Brasil. In: FONSECA, A. A. M da. et al. Estado, território e a dinâmica das fronteiras: reflexões e novos desafios. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013, p.143-158.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. 6. ed. Edições Loyola: São Paulo, 2013.

VIEIRA, Vanessa Silva. O governo local e a promoção econômica a partir do marketing territorial no município de Luís Eduardo Magalhães/Bahia. 2007. 141f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Ciências Humanas – Campus V, UNEB, Santo Antonio de Jesus, 2007.

O novo e o velho regionalismo: discussão necessária frente a dinâmica global

Cleonice Moreira da Silva

O objetivo do trabalho é realizar uma discussão conceitual a respeito do regionalismo. A fim de compreender o que existe de novo nas novas dinâmicas regionais e, quais as permanências do que se denomina de velho regionalismo. A análise se justifica em vista a complexidade das relações que são constantemente (re)construídas. Por esse motivo, a região será aqui compreendida como a representação da heterogeneidade e fluidez das relações estabelecidas via redes materiais e imateriais.

Nesse contexto, a heterogeneidade representa tanto os aspectos físicos quanto a diversidade espacial que caracterizam uma região, logo foge-se da ideia de homogeneidade regional; ao pensar o fluxo estabelecido a partir das redes regionais é inviável pensar a região a partir de uma estrutura rígida, sobretudo, quando entende-se que o que impulsiona e mantém ou não uma região são os interesses de ordem política e econômica expressas no espaço geográfico; tais interesses fundamentam a existência de uma coesão, que conseqüentemente garantirá a funcionalidade da região.

Entende-se que esse conceito é base para análise das estruturas que caracterizam as relações globais estabelecidas a partir do desenvolvimento das técnicas e tecnologias, na qual as novas estruturas regionais emergem como um fenômeno espacial significativo na rede global; essa rede marca uma nova estrutura relacional entre os espaços, uma vez que desconstrói a estrutura hierárquica piramidal, porém não extingue as desigualdades espaciais, na verdade as torna ainda mais complexas.

Esse é um dos fatores que justificam a necessidade de discutir e pensar as novas estruturas regionais na contemporaneidade. Entende-se que as novas estruturas regionais que caracterizam o novo regionalismo foi iniciada após a guerra fria. Desta forma, entende-se que o antigo regionalismo foi marcado por uma conexão menos fluída e restrita entre os espaços, uma vez que o mundo estava dividido a partir de duas ideologias produtivas e econômicas: capitalistas e socialistas. Neste momento, a essência da região era ideológica e política, e a conexão global apenas uma ideia, dessa forma o antigo regionalismo foi caracterizado por uma ordem bipolar, em que não havia autonomia dos agentes espaciais (Hettne; Inotai, 1994), logo o novo regionalismo é o contrário dessa dinâmica.

Visto que com o fim da guerra fria, as possibilidades de conexão entre todos os espaços, mesmo com diferentes intensidades, são impulsionadas, sobretudo, pela necessidade capitalista de produção e consumo. Neste momento, o papel da região na conexão global adquiriu outro significado/funcionalidade, isso aconteceu em função de uma maior autonomia, integração econômica, processos multidimensionais impulsionadas pela nova ordem mundial, de acordo com Lombarde; Garay (2006, p. 4)

... the new regionalism corresponds to a neo-liberal modelo of market integration between countries with differen levels of development. At the same time, the political dimension acquires relevance as much as the markets liberalization dimensions, in response the level of hegemony or relative power and influence of the dominant country (ies) in the corresponding regions .

As novas estruturas regionais seriam portanto, o reflexo político, econômico, social, cultural e ambiental das relações neoliberais, na qual as esferas políticas e econômicas são as que desempenham um papel hegemônico. De forma, que as regiões que apresentam uma melhor infraestrutura urbano/regional serão aqueles que deterão maior poder de influência.

Dado exposto, a discussão será desenvolvida a partir de autores que se debruçam sob as discussão da temática aqui apresentada, bem como do conceito de região.

Bibliografia:

HETTNE, Bjorn; INOTAI, Andras. The New Regionalism mplications for Global Development and International Security. In.: UNU World Institute for Development Economics Research (UNU/WIDER), 1994.

KAYSER, B. La région comme objet d'étude de la Géographie. In: GEORGE, P. et al. La Géographie active. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

KLINK, Jeroen Johannes. A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro. Ed.: DP&A, 2001.

LOMBAERDE, Philippe de; GARAY, Luis Jorge. The new regionalism in Latin America and The role of the Us. In.: OBREAL/EULARO, 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4^aed. São Paulo: EDUSP, 2014.

O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira

Ivo Marcos Theis

Este artigo é consagrado à problemática do desenvolvimento regional. Problemática é um termo que se refere a algo que requer atenção e demanda algum tipo de solução. Mas, o que, de fato, se procura fazer aqui é oferecer uma compreensão um pouco mais contextualizada do que seja, ou possa ser, desenvolvimento regional. Se bem tem havido sucessivas tentativas de precisar melhor o que se pode entender por desenvolvimento regional, elas podem ser consideradas malsucedidas (DAWKINS, 2003). É evidente que nada assegura que precisamente esta tentativa experimente maior sorte. Entretanto, em contraposição aos louváveis esforços realizados até o presente, procurar-se-á, nos limites de um artigo breve e tão objetivo quanto possível, definir minimamente o 'contexto' no qual se possa formular uma noção mais precisa de desenvolvimento regional. Assim, a preocupação maior é com o 'quadro' no qual se pode elaborar uma compreensão de desenvolvimento regional (FERNÁNDEZ, 2001). Uma advertência importante: a preocupação de se oferecer um entendimento um pouco mais contextualizado de desenvolvimento regional precisa, ela mesma, ser contextualizada. Isto é, cabe informar devidamente em qual âmbito tal preocupação emerge e ganha sentido. Concretamente: o contexto é dado pelo subcampo do desenvolvimento regional, da área de Planejamento Urbano e Regional, que, como estabelece a CAPES, integra as chamadas Ciências Sociais Aplicadas. Portanto, sem excluir ex ante quaisquer outros interlocutores interessados ou afetos à problemática, procura-se, com este artigo, dialogar com aquelas e aqueles que militam – isto é, ensinam, orientam e pesquisam – nesta subárea da avaliação da pós-graduação brasileira. Que não haja dúvidas, pois, que, a despeito de simpatias e mesmo de afinidades com a produção intelectual que tem lugar fora da academia, mira-se uma interlocução, sobretudo, com aquelas e aqueles que se encontram vinculados a programas de pós-graduação em desenvolvimento regional. Ainda a respeito do âmbito: referir à CAPES e à pós-graduação brasileira significa limitar a problemática à realidade sociocultural brasileira – que, evidentemente, é condicionada pelas condições materiais próprias ao modo de produção dominante (o capitalismo), no contexto de uma formação social periférica e dependente em relação às formações sociais que vêm coordenando/comandando a economia-mundo (SANTOS; SILVEIRA, 2013). Não se trata nem de desprezar o que vai fora das fronteiras nacionais nem de recluir o enfrentamento do tema em um contexto internacional mais amplo. Se a preocupação é de contribuir para a construção do 'quadro' acima referido, no qual se pode elaborar uma compreensão mais precisa de desenvolvimento regional, então se define o Brasil como lócus privilegiado e suas características socioculturais (como o idioma, a institucionalidade educacional etc.) como referências inamovíveis (FREYRE, 2010; FURTADO, 1977). O passo-a-passo que deve conduzir a uma compreensão mais precisa de desenvolvimento regional deverá começar pelo esboço de um breve panorama internacional. Destina-se alguma atenção à problemática do desenvolvimento regional em outros países? O que se

entende por desenvolvimento regional em outros países? Em seguida, tenta-se avançar em direção à perspectiva brasileira, elegendo como referência principal a obra de Celso Furtado. Como o economista paraibano identificou e analisou a problemática regional brasileira? Terá ela influenciado estudos mais recentes de/sobre desenvolvimento regional? Em um passo posterior, procura-se examinar a questão regional a partir da produção intelectual que vem tendo lugar na universidade brasileira, em especial, nos programas de pós-graduação [PPG], mas também nos grupos de pesquisa e na atuação dos próprios pesquisadores. Afinal, que lugar tem aí desenvolvimento regional? Um passo quase complementar implica em identificar/avaliar os periódicos científicos que portam, por assim dizer, a produção intelectual em/sobre desenvolvimento regional. Como se caracteriza (e quão representativa é) o conjunto de revistas especializadas em desenvolvimento regional nas quais deságua a produção brasileira? O penúltimo passo, talvez, o mais importante, é consagrado à formulação de uma proposição. Ela envolve condicionantes prévios que, então, conduzem à identificação de três enfoques de desenvolvimento regional. Por fim, pretende-se especular sobre as possibilidades de desenvolvimento regional vir a atender as exigências de um campo de conhecimento autônomo.

Bibliografia:

DAWKINS, Casey J. Regional development theory: conceptual foundations, classic works, and recent developments. *Journal of Planning Literature*, 18, (2), p. 131-172, 2003.

FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. Estrategia(s) de desarrollo regional bajo el nuevo escenario global-local: revisión crítica sobre su(s) potencialidad(es) y limites. *Revista EURE*, 28 (82), p. 43-63, 2001.

FREYRE, Gilberto. Sobre o “manifesto regionalista” de 1926. In: COHN, Sergio. *Gilberto Freyre (= col. Encontros)*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, p. 62-97, 2010.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 17 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2013.

Políticas migratórias e refugiados: uma discussão a cerca da mobilidade dos venezuelanos para o Brasil

Luís Felipe Perucci de Lacerda

A migração é um processo evidente e que acompanha o ser humano por toda a sua história, mas devido à globalização esse movimento vem tomando força e ficando mais claro. Com essa mundialização dos recursos, nota-se uma aceleração nesse fenômeno migratório e fica visível a alteração no progresso da população, o que acaba promovendo grandes impactos nas sociedades seja no desenvolvimento como na configuração sociocultural dos países de origem e de destino. Com essa crescente, os fluxos migratórios podem ser justificados a partir de um agravante para essa busca por novos horizontes também podem estar relacionados às múltiplas e graves crises como, econômicas, políticas e culturais, eventos que motivam a emigração e o fluxo de pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade, pode ser um agravante levando em consideração a perda de identidade do migrante em relação ao seu país de origem.

O presente trabalho traz um recorte mais específico, podemos observar nesses últimos anos a intensificação do fluxo migratório Venezuela-Brasil, sabendo-se que isso está associado a uma crise que o país vem enfrentando, com um forte autoritarismo, políticas instáveis, corrupção, desemprego em larga escala, colapso na economia do país, alta da inflação e escassez de utensílios básicos para a sobrevivência da população. Essa crise avassaladora tem como uma das razões a queda na produção da sua principal fonte de riqueza, o petróleo, motivada por um embargo econômico feito pelos EUA. Em um relatório da Migração Internacional 2017, elaborado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais do Secretariado das Nações Unidas publicado recentemente, podemos observar que o contingente de pessoas que migram para a Venezuela ainda é alto, mesmo com o déficit estrutural do país. Vale ressaltar também que a migração muitas vezes não tem um caráter individual, ela acontece em suma por grupos, famílias que podem procurar outro território em nível de necessidade. Muitas pessoas optam pela migração por ser a sua última opção de ter um lugar de paz.

Como recurso, é feito um levantamento bibliográfico em textos onde os autores tratam de assuntos que envolvem as políticas migratórias e como o migrante se comporta em relação ao seu local de origem e destino. O trabalho também conta com uma análise de fontes secundárias que ajudam a entender a relação de territorialidade do migrante. Levantamento através de visitas as instituições não governamentais, como Cáritas, CEM, CAMI, ajudam na construção empírica do trabalho. E também a coleta de informações e dados oriundos de entrevistas feitas com migrantes.

O trabalho tem como objetivo estudar essa intensa migração Venezuela-Brasil e as políticas migratórias, que fazem esse fluxo se acentuar, um pequeno debate sobre as várias formas de vulnerabilidade que fazem o migrante procurar refúgio em outro

país, mesmo que não haja um acolhimento por parte das pessoas do país receptor. Analisar a importância desses processos migratórios, e, mais ainda das migrações transnacionais, por envolverem aspectos de fronteira nacional, soberania e análises conjunturais através de processos econômicos, culturais e políticos. Ver como o Estado reage a tudo isso e as intervenções e soluções que ele faz para a melhoria nas condições da migração. A importância de discernir tudo o que está acontecendo, levando em consideração a essa dramática crise, tanto na Venezuela quanto no Brasil e exemplificar os prós e contras, tendo como personagem principal o migrante.

Bibliografia:

REIS, Rossana, R. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela.

SILVA, J. C. J. Migrações internacionais: Estado, controle e fronteiras.

MARQUES, A. C. M. de. S; LEAL, M. D. F. O. Migrantes Venezuelanos no Brasil: cooperação como meio para garantir direitos.

Portugal e as Nações Unidas nos anos 1950: nacionalismo e debate sobre a legitimidade do território colonial

Gustavo Souza de Deus da Silva

Este trabalho pretende analisar o discurso oficial do Estado Novo português durante o processo de admissão do país nas Nações Unidas, bem como nos primeiros anos de sua participação na organização. Para tanto, espera-se consultar transcrições de discursos de diplomatas que tratem sobre o tema da descolonização, enquanto narrativas que demonstrem o apreço de Portugal para com seus territórios. Logo, é uma hipótese para a pesquisa que Lisboa tenha sido responsável por oficializar um discurso que tornou a própria identidade lusitana atávica ao Império colonial, dificultando negociações e indo de encontro à pressão internacional por autodeterminação dos povos.

Os anos 1950, recorte cronológico do estudo, são notórios pela vaga de independências que ganha força e espaço na política internacional. Cada potência colonial europeia buscou adaptar-se do melhor modo possível para garantir um mínimo de interesses. Os britânicos por fim estabeleceram a Commonwealth, os franceses um mito republicano para certas áreas e a força para outras, os belgas contestaram a diferença entre seu domínio sobre o Congo e o norte-americano sobre o Havaí; como disse Edward Said em *Cultura e Imperialismo*, cada Império optou por narrar-se excepcional em seus próprios termos.

Portugal acompanha a tendência da época e passa-se então a comemorar, publicar e descrever a Nação como pluricontinental, multirracial (em particular depois dos escritos de Gilberto Freyre) e graças ao ethos lusitano uma herança das Grandes Navegações. A narrativa é uma manifestação clara do "colonialismo retroativo", expressão de Boaventura de Sousa Santos, que alude à identificação do Imperialismo português como se fosse uma contraposição histórica ao caso inglês (colonialismo norma). Esta relação é fundamental para entender o nacionalismo português do período estudado, bem como sua ligação direta à grandeza cartográfica que as possessões coloniais representavam.

Espera-se, ao longo de texto, relacionar a representação de Portugal nas Nações Unidas, epicentro do debate sobre autodeterminação dos povos, com o nacionalismo arvorado pelo Estado Novo, analisando-a a partir de textos críticos de teóricos que trabalham o tema. Espera-se igualmente sintetizar o debate sobre a legitimidade da ocupação, em que de um lado se apresenta a ideia de Nação una e indivisa mesmo se isolada e de outro o independentismo apoiado pela Comunidade Internacional. Um fator interessante que se espera demonstrar como hipótese do trabalho, é que quanto maior a percepção de hostilidade internacional, mais o apego aos territórios coloniais ressonava virulento no discurso oficial português.

O principal objetivo do trabalho é representar o colonialismo português como uma manifestação do nacionalismo, principalmente em seus moldes oficiais dados pelo

Estado Novo. O caráter atávico do Império para a grandeza cartográfica de um pequeno país demonstra a necessidade de colonizar para o prestígio nacional. A alternativa seria resignar-se à situação de periferia da Europa, status indigno para um protagonista dos Grandes Descobrimentos. A percepção dessa vulnerabilidade por conta das independências, do terceiro-mundismo, do comunismo e das Nações Unidas serviu então como vetor de uma identidade nacional que justificaria a Guerra Colonial e a própria violência da ocupação.

Bibliografia:

CASTELO, Cláudia. “O modo português de estar no mundo” – O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.

GARCIA, José Luís Lima. Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo: Da Agência Geral das Colônias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974. 2011. Dissertação (Doutorado em História Contemporânea) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.

MARTINS, Fernando. A questão colonial na política externa portuguesa, 1926-1975. In: ALEXANDRE, Valentim coord. O Império Africano: séculos XIX e XX. Edições Colibri, Lisboa. 2000. P. 137-165.

REIS, Bruno Cardoso. As primeiras décadas de Portugal nas Nações Unidas. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira, e PINTO, António Costa (Orgs). Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais. Alfragide: Leya, 2014.

Projetos de desenvolvimento na Amazônia e impactos na formação do espaço

Aelton Dias Costa
Jorge Sales dos Santos
José Augusto Lopes da Silva

A região Amazônica brasileira é a maior exportadora de matérias primas do mundo e a maior floresta tropical da terra, possui um alto potencial energético, mineral e florestal, entretanto esse enorme potencial contrasta com um dos piores índices de desenvolvimento humano do Brasil e com graves problemas sócio ambientais que assolam a região, gerando enorme desigualdade social. Ao longo de sua história a região Amazônica passou por vários projetos de ocupação e desenvolvimento que transformaram o espaço nas dimensões econômica, social, cultural e política, acarretando no espaço heterogeneizado que conhecemos hoje. Neste sentido, o objetivo deste artigo é estudar como os grandes projetos de ocupação e desenvolvimento da região Amazônica contribuíram para a produção do espaço amazônico brasileiro e sua configuração espacial, a fim de entender como a região foi pensada e controlada ao longo de sua história. Para tanto será utilizado o materialismo histórico dialético como meio de compreender a importância que a região Amazônica passou a ter no cenário mundial desde sua primeira “ocupação” e criação de suas primeiras cidades até sua internacionalização e maximização da extração de seus produtos para alimentar o capital mundial. Fato este que dá à Amazônia o papel na Divisão Internacional do Trabalho de produtora e exportadora de commodities, ao mesmo tempo em que se ressalta sua grande importância para a manutenção da vida no globo terrestre, pois é responsável pelo equilíbrio do ecossistema terrestre. Sendo que sua importância também pode ser verificada a nível local, uma vez que nela habitam povos que vivem há séculos, como indígenas, quilombolas, camponeses e ribeirinhos que mantem sua lógica de mundo e seu modo de vida com a floresta, contrastando com os grandes produtores de soja, gado, mineradoras, etc., que compartilham a lógica de mundo do capital, causando grandes tensões entre grupos que preservam a integridade da floresta e os que querem produzir e extrair os produtos minerais, energéticos, agropecuários, etc. Os grandes projetos de ocupação e desenvolvimento foram importantes para a formação do cenário amazônico atual. Torna-se necessário entender esses projetos bem como as dinâmicas de elaboração e construção desses espaços, assim podendo surgir uma nova maneira de se pensar o desenvolvimento, de forma sustentável, que seria capaz de promover a união da produção e exploração dos recursos aliado a preservação e manutenção da floresta. Para a estruturação do estudo foi realizado um levantamento bibliográfico e de acontecimentos históricos, além do estabelecimento da discussão entre os autores para melhor entendimento das ideias e abordagens. Percebeu-se que os projetos de desenvolvimento que se instalaram na região amazônica, na realidade, foram projetos de ação e controle do espaço pelas grandes corporações visando às potencialidades que nela contém, negligenciando a cultura, os hábitos e as tecnologias da população local. Por isso, propomos um desenvolvimento da Amazônia pelos amazônidas que não são homogêneos, que vivem nas cidades e nos campos na beira



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

dos rios e das estradas. É preciso apreender a lidar com a floresta para que ela seja uma fonte de renda que promova a igualdade das populações que nela vivem, mantendo-a em pé para a criação de um desenvolvimento sustentável e igualitário.

Bibliografia:

BECKER, Bertha K. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. São Paulo: Ática, 1990.

CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. A (Org.). Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORREA, R. L. A. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 2000.

RIVERO, Sérgio (Org.). As amazônias do século XXI. Belém: EDUFPA, 2008.

Refúgio e racismo, desafios de imigrantes negros no Brasil

Fabiana Lemos Sant' Ana

A prática do deslocamento acontece desde os primórdios, a migração é parte da história da humanidade, inclusive no Brasil, que tem sua formação após a invasão portuguesa baseada nos processos migratórios. Nos dias atuais estudar o assunto é de grande importância, visto que transcende fronteiras do Estado-Nação, modifica dinâmicas econômicas tanto dos locais de partida quanto nos de chegada, e é um fenômeno mundial dado pelos processos de globalização. Esse fenômeno que pode ser em grande proporção como os causados por guerras e desastres ou por decisões particulares, geralmente é dada pela busca em atender necessidades básicas do migrante. As causas que potencializam os deslocamentos podem ser diversas, como melhores condições para a sobrevivência; guerras; desastres ambientais; e questões econômicas; entre outras. Na atualidade, a diversidade de locais de origem e destino, as informações possibilitadas pelos meios de comunicação, o acesso aos meios de transporte, tem sido apontados como facilitadores desse processo. No Brasil, país que foi estruturado com base nos processos migratórios, desde a chegada dos portugueses para a exploração no século XVI, que juntamente trouxe de forma forçosa imigrantes africanos escravizados, num período que perdurou até o século XIX. Ao final do século XIX e princípio do século XX com o processo de abolição da escravidão, novos grandes grupos de imigrantes principalmente vindos do continente europeu chegam ao país para colônias de povoamento. O país a partir desses dois grandes momentos passa por várias fases envolvendo os processos migratórios, desde o incentivo até a seletividade, acompanhando principalmente os interesses econômicos do país, mas também uma política racista e eugenista, que buscava eliminar a população negra do país. Tal conjuntura sofre mudanças somente a partir dos anos de 1980, aliada às transformações em âmbito mundial, favorecidas pela globalização que renova processos culturais, sociais, políticos, econômicos e demográficos. Nesse Brasil contemporâneo, é apontada a presença de um novo perfil de imigrantes oriundos de países da América Latina, asiáticos e africanos, ou seja, países também em desenvolvimento. Desse modo, o trabalho atenta-se para um perfil específico de imigrantes, os refugiados, que em âmbito mundial, desperta atenção a partir do século XX, e na Segunda Guerra Mundial que se torna mais expressivo esses deslocamentos populacionais que guerras, disputas territoriais, desastres ambientais e processos tardios de independência podem provocar. Nesse sentido, a necessidade de tomadas de ações específicas como a criação de órgãos de apoio a esse grupo e a própria elaboração do conceito de refugiado, como a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Reestabelecimento (ANUAR), a Organização Internacional para Refugiados (OIR) e o Estatuto do Refugiado reforçam a busca por uma solução satisfatória em ações coordenadas entre países, mediante ao grande volume de população deslocada em meados do século XX, principalmente no contexto europeu. Já no Brasil, tardiamente é pensada a questão do refugiado, vindo a ser contemplada apenas na Lei Nº 9.474 de 1997, pois medidas anteriores possuíam caracteres restritivos e nacionalistas, atualmente a Lei Nº 13.445 de 24 de maio de 2017, visa

atender as novas demandas que tange às questões de migração no Brasil, acompanhando o contexto mundial. A globalização com suas novas perspectivas de “homogeneização” do espaço, trouxe novas questões e adaptações aos processos migratórios brasileiros, eliminar políticas eugenistas e racistas, e tornar o país um local de acolhimento com novas leis e políticas. Sendo assim, o país que carrega um histórico de racismo e negligência para com determinados grupos étnicos desde sua formação, busca passar com suas políticas inovadoras por um país aberto e receptor de imigrantes, porém, mesmo com tais políticas é preciso pensar se o Brasil e a sociedade brasileira estaria preparada para receber tais imigrantes de diferentes partes do mundo, como os refugiados de origem africana, ou seja, negros. O trabalho tem como objetivo compreender como a política de imigração brasileira tem sido aplicada aos imigrantes oriundos do continente africano e afrodescendentes, observando sua eficácia ou não no acolhimento e acompanhamento, levando em consideração a questão étnico-racial. A pesquisa conta com a revisão de bibliografias e levantamento documental como legislação, arquivos e monitoramento do assunto em mídias, relacionadas ao tema proposto, perpassando pela questão do refugiado e questões raciais.

Bibliografia:

ACNUR. Dados sobre refúgio no Brasil. 2015. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos: Ipea, 2015. (Série pensando o Direito, n. 57) Disponível em: <http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PoD_57_Liliana_web3.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 1 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PATARRA, N.L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3v19n3a02.pdf>>. Acesso em: 23 jan. de 2018.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Região e identidade territorial: um estudo da região turística central do Rio Grande do Sul.

Mirele Milani da Silva
Meri Lourdes Bezzi

Atualmente há uma diversidade de estudos e temas na ciência geográfica, que Heidrich, Pires (2016) apontam como: “o simbolismo das paisagens, o estudo de percepções e representações do espaço, as identidades territoriais, estudos de gênero, religiões e festas, microterritorialidades, geografias na literatura, cinema e música, entre outros”. Essas temáticas podem ser aprofundadas ou repensadas pelas ressignificações que apresentam ou, então, “pelo próprio fluir da ciência geográfica na contemporaneidade”.

A pesquisa tem como temática a identidade territorial, enquanto produto sociocultural, sendo de interesse geográfico quando se torna elemento das disposições territoriais ou está em grau de determinar, modificações estruturais e relacionais no espaço geográfico. A identidade implica uma relação de semelhança ou de igualdade, este é talvez o seu maior paradoxo: encontrar um significado geral e comum. (HAESBAERT, 1999, p. 173). Relacionando a identidade territorial, Haesbaert (1999, p. 178) refere-se também a uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para a sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Tizon (1995) destaca o território como “ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade”.

A produção de identidades territoriais se manifesta em escala variadas das nações, regiões, aos espaços sociais, nas cidades e nas territorialidades muitas vezes marcadas pela segregação ou por um processo de auto segregação. (HAESBAERT, 1999). Neste sentido, a identidade pode estar presente em uma região, sendo um foco de identificação ou aproximação simbólica do lugar por determinado grupo, onde o espaço dá a sua identidade (BEZZI, 2004). Para Haesbaert (2014, p. 91) a região abrange a regionalização seja no campo epistemológico ou como instrumento de análise proposto pelo pesquisador.

Neste contexto, a regionalização turística no Brasil integra uma política pública territorial descentralizada criada pelo Ministério do Turismo, através do Programa de Regionalização do Turismo. Em 2017, o Rio Grande do Sul dividiu-se em 27 (vinte e sete) regiões turísticas distribuídos em 371 (trezentos e setenta e um) municípios. Estes dados demonstram que 75% dos municípios gaúchos têm potencial para desenvolver o turismo. Cada região possui suas semelhanças e peculiaridades. A integração de municípios de um ou mais estados, ou de um ou mais países, pode constituir uma região turística. (BRASIL, 2007).

Esta pesquisa tem como recorte espacial, a região turística Central. As unidades territoriais que integram a região são dezoito municípios, a saber: Agudo, Cachoeira

do Sul, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Novo Cabrais. Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Restinga Seca, Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins e Toropi.

O objetivo da pesquisa é compreender a identidade territorial da referida região a partir dos marcadores territoriais materializados nos municípios. Os marcadores territoriais garantem a coesão indentitária dessas comunidades (Henriques 2004). É a “vertente da materialização que permite a manipulação, tornando visível e palpável os sinais identificadores dos territórios” (HENRIQUE, 2004, p 12). Assim “as identificações e relações de pertencimento, constantemente estão sendo alteradas a partir do visível, ou seja, através da fabricação de marcadores territoriais”. (PINTO, 2015, p. 48).

A metodologia desta pesquisa é de abordagem qualitativa, exploratória com trabalho de campo onde constitui-se na identificação dos marcadores territoriais nos municípios, baseados nas tipologias de marcadores religiosos/sagrados, marcadores fabricados e marcadores históricos, conforme Henrique (2004). A realidade epistemológica que vai ao encontro da dinâmica sociocultural que produz determinadas articulações diferenciadas no território é resultante das especificidades e diferenciações locais as quais estão materializadas através dos marcadores territoriais. A pesquisa está em fase de desenvolvimento e se insere na elaboração de tese de doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria/RS junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NERA).

Como resultados parciais podemos compreender que o nome da região estudada, ou seja, “central” não denota claramente a uma identidade territorial constituída e que os marcadores territoriais identificados parcialmente no trabalho de campo, remetem as identidades compartilhadas, sejam elas, sociais e culturais, materializadas através de monumentos, cemitérios, pórticos, arquitetura de casas e prédios públicos, igrejas, capitéis, praças públicas, museus históricos e culturais, as quais possuem significações atreladas a formação étnica espacial da região, neste caso, expressivamente as descendências de colonizadores italianos e alemães.

Bibliografia:

BEZZI, M. L. Região: uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

HAESBAERT, R. Regional – Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010 e 2014.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190

HEIDRICH, A. L.; PIRES, Claudia. Luisa. Zeferino. Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura. Porto Alegre: Editora Letra, 2016. 334 p.

HENRIQUE, Isabel Castro. A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950). Textos de história, vol. 12, nº 1/2, 2004

Regiões metropolitanas no atual contexto da financeirização dos territórios: uma leitura a partir do Rio Grande do Sul

Heleniza Ávila Campos
Carolina Chassot
Douglas Silveira Martini

O debate sobre regiões metropolitanas no Brasil tem demandado uma interpretação mais atenta sobre sua relação com a lógica da economia global, condicionada ao enfrentamento dos intensos efeitos do mercado financeiro nos territórios. Esses efeitos ocorrem de forma mais intensa em realidades de países como o Brasil, que se enquadram na categoria do que Marini (1977) denomina de subimperialistas: centros medianos de acumulação de capital que resultam da expansão, diversificação e integração do capital em escala mundial (AMARAL, 2013). Essa condição atual da economia global implica, entre outros aspectos, na revisão de papel dos agentes internacionais e nacionais que atuam regionalmente, muitas vezes viabilizados pela ação do Estado, com forte alinhamento à lógica neoliberal. A economia global contemporânea encontra ali os meios para a sua expansão, viabilizando os negócios e os fluxos de capital (SASSEN, 2000) e deixando suas marcas no território das regiões metropolitanas. Essas marcas refletem as mudanças estruturais nas relações entre Capital e Estado que tem ocorrido mundialmente desde a crise econômica dos anos 1970 e, de forma mais acelerada, após a expansão mundial da crise imobiliária de 2008 iniciada no contexto norteamericano: desregulamentação dos Estados; aprofundamento e expansão do regime de acumulação financeirizado em sua fase pós-fordista. (RIBEIRO & DINIZ, 2017). As funções estratégicas da metrópole na fase industrial complexificam-se na ampliação dos serviços e do setor terciário. Assim, tendo como pano de fundo a realidade brasileira, este artigo tem como foco os processos territoriais do Capital e financialização em regiões metropolitanas no contexto recente de fortalecimento de uma perspectiva neoliberal de produção do espaço. Utiliza-se como exemplo o caso do Rio Grande do Sul, que apresenta duas realidades distintas de região metropolitana: a de Porto Alegre (instituída em 1973 e com configuração mais densa e centralizada na capital do Estado) e a da Serra Gaúcha (criada em 2013 e centrada fortemente nas suas vinculações com capital externo à região). O Rio Grande do Sul é um dos poucos Estados brasileiros (juntamente com São Paulo) que define em seu ordenamento territorial regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. A dinamicidade econômica das duas regiões atrai diferentes formas de investimento, sobretudo na perspectiva do Capital multinacional. As características de ambas regiões, o seu processo de formação e os contextos político e econômico distintos em que foram estabelecidas exemplificam momentos históricos e distintos das RMs no país. A dinamicidade econômica das regiões metropolitanas brasileiras atrai assim diferentes formas de investimento, sobretudo na perspectiva do Capital multinacional. As características relativas ao seu processo de formação, bem como seus distintos contextos político e econômico exemplificam momentos históricos e distintos das RMs no país. O transbordamento de funções econômicas tradicionalmente concentradas na metrópole, para novos espaços da região

metropolitana em resposta à expansão territorial do Capital torna essa estrutura espacial ainda mais complexa. Como indicadores dessas transformações estão as alterações do valor do solo em espaços de interstícios urbanos; o crescimento populacional e de empregos de forma mais dispersa; a presença de infraestruturas regionais voltadas acessibilidade e mobilidade em escala metropolitana, facilitadora de fluxos das grandes empresas e do capital.

Bibliografia:

AMARAL, M. S. Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo, in: Revista Pensata, v.3 n.1, novembro de 2013, p. 80-96.

MARINI, Ruy Mauro. La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo. In: Cuadernos Políticos, n.12, abril-junio. México: Ediciones ERA. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm, 1977.

RIBEIRO, L. C. Q.; DINIZ, N. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento, in: Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 379-406, maio/ago 2017.

SASSEN, S. Territory and territoriality in the global economy. International Sociology, London, GB: Sage Publications, v.15, n.2, p.372-393, June 2000. Disponível em: <<http://iss.sagepub.com/content/15/2/372>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

Uma análise geográfica dos territórios quilombolas na Costa Verde

Raphael Filippe Carvalho Atallah
Diogo Marçal Cirqueira

A mão de obra cativa africana constituiu-se na principal força de trabalho escrava nas Américas por mais de trezentos anos. Acredita-se que a escravidão de africanos nas Américas consumiu cerca de 10 milhões ou mais de homens e mulheres arrancados de suas terras, que aqui empregaram seu trabalho – constituída de sua energia física e dos saberes e conhecimentos que traziam sobre atividades produtivas, práticas culturais, hábitos, entre outros bens, patrimônio intensivamente mobilizado e apropriado nos sistemas escravocratas.

Nesse sentido, é importante pensar nos aspectos histórico-geográficos de formação do Brasil, a fim de entender como constituiu-se as comunidades quilombolas, imersas ao processo de construção étnica do Brasil. Tal qual a sua influência no campo, em meio a resistências e movimentos de territoriais. Tendo como horizonte esses aspectos, o intuito desse trabalho é estabelecer uma análise geográfica das comunidades remanescentes de quilombos na região da Costa Verde; os processos de formação e constituição territorial na região.

Para compreender a distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos na Costa Verde e identificar possíveis padrões sócio-geográficos que emergem desta distribuição espacial, a presente proposta se coloca no sentido de contribuir, sendo mais uma apreensão das espacialidades das lutas quilombolas, através da ideia de que ela constitui (e se constitui) a partir de padrões sociogeográficos: diferentes formas de inserção e conformação espacial, que contemplam sua inserção em contextos passados e presentes (sua relação com a exploração e opressão escravocrata, da qual se apresentam como contraface, bem como com/contra os avanços do meio técnico-científico-informacional através de ondas de modernização e aculturação); suas concentrações de ocorrências e não ocorrências, permanências e ausências no território, que são expressão da própria historicidade da formação territorial brasileira em sua complexidade. Enfim, buscamos a valorização analítica da historicidade do território ao tratar espacialmente os diferentes processos de constituição destas comunidades, retomando a ideia de que a fuga não era o único forma de formação de quilombos, mas apenas uma dentre as inúmeras possibilidades e formas de resistência criadas pelos escravizados dentro da formação social da ordem escravocrata.

Nessa perspectiva, a pesquisa foca aos processos dialéticos de ocupação Quilombola na região da Costa Verde como um interessante fator a ser estudado e, consequentemente, importante para o reconhecimento histórico da cultura afro-brasileira na região. Assim, teve-se o reconhecimento dessa construção histórica dos processos de luta e resistência das comunidades remanescente de quilombo, a partir

do levantamento bibliográfico feito no decorrer da pesquisa, o qual permitiu também uma maior compreensão acerca desse aspecto e dos objetos que se relacionam constantemente com o significado histórico dos territórios Quilombolas.

Com base nesses resultados feitos a partir do levantamento bibliográfico, foi possível propor uma representação cartográfica, dos territórios Quilombolas pesquisados. Foram constatados, num primeiro momento, os Quilombo do Bracuí, Quilombo do Cabral e Quilombo do Campinho. Vale ressaltar, também, o uso do programa Qgis (Quantum Giz), como mecanismo principal de confecção da representação cartográfica dos Quilombos da região da Costa Verde. Nas próximas fases da pesquisa serão realizadas análises das formações socioespaciais dessas comunidades na Região da Costa Verde. Diante do exposto, é possível destacar a importância desse material teórico como uma base para o reconhecimento da territorialidade desses quilombos na região pesquisa. Além disso, a representação cartográfica nos permite colocar os processos de luta e afirmação territorial de uma forma mais didática, o que pode servir, inclusive, como referência nos processos de luta protagonizados pelas comunidades.

Bibliografia:

ANJOS, R. S. Cartografias e Quilombos: Territórios Étnicos Africanos no Brasil. *Africana Studia*, n° 9, 2006.

CALDART, R. S.; FRIGOTTO, G.; ALENTEJANO, P.; PEREIRA, I. B.; In.: *Dicionário da Educação do Campo. Conceito de Quilombo*. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

SACK, R. D.; *O Significado da Territorialidade*. In.: *Territorialidade Humana: sua teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 8-38.

SANTOS, M.; *Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método*. *Antípodas*, n° 1, vol. 9, Jan/Fev. de 1977.



III CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

CRISE E REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS DA POLÍTICA



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Eixo 4

Fronteiras e limites em múltiplas escalas

Coordenadores:
Adriana Dorfman
Gutemberg de Vilhena Silva
Rebeca Steiman

A cooperação transfronteiriça como instrumento de combate ao crime organizado nas fronteiras do Brasil

Jéssica Mayara Lima Ramires
Gutemberg de Vilhena Silva

As políticas de segurança e defesa do final do século XX e nos dois primeiros decênios do século XXI foram redimensionadas em razão de diversos acontecimentos como os ataques às torres gêmeas nos Estados Unidos. Em que pese os processos de securitização em curso estar em evidência no mundo, as políticas de cooperação transfronteiriça ainda funcionam como mecanismos de valorização da posição geográfica estratégica que se situam. Na América do Sul, o Brasil é protagonista de uma série de iniciativas em tal sentido. O objetivo deste texto é avaliar o combate ao crime organizado, em especial do tráfico do tráfico internacional de armas e explosivos nas fronteiras internacionais do Brasil onde este país possui ponte se conectando ao país vizinho. São 13 locais nos quais – em diferentes momentos da história, o Brasil protagonizou esta ligação físico-territorial e adotando medidas de defesa e segurança contra potenciais ameaças externas. Nestes locais, há uma preocupação sistemática com a criminalidade, principalmente do crime organizado em razão de diferentes fatores, tais como a facilidade no trânsito de mercadorias, além do reduzido policiamento e fiscalização, uma marca clara das dificuldades pelas quais os agentes de segurança convivem para realizar seu trabalho de maneira eficiente. O crime organizado é entendido aqui como um empreendimento criminoso praticado por um grupo ordenado de pessoas que objetivam o ganho ilícito. Faz parte recorrente dos atuais debates nas Relações Internacionais, na Geografia Política, na História e vários outros campos de conhecimento como objeto de pesquisa. Tais estudos ganharam impulso com a ampliação do espectro de temas tratados em segurança internacional. Nos atuais debates, as ameaças não são originárias apenas da esfera militar, mas transcende a outras vertentes como a econômica, a política, a social e a ambiental. Dentre os ilícitos nas fronteiras podemos destacar: 1) Tráfico de entorpecentes; 2) Tráfico internacional de armas e explosivos; 3) Contrabando, pirataria e descaminho; 4) Evasão de divisas; 5) Contrabando de veículos; 6) Imigração ilegal de estrangeiros e tráfico de pessoas; 7) Crimes ambientais e desmatamento ilegal; 8) Problemas Indígenas; 9) Garimpos ilegais; e 10) Trabalho escravo. A pesquisa é um estudo de caso exploratório com ênfase na pesquisa bibliográfica e documental. A discussão teórica é fundada nos referenciais das Relações Internacionais e da Geografia Política. Por meio de tal cruzamento estabeleceremos uma interface entre as ações de cooperação transfronteiriça e combate ao crime organizado nos locais onde há pontes binacionais. Para fortalecer os argumentos, comparamos os dados de criminalidade das fronteiras brasileiras nas pontes; identificaremos o papel dos atores supranacionais como a Interpol; e, mais relevante, verificamos como as ações de cooperação transfronteiriça criaram ou poderiam criar dispositivos de combate ao crime organizado.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

FOUCHER, M. Fronts et Frontières: un tour du monde géopolitique

AYLLÓN, B. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales.

BAUMAMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

WERNER, G. O Crime Organizado Transnacional e as Redes Criminosas: Presença e Influência nas Relações Internacionais Contemporâneas.

SILVA, G. A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França: ensaios e expectativas neste século XXI.

A dinâmica das fronteiras e a migração haitiana contemporânea

Alex Dias de Jesus

O objetivo deste artigo é refletir sobre a dinâmica das fronteiras internacionais no que diz respeito às políticas migratórias contemporâneas e seus desdobramentos na migração haitiana. Para isso, a metodologia consistiu em análise bibliográfica e documental de materiais que, de alguma maneira, relacionam-se com os fluxos migratórios de haitianos pelo mundo nas primeiras décadas do século XXI.

A emigração internacional tem marcado profundamente o Haiti e os haitianos dentro e fora do país, fazendo essa pequena nação caribenha ser atravessada por processos transnacionais cada vez mais intensos. Há pelo menos um século, os haitianos têm se deslocado por variados destinos do mundo, ampliando seu espaço social para além das fronteiras do Estado nação.

A presença de haitianos no exterior é tão significativa que a ideia de um “novo espaço haitiano”, desde a década de 1980, passou a incorporar os variados destinos dessa migração como parte do Haiti. Na academia, Glick-Schiller (2011) afirma que, entre os estudiosos do transnacionalismo, acredita-se que geógrafo George Anglade foi o primeiro a utilizar o termo “décimo departamento” para se referir aos haitianos no exterior. Seus trabalhos demonstraram que a sociedade haitiana está muito além das fronteiras do Haiti. No Estado, o reconhecimento efetivo dessa questão se deu em 1994, durante o governo de Jean Bertrand Aristide, com a criação do Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE), reformulado em 2011, no governo de René Preval. Sob a responsabilidade dele está a maior parte dos serviços relacionados à emigração, dentre eles, a organização anual da Jornada Internacional da Diáspora (HANDERSON, 2015).

Enquanto fenômeno de grande dimensão e continuidade no tempo, a mobilidade haitiana assume formas variadas desde o início do século XX. O processo migratório está intimamente ligado à história do Haiti. Postos em movimento, milhões de haitianos expandiram o espaço desse país para muito além de suas fronteiras demarcadas, produzindo um espaço transnacional a partir de variados vínculos. Atualmente, mais de 25 países contém grupos de haitianos superiores a 500 pessoas (ALFONSO, 2012). Mais do que os números, as relações entre os diferentes destinos e o Haiti, materializadas pelos sujeitos em mobilidade, lançam luz na compreensão desse processo.

Iniciadas no início do século XX através da contratação de trabalhadores temporários para as empresas agropecuárias norte-americanas em Cuba e na República Dominicana, a grande migração internacional dos haitianos se expandiu para diversos países do mundo. De acordo com Handerson (2015), entre 4 e 5 milhões de haitianos estão fora do Haiti, principalmente nos Estados Unidos, República Dominicana, Canadá e França. Contudo, nos últimos anos, novos destinos passaram a fazer parte desse processo, a exemplo do Brasil e Chile.

A configuração atual da migração haitiana está profundamente marcada pela dinâmica das fronteiras em diversos países. As políticas migratórias mais restritivas na América do Norte, principalmente após o 11 de setembro de 2001, bem como na Europa, alteraram as direções desses fluxos, fazendo com que novos destinos fossem incorporados. Embora essa migração esteja prioritariamente orientada para países do Hemisfério Norte, o fechamento dessas fronteiras impulsionou fluxos em outras direções, reconfigurando assim esse processo.

Por outro lado, outras iniciativas no campo das políticas migratórias em países da América do Sul, a exemplo do Decreto Executivo do presidente Rafael Corrêa, do Equador, que aboliu a necessidade de visto de turista para qualquer nacionalidade, em 2008, permitindo ingressar e permanecer no país por até noventa dias e as resoluções 97/2012 e 102/2013 do Conselho Nacional de Migração do Brasil que concedeu e regulamentou a concessão de visto humanitário para os haitianos são exemplos de políticas migratórias que contribuíram na reconfiguração dessa migração.

Seguindo um intenso deslocamento e atravessamento de fronteiras pelo continente americano, em 2016, milhares de haitianos chegaram a Tijuana, no estado mexicano da Baixa Califórnia, com a esperança de entrarem nos Estados Unidos, beneficiados pelo Status de Proteção Temporal [Temporary Protected Status] (TPS). Porém, em 20 de novembro de 2017, o Governo de Donald Trump decidiu pôr fim ao TPS para os haitianos, dando um prazo de dezoito meses para que mais de 58.000 beneficiários voltem ao Haiti ou busquem outra alternativa de permanência. Mais uma vez, em mais uma nova etapa, as fronteiras se fecham, exigindo novas estratégias de atravessamento ou contornamento desses migrantes. Afinal, essa migração “trata-se de um deslocamento intenso e simultâneo para distintos países da região, muitas vezes recorrendo a trajetos que se convertem em uma acumulação de rechaços nas distintas fronteiras recorridas” (STEFONI, 2017, p. 8).

Bibliografia:

ALFONSO, Haroldo Dilla. La migración haitiana en el Caribe: una propuesta para la acción. Servicio Jesuita de Migrantes. Santo Domingo, 2012.

GLICK-SCHILLER, Nina. Locality, Globality and the Popularization of a Diasporic Consciousness: Learning from the Haitian Case. In: JACKSON, Regine O. Geographies of the Haitian Diaspora. New York: Routledge, 2011. p. xxi-xxix.

HANDERSON, Joseph. Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRJ/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2015.

STEFONI, Carolina. Prólogo. In: PEDEMONTE, Nicolás Rojas e KOEHLIN, José. (eds.). Migración Haitiana Hacia Sur Andino. Santiago: SJM, 2017. p. 7-8.

A dinâmica fronteiriça franco-brasileira: dos tratados de limite à fronteira rede

Marcelus Clei da Silva Buraslan
Gutemberg de Vilhena Silva

Na fronteira setentrional do Amapá com a Guiana Francesa, têm ocorrido várias discussões e embates que se arrastam por alguns séculos na história local/nacional. Os tratados de limites, como o Provisional (1701) e o de Utrecht (1713), no início do século XVIII, as disputas territoriais e as invasões estrangeiras, tanto pela parte do território francês quanto pela colônia portuguesa na América, desenharam um cenário de divergências e litígios sobre o espaço fronteiriço. O processo de demarcação dessa fronteira não foi o seu único problema, pois outras questões emergiram, tais como: 1) a condição fronteiriça no Platô das Guianas com o Brasil, nos dias atuais, a partir da discussão e da análise sobre como os novos atores e protagonistas políticos constroem e usam o território fronteiriço; 2) a forma e as ações na construção do novo cenário diplomático, a partir dos acordos políticos entre as unidades subnacionais do estado do Amapá e a Coletividade Francesa; 3) o processo de construção da nova rede técnica como a ponte binacional, a pavimentação total da BR-156 e o porto de Santana – instrumentos que não conseguem funcionar de forma eficaz por serem obras inacabadas. Realizar um exercício de escalas é fundamental para a compreensão do objeto de estudo desta pesquisa. A escala deve ser entendida enquanto construção social, portanto, para além de sua definição geométrica. Dessa forma, ela pode ser pensada em três formas: escala de dimensão, escala cartográfica e escala conceitual. Pensando a partir das escalas, percebe-se que os ditames globais balizam uma nova conjuntura de mudanças para as regiões fronteiriças, que reforçam a característica da região como área de transição e interface entre os países vizinhos. No entanto, as políticas aduaneiras, os acordos bilaterais, a carta de circulação e a proposta de cooperação fronteiriça como o transbordo, o comércio, o controle sanitário e a migração internacional, estão estancados e se revelam como entraves ainda não superados na região fronteiriça entre o estado do Amapá (Brasil) e a Guiana francesa. Este trabalho está estruturado em três partes. A primeira por objetivo apresentar um quadro teórico e metodológico capaz de balizar as discussões sobre fronteira e de superar antigos dilemas e equívocos presentes na construção deste conceito/categoria. A segunda tem como objetivos os subsídios teóricos e históricos da construção da fronteira franco-brasileira, e a terceira e última destaca a condição fronteiriça atual na faixa de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. Optou-se pela pesquisa qualitativa, já que, para se trabalhar com um objeto de estudo alicerçado em contextos sócio-históricos específicos, é imprescindível para se buscar uma compreensão aprofundada do objeto, não apenas as quantificações. A abordagem metodológica, o que se pretendeu foi essencialmente confrontar pontos de vista com suas contradições, por meio das quais se deixou emergir com maior rigor científico o objeto que se investigou. O método histórico, balizou as investigações e as causas históricas que conduziram a uma realidade presente, procurando entender o tema do



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

trabalho, no que concerne às especificidades geográficas, sociais, culturais, econômicas e populacionais da região fronteiriça Franco-brasileira.

Bibliografia:

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henry. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, Gutemberg V.; RÜCKERT, Aldomar A. «A fronteira Brasil-França: mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR)». Revista Confins, n 7, 2009, p. 1-21.

A formação e a gestão da faixa de fronteira brasileira

Flávia Carolina de Resende Fagundes

A zona de fronteira é um espaço paradoxal, pois se por um lado se caracteriza por ser o limite, local onde acaba a jurisdição estatal, uma zona periférica, por outro é um espaço de reafirmação do Estado, em outras palavras, é sinônimo de sua afirmação e de sua ausência (DORFMAN; CARDIN, 2014). Essas particularidades fazem com que este espaço imponha desafios singulares aos Estados.

Das e Poole (2008), tratam as fronteiras como as margens do Estado, estas não são meros espaços periféricos, no caso das fronteiras do Estado-nação, determinam o que está dentro e que está fora. Como temos visto, as fronteiras e os postos de controle são espaços em que a soberania, como o direito sobre a vida e a morte, se experimenta em sua potência, assim a noção de fronteira estaria mais associada a noção de limite.

Nesse sentido, as fronteiras não correspondem aos lugares em que o Estado se enfraquece, o que o torna menos racional, menos articulado, disfuncional ou quase deixa de existir. Pelo contrário, neste espaço há o esforço estatal constante em se reconstruir, por esta região ser fundamentalmente de conflito (DORFMAN; CARDIN, 2014), entre o externo e o interno, o legal e ilegal. Estas características singulares da região de fronteira fazem com que neste espaço ações extraordinárias do Estado sejam justificáveis, bem como sua constante reafirmação tanto simbólica, como por meio de medidas repressivas.

Com efeito, o Brasil é o país da América do Sul com a maior largura da faixa de fronteira, entre os países que contam com uma legislação especial para a porção adjacente ao limite internacional. Assim, podemos inferir que tal fato se relaciona com o próprio processo de formação do território brasileiro e delimitação das fronteiras, caracterizado pela expansão do território e a difícil coesão deste devido sua extensão, bem como a constante preocupação com as incursões dos espanhóis e outras potências coloniais.

Nesse sentido, o colonizador português teve grande sucesso em expandir o território de sua colônia, bem como em garantir o controle e coesão deste, e em garantir no processo de independência que o território não se dividisse em diversos novos Estados como ocorreu na América Espanhola.

Assim, a necessidade de garantir o controle de tão vasto território exigiu a constante tentativa de garantia e afirmação da soberania em suas margens. Desta maneira, neste trabalho inferimos que a rigidez com a qual tem sido tratada a faixa de fronteira estaria ligada a dificuldade de manter a coesão do território, na qual a questão do controle deste sempre foi uma questão primordial.

Nesse sentido, a legislação atual estabelece a faixa de fronteira em 150 quilômetros para dentro do limite internacional. Não obstante, se observarmos a legislação para

este espaço podemos perceber o aumento da largura desta zona, desde sua primeira regulamentação em 1850. Contudo, atualmente em função das mudanças trazidas pela globalização e os processos de integração há discussões se uma faixa de fronteira nesse modelo ainda seria adequada para os interesses brasileiros e as relações com vizinhos.

Não obstante, as fronteiras tem passado por transformações, ao longo dos anos 2000. Neste sentido, no Brasil nas últimas décadas temos observado que as fronteiras têm ganhado cada vez mais destaque na agenda política brasileira, o que tem gerado novas formas de gestão política dos espaços fronteiriços, por parte do governo federal (em articulação com os governos dos estados) que combinam os elementos de afirmação da soberania e de defesa do território com preocupações específicas relativas à segurança pública – como tráfico de drogas e de armas, o contrabando, etc. (ALVAREZ; SALLA, 2013).

Nesse sentido, tais iniciativas são igualmente respostas às tensões políticas que pautam o debate sobre o abandono da faixa de fronteira, a necessidade de defesa das fronteiras, de um controle mais estreito dos crimes transnacionais, de um controle maior sobre os fluxos econômicos ilegais (como contrabando e narcotráfico) e de população. Nesse sentido, além das demandas por maior presença das Forças Armadas no espaço fronteiriço, reafirmando seu papel de defesa da soberania do Estado, o controle sobre os fluxos – de pessoas e mercadorias – tornou-se um dos mais destacados alvos das tensões no debate político sobre as fronteiras no Brasil (ALVAREZ; SALLA, 2013).

Dessa forma, este artigo tem por intenção discutir a formação da faixa de fronteira brasileira, como se dá o ordenamento desta na atualidade, bem como se o modelo atual, ainda se adequa a realidade da inserção regional brasileira. Dessa forma, primeiramente discutiremos como se constituiu a faixa de fronteira brasileira, em seguida como se dá a gestão desta na atualidade, e por fim teceremos algumas considerações finais.

Bibliografia:

ALVAREZ, Marcos César; Salla, Fernando. Estado-nação, Fronteiras no Brasil: Redesenhando os Espaços Fronteiriços no Brasil Contemporâneo. Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 1, jan.-abr. 2013, p. 9-26.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. Security: a New Framework for Analysis. Boulder: Lynne Rienne Publishers, 1998.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. Revista Académica de Relaciones Internacionales, n. 8, 2008.

DORFMAN, Adriana; CARDIN, Eric Gustavo. Estratégias espaciais do ativismo em condição fronteiriça no Cone Sul. Cuadernos de Geografía, v. 23, p. 31-44, 2014.

A fronteira como espaço de trabalho: o mercado de trabalho dentro do contexto das regiões de fronteira de Brasil e Bolívia

Pedro Aguiar Tinoco do Amaral

O fluxo de trabalhadores entre países tem sido um fenômeno cada vez mais recorrente nos últimos anos. Os instrumentos apresentados pela globalização e os avanços da tecnologia facilitaram para esse aumento. Porém, isso não significa que é, de forma geral, mais fácil para todos os imigrantes. Ainda existem diversas barreiras para determinados grupos na hora de fazer a imigração, como barreiras legais, sociais, econômicas, culturais ou até mesmo físicas. Além disso, a mobilidade geográfica do capital é ainda muito mais fluída em comparação com a do trabalho, o que garante ao primeiro um grande poder de barganha. Mesmo diante da possibilidade de cenário de baixos salários e vulnerabilidade, muitos serão aqueles que se deslocarão, o imigrante ainda sonha com a possibilidade de ascensão social e econômica em um outro país, mesmo que ela seja limitada pelo fato de ele ser um imigrante. Dessa forma, o que se observa é que mesmo que por outras motivações, o trabalho ainda surge como um elemento quase intrínseco à imigração, devido à sua necessidade para a estabilidade. A mobilidade desses trabalhadores terá um peso dentro do mercado de trabalho, pois ele deve absorver esses novos imigrantes, seja pelo formal, como pelo informal.

Dentro de uma região como a zona de fronteira esse fenômeno terá elementos que vão diferenciá-lo devido a proximidade entre dois espaços de grandes diferenças culturais, econômicas e principalmente legislativas. A partir desse contraste entre os dois lados que se pode ter uma dinâmica para um mercado de trabalho na zona de fronteira, onde existe um lado que se terá uma maior oferta de empregos e outro com uma pressão demográfica e busca por melhores condições trabalhistas (mais direitos) e de salário.

Para analisar isso essa pesquisa pretende explorar tal situação no contexto particular da fronteira do Brasil com a Bolívia, países que nos últimos anos tem estabelecido relações políticas e econômicas, além de favorecerem as trocas locais. No caso do Brasil o que se tem observado nos últimos anos é um interesse geopolítico na integração do mercado sul-americano e uma conectividade com os países vizinhos, como parte de uma estratégia para a expansão do seu mercado. Em relação à Bolívia houve um crescimento da emigração, o que pode ser decorrente dos problemas socioeconômicos locais e a situação que enfrentava a política nos anos 1990, sendo muitos atraídos para o Brasil em busca de um panorama diferente (SOUCHAUD, 2010; MERÇON, 2015).

Levantamentos recentes mostraram que o deslocamento dos bolivianos muitas vezes se deu diretamente para maiores centros econômicos do país, principalmente São Paulo (SP) (AMARAL, 2017). Entretanto, a região de fronteira se mostra muito mais do que um espaço de passagem para esses trabalhadores, pois além de muitos dos imigrantes se estabelecem dentro das cidades de fronteira, bem como existem

aqueles que realizam mobilidade constante, trabalhando de um lado e morando do outro lado da fronteira. Seria, portanto a fronteira um espaço para esses trabalhadores também? E que tipo de atividades seriam mais realizadas dentro desses espaços e talvez favorecidas por essa condição geográfica diferenciada?

A partir desses questionamentos se estabeleceu como objetivo principal buscar analisar as dinâmicas e fenômenos locais no mercado de trabalho dentro das regiões de fronteira de Brasil e Bolívia. Como objetivos específicos vai se buscar (i) levantar os tipos de atividades presentes em cada uma das regiões; (ii) analisar a dinâmica presente ao longo do período; e (iii) verificar a mobilidade e permanência de trabalhadores de um lado para o outro da fronteira.

Como recorte temporal para ser investigado, o período de 2000 a 2012 aparece com maior relevância, por abranger justamente um recorte recente do fenômeno a ser analisado e o período de crescimento das relações entre os dois países, bem como o intenso crescimento da imigração boliviana para o Brasil. Outro fator importante para a análise que está presente dentro desse recorte é a mudança de perspectiva geopolítica da América do Sul, a partir de uma visão integradora, que surge nos anos 1990, como a criação dos blocos econômicos, como o MERCOSUL, cujo Brasil é um dos fundadores e a Bolívia como associada e em processo de adesão, e que se intensifica durante os anos 2000 com as políticas brasileiras visando a sua expansão como potência regional na América do Sul.

Bibliografia:

BAENINGER, R. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: Imigração Boliviana no Brasil. 1ed. Campinas, SP: NEPO-UNICAMP, 2012, v. 1, p. 9-18.

HOUSE, J. W. The Frontier Zone: A Conceptual Problem for Policy Makers. In: International Political Science Review. Vol. 1, págs. 456-477, 1980.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras e Redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. (org.). Fronteiras e Espaço Global. AGB – Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante, p. 267-290, 2010.

A fronteira jurídica na exportação de pescado entre o Amapá e a Guiana Francesa: uma análise das normas jurídico-regulatórias incidentes pela ponte binacional sobre o rio Oiapoque

Caroline Brito Ferreira

Este estudo tem como objetivo analisar quais são as normas jurídico-regulatórias de exportação do pescado amapaense incidentes pela ponte binacional sobre o rio Oiapoque. Inicialmente, elucida-se aspectos inerentes a geopolítica das fronteiras, evidenciando a ponte binacional sobre o rio Oiapoque como elemento reestruturador na relação entre o Estado, empresas e sociedade civil organizada concernente a atividade produtiva de pesca. Em seguida, identifica-se as principais questões jurídico-regulatórias que comprometem a exportação do gênero alimentício peixe pela ponte binacional franco-brasileira, apontando atores, normas jurídicas e administrativas incidentes sobre o setor, observando regras de competência. Finalmente, problematiza-se a manutenção de barreiras jurídicas na fronteira franco-brasileira em razão da implementação de sistemas normativos diferenciados nessa relação de comércio internacional do pescado, com ênfase àquelas capazes de proteger o comércio nacional ao mesmo tempo em que causam entraves à exportação e importação do produto estudado. Para tanto, com base no aporte teórico de Gil (2002) e Yin (2005), a pesquisa é um estudo de caso exploratório, tendo como técnicas metodológicas: a) Levantamentos: as pesquisas bibliográficas e documental; b) o trabalho de campo. Assim, o percurso metodológico se divide em quatro fases, sendo a primeira a pesquisa bibliográfica, em que será consultada literatura impressa e digital sobre o foco da pesquisa em livros, artigos científicos e relatórios técnicos, a fim de compreender a dinâmica do pescado na fronteira; como segunda fase tem-se a pesquisa documental, momento em que será realizada análise sobre regramento jurídico-regulatório pertinente ao objeto estudado, a fim de se identificar, por meios de documentos legais, acordos bilaterais, programas de cooperação, normas regulamentadoras e outros instrumentos jurídicos e administrativos quais são os dispositivos jurídico-regulatórios que impedem ou limitam o comércio internacional de pescado na fronteira franco-brasileira, num terceiro momento, tem-se a pesquisa de campo que possibilitará as entrevistas in loco tendo como escopo compreender as práticas de interações dos agentes públicos e o funcionamento dos órgãos reguladores na relação sobre a ponte binacional no âmbito da exportação do pescado brasileiro, onde serão realizadas duas imersões em campo, de modo que a técnica a ser utilizada será observacional e entrevista semiestruturada. Por fim, adentra-se a quarta fase, que consiste na conexão e sistematização dos dados atinentes as normas jurídico-regulatórias e instituições reguladoras relacionadas a exportação do pescado amapaense pela ponte binacional sobre o rio Oiapoque, momento responsável pela elucidação das barreiras comerciais e justificação legal delas. No referencial teórico, coadunando com as perspectivas de autores que abordam as novas territorialidade na Amazônia, com um diálogo entre Estado, territorialidade e redes, reporta-se a Bertha Becker, Lia Osório Machado, além daqueles que realizam um debate mais específico

envolta do objeto de pesquisa, como Gutemberg de Vilhena Silva, Pouline Laval, E. Cillaurren e Luciano Gomes de Carvalho Pereira.

Bibliografia:

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas, Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

CILLAURREN. E. Contexte juridique de la pêche artisanale côtière en Guyane. In: projeto Ose guyamapa, IRD, 2014.

MACHADO, L. O. Estado, territorialidade, redes: Cidades-gêmeas na zona de fronteira sulamericana. In: SILVEIRA, M.L (org.). Continente em Chamas: Globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 243-281, 2005.

PEREIRA, C. G. L. Consultoria Legislativa: Pesca e aquicultura no Brasil, In: Câmara dos Deputados, 2012.

SILVA, G. V.; PEREIRA FILHO, C. C. Geografia da pesca na Amazônia brasileira: padrões, problemas e logística em Oiapoque-Amapá. In: FREIRE, M.R.; PINTO; D.J.A.; CHAVES, D. (Org.). Fronteiras Contemporâneas Comparadas: Relações Internacionais e Segurança Regional no Brasil e na União Europeia. 1ed. Macapá-Rio de Janeiro: EDUNIFAP-AUTOGRAFIA, v. 1, p. 1-, 2016.

A geograficidade amazônica expressa nas músicas tradicional e contemporânea do Amapá e da Guiana Francesa

Clicia Vieira Di Miceli

RESUMO. A música é um suporte para trocas em um contexto de globalização, desde os primeiros tempos da colonização até os dias atuais, o que permite diversificar os gêneros musicais em um contexto específico de encontro e troca. Pesquisas científicas realizadas com música, tanto como balizadoras ou mesmo como pano de fundo, demonstram uma heterogeneidade de abordagens, usando-as para trabalhos de caráter humanista e abordagens culturais renovadoras a partir do enfoque da geografia social, ou mesmo como ferramenta para o ensino (PANITZ, 2011). A geografia da música, apesar de quase um século de existência oficial, só recentemente tem tido a devida atenção dos geógrafos interessados no estudo da cultura e das manifestações artísticas em sua dimensão espacial. Inspiraram-nos os estudos de Panitz (2011; 2012) para a construção geral da proposta. O autor citado traz a dimensão geografizante nas canções e da territorialidade do fenômeno musical e sua relação com a identidade territorial transfronteiriça. Em sua abordagem (geografia cultural e social), o referido autor valorizou a discussão humanista no seu tema, mostrando o encontro entre o Brasil e a América latina através do sul e a importância da música no contexto da integração latino-americana. Várias razões podem ser apresentadas para a existência deste mosaico cultural existente na Amazônia internacional e – em nosso caso em particular – na parte que interage a Guiana Francesa, uma Coletividade Territorial da França na América do Sul, e o estado do Amapá, Brasil. Um dos destaques aqui apontados é o isolamento das diferentes comunidades anteriormente estabelecidas (por exemplo, os bushinengues do rio Maroni) e a rica história de ocupação afro-descendente que culminou com uma fecunda diversidade de letras e ritmos. O peso da história deixou fortes traços na música crioula tradicional, a qual foi enraizada em um contexto marcado por fortes tensões interculturais desde as primeiras ondas de migração ditadas pelas potências coloniais. Criatividade e vitalidade da música tradicional franco-guianense e amapaense ajudaram a manter uma herança ancestral em que o passado africano ainda está muito presente. A origem de algumas danças de "tambor" que remontam à escravidão alimentaram declinações que marcam a música contemporânea que se toca nessa parte da Amazônia. O trabalho com temas relacionados à música e suas representações tem sido abordado em diferentes áreas do conhecimento, e a proposta de tratá-la pela geografia cultural é o caminho aqui escolhido. A música em nosso trabalho entra como um dos elementos essenciais que balizam a geograficidade amazônica na criação de identidades, regionalidades, territorialidades e representações do espaço. É relevante destacar a carência de trabalhos que promovam uma interface entre as músicas tradicional e contemporânea entre o Amapá e a Guiana Francesa. Para tanto, procuramos cumprir parte da lacuna a partir da seguinte questão orientadora: como pensar a geograficidade amazônica expressa nas músicas tradicional e contemporânea do Amapá e da Guiana Francesa? Na primeira seção faremos uma avaliação sobre elementos fundantes de uma

geograficidade amazônica expressos nas músicas tradicional e contemporânea do Amapá e da Guiana Francesa; em seguida, avaliaremos similaridades entre as músicas amapaenses e franco-guianenses a partir da geograficidade amazônica presentes no acervo analisado. O trabalho de campo e a análise de músicas selecionadas será a base metodológica da pesquisa. No primeiro caso, as entrevistas com músicos e grupos tradicionais é o eixo motor. No segundo, a análise da geograficidade amazônica em músicas de cantores e grupos, devidamente avaliadas em nosso texto é o caminho a seguir.

Bibliografia:

CANCLINI, N. G. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999

CORRÊA, R. L Geografia, literatura e música popular – uma bibliografia. Disponível em <<http://www.nepec.com.br/biliolobat2.htm>>. Acesso em 10 jan. 2017.

DARDEL, Eric. O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: ed. Perspectiva, 2011.

PINDARD, M. Musique traditionnelle créole – Le grajè de Guyane. Ibis Rouge, 2006.

PANITZ, L. Geografia e música: uma introdução ao tema. Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona, Vol. XVII, 2012.

A geopolítica peru-brasileira na formação fronteiriça na constituição da zona de fricção pelo estado peruano

Wendell Teles de Lima
Ana Maria Libório de Oliveira
Iatiçara Oliveira da Silva

A fronteira de fricção tem como partida a ideia de que este espaço geográfico particular é locus da ação dos Estados Nacionais, ou seja, onde as formas de poder em jogo constituem partes das estratégias dessas unidades políticas, diante do processo de análise territorial tendo em vista a concepção geopolítica aqui entendida como política e ação dos Estados, muitas políticas não são oficializadas, entretanto, estimuladas com o objetivo de projeção que presume domínio na disputa hegemônica por liderança no quadro de um sistema geográfico aqui entendido como elementos existentes de um território sendo de ordens naturais e política/humana. Dentro dessa acepção temos como ponto de vista a Tríplice Fronteira sendo constituída por Brasil, Colômbia e Peru. Denominada nos anos de 1940 de ponto doloso do noroeste do país e passados setenta e oito anos observa-se que um dos grandes atores de região fronteiriça desembocou o conflito da tomada do território colombiano tendo como incorporação a cidade de Letícia (COL) provando aparentemente de forma temporária uma instabilidade nessa zona, entretanto, passado esse período de “calmaria” ainda é um ator geopolítico em ação ativa, neste sentido, o Peru aparece como importante agente pressionador na formação desta fronteira diante da formação de área de fricção. Alguns elementos são ingredientes deste processo denominado estímulos territoriais como o processo migratório constante na região da população peruana, a questão ambiental existente nos países amazônicos que aparentemente poderia nos anos setenta direcionar para o equilíbrio de forças entre os países signatários na região através do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), somada a estes elementos tem-se a questão indígena que constituem a fronteira ultrapassando os limites do território nacional, tendo em vista todo esse percurso aqui apresentado temos um quadro territorial físico que constitui uma zona de litígio que ao mesmo tempo em que forma-se aparece um quisto territorial. Os problemas que eram somente em torno da chamada zona de trapézio colombiano aparecem como uma identificação empírica na primeira visualização na zona urbana da cidade brasileira. As moradias existentes no limite brasileiro em torno das cidades de Tabatinga (BR) e a cidade Letícia (COL) já demonstram de formar gritante a grande quantidade de peruanos na paisagem fronteiriça do limite entre os dois países. Busca-se neste sentido compreender a forma de como esse campo de forças de fricção se constituem como ponto de partida nossa análise tendo em vista que é analisada dentro de uma perspectiva realista diante dos fatos observados, portanto, uma análise empírica respalda por uma pesquisa bibliografia levando em consideração trabalhos de cunho acadêmicos, revistas eletrônicas ligadas a temática tendo em vista a correlação dessas análises. Neste sentido, a pesquisa é qualitativa e ao mesmo tempo justifica-se em função da necessidade da compreensão no momento atual da fronteira numa perspectiva de área geopolítica de fricção, a necessidade de resgatar

esse fato é em virtude do fetiche que existe em torno do processo de abolição da fronteira e ao mesmo tempo de compreender e analisar os elementos mais “beligerantes” ainda permanente nas ações dos Estados apesar de muitas vezes ignorados e despercebidos por uma grande maioria de teóricos e analistas sendo portanto necessários sua pesquisa.

Bibliografia:

ANTIQUERA, Daniel de Campos. A Amazônia e a Política Externa Brasileira: Análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua Transformação em Organização Internacional (1978-2002). Campinas – SP, 2006.

BACKHFUSER, Everardo. Curso de Geopolítica Geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1952.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. AMAZONAS: a divisão da Monstruosidade geográfica. Tese de Doutorado. USP. 2001.

RODRIGUES, L. A. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca Militar, 1947.

A governança de um território partilhado em torno a uma fronteira fluvial: a AECT Rio Minho (Galiza-Norte de Portugal)

Rubén C. Lois González
Juan M. Trillo Santamaría
Lois Pérez Castrillo

A cooperação transfronteiriça apresentou-se como a chave que abre as portas para uma integração efetiva de uma Europa unida; um projeto comum que se constitui através dos contactos nos limites internacionais, tristes cicatrizes da história. O Conselho da Europa promoveu uma legislação relativa a este assunto a partir do Convénio-marco de Madrid de 1981; a União Europeia promoveu os projetos conjuntos com a criação da que outrora era Iniciativa Comunitária Interreg, no princípio dos anos 1990. Já no século XXI, a figura jurídica de Agrupação Europeia de Cooperação Territorial (AECT) responde a uma necessidade sentida na UE de contar com um instrumento legal que permitisse, entre outras questões, gerir os recursos procedentes dos orçamentos comunitários. Desta forma, promove-se a criação de instituições de governo comum, partilhadas por sócios procedentes de Estados-nação distintos.

Há centenas de projetos e iniciativas de governança transfronteiriça desenvolvidas no continente europeu durante estas décadas, e uma vasta bibliografia académica que se dedicou ao seu estudo. No caso da fronteira hispano-lusa, pioneira nas políticas de cooperação desde do final dos regimes ditatoriais em meados da década de 1970, tem na Galiza-Norte de Portugal um laboratório vivo de políticas transfronteiriças (Trillo e Lois, 2011). Uma das iniciativas mais recentes é a criação de uma AECT no espaço do Baixo Miño galego / Alto Minho português: um novo instrumento legal que procura reforçar a constituição de um território transfronteiriço que já se vivia como tal por parte das populações locais. Neste sentido, os acordos políticos desejam pôr-se ao serviço de práticas sociais, culturais e económicas preexistentes, numa tentativa de responder a uma política de baixo para cima, sem a imposição de modelos preconcebidos; pretende-se assim alcançar uma governança transfronteiriça que parte de uma base social.

A nossa proposta de comunicação trabalha em torno da seguinte pergunta de investigação: É a AECT um instrumento adequado para conformar um espaço de governança local transfronteiriço? A través de um trabalho de campo continuado, da consulta de diversas fontes de informação, e do emprego de métodos quantitativos e qualitativos, pretendemos dar resposta a esta pergunta. Para tal, estudaremos, por exemplo, se esta figura jurídica pode estabelecer bases para uma estrutura político-administrativa bilateral que supere as soberanias vinculadas aos Estados-nação; se é possível a implementação de um balcão único, onde os cidadãos de ambos os lados do Minho possam acudir para realizar procedimentos administrativos; ou de que forma se impulsionam políticas concretas que podem dotar o território de homogeneidade, como políticas de mobilidade, turísticas ou as relacionadas com as TIC. Pretende-se, então, analisar se estamos perante uma geração de sinergias que estabeleçam redes

no território e que promovam a consolidação de uma nova governança transfronteiriça, onde a planificação e as políticas públicas possam ser verdadeiramente conjuntas (Weith e Gustedt, 2012). Uma nova governança que deveria assentar-se no local, em um âmbito em que os municípios têm um papel fundamental; adicionalmente, ter-se-á em conta a presença de outros agentes do território, tanto privados como públicos, em particular as universidades.

Propomos então analisar o caso da AECT Rio Minho desde uma perspectiva que procura estudar os processos de estabelecimento de redes desde o local, ao que Svensson (2015) denomina “contact networks”: estes contatos, pelo facto de serem fortes e contínuos, não só constituem um espaço interno de ação coerente, como também reforçam a capacidade de criar parcerias com o exterior. Uma ação conjunta que se deve medir na capacidade de gerar sinergias, com a finalidade de alcançar uma “capacidade institucional sistémica” assente na subsidiariedade horizontal, não vertical (Beck, 2013). Para tal, Beck refere sete desafios que a cooperação transfronteiriça enfrenta na época atual, que podem ser tidos em conta para a análise deste caso em particular. Varró (2016), numa revisão de bibliografia recente sobre este assunto, propõe novos métodos de investigação para o estudo das práticas de cooperação e governança transfronteiriças. Incita investigadores e agentes a reforçarem as relações, a que não se limitem os primeiros a realizar entrevistas pontuais aos segundos, e que convivam no dia a dia da cooperação. Nós queremos responder a este desafio com este trabalho, onde académicos e agentes diretos de cooperação transfronteiriça temos vindo a trabalhar e colaborar nos últimos anos.

Bibliografia:

- Beck, J. (2013): Prospects of Cross-Border Cooperation in Europe: Capacity-Building and the Operating Principle of “Horizontal Subsidiarity”. *Mednarodna revija za javno upravo* XI/1, 7-24.
- Svensson, S. (2015): The Bordered World of Cross-border Cooperation: The Determinants of Local Government Contact Networks within Euroregions. *Regional & Federal Studies*, 25/3, 277-295.
- Trillo, J. M.;Lois, R. C. (2011): La frontera como motivo de atracción: una breve mirada a las relaciones Galicia-Região Norte. *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, 2/1, 109-134.
- Varró, K. (2016): Recognising the Emerging Transnational Spaces and Subjectivities of Cross-border Cooperation: Towards a Research Agenda. *Geopolitics*, 21, 174-194.
- Weith, T.; Gustedt, E. (2012): Introduction to Theme Issue Cross-Border Governance. *Planning Practice & Research*, 27/3, 293-295.

A integração política e cultural latino-americana: apontamentos sobre uma saída de campo na região da “Tríplice Fronteira”

Gabriel Pinto de Bairro

O artigo apresenta reflexões em torno da experiência realizada em trabalho de campo e visita técnica às cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai), na região conhecida como “Tríplice Fronteira” que envolve os países citados. Estes dois movimentos foram realizados entre os dias 6 e 10 de junho de 2017, sendo parte integrante das disciplinas de Geografia Política e Análise da Informação Sócio-Espacial, vinculadas aos cursos de licenciatura e bacharelado da Unesp, câmpus de Rio Claro (SP), ambas sob a responsabilidade do Prof. Dr. José Gilberto de Souza, vinculado ao Departamento de Geografia. O objetivo deste artigo é, dessa forma, apresentar possibilidades para pensar as variadas formas de integração entre os três países em questão a partir de suas três cidades fronteiriças, tendo dois eixos como principais questões refletidas durante o trabalho de campo. Em primeiro lugar, a reflexão traz à tona a migração pendular dos praticantes da religião islâmica. Haja vista que a cidade de Foz do Iguaçu (PR) é uma das cidades que concentra o maior contingente de praticantes desta religião no Brasil, ambas as mesquitas da cidade se inserem no contexto regional enquanto possibilidade de trocas diversas entre habitantes dos diferentes países vizinhos, sendo a referida religião um dos eixos de trocas culturais locais. O segundo aspecto a ser apresentado no decorrer do artigo compete à apontamentos sobre os principais modos de integração internacional na região a partir da Usina Hidroelétrica (UHE) de Itaipu – uma das maiores usinas geradoras de energia do planeta – e seu papel geopolítico e estratégico na relação entre três países sul-americanos (Brasil, Argentina e Paraguai). Tais apontamentos realizados têm como base a visita técnica realizada durante o referido trabalho de campo, na UHE de Itaipu, bem como nas palestras concedidas pelos professores da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), universidade brasileira que também é importante no contexto de integração regional. Como forma de integrar estes países, a UHE de Itaipu não só compartilha de territórios dos mesmos, como também reparte sua produção e sua importância como centralidade nos processos econômicos, políticos e sociais na região citada. De forma a unificar e expor as reflexões proporcionadas pelo trabalho de campo e pela visita técnica realizados, as considerações finais buscam ainda contribuir para a defesa da importância desta atividade curricular, como forma de entendimento na prática do que se estuda na teoria de disciplinas ministradas no ambiente universitário. Para tanto, a responsabilidade destes estudos prático-teóricos não parte somente daqueles envolvidos diretamente com o mesmo (estudantes e professores), mas também das instituições de ensino superior, visando a manutenção da prática de campo minimamente exequível ao proporcionar infraestrutura e viabilidade destas incursões pelo território. As experiências possibilitadas pelo trabalho de campo não só integram os partícipes, como também lhes mostra oportunidades para



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

compreensão in loco, daquilo que é, muitas vezes, apenas teorizado nas aulas dentro do ambiente acadêmico.

Bibliografia:

CARLOS, A. F. A. "A condição espacial." São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

ARAÚJO, S. H. de. "O Islã como força política na primavera árabe: uma perspectiva da teoria do discurso." Curitiba: História: questões e debates, n. 58, p. 39-62, jan./jun. 2013, UFPR.

REOLON, C. A. "A aglomeração urbana internacional de Foz do Iguaçu/Brasil: uma aproximação através da análise da migração pendular." AGIR - Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas, Ano 1, Vol. 1, n.º 6, dez. 2013, pp. 46-60.

CARNEIRO Filho, C. P. "Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai" - Porto Alegre: UFRGS/Posgea, 2013. (254 pg.).

CONTE, C.H. "Compreendendo o papel de Foz do Iguaçu/PR na rede de cidades com base nos deslocamentos pendulares". TerraPlural, Ponta Grossa, v.7, n.1, p. 61-78, jan./jun. 2013.

A intermediação das relações internacionais entre Brasil e Bolívia realizada pelas cidades-gêmeas de Guajará-Mirim (Rondônia-Brasil) e Guayaramerín (Beni-Bolívia)

Leonardo Luiz Silveira da Silva
Alexandre Magno Alves Diniz

Oriundo de uma pesquisa associada a um estágio pós-doutoral no departamento de pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da PUC-MG, Este trabalho versa sobre as relações internacionais intermediadas entre as cidades-gêmeas de Guajará-Mirim e Guayaramerín. A partir de pressupostos da Geografia Urbana, relações de poder se manifestam por intermédio da existência de certos equipamentos nas cidades estudadas que são responsáveis, por sua vez, por movimentações pendulares transfronteiriças. Nos estudos urbanos, as cidades-gêmeas desempenham um papel *sui generis*: possuem a capacidade de articular as relações entre os países vizinhos que as abrigam. A articulação em questão se dá em diversas escalas: a local, a regional, a nacional e quicá a internacional. Constituem-se, neste particular, como verdadeiros nós de redes transnacionais, possuindo um caráter de porta de entrada de fluxos, concentrando-os e dispersando-os. As redes de transporte acabam por reforçar este caráter das cidades-gêmeas, ao permitirem que as mesmas se constituam como nós de malhas diversas. Em muitos casos, as cidades-gêmeas foram fundadas para a promoção da territorialização de facto nos confins territoriais do Estado, na sensível zona de fronteira. Ainda que muitas das ameaças do passado não prevaleçam na contemporaneidade, as cidades-gêmeas permanecem como pontos de importante valor estratégico de um mundo menos conflitivo e mais cooperativo. A interface proposta entre a Geopolítica e a Geografia Urbana já não é de todo original e vem sendo experimentada em diversos departamentos de pós-Graduação em Geografia, com destaque para os estudos de fronteira realizado pelo grupo Retis, associado à UFF. Dotadas de distintas políticas territoriais que visam o seu desenvolvimento e ampliam suas assimetrias, as cidades que são alvo desta pesquisa pertencem a uma tipologia que tem sido estudada em investigações de interesse Geopolítico. Em tais cidades são projetadas estratégias geopolíticas de cooperação e segurança, permitindo que ocorram integrações de vértice (orientadas e apoiadas pelo Estado) convivendo ao lado das integrações de base (que independem do estado para existir). A pesquisa envolveu o levantamento de dados primários acerca das redes hoteleiras, educacional e hospitalar, mapeamento de fluxos de travessia do rio Mamoré, dados sobre crimes registrados pelas delegacias e informações sobre a rede de transporte regional. Foram também realizadas entrevistas com os cônsules das embaixadas do Brasil e da Bolívia. Desta forma, além de um viés analítico dedutivo e intersubjetivo, esta pesquisa também trabalha com o uso das redes no sentido trazido por Claude Raffestin (2012) e por diversos outros autores que consideram a distribuição de fluxos nos espaço como evidências de territorialização. O estudo da articulação dos fluxos desempenhado pelas cidades estudadas permite ainda refletirmos por interesses mais detidamente associados à Geografia Urbana, à medida que as mesmas acabam desenvolvendo relações de



complementariedade, sintetizadas pela primazia de oferta de certos equipamentos de um lado da fronteira concomitante à supressão da oferta do outro lado.

Bibliografia:

ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Ática, 1993, 64 p.

BENTO, Fábio Régio. O papel das cidades-gêmeas de fronteira na integração regional sul-americana. Porto Alegre: Conjuntura Austral, Vol. 6, Nº 27-28. Dez. 2014.

MACHADO, Lia Osório. et.al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T.C.M. de (Org.). Território sem limites: estudo sobre as fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005, 87-112.

MACHADO, Lia Osório. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, nº8, p.7-23, jan./jul., 2000.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Khedyr, 2011, 242 p.

A ocupação da zona da mata mineira: breves considerações

Arthur da Costa Orlando

Devido às novas formas de produção e apropriação do espaço geográfico pelos diversos atores da sociedade, o conceito de território tem estado em grande evidência nos estudos contemporâneos, principalmente no atual momento histórico que a relação sociedade-meio vem sendo debatida ainda mais intensamente. A análise teórica da utilização do conceito de território faz-se uma breve retrospectiva do uso de diferentes conceituações e de suas implicações, partindo da perspectiva que o “território está relacionado a um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” e “que não se encontra somente ligado a grandes espaços, em escalas maiores como território nacional, mas entendido como espaço a ser construído (e desconstruído) nas mais diversas escalas, dentro de diferentes escalas temporais, e periódicas” (SOUZA: 2000,78 e 83). Assim pensando, a ênfase do trabalho é realizar um estudo acerca do conceito de território e suas possibilidades de consolidar-se como uma importante ferramenta de compreensão de fenômenos sócio-espaciais levando em consideração as diversas análises realizadas pela Geografia, seu caráter multidimensional, e ainda, pensar as interações entre a Geografia e História sobre a ocupação da Zona da Mata mineira. Recorreremos a bibliografias já existentes, visto que esse processo é bastante debatido pela historiografia, por ser uma área com características peculiares passando por um processo de povoamento tardio, considerado pelas autoridades da Colônia e da Capitania, no século XVIII, como uma defesa natural contra o contrabando de ouro. O próprio nome sugere esta ideia, representada por uma densa floresta de mata atlântica, também denominada de “Sertões Proibidos”, sendo o termo sertão definido dentre outros autores, por Ângelo Carrara como uma região pouco povoada, habitada por nações indígenas que ainda não haviam estabelecido contato com o colonizador português, como será debatido com maiores abordagens posteriormente no trabalho. Nesse sentido, percebemos a importância que o Caminho Novo obteve no sentido de ocupação do espaço pelo homem branco, pois este seguia, a partir de Vila Rica, contornava a Mata e atravessava em sua porção sul, atingindo o território fluminense até a cidade do Rio de Janeiro, sendo criadas paragens, as quais obtiveram “importância ímpar para o processo de povoamento da Mata Mineira uma vez que alteravam o meio ambiente por meio do trabalho, tanto para o sustento próprio quanto para a comercialização” (LAMAS: 2006,1). Diante dessa análise, recorreremos à historiografia e percebemos a abertura de picadas na mata, que não estavam necessariamente ligadas ao contrabando de ouro ou a estratégias para fugir à cobrança dos impostos, mas atreladas ao cultivo de gêneros alimentícios, que serviria de local de paragem e abastecimento das tropas que por estes caminhos transitavam, sendo esse fato um dos marcos da alteração mais dinâmica do espaço e formação das relações de poder, se tornando alvo de preocupações por parte da Coroa que não desejava a ocupação dessa região no momento.

Bibliografia:

LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e Colonização da Zona da Mata no século XVIII. *Histórica*, São Paulo, n.8, p.1, mar. 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 2 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000. p. 78 e 83.

CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)*. Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica da Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

A questão das fronteiras na América do Sul

Mariana de Oliveira Santana
Cleudson Gomes de Oliveira
Marlon Muriel Correia da Cruz

Este trabalho vem sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisa GEPOGEO – Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica, da UCSAL - Universidade Católica do Salvador, e pretende estudar a questão das fronteiras na América do Sul, que envolve todos os países, causando muitos conflitos geopolíticos no sub-contidente americano, tendo causado até guerras. A questão das fronteiras na América do Sul tem raízes históricas, em função do estabelecimento de fronteiras pelas matrizes coloniais, e alteradas por conflitos e negociações entre os países ao longo, principalmente, dos dois últimos séculos. Segundo Ancel (1938) fronteira foi um conceito que foi se modificando ao longo da história. Para Mello (1997), as fronteiras apresentam-se no imaginário social como um limite. Há nessa visão uma perspectiva de orientação geopolítica, que pensa a fronteira como um limite burocrático-administrativo, mas fronteiras são mais que isso, são também elementos simbólicos carregados de ambigüidades, pois, ao mesmo tempo em que impedem, permitem ultrapassar (MELLO, 1997). A questão das fronteiras no Brasil teve, sob a gestão do Barão de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores na primeira década do século XX, o seu período mais decisivo. Ele teve grande atuação mesmo antes de assumir seu posto, quando defendeu importantes litígios com a Argentina, relacionada a questão de Palmas/Missões, e com a França, na fronteira norte (Guiana Francesa) relacionada a posse da região do Amapá. Durante a sua gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores, entre dezembro de 1902 até sua morte em fevereiro de 1912, portanto por quase dez anos, e através de quatro governos, resolveu pendências antigas e importantes ligadas as fronteiras nacionais, tais como a do Acre com a Bolívia, influenciou na solução do caso da Guiana Inglesa, definiu de forma favorável para o Brasil, os limites com a Colômbia e o Peru, e participou da generosa cessão do condomínio da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão ao Uruguai. As fronteiras terrestres são mais diversas e de maior complexidade para controle. Temos, segundo Costa (2008) por exemplo, as fronteiras naturais, determinadas por acidentes físicos determinados (rios, montanhas) e fronteiras artificiais cujos traçados seguem linhas imaginárias, bem como as fronteiras povoadas e as despovoadas (sobretudo na Amazônia). Também ocorrem as fronteiras vivas, onde os núcleos populacionais confrontantes são mais densos, como a tríplice fronteira de Iguacu. Pela constituição de 1988 (cap. II, art. 20, alínea XI, parágrafo II) “a faixa de até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão regulamentadas por lei”. Entretanto como até o presente momento não foi feita a regulamentação, estas áreas ficam bastante vulneráveis (GIUDICE et al., 2011). Na América do Sul os conflitos sempre se traduziram em questões de fronteira, ainda que respaldados por questões geopolíticas. Desta forma, a Bolívia teve suas fronteiras modificadas com a perda da região do Chaco Boreal no

conflito com o Paraguai, onde se imaginava ter petróleo; no conflito com o Chile, na Guerra do Pacífico, quando associada ao Peru, lutava pela posse do Atacama, rico em minérios, perdendo o acesso ao mar, enquanto que o Peru perdeu a província de Tarapacá. O Chile e Argentina quase foram à guerra pela posse do Canal de Beagle, nos anos 1980, devido a disputa pela soberania das ilhas Picton, Lennox e Nueva, situadas entre a entrada oriental do Beagle e o Cabo Horn, entre os Oceanos Atlântico e Pacífico. Em março de 2008, houve o conflito entre Equador e Colômbia, quando forças militares colombianas atacaram acampamento das FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, matando guerrilheiros. Por erro estratégico e por ser de difícil a delimitação de fronteiras, esse ataque se deu em território do Equador, o que provocou bravatas por parte tanto do Equador quanto da Venezuela. A “Guerra do Cenepa”, entre o Peru e Equador, abrangendo a Cordilheira Condor e a província peruana de Condorcanqui, pela soberania de uma área de apenas 75 km², de acesso difícil e clima adverso. Apesar de se desenvolver em área pouco promissora economicamente, esse conflito se mostrou intenso e agressivo, levando a supor a existência de algum interesse econômico envolvido. No norte do continente, os litígios envolvem o sudoeste do Suriname e o sudeste da Guiana, onde se situam os rios Courantini e New, enclave reivindicado pelo Suriname, e invadido em meados da década de 1960, sob alegação de que havia bases comunistas na região. Também aconteceu o conflito entre a Guiana e a Venezuela, pois desde 1904, conforme Castro (1981), a Guiana Inglesa expandiu seu território para oeste, ocupando imensa região florestal praticamente despovoada e reivindicada pela Venezuela. Ao longo do século XX, os atritos pela posse da região foram se agravando, até que o Protocolo de Porto Espanha, de 1970, estabeleceu uma moratória de 12 anos, em que as partes evitariam conflitos e ocupação da região. Em 1980, no entanto, novos conflitos estouraram na região. Desde então os atritos têm sido constantes (CASTRO, 1981). Enfim, baseado no exposto, na América do Sul os conflitos de fronteira não são tão violentos e sangrentos quanto na África, mas existem, e muitos deles latentes, e ainda sem solução.

Bibliografia:

ANCEL, J. *Geographie des Frontiers*. Paris, Gallimard, 1938.

CASTRO, T. de. América do Sul: Aspectos fisiopolíticos em confronto. In: *A Defesa Nacional*, nº 696, jul/ago 1981. Ed Bibliex, Rio de Janeiro.

COSTA, W. M. da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec, 2008. 2ª Ed.

GIUDICE et. al. *A Geopolítica das Fronteiras no Brasil*. In: *Anais do Humboldt*

MELLO, J.L.B. de. Reflexões conceituais sobre fronteira. In: CASTELLO, I. R. et alli. (Orgs). *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: Ed. EDUFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997.

A violência de gênero contra a mulher na fronteira franco-brasileira

Dábila de Cássia Brito de Miranda

A violência de gênero, que é uma violência pautada na dominação masculina sobre as mulheres, está cada vez mais presente dentro da sociedade e no cenário internacional. Esta se apresenta de diversas maneiras dentro da sociedade hétero patriarcal, não distinguindo etnia, cultura ou classe social. Alguns exemplos de violência de gênero presentes na sociedade atual são os abusos sexuais no seio familiar, praticados por pais, irmãos, tios e padrastos. A mutilação genital, estupros coletivos, pornografia, prostituição e o tráfico de mulheres. Considerando este cenário, a presente pesquisa tem como objetivo analisar quais as principais violências de gênero que ocorrem na fronteira Franco-Brasileira, com foco na prostituição, com o intuito de dar voz a esse grupo de mulheres que exercem atividades com forte exploração e objetificação do corpo. Em consequência à vulnerabilidade de estar trabalhando de forma informal, já que a prática da prostituição não é considerada uma profissão, faz-se necessário dar o poder de fala a essas mulheres que historicamente passam por situações de preconceito e discriminações devido ao exercício da prostituição. Devido uma construção histórica sobre a atividade do meretrício, os profissionais que exercem tal ofício são compreendidos com uma sexualidade exacerbada e por isso optam por uma “vida fácil”. Essa sexualidade plural já foi mais bem compreendida por outras sociedades sem a necessidade de uma submissão ou marginalização como no caso de Grécia e Roma que permitiam espaços de orgias. A sociedade atual não aceita esse tipo de comportamento e promove apenas o relacionamento monogâmico e o casamento hétero normativo. A perpetuação da exploração sexual esta no grande estigma frente a essas pessoas, muitas não são aceitas na sociedade, não possuem voz, são compreendidas de maneira errônea e em situações de violência muitas não são assistidas pelo estado sendo na busca por auxílio médico ou policial. A pesquisa proposta possui perfil qualitativo e possui caráter exploratório, a técnica utilizada é observacional e entrevista semiestruturada. Na primeira parte da pesquisa os instrumentos utilizados para coletas de dados serão de cunho bibliográfico. Ocorrerá uma análise dos teóricos que tratam da temática referente à violência de gênero e conceitos sobre a prostituição. A segunda etapa será composta através de uma análise documental e pesquisa de campo, onde serão realizadas entrevistas junto a amostra das mulheres que fazem parte do grupo de risco estudado, para identificar quais as principais violências de gênero que elas vivenciam ou estão sensíveis a vivenciar ao exercer suas atividades. Os resultados da pesquisa para a comunidade acadêmica visam dar destaque ao debate sobre a violência de gênero, não somente nas áreas de ciências da saúde, bem como nas ciências sociais e nas Relações Internacionais. Para fomentar estudos, pesquisas e ações dos Estados para a diminuição das violências contra a mulher, principalmente na situação de vulnerabilidade e desigualdade que a prática do meretrício lhe traz.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Bibliografia:

SILVA, Andreia Rosenir da. A construção de gênero no âmbito das relações internacionais. Ed Unijuí Ijuí.2016.

BANDEIRA, Lourdes Maria. “Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação”. Sociedade e Estado, v. 29, n. 2, p.449-469, ago. 2014.

MONTE, Izadora Xavier do. “O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais”. Revista Estudos Feministas, v. 21, n. 1, p.59-80, abr. 2013.

Abordagem crítica da normalização do papel dos militares do Exército Brasileiro na faixa de fronteira

Miguel Patrice Philippe Dhenin

O artigo oferece uma abordagem crítica da normalização do papel dos militares do Exército Brasileiro na faixa de fronteira. Os resultados apresentados abrem agendas de pesquisa para pensar a atuação das Forças Armadas, particularmente o Exército Brasileiro no contexto doméstico.

Esse artigo analisa especificamente dois contextos observados a partir de trabalhos de pesquisa de campo. Um dos objetivos específicos da tese de doutorado foi realizar entrevistas presenciais de jovens oficiais do Exército Brasileiro (geralmente tenentes ou capitães) que lideram os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), organizações militares de menor porte, situadas quase exclusivamente na zona geográfica da faixa de fronteira brasileira. As entrevistas foram realizadas em julho e agosto de 2013 no Estado do Acre (Brasiléia e Epitaciolândia) e em julho e agosto de 2014 no Estado de Roraima (Pacaraima, Bonfim e Normandia). Os discursos produzidos pelos militares foram particularmente interessantes para analisar as perspectivas do papel dos militares do Exército Brasileiro no contexto da faixa de fronteira. Os PEF foram escolhidos pela facilidade em conduzir entrevistas com oficiais do Exército Brasileiro e também pela oportunidade de conhecer o contexto específico da faixa de fronteira.

A primeira parte do artigo procura retomar o debate sobre o efeito de convergência dos aparatos policiais e militares no contexto fronteiriço. Para tal, fazemos uma distinção semântica entre ameaças internas e externas, partindo da dicotomia relativamente simples entre “segurança interna” e “segurança externa”. Os argumentos apresentados evidenciam a busca por uma nova agenda de segurança por parte do Exército Brasileiro, particularmente no final dos anos 1980. Em seguida, são oferecidos elementos que abordam a perspectiva crítica da noção de fronteira, num esforço de contextualização e de-essencialização da fronteira como objeto dos estudos de segurança. A perspectiva crítica na geopolítica contemporânea oferece caminhos interessantes para interpretar esse processo de transformação do objeto “fronteira”. Assim, a confusão semântica entre ameaça interna e ameaça externa, como também a dificuldade em definir os contornos de fronteira-rede marcam os discursos produzidos pelos oficiais do Exército Brasileiro que atuam na faixa de fronteira

Em seguida, analisamos a transformação do discurso dos agentes do campo de segurança na faixa de fronteira. Um dos objetivos do artigo é propor uma análise do discurso sobre as ameaças à segurança, estabelecendo uma relação entre as narrativas e os agentes sociais que as produzem. Chamamos atenção com os profissionais que interpretam os discursos e que administram o estabelecimento de tecnologias associadas a elas (para o Exército Brasileiro, o lançamento de uma série de sistemas complexos modernizantes, para o Ministério da Justiça, o programa ENAFRON, lançado em 2011. Portanto, houve uma modificação do discurso dos

agentes no campo da faixa de fronteira, principalmente quando analisamos a gênese do programa ENAFRON e sua aplicação nos contextos específicos do Estado do Acre e do Estado de Roraima. Durante todas as entrevistas que foram realizadas, os oficiais do Exército Brasileiro ressaltam a importância dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) que procuram organizar estratégias de cooperação interagência, entre as Forças de Segurança Pública e as Forças Armadas. Outro ponto importante analisado foi o retorno de experiência do Plano Estratégico de Fronteira que ofereceu dados atualizados e precisos sobre a evolução desses esforços entre 2011 e 2015.

Finalmente, concluímos esse artigo afirmando o processo de mutação do papel do Exército Brasileiro na faixa de fronteira, ilustrado pela hibridização do papel dos militares, que se torna a norma naquele contexto. Diante desse novo cenário, é preciso avaliar em que medida essa mudança nas missões de segurança pública não pode ser um fator de tensões entre as Forças de Segurança Pública e as Forças Armadas. De fato, a aposta na cooperação interagência como norma não agrada todos os especialistas. No contexto fronteiriço, a situação geoestratégica é diferente, uma vez que o Exército Brasileiro domina o campo (tanto real quanto simbólico) com seus efetivos (exemplos dos PEF) e os discursos que são produzidos desde o começo do período da redemocratização. Ele pode retornar para sua missão principal, para o quartel e deixar para as Forças de Segurança Pública sua prerrogativa de força atuante com poder de polícia, ou, a final, seria difícil, para não dizer impossível voltar atrás após ter realizado uma mudança doutrinária tão profunda. Por fim, fazemos uma análise crítica dos nexos entre território, soberania e fronteira, quer revela-se necessária para salientar a importância dessa mudança para a mobilidade e o controle das fronteiras das forças do Exército Brasileiro.

Bibliografia:

AGNEW, J. "Know-where: Geographies of knowledge of world politics". In: *International Political Sociology*. Oxford: Oxford University Press, v.1, n.2, p. 138-148, 2007.

BRASIL. Segurança pública nas fronteiras: sumário executivo. *Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)*. (Org.) Alex Jorge das Neves (et. al). Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

DONNAN, H & WILSON, T. M. *Borders. Frontiers of Identity, Nation and State*. New York: Berg Publishers, 1999.

MACHADO, L. O. "Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança". In: *Geopolítica das Drogas (Textos acadêmicos)*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão - MRE, 2011.

SQUIRE, V. *The Contested Politics of Mobility: Border zones and Irregularity*. New York: Routledge, 2010.

Aplicação de novas metodologias pelo IBGE no tratamento de divisas territoriais

José Henrique da Silva
Willian Alves da Silva
Diogo José Nunes da Silva

As mudanças ocorridas nas legislações, que tratam de um assunto tão delicado e estratégico como as estruturas territoriais no Brasil, nem sempre acontecem no sentido que o país necessita, distanciando-se muitas vezes do que os técnicos, os órgãos públicos e privados e a sociedade em geral, esperam para a elaboração de um sistema de estrutura territorial preciso, confiável e atualizado.

Ao longo de décadas, descrições com baixa precisão cartográfica, com textos inconsistentes ou omissos, foram utilizadas em processos de criação e desmembramento de novos estados e municípios. Isto gera divergências de interpretação, ao se tentar compatibilizar os descritores legais antigos com produtos cartográficos atuais, como imagens de satélite de alta resolução ou levantamentos utilizando tecnologia laser, que muitas vezes retratam a expansão do território.

Considerando que o Estado deve estar voltado ao atendimento dos anseios da população, nada mais legítimo que a territorialidade tenha seus limites definidos em função dos acordos celebrados pela sociedade espontaneamente. Desta forma, a compatibilização de normas territoriais aos acordos sociais estabelecidos e, aos modernos produtos cartográficos é uma exigência do estado de direito vigente no país, constituindo-se no antídoto para evitar a eclosão de conflitos territoriais entre os entes da federação.

Existem dezenas de áreas identificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que estão relacionadas às pendências de cunho legal, administrativo e cartográfico entre territórios estaduais e municipais. Diante da inexistência de políticas públicas regulamentadas pelo Congresso Nacional para atualização e consolidação das linhas divisórias que representam a Divisão Político-administrativa (DPA) no Brasil, o IBGE vem elaborando procedimentos para uma melhor organização das estruturas territoriais, visando resolver ou minimizar tais problemas.

Desde o planejamento do Censo Demográfico 2010, o IBGE trabalha através de Acordos de Cooperação Técnica firmados com os órgãos estaduais responsáveis pela DPA, com a participação das Assembleias Legislativas, com o objetivo de homogeneizar procedimentos para atualização da malha territorial, o que possibilita os Gestores Públicos e a sociedade em geral identificar de forma clara e objetiva as linhas divisórias dos municípios e dos estados brasileiros.

A Coordenação de Estruturas Territoriais (CETE) da Diretoria de Geociências (DGC) do IBGE, desenvolveu, difunde e aplica uma metodologia moderna com o uso de

geotecnologias, que alia a gestão territorial socialmente responsável ao crescente avanço tecnológico. Esta metodologia já foi amplamente testada na resolução de demandas administrativas e judiciais relacionadas aos territórios municipais e estaduais, baseada no cumprimento de princípios, dos quais destacamos: o compromisso das partes envolvidas com a solução; o predomínio do interesse público e social; a diferenciação das responsabilidades técnicas e legais; o IBGE no papel de mediador; a imparcialidade; o direito ao contraditório; a ação integrada Executivo Legislativo.

No trabalho serão apresentados os casos tratados recentemente pelo IBGE relacionados às linhas divisórias estaduais nas ações em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), entre os estados do Piauí e Ceará (Ação Cível Originária – ACO 1831), Tocantins e Bahia (Ação Cível Originária -ACO 347), assim como os trabalhos desenvolvidos nos Acordos de Cooperação Técnica, associados as divisas entre a Bahia e Sergipe e Rio de Janeiro com o Espírito Santo e Distrito Federal com Goiás.

Bibliografia:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Constituição da República Federativa do Brasil 1988, Brasília, 1989, 292 páginas.

IBGE/DGC/DETRE,1993, Estudos Territoriais, Notas Técnicas (Série GCET), Rio de Janeiro, 441 páginas.

BRASIL. Decreto-lei nº 311, de 02 de março de 1938.Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 de maio de 2017.

IBGE. Limites dos Estados Unidos do Brasil Limites dos Estados Unidos do Brasil : sistematização provisória das linhas de limite do território da República e do de cada uma das suas unidades políticas . Conselho Nacional de Estatística – CNE. Rio de Janeiro: Typ. do Departamento Nacional de Estatística, 1933.

Arco central da faixa de fronteira no Brasil 2003 - 2018: avanços, retrocessos e perspectivas pós golpe de 2016

André Luiz de carvalho

Arco Central da Faixa de Fronteira no Brasil 2003 - 2018: avanços, retrocessos e perspectivas pós golpe de 2016

O presente trabalho tem a preocupação de discutir a Faixa de Fronteira no Brasil, mais especificamente a partir de sua sub-regionalização, que leva o nome de Arco Central, entre os anos de 2003 a 2018, em sua relação com dois aspectos de caráter geopolítico importantes: um, a posição de protagonista alcançado pelo Brasil, vigente em boa parte do período destacado; outro, o que entende-se aqui como retrocesso, a partir do golpe de 2016. Mais especificamente será focado o estado de Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com dois países: Bolívia e Paraguai. Circunscrita ao período exposto acima, a análise presente explora a elaboração e implementação de políticas públicas elaboradas por diferentes esferas de poder: estadual e federal. Simultaneamente, houve o desenvolvimento de uma política externa que objetivava o aprofundamento das relações com os países vizinhos na América do Sul. No que respeita ao território brasileiro, é de amplo conhecimento que a Faixa de Fronteira se apresenta enquanto uma região que, do ponto de vista socioeconômico, é marcada pela fraqueza em termos de dinâmica de suas atividades econômicas, contribuindo para a persistência de um quadro de pobreza que atinge parcela expressiva de sua população. Mesmo assim, são identificadas algumas atividades econômicas, cuja importância se dá tanto em âmbito regional, quanto no nacional. O rebanho bovino, que no contexto do território brasileiro é o segundo maior, perdendo apenas para a produção da Campanha Gaúcha e a extração de erva mate, são atividades importantes que, entretanto, levam a constantes conflitos em relação às comunidades indígenas, já que sua presença é ainda expressiva, sendo o Mato Grosso do Sul o estado com a segunda maior população indígena do país. Outra atividade econômica de destaque é o turismo ecológico; no entanto, ainda hoje há problemas de infraestrutura e logística que possam aprimorar o atendimento aos turistas e, portanto, agregar valor a essa atividade. A fruticultura é outra importante atividade econômica, seguida da produção de mandioca, arroz e cana de açúcar. Num segundo momento, esse trabalho analisa as questões de caráter geopolítico. No período aqui abordado, o processo de transfronteirização ganhou ênfase. Além disso, são abordados os diferentes acordos e tratados que originaram organizações supraestatais e blocos econômicos que, dialeticamente, afirmaram e/ou negaram esse processo em curso de transfronteirização, visto que afloram diferentes interesses geopolíticos, principalmente na escala do próprio continente americano. Nesse sentido, é importante destacar que o Brasil alcançou um protagonismo no âmbito das relações internacionais, nunca registrado no país, visto que o mesmo extrapolou a América do Sul. Esse destaque deve-se à sua relação com o terceiro ponto a ser aqui trabalhado: o golpe de 2016 ocorrido no Brasil, dentre outros interesses motivado por essa condição de protagonista então alcançada. Nesse sentido, organizações supraestatais

(OEA e UNASUL) e blocos econômicos (MERCOSUL e NAFTA) materializam os conflitos geopolíticos no âmbito do continente americano, visto que os Estados Unidos passarão a agir no sentido de impedir o avanço dessa nova posição geopolítica brasileira na esfera das relações internacionais, aqui circunscrito à América do Sul. Por fim, e aproveitando da experiência de outros trabalhos realizados em Mato Grosso do Sul (sobre urbanização), serão analisados os impactos ocorridos a partir do refluxo dessa breve fase protagonista focando a realidade do Arco Central da Faixa de Fronteira, em específico, o estado de Mato Grosso do Sul, em relação à nova realidade geopolítica instaurada na América do Sul, implicando, portanto, na necessidade de incorporação de uma análise, ainda que geral, da nova fase da geopolítica agora instaurada no Cone Sul.

Bibliografia:

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. Geopolítica e política exterior Estados Unidos, Brasil e América do Sul, 2ª edição, Brasília, FUNAG, 2010.

RUCKERT, Aldomar A. Uso do território e políticas territoriais contemporâneas: alguns cenários no Brasil, União Europeia e Mercosul in Revista de Geopolítica, Ponta Grossa, vol. 1, nº 1, p. 17-32, jan/jun 2010.

BRASIL Ministério da Integração Nacional Faixa de Fronteira - Programa de Promoção do desenvolvimento da Faixa de Fronteira PDF, Brasília, 2009

As fronteiras aéreas: dispositivos de controle e monitoramento em perspectiva geopolítica

Marcos Jean Campelo Lima
Gutemberg de Vilhena Silva

A soberania dos Estados nacionais é engendrada sobre diversos aparatos que lhes dão forma e conteúdo desde os tratados de Westphalia. Tal controle se transmuta em inúmeros signos como o controle territorial, aéreo, do mar e dos rios internacionais. Esta pesquisa tem como foco analisar tratados internacionais que estabeleceram as normas do Direito Aeronáutico no âmbito internacional, como a Convenção de Aviação Civil Internacional (CACI), e que apresentam dispositivos sobre as fronteiras aéreas. Além disso, este ensaio aponta as transformações pelas quais a aviação civil passou após os atentados de 11 de setembro de 2001. A presente pesquisa apresenta conceitos relevantes do direito internacional para o espaço aéreo, descrevendo os equipamentos utilizados no processo de segurança e expondo um debate acerca da intervenção estrangeira dos países do centro na monitoração do espaço aéreo dos países periféricos. Em função do exposto, é apresentada uma discussão a respeito da cooperação transnacional para o controle aéreo como uma das formas de dominação norte-americana e europeia sobre o continente sul-americano. Durante essa pesquisa em desenvolvimento será apresentado o contexto histórico da aviação civil, destacando a criação do avião e papel da já citada Convenção de Aviação Civil Internacional, assinado em 1944, na regulamentação do espaço aéreo e sua continuidade na era contemporânea. São explicitadas as novas normas que foram adotadas em aviões e aeroportos com vista de constituir um sistema de segurança após o sequestro de quatro aviões comerciais no dia 11 de setembro de 2001, que foram utilizados para as ações terroristas na cidade de Nova Iorque (EUA). Visando o embasamento do tema, é abordada a Teoria do Poder Aéreo, sendo a mesma instituída pelo general de origem italiana Giulio Douhet no período de 1869 até 1930. Em suas obras, Douhet analisa o domínio aéreo no seu aspecto ofensivo e advoga sobre a criação de dois comandos militares: a Armada Aérea e o Comando Unificado e Supremacia do Vetor Aéreo. Ademais, a pesquisa avalia a divisão do espaço aéreo, bem como a relação das aeronaves com as áreas controladas, não controladas e os espaços aéreos condicionados, entre elas as áreas proibidas e restritas de cada país. Em linhas gerais, este ensaio investiga o controle aéreo do Brasil, como o sistema aéreo do país reage as ameaças e o como o espaço aéreo é afetado durante o período de guerras. É feita uma análise do processo de securitização e do setor militar como um dos atores que podem influenciar na tomada de decisão do Estado em relação à alguma ameaça. Incluídas no setor militar e possuindo influência no processo decisório, temos as agências de força; a indústria armamentista e as agências governamentais. A metodologia utilizada é análise documental de relatórios do Ministério da Defesa do Brasil e de tratados internacionais que estabeleceram controle do espaço aéreo. De maneira associada também é feita uma revisão bibliográfica de obras relevantes para a discussão e fundamentação do tema.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Bibliografia:

BAGANHA, José Tomás. Introdução ao direito aéreo internacional. Administração, n.º 34, vol. I, 1996.

BORBA, Vanderlei. Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa. Historiae, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 59-78, 2013.

REZEK, Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 12. ed. Saraiva. 2010.

AOPA Brasil. Política para o controle aéreo brasileiro. Disponível em: <
<https://www.aopabrasil.org.br/o-que-e-aviacao-geral/politica-para-o-controle-aereo-brasileiro/>> Acesso em: 19 abr. 2018.

As fronteiras e a migração como desafio panamazônico: os venezuelanos em Boa Vista

Isabel Pérez Alves

Ao nomear “A Amazônia” como uma unidade, com as melhores intenções para a sua proteção e visão de conjunto, acabamos por homogeneizar uma enorme quantidade de faces da Amazônia como território e como diferentes realidades que a conformam. Nesse sentido, poderíamos considerar a Amazônia como um poliedro, onde cada face se apresenta de forma diferenciada, onde cada ponto de observação leva a vê-la com ênfase em alguma grande questão, que termina por tangenciar as demais apenas pela aresta.

Dentro das faces da realidade amazônica se encontra sua face de fronteira: a Amazônia Legal compreende quase dois terços da extensão de fronteiras terrestres do Brasil. É possível que esta face dentro da história tenha sido menos importante pela prevalência de outras faces mais vinculadas à interiorização e desenvolvimento regional, com todas as suas complexidades, do que aos pontos limites, e porque sua face socioambiental (indígenas, garimpo, seringueiros, ribeirinhos) se fazia mais gritante caminho aos centros e não nas suas fronteiras. Finalmente a questão é que tanto para o Estado brasileiro como demais instituições, entre elas a Igreja, a Amazônia foi de costume uma questão de centralizações dentro do território nacional, mais do que periferizações. E as fronteiras são, por definição, periferia.

Porém, as fronteiras não são entes existentes de fato no território e sempre impermeáveis, como as vezes moram no imaginário. Acreditamos que “podem ser fechadas” ou são linhas evidentes no espaço (DORFMAN,2018). Nesse sentido, as fronteiras sempre são oportunidades no espaço rarefeito e descontínuo entre dois Estados nacionais, e dadas as características da Amazônia, esse espaço tende a ser social, ambiental, histórica e politicamente ainda mais rarefeito, já que justamente, das faces da realidade amazônica, esta é das menos abordadas.

Mas há algumas situações que permitem visibilizar a questão fronteiriça, e uma delas é a migração, ou seja, deslocamento de pessoas de um Estado a outro, no caso de países limítrofes, a través da linha de fronteira. O Brasil tem presenciado nesta década uma realidade migratória da qual havia estado afastado por quase meio século, e se depara com o ingresso nas rotas das diásporas atuais. As razões para tal afirmação são variadas, mas podem ser aglutinadas no fato em que o Brasil se torna um país com elementos de atração aos migrantes, e por isso passa a ser um país receptor dos fluxos migratórios. Especificamente o Brasil passa a fazer parte da dinâmica migratória chamada sul-sul, onde tanto país receptor como país expulsor pertencem ao sul global ou países periféricos do sistema-mundo.

O Brasil se insere dentro da dinâmica crescente de mobilidade humana mundial e das migrações sul-sul notavelmente a partir de 2010 com o começo da chegada dos haitianos e senegaleses pela fronteira do Peru com o Brasil, mas é entre o fim de 2016

e durante 2017 que se apresenta na fronteira mais ao norte do país, no estado de Roraima com a Venezuela tal vez a contingência mais delicada e sem precedentes (FROTA,2017), devido a permanência da crise política com repercussões econômicas e sociais da Venezuela, o número de venezuelanos vindo para o Brasil está aumentando exponencialmente.

O Estado de Roraima tem aproximadamente 12% das fronteiras internacionais do país, com a Venezuela e a Guiana, porém ao contrário do que ocorre na parte sul da fronteira brasileira, que está repleta de cidades de fronteira, cidades-gêmeas, na Amazônia as linhas fronteiriças são resultado de tratados, e são poucos os lugares de contato e povoados. Em todos os países que dividem fronteira dentro da Amazônia, a zona de maior densidade populacional e de controle político (capitais) fica distante e em outras regiões, opostas à região amazônica do país.

2018 começa anunciando-se como uma crise no estado de Roraima e na Cidade de Boa Vista. E antes de mais nada é bom lembrar que dentro da população brasileira mesmo a migração venezuelana representa muito pouco em porcentagens demográficas, e também na diáspora venezuelana atual, o Brasil é aproximadamente o sétimo na recepção de venezuelanos, mesmo sendo país fronteiriço. Porém, é adequado falar de crise porque a chegada por Roraima é de extrema dificuldade, e a cidade de fato não tem a estrutura para a correta recepção dessa quantidade de migrantes que vem chegando em um espaço curto de tempo.

É nesse contexto que o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – SJMR trabalha com o intuito de atender a demanda emergencial causadas às instituições do Estado pela quantidade de migrantes chegando buscando sua regularização no país e por autonomia, principalmente por meio do trabalho. Este trabalho buscará a través dos registros de atendimento do SJMR no primeiro semestre de 2018, elaborar um perfil da migração venezuelana em Boa Vista. Serão usados os registros em Excel para a elaboração desses perfis, usando bibliografia de análise sobre migrações na América do sul.

Bibliografia:

OLIVEIRA, Marcia Maria de. Dinamicas Migratórias na Amazônia Contemporânea. Ed Sienzia São Carlos, SP 2016

DORFMAN, Adriana. Investigaciones académicas sobre contrabando. Porto Alegre, 2018

FROTA SIMÕES, Gustavo da. Perfil Sociodemográfico e Laboral da imigração venezuelana no Brasil. CRV. Curitiba 2017

LOUIDOR, Wooldy Edson. Articulaciones del Desarraigo em América Latina. Ed. Javeriana Bogotá, 2016

As sobreposições e a urgência da regularização fundiária dos espaços fronteiriços: áreas protegidas, territorialidade indígena e conflitos socioambientais na zona de fronteira Brasil-Peru

Camilla da Rocha Oliveira

O trabalho é fruto da pesquisa que culminou na dissertação “Áreas Protegidas, Territorialidade Indígena e Conflitos Socioambientais na Zona de Fronteira Brasil-Peru” (Oliveira, 2015) e vislumbra apresentar um dos quatro tipos de conflitos analisados: as sobreposições e a regularização fundiária nos espaços fronteiriços.

Os conflitos socioambientais passaram a ter destaque na fronteira Brasil-Peru nas últimas décadas abarcando os recursos naturais, as coletividades em torno desses bens e as formas de inter-relacionamento com o território. Nossa atenção na zona de fronteira internacional foi dedicada às unidades de conservação e terras indígenas acreanas que estão contíguas às áreas naturais protegidas, comunidades nativas e reservas territoriais no segmento fronteiriço peruano (Departamentos de Madre de Dios e Ucayali).

Através do uso de notícias foram problematizadas as situações de conflito socioambiental que envolvessem povos indígenas nas áreas protegidas e nos territórios indígenas limítrofes do segmento fronteiriço Brasil-Peru. A coexistência de áreas protegidas e territórios indígenas limítrofes, e as suas interações gerando novos condicionantes ambientais, políticos e sociais estabelecem os objetos da pesquisa, os quais serão interpretados comparativamente, como por exemplo: a exploração madeireira legal e ilegal, a presença de índios isolados, a prospecção de gás e petróleo e as sobreposições nos territórios especiais demarcados seja por concessões exploratórias oficiais, pela atuação de agentes ilegais, ou mesmo pela coincidência de parte dos limites dessas áreas especiais. Este último será aqui mais detidamente observado.

O contexto espaço-temporal definido foi o segmento fronteiriço Brasil-Peru e suas 38 áreas protegidas e territórios indígenas limítrofes. Acompanhamos a história desses territórios especiais, observando as informações nos últimos 15 anos. Além da revisão bibliográfica os esforços focalizaram-se no levantamento de dados secundários e no conjunto de leis acerca das áreas protegidas e os territórios indígenas da área.

Em busca de dados mais específicos sobre os conflitos socioambientais foi realizado um levantamento de notícias. Ao final da seleção, 150 alimentaram a organização de um quadro com a apreciação das informações contidas nas notícias. Constatamos que os processos de reestruturação do território amazônico, em especial nessa zona de fronteira, têm levado a conflitos com os povos indígenas. Destaca-se que a singularidade da área de estudo é a superposição de fronteiras tanto políticas quanto econômicas. As tensões são decorrentes da vizinhança ou da superposição entre territorialidades indígenas com as demais categorias de áreas protegidas, além das

incursões de redes ilegais, tanto para exploração de recursos naturais (prioritariamente madeira), como para o tráfico de drogas ilícitas e para as futuras extrações de gás e petróleo.

A situação fundiária de boa parte da Amazônia é imprecisa. Essa indefinição estimula tanto a pilhagem dos recursos naturais de forma esporádica como a expropriação de terras através da grilagem, ocorrências que atingem diretamente os direitos das populações locais. A conjuntura desperta conflitos sociais diversos dada a dificuldade na gestão ambiental da região, como também no seu desenvolvimento econômico. Deste modo, a menção nas notícias sobre as “sobreposições” e ou casos de “regularização fundiária” somadas ocupam a 2ª colocação quanto aos tipos de conflitos descritos.

É necessário um avanço na definição fundiária. Mesmo após o processo de reconhecimento destas áreas especiais serem finalizadas, muitas continuam alvo de ocupações irregulares. É indispensável que os múltiplos interesses sejam harmonizados evitando o risco para áreas ambientalmente sensíveis e o estímulo de conflitos sociais.

Além das pendências fundiárias que se desenvolveram ao longo dos anos, como a situação dos posseiros, a demarcação desses territórios especiais sofre com superposições oficiais quanto ao direito de uso do território. Ao investigar a gestão territorial dos dois países, percebemos que além dos conflitos externos, como problemas em decorrência da proximidade imposta pela fronteira, existem os conflitos internos ao próprio país que influenciam diretamente os povos indígenas e as áreas protegidas. Entre os obstáculos internos estão as superposições de áreas de distintos usos realizadas pelos diferentes órgãos de um mesmo governo, ou seja, áreas institucionalizadas pelo Estado. As sobreposições mostram-se como um elemento que aponta a disputa pelo controle formal do território, indicando embates ou no mínimo o não diálogo entre os órgãos governamentais. O grande problema, portanto, neste caso, é a superposição de direitos e finalidades. Neste sentido apresentaremos uma tipologia destas sobreposições e uma análise mais aprofundada sobre suas consequências dentro do tema da pesquisa.

Bibliografia:

AQUINO, Txai Terri Valle de. (et al.) Papo de Índio. Manaus: UEA Edições, 2012.

INSTITUTO DEL BIEN COMÚN. Directorio de Comunidades Nativas en el Perú. Lima, 2012. Disponível em: <www.ibcperu.org>. Acesso em: 19 jan. 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. NOTÍCIAS - Povos Indígenas do Brasil, Brasil. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Noticias>>. Acesso em: 24. abr. 2017

MACHADO, L. O. “Limites, Fronteiras, Redes”. In: STROHAECKER, T.; A. DAMIANI; (Org.). Fronteiras e Espaço Global. Porto Alegre: AGB, 1998, v. 1, p. 41-49.

OLIVEIRA, Camilla da Rocha. Áreas Protegidas, Territorialidade Indígena e Conflitos na Zona de Fronteira Brasil-Peru. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Programa de Pós Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.

Cidades na linha de fronteira: estruturas militares em Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)

Ricardo José Batista Nogueira
Thiago Oliveira Neto
Fellipe Costa Barbosa

O presente trabalho é resultado de pesquisa realizada na fronteira do Brasil- Peru-Colômbia, em 2016, financiada pelo CNPq. Teve por objetivo identificar a disposição espacial das estruturas militares existentes nas cidades desta fronteira e as formas de integração com a população civil dos países, visando assegurar a defesa e a solidariedade a partir de ações mútuas entre as forças militares e destas com a sociedade civil. Os núcleos urbanos mais densos são Tabatinga, no estado do Amazonas, no Brasil; Letícia, no Departamento do Amazonas, na Colômbia; e o povoado de Santa Rosa, no Departamento de Loreto, Peru. Estes objetivos foram formulados a partir das inquietações surgidas sobre a liberdade, a segurança e/ou vulnerabilidade das fronteiras num mundo que aponta para maior fluidez da informação, do comércio, do capital e mesmo das pessoas. Definiu-se, então, como problema da pesquisa, tomar o estudo de uma fronteira em particular como esta em virtude das inúmeras manifestações por parte do Estado brasileiro para ampliar a vigilância sobre diversos delitos e, simultaneamente, acordos de cooperação com os países vizinhos. Assim, a questão fundamental a ser tratada aqui diz respeito às estruturas estatais criadas na tríplice fronteira não apenas para a defesa, mas como estas mesmas estruturas encerram por ir além de suas atribuições para manter a porosidade fronteiriça necessária e a cooperação cívico-militar.

De maneira geral, a Fronteira, enquanto objeto de estudo, nos remete aos clássicos da Geografia Política, desde a obra homônima de Friedrich Ratzel, de 1897, discutindo sua formação, passando outros como Jacques Ancel, que em sua obra “Geographie des Frontieres” (1938) as classifica de acordo com os Estados, chegando mais recentemente aos trabalhos de Michel Foucher (1991), cuja surpreendente contribuição ocorre num mundo em que as fronteiras ideológicas entre capitalismo e socialismo são derrubadas, dando origens a inúmeras fronteiras políticas dos novos Estados nacionais.

Já os estudos sobre cidades fronteiriças, é importante destacar o trabalho de Cuisinier-Raynal, que indica tipos de dinâmicas territoriais fronteiriças e as formas de articulações urbanas nesta faixa. Carlos Zarate (2012), procura elucidar a formação das cidades pares na fronteira amazônica colonial e durante a república, destacando a capacidade estatal de cada nação em exercer a soberania sobre territórios longínquos e tão singulares. Significativo também como suporte deste trabalho foi a pesquisa realizada por Lia Osório Machado (2005) que resultou numa Proposta de Reestruturação do Programa de desenvolvimento da faixa de fronteira no Brasil (PDFF), pois esse trabalho cria metodologias para classificação e divisão do longo

arco fronteiriço brasileiro, diagnosticando as diversas formas de relacionamento com os países vizinhos.

Para realizar esta pesquisa procurou-se estabelecer, antecipadamente, metodologias que proporcionassem uma aproximação mais fidedigna ao problema da pesquisa. Primeiro, um levantamento das referências sobre estudos de fronteira, seus clássicos, suas proposições, os contextos em que foram elaborados; depois, as referências mais atuais que acompanham as mudanças no pensamento e políticas dos Estados-nacionais, tendo por consequência, uma tendência de amortecimento fronteiriço e como isto afeta as áreas periféricas dos países; por fim, definiu-se um roteiro de visitas a instituições estatais brasileiras, peruanas e colombianas instaladas nas cidades de Letícia, Tabatinga e Santa Rosa, para, a partir de entrevistas, compreender as ações cívico-militares que realizam na tríplice fronteira. O suporte do Exército brasileiro através de uma de suas estruturas – o Hotel de Transito – foi importante para a concretização da pesquisa na cidade de Tabatinga. O suporte civil, dado por moradores influentes em ambas as cidades, permitiu o acesso às instalações militares colombianas com a exposição de palestras sobre a atuação na fronteira com o Brasil e a cooperação com o Exército brasileiro; de modo semelhante, com a marinha colombiana e peruana, pois ambas dependem dos históricos acordos fronteiriços de livre navegação para atingir estas áreas fronteiriças. O imaginário fronteiriço – lugar de delitos, contravenções, suspeição, etc – exige que se utilize canais de confiança para a obtenção de informações. Isto foi construído há cerca de uma década quando iniciamos nossas primeiras pesquisas na região (Nogueira, 2007).

Bibliografia:

ANCEL, Jacques. *Geographie des Frontieres*. Paris, Gallimard, 1938.

CUISINIER-RAYNAL, Arnaud. *La frontière au Pérou entre fronts et synapses*. Belin. « L'Espace géographique » 2001/3 tome 30 | pages 213 à 230

FOUCHER, Michel. *Fronts et Frontiers*. Paris, Fayard, 1991.

MACHADO, Lia et ali. *Programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília, Ministerio da Integração Nacional, 2005.

NOGUEIRA, Ricardo. *Amazonas: A divisão da “monstruosidade geográfica”*. Manaus, EDUA, 2007.

Contrabando de agrotóxicos, controle fronteiriço e imprensa

Gustavo Biasoli Alves
Karine Dalla Costa

As fronteiras nascem junto com os Estados Nacionais. A definição da marca maior do Estado Nação como aquele que exerce o monopólio do uso legítimo da coerção física num determinado território formulada por Max Weber funda não só a Ciência Política moderna, mas também o estudo das relações internacionais e leva importantes teóricos a formular a noção que isto é o que define o modo de ser do Ocidente e sua posição em termos geopolíticos no mundo.

Portanto, o controle do espaço é fundamental, e neste sentido, todos os Estados-Nação tomaram uma série de atitudes: fixaram marcos, equiparam exércitos, estabeleceram relações com outros Estados. Alguns chegam contemporaneamente a recuperar as antigas estratégias de construção de muros como forma de contenção populacional e de fluxo migratório.

O que este texto traz como preocupação é o fato de que este processo está sujeito a uma série de contradições. Sobretudo se tem em mente que as questões que envolvem os Estados Nacionais estão sujeitas às relações entre Agentes e Agências com forte característica dialética.

O controle do espaço e a formulação de perspectivas sobre um território requer então que se analise além dos aspectos técnicos (presença ou não do Estado, formulação de políticas, etc) o caráter simbólico desta presença: o que significa a presença do Estado Nacional? Como os agentes que estão na fronteira a conceituam e como se posicionam frente aos controles ou facilidades que encontram no seu dia-a-dia. A rede de significados e de relações sociais é, portanto, bastante complexa DORFMAN (2008 e 2009) e HORII (2014).

A perspectiva pela qual se vem pugnando é que o fronteiriço deva ser agente no processo de desenvolvimento das regiões fronteiriças. E isto requer ver como se posiciona frente às questões que lhe são inerentes.

Recortamos um pouco mais esta perspectiva analisando notícias publicadas sobre o contrabando de agrotóxicos pelos seguintes meios de comunicação: Portal Guaíra e Site Capitan Bado News.

O tema é importante e controverso, tendo em vista que o consumo de agrotóxicos aumentou exponencialmente no mundo todo, mas teve um incremento maior ainda no Brasil, no Paraná, e sobretudo no Oeste Paranaense, que é a região que faz fronteira com a Argentina e o Paraguai. Este aumento é da ordem de aproximadamente da ordem de 20%, sendo que o consumo médio por habitante é de 11,5 litros de produto por ano na região. Ao mesmo tempo, ampliam-se os problemas de saúde. O tema, agrotóxicos, comporta, portanto uma série de compreensões, discussões e busca de hegemonia (em sentido gramsciano) sobre saúde,

desenvolvimento e sobre o que seja a vida em si. Deslindar essa trama requer um esforço enorme, porém necessário.

A imprensa tem sido fonte importante de construções sobre o espaço fronteiriço . Ao mesmo tempo, seu desenvolvimento acompanhou a estruturação deste espaço . A presença do tema do tema tem, portanto, destaque, mas a forma como vem sendo abordado denota um viés claramente criminalístico que pouco colabora com um debate mais aprofundado sobre o tema que reforça concepções da fronteira única e exclusivamente como o lugar da violência, e mais, que a violência e o crime são assuntos exclusivos ou quase da polícia, o que justifica a divulgação destas notícias, quase que exclusivamente nas páginas policiais.

Bibliografia:

DORFMAN, Adriana. “Pequenas pontes submersas”: interpretações geográficas e antropológicas de literaturas de contrabando. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 1, p. 93-114, jan.-abr. 2008.

DORFMAN, Adriana. Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações. 2009b. 360 p. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, da UFSC. Florianópolis, SC. 2009a. Disponível em http://www.tede.ufsc.br/tedesimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=921. Acesso em 16 nov 2009.

HORII, Angélica Karina Dillenburg. Redes ilegais: o contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon, 2014.

PENNA, Camila. Reflexividade e agencia na teoria sociológica contemporânea. In: Ciências Sociais Unisinos 48(3), set/dez 2012, pp.192-204.

SILVEIRA, Ada Cristina M da; GUIMARÃES, Isabel P (orgs). Conexões (trans)fronteiriças: mídia, noticiabilidade e ambivalência. Foz do Iguaçu. EDUNILA, 2016b

Cooperação jurídica internacional em zonas fronteiriças: experiências Brasil e França

Karen Danielle Tomé da Silva Silva
Gutemberg de Vilhena Silva

De um modo geral, a interação de pessoas gera conflitos que precisam ser dirimidos pelo poder público, aqui entendido como o Poder Judiciário. Ocorre que, para que se tenha uma rápida e efetiva resposta da Justiça, é necessário que haja mecanismos eficazes de aplicação das normas e dos procedimentos. No entanto, nem sempre a legislação acompanha a rapidez das interações sociais. No atual contexto de globalização, a cooperação jurídica internacional se torna imperiosa para esta efetiva prestação jurisdicional. Nas zonas de fronteira as soluções de conflitos judiciais se tornam especialmente complexas diante das barreiras legais que envolvem a fronteira internacional. A quantidade de crimes transnacionais noticiados pela mídia mundial, mostra que a cooperação jurídica internacional é um tema que precisa pautar as mesas de discussões e negociações internacionais, tendo em vista a necessidade de se impedir que criminosos e contraventores fujam da aplicação da lei do país onde cometeram crimes. Além do âmbito criminal, existem diversas demandas cíveis que possuem elemento estrangeiro, em especial as de família, cujo deslinde necessita de auxílio de outros países. Sem a cooperação jurídica internacional, muitos processos não têm a chance de serem solucionados. Nas zonas fronteiriças, em razão da maior interação de pessoas de dois ou mais países, o número de demandas judiciais envolvendo causas transnacionais é ainda maior e, por via de consequência, as dificuldades na solução dos conflitos também aumenta. Vários são os fatores que prejudicam o andamento do processo quando se tem um fator transnacional, tais como, a dificuldade de intimação de estrangeiro, falta de tradução de documentos em língua estrangeira, dentre outros. Apesar da importância da cooperação jurídica internacional, ainda há significativa carência de conceitos universais sobre a matéria e, especialmente, de mecanismos eficazes e céleres para sua concretização. O presente estudo avalia a cooperação jurídica internacional no Brasil em suas zonas de fronteira, dando ênfase à cooperação na fronteira Brasil-França. Será apresentada a conceituação, os princípios que norteiam a matéria, sua finalidade e o histórico da cooperação jurídica internacional no Brasil. Será apresentado, também, o que prevê a legislação brasileira sobre o assunto; quais os acordos e tratados dos quais o Brasil faz parte e que tratam da temática; bem como os avanços e as experiências em zonas fronteiriças do Brasil, em especial na fronteira franco-brasileira. Para tanto, utilizar-se-á por procedimentos técnicos, as pesquisas bibliográfica e documental. Como possíveis resultados, tem-se que a cooperação jurídica internacional nas zonas de fronteiras do Brasil tem avançado nos últimos anos, principalmente nas fronteiras com países que compõem o MERCOSUL. No entanto, quando se toma como base o estudo da cooperação na fronteira Brasil-França, tem-se entraves mais complexos do que os experimentados nas fronteiras sul-americanas o que faz com que o avanço seja mais lento nesta zona fronteiriça.

Bibliografia:

ABADE, Denise Neves. Direitos fundamentais na cooperação jurídica internacional: extradição, assistência mútua, execução de sentença estrangeira e transferência de presos. São Paulo: Saraiva, 2013.

BALTAZAR JR. José Paulo; LIMA, Luciano Flores. Cooperação jurídica internacional em matéria penal. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010.

CHOUKR, Fauzi Hassan; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Cooperação jurídica internacional. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2014.

HILL, Flávia Pereira. O Direito Processual Transnacional como forma de acesso à justiça no século XXI. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2013.

MEDEIROS, E. Efeito barreira e cooperação transfronteiriça na raia ibérica: impactes territoriais do INTERREG-A. Lisboa: Centro de Estudos Ibéricos, 2011.

De cidades fortificadas a eurocidades: espaços urbanos de cooperação no rio Minho

Uxío Benítez Fernández
Rubén C. Lois González
Juan M. Trillo Santamaría

Os Estados modernos procuraram, ao longo da história, fechar os seus territórios de soberania, com a finalidade de conter no seu interior o poder, a riqueza, a cultura e a sociedade que albergam (Taylor, 1996). Desta forma, os espaços de fronteira são entendidos como distantes do núcleo de controlo do poder central, razão pela qual se reforçam através de muros, fortificações ou outros sistemas de segurança. A guerra da restauração da independência de Portugal em relação à monarquia hispânica (1640-1668) implicou a modernização da arquitetura de defesa medieval ao longo da fronteira peninsular, com a construção de fortificações abaluartadas seguindo os princípios modernos (Blanco, 2015). A raia galaico-portuguesa e, especialmente, a chamada raia húmida do rio Minho, constitui um dos exemplos paradigmáticos de arquitetura militar desta época.

Este espaço fluvial, marcado materialmente por um conjunto de fortificações, praças-forte, castelos e atalaias, começou a perder sentido defensivo após a chegada da democracia a Espanha e a Portugal em mediados da década de 1970 e do restabelecimento das relações bilaterais. De um espaço fechado – ainda que sempre aberto às atividades de contrabando, sustento de muitas famílias na zona – reconverte-se desde então num espaço de abertura e cooperação no contexto da Europa comunitária, no qual vão surgindo diferentes estruturas de governança conjuntas a diferentes escalas. As pontes sobre o rio Minho, especialmente a ponte internacional Tui-Valença, que liga a A-3 no Norte de Portugal com a A-9 na Galiza, reúnem quase 50% do total dos fluxos transfronteiriços. O rio Minho configura-se como nó central do eixo atlântico, que desde o norte (Ferrol) até ao sul (Porto) constitui o espaço mais ativo económica, social e culturalmente de toda a fronteira hispano-portuguesa: referimo-nos ao território da Euroregião Galiza-Norte de Portugal.

Se centrarmos a nossa atenção nos antigos centros urbanos fortificados que estão lado a lado na fronteira, observamos que no último lustro se estão a estabelecer diferentes acordos de cooperação transfronteiriça entre autoridades territoriais. Estes acordos originam a implementação de estruturas de governança transfronteiriça, de forma geral, sob a denominação de eurocidade (Joenniemi e Jańczak, 2017). Seguindo o exemplo da primeira eurocidade da raia galego-portuguesa, de Chaves-Verín (Trillo, Lois e Paül, 2015), localizada na conhecida raia seca, em 2013 surge a eurocidade Tui-Valença e, em 2017, a de Salvaterra-Monção. Entre estes acordos, em 2014 assina-se o tratado de amizade entre Tomiño e Vila Nova de Cerveira, que não recebe o nome de eurocidade (termo que, por outro lado, carece de valor legal), ainda que marca o início de um projeto de grande interesse para a governação transfronteiriça. Assim, por exemplo, em 2016 realizam-se os

primeiros orçamentos participativos transfronteiriços, uma iniciativa pioneira na cooperação galaico-portuguesa. A governança neste contexto deve ser entendida, em todo o caso, a dois níveis: o do espaço urbano transfronteiriço em si e um outro mais amplo do território comum da raia abrangido pela AECT Rio Minho.

O nosso trabalho pretende analisar, desde um conhecimento direto do terreno e o estudo documental, as práticas de cooperação que se têm vindo a desenvolver nos espaços urbanos da raia nos últimos anos, com o objetivo de verificar se estamos perante verdadeiros projetos urbanos transfronteiriços; isto é, se podemos falar de espaços urbanos de governança que superam os marcos dos Estados-nação na procura de um novo quadro de relações. Para tal, teremos em conta as políticas conjuntas estabelecidas de forma continuada, tais como: programações culturais comuns, com a publicação, inclusive, de agendas nas que se conta de forma detalhada a oferta existente em ambos os lados da fronteira; utilização de serviços públicos por habitantes de um concelho no outro lado da raia; ou campanhas de promoção turística conjuntas, nas que as eurocidades se apresentam como destino único. Pretende-se analisar se todas estas iniciativas fortalecem espaços urbanos de cooperação, nos que os habitantes (trans)fronteiriços se possam mover com total liberdade por um território comum. Para tal finalidade, pretendemos recorrer ao método do “going along” (cfr. Varró, 2016), a partir do qual os investigadores e atores de cooperação partilham tempo e experiências com o objetivo de elaborar estudos sobre o particular.

Bibliografia:

BLANCO, R. (2015): *Arquitectura y paisaje. Fortificaciones de frontera en el sur de Galicia y norte de Portugal*. Universidad del País Vasco. Tese doutoral inédita.

JOENNIEMI, P.; JANCZAK, J. (2017): *Theorizing Twon Twinning-Towards a Global Perspective*. *Journal of Borderland Studies*, 32, 423-428.

TAYLOR, P. (1996): *Beyond containers: internationality, interstateness, interterritoriality*. *Progress in Human Geography*, 19/1, 1-15.

TRILLO, J.M., Lois, R.C. & Paül, V. (2015): *Ciudades que cruzan la frontera: un análisis crítico de la Eurocidade Chaves-Verín*. *Cuadernos Geográficos de Granada*, 54/1, 160-185.

VARRÓ, K. (2016): *Recognising the Emerging Transnational Spaces and Subjectivities of Cross-border Cooperation: Towards a Research Agenda*. *Geopolitics*, 21, 174-194.

Dispositivos de controle e monitoramento de entrada e saída de ilícitos pelas pontes binacionais do Brasil: o caso da ponte sobre o rio Oiapoque

Dafne Vitória Paranhos de Araújo
Gutemberg de Vilhena Silva

As Relações Internacionais do Brasil com os países vizinhos são um processo complexo e demandam a diligência deste país em razão de variados fatores, dentre os quais sua continentalidade. Tais relações na política externa figura geopoliticamente complexa nos treze locais onde o país construiu pontes binacionais, a saber: Ponte sobre o Rio Oiapoque (GF), Ponte sobre o Rio Tacutu (GU), Ponte Binacional Wilson Pinheiro (BO), Ponte Sobre o Rio Acre (PER) Ponte Internacional Barão de Mauá (UY), Ponte Internacional da Concórdia (UY), Ponte Sobre o Rio Quarai (UY), Ponte Barra do Chuí (UY), Ponte Internacional Getúlio Vargas – Augustín Pedro Justo (AR), Ponte Internacional São Borja/ Santo Tomé (AR), Ponte Tancredo Neves (AR), Ponte da Amizade (PAR), Ponte Bela Vista- Bella Vista (PAR). Essas pontes se tratam de objetos técnicos que do ponto de vista físico-territorial aproximam-no de nossos vizinhos, mas do ponto de vista das práticas espaciais são variadas as formas e os conteúdos relativos às interações espaciais e aos dispositivos de controle e monitoramento do que entra e sai por tais fronteiras. As especificidades de cada ponte binacional abrem margem para estratégias de ação conjunta na solução de problemas comuns, além de desenvolver uma nova dinâmica espacial onde foram construídas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar dispositivos de controle e monitoramento de fluxo de ilícitos nas fronteiras do Brasil em áreas onde há pontes binacionais. De maneira específica, será considerada a circulação ilícita de armamentos. Para tanto, será necessário compreender a dinâmica geopolítica de formação das treze pontes binacionais do Brasil, verificar os padrões de cooperação transfronteiriça em matéria de Segurança, estabelecendo um estudo comparado com ênfase na ponte mais recente, a ponte sobre o rio Oiapoque, e conhecer o modus operandi da entrada e saída de ilícitos pelas pontes binacionais. A partir das considerações de Clifford, Valentine et al. (2003) e Yin (2005) nossa pesquisa é um estudo de caso exploratório. Traremos para robustecer as análises, técnicas como pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e cartografia. Os documentos a serem analisados serão os artigos científicos e relatórios técnicos publicados em periódicos nacionais e internacionais que aprofundem o histórico das relações internacionais dos referidos países da América do Sul com o Brasil, bem como a conjuntura histórica da formação das pontes binacionais para compreensão das dinâmicas sócio espaciais ora investigadas. Também serão consultados os acordos já feitos entre Brasil e seus vizinhos sobre a segurança e defesa em área de fronteira. Nessa abordagem, será destacada a ponte sobre o Rio Oiapoque, (inaugurada mais recentemente, em 2017), e será possível compreendê-la em comparação com as demais pontes binacionais do Brasil. Considerando as conjunturas e as dificuldades específicas de cada caso, bem como as experiências das demais pontes, é possível estabelecer diretrizes para monitoramento de ilícitos nas pontes binacionais que atendam à demanda da

fronteira franco-brasileira. Conclui-se ser necessária a elaboração de um manual que permita o controle eficiente da fronteira nos casos aqui avaliados.

Bibliografia:

BRASIL. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

MEDEIROS, E. Efeito barreira e cooperação transfronteiriça na raia ibérica: impactos territoriais do INTERREG-A. Lisboa: Centro de Estudos Ibéricos, 2011.

SILVA, G.V. Usos Contemporâneos da Fronteira Franco-Brasileira: entre os ditames globais e a articulação local. (Dissertação Programa de Pós Graduação em Geografia). 175 p. UFRGS. Porto Alegre. 2008.

SORJ, B., FAUSTO, S. O Papel do Brasil na América do Sul: estratégias e percepções mútuas. Plataforma Democrática. Working Paper nº12, julho de 2011.

YIN, R.K. Estudo de caso: planejamento e métodos. (Trad. Daniel Grassi). 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Do local ao supranacional: o papel das cidades fronteiriças nos processos de integração regional na América do Sul

Edgar Andrés Londoño Niño

São várias as fronteiras da América do Sul que apresentam uma alta intensidade nos fluxos da população e de intercâmbio de bens e serviços. Porém, as teorias tradicionais de integração regional, desconsiderando muitas vezes a dimensão territorial, centram-se nos mecanismos internacionais no nível econômico que vão desde a criação de áreas de preferências aduaneiras, sendo o nível mais baixo, até a consolidação de uma união política. Assim, ainda existem lacunas sobre a importância das dinâmicas locais, especialmente nas regiões fronteiriças, para compreender a integração regional.

Ao mesmo tempo, os processos de integração regional na região pouco mencionavam em décadas passadas às fronteiras e foi com o tempo que a integração fronteiriça passou a fazer parte das preocupações relacionadas com a integração regional e que os organismos regionais têm valorizado esses territórios.

Nesse sentido, a integração regional, que redimensiona às fronteiras e suas interações, implica a relação de várias escalas espaciais. Assim, longe de estar centrada exclusivamente nos Estados, a interação regional deve ser pensada a partir da interação de instituições nacionais, especialmente de alto nível com as instituições subnacionais os governos locais e atores políticos, sociais e econômicos nos territórios fronteiriços. Assim, a integração formal, que se fundamenta na criação de entes supranacionais que coordenam processos de integração, contrasta-se com a integração de fato, presente nas regiões de fronteira, onde se dá a associação informal de atores locais e nacionais para promover objetivos comuns.

As cidades fronteiriças podem adquirir um papel central nos processos de integração regional, dado que podem interligar não somente várias localidades de uma zona fronteiriça internacional, mas também de outras regiões dos Estados de lado e lado da fronteira e, inclusive, inserir-se em diversas redes transnacionais, mas ao mesmo tempo correm o risco de serem simples pontos de passo de projetos regionais que respondem a interesses nacionais e pouco impacto têm no desenvolvimento dessas regiões. Entretanto, deve ser levado em conta que a regionalização, promovida pelos Estados, nem sempre contribui ao desenvolvimento nas áreas de fronteira. De fato, algumas vezes a intervenção por cima pode perturbar ou atrapalhar às dinâmicas locais, dado que respondem a um modelo tradicional de relações hierárquicas entre um nível de decisão superior com um inferior.

Desse modo, as cidades de fronteira podem constituir laboratórios da integração regional que permitam analisar as possibilidades de consolidação desses processos ou criar iniciativas de escala multilateral.

Este trabalho tem por objetivo analisar como os processos de integração regional da América do Sul, especialmente o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina de Nações (CAN), assim como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), da escala supranacional, consideram às regiões de fronteira, como escala local. Para isso serão analisados as decisões, resoluções e projetos dessas iniciativas, junto com a pesquisa de imprensa e a discussão com artigos e textos acadêmicos que permitam caracterizar o nível de inclusão das cidades de fronteira em cada um desses processos.

Bibliografia:

BENEDETTI, Alejandro. Espacios fronterizos del sur sudamericano. Propuesta de un modelo conceptual para su estudio. Estudios Fronterizos, No.29, 2014, p.11-47.

MACHADO, Lia Osorio. Região, cidades e redes ilegais: geografias alternativas na Amazônia sul-americana. Em: Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional, organizado por Maria Flora Gonçalves, Carlos Brandão e Antonio Galvão, São Paulo: UNESP, 2003, p.695-707.

ODDONE, Nahuel. La construcción de una matriz relacional para la cooperación transfronteriza. 2013.

RHI-SAUSI José Luis; CONATO, Darío. Fronteras e integración transfronteriza en el Mercosur. En José Luis Rhi-Sausi y Darío Conato (coordinadores). Cooperación transfronteriza e integración en América Latina. Roma: CeSPI, 2009, p. 59-102.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia. Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica. Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo RETIS / CNPq / UFRJ, 2002.

Estabelecimentos e setor da construção civil na fronteira Brasil-Bolívia, 2016

Éder Damião Goes Kukiel
Edgar Aparecido Costa

A fronteira representa um espaço de oportunidades e/ou de constrangimentos. Tudo depende da direção do olhar que se faz a análise e da racionalidade de cada agente da produção do espaço fronteiriço (COSTA, 2012). Sua função pode variar temporalmente a partir das necessidades que dela são demandadas. Na escala local, ocorrem trocas diversas de produtos para atender a ambos os lados, próprias do cotidiano fronteiriço, fortemente influenciado pela variação cambial e pelas especialidades e exclusividades. As assimetrias setoriais provocam a formação de estruturas produtivas que se utilizam dessas diferenças para o seu benefício, em razão das vantagens que elas proporcionam (BENTANCOR, 1995).

No caso da construção civil na fronteira Brasil-Bolívia, sua dinâmica de fluxos está relacionada às diferenças cambiais e tributárias, mas, também a elementos culturais e legislação ambiental de cada país. Dessa forma, os móveis e madeiras bolivianas são mais atrativas aos fronteiriços, pois a proibição de corte de madeiras de lei na Bolívia não é tratada com a severidade da legislação ambiental brasileira (OLIVEIRA, 1998). Existem fábricas de cimento em ambas as cidades de fronteira com preços próximos. Outro diferencial são as variedades de oferta de materiais, cujos estabelecimentos comerciais são vetores dos fluxos das populações fronteiriças.

O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica da construção civil e comparar os tipos e quantitativos dos estabelecimentos desse setor na cidade de Corumbá/MS, no lado brasileiro e Puerto Quijarro (departamento de Santa Cruz), no lado boliviano da fronteira.

Metodologicamente foram realizados trabalhos de campo (setembro a novembro de 2016), aplicando a técnica da observação e com uso de GPS e máquina fotográfica que contribuiu para a tipificação dos estabelecimentos comerciais. Isso permitiu, também, mapear a concentração ou não de atividades comerciais desse gênero e estabelecer um comparativo da diversidade de produtos oferecidos, de modo a elaborar um quadro relacional dos estabelecimentos. Outro elemento utilizado foi o comparativo entre os preços de alguns produtos escolhidos, em função da sua frequência de uso, na cidade de Corumbá, e na parte urbana de Puerto Quijarro.

O espaço geográfico em questão, onde se conforma a fronteira Brasil-Bolívia, origina dois territórios, segundo o interesse de análise deste estudo. Neste caso, os territórios foram analisados na escala dos municípios de Corumbá, do lado brasileiro e da seção municipal de Puerto Quijarro, incluindo seu distrito Arroyo Concepción, do lado boliviano. O foco principal de análise centrou-se nos espaços urbanos onde se concentra, com maior intensidade, a atividade da construção civil.

Notou-se que esse espaço fronteiriço apresenta fortes interações evidenciadas pelo comércio e pelo trabalho cotidianos, quando brasileiros e bolivianos atravessam os limites internacionais, de forma diária, em busca de produtos, de oportunidades e de serviços mais atraentes. Constatou-se que essa fronteira é decorrente de processos multidimensionais que resultam em oportunidades para ambos os lados e que o Estado tem a prerrogativa de interferir nessa dinâmica, podendo ampliar os favorecimentos, privilegiando apenas um dos seus lados. Pode-se dizer que nessa relação de fronteira é marcante a falta de uma ação mais integradora entre os elementos do setor da construção civil. Acredita-se que essa relação não deve se basear no aproveitamento unilateral das oportunidades, mas sim, na busca por uma cultura de cooperação onde os fluxos e as trocas nesses territórios de fronteira ocorram de forma natural.

Bibliografia:

BENTANCOR, G. T. Las fronteras en un contexto de cambios: la vida cotidiana en ciudades gemelas-Rivera (Uruguay) y Sant'ana do Livramento (Brasil). *Ateliê Geográfico*, v. 2, n. 3, Goiânia-GO, p. 18-42, 1995.

COSTA, E. A. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 4, n. 7, p. 17-33, 2012.

OLIVEIRA, T. C. M. Uma fronteira para o pôr do sol. Um estudo geoeconômico sobre uma região de fronteira. Campo Grande/MS: Editora da UFMS, 1998.

Fronteira, conflitos e Estado de exceção

Marcos Leandro Mondardo

A luta pela terra dos povos indígenas na fronteira do Brasil com o Paraguai tornou esse espaço um verdadeiro laboratório de conflitos que geram insegurança social. O enfoque priorizado nesse trabalho será em torno de recentes reflexões e discursos sobre a “sociedade de controle” numa linguagem deleuze-foucaultiana, ou de “Estado de exceção” como denomina Giorgio Agamben, e o conseqüente papel das fronteiras nessa dinâmica, especialmente no sentido da crescente multi/transterritorialidade que acompanha a dinâmica que envolve, hoje, no Mato Grosso do Sul, a luta pela terra e território. O objetivo é problematizar a multiplicidade de conflitos territoriais nos movimentos sociais de resistência dos Guarani e Kaiowá e para isso analisar ações e práticas que geram “in-segurança”, exceção e “des-controle” sociais na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai.

Na última década, o Mato Grosso do Sul liderou o ranking dos estados mais violentos contra povos indígenas no Brasil. O Relatório de violências contra os povos indígenas no Brasil publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) registrou, no ano de 2013, 53 assassinatos de indígenas no país, sendo que 33 (62%) ocorreram no estado. Desde 2003, são 349 homicídios, o que corresponde a 56% do total de homicídios contra indígenas no Brasil.

No “campo verde” sul-matogrossense as fazendas do agronegócio apresentam a territorialização hegemônica da soja, milho, cana-de-açúcar e pecuária e, contraditoriamente, com pouca vida humana. Se considerarmos, por exemplo, uma proporção entre a população do Mato Grosso do Sul composta por 2.713,147 habitantes em 2017, segundo o IBGE, com o rebanho bovino do estado formado por 21.824,000 milhões de cabeça de gado, segundo levantamento da IAGRO, teremos um percentual de aproximadamente oito bois para cada pessoa. Nessa banalização da vida, um boi vale mais do que a vida de um indígena Guarani e Kaiowá. Sob uma crença no Deus-mercado, é melhor exportar gado do que viver na e com a floresta. Nessa perspectiva onipotente-onipresente mercadológica, o indígena é coisificado, desconsiderando, assim, a sua relação histórica com a terra e de resistência neste espaço.

Inconformados com a imposição da “contenção territorial” (HAESBAERT, 2014) nas reservas, pequenas áreas demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios até 1928, as retomadas de territórios tradicionais transpassam seus limites, podendo ser pensadas como espaço da resistência dos corpos dos vivos, mesmo ao custo do risco efetivo de sua transformação em corpo morto.

A vigilância territorial no Mato Grosso do Sul integrada por sindicatos patronais, militares da reserva e da ativa, comerciantes, fazendeiros e juristas, e que vinha profissionalizando a violência e terceirizando a gestão dos conflitos fundiários no estado, faz com que o “Estado de exceção” (AGAMBEN, 2004) seja uma realidade de

negação cotidiana de direitos. Agamben (2004) reconhece nessas mudanças da sociedade contemporânea um regime de “Estado de exceção” erigido por leis de excepcionalidade que, ligadas ao poder soberano, tornam-se, hoje, a regra, pois, “inicialmente apresentadas como medidas ligadas a acontecimentos excepcionais, reservadas a situações limitadas no tempo e no espaço, tornam-se regra” (p. 76). Para o autor, o Estado de exceção não mais deve ser visto como um regime adotado em uma situação circunstancial e/ou extraordinária, principalmente, empregada em um momento de emergência. Esse regime deve ser compreendido, hoje, como uma “técnica de governo” que funciona para a “administração da vida” e, conseqüentemente, da própria morte, por meio da tanatopolítica. Assim como a vida, a morte é uma questão política. Foucault (2004) tratou da biopolítica, o cálculo que o poder faz sobre a vida, junto da tanatopolítica, cálculo do poder sobre a morte.

Bibliografia:

AGAMBEN G. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2012. Brasília: CIMI, 2013.

FOUCAULT, M. Naissance de la Biopolitique. Paris: Gallimard-Seuil, 2004.

HAESBAERT, R. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IAGRO. Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal. Rebanho bovino de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.iagro.ms.gov.br/> - acesso em 11/02/2018.

Gobernando la incertidumbre: los regímenes fronterizos en América Latina y el caso chileno

Haroldo Dilla Alfonso

Uno de los datos más atractivos de la geografía política contemporánea es la emergencia de regiones transfronterizas, entendidas aquí como sistemas territoriales sobrepuestos a soberanías políticas diferentes. La naturaleza compleja de estos fenómenos ha colocado sobre el tapete el asunto de sus gobernanzas en contextos heterárquicos en las que coliden usos nacionalistas con tendencias postwestfalianas.

En América Latina este fenómeno se ha traducido en diferentes modalidades de regímenes políticos fronterizos. En unos casos, los estados han mantenido las posiciones westfalianas protectoras de las sociedades nacionales y hostiles a “los otros” como es el conocido caso de República Dominicana. En el otro extremo, existen estados que han desarrollado posicionamientos abiertos que reconocen al espacio transfronterizo como un objetivo de desarrollo y eventualmente sujeto de derecho. En este último caso se ubican los países integrantes de la Comunidad Andina y en particular Colombia.

Existe, sin embargo, una tercera modalidad de países que adoptan una posición de indiferencia frente a sus fronteras, de manera que, aun cuando mantengan los controles intactos o abran agujeros de relacionamientos Ad Hoc, lo hacen invisibilizando el tema tanto en la normatividad como en la institucionalidad. Chile se ubica en este terreno intermedio. La constitución chilena no menciona la existencia de fronteras, no existe ninguna ley específica para su desarrollo y otras leyes adjetivas solo las mencionan de manera puntual. La única institución que lidia con el tema es una dirección ubicada en la cancillería, cuya declaración fundacional en 1967 es casi la misma que la que hoy se inscribe en su misión institucional.

El resultado de este desfase es el comportamiento institucional fragmentado de las fronteras nacionales, con el consiguiente incremento de las tensiones entre gestiones discrecionales y flujos transfronterizos muy intensos. Ello es evidente en la región Arica-Tacna, uno de los ejes más activos de la geografía continental.

Si exceptuamos la existencia de un dispositivo de control que incluye servicios de aduanas, control migratorio y regulación sanitaria –justamente el dispositivo institucional que anima el sentido westfaliano de la frontera- la institucionalidad de esta región es casi idéntica a la que puede existir en cualquier otro punto de la geografía chilena. El único espacio institucional que muestra una vocación transfronteriza es un Comité de Integración y Desarrollo Fronterizo que ha desempeñado un rol importante en establecer contactos y ganar confianza entre los actores de ambas partes, pero con capacidades decisorias muy limitadas.

Esta ponencia se apoya en la investigación desarrollada en Arica-Tacna entre 2015 y 2017 en el marco del proyecto FONDECYT 1150812. Además de la revisión de la



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

documentación existente, se realizaron varias decenas de entrevistas a participantes de estos procesos, así como observaciones de diversas actividades relacionadas con el tema.

Bibliografía:

BAUD, Michiel (2000). "State Building and Borderlands", en Fronteras: Towards a Boderless Latin America. Amsterdam, CEDLA: 41-71.

DILLA, Haroldo (2016) "Chile y sus fronteras: notas para una agenda de investigación" Polis [En línea], 44.

GUICHONNET, Paul and Raffestin Claude, (1974). Geographie des Frontieres, Paris, PUF.

KEARNEY, M., 2003. "Fronteras y límites del Estado y el Yo al final del imperio", Alteridades, vol. 13, núm. 25, enero-junio: 47-62.

História e cooperação transfronteiriça: os efeitos territoriais da cooperação transfronteiriça entre Brasil e França sobre os povos indígenas da bacia do rio Oiapoque (1996-2018)

Jean Paulo Pinheiro Gomes
Gutemberg de Vilhena Silva

Os primeiros traçados no mundo no que se convencionou chamar de limites internacionais foram estabelecidos pelos europeus. Com a colonização e o processo de imposição dos costumes europeus sobre os povos noutros continentes, essas linhas imaginárias que adquirem conotação política se configurou fora da Europa. A partir dos tratados de Westfália, no século XVII, a fronteira dos estados começou a se tornar mais clara e mostrar uma expressão absoluta de soberania. No século XX, o surgimento de ações de valorização das fronteiras para cooperação passou a ser uma realidade na qual um conjunto de ações entre atores de dois ou mais Estados Nacionais utilizam a proximidade para cooperar e estabelecer diretrizes de desenvolvimento regional compartilhado. Existe desde 1996 uma cooperação transfronteiriça atípica na América do Sul. Referimo-nos a ações colaborativas em uma zona de fronteira que une fisicamente um território francês/europeu com um país sul-americano. Localizada a 7.100 km de Paris, já em território sul-americano, a Guiana Francesa possui 730 km de contato territorial com o estado do Amapá (Brasil), sendo esta a maior das fronteiras terrestres da França no mundo. Além disso, aquele território francês é uma das nove Regiões Ultraperiféricas (RUP's) da União Europeia (UE) e parte integrante da República Francesa desde 1946 quando deixou o estatuto colonial para se tornar Departamento de Ultramar. Em 2016, ou seja, 70 anos depois, a Guiana Francesa tornou-se uma Coletividade Territorial de Ultramar, o que simplificou a sua administração local (Silva; Granger, 2016). Os contornos fronteiriços deste ultramar francês com o Brasil resultam de uma série de litígios ao longo de pelo menos três séculos. O ano de 1900 é particularmente singular e relevante para a geopolítica das fronteiras dos dois países, pois marca a resolução definitiva das disputas pelo contestado franco-brasileiro. Já com sua díade devidamente sedimentada, de lá para cá transcorreu mais de um século de diplomacia franco-brasileira (1900-2016) e mesmo assim poucas ações de colaboração entre ambos tiveram como alvo a zona fronteiriça que compartilham. Mesmo sendo poucas as ações, o fato é que uma série de mudanças estruturais tem ocorrido em relação à ocupação e uso do território fronteiriço. Em tal contexto estão variados grupos indígenas que há vários séculos ocupam variadas áreas da Amazônia. Em nosso trabalho objetivamos analisar os efeitos territoriais da cooperação transfronteiriça entre Brasil e França sobre os Povos Indígenas que ali residem. Destacaremos quatro grandes Povos Indígenas distintos: Palikur de Oiapoque, Galibi Marworno, Galibi Calinã e os Karipuna. Nossa pesquisa é exploratória de caráter qualitativo, com o apoio de referenciais bibliográficos, documentos e decretos, leis diversas e da coleta de dados em campo a partir da pesquisa de grupo focal. Inicialmente o texto aborda aspectos teórico-conceituais de cooperação transfronteiriça, dando ênfase à história da cooperação e como os povos indígenas se

inseriram em ações concretas; em seguida o texto analisará a história dos povos indígenas que ocupam faixas da fronteira franco-brasileira e; por fim, os efeitos territoriais da cooperação transfronteiriça são postos em evidência.

Bibliografia:

BOUDOUX D'HAUTEFEUILLE, Madeleine (2012) Entre marge et interface recompositions territoriales à la frontière franco-brésilienne (Guyane/Amapá). Tese de doutorado em Geografia, Université des Antilles et de la Guyane.

COMMISSION EUROPEENNE. (2015) La coopération territoriale en Europe, une perspective historique. Union Européenne, Direction générale de la Politique régionale et urbaine. Disponível em:
http://ec.europa.eu/regional_policy/fr/information/publications/brochures/2015/territori

[al-cooperation-in-europe-a-historical-perspective](#). Acesso em 20 ago. 2016.

GRANGER, Stéphane (2008) “ Guiana Francesa : um território europeu e caribenho em via de sul-americanização?” Confins, revista franco-brasileira de geografia, n° 4. Disponível em : <http://confins.revues.org/5003>. Acesso em 20 ago. 2016.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. (2009) A Fronteira Brasil-França: mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). Confins, n.7. Disponível em <http://confins.revues.org/6040>. Acesso em 20 ago. 2016.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. (2013a) Usos contemporâneos da fronteira franco brasileira: entre os ditames globais e a articulação local / Gutemberg de Vilhena Silva. - Macapá : UNIFAP.

Interações espaciais entre cidades gêmeas na região das Guianas

Pedro Henrique Laurentino Pessoa
Anna Luisa dos Santos Carvalho
Andressa Costa Vaz

Estudos sobre fronteiras e limites internacionais constituem um dos fundamentos centrais na tradição da Geografia Política. A fronteira, em linhas gerais, é um perímetro instaurado por um poder político cujo interesse e ações são o de se afirmar e se distinguir de outras entidades territoriais igualmente soberanas. O limite, por outro lado, é a marca divisória de dois sistemas políticos soberanos. Agnew, Michell e Toal (2003) sugerem que a principal diferença entre os estudos tradicionais sobre fronteira, em relação às reflexões mais recentes, é que aqueles visavam, sobretudo, as análises empíricas ou a aplicação concreta das perspectivas utilizadas para a resolução de problemas, enquanto estes recentes enfatizam, examinam e/ou teorizam sobre as principais categorias sociais e políticas, como Estado, nação, nacionalismo, territorialidade, identidade ou etnia. Ambas as abordagens sobre fronteira ainda são muito relevantes hoje, pois as questões clássicas permanecem, e as que surgiram merecem também atenção e avaliação, como bem mostra a literatura atual (NEWMAN, 2003; 2006ab; KOLOSSOV, 2005). As cidades-gêmeas, ou seja, conjuntos de cidades de dois ou mais países que interagem na zona de fronteira, constituem uma das bases aos estudos de fronteira. Vladimir Kolossov (2005) elaborou um artigo sobre as perspectivas histórico-geográficas dos estudos sobre fronteira. O autor desdobrou em seis campos esquemáticos (estágio/período, aproximação dominante e método, conteúdo, concepção central e realização, autores e aplicações práticas) o desenvolvimento dos estudos fronteiriços na sequência de quatro estágios. Dentre os vários enfoques apresentados pelo autor, destacamos o enfoque geopolítico a partir do qual o conteúdo-chave corresponde aos impactos da globalização e da integração das fronteiras políticas, fornecendo elementos essenciais para os objetivos de nosso texto. Este enfoque se pauta na representação dos processos de des-territorialidade e re-territorialidade em relação ao sistema político-administrativo da fronteira, e suas aplicações correspondem à construção da nação a partir da resolução de problemas socioeconômicos na fronteira, tendo por base os princípios de cooperação e fortalecimento institucional de unidades territoriais localizadas na fronteira (estados e municípios). O presente trabalho busca analisar o contexto histórico, problemas e principais produtos que circulam nas interações espaciais entre as cidades gêmeas da Região das Guianas, um complexo histórico-geopolítico no norte da América do Sul (SILVA, 2016). As cidades-gêmeas escolhidas foram: Albina (Suriname) e Saint Laurent (Guiana Francesa/França), Nieuw Nickerie (Suriname) e Corriverton (Guiana), e Lethem (Guiana) e Bonfim (Brasil). Inicialmente faremos uma revisão da literatura sobre fronteiras, cidades-gêmeas e interações espaciais; em seguida, as cidades gêmeas aqui tratadas serão destacadas com ênfase na história e padrões econômicos principais. Por fim, o foco é nos principais problemas que os três conjuntos de cidades-gêmeas apresentam atualmente, de modo a avaliar as possibilidades de cooperação regional por meio de tais cidades. Em síntese, os casos



das cidades-gêmeas abordadas no trabalho possuem uma enorme relevância para o avanço do conhecimento da vivência e dos desafios que tais cidades e países convivem para as trocas e formas de desenvolvimento compartilhado, ainda mais considerando os ainda latentes litígios territoriais entre alguns dos países em foco no trabalho.

Bibliografia:

AGNEW, J. MICHELL, K.; TOAL, G. Introduction. In: A Companion to Political Geography. Blackwell, 2003.

NEWMAN, D. Borders and Bordering Towards an Interdisciplinary Dialogue. In: European Journal of Social Theory 9(2): 171–186, 2006a.

NEWMAN, D. The lines that continue to separate us: borders in our 'borderless' world. In: Progress in Human Geography 30, 2, 2006b.

KOLOSSOV, V. Border Studies: Changing Perspectives and Theoretical Approaches. Geopolitics, n.10, 2005.

SILVA, G.V. A Região das Guianas e o papel do OBFON na compreensão regional. Revista de Geopolítica. v.7. N.1, 2016.

Meio ambiente, saúde e saneamento: desafios frente a transnacionalidade da bacia hidrográfica transfronteiriça da Lagoa Mirim (Brasil-Uruguai)

Maurício Pinto da Silva
Debora Cynamon Kligerman

Os temas relacionados ao meio ambiente e a saúde humana tem cada vez mais se tornado centrais na sociedade, e visam a sustentabilidade da vida no planeta. Estas preocupações decorrem da forma irresponsável das relações estabelecidas com o meio ambiente, caracterizadas pelo modo desmedido e inconsequente do uso dos bens da natureza. Tal conduta tem tido impactos ambientais imprevisíveis que, na maioria das vezes extrapolam as fronteiras entre os Estados nacionais, demandando ações pragmáticas em relação a gestão e a governança ambiental internacional. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar os estudos realizados pelo projeto de pesquisa “Meio Ambiente, Saúde e Saneamento: gestão e governança ambiental frente a transnacionalidade da Bacia Hidrográfica Transfronteiriça da Lagoa Mirim (Brasil-Uruguai)” desenvolvidos no âmbito do pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz/Ministério da Saúde. A pesquisa constitui-se na ampliação dos estudos relacionados às áreas de saúde e meio ambiente em áreas de fronteira, especialmente sobre a temática do saneamento na área de abrangência da Bacia Hidrográfica Transfronteiriça da Lagoa Mirim, no extremo sul da América do Sul. Nesse contexto, pergunta-se: como as ações de gestão ambiental e saneamento se estabelecem de forma transfronteiriça na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim (Brasil-Uruguai)? Na busca da resposta à questão formulada e dos objetivos propostos, elege-se a abordagem qualitativa em saúde referenciada em Minayo (1993). Essa referência indica entre outros elementos, um debate qualitativo na área da saúde, por exemplo, tanto no campo teórico quanto no campo metodológico, e que é operacionalizado pela apreensão da totalidade dos fenômenos socioeconômicos, políticos e ideológicos que a envolvem e a determinam. Neste estudo, os fatores que permeiam as áreas de meio ambiente, saúde e saneamento adquirem uma perspectiva própria por se contextualizarem em uma área de fronteira entre países, interessando assim, pontuar a complexidade que se expressa no processo de construção das ações cooperadas entre os diferentes atores e instituições locais, regionais e nacionais. O caráter transnacional dos desafios ambientais significa dizer que nenhum país está imune as suas consequências, ainda quando não tenha um papel protagonista na gênese destes, como, por exemplo, a mudança climática e as condições hídricas. A complexidade de fatores que permeiam a realidade fronteiriça é desafiadora para o Brasil, e nesse sentido é importante destacar algumas características deste espaço singular de aproximadamente 15.700 km, limitando-se com dez (10) países da América do Sul, possuindo cerca de 6.455 km de fronteira seca e 9.523 de águas. De acordo com levantamento da UNESCO, há no mundo 263 bacias hidrográficas com corpos d’água transfronteiriços e 145 países que possuem seus territórios dentro dessas bacias. Um total de 33 desses Estados encontra-se totalmente inseridos em bacias hidrográficas

transfronteiriças ou possuem mais de 90% de seu território contido em áreas de drenagem de rios compartilhados com outros países (BRASIL, 2013). Os recursos naturais, bem como a gestão transfronteiriça dos bens ambientais em áreas de fronteira se constituem em grandes desafios na atualidade. Assim, a pesquisa em desenvolvimento tem como objetivo analisar a articulação sociopolítica entre os agentes públicos sobre meio ambiente, saúde e saneamento na área de abrangência da Bacia Hidrográfica Transfronteiriça da Lagoa Mirim (Brasil-Uruguai) - Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim - Decreto nº 81.351/1978. O recorte territorial de bacia hidrográfica impõe ao Brasil o estabelecimento de ações, projetos e mecanismos de gestão e planejamento aos serviços de saúde e saneamento em áreas fronteiriças de um país com dimensões continentais. A diferenciação existente entre as estruturas sociais, políticas e econômicas, bem como a possível mobilização social nestas áreas particulares nos inquietam ao ponto de pesquisar a articulação quanto à gestão e a governança de temas importantes como: saúde e saneamento, a partir da limitação geográfica, política e jurídica estabelecida pela Bacia da Lagoa Mirim. Por fim, considera-se imprescindível os estudos, pesquisas e debates sobre a temática fronteiriça, principalmente em temas relevantes para o desenvolvimento regional, objetivando a quebra de paradigmas sobre as áreas de fronteira, modificando, assim uma cultura difundida no passado, na qual a fronteira era concebida como um “espaço-problema”, para uma nova concepção “espaço-oportunidades”, privilegiando a região fronteiriça para o desenvolvimento econômico e social, a valorização da cidadania e a sustentabilidade ambiental.

Bibliografia:

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE da Presidência da República Federativa do Brasil. Água e Desenvolvimento Sustentável - Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil. Brasília, 2013. Disponível em http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Publica%C3%A7%C3%A3o-%C3%A1gua_SAE.pdf

DUARTE, Laura Goulart; LEONARDOS, Othon Henry; THEODORO, Suzi Huff. Sociedade, ciências e políticas ambientais: o encontro lócus de encontro de interesses e disputas. In: Os 30 anos da Política Nacional de Meio Ambiente: conquistas e perspectivas. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1993.

NAVARRETE, Margarita. Región Fronteiriza Uruguayo – Brasileira/Laboratório social para la integración regional: cooperación e integración transfronteiriça. Diploma de Estudios Internacionales e Integración. Faculdade de Ciências Sociais/Universidad de la República. Montevideú, 2006.

VILLAR, Pilar Carolina. A busca pela governança dos aquíferos transfronteiriços e o caso do aquífero guarani. 2012. 261 fls. Tese de Doutorado em Ciência Ambiental - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 2012.

Migração transfronteiriça dos indígenas venezuelanos Warao e suas múltiplas vulnerabilidades

Ana Catarina Zema de Resende
Doris Sayago

A situação dos indígenas Warao vindos da Venezuela trouxe para o centro do debate um tema que, mesmo não sendo novo, permanece pouco estudado no Brasil: a migração transfronteiriça indígena. No mundo inteiro, a principal luta dos povos indígenas é pela defesa de seus direitos sobre suas terras e recursos naturais, no entanto, diversos povos indígenas têm enfrentado graves situações de violência, degradação de seu ambiente natural e escassez de recursos que os têm levado a deixar seus territórios. A maior parte dos casos de migração indígena que ocorrem tanto nos planos nacionais como internacionais, são motivados por uma série de fatores, mas principalmente pela falta de acesso a seus territórios e aos recursos naturais necessários à sua sobrevivência. A migração dos povos indígenas para as zonas urbanas não é um fenômeno novo, mas tem se intensificado nos últimos trinta anos. Muitos indígenas em todo mundo têm migrado para as cidades em busca de oportunidades de estudos e de trabalho e por causa do acesso a bens e serviços. Os indígenas que migram para as áreas urbanas enfrentam desafios particulares que se somam aos problemas de desemprego, ao difícil acesso aos serviços e a uma moradia inadequada. Em contexto de deslocamentos migratórios e em contexto urbano, os povos indígenas estão mais propensos a serem vítimas de discriminação e violação de seus direitos fundamentais. Os migrantes indígenas, fora de seus países de origem, costumam ser tratados como os demais migrantes do mesmo país de onde vêm, sem que suas diferenças étnicas e culturais sejam levadas em conta por parte dos governos que os acolhem. No entanto, estudos sobre a questão da migração e mobilidade dos povos indígenas mostram que esses grupos não deixam de manter e exercer suas identidades indígenas. Além de se expressarem em suas línguas e preservarem suas crenças, usos, costumes e tradições indígenas no contexto de migrações, muitos mantêm pelo menos algum tipo de vínculo com seus territórios e comunidades originários. A chegada dos indígenas venezuelanos no Brasil deflagrou uma situação que tem suscitado reações discriminatórias violentas. Desde que se intensificou o fluxo migratório dos venezuelanos e dos indígenas Warao, as notícias de jornal se acumularam relatando os casos de violência, racismo, xenofobia, incêndios criminosos, deportação forçada, mortes, falta de atendimento adequado na área de saúde e outras dificuldades encontradas por causa da ausência de orientação nas ações e políticas para o acolhimento dessas pessoas. Essas notícias deixam transparecer a preocupação e o desconforto da sociedade local com a presença indígena nas cidades. Esse desconforto relaciona-se com o histórico da relação entre Estado, sociedade e povos indígenas, especialmente a partir dos persistentes estereótipos advindos de uma ação estatal orientada por séculos para a assimilação desses povos até a promulgação da Constituição de 1988. A Constituição de 1988, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as Declarações da Organização das Nações Unidas, em 2007, e dos Estados Americanos, em 2016,

afirmam a importância e a necessidade dos Estados nacionais reconhecerem e respeitarem os povos indígenas, suas formas próprias de organização social e seu direito à autodeterminação e à autonomia nas escolhas de seus futuros e de seu desenvolvimento. Mesmo assim, no caso da migração de indígenas da Venezuela para o Brasil, a falta de orientação e de entendimento das instituições públicas com relação à presença desses indígenas migrantes em contexto urbano permanece sendo o grande desafio para a construção de ações e políticas públicas coerentes com essa nova moldura normativa. O objetivo dessa pesquisa é, além de contribuir para o debate sobre migração transfronteiriça indígena, mostrar as condições de vulnerabilidade em que se encontram os indígenas Warao. Trata-se de pesquisa qualitativa de caráter exploratório fundamentada no estudo de caso dos indígenas Warao que se encontram no Centro de Referência ao Imigrante (CRI) na cidade de Boa Vista/Roraima. Além da análise documental e do levantamento bibliográfico, emprega-se como instrumentos metodológicos a observação participante e as entrevistas. Para explicar as múltiplas vulnerabilidades no processo migratório dos indígenas Warao, tomamos como referencial teórico a teoria da “dialética da vulnerabilidade” nas migrações internacionais de Jorge A. Bustamante.

Bibliografia:

BUSTAMANTE, Jorge A. La “Responsabilidad de Estado” y las migraciones internacionales. In: TÉLLEZ, María Eugenia A.; PIÑEIRO, Rodolfo Cruz (Coordenadores). Migraciones Internacionales, crisis y vulnerabilidades. Perspectivas Comparadas. Tijuana/Baja California: El Colegio de la Frontera Norte, 2014, pp. 214 – 232.

GARCÍA CASTRO, A. (2000a) Mendicidad Indígena: Los Warao Urbanos. Boletín Antropológico, nº 48. Enero-Abril. Centro de Investigaciones Etnológicas Museo Arqueológico – Universidade de Los Andes. Mérida.

GARCÍA CASTRO, A. (2000b) Warao Indian Migrations to Urban Centers in Venezuela: Adaptation as a strategy for survival”. Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas (IVIC), Centro de Antropología, Laboratorio de Ecología Humana, Caracas, Venezuela.

HEINEN, D.; GASSÓN, R.; GARCÍA-CASTRO, A. Warao: identidad étnica y diversidad histórica. Cuestiones clave en la etnografía y la ecología histórica del delta del Orinoco y el territorio Warao-Lokono-Paragoto, Revista LIDER. Centro de Estudios del Desarrollo Local y Regional (CEDER) Universidad de Los Lagos, Osorno, Chile, vol. 21, 2012, pp. 113-142.

MOREIRA, Elaine; CAMARGO, Júlia. Pesquisa Qualitativa. In: SIMÕES, Gustavo da Frota (org.). Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil, Curitiba: CRV, 2017, pp. 49 – 80.

O aeroporto de fronteira de Foz do Iguaçu-PR

Aghata Ingridi de Sousa Sampaio.
Roberto França.

Foz do Iguaçu é marcada por intensos fluxos de circulação de pessoas e mercadorias. No que tange ao movimento de pessoas, o turismo é um das atividades econômicas que possibilita tamanha fluidez, sendo o aeroporto um dos objetos técnicos responsáveis para promover uma sociedade globalmente integrada.

O aeroporto internacional de Foz do Iguaçu vem apresentando ano a ano um crescimento no movimento de pousos e decolagens em virtude das novas estratégias do setor turístico, notou-se em 2017 aumento de 13% em relação ao ano anterior. Isso se deu fruto de investimentos em infraestruturas, planejamento, regulamentação e organização de mercado. Existe a predominância de quatro companhias aéreas: Gol, Latam, Azul e Avianca, além da Aerolíneas Argentinas. Esse sistema técnico é capacitado para voos regulares, não regulares, domésticos e internacionais além do transporte de cargas.

O principal destino das conexões regionais se dá com o aeroporto internacional de Guarulhos-SP, depois com o aeroporto internacional do Rio de Janeiro-RJ. As conexões internacionais se dão com a cidade de Montevideu-UY, e Lima-PE. Foz do Iguaçu é o segundo destino mais procurado por turistas estrangeiros que vêm ao país, em sua maioria do próprio Mercosul, os pontos turísticos mais visitados são as Cataratas do Iguaçu, a usina hidroelétrica Itaipu Binacional e o Duty Free Shop em Puerto Iguazu.

De acordo com o Anuário da Infraero de 2017, o aeroporto de Foz do Iguaçu ocupa o 14º lugar no ranking nacional de movimento anual de passageiros, e o segundo maior fluxo do estado do Paraná, totalizando aproximadamente 2 milhões e 200 mil pessoas, com média diária de 5 mil pessoas, e 54 voos regulares.

Por ser um aeroporto de fronteira, localizado próximo à zona franca de Ciudad del Este, a atuação controladora e normatizadora do Estado é bastante densa, a fim de fiscalizar e tributar através da Receita Federal Brasileira e Polícia Federal, impedindo a entrada e/ou saída de artigos contrabandeados no território nacional. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é analisar o papel aduaneiro do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu em sua situação geográfica fronteiriça.

A metodologia aplicada para essa pesquisa foi primeiro buscar referências bibliográficas que teorizaram sobre o modal aeroviário, o que se mostrou escasso, e o papel que os aeroportos desempenham na conformação da circulação territorial, promovendo mobilidade tanto para pessoas quanto para cargas, desenvolvimento econômico regional, a inserção da cidade na malha urbana e novas possibilidades de integração em escala nacional e internacional.

Como também levantamento de dados fornecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil- ANAC, os anuários da Infraero Aeroportos, consultas através do site do Ministério do Transporte, Portos e Aviação Civil, principalmente o sistema Hórus da Secretária Nacional de Aviação Civil, além de consultas a Secretária de Infraestrutura e Logística do estado do Paraná, e notícias publicadas da Receita Federal Brasileira.

Bibliografia:

INFRAERO AEROPORTOS. Anuário Estatístico Operacional 2017. Disponível em: <http://www4.infraero.gov.br/media/674694/anuario_2017.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

INFRAERO AEROPORTOS. Características. Disponível em:<<http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-internacional-de-foz-do-iguacu-cataratas/sobre-o-aeroporto/caracteristicas>>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

SILVA JUNIOR, Roberto França da. Controle aduaneiro, uso do território brasileiro e situação geográfica: o caso do nodal de Foz do Iguaçu-PR. R. Ra'e Ga - Curitiba, p. 239 -256, v.42, dez, 2017.

O arranjo espacial e sua influência no comércio nas fronteiras Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai com olhar especial nas cidades de Corumbá e Ponta Porã-MS

Éder Damião Goes Kukiel
Claudia Vera da Silveira
Cristiano Almeida da Conceição

Este artigo procura analisar como o arranjo espacial influencia no comércio das fronteiras de Corumbá/Puerto Quijarro e Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, usando como elemento de comparação o comércio de material de construção e comércio de móveis. Este trabalho parte de reflexões teóricas sobre a "questão comercial na fronteira", no qual foi possível constatar de maneira preliminar, como a existência de controle, estabelecidos de maneira imperiosa provocam assimetrias no comércio fronteiriço. Nesse sentido a importância do estudo está em entender como a ação do Estado pode interferir no fluxo fronteiriço, principalmente no comércio e na passagem de mercadorias, ou mesmo no cotidiano da população que vive nas cidades fronteiriças.

Metodologicamente será realizado uma pesquisa de campo como forma de comparar a dinâmica desses dois espaços fronteiriços. No trabalho de campo será realizado estudos comparativos usando alguns produtos presentes em ambos os lados dessas fronteiras, como itens presentes em lojas de materiais de construção e lojas de móveis. Através dos preços coletados será feito um comparativo, de onde qual lado desse espaço fronteiriço seria mais atraente para a sociedade local obter esses produtos. E, como o arranjo espacial singular dessas fronteiras produz alguma forma de impedimento ou não para a circulação desses produtos. Além disso será realizada entrevistas com comerciantes e consumidores da região com o intuito de detectar as especificidades locais da comercialização de material de construção e móveis, sempre considerando as diferenças cambiais das moedas dos respectivos países: Brasil-Paraguai (Real, Guaraní) e Brasil-Bolívia e (Real, Peso Boliviano).

Outro elemento a ser utilizado é o mapeamento das localizações das instituições que representam a ação do Estado, como; Polícia Federal, Receita Federal, Polícia de Delitos Económicos, Aduanas, dentre outros. Dessa forma se pretende mostrar como o arranjo espacial de cada fronteira analisada, interfere na localização dessas entidades e se implicam em novas territorialidades para se estabelecer alguma forma de controle.

Será realizada visitas para se conhecer as localizações das instituições pesquisadas e as lojas de materiais de construção locais. E com ajuda de aparelho de GPS (Sistema de Posicionamento Global) se pretende fazer marcações para a confecção de mapas. Também serão utilizadas câmeras fotográficas para se obter registros fotográficos, para melhor comparar o comércio e a estrutura das lojas voltadas para a comercialização de materiais de construção e de móveis das cidades fronteiriças analisadas.

O Estado tem a prerrogativa em interferir na dinâmica fronteiriça, como é o caso do fluxo de produtos e pessoas, pode ser entendida com o domínio ou gestão de um espaço através de seu poder político, administrativo e econômico que, por vezes, ignora fronteiras políticas (ANDRADE, 1995). Outro elemento analisado é o arranjo espacial dessas duas fronteiras, e sua influência na forma como o Estado mantém suas relações de controle nesse espaço fronteiriço. Observou-se que o controle imposto pelo Estado interfere na vida, na liberdade individual da população fronteiriça que fazem parte dessas díades.

Bibliografia:

ABINZANO, R.C. Las Regiones de Frontera: Espacios Complejos de la Resistencia Global. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). Território sem limites. Estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

COSTA, Edgar Aparecido da. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. In: COSTA, E.A; OLIVEIRA, M.A.M. Seminário de estudos fronteiriços. Campo Grande: Editora UFMS, 2009. p. 61-78.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das Relações Fronteiriças: Elementos para o Debate Teórico-Práticos. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005, p. 377-408.

STEIMAN, Rebeca. A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

WONG-GONZALES, P. Alianzas estratégicas de Regiones transfronterizas: cooperación y conflicto en la frontera USA-Mexico. MASI, F.; BORDA, D. Economías Regionales y Desarrollo Territorial. Asunción: CADEP, 2002.

O cenário de crimes transfronteiriços no estado do Acre

Jaqueline Sousa de Araújo
Aldo Colombo Júnior
Josué da Costa Silva

RESUMO: A segurança pública é fator de maior preocupação da sociedade brasileira, liderando todos os índices de pesquisas de opinião pública e vêm ganhando centralidade nas diversas áreas do conhecimento voltadas para a compreensão do fenômeno delitivo, condicionada a uma avaliação com perspectiva geográfica, sociológica e com caráter analítico/explicativo sobre os fatores constituintes do crime e da dinâmica do seu desenvolvimento. As preocupações do Estado brasileiro sobre suas zonas de fronteiras vêm mudando de perspectiva ao longo dos últimos anos, e ainda, há uma preocupação natural de integridade territorial em suas zonas lindeiras, é patente a crescente importância que o Estado brasileiro tem dado aos crimes que ocorrem nas suas zonas fronteiriças. No Acre, as crescentes taxas de criminalidade passaram a fazer parte do espaço urbano cotidiano da população produzindo uma evidente geografia do crime. O estado do Acre, lócus da pesquisa, denota uma evidente vulnerabilidade devido à sua localização geográfica como porta de entrada da fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Peru. Os riscos por integrar esta rota internacional, evidenciaram o maior índice de crimes e homicídios do Estado, face a isso, essa simbiose nasce de forma natural entre as cidades gêmeas. Como ponto de apoio para as hipóteses formuladas, a abordagem do tema obedeceu ao método de pesquisa dedutivo e, quanto aos procedimentos técnicos, delineia-se por meio da pesquisa documental e bibliográfica que constituem este cenário. O estudo evidenciou que os altos índices de criminalidade nas regiões limítrofes do país são influenciados tanto pelo tamanho da população, como pelo tipo de fronteira (seca ou delimitada por um rio) e pelo controle – menos ou mais permissivo – do fluxo de pessoas e de bens empregados pelo país vizinho, não obstante, restou evidenciado a estreita ligação entre o crime transnacional e o subdesenvolvimento das regiões onde ele atua, demonstrando, que regiões de fronteira, distanciada dos grandes centros econômicos, com baixa densidade demográfica e relativa ausência do Estado, tornam-se suscetíveis à prática de atividades ilícitas.

A implementação de uma metodologia que espacialize esse crescente cenário, insere-se no contexto da segurança pública como instrumento analítico de orientação no que tange ao dimensionamento do problema e a eficácia das ações desenvolvidas a partir de planos operativos. A coleta, o tratamento e a análise de dados relacionados aos indicadores de crimes transfronteiriços no Estado do Acre permitiu a geração e difusão de um conhecimento válido e subsidiário no que diz respeito ao planejamento e avaliação de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira. Como resultado, um cenário do comportamento dos indicadores no espaço e no tempo. A difusão deste material instiga os diversos segmentos responsáveis e de interesse na temática e de grande relevância para compreendermos as características dos crimes de fronteira que causam maior vulnerabilidade geográfica ao estado do Acre.

Bibliografia:

ARENDRT, Hannah. 1906-1975. Sobre a Violência. [tradução André de Macedo Duarte] 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

BÉLIVEAU, Verónica Giménez. Representações da integração e seus obstáculos: a fronteira do ponto de vista da política. In: A Tríplice Fronteira: espaços e dinâmicas locais. Macagno, Lorenzo; Montenegro, Silvia; Béliveau, Verónica (orgs.). Curitiba: Editora UFPR, 2011. 284 pp.

DURKHEIM, E. Les règles de la méthode sociologique. Paris: Flammarion, 1998

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. Fronteiras e espaço global. Porto Alegre: AGB, 41-49.

OBSERVATÓRIO DE ANÁLISE CRIMINAL. Rio Branco/AC. Núcleo de Apoio Técnico – NAT. Ministério Público do Estado do Acre. Base de dados criminais. 2017. [acesso em: dezembro de 2017]. Banco de dados em EXCEL. Informações gerais de crimes ocorridos em todo o Estado do Acre atualizadas semanalmente.

O combate à dengue na fronteira Brasil/Paraguai: representações sociais de gestores e profissionais da saúde de Ponta Porã/MS, Brasil

Edgar Aparecido da Costa
Elisângela Martins da Silva Costa
Luciana Escalante Pereira

A dengue é um dos principais problemas de saúde pública no mundo e a mais importante arbovirose que atinge a humanidade. Estima-se que 390 milhões de infecções ocorrem anualmente e mais de 70% da população mundial está em risco de contrair a doença (BHATT et al., 2013). A dispersão espacial da dengue está fortemente associada aos movimentos populacionais, situação que merece atenção especial em áreas de fronteiras. Nessas áreas, o fluxo transfronteiriço de pessoas é um importante veículo de disseminação dos sorotipos/cepas do vírus da dengue, aumentando o potencial de epidemias e o controle da doença fica mais difícil, pois exige estratégias para além das jurisdições. Neste sentido, estar/trabalhar na fronteira implica no enfrentamento dessas dificuldades e desperta diferentes sensações. Por isso, a questão norteadora deste trabalho é: quais são as representações sociais dos profissionais que atuam no setor da saúde pública de uma cidade de fronteira sobre o combate da dengue nessa localidade.

Este estudo tem por objetivo identificar e analisar as representações sociais dos gestores e profissionais da saúde sobre os desafios do combate à dengue em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, fronteira Brasil/Paraguai.

Ponta Porã é um município situado na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, com área de 5.328,621 km² e população estimada em 2016 pelo IBGE de 88.164 habitantes (80% urbana). A cidade de Ponta Porã é separada por uma rua (a Avenida Internacional) de Pedro Juan Caballero (distrito de mesmo nome, departamento de Amambay), no Paraguai. Assim, a passagem para um lado e outro do limite internacional é plenamente aberta, sem fiscalização. Ponta Porã e Pedro Juan Caballero construíram, historicamente, elementos culturais, comerciais, políticos e econômicos, com significativa influência na educação, saúde, lazer, transporte, turismo e segurança, e, parcela significativa da população dessas cidades possuem dupla cidadania.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada na teoria das representações sociais aplicadas ao entendimento de territórios situados em espaços fronteiriços. As representações sociais são um conjunto de conceitos e busca por explicações surgida do olhar para a vida cotidiana face às comunicações entre as pessoas (MOSCOVICI, 1981).

Para a coleta de dados foram entrevistados quatro gestores e 52 profissionais da saúde (médicos e enfermeiros) atuantes nas Estratégias Saúdes da Famílias e no Hospital Regional dr. José de Simone Neto, cuja análise do conteúdo se fez pela técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. As entrevistas foram gravadas e se utilizou de

um roteiro de entrevistas com questões que abordaram sobre suas percepções sobre o combate da dengue e a influência da fronteira no enfrentamento da doença. Para a análise dos dados foi empregado o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e software DSCsoft (versão aprimorada do Qualiquantisoft) desenvolvido na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) por Lefèvre e Lefèvre em parceria com Sales & Paschoal Informática. O DSC é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos. O procedimento metodológico básico exige que se identifique nos depoimentos dos entrevistados as ideias centrais a respeito da questão estabelecida. O discurso dos entrevistados pode conter uma ou mais ideias centrais. Para cada ideia central formada são atribuídas expressões-chave e agrupadas pelo sentido semelhante em categorias de respostas. Com o material das expressões-chave das ideias centrais constroem-se discursos-síntese, na primeira pessoa do singular, que são os DSCs.

A fronteira é entendida neste estudo como um espaço geográfico que contém o limite internacional, não necessariamente, no seu meio (COSTA, 2011). A fronteira é orientada por forças centrífugas (fluxos que se originam do interior e partem para fora) (STEIMAN; MACHADO, 1998), que implica em movimento. Trata-se de uma área de difusão de múltiplos elementos do espaço físico e da sociedade, cada qual com suas especificidades e diferenças espaço-temporal (BENTANCOR, 2008) e alcance de suas territorialidades. Na fronteira convivem diversas temporalidades e territorialidades que configuram o seu arranjo territorial. Os relacionamentos entre os fronteiriços são mediados, portanto, pelo arranjo multitemporal dos componentes territoriais locais e dos operantes na fronteira. As representações sociais sobre as dificuldades de enfrentamento da dengue pelo fato de ser fronteira são expressões desse arranjo.

Bibliografia:

- BENTANCOR, Gladys Teresa. Las fronteras en un contexto de cambios: la vida cotidiana en ciudades gemelas Rivera (Uruguay) y Sant'ana do Livramento (Brasil). Goiânia-GO, Ateliê Geográfico. v. 2, n. 3, 2008. p.18-42.
- BHATT, S. et al. The global distribution and burden of dengue. *Nature*, v. 496, n. 7446, p. 504-507, 2013.
- COSTA, Edgar Aparecido da. Mexe com o que? Vai pra onde? Constrangimentos de ser fronteiriço. In: COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.M.M. (Orgs.). *Fronteiras em foco*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. p.131-170. (Série Fronteiras).
- MOSCOVICI, Serge. Representación social. In: FORGAS, J. P. (Ed.). *Social Cognition perspectives on everyday knowledge*. London: Academic Press, 1981. p.181-209.
- STEIMAN, R.; MACHADO, L. O. *Limites e fronteiras internacionais – Uma discussão histórico-geográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

O comércio fronteiriço entre Foz Iguaçu – BR e Ciudad del Este – PY: uma análise partir da perspectiva dos moradores locais

Camila Manoel Pereira

O presente trabalho está direcionado ao comércio fronteiriço entre os municípios de Foz do Iguaçu do lado brasileiro e Ciudad del Este no Paraguai. Este artigo faz parte do desenvolvimento da dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Se tratando da maior fronteira da América Latina, e de uma área dinamizada pela economia do comércio internacional e por múltiplas interações, através da Ponte da Amizade e do Rio Paraná, caracterizada como uma área de grandes fluxos diários, de pessoas, capital, trabalho, serviços e informações, e de processos de integração em múltiplas escalas, buscamos analisar o comércio fronteiriço a partir da perspectiva dos moradores locais das duas cidades. Foram realizados trabalhos de campo, cartografias, levantamentos de dados e bibliográficos para descobrir quais são os produtos mais consumidos pelos brasileiros que vivem na fronteira em território paraguaio, e os produtos mais procurados por moradores do Paraguai do lado brasileiro, assim, como a razão pela qual se realiza a comprar do lado oposto da fronteira e não em seu território nacional, a facilidade no pagamento, os preços e a qualidade do produto. Procuramos analisar também de que maneira os governos municipais e federais buscam proteger seus comércios locais em detrimento da facilidade em cruzar a fronteira e comprar no país vizinho por preços mais acessíveis. Em busca de barrar de certo modo, essa mobilidade fronteiriça do comércio, foram estabelecidas pelos governos federais algumas medidas, como, por exemplo, a cota de 300 dólares para adentrar em território brasileiro com produtos vindos do Paraguai, além da proibição de alguns produtos, como, pneus, eletrônicos e cigarros que não podem entrar no Brasil. Do lado paraguaio não existe cota em relação a produtos vindos do Brasil, porém, é proibida a entrada de grandes quantidades de produtos que são produzidos no Paraguai, como ovos, frangos e açúcar, isto é, o governo paraguaio também encontrou uma maneira de dificuldade o transito de produtos e ao mesmo tempo proteger seus produtos locais. Buscamos a partir do trabalho de campo saber a opinião da população local a respeito dessas leis de proteção, que muitas vezes podem ser vistas pelos mesmos como limites impostos pelos governos federais, e que nada veem a acrescentar na realidade fronteiriça. Assim, como, entender alguns descaminhos, e até mesmo contrabando realizados pelos moradores locais em busca de burlar essas leis e realizar suas compras. Neste trabalho buscaremos expor os produtos mais consumidos de um lado e de outro da fronteira, as redes estabelecidas através das compras desses produtos, bem, como seu local de origem. O movimento de integração que ocorre na fronteira para além das leis impostas pelos governos federais. Procuraremos expor também de que modo essas leis existentes para a fronteira podem não suprir as necessidades locais, e não condizerem com a realidade fronteiriça, além de vir a dificulta a mobilidade e interação da fronteira, e essas próprias leis podem gerar o descaminho e o contrabando.

Bibliografia:

DORFMAN, A. A condição fronteiriça: a experiência local de um objeto geográfico nacional. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos, São Paulo. Anais do XV ENG. SP : AGB, 2008.

MACHADO, R. “A garantia soy yo” Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai), 2004.

OLIVEIRA, M. G. O ilícito na fronteira Brasil-Paraguai: aprendizados para a integração sul-americana. III Seminário Internacional América Platina, (Campo Grande), 2010.

RABOSSI, F. Tempo e movimento em um mercado de fronteira: Ciudad del Este, Paraguai, 2015.

STEIMAN, R. Brasil e América do Sul: questões institucionais de fronteira. Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo RETIS / CNPq / UFRJ, 2002.

Perigo e contágio em Corumbá-MS: elementos para uma governamentalidade fronteiriça

Gustavo Villela Lima da Costa

Essa apresentação propõe uma análise da governamentalidade estatal fronteiriça, a partir de seus principais dispositivos de poder em ação: Segurança e Saúde, em que as esferas "públicas" e "nacionais" se tornam cada vez mais imbricadas. Essa gestão estatal se baseia na visão da fronteira como limite, como área de perigo e contágio, e é legitimada, localmente, por um "ethos" militar construído ao longo da história de Corumbá-MS. Na primeira parte do texto, observaremos etnograficamente a atuação dessa soberania territorial e política do Estado, com foco na mudança do papel das forças armadas, que atuam cada vez mais com o papel de polícia num processo, em curso, de reconfiguração das políticas de segurança na fronteira. Na segunda seção do texto, articularemos as políticas de saúde na região com esse processo de securitização, observando desde as operações de vacinação, passando por barreiras sanitárias, chegando até a maternidade municipal, no caso do atendimento às gestantes bolivianas. Esta pesquisa nos permite compreender distintas situações de conflito em torno dos paradigmas estatais e da ubiquidade dos valores nacionais que tendem não apenas a recusar a alteridade na fronteira, mas também, a (re)produzi-la de modo negativo. Para realizar esta investigação, partimos da observação dos dispositivos de poder em torno da segurança nacional e da saúde pública como focos de análise a partir das seguintes fontes de pesquisa: em nível nacional e estadual, utilizaremos como fontes a publicação em decreto de uma Estratégia de Defesa Nacional, o Plano Estratégico de Fronteiras, e também o impacto da criação do Gabinete Integrado de Gestão Fronteiriça-GGIFRON. Em nível local, observamos etnograficamente alguns eventos e situações sociais na fronteira: o fechamento de pontos de comércio informal na cidade (envolvendo a Polícia Federal e as Forças Armadas em ações conjuntas), as revistas policiais (com a presença cada vez maior da Força Nacional) em ônibus que fazem o trajeto de Campo Grande a Corumbá, e a utilização do hospital municipal por parte dos bolivianos e seus descendentes, especialmente na maternidade de Corumbá. Além disso, entre 2009 e 2013, foi possível observar in loco algumas operações sanitárias binacionais de controle de enfermidades colocadas em prática na região. Os jornais da cidade, principalmente o Diário Corumbaense e o Correio de Corumbá, assim como sítios eletrônicos do governo, também são fontes importantes para este trabalho enquanto elementos e enunciados constituintes desses dispositivos na fronteira, permitindo, assim, a análise das entrevistas de autoridades e da repercussão pública de alguns eventos aqui descritos. Além disso, ao longo de mais de quatro anos na cidade, acompanhamos algumas reuniões públicas sobre segurança, entrevistamos policiais e militares e, também, agentes da secretaria de saúde e do meio ambiente. Esse jogo de escalas é absolutamente imprescindível para a compreensão da vida social na fronteira, em que conjunturas internacionais e globais, políticas federais e estaduais, além das articulações municipais, interseccionam-se com a vida nas ruas, com o

trabalho cotidiano de pessoas e grupos que utilizam a fronteira como um recurso social e econômico e, ali, constroem distintos sentidos de pertencimento.

Bibliografia:

AGAMBEN, G. (2002), *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. (2012), "Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: o atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil)" In. *Geopolítica(s)*, Madrid, v. 3, n. 2, p. 185- 205.

DAS, Veena e POOLE, Deborah. (2008), "El Estado y sus Márgenes. Etnografías Comparadas" In. *Cuadernos de Antropología Social* N° 27, pp. 19-52.

DORFMAN, Adriana. (2013), "A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil" In. Durbens Martins Nascimento; Jadson Luiz Rebelo Porto (Org.). *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia*. 1ed. Belém: NAEA, v. 1, p. 96-124.

FOUCAULT, Michel. (2008), *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Piauí: área de fronteira entre Brasil e Maranhão-Grão-Pará?

Washington Ramos dos Santos Junior

Nossa pesquisa está centrada na seguinte questão fundamental: o Piauí é uma área de fronteira? Utilizamos como metodologia uma revisão da literatura sobre o conceito de fronteira e sobre a formação territorial piauiense, a fim de compreender se o território do estado poderia ser considerado área de fronteira. Boa parte dos estudos brasileiros de formação territorial e de constituição das fronteiras mantem uma narrativa para ambos os processos sob uma ótica centrada no papel que bandeirantes paulistas tiveram no conhecimento do território. Assim, o processo de formação territorial brasileiro parece ignorar quais as possíveis consequências espaciais da existência de dois Estados autônomos na América Portuguesa entre 1621 e 1774. Se para o Rio de Janeiro ou para São Paulo os impactos parecem nulos, ainda que a área de São Paulo fosse enorme até o início do século XVIII, para estados como o Ceará – o rio Jaguaribe era o limite entre Maranhão-Grão-Pará e Brasil –, Piauí, Pernambuco, Bahia e Maranhão pesquisas que analisem as mudanças territoriais da administração lusitana durante o período colonial podem ser de grande valia.

Ainda que bandeirantes paulistas tenham desbravado o território piauiense, é fundamental que as pesquisas considerem com mais atenção o papel desempenhado pela Igreja, pela Casa da Torre, pela constituição do nosso atual Judiciário e pelas redes de abastecimento regionais na formação territorial tanto do Nordeste quanto do Piauí. Outrossim, acreditamos que essa formação primordial do território piauiense tenha reflexos ainda hoje, especificamente, 1. na ruralidade do Estado, 2. na regionalização estadual, 3. na constituição do patrimônio e 4. na fragmentação econômica, fortemente marcada pela falta de um porto e, conseqüentemente, de sua respectiva hinterlândia. O fato de pertencer a duas entidades políticas distintas e de ter como atividade econômica principal a pecuária extensiva pode ter sido decisivo para o baixo grau de urbanização do estado.

(...) Nossa pesquisa investigará esse processo de formação territorial, atentando para a possibilidade de que o limite entre Brasil e Maranhão seja justamente o limite com o Sertão de Rodelas, o qual foi proposto por Arraes (2013; 2016). Ainda que a pesquisa refaça a trajetória dessa delimitação, é interessante notar que esses processos conformam a regionalização atual do estado. É notória a distinção econômica e social entre as áreas norte e sul do estado, a ponto de ter se originado um movimento emancipacionista que propunha a criação do Gurgueia, estado que corresponderia, quase em sua totalidade, às mesorregiões Sudoeste e Sudeste do Piauí.

A criação da Vila da Mocha, em 1712, é o marco de criação do território piauiense, já que passa a ser sua capital, ainda que este tenha limites desconhecidos. Em 1759, é transformada em capital e em 1761, é elevada à categoria de cidade com o nome de Oeiras e o Piauí tem seu primeiro mapa concluído, havendo, por fim, uma imagem para seu território, ainda que permaneçam as diferentes territorialidades do clero e do Judiciário. Há que se pesquisar o que a criação do estado pode significar para a

manutenção dos dois Estados da América Portuguesa, já que o Estado do Grão-Pará Maranhão foi extinto em 1774; em outras palavras, ainda que seja extinto apenas em 1774, o Piauí já havia rompido essa divisão, o que nos permite questionar o quanto o estado pode ter contribuído para essa mudança.

De todo modo, essa divisão, como explicitada pelo Atlas Histórico do Brasil (FGV, 1998) pode caracterizar dois processos de adaptação do homem ao meio que se refletirão nos gêneros de vida, na formação territorial e no patrimônio piauienses. A área que pertencia inicialmente ao Estado do Maranhão Grão-Pará desenvolverá uma utilização completa da carnaúba e agregará a utilização do caju, enquanto que no sul, área pertencente ao Brasil, a adaptação do gado ao lugar originará o patrimônio genético do pé-duro, encarada como raça especializada às dificuldades do Semiárido, cuja origem de ocupação é Pernambuco e Bahia. Oeiras situar-se-ia nos limites dessas duas geografias e seria rota e comunicação entre esses dois estados, por isso sua elevação à condição de cidade, o que Azevedo (1994) aponta como inexplicável.

Com o passar do tempo, cabe investigar o quanto essa formação inicial condiciona a possível constituição de diferentes paisagens culturais, a regionalização estadual e o baixo grau de urbanização do estado, que apresenta a segunda menor taxa do país, com 67% da população em áreas urbanas. Ademais, o Piauí apresenta, ainda hoje, economia fragmentada, com diferentes áreas de vetores logísticos que, grosso modo, correspondem a temporalidades pretéritas e se refletem na ausência de um porto próprio, reproduzindo a subordinação ora a Salvador, ora a São Luís, lembrando que a subordinação ao Recife foi substituída no século XX pela ascendência de Fortaleza, atual centro de hierarquia superior a Teresina. Essa fragmentação desde tempos pretéritos, acreditamos, reflete-se na dificuldade de se perceber uma identidade comum em todo o estado, a ponto de se propor a criação do Gurgueia, onde ficaria localizado o rio que nomeou o estado.

Bibliografia:

ARRAES, Esdras. "Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitâneas da Bahia e Pernambuco." *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 21, n. 2, pp. 47-77, jul a dez 2013.

ARRAES, Esdras. "Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761." *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 257-98, jul a dez 2016. COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. "Memoria chronologica, histórica e corographica da província do Piauí." In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 20, 1857.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.

Professores, militares e diplomatas: discursos e práticas sobre fronteiras no Brasil da primeira metade do século XX

Sergio Nunes Pereira

O tema das fronteiras suscitou a atenção de autores de diferentes formações profissionais que compartilharam preocupações semelhantes com relação às vastas franjas territoriais limítrofes entre o Brasil e os países vizinhos. Questões como litígios, defesa, acessibilidade, soberania, controle migratório e “porosidade”, entre outras, mobilizaram a pena de homens que produziram conhecimento destinado a algum público (desde estudantes a leitores genéricos) ou a orientar práticas de gestão do território nas áreas referidas, em atendimento a demandas estatais. Neste expressivo corpus, apesar do fundo patriótico e retórica geopolítica comuns, transparecem algumas certas diferenças que refletem os destinatários das representações construídas, as expertises dos portadores dos discursos e também disputas de competência sobre quem deveria tratar oficialmente de questões de limites e gestão das áreas de fronteira (como, por exemplo, o Ministério da Guerra e o Ministério de Assuntos Estrangeiros – depois Relações Exteriores).

Nesse trabalho, buscamos examinar algumas narrativas sobre fronteiras que construíram representações ou orientaram práticas de controle político dos territórios situados nos espaços limítrofes do território nacional, com vistas a contribuir para uma melhor compreensão sobre o tema. Para tanto, identificamos três domínios discursivos arquetípicos: 1) o dos professores, representado por profissionais do ensino médio e superior que produziram contribuições substantivas sobre fronteiras brasileiras e formulações teóricas gerais (no caso, Fernando Raja Gabaglia, Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser); 2) o dos militares, representados pela produção de um periódico publicado no Rio Grande do Sul entre 1910 e 1921 (a Revista dos Militares), os escritos do capitão Eduardo Trindade (professor de Geografia Militar na Escola do Estado Maior) e pelas ações desenvolvidas na Inspetoria de Fronteiras, chefiada pelo Marechal Rondon entre 1926 e 1927; e 3) os diplomatas, que deixaram registro de sua posição num copioso relatório intitulado O Problema Nacional das Fronteiras, elaborado pelo em 1929 por Jorge Latour, funcionário de carreira no Ministério de Assuntos Estrangeiros e um dos mentores do Instituto Rio Branco.

Através de tais narrativas, podemos recobrir quase a totalidade do campo discursivo sobre o tema das fronteiras no Brasil do início do século XX, o que nos parece ser de alguma utilidade para identificar possíveis controvérsias tanto conceituais quanto políticas. Afora isso, o fato de alguns dos portadores desses discursos serem também agentes sociais investidos de autoridade política sobre os territórios fronteiriços, concernentes à gestão territorial e controle de populações, coloca em evidência a questão das práticas na discussão sobre a fronteira, transcendendo sua dimensão meramente teórica. Não são incomuns abordagens que tratam do assunto no sentido da evolução das concepções de fronteira desenvolvidas sucessivamente ao longo do tempo; tampouco são raras as investigações sobre os processos de formação



territorial desses espaços particulares das entidades nacionais. No presente trabalho, tentamos articular as duas dimensões.

Bibliografia:

CARVALHO, Delgado de (1935). Geografia Humana: Política e Econômica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2a ed.

LATOUR, Jorge (1929). O Problema Nacional das Fronteiras. Rio de Janeiro: Secretaria das Relações Exteriores.

GABAGLIA, Raja; Fernando A. (1916). As Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio.

TRINDADE, Eduardo (1912). Estudo sobre fronteiras. Boletim Mensal do Estado Maior do Exército v. III n 3.

Redes transfronteiriças entre Brasil e Paraguai desenvolvidas no segmento de fronteira de Guaíra, Paraná – Brasil e Salto Del Guairá, Departamento de Canindeyú – Paraguay

Ana Paula Azevedo da Rocha
Maristela Ferrari

Ao refletir sobre os estudos fronteiriços observamos logo de início que fronteira e limite não são sinônimos (MARTIN, 1992), (MACHADO, 2000), no entanto estão fortemente associados, já que o efeito de um – limite - ajuda a produzir e organizar o outro – fronteira. O efeito do limite internacional é romper as características políticas, sociais e econômicas de outros territórios, fazendo surgir sistemas diferenciados. Assim, nos espaços fronteiriços as populações tiram proveito dos diferenciais, sobretudo econômicos o que gera redes de interações transfronteiriças cotidianas. De modo geral, as interações transfronteiriças podem apresentar semelhanças, no entanto, existem as particularidades de cada ponto de fronteira. A área que constitui o recorte espacial estudado, segmento de fronteira onde se localizam as cidades de Guaíra (Paraná - Brasil), e Salto Del Guairá (Canindeyú - Paraguay), caracteriza-se por apresentar redes de interações transfronteiriças bastante recentes, estabelecidas, notadamente, a partir de grandes obras realizadas pelo Estado Nacional Brasileiro (construção do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, 1975-1982 e construção da Ponte Nacional Ayrton Senna, 1994-1997), mas apesar de recentes, as interações são cotidianas, intensas e capazes de envolver escalas que vão além da região de fronteira. Diante deste contexto, o presente trabalho apresenta como objetivo identificar e compreender quais são as redes de interações transfronteiriças estabelecidas entre Brasil e Paraguai a partir do recorte espacial estudado, quais suas escalas de abrangência e como elas impactam no recorte espacial estudado. Para o desenvolvimento da pesquisa os procedimentos metodológicos dividiram-se em duas etapas: na primeira delas estão compreendidos os levantamentos bibliográficos sobre conceitos geográficos fundamentais à compreensão e análise da problemática verificada em campo. Na segunda etapa encontra-se o trabalho de campo, que foi estruturado com base na metodologia qualitativa, e que contou com entrevistas realizadas com pessoas em funções estratégicas para o entendimento das redes estudadas, bem como entrevistas com as pessoas que ajudam a constituir tais redes. A partir da divisão metodológica é que o trabalho se estrutura, apresentando em sua primeira parte as discussões teóricas e na segunda a dinâmica verificada empiricamente e analisada à luz dos conceitos geográficos. Foi possível identificar com o desenvolvimento da pesquisa que apesar de recentes, as interações desenvolvidas neste segmento de fronteira são bastante complexas e abrangentes. Verificou-se que existem interações clássicas das fronteiras, como aquelas que buscam as vantagens econômicas geradas pelo diferencial monetário, caso da redes de compra em supermercados (do Paraguai para o Brasil) e das redes de consumo em lojas de importados (do Brasil para o Paraguai); e também interações que estão ligadas às características socioeconômicas e culturais dos dois países, como é notório nas redes que buscam atendimento médico-hospitalar, educação e trabalho. Fica

evidente, então, a complexidade das relações desenvolvidas nas regiões de fronteira, que só são compreendidas de forma mais completa quando observadas e analisadas de perto.

Bibliografia:

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 141-162.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. Revista Território, n. 8, p. 9-29, 2000.

MARTIN, André Roberto. Fronteiras e nações. São Paulo: Contexto, 1992.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

Regularização das migrações transfronteiriças no território brasileiro

Thainá Guerra Lins
Gislene Aparecida dos Santos

A migração é uma prática inerente às populações humanas desde os seus primórdios. Ao longo do tempo, esta prática se modificou conforme às diferentes estruturas social, política, econômica e cultural em que estão inseridas, assim como se modificaram as concepções sobre esta. A mobilidade espacial é um fenômeno necessário aos estudos geográficos, devido à sua inerência ao arranjo espacial e ao território. Ao fim do século XX, os espaços internacionais fronteiriços, assim como os deslocamentos populacionais que nestes se dão, apresentam uma nova configuração político-territorial que se concretiza pela maior intensidade do fluxo de população entre os países, tendo a fronteira tanto como lócus de passagem, quanto de residência.

Os estudos acerca dos fluxos que ocorrem em áreas fronteiriças, em sua maioria, indicam uma particularidade espacial das fronteiras, mas dão ênfase às trocas comerciais, os aspectos de segurança nacional e culturais no contexto da fronteira. Desta forma, é notável a ausência do entendimento de fluxos migratórios nos espaços internacionais fronteiriços, sobretudo quando estes fluxos são realizados por mulheres. Neste sentido, Assis (2004) caracteriza o *genderblind* (invisibilidade do gênero) e aponta que, embora sejam esvaziados das experiências vivenciadas e abarcados pela categoria migrante, existem dados quantitativos sobre a migração feminina nos estudos migratórios. A respeito disto é importante destacar que a situação e o papel da mulher só foram considerados dentro dos estudos populacionais a partir da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), na Cidade do México, em 1984.

Os dados censitários de 2010 revelam que o Brasil é composto por 525.445 migrantes estrangeiros, sendo 46% mulheres e 54% homens (IBGE). Dentre estes, 6,02% estão localizados nas 32 cidades-gêmeas ao longo da faixa de fronteira internacional. No tangente à escala de fronteira, de acordo com o Banco Multidimensional Estatístico (BME), os fluxos apresentam particularidades, pois 50,41% do total de migrantes são mulheres, número que supera a média nacional.

A fronteira é um espaço marcado pela dualidade contato-separação, sendo uma zona híbrida de forças centrípetas e centrífugas que pode ser melhor observada em pontos de intensa interação como as cidades-gêmeas que, segundo Becker (2007), é o meio geográfico que melhor caracteriza as zonas de fronteira e onde os indicadores de rede de relações existentes podem ser obtidos a partir de seu estudo.

Assim, diante do supracitado, o presente trabalho tem como objetivos quantificar e analisar a migração internacional que se destina às cidades-gêmeas brasileiras, interpretando a participação feminina na configuração desta dinâmica migratória. Serão também apresentados dados quantitativos acerca da regularização destes

migrantes e uma análise qualitativa do aumento do número de migrantes regularizados a partir do ano de 2009, bem como a diferenciação desta migração pautada pelo contexto regional em que se inserem as cidades estudadas. Ademais, faz-se necessária a análise da inserção da migração feminina em área de fronteira internacional nas políticas migratórias do Mercosul.

Para atender estes objetivos, além de levantamento bibliográfico, serão feitas análises documentais do Acordo sobre Residência do Mercosul, do Relatório das Conferências Internacionais sobre População e Desenvolvimento (1974, 1984, 1994, 2004 e 2010), das atas do Fórum Especializado Migratório (FEM), do Documento Fronteiriço, do Estatuto do Estrangeiro e da Nova Lei de Migração (2017). Para a população migrante, utilizar-se-á os dados dispostos pelo Censo Nacional do IBGE, utilizando o Banco Multidimensional de Estatísticas (BME). A compilação destes dados revela informações para um levantamento do perfil migratório dos estrangeiros no Brasil e será priorizada a distribuição das mulheres migrantes que se encontram na faixa de fronteira internacional – sobretudo nas cidades-gêmeas –, bem como suas particularidades: faixa etária, nacionalidade, estado civil e ocupação. Também serão utilizados dados advindos do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE), a fim de identificar o número de migrantes solicitantes de documentos para regularização, com recorte temporal do ano de 2000 a 2016, anos para os quais há disponibilidade destes dados.

Junto a este levantamento, faremos uma análise sobre a inserção da migração feminina no contexto da geopolítica internacional, a vinculação da mulher à securitização nacional e as políticas de controle migratório para as fronteiras internacionais. Em síntese, visa-se reconhecer qual o papel político da relação entre mulher e migração na agenda política internacional.

Bibliografia:

ASSIS, G.O. de. De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- IFCH, Unicamp, Campinas.

HAESBAERT, T. Viver no limite. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. Revista Território, n.8, p.9-29, 2000.

MASSARO, V.A.; WILLIAMS, J. Feminist geopolitics: Redefining the geopolitical, complicating (in)security. Feminist Geopolitics. Geography Compass, 7/8, p.567-577, 2013.

PISCITELLI, A. Trânsito - brasileiras nos mercados. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

Revisitando o processo de definição das fronteiras brasileiras

Washington Ramos dos Santos Junior

Este trabalho tem por objetivo revisitar o processo de formação das fronteiras brasileiras, procurando verificar se procede a periodização proposta por Demétrio Magnoli (1997) em *O corpo da Pátria*. A fim de realizar essa pesquisa, utilizamos revisão bibliográfica, ou seja, avaliamos, nesse primeiro momento, apenas fontes secundárias. Magnoli (op. cit.: 241-42) utiliza o termo *horogênese* para se referir ao processo de constituição da fronteira, cuja origem é *Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique*, de Foucher (1991), o qual também se utiliza do termo *díade* para se referir às fronteiras comuns entre dois países. No caso brasileiro, os limites se estendem por 23.086 km, sendo 15.719 km terrestres e 7.367 km marítimos, com dez entidades políticas: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Para Magnoli (ibid.: 242-43), pouco mais da metade dos limites terrestres, ou 7.948 km, foi estabelecida durante o Império, seguido pelo período Rio Branco com 32% ou 5.062 km e do período colonial com 17% ou 2.709 km. Neste período, apenas os limites com o Suriname (então colônia holandesa), com a Bolívia, no trecho em que o Rio Guaporé é a divisa, e com a Argentina, no trecho correspondente ao Rio Uruguai, foram estabelecidos. (...)

Bibliografia:

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: EdUNB, 2002,

COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Roteiro prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1908-1912)*. São Paulo: Moderna; UNESP, 1997.

PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. *O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Brasil, 1945, v. 7, n. 2, p. 187-244.

Segurança pública, organizações criminosas e fronteiras

Alex Jorge das Neves
Adriana Dorfman

Nas últimas três décadas, o Brasil tem apresentado de forma crescente e progressiva, índices alarmantes e epidêmicos de violência, especialmente os crimes letais intencionais, a exemplo dos homicídios e latrocínios, aliado a uma explosão da população carcerária, (prioritariamente pequenos traficantes), além da trágica ramificação de organizações criminosas em todo Sistema Prisional brasileiro, corroendo as capacidades estatais de controle sobre esses ambientes, refletindo diretamente nos cerca de 60.000 (sessenta mil) homicídios ao ano no Brasil, representando cerca de 13% dos homicídios que ocorrem anualmente no planeta terra. Uma parcela considerável dos políticos e da própria população brasileira, reiteradamente e equivocadamente, apontam o fracasso das instituições de segurança pública e a escalada crescente da violência a falta de uma política de controle efetivo nas regiões de fronteira com os dez países vizinhos da América do Sul, especialmente com a Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai, que concentram produção de cocaína, maconha e ainda rotas e corredores de armas, contrabando e descaminho.

Esse breve diagnóstico é ainda mais trágico pelo fato de até hoje não existir em nosso país, uma Política Nacional de Segurança Pública, instituída formalmente no ordenamento jurídico, muito menos a previsão constitucional de competências (privativas ou concorrentes) da União sobre o tema segurança pública.

Em que pese a inexistência de uma política nacional de segurança pública e da frouxa articulação entre as instituições de segurança pública, houveram diversas iniciativas do Governo Federal para estabelecimento de políticas de segurança, inclusive para as regiões de fronteiras, a exemplo do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) em 2007, Projeto Policiamento Especializado de Fronteiras (PEFRON) em 2008, Plano Estratégico de Fronteiras e Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2011 ou o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PIFI) em 2016. Porém, todas elas, até o presente momento não se consolidaram como políticas permanentes de Estado.

O presente trabalho tem a intenção de aprofundar a discussão sobre a relação entre a falta de uma política prioritária na seara da Segurança Pública no Brasil e seus reflexos na incapacidade de desarticulação e contenção do crescimento da violência e da atuação das organizações criminosas no país, que também se utilizam de alguns espaços fronteiriços como rotas e corredores de produtos ilícitos para demais regiões do Brasil e exterior, além da “guerra” declarada entre organizações criminosas dentro do Sistema Prisional e nas ruas das grandes e médias cidades brasileiras, pelo controle do atacado e varejo do tráfico de drogas.

O trabalho será desenvolvido a partir da análise de documentos que tratam das últimas tentativas do Governo Federal nos últimos dez anos, com foco na implantação

de políticas públicas nacionais de segurança pública (lato senso), bem como políticas específicas para às regiões de fronteiras e sistema prisional, além disso, serão analisados os dados que comprovam o descontrole e epidemia da violência no Brasil e da atuação das principais organizações criminosas, a partir de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, artigos e pesquisas existentes sobre o tema.

O artigo tem como objetivo contribuir com a discussão e políticas públicas sobre temas que tem custado muito caro aos brasileiros, especialmente e de forma trágica, com a vida de jovens de 15 a 29 anos, negros e que residem em áreas de alto risco de violência e criminalidade, e a crescente insegurança generalizada da população brasileira.

Bibliografia:

BRASIL. Segurança pública nas fronteiras, sumário executivo: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) / organização, Alex Jorge das Neves...(et al.) -Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

DORFMAN, A. . A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: Durbens Martins Nascimento; Jadson Luiz Rebelo Porto. (Org.). Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia. 1ed.Belém: NAEA, 2013, v. 1, p. 96-124.

MACHADO, Lia Osório. Espaços Transversos: Tráfico de Drogas Ilícitas e a Geopolítica da Segurança. Grupo RETIS, Departamento de Geografia, UFRJ, CNPq. Publicado em Geopolítica das Drogas (Textos Acadêmicos). Fundação Alexandre Gusmão /MRE. 2011.

STEIMAN, R. . Implicações Intra e Inter-nacionais das Redes de Drogas no Brasil. In: XVII Jornada Interna de Iniciação Científica da UFRJ, 1995, Rio de Janeiro. Anais da XVII Jornada Interna de Iniciação Científica da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 119-119.

SAPORI, Luis Flávio; ANDRADE, Scheilla C. Desafios da governança do sistema policial no Brasil: o caso da política de integração das polícias em Minas Gerais. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo. V.7, no 1, 102-130, 2013.

Tráfico humano: um panorama do fluxo de pessoas para fins de exploração sexual na região das Guianas

Brenda Farias da Silva
Gutemberg de Vilhena Silva

O tráfico humano é o comércio de seres humanos, geralmente com o propósito de escravidão sexual, trabalho forçado e/ou exploração sexual comercial, assim como também pode ter o objetivo de extrair órgãos ou tecidos - como a remoção de óvulos. Esta prática é um problema mundial, que afeta nações e precisa de constantes estudos e levantamentos para que seja possível mensurar a espacialidade deste problema. No campo dos estudos das Relações Internacionais, destaca-se que a partir do atentado de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA), o tráfico humano, o terrorismo, a saúde pública e demais temas não necessariamente ligados à ação dos estados, gerou o conceito de novas ameaças à segurança internacional. O tráfico humano como problema de segurança internacional passou a ser sustentado pela teoria da segurança humana, que teve destaque a partir da década de 1990, em que a segurança e os direitos do indivíduo passam a ser preocupações dos Estados. Apesar de ser um problema transnacional, as fronteiras entre países são pontos sensíveis para a prática. A Região das Guianas, localizada no norte da América do Sul e abrangendo cinco países (Brasil, França – através da Guiana Francesa –, Suriname, República Cooperativa da Guiana e Venezuela) é um dos locais onde é possível observar como a dinâmica das fronteiras pode contribuir para o tráfico humano. A região em questão compreende o maior conjunto de floresta tropical primária, contínua e intacta do mundo – no que tange a região amazônica, abriga ainda cerca de 15% das reservas de água doce do mundo e é extremamente rica em biodiversidade, além de ser habitada por comunidades indígenas que dependem do ecossistema local. Além da grande biodiversidade da Região das Guianas, há também uma grande reserva de recursos naturais como petróleo, ouro, diamantes, alumínio, bauxita, manganês, ferro, cobre e níquel. Devido às grandes reservas de ouro e diamantes, a região atrai a instalação de muitos garimpos – legais ou ilegais – que trazem consigo diversos problemas sociais tais como: comercialização de armas e drogas ilícitas e o tráfico humano, tanto para fins de trabalho escravo quanto para exploração sexual. Levando em consideração o cenário do tráfico humano e o contexto geográfico em que se insere a Região das Guianas, o objetivo dessa pesquisa é elaborar um panorama do tráfico humano para fins de exploração sexual na Região das Guianas, a partir da movimentação de brasileiros entre os países da região, para tanto tomamos por base a questão: qual a situação do tráfico humano para fins de exploração sexual na Região das Guianas? A metodologia utilizada consiste em três etapas: a primeira etapa da pesquisa busca a construção do referencial teórico a partir da bibliografia adequada, a segunda etapa abrange a análise documental e pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas e, por fim, a terceira etapa consiste na classificação, interpretação e qualificação dos dados obtidos.

Bibliografia:

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. Security: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Reinner, 1998.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC). Global Report on Trafficking in Persons. 2016. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2017.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. Segurança Humana: Avanços e Desafios na Política Internacional. Campinas, 2011. 164f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Disponível em: <https://www.e-science.unicamp.br/gpd/admin/publicacoes/documentos/publicacao_5331_Oliveira,ArianaBazzanode_M.pdf> Acesso em 16 de junho de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção contra o Crime Organizado Transnacional. 2003. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/convencao-da-onu-contra-crime-organizado-transnacional-comemora-10-anos/>> Acesso em 13 de agosto de 2014.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. Litiges transfrontaliers sur le plateau des Guyanes, enjeux géopolitiques à l'interface des mondes amazoniens et caribéens. L'Espace Politique [En ligne], 31 | 2017-1. Disponível em: <<http://espacepolitique.revues.org/4242>> Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

Uso do território e as interações espaciais transfronteiriças entre as cidades de Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (República Dominicana)

Guerby Sainte

Este trabalho tem como principal objetivo trazer uma análise sobre a fronteira entre o Haiti e a República Dominicana. Partindo de reflexão sobre as interações espaciais transfronteiriças entre as seguintes cidades gêmeas: Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (Rep. Dominicana). Essas interações entre estas cidades são cruciais para formação territorial nas escalas nacionais dos dois países. Também analisamos a problemática da cooperação transfronteiriça entre as cidades – gêmeas sobre como as relações se dão entre elas. Observamos ainda que essas interações espaciais entre as cidades são lugares que permitem que as duas populações compartilhem a cultura, língua e legislação, bem como as condições comerciais, serviços, profissionais e ideias, ao estabelecer pressupostos estilos de vida que variam imensamente de um lado para outro lado da fronteira. Partindo da análise das dinâmicas territoriais na relação social, comercial transfronteiriça, as interações espaciais são muito cruciais na caracterização dos lugares e das formas de diferenciações do espaço, indicando as similaridades e as rupturas nas relações comerciais, que determina a organização do espaço e das trocas de mercadoria entre as cidades transfronteiriças e também as influências recíprocas que exercem uma nas outras, e os efeitos produzidos na escala regional e nacional dos dois Estados vizinhos, podem reagir não exclusivamente na relação política entre os países, mas também nas relações socioespaciais dos Estados. Observa-se a partir desta abordagem estabelecida na análise da fronteira, todos se comportam como agentes agregadores do poder e, portanto, sua análise não pode deixar de ter um suporte nas relações políticas e socioespaciais que delimitam a competição, distinções e coincidências entre si. Desse modo, isto significa dizer que a fronteira é marcada por uma preocupação com a força do trabalho, nosso interesse pelas lutas ligadas às fronteiras e pela produção da subjetividade pelas pessoas. Neste sentido, as tensões e conflitos através das experiências dos fluxos de comércio transfronteiriço e de troca de mercadoria entre os dois Estados que, devido ao funcionamento da própria fronteira, e as interações espaciais transfronteiriças nas cidades de Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (Rep. Dominicana), são caracterizadas como operários da força de trabalho, facilitando a circulação dos produtos, fluxos de pessoas entre os Estados. Todavia, em decorrência desse paradigma, a fronteira constituiu seus próprios bloqueios concomitantes, limitações à liberdade de trocas comerciais, de circulação de fluxo de pessoas, de ambos lados, determinada uma sensação de incompletude. Portanto, essa tipologia das cidades – gêmeas se baseiam ao mesmo tempo sobre a vitalidade econômica da zona e a intensidade de sua contribuição nas trocas entre as cidades. Essas interações espaciais permitem que as cidades estabelecidas de troca de comércio transfronteiriço, trazendo uma mudança nas zonas fronteiriças em um lugar de interface e de sinergia entre as economias insulares de dois Estados. Essa pesquisa, baseada sobre as interações espaciais das cidades transfronteiriças busca propor e levar a uma discussão relevante por uma análise geográfica. Este trabalho também propõe como metodologia o levantamento

bibliográfico de trabalhos científicos, como dissertações, teses, livros, artigos científicos sobre a temática da fronteira, das interações espaciais e as cidades transfronteiras ou cidades gêmeas relacionadas ao tema de estudo. Para esta tarefa utilizamos o apoio da biblioteca da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, no campus da cidade de Campinas-SP, dos sites de acervus de obras públicas na internet, de materiais de órgãos internacionais como o da ONU (Nações Unidas), assim como de órgãos oficiais do governo haitiano e da República Dominicana, dos dados estatísticos (ONE – Ofício Nacional e Estatístico e IHSI – Institut Haitien de Statistiques et Informatiques) produzidos por este país.

Bibliografia:

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa e Roberto Lobato Corrêa (Org.). Explorações Geográficas. 3a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.279-318.

FOUCHER, Michel. *L'obsession des frontières*. Ed. PERRIN, Paris, 2007.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. *La frontera como método, o, la multiplicación del trabajo*. 1 ed. Buenos Aires. Tintas Limón, 2016.

MOUDDEN, Lena Poschet El. *Villes à la frontière et transformation de l' espace: le cas de haïti et la république dominicaine*. Tese de doutorado, à la faculté de l' environnement naturel, architectural et construit, 2006.9

RAFFESTIN, Claude. *Espace, temps, Frontière*. Edit. Departament de Geographie de Université de Laval. Cahiers de Geographie de Québec. Vol. 18, n° 43, 1974.

Vulnerabilidade social na Amazônia: seletividade sócio-demográfica e estratégias de redes perversas na fronteira

Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira
Aiala Colares de Oliveira Couto

Este artigo trata de alguns aspectos da vulnerabilidade social dos indivíduos residentes em municípios em áreas de fronteira na Amazônia brasileira, visto que este espaço se configuram enquanto “corredores” das redes perversas que adentram no território brasileiro como é o caso do narcotráfico (MACHADO, 1996; PROCÓPIO FILHO, 2000). E isto porque a região amazônica é um espaço privilegiado para as ações estratégicas de redes perversas, pois a sua fronteira ultrapassa os limites brasileiros.

Ademais às particularidades naturais da região, como a floresta latifoliada, a mata densa, uma bacia hidrográfica a qual vai para além dos limites nacionais assim como a localização geográfica de redes perversas como no caso do narcotráfico em que os principais produtores de coca (Bolívia, Colômbia e Peru) são países limítrofes ao Brasil.

As relações na fronteira possibilitam uma dinâmica que obedece às necessidades dos mercados sejam estas necessidades fruto de relações legais e ilegais. Vale destacar que os circuitos espaciais do narcotráfico se estruturam de acordo com os grandes mercados globais, impondo estratégias de desarticulação dos mecanismos de proteção e de defesa dos Estados nacionais, “fragilizando” as fronteiras e territorializando-se nas cidades.

Pois, a região amazônica torna-se uma área de trânsito da cocaína de origem Andina em direção aos mercados europeus e africanos, e hoje também chama a atenção para fato o de que se apresenta enquanto um mercado consumidor em potencial, o que reflete em ações de facções ou comandos⁴ que se territorializaram nas metrópoles brasileiras.

Portanto, a região amazônica, sobretudo a brasileira, enfrenta um grave problema no que diz respeito às atividades ilícitas. O território é “bombardeado” pelas redes do narcotráfico, ligadas às organizações criminosas situadas nos países andinos, ou seja, nos maiores produtores de cocaína do mundo (Bolívia, Colômbia e Peru). Essa “invasão” desafia os limites da fronteira brasileira e deixa como resultado um impacto negativo no território, tendo forte influência na política, na economia e na cultura do país.

Nesse contexto, a região vive uma situação extremamente complexa, constituída de redes de relações, conflitos e sinergias entre atores locais, nacionais e internacionais que vão para além das fronteiras, envolvendo grandes empresas estatais e privadas (tanto nacionais quanto internacionais), com forte presença do governo federal se comparado aos governos municipal e estadual.

Destacar a porosidade da fronteira tem um valor substantivo de reconhecer que não existe um controle absoluto das fronteiras internacionais e isto porque em grande medida a fronteira é preenchida por florestas fechadas, reservas extrativistas, reservas indígenas e áreas de proteção ambiental.

Todavia, é uma falácia indicar que a maior preocupação quanto a defesa do território brasileiro está nas áreas de floresta tendo ainda na faixa fronteira a formação de municípios em pontos estratégicos e que vem passando por transformações no cenário local, regional e internacional.

Destacamos as cidades gêmeas que são cidades de fronteira no limite internacional em que sua fundação teve como finalidade a instalação militar em frente à formação de núcleos urbanos do outro lado da fronteira. E hoje correspondem a espaços preferenciais de fluxos transfronteiriços na região. Apesar de aparentarem estagnação, estas cidades estão imersas em múltiplas redes que ampliam sua capacidade relacional (STEIMAN, 2002).

Estes espaços se constituem como pontos particularmente vulneráveis aos efeitos perversos da globalização e dos acordos comerciais sobre as condições de vida de grupos sociais envolvidos nas fronteiras transnacionais ou internacionais (PATARRA e BAENINGER, 2006).

O que mais intriga no caso brasileiro é a falta de políticas públicas e a forma como é feito o controle de suas fronteiras internacionais. Apontamos aqui as cidades gêmeas como espaços importantes para compreender suas fronteiras e suas relações com os países vizinhos. Mesmo que este trabalho seja motivado por uma concentração de imigrantes nestes lugares, as cidades gêmeas são também reveladores das dinâmicas que ocorrem na fronteira quanto a mobilidade de pessoas, bens e mercadorias seguindo as transformações decorrentes da globalização.

Portanto, reconhecer a Amazônia enquanto uma região estratégica para o desenvolvimento e integração econômica do ponto de vista interno quanto internacional é uma questão fundamental para se discutir a importância das fronteiras.

Bibliografia:

MACHADO, Lia Osório. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, I. et al. (Org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Mobilidade Espacial da População no Mercosul: Metrôpoles e Fronteira. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), ANPOCS - São Paulo, v. 21, p. 83-102, 2006.

PROCÓPIO, A. Drogas ilícitas em espaços transfronteiriços. Revista Cena Internacional, v. 2, n. 1, p. 92-122, 2000.

STEIMAN, Rebeca. A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Dissertação. UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

Zona de fronteira e redes de interações transfronteiriças: uma análise a partir dos municípios de Pato Bragado (PR) e Nueva Esperanza (Canindeyú) na fronteira Brasil-Paraguay

Aline Kammer Maldaner
Maristela Ferrari

Pato Bragado (Paraná) e Nueva Esperanza (Departamento de Canindeyú) são dois pequenos municípios limítrofes entre Brasil e Paraguay. O limite internacional entre os dois países é antigo e foi traçado sobre o Rio Paraná. Historicamente a população dos dois municípios situados na zona de fronteira brasileiro-paraguaia mantinha fracas redes de interações, pois o Rio Paraná constituía-se em obstáculo físico natural e dificultava a travessia de um território ao outro. Entretanto, com a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1975-1982), obra binacional conduzida pelo Estado brasileiro e paraguaio, parte do Rio Paraná (região Oeste do Paraná limítrofe aos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú) foi transformado em Lago da Itaipu, também chamado de Reservatório da Itaipu. Com a formação do Lago da Itaipu, o limite fronteiro antes obstáculo para a navegação torna-se navegável e, portanto, mais permeável do que no passado. Frente a tal mudança as populações de Pato Bragado e Nueva Esperanza passam a estabelecer redes de interações transfronteiriças. Qual a tipologia das redes de interações que lá se estabeleceram e ainda hoje se estabelecem cotidianamente? Além do diferencial cambial entre os dois países, que outros fatores explicam a formação de redes de interações transfronteiriças entre Pato Bragado e Nueva Esperanza? Como os Estados nacionais regulam tais redes de interações transfronteiriças? Essas questões guiarão o presente trabalho. Portanto, este trabalho tem por objetivo analisar que fatores explicam o estabelecimento de redes de interações transfronteiriças entre Pato Bragado e Nueva Esperanza e como os Estados nacionais regulam tais interações. Para atingir o objetivo proposto, a metodologia consistiu em levantamento teórico-bibliográfico e pesquisa de campo realizada em Pato Bragado e Nueva Esperanza. O método aqui adotado é foi o qualitativo, mais apropriado aos propósitos do presente trabalho. O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira analisa os conceitos de zona de fronteira e rede. Nessa perspectiva, aceitamos a ideia de Machado (1998) e Ferrari (2011) de que a zona fronteira é espaço de interações transfronteiriças. Nele se estabelecem e podem se estabelecer redes sociais e redes geográficas. Para Correa (1997, p. 107-108), a rede geográfica pode ser entendida como um: [...] conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por certo número de ligações; a segunda parte do trabalho analisa a tipologia das redes de interações transfronteiriças entre Pato Bragado e Nueva Esperanza. Finalizamos o trabalho indicando que a desigualdade social entre os dois municípios e a carência de certos tipos de serviços num dos lados do limite internacional e a oferta deles no outro lado, explica, parcialmente as redes sociais transfronteiriças cotidianas estabelecidas entre Pato Bragado e Nueva Esperanza.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Bibliografia:

CORREA, Roberto Lobato. Dimensões de análise das redes geográfica. In: _____ . Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERRARI, Maristela. Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de misiones (século XX e XIX). Tese de doutorado. Florianópolis, 2011

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques (org.) et al. Fronteiras e Espaço Global. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

MARTIN, André Roberto. Fronteiras e Nações. São Paulo: Contexto, 1994.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

Zona de fronteira: extremo oeste brasileiro e a possível integração com o território peruano

Ednilson Gomes da Silva
Ricardo Gilson da Costa Silva

A fronteira é um limite (linha) que divide dois países, estados ou cidades, nesse sentido o Brasil possui uma extensa fronteira totalizando 15.179 km de fronteiras com diversos países da América do Sul, não possuindo apenas fronteira com o Chile e com o Equador.

Diante disso, tamanha proporção territorial possibilita ao Brasil uma interação com seus vizinhos, sejam elas econômicas ou sociais, recentemente foi inaugurado a Rodovia intercontinental conhecida por “Rodovia do Pacífico ligando um eixo de integração de Rio Branco, Capital do Estado do Acre até os portos da capital peruana Lima com a possibilidade de exportação da produção brasileira.

O Brasil possui uma vasta fronteira com o Peru de 2.995 km de fronteira, sendo que com o Estado do no Amazonas possui (1.565 km) e no Estado do Acre (1.430 km). Nesse sentido este trabalho pretende analisar a fronteira peruana com o Brasil, no extremo oeste brasileiro, em que se localiza a microrregião acreana do Juruá que é formada por 5 municípios: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves, sendo a segunda região economicamente mais importante do Estado tendo uma população de 131.396 habitantes (IBGE-2016).

A principal cidade desta região é Cruzeiro do Sul que ocupa o segundo lugar de importância política e econômica do Estado Acre, exercendo sobre toda aquela região o status de cidade-polo, pois concentra a maior riqueza e desenvolvimento urbano e social dentre as demais cidades, além de dominar e exercer monopólio político sobre as demais.

Hierarquicamente Cruzeiro do Sul polariza todas as cidades pertencentes a microrregião do Juruá, já que se impõe como principal centro econômico, sendo o centro das decisões daquela região. No entanto esta microrregião mantém relações com outras duas capitais que exercem sobre ela sua influência, primeiramente a capital do Estado do Acre, Rio Branco que se integra a Cruzeiro do Sul e a região por meio da Rodovia federal Br-364 e também com a capital amazonense, Manaus que se relaciona por meio fluvial em que as relações econômicas e até sociais ocorrem predominantemente por meio dos rios, ambas as capitais mantem fortes relações com toda essa regional acreana.

Sendo assim temos uma microrregião que se desenvolve por seu próprio crescimento econômico e por meio das relações que mantem com outras cidades e regiões do país. Ressaltando que toda esta região se localiza em plena fronteira com país vizinho do Peru, estando a poucos quilômetros da cidade peruana de Pucallpa, todavia não existem relações econômicas e sociais que beneficie a cidade brasileira de Cruzeiro do

Sul e toda região do Juruá. Destacando que as distâncias geográficas entre ambas as cidades são praticamente irrisórias sob o ponto de vista de uma sociedade globalizada e informatizada, temos nesse sentido a reflexão que esta possível integração poderia ser positiva para o desenvolvimento local de toda esta região. Atualmente a relação de Cruzeiro do Sul com Peru se dar por meio de duas rodovias federais que a ligam com Rio Branco-AC e posteriormente com o trecho internacional até a cidade de Lima-PERU.

Neste contexto, a principal discussão deste trabalho é refletir sob a possibilidade de integração entre a cidade peruana de Pucallpa e a cidade brasileira de Cruzeiro do Sul, analisando como esta integração seria benéfica a ambos os países, e na possibilidade de novos fluxos econômicos e sociais.

Um fato a ser considerado sob esta perspectiva de consolidação deste novo eixo de integração é considerar a redução de distância geográfica para integração entre a cidade de Cruzeiro do Sul até a cidade de Lima-Peru. Levando-se em conta que a distância de Cruzeiro do Sul até a Capital Peruana utilizando este possível novo eixo de integração terrestre por Pucallpa equivaleria a 1100 quilômetros, o que seria um percurso bem menor do existente que se dar por meio da Rodovia Br-364 que liga Cruzeiro do Sul a Rio Branco em torno de 635 quilômetros e depois por meio da Rodovia Br-317 (Rodovia do Pacífico) que liga Rio Branco a Lima-PE equivalente a 2200 quilômetros, ou seja, o atual trecho de Cruzeiro do Sul-AC a Lima-PE somado equivale a aproximadamente 2835 quilômetros, diante disso temos que a possibilidade de um novo eixo de integração encurtaria a viagem em aproximadamente 1700 quilômetros.

Outro ponto relevante é que a microrregião do Juruá faz fronteira com Província de Ucayali que possui aproximadamente 500.543 habitantes, tendo a cidade de Pucallpa como capital, estando a uma distância em linha reta de aproximadamente 145 quilômetros da cidade de Cruzeiro do Sul-Acre.

Bibliografia:

BATTISTELLA, Dario. Teoria das Relações Internacionais / Dario Battistella; tradução de Camila do Nascimento Fialho. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014.

BALASSA, Bela. Teoria da integração Econômica. Tradução de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira. Lisboa: Clássica Editora, 1961.

HURREL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. Contexto Internacional, vol. 17, nº1. Rio de Janeiro: IRI/PUC-Rio, jan-jun 1995.

MARIANO, Karina L. P. Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.



III CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO
CRISE E REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS DA POLÍTICA



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Eixo 5

As escalas de gestão das políticas públicas territoriais

Coordenadores:
Augusto Cesar Pinheiro da Silva
Daniel Sanfelici
Michael Chetry

(Trans)posição e (im)posição: a política territorial de transposição do rio São Francisco – escalas, agentes e ações

Lorena Ferreira de Souza Almeida

O Projeto de Transposição do rio São Francisco proposto pelo Governo Federal assenta-se na garantia hídrica referente ao abastecimento humano e animal, conforme prevê a Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 no artigo I inciso III, muita polêmica existe em torno do projeto - entre os que o apoiam como solução para o problema hídrico do semiárido e os que o criticam por indicarem outras ações efetivas e questionarem quem serão os verdadeiros beneficiados. Dessa forma, através da utilização desse discurso, algumas políticas territoriais foram criadas com a justificativa de minimizar o problema da seca no nordeste brasileiro, por meio de ações de cunho clientelista que na maioria das vezes beneficia apenas os grandes latifundiários e empresas que necessitam da água como recurso econômico para a manutenção e ampliação de suas atividades. Partindo do pressuposto que a água é essencial à vida humana, torna-se bastante relevante a discussão de questões que envolvam as políticas territoriais, a partir da perspectiva do envolvimento de vários agentes, das escalas e ações implementadas em relação ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Destarte pretendemos responder as seguintes questões: a Política Territorial de Transposição do rio São Francisco é apenas mais uma política que se apropriou do discurso que a pobreza do Nordeste está relacionada a escassez de água, para justificar investimentos que visam beneficiar os grandes latifundiários e empresários? Quais as escalas, os agentes, as intencionalidades e estratégias que prevaleceram e prevalecem na elaboração e efetivação desta política territorial? Quem são os principais beneficiários com a transposição do rio São Francisco? A política territorial de transposição do rio São Francisco gerou melhorias efetivas na vida da população que tinha dificuldade no acesso a água? Para respondermos a estas questões, temos como objetivo geral analisar se a política territorial de transposição do rio São Francisco forneceu condições de equidade hídrica para o nordeste setentrional visto que a justificativa para sua implementação estava pautada na escassez de água e na discrepância entre a oferta e demanda, pretendemos também compreender o rebatimento territorial da transposição do rio São Francisco a partir das múltiplas escalas, dos agentes e das ações que evidenciam intencionalidades distintas, analisar a política territorial de transposição do rio São Francisco desde sua idealização até as medidas adotadas pelo o Ministério da Integração Nacional para a efetivação e conclusão das obras; verificar como foram conduzidas as discussões sobre a transposição no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, identificar quem são e serão os principais beneficiados com a transposição bem como os conflitos de interesses existentes entre estes agentes. Dessa forma, utilizaremos como fonte de pesquisa: 1) Pesquisa documental, através de informações do Ministério da Integração Nacional, livros, artigos, teses e dissertações; 2) Entrevistas com representantes do poder público (municipal, estadual e federal): empresários, ONG's e sociedade civil, entidades religiosas; Comissão da Pastoral da Terra; 3) MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens - Castanhão (CE), Sobradinho (BA), Irpa (

Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada), Representantes dos índios Trukás e Pipitã; Representante da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco); 4) Leitura das atas das reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com o objetivo de verificar como foram conduzidas as discussões sobre o projeto de transposição; 5) Entrevistas com moradores dos municípios do Eixo Norte: Cabrobó (PE); Brejo Santo (CE); em São José de Piranhas (PB), do Eixo Leste: Floresta, Betânia e Sertânia (PE), Monteiro (PB).

Bibliografia:

ARAÚJO, C. E. A partir das águas: argumentações midiáticas, resistência popular e a transposição do rio São Francisco. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

COSTA, W. M. Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração sulamericana. Revista Território, Rio de Janeiro, v. 7, p. 25-41, 1999.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. MI. 2016. Projeto de Integração do Rio São Francisco. Disponível: <<http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Meio Ambiente e Ciências Humanas. 4ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

A dimensão espacial da violência na área metropolitana do Rio de Janeiro: notas para uma periodização

Willian Andrion do Valle

O presente trabalho constitui uma análise embrionária do agravamento da violência na Área Metropolitana do Rio de Janeiro desde meados do século XX, quando, diante de mudanças nos padrões de criminalidade vigentes – aumento de assassinatos, latrocínios, entre outros –, surgem grupos/esquadrões paramilitares voltados ao extermínio dos desviantes.

Foi produzida uma periodização das manifestações da violência nos últimos 60/70 anos (o que constitui um exercício de grande relevância acadêmica) com ênfase nas suas especificidades sub-regionais (diferenças entre a Metrópole e a Baixada Fluminense, por exemplo) e na avaliação de seus impactos no condicionamento de atividades, deslocamentos, hábitos e discursos de fração significativa da população metropolitana do Rio de Janeiro. Além disso, há uma inevitável discussão sobre a gestão territorial da violência no período considerado.

Bibliografia:

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Civitas – Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre: Vol. 08; Nº 03, set – dez. de 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

A dinâmica territorial no contexto das ocupações de terra do MST

Bruna Gonçalves Costa
Izabel Nahum Dias

É indiscutível que ainda há uma grande concentração de terras existente no Brasil, que se dá desde o princípio pelo alto valor comercial que estas agregam em prol do capitalismo. Tal acúmulo exige manutenções de uso por parte dos proprietários, que, no entanto, acabam por não realizar tais manutenções, deixando assim a terra em desuso. Em contrapartida, há pessoas desprovidas de capital financeiro que necessitam tomar posse de terras para que consigam estabelecer uma qualidade de vida, e em virtude disso, tal situação acarreta na ocupação de propriedades.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo discutir as dinâmicas territoriais que regem as ocupações de terra, analisando o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, uma vez que, segundo Souza (1995) um território é constituído através de relações de poder, e para que haja poder seja necessário um povo. A primeira forma de manter a dominação do território é partir do plano das ideias, pois conquistar o imaterial é o primeiro passo para ganhar o material. É partir desse princípio que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) age; através da resistência.

Logo, há uma constante luta pelo território entre os ocupantes e os latifundiários desde o momento em que iniciam uma ocupação em um espaço delimitado, e dessa maneira conquistam terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Ademais, mesmo depois do assentamento as famílias continuam organizadas para realizar lutas em prol da conquista de direitos básicos como energia elétrica, acesso à cultura e lazer.

Acontece com relação ao ocupante respectivamente: A territorialização da terra e posteriormente a resistência à desterritorialização. Caso a desterritorialização se efetive, segundo Rogério Haesbaert (2004), os processos de desterritorialização e reterritorialização são indissociáveis e sincrônicos, o que significa que toda desterritorialização conduz uma reterritorialização.

É importante salientar que existe o abandono, mas não a destruição do território, logo quando o ocupante territorializa uma terra (se apropria dela), mas é obrigado a deixá-la - seja pelo medo causado pela pressão psicológica, seja através de lutas armadas - este sujeito é desterritorializado, e conseqüentemente reterritorializado em outra delimitação do espaço. A terra, antes território do trabalhador rural, volta a ser território do latifundiário. Assim se dá o constante ciclo injusto da concentração de terra no Brasil.

Portanto, para a construção desse trabalho foram utilizados levantamentos bibliográficos tanto em livros, quanto em sites - a exemplo, o site do MST - que fundamentassem os argumentos utilizados no mesmo, a fim de estabelecer uma

pesquisa qualitativa sobre a dinâmica ocorrida nas ocupações de terras. Em vista disso, faz-se uma análise da condição social do ser humano, tanto daqueles sujeitos que necessitam das terras, mas não a possuem, quanto daqueles que as dominam em grandes proporções e não a dividem.

Bibliografia:

FERNANDES, Bernardo M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (orgs.) *Campesinato e territórios em disputa*. 1. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOZITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. 6. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná de; GOMES, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brazil, 1995. p. 77-116.

MST. Quem somos. 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>. Acesso em: 02 abr. 2018.

A educação como um viés de exercício de cidadania e transformação do espaço no bairro do Caju, Rio de Janeiro

Marcia Seixas de Souza Pinto

O Ginásio Experimental Olímpico é uma proposta de escola em tempo integral vocacionada para o esporte, articulando a formação acadêmica, esportiva e desenvolvimento da cidadania, como ferramentas para a transformação social. O bairro do Caju, localizado na zona central do município do Rio de Janeiro, antes considerado um bairro nobre da cidade, é hoje um bairro assolado pela falta de planejamento urbano, com intensa ocupação industrial. O presente estudo visa analisar as principais influências da implementação desse projeto como política pública educacional em uma área impactada pela ocupação desordenada, crescente degradação ambiental e social, detectando as consequentes transformações na qualidade de vida da população local, no desenvolvimento de identidades e na (re)apropriação do espaço urbano.

Bibliografia:

LIMA, Licínio C. (1991b). "Sociologia das Organizações Educativas e da Administração Educacional", in *O Professor*, nº 22, pp. 58-62.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SILVA, A. C. P. da. Espaço, sustentabilidades e educação básica local: por políticas públicas municipais voltadas para um desenvolvimento socioespacial mais autônomo. *O Social em Questão*, v. 18, p. 31-53, 2008.

A expansão da rede federal de ensino profissional no território fluminense e os impactos na produção de inovações

Mauro Sergio Pinheiro dos Santos de Souza

O Estado brasileiro, desde 2005 e a partir da revalorização e ressignificação da educação profissional no País, estabeleceu uma política pública nacional de Educação que visou expandir e desconcentrar a oferta da educação profissional da rede federal ensino. Essas transformações estão intrinsecamente relacionadas às mudanças operadas no sistema produtivo de modo geral que tem repercutido no modo de atuação do Estado ao se engajar os territórios, nas escalas subnacionais, para o desenvolvimento nacional e a competição econômica. É com base nessas premissas que se estabeleceu a expansão e a desconcentração da rede federal de ensino profissional: a educação profissional para a elevação da educação da população atendida e na produção de inovações, a partir da prospecção das potencialidades locais e regionais. Assim, o Governo Federal estabeleceu um programa para a expansão da rede federal de ensino profissional, dividindo-o em três fases, cuja terceira ainda se encontra inconclusa. Para a execução do programa, elegeram-se critérios (socioeconômicos, demográficos etc.) que buscaram distribuir de modo mais ubíquo, no território nacional, as novas unidades criadas. Essa operacionalização da expansão da rede se realizou de modo planejado no ordenamento territorial, com o uso do poder que detém o Estado para a constituição de infraestruturas no território no desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, os resultados da expansão da rede federal de ensino profissional no estado do Rio de Janeiro são notórios, proporcionando uma relevante desconcentração da rede no território fluminense, ainda que essa expansão tenha seguido a um perfil hierárquico em relação aos municípios contemplados pela política pública para receber as novas unidades. Evidencia-se, nesse processo, que as escalas subnacionais foram munidas de novas possibilidades a partir do estabelecimento de novas unidades educativas que buscam, por meio da capitalização das particularidades e características locais e regionais, conceber novos meios de servirem à comunidade local no desenvolvimento. Destaca-se, assim, a produção de inovações técnicas e tecnológicas como propulsores de novas oportunidades que viabilizem renovar as economias locais, atender a diferentes anseios locais, ainda que tais papéis estejam em construção e não se desenvolvam de forma linear ou idêntica nas diferentes realidades do território fluminense. Dessa forma, este trabalho apresenta uma reflexão sobre o papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico local e regional, a partir da implementação de uma política pública de alcance nacional no âmbito da Educação brasileira e os resultados percebidos na configuração da rede federal de ensino profissional no estado do Rio de Janeiro, além dos avanços alcançados na rede federal de ensino até o ano de 2016 para a produção/registro de patentes. A metodologia adotada no trabalho se balizou em análises e consultas de documentos institucionais dos dois Institutos Federais do estado do Rio de Janeiro, documentos oriundos do Tribunal de Contas da União e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Francisco. El enfoque del desarrollo económico local. Cuaderno de Capacitación, n. 1, Serie: Desarrollo Económico Local y Emplabilidad Programa AREA – OIT em Argentina – Italia Lavoro. Buenos Aires: Organización Internacional del Trabajo, 2004. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1251776298.area_e_nfoque_del_0.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BECKER, Bertha K. O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil. Parc. Estrat. Brasília: v. 14, n. 28, 2009.

BECKER, Bertha K. A Geografia e o resgate da Geopolítica. Revista Espaço Aberto, PPGG – UFRJ. Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 117-150, 2012.

IBAÑEZ, Pablo. Geopolítica e Inovação Tecnológica: Uma análise da Subvenção Econômica e das Políticas de Inovação para a Saúde. Tese (Doutorado). São Paulo, 2012. 245 f.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. PACHECO, Eliezer (org.). Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

A geografia da violência obstétrica no município de São Gonçalo/RJ (2017/2018)

Isabelle Wermelinger Lemes Aguiar

JUAREZ et al (2012) entende como violência obstétrica qualquer ato exercido por profissionais da saúde sobre o corpo da mulher de modo a impedir os processos naturais, exprimido através de uma atenção desumanizada, abuso de ações intervencionistas, medicalização e a transformação patológica dos processos de parturição que são fisiológicos, isto é, sem ser consentido pela parturiente. A violência obstétrica vem sendo estudada na área da saúde e do serviço social, até então é a primeira vez que a geografia se propõe a estudar tal inflamação, com o intuito de produzir uma análise integrada entre sociedade, cultura, política, gênero, etnia e saúde. Segundo (REIS, 2015) “A Geografia enquanto uma ciência que analisa a organização e produção do espaço pode e deve ampliar suas reflexões sobre as relações de gênero, entendendo-as como parte das práticas espaciais que permite desvendar a base da organização geográfica das sociedades”. Isto porque, o espaço revela a hierarquia de poder entre os gêneros e é transformado pela violência, que permeia durante séculos como material físico nos espaços públicos, na construção de leis, no acesso e no impedimento de admissão dos gêneros nestes espaços. Como forma de unir a categoria de gênero ao conceito de espaço, aborda-se as relações de gênero como agentes estruturantes na construção do espaço, onde a violência obstétrica passa a ser analisada sobre a lógica espacial, justamente onde ela é produzida e reproduzida. Além de ser um tema inovador na geografia, e por isso uma nova contribuição à ciência, os estudos sobre violência obstétrica em São Gonçalo/RJ a partir de uma análise geográfica, entrega para a sociedade gonçalense e adjacências um instrumento de informação, onde as mulheres que irão parir nesta área estudada terão a possibilidade de perceber a dimensão desta violência. Tem-se como objetivo analisar a violência obstétrica vivida pelas mulheres que se encontram em situações de parto, necessitando de atendimento médico no setor de obstetrícia dos hospitais públicos e privados do município de São Gonçalo/RJ. Em seguida, busca-se criar um banco de dados sobre os atendimentos obstétricos para conseguir mensurar as dimensões espaciais da violência obstétrica na área estudada. A metodologia utilizada neste trabalho trata-se de “uma relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos de uma realidade, isto é, há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, não traduzido em números.” (ANDRADE, 2015). Os instrumentos de análise se dão através da observação, do dialogo informal e principalmente os trabalhos de campo programados com o intuito de alimentar o banco de dados. Os dados serão sobre atendimento médico no setor de obstetrícia e existem até então duas possibilidades de caracterizar atendimentos: 1) situações contadas pelas próprias pacientes e 2) a leitura dos prontuários de atendimento. As entrevistas serão divididas da seguinte forma: dez entrevistas serão recolhidas em cada hospital, dando um quantitativo de quarenta mulheres entrevistadas ao todo. As perguntas foram direcionadas a extrair quaisquer situações de violência obstétrica sofrida, bem como, traçar o perfil socioeconômico das parturientes. São Gonçalo,

município do Leste Metropolitano do estado do Rio de Janeiro, faz fronteira com Itaboraí, Maricá e Niterói têm características marcantes de cidade periférica, além de sua distância física da capital do estado, mantém disparidades sociais bem expressivas com relação à precariedade dos serviços públicos. O processo de entrevista foi elaborado pelas ferramentas da plataforma Google Drive. As mulheres entrevistadas passaram pela experiência do parto entre os anos de 2017 e 2018. Uma amostra de 40 entrevistadas foi extraída dos hospitais, sendo eles: (1) São José dos Lírios no bairro Zé Garoto; (2) Hospital e Clínica de São Gonçalo no centro do município; (3) Clínica São Silvestre no bairro Nova Cidade e (4) Hospital da Mulher gonçalense, em Alcântara. 32 mulheres relataram terem sofrido algum tipo de violência obstétrica nesses locais, ou seja, mais de 80% das entrevistadas. Inúmeras reclamações foram apontadas, como: Cesária sem necessidade médica, parto normal forçado, corte vaginal desnecessário, uso de hormônios para acelerar o parto, negação de atendimento e negligência médica. Na composição étnica: 15 das 40 entrevistadas se autodeclararam negras, 14 pardas e 11 brancas. A estrutura hospitalar é uma constante, porém o aparato médico humanizado torna o atendimento mais respeitoso e o desconhecimento do que seja violência obstétrica, tanto das paciências quanto da própria equipe médica, alimenta o ciclo de mais violência.

Bibliografia:

JUÁREZ, DIANA Y OTRAS. Violencia sobre las mujeres :herramientas para el trabajo de los equipos comunitarios / Diana Juárez y otras.; edición literaria a cargo de Ángeles Tessio. - 1a ed. - Buenos Aires : Ministerio de Salud de la Nación, 2012

REIS, Maíra Lopes. ESTUDOS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE FEMINISTA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO. Espaço e Cultura, n. 38, p. 11-34, 2015.

ANDRADE, A. R. D., & Schmidt, L. P. (2015). Metodologias de pesquisa em Geografia.

A gestão territorial frente aos grandes projetos de investimentos: novos projetos a partir das estruturas logísticas do Comperj no município de São Gonçalo

D'Jeanine Candido e Souza Carvalho.

O espaço metropolitano do Rio de Janeiro tem se modificado e apresentado expressiva expansão de inúmeras estruturas produtivas e novos projetos que produzem novas formas de organização e integração no território. Tais investimentos não só influem do espaço metropolitano, mas são também decorrentes de um dinamismo resultante das atividades extrativistas e de beneficiamento do petróleo que interferem em todo o território fluminense.

A mudança na dinamização econômica no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, mais precisamente nas cidades de Itaboraí e São Gonçalo, tiveram dois momentos. O primeiro iniciado com o projeto Comperj, criando expectativas em vários setores, que expressaram em grandes mudanças territoriais a partir das perspectivas empresariais e na inserção de infraestruturas essenciais para as necessidades do grande empreendimento. Dentre as infraestruturas construídas para dar suporte no transporte de equipamentos ultra pesados ao Comperj, observamos a construção do sistema viário UHOS, que inclui um porto(pier), um retroporto e a estrada com 12 km de extensão. Esse sistema tinha como objetivo o transporte de equipamentos indivisíveis no período de sua construção, que chegam por navio no porto do Rio de Janeiro até o Complexo petroquímico. Após as obras de construção toda essa logística passaria a gestão da administração municipal de São Gonçalo e essas infraestruturas abririam possibilidades para novos projetos que poderiam trazer melhorias na capacidade de produção na região do leste metropolitano. Um planejamento foi criado para dar refuncionalização à toda essa estrutura e, assim foi idealizado o projeto “Cidade da Pesca”, que incluiria um terminal pesqueiro (TPP) e um condomínio industrial que abarcaria grandes empresas do setor e manteria também a atividade do pescado artesanal das comunidades pesqueira da localidade.

Contudo, com a crise política e econômica que resultou no golpe em 2016, observamos uma desaceleração dos projetos de investimentos antes estabelecidos. Os dois momentos definem a atual conjuntura da região, influenciada inicialmente, por políticas que possibilitavam potencialidades de crescimento econômico e, posteriormente, a paralisação de obras que resultaram em contradições e questionamentos quanto a utilização do legado deixado pela Petrobras no município.

Nossa investigação procura analisar os impactos socioeconômicos que o uso desses equipamentos implicaram nas transformações espaciais nos bairros de São Gonçalo e adjacências. Ao investigar o interesse do poder público local frente às infraestruturas deixada como legado no processo de construção do COMPERJ, procuramos compreender como ocorre a gestão dos recursos públicos (influenciados pela grande arrecadação de royalties) para o planejamento urbano e políticas públicas. Como também identificar as mudanças ocorridas pela atual ausência de planejamento

territorial que têm implicado no abandono dos ativos pelo poder público. Diante desse cenário, analisamos quais repercussões esses grandes projetos poderiam potencializar novos usos do território, e como o poder público tem projetado as novas estruturas instaladas.

Um foco de nossa investigação será interação da administração pública com às políticas econômicas nacionais e os Grandes Projetos de Investimento, sejam eles originários nos empreendimentos públicos ou privados. Enfatizaremos, ainda, as perspectivas da administração local, quais limitações e possibilidades de gestão diante dos grandes investimentos, e quais perspectivas diante de uma gestão compartilhada com outros entes da federação, sejam eles de outros municípios, órgãos do governo do estado e da própria união.

Os projetos iniciados tem uma perspectiva nacional-desenvolvimentista orientada por políticas do governo anterior, mais precisamente entre os anos 2006-2016 que promovia novas bases técnicas e fortalecimento do poder produtivo nacional. Entretanto, frente às mudanças políticas iniciadas pela oposição governamental de cunho neoliberal, houve um retrocesso político e uma reversão dos investimentos para o desenvolvimento econômico, atingindo em cheio o Estado do Rio de Janeiro. Como já proposto por Oliveira (2016) a ausência de políticas territoriais comprometeria o crescimento econômico e a progressão desses grandes projetos. Conforme o autor, o aparecimento de novos projetos esteve sempre direcionado a valorização do capital corporativo e imobiliário que estavam em processo intenso da dinamização financeira, aquém dos interesses sociais. Assim, foi possível observar que os investimentos econômicos direcionados ao crescimento econômico estavam desconectados ao desenvolvimento social e permitiu uma sucessão de negligências aos efeitos sócio-espaciais. Contudo, a ausência do Estado não retira a influencia espacial das construções e o uso da população, sendo um espaço construído, este passa a se tornar uma nova territorialidade com suas rugosidades.

Bibliografia:

BRANDÃO, Carlos. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

LENCIONI, Sandra . Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades do desenvolvimento regional.. Scripta Nova , v. 11, p. 1-15, 2007.

OLIVEIRA, Floriano J. G de. Reestruturação produtiva, território e poder no estado do Rio de Janeiro. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008. 304p .

OLIVEIRA, Floriano J. G de. Estado, administração pública e território: da autonomia administrativa à autarquia. Espaço e Economia. Ano V, número 9, 2016.

A migração norte-nordeste no contexto da criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) na Amazônia Oriental

Cleide Pereira dos Anjos

A dinâmica regional amazônica de desenvolvimento ocorreu a partir de formas conflituosas de apropriação de seu território, dentro de uma política de territorialização do capital e expansão do capitalismo por diferentes sujeitos. De acordo com Loureiro (1992) receando uma intervenção internacional, o governo militar do Presidente Emílio G. Médici decide concretizar um projeto territorial de integrar a Amazônia ao restante do Brasil. O lema ideológico “homens sem terra para terras sem homens” criou a solução perfeita para resolver o problema da seca no Nordeste e povoar a Amazônia, conceituada como uma região de imensos “vazios demográficos”, com a perspectiva de induzir o seu desenvolvimento, Criou-se para isso o Plano de Integração Nacional (PIN) de caráter geopolítico, criado pelo governo militar, através do decreto-lei nº 1106 de 16 de julho de 1970. Isso se constituía como uma ação territorial pública, através da criação das frentes pioneiras, Mello (2006) são projetos geopolíticos e econômicos, aclopano-se à soberania do Estado sobre as fronteiras nacionais, base de ocupação e densificação do território, a partir do PIN, implementou-se os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II (PND I e II). O conceito de território, que trabalhamos em nossa pesquisa é o conceito de Santos (2008), onde entende-se território como uma extensão apropriada e usada, sendo que esta ação territorial previa a utilização de mão-de-obra nordestina, liberada pelas grandes secas de 1969-1970 e a concepção de “vazios demográficos” amazônicos. Hebéte (2004) caracteriza este fenômeno da migração em massa de nordestinos em busca de terras na região amazônica como a mobilidade da força de trabalho, num contexto de expansão do capitalismo e territorialização do capital (Heidemann, Toledo e Boechat), como meio de produção internacionalmente dominante, esta força de trabalho é submetida a uma mobilidade condizente com os objetivos de produção da mais valia do capital. A partir desta política é que criado o lema “Integrar para não Entregar” e o já citado “homens sem terra para terras sem homens” ocorre abertura da rodovia transamazônica como a principal via de colonização regional. Ratzel (1990) concebe o Estado como organismo territorial, referência ao seu papel de articular o povo ao solo, por meio de políticas territoriais. Dele se origina o termo geopolítica que é o pensamento ideológico do Estado. A geopolítica do PIN promoveu um processo de ocupação territorial que podemos considerar problemático, do ponto de vista regional amazônico e para os migrantes nordestinos. De acordo com Mello (2006) a Amazônia foi vista como solução para os problemas decorrentes da modernização da agricultura para os trabalhadores rurais do Nordeste e Sudeste e também para responder às pressões internacionais. Resultou-se dessa ação estruturada do Estado fortes conflitos sociais entre fazendeiros, posseiros, seringueiros e índios e graves impactos ambientais. Os trabalhadores que migraram com a promessa de receberem terras e incentivos para produção e frustrados para não receberem, posteriormente, tanto organizam-se em sindicatos e movimentos sociais, como também, pela vulnerabilidade social, acabam tornando-se mão de obra



para o trabalho em condições análogas à escravidão nas fazendas, fato que é bastante presente na região sudeste do Pará. Assim, pretende-se investigar cientificamente, o fenômeno da migração norte-nordeste, no contexto da criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) como mais uma política de modernização do território, e também, como perspectiva de desenvolvimento da região, sustentada por propostas que promovam a dignidade humana, através da educação.

Bibliografia:

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004;

LOUREIRO, Violeta Refkalalefsky. Amazônia, estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992;

MELLO, Neli Aparecida de. Políticas territoriais na Amazônia. São Paulo, SP: Annablume, 2006;

HEBETTE, Jean. Cruzando a fronteira: 30 anos de campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004;

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008;

A política de desenvolvimento territorial rural brasileira no século XXI: agentes, redes políticas e escala de governança

Agripino Souza Coelho Neto

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pndstr) estabeleceu uma nova escala de governança para as políticas públicas territoriais brasileiras a partir de 2003, buscando incentivar a ação política de velhos e novos agentes territoriais. A Pndstr se sustentou nos seguintes pressupostos: (a) criação de colegiados territoriais, compreendidos como espaços públicos ou arenas decisórias, que configuram uma nova governança territorial; (b) criação de mecanismos de participação e construção do protagonismo da sociedade civil, para fortalecer os processos de descentralização política e estímulo à autogestão dos territórios; e (c) construção e fortalecimento de redes de articulação de atores, instituições e programas para condução da gestão das políticas territoriais. A execução da Pndstr se estruturou na criação de colegiados territoriais, com composição paritária entre o Estado (prefeituras municipais, órgãos de planejamento e execução de políticas governamentais) e a sociedade civil organizada (Ong's, sindicatos, associações, cooperativas) com a função de mobilizar os agentes territoriais, construir uma agenda política, debater, decidir e encaminhar assuntos vinculados ao desenvolvimento territorial e elaborar o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal em 2010. No caso do Território do Sisal, recorte espacial de nossa investigação, o colegiado territorial foi institucionalizado por meio do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (Codes-Sisal), uma experiência pioneira de mobilização e organização da sociedade civil que construiu as bases políticas e sociais para instalação do colegiado territorial e para implantação da Pndstr. Ressalta-se que o Codes-Sisal é uma forma organizacional que precede a Pndstr, sendo tomada como exemplo para criação dos colegiados territoriais no Brasil, decorrendo daí a relevância de compreender esta experiência que inspirou a Política de Desenvolvimento Territorial Rural nas duas últimas décadas no Brasil. A despeito da força política das prefeituras municipais no contexto regional, cujos ocupantes são empresários do sisal, o sindicalismo, o cooperativismo e o associativismo rural assumiu forte protagonismo, manifesto na ocupação dos cargos de direção do colegiado territorial e na definição de suas pautas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal. Paralelamente, esses agentes territoriais passaram a ocupar outros espaços políticos importantes, a exemplo dos conselhos municipais, dos fóruns de economia solidária, dos partidos políticos e das redes de sindicalismo, associativismo e cooperativismo nas escalas local, regional e nacional. O protagonismo dessas organizações sociais se deve originariamente a formação de uma teia social que foi sendo gestada nas últimas quatro décadas, a partir da ação das Comunidades Eclesiais de Base, gerando a conformação de redes políticas. O colegiado territorial pode ser concebido como um espaço político estruturado na escala regional em que se manifesta de modo mais marcado um conflito de interesses e de projetos políticos que opõe a ação articulada das organizações sociais e o poder das tradicionais lideranças político-econômicas

que comandam as prefeituras, implicando na disputa por recursos e pela viabilização de seus propósitos. Neste sentido, este texto tem como objetivo analisar o papel que os novos/velhos agentes territoriais desempenha(ra)m na implantação e no funcionamento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. O texto resulta de uma pesquisa desenvolvida entre os anos de 2009 e 2017, recorrendo à análise dos documentos referenciais da Pndstr, produzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e documentos e relatórios elaborados pelas organizações sociais mais atuantes. A pesquisa de campo contou a participação em reuniões do conselho territorial, e com entrevistas realizadas com as lideranças mais participativas das organizações sociais. O texto está estruturado em uma introdução na qual apontamos os objetivos, anunciamos nosso entendimento sobre os conceitos de agentes territoriais, redes políticas e escala de governança, além do detalhamento dos procedimentos metodológicos. Na segunda seção nos debruçaremos sobre o contexto histórico e geográfico do Território do Sisal, identificando o processo de gestação das redes políticas que criaram as condições para a implantação da Política de Desenvolvimento Territorial Rural. Em seguida, apresentaremos os pressupostos que sustentam o Pndstr, destacando como os colegiados territoriais conformaram escalas de governança territorial. Na quarta seção, a análise se dirige a compreensão da ação política dos agentes territoriais e seu protagonismo na condução da política territorial. Por fim, elaboramos algumas reflexões sobre a experiência da Pndstr no Território do Sisal, apontando os obstáculos, avanços e desafios.

Bibliografia:

COELHO NETO, Agripino Souza. A Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil e a banalização do conceito de território. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 1, n. 2, primavera de 2013, p. 107-124.

COELHO NETO, Agripino Souza. Políticas de escala e a conformação de estratégias-rede das ações coletivas no espaço sisaleiro da Bahia. Niterói, *GEOgraphia*, vol. 19, n. 41, 2017. set./dez, p. 39-53.

DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). *Redes, Sociedades e Território*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2007.

FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. *Escala y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina*. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila, 2010, p. 47-75.

SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, A. S. C.; SILVA, O. A. *Gente ajudando gente: o tecido associativista do Território do Sisal*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

A política de pacificação de favelas: gênese e raízes históricas

André Almeida de Abreu

Pode-se dizer que a intervenção de diversas políticas estatais em favelas -sejam elas de segurança, habitação, remoção ou de qualquer ordem- não configura uma novidade, estando os mais variados exemplos presentes na densa historiografia deste tipo de habitação popular.

Também é consenso entre os pesquisadores de favelas das mais variadas áreas o fato de a redemocratização brasileira ter marcado uma mudança na forma como o Estado passou a intervir na favela. Antes encarada como um território a ser eliminado por meio de sistemáticas remoções violentas e perseguições às suas lideranças, a favela passou a ser, a partir da redemocratização, objeto de políticas públicas as mais diversas, sendo o Favela-Bairro -programa de urbanização de favelas implementado no Rio de Janeiro a partir de 1995- o principal exemplo da mudança de cenário. Entretanto, a territorialização do narcotráfico de varejo em diversas favelas do Rio de Janeiro a partir das décadas de 1980 e 1990, somada ao modelo militarizado de polícia e segurança pública, deu origem a uma série de conflitos armados que reforçaram a histórica estigmatização da favela e de sua representação como um território marcado pela ilegalidade, irregularidade e pela criminalidade violenta. A “metáfora da guerra” (mesmo coexistindo com o Favela-Bairro) contaminou a grande mídia e o senso comum, conduzindo a cidade a um contexto de militarização da vida urbana em que os narcotraficantes de varejo foram convertidos em inimigos de guerra a serem eliminados pelas forças de segurança do Estado. Assim, a favela passa a ser um território marcado por arbitrariedades, violência brutal e violações de direitos humanos, vindas tanto dos traficantes como da Polícia Militar. A partir de então, são delineadas diversas intervenções de políticas de segurança territorializadas em favelas. Tais políticas são objeto de estudo e comparação do presente artigo. Nosso objetivo é demonstrar que a política de pacificação de favelas, implementada no Rio de Janeiro a partir de 2008 (quando da implantação da primeira UPP na favela Santa Marta), não constituiu um advento totalmente novo, tendo, em certa medida, repetido muitos dos erros das políticas de segurança territorializadas em favelas que a antecederam, principalmente quando se percebe a ineficácia em transformar ocupação territorial em políticas públicas que garantam direitos sociais (políticos, e civis...) os mais básicos.

Pretende-se aqui analisar a influência que programas como o Mutirão da Paz e os Grupamentos para o Policiamento de Áreas Especiais (implementados, respectivamente, no fim da década de 1990 e no início dos anos 2000) tiveram sobre o Programa de Pacificação de Favelas (PPF). Tal pretensão não exclui os debates travados com autores que defendem que o projeto de territorialização da segurança nas favelas de Medellín teve um papel importante na inspiração das UPPs instaladas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública a partir do PPF. O que aqui se realiza é um estudo que compara as diversas políticas de segurança implementadas nas favelas cariocas, com o objetivo de compreender a gênese da

política de pacificação, incluindo a análise do contexto em que o Programa de Pacificação de Favelas teve sua implantação consolidada. Realizar-se-á a investigação de decretos e regulamentações dos projetos comparados no artigo, além da literatura que envolve o debate sobre as origens “pacificação” de favelas.

Bibliografia:

BURGOS, Marcelo Baumann. PEREIRA, Luiz Fernando Almeida. CAVALCANTI, Mariana. BRUM, Mario. AMOROSO, Mauro. O Efeito da UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. Desigualdade & Diversidade, Rio de Janeiro, 2011.

SOARES, Luiz Eduardo. Entrevista concedida a Revista de História da Biblioteca Nacional (Ano 10; N° 110). Rio de Janeiro: Sabin, novembro de 2014.

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com. FGV Editora, Rio de Janeiro, 2005.

VALLE, Willian Andrion do. As implicações territoriais da "pacificação" de favelas: um estudo sobre a Unidade de Polícia Pacificadora da Mangueira (Rio de Janeiro). 2016. Dissertação (mestrando em Geografia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2016.

A produção do espaço urbano da metrópole paulista: um olhar sobre as grandes empreiteiras a partir do caso da Camargo Corrêa

Ana Lígia de Carvalho Magalhães

As grandes empreiteiras nacionais representam um setor de destaque na evolução do grande capital brasileiro. Elas se consolidaram como um ramo dos mais poderosos da economia brasileira na fase nacional-desenvolvimentista, a partir de meados dos anos 1950, tomando o espaço das empresas estrangeiras que atuavam anteriormente, constituindo o monopólio da construção pesada no Brasil e, deste então, tendo o Estado como mercado cativo e promotor de seu desenvolvimento. O auge do setor se dá durante a ditadura civil-militar brasileira, quando a grande demanda de obras públicas pelo Estado – que tinha como estratégia a modernização capitalista acelerada do país, dentro das condições excepcionais do regime - o faz crescer enormemente. O fim do regime, entretanto, não impede que o setor continue como um dos mais poderosos da economia brasileira até os dias atuais. A entrada na fase neoliberal resulta em uma nova lógica das políticas estatais de transferir para o setor privado a gestão e o controle de concessões e ativos antes públicos. No caso brasileiro, as grandes empreiteiras foram as beneficiárias dessa política de privatização de serviços públicos, já que eram as que detinham porte e poder político para gerir esses ativos e funções.

Além disto, desde início dos anos 1990 vem ocorrendo uma transformação qualitativa importante nos nexos existentes entre o mercado financeiro e a produção do ambiente construído urbano no Brasil. Observa-se uma tendência à redefinição do sentido da propriedade privada do solo urbano ao liga-la a complexos circuitos de remuneração financeira. O imobiliário, assim, perde bastante de sua tradicional rigidez, flexibilizando-se em consonância com os investimentos próprios dos mercados financeiros. Importantes processos de centralização e concentração do capital são observados, e não escapam da trajetória das grandes construtoras desde então. Elas intensificaram sua atuação na produção imobiliária, constituindo incorporadoras, braços imobiliários autônomos dentro dos grupos.

A trajetória da Camargo Corrêa (CC) é um caso paradigmático em relação às demais do grupo. A história da empresa, criada em 1939 na capital paulista, é representativa de como foi possível atravessar diferentes conjunturas políticas e diversas gestões (a nível federal, estadual e municipal) e conseguir manter-se inserida em aparelhos privados da sociedade civil e na política, sem perder campos de atuação. A “mais paulista das empreiteiras” teve papel particular na inserção das agendas de governo paulistas e muito importante na consolidação dos espaços metropolitanos. São Paulo, já na década de 1920, ultrapassa o Rio de Janeiro como o epicentro de acumulação do capital industrial brasileiro, o que demandou uma série de obras para a implantação de seu parque industrial e de infraestruturas urbanas a fim de sustentar o aquecimento da economia urbana e o grande adensamento populacional decorrente dele. Desde então, a cidade é o polo da maior metrópole do país, também maior

centro econômico, com elevado nível de organização dos agentes envolvidos na produção do espaço e intensas dinâmicas de produção.

A CC foi se desenvolvendo em paralelo ao desenvolvimento da cidade, tendo em vista a ampla inserção de Sebastião Camargo, seu sócio fundador, no seio da burguesia paulista e do aparelho de Estado. Nada surpreendente, portanto, seria notar que as obras executadas por essa empresa foram essenciais na própria estruturação do território metropolitano. Desde participação na construção de todas as linhas do metrô, obras das principais rodovias que partem da capital, construção do Aeroporto de Guarulhos, túneis e pontes, até sua produção imobiliária mais recente: o quanto deste território foi construído – ou teve a participação – pela Camargo Corrêa? É possível materializar, através do espaço urbano construído, o poder que este grupo econômico atingiu? Sua influência na configuração da metrópole é algo materialmente construído, para além das relações invisíveis existentes? Analisar a atuação das grandes empreiteiras tomando a CC como estudo de caso, é uma estratégia para discutir a relevância desses agentes na produção do espaço da metrópole.

Pretende-se, por se tratar de um trabalho de investigação crítica e histórica, debruçar sobre a bibliografia, construindo um suporte teórico para a compreensão dos complexos temas que envolvem a produção do espaço urbano da Região Metropolitana de São Paulo pelas grandes empreiteiras, em especial pela Camargo Corrêa. Importante, portanto, compreender o histórico das empreiteiras, bem como do espaço urbano metropolitano, entendendo como aquele ator foi capaz de interferir na gestão, incidir e produzir este território. Imprescindível, também, uma análise empírica que seja capaz de entrelaçar os dois ramos teóricos – empreiteira e território -, a partir da representação em mapas de suas materialidades (a produção da Camargo Corrêa dentro do território da Região Metropolitana de São Paulo).

Bibliografia:

CAMPOS, P. H. P. 'Estranhas Catedrais': as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. 1. ed. Niterói: Eduff, 2014.

SZMRECSANYI, Maria Irene Q. F.; LEFÈVRE, José Eduardo de Assis. Grandes empreiteiras, estado e reestruturação urbanística da cidade de São Paulo, 1970-1996. IV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo. 1996.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação imobiliária: uma análise dos processos de concentração e centralização do capital no setor imobiliário. Revista EURE - Revista De Estudios Urbano Regionales, 40(120), 2014.

SANFELICI, Daniel de Mello. O financeiro e o imobiliário na reestruturação das metrópoles brasileiras. In. Revista da ANPEGE. v. 6, 2010.

WEHBA, Cristina. Reestruturação Imobiliária e Reconfiguração do Espaço: A produção da Odebrecht na operação urbana Consorciada Água Espreada. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, SAO PAULO. ST 3.9 Produção Imobiliária e Financeirização (1), 2017.

MARQUES, D. C.; BICHIR, R. M. Estado e empreiteiras II: permeabilidade e políticas urbanas em São Paulo (1978-98). Dados: Revista de Ciências Sociais, v. 46, n. 1, p. 39-74, 2002.

Acessibilidade do público cadeirante aos atrativos do Parque Municipal das Mangabeiras situado na cidade de Belo Horizonte/MG

Marina Bomfim Tavares Alves
Gustavo Athayde Athayde
Laura Lopes Sanches

O propósito do presente trabalho é despertar o interesse da população, figuras políticas, órgãos públicos e das empresas privadas sobre o tema da acessibilidade, a qual é definida, de acordo com a Lei 10.098 publicada em 2000, como: “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”. Dito isso acredita-se que o referido trabalho é de suma importância pois o Parque Municipal das Mangabeiras é uma das maiores áreas verdes encontradas na cidade de Belo Horizonte e possui grande parte de sua área situada na Serra do Curral, sendo essa tombada pelo patrimônio do município desde 1991, e também representa um dos marcos da cidade, assim sendo, os indivíduos que apresentam mobilidade reduzida acabam encontrando limitações ao visitar o local porque o mesmo não lhes fornece a acessibilidade necessária para atender as particularidades demandadas por esses indivíduos, dessa forma passa a ocorrer um favorecimento das pessoas que não apresentam quaisquer tipo de limitação física uma vez que apenas esses conseguem vivenciar a experiência plena ao visitar o parque, pois são os únicos capazes de desfrutar de todos seus atrativos.

Como metodologia inicialmente foi realizada pesquisa de campo no local visando mapear os atrativos do parque, em seguida uma das integrantes da equipe vivenciou na prática o dia a dia de um indivíduo cadeirante durante uma visita aos pontos mapeados anteriormente, além disso, foi feita uma entrevista com a pessoa responsável pela fundação de parques municipais na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana no qual foram apresentadas as seguintes justificativas para limitação do acesso aos portadores de mobilidade reduzida: a fundação não possui verba permanente; Há falta de interesse político e também pouco interesse da iniciativa privada; não há nenhuma verba destinada diretamente à projetos de acessibilidade. Posteriormente fez-se uma outra entrevista com o atual vereador da câmara de Belo Horizonte Leonardo Mattos portador de mobilidade reduzida que apresentou os seguintes pontos junto a seus projetos e interesses durante o presente mandato: Esforços concentrados em mobilidade e acesso à educação; Existe a necessidade de mais apoio político para convocar audiência pública; Percebe-se nitidamente a falta de apoio em projetos voltados à acessibilidade de indivíduos com mobilidade reduzida assim como a cobrança popular e política para que haja mais visibilidade em ideias voltadas a esse assunto.

Após as visitas de campo pode-se perceber que para reverter o quadro atual devem ser tomadas medidas como realmente seguir a legislação vigente (de acordo com a NORMA BRASILEIRA ABNT NBR 9050 Segunda edição 31.05.2004, em âmbito

estadual LEI Nº 13.465, DE 12 DE JANEIRO DE 2000, em âmbito nacional LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015), fazer pressão popular se organizando através de associações e entidades de reabilitação, realizar manifestações na Câmara dos Vereadores com o intuito frisar a importância de mais audiências públicas e também promover a importância da Parceria Público Privada (PPP), no qual uma empresa privada participa da licitação para exploração de um espaço público visando lucro contudo necessita fazer ações de contrapartida.

Bibliografia:

MINAS GERAIS, Lei Estadual MG Nº 13.465, DE 12 DE JANEIRO DE 2000.

BRASIL. Lei Nacional Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

BRASIL. Lei Nacional Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Análise e estudo espacial e econômico dos investimentos dos fundos de pensão em infraestrutura urbana

Gabriel Amilton Bezerra Barros

Os fundos de pensão são hoje importantes atores econômicos, por concentrarem uma massa de recursos muito grande. Observando o perfil atual de suas carteiras, nota-se que os investimentos em infraestrutura ganharam grande espaço nas estratégias dos fundos de pensão.

Compreender o papel destes atores em grandes investimentos em infraestrutura com potencial de reconfiguração do espaço, como portos, rodovias, aeroportos, ferrovias e energia, é o principal objetivo do trabalho apresentado. Pretende-se realizar uma análise da participação dos fundos de pensão em grandes obras de infraestrutura urbana e regional e suas implicações na configuração do espaço e, em particular, verificar como se distribuem os investimentos desses fundos do ponto de vista geográfico e no que se refere ao perfil dos projetos.

A literatura existente sobre fundos de pensão no Brasil indica uma mudança nas práticas de investimento dos fundos de pensão, que se apropriaram de uma lógica mais financeira e de mercado nos últimos anos; ao mesmo tempo, estas instituições permanecem bastante porosas a influências políticas em seu conselho gestor, o que pode impactar as decisões de investimento. Em todos os casos, percebe-se um papel cada vez mais importante dos fundos de pensão como agentes transformadores do espaço e seus processos sociais.

O trabalho desenvolvido preocupou-se em obter dados referentes às aplicações realizadas pelos fundos de pensão, a partir de relatórios e demonstrativos, selecionando as três entidades de previdência complementar com maiores e relevantes investimentos em infraestrutura: Previ, Petros e Funcef. Buscou-se compreender suas participações em grandes obras de infraestrutura a fim de entender a lógica econômica e espacial dos seus investimentos. Para isso, foram quantificados, caracterizados e mapeados os seus principais investimentos na área de infraestruturas.

Os fundos de pensão são sócios-proprietários da Invepar, empresa especializada em concessões de obras de infraestrutura que, devido à participação destes em seu comando juntamente com a OAS, tornou-se uma empresa-chave para compreender os investimentos dos fundos de pensão em infraestrutura.

A geografia observada dos fundos de pensão pelos dados obtidos identifica uma tendência à concentração territorial dos investimentos em infraestrutura na região Sudeste, principalmente no eixo Rio-São Paulo, boa parte devido ao controle e gestão de rodovias e outros investimentos em mobilidade urbana, como a rede metroviária carioca e o aeroporto de Guarulhos. Na região Nordeste e Norte, o setor de energia, com hidrelétricas e termelétricas é o mais valorizado, onde os fundos de pensão tem

participação na hidroelétrica de Belo Monte. A observação dos dados indica uma contradição fundamental: apesar de os fundos de pensão coletarem recursos em todo o país, os investimentos de infraestrutura raramente se dirigem para certas regiões, como o Centro-Oeste, o que sugere os limites destes fundos como instrumentos de disseminação da infraestrutura.

Os dados também sugerem que, mesmo diversificando seus investimentos os três fundos ocasionalmente, investem nos mesmos empreendimentos, além dos investimentos que fazem através da Invepar, o que sugere um diálogo entre os atores, ou uma adoção de uma mesma política. Dessa maneira, os fundos de pensão trabalham de certa forma próximos, e seus investimentos mostram essa proximidade não só gerencialmente, mas também geograficamente.

A atuação dos fundos de pensão em projetos políticos, ligados ao desenvolvimento econômico e regional, além de participações em privatizações e concessões de obras públicas e outros programas reforça o papel, principalmente, político e econômico, mas também social dos fundos de pensão.

Bibliografia:

GRUN, R. O "nó" dos fundos de pensão. *Novos estud.* - CEBRAP, São Paulo, n. 73, 2005, p. 19-31.

JARDIM, M. A. C. *Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula.* São Paulo: Anna Blume/Fapesp, 2009 (Coleção TC – Trabalho e Contemporaneidade).

LAZZARINI, S. G. *Capitalismo de laços. Os donos do Brasil e suas conexões.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MARTIN, R.; MINNS, R. Undermining the Financial Basis of Regions: The Spatial Structure and Implications of the UK Pension Fund System, *Regional Studies*, 29:2, 125-144, 1995.

Aos vencedores, as batatas. O agropolo Mucugê – Ibicoara (Bahia) como um arranjo territorial de poder

Renato Leone Miranda Léda

Nos municípios de Mucugê e Ibicoara, na Chapada Diamantina (Bahia), um conjunto de cerca de vinte empresas rurais desenvolve uma experiência de agricultura moderna no setor da olericultura/horticultura, atividades que ocupam extensas áreas de topografia plana entre as serras da região, áreas de cerrado denominadas de “gerais”. Essa atividade produtiva teve grande impulso a partir de 1998, com a construção da barragem do Apertado e a significativa ampliação do uso da irrigação, com base nos limitados recursos hídricos do alto curso do rio Paraguaçu. Destaca-se a produção de batata-inglesa concentrada nesses municípios representando 99,9% da produção do Nordeste e 8,3% da produção do país, com produtividade quase 50% superior à média nacional (IBGE, 2016). Resultados tão expressivos revelam uma específica combinação de fatores ambientais dessa sub-região de elevadas altitudes, “encravada” no semiárido baiano com um aparato tecnológico desenvolvido e adaptado às condições locais por essas firmas e seus parceiros estratégicos Nas últimas décadas. Além da batata, outros cultivos da olericultura/horticultura, bem como a cafeicultura, compõe a pauta da produção do Agropolo. Tal sistema produtivo em sua inserção regional revela práticas de apropriação fundiária, dos recursos hídricos e das virtualidades ecológicas, atributos dessa fração do território, as quais se sustentam numa rede de articulações e ações estratégicas, urdida entre os agentes privados (AIRMI, Associação dos Irrigantes de Mucugê e Ibicoara e suas lideranças), e entes públicos, estaduais, sobretudo, assumindo a forma particular do Agropolo. Mais do que uma área delimitada onde se concentra uma agricultura altamente tecnificada e especializada, o Agropolo resulta de um jogo conduzido por tais atores ao longo dos últimos 20 anos de modo a fortalecer o poder de barganha das empresas e grandes proprietários rurais perante o Estado, nas decisões que afetam sua área geográfica de atuação e, em contrapartida, aprofundar o comprometimento deste no atendimento das demandas dos produtores e obter o apoio governamental por meio de obras de infraestrutura, assim como através de instrumentos normativos especialmente concebidos para o caso em foco. Entre essas medidas se destacam aquelas que instituem ou dão reconhecimento formal ao Agropolo e se desdobram em outras. Em 2006, o CEPRAM (Conselho Estadual de Meio Ambiente) edita resolução que aprova termo de referência para EIA/RIMA da área do Agropolo Mucugê-Ibicoara (que inclui também os municípios vizinhos de Barra de Estiva e Boninal). Em 2010, o governo estadual anuncia como uma inovação institucional “pioneira”, a legalização do Agropolo como ação conjunta das secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e assinatura de “termos de Compromisso e de Adesão” com representantes do IBAMA, ICMBio, empresas e proprietários de terra do Agropolo, para obtenção de “licença ambiental conjunta” para todos os empreendimentos já instalados e a serem implantados na “poligonal” do Agropolo (160 mil hectares) e futura elaboração de zoneamento agroambiental. Recentemente (2016), a reivindicação dos produtores da construção de uma nova barragem, no rio Capãozinho, teve estudos autorizados e

recursos aprovados pelo governo estadual para fazer frente à demanda crescente de água para irrigação, cuja escassez é fator limitante para a expansão das áreas cultivadas e aumento da produção. Assim, a instituição do Agropolo pode ser interpretada como a superposição de uma instância de gestão do território onde o poder privado ganha mais autonomia e desenvoltura para conduzir seu reordenamento, configurando um específico arranjo territorial de poder. É também a afirmação política desse padrão de desenvolvimento articulado por esse arranjo de poder para a redefinição das formas e conteúdos dos subespaços integrados à divisão inter-regional do trabalho. Concerne, portanto, aos movimentos de concentração e de alocação seletiva de frações do capital remodelando a configuração dos espaços que se ordenam sob diferentes lógicas, o que na região em foco incluem, contraditoriamente, tanto unidades de conservação adjacentes, como o Parque Nacional da Chapada Diamantina (de cujo conselho consultivo faz parte a própria AIRMI), como também a agricultura familiar dispersa nas áreas mais úmidas dos “baixios” e várzeas dos rios, dezenas de comunidades tradicionais que se vêm progressivamente “cercadas” pela expansão das empresas rurais. A evolução recente dos indicadores de produção agrícola, uso e propriedade da terra evidenciam nítida predominância dos novos cultivos comerciais, supressão de áreas de matas e florestas e forte tendência de concentração fundiária, entre outros impactos socioespaciais (MIRANDA; ALENCAR, 2012). A elaboração deste trabalho em andamento se originou de observações no decorrer de atividades anteriores, visitas técnicas com estudantes de graduação, e prossegue com pesquisa bibliográfica e documental, levantamento de dados secundários e entrevistas.

Bibliografia:

CASTRO, I. E. de. Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MIRANDA, R. M; ALENCAR, C. M. M. Questão agrária em Ibicoara-BA: antes e depois da barragem do apertado. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia/MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

PAULILLO, L.F.: Redes de Poder & Territórios Produtivos. São Carlos: RIMA/EDUFSCar, 2000, p.214.

PEREIRA, M. F. V; KAHIL, S. P. O território e as redes: considerações a partir das estratégias de grandes empresas., In: GERARDI, L. H. CARVALHO, P. F. (ORG.) Geografia: ações e reflexões. Rio Claro: UNESP/IGCE: AGETEO, 2006

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

Arquiteturas políticas para a produção do café gourmet no município de Varre-Sai (RJ): a busca de sustentabilidades na gestão dos territórios

Marcelo Orozco Morais

O espaço rural fluminense é marcado pela sua baixa competitividade em relação ao cenário agrícola nacional. Silva (2005) aponta como razões para tal quadro, entre outras, a remanescência de uma elite agrária avessa a mudanças estruturais, e a adoção de políticas públicas equivocadas para o quadro social da região. O autor evoca o conceito de “paradoxo organizacional” para exemplificar a contradição entre as políticas públicas empregadas pelos poderes constituídos no intuito de modernizar uma determinada região e os resultados efetivamente obtidos, que são maculados pelos choques de interesses entre os múltiplos atores presentes no processo, tais como a classe política, técnicos das agências técnicas e de fomento, por exemplo.

È importante frisar que o surgimento de um resultado não intencional, ante a aplicação de uma política pública elaborada para equacionar um determinado problema, necessariamente é um fato negativo, pois isso pode ser dar em função de movimentos de resistência popular, que não se sintam devidamente contempladas pela política operacionalizada.

No Brasil, a agricultura atravessou ao longo das últimas décadas um inexorável processo de modernização, ao menos do ponto de vista técnico. Graziano da Silva (2006) retrata bem este processo ao delimita-lo durante o processo de modernização da agricultura brasileira ao processo de industrialização do país.

O espaço rural fluminense, em nosso caso específico a região noroeste do estado, ficou a margem deste processo de modernização experimentado por parte do território brasileiro (notoriamente os estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso).

Com efeito, o espaço rural fluminense sofreu nas últimas décadas com sua baixa importância no cenário econômico nacional. Mas a despeito disso alguns exemplos exitosos podem ser apontados nesse espaço.

Neste espaço temos como objeto principal aferir o nível de sustentabilidades, na acepção de (Guimarães 1997), da produção do café gourmet no município de Varre-Sai. Elegemos 4 sustentabilidades, entre as elencadas pelo referido autor, para esta aferição. A saber: social, ambiental, econômica e política.

Com efeito, o município de Varre-Sai, nos últimos, anos retomou a produção de café no estado em níveis bastante diferentes do outrora momento em que o Rio de Janeiro chegou a ostentar o título de maior produtor de café do país. Sua produção, embora pequena, alcança níveis de qualidade que permite com que o café fluminense penetre em mercados dominados pelo produto de Minas Gerais, que é o maior produtor do país, bem como apresenta altos índices de qualidade por parte de alguns produtores.

Este retorno do café ao território fluminense nos impulsionou a empreender esta pesquisa, que a partir de levantamentos bibliográficos e entrevistas com atores e agentes locais envolvidos no processo, já nos permite afirmar que a produção de café no município apresenta sustentabilidade. Ao menos em termos econômicos.

A produção de café gourmet, para ser sustentável, precisa ser uma atividade complexa que envolve uma série de variáveis que devem funcionar bem integradas. Produzir cafés gourmet, também conhecidos como especiais - dependendo da classificação -, orgânico ou com certificação de origem, permite ao produtor entrar num novo nicho de mercado, que aceita pagar mais caro por um produto que atenda suas expectativas de qualidade.

Para que isso ocorra, o produtor deve estar integrado a uma cooperativa ou associação, que lhe permita, através de seus canais de venda e suporte técnico, dar o suporte para que o produtor desenvolva seus níveis de solidariedade e confiança no processo engendrado, para que ele alcance patamares de qualidade a atinja mercados que não conseguiria se estivesse trabalhando sozinho.

Com esta pesquisa em andamento, esperamos aferir se as outras sustentabilidades propostas estão sendo alcançadas e, sobretudo, quais benefícios a população do município está colhendo com este retorno do café. Esta retomada da produção, em novas bases produtivas, lentamente vai revertendo a má fama atribuída ao café do Rio de Janeiro.

Bibliografia:

SILVA, A. C. P. Em busca do rural moderno no estado do Rio de Janeiro: projetos, estratégias e gestão do território, exemplificados no norte e noroeste fluminense. ufrj, tese de doutorado. rio de janeiro. 2005.

GUIMARÃES, R. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. in Becker, B. (org) A geografia do desenvolvimento sustentável. ed. ufrj. rio de janeiro. 1997.

SILVA, J. G. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Unicamp instituto de economia. São Paulo. 1996.

As escalas da governança territorial no Brasil: modalidades e regulação

Elson Luciano Silva Pires

A problemática de estudo das escalas de governança territorial tem surgido em meio às reflexões sobre as capacidades de auto-coordenação política de regiões e territórios subnacionais, no novo paradigma do desenvolvimento sustentável, democrático e participativo. No Brasil, no início deste século, a ênfase anterior em políticas nacionais e de domínio absoluto da gestão macroeconômica, parecia ceder espaço para políticas de valorização das regiões e de atributos competitivos territorialmente delimitados. Parecia que a natureza das políticas públicas deslocava-se da intervenção direta do Estado para o estímulo das “potencialidades locais”, quase sempre abstratas e de difícil conceituação. Nessa tentativa de mudança, a compreensão do ambiente institucional e dos arranjos de governança sobre os comportamentos e as trajetórias dos sujeitos envolvidos na escala “local” seria fundamental, colocando-se em relevo a importância de se compreender origens, desenvolvimento, longevidade e variações dos arranjos institucionais presentes na vida social das regiões brasileiras. Algumas dessas dinâmicas territoriais estariam relacionadas com resposta a globalização e a nova divisão espacial da produção, no âmbito de circuitos de setores e cadeias produtivas inter-regionais, além das relações inter-setoriais (agricultura, indústria, serviços), em consonância com a nova organização da produção agora em etapas simultaneamente internacionalizadas.

Em meio a esta problemática institucional e territorial do federalismo brasileiro mal resolvido, o objetivo principal do artigo é mostrar o estado das artes dos processos de construção das diferentes modalidades de escalas de governança territorial no Brasil (Comitês de Bacias Hidrográficas, Câmaras Setoriais Agropecuárias, Conselhos de Circuitos Turísticos Intermunicipais e Comitês Gestores de Arranjos Produtivos Locais), com foco nas experiências dos estados de SP, MG e BA, interrogando se tais lógicas sócio-espaciais subnacionais de organização coletiva contribuem para o processo de descentralização do poder do Estado e do fortalecimento da sociedade civil, iniciado com a promulgação da Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, indaga-se se tais escalas de governança se constituem um elemento inovador na regionalização das políticas públicas, com possibilidades de influenciar as estratégias de planejamento do desenvolvimento regional e territorial sustentável, democrático e participativo.

Como procuraremos demonstrar no artigo, desde final dos anos 1990, foram criadas no país diferentes modalidades de planejamento e governança regional, urbana e territorial, que têm incentivado a participação social nos mecanismos de coordenação descentralizada para novas políticas de desenvolvimento nacional. Nos processos diferenciados destas apostas políticas, registram-se avanços e bloqueios, forças e fraquezas dos territórios das governanças como das governanças dos territórios, que retomam novos temas para velhos problemas estruturais dos regimes de poder econômico e político ainda vigentes no país.

Nesse novo ambiente brasileiro institucional e histórico, é plausível supor que a capacidade de governança dos territórios em um leque tão amplo de programas setoriais, com execução a cargo de ministérios distintos, envolvendo diferentes níveis de governo, uma política territorial que se pretende integrada estará sempre sujeita a sobressaltos, não apenas em função do desafio gerencial hercúleo que demanda, mas também das inevitáveis nuances e mudanças políticas de clientelismo secular. Nesse sentido, o principal desafio parece consistir na construção de instâncias de interlocução suficientemente representativas, para superar a lógica da competição clientelista em prol da coesão de sinergias territoriais. Nesses novos processos, os princípios da transparência e da participação ativa, política e cidadã tornaram-se elementos centrais para o desempenho das administrações públicas.

A metodologia adotada na pesquisa, que resultará no artigo, procurou identificar, através de métodos qualitativos, os parâmetros materiais que condicionam a análise da cooperação e da coordenação das lógicas espaciais, mas também das decisões políticas e econômicas, em meio aos conflitos sociais, que ocorrem no interior das modalidades de governança setorial e territorial. Nesse sentido, além da análise de normas, atas, textos acadêmicos e documentos oficiais, também foram utilizados os recursos de entrevistas não diretas com algumas lideranças e a observação-participação nos grupos sociais estudados.

Bibliografia:

ARAÚJO, T. Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional contemporânea. In: Diniz, C. (org.). Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil, Brasília: Ed. UnB, 2007.

DALLABRIDA, V. R. (org.). Governança Territorial e Desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, 552 p.

KARAM, R. A Questão Regional na Era Lula: uma análise de ideias, atores e interesses. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013.

PIRES, E.L.S. A recomposição das escalas de governança, Estado e desenvolvimento territorial no Brasil. GeoTextos, vol. II, n. 1, pp. 113-137, julho 2015.

PIRES, E.L.S. As modalidades de governança territorial no estado de São Paulo: especificidades institucionais, políticas públicas e lógicas de desenvolvimento. Revista Política e Planejamento Regional. Rio de Janeiro, Vol. 4, No. 2, 2017, pp. 229 a 249.

As escalas da governança territorial no Brasil: modalidades e regulação

Elson Luciano Silva Pires

A problemática de estudo das escalas de governança territorial tem surgido em meio às reflexões sobre as capacidades de auto-coordenação política de regiões e territórios subnacionais, no novo paradigma do desenvolvimento sustentável, democrático e participativo. No Brasil, no início deste século, a ênfase anterior em políticas nacionais e de domínio absoluto da gestão macroeconômica, parecia ceder espaço para políticas de valorização das regiões e de atributos competitivos territorialmente delimitados. Parecia que a natureza das políticas públicas deslocava-se da intervenção direta do Estado para o estímulo das “potencialidades locais”, quase sempre abstratas e de difícil conceituação. Nessa tentativa de mudança, a compreensão do ambiente institucional e dos arranjos de governança sobre os comportamentos e as trajetórias dos sujeitos envolvidos na escala “local” seria fundamental, colocando-se em relevo a importância de se compreender origens, desenvolvimento, longevidade e variações dos arranjos institucionais presentes na vida social das regiões brasileiras. Algumas dessas dinâmicas territoriais estariam relacionadas com resposta a globalização e a nova divisão espacial da produção, no âmbito de circuitos de setores e cadeias produtivas inter-regionais, além das relações inter-setoriais (agricultura, indústria, serviços), em consonância com a nova organização da produção agora em etapas simultaneamente internacionalizadas.

Em meio a esta problemática institucional e territorial do federalismo brasileiro mal resolvido, o objetivo principal do artigo é mostrar o estado das artes dos processos de construção das diferentes modalidades de escalas de governança territorial no Brasil (Comitês de Bacias Hidrográficas, Câmaras Setoriais Agropecuárias, Conselhos de Circuitos Turísticos Intermunicipais e Comitês Gestores de Arranjos Produtivos Locais), com foco nas experiências dos estados de SP, MG e BA, interrogando se tais lógicas sócio-espaciais subnacionais de organização coletiva contribuem para o processo de descentralização do poder do Estado e do fortalecimento da sociedade civil, iniciado com a promulgação da Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, indaga-se se tais escalas de governança se constituem um elemento inovador na regionalização das políticas públicas, com possibilidades de influenciar as estratégias de planejamento do desenvolvimento regional e territorial sustentável, democrático e participativo.

Como procuraremos demonstrar no artigo, desde final dos anos 1990, foram criadas no país diferentes modalidades de planejamento e governança regional, urbana e territorial, que têm incentivado a participação social nos mecanismos de coordenação descentralizada para novas políticas de desenvolvimento nacional. Nos processos diferenciados destas apostas políticas, registram-se avanços e bloqueios, forças e fraquezas dos territórios das governanças como das governanças dos territórios, que retomam novos temas para velhos problemas estruturais dos regimes de poder econômico e político ainda vigentes no país.

Nesse novo ambiente brasileiro institucional e histórico, é plausível supor que a capacidade de governança dos territórios em um leque tão amplo de programas setoriais, com execução a cargo de ministérios distintos, envolvendo diferentes níveis de governo, uma política territorial que se pretende integrada estará sempre sujeita a sobressaltos, não apenas em função do desafio gerencial hercúleo que demanda, mas também das inevitáveis nuances e mudanças políticas de clientelismo secular. Nesse sentido, o principal desafio parece consistir na construção de instâncias de interlocução suficientemente representativas, para superar a lógica da competição clientelista em prol da coesão de sinergias territoriais. Nesses novos processos, os princípios da transparência e da participação ativa, política e cidadã tornaram-se elementos centrais para o desempenho das administrações públicas.

A metodologia adotada na pesquisa, que resultará no artigo, procurou identificar, através de métodos qualitativos, os parâmetros materiais que condicionam a análise da cooperação e da coordenação das lógicas espaciais, mas também das decisões políticas e econômicas, em meio aos conflitos sociais, que ocorrem no interior das modalidades de governança setorial e territorial. Nesse sentido, além da análise de normas, atas, textos acadêmicos e documentos oficiais, também foram utilizados os recursos de entrevistas não diretas com algumas lideranças e a observação-participação nos grupos sociais estudados.

Bibliografia:

ARAÚJO, T. Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional contemporânea. In: Diniz, C. (org.). Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil, Brasília: Ed. UnB, 2007.

DALLABRIDA, V. R. (org.). Governança Territorial e Desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, 552 p.

KARAM, R. A Questão Regional na Era Lula: uma análise de ideias, atores e interesses. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013.

PIRES, E.L.S. A recomposição das escalas de governança, Estado e desenvolvimento territorial no Brasil. GeoTextos, vol. II, n. 1, pp. 113-137, julho 2015.

PIRES, E.L.S. As modalidades de governança territorial no estado de São Paulo: especificidades institucionais, políticas públicas e lógicas de desenvolvimento. Revista Política e Planejamento Regional. Rio de Janeiro, Vol. 4, No. 2, 2017, pp. 229 a 249.

As escalas políticas do patrimônio: conflitos e cooperações no federalismo brasileiro

Dirceu Cadena de Melo Filho

O presente texto apresenta o desenvolvimento das escalas vinculadas às políticas de patrimônio no Brasil, indicando possíveis caminhos de pesquisa para o campo da geografia política. As políticas de patrimônio são tradicionalmente apoiadas em um modelo institucional focado na ação Estatal com abrangência nacional. Nessa tradição, iniciada na segunda metade do século XIX em diversos países e na década de 1930 no Brasil, caberia aos órgãos centrais preservar às gerações futuras determinados elementos representativos para todo território nacional. A partir dos anos 1970, ao mesmo tempo que significativas mudanças ocorrem na noção de patrimônio, notam-se mudanças nos modelos políticos adotados para a gestão do tema com aparição de novas escalas políticas. Os órgãos estaduais e municipais do patrimônio são fortalecidos como entidades responsáveis por estabelecer novos territórios a partir da justificativa da preservação da cultura. Já a partir dos anos 2000, a política de patrimônio passa a caminhar em direção a um modelo ancorado na ideia de compartilhamento entre Estado e sociedade civil, onde as decisões sobre o que proteger e como proteger tornam-se compartilhadas pelos técnicos do patrimônio e por aqueles diretamente envolvidos com o bem. Com essas mudanças, o patrimônio torna-se um recurso político, mobilizado por diferentes grupos sociais para alcançar seus objetivos, tornando a proteção de elementos do passado apenas mais uma justificativa para solicitar a proteção do Estado. Ao mesmo tempo que essas mudanças refletem em novos sentidos e razões para o patrimônio, elas estabelecem novas escalas políticas para a política patrimonial, tornando mais complexas os números de atores e agentes envolvidos com a temática. Assim, a partir da institucionalização de espaços e objetos como elementos de valor para uma determinada comunidade, novos conflitos e cooperações emergem entre as diferentes escalas políticas envolvidas com a temática, clamando a geografia a analisar a questão para além dos aspectos locais. Qual o lugar do patrimônio no federalismo brasileiro? Que atores disputam e cooperam politicamente na mobilização do patrimônio? Quais escalas políticas e geográficas estão envolvidas com a política de patrimônio no contexto atual brasileiro? De que maneira essas escalas se articulam e disputam a produção das políticas de patrimônio? Como conceitos geográficos (paisagem, lugar, área...) são mobilizados por diversos atores em cada uma dessas escalas? Essas são algumas questões iniciais que a geografia pode realizar a partir de um estudo das escalas políticas do patrimônio. O presente texto dará atenção ao lugar do patrimônio na história do federalismo brasileiro e como as diferentes escalas políticas vinculadas ao tema produziram conflitos e cooperações, possibilitando a geografia política contribuir com a questão. Assim, o texto será dividido em três momentos: Primeiro será rapidamente apresentando as mudanças que o conceito de patrimônio sofreu, passando de um objeto isolado que representa todo um território, para o reconhecimento de conjuntos urbanos complexos e paisagens culturais importantes para toda uma comunidade. Compreendendo que estas transformações

na escala do fenômeno patrimonial são acompanhadas de mudanças nos modelos políticos adotados para a gestão do tema, a segunda parte do trabalho analisa a inserção do patrimônio no federalismo brasileiro, que fortaleceu novas escalas políticas e possibilitou a definição de novos territórios e a presença de novos agentes envolvidos com a temática. Assim, será apresentado de que maneira o Estado passou de uma ação centralizada do patrimônio pautada nos técnicos para um compartilhamento de ações com outros entes federais. Ao final, utilizando o exemplo do estado de São Paulo, serão apresentando alguns conflitos e cooperações proporcionados pela articulação de diferentes entes federativos, mostrando como o patrimônio qualifica o espaço geográfico através da política.

Bibliografia:

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

FILHO, Dirceu Cadena de Melo. Patrimônio como recurso político: disputas por reconhecimento, fortalecimento e geopolítica entre UNESCO e Cabo Verde. 2017. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2005, n.24, pp. 105-121.

Veschambre, Vincent. Patrimoine: Un objet révélateur des évolutions de la géographie et de sa place dans les sciences sociales. Annales de Géographie, Paris, v. 656, n. 4, p.361-381, out. 2007.

As práticas espaciais e a sobreposição de políticas públicas na várzea do rio Tietê na zona leste de São Paulo

Ligia Pinheiro de Jesus

No limiar do século XXI, as grandes metrópoles enfrentam a desanimadora perspectiva de uma infundável crise urbana, consequência de um modelo obsoleto de ocupação do espaço e de novas formas de regulação compatíveis com o modo de produção flexível do capitalismo, em que ocorre uma crise de legitimação de poder do Estado ao mesmo tempo que se observa a competição de poder político entre si (ACSELRAD, 2001).

Decorre desse contexto o desenvolvimento de políticas voltadas à gestão empreendedora que priorizam a perspectiva do marketing urbano, da competitividade, da administração (privada), dos cenários prospectivos estratégicos, em detrimento da sociologia, do urbanismo e da economia política (BRANDÃO, 2013). Prevalece, nesse sentido, a lógica da urgência no tratamento da crise e, em contrapartida se enfraquece a lógica do planejamento, sobretudo de um planejamento multiescalar.

Diante desta situação marcada pela crise, a questão ambiental emerge na esfera política em meio a múltiplos discursos, posicionamentos e práticas espaciais (CORRÊA, 1995) que evidenciam os conflitos e constrangimentos em torno da produção da metrópole contemporânea. O Jardim Pantanal, bairro lindeiro aos últimos meandros preservados do Rio Tietê, no extremo leste do município de São Paulo, deflagra tal situação. Atualmente, três principais vertentes de atuação se chocam e colocam em cheque o desenvolvimento local, que fica à reboque de uma espécie de esquizofrenia das políticas públicas. Trata-se de políticas que, de um lado, visam a preservação da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê (APA-VRT); de outro, vislumbram a regularização das ocupações em áreas públicas e particulares e incentivam a consolidação de centralidades urbanas através de diretrizes do zoneamento e, ainda, as diretrizes que afetam diretamente os principais atributos hídricos definidos como objetos de preservação, a partir de grandes obras de engenharia desenvolvidas sob uma ótica isolada da contenção de enchentes. Partimos do pressuposto que tal processo, configurado por ações fragmentadas - em termos setoriais e escalares - resulta na criação de óbices ao desafio do desenvolvimento local do Jardim Pantanal.

Ainda que seja evidente que pensar e propor intervenção territorial de forma integrada permite a não sobreposição ou incompatibilidades entre as ações em nível federal, estadual ou local, sabe-se que uma ação integrada envolve um conjunto mais amplo de atores, o que exige capacidade de coordenação e autoridade institucional, para articular atores diversos. Em um momento em que a atuação pública se mostra fundamentada numa perspectiva setorial, a visão integrada e articulada dos espaços passa a ter cada vez menor importância, ganhando espaço as intervenções pontuais, casuísticas e setorialistas. Tal processo resulta, frequentemente, na sobreposição de

novas políticas, programas e planos sem eliminação, ou implementação das antigos, conduzindo a ações pontuais e conjunturalistas, sem nenhum direcionamento estratégico.

O objetivo do artigo é, assim, refletir sobre os conflitos territoriais decorrentes do cruzamento e sobreposição de políticas públicas setoriais, a partir de uma perspectiva que evidencie as engrenagens da produção do espaço urbano em curso revelando os agentes, formas, processos e conteúdos (SANTOS, 1988) envolvidos, a partir da situação do Jardim Pantanal.

Bibliografia:

ACSELRAD, Henri. A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas, Coleção espaços do desenvolvimento, Rio de Janeiro, DP&A Editora e CREA-RJ, 2001.

BRANDÃO, Carlos. Transversalidade, multiescalaridade e os desafios da legitimação das políticas regionais no Brasil. In: Política e Planejamento Regional – Uma Coletânea. Org: Rainer Randolph e Hermes Magalhães Tavares. Ministério da Integração Nacional. Brasília: Gráfica Movimento, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

Atuação dos fundos de pensão na financeirização da infraestrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Lopes Pederneira

No Brasil, os fundos de pensão estatais tiveram diferentes papéis na economia, dependendo do governo em exercício: nos governos da década de 1990, principalmente nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, os fundos de pensão tiveram importante papel na privatização de empresas públicas, sendo centrais na compra de ações das empresas listadas recentemente na bolsa de valores (DATZ, 2013); nos governos seguintes, dos presidentes Lula e Dilma, os fundos de pensão passam a exercer papel diferente: os fundos passam a ser importantes investidores em concessões infraestrutura urbana. O discurso de que os fundos de pensão podem atuar para suprir as necessidades de infraestrutura do país e, ao mesmo tempo, gerar retornos para a aposentadoria dos trabalhadores, cria a falsa sensação de uma inserção do trabalhador dentro do sistema financeiro, uma socialização do capitalismo (ver JARDIM, 2009; ZIBECCHI, 2012). Na visão de Chesnais (2005), os assalariados deixam de ser “poupadores” para tornarem-se, sem clara consciência, partes interessadas das instituições.

O caso mais emblemático que exemplifique as novas ações dos fundos de pensão estatais foi a união entre a empreiteira OAS e os três maiores fundos de pensão, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), Fundação Petrobras de seguridade social (PETROS) e Fundação dos economistas Federais (FUNCEF), fundando a empresa Invepar. Os três fundos detêm em conjunto 75% da empresa, enquanto o restante pertence à empreiteira. A partir de 2000, a Invepar passa a ter protagonismo no processo de financeirização da infraestrutura urbana, tornando-se importante força nas concessões de obras públicas em todo o país. Entretanto, a cidade do Rio de Janeiro vem tendo destaque, sendo a empresa a principal administradora de importantes infraestruturas urbanas, como o Metrô da cidade. Também deve-se mencionar outras infraestruturas, como o BRT Transolímpica, a via expressa Linha amarela, a rodovia Rio – Teresópolis, e o recentemente construído VLT (veículo leve sobre trilhos). A presença de obras de mobilidade criadas a partir dos discursos de “legado olímpico” quando a cidade do Rio de Janeiro é escolhida para receber os jogos olímpicos de 2016, ajuda a entender a presença de recursos dos fundos de pensão bastante ligados ao discurso de políticas públicas voltadas ao “legado”, endossando o discurso e os investimentos voltados para os grandes eventos que a cidade recebeu na década, como Copa do Mundo e Olimpíadas.

A metodologia utilizada nesta pesquisa se baseia na revisão bibliográfica do tema e na análise de dados preliminares sobre a presença dos fundos de pensão na gestão da infraestrutura urbana. No Brasil, trabalhos na sociologia e economia debatem as configurações sociopolíticas que o tema desperta, as implicações no sistema capitalista e ajudam a preencher a lacuna que a falta de trabalhos de geógrafos sobre o tema provoca.

Considerando que os fundos de pensão tenham sido deliberadamente utilizados para suprir a escassez de capital em infraestrutura, esta pesquisa busca realizar uma análise sobre o papel destas instituições na financeirização da infraestrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro, por isso a utilização de dados preliminares colhidos que ilustrem essa configuração será de grande importância. A utilização de parcerias público-privadas foi o meio encontrado pelo poder público para atrair o parceiro privado para serviços e infraestruturas pouco atraentes, no caso, os que exigem retorno de longo prazo ou até mesmo naquelas infraestruturas que são atraentes, porém o Estado não possui capacidade naquele momento, para administrá-la sozinho. Os fundos de pensão estatais apresentam-se com destaque nessa configuração, pois surgem como protagonistas de uma nova governança urbana, quando entram como importantes parceiros em infraestruturas relevantes na cidade, como as que foram apresentadas anteriormente. A gestão da linha amarela pela Invepar ainda no fim dos anos 90, inicia na cidade o surgimento de um modelo de gestão de infraestruturas urbanas em que o Estado se retira dos serviços públicos, atraindo um parceiro por período determinado para ser o novo administrador. As parcerias na cidade do Rio de Janeiro envolvendo os fundos estatais apresentam grande magnitude, gerando infraestruturas de mobilidade essenciais. Ao mesmo tempo iniciaram um processo que pode ser visto em outras situações, como o porto maravilha, a maior parceria público-privada do país.

Bibliografia:

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, Francis (org.). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências. São Paulo. Boitempo. pp, 35-68, 2005.

JARDIM, Maria A. Chaves. Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. São Paulo: Anna Blume/Fapesp, 2009. Coleção TC – Trabalho e Contemporaneidade.

ZIBECHI, Raul. A ampliação da elite no poder. In: Zibechi, Raul. Brasil Potência: entre a integração regional e um novo imperialismo. pp, 49-85 2012.

Círculos de cooperação e políticas públicas para a indústria naval de Niterói e São Gonçalo: a relação do setor naval com o petróleo

Maíra Neves de Azevedo

Apesar do mundo parecer cada vez mais uno para atender a crescente internacionalização da economia capitalista, o período da globalização acentua a diferença entre os lugares. Embora a produção moderna consiga se espalhar por todo o planeta, os progressos da técnica e a maior circulação de informações permitem que os lugares se especializem produtivamente e que cada ponto do território seja chamado a oferecer aptidões específicas à produção. Para compreender o funcionamento do território é premente captar o movimento, assim, para nossa metodologia de pesquisa torna-se fundamental o uso do conceito de circuito espacial de produção, o qual compreende as diversas etapas pelas quais passa um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final. Enquanto o circuito espacial de produção possibilita abarcar a dissociação geográfica entre as etapas da produção, existe, ao mesmo tempo, a necessidade de unificá-las. O controle dos movimentos que essa divisão do trabalho produz é realizado, sobretudo, via fluxos imateriais, que formam círculos de cooperação, os quais são, no geral, identificados por instituições públicas e privadas que promovem contextos especiais que estimulem a inter-relação entre diversos agentes produtivos (SANTOS, 2012).

Para entender de forma concreta como os circuitos e os círculos de cooperação se realizam no território nacional, a presente pesquisa busca analisar o circuito espacial de produção de embarcações nos municípios de Niterói e São Gonçalo (RJ) e sua relação com o setor de petróleo e gás. Objetiva-se compreender o porquê desse circuito ser, em alguns momentos, considerado estratégico pelo Estado e quais seriam as normas que sustentaram sua produtividade por meio da instauração da indústria naval como suporte da exploração offshore. Indaga-se se os estímulos à produção propostos pelo Estado podem ser tratados como ferramentas a serviço do desenvolvimento territorial (BENKO; PECQUEUR, 2001) de Niterói e São Gonçalo ou se seriam estímulos setoriais para a inserção do Brasil numa competição globalizada.

Após passar ao longo das décadas de 1980 e 1990 por um cenário de crise e quase extinção da indústria naval em Niterói e São Gonçalo - berço do setor no Brasil - no início da década de 2000 esse setor volta a ganhar destaque. No contexto de valorização do barril de petróleo e descoberta da camada pré-sal, o Estado lança políticas públicas e incentivos específicos, como o Promef, o Prorefam e o Prominp que estimulam a produção de embarcações nacionais por meio de cláusulas de conteúdo local (CAMPOS NETO, 2014). A produção naval de Niterói e São Gonçalo passa, então, a se voltar quase que inteiramente ao apoio da exploração de petróleo offshore. Nesse contexto, o Estado e a Petrobras são os atores centrais no processo de tornar concreta uma nova divisão territorial do trabalho, seja ela voltada para um crescimento econômico endógeno e de maior autonomia, seja direcionada a atender às exigências de uma nova divisão do trabalho exógena, impulsionada por grandes

empresas internacionais interessadas em usar o território nacional. Ao todo, pelo menos 28 novas embarcações foram construídas nos municípios nesse período.

Se por um momento essa dependência do circuito do petróleo gerou grande demanda para a produção de navios, após o ano de 2015 a crise no preço do petróleo amorteceu as grandes vantagens que as reservas do pré-sal poderiam trazer à nação. Somou-se a isso o fato de haver uma crise política em que a Petrobras ocupa destaque, e, por outro lado, a desvalorização cambial, as quais tornaram as empresas nacionais baratas e o discurso de desnacionalização e privatização ganham força. Ocorre também a mudança no marco regulatório do petróleo, em que a Petrobras deixa de ter obrigatoriedade de participação mínima de 30% e deixa de ser operadora única na exploração do pré-sal. Esta decisão reflete a pressão de oligopólios do setor para o acesso indiscriminado às infraestruturas do país, de preferência com a devida flexibilidade (HARVEY, 2013). Outra tentativa de mudanças no sistema de produção é a tentativa de alguns setores empresariais para a diminuição de exigência de conteúdo local, o que deixa de estimular a indústria nacional. Questiona-se se essa tentativa não nos leva para a chamada “doença holandesa”, em que a exportação dos recursos naturais gera um declínio do setor manufatureiro e, portanto, o aumento das receitas viria associado a trajetórias de crescimento sem desenvolvimento e com agravamento das desigualdades sociais (MONIÉ, 2012).

Em meio a toda a crise política e institucional que tende a paralisar a produção dos estaleiros de Niterói e São Gonçalo, questiona-se os limites e possibilidades de outras políticas institucionais capazes de manter a produtividade de todo o circuito a longo prazo e, acima de tudo, representar as necessidades dos atores locais para, quem sabe, ter um projeto de desenvolvimento que tenha em conta interesses mais sociais.

Bibliografia:

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. Geosul. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul/dez, 2001.

CAMPOS NETO, C. A. S. Investimentos e financiamentos na indústria naval brasileira 2000-2013. In: CAMPOS NETO, C. A. S.; POMPERMAYER, F, M (orgs.). Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil: 2000-2013. Brasília: Ipea, 2014.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

MONIÉ, F. Petróleo, desenvolvimento e dinâmicas espaciais na África subsaariana. In: MONIÉ, F; BINSZTOK, J. (orgs.). Geografia e geopolítica do petróleo. Rio de Janeiro: Muad X, 2012.

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Geografia. 6. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

Consulta popular como estratégia de políticas públicas no Rio Grande do Sul

Cleverton Costa Ferraz
Mirele Milani da Silva
Tatiane Almeida Netto

Políticas públicas são diretrizes do poder público frente aos problemas da sociedade visando responder as demandas relativas ao desenvolvimento dos setores sociais mais vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social (TEIXEIRA, 2002).

Considera-se as políticas públicas como um processo dinâmico, com negociações, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses, que resultam na formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses da população, que depende da mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação (TEIXEIRA, 2002). Segundo Figueiredo (2009) as políticas públicas de desenvolvimento regional propiciam o desenvolvimento de ações de equidade inter-regional considerando a região como um território. Entende-se que são políticas públicas sociais dirigidas do crescimento para o desenvolvimento de forma normativa.

Neste contexto, o estado do Rio Grande do Sul, promove ações de desenvolvimento regional através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Os COREDES determinam o “Planejamento Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional” (PEPDR) onde o mesmo, definiu oito regiões funcionais no estado, baseadas em estruturas e dimensões demográfica, ambiental, social, de infraestrutura, gestão pública e econômica. Assim, os COREDES visam o desenvolvimento de atividades que buscam conhecer e analisar a realidade socioeconômica do estado e propor políticas públicas que considerem a diversidade territorial (COREDE CENTRAL, 2015).

Desde 1998, através da Lei nº 11.179, o estado do Rio Grande do Sul definiu que a população deliberaria através de votação na Consulta Popular, destinando parcela da receita do orçamento estadual exclusivamente para investimentos em demandas regionais com vistas ao desenvolvimento territorial. Anualmente o governo do Estado estima recursos financeiros, submetidos à votação participativa da população. Definido o valor para cada região, o governo e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) organizam o processo de discussão em assembleias: públicas regionais, públicas municipais e regionais ampliadas. Nos encontros, é construída uma cédula de votação regional, que é submetida aos eleitores gaúchos na votação da Consulta Popular.

O COREDE Central foi fundado em 1991, composto por dezenove municípios: Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São João

do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã.

Considerando que o COREDE Central é um fórum de discussão e decisão sobre políticas ao desenvolvimento da região, o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de desenvolvimento estratégico participativo referente a política pública de desenvolvimento territorial através da consulta popular. O recorte espacial da pesquisa é o município de Itaara, localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, integrante do COREDE Central.

Como metodologia utilizou-se a pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória por meio de dados primários e secundários. Além disso, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos no processo da consulta popular no âmbito municipal. Analisou-se a consulta popular, como estratégia que estabelece as prioridades municipais para o desenvolvimento regional, através da manifestação plural da comunidade por meio da votação popular constituindo forças conjuntas entre as redes de relacionamento, sendo as organizações não governamentais, governamentais, grupos comunitários, empresários e instituições científicas. As assembleias promovem a articulação da sociedade civil, através das organizações representativas, exercendo um papel político no debate público, na implementação e gestão dos recursos públicos.

No município de Itaara/RS, na consulta popular do ano de 2017, foram eleitas pela comunidade as demandas relacionadas as áreas de saúde e de segurança pública. Para realizar a votação, ocorrida em três dias consecutivos no mês de julho a Prefeitura organizou uma comissão com dez pessoas que articularam os pontos estratégicos de coleta de votos na cidade garantindo a participação da população civil. A consulta popular confere ao planejamento territorial suma relevância, tanto para a elaboração das políticas públicas focadas ao desenvolvimento regional, a redução das desigualdades sociais quanto ao ordenamento territorial. Os resultados demonstram que as políticas vencedoras da consulta popular, são políticas de promoção do bem-estar territorial e consistem em políticas sociais voltadas a solução de carências e necessidades básicas.

Bibliografia:

FIGUEIREDO, Antonio Manuel. As políticas e o planejamento do desenvolvimento regional. IN: COSTA, José da Silva; NIJKAMP, Peter (Org.). *Compêndio de Economia Regional: Teoria, Temáticas e Políticas*. v. 1. Coimbra: Principia, 2009.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNANÇA E ESTADO/RS. Plano estratégico de desenvolvimento do Corede Central 2015-2030. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/planejamento-estrategico-dos>. Acesso em: 07 abr. 2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Disponível em: http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Acesso em: 09 abr. 2018.

Descentralização e gestão de conflitos urbanos: reflexões a partir do caso das subprefeituras do Rio de Janeiro nas Olimpíadas 2016

Fabricao Henriques Caloiero Vilas

A descentralização política promoveu a criação de novos arranjos institucionais que buscam redefinir as atribuições e competências das políticas sociais, contudo o aumento de autonomia municipal vislumbrada nas últimas décadas, não vem garantindo necessariamente uma gestão voltada para a implementação de políticas sociais que reduzam a crescente pobreza no meio urbano. Pelo contrário, observa-se que frequentemente a descentralização tem sido propícia a subordinação do poder público ao poder econômico do setor privado, reduzindo a capacidade de intervenção do poder público e impedindo um desenvolvimento econômico e social mais equitativo e justo. Neste contexto é necessário que haja ampliação e aprofundamento dos estudos sobre descentralização política e governos locais. A gestão de políticas públicas tem, entre outras, duas características fundamentais: a busca de consenso e o processamento de conflitos. Desta forma, parece interessante refletir até que ponto estas formas institucionais descentralizadas tem efetivamente capacidade de processar e mediar conflitos no território.

O presente trabalho pretende avaliar a descentralização política e a gestão de conflitos urbanos, a partir da reflexão do caso das subprefeituras do município do Rio de Janeiro, nos conflitos durante os preparativos para os Jogos olímpicos de 2016. A metodologia da pesquisa está calcada em três procedimentos: levantamento de dados secundários, observações empíricas buscando entender os métodos institucionais, ferramentas de gestão e legislações que envolvem as subprefeituras e entrevistas qualitativas com os atores envolvidos nestes conflitos (representantes de associações, vereadores da situação e da oposição, militantes de movimentos sociais) e gestores das subprefeituras. Com base nesta metodologia, a trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo é elaborado o referencial teórico do estudo, a partir da construção de um breve histórico da descentralização política no Brasil, de um debate sobre a diferença entre descentralização e desconcentração na administração pública e por fim, a análise de duas formas de relação entre o poder público e a sociedade, que são o clientelismo e universalismo de procedimentos. No segundo capítulo foi feito um detalhamento, ou seja, um “zoom” no modelo de funcionamento das subprefeituras da cidade do Rio de Janeiro, descrevendo sua estrutura interna, analisando os objetivos de criação, especificando suas funções e formas de gestão. Neste mesmo capítulo, também identificamos os mecanismos existentes de democracia direta nas subprefeituras, que permitem a participação popular nas tomadas de decisões e controle de assuntos públicos e pesquisamos o grau de intermediação das subprefeituras com outros órgãos públicos. Ainda neste capítulo traçamos um breve comparativo com outras subprefeituras (ou modelos similares) existentes no Brasil e no exterior. No terceiro capítulo realizamos uma análise, não exaustiva, de alguns conflitos pela apropriação do espaço urbano, que aconteceram durante os preparativos para os jogos olímpicos de 2016 e como foi à atuação das

subprefeituras (Zona Oeste, Zona Sul e Centro). Para tanto, além da pesquisa de campo, utilizamos como base de dados secundários, os dossiês do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, que retratam inúmeros casos de violação de direitos humanos, os documentos da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA – Brasil) e o Relatório do Direito da Cidade.

De modo geral, as subprefeituras possuem um potencial limitado de gestão, devido ao fato de serem um processo de desconcentração administrativa e não de descentralização. As subprefeituras do Rio de Janeiro são objetos eminentemente administrativos, pelo qual o governo desconcentra suas atividades, no intuito de melhorar sua eficiência e celeridade, contudo seu uso como instrumento político partidário transparece claramente na sua estrutura e ações. A ausência de um marco institucional que as regule também é um fator limitante destas instituições.

Bibliografia:

DOSSIÊ do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro: Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. 2015

GUIMARÃES, Gonçalo. Uma Cidade para todos: o plano diretor do município de Angra dos Reis. Rio de Janeiro. Forense, 1997.

LORDELLO , Diogo de Mello. Decentralization in Latin America in the last 20 years. Documento preparado para a divisão de Administração para o Desenvolvimento das Nações Unidas. Passim, 1984.

PIRES, V. Municipalismo no Brasil: origens, avanços pós-1988 e desafios atuais. São Paulo. Cadernos adenauer xvii, nº3. 2016.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. O. Democracia e governo local: Dilemas da Reforma Municipal no Brasil. 2. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015

Desenvolvimento territorial e participação social: a relação Estado-sociedade nas políticas de desenvolvimento territorial rural do MDA

Dhione Andrade Figueredo
Jamille da Silva Lima

Nos últimos anos, a abordagem territorial do desenvolvimento vinha ganhando destaque em estudos acadêmicos, como também nas formulações de planos e diretrizes propostas por órgãos governamentais e em documentos e discursos da sociedade civil. Isso se deu, principalmente, à política territorial adotada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir do ano de 2003, que propagou as vantagens dessa abordagem na promoção do tão desejado desenvolvimento. Esta perspectiva de desenvolvimento com enfoque territorial é bastante complexa e exige cuidado ao entender conceitos como o de desenvolvimento local, gestão social, participação social, entre outros. Além disso, o viés de operacionalidade dessa política de desenvolvimento baseia-se num conceito tão caro a Geografia: o território, que tornou-se essencial no desenvolvimento de tais políticas públicas. Nesse contexto, propomos investigar as proposições da política de desenvolvimento territorial, implementada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e a repercussão das estratégias de planejamento estatal, que se propõem mais descentralizadas e plurais, através de uma valorização do envolvimento dos diversos agentes territoriais na condução das políticas públicas, incentivando o estreitamento das relações entre o Estado e a sociedade. Buscaremos então discutir as noções de Território, Sociedade Civil e Participação Social enquanto categorias de análise e estudo da relação Estado-Sociedade na gestão dos territórios; e analisar a aplicabilidade desses conceitos na política de desenvolvimento territorial desenvolvida pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais proposto pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário. A apropriação do conceito de território foi primordial para entender os pressupostos norteadores do planejamento governamental, cuja dimensão espacial está alicerçada nessa categoria geográfica. O aporte teórico será fomentado a partir dos referenciais da pesquisa, realizando o levantamento bibliográfico, documental e cartográfico, consultando livros, artigos, teses, dissertações, monografias, anais, textos de jornais e revistas, relatórios de atividades, sites tanto governamentais quanto das organizações investigadas, dados estatísticos e censos, levantados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos e Informações do Estado da Bahia (SEI) e a Companhia de Ação Regional (CAR). Analisamos os documentos institucionais do MDA, tendo em vista compreender o uso das noções de Território, Sociedade Civil e Participação Social no âmbito das políticas de desenvolvimento territorial implementadas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Por fim, até o momento, pressupomos que a participação às novas proposições políticas implementadas apresentaram mudanças significativas, com importante valorização do espaço rural brasileiro e os seus atores sociais, conduzindo as políticas públicas para um importante debate com a sociedade civil, com a descentralização das

decisões administrativas. Porém, cabe destacar também quanto ao cuidado que deve-se ter para que a participação social não se resuma apenas em mera gestão de recursos públicos, levando os membros da sociedade civil assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução das políticas públicas, do que compartilhar a decisão no processo de formulação dessas políticas.

Bibliografia:

COSTA, W. M. da. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. 10. Ed São Paulo: Contexto, 2001.

DELGADO, N. G et al. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Relatório parcial. Rio de Janeiro: IICA/OPPA, 2007

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MDA. Marco referencial para apoio as desenvolvimento de territórios rurais. Documentos Institucionais. N° 2, Brasília SDT/MDA. 2005b.

MDA. Referências para a gestão social de territórios rurais. Documentos Institucionais. N° 3, Brasília SDT/MDA. 2005a.

Desmistificando o setor imobiliário da cidade de Niterói (RJ): identificando agentes, ações e estratégias de atuação a partir dos discursos atrelados ao marketing

Kelly Soares Figueiredo

O presente trabalho visa identificar os agentes sociais da produção do espaço urbano da cidade de Niterói (RJ) envolvidos na produção imobiliária, tendo como recorte temporal os anos entre 2001-2014. Os agentes sociais da produção do espaço urbano são os responsáveis pela materialização dos processos sociais na forma de um ambiente construído, os mesmos fazem parte de uma determinada temporalidade e espacialidade no sistema capitalista. Na busca pela identificação dos agentes sociais da produção do espaço é comum o traçado de tipologias, definidas a partir das ações, estratégias de atuação, o que nos levou a elencar as considerações de autores como: BAHIANA (1978), CARLOS (2012), CORRÊA (1993) e ALMEIDA (1982) para o estabelecimento de um diálogo que nos auxilie na identificação dos principais agentes sociais envolvidos na produção imobiliária da cidade a partir das estratégias de atuação no que tange o marketing de divulgação dos empreendimentos. O papel do marketing ao setor imobiliário potencializa a inserção do produto no mercado, sendo valioso o conhecimento das necessidades dos consumidores, no entanto, para Kotler (1998) o marketing não cria necessidades, mas se alimenta delas, pois é um processo social em que os indivíduos obtêm o que necessitam e desejam sem que haja o esforço da venda. Tendo em vista que as pessoas têm necessidades plurais, as empresas atuam segmentando o mercado a partir das localizações residenciais vinculadas aos perfis dos consumidores-alvo. Portanto, dentre as 42 empresas identificadas na produção imobiliária na cidade entre 2001-2014 através dos dados da ADEMI-Rio, selecionamos aquelas com maior expressividade no que Almeida (1982) chama de: 1 – escala de operações - a partir do maior quantitativo de empreendimentos lançados no período; 2 - escala espacial de atuação – a partir do quantitativo de bairros em que atuaram as empresas. Assim como fizemos uso da metodologia de produção de um indicador sobre o mercado imobiliário da ADEMI-Rio aplicando à cidade de Niterói que é o ranking de lançamentos, que se refere: 1 – ao quantitativo total de unidades lançadas pela incorporadora no período destacado; 2 – ao cálculo do VGL (Valor Geral Lançado) da incorporadora, ou seja, o somatório dos VGLs dos empreendimentos da incorporadora no período; 3 – área Construída da incorporadora, ou seja, o somatório das áreas construídas dos empreendimentos da incorporadora no período. A partir dessa metodologia de identificação, destacamos as seguintes empresas: Anfra Construtora; Bacos Construtora; Elvas Empreendimentos; Fernandes Maciel; João Fortes; Pinto de Almeida; PDG Realty; SCON – Sabrina Construção e Engenharia e SOTER – Sociedade Técnica de Engenharia. O município de Niterói é integrante da região metropolitana do Rio de Janeiro, está situado às margens orientais da Baía de Guanabara, segundo dados do IBGE, em 2010 possuía 487.562 habitantes distribuídos por uma extensão territorial de 133,916 km², composta por cinco Regiões de Planejamento (Praias da Baía, Leste, Pendotiba, Oceânica e Norte) e cinquenta dois bairros.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Atuação recente da Incorporação Imobiliária no município do Rio de Janeiro: Tendências Espaciais Vigentes e Alternativas Futuras. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.

BAHIANA, Luís C. C. Agentes modeladores e uso do solo urbano. Anais das Associação dos Geógrafos Brasileiros, Rio de Janeiro, n. 18, 1978, p. 53-62.

CARLOS, Ana Fani A. et al (organizadores). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios 1ª ed. 1 reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 2ª edição. Editora Ática, São Paulo, 1993.

KOTLER, P. Administração de marketing. São Paulo: Atlas, 1998. 725p.

Desvinculando-se da cadeia do petróleo e gás em Macaé-RJ para o desenvolvimento: em busca de políticas públicas de consorciamento na região norte fluminense para uma gestão territorial sustentável

Aline Machado Magalhães

O município de Macaé, localizado no Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, é desde 1978, a sede de negócios da Petrobras para a Exploração e Produção de Petróleo na Bacia de Campos, iniciada em 1976. Desde o início dessa dinâmica no município, houve grandes transformações socioespaciais na região Norte fluminense, uma agenda política do poder municipal voltada para a cadeia do gás e óleo se estruturou e fortaleceu como projeto de desenvolvimento local. Desde 2014, entretanto, com a crise econômica e política no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, houve uma queda abrupta no preço do barril do petróleo, afetando diretamente a arrecadação e a gestão municipal de recursos diretos e indiretos vinculados a essa cadeia. A grande dependência da economia macaense em relação à indústria do petróleo dificulta a diversificação de suas atividades econômicas com vistas à autonomia do desenvolvimento local, tendo em vista que o petróleo é um recurso finito, sendo necessário buscar outro tipo de projeto de desenvolvimento que leve em consideração a participação de outros atores na busca por qualidade de vida, em múltiplos aspectos, e diferentes cadeias produtivas, valorizando-se os recursos e as populações locais. Com isso, para o enfrentamento desses novos desafios pelas gestões municipais se faz necessário identificar possibilidades de governança para melhorar o nível de comprometimento dos poderes públicos com os aspectos concretos das localidades regionais. Nesse sentido e como objetivo central da pesquisa, espera-se identificar potencialidades, em determinados setores, de implementação de consórcios intermunicipais que possam melhorar as demandas locais e regionais para serviços diversos. Para o desenvolvimento desse trabalho foi realizada extensa revisão bibliográfica sobre os temas espaciais da cadeia do gás e óleo para o entendimento dos impactos sofridos pela cidade com a chegada da Petrobras, e sua intensa relação com a prefeitura e os poderes instituídos. Posteriormente, será necessário o entendimento sobre o direcionamento dos investimentos realizados atualmente pelo poder público local, a partir da concepção de 'potencialidades regionais' do município (SEBRAE, FIRJAN, entre outras instituições) para fundamentar a discussão sobre o território macaense, sua gestão municipal e as potencialidades para possíveis consórcios de serviços nessa região fluminense. Com o avanço da pesquisa, serão realizados levantamentos de dados primários através da aplicação de entrevistas semiestruturadas com gestores municipais (vereadores e secretários urbanos), e com atores sociais (lideranças locais) voltados para a diversificação de investimentos econômicos considerados prioritários para o município. Os autores a seguir auxiliarão nessas discussões como: Marcelo Lopes de Souza (2000 e 2003), Roberto Lobato Corrêa (2014), Ângela Moulin Penalva dos Santos (2003), Rosélia Piquet (1993, 2014) e Iná Elias de Castro (2006) darão importantes contribuições sobre os temas dos territórios, desenvolvimento regional e reestruturação espacial e produtiva.

Bibliografia:

FAULHABER, João Mario Wood, A Petrobrás e o desenvolvimento: o exemplo de Macaé (Rio de Janeiro). Brasília, Universidade de Brasília, 1992. Tese. (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília.

MOTA, Ailton. ET AL. Impactos socioeconômicos e espaciais da instalação do pólo petrolífero em Macaé, RJ. IN: PIQUET, R., SERRA, R. (Org.) Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.289

PIQUET, Rosélia. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. IN: PIQUET, R., SERRA, R. (Org.) Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.22

SERRA, Rodrigo ET AL. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gêneses e ameaças. IN: Revista Rio de Janeiro- n. 18-19, jan.-dez. 2006.

SOUZA, Marcelo. Urbanização e desenvolvimento no Brasil Atual. Série Princípios. Editora Ática, 1996. p.7-8

Dimensão política do espaço e disputas escalares: o que Altamira pode fazer a partir da implantação de UHE Belo Monte?

Michelle Sena da Silva

Este trabalho buscou compreender e analisar as relações de poder exercidas entre as escalas de atuação política a partir da inserção regional da UHE Belo Monte, considerando as dimensões econômicas, políticas e sociais determinantes nesse processo espacial. Partimos do pressuposto de que a inserção regional da UHE Belo Monte segue uma proposta de desenvolvimento econômico elaborado em escala nacional que desconsidera os interesses dos grupos sociais preexistentes na Região de Integração Xingu, desencadeando com isto uma nova dinâmica de (re) produção espacial que será se materializará no município de Altamira com maior intensidade do que nos outros municípios. Consequentemente, ocorre um intenso processo de reestruturação econômica baseada na instalação de redes de infraestrutura com funcionalidade essencialmente voltada para a instalação e operação da hidrelétrica, o que impacta sobremaneira na forma como as demandas sociais da população local. O debate acerca da escala local como nível de análise da reestruturação territorial tem sido realizado nos diversos ramos científicos como princípio para o entendimento das repercussões das transformações político-econômicas e socioambientais, para as sociedades contemporâneas. Nesta perspectiva, a Ciência Geográfica se insere nessas discussões, no momento em que analisa o espaço geográfico enquanto uma categoria socialmente produzida a partir das relações estabelecidas entre os homens e entre estes e o espaço imediato de sua vivência, materializando, assim, suas relações de poder. Concernente a isto perpassa pela concepção do território como espaço delimitado, apropriado e usado por determinados atores sociais, os quais estabelecem específicas relações de poder, que derivam (ou são derivadas) de diferentes territorialidades, resultando em configurações espaciais específicas. Apresentamos como discussão inicial as análises efetivadas pela Geografia acerca das unidades político-territoriais que foram consideradas a partir do desenvolvimento das sociedades históricas para explicar a materialização humana e suas impressões sobre o espaço, tendo como base dessa discussão a Geografia Política, através da busca da raiz sócio-política da relação do homem com a natureza mediatizada pelo Estado como fomentador dos processos de ordenamento territorial. A problematização deste trabalho se estruturou a partir de um diálogo teórico-metodológico sobre as concepções de gestão e ordenamento territorial, descentralização do poder institucional, escala, para assim, entender como os rearranjos institucionais do Estado irão configurar a importância adquirida pela escala municipal no cenário político. A efetivação desse diálogo estará baseada nos trabalhos de teóricos como BECKER (1988; 1998), RAFFESTIN (1993), RATZEL apud MORAES (1990), ROCHA (1999; 2000), VAINER (2001), entre outros. Esses autores constroem uma base consistente para as discussões referentes às novas formas de se pensar a problemática do desenvolvimento e das unidades territoriais onde este se materializa, além de buscar compreender o papel do município no novo cenário nacional, bem como seu papel na promoção do desenvolvimento no âmbito local.

Concebemos o município como espaço de materialização dos anseios e conquistas sociais, e o processo de descentralização administrativa do território, como instrumento utilizado pelo Estado para promover o ordenamento territorial, enquanto produto da reestruturação capitalista e da reconfiguração espacial do processo produtivo. É a partir desta lógica que analisamos a inserção da UHE Belo Monte na região do Xingu. No entanto, enfatiza-se que mesmo que as proporções territoriais de tal projeto se deem numa escala intermediária entre o Estado-Nação e o local, a região, optou-se por deter-se no local, Altamira, por este apresentar configurações espaciais que nos permite realizar através de um quadro comparativo entre os diferentes momentos históricos, análise da forma como este território foi usado em favor do desenvolvimento nacional em detrimento aos anseios e demandas locais, ensejando em seu território uma forma específica de disputa escalar.

Bibliografia:

BECKER, B. K. A geografia e o resgate da Geopolítica. Revista Brasileira de Geografia. Número Especial, 50, T. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 99-125p.

MORAES, A. C. R. (Org.). Ratzel. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1990.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, G. M. Todos convergem para o lago: hidrelétrica de Tucuruí, municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Cadernos IPPUR. Ano XV, No. 2, Ago-Dez 2001. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2001.

Discursos e práticas do plano local de habitação de interesse social e sua relação com as zonas especiais de interesses sociais em Caicó -RN

João Manoel de Vasconcelos Filho
Gerson Gomes do Nascimento
Andréa Dryelle dos Santos

Este trabalho se propõe realizar uma análise e diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Caicó - RN, e sua relação com as Zonas Especiais de Interesse Sociais – ZEIS. As ZEIS, segundo o Ministério das Cidades, são instrumentos urbanísticos que definem regras para o uso e ocupação do solo nessas zonas, configurando-se em áreas da cidade destinadas à moradia popular. Estas são classificadas em dois tipos: um que está voltado para identificar os vazios urbanos, imóveis vazios e subutilizados e o segundo tipo que seria as ZEIS de assentamentos precários. No ano de 2014, foi aberto o processo licitatório para a construção do Plano Local de Habitação de Interesse social – PLHIS, do município de Caicó e embora este documento tenha sido elaborado, a Lei Municipal nº 4751/2014, que o regimenta, ainda não foi devidamente concretizada pelo poder público local, visto que se percebe a não aplicação da mesma.

O estudo apresenta uma análise do PLHIS de Caicó, demonstrando como sua estrutura foi formada e expondo os pontos chaves que possuem relações com as ZEIS, a exemplo das questões ligadas ao déficit e a inadequação habitacional e os assentamentos precários encontrados no município. No projeto também foi realizado o levantamento de todos os conjuntos habitacionais da cidade, onde foram analisados vários fatores, como localização, quantidade de unidades habitacionais disponibilizadas, ano de construção, agentes financiadores e, finalmente, a forma como os mesmos foram adquiridos.

A metodologia do presente projeto se deu a partir de leituras bibliográficas na área, que permitiram a construção e a consolidação de uma base teórico-metodológica necessária à discussão e ao entendimento das questões urbanas, especialmente àquelas voltadas às políticas públicas de moradia social para os grupos sociais menos favorecidos. O método de pesquisa utilizado foi o qualiquantitativo: assim, para o pesquisador, “[...] não faz nenhum sentido desprezar o lado da quantidade, desde que bem feito”. Em vez disso, “[...] só tem a ganhar a avaliação qualitativa que souber se cercar inteligentemente de base empírica, mesmo porque qualidade não é a contradição lógica da quantidade, mas a face contrária da mesma moeda” (DEMO, 2002, p.35). É essencial que a escolha da abordagem esteja a serviço do objeto da pesquisa, e não o contrário, com o propósito de daí tirar, o melhor possível, os saberes desejados. Parece haver um consenso, pois, quanto à ideia de que as abordagens qualitativas e quantitativas devem ser encaradas como complementares, em vez de mutuamente concorrentes. (MALHOTRA, 2001; LAVILLE & DIONNE, 1999).

Um outro passo dado, se concretizou com visitas aos órgãos públicos oficiais, como a prefeitura do Município de Caicó, a Secretária de infraestrutura e serviços urbanos, a

Secretaria de Trabalho, Habitação e Serviço Social, para obtenção de informações necessárias à pesquisa.

Por último, foram feitos levantamentos e análises de dados em fontes primárias e secundárias, imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa; além da realização de consultas a documentos como o Plano Local de Habitação de Interesse Social e o Histórico do Departamento de Habitação e Regularização Fundiária do Município de Caicó, conseqüentemente levando a construção de um banco de dados com quadros e tabelas com as informações analisadas.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacionais. O documento está dividido em “três etapas”, a primeira é a proposta metodológica, a segunda é o diagnóstico Habitacional e a última, as diretrizes e estratégias de ações. Nessa primeira etapa constatamos que foi estabelecido um prazo de trinta dias para ser desenvolvida, e seus objetivos foram os seguintes: “realizar sensibilização e a(sic) capacitação da equipe Técnica da Prefeitura de Caicó e esclarecer sobre as responsabilidades dos agentes envolvidos e as formas de participação da referida equipe no trabalho executivo” (Plano local de habitação de interesse Social, 2014). A segunda etapa do PLHIS faz referência às atividades desenvolvidas para o Diagnóstico Habitacional do município de Caicó, o qual destacaremos o déficit e a inadequação habitacional do referido município. A terceira e última etapa do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Caicó é caracterizada pelas estratégias de ação. De acordo com o documento analisado, o “futuro desejado” deve contemplar práticas de ação que supram tanto o déficit quanto a inadequação habitacional em termos quantitativos e qualitativos; incorporar elementos de gestão integrada e democrática da cidade, definir metas e indicadores, que deverão ser usados na implementação, monitoramento e avaliação da política de habitação.

Bibliografia:

BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: A produção capitalista da casa e (da cidade) no Brasil industrial. Organizadora: Ermínia Maricato. 2ª edição. São Paulo: Alfa ômega, 1982.

BRASIL, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional da Habitação. Avanços e desafios: Política Nacional de Habitação. Brasília: 2010.

DEMO, Pedro. Pesquisa: Princípio científico e educativo. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALHOTRA, 2001; LAVILLE & DIONNE, 1999. Disponível em:
https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_prof_Maxwell.pdf

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, Prefeitura Municipal de Caicó-RN, 2014.

Entre o público e o privado: intermediação de interesses o processo e revisão do Plano Diretor de Niterói/RJ e seus potenciais rebatimentos socioespaciais

Amanda Thereza Orozco Morais de Souza

A cidade de Niterói está situada no nó metropolitano do Rio de Janeiro, tida muitas vezes como “espelho d’água da cidade do Rio de Janeiro” as dinâmicas de transformação urbana verificadas na metrópole fluminense refletem diretamente na vizinha Niterói. Esta que já fora capital do estado e, por conseguinte, alvo de uma série de transformações no uso, ocupação e gestão de seu território apresenta uma tradição bastante longa de planos e projetos urbanísticos. A análise dos mesmos nos permite perceber uma tendência de favorecimentos por parte da municipalidade aos interesses dos agentes do setor imobiliário, especialmente a partir da década de 1940, quando se verifica o crescimento do protagonismo da iniciativa privada no processo de expansão da malha urbana na cidade, sobretudo a partir da elaboração de planos – tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada – por meio dos quais se buscou orientar o crescimento urbano para as áreas de valorização. Vasta produção acadêmica fora elaborada desde então, tendo em comum diversas vezes o apontamento de uma tendência de captura do poder público municipal pela lógica de acumulação ampliada do capital, em especial no que se refere à elaboração e implementação de políticas públicas de gestão territorial.

Assim, procuraremos ampliar as escalas de análise desse processo, dando maior ênfase aos contextos locais, uma vez que verificamos existir na cidade de Niterói certas particularidades no que se refere à orientação das políticas públicas de gestão e planejamento do território à interesses que não necessariamente atendem ao chamado “grande capital”, mas sim as empresas do setor imobiliário local, isto é, empresas caracterizadas por uma atuação em grande parte restrita à esfera do município. Numa análise preliminar, observamos que a maior parte dessas empresas estão articuladas em torno da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Niterói (ADEMI), a qual por sua vez tem grande influência e representatividade em espaços de decisão política, como no Conselho Municipal de Políticas Urbanas (COMPUR).

Buscaremos compreender em que medida os agentes do setor imobiliário local penetram seus interesses e os articulam com o poder público nos processos de planejamento e gestão do território municipal. Para tanto, debruçaremos-nos sobre o processo de revisão do Plano Diretor municipal atualmente em curso no município desde o ano de 2016. É a partir desse importante instrumento do planejamento urbano que se desdobram as demais políticas que orientarão o crescimento da cidade para os próximos 10 anos, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo. É, portanto, fundamental entender quais são os interesses em disputa na elaboração do novo Plano Diretor de Niterói. Analisaremos, pois, a construção social do mesmo procurando localizar em que medida as decisões do poder público se alinham aos interesses dos agentes do setor imobiliário – em especial àqueles articulados entorno da (Ademi). Uma análise preliminar do Projeto de Lei municipal 0008/2017 – a ser

votado ainda este ano – permite observar a existência de um plano generalista que dá margens à remoção da população de baixa renda ou em condição de vulnerabilidade social e ambiental, bem como ao favorecimento da intensificação do processo de verticalização e adensamento urbano nas regiões Centro e Praias da Baía e da expansão do mercado imobiliário para à Região Oceânica, onde a intensificação do processo de urbanização desenfreada esbarra na existência de uma área com grande diversidade e fragilidade ambiental, sendo emblemático o caso da preservação da Lagoa de Itaipu classificada nos mapas de áreas protegidas do PL como “área livre” abrindo portas para construção de prédios em seu entorno, dentre outros.

Desse modo, almejamos iniciar uma análise que nos permita compreender melhor como se dá a intermediação de interesses entre o público e o privado (leia-se, especificamente o setor imobiliário local) no planejamento urbano municipal e quais os limites dessa atuação, tendo como objeto de estudo o processo de revisão do Plano Diretor de Niterói. É também de nossa ambição ensaiar alguns potenciais rebatimentos da atualização desse instrumento na produção da cidade.

Bibliografia:

HOYLER, Telma. "Incorporação imobiliária e intermediação de interesses em São Paulo". 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, USP.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. “De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas”. Novos Estudos CEBRAP. Vol. 35.02, p. 15-33, jul. 2016.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. “Em busca do objeto esquecido: A política e as políticas do urbano no Brasil”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.32, n.95, sep. 2017.

Espaço público e territorialidades: uma análise da orla do distrito de Icoaraci, Belém – PA

Erick Afonso Santiago Ramos
Jose Henrique Silva Pompeu

Atualmente, muitos autores se debruçam sobre os estudos pautados na vinculação da Geografia com a compreensão dos espaços públicos, tal compreensão pode ser atingida com o desenvolvimento de estudos que analisam a interligação existente entre formas e conteúdos, pois ela é conduzida pela concretude dos espaços e dinâmicas sociais ali presentes. O presente artigo tem como intuito apresentar os resultados obtidos com a pesquisa em caráter de monografia, desenvolvida junto a um grupo de pesquisa, apresentada para finalização do curso de licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Pará, a qual reúne como referencial analítico a discussão sobre território, desenvolvimento de territorialidades e espaços públicos. A área em estudo se caracteriza inserida em um contexto de centralidade urbana numa perspectiva de subcentro em processo de consolidação que se estende da porção que vai do Trapiche de Icoaraci (situado na primeira rua do Distrito, Rua Siqueira Mendes) até o início da Rua Quinze de agosto (ou 4ª Rua de Icoaraci), incluindo a área denominada como “Pontão do Cruzeiro”, principal espaço de lazer, alimentação, moradia e entretenimento que mantém intrínseca relação com a área central do Distrito que sofreu recentemente uma intensiva reestruturação urbana. Na atual divisão político-administrativa adotada pela Prefeitura Municipal de Belém desde 1994, o DAICO integra a atual estrutura de gestão regionalizada da cidade, sendo um dos oito distritos que a compõem. Nossa pesquisa se debruçou em responder: como se dão as diversas formas de uso e ocupação do solo presentes na Orla de Icoaraci e como elas interferem na sua configuração enquanto espaço público? Quais os agentes sociais que atuam na Orla de Icoaraci? Que espaços tais agentes ocupam e que forma de domínio eles estabelecem sobre este espaço? Como se dá a intervenção do Estado na configuração (manutenção e valorização) da Orla de Icoaraci enquanto espaço público? O procedimento metodológico foi pautado em leituras, análises bibliográficas e documentais. A análise bibliográfica visou compreender as principais teorias acerca do território e do desenvolvimento de territorialidade e suas relações com a constituição de espaços públicos na contemporaneidade e ainda sua relação com o recuo da cidadania, teoria desenvolvida por Gomes (2012). A análise documental realizada se deu a partir do Plano Diretor Urbano do Município de Belém (PDU) e do Plano de Reestruturação da Orla do município de Belém (PRO-Belém) que permitiu desenvolver a referida discussão a partir do campo espacial escolhido. A segunda fase da pesquisa foi a coletas de dados por meio de entrevistas semiestruturadas direcionadas a três categorias de agentes socioespaciais: 1. agentes econômicos – que se subdividem em: proprietários de estabelecimentos comerciais, comerciantes que possuem concessões públicas, comerciante ligados a entidades representativas (Cooperativas e Associações) e agentes do comércio e serviços informais; 2. representante do poder público – Agente Distrital, que, no âmbito local, é o responsável pela gestão pública da

área; e 3. frequentadores ou usuários. As entrevistas foram realizadas no período de outubro a dezembro de 2016. Enquanto pesquisa social, desenvolvemos uma investigação do tipo descritiva-explicativa. Juntamente com tais identificações, retratamos como se deu a organização territorial desses agentes a partir do caráter comercial assumido. As territorialidades são caracterizadas, respectivamente, como: Territorialidades de extensão; Territorialidades de concessão; Territorialidade da concessão/entidade representativa e Territorialidade flexível. Constatamos que não são todos os agentes socioeconômicos que interferem na acessibilidade e sociabilidade dos cidadãos no espaço público. A condição preponderante como tentativa de solucionar os problemas detectados na pesquisa, seria o fato de as territorialidades serem discutidas e repensadas entre os sujeitos sociais envolvidos neste referido processo, promovendo uma perspectiva que promova pensamentos que possam convergir numa significativa justiça social.

Bibliografia:

GOMES, Paulo César da Costa Gomes. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: 2012.

SACK, Robert. Territorialidade humana. Cambridge. Cambridge University Press. 1986.

SAQUET, Marcos. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial (2a. ed revisada e ampliada). 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 164p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

LEFBREVE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

Estado e território: o Programa de Aceleração do Crescimento no contexto de políticas territoriais no Brasil e na Amazônia Legal

Luciana Riça Mourão Borges

Inicialmente, nossas indagações perpassaram uma discussão bastante cara para a Geografia: o Estado e o Território dentro da Geografia Política. Pretendemos compreender o PAC na Amazônia pela via de projetos de infraestrutura e integração das regiões brasileiras e do território nacional, fazendo-se necessário estabelecermos algumas linhas de análises substancialmente geográficas, muito embora seja necessário consultar outras áreas e suas contribuições.

Essa reflexão auxilia nossas primeiras abordagens nesse estudo, com o intuito de contextualizar o território em estudos sobre o Estado dentro da ciência geográfica. Partimos do pressuposto inicial de que as ações realizadas em determinada fração do espaço geográfico, responsáveis por uma densa transformação em sua configuração, em seu circuito produtivo e suas normas sociais locais, são executadas por iniciativas estatais/governamentais. Tais iniciativas, por sua vez, estão motivadas tanto pelo domínio e garantia da soberania nacional, quanto para a abertura e o desenvolvimento de mercados, sejam eles locais ou externos. Desse modo, traçamos uma primeira linha de raciocínio que compõe nossa análise: O Estado, suas ações com motivações econômico-políticas e o território como base e objeto de ação.

Uma vez que o território é inserido na discussão e na análise política de ações territoriais governamentais, consideramos essa categoria como uma das mais importantes nesse contexto. Território, em nosso entendimento, se trata, grosso modo, do produto de relações antagônicas, dialéticas e contraditórias de poder. Engloba também outras categorias de análise, como espaço, região e lugar, uma vez que dentro dessas relações de poder se inserem outros valores, outras representações, bem como outras formas de manifestações dos indivíduos que ali se inserem.

É, desse modo, necessário remarcar que o território pressupõe não somente um substrato espacial como o solo, o chão, o terreno, mas também um substrato relativo, subjetivo, resultante de um conjunto de forças contraditórias, ou seja, de relações de poder entre os diversos indivíduos que compõem e participam desse processo.

A base teórica de nosso estudo sustenta a análise da relação Estado-Território-Capital-Sociedade Civil, sendo nossa principal via de questionamento para o entendimento das políticas de infraestrutura e a sociedade local (considerando tanto movimentos sociais quanto agentes empresariais como segmentos da sociedade civil) que recebe tais obras. Para essa análise, mobilizamos a noção de Política Territorial a partir do referencial bibliográfico composto majoritariamente por Costa (2000), Mello (2006), Gottmann (2007) e Sánchez (2011). A metodologia adotada para a análise consistiu na delimitação analítica, temporal e espacial da abordagem,

levantamento bibliográfico acerca do tema e consulta em dados secundários e documental em instituições relacionadas aos nossos elementos de análise.

Da mesma forma, nosso foco de análise está fundamentado em uma literatura que nos auxilie na análise da relação conflituosa entre os quatro elementos apresentados, sendo, porém, indefinida a atuação de cada agente ou sujeito, uma vez que tais relações se mesclam em diversos âmbitos da sociedade e do território. Desse modo, a base Estado-Território-Capital-Sociedade Civil não possui partes isoladas, mas agentes e sujeitos com uma função e uma posição em momentos e espaços/territórios que se sobrepõem.

A partir dessa concepção, procuramos utilizar tal raciocínio à luz de nosso objeto de estudo, tido aqui como uma Política Territorial, tanto estatal quanto governamental. O primeiro devido aos seus projetos constituírem um rol de ações financiadas pelo setor público, assim como por terem serem ações que vêm sendo reproduzidas há décadas (são obras projetadas desde em meados do século XX) e que estão dentro dos Planos Plurianuais. Nesse sentido, reforçamos a hipótese de que esse bojo de ações compõe ideologias que perpassam o Estado e que possuem o território como base de ação, sendo, assim, uma composição orgânica nessa esfera da sociedade. Por sua vez, essa política é governamental, por ser executada no plano do próprio executivo (burocrático e administrativo), ou seja, as ações são desenvolvidas no âmbito de um Governo (nesse caso, tendo sido um ciclo político iniciado com a ascensão de Lula da Silva à presidência da República).

Bibliografia:

BRASIL, Ministério do Planejamento. Apresentação do Programa de Aceleração do Crescimento. Processo de Elaboração. Abril de 2007c.

COSTA, W. M. da. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

GOTTMANN, J. La politique des États et leur Géographie. Paris: Éditions du Comité des travaux historiques et scientifiques (CTHS). Format 62, 1ère réédition, 2007.

MELLO, N. A. de. Políticas Territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

SÁNCHEZ, J-E. Geografía Política. Madrid, España: Editorial Síntesis. Colección Espacios y Sociedades, Serie General, nº 23, 2011.

Formiga ou tamanduá? Diferentes relações de um Estado comum

Hugo Dubeux
Bruna Jatobá Vieira de Oliveira
Ana Cristina de Almeida Fernandes

Quando se pensa em identidade territorial, é importante lembrar que diversos são os componentes que atuam para sua construção. Relações familiares, comunitárias, o ambiente natural, infraestruturas, empresas, escolas, psiquê, Estado, citando apenas alguns dos agentes que podem exercer influência sobre esta construção. A identidade territorial se reflete através do ser, como este se percebe em seu território, e como percebe seu território em si. No entanto, esta percepção não é formada apenas pela essência de cada um. Uma diversidade de agentes atua sobre nós e em nós estabelece suas marcas que irão influir sobre nossas formas de olhar para o território e de nele atuar. O Estado, enquanto gestor de uma nação ou sub-espacos da nação, materializa os ideais dos grupos que o controlam por meio de uma diversidade de mecanismos e estruturas e superestruturas, muitas vezes contraditórias entre si. Esta contradição expressa os conflitos que emergem do interior destes grupos, que estão longe de serem homogêneos. Estas estruturas e superestruturas, apesar de responderem à aliança de poderes e interesses situadas no topo da linha hierárquica, possuem também suas próprias identidades que caracterizarão formas de atuação.

Buscaremos refletir sobre como o Estado pode atuar sobre a construção da identidade territorial de grupos organizados, tomando como referência um estudo comparativo de duas associações de produtores populares que tiveram influência estatal em seu desenvolvimento. A partir de suas diferenças, cada organismo possui uma identidade própria, que as conduzirá por diferentes caminhos à construção de suas respectivas histórias. Trabalharemos os casos do Instituto Bordado Filé Alagoas (Região das Lagoas, AL) e da Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades Imbé, Marrecos- ASSIM (Lagoa de Itaenga, PE), situadas, portanto, em dois diferentes contextos territoriais em que produzem produtos distintos (artesanato e alimentos orgânicos, respectivamente).

Em Alagoas, nossa análise se dará sobre a construção da identidade territorial das associadas, acompanhadas pelo SEBRAE segundo uma lógica de mercado. Embora não seja rigorosamente definido como um elemento do aparelho de Estado, o órgão opera com recursos fiscais que lhe permitem assumir papel de agente público, a exemplo de serviços prestados por órgãos de direito privado por concessão do Estado. Em Pernambuco, o caso estudado será o da ASSIM, que recebeu suporte da INCUBACOOP, uma incubadora tecnológica de cooperativas populares ligada à UFRPE e que atua com apoio de recursos obtidos de políticas pública com vistas a inserir a associação na lógica de uma Economia Solidária.

No que tange ao conceito de desenvolvimento, não vislumbramos apenas a sua dimensão econômica, mas a dimensão de liberdades de escolha e autodeterminação, como apontado por Amartya Sen ou pelo pensamento do Bem Viver ameríndio,

conceito que também comporá o arcabouço teórico em que se baseia o presente trabalho.

O estudo se sustenta em arcabouço teórico que problematiza o conceito de identidade territorial e o relaciona com o despertar da autonomia de grupos sociais, com a noção de associativismo e com diferentes noções de desenvolvimento e Economia Solidária. Assim, identificamos o perfil dos agentes “públicos” que atuam nas duas associações por meio de políticas públicas, as visões que têm dos atores sociais que constituem as diferentes associações, observamos as formas de sua inserção e as atividades realizadas em cada uma delas, a consistência entre estas atividades e os valores e lógicas que as caracterizam, para finalmente analisarmos em que medida suas ações afetaram os atores e a própria forma de funcionamento das associações.

Como método de análise e coleta de dados, realizaremos estudo comparativo através de análise histórica e etnográfica, aplicada tanto à comunidade em si, como ao agente “público” que ali se fez/faz presente. Acreditamos que estudando cada grupo social, no contexto de suas realidades específicas, poderemos observar a contradição entre diferentes agentes que atuam no escopo da ação do Estado, e como esta ação afeta comportamentos e influi sobre as identidades construídas nas diferentes realidades territoriais.

As diferentes atividades econômicas a que se dedicam os grupos (artesanato e agroecologia) não serão um problema metodológico ou teórico. Reconhecemos que diferentes tipos de produtos que emergiram de diferentes formações econômico-sociais podem interferir também na construção de diferentes identidades territoriais. No entanto, nosso foco aqui será o de compreender o processo de construção e desenvolvimento da identidade da associação e das/os associadas/os, cotejando este processo com as diferentes perspectivas econômicas dos agentes externos que nelas atuam. Compreendendo estas diferentes visões, e pensando nas associações enquanto formigueiros, no sentido do trabalho associado, estaria o Estado chegando enquanto formiga, ou tamanduá?

Bibliografia:

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. Tradução de Tadeu Breda.

COSTA, Rogério Haesbaert da. Latifúndio e Identidade Regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HESPANHA, Pedro et al (Org.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

Gênero e mobilidade: o padrão de deslocamento de mulheres e homens na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Ágar Camila Mendes Saraiva

Embora a divisão das tarefas domésticas esteja cada vez mais comum, as atividades relacionadas com a casa e a família ainda recaem principalmente sobre mulher, que também precisam trabalhar em atividades remuneradas. Assim, o espaço urbano deve facilitar a conciliação dessas diversas funções e não dificultar. O senso comum diz que o modelo atual de cidade e o sistema de transporte são dois grandes problemas que enfrentam as mulheres nos grandes centros urbanos. Esta será uma hipótese a ser considerada neste estudo.

A inserção das demandas das mulheres no planejamento das cidades e os estudos relacionados com esta temática estão cada vez mais presentes tanto no meio acadêmico quanto nas políticas públicas. Embora ainda não sejam muito explorados quando se trata da mobilidade urbana, dos padrões de deslocamento de mulheres e homens e como as políticas públicas impactam esses grupos.

A mobilidade diária é, segundo Jirón (2007), uma das experiências que mais impactam a qualidade de vida da população e a sua restrição reflete as desigualdades vivenciadas no espaço urbano. A capacidade de se deslocar está diretamente conectada com o nível de acesso à educação, emprego, saúde e recreação, e pode significar alterações nas relações de poder e resultar no empoderamento feminino. (Jirón, 2007, p. 174; Svab, 2016, p. 45)

Em função dos diferentes papéis socioeconômicos desempenhados por homens e mulheres e suas responsabilidades distintas, o padrão de uso, acesso e necessidade de transporte são diferentes. O que resulta no fato de que os meios de transporte não são neutros ao gênero, como afirma World Bank (2011) apud Inter- American Development Bank (2015).

A fim de estabelecer o perfil da população de mulheres e homens e compreender padrão de deslocamento dos mesmos, este trabalho desagregou por gênero os dados da pesquisa de Origem e Destino (O/D) da Região Metropolitana de Belo Horizonte de 2002 e 2012, por apresentarem informações mais próximas do contexto atual. Os dados obtidos a partir dessas pesquisas embasam as políticas públicas de mobilidade elaboradas pelo município de Belo Horizonte, o Plano de Mobilidade (PlanMob), por exemplo.

Utilizou-se da referida pesquisa o número de entrevistados por sexo, os modos e meios de transporte utilizados, a origem e o destino dos usuários, a renda e a escolaridade. Entende-se que a partir da combinação dessas informações é possível estabelecer o contexto social dos entrevistados, assim como os principais meios de transporte usados e os motivos de deslocamento. A partir destes dados, este estudo pergunta: como as variáveis sexo e renda influenciaram no padrão de deslocamento

na Região Metropolitana de Belo Horizonte? Como homens e mulheres se deslocam na RMBH, tendo em vista as suas atividades diárias? Que dificuldades se apresentam no modelo de transporte para homens e mulheres? Como objetivo geral, este estudo se propõe a analisar o padrão de deslocamento de homens e mulheres na RMBH e como os meios de transporte público atende a esta população.

Esses dados possibilitam compreender, em um quadro geral, as diferenças no padrão de deslocamento das mulheres e dos homens. Deixa claro que a divisão sexual do trabalho é traduzida na mobilidade, mas com informações que poderiam ser mais expressivos se resultassem de uma pesquisa preparada metodologicamente para detectar essas informações. Contudo, os seus dados são relevantes e permitem traçar um panorama geral das condições do transporte e como ele atende a população de Belo Horizonte e da região metropolitana.

Bibliografia:

BELO HORIZONTE. Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A. Manual das Pesquisas Origem e Destino 2002 e 2012. Coord. Charliston Marques Moreira - Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=10498264.PDF>

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. The relationship between Gender and Transport. Transport Week, 2015;

JIRÓN, Paola M. Implicancias de Género en las Experiencias de Movilidad Cotidiana Urbana en Santiago de Chile. In: Revista Venezolana de Estudios de la Mujer - Caracas, Julio-Diciembre, 2007- Vol. 12- N° 29;

SVAB, Haydèe. Evolução dos padrões de deslocamento na Região Metropolitana de São Paulo: a necessidade de uma análise de gênero. 2016, São Paulo. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 2016;

Geografia política e geografia agrária – reflexões para compreensão dos agentes e das políticas públicas

Aline Weber Sulzbacher

Embora a geografia e a política possam ter essa íntima relação, como sugere Becker, a política passa a ter maior ênfase na agenda da Geografia somente nos últimos anos. Para Claval (2010) essa mudança de perspectiva está ligada a influência de quatro abordagens no campo da geografia política, após 1980, sendo aquelas: 1) ligadas ao pensamento radical, sobretudo da esquerda anglo-saxônica, com reflexões sobre os sistemas e as estruturas – structurationnistes de Antonio Giddens e Pierre Bourdieu; 2) perspectiva desconstrucionista la géographie s'est développée comme une science du regard; 3) perspectiva pós-modernidade e pós-colonial; 4) e sobre os impactos da globalização. Na América Latina, a emergência tardia da geografia política tem relação com a importância e predominância de uma “geopolítica dos militares”, ligada aos Institutos Geográficos Militares (SANGUIN, 2014). Ao analisar o caso brasileiro, Costa (2013, p. 179) afirma que aqui a geopolítica não se desenvolveu a partir da geografia política, como ocorreu no “hemisfério norte”, sendo que “importou-se prontamente e exclusivamente a geopolítica, desde os seus primeiros movimentos na Europa”, com presença hegemônica do pensamento militar e de suas instituições. Na avaliação do autor, “não há no Brasil um pensamento geopolítico, e muito menos geográfico-político, que possa ser referido como produto de um ambiente de reflexão acadêmica especificamente universitário” (Idem, p. 180) e os casos de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro (vinculados ao IBGE) seriam raras exceções. Portanto, a geografia política no Brasil se inicia tardiamente, somente após os anos 1980, sob influência francesa e norte-americana: “situada no carrefour das influências culturais da geografia francesa e da geografia americana, os geógrafos brasileiros experimentam atualmente um aumento no vigor na esfera da geografia política” (SANGUIN, 2014, p. 69). Essa situação abriu novos horizontes também para a Geografia Política, lançando alguns desafios epistemológicos. Um exemplo a ser citado é a proliferação de estudos e pesquisas que envolvem conceitos-chaves como política, território, poder, bem como reflexões sobre o Estado (mormente quanto à execução de políticas públicas) e, também, o uso de diferentes ferramentas metodológicas, dada a emergência de novos agentes e de novas pautas. E, por isso, reitera-se a importância do papel dos geógrafos, uma vez que “Nunca a dimensão política dos fenômenos teve tanta visibilidade e nunca se precisou tanto do olhar geográfico para desvendar a complexidade de fatos entrelaçados [...]” (CASTRO, 2005, p. 277). Mas como os geógrafos têm contribuído para a compreensão dos fenômenos políticos? Na avaliação de Castro (2005, p. 30-31), há uma contradição entre “a grande visibilidade do fenômeno político na geografia e a desconfiança em relação à capacidade de a geografia política ser capaz de investigá-las”. Para a autora, haveria dois fundamentos explicativos para tal desconfiança e desprestígio da disciplina: a primeira ligada à instrumentalização do saber geográfico no pós Segunda Guerra Mundial, servindo aos ideais colonialistas e imperialistas; e o segundo vinculado à incorporação do

paradigma marxista e do método materialista dialético, privilegiando a economia política em detrimento da política.

A partir dessas breves considerações, apresentamos aqui uma proposição com teor de ensaio reflexivo, que objetiva (1) analisar historicamente a formação do campo de geografia política no Brasil, e (2) relacionar este com o da geografia agrária, a partir da análise de uma realidade empírica – os assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul e o acesso a políticas públicas. Assim, pretende-se debater sobre (3) as contribuições dessas duas áreas da Geografia para compreender as contradições que envolvem a atuação dos sujeitos sem-terra e do Estado, na implementação de projetos que visem o desenvolvimento das áreas reformadas. Os procedimentos metodológicos envolvem as atividades de pesquisa realizadas durante o desenvolvimento da tese de doutorado, no Programa de Pós-graduação em Geografia (UNESP-PP) no período de 2011 a 2015, inclusas complementações teóricas a partir de pesquisa bibliográfica atualizada. Portanto, o artigo será estruturado em três partes, sendo que na primeira discutir-se-á formação do campo da geografia política com ênfase no Brasil – embora inclua contribuições internacionais – e as mediações com o campo da geografia agrária, sobretudo em temas como políticas públicas, Estado, território etc. Na segunda parte serão apresentados elementos para compreensão da realidade empírica, suas contradições, bem como as possibilidades para a análise teórica. E, por fim, na terceira parte pretende-se discutir sobre os desafios e perspectivas que se colocam quando do exercício da análise relacional, envolvendo dois campos consolidados da Geografia – a Política e a Agrária.

Bibliografia:

CASTRO, I. E. de. Geografia e política: territórios, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CLAVAL, Paul. Les espaces de la politique. Paris: Armand Colin, 2010.

COSTA, W. M. da. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.

SANGUIN, A. L. Histoire et théorie de la géographie politique: une perspective internationale. 2014 [manuscrit].

Gestão das políticas públicas, dinâmicas territoriais e impactos sociais dos programa de aluguel social

Angel De Nardi

A população de baixa renda é desfavorecida da oferta de moradia acessível, regular e em áreas bem localizadas, impulsionando assim uma expansão periférica e o crescimento de um mercado imobiliário de alugueis informais, que se sustenta na necessidade de morar e na falta de garantias, ou restrições cadastrais, do locatário. Essa situação leva à precariedade das condições de habitabilidade nas moradias de locação informal, ocasionando um alto grau de vulnerabilidade social.

Como política de bem-estar o aluguel social está estreitamente relacionado à vulnerabilidade social, pois em todo país há sempre um segmento da população que não seria capaz de pagar a habitação dignassem algum tipo de assistência. Ainda que não bem esclarecidos ou definidos, existem processos gerados no espaço urbano pela existência dos programas de "Aluguel Social". Pois não há estudos de que relacionam este como elemento estrutural que chamamos de gestão.. Para isso vale a reflexão sobre a organização institucional do de Estado ao nível de uma unidade urbana, o que faz levar em consideração vários outros dados que ultrapassam a organização espacial.

O aluguel social é uma política pública compensatória, e este trabalho está baseado na identificação e análise da dinâmica territorial e dos seus impactos quanto a vulnerabilidade ou risco social da população assistida por este tipo de programa. Atualmente no Brasil o aluguel social vem sendo utilizado por vários municípios, geralmente com alto índice demográfico, regulamentados por leis municipais e embasados em legislações federais. Inicialmente com a Constituição de 1988, no artigo 6º, caput, depois com a Lei nº 11.124/05 - cap. IV, Art. 23, § 1º, Ítem IV e por fim com a PL nº 6.342/09, no artigo 10º. Este é um trabalho que pode ser considerado como um estudo de caso que tem como base as informações coletadas e tratadas por meio dos meio dos dados do "Programa Renda Abrigo" implantado pela Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo em 2006., Atualmente este programa atende 2.631 famílias assistidas (fevereiro de 2.017) e está direcionado, em quase sua totalidade, às famílias remanescentes de áreas reurbanizadas e/ou áreas de risco. Considerou-se como ponto de partida a análise da legislação, seguidos dos estudos sobre a implantação do programa, aspectos sociais do beneficiário, do mapeamento de origem e destino em sua dinâmica territorial, da compatibilidade com mercado imobiliário e dos possíveis impactos sociais. Entre outros objetivos está evidenciar a dinâmica territorial migratória no município ocasionada pelo programa, bem como a caracterização social e econômica dos beneficiários, determinando fatores de risco e vulnerabilidade social. Dado que segundo KAZTMAN(1999), "A vulnerabilidade resulta da relação de duas variáveis: a estrutura de oportunidade (mercado, sociedade e políticas de bem-estar) e a capacidade dos lugares (condições de habitabilidade, saneamento, transporte e serviços públicos)

Em este estudo de caso, foi analisada uma área específica onde houve a ação direta através do Programa Renda Abrigo, a vulnerabilidade socioeconômica a qual ficaram expostas as famílias que foram assistidas pelo programa ficou visibilizada. As evidências foram dadas por meio da dinâmica territorial do mapeamento da origem e destino desses assistidos, bem como a necessidade das estruturas e equipamentos públicos ao qual estavam vinculados. Entre as conclusões principais podemos destacar que 61,77% das famílias removidas permanecem em um raio de até 2 Km do local de origem.

Bibliografia:

CASTELLS, M. (ed.2014). A questão urbana. Paz e Terra, p. 248 e p. 295.

CLEMENTE, A. S. (2011). Políticas públicas habitacionais e os desafios da concretização do direito à moradia urbana na nova ordem constitucional brasileira. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. p.140. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/11449/98933>>. Acesso em: 10 de abril de 2.18

KAZTMAN, R. (1999). Activos y estructuras de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Disponível em:
https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28651/LCmvdR180_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 de abril de 2018.

SIHISB (2013). Sistema de Informação de Habitação de Interesse Social de São Bernardo. Disponível em : www.sihisb.saobernardo.sp.gov.br. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

SILVA, V.(2013), A Locação Social como forma de acesso à moradia: a experiência de São Paulo como oposição as variadas formas de aluguel social temporário, Dissertação de Mestrado, PUC-RJ

Impactos do PAC no município do Rio Grande: o papel do Estado na transformação territorial

Ricardo Borges da Cunha
Aldomar Arnaldo Rückert

A dinâmica das transformações territoriais é diretamente relacionada aos atores que atuam sobre uma delimitação espacial. Para autores como Raffestin (1993) e Rosière (2007), a capacidade de criar representações territoriais é diferenciada entre os atores, porém o Estado possui estratégias e mecanismos singulares perante os demais. Assim o trabalho tem como objetivo reconhecer os impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na região sul do Rio Grande do Sul. O PAC, um programa estabelecido pelo governo federal, promoveu a retomada do planejamento e execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, com finalidade de contribuir no desenvolvimento nacional. Para avaliação dos impactos foram analisados os relatórios anuais do PAC, na tentativa de reconhecer obras e políticas que alteram ou influenciaram na organização social ou econômica do recorte estudado. Além disso, foi utilizados estudos anteriores e índices de emprego, renda, PIB, entre outros, como parâmetros para demonstrar como o programa de governo impactou no desenvolvimento de Rio Grande. O município teve atividades direcionadas para todas as áreas, entretanto foram as obras nos setores de energia e logística que alteram as dinâmicas territoriais. As intervenções destinadas à logística afetaram o Porto do Rio Grande, acarretando benefícios não apenas para o município, mas também para todo os setores que utilizam o porto. A estrutura portuária é de significativa importância para o estado, o porto marítimo local é responsável pelo transporte de mais de 80% das importações e exportações do Rio Grande do Sul. Mas foram as ações no setor naval que reorientaram as representações territoriais e alteram a dinâmica da região. Os programas, investimentos e políticas direcionados ao setor naval, foram responsáveis por dar uma dinâmica singular ao município e toda a região sul do estado. O Estado elaborou estruturas, financeiras e regulatórias, e se tornou o principal ator no cenário formado. Impulsionado pelo potencial da Petrobras, elevado a partir da descoberta e consolidação da pré-sal, a demanda pelo setor naval nacional foi ampliada no Brasil, principalmente a partir da política de Estado de obrigatoriedade conteúdo local nas novas estruturas contratadas pela estatal. Ações políticas, fiscais e econômicas, aplicadas por parte do Estado atraíram o interesse de atores internacionais interessados em participar do momento de crescimento do setor. A construção de quatro estaleiros navais, com destaque para o primeiro dique seco da América Latina e um dos maiores do mundo, colocou o Polo Naval de Rio Grande em uma posição de destaque na produção naval brasileira. Os estaleiros locais, instalados a partir de 2006, tiveram em suas carteiras de encomendas um total de 12 plataformas de petróleo e 3 navios sonda. Com a geração de mais de 20 mil empregos diretos e significativa elevação no PIB per capita dos municípios envolvidos, principalmente Rio Grande e São José do Norte, os empreendimentos do setor naval foram responsáveis por alterar a dinâmica econômica e territorial da região. Entretanto os projetos que tinham uma perspectiva

de longa duração foram sumariamente interrompidos a partir de sucessivos casos de corrupção e superfaturamento das obras. Além disso, mudanças na postura do governo federal, em relação ao conteúdo local das estruturas produzidas, colocaram em evidência as fragilidades do setor ainda existente e o poder do Estado na transformação do território. A dificuldade em competir com os grandes estaleiros internacionais, apesar da relevante evolução do setor em relação à tecnologia e mão de obra qualificada, está no custo de produção em relação aos grandes centros produtores de embarcações e similares. Assim a não atuação direta do Estado no setor naval leva a falência, mesmo que momentânea, de um projeto audacioso que gerou apenas alguns frutos, mesmo com um enorme potencial.

Bibliografia:

- DAS DORES, P. B.; LAGE, E. S.; PROCESSI, L. D. A retomada da indústria naval brasileira. In: SOUSA, F. L. (Org.). BNDES 60 anos: perspectivas setoriais. Rio de Janeiro: BNDES, 2012. v. 1.
- DOMINGUES, M. V. D. L. R. et.al. Desenvolvimento e consolidação do Polo Naval e Offshore do Rio Grande. SEDAI/FURG, Relatório, 2009, 386p.
- LOPO, R. M. Do macro-discurso de pujança ao choque cultura: alguns dos impactos do Polo Naval na cidade de Rio Grande. In: MACHADO, Caio RS; SANTOS, C. F. dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar (Orgs.). Conflitos Ambientais e Urbanos: casos do extremo sul do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, 2015.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- ROSIÈRE, S. Géographie politique & Géopolitique. Une grammaire de l'espace politique. 2^a édition. Paris: Ellipses. 2007. Capítulo 2 da Segunda Parte. Les acteurs géopolitiques. P. 283-346.

Implicações geográficas da emancipação municipal

Tiago Nogueira Galinari

Desde que os municípios surgiram oficialmente no Brasil, diferentes medidas favoreceram, dificultaram ou impediram que territórios se emancipassem e se elevassem à categoria de municípios. A última “explosão municipalista” ocorreu a partir da redemocratização do país e perdurou até 1996. Além da ampliação da malha municipal, a multiplicação de municípios provocou significativas alterações econômicas, políticas e sociais, reordenando o território brasileiro em suas múltiplas escalas. A partir de levantamento bibliográfico e de pesquisa realizada em quatro municípios fluminenses criados durante esta última “explosão municipalista” – Guapimirim, Quatis, Rio das Ostras e Varre-Sai –, este artigo discute as implicações geográficas do processo de emancipação municipal, destacando a multidimensionalidade e a transescalaridade que envolvem o tema. Ficou claro através dos quatro casos estudados que diferentes fatores influenciam para o sucesso de movimentos emancipacionistas e que, depois de criados, a instalação dos municípios provoca um conjunto de impactos em diferentes escalas. No que se refere à (re)organização urbano-regional, a criação de novas municipalidades reorganiza cidades e redes urbanas regionais, tendo em vista que novas infraestruturas são construídas, novos serviços oferecidos e o fluxo de pessoas alterado. Em relação à identidade territorial, a percepção dos cidadãos acerca do espaço público e o sentimento de pertencimento em relação ao município também se modificam. Além disso, o ganho de autonomia político-administrativa por parte do distrito que se elevou à categoria de município propicia ganho de poder para um ou mais grupos neste novo ente federativo. Por este motivo, as emancipações municipais também afetam as alianças político-eleitorais regionais. Com direito a transferências intergovernamentais e com capacidade de arrecadação própria, a inclusão de novos municípios também tem seus efeitos no federalismo fiscal do país. Do mesmo modo, os novos municípios passam a competir com os demais por investimentos federais e estaduais. Por isso, como consequência da emancipação municipal alguns territórios ganham recursos e outros perdem. Por fim, a elevação de territórios à condição de municípios permite que os mesmos se tornem capazes de competir e cooperar com outros municípios, alterando profundamente as relações intermunicipais e redinamizando o já complexo federalismo brasileiro. É importante destacar que estas duas dimensões das relações intermunicipais – cooperação e competição –, embora aparentemente antagônicas, não se excluem e, às vezes, até se reforçam reciprocamente. Os municípios que competem com os demais pela instalação de empresas em seus territórios podem estabelecer relações cooperativas com outros municípios, sobretudo no que tange à prestação de alguns serviços essenciais, como os de saúde, por exemplo. Outros municípios podem, ainda, articular cooperativamente com outros para se tornarem mais competitivos num determinado setor, a partir de uma lógica que lembra vagamente a dos blocos econômicos. Apesar dos impedimentos legais oriundos da Emenda Constitucional nº 15, promulgada em 1996, alguns municípios foram criados neste novo milênio. Além disso, se uma lei

complementar federal disciplinando o processo de emancipação municipal for promulgada, é provável que uma nova “onda emancipacionista” ocorra no país. Com isso, além de ajudar na compreensão de algumas dinâmicas do presente, a análise dos efeitos da emancipação municipal pode ser útil para traçar cenários, na medida em que novos municípios podem ser criados no Brasil.

Bibliografia:

- CIGOLINI, Adilar Antonio. A fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no Estado do Paraná. 107f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- LIMA, Maria Helena Palmer. Cidade-campo, urbano-rural: uma contribuição ao debate a partir de pequenas cidades em Minas Gerais. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- NORONHA, Rundolf. Emancipação municipal: implicações espaciais da divisão político administrativa do território fluminense. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7ª edição. São Paulo: Edusp, 2012.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. 292f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

Movilidad y transformaciones territoriales en la region del "Tuyú", Argentina. ¿Derrame metropolitano en enclaves o turismo residencial?

Facundo Deyuanini
Videla Gabriel
Baez Florencia

El vocablo "Tuyú" es un concepto de los pueblos nativos para caracterizar la zona de los humedales pampeanos, situados en una franja de clima templado, de marcada estacionalidad, suelos mayormente arcillosos, anegadizos tanto por fenómenos de precipitaciones intensas y su posición en el marco del sistema hídrico de la cuenca del río Salado, como por mareas extraordinarias en periodos de sicigia. (...) Antiguamente, espacio de caza de comunidades nómades, entre ellas, guaraníes, pehuelches, y tehuelches, las cuales confluían en dicho ámbito producto de su rica biodiversidad resultante de la interacción de los ecosistemas marino, continental y fluvial, apoyando en ello gran parte de su base alimentaria. El "Tuyú" se sitúa al sudeste de la Provincia de Buenos Aires, (...) Sus localidades balnearias son las más próximas al aglomerado conformado por Ciudad de Buenos Aires, los Partidos de Gran Buenos Aires, La ciudad de La Plata y los partidos que conforman el Gran La Plata, es por ello que reciben millones de turistas durante el periodo estival, motor de un continuo proceso de urbanización, de carácter popular, el cual ha resultado en la conformación de un rosario de veinte localidades (...) Así las cosas, es que advienen los nacimientos de las localidades balnearias de San Clemente del Tuyú (1935), Mar del Tuyú (1945) y Mar de Ajó (1935) (...). Estas embrionarias urbanizaciones, tendrán como origen intereses claramente economicistas, buscando alcanzar la mayor rentabilidad posible de la venta de lotes, dando lugar de este modo a planos ortogonales, con escasa presencia de espacio destinado al uso común, con el rasgo distintivo de una intervención mínima, solo abriendo calles y fijando mediante forestación la posición de las dunas. (...) Las transformaciones políticas acaecidas durante la segunda mitad del siglo XX, impulsarían la consolidación en el litoral marítimo de la región la ocupación del espacio mediante la modalidad de segunda residencia, como producto del arraigo del modelo turístico – balneario, acompañado de un proceso permanente de poblamiento efectivo, al recibir flujos poblacionales provenientes de Gran Buenos Aires, los cuales comenzaban a sentir el impacto de los cambios que presentaba el modelo económico nacional, en dirección hacia un mayor liberalismo en la medida en que avanzaba el siglo, haciéndose cada vez más evidente un drástico proceso de desindustrialización de la zona núcleo del espacio nacional, acompañado por una fuerte financierización y tercerización de la estructura económica. En función de lo hasta aquí expuesto, nos surgen las siguientes preguntas: ¿Manifiesta el despliegue territorial de la microrregión del Tuyú en el corriente siglo un perfil característico del turismo de sol y playa o del turismo residencial, o expresa una nueva lógica metropolitana de Buenos Aires que se desborda y desplaza selectivamente hacia enclaves situados a casi cuatrocientos kilómetros de su centro? En el último decenio, el paisaje costero de la región del "Tuyú" presenta fuertes transformaciones, la aparición de extensas urbanizaciones cerradas destinadas a la

Elite, disruptivas de los tejidos urbanos preexistentes, como de sus proyecciones, no parecen apuntar a residentes locales ni a contingentes turísticos de antaño, apareciendo así como un fenómeno geográfico sin precedentes en el borde costero marítimo nacional. ¿Cómo explicarlo, y que articulación presentan con las modificaciones en las estructuras de transporte, como con la movilidad residencial de la elite argentina? Este trabajo ofrece una descripción de las transformaciones territoriales, demográficas y turísticas recientes en el “Tuyú” y como podrían estar impactando a ecosistemas sumamente frágiles y vulnerables como los humedales situados en su seno. Acerca luego, un análisis de los procesos de demanda y oferta turística, y explora e intenta explicar los cambios más drásticos, direccionado por la hipótesis que dichas urbanizaciones cerradas, más que ofrecer alojamiento para tiempos de ocio, constituyen en realidad, verdaderos enclaves residenciales paralelos, alejados y desbordados del área metropolitana de Buenos Aires sin por ello, dejar de serlo. Partimos del supuesto que el espacio geográfico se produce socialmente y entendemos a la producción de las geografías urbanas y turísticas materiales (a cualquier escala) como efectos desiguales, combinados (Harvey 2006), contradictorios, complejos y deliberados de los agentes articuladores de la oferta inmobiliaria: el capital y el Estado. El recorte territorial propuesto es la microrregión del Tuyú (...) y como recorte temporal al período 2000 -2017, mientras que el avance del estudio reposa en el análisis histórico de imágenes de Google Earth tanto de la evolución de las localidades balnearias tradicionales, como la emergencia de las urbanizaciones cerradas. Dicha información se complementa con entrevistas a informantes calificados así como la contrastación con bibliografía específica de la temática .

Bibliografía:

ANNESSI, G. (2015) El Turismo en la Atlántida Norte. Estudio del Partido de La Costa. Provincia de Buenos Aires – Argentina. Tesis Doctoral. Universitat Politècnica de València.

BERTONCELLO, R. (1992) Configuración socio – espacial de los balnearios del Partido de La Costa. Provincia de Buenos Aires. Territorios N°5. Para la producción y crítica en Geografía y Ciencias Sociales. Disponible en internet en:
<http://ww2.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geografia/territ5.htm>

SONEIRO, Javier C. (1991) Aproximación a la Geografía del Turismo. Editorial Síntesis.

GEJO, O y LIBERALI, A. M. (1999) Fases de desarrollo en la Argentina. Asignación de Recursos y Procesos Poblacionales. Buenos Aires.

VERÓN, E. M. y Barragán, M. J.M (2015) transformación y funcionalización del socioecosistema del Litoral Norte de la Provincia de Buenos Aires, Argentina. Revista Universitaria de Geografía. ISSN 0326-8373. 24 (2). pp. 91 -117.

Multiescalaridade, planejamento e coordenação do desenvolvimento brasileiro e as políticas de apoio aos Arranjos Produtivos Locais nos estados de São Paulo e Minas Gerais

José Renato Ribeiro

O atual contexto político brasileiro faz ressurgir a problemática referente ao papel do Estado na economia, seja na implantação de políticas sociais ou puramente econômicas que estão sendo discutido por lideranças partidárias, empresariado, imprensa, acadêmicos e também pelos movimentos sociais. Esse contexto coloca em discussão os projetos de desenvolvimento e as consequentes implicações regionais, assim como nos resultados gerados na conformação do pacto federativo e a necessidade em se descentralizar os instrumentos de ação pública para o desenvolvimento.

O presente trabalho busca apresentar os resultados parciais da pesquisa intitulada “Estado, Território e Desenvolvimento: um estudo sobre as políticas regionais de desenvolvimento para os Arranjos Produtivos Locais no Brasil e o seu desdobramento nos estados de São Paulo e Minas Gerais”, fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Especificamente para esse trabalho analisaremos as iniciativas de desenvolvimento local/regional destinadas aos Arranjos Produtivos Locais (APL’s) dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Para tanto, partiremos de uma análise comparativa da política de desenvolvimento formulada a nível nacional destinada especificamente aos APL’s com os desdobramentos desta nas políticas estaduais no contexto brasileiro denominado de novo-desenvolvimentismo (2003-2015).

Além da discussão de literatura (bibliografia relevante para o tema), a metodologia aqui empregada consistirá na realização de análise documental, como projetos e decretos oficiais dos governos estaduais e federal sobre a política de desenvolvimento, tais como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2003), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – fase II (2010), as três políticas industriais executadas durante os governos Dilma e Lula (Política industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior de 2004/2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo de 2008/2010 e o Plano Brasil Maior 2011/2014), os Planos Plurianuais em âmbito federal e dos estados de São Paulo e Minas Gerais (quadriênios de 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015), além das iniciativas destinadas aos APL’s, como o próprio GTP-APL e as políticas estaduais.

Esse trabalho parte do princípio de que os APL’s devem ser entendidos enquanto exemplos de estruturas de governança compartilhada, que além de contribuir para a dinâmica econômica e social, podem garantir as políticas de desenvolvimento territorial sustentável cuja origem se dá na escala local/regional de forma democrática. O desenvolvimento endógeno (territorial/local ou regional) é um processo reflexo da iniciativa compartilhada e que delega uma postura ativa à sociedade que compõem aquele local ou território (BENKO, LIPIETZ, 1994; PIRES et

al, 2011). Nesse sentido, acreditamos que as políticas empregadas ao apoio aos APLs devam ser entendidas enquanto iniciativas de desenvolvimento local e tratando-se de uma renovação no campo das políticas públicas de desenvolvimento. Elas marcam assim, a transição de políticas centralizadas no Estado (nível federal) para uma organização descentralizada (estados federados e municípios) (KARAN, 2013).

Justificamos a pertinência do trabalho assinalando a necessidade em se analisar os projetos de desenvolvimento e as conseqüentes implicações regionais, o que pode resultar em conseqüências (positivas ou negativas) para a questão do pacto federativo, bem como as dificuldades das localidades em prover instrumentos para o desenvolvimento (BRANDÃO, 2012). Além disso, o presente trabalho ao se debruçar sobre a Geografia Econômica e na Geografia Política enfatiza a discussão sobre as políticas de apoio a indústria, colocando a reflexão sobre a importância estratégica de diferentes setores para a economia nacional. Nesse sentido, a escolha estratégica de alguns setores com elevado emprego de tecnologia e potencial competitivo (petróleo e gás, aeroespacial, eletrônica etc) não deve suplantiar ou fragilizar o apoio e a elaboração de políticas para setores mais tradicionais e com emprego tecnológico modesto (como a produção de calçados, têxtil), mas que possuem implicações regionais relevantes para a manutenção do emprego e da renda (COSTA, 2010). Dessa forma, o presente trabalho busca uma reflexão entre política de desenvolvimento industrial e as ações implicadas nos APLs com respaldo nas políticas de desenvolvimento regional.

Bibliografia:

BENKO, G, A. LIPIETZ.. As Regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica, Celta Editora, Oreas (Port.), 1994.

BRANDÃO, C. A. Território e Desenvolvimento. Campinas, Editora da UNICAMP, 2012.

COSTA, E.J.M. Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. 1. ed. Brasília: Mais Gráfica. v. 1. 404p, 2010.

KARAN, R. A questão regional na Era Lula: uma análise de ideias, atores e interesses. Rio de Janeiro. Beco do Azougue, 2013.

PIRES, E.L.S. et al. Governança Territorial: Conceitos, Fatos e Modalidades. Rio Claro: Editora da Pós- graduação em Geografia/ IGCE/ UNESP, 2011.

Novos mapas para fins censitários e disseminação

Fabio Ramos Joventino dos Santos
Vinicius Etchebeur Medeiros Doria
Roberto Ferreira Tavares

A procura por informações oriundas de Censos Demográficos tem aumentado ao longo dos anos, alinhada com os avanços dos processos tecnológicos computacionais. Para atender a estas demandas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através de suas diversas áreas de conhecimento da Diretoria de Geociências, entre elas a Coordenação de Estruturas Territoriais (CETE), responsável pela manutenção de cadastros, malhas e bases cartográficas cadastrais para fins censitários, e a Coordenação de Cartografia (CCAR), responsável pela produção de bases cartográficas do mapeamento sistemático em diversos formatos, e da Diretoria de Informática, responsável pelo desenvolvimento e pela infraestrutura dos sistemas institucionais para a coleta totalmente eletrônica, utilizando dispositivos móveis de coleta (DMCs), para acompanhamento e tabulação dos resultados dos censos, desenvolveu mecanismos para a disponibilização destas informações em diversos padrões e formatos.

Para alcançar estes formatos de disseminação, o IBGE também recorreu a empresas tradicionais de tecnologia espacial, como a HEXAGON, a ESRI, dentre outras, que desenvolvem soluções para Desktop, Web e Apps para DMCs. Na busca pela conformidade na troca de informações e prezando pela interoperabilidade, estas empresas usaram os padrões do Open GIS Consortium (1994), hoje chamado de Open Geospatial Consortium (OGC, 2005a). O OGC é uma organização voluntária internacional comprometida com a criação de padrões abertos de qualidade para a comunidade geoespacial global, abrangendo mais de 280 organizações comerciais e governamentais sem fins lucrativos, e instituições de pesquisa no mundo todo, colaborando num consenso aberto e encorajando o desenvolvimento e a implementação de padrões para conteúdo e serviços geomáticos. Como destaques da OGC temos os padrões de geoserviços que seguem:

WMS – serviço de visualização de mapa, com representação visual dos dados espaciais e não os dados em si, gerando representações no formato imagem, jpeg, png e gif ou em formato vetorial, como o svg.

WFS – serviço de dados de mapa, para recuperar feições espaciais (inserção, deleção, edição e consulta de geo-objetos) em formato GML (formato OGC para intercâmbio de dados baseado em XML).

WCS – serviço de dados de mapa, para acesso a dados que representam fenômenos com variação contínua no espaço, e este serviço é especificado para tratamento de dados modelados como geocampos.

De forma geral o IBGE usa o formato PDF em seus Mapas para Fins Censitários e Disseminação (MFCDs), pela sua versatilidade de uso na combinação de dados alfanuméricos, vetoriais e matriciais, além da facilidade de uso no Adobe Acrobat. Os Mapas mais comumente disseminados pelo IBGE são os Mapas Municipais (MMs), os Mapas Municipais Estatísticos (MMEs), os Mapas de Setor Urbano (MSUs) e os Mapas de Setor Rural (MSRs).

Estes mapas usaram nos últimos dois censos (2000 e 2010), dados alfanuméricos oriundos de bancos de dados diversos e também das operações de campo, dados vetoriais oriundos de bases cartográficas e bancos de dados espaciais, além de dados matriciais oriundos do mapeamento cartográfico de referência, em fotolitos das cartas topográficas produzidas pelo próprio IBGE, pela Diretoria de Serviços Geográficos do Exército (DSG) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), nas escalas de 1:25.000 a 1:250.000, com desatualização de mais de 30 anos. Em função do longo tempo decorrido, esta camada de dados matriciais vem sendo progressivamente substituída por dados matriciais RGB oriundos de geoserviços WMS com cobertura nacional, obtidos tanto de imagens RGB, através de parcerias com estados e municípios, sem fins lucrativos, como também de empresas de aerolevanteamento, representantes comerciais de empresas de rastreamento imagens por satélite, em diversos sensores, com precisões em escalas cadastrais maiores que 1:10.000. O uso das imagens orbitais permite a utilização nos DMCs, facilitando as operações de campo das pesquisas domiciliares e recenseamento em áreas urbanas e rurais, bem como a impressão de novos mapas com maior capacidade de reconhecimento dos elementos cartográficos presentes nos mesmos, proporcionando ao usuário final, seja da área técnica ou não, uma percepção melhor do mapa, possibilitando o planejamento e a tomada de decisões com maior clareza.

Bibliografia:

ROCHA, C. H. B. Geoprocessamento: tecnologia transdisciplinar. Juiz de Fora: Ed. do autor, 220p., 2002. Rocha (2000).

ASSAD, E. D. e SANO E. E. Sistema de Informações Geográficas: Aplicações na Agricultura. Brasília: CPAC, 434p., 1998.

Open Geospatial Consortium. OGC. Disponível em: <<http://www.geospatial.org>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

O bairro Cassange: um olhar sobre seus limites e potencialidades

Ivanete Torres Oliveira Peixoto
Vera Lúcia Santos de Jesus
Michele Paiva Pereira

O uso e disputa territorial estão relacionados com as relações de poder que foram delineadas pelas ações que ocorreram no passado e no momento atual que corroboram com a construção de um espaço onde o processo de oferta de serviços reflete um desenvolvimento desigual. As discussões geográficas entorno da justiça espacial e do direito à cidade fundamentadas nos estudos de Carlos (2004), Harvey (1980), Smith (1994), Spósito (2001), Soja (2010) auxiliam no entendimento das ações dos agentes do espaço geográfico em determinadas áreas dos municípios, que refletem as emersões das ligações entre sociedade e Estado condicionadas às decisões econômicas e em partes dissociadas das relações de pertencimento e identidade. O bairro Cassange abrange uma área de 15,11 km² e possui cerca de 4.633 moradores (IBGE, 2010), estima-se que sua ocupação começou há cerca de cinquenta anos e, de acordo com Santos (2010) teve origem a partir de três fazendas: Tapera, Raposo e Cassange; é notório em sua paisagem a forte presença da ruralidade: sítios, chácaras, hortas e criação de animais de pequeno porte. Esse bairro teve um processo de aquisição de equipamentos de infraestrutura e configura como palco de disputas entre dois importantes municípios da Região Metropolitana de Salvador-RMS, visto que, sua extensão territorial é fator de atração para ações que dinamizam a economia local e, conseqüentemente aumento da arrecadação municipal, aspecto esse, discutido na presente pesquisa com a perspectiva de como o bairro pode hoje ser potencializado mediante políticas públicas nele aplicadas. Pretende-se com este artigo discutir sob a ótica do localismo e da justiça espacial, os limites e potencialidades do bairro Cassange diante da disputa territorial entre os municípios de Salvador e Lauro de Freitas. Para tanto foi adotado como caminho metodológico a busca e seleção de artigos relevantes na base de dados do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) cujo título e resumo contemplem as discussões sobre localismo, territorialidade, bairro e planejamento municipal. Também foi realizada uma seleção de registros de notícias em blogs e jornais de grande circulação nos últimos dez anos sobre o bairro e as disputas territoriais entre os municípios de Lauro de Freitas e Salvador. Posteriormente, foi realizada análise documental dos Planos Diretores vigentes-instrumentos que são utilizados na orientação da política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana dos municípios de Lauro de Freitas, Salvador e do projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa da Bahia- ALBA que objetiva definir os limites territoriais dos municípios baianos. A análise permitiu constatar que o bairro Cassange pleiteado por Salvador, adquire perspectiva de serviços disponibilizados aos bairros da capital baiana, com isso a insurgência de novas potencialidades para o bairro em questão e que a disputa territorial é um fator limitante para o desenvolvimento desta área.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

CARLOS, A. F. A. O espaço urbano. São Paulo: Contexto, 2004.

HARVEY, D. A justiça social e a cidade. Trad. Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

SMITH, D. M. Geography and Social Justice. Oxford: Blackwell, 1994.

SPÓSITO, M. E. (Org.) Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Gasperr/Unesp, 2001.

SOJA, E. W. Seeking Spatial Justice. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

O bairro de Campo Grande como exemplo da virada ideológica da política urbana na cidade do Rio de Janeiro

Paulo Henrique Araujo Barata

A cidade do Rio de Janeiro, após a perda da capitalidade na década de 1960 e a fusão Guanabara / Rio de Janeiro, passou por período de crise urbana aguda com a deterioração de sua imagem e sociabilidade. Nos anos 1990, O governo local na figura do ex-prefeito César Maia buscou novas abordagens para a cidade baseado em antigos e, especialmente, novos instrumentos de gestão. A passagem do administrativismo para o empreendedorismo na governança urbana foi a marca da capital fluminense cuja reverberação é sentida até os dias atuais.

Essa pesquisa, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Uerj, como parte do programa de Estágio Docente da disciplina Geografia Urbana, aborda a temática das políticas públicas cidadinas, entrelaçadas a política urbana prevista no plano nacional, voltadas para a produção do bairro de Campo Grande, que emerge como importante lócus da produção imobiliária na cidade do Rio de Janeiro. Identifica e analisa, mesmo que brevemente, os planos públicos urbanos (re) formulados a partir da mudança ideológica acerca da produção do espaço urbano. Busca compreender a lógica de sua aplicação no momento da virada ideológica da política urbana moldada pelo fordismo / keynesianismo para a atual configuração pautada pela acumulação flexível tendo o espaço campograndense como exemplo.

Por ser uma pesquisa de base qualitativa, utilizaremos as fontes bibliográficas existentes sobre o bairro e aquelas que abordam conceitos, a temática em questão e sobre o recorte especificado. Na fundamentação sobre o papel do Estado e a produção do espaço recorreremos a Roberto Lobato Corrêa no capítulo “Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto Para Discussão” da obra “A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios”, organizada por Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza e Maria Encarnação Beltrão Spósito. Do mesmo livro aproveitamos outro capítulo, elaborado por Ana Fani Alessandri Carlos, intitulado “Da “Organização” à “Produção” do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico”.

Sobre as políticas públicas e a virada ideológica na sua formulação recorreremos a Manuel Castells em “A Questão Urbana” para a definição de políticas públicas e os agentes que as produzem e a David Harvey em “A Produção Capitalista do Espaço” e “A Condição Pós-Moderna” buscando entender a mudança do período fordista-keynesiano para a acumulação flexível. Marcelo Lopes de Souza em Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos continua o debate em tela. Ainda, o artigo de Pedro Abramo “Regime urbano e regulação urbana: o capital, a estrutura urbana e sua reprodutibilidade” contribui para a discussão proposta nesse parágrafo.

Para exemplificar a mudança da política urbana no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro, há duas dissertações de vital importância para a compreensão do espaço campo-grandense: a primeira de Alexandre Lourenço, aluno do PPGeo/Uerj, intitulada “O Bairro de Campo Grande: Representações, Impasses, Perspectivas e Particularidades” e a segunda da Professora Doutora Vânia Regina Jorge da Silva, docente da Uerj/ FEBEF que também produziu material acadêmico na forma de artigos sobre o bairro, intitulada “Examinando os processos de segregação e descentralização através do transporte público na cidade do Rio de Janeiro - o exemplo de Campo Grande - RJ, 1990-2009”. A dissertação de Lourenço (2009) lança seu foco nas relações de poder constituídas por e entre grupos políticos locais cujo estabelecimento como elite política e econômica local em momentos temporais distintos possibilita a infiltração no poder estatal permitindo a realização da produção do espaço segundo suas determinações e anseios. A segunda dissertação, da Professora Doutora Vânia Regina Jorge da Silva, docente da Uerj/ FEBEF que também produziu material acadêmico na forma de artigos sobre o bairro, intitulada “Examinando os processos de segregação e descentralização através do transporte público na cidade do Rio de Janeiro - o exemplo de Campo Grande - RJ, 1990-2009,”. Silva (2009) examina os processos de segregação e descentralização no bairro a partir da análise do transporte rodoviário no recorte temporal que se estende de 1990 a 2009, coincidindo com o aporte do neoliberalismo (que carrega o regime de acumulação flexível embutido no seu ideário) no Brasil. Essa coincidência de objeto e recorte temporal nos permitirá entender a inclinação e os objetivos das políticas públicas voltadas para o bairro.

Bibliografia:

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto Para Discussão in A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, Ana Fani Alessandri, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Spósito (organizadores) – São Paulo: Contexto, 2011, p.41-52.

HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOURENÇO, Alexandre da Silva. O bairro de Campo Grande: representações, impasses, perspectivas e particularidades de "um" processo de reestruturação urbana. 2009. 343 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

O combate à fome por meio da perspectiva feminista de segurança alimentar e nutricional

Ivi Elias

A pesquisa busca analisar a política externa brasileira de cooperação internacional Sul-Sul para o desenvolvimento, à luz da perspectiva feminista. O foco está no âmbito temático da soberania alimentar e nutricional no qual o êxito brasileiro transbordou a experiência doméstica para uma atuação internacional vigorosa no âmbito da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Será analisado o PAA Africa (Purchase from Africans for Africa) que surge em 2012 como uma cooperação multilateral entre Brasil, Reino Unido, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Programa Alimentar Mundial (PMA) e cinco países da África Subsaariana (Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal). Com fins de promover segurança alimentar e nutricional e geração de renda para agricultores familiares e comunidades vulneráveis, o programa incentiva a compra institucional de alimentos locais, dado que esta forma de aquisição garante mercado para pequenos agricultores, assim como confere importância à existência de consumo local frente à lógica do agronegócio. O status da mulher nesse programa emerge como foco de análise do presente trabalho. Baseando-se nas explicações do relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre direito à alimentação adequada, Olivier De Schutter, sobre a fundamentalidade dos direitos das mulheres no debate do direito à alimentação de todas as pessoas, busca-se analisar neste artigo como o PAA Africa integra a todas as suas fases de funcionamento ferramentas compensatórias de equidade de gênero e de sexos. Dados apontam que as mulheres correspondem por 70% das pessoas que passam fome no mundo e são desproporcionalmente afetadas pela má nutrição, ainda que representem pouco mais da metade da mão-de-obra mundial agrícola. Ademais, as metas dois e cinco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – que são (2) acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável e (5) alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas – certificam que o debate da participação de mulheres e meninas dentro da lógica de funcionamento de agricultura familiar do PAA Africa é fundamental. Nota-se que o programa reconhece em sua lógica as mulheres como protagonistas na gestão da terra e na (re) produção da vida por meio da agricultura familiar. No presente trabalho, será analisado como os desproporcionais efeitos da dicotomia público-privado, da percepção da realidade majoritariamente formada por homens e da visibilidade da questão de gênero principalmente focada na inclusão das mulheres, afetam o acesso à alimentação deste grupo e geram impactos para as comunidades nas quais o projeto foi implementado. Mais especificamente, será analisado de que forma esse programa de combate à fome tem promovido a inclusão de mulheres em suas várias etapas nos países abrangidos levando em consideração os contextos nacionais e os componentes metodológicos propostos pelo programa. Os contextos da Etiópia e do Malauí serão

analisados destacadamente visto que estes países apresentaram, respectivamente, a pior e a melhor taxa de participação de mulheres do Programa.

Bibliografia:

PIERRI, Francesco M. "How Brazil's agrarian dynamics shape development cooperation in Africa". IDS Bulletin, v.44-4, p.69-79, 2013.

MALUF, Renato S.; SANTARELLI, Mariana. Cooperação Sul-Sul brasileira em soberania e segurança alimentar e nutricional: evidências de pesquisa e indicativos de agenda. CERESAN: Rio de Janeiro, 2015.

GYOERI, Mario; MIRANDA, Ana C.; SOARES, Fábio V. "Linking vulnerable smallholders farmers to school feeding programmes: the experience of PAA Africa". Policy In Focus, v.13-2, p.13-15, 2016.

SCHUTTER, Olivier D. Our secret weapon against hunger: gender equality and women's empowerment. Gender Network e-News, v.6-2, p.1-4, 2012.

VALENTE, Flavio L.S.; MONTES, Denisse C. "The human right to adequate food and nutrition within a framework of food sovereignty: towards social inclusion and the reduction of inequalities". Policy In Focus, v.13-2, p.7-11, 2016.

O Conleste: limites e possibilidades da gestão compartilhada do território

Leandro Gondim Monteiro

O presente trabalho possui por objetivo apresentar reflexões e questões acerca dos limites e possibilidades da gestão territorial intergovernamental. Nosso objeto de estudo, neste trabalho, é o Conleste (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense), criado no âmbito do processo de instalação do Comperj (Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro), tendo por objetivo reunir os principais municípios impactados pela sinergia daquele Grande Projeto de Investimento. Mais do que uma reunião simbólica de entes municipais, o Conleste apresentou por missão a articulação entre as prefeituras das áreas impactadas pelo investimento de cunho industrial, visando a superação de graves problemas estruturais presentes naqueles lugares, muito em virtude dos anos marcados pela má utilização dos recursos públicos, e porque não dizer de uma lógica concentradora dos investimentos no núcleo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O Conleste, enquanto um consórcio intermunicipal, não obteve êxito no enfrentamento às demandas apresentadas pela Petrobras, e pelo próprio Governo do estado do Rio de Janeiro. Dentre as causas desse insucesso pode-se destacar ao menos três: a primeira relaciona-se à falta de recursos financeiros por parte do consórcio, o que inviabilizou a implementação de projetos que pudessem garantir as condições para investimentos estratégicos a partir do Comperj; o segundo motivo relaciona-se a uma cultura de gestão fragmentada do território que se choca diretamente com um contexto onde os objetos técnicos permitem uma lógica interescolar dos fenômenos expressos nos territórios; o terceiro motivo, mais conhecido, relaciona-se às dificuldades enfrentadas pela Petrobras para que as obras do empreendimento petroquímico pudessem ser finalizadas. Atualmente o Conleste apresenta dificuldades para a manutenção da sua própria existência, o que pode pôr em risco um “embrionário” processo de gestão intergovernamental no espaço metropolitano, através de um Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento. Acreditamos que tal assunto possua considerável relevância para as discussões relacionadas à Geografia Política, e, por este motivo, pretendemos desenvolver este trabalho a partir de uma metodologia de pesquisa que passa pela reunião de referências sobre o tema (o dos consórcios intermunicipais de desenvolvimento), o uso de dados acerca dos municípios que integram o Conleste e a ida à campo para a realização de entrevistas e registros fotográficos. Ainda sobre a metodologia de pesquisa pretendemos aplicar o método explicativo, que consiste em identificar os fatores que determinam a configuração dos fenômenos históricos, sociais, e econômicos e culturais. No presente trabalho, pretendemos compreender o que em essência é um consórcio intermunicipal de desenvolvimento, e em que medida ele pode se tornar uma estratégia para a gestão compartilhada do território, tendo em vista a não tradição dos municípios brasileiros nesta modalidade de administração, dado o caráter muitas vezes isolacionista e clientelista dos estilos de governo; e frente à própria constituição brasileira, que limita a possibilidade de maior autonomia por parte dos municípios. Apesar do Conleste parecer caminhar a passos lentos existe hoje, em todo país, um número

superior a 5 mil consórcios intermunicipais, que vão desde os relacionados à habitação até os que dizem respeito ao setor da saúde. Tal número torna-se relevante se considerarmos que os consórcios intermunicipais de desenvolvimento podem vir a proporcionar a participação da sociedade nos atos decisórios, por intermédio da gestão compartilhada do território.

Bibliografia:

BRANDÃO, Carlos. Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (organizadores) (2007). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, Editora Alínea, 2007.

FERRÃO, J. O Ordenamento do Território como Política Pública. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

RODRIGUES, Juliana Nunes. La coopération intercommunale en France et au Brésil, analyse suivant l'approche de Michael Mann1An analysis of intercommunal cooperation in France and Brazil using the theoretical pproach of Michael Mann. L'Espace Politique, p. 1-17, 2011.

SANTOS, M. A.. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção (1996). 3. ed. SÃO PAULO: HUCITEC, 1999.

SILVA, AUGUSTO CÉSAR PINHEIRO DA. Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2016. v. 1. 286p .

O correio como braço logístico do Estado: a execução de políticas públicas por meio da rede de agências postais no território brasileiro

Igor Venceslau

O volume de cartas e encomendas vem apresentando um crescimento vertiginoso nos últimos anos, contrariando as previsões sobre a perda de importância do correio com o advento da Internet. No Brasil, os serviços postais passaram por profundas transformações nas últimas décadas, com destaque para a criação do Serviço de Encomenda Expressa (SEDEX) pelos Correios, emblemático da aceleração na circulação de mensagens e mercadorias e do uso intensivo das tecnologias de informação no período atual. Este trabalho tem o objetivo de revelar como a capilaridade de agências postais no território brasileiro e o serviço de logística dos Correios se tornaram fundamentais para a execução de políticas públicas pelo Estado, compreendendo o papel atual da empresa na formação socioespacial brasileira, sob a tríade Estado-território-mercado. Sustenta-se a ideia do correio como um braço logístico do Estado, atualizando a sua relevância como um serviço público. Também problematiza-se o papel do monopólio postal estatal para a execução de políticas públicas universais no Brasil e os conflitos decorrentes desse regime normativo, em especial com as empresas multinacionais de correio: FedEx, DHL e UPS. Mediante revisão bibliográfica, análise de dados sobre os prazos de entrega, modais de transporte, localização de unidades operacionais dos Correios, origem e destino dos fluxos, etc., além de trabalhos de campo e entrevistas, foi possível identificar que o território brasileiro e sua rede de transporte é um elemento importante para entender a difusão dos serviços expressos no país. Desde a sua criação, o correio tem tido um papel relevante na integração territorial, cuja difusão acompanhou o processo de urbanização. Com a introdução da logística no correio, as etapas de coleta, tratamento, encaminhamento e entrega passaram a ser coordenadas sob uma mesma estratégia de circulação. Ainda assim, foi possível verificar uma diversidade de prazos de entrega no Brasil, pois a logística depende da materialidade de um território que é desigual. Dentre as estratégias de uso do território, a empresa se vale de operação em rede, da intermodalidade dos sistemas de transporte, da divisão político-administrativa vigente, das condições normativas nacionais e das tecnologias de informação disponíveis. Os resultados alcançados revelaram: a) a criação do SEDEX e sua sucessiva propagação é correspondente à difusão do meio técnico-científico-informacional no Brasil; b) o monopólio postal estatal é um constrangimento à ação das empresas multinacionais de correio (FedEx, DHL, UPS, etc.); c) os fluxos informacionais são indispensáveis para a circulação do correio, sobretudo na modalidade expressa; d) os serviços expressos fragmentam o objeto postal, levando a um processo concomitante de integração-diferenciação do território; e) o e-commerce impulsionou os serviços dos Correios e sua realização se ampara na logística postal; f) a topologia dos Correios se confunde com a rede urbana brasileira, comportando uma hierarquia com primazia de São Paulo, maior complexidade na Região Concentrada e profunda diferenciação regional; g) a topologia dos Correios reflete a divisão territorial do trabalho vigente; h) os fluxos

postais no Brasil são predominantemente regionais. A partir da instalação de fixos geográficos em todos os municípios, os Correios agem como um “braço logístico” do Estado, cujas ações garantem a execução de políticas públicas. Dentre essas políticas públicas, destacam-se: o planejamento e ordenamento territorial urbano por meio da criação do Código de Endereçamento Postal (CEP) e da formalização de endereços; a expansão dos serviços bancários por meio do Banco Postal; a distribuição de vacinas; a distribuição de livros didáticos e logística dos materiais dos exames nacionais de educação; a emissão de documentos; a distribuição de donativos; entre outros. Por fim, evocou-se a ideia de modelo cívico do território (Milton Santos) para problematizar a relação entre Estado, logística e cidadania na contemporaneidade.

Bibliografia:

ARROYO, Mónica. Território, mercado e estado: uma convergência histórica. *Geographia (UFF)*, Niterói, v.12, p.49-66, 2004.

BECKER, Bertha. Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível? In: DINIZ, C. C. (org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MATTELART, Armand. *Comunicação-mundo: história das ideias e das estratégias*. Trad. Guilherme J. F. Teixeira. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, Milton. (1987) *O espaço do cidadão*. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

O desafio da governança urbana nas cidades pequenas petrorentistas: o papel das políticas de ordenamento urbano na promoção de justiça ambiental em Carapebus e Quissamã/RJ

Rafael Moreira Neves

Esse trabalho em desenvolvimento se propõe a analisar o papel das políticas de ordenamento urbano na promoção de justiça ambiental em Carapebus e Quissamã, cidades pequenas localizadas na zona de produção primária da Bacia de Campos que integram a mesorregião do Norte Fluminense. Nesse contexto, é trazido à baila o debate acerca dos mecanismos de governança urbana, considerando sua concepção ideal de gestão democrática e participativa da administração pública.

O interesse em pesquisar as cidades pequenas surge como forma de contribuir para maior visibilidade dos estudos sobre essa categoria de cidades no bojo da academia. Autores como Roberto Lobato Corrêa, Eliseu Sposito e Ângela Endlich apresentam trabalhos nesse sentido, ao discorrerem sobre as cidades pequenas e sua relevância na constituição da rede urbana brasileira. Assim, adota-se como objeto de estudo as sedes municipais de Carapebus e Quissamã, devido à três aspectos: o primeiro, diz respeito ao fato dessas cidades apresentarem contingente populacional inferior a 50 mil habitantes e por serem consideradas centros locais na estrutura hierárquica da rede urbana regional (IBGE, 2017); o segundo, está relacionado à localização dessas cidades na Bacia de Campos, área responsável por 60% da produção nacional de petróleo e gás natural, que as coloca no seletivo grupo dos entes federados que mais recebem royalties e participações especiais no Brasil (ANP, 2017); o terceiro, sair do tradicional eixo Campos-Macaé, cidades médias que atuam como centros regionais e que apresentam maior proeminência nos estudos urbanos sobre o Norte Fluminense.

A indústria do petróleo trouxe nova perspectiva econômica para esses entes federados, não só com a ampliação orçamentária, mas também com novos desafios à administração pública, como no aumento da violência urbana, na ocupação desordenada de áreas de risco ou irregulares, na deficiência na oferta de serviços relacionados ao saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana etc.), além da dependência econômica às rendas petrolíferas, abordada pela literatura como o paradoxo da abundância (SHULTZ, 2005). Considerando esse cenário, emerge a questão principal desse trabalho em desenvolvimento, que busca compreender como o poder público local estabelece mecanismos de governança urbana na formulação e implementação de suas políticas de ordenamento urbano, objetivando o atendimento das demandas relativas à expansão urbana e a promoção de justiça ambiental nas cidades pequenas de Carapebus e Quissamã?

No esforço por elucidar a questão posta, pretende-se lançar mão do método monográfico/estudo de caso, estruturado a partir do uso de técnicas de pesquisa bibliográfica exploratória, como no aprofundamento teórico e reflexivo da abordagem da governança urbana para as cidades pequenas; pesquisa descritiva com

análise documental, como instrumentos legais/oficiais que comportem em seu bojo arenas de participação social, como o Plano Diretor Urbano; e pesquisa de campo exploratória com entrevistas semiestruturadas, buscando o reconhecimento das dinâmicas políticas das relações entre os atores que atuam em tais arena.

Nesse contexto, é trazido à baila o debate acerca dos mecanismos governança como ferramenta possível ou desejável para a gestão pública. Conforme discorre Marques (2016, p. 25), tal conceito é entendido como “conjuntos de atores (estatais e não estatais), padrões de relação de diversos tipos (legais e ilegais, formais e informais) e instituições que subjazem aos processos de produção de políticas”. O autor ainda complementa que a ideia de governança “amplia o foco dos estudos das políticas do próprio governo, o que se pode considerar um ganho analítico em si [...] permite a incorporação nas análises de dimensões informais e mesmo ilegais que efetivamente caracterizam as dinâmicas políticas” (MARQUES, 2016, p. 25).

Frey (2007) ressalta que a ideia de governança, que apresenta diversidade polissêmica, quando direcionada à realidade da relação Estado-sociedade, deve ser entendida como mais uma forma de estabelecer mecanismos que busquem estabelecer a gestão democrática e participativa da coisa pública, reinventando a administração governamental, favorecendo a adoção de práticas de controle social, ampliação da participação da sociedade civil e condições do exercício de accountability, reforçando o acesso da sociedade aos marcos decisórios da formulação das políticas públicas e não somente tomando ciência do que efetivamente foi executado – algo próximo à concepção quantitativa de prestação de contas.

O presente projeto busca contribuir com os estudos concernentes aos mecanismos de governança urbana e às políticas de ordenamento urbano nas cidades pequenas, que como já foi exposto, por vezes são preteridas como objeto de estudo em favor das cidades médias e grandes, com ênfase àquelas impactadas em seus múltiplos aspectos pela indústria do petróleo no Norte Fluminense.

Bibliografia:

ACSELRAD, Henri; MELLO; Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. Redes e cidades. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

FLEY, Klaus. Governança urbana e participação pública. RAC-Eletrônica. V. 1, n. 1, art. 9, p. 136-150, Jan./Abr. 2007.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando; SPOSITO, Eliseu Savério. Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013.

SERRA, Rodrigo. O novo marco regulatório do setor petrolífero brasileiro: dádiva ou maldição? In: PIQUET, Rosélia (org.). Mar de riqueza, terra de contrastes: o petróleo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2011.

O impacto dos megaeventos no Rio de Janeiro na habitação

Amanda Santos Felix
Paulo Santos Conceição
Francisco José Batista de Sousa

Há uma longa história de cidades que usam os megaeventos esportivos com a promessa de algum benefício físico duradouro. Pode-se dizer que isso começou na década sessenta em Roma (1960) e Tóquio (1964) - um dos principais legados, na época, era a infraestrutura de transportes. O impacto econômico de grandes eventos atraiu muita atenção, especialmente no que se refere à contribuição dos Jogos para o desenvolvendo de uma cidade. Desta forma, a realização de megaeventos, incluindo exposições mundiais, conferências internacionais ou evento esportivo como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, passou a ser percebida por muitos governos como uma estratégia de desenvolvimento local (Smith, 2014). Não só a realização de eventos de alto nível é vista como uma oportunidade rara para a promoção de locais, ajudando a aumentar a visibilidade global através da cobertura e publicidade da mídia, mas também é percebida como forma de regeneração econômica, estimulando os mercados de consumo doméstico (Sánchez & Broudehoux, 2013). Além do mais, também representa um importante fator de legitimação para alavancar intervenções urbanas, permitindo os governos locais a priorização das transformações urbana, como a melhoria na habitação (Essex & Chalkey, 1998). Há um conjunto crescente de estudos que liga a hospedagem de megaeventos às coalizões de crescimento urbano, promovendo novas construções e reconstruções importantes (Sheppard & Gill, 2012; Gill & Williams, 2014; Edelson, 2011). Uma questão importante é saber, o quanto essas intervenções beneficiam a comunidade local? Quais são impactos gerados? Nas intervenções habitacionais, a revisão da literatura demonstra que, a habitação tem sido um fator-chave do legado antecipado dos megaeventos esportivos. Entretanto, os impactos oriundos destas intervenções são controversos e complexos. Enquanto para algumas cidades, as intervenções foram fundamentais para a regeneração habitacional. Em outros casos, demonstram impactos negativos como, o deslocamento residencial, que faz parte do que Smith (2014) chame de “lado negro dos megaeventos”, onde os moradores existentes são removidos para dar lugar à realização dos megaeventos esportivos. Este artigo estuda o caso do Rio de Janeiro, sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Um dos objetivos do trabalho é analisar as políticas públicas que propiciaram uma série de deslocamentos, como o projeto UPP que é coordenado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro e financiado pelo governo do Estado em conjunto com investidores privados. A lógica especial e social por de trás do programa da UPP são bastante claras: o Estado precisa intervir militarmente em áreas estratégicas da cidade para estabelecer o controle sobre os espaços urbano para a preparação dos megaeventos no Rio de Janeiro. Embora o argumento oficial seja de que o projeto fornece segurança local acreditamos, assim como Gaffney (2016), que a UPP tenha atraído uma onda de deslocamentos nas favelas “pacificadas”, pois atraiu novos interessados no local. Nas favelas do Vidigal, Rocinha, Cantagalo, Chapéu-Mangueira e Babilônia, o

fluxo de novos moradores tem sido notável. O segundo objetivo do trabalho é examinar o impacto dos megaeventos sobre valorização e especulação imobiliária. Desde de o anúncio em 2007 do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016 a dinâmica imobiliária da cidade passou por diversas transformações, especialmente, em quatro regiões da Cidade: área portuária, Zona Sul, Barra da Tijuca e na Favela do Vidigal. Os Jogos Olímpicos geraram pressões imobiliárias significativas no Rio de Janeiro, simultaneamente, o governo da cidade mudou as leis de zoneamento para maximizar a especulação imobiliária. A instalação de uma série de obras para implementação do VLT na Zona Olímpica na região da Barra da Tijuca resultou na remoção de centenas de famílias.

Bibliografia:

ESSEX, S. and CHALKLEY, B. (1998) Olympic games: Catalyst of urban change. *Leisure Studies*, Vol. 17, 187-206.

GAFFNEY, C. (2016) Gentrifications in pre-Olympic Rio de Janeiro, *Urban Geography*, 37(8), 1132-1153.

GILL, A. M. and WILLIAMS, P. W. (2014) Mindful deviation in creating a governance path towards sustainability in resort destinations, *Tourism Geographies*, 16(4), 546-562.

SÁNCHEZ, F. and BROUDEHOUX, A.M. (2013) Mega-events and urban regeneration in Rio de Janeiro: planning in a state of emergency, *International Journal of Urban Sustainable Development*, 5(2), 132-153.

SMITH, A. (2014) Leveraging sport mega-events: new model or convenient justification? *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, 6 (1), 15-30.

O município na federação brasileira: um estudo sobre as transferências constitucionais no Amazonas

Yuji Santos Yano
Ricardo José Batista Nogueira

O Federalismo tem como princípios básicos a igualdade, a autonomia e a cooperação e subsidiariedade entre seus membros, que constituem uma União perpétua e indissolúvel. Isto é comandado pela União, que é quem se encarrega de promover a redistribuição de tributos arrecadados nos mais diferentes pontos do país.

A renovação da Geografia política, a partir da década de 1970, teve como marco fundamental o rompimento dos pressupostos naturalistas, que procuravam explicar as relações entre Espaço e Política instituídos desde o final do século XIX com a obra de Friedrich Ratzel. A partir deste movimento de renovação novos temas foram incorporados às análises como o Colonialismo, a Geografia Eleitoral, a Cidadania, o Federalismo, dentre outros. Este último ingressa nos debates da Geografia Política exatamente porque tem como fundamento a base territorial como uma das formas de representação da sociedade junto ao Estado.

No Brasil, o Federalismo surge como uma alternativa à forma imperial e monárquica que existia desde a independência, quando se proclama, em 1889, a República Federativa do Brasil. Isto representava uma forma de repartição de poder da União entre os entes da federação, as antigas províncias, e agora Estados federados. Na Constituição de 1988, o Brasil admite o município como mais um ente da Federação com atribuições específicas de atuação, obrigações e tributos próprios. Este trabalho tem como objetivo principal descrever as características dos municípios do Amazonas em população e extensão territorial; analisar as relações entre os entes federativos: Município e Estado Federado.

O federalismo ainda tem suas contradições e dificuldades, mas dentre essas adversidades ainda põe como objetivo e princípio fundamental a busca de igualdade, autonomia e solidariedade entre seus membros, constituindo um estado forte e indissolúvel. Isto é comandado pela União, que é quem se encarrega de promover a redistribuição de tributos arrecadados nos mais diferentes pontos do país. Na Constituição de 1988, veremos como e porque ocorreu tal processo descentralizador, mas também assistindo o município como um membro e peça fundamental na composição do pacto federal brasileiro. O país conta atualmente com 5.570 municípios, dos quais 62 estão no Estado do Amazonas, focos desta pesquisa de iniciação científica.

Posteriormente analisaram-se os dados especificamente dos municípios do Amazonas, que serão consultados em acervos do Portal da Transparência, SEFAZ-AM, TCU, Tribunal de Contas do Amazonas e IBGE. Que proporcionarão os dados quantitativos necessários para discorreremos a respeito do tema Federalismo e Geografia.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização / Marta Arretche. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000, 3o edição, agosto de 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Estado Federal. São Paulo: Ática, 1986.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições. – 6 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica”. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

RODRIGUES, Juliana N.-AS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS DE RECURSOS DO FPM E DO ICMS COMO ESTRATÉGIAS DE EQUILÍBRIO SÓCIO-ESPACIAL. PPGeo/UFRJ, 2006.

O Plano Diretor no debate das políticas públicas brasileiras: lições do maior evento socioambiental do país e o caso de Nova Friburgo

Luciana Herdy Messa

Com territórios marcados por profundas desigualdades, os municípios brasileiros apresentam tensões de diferentes naturezas. Alguns problemas de seus espaços podem ser diagnosticados como estruturais, e a superação deles permeará políticas pensadas e conduzidas pelo Estado. A partir de meados da década de 1960, o Brasil consolidou-se como um país majoritariamente urbano, acirrando ainda mais as contradições existentes nas suas cidades. Vale destacar, nesse processo, a pressão dos movimentos populares, principalmente os ligados ao Movimento Nacional Pela Reforma Urbana. A luta desses setores, perante um país que se redemocratizava, foi fundamental para a previsão da política urbana no âmbito constitucional. Em um cenário onde as desigualdades socioespaciais intensificavam-se, foi elaborado um robusto arcabouço legal referente ao tema urbanização. Dentre o conjunto de leis disponíveis ao debate urbanístico, esta explanação destaca o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão dos municípios, o Plano Diretor. Previstos na Constituição Federal, desde 1988, sua aplicabilidade avançou após a aprovação da lei 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Carta Magna. Apesar da celebrada conquista, paradoxalmente, o espaço urbano brasileiro tem revelado entraves para as legislações sobre a política urbana saírem do papel. Por conseguinte, o presente trabalho traz uma reflexão acerca dos Planos Diretores, pois entende como fundamental o papel dos municípios na gestão das políticas públicas territoriais. A ideia é destacar a importância do instrumento em uma produção espacial onde prevaleça a função social das cidades. Ao mesmo tempo, pretende sinalizar, a partir de um caso concreto, quais obstáculos prevaleceram no espaço urbano, impedindo a aplicabilidade das leis. O exemplo de Nova Friburgo, município da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro com o maior número de mortos na "maior tragédia climática" do Brasil, ocorrida em 2011, será uma demonstração da contradição entre a previsão legal e a prática. Quando ocorreu a "tragédia", evento socioambiental intimamente relacionado à ocupação do solo, Nova Friburgo contava com um dos melhores Planos Diretores do Brasil, sendo ele, inclusive, premiado por seu caráter participativo. Apesar de sua aprovação, desde dezembro de 2007, no ano da "tragédia", parte da legislação para sua regulamentação não havia sido aprovada pela Câmara dos Vereadores. Isso significa que a produção de um bom plano não trouxe alterações significativas ao ordenamento territorial do município. Através de argumentos fundamentados na bibliografia proposta, este trabalho assinalará como certos interesses prevaleceram em detrimento de uma maioria. Entrevistas com técnicos, observações diretas e estudos do Plano foram fundamentais para um diagnóstico se as previsões do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo viraram ou não realidade. A conclusão foi de parte considerável de suas previsões caírem em um certo esquecimento. O município, mesmo amparado por um documento no qual a participação popular foi considerada, não encarou novas formas de pensar seus espaços. Dessa forma, o município continuou submetido à lei

municipal de 1988, anterior ao Estatuto da Cidade, a qual a função social da propriedade nem estava inclusa. E provavelmente o ocorrido não se tratou de uma exceção. As legislações por si só não têm amenizado os problemas das cidades brasileiras, posto que a vontade política, aparentemente, não avançou o quanto deveria. Regras bem estabelecidas e diretrizes são essenciais, assim como bons Planos Diretores. Entretanto elas devem sobrepor-se às velhas práticas políticas. Que as lições de Nova Friburgo sirvam de alerta para as cidades brasileiras reverem suas condutas. Para uma mudança efetiva, as administrações precisam trabalhar para as leis saírem do papel, sendo necessário um envolvimento real da população nas políticas públicas. Esse é o desafio proposto.

Bibliografia:

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

LEAL, Rogério Gesta. Direito Urbanístico: condições e possibilidades de constituição do espaço urbano. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

SABOYA, Renato. Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

VILLAÇA, Flávio. As ilusões do plano diretor. São Paulo, Edição do autor, 2005.

O problema das competências federativas nos territórios metropolitanos do Brasil

Eduardo Celestino Cordeiro

O trabalho põe em questão a instituição de Regiões Metropolitanas (RMs), para responder até que ponto as configurações espaciais – e não apenas a norma jurídica – pode ajudar a dirimir dilemas subjacentes às tensões interfederativas aí implicadas. Foi realizado um resgate histórico e apontadas as principais divergências em torno do problema, para, em seguida, concentrar a análise sobre um dos pontos críticos da questão: a configuração das competências dos entes nesses territórios. O problema tem raízes no estigma da centralização política que marcou o primeiro modelo de instituição de RMs no país. Após a Constituinte Federal (CF) de 1988, esse estigma deixou marcas nas Constituições Estaduais, as quais, em geral, expressaram certa apatia e tratamento superficial sobre a matéria (AZEVEDO; GUIA, 2004), dando margem a inúmeras imprecisões jurídicas. Mesmo assim, entre 1988 até 2017, foram criadas 64 RMs, totalizando 73, mas a maioria sobre espaços sem evidências de metropolização (Cordeiro, 2017). Além disso, há um descompasso entre a criação e a operacionalização dessas regiões, onde o primeiro passo ocorreu rapidamente, enquanto o segundo se mostrou estagnado (COSTA, TSUKUMO, 2013). Apesar de tais incongruências, a instituição de uma RM pressupõe espaço específico (o metropolitano) com configurações (regionais) que qualificam dada função pública como questão intergovernamental ou, no mínimo, imprescindível de assim ser tratada. É aí que reside parte das divergências acerca das competências federativas em RMs. Decerto, a CF reserva aos Estados todas as competências que não lhes sejam vedadas pela Lei Maior e a faculdade exclusiva de “instituir regiões metropolitanas [...] para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.” (Art. 25, § 3º). Ocorre, porém, que a aplicação desta última competência tem posto em questão a concepção jurídica do que se irá entender por “interesses locais” de titularidade municipal, em contraponto ao “interesse comum” (PAULA, 2013). A despeito de entendimentos contrários, a jurisprudência em nível federal aponta para seguinte interpretação: a de que se está diante de estrutura interfederativa colegiada, condição sine qua non do tratamento daquilo que for definido como “função pública de interesse comum” (cf. PAULA, 2013). Mas a instituição de uma RM, por si só, não autoriza aos Estados a definirem arbitrariamente o que será legalmente reconhecido como de “interesse comum” e, assim, torná-lo de titularidade da instância metropolitana. O risco é o de um ente, no caso, o Estado, evoque para si competências que lhe são alheias. Essa questão não é – como defenderam alguns juristas – passível de soluções conformada às configurações institucionais do regime anterior. Ademais, é importante destacar a materialidade da qual a Lei se refere, isto é, as especificidades dos espaços metropolitanos, ou melhor, das situações (problemas) que aí necessitam ser tratadas por meio de ações interfederativas. Nos acórdãos analisados, este ponto é pouco explorado, mas ainda menos ponderado é um fato bem conhecido da Geografia: o de que os fenômenos podem ser captados em diferentes escalas geográfica, sem existir alguma hierarquia

que anule a pertinência de uma escala em função de outra (CASTRO, 2014). Na prática, isso repercute sobre a forma de depreender as situações-problemas a ser objeto ou não da gestão metropolitana e, com isso, conceber as configurações das competências dentro da RM. Desenvolvendo mais as implicações desta constatação, a pesquisa chegou à conclusão de que, frente às imprecisões e divergências de ordem jurídico-legal, levar em conta as configurações espaciais do fenômeno metropolitano pode contribuir para resolução de dilemas em torno da divisão de competência nas RMs.

Bibliografia:

PAULA, C. B. de. Jurisprudência do STF sobre Regiões Metropolitanas: delimitação do papel de cada ente federativo. f. 228, Monografia (Especialização em Escola de Formação) - Sociedade Brasileira de Direito Público. São Paulo, 2017

AZEVEDO, S. de; GUIA, V. R. dos M. Os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org). Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Rio de Janeiro: FASE, 2004, 97-110.

CASTRO, I. E. Escala e pesquisa na geografia: problema ou solução?. Espaço Aberto, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 87-99, 2014.

CORDEIRO, E. C.. Da Banalização das Regiões Metropolitanas ao Estatuto da Metrôpole: será o fim das “metrôpoles de papel”? In: Anais do XII Encontro Nacional da ANPEGE. Porto Alegre - RS, 2017.

COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. Para uma Análise-Síntese: uma proposta tipológica para os sistemas de gestão das regiões metropolitanas do Brasil. In: COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. (org). 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil. Brasília: IPEA, 2013, 15-44.

O território em pedaços. A re-territorialização pós deslizamentos e o caso do Parque Ermitage em Teresópolis - RJ

Carlos Renato Ricardo Werneck

Este resumo, pretende, de forma sintética, apresentar uma pesquisa ainda em andamento, sendo uma parte integrada ao desenvolvimento de um projeto mais amplo em uma pesquisa de Mestrado. Busca entender como este recorte viabiliza a formação de novos territórios, mediados sobretudo pelas interações espaciais decorrentes de uma série de eventos de deslizamento de massa e enchentes na região serrana do Rio de Janeiro ocorridos em 2011. Entendemos aqui as interações espaciais a partir da perspectiva apresentada por Corrêa (1997) em que as interações espaciais constituem-se um amplo e complexo conjunto de deslocamentos sobre o espaço geográfico, sendo compreendida como parte integrante da reprodução e transformação social. Assim, esta pesquisa, apresenta enquanto recorte espacial, o Conjunto Habitacional Parque Ermitage, em Teresópolis – RJ. Tem enquanto seu recorte temporal o momento presente, mas considera que os eventos passados, como os deslizamentos de 2011, são fundamentais para se caracterizar a atual configuração territorial do Conjunto Habitacional, e também como este território em particular se integra a escala territorial municipal. Entendemos aqui o território a partir da perspectiva apresentada por Marcelo Lopes de Souza (2013) que entende que o conceito de território remete a conjunção dos conceitos de espaço e poder (Souza, 2013, p.86). Mas, através deste autor entendemos também que o território não se associa somente ao poder, mas também a questões políticas, culturais, ambientais e econômicas. Assim, o território não é somente um substrato espacial material, mas um campo de forças. (Souza, 2013, p.87). No entanto, o território, não deve ser compreendido somente através de seus limites políticos, mas também como forma de se entender outras formas de organização social, como movimentos sociais etc. (Souza, 2013, p.98-100). Desta forma, entendemos que a remoção das vítimas daquele evento, pode ser compreendida enquanto parte da formação de novos limites territoriais, em diferentes escalas, associando-se a questões como a segregação residencial. A justificativa para o desenvolvimento deste trabalho, vem na perspectiva de entender os processos territoriais associados ao evento, e como modulam o território. Assim, entendemos através da perspectiva de Rogério Haesbaert (2010), que os processos de desterritorialização, e reterritorialização se tornam ferramentas conceituais pertinentes para a compreensão deste fenômeno, entendendo que, a partir da perspectiva dos sujeitos, há possibilidade de se compreender um evento extremo enquanto um processo forçado de desterritorialização, visto a destruição, e a interdição de diversas residências no município, sobretudo na região serrana do estado, que forçaram estes sujeitos a buscar novas formas de territorialização, associado a um processo de migração intra-urbana, provocando o deslocamento de moradores de bairros afetados para outras áreas da malha municipal. Nesse sentido, buscamos através do Conjunto Habitacional compreender como se dá o processo de reterritorialização destes sujeitos, entendendo que o território do conjunto habitacional foi construído para abrigar as famílias que perderam suas residências no

evento, e assim, através de suas novas interações espaciais constroem novos usos do território, constituindo um processo de reterritorialização. Este processo influi na escala local, e visto que o conjunto constitui-se como a nova residência de 1600 famílias que de alguma maneira foram vítimas do desastres ambiental ocorrido no município. Nesse sentido, o conjunto habitacional integra-se a dinâmicas da cidade, influencia e é influenciado por seus fluxos, constituindo um processo de formação territorial específico deste recorte, envolvendo microterritorialidades, e relações de poder específicas. A metodologia deste trabalho busca revelar através de roteiros de entrevistas e questionários, onde estes sujeitos estavam territorializados antes do evento, e como sua desterritorialização, e posterior reterritorialização no conjunto habitacional pode ou não alterar a organização territorial do município. Enfim, buscando através deste levantamento realizar a geração de dados que possibilitem a geração de produtos cartográficos, que viabilizem a compreensão de como os fenômenos e processos de criação e apropriação de territórios encontram-se localizados no município, possibilitando novas formas de compreender estes processos, sobretudo baseado na interação dos sujeitos espacialmente territorializados.

Bibliografia:

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações Espaciais. In: Explorações Geográficas. Org. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. Antares (Letras e Humanidades), Caxias do Sul, nº 3, jan/jun 2010.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP, Departamento de Geografia, 20-26 de março de 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77-111

O uso de instrumentos contidos no Estatuto da Cidade para promoção de políticas urbanas de reconversão de áreas

Marcos de Lázaro d'Ávila Garcia

O trabalho proposto abordará o uso de instrumentos contidos no Estatuto da Cidade (Lei no 10257/2001) como possibilitadores para políticas de ordenamento urbano em escala intramunicipal, visando, assim, um maior entendimento das viabilidades de aplicação desses instrumentos na reconversão de áreas que sofreram obsolescência no tecido urbano das cidades, isto é, áreas que hoje se encontram degradadas ou subutilizadas.

Além disso, o estudo desses instrumentos nos permite explicitar estratégias por parte dos gestores das cidades de novas fontes financeiras e de novas políticas públicas para reordenamento do território. Questão essa central, pois traz no bojo uma possível resposta à crise fiscal que muitas das cidades brasileiras enfrentam atualmente.

Como percurso de pesquisa propomos um recuo histórico no qual elencaremos a gênese dos instrumentos de ordenamento das cidades no Brasil, como, por exemplo, a disputa pela Contribuição de Melhorias na década de 1920 em São Paulo, os instrumentos de zoneamento, a Carta de Embu, que garantiu embasamento jurídico para a proposta de solo criado e arrecadação das mais-valias geradas no processo de valorização das cidades, e ainda as Operações Interligadas e Operações Urbanas Consorciadas. Este procedimento de recuo se justifica para compreendermos como se deu a elaboração do já citado Estatuto da Cidade, e como este aponta uma maturidade no debate no que tange a ferramentas de gestão da cidade.

Seguindo a esta parte introdutória, a pesquisa buscará traçar o panorama atual, trazendo para isso o uso de dois instrumentos contidos no Estatuto da Cidade, a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) e o Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), e fará isso através do estudo de caso de três cidades do Brasil: Niterói, Rio de Janeiro e São Paulo. O estudo de caso dessas cidades nos permitirá ver na prática as dificuldades, acertos e possibilidades de uso de instrumentos.

A análise desses casos permitirá ainda a possibilidade de visualizar como o uso desses instrumentos é feito na prática e nos permite ainda levantar alguns questionamentos, tendo como base a questão principal da pesquisa: estes instrumentos permitem a reconversão de áreas que sofreram o processo de esvaziamento devido à reestruturação produtiva? Como veremos ao longo desse trabalho, o uso ou não do ferramental contido no Estatuto, apesar de “pacificado” pela lei federal, a possibilidade da sua aplicação depende ainda de outros fatores, como a gestão das proativa das cidades (no que tange a política urbana), vontade e possibilidade política para sua efetiva utilização e também como esses fatores

elencados atrapalham e geram novas possibilidades de usos e conflitos para implementação efetiva das possibilidades do Estatuto da Cidade.

Longe de esgotar a questão, o trabalho se propõe a se inserir em um acúmulo já denso da literatura sobre o desenvolvimento e utilização dos instrumentos de gestão urbanísticos no Brasil. Entretanto, esse trabalho tentará trazer como premissa inicial um âmbito ainda pouco estudado, que é o uso de instrumentos urbanísticos para fazer frente à reestruturação produtiva nas cidades.

Bibliografia:

CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. Operações Urbanas em São Paulo: Interesse Público ou Construção Especulativa do Lugar. São Paulo, 2006. 395 p. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2006.

FURTADO, Fernanda. Instrumentos para a Recuperação de Mais-Valias na América Latina. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v. XI, n.1 e 2, 1997. 163-205 p.

MONTANDON, Daniel Todtmann. Operações Urbanas em São Paulo: da negociação financeira ao compartilhamento equitativo de custos e benefícios. São Paulo, 2009. 145 p. Dissertação de Mestrado em Arquitetura

e Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

Obstáculos na implantação e manutenção do Cadastro Territorial Multifinalitário nos municípios brasileiros

Vanessa Silva de Moraes
Juarez Antônio da Silva Júnior
Raquel Arcoverde Vila Nova

A necessidade de implantação de um Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) é uma realidade dos municípios brasileiros, uma vez que está totalmente vinculado com uma boa gestão pública. Infelizmente, o que acontece no cenário atual em grande parte dos municípios é a existência de um Cadastro exclusivamente fiscal, em que muitos se apresentam desatualizados. O Cadastro é como uma fonte de dados que estabelece informações para tomada de decisões. O termo Multifinalitário remota a ideia de combinação de elementos do cadastro fiscal, com o cadastro jurídico e com o cadastro territorial. O seu escopo apresenta uma ferramenta essencial para inúmeras vertentes dentro de uma gestão pública, como educação, hidrologia, saúde, segurança pública entre outras, visto que apresentarão seus dados interligados e compartilhados entre si. Este artigo é resultado de uma pesquisa de levantamento realizada a respeito das principais dificuldades de implantação e manutenção do Cadastro Multifinalitário nos municípios do Brasil. De acordo com a FIG – Federação Internacional de Agrimensores (Federation Internationale des Geometres), as parcelas são unidades de registros bem definidas por limites formais ou informais que delimitam a extensão de terra para uso exclusivo de indivíduos (famílias, sociedade ou grupos comunitários). Dentro desse contexto, o embasamento do CTM está relacionado com o levantamento dos limites de cada parcela territorial, o que é um equívoco por parte dos interesses da administração pública ao cadastrar apenas lotes para fins tributários e não parcelas em gerais. Tal equívoco é um dos problemas na implantação do CTM, quando não se mapeia de modo contínuo todo o município. Dentre inúmeras dificuldades para sua implantação, uma das iniciais é o apoio financeiro, o que de modo é bastante errôneo, pressuposto que todo dinheiro investido por parte das prefeituras é recuperado na aquisição de tributos fiscais, além de inúmeras melhorias em que o Cadastro Multifinalitário agrega. Segundo Loch (2005), a gestão territorial precisa obrigatoriamente de um referencial geodésico e cartográfico que conceda que todos os demais produtos, progressos e/ou futuros possam ser a ele interligados, por exemplo, através de software SIG. Sendo assim, para realizar o cadastramento das parcelas territoriais, é fundamental a existência de uma base cartográfica completa e atualizada. Todavia, o que acontece em muitos municípios do país é a posse de dados cartográficos desatualizados, quando inexistente. Vale ressaltar que um dos problemas na implantação ou atualização do CTM é por parte da aceitação popular, que por vezes influencia na tomada de decisão política, em virtude que se faz necessário o contato direto com a população pra efetuar o cadastro. Cabe destacar também, a escassez de profissionais da área, como engenheiros cartógrafos e agrimensores, que obstaculiza o processo adequado de inserção do CTM. Um agravante que requer atenção é que diferente do cadastro rural, não existe uma legislação, até o momento deste artigo, com relação às normas para o

cadastro territorial nos municípios do Brasil. Tais normas seriam de total importância para políticas públicas territoriais, não apenas no momento da implantação de um CTM, como também para sua atualização, posto que existem alguns cadastros realizados no país, que se encontram atualmente desatualizados ou restritos exclusivamente à uma determinada secretaria dentro das prefeituras. Isso ocorre comumente em alguns casos, quando não existe uma equipe capacitada para atuar no setor de cadastro e quando não se realiza atualizações constantes e sim periódicas com grande espaço de tempo. Dentro do contexto das desatualizações do CTM, a mudança da gestão pública é um dos principais problemas no prosseguimento das atualizações urbanas cadastrais, visto que a troca de equipe acarreta, por vezes, um desinteresse administrativo em projetos investidos anteriormente por outra gestão. Do ponto de vista das políticas territoriais, nota-se a lacuna com o cadastro territorial multifinalitário no Brasil, existindo diferentes obstáculos tanto na sua implantação, assim como na sua atualização. Por conseguinte, a ausência de um sistema adequado para informações confiáveis, deixa esmorecida a base para ações voltadas ao desenvolvimento urbanístico e ambiental das cidades.

Bibliografia:

CARNEIRO, Andréa Flavia Tenório. Cadastro imobiliário e registro de imóveis. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 511 de 07 de dezembro de 2009. Diretrizes para a criação, instituição e atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) nos municípios brasileiros. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/140/titulo/-diretrizes-para-a-criacao-instituicao-e-atualizacao-do-cadastro-territorial-multifinalitario-nos-municipios-brasileiros> Acesso: 10 de fevereiro 2018.

LOCH, Carlos. “A Realidade do Cadastro Técnico Urbano No Brasil” In: XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2007, Florianópolis. Anais de Resumo. Florianópolis: INPE, 2007. p. 5357-5364.

Operações urbanas como solução das operações urbanas: notas sobre a fuga pra frente do urbanismo carioca

Daniel Mendes Mesquita de Sousa
Paulo Bastos

O período pós-guerra observou a contínua urbanização da população mundial, acarretando novos desafios para a organização das cidades em todo o mundo, em especial as localizadas nas semiperiferia e periferia do mundo capitalista. Com o espraiamento das ideias neoliberais na consolidação da predominância capitalista no mundo, denominado de globalização, as ideias e estratégias de planejamento dos territórios das cidades vem sendo organizadas por atores do capital, sobretudo o imobiliário, em parcerias com diferentes níveis de governança.

O presente trabalho busca colaborar com a elucidação de um destes mecanismos. As operações urbanas consorciadas (OUC) é um deles, e começou a ser utilizada na cidade do Rio de Janeiro na gestão Eduardo Paes, e seu sucessor Marcello Crivela, visa realizar através de parcerias público-privadas já previstas no Plano Estratégico (2017-2020) de sua gestão.

O objetivo das OUCs, segundo o Estatuto da Cidade, é a transformação socioambiental de uma determinada região, viabilizada através da flexibilização dos parâmetros de uso e ocupação do solo, como forma de antecipar a renda da terra proveniente da futura ocupação. Esse mecanismo pode se realizar através da venda de certificados imobiliários (CEPACs) emitido na bolsa de valores.

Entretanto, diversos estudos, como Fix (2001, 2003), Ferreira e Maricato (2002), Vilarino (2006), Cardoso (2013), Santoro (2013), Diniz (2014), Sousa (2016) apontam que esse instrumento não tem servido como forma de melhoria urbana para a população residente na região. Mas, sim, para viabilizar maneiras de promover uma renovação urbana, bem como uma limpeza urbana, ou mesmo a expulsão da população de baixa renda das áreas de maior centralidade da cidade.

A abordagem utilizada tomará como referência o estudo metodológico para Grandes Projetos Urbanos (VAINER, et al, 2012), que aponta as seguintes dimensões de análise: (a) Política, contexto sociopolítico do município; (b) Institucional, processos decisórios e controle social; (c) Simbólica, ordem de justificação do projeto; (d) Urbanística, relacionada aos consultores e projetistas e à concepção do programa do empreendimento; (e) Fundiária, transformação da estrutura fundiária e análise das mais-valias imobiliárias; (f) Socioambiental, processos de gentrificação e segregação; (g) Econômico, elementos financeiros e impactos fiscais.

A questão que este artigo pretende se debruçar é, se como aconteceu em São Paulo, o planejamento urbano carioca irá se voltar para parcelas do território, através da proliferação das OUCs, como resposta aos resultados – que tudo indicam parecem

estar abaixo das expectativas– e quais os limites ou possibilidades podem se desdobrar deste processo.

O executivo municipal parece atuar de duas formas para impulsionar as operações: (1) tentar alterações na legislação urbana, que vai desde a proliferação de propostas de OUCs, como o Plano Estruturação Urbana (PEU) da região das Vargens, Rio das Pedras, Presidente Vargas, bem como a alteração no Código de Obras em pauta na Câmara Municipal do Rio de Janeiro; (2) captar investidores privados internacionais para financiar suas pretensões. O que é reproduzido na cidade do Rio de Janeiro é a procura desenfreada por financiadores dos projetos de governo, sem nem mesmo um esforço, como aponta Sonia Rabelo (2017), de realizar o que São Paulo realizou ao implementar a Outorga Onerosa em todo seu território, lembrando que a cada licenciamento de edificação, está deixando de arrecadar recursos urbanísticos públicos, que seriam investidos nas prioridades urbanas, na nossa forma de ver na habitação social. Segundo ela, “a implantação da OODC no território da Cidade é condição necessária para se pretender fazer, em partes do território, projetos especiais de Operações Urbanas Consorciadas”. Outra ausência no debate das OUC é sobre modelo de gestão da Operação, tudo indica que seguirá o modelo do Porto Maravilha, que se quer conta com a participação comunitária.

Para tanto, este artigo estará organizado, além desta introdução, da seguinte maneira. A primeira parte trará uma breve contextualização de como as OUCs estão sendo interpretadas no município do Rio de Janeiro, seguida das principais iniciativas do executivo: Porto Maravilha, Plano Estruturação Urbana (PEU) da região das Vargens, Rio das Pedras, Presidente Vargas. Na segunda, à luz do contexto sociopolítico e Institucional, analisaremos como os processos decisórios vem acontecendo e como o executivo vem tentando implementar as Operações. Na terceira, discutiremos os desdobramentos, a transformação da estrutura fundiária a partir da análise das mais-valias imobiliárias, os processos de gentrificação e segregação e seus impactos econômico do processo. Por fim, na conclusão apontaremos os limites e as possibilidades abertas com a opção do executivo de ampliar a utilização deste instrumento.

Bibliografia:

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. O papel da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro na estruturação do espaço urbano: uma “máquina de crescimento urbano”? in *O social em questão*, Rio de Janeiro, Ano XVI, n. 29, p. 69-100, jan. 2013.

FERREIRA, João S. W.; MARICATO, Ermínia. Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística ou aprofundamento da desigualdade? In: Leticia Marques Osorio. (Org.). *Estatuto da Cidade*. 1ed. Porto Alegre/São Paulo: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002, p. 215-250.

FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Ed. Boitempo. 1. 256p, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora. In: *Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VAINER, C.; LEAL DE OLIVEIRA, F.; NOVAIS, P. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In: OLIVEIRA et al. *Grandes Projetos Metropolitanos*, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2012. (p.11-23).

Ordenamento territorial: um olhar geográfico para com os pequenos municípios da rodovia Belém – Brasília no perímetro maranhense

Francisco Lima Mota
Marcos Nicolau dos Santos Silva
Rosimary Gomes Rocha

A discussão acerca do Ordenamento Territorial (O.T.) está na pauta da ciência geográfica em suas múltiplas abordagens e ramificações. A necessidade de ordenar melhor o território nacional com o intuito de diminuir desequilíbrios, consubstancia nos dias de hoje uma das pautas das políticas públicas no sentido de melhor ordenar o território. A literatura do O.T apresenta como necessária na formação desse conceito, a discussão de outros conceitos como ordem, desordem, desenvolvimento, planejamento e território. Este último, entendido a partir de um conteúdo cheio de termos como: integração, socialmente construído, “usado”, redes de organizações, relações de poder e autonomia, somente para citar alguns. Ao utilizar essa ideia de território, têm-se no governo central, encaminhamentos principalmente a partir da Constituição de 1988, de planos de desenvolvimento pautados na descentralização política que resultou na descentralização dos recursos públicos, estando hoje, suas aplicações na responsabilidade de Estados e Municípios, fato que foi bem observado durante a realização deste trabalho ao analisarmos os Marcos Referenciais do Desenvolvimento de Territórios Rurais, bem como quando estudamos o papel dos municípios no Ordenamento Territorial. Já na segunda metade do século XX a rede urbana brasileira vem passando por mudanças significativas, explicitando uma tendência e/ou inversão dos seus moldes, levando a concentração populacional nas grandes aglomerações em direção às médias, como também para as pequenas cidades. Dos 217 municípios instalados no Estado do Maranhão, mais de 90% são considerados de pequeno porte. O presente texto objetiva interpretar a lógica dos pequenos municípios maranhenses situados às margens da rodovia Belém – Brasília no perímetro maranhense, no contexto do Ordenamento Territorial. Como espaço político-administrativo que hierarquicamente está distante do Governo Federal, o município ficou muitas vezes fora das discussões sobre o ordenamento territorial do país. As discussões que envolvem o ordenamento territorial no Brasil, de acordo com (RUCKERT, 2005 e 2007), (COSTA,2005), (MORAES,2005) e (BECKER,2005), contribuem para um entendimento de que a construção de uma Política de Ordenamento Territorial (PNOT) foi implantada em um cenário de mudança de sentido das políticas territoriais do Estado brasileiro, inseridas no contexto da globalização e da competitividade, assim como inserção sul-americana, reforma do Estado territorial e de incertezas de paradigmas de políticas públicas após a crise de Estado Desenvolvimentista. Ordenamento Territorial constitui um tema interdisciplinar e em construção. E. de uma forma geral, a produção textual apresentada a seguir, ainda como resultados das experiências docentes dos autores, traz elementos da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) a partir da discussão de vários cientistas, dentre eles, geógrafos. Apresenta também,

considerações preliminares acerca da relação entre aplicação de recursos públicos e ordenamento territorial em municípios do Maranhão.

Bibliografia:

BECKER, Berta K. Síntese das Contribuições da Oficina da Política Nacional de Ordenamento Territorial. IN: Para Pensar uma Política de Ordenamento Territorial. Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília, 13-14 de novembro de 2003. Ministério da Integração Nacional /Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Wanderley Messias da. Subsídios para uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. In Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), 2005,p.55 a 59

MORAES, Antônio Robert. Ordenamento Territorial: Uma conceituação para o Planejamento Estratégico. In: Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), 2005, p.43 a 47.

RÜCKERT, Aldomar A. A Política Nacional de Ordenamento Territorial Brasil: uma Política territorial contemporânea em construção. Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, 28 de maio a 01 de junho de 2007

Participação infantojuvenil no planejamento e gestão urbanos: experiências governamentais brasileiras (1990 - 2017)

Marilia Tuler Veloso

Este artigo discorre sobre a participação de crianças e jovens, considerando-se estes enquanto sujeitos políticos, nos processos institucionais de planejamento e da gestão urbanos, no contexto brasileiro. Desde 2001, com a homologação do Estatuto das Cidades (lei nº 10.257), inúmeros são os esforços e trabalhos no sentido de compreender as potencialidades, vitórias e fraquezas da nova legislação diante da participação popular no planejamento e na gestão das cidades. Ademais, fica claro que o texto esteve sujeito a interpretações e distorções subsequentes quanto ao seu proposto. Via de regra, as massas se mantiveram excluídas em número, diversidade ou por falta de efetividade participativa. Diante disso, e constatando que nem mesmo a grande maioria dos adultos conseguiu ter acesso pleno a um espaço de democracia direta, propor que se incluam as crianças é um grande desafio. O sujeito criança, enquanto sujeito político, tem tido pouca visibilidade como fator de relevância na construção coletiva das cidades. Quando a criança aparece, é tida como objeto e não como sujeitos. Em torno desta argumentação, explicita-se primeiramente a fundamentação teórica de se considerar o “sujeito criança” como sujeito político, e qual é a relevância desse sujeito para estrutura social como um todo. O objetivo deste artigo é sistematizar, como parte do desenvolvimento de dissertação de mestrado, as iniciativas governamentais a partir da década de 1990, que tenham buscado incluir a criança e o adolescente nos processos participativo de planejamento e gestão urbano, tendo como referência os Planos Diretores e os Orçamentos Participativos, considerando-os como tradução, dentro da institucionalidade brasileira, em termos de planejamento e a gestão urbana. Com base neste argumento, são incluídas todas as experiências encontradas sob as designações: OPCA (Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente), OPC (Orçamento Participativo Criança), OPJ (Orçamento Participativo Jovem/Juventude), OPM (Orçamento Participativo Mirim), e suas possíveis variações. Além da experiência “Dia feliz” de Icapuí (CE), tendo se identificado natureza semelhante às primeiras; e o projeto “Urbanista Mirim” em Curitiba, que é o único caso encontrado relativo ao Plano Diretor, totalizando 18 experiências. Como base para a avaliação dos estudos de caso, inspira-se no percurso metodológico feito por Marcelo Lopez de Souza na obra “A Prisão e a Ágora: Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades” (2006) que levanta, por um lado, os aspectos espaciais do planejamento e da gestão urbanas, e por outro, os aspectos referentes à participação em si. Para avaliar a profundidade participativa, utiliza-se a escala de grau de abertura a participação (SOUZA, 2006), assim como os “indicadores de consistência”: 1) profundidade e extensão da participação, 2) extensão da participação, 3) grau de transparência e accountability, 3) unidade espacial, e 4) disponibilização de recursos. Especificamente, como forma de abordagem dos aspectos espaciais do planejamento e gestão participativas, utiliza-se também a abordagem de Souza (2006), porém de forma associada à perspectiva Henri Lefebvre que desdobra o conceito de escala em dois aspectos: o primeiro, da

escala-nível (diferentes dimensões hierarquizadas) e o segundo, da escala-território (dimensões reais de um território ou lugar). Adiciona-se, diante da especificidade do processo de isolamento infantil, a avaliação do caráter público/privado, além de observações complementares a respeito da: (i) abrangência de faixa etária, (ii) período e duração do projeto, (iv) e métodos de debate e propositivos. No contexto deste trabalho, após análise dos estudos de caso, a principal conclusão sobre as experiências de inclusão de crianças e jovens, como sujeitos políticos, na participação na gestão e planejamento urbanos, é referente à falta de diretriz nacional que regule o processo. Em função disso, várias experiências que se autodesignam Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente (ou similares), não possui grande profundidade participativa, servindo mais para promoção das gestões que propriamente para efetivação do acesso das crianças à democracia participativa.

Bibliografia:

ANTUNES, Ângela. Orçamento Participativo Criança: exercendo a cidadania desde a infância. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004.

COELHO, Luciana Xavier Pinto (org.). O mito do planejamento urbano democrático: reflexões a partir de Curitiba. Curitiba: Terra de Direitos. 20152.

COSTA, Emily de Andrade; GUERRA, Eliana; e MAGALHÃES, Sandra. Día feliz - Jugando em serio a la ciudadanía: Niños, niñas y jóvenes participando em la gestión de la ciudad. In: [FIORELLA, Mackliff V.]. Niños, niñas y jóvenes construyendo democracia participativa em ciudades Latinoamericanas y caribenhas: Sistematización de 5 experiencias de ciudades amigas de los niños y niñas]. Quito: PGU-ALC/UM-HABITAT, 2003. 55 - 74.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A Prisão e a Ágora: Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006;

VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. A cidade contra o Estado: ensaio sobre a construção política de escalas e institucionalidades. In: [COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Teorias e Práticas Urbanas: Condições para a Sociedade Urbana]. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

Planejamento territorial participativo na comunidade caiçara da Praia do Sono, península da Juatinga, Paraty - RJ

Amanda Regis Faro
Luiz Renato Vallejo

A comunidade tradicional caiçara da Praia do Sono, localizada na península da Juatinga, município de Paraty- RJ, é marcada historicamente por conflitos fundiários e vem passando por um acelerado processo de reconfiguração de seu território.

As mais significativas alterações territoriais tiveram início na década de 1970, a partir da abertura da estrada Rio- Santos (BR 101), quando interesses turísticos e imobiliários alcançaram a região. É nesta década que se iniciam os conflitos oriundos da grilagem das terras desta comunidade e das restrições de acesso impostas pelo Condomínio Laranjeiras, empreendimento imobiliário de luxo vizinho ao Sono. Nas décadas de 80 e 90, junto com a criação de duas unidades de conservação, concebidas a princípio como forma de inibir o avanço da especulação imobiliária e para proteger o modo de vida caiçara, foram impostas restrições territoriais à comunidade. Mais recentemente, porém de forma igualmente intensa, o turismo de massa tem ocupado o território da comunidade da Praia do Sono nos principais feriados nacionais. O turismo, como uma das principais atividades econômicas dessa comunidade atualmente, faz com que o território seja novamente posto em disputa, mas agora internamente.

Da mesma forma como o território se desdobra ao longo de um continuum, em cujos extremos encontram-se o território imaterial e território como matéria, como apontado por Haesbaert (2004), as disputas territoriais também se ajustam a esse continuum, a depender se o território em disputa é objeto de lutas coletivas ou individuais.

O território pensado através da lógica que lhe atribui valor econômico revela as relações de poder estabelecidas no interior da comunidade, e faz com que as decisões sejam tomadas a partir de interesses particulares. Essas novas lógicas de organização territorial são impressas na paisagem, seja através do crescimento no número de construções, dos recentes cercamentos, da apropriação e abertura de novas áreas, do estrangulamento dos caminhos de servidão, da proximidade das construções entre si e em relação à praia, dos casos de vendas de posses e da apropriação particular de áreas historicamente coletivas.

A falta de iniciativas, que considerem as múltiplas territorialidades que incidem sobre a comunidade do Sono e que propiciem um exercício de reflexão conjunta para o desenvolvimento do território, contribui para a permanência dos conflitos territoriais internos à comunidade e desta com poder público e com o setor turístico.

Segundo Sack (1986), é preciso que se descubra as motivações da territorialidade, isto é, sob que condições e porquê ela é ou não empregada. Assim, como forma de

contribuir com esta discussão, esta pesquisa busca compreender os diversos fatores que influenciam a dinâmica de ordenamento territorial da comunidade da Praia do Sono em suas diferentes escalas, desde uma análise dos fatores locais, dos fatores externos e a interação entre eles. Além disso, tem como objetivo também propor, testar e avaliar um espaço comunitário de discussão e de tomada de decisão sobre o território, que posteriormente possa ser incorporado pela gestão pública.

As ideias e propostas de investigação e intervenção contidas nesta pesquisa surgiram das diversas conversas estabelecidas com as lideranças da Associação de Moradores da Praia do Sono durante os últimos 6 anos, proporcionadas pela experiência profissional e pela militância política da pesquisadora.

Para alcançar os objetivos da pesquisa inicialmente será realizada uma análise documental de expedientes da gestão pública das Unidades de Conservação envolvidas (Reserva Ecológica Estadual da Juatinga e Área de Proteção Ambiental do Cairuçu) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como atas de conselhos, planos de manejo, censos e cadastramentos, solicitações de construções, emissão de autorizações, registros históricos, dentre outros. A proximidade profissional da pesquisadora com estas instituições públicas citadas também facilita o acesso a alguns documentos, além da obtenção de dados de campo, uma vez que possibilita o processo contínuo de observação participante. Através da análise documental será traçado um perfil estratificado dos moradores (exemplo: classificação dos moradores por quantidade propriedades e função social das mesmas), que será utilizado para definir eixos para aplicação de entrevistas semi-estruturadas.

Esta pesquisa, através de parceria com a Área de Proteção Ambiental do Cairuçu e Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde está pensando estratégias que favoreçam o diálogo entre os moradores da comunidade, considerando as relações de poder existentes, com vistas a criar um espaço comunitário de tomada de decisão sobre o território.

Bibliografia:

- LITTLE, P. E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.
- HAESBAERT, R. (2007). Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19 – 45.
- HAESBAERT, R. (2013). Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, 9.
- SACK, R. D. (1986). *Human territoriality: its theory and history*. CUP Archive. Vol 7.

Política externa brasileira e a pauta urbana: o Brasil na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável

Charles Serra Tabarin

Com o fim da Guerra Fria e da União Soviética no final do século XX, o Capitalismo passa a predominar como um sistema global, repercutindo em uma nova fase capitalista, a Globalização. Consequentemente, há a formação de uma nova agenda internacional, baseada na cooperação. Com a abertura de espaço para novas questões nas relações internacionais, as Conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas, seguindo o curso do novo modelo, apresentam inovações, como a inclusão de temas de caráter social na agenda internacional e a participação de novos atores nas Conferências.

Em consonância com a expansão desenfreada das cidades no mundo todo, a questão urbana começou a ser tratada como questão internacional, junto a outras temáticas sociais, com o Clube de Roma, em 1968 e, têm ganhado cada vez mais relevância, dado que a maioria da população mundial passa a habitar os centros urbanos a partir de 2007, de acordo com a ONU-Habitat.

As Conferências Habitat se traduziram na busca das Nações Unidas em coordenar as discussões urbanas na escala internacional. A primeira conferência do gênero ocorreu em 1976, na cidade canadense de Vancouver e foi denominada Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I). Nos documentos resultantes das Conferências, reconheceram-se os problemas urbanos e a necessidade de enfrentamento por meio de Estados fortes e reguladores, mediante a igualdade na distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico. Já a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, realizada em 1996, em Istambul, exaltou a descentralização e o poder local, sendo que a urbanização passou a ser vista como uma oportunidade, e as cidades, vetores de desenvolvimento. Por fim, a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), efetivada em Quito no ano de 2016, teve como principal resultado a aceitação do Direito à Cidade, que foi amplamente debatido e enfrentava resistência por parte dos países.

A política externa brasileira tem atuado ativamente na Cooperação Sul-Sul, buscando se firmar como um porta-voz dos países periféricos e, talvez, com isso, conseguir uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, representando estes países. Isso também ocorre nas pautas e conferências internacionais de temáticas sociais, nas quais o Brasil tem se consolidado como um importante ator.

Dessa forma, o objetivo central dessa pesquisa foi a verificação do ativismo do Brasil na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), compreendendo seu papel na elaboração da Nova Agenda Urbana.

Para isso, foram realizados levantamentos bibliográficos para a investigação teórica da política externa brasileira, principalmente no que tange aos debates e acordos internacionais de temáticas sociais, dentre as quais se destacam as temáticas de gestão urbana. Também foi efetuada uma análise da evolução internacional do debate da questão urbana, por meio de documentos resultantes e sobre os eventos internacionais que discutiram o tema, com destaque para as Conferências Habitat. Por fim, foi efetuada uma avaliação da atuação do Brasil na Terceira Conferência Habitat e seu papel na elaboração da Nova Agenda Urbana, através da análise de documentos preparados pelos Ministérios e demais atores representantes do país na Conferência, como o “Relatório Brasileiro para a Habitat III” e o pronunciamento oficial da chefe da delegação brasileira, a secretária Nacional de Habitação, Henriqueta Arantes, no evento.

Com isso, conclui-se que o Brasil teve voz ativa no processo de formulação da Nova Agenda Urbana e, principalmente na inclusão do Direito à Cidade no documento final, proposta apoiada pelo país e outras nações latino-americanas, mas encontrava a oposição de atores como a União Europeia, os Estados Unidos, a Rússia e o Japão, que tinham receio das implicações jurídicas do uso da palavra “direito”. Ainda observa-se que a atuação brasileira em questões internacionais de temáticas sociais pode se associar a um projeto de protagonismo brasileiro como uma forma de influência global e projeção do país como potência regional hegemônica na América Latina.

Bibliografia:

ALVES, Jose Augusto Lindgren. Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências. Brasília, DF: IBRI, 2001. 430 p.

ANTONUCCI, Denise; ALVIM, Angélica Benatti; ZIONI, Silvana; KATO, Volia Regina Costa. UN-Habitat: das declarações aos compromissos. São Paulo, SP: Romano Guerra, 2010. 159 p.

BALBIM, Renato (org.). Geopolítica das Cidades: velhos desafios, novos problemas. Brasília: IPEA, 2016. 364 p.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório brasileiro para o Habitat III. Brasília: ConCidades, IPEA, 2016.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de.; LESSA, Antonio Carlos. (Orgs.) Relações internacionais do Brasil: temas e agendas, volume 2. São Paulo, SP: Saraiva; 2006. 491p.

Políticas territoriais na metrópole no contexto da globalização: a refuncionalização do porto do Rio de Janeiro através do projeto Porto Maravilha

Antonio Carlos Lessa da Rocha

As metrópoles neste século XXI vêm manifestando um êxodo, em várias esferas, e a atração das grandes empresas é cada vez menor, como também de população migratória. Segundo o último levantamento do IBGE (2010), houve também uma significativa diminuição de contingente populacional e empresarial que está cada vez migrando para as médias e pequenas cidades. Ainda segundo este levantamento, as cidades que mais receberam migrantes foram as cidades médias – que possuem, pelo menos, uma população igual ou superior a quinhentos mil habitantes. Ferreira (2011) analisa essa nova dinâmica da cidade neste século, evidenciando as transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente, metrópoles como o Rio de Janeiro adotam novas formas de atrair capitais, justamente através da realização de grandes eventos, que geram grandes planos de intervenção urbana na cidade. O Porto Maravilha é um deles: um plano de reestruturação urbana na área do Porto do Rio, região que foi por muitos anos “esquecida” pelas autoridades públicas estaduais e municipais.

Há alguns anos a Prefeitura do Rio de Janeiro vem realizando estudos sobre a área portuária da cidade, que compreende a porção oeste da Baía de Guanabara e abrange quatro bairros periféricos ao Centro: Gamboa, Saúde, Santo Cristo e Caju. Atualmente esta área está muito desvalorizada. Além da favelização que vem ocorrendo, a arquitetura local está bastante danificada e numa posição geográfica “isolada” em relação à malha urbana da cidade. Visando recuperar e revitalizar a área, a prefeitura do Rio criou, em 2001, o Projeto Porto do Rio ou Porto Maravilha, que visa recuperação esses espaços, reintegrando-o à mancha urbana.

Antigos portos como do Rio de Janeiro passaram a ter uma parte ociosa, pois os antigos armazéns que antes estocavam os produtos não estavam mais de acordo com a lógica da produção just in time que os containers trouxeram para o transporte marítimo.

Dentre as cidades que executaram esses projetos, a primeira referência é Barcelona na Espanha, cuja reestruturação urbana visou à realização dos Jogos Olímpicos de 1992. Isso promoveu mudanças significativas em toda a cidade, não apenas na zona portuária, seguindo o padrão de um modelo de cidade neoliberal. Esse projeto é considerado tão bem sucedido que os meios de comunicações, que financiaram a campanha do Rio 2016, usam-no sempre como propaganda e como objetivo a ser alcançado pelo Rio de Janeiro. Vale ressaltar que um grande contingente populacional foi despejado da área portuária de Barcelona para que o projeto pudesse ser implantado. Estas pessoas, conseqüentemente, deslocaram-se para a periferia da cidade, desencadeando um intenso processo de favelização.

Dentro desse modelo de empreendedorismo da cidade, o turismo se torna um modelo de refuncionalização do espaço (HARVEY, 1996). Observaremos este modelo na gestão da cidade do Rio de Janeiro, pois o Porto Maravilha se enquadra nessa perspectiva, uma vez que no projeto também existe a parte voltada para o turismo na região portuária.

Daí questiona-se, que legado realmente será deixado para a cidade? Será que teremos uma cidade mais integradora ou que a clivagem social entre as pessoas tenderá a ser maior? Como a atual crise que passa o estado do Rio de Janeiro coloca em evidência os problemas desse empreendedorismo urbano? Após passarmos por esses eventos, muitos questionamentos serão feitos sobre qual é o futuro da cidade se continuar seguindo essa gestão empreendedora.

Este artigo tem como objetivo contribuir para o estudo desse novo modelo da metrópole capitalista gerado com a globalização. Tendo o Porto Maravilha como foco de análise, buscando entender como este projeto insere a metrópole do Rio de Janeiro na nova dinâmica da rede urbana global.

No primeiro momento deste artigo será analisado a importância histórica do Porto do Rio, desde a colônia até a República, sendo um dos principais fixos de exportação e importação do país, temos como principal referência para esta parte Abreu, 2011 e Lessa, 2000. No segundo momento trataremos o projeto do Porto Maravilha e sua perspectiva de refuncionalização da área portuária da cidade, neste momento os dados oficiais da Prefeitura do Rio de Janeiro referentes ao Projeto Porto Maravilha, e por fim na terceira parte abordaremos como a realização do projeto se estabelece de forma autoritária por parte do poder público, para a realização desta parte as contribuições de Ferreira (2011) serão analisadas.

Bibliografia:

ABREU, Maurício de Almeida. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2011.

FERREIRA, Álvaro . A Cidade do Século XXI: Segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro. Ed. Consequência, 2011

HARVEY, David. Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço e Debate. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, nº 36, pp. 48-64, 1996.

LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca da autoestima. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

ROCHA, A. C. L.; FARIA, C. S. ; PINHEIRO, D. C. P. . Projeto Porto Maravilha: Consolidação do Rio de Janeiro em 'Cidade Espetáculo'. In: Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte, 2012.

Políticas urbanas e poder local no Brasil: explorações a partir dos conceitos de máquinas de crescimento e regimes urbanos

Eduardo Augusto Wellendorf Sombini
João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro

Proposta há mais de quatro décadas pelo sociólogo Harvey Molotch (1976), a tese da máquina de crescimento urbano permanece influente no debate sobre as dinâmicas políticas e econômicas locais, nos Estados Unidos e em outros países. O autor sustenta que, por conta de características específicas do federalismo dos EUA, a política local tende a ser dominada por coalizões de elites ligadas a atividades fortemente dependentes da performance econômica dos lugares, como a incorporação imobiliária. Em contextos de restrições fiscais e escassez de investimentos, haveria fortes estímulos a esforços coordenados de promoção do crescimento econômico e da expansão urbana, reunindo um conjunto amplo de atores públicos e privados em uma mesma estratégia política. Posteriormente (LOGAN & MOLOTCH, 1987), a ideia foi desenvolvida pelo ângulo da centralidade do conflito entre valores de uso e valores de troca, que condensam atores e disputas políticas no âmbito da produção do espaço urbano. O modelo da máquina de crescimento propôs enfatizar a agência social e a contingência política, se distanciando das interpretações marxistas hegemônicas na época, e, ao mesmo tempo, reconhecer a importância dos atores privados e das elites locais nas dinâmicas do poder local, afastando parte dos princípios da perspectiva pluralista.

Esse debate foi desdobrado por Clarence Stone (1993) na formulação da ideia de regimes urbanos. O autor corrobora a centralidade dos atores privados nas dinâmicas do poder local, mas defende que os interesses específicos de representantes políticos e burocracias estatais, por exemplo, devem ter proeminência nas análises. Lógicas eleitorais e mecanismos técnicos, entre outros aspectos do funcionamento estatal, também seriam fatores explicativos das dinâmicas políticas locais, ainda que a agenda dos atores econômicos tenda a dominar o debate. Os regimes urbanos expressariam, dessa forma, as crescentes associações entre atores públicos e privados na escala local, reunidos em diversas geometrias de poder e manifestando projetos compartilhados, com objetivos que vão do estímulo irrestrito ao crescimento econômico ao enfrentamento direto da expansão urbana. O governo local, nessa interpretação, é visto como articulador de atores e interesses distintos, e se legitima politicamente por meio da concretização de políticas urbanas que dependem diretamente da coordenação das coalizões locais.

O debate acadêmico a respeito desses conceitos permite diversas interpretações da produção do espaço e do poder local nas metrópoles brasileiras. O modelo da máquina de crescimento e, mais recentemente, dos regimes urbanos, vêm sendo utilizado em diversos trabalhos no campo dos Estudos Urbanos no país. Diversas pesquisas sobre a reorientação recente da política urbana nas metrópoles brasileiras – como aquelas preocupadas com grandes projetos urbanos e megaeventos esportivos, por exemplo – vêm mobilizando a ideia de regimes urbanos como

ferramenta de análise de novos arranjos políticos locais e de novas institucionalidades. O emprego dessas ideias fora do contexto em que foram originalmente formuladas é, porém, uma arena de disputa. Na crítica de Eduardo Marques (2016), o modelo da máquina de crescimento não seria adequado às cidades brasileiras por conta das especificidades do federalismo nacional. Para o autor, os municípios brasileiros não estão sujeitos a mesma dependência de investimentos privados e as dinâmicas do poder local são mais marcadas pelo interesse de acesso do fundo público pelos capitais privados por meio de obras e serviços.

Propomos, neste trabalho, explorar potencialidades e limitações dos conceitos de máquina de crescimento e regimes urbanos no contexto brasileiro, mobilizando os fundamentos presentes nos trabalhos clássicos sobre o tema e discutindo as questões contemporâneas centrais desse debate, sobretudo os argumentos em relação às mediações necessárias que permitiriam ou impediriam a mobilidade internacional desses conceitos. Recuperamos argumentos desenvolvidos em trabalhos anteriores a respeito das inflexões do planejamento e da política urbana associados à formulação e implementação de grandes projetos urbanos nas áreas centrais de São Paulo e do Rio de Janeiro para sustentar o argumento de que os fundamentos desses conceitos não permitem a operacionalidade direta deles no caso brasileiro, ao mesmo tempo em que carregam um conjunto de questões que permitem avançar na compreensão das dinâmicas recentes da política urbana das metrópoles brasileiras. O texto defende, dessa forma, que as especificidades nacionais – como as características próprias do federalismo brasileiro e as desigualdades territoriais que caracterizam a urbanização do país – não impedem a internalização crítica desse debate. Acreditamos que as noções de máquina de crescimento e regimes urbanos podem ser ferramentas úteis na interpretação das novas feições do poder local e da economia política das metrópoles brasileiras.

Bibliografia:

LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. *Urban fortunes: the political economy of place*. Berkeley: University of California Press, 2007.

MARQUES, Eduardo. Em busca de um objeto esquecido: a política e as políticas do urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, p. 01-18, 2017.

MOLOTCH, Harvey. *The city as a growth machine: toward a political economy of place*. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 2, p. 309–332, 1976.

STONE, Clarence. *Regime politics: governing Atlanta, 1946-1988*. Lawrence: University Press of Kansas, 1989.

VAINER, Carlos. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, v. 15, n. 2, p. 13-32, 2001.

Projetos geopolíticos na Amazônia Oriental: a atuação do capital e o papel das redes técnicas de transportes no território maranhense

Francisco Lima Mota

Desde a sua institucionalização enquanto saber científico, coube a Geografia compreender e atuar sobre a produção, organização e diferenciação do espaço. Isso representa uma missão bastante complexa, haja visto a multiplicidade de olhares para com o mundo em que vivemos e também pela diversidade de fatores a serem observados numa relação homem versus sociedade. Diante do exposto, vimos a gênese de diferentes temas de interesse da Geografia, dentre eles aqui destacando para a produção do texto a seguir, a relação entre a geopolítica e o território, componentes essenciais do processo histórico de formação das sociedades. Um debate se faz necessário no âmbito da discussão aqui proposta, que é o da Geografia Política, cabendo aqui ressaltar o debate sobre a atuação dos agentes e, também do Estado no que concerne às mutações, normalmente durante períodos conflituosos e com alto grau de mutabilidade. A partir das lógicas apresentadas acima com relação a esse ramo da ciência geográfica, surge como uma derivação quase que direta a geopolítica, a qual segundo as palavras de Costa (2008, p.55) pode ser considerada antes de tudo um “subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política”, na medida em que se “apropria de parte de seus postulados gerais para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço”. Para Mello (1999, p.74) “a geopolítica é um ramo autônomo da ciência política que tem por objeto de estudo as relações e as mútuas interações entre o Estado e sua geografia”. Esse ramo da ciência geográfica possuiu um grande acervo de conhecimentos teóricos e empíricos que, podemos utilizar na interpretação de fatores geográficos”. A década de 1960 marca uma nova fase dos programas de desenvolvimento do governo brasileiro, com o intuito de iniciar a fase de exploração econômica da região amazônica. Kohlhepp (2002), ao estudar os conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira, coloca como uma das medidas para o desenvolvimento econômico regional na Amazônia, a seguinte contextualização: O papel estatal para o desenvolvimento da infraestrutura, concentrada no transporte rodoviário, como parte central dos esforços para a integração da Amazônia. A aberturas de rodovias na Amazônia brasileira se deu a partir da década de 1960, notadamente vista como uma ferramenta necessária para integrar uma porção do território a um projeto nacional de desenvolvimento. A implantação de rodovias no espaço amazônico, traria como legado, o desenvolvimento regional de uma área até então fora da rota dos grandes investimentos do capital e, num segundo momento, ainda iria reduzir as disparidades regionais existente num grande vazio demográfico e econômico. Com a aberturas e implantação das rodovias na Amazônia, se vê claramente a introdução de um projeto geopolítico para modernizar a região. Para efeito de contextualização, Becker (1982) nos diz que as áreas desmatadas do sudeste do Pará até as áreas do Cerrado matogrossense, na direção ao Tocantins e Rondônia, cujos limites seriam Açailândia no Maranhão e Cacoal em Rondônia aqui entenderíamos como sendo a chamada

Amazônia Oriental. A partir da década de 1960, implanta-se no Estado do Maranhão, assim como na Amazônia brasileira um verdadeiro ordenamento do seu território via atuação do capital, que tem nos governos militares (1964-1985) papel significativo para sua consolidação. Numa fase mais contemporânea, a economia maranhense a partir da década de 1980, vê sua modernização passar por transformações qualitativas, sobretudo a partir do II PND quando as regiões Norte e Nordeste, finalmente, passavam a ser o carro chefe de grandes projetos de interesse do Estado (baseados na exploração e ou produção de ferro, aço, celulose e alumínio). Ainda conforme Luna (1985), a instalação de megaprojetos industriais hegemônico pelo capital no Estado do Maranhão, via de regra, se deu com o intuito de se reestruturar a economia, além de inserir o Estado na dinâmica do capitalismo internacional. Dessa forma, o texto apresentado tem como objetivo interpretar o processo de reestruturação do território maranhense pela ação do capital, bem como o papel das redes técnicas de transportes na produção do espaço amazônico em sua porção maranhense. E, para a consecução dos objetivos da pesquisa de doutorado em andamento, esta pesquisa caracteriza – se como sendo descritiva/explicativa, pois num primeiro momento apresentamos a região amazônica como área de interesse do capital. Num segundo momento serão apresentadas as principais políticas de Estado para a inclusão da Amazônia dentro de um processo de reestruturação produtiva da economia capitalista.

Bibliografia:

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia: a Nova Fronteira de Recursos, RJ: Zahar, 1982.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento da Amazônia brasileira. Estudos Avançados, vol. 16, n° 45: 37-61 (2002).

LUNA, Regina, A Terra era liberta. São Luis. EDUFMA, 1985.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem Tem Medo da Geopolítica? São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

Reestruturação urbana e produção das desigualdades socioespaciais: impactos da atividade mineradora na produção/consumo na/da cidade de Parauapebas, Pará

Rodrigo Luciano Macedo Machado

O sudeste paraense vem passando por um acelerado processo de transformações socioespaciais como produto do processo de urbanização, reestruturação urbana e produção das desigualdades socioespaciais, associado a ações do Estado de agentes econômicos que tem interferido na produção do espaço em cidades amazônicas. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar como vem se configurando a reestruturação urbana e a produção das desigualdades socioespaciais em Parauapebas a partir dos anos de 2000. O objetivo geral é analisar a reestruturação urbana e a produção das desigualdades socioespaciais no que tange à moradia na cidade Parauapebas, a partir dos anos de 2000. Os objetivos específicos são: Identificar e caracterizar as formas de uso e apropriação do solo e os principais agentes produtores do espaço urbano de Parauapebas; Investigar as implicações das ações dos agentes econômicos e sua relação com a reestruturação urbana; Investigar as implicações das ações da mineradora VALE, bem como, o avanço de agentes econômicos do setor imobiliário na produção do espaço construído desta cidade. O método adotado consistiu em abordagem embasada no materialismo histórico e dialético. Os procedimentos metodológicos adotados para efeito de desenvolvimento da presente pesquisa estão distribuídos em quatro momentos dispostos da seguinte maneira: O primeiro momento foi direcionado ao levantamento e análise bibliográfica acerca das categorias: urbanização, reestruturação-urbana, reestruturação desigualdades socioespaciais, condições de acesso à moradia. Dentro dessa perspectiva, o aporte técnico-conceitual permitiu algumas reflexões acerca da relação entre urbanização, reestruturação urbana e produção das desigualdades socioespaciais. O segundo momento da pesquisa constituiu pela realização de levantamento e análise de dados secundários acerca de indicadores demográficos, sócio-econômicos e espaciais, bem como a indicadores sociais municipais. O terceiro momento consistiu em realizar observações sistemáticas qualitativas através de registros fotográficos, para a compreensão das formas espaciais presentes no espaço, atentando para as diversas formas de espacialidades urbanas da cidade. Ainda nesse momento a realização de mapeamento da estrutura atual do município e a estrutura interurbana do Sudeste Paraense para o melhor entendimento da produção dos territórios na escala intra-urbana. E por fim, em um quarto momento foram realizadas entrevistas com informantes específicos em atividades de campo, para confirmação da coleta de dados secundários, por meio de um roteiro de entrevistas e a elaboração de planilhas e quadros de sínteses, concebidas a partir do levantamento de dados primários e secundários. Nos resultados estão presentes aspectos teóricos e empíricos, como os conceitos de cidade e urbanização, estruturação urbana da rede de cidades da Amazônia legal. E afunilando o debate para o sudeste paraense, sobre grandes grupos econômicos e problemas de ordem social. A caracterização da cidade de Parauapebas pelo uso comercial, coexistindo com formas de apropriação e usos

residenciais do solo urbano. A construção de condomínios verticais e a modernização instalada através da concentração de equipamentos urbanos na área central da cidade simbolizando uma segregação, constituindo uma importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera na “cidade da mineração”. Com efeito, os elementos apresentados nesta pesquisa, procuraram abordar as modificações e tendências existentes em Parauapebas e suas complexas configurações no estudo da reestruturação urbano-regional e as desigualdades socioespaciais encontradas na cidade, conduzido por um processo de articulação direcionado pelo Estado e por agentes econômicos capitalistas.

Bibliografia:

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. 7 ed. São Paulo: Contexto. 2013, p. 104.
- PALHETA DA SILVA, João Marcio. Território e Mineração em Carajás / João Marcio Palheta da Silva. 1. Ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2013.
- SANTOS, Milton. Espaço e Método / Milton Santos. – 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. Contexto, 2008, 10^a edição. p.80.
- VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados vol. 25 no.71. São Paulo. Scielo Brasil. 2011, p. 58.

Segurança pública no Brasil e biopoder: considerações sobre a tentativa de consolidação de uma política nacional de segurança pública

Marizângela Aparecida de Bortolo Pinto
Marília Luíza Peluso

O trabalho pretende analisar as ações lançadas pelo governo federal para a consolidação de uma política nacional de segurança pública no período pós constituição de 1988. Busca-se com isso, discutir os limites e contradições concernentes a esse processo, que de maneira perversa tornaram a política de segurança um instrumento de biopoder. Parte-se do pressuposto de que os programas orientados por convênios celebrado junto ao governo federal fomentaram instrumentos de controle político, o que estabeleceu condições para o acesso desigual aos programas e ações. Tal condição tem favorecido a adoção das emendas parlamentares. A identificação das premissas ocorreu a partir da análise de programas propostos, como parte da política nacional de segurança pública pelo governo federal, no período pós constituição de 1988. Foram também analisados os limites e os mecanismos paralelos adotados com o objetivo de fomentar as ações em segurança pública, tais como as emendas parlamentares e convênios junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). A análise da política nacional de segurança pública mostra que diversas estratégias foram criadas. Apesar disso, a atualidade revela não somente o fracasso das ações, mas como elas nas últimas décadas se consolidaram enquanto objeto de poder político nos territórios violentos. Vale lembrar que o Art. 144 aponta a responsabilidade compartilhada dos entes federativos no que tange à segurança pública. Os conflitos envolvendo a garantia de recursos orçamentários coloca a SENASP no centro da construção de programas e ações encadeadas a partir de convênios junto aos entes federados. Verifica-se que nas últimas décadas a política nacional de segurança se pautou pela descentralização desses recursos, exclusivamente, por meio da celebração de convênios ou emendas parlamentares. Tais aspectos lançam destaque sobre o papel da dimensão técnica e política na garantia de recursos para a segurança pública. No caso dos convênios, o levantamento revela que os recursos dependentes de convênios podem representar apenas uma expectativa frustrada, na medida em que há uma importante diferença entre previsão e execução, conforme Siop (2017). Tal condição reforça a ideia do uso político, no sentido de representarem apenas retóricas diante das expectativas dos entes. Além disso, outros fatores também precisam ser considerados na construção, tais como: a realidade político-administrativa encontrada nos municípios e estados brasileiros, projetada na dificuldade técnica para a elaboração de projetos e a condição própria da Senasp, cujas ações ficaram restritas apenas à aprovação e liberação dos recursos, mas não ao acompanhamento e execução dos projetos. Configura-se, assim, um conjunto de mecanismos que relacionam discursos, projetos e propostas de intervenção distribuídos e acessados de maneira desigual, fato que reforça a dimensão perversa e biopolítica, conforme indicado por Foucault (2008). Tal constatação está pautada no reconhecimento de que a ineficácia das estratégias impõe uma condição de risco e insegurança à população. Observa-se, portanto, que a

falta de acesso às políticas públicas a determinados territórios e suas populações estabelece uma condição perversa à sua sobrevivência, na medida em que produzem territórios desiguais orientados pela insegurança e o medo. O impacto é revelado por uma territorialidade definida pela rotina de privações e estigmas dessa população. A perversidade se encontra no fato de que a ausência de um acompanhamento da Senasp na execução dos recursos destinados fez os projetos instrumentos de mau uso dos equipamentos, o que tornou as ações ineficazes e pouco abrangentes. Por outro lado, a falta de uma definição clara sobre o Projeto Nacional de Segurança Pública, de suas metas, atrelada à falta de continuidade dos programas tornou as ações também objeto de uso político. Nesse ponto, podem ser relacionados os discursos que envolveram projetos macroterritoriais que efetivamente resultaram na distribuição irregular e desigual dos equipamentos projetados pelo território nacional. Assim, se constata que o problema da segurança pública no Brasil não pode ser resumido apenas pela falta de conhecimento técnico, recursos orçamentários, de equipamentos, de ações, tampouco de competência dos entes. O reconhecimento de que não faltam mecanismos de controle, nem regulação no Sistema de Segurança Pública demonstra que, para além disso, as relações de poder travadas entre os diversos agentes nesse território têm definido uma territorialidade sustentada não apenas pelos indicadores de violência objetiva, mas por processos simbólicos que têm definido a capacidade de intervenção das políticas públicas. Assim, a dimensão biopolítica é evidenciada na constatação de que o “direito de viver” ou “deixar morrer” se estabelece de maneira silenciosa, sendo transvestida de argumentos técnico-burocráticos e políticos que se revelam como “objetos de saber” (FOUCAULT, 2008). Nesse sentido, são legitimadas as ações e omissões de seus agentes frente à condição de impasse quanto à sua atuação. Reconhece-se as políticas e programas destinados à segurança pública como ações retóricas, voltadas à garantia de capital político, conforme já alertado por Bourdieu (1998). Nesse sentido, as dimensões de poder micro e macro são materializadas por meio de territorialidades, na mesma perspectiva de Sack (2013), na medida em que são a expressão de instrumentos de poder e das estratégias de sobrevivência da população e dos agentes de segurança que participam da consolidação de uma territorialidade violenta.

Bibliografia:

BOURDIEU, P. A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2008.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop. Disponível em: < <https://siop.gov.br/siop/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C; FERRARI, M. (Org.). Territorialidades humanas e redes sociais. 2 ed. rev. Florianópolis: Insular, 2013.

Territorialização, pacificação urbana e indústria da segurança no Rio de Janeiro: circuitos transnacionais de controle com Palestina, Colômbia e Haiti

Tomaz Paoliello
João Fernando Finazzi
Bruno Huberman

As práticas contemporâneas de pacificação e controle social têm estabelecido múltiplos circuitos de segurança e conflitos em nível global. Armas, equipamentos, tecnologias, saberes e know-hows são rapidamente empregados, testados e aperfeiçoados em contextos aparentemente distintos, mas que constituem profundas sinergias, intercâmbios e correlações transnacionais. Polícias, forças armadas, empresas militares privadas de segurança, ONGs, corporações e organizações internacionais têm convergido ao redor de processos que se articulam a operações de paz, intervenções armadas e projetos de segurança pública. A análise destes fenômenos têm se apresentado como um desafio particular à área disciplinar das Relações Internacionais. Isto porque, tradicionalmente, os estudos compartilham, em significativa maioria, uma apreensão “estadocêntrica” da realidade social, a partir da qual se naturaliza e se instrumentaliza certo “nacionalismo metodológico” (Wimmer e Schiller, 2003). Em termos de dinâmicas espaciais, a dificuldade de transpor aquilo que John Agnew reconheceu como a “armadilha territorial”, tem imposto significativas limitações às análises destes circuitos. Segundo Agnew (1994) essa “armadilha” envolve, em termos gerais, as assunções de que: a) os espaços territoriais dos Estados são unidades fixas de um espaço soberano; b) há uma clara divisão entre o doméstico e o estrangeiro; e c) os Estados “contém” as suas respectivas sociedades.

Segundo Laffey e Nadarajah (2016), os trabalhos baseados nessas formas de abordagem tratam estas práticas, como o policiamento, a partir de termos das jurisdições nacionais e das coordenações das instituições policiais internacionais. Isso significa que elas são vistas apenas como um dos aspectos estratégicos da dinâmica de competição internacional dos Estados por poder e influência política, onde se destaca invariavelmente o papel exercido pelos Estados Unidos no mundo contemporâneo (Nadelmann, 1993; Andreas e Nadelmann, 2006). Acreditamos, no entanto, que estes processos possuem profundas implicações em termos de transformação de relações de poder, autoridade, direitos e territórios (Sassen, 2006). Segundo Neocleous (2000), esse conjunto expansivo de instituições a partir das quais as práticas de policiamento ocorrem é fundamental não somente para a manutenção ou reprodução da ordem social, mas para a sua própria fabricação ao redor do trabalho assalariado. Desse modo, espera-se localizar, paralelamente a estes fluxos de bens, ideias e serviços uma sobreposição de circuitos funcionais relativos à fabricação dessa ordem.

No decorrer das últimas décadas, diversas experiências de ‘segurança’ tornaram-se paradigmáticas e constituíram ‘marca’ de regimes de ‘segurança’ que se tornaram possíveis e passaram a ser aplicados em outras localidades. Este não é um fenômeno novo, percebido por Foucault como um ‘efeito bumerangue’ entre as formas de

repressão utilizadas pelas potências coloniais em seus domínios ultramarinos e no seu território soberano. Foi a partir da compreensão de como isso ocorre na contemporaneidade que Graham cunhou o termo ‘novo urbanismo militar’, no qual destaca como dispositivos originalmente utilizados por militares em guerras distantes passaram a colonizar o espaço urbano cada vez mais ‘militarizado’. Consequentemente, certos territórios são transformados em ‘laboratórios’ para formas de controle social a serem replicadas em outras localidades. Como observa Graham (2016) e demais autores, a reprodução de ‘modelos’ bem-sucedidos de ‘segurança’ tornou-se um fetiche entre autoridades ao redor do mundo, sempre perseguindo a últimas inovações no setor. Este fenômeno pode ser percebido na acentuada mercantilização da segurança em diferentes nações, que se tornou uma indústria global bilionária, e no espalhamento de feiras de segurança ao redor do mundo. É importante notar que participam deste circuito transnacional um vasto aglomerado de atores locais e internacionais, como corporações de segurança, autoridades estatais, forças armadas, corporações policiais, ONGs, think tanks e universidades.

Para compreender as dimensões transnacionais da gestão do território do Rio de Janeiro, iremos analisar como os casos do Haiti, da Colômbia e de Palestina/Israel tornaram-se referências que influenciaram a formação do regime de segurança carioca, particularmente a partir do início do projeto de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) no final dos anos 2000. O caso colombiano, particularmente o de Medellín, foi uma referência por representar internacionalmente um caso bem sucedido de enfrentamento ao crime organizado estabelecido em favelas, influenciando reformas urbanas no Rio de Janeiro, como o teleférico do Complexo do Alemão. A experiência das Forças Armadas brasileiras na Missão de Paz da ONU no Haiti foi cada vez mais sendo utilizada pelas forças de ‘pacificação’ no Rio de Janeiro, tendo como ápice a intervenção federal de 2018. Já o modelo palestino-israelense, uma referência global no setor, ocorre principalmente pela importante atuação de corporações de segurança privadas israelense na comercialização de técnicas e tecnologias desenvolvidas a partir da sua experiência no controle dos territórios e da população palestina. Todos os três casos, é importante destacar, contam com a importante participação ou um grande interesse dos EUA.

Desta forma, ao analisarmos a intersecção entre essas diferentes experiências estrangeiras no território do Rio de Janeiro buscamos contribuir para compreensão de como operam os mecanismos globais de segurança no mundo contemporâneo, no qual as ‘guerras’ às drogas, ao crime, ao terror, à migração e à pobreza constituiriam formas análogas pelas quais as elites nacionais almejam ‘pacificar’ as suas populações pobres marginalizadas em nome da acumulação de capital.

Bibliografia:

NEOCLEOUS, Mark. *The Fabrication of Social Order: a Critical Theory of Police Power* (2000). Londres: Pluto Press.

GRAHAM, Stephen. *Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar* (2016). São Paulo: Boitempo.

SASSEN, Saskia. *Territory, Authority, Rights: from medial to global assemblages* (2006). Princeton: Princeton University Press.

Território nacional e uberização: a Uber e a precarização do trabalho em Belo Horizonte

Gabriel Rocha Castanheira

A Uber é uma empresa californiana fundada por Travis Kalanick e Garrett Camp em 2009. A sua atuação se dá a partir de um aplicativo responsável pelo fornecimento de compartilhamento de viagens (Slee, 2017). Nesses termos, a partir do aplicativo fornecido, há os que utilizam-o enquanto usuários e há também os que fazem uso da plataforma digital como um instrumento de trabalho. Estes últimos, os prestadores de serviço, são denominados pela Uber como motoristas-parceiros (driver-partners) e estão submetidos a uma nova organização do trabalho chamada uberização (Pochmann, 2016). O nome em si já sugere uma grande proximidade da empresa com essa nova organização trabalhista. São características do trabalho uberizado: passagem do estatuto de trabalhador para o de um microempreendedor; ausência de um vínculo empregatício; transferência de riscos da empresa para uma multidão de trabalhadores. A Uber tem, a partir de propagandas, tentado recrutar motoristas vendendo essas características como algo positivo. O fato de, por exemplo, não haver vínculo empregatício é, segundo a empresa, vantajoso para o motorista, pois ele não teria patrões e não estaria subordinado a regra alguma. Segundo a companhia, aquele prestador de serviços seria, na verdade, um microempreendedor, já que ele poderia seguir o horário que quisesse e trabalhar quantas horas quisesse. Diante disso, o objetivo do presente trabalho é analisar essa nova forma de organização do trabalho dentro da empresa Uber e provar que, como já antecede Antunes (2000), o trabalho uberizado implica a precarização de uma grande massa de trabalhadores (Antunes, 2000). Objetiva-se também compreender como a companhia utiliza o território como um recurso, de forma a legitimar essa nova organização trabalhista, à medida que detêm cada vez mais poder político. Segundo o jornal Pacific Standard (The Geography of Uber, Lincoln, Kevin. 2014), é a vertiginosa expansão territorial o fator responsável pela atuação desenfreada da Uber, já que cada nova cidade utilizada pela empresa significa novas regras de uma possível regulamentação daquele serviço. Além disso, há mais evidências de que essa companhia vem, de fato, utilizando a expansão territorial como forma de domínio de mercado. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Uber, logo após a chegada de uma empresa concorrente, aprovou um plano chamado Plano de Integração para a Região Metropolitana (Nosso projeto para integrar a Região Metropolitana de BH. BH, Uber. 2017). Este plano tornou as corridas da Uber 15% mais baratas para, segundo a companhia, determinadas regiões que contemplam a Região Metropolitana. Entretanto, em conversa com os motoristas, a maioria afirma que todas as corridas foram barateadas, numa provável tentativa da empresa utilizar o território como forma de domínio de mercado. Vale salientar que essa diminuição do preço das corridas incidiu diretamente na renda dos motoristas. Mesmo assim, continuam a trabalhar para a companhia, muitas vezes pela falta do acesso à informação. Segundo Santos (1979), uma das marcantes diferenças do circuito superior para o circuito inferior da economia é o alto grau de informação e organização. A empresa, portanto, tem condições de calcular o custo de um motorista,

mas ele não, pois não consegue estimar o tempo que o carro, por exemplo, quebrará. Dessa forma, muitos continuam a trabalhar para a Uber por acreditar que vale a pena. A empresa, portanto, além de precarizá-los, direciona o mercado e utiliza o território como recurso do aumento da sua taxa de lucro (Tozi, 2016). Para que esse trabalho seja feito, a metodologia adotada será a dialética que, segundo Lakatos e Marconi (2011), implica a análise dos objetos não na condição de coisas estáticas, mas em movimento. Assim, nada estaria acabado, mas sempre encontrando formas de desenvolvimento e transformação. Os instrumentos metodológicos utilizados serão estudos bibliográficos e trabalhos de campo na Região Metropolitana de Belo Horizonte, sobretudo nas imediações do aeroporto de Confins, acreditando que neste local é mais explícita a precarização sofrida pelos motoristas. Por fim, como já foi colocado, estará presente, ao longo do trabalho, uma análise geográfica de um tema da sociologia (trabalho), já que, diante do que foi exposto, o uso do território enquanto categoria de análise será fundamental para a compreensão da Uber, assim como o entendimento da implantação de uma forma de trabalho que leva à precarização de uma grande massa de trabalhadores.

Bibliografia:

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Ática, 1993

SANTOS, Milton. Espaço e Método. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

ANTUNES, Ricardo: os sentidos do trabalho: um ensaio da afirmação e negação do trabalho. 5 ed. Boitempo, 2000.

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 1979.

SLEE, Tom. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. 1 ed. Editora Elefante. 2017

TOZI, Fábio. A ESTRATÉGIA DA UBER NO BRASIL: A INFORMAÇÃO COMO FATOR PRODUTIVO E O TERRITÓRIO COMO RECURSO DA EMPRESA. [S.I: s.n], 2016. Caderno dos anais do II seminário: governança das redes e o marco civil da internet. Disponível em: <<http://www.irisbh.com.br/anais-ii-seminario-governanca-das-redes-e-o-marco-civil-da-internet/>> Acesso em: 18 out. 2017

Tirando de onde não tem, colocando onde não cabe. Pobres municípios rurais! Prática e discurso do governo do estado da Bahia entre os anos de 2010 e 2018

Vanessa da Silva Vieira

Entende-se por pobreza a proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 (BRASIL, 2013). Em 2010 a porcentagem da população baiana em situação de pobreza alcançava 28,72% da população total do estado. Isso significa que a 6ª maior economia do país, segundo dados do IBGE, até 2010, possuía 4 milhões de habitantes - no total de 14.016.906 - sobrevivendo em condições de pobreza. A investigação, face os dados estatísticos, permitiu identificar que, assim como ocorre em outras unidades federativas do Brasil, a pobreza baiana em muito está aninhada com o rural. Afinal, seriam rurais porque são pobres ou pobres porque são rurais? Longe de uma resposta exata para arranjos espaciais tão complexos, pretende-se mostrar uma territorialidade tecida entre práticas e discursos governamentais, tricoteando-se entre múltiplos agentes territoriais. Desvela-se, assim, um fazer democrático governamental que insiste em se alimentar das águas neoliberais, cujas moléculas se estruturam pelo tornar-se competitivo.

Quanto aos procedimentos metodológicos compreende-se que os dados estatísticos suscitam reflexões importantes sobre a matriz territorial em que ocorrem as ações governamentais. São limitados se interpretados numa abordagem descritiva e quantitativa, mas são importante quando articulados ao contexto e às diferentes dimensões que compõem a tessitura espacial. É um caminho de dupla via, pois a ação governamental pode inspirar-se nos resultados das pesquisas estatísticas mas, podem ser um condicionante dos resultados a partir do modelo e prioridades das intervenções políticas que adotam. De qualquer forma, tais dados revelam, de forma muito próxima, a realidade espacial e fornece informações importantes sobre a população e as condições socioeconômicas do território. O foco, aqui, são os municípios cuja porcentagem da população rural excede 50% da população total. Não raro, tais municípios possuem condição de baixo desempenho socioeconômico e as ações governamentais são insuficientes e/ou inadequadas para superar essa condição. Para analisar esse arranjo, definimos os seguintes procedimentos metodológicos, descritos abaixo.

1) Seleção das fontes oficiais. Com o objetivo de trabalhar com dados compatíveis, utilizamos apenas uma fonte de pesquisa: a) o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil realizado, em parceria, entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, o qual fornece informações sobre todos os municípios brasileiros e tem como base os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). O Atlas do Desenvolvimento Humano fornece informações importantes para uma intervenção governamental mais aplicada sobre a realidade espacial.; 2) Seleção do recorte espacial. Primeiro recorte espacial foi dado para os 10% dos municípios baianos cuja porcentagem da população rural, em 2010, excedeu a 50% da população total. Tendo em vista que a Bahia possui 417 municípios, a

amostragem para análise inclui 42 municípios; 3) Selecionamos as seguintes variáveis socioeconômicas: % de pobres, IDHM Renda e Educação e taxa de analfabetismo para pessoas acima de 18 anos; 4) Incluiu-se as variáveis sobre condições de habitação: % da população em domicílio com água encanada; % da população em domicílio com coleta de lixo; % da população em domicílio com energia elétrica; 5) Identificação das ações do governo do estado, entre os anos de 2010 e 2018, voltados para o espaço rural e, especificamente, para os municípios em situações mais críticas de desempenho social e econômico; 6) Análise dos dados.

Como desdobramento de tais etapas identificou-se 10 municípios rurais na Bahia, onde os dados estatísticos revelam as piores condições de pobreza relacionada ao fator renda e/ou educação, a saber: Ribeira do Amparo, Monte Santo, Mirante, Itapicuru, Lamarão, Jucuruçu, Sátiro Dias, Biritinga, Pedro Alexandre e Itiúba. Os dois últimos estão entre 10% dos municípios baianos com piores condições habitacionais nos quesitos água encanada e banheiro, coleta de lixo e energia elétrica. Embora o Programa Território de Identidade, em 2010, e a Política Territorial do Estado da Bahia, em 2014, tenha dado amplo enfoque ao espaço rural, destacam-se outros caminhos que precisam ser trilhados: 1) maior diálogo intersetorial dentro da abordagem territorial; 2) superar a obstinação ideológica, histórica e vazia de que commodities agrícolas e minerais irão integrar o rural baiano à economia nacional e internacional e ainda promover qualidade de vida para quem ali habita, esse caminho tem se mostrado inócuo para permitir que cidadãos desse municípios vivam com dignidade; 3) compreender que as unidade de planejamento, enquanto recorte administrativo, não atendem às especificidades guardadas internamente por cada município.

Bibliografia:

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003.

BAHIA. Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETER. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 30 dez. 2014.

BAHIA (2007). Plano Plurianual 2008-2011. Salvador: SEPLAN.

BAHIA (2011). Plano Plurianual 2012-2015. Salvador: SEPLAN

BAHIA (2015). Plano Plurianual 2016-2019. Salvador: SEPLAN

Um debate dos distritos municipais enquanto e através das escalas geográficas

Maryna Vieira Martins Antunes
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

O objetivo do artigo é debater as possibilidades de entendimento dos distritos municipais por meio do conceito de escala geográfica em diferentes perspectivas e interpretações. Trata-se de uma discussão teórica dos resultados da investigação já finalizada, realizada em nível de mestrado, em dois distritos municipais (Jamaica e Jaciporã) de um município (Dracena) do interior do Estado de São Paulo, que englobou um estudo de caso com a aplicação de questionários e realização de entrevistas. O objetivo foi traçado a partir de duas justificativas/motivações correlacionadas: a primeira é a evidente contribuição do conceito para o tema e a segunda é a necessidade de aprofundamento de sua compreensão constatada na Geografia e áreas correlatas.

Os distritos municipais brasileiros são definidos como unidades administrativas dos municípios. Do ponto de vista do planejamento urbano constituem juntamente com os setores censitários, bairros e zonas um tipo de divisão intramunicipal. Porém, quando analisadas algumas de suas características quanto à legislação que os regulamenta e à formação territorial brasileira, revelam-se algumas especificidades.

Uma delas é que podem ser considerados como mais uma escala de nossa divisão administrativa. O país constitui uma federação organizada em três níveis: União, estados e municípios. Um distrito é um passo intermediário para que uma vila ou povoado possa tornar-se um município. Ou seja, existe um status legal que diferencia um distrito municipal de um bairro ou de uma simples zona, há uma legislação específica que regulamenta a existência dessas unidades. Sendo assim, para compreendê-los é necessário conhecer tal legislação, seu contexto de implantação, intencionalidades e consequências políticas e espaciais.

Outro ponto a ser ressaltado em relação aos distritos municipais é que, apesar de se estabelecerem oficialmente como unidades administrativas, isso não significa dizer que existem políticas públicas destinadas exclusivamente a eles, sobretudo quando consideramos realidades não metropolitanas e/ou rurais. Há dessa maneira um descompasso entre a intencionalidade e as práticas e funções exercidas nestas unidades, que deve ser explicado a partir tanto do entendimento das fissuras da própria organização territorial do país, quanto das características que os distritos apresentam, como o baixo número populacional e de dinamismo econômico.

Por último coloca-se o debate das espacialidades presentes nos distritos municipais produzidas por meio dessas características e de outras facetas que podem ser encontradas em espaços sob essa denominação e de suas relações com outros espaços, ou seja, na escalaridade que os atravessa. Por isso, argumenta-se com base nos elementos elencados que para a análise dessas unidades o conceito de escala é fundamental.

Em conclusão, pontua-se que os distritos municipais podem ser analisados enquanto uma escala e através das escalas à medida que se interroga sua constituição oficial (legislação e processo histórico), suas consequências do ponto de vista do planejamento (esquecimento e desarticulação política) e as possibilidades de superação dos problemas e limitações, conceituais e para a população, dessa escala (o saltar escalas).

Bibliografia:

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. GEOUSP, São Paulo, n. 33, 2013, p. 198-220.

BECKER, Bertha. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, ano 40 n.1, jan-mar 1978. p. 111-122 .

ENDLICH, Ângela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) -Faculdade de Ciências e Tecnologia –Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MONASTIKY, Leonel Brizolla; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; BAUCHROWITZ, Luciane; LIMA, Jardel de. “Escala Esquecida”: modernização e políticas públicas nos distritos municipais. Temas & Matizes, v. 8, p. 8-23, 2009.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de Escala Geográfica. IN: ARANTES, A. A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papyrus, 2000. p. 132-159.

Uma análise geopolítica da Amazul

Gregor Guedes Alcoforado Assunção de Rooy

A geopolítica brasileira, principalmente entre as décadas de 1920 e 1980 destacou-se por relacionar Defesa Nacional com desenvolvimento através do entendimento de que o estado brasileiro deveria expandir-se dentro de seu território, em grande parte (regiões Norte e Centro – Oeste) pouco habitado.

Foi com este entendimento que o Marechal Mário Travassos, autor de “Projeção Continental do Brasil” (TRAVASSOS, 1935), defendeu que a capital do Brasil fosse transferida do Rio de Janeiro para o Planalto Central, tendo inclusive participado da demarcação do que à época seria a futura capital (FREITAS, 2004). De acordo com Freitas (FREITAS, 2004), autor de “A Escola Geopolítica Brasileira”, Golbery do Couto e Silva, general e autor do livro “Geopolítica do Brasil” (COUTO e SILVA, 1967), é creditado por ter influenciado o regime militar, direta ou indiretamente, a empreender os esforços para conquistar o interior do Brasil (FREITAS, 2004), visão esta explorada em sua obra. Logo, identifico sintonia entre o pensamento geopolítico brasileiro e movimentos do estado em direção a seu interior, processo que tem ocorrido associado à criação de estatais.

Em relação a Amazônia algumas estatais e projetos elaborados para o seu desenvolvimento são o Plano SALTE (Saúde – Alimentação – Transporte e Energia) desenvolvido em 1948 que teve como desdobramento a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A criação da Amazônia Legal, instituída em 1953, a criação da Zona Franca de Manaus criada pelo decreto lei de 1967 e com ela a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e o PIN (Programa de Integração Nacional) instituído em 1970.

Contudo, o que ainda merece análise mais minuciosa na geopolítica brasileira é o avanço do país para o Oceano Atlântico, através da exploração de diversos poços de petróleo, de seu Programa de construção de Submarinos (PROSUB), inclusive um nuclear. O pensamento geopolítico nacional em relação ao Oceano Atlântico, especialmente o Atlântico Sul, não é tão comum quanto aquele voltado para a defesa e desenvolvimento do interior do país. Ainda assim, é preciso lembrar que Travassos, Couto e Silva e o general Carlos de Meira Mattos mencionaram o Oceano Atlântico em seus estudos; quer seja sobre a necessidade do Brasil construir uma infraestrutura (rodovias, ferrovias) que ligassem o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico (Travassos), quer seja como um ‘fosso’ que protegeria a América do Sul da ameaça Soviética (Couto e Silva), quer seja como um Oceano que separa o Brasil de uma região estratégica para o país, ou seja, a África subsaariana (Meira Mattos). A geopolítica que defendeu de maneira mais contundente uma projeção para o Atlântico Sul foi Therezinha de Castro em sua Teoria da Defrontação e a Tese da Triangulação Angular da América do Sul, onde são destacadas a importância da Antártida para o Brasil e das ilhas oceânicas brasileiras (CASTRO, 1999).

Neste século XXI o movimento de implementação de projetos e fundação de estatais para o desenvolvimento do interior do país é percebido em relação a Zona Econômica Exclusiva do Brasil com a fundação da Amazul. Ativada em 16 de Agosto de 2013, a Amazul é uma empresa estatal vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Marinha (AMAZUL, 2015). Um de seus objetivos é o “de promover, desenvolver, transferir e manter tecnologias sensíveis às atividades do Programa Nuclear da Marinha (PNM), do PROSUB e do Programa Nuclear Brasileiro” (AMAZUL, 2016). Para entender a sua fundação através de uma perspectiva geopolítica, será feito um estudo através do método de process – tracing, onde serão analisadas as etapas e as justificativas de sua fundação e qual entendimento de defesa, segurança e gestão territorial que existiu para que houvesse respaldo a sua fundação, se no século XX houve uma retórica geopolítica que fundamentasse a expansão do estado até suas fronteiras terrestres, qual o entendimento geopolítico nacional que legitima a fundação da Amazul, ele existe?

Bibliografia:

- AMAZUL. Sobre a Amazul. Sítio Eletrônico da Marinha do Brasil. São Paulo: 2017. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/amazul/empresa/sobre-a-amazul>>. Acessado em 18/09/2017
- CASTRO, Therezinha de. Geopolítica: Princípios, Meios e Fins. Biblioteca do Exército Editora: Rio de Janeiro, 1999
- COUTO E SILVA, Golbery do. Geopolítica do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967
- FREITAS, Jorge Manuel da Costa. A Escola Geopolítica Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2004.
- TRAVASSOS, Mario. Projeção Continental do Brasil. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1947.

Uma geopolítica racializada do financiamento do BNDES para exportação

Fernanda Lira

Na escala internacional a presença brasileira por meio do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) chegou a quase 50 países nas Américas do Sul, Central e do Norte, África e Europa. A análise se divide por meio de três categorias, inicialmente, financiamento para obras e serviços de engenharia executados; em seguida, para bens de capital e outros serviços e por fim aos desembolsos realizados. No período de 2002 a 2017 o BNDES financiou um total de US\$ 14,6 bilhões para obras e serviços de engenharia no exterior. Uma das hipóteses questiona os benefícios da dinâmica e que foram apoiadas exportações com juros que variam de 2,79% a 8,61% para prazos de 60 a 300 meses, no mesmo momento no qual as regras no mercado aberto estavam mais restritivas. Entre 2002 a 2016 os desembolsos somaram US\$ 30,6 bilhões para 46 países. Os valores referentes a bens de capital e outros serviços não estão disponíveis no site do Banco, ainda assim por meio das bases de dados do BNDES em que há informações suficientes para análise objetiva-se compreender a geopolítica estabelecida pelos atores e agentes, a saber públicos, o banco e os países envolvidos; e privado, as empresas na produção de um território usado. O modelo de transação está assentado na colonização enquanto processo por uma lógica de exploração da natureza como garantia da financeirização da geopolítica no qual as elites dialogam. A substituição de uma elite colonialista por outra independente não confere liberdade aos povos governados sob situações que reproduzem imperialismos. No Brasil, a política de financiamento do BNDES também transfere capital, grossomodo, do povo trabalhador para a elite no poder do processo decisório. A arrecadação designada ao Tesouro Nacional somada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT/PIS-PASEP) constituíram 84% dos recursos a ser direcionado ao financiamento do BNDES, inclusive para exportação. Como a captação é realizada por um sistema com juros e prazos subsidiados as empresas clientes do financiamento percebem um posicionamento privilegiado aquelas excludentes do processo. E mesmo na baixa representatividade de raça e de cor ainda que simbólica de presidente do banco negro ou negra. Em uma sociedade caracterizada por costumes relacionados a segregação racial, a ausência da sensibilidade tanto para representatividade, como a rejeição de políticas afro centradas confere escusa a apropriação de instituição pública para interesses de determinados grupos específicos que se mantem e se substituem na produção de um espaço assentado no debate de raça. Não seria portanto de todo afirmar que o dinheiro do povo negro brasileiro que desde a escravização trabalhava sem direito a renda e, posteriormente, produziu em um regime centrado na política de renda mínima é acumulado por uma instituição pública sem intervenção real do grupo que produz esse capital. O monopólio do poder na produção do dinheiro ideológico permite ao Brasil reproduzir a geopolítica dos colonizadores do norte em África e nas Américas. Por fim, a reflexão se finda menos em tão somente questionar o financiamento do BNDES e mais em oferecer recomendações de outros meios de geopolítica assentada nesta atividade.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

ANJOS, Rafael Sânzio de Araújo dos. *ÁFRICABRASIL: Atlas geográfico*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria Ltda., 2014.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Acesso em 20 de julho de 2017. Disponível em: www.bndes.gov.br

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

HARVEY, David. A geopolítica do capitalismo. In: MORAES, A. C. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Uma leitura da área de proteção ambiental de Jenipabu a partir das políticas públicas

José Alexandre Berto de Almada

A Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ) está situada na faixa litorânea entre os municípios de Natal e Extremoz, no Rio Grande do Norte, nesta, localiza-se um dos principais lugares turísticos do estado, justamente a praia de Jenipabu. A turisficação nesta praia é resultado do evento que inseriu a capital do estado do Rio Grande do Norte, Natal, na rota de destinos turísticos do Nordeste brasileiro. Porém, em Jenipabu, a atividade turística trouxe consigo o discurso ambientalista da década de 1990, pressionando o estado do Rio Grande do Norte a tomar alguma medida para preservar os atributos naturais dessa paisagem turística, resultando na criação da APAJ, em 1995, pelo Decreto estadual nº. 12.620, com os objetivos de ordenar o uso, proteger e preservar os ecossistemas presentes na área instituída. A expansão do turismo na capital potiguar e de sua hinterlândia materializou-se no espaço geográfico, a partir da implementação de infraestruturas para receber essa atividade, especializando ao longo do litoral da região metropolitana de Natal uma configuração territorial solidária a essa necessidade de uso do território. A origem desses processos pode ser rastreada a partir do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR-NE –, iniciado suas ações a partir do ano de 1991. (...) Os moradores nativos realizavam atividades de subsistência, sobretudo a pesca e agricultura, dessa forma, o território usado por essas comunidades é marcado por tempos lentos, onde a configuração territorial pouco mudou ao longo do século XX. O território usado das praias e dunas de Jenipabu, Santa Rita e Redinha Nova pelo turismo no início da década de 1990 evidenciou a essência dessa atividade sem a roupagem dos discursos ambientais, que, na busca incessante pela reprodução do capital, estava degradando essas praias, sobretudo pelo crescimento desordenado das residências e dos inúmeros passeios de buggy pelas dunas entre as praias de Jenipabu e Santa Rita. As primeiras ações governamentais com o intuito de regular esse território foram executadas pelo IBAMA, que no ano de 1994, vetou o acesso às dunas de Jenipabu, até que as medidas cabíveis fossem tomadas pelas autoridades competentes. As ações de exploração do espaço pelo turismo em Jenipabu mostram a essência dialética entre criação e destruição do modo de produção capitalista, pois, quanto mais rápido as dunas fossem exploradas pelo turismo, mais rápido elas deixariam de ser exploradas, pois já estariam degradadas e desprovidas de valor estético e, portanto, sem mais valor para o turismo. Todavia, o Estado intervém nessa prática para desacelerar esse processo, uma vez que ao garantir a conservação ambiental das dunas garantem também a existência da atividade turística em Jenipabu nas próximas décadas. As UC são um atalho para a resolução dos problemas ambientais, pois, quando conseguem, conservam os recursos ambientais de uma ínfima área em comparação com a totalidade do espaço geográfico, resultando na construção de ilhas de preservação em meio a oceanos de áreas degradadas. A ação dos órgãos competentes na situação deflagrada pelo IBAMA nas dunas de Jenipabu, em consequência do uso das dunas de Jenipabu em Extremoz como mercadoria

turística e o processo de ocupação com construções adentrando o campo dunar, levou o Governo do Estado a delimitar uma área de 1.881 hectares, abrangendo o campo dunar das localidades de Jenipabu, Ponta de Santa Rita e Redinha Nova (Extremoz) e Redinha (Natal), transformando-o em uma unidade de conservação estadual do tipo Área de Proteção Ambiental – APA. (...) Mesmo havendo um aparato legal, tanto em nível federal quanto estadual, e um forte discurso ideológico sobre a atividade turística, a empiria na APAJ evidencia a contradição entre as políticas públicas e o uso do território por parte do setor turístico, uma vez que essas políticas resultam no uso, mas também no negligenciamento do território, em duplo sentido: de um lado, enquanto se prioriza os territórios eleitos pelo turismo com obras e normalizações de uso, se negligencia outras porções do território, não raras vezes abandonadas à própria sorte. De outro, os negligenciados, pois o que é usado é o seu potencial passível de exploração pelo turismo e negligenciada, simultaneamente, a sua condição de lugar da reprodução da vida (CRUZ, 2005, p. 39). (...) O conjunto de normas que, desde 1995, idealizam um território de proteção ambiental, não conseguiu encontrar formas para sua materialização no mundo real, uma vez que, apenas a homologação das leis e decretos não garante o seu cumprimento no território, é preciso que haja planos de ação e fiscalização. Para que APAJ saísse do papel e pudesse cumprir seus objetivos sociais e ambientais, foi preciso que o Poder Judiciário do estado do Rio Grande do Norte, por meio da Vara Única da Comarca de Extremoz emitisse uma ação civil pública por meio de uma liminar proposta pelo Ministério Público do estado do Rio Grande do Norte contra o estado do RN, município de Extremoz, IDEMA, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Extremoz e a Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN). Essa medida foi tomada em virtude do total descumprimento legal do Decreto nº 12.620/95, criador da APAJ e o parcial descumprimento da Lei nº 9.985/00, da criação do SNUC. (...) Além do uso econômico do território, a discussão nas reuniões ordinárias também tratou da ocupação irregular das áreas das dunas, considerada pelo zoneamento ecológico econômico (ZEE) como áreas non aedificandi. Porém, muitas das edificações são anteriores ao ZEE, dificultando a resolução dos problemas, uma vez que as construções são geradoras de impactos negativos na mercadoria do turismo da APAJ, pois ela desmascara o mito da natureza intocada das dunas de Jenipabu. Infelizmente, a participação da comunidade no processo de gestão democrática da APAJ não foi significativa, tendo atualmente direito a apenas um voto nas decisões do conselho, geralmente representado pelas comunidades da praia de Jenipabu e de Santa Rita, na qual possuem representantes na condição de conselheiros titulares e suplentes.

Bibliografia:

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de Turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil.. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo, 1999.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas Públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. In: Geosul. Florianópolis, v.20, n.40, p 27-43, jul./des. 2005.

GIRALDELLA, Heloana; ZYSMAN, Neimam. Planejamento e gestão em áreas naturais protegidas. In: ZYSMAN, Neimam; RABINOVICI, Andréa (orgs). Turismo e Meio Ambiente no Brasil. Manole: Barueri, 2010, p. 124-148.

Usos do território na Amazônia brasileira em Oriximiná/Pará

Ana Regina Ferreira da Silva
Aldomar Arnaldo Rückert

Adotamos conceitualmente que o território não se esgota em limites, formas ou circunscrições de áreas ou de coisas, ao contrário, é um híbrido de materialidade e de vida social (SILVEIRA, 2008). Entendemos assim, que o uso do território pode ser definido “pelo dinamismo da economia e da sociedade” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21) construídos e vividos pela ação de múltiplos atores sociais.

A partir dessa compreensão, analisamos os usos do território na região amazônica, que segundo Amin (2015), possui papel de destaque no cenário da globalização, relativo à crescente demanda por riquezas naturais consideradas estratégicas, pelo privilégio de possuir extraordinário estoque dessas riquezas, alvo do interesse da economia-mundo capitalista.

Particularmente focamos a pesquisa no município de Oriximiná (PA), o qual faz parte do processo histórico de expansão da indústria da mineração na Amazônia brasileira a partir da década de 1970, quando seu subsolo rico em minerais foi descoberto pelo grande capital. A partir de então, a Mineração Rio do Norte (MRN), constituída por oito empresas nacionais e estrangeiras extrai bauxita na região, a matéria prima do alumínio.

Oriximiná, onde também estão a Reserva Biológica do Rio Trombetas, a Floresta Nacional Saracá-Taquera e várias comunidades quilombolas e indígenas, recebeu um conjunto de intervenções públicas e privadas que desencadearam um processo de desestruturação e de reestruturação socioespaciais (SOUZA, 2007) afetando diretamente a dinâmica de vida local.

Portanto, há na região uma realidade de vulnerabilidade e insegurança vividas pelas comunidades locais em relação ao acesso, ao uso e ao controle do território, sobretudo no que tange a questões ambientais, conflitos territoriais, extração mineral, entre outras. Essas comunidades enfrentam embates contra as investidas seculares do grande capital que para instalar-se desencadeia processos que tendem a desterritorializar essas grandes frações da população regional amazônica.

Nesse contexto, ponderamos que a essência do que significa os usos do território requer ampla análise como desafio diante das mudanças estruturais em curso, demandando repensar os territórios e suas novas configurações. Desse modo, objetivamos analisar os processos atuais dos usos do território amazônico no município de Oriximiná, tendo como referência os meios de vida das populações locais e suas organizações sociais em defesa de seus direitos territoriais, diante dos investimentos da economia-mundo capitalista implementadas localmente.

Para tanto, consideramos que a interpretação da realidade deve ser dinâmica e totalizante avaliando os fatos dentro de contextos sociais, políticos, econômicos e

culturais. Assim, adotamos uma análise com base na relação dialética entre o particular e o geral, entre os lugares e os processos gerais que os transformam. Dessa forma, interpretamos as ações do capital mineral em Oriximiná como processo resultante das relações históricas que reproduzem as relações de produção da sociedade.

Metodologicamente concebemos a análise escalar como recurso e procedimento essencial para compreender os sentidos e dar visibilidade aos fenômenos em uma perspectiva espacial (RÜCKERT, 2004). Buscamos por essa linha explicações sobre a ação de múltiplos atores na construção de territorialidades na escala local, bem como em outras, para compreender as dinâmicas de atuação desses atores e suas conexões em âmbitos internacional, nacional e regional-local e as relações estabelecidas entre os mesmos.

A pesquisa ora em andamento realizou pesquisa de campo no município estudado, para obtenção de dados por meio de anotações de observação in loco, registros fotográficos, conhecimento do noticiário local, realização de entrevistas com sujeitos sociais atuantes localmente e envolvidos com o tema da pesquisa, aquisição de publicações relativas e demais situações que forneceram amostras da realidade investigada. Porém, tais dados ainda estão em processo de análise.

Bibliografia:

AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 107 | 2015. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5993>. Acesso em: 28/02/2017.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. As escalas de análise como método de procedimento. Porto Alegre, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. 2ed. Brasil - território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades. Cuadernos del Cendes, 2008, n. 69, p.1-19.

SOUZA, Patrícia Feitosa. Desigualdades espaciais e a questão tributária no entorno da Mineração Rio Norte (PA). In: COELHO, Maria Célia. Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu (Orgs.). Mineração e reestruturação espacial da Amazônia. Belém: Naea, 2007.

Rearranjo de poder na Iniciativa de Integração Regional da América do Sul (IIRSA)? Análise das tendências atuais do seu processo de implantação

Karoline de Fátima dos Santos Santoro de Souza
Pedro Henrique Rocha da Silva
Laiza de Lima Pinto

A Iniciativa de Integração Regional da América do Sul (IIRSA) cumpriu 18 anos de existência. O plano surge no contexto de mudança na perspectiva sobre a integração e o “desenvolvimento” na América Latina. A partir da década 1980 com o fim da industrialização por substituição de importações e início do processo de re-primarização das economias dos países consolidado no Consenso de Washington (1989), surge o “novo regionalismo” ou “regionalismo aberto” que seria “uma forma de pensar a América do Sul como um espaço geoeconômico integrado, sendo necessária a redução de barreiras internas ao comércio, abertura na infraestrutura e nos sistemas de regulação e de operação que apoiam as atividades de produção em escala regional” (PORTO-GONÇALVES, 2011). Nesse contexto, através da IIRSA vem sendo promovida numa escala continental a integração econômica regional a partir de uma parceria estratégica de construção de mega-infraestruturas - rodovias, hidrovias, portos, aeroportos, entre outros - que facilitem a circulação de mercadorias. Como assinala Zibechi, por meio dessa estratégia procura-se “vencer as barreiras físicas, legais e sociais” para o capital, o que “supõe redesenhar a geografia, a legislação dos estados e as relações sociais” (ZIBECHI, 2012, p.236). Embora a IIRSA trata-se de uma estratégia de reestruturação territorial a longo prazo, a conjuntura latino-americana tem experimentado algumas mudanças políticas e econômicas que condicionam seu processo de implantação. No que se refere à economia, o chamado “Consenso da Commodities” (SVAMPA, 2012) que uniu governos progressistas e conservadores na região, tem sido fragilizado pela queda do preço das “matérias primas” (embora apareçam mostras de recuperação no último ano), contribuindo na crise fiscal em alguns países (exemplo da Venezuela ou Brasil). Nesse contexto, surge a pergunta: em que medida as transformações econômicas e políticas na conjuntura latino-americana impactam no processo de reestruturação territorial que implica a IIRSA? O objetivo do artigo é analisar quais são as novas tendências na implantação na IIRSA no que se refere às fontes de financiamento e a capacidade política dos governos dos países da América do Sul e de outras regiões, bancos nacionais ou regionais, e agências de fomento de intervir nos rumos da execução da iniciativa. A hipótese trabalhada ao longo da pesquisa é que existe nos últimos anos um rearranjo no protagonismo econômico e político nos atores envolvidos na implantação do plano. As denúncias de corrupção, junto com a diminuição do financiamento de projetos de infraestrutura fora do Brasil por parte do BNDES provocada pela crise fiscal, têm diminuído o protagonismo do governo do Brasil e das empresas de consultoria e construção civil (empreiteiras) desse país na implantação da IIRSA, deixando espaço para a inserção de outros atores que até esse momento não tinham um protagonismo direto na implantação do plano. Particularmente, a nova política chinesa de ampliar seus investimentos na América do Sul na extração de “matérias

primas” (MORENO, 2015), e aumentar o financiamento de infraestruturas para incrementar a circulação de mercadorias, é um componente novo que pode marcar uma nova tendência na execução dos projetos da IIRSA. A análise proposta no artigo, faz parte de uma pesquisa em andamento no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO). A metodologia está baseada na revisão de notícias e relatórios do “Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento” (COSIPLAN), das agências de fomento participantes do plano (BID, FONPLATA, Banco de Desarrollo de América Latina [ex-CAF], BNDES) e dos investimentos da China através das seus principais agências de financiamento (por exemplo, o Banco de Desenvolvimento Chinês [BDC] e o Banco de Importações e Exportações da China [BIEC]). Além desse material, foram revisados artigos e livros científicos que abordam a questão da implantação, financiamento e influência política na IIRSA. Para reforçar a análise do material, foram utilizadas referências teóricas e empíricas que tratam sobre a geopolítica na América do Sul e participação da China no cenário contemporâneo.

Bibliografia:

MORENO, Camila. O Brasil Made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo. Fundação Rosa Luxemburgo – São Paulo, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Ou inventamos ou erramos – Encruzilhadas da integração regional sul-americana. Em: CALIXTRE, André Bojikian (Org.). Governança global e integração da América do Sul. IPEA, Brasília, 2011.

SVAMPA Maristella; Slipak, Ariel. China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing. Revista Ensamblés 2015, ano 2, n°3, pp. 34-63.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análisis del Sistema-Mundo: Una introducción. Editorial Siglo XXI, México, 2006.

ZIBECHI, Raul. Brasil Potência. Entre a integração regional e um novo imperialismo. Editora Consequência, 2012.

A atuação dos investimentos chineses no processo de reestruturação territorial fluminense entre os anos 2010 - 2016

Thiago Jeremias Baptista

O processo de globalização contemporânea não se caracterizou somente pela ampliação da circulação de pessoas em escala global, compreendendo assim tanto o aumento das relações comerciais entre os países, quanto a intensificação dos fluxos de capitais internacionais. A despeito desse processo, assistimos à desregulamentação financeira, assim como ao salto dos fluxos de investimentos externos diretos (IED) de aproximadamente, US\$ 650 bilhões, ao final da década de 1990, para US\$ 1,76 trilhão, em 2015. Neste sentido, o presente trabalho aborda a expansão dos investimentos externos diretos no Brasil, concedendo ênfase ao aumento do aporte de investimentos chineses no país nas primeiras décadas do século XXI. Com efeito, a principal contribuição deste trabalho consiste na análise da inserção do estado do Rio de Janeiro nesse processo, quando identificamos, sobretudo, o influxo de US\$ 21,9 bilhões em investimentos chineses confirmados no território fluminense entre os anos 2010 e 2016. Portanto, o principal objetivo do trabalho consiste em analisar a atuação do capital sínico no processo de reestruturação territorial fluminense, identificar os setores que receberam esses investimentos e espacializar a implantação dos projetos referentes ao montante de capital investido no território. Através da realização de uma pesquisa quali-quantitativa o estudo compreendeu diferentes etapas, assim a fase de gabinete compreendeu tanto uma revisão bibliográfica sobre o tema, quanto a realização do levantamento quantitativo dos investimentos chineses em diferentes escalas e na identificação do aporte dos investimentos externos diretos no Brasil nas primeiras décadas do século XXI; enquanto a fase de campo consistiu na realização de visitas técnicas às instituições e realização de entrevistas abertas com representantes dessas instituições e acadêmicos que dedicaram seus estudos a temas relacionados à República Popular da China. Através desses procedimentos metodológicos foi possível identificar o aporte dos investimentos confirmados no país e no território fluminense, para em seguida realizar a espacialização e a problematização da implantação de dez projetos de empresas chinesas no território do estado do Rio de Janeiro. A fim de evidenciar esse processo, o estudo será constituído de uma introdução e mais três seções que serão sucedidas pelas considerações finais. Na primeira seção do artigo realizamos nossas considerações acerca da inserção econômica fluminense na divisão internacional do trabalho, evidenciando o estabelecimento da centralidade política e econômica que durante dois séculos foi realizada no recorte espacial que atualmente compreende o território fluminense, assim como a perda dessas centralidades no decorrer do século XX e a reestruturação territorial fluminense entre as décadas de 1990 e 2010, na seção subsequente inclinamos nossas reflexões ao processo de reestruturação assistido pela República Popular da China, após a década de 1970, para então evidenciar a sua trajetória de passagem da condição de recipiendário de investimentos externos para investidor internacional no início do século XXI, em seguida realizamos, na terceira seção, a



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

especialização e a problematização do aporte de investimentos chineses realizados no território fluminense entre as duas primeiras décadas do século corrente.

Bibliografia:

ALVES, A. G. de M. P. As Relações de Investimentos Diretos entre a China e os Países de seu Entorno. In: ALVES, A. G. de M. P. (Org.) Os BRICS e seus vizinhos: investimento direto estrangeiro. Brasília: Ipea, 2014.

ANDREWS, Christina W. Da década perdida à reforma gerencial: 1980-1998. In.: ANDREWS, Christina W.; BARIAN, Edson (orgs.). Administração Pública no Brasil, Breve História Política. São Paulo: Editora Unifesp, 2010, pp. 85-118.

BUCKLEY, P. J. et al. Historic and Emergent Trends in Chinese Outward Direct Investment. In: BUCKLEY, P. J. Foreign Direct Investment, China and the World Economy. Palgrave Macmillan, 2010.

CEBC. Investimentos chineses no Brasil: 2016. CEBC, Rio de Janeiro, 2017.

MARAFON, G. J. et al. Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da Compreensão do Passado aos Desafios do Presente. Rio de Janeiro, Gramma, 2011.



III CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO
CRISE E REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS DA POLÍTICA



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Eixo 6

Integração regional e novos espaços da cooperação e do conflito internacional

**Coordenadores:
Aldomar Rückert
Pablo Ibanez**

A Colômbia pós-guerrilha: ensaio sobre territorialidade e as implicações geopolíticas na América do Sul

Tales Henrique Nascimento Simões

Este trabalho analisa e interpreta, a partir da perspectiva da Geografia Política, as potencialidades político-econômicas e os desdobramentos geopolíticos que deverão advir dos processos de negociação de paz entre o governo colombiano e as guerrilhas ainda presentes em seu território. A partir de uma perspectiva realista e crítica, busca-se entender a dinâmica territorial do histórico embate entre as guerrilhas, o governo colombiano e os paramilitares e apreender as possibilidades econômicas abertas para o desenvolvimento colombiano, em especial ao ter na região da Ásia-Pacífico um novo horizonte comercial. Diante disso, investiga-se igualmente como tabuleiro geopolítico na América do Sul deverá ser alterado com as transformações paradigmáticas oriundas do novo cenário em que a Colômbia volta-se cada vez menos para os Estados Unidos e mais para seus pares na América do Sul, em sua pretensão de exercer mais protagonismo e influência nas esferas regional e global.

No plano econômico-comercial, serão investigadas as possibilidades abertas para a alavancagem da abertura comercial governamental, sobretudo com relação ao estreitamento das relações com os países da região da Ásia-Pacífico, novo eixo dinâmico da economia global. Essa possibilidade é corolário da nova territorialização do território colombiano, na esteira do arrefecimento dos conflitos internos devido às ações das guerrilhas e das atividades paramilitares, os quais permitem a inserção de novas forças econômicas arrojadas, mantenedoras da paz e fomentadoras do desenvolvimento econômico com vistas a atenuar as desigualdades socioeconômicas renitentes. Em particular, será observada a viabilidade de impulsionar a região do Pacífico colombiano e sua expansão portuária de modo a expandir o comércio com a Ásia-Pacífico e competir outras economias sul-americanas – Chile e Peru – no intento de tornar-se o principal “hub” no fluxo comercial com os países asiáticos na América do Sul.

O âmbito geopolítico, por seu turno, contemplará a posição geoestratégica privilegiada da Colômbia – contígua ao Canal do Panamá, presente na Amazônia, com costas para o Pacífico e o Atlântico – para verificar as mudanças latentes no equilíbrio de poder regional resultante do fortalecimento interno e do desenvolvimento econômico colombiano pós-guerrilhas. A Colômbia visa à alteração da percepção mundial de um país outrora considerado um “narcoestado” para o de um Estado aberto para investimentos e para o comércio internacional. Seguramente, uma das principais alterações pode ocorrer no marco das relações entre a Colômbia e os Estados Unidos, uma vez que a assistência financeira para a chamada “guerra às drogas” não terão mais o condão de condicionar as relações entre os dois países, invertendo a lógica da ingerência do governo estadunidense na América do Sul por meio da Colômbia. Esta, por muito tempo considerada a “Israel da América do Sul”, pelo estreito e histórico relacionamento com os EUA, consubstanciado na doutrina “Respecte polum” (olhar para o norte) desde a década de 1910, começa,

paulatinamente, a voltar-se para os países da América do Sul. Esse processo passa pelo fortalecimento da UNASUL – mormente com a participação colombiano no Conselho de Defesa Sul-americano –, a constituição da Aliança do Pacífico e o desanuviar das tensões com o Equador e, em menor medida, com a Venezuela. O cenário pós-guerrilha, portanto, parece encorajador para uma potência regional secundária como a Colômbia, que tem a possibilidade de revigorar sua inserção internacional tanto no plano regional quanto no plano global, contribuindo para seu desenvolvimento interno e para a transfiguração da correlação de poder na América do Sul.

Bibliografia:

ARDILA, Martha. México y Colombia, más cambios que continuidades en su inserción internacional. A propósito de potencias regionales con diferente rango. *Anuario Latinoamericano–Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales*, v. 1, p. 89, 2015.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, 349p.

FLEMES, Daniel; WEHNER, Leslie. Reacciones estratégicas en Sudamérica ante el ascenso de Brasil. *Foreign affairs: Latinoamérica*, v. 13, n. 4, p. 107-114, 2013.

JOST, Stefan. Colombia: ¿una potencia en desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior. Konrad Adenauer Stiftung, 2012.

TUATHAIL, Ó Gearóid. *Critical geopolitics: the politics of writing global space*. London and New York: Routledge, 1996, 250p.

A geopolítica da China na América do Sul: estratégias políticas e de mercado e a expansão nas economias nacionais

Camilo Pereira Carneiro
Anna Eliza Barata

Ao longo da última década o mundo vem assistindo ao deslocamento do centro da economia global do Atlântico para o Pacífico, como resultado da rápida ascensão chinesa. No início do século XXI, a China vem aumentando a sua presença na América do Sul e tem despontado como um dos principais parceiros comerciais do MERCOSUL. A estratégia geopolítica de Pequim tem como objetivo assegurar os recursos necessários para a alimentação da população chinesa e para o bom funcionamento do parque industrial do país. Dentre as principais commodities fornecidas pelos países sul-americanos destacam-se a soja e os minérios. Através de acordos comerciais bilaterais e de um softpower que se destaca por não impor ideologias ou modelos de conduta aos países parceiros, a China garante o acesso a matérias primas bem como a participação em diferentes setores das economias nacionais no subcontinente. O país também é um dos maiores investidores diretos nas nações sul-americanas. Em poucos anos, o país asiático tornou-se o principal parceiro comercial de países como o Brasil. Nesse caso específico, a China chegou a suplantar uma longa hegemonia norte-americana que era registrada no comércio internacional brasileiro desde os primórdios do séc. XX, também causando impactos em nossa política externa. Os negócios entre empresas da potência asiática e a América do Sul aumentaram nos últimos anos, em

função do importante mercado consumidor do subcontinente, que apresenta grande potencial. O interesse em setores como energia, infraestrutura e logística aponta para uma relação de longo prazo da China com os países da região. O gigante asiático tem impactado o desenvolvimento da produtividade e da competitividade das principais economias sul-americanas, como o Brasil. A expansão das empresas chinesas tem gerado efeitos profundos e acarretado, na maioria das vezes, dificuldades para as empresas locais. Em sua inserção na

América do Sul as empresas da China adotam estratégias específicas para ganhar mercado nos diferentes países, dentre elas; abertura de filiais; dumping; parcerias com empresas nacionais; além da assinatura de acordos diplomáticos voltados à diminuição do protecionismo. O presente trabalho tem por base os estudos de autores como Elias Jabbour, Moniz Bandeira, Carol Wise, Luís Cunha, Xiaoyu Pu, e Wu Baiyi. O artigo tem por base conceitos oriundos das Relações Internacionais e da Geografia Política e objetiva analisar e caracterizar a evolução das relações comerciais estabelecidas entre a China e os principais países sul-americanos nas primeiras décadas do séc. XXI. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, básica, pautada em pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos).



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Bibliografia:

BAIYI, Wu. Oportunidades em meio à transformação: uma análise multidimensional das perspectivas de cooperação entre China e América Latina.

CUNHA, Luís. A hora do dragão: política externa da China.

JABBOUR, Elias. China hoje: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado

PU, Xiaoyu. Rethinking Hegemony in Asia: China, America, and the Prospect of Negotiated Order.

WISE, Carol. Dragonomics: The Rise of China in Latin America.

A geopolítica do agronegócio em Mato Grosso. Projeções interestaduais e rebatimentos multiescalares na América do Sul

Davi Viuge Iff de Mattos

No decorrer do processo de formação do território nacional o espaço no qual está localizado o estado do Mato Grosso serviu a importantes propósitos geopolíticos. Durante a colonização, o domínio das rotas e a instalação de fortalezas permitiram a expansão territorial lusitana sobre a espanhola neste continente. No período monárquico, Mato Grosso foi “teatro” de guerra no contexto da Guerra do Paraguai, recebendo tropas a fim de assegurar a integridade territorial do país. Da década de 1930 até a instauração da ditadura civil militar, o território mato-grossense esteve inserido numa série de políticas objetivando a integração nacional, passando desde a Marcha para o Oeste ao Plano de Integração Nacional.

Atualmente, circunstâncias econômicas conduzem os atores responsáveis pela gestão do território, em diversas escalas geográficas, a implementar estratégias capazes de projetar os países em posições competitivas num cenário do comércio global. Esses atores, em parceria com corporações travam uma “guerra” econômica com metas diversas, dentre elas: a abertura de mercados, a inovação tecnológica, alianças entre blocos regionais com o objetivo de fortalecer o comércio intra/intercontinental. Trata-se de uma lógica pautada na geoeconomia. É nessa lógica que inserimos o Mato Grosso. As políticas aplicadas durante a ditadura civil-militar legaram ao estado um setor primário de alta rentabilidade, alçando-o a um novo patamar da geografia econômica nacional, ao mesmo tempo, propiciou a essa unidade da federação o status de um dos principais participantes na composição do PIB nacional. Essa proeminência econômica tem consequências geográficas, uma delas é a corporatização do território. Através da escala local, regional, nacional, continental e global o território é ordenado para dar suporte aos interesses dos atores hegemônicos do agronegócio em Mato Grosso.

Os atores hegemônicos são reconhecidos aqui como produtores rurais, pecuaristas, corporações atuantes no agronegócio, federações comerciais e pessoas ligadas ao Estado capazes de qualifica-lo numa perspectiva relacional e também de configurar arenas políticas. Essas arenas são detectadas nas diversas esferas estatais. São nelas que se desenrolam os embates com a finalidade de assegurar os interesses dos atores hegemônicos. Tais interesses mobilizam uma série de ações que se estruturam na órbita do agronegócio, podemos indicar as seguintes: forjar alianças, financiar empreendimentos, avançar nas suas atividades para além dos limites do Mato Grosso e da fronteira nacional, investir em técnicas e tecnologias, as quais efetivamente, amplie a produção e a produtividade da agropecuária.

Nesse trabalho nos interessa as ações que avançam para além da fronteira nacional. Em Mato Grosso, produtores e outros profissionais ligados ao agronegócio, atuam na Bolívia, sobretudo no departamento de Santa Cruz, adquirindo terras, trabalhando como tratoristas, mecânicos e médicos veterinários. Esses fatos ligados ao cotidiano

dessas pessoas, em uma escala local, podem ser somados a outras iniciativas com o escopo de promover a integração regional da América do Sul. Atores ligados ao governo federal, às federações e corporações do agronegócio têm interesses em promover o uso dos recursos naturais, tais quais solos agricultáveis e água, outrossim, garantir a circulação de produtos do agronegócio entre as fachadas oceânicas sul-americanas. Tal intento é garantido por meio de redes logísticas, e as mesmas possibilitam a projeção interescalar da lógica geoeconômica dos atores em destaque.

Simultaneamente, essas redes ordenam para os atores hegemônicos e desordenam para outros. Os outros são os atores contra-hegemônicos, os quais possuem lógicas antagônicas à da geoeconômica. São pessoas ligadas ao indigenato, ONGs atuantes na defesa de minorias e do meio ambiente. No processo de ordenar/desordenar os atores hegemônicos provocam o que chamamos de rebatimentos multiescalares. Esses rebatimentos são identificados em emissão de gases que incrementam o processo de superaquecimento na Terra, na destruição de ecossistemas e biomas que ocorrem no Brasil e na América do Sul, bem como na territorialização das atividades do agronegócio sobre terras indígenas, comprometendo as territorialidades, a saúde e a segurança alimentar dos povos ancestrais deste continente.

Isto posto, o presente trabalho enfoca os interesses dos atores hegemônicos na América do Sul, principalmente os pautados na formação de redes logísticas. À medida em que detalhamos esses interesses apresentamos como estes se enquadram em planos maiores para a integração regional sul-americana. Não obstante, também analisamos a resistência contra esse tipo de lógica de integração, desencadeada pelos rebatimentos multiescalares. Este trabalho é parte de um capítulo de nossa tese, no seu desenvolvimento amparamos a metodologia em três pilares: leituras de gabinete, trabalho de campo e buscas de materiais pertinentes a pesquisa na INTERNET.

Bibliografia:

SILVA, Eliezer Batista da. *Infraestrutura para Desenvolvimento Sustentado e Integração da América do Sul*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura. 1997. 88p.

BECKER, Bertha. *A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e desenvolvimento Sustentável*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand. 2000. 271-308p.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. *Fronteira Agrícola Capitalista e Ordenamento Territorial*. In: *Território, Territórios. Ensaios sobre o Ordenamento Territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora. 2007. 282-312p.

MATTOS, Davi Viuge Iff de. *A Geopolítica do Agronegócio em Mato Grosso. Projeções Interescalares e Rebatimentos Multiescalares*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. 2016. Niterói. 446p.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Anais da Oficina sobre Política de Ordenamento Territorial, realizada em Brasília, em 13-14 de novembro de 2003. Ministério da Integração Nacional (Org.). 2005. 79p.

A geopolítica do petróleo da Petrobras na América do Sul: avanços e retrocessos na última década (2007-2017)

André dos Santos Alonso Pereira

O objetivo deste resumo é mostrar nosso projeto de pesquisa, uma dissertação de mestrado em desenvolvimento no programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor André Martin, para o III CONGEO. O tema da pesquisa foi elaborado em 2016, quando eu iniciei o mestrado, e foi sendo moldado após mudanças quanto ao seu objeto de estudo e o escopo geral da pesquisa. Inicialmente, a pesquisa tinha como eixo central a integração energética da América do Sul com enfoque nos hidrocarbonetos, tanto o petróleo como o gás natural, fundamental nos projetos de integração regional principalmente graças a rede de gasodutos existente na área. Com o passar do tempo no mestrado, ficou evidente que o projeto tinha dimensões excessivas para uma dissertação de mestrado, então foi sendo reduzido até decidirmos destacar a Petrobras e o petróleo, por sua maior relevância geopolítica internacional. Entretanto, o objeto principal nunca se alterou: A Geopolítica do Petróleo brasileira e sua relação com os projetos de integração sul-americana, com enfoque nas ações da Petrobras no continente em prol dessa integração e de sua geoestratégia. Portanto, nossa pesquisa está sendo agora desenvolvida com a análise da geopolítica da Petrobras na América do Sul, seu alcance, seus propósitos e sua efetividade como principal objeto de estudo e eixo central da dissertação, que será concluída no meio de 2019.

Desde sua fundação em 1953, a Petrobras foi erguida e projetada como o braço do Estado brasileiro em questões de segurança energética, principalmente em relação ao petróleo, tal como seu nome aponta. Devido ao seu uso extremamente “geopolitizado”, motivado pelos interesses assimétricos entre consumidores da commodity e seus produtores, o petróleo sempre esteve no centro da busca pela segurança energética das nações, que necessitam manter uma matriz energética variável e pouco dependente de algum item específico, mas esbarram na alta demanda e uso variado do hidrocarboneto nas cadeias produtivas industriais. O Brasil não fugiu à regra, e usando a Petrobras como auxílio para resolver as tais questões, buscou estabelecer estratégias para garantir a autossuficiência em petróleo, utilizando muitas vezes a estatal para traçar alianças comerciais regionais, principalmente na América do Sul, onde a companhia avançou consideravelmente após quebrar seu monopólio em 1997. Entretanto tivemos um ponto de quebra paradigmática em 2007, quando o Brasil anunciou suas reservas em águas ultraprofundas na camada Pré-Sal. A partir deste ponto, o Brasil passa a priorizar a exploração dessas reservas, a fim de tornar-se um grande produtor de petróleo e posteriormente explorar os lucros advindos do Pré-Sal com investimentos na área de educação, desprezando os rumos da integração regional energética sul-americana. Dois fatores novos, antes não previstos pelos planos estratégicos da Petrobras, entraram em cena nos últimos quatro anos: A queda abrupta do preço do barril de petróleo, motivada por fatores além do alcance da empresa, e a operação Lava-Jato,

que descobriu esquemas de corrupção dentro da Petrobras. Ambos fizeram a empresa perder capital e poder de investimento para concretizar o objetivo de crescimento com o Pré-Sal, que deixa de ser uma prioridade do governo brasileiro, que inclusive mudou as regras de sua exploração. Enquanto isso, na América do Sul, observou-se uma série de mudanças políticas nos poderes executivos, o que atrapalha os rumos das integrações regionais no continente. Esta pesquisa tem como objetivo analisar como fica, portanto, configurada a geopolítica da Petrobras na América do Sul após esse período de mudanças significativas, tanto em termos de geopolítica energética do petróleo, quanto sua relação com a geopolítica brasileira como um todo.

Bibliografia:

BRITO, Marco et SANTOS, Edmilson et ROUSSEAU, Isabelle et NAVA, Pablo. A dialética da segurança energética e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira. In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

COSTA, Wanderley Messias. Geopolítica e Geografia Política: Discursos sobre o território e o poder. Editora Edusp/Hucitec. São Paulo, 2007

CONANT, Melvin et GOLD, Fern Racine. A Geopolítica Energética. Editora Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1981

EGLER, Cláudio A. Gonçalves et MATTOS, Margarida Maria C. L. Multinacionais do setor petrolífero, geoeconomia e integração regional na América do Sul. In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata. Editora da Universidade do Amazonas. Manaus, 1997.

A integração regional na América do Sul: relações entre intencionalidades e ações

Giuseppe Forioni Bragaia
Paulo Fernando Cirino Mourão

A possibilidade de uma integração regional efetiva e desenvolvimento social em conjunto com os países da América do Sul, representadas por ações governamentais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), transformado em Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da UNASUL, é um marco fundamental na política externa brasileira na América do Sul. Para tanto, ressalta-se a evolução histórica de projetos de infraestrutura, a formatação de um plano estratégico e projeção externa dos governos vigentes na época.

Estes resultaram não somente numa configuração territorial interna específica, mas também nos territórios vizinhos, no chamado Entorno Estratégico. Esse programa procura organizar o espaço geográfico sul-americano com base em eixos de integração e desenvolvimento, com objetivo imediato de incrementar o comércio regional, como um projeto geopolítico de integrar governos. Nesta iniciativa os impactos ambientais, socioeconômicos e os investimentos necessários previstos são de grande monta como demonstra a necessidade de remover as barreiras geográficas e normativas tendo em vista a pretensão de ocupar os espaços físicos-chaves.

Os passos da geopolítica brasileira e o ideário do Brasil Potência, podem parecer fragmentadas num primeiro olhar, porém quando vistas em conjunto mostram que muitas intenções anunciadas vão se concretizando no decorrer de nossa história. São os fatores geográficos que à sua época influenciaram em muito para que os “pioneiros” de uma Geopolítica brasileira autônoma e nacionalista, elaborarem um pensamento geopolítico brasileiro, conforme mostrou Martin (2005). A importância desse pensamento esteve presente em autores como Mario Travassos, através da proposta de uma rede de transportes variada. Esta se efetivaria como meio dissuasório da presença dos Estados Unidos e como um contraponto para o fortalecimento da influência Argentina que se ampliava pelas vias de comunicações da Bacia do Prata (ALBUQUERQUE, 2015). Para Miyamoto (1995) “São os fatores geográficos que constituem os elementos essenciais à compreensão do complexo geopolítico sul-americano”.

Foram nessas dimensões que a potência regional se individualizou, para isso como mostra Bertha Becker, os “planos de viação” e a “marcha para o oeste”, devem ser vistos como um “recurso simbólico fundamental para a legitimação do Estado, e a política territorial, incorporando e acelerando as tendências da dinâmica socioespacial, constituiu-se num dos alicerces de sua prática” (BECKER, 2011). Para Golbery do Couto e Silva, a afirmação da geopolítica do Brasil irá ter grandes consequências numa reorientação da política nacional em relação ao mundo exterior. Neste processo os Planos Nacionais de Desenvolvimento representaram um projeto

de potência nacional, por uma estratégia explícita, de ordenação da estrutura territorial à lógica do projeto geopolítico. Segundo Bertha Becker (2011) “a ocupação foi vista como capaz de promover o “equilíbrio geopolítico” interno e externo”. A integração sul-americana, segurança nacional e desenvolvimento econômico são pautas presentes para o estado brasileiro em diferentes épocas. Ao integramos na pesquisa os estudos sobre os eixos de integração regional, é possível relacionar a evolução histórica do conjunto das intenções anunciadas, como demonstra Guimarães (2007), a proposta que se apresenta trata-se de uma integração ativa, diferente daquela tradicional, de natureza passiva.

Assim sendo, propomos discutir as visões institucionais dos dois programas de infraestrutura com uma bibliografia recente (artigos, notícias, notas governamentais e pesquisas em sites governamentais). Partindo das análises feitas por Celso Amorim, pudemos entender a questão sob a ótica da Defesa e, por conseguinte, institucional. Neste caso a integração regional passa a ser vista como um instrumento dissuasório. Para a análise da relação entre intencionalidades e ações, recorreu-se a investigação de documentos nacionais como Estratégia Nacional de Defesa (2012) e (2016), Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

Isso só foi possível, após a compilação e estudo das carteiras de projetos entre os dois programas, determinando as obras existentes em locais diversos, para verificar quais os eixos de integração e as áreas no território nacional receberam maiores investimentos, diferenciar as obras de interesse local daquelas que podem ser inseridas num projeto geopolítico mais amplo, identificar as fontes de financiamento e estágio de construção das obras, e por fim, a elaboração de mapas que permitissem uma melhor visualização de um recorte específico em um destes eixos, o Interoceânico Central. Com isso esperamos contribuir para uma melhor avaliação do PAC, o que representa uma compreensão mais ampla sobre seus efeitos ao incorporar da política de integração regional, sua dimensão geopolítica desenvolvida no período recente.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, E.S. 80 anos da obra Projeção Continental do Brasil, de Mário Travassos. In: Revista do Departamento de Geografia-USP. Volume 29 (2015), p. 59 a 78.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. Brasil uma nova potência regional na economia-mundo. 8. ed. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988.

GUIMARÃES, S. P. Desafios Brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

MARTIN, A. R. Brasil, Geopolítica e Poder Mundial – o anti-Golbery. Tese (Tese de livre docência em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MIYAMOTO, S. Geopolítica e Poder no Brasil. São Paulo: Editora Papyrus, 1995.

A relação entre Brasil e África Setentrional sob a perspectiva da cooperação Sul-Sul

Mariana Herreira Gonçalves Pertile

A cooperação técnica brasileira com países em desenvolvimento começa a ganhar volume pós-Segunda Guerra Mundial, acompanhado pela argumentação anticolonial – válido apontar que nesse momento inicia-se o processo de emancipação política nos diferentes países do continente africano, além da emergência do conceito “renascimento africano”, o qual ampara a superação de desafios no continente em promoção de estratégias para nortear o desenvolvimento econômico. A partir de então, paulatinamente o continente inicia a busca por maior espaço frente a política internacional. Nesse contexto, o Brasil insere-se com a discussão do fortalecimento do eixo sul-sul, desenvolvida sobre diferentes motivações a serem investigadas, a fim de evitar leituras simplórias ao credenciar tal entusiasmo como uma política “solidária”, omitindo a crítica ao discurso apropriado em defesa do desenvolvimento, ou abstraindo o interesse brasileiro em uma projeção internacional, aumentando seu poder político marcado por uma geopolítica expansionista. No presente trabalho é dada ênfase na África Setentrional (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Saara Ocidental, Sudão, Sudão do Sul e Egito), porção do continente carregada de adversidades, principalmente em relação aos conflitos étnico-religiosos que atingem a área gerando instabilidade e dificultando a realização de acordos, mas que ainda assim consegue manter relevância frente ao interesse brasileiro, com destaque para reservas minerais e petrolíferas – marcando a expressão de alcance de “territórios-recurso”. Deste modo, a pesquisa é embasada na revisão bibliográfica, e na coleta de dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MIDC) com o intuito de traçar o histórico dessa relação com a finalidade de levantar questões sobre as motivações, políticas e os elementos que propiciaram e propiciam a prática da cooperação, bem como levantar as dificuldades encontradas, e identificar os atores envolvidos na cooperação. Por conseguinte, a investigação resulta na necessidade da produção de mapas para elucidação da relação em diferentes âmbitos, sendo aqui destacados os setores da agricultura, educação, saúde. Para mais, debate-se como a ABC articula a cooperação com ministérios, universidades, fundações, entre outras esferas na busca de atender as demandas recebidas, atuando desde capacitação de profissionais e visitas técnicas, transferência de tecnologias até apoio a elaboração de propostas de regulamentação. É válido ressaltar que tal processo acaba por contribuir também com a internacionalização de empresas brasileiras como Petrobras, Vale do Rio Doce, Odebrecht. A compreensão da política externa brasileira torna-se pertinente frente ao cenário político presente, com a preocupação de não apenas compreender seu histórico e como se configurou a relação hegemônica para o continente africano durante os últimos governos, mas também para acautelá-lo sobre os novos rumos, sobretudo no (re)desenho da agenda brasileira que se anuncia desde de 2016.

Bibliografia:

BEGHIN, Nathalie. A cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional na área de segurança alimentar e nutricional: avanços e desafios. Onde estamos e para onde vamos?. Brasília: Instituto de estudos socioeconômicos, 2014.

MILANI, Carlos R. S. ABC 30 anos: história e desafios futuros. 1ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017.

PIMENTA JUNIOR, J. L.. Comércio, investimentos e negociações internacionais: uma breve análise das relações econômicas entre o Brasil e os países em desenvolvimento nas últimas décadas. In: Haroldo Ramanzini Júnior; Luis Fernando Ayerbe. (Org.). Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, v. 1, p. 1-351.

SAGGIORO Garcia, Ana. LIMA, Maria Regina Soares de. MILANI, Carlos R. S. Cooperación Sur-Sur, política exterior y modelos de desarrollo en América Latina. 1ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios?. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

A Unasul e sua efetividade: uma análise com base nos documentos oficiais da instituição

Ricardo Luigi

A discussão sobre a integração regional parece importante em um momento em que tudo indica que as bases de organização do sistema internacional estejam sofrendo transformações. A integração regional na América Latina, especialmente na América do Sul, adquire novos contornos. A União das Nações Sul-Americanas (Unasul) surgiu em um contexto de criação de organizações internacionais governamentais que promovessem a cooperação internacional e o multilateralismo, oferecendo alternativas regionais que contribuíssem para o desenvolvimento dos países da América do Sul. Embora o processo que vai levar a Unasul comece a ser gestado ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir do governo Lula da Silva a busca por autonomia traz um novo conteúdo, de diversificação de parcerias, sendo um instrumento de inserção internacional. A adesão à Unasul se impõe nesse contexto de proposição de novos arranjos, com base na cooperação Sul-Sul, em um novo contexto de integração regional, uma integração não apenas econômica, visando aumentar o comércio entre os países membros, mas uma integração produtiva, que almeja uma integração política. No período de 2011 até 2014, como defende a tese, com base na análise dos documentos da instituição, a Unasul foi efetiva, alcançando seus mais notáveis êxitos na cooperação em saúde, defesa, infraestrutura e na defesa da democracia. A cooperação em saúde tem seu epicentro no ISAGS, Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, sediado no Rio de Janeiro. A cooperação em defesa está fundamentada no Conselho Sul-Americano de Defesa (CSD) e nos seus correspondentes CEED, Centro de Estudos Estratégicos em Defesa, que funciona em Buenos Aires, e na ESUDE, Escola Sul-Americana de Defesa, que funciona no Rio de Janeiro. A infraestrutura se organiza em torno do COSIPLAN (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento), herdeiro da IIRSA. A promoção da democracia se escora nas missões eleitorais enviadas pela instituição para acompanhar os pleitos nos países da região. Como iniciativas práticas, temos o banco de remédios da Unasul, coordenado pelo ISAGS, que permitem que os países coordenem os valores para compra conjunta de remédios por seus sistemas públicos de saúde. As missões eleitorais possuem grande atuação na região, tendo, por exemplo, acompanhado o referendo político recente no Equador, convocado pelo presidente Lenín Moreno. O Cosiplan, que tem uma carteira de 520 projetos ao longo de sua existência, dos quais mais de 100 foram concluídos, contemplando construções de malhas viárias a redes de fibra ótica, por exemplo. Planeja ainda onze iniciativas de infraestrutura para 2018. Apesar disso, em 2014, começa uma inflexão no processo de integração que vai levar a um esvaziamento da Unasul, que alcança seu ápice no momento atual, em que há vacância no cargo de secretário geral da entidade e que a Argentina ameaça sair da instituição, em uma versão sul-americana do Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia). A Unasul é uma organização com uma estrutura institucional em construção, em amadurecimento, que se mostrou muito carente da atuação dos presidentes dos

países integrantes, o que se convencionou chamar de dependência de um hiperpresidencialismo. Lamentavelmente seu legado está ameaçado principalmente pela falta de uma concertação política favorável a sua manutenção. Dois autores muito importantes para o trabalho, Langenhove e Kingah (2016) dizem que políticas públicas como as efetuadas pela Unasul são uma “faca de dois gumes” de acordo com o momento econômico das regiões em que são aplicadas. Em tempos de turbulência econômica há uma inclinação maior a se diminuir os investimentos em tais políticas, mas é justamente nesse momento em que elas são mais efetivas. O presente trabalho discute a efetividade da Unasul com base na análise do funcionamento de suas agendas e de seus órgãos (conselhos), expressos em suas cúpulas. Foram analisados os documentos oficiais da instituição até a metade de 2017, buscando responder se a instituição vem sendo ou não efetiva durante sua relativamente curta existência.

Bibliografia:

COMINI, N.; FRANKEL, A. “Una Unasur de Baja Intensidad: Modelos en Pugna y Desaceleración del Proceso de Integración en América del Sur”. Nueva Sociedad. Buenos Aires, n. 250, p. 58-77, mar./abr. 2014.

HOFFMANN, A. R.; TABAK, J. Discussing Global Health and Access to Medicines in the UN System: The Case of the Union of South American Nations (UNASUR). The Hague Journal of Diplomacy, vol. 12, n. 2-3, p. 178-196, 2017.

LANGENHOVE, L. V.; KINGAH, S. Conditions for effective regional social (health) policies: the EU and Unasur compared. In: BIANCULLI, A. C.; HOFFMANN, A. R. Regional Organizations and Social Policy in Europe and Latin America: A space for social citizenship? New York: Palgrave MacMillan, 2016.

UNASUL. Documentos da Unasul. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>. Acesso em: 10 abr. 2018.

YOUNG, Oran. A Eficácia das Instituições Internacionais: alguns casos difíceis e algumas variáveis críticas. In: ROSENAU, J. N. e Czempiel, E.-O. Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Ambientes naturais análogos Brasil República Centro Africana: possibilidade de treinamento e aclimação de contingentes humanitários

Tássio Franchi
Eduardo Xavier Glaser Migon
Pablo Guedes dos Santos da Silva

Após o final da Guerra Fria o número de operações de paz tem aumentado significativamente. No século XXI as Forças Armadas brasileiras têm se envolvido cada vez mais em operações fora do território nacional, sob a égide das Nações Unidas. Missões no entorno estratégico e além dele se tornaram uma realidade, seja para contingentes maiores, como os batalhões enviados em esquema de rodízio ao Haiti (MINUSTAH), ou para grupos menores como militares designados para funções específicas em missões das Nações Unidas, que vão de observadores até Force Commander. Isto tem exposto os militares a atuar em regiões com ambientes ora similares, ora diferentes dos quais foram treinados. A dimensão física do espaço geográfico é uma variável importante no planejamento e condução de operações militares. Desde Sun-Tzu, passando por Carl Von Clausewitz, até os teóricos e estrategistas do planejamento militar contemporâneo, o terreno e as condições climáticas são apresentadas como elementos de fricção ou de vantagem capazes de interferir no desfecho de uma operação ou batalha (Clausewitz, 2010; Tavares, 2018). Em paralelo, a eficiência militar é medida, dentre outros fatores por: integração, capacidade de resposta, habilidade, qualidade (Brooks & Stanley, 2007); eficiência política, estratégica, operacional e tática (Murray, 2012). Sendo que em diferentes autores encontramos de forma recorrente a adequabilidade dos treinamentos e equipamentos como um ponto em comum. Tendo em vista o pedido, feito em 2017, das Nações para o Brasil enviar um contingente para a Missão de Paz da República Centro Africana (MINUSCA) este trabalho visa investigar, de modo exploratório, as correlações geográficas e físicas dos dois países. Utilizando o software livre QGis, e a classificação de Ecoregiões (Bailey, 2005). A opção pela classificação de Ecorregiões se explica pela: (i) disponibilidade de informações georreferenciadas globais; e (ii) possibilidade de comparação com estudos feitos para o Exército dos Estados Unidos (Doe III, Bailey, 2006). Procedimentalmente se buscou identificar: (a) Ecorregiões correlatas em cada país, (b) áreas aproximadas em cada nação, (c) áreas aproximadas em cada Comando Militar de Área, (d) existência de Organização Militar (bases militares) por Ecorregião correlata em cada Comando Militar de Área. Como resultado se obteve dentro dos grandes Comandos Militares de Área, quais são as Organizações Militares sediadas em áreas com Ecorregiões análogas à República Centro Africana. Apontando assim os possíveis locais onde podem ser conduzidos: a aclimação de contingentes, o teste de equipamentos e treinamentos específicos de modo a influenciar a eficiência militar em operações na MINUSCA.



Bibliografia:

CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

BAILEY, Robert G., Identifying Ecoregion Boundaries. In: Environmental Management. Vol 43. Suppl.1, 2005. pp.14-26;

BROOKS, Risa A.; STANLEY, Elizabeth A., Creating Military Power: the sources of military effectiveness. California: Stanford University Press, 2007.

MURRAY, Williamson. War, Strategy, and Military Effectiveness. New York: Cambridge University Press, 2011.

América Latina: uma integração regional agônica? A institucionalidade da integração regional e seus principais desafios

Claudete de Castro Silva Vitte

No âmbito regional, chama a atenção o fato de haver um número significativo de organizações regionais na América Latina, especialmente na América do Sul. Persistem dúvidas se todas elas são relevantes o suficiente para sobreviverem no longo prazo. Esta pesquisa objetivou contribuir na discussão sobre alguns dos processos de integração que vêm ocorrendo na América Latina, especialmente na América do Sul, focando a integração regional supranacional latino-americana e sul-americana enquanto institucionalidade e como espaço sociopolítico em construção. Neste trabalho foram ressaltadas algumas das suas organizações regionais, considerando o Estado como agente principal, com conflitos, práticas de cooperação e hegemonias. Foram objeto de discussão o Acordo Estratégico Transpacífico, a Alba e a Celac. A Unasul e o Mercosul também foram objeto da pesquisa, mas as reflexões sobre estas organizações regionais foram discutidas em outra oportunidade. As organizações regionais estudadas foram caracterizadas e foi feita uma breve revisão de estudos recentes sobre elas. O recorte temporal limita-se até 2016, ainda que muitos fatos relevantes tenham ocorrido posteriormente, como a saída norte americana da Aliança do Pacífico e a crise da Venezuela que afeta a Alba, CAN e Unasul.

Com relação à metodologia de pesquisa, foi feito essencialmente um balanço preliminar da literatura sobre organizações regionais latino-americanas de forma geral e sobre os casos específicos, em tentativa de correlacioná-las entre si, observando semelhanças e diferenças. Foram feitos levantamentos em livros, periódicos especializados teses e dissertações; na imprensa, que é sempre uma fonte importante de vocalização das ideias e opiniões de variados agentes e consultas a sítios eletrônicos de diversas fontes, das organizações regionais, de instituições financeiras regionais e de algumas chancelarias, como a brasileira.

Como resultados foi observado que o mundo atual é interdependente. Esta constatação leva a discussões sobre as recentes transformações dos papéis do Estado-nação e o contexto de consolidação de processos de integração regionais e multilaterais que trazem para o centro da cena a necessidade de um exame nos conceitos de soberania e de capacidade regulatória dos Estados-nação, escala de referência na geografia das relações internacionais, como o próprio adjetivo internacional explícita. Diversos Estados-nação ao participarem de instituições multilaterais e regionais, submetem-se às suas normas e estruturas e passam a fazer parte do chamado regime internacional, em uma tentativa de melhorar a sua capacidade de lidar com certos problemas e, supostamente, essas instituições multilaterais ou regionais reduziram as discrepâncias e evitariam a formação de hierarquias. Para muitos, então, elas seriam um poderoso instrumento de negociação entre Estados, constituindo-se em uma opção para os países pobres barganharem com os países ricos. Observa-se no contexto internacional a diversificação dos

espaços de cooperação regional e inter-regional, com diversas alianças entre atores regionais e extra regionais muitas vezes complementares. Assim, os espaços de cooperação abrangem multilateralismo e regionalismo. As organizações regionais na América Latina são iniciativas mais políticas e com menor ênfase na liberalização comercial, daí alguns estudiosos a denominarem de pós-liberal.

A integração regional sul-americana revela que transformações históricas têm gerado um complexo mapa de integração multinível, que é resultado de interesses econômicos e propósitos geopolíticos e ideológicos que resultam em variadas alianças e estratégias de balanço de poder, de forma que algumas dessas organizações são mais liberalizadoras, outras mais protecionistas. A América do Sul, especialmente, tem organizações com uma marca muito peculiar: são instituições presidencialistas, de forma que as decisões importantes são tomadas por unanimidade e consenso em alto nível. Há, assim, uma “Diplomacia de Cúpulas” com crescente número de encontros de Chefes de Estados. De forma específica, organizações regionais, como a Celac, não se consolidam por falta de clareza aonde quer chegar, em qual direção quer seguir, ressaltando-se a ausência de coordenação efetiva e uma nítida sobreposição de organizações regionais e sub-regionais. Outro aspecto a ser considerado é a existência de pelo menos dois blocos ideológicos incapazes de encontrar um modelo político, econômico ou comercial que aglutine todos os elementos comuns da região: língua, religião e cultura.

E, por fim, observou-se que a falta de coordenação é uma incisiva crítica feita por muitos estudiosos aos governos brasileiros das últimas gestões. O país, apesar do gigantismo econômico que o habilitaria ser o líder regional, não sabe o que significa ser grande e pouco exercita a liderança mundial que aparentemente gostaria de ter.

Bibliografia:

AYUSO, Anna. El Espacio Iberoamericano en el Orden Global. In: SORIA, Adrián Bonilla; SAÉNZ, Stella; MORALES, María Fernanda (Eds.). Iberoamérica: y el nuevo regionalismo. San José (Costa Rica): FLACSO, 2015.

BERNAL-MEZA, Raúl. Modelos o esquemas de integración y cooperación en curso en América Latina (UNASUR, Alianza del Pacífico, ALBA, CELAC): una mirada panorámica. Ibero-online.De , juni, 2013. Disponível em: http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Ibero-Online/Ibero_Online_12.pdf.

CREUZ, Luiz Rodolfo Cruz e. Organizações internacionais e regionais de integração econômica: revisões de uma teoria geral. Revista do SJRJ (Seção Judiciária do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n. 24, 2009. Disponível em: http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrrj/article/viewFile/62/61

SANAHUJAS, José Antonio. Enfoques diferenciados y marcos comunes en el regionalismo latinoamericano: alcance y perspectivas de Unasur e Celac. Pensamiento Propio, nº 39, ene-jun de 2014. Buenos Aires: CRIES.

SARAIVA, Miriam Gomes. Integração regional na América do Sul: processos em aberto. 3º Encontro Nacional ABRI, 2011.

Análise dos projetos estruturantes de cooperação técnica entre Brasil e os países africanos

Gustavo Luiz Xavier de Abreu
André Santos da Rocha

No início do século XXI, observa-se um quadro cada vez mais pungente de reordenamento nas relações de poder dentro da economia-mundo. Havendo destaque para uma maior projeção dos países emergentes. Questiona-se até onde a ascensão dos países emergentes pode modificar e conduzir o sistema internacional. Chega-se a cogitar um "novo Bandung" que, ao invés das bases políticas, defenderia a emancipação do Sul através das bases econômicas, mais poderosas.

Neste contexto, muitos países utilizam novas estratégias de projeção de suas hegemonias contidas na sua expansão financeira e tecnológica que é capitaneada em acordos de cooperação entre países do dito Sul Global, ao mesmo tempo que as relações econômicas e políticas entre países periféricos e semiperiféricos aumentam, também outras formas de associação e ajuda mútua começam a se consolidar. É neste contexto que uma nova geografia política se desenha. Neste sentido, este trabalho toma como objetivo pensar o novo desenho da geopolítica a partir dos acordos de cooperação técnica a partir das relações Brasil-África, tendo como elemento norteador os projetos estruturantes de cooperação técnica.

A partir de uma revisão bibliográfica, é possível entender que desde os anos de 1990 o Brasil vem assumido assume papel de destaque no cenário Global. Em especial, através do redirecionamento de sua política externa do passou do Norte-Sul para Sul-Sul, em especial no contexto de 2002 a 2014 governos petistas de Lula e Dilma Rousseff, corte histórico-geográfico que coincide com a grande presença de investimentos na área econômica e de cooperação técnica no continente africano.

Entende-se que as taxas elevadas de crescimento econômico e aumento de investimentos no continente africano faz com que a relação Brasil-África seja vantajosa. Relação essa estreitada pelas afinidades culturais formadas ao longo da história do Brasil, como a colonização exploratória europeia e o grande afluxo de pessoas escravizadas da África subsaariana para o território brasileiro. Além disso, apesar de o continente africano apresentar níveis alarmantes de pobreza, não há estagnação na região, que desempenha um papel significativo na projeção mundial do Brasil.

É possível afirmar que cooperação Brasil-África se baseia na proliferação de acordos multilaterais, no aprofundamento das trocas comerciais, no aumento do intercâmbio cultural e na expansão do investimento externo brasileiro no continente no que diz respeito ao incremento tecnológico e no desenvolvimento de infraestruturas territoriais e sociais. Na qual insistimos que a cooperação técnica é um elemento chave desta aproximação.

A informações sobre a Cooperação Técnica são extraídos a partir de dados oficiais da ABC (Agência Brasileira de Cooperação), que são tratados e transformados em linguagem cartográfica através da utilização do Software Quantun Gis, que serve como elemento basilar para entender as novas estratégias brasileira de projeção hegemônica e territorial no continente Africano. Detacamos que a cooperação técnica, consiste na transferência ou ajuda baseada em um “Demand Driving” (Demanda Dirigida) na qual reforça a percepção dos países solicitantes da capacidade técnica e financeira brasileira para cooperar no desenvolvimento de determinada atividade. A análise dos projetos estruturantes revela essa projeção hegemônica, que é medida tanto pelo espraiamento espacial para além dos PALOP’s (Países falantes de língua Portuguesa) quanto pela territorialização de Instituições Brasileiras.

Cabe, contudo, questionar quais os interesses brasileiros que se territorializam na África juntamente com seu poderio técnico através desta relação? De que forma a cooperação técnica se contrapõe as demandas de desenvolvimento do capital? Neste sentido, a investigação pode trazer pistas para pensar a geografia disto tudo no contexto da cooperação internacional.

Bibliografia:

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. 430p

LIMA; M. F. C; MELO, V. D. S.. Revalorização do lugar da África: Política de desenvolvimento e as relações Sul-Sul no Governo Lula da Silva. SÉCULO XXI, Porto Alegre, v. 1, n.1, p.127-155, jan-dez 2010.

LEITE, P. S. O Brasil e a cooperação sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, 228 p.

ROCHA, A. S. Território e hegemonia no tear das relações internacionais na cooperação Sul-Sul - apontamentos sobre aproximação Brasil-África. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014, Rio de Janeiro, p. 39-48, 2014.

VISENTINI, P. F. Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo “soft”? as relações Brasil-África no governo Lula. Revista SÉCULO XXI, Porto Alegre, v. 1, n.1, p.65-84, jan-dez 2010.

Análise e indicações sobre os projetos de cooperação na área da educação nos PALOP's

Jaqueline Bastos de Freitas

Dentro dos quadros históricos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento há o processo histórico da Cooperação Sul-Sul num contexto de globalização. O Brasil desde meados do século XX, opera a partir de uma forma de cooperação internacional com seus parceiros no cenário global, a qual justifica uma relevância para seu estudo na história das relações internacionais. A aproximação do Brasil com seus parceiros do Sul Global passou, no início da primeira década do século XXI, para um lugar de destaque internacional: esta é a fase da atuação mais incisiva do Brasil sobre a África. Visando a maior relevância de atuação dada para os países falantes de língua portuguesa (PALOP's), o objetivo da pesquisa foi mapear e analisar os projetos na área de Educação da Cooperação Sul-Sul decorridos nos últimos 20 anos de governo brasileiro, com enfoque para a primeira década do século XXI. Esta pesquisa busca entender como essa dinâmica de relações internacionais se comunica com o quadro das relações Sul-Sul de forma mais ampla e também dentro do contexto da dinâmica internacional de negociação e atuação do continente africano com relação ao Brasil. Além disto, a pesquisa pretendeu compreender como os territórios se tornam tão importantes para entender esse contexto numa dinâmica globalizadora. Ao analisar categorias como de território e de hegemonia se compreenderá a internacionalização (enquanto este estudo ainda se realiza) das empresas brasileiras e dos projetos brasileiros na África, oferecendo elementos de resposta para as transformações territoriais consequentes de todo este grande processo. Com estes objetivos traçados, levantamentos de dados foram realizados para permitirem traçar as projeções futuras para Brasil quanto à cooperação e seu exercício de poder fora de seu território nacional. Este levantamento foi necessário em função das características da atuação do Brasil na África; e se ela realmente pode ser verificada tal qual colocada por grande parte da bibliografia enquanto um desequilíbrio com relação aos países de atuação privilegiada no continente africano. Os levantamentos realizados foram transformados em mapas e explicam este novo cenário de projeção sobre o África. Através das dinâmicas internas dos países africanos, de sua cultura, de sua população e de suas matérias-primas, os atores que operam em nome do Brasil adentram os países africanos informados quanto a exatamente onde agir e como agir, não só se beneficiando no processo, como também trocando conhecimentos, tecnologias e ciência com os países africanos. A pesquisa elaborou mapas - com a utilização do software QGis, através dos dados colhidos na Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com maior enfoque para os projetos em Educação com relação ao grupo dos PALOP's. Apontando sobre o debate da projeção hegemônica e da noção de sub-imperialismo brasileiro, discussão latente no contexto geopolítico que depende de estruturas cruciais para o desenvolvimento de cada país, identificando locais de atuação de instituições brasileiras nos países africanos e os setores mais priorizados pelo governo, dentre outras informações presentes nesta cartografia das relações sul-sul.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

CECEÑA, Ana Esther. Hegemonias e emancipações no século XXI. In: _____.
Hegemonias e emancipações no século XXI. 1a ed. Buenos Aires: Consejo
Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

MILANI, Carlos R. S.; CONCEICAO, Francisco Carlos da; M'BUNDE, Timóteo Saba.
COOPERAÇÃO SUL-SUL EM EDUCAÇÃO E RELAÇÕES BRASIL-PALOP. Cad. CRH,
Salvador , v. 29, n. 76, p. 13-32, Apr. 2016.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa
(CPLP). Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília , v. 52, n. 2, p. 22-42, Dec.
2009

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RIZZI, K. R. . Relações Brasil-palot: 40 anos de cooperação para o desenvolvimento do
Atlântico Sul (1974/75-2015). Revista Brasileira de Estudos Africanos , v. 1, pp. 143-
167, 2016.

Aquisições transnacionais de terras e seus efeitos na autonomia local. Estudo de caso de um investimento privado de agrobusiness brasileiro em Gana

Ricardo Paris

O aumento de transações de terras a nível internacional nas últimas décadas tem levado a análises controversas de sua natureza e o alcance de seus efeitos. Comumente associado à chamada crises múltiplas (multiple crisis) – de alimentos, energia, meio ambiente e financeira – atores públicos e privados se dirigiram a territórios onde terras poderiam ser facilmente negociadas com governos ou elites locais para garantir tais ativos enquanto bens confiáveis e rentáveis a longo prazo.

Um dado que chama em especial a atenção é a mudança das tradicionais forças políticas enquanto atores em tais transações internacionais. Entre os investidores com grande presença estão países de ingressos médios, os BRICs, e países do golfo pérsico. Países latino Americanos, como Argentina, México e Brasil, estão entre os que, simultaneamente, são grandes investidores e são alvos de investimentos. Além disso, ainda que grandes corporações, fundos de pensão e bancos multinacionais são os principais investidores em terras, há um número crescente de empresas de média escala buscando diversificação de investimentos e diminuição de custos globais. Essa diversidade de forças motrizes, formas de apropriação de terras, consequências e papéis exercidos pelos envolvidos o faz um fenômeno extremamente complexo com com inúmeras variáveis, que necessita, portanto, uma análise holística.

Esta pesquisa se focou nos efeitos locais e nas estratégias de resiliência/resistência usando o conceito de autonomia local enquanto eixo para uma análise holística. Foi usado um estudo de caso da comunidade de Kplenu na zona rural da região de Volta em Gana e sua relação com a chegada de uma empresa brasileira de porte médio de produção de arroz. Pequenos produtores locais, trabalhadores da empresa e representantes comunitários, bem como organizações de defesa de direito à terra foram entrevistadas como forma de apresentar uma perspectiva ampla do fenômeno. O foco está em entender os efeitos em múltiplos níveis de transações internacionais de terras, suas implicações em mudanças no tecido socioeconômico de comunidades e as relações entre práticas locais, globalização e autonomia.

Buscando uma análise objetiva, a pesquisa operacionalizou o conceito de autonomia dividindo em duas categorias, Autonomia em Governança e Autonomia Produtiva. Incluindo uma perspectiva territorial, quatro subcategorias foram usadas, a saber, 1- acesso a recursos naturais; 2- Integração com sistemas alimentares sustentáveis; 3- alternativas de acesso a meios de vida e ingressos; e 4- acesso a informação e tomada de decisão consciente

O estudo revelou que estruturas de poder estabelecidas, reforçadas por sistemas de governança tradicionais, geram uma divisão de benefícios desigual, resultando em concentração de riquezas e poder, além de uma desconexão entre os produtores locais com o processo e cadeia produtiva. Aparte isso, se percebeu uma mudança de

comportamento em relação à padrões de consumo e produção. Em outras palavras, sistemas alimentares tradicionais são impactados diretamente com a chegada de um sistema de produção de escala industrial, afetando por sua vez relações de gênero, acesso a alimentação adequada e nutritiva e, seja por meios diretos de negação de acesso à terra ou indiretamente por pressão financeira ou cultural, a capacidade de produção dos pequenos produtores.

O território é, portanto, modificado objetivamente e subjetivamente e a sua consequência é percebida de forma ambígua. Como exemplo, um dos efeitos é a diminuição de acesso a terras produtivas, porém um aumento da renda familiar; também a ampliação das possibilidades de empregos informais para mulheres, sem embargo, reforçando estereótipos e conflitos de gênero; concentração de mercados e estandardização da produção. A produção se exporta e o consumo se importa. A pesquisa também demonstra perspectivas positivas da população em relação a implementação de infraestrutura para serviços básicos e esquemas compensatórios implementados pela empresa e a forma como se efetiva tais compensações.

O processo do qual comunidades vizinhas a agronegócios de escala industrial estão enfrentando resultam, finalmente, na semi-proletarização de camponeses e sua inserção em novas dinâmicas socioeconômicas e territoriais. As propostas de organismos internacionais de integração vertical de sistemas alimentares tem implicações muito mais profundas que puras análises de produção e rendimento. Uma vez incluindo análises baseadas na autonomia local e sua capacidade para suprimento global, um novo entendimento será possível para a emergência de novas estruturas de governança em múltiplas escalas e modelos produtivos inclusivos.

Bibliografia:

BORRAS, S. M.; FRANCO, J. C., & Wang, C. (2013). The Challenge of Global Governance of Land Grabbing: Changing International Agricultural Context and Competing Political Views and Strategies. *Globalizations* 10:1, 161-179.

HALL, D. (2013, november 21). Primitive Accumulation, Accumulation by Dispossession and the Global Land Grab. *Third World Quarterly*, 34:9, 1582-1604, pp. 1582-1604.

HARVEY, D. (2003). *New Imperialism*. New York: Oxford University Press.

MCMICHAEL, P. (2012, april 12). The land grab and corporate food regime restructuring 39:3-4. *Journal of Peasant Studies*, 39:3-4, 681-701.

SASSEN, S. (2006). *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Áreas de conflito na Ásia Central no período pós-soviético

Jonathan Christian Dias dos Santos

A proposta deste trabalho é debater as relações dos estados-nação que constituem a Ásia Central com as potências emergentes que as cercam e de que maneira essas relações contribuem como vetores para a geração de conflitos na localidade. Para tal, a estrutura e a cadeia de ideias desta produção percorrem alguns caminhos necessários a fim de melhor elucidar e alcançar o objetivo deste projeto. Essa complexa cadeia de ideias será a base para a orientação e desdobramento deste trabalho, ou seja, contextualizar a formação dessas áreas de conflitos entendendo o que é o território, interpretando as correspondências entre espaço e poder. (...) Para entender mais a região, precisamos recorrer a pesquisadores locais, obras bibliográficas que retratem a região em seus parâmetros políticos e sociais, além de conteúdos jornalísticos que tragam conteúdos importantes e atualizados sobre as dinâmicas diárias das sociedades que compõem a região, pois a realização de um campo para a área de pesquisa não nos é possível devido a sua distância geografia e os altos custos que tal esforço demandaria. O trabalho para poder aplicar e mostrar todas as ideias de estado, nação, nacionalismo e as relações de poder sobre os territórios das cinco ex-repúblicas soviéticas que compõe a região (Cazaquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Tajiquistão, Quirguistão) precisam remontar e fazer um breve panorama histórico da região, e para isso nos utilizamos de pesquisadores da região e/ ou regiões próximas. Durante os anos que sucederam a queda do comunismo, o país sofreu uma série disputa pelo poder entre os ex-representantes do Partido Comunista Tadjique e a Oposição Tadjique Unida, que contavam com o apoio de facções do Talibã. A proximidade cultural entre os afegãos e tadjiques são grandes, inclusive sendo existente uma grande quantidade de população etnicamente tadjique em diversas cidades no norte do país, que fazem fronteira com o Tajiquistão. Além deste exemplo, também abordamos em um recorte temporal mais recente o exemplo dos conflitos Inter étnicos entre uzbeques e quirguizes, em 2010. (...) A presença da região entre os maiores países do mundo, tanto em aspectos populacionais (Índia, Paquistão, Rússia e China), quanto em aspectos econômicos e territoriais, convergem para si interesses que despejam milhões sobre governos autoritários que disputam internamente entre si, a manutenção do poder através do nacionalismo. E através deste mesmo nacionalismo, agem de forma autoritária para impedir o avanço de opositores, como também o avanço de grupos fundamentalistas, que por vezes travam batalhas diante das fronteiras de países como o Uzbequistão, Tajiquistão e Turcomenistão, e apresentam uma ameaça aos seus negócios com empresas, países e outras instituições que fecham os olhos para todo e qualquer tipo de repressão que esteja presente com o seu vendedor. O nacionalismo centro-asiático é sustentado pelo discurso da estabilidade econômica e social. (...) Os conflitos hoje deixaram de ser somente entre povos Inter étnicos, e acabaram tornando-se conflito entre nações, que disputam por questões fronteiriças, recursos naturais e infraestruturas. As potências emergentes que cercam a região, contribuem para tal situação, quando ignoram questões históricas mal ajustadas, que se tornam variáveis inconstantes e agem de

acordo com as elites locais, ignorando qualquer tipo de repressão que seja feita em prol de seus investimentos e interesses estratégicos na região, como são os casos de China e Rússia, ou quando pelo mesmo interesse, em prosperar uma esfera de influência, agem de forma a bancar as elites autoritárias afim de retirar, do seu rival estratégico, uma zona de influencia sobre aquele espaço, como é o caso da Arábia Saudita em relação a conexão entre Irã e Tajiquistão, que possuem fortes laços não somente econômicos, mas também históricos. As disputas sobre a Ásia Central, se tornaram disputas em escalas supranacionais, onde as questões étnicas, não são importantes para os governantes que disputam a região. O novo grande projeto político dos países centrais, ou daqueles que o cercam, é uma espécie de relação neocolonial com características contemporâneas. Aos poucos, a relação neocolonial se propaga pela Ásia Central, e desta vez se instaura sobre as sociedades da região, através de vetores econômicos e comerciais. A questão é que não sabemos até que ponto esta rejeição dos países centrais pelas diferentes etnias, vão conduzir a região a uma nova explosão de conflitos. Todo o material utilizado na metodologia deste trabalho, é oriundo do acúmulo de todo e qualquer material referente a Ásia Central pesquisado ao longo de quatro anos, com o intuito de desenvolvimento desta produção para o trabalho de conclusão de curso, a posteriormente, ser aprofundado em um programa de pós-graduação.

Bibliografia:

ABAZOV, Rafis. The Palgrave concise historical atlas of central Asia. Palgrave Macmillan: Nova Iorque, 2008

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GEARY, Patrick J. O mito das Nações: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Orgs.). La guerra infinita: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

As redes acadêmicas e a integração informacional do Brasil com as Américas e a África

Antonio Gomes de Jesus Neto

A internet nasceu acadêmica. Tanto nos EUA do final dos anos 1960, quanto no Brasil do final dos anos 1980, a ideia de conectar computadores geograficamente distantes teve no ambiente acadêmico seu primeiro embrião, através das chamadas “redes acadêmicas” (ou NRENs, do inglês National Research and Education Network). Atualmente, quase todos os territórios nacionais possuem sua NREN, e inclusive há casos onde dentro de um mesmo Estado há diferentes redes acadêmicas com diferentes escalas. É o caso do Brasil, onde convivem uma rede de escala nacional (a RNP, Rede Nacional de Pesquisa) e redes de escala estadual, como é o caso da Rede ANSP (An Academic Network at São Paulo). Ambas foram, historicamente, as pioneiras na conexão do Brasil à rede mundial de computadores, e desde então estão sempre conduzindo a integração informacional interna e externa do território brasileiro. Para tal, Rede ANSP e RNP se mantêm sempre no chamado “estado da arte” do desenvolvimento tecnológico e da capacidade de tráfego de dados (via cabos submarinos de fibra ótica e via backbone nacional), mas estas duas redes acadêmicas não se restringem apenas à escala (intra)nacional. Hoje em dia, respondem também pelos principais avanços de integração informacional na América Latina, e através destas redes o Brasil se conecta com quase todos os países (e universidades) da região através da rede acadêmica regional latino-americana RedClara. Pensando no continente americano de maneira mais ampla, RNP, Rede ANSP e Red Clara se conectam também às redes acadêmicas dos EUA por um sistema de cabos submarinos de fibra ótica que aportam nas proximidades de Miami, na Flórida, através de um consórcio pan-americano de redes acadêmicas denominado AmLight. E expandindo mais ainda a noção de integração regional, aproveitando um período histórico de projetos de construção de cabos submarinos de fibra ótica entre o Brasil e o continente africano, a AmLight assinou em 2016 um memorando de entendimento com a Angola Cables para utilizar parte da banda do já instalado cabo entre Fortaleza e Luanda para fins acadêmicos. Assim como nas Américas, no continente africano quase todos os Estados possuem sua própria rede acadêmica nacional, e assim como a RedClara no continente latino-americano, a UbuntuNet Alliance congrega diversas NRENs africanas em um esforço também regional de integração informacional. Em escala mundial, existe hoje um consórcio denominado Global Lambda Integrated Facility (GLIF), onde NRENs de todo globo compartilham capacidade de tráfego de dados para uso acadêmico sem fins comerciais. Todas estas redes acadêmicas não são, porém, as detentoras da infraestrutura física de internet, sobretudo os cabos submarinos de fibra ótica e data centers, e geralmente celebram acordos ou alugam parte da capacidade destas infraestruturas pertencentes a grandes corporações ou consórcios privados de telecomunicações. Neste sentido, a articulação entre as esferas acadêmica, governamental e privada na integração informacional em escala regional resulta naquilo que o Comitê Gestor da Internet brasileiro (CGI.br) entende como “governança multissetorial da internet”, o que em termos geográficos pode-se

entender como uma regulação/gestão compartilhada (ou disputada) do território. Entendendo a internet enquanto parte do espaço geográfico definido por Santos (1996) como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, o trabalho a ser apresentado pretende abordar a infraestrutura material necessária e os agentes e sistemas político-normativos envolvidos nesta dinâmica de integração informacional em escala regional levada a cabo pelas redes acadêmicas. Serão utilizadas fontes bibliográficas sobre a história e geografia da Internet que atestem a importância das redes acadêmicas nestes processos de integração, bem como trabalhos específicos (ainda escassos) sobre as NRENs da América Latina e da África. Pretende-se também utilizar documentos oficiais (sobretudo anuários informativos) de redes e consórcios acadêmicos como Rede ANSP, RNP, RedClara, UbuntuNet, AmLight e GLIF para a obtenção de informações fatuais e estatísticas atualizadas sobre estas. Especificamente em relação aos cabos submarinos e data centers, principais sistemas técnicos desta integração informacional em escala regional, a ideia é mesclar publicações ainda incipientes sobre o assunto com reportagens jornalísticas já coletadas durante os anos de 2017 e 2018.

Bibliografia:

ANTAS JUNIOR, Ricardo Mendes. Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo : Humanitas, 2005.

CARVALHO, Marcelo Sávio. A trajetória da internet no Brasil. Do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. 2006. 259 p. Dissertação (Mestrado em Ciências de Engenharia de Sistemas e Computação), Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MALECKI, Edward; WEI, Hu. "A wired world: the evolving geography of submarine cables and the shift to Asia". In: Annals of the Association of American Geographers, v. 99, n. 2, pp. 360-382, 2009.

REDE ANSP. Anuário ANSP 2013. Núcleo de Aplicações em Redes Avançadas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (NARA). São Paulo : Kapulana, 2014.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo : Hucitec, 1996.

As relações sino-russas na área de defesa

Vinicius Modolo Teixeira

Este trabalho tem por objetivo discutir as relações entre China e Rússia na área de Defesa. A aproximação experimentada pelos dois países nos anos 1990, após um longo período de distanciamento desde o rompimento das relações sino-soviéticas nos anos 1960, têm promovido o aumento das relações militares, através do firmamento de acordos de cooperação em defesa e do desenvolvimento orientadas para a segurança de seu entorno estratégico. Esse novo momento das relações Sino-Russas representa um contraponto em relação as pretensões dos EUA na região da Ásia-Pacífico e da expansão de OTAN na Europa. Dessa forma, a aproximação entre as duas maiores nações da Ásia deve se apresentar como um dos principais fenômenos geopolíticos do século XXI, e através da qual devem orbitar as tensões em suas respectivas regiões de interesse. O passo inicial da retomada das relações amistosas se deu nos últimos momentos do regime soviético, continuada em 1992 com a visita do então presidente russo Boris Yeltsin, avançando ao longo da década de 1990. Nessa década foram retomadas as tratativas na área de defesa, marcando o fim de três décadas do rompimento sino-soviético de 1961. Inicialmente a aproximação foi marcada pela venda de equipamentos militares voltados para a defesa aérea, como radares, mísseis e aviões. Essas negociações tiveram o objetivo de modernizar as capacidades de defesa chinesa, com a transferência de tecnologias e a fabricação licenciada de parte do material negociado. Já no início do novo século, ambos os países firmaram o Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação, assinado em 2001, o qual pode ser compreendido, também, como a formalização de um tratado na área de defesa, já que o artigo 9 desse documento aponta para a possibilidade de defesa conjunta em caso de crise ou ameaça para a paz, o que simbolicamente transforma esse tratado em uma aliança militar. Além disso, as relações entre os dois países também são geridas pela Organização de Cooperação de Xangai, bloco que congrega outros países da Eurásia e também estabelece laços de cooperação militar entre seus membros. A partir de uma visão baseada na geopolítica clássica, a aliança empreendida entre as duas nações representa a materialização do surgimento do chamado “poder anfíbio”, ou seja, a união da potência dominante do “Heartland” com uma potência situada na região do Rimland, rompendo o histórico bloqueio continental da ilha mundial. Dessa maneira, a implementação de relações políticas e de cooperação em defesa dessas duas grandes potências representa uma alteração na balança de poder mundial, já que a os recentes anúncios de investimentos em armas estratégicas por parte da Rússia, com especial atenção em armas de dissuasão nuclear, bem como o crescimento do potencial chinês, com a militarização do mar da China, deverá resultar em novas medidas de contenção na região do pacífico e do Leste europeu, que presentemente já experimentam aumentos dos gastos militares do Japão, inclusive com revisão de sua constituição, o reposicionamento de forças dos EUA e a revisão dos investimentos em defesa da OTAN. Assim, acreditamos que tais estudos estejam no seio das principais questões geopolíticas das próximas décadas, através das quais grande parte das tensões deverá se desenvolver. O trabalho deverá

ser desenvolvido através da revisão dos principais acordos empreendidos pelos países em questão, a análise da venda de material militar com dados fornecidos pela SIPRI, além de um retrospecto dos principais exercícios e operações conjuntas empreendidas por Rússia e China. Essas atividades deverão ser analisadas pela ótica da Geopolítica Clássica, a qual nos fornece elementos chaves para elucidar a atual disputa pelas potências mundiais.

Bibliografia:

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. Regions and Powers: The Structure of International Security. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências: a transformação econômica e conflito militar de 1500 a 200. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.

MELLO, Leonel I. A. Quem tem medo da Geopolítica?. 2ªEd. São Paulo, Hucitec Editora, 2015.

MONIZ, Luiz Alberto Bandeira. A Desordem Mundial: o espectro da total dominação – guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016.

Atores territoriais e conflitos de projetos na hidrovia Paraguai-Paraná

Francisco Jorge Vicente

A Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) é uma importante estrutura de navegação situada no interior da América do Sul e vem sendo, desde o Século XVI, espaço de disputas políticas travadas entre atores territoriais, de diversas naturezas e setores, através de projetos conflitantes que perpassam distintas escalas geográficas de poder. Estes atores e seus projetos impulsionam ações multi-escalares, multi-territoriais e trans-territoriais.

Contida na Bacia do Rio da Prata, caminho natural de penetração continental no sentido sul-norte, ou longitudinal, e de escoamento fluvial de produtos de Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, a Hidrovia Paraguai-Paraná se situa em vasto e rico território desde o ponto de vista ambiental, sócio-econômico ou geoestratégico.

Desde há muito tempo, atores territoriais sintagmáticos desenham seus projetos sobre este território como forma de obter vantagens econômicas comparativas ou um melhor posicionamento estratégico, de modo a buscar a concretização de seus objetivos.

O trabalho identifica, ao menos, quatro grandes áreas de conflitos de projetos em disputa. A primeira, de caráter geopolítico, remonta ao Século XVI, período em que o Império Português e o Império Espanhol se enfrentavam para se estabelecerem no território recém ocupado a partir de suas porções litorâneas. Após os processos de independência, os países platinos, em especial, Brasil e Argentina, deram sequência a estes confrontos, alimentando uma rivalidade que perdurou, com forte intensidade, até a década de 1980. Atualmente, embora os processos de integração regional, especialmente o do MERCOSUL, tenham contribuído para amenizar hostilidades mais explícitas, ainda se observam resquícios e repercussões territoriais destas estratégias outrora empregadas.

A segunda grande área de conflitos de projetos em disputa, e atinente à Hidrovia Paraguai-Paraná, se localiza no campo econômico e gira em torno de atores econômicos dos diversos modais de transporte que disputam preferência no transporte dos recursos e bens extraídos e/ou produzidos na região. Como o transporte de cargas não perecíveis, de baixo valor agregado, com grande volume e peso, acima de um percurso de 400 km, tem menor custo por via fluvial e sendo a região da Hidrovia produtora de soja, milho, cimento, petróleo, minério de ferro, dentre outros produtos desta natureza, vários estudos para aumentar a capacidade de escoamento da Hidrovia foram realizados, tendo sido, no entanto, todos eles contestados por atores territoriais da sociedade civil, com relativo sucesso. O Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH), responsável por sua gestão, tem encontrado, desde sua constituição formal, em 1991, grandes dificuldades para explorar toda sua potencialidade, preservando o meio ambiente.

A terceira diz respeito à questão ambiental, não apenas por se tratar de mananciais de água potável que abastecem várias cidades e milhões de pessoas, o que já seria monumental, mas por encerrar em sua área, o Pantanal Matogrossense com sua fundamental função hidrológica reguladora dos rios da região. Diversos atores territoriais, oriundos de setores da sociedade civil organizada, têm se debatido com atores econômicos e governamentais com o objetivo de reduzir ou impedir danos ambientais ao mesmo tempo em que propõem projetos econômico-sociais alternativos como forma de proporcionar, na sua visão, um desenvolvimento regional sustentado e harmônico com a natureza.

E por fim, na área de disputa de conceitos regionais, ou de regionalismos, se resgata debates acerca dos eixos longitudinais x eixos transversais, o que por sua vez, suscita breve análise em torno dos processos de integração regional em curso no continente, em especial, as ações de integração da infraestrutura, movidas pelo COSIPLAN/IIRSA, da UNASUL. O projeto de construção do Eixo Hidroviário Sul-Americano, unindo as vias navegáveis das bacias do Prata, do Amazonas e do Orinoco, criando uma rota navegável entre o Atlântico Sul e o Caribe é visto, por alguns autores como uma rota de indução do desenvolvimento regional do continente em disputa com os corredores de exportação leste-oeste, que ligam os oceanos Atlântico e Pacífico e que serviriam mais a interesses de grandes exportadores do que aos atores territoriais das regiões afetadas.

A análise destes projetos movidos por estes atores territoriais, no percurso de uma metodologia de procedimento multi-escalar é desenvolvida na busca de identificação de formas combinadas de ações que integrem o continente com desenvolvimento regional, redução de assimetrias e preservação do meio ambiente, de forma simultânea e isonômica.

Bibliografia:

COSIPLAN/UNASUR. Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento - Secretaría del CCT Foro Técnico COSIPLAN-IIRSA. INTAL – Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe. Cartera de proyectos, 2017. Argentina: Help Group S.R.L., 2017.

EICHNER, Elisa Felber; WEBER, Leonardo Albarello. A construção do Eixo Hidroviário Sul-americano. In: ROSA, Júlia Oliveira (Org). UFRGSMUN 2015 Study Guide. Porto Alegre: UFRGS - Model United Nations Journal, 2015. p. 135-195.

GIOIA, Carlos Jose. The great waterways project of South America. Project Appraisal. Beech Tree publishing. England: 1987. p. 243-250.

ROSIÈRE, Stephan. Les acteurs géopolitiques. Géographie Politique & Géopolitique. 2^a édition. Paris: Elipses Édition, 2007, p. 283-346.

ZUGAIB, Eliana. A Hidrovia Paraguai-Paraná. Brasília: FUNAG, 2007.

China e Paquistão sob a influência da Belt and Road Initiative: desafios à geopolítica

Pablo Ibanez

A chegada ao poder do atual líder chinês Xi Jinping, em 2013, trouxe consequências geopolíticas inimagináveis. Em seu primeiro ano à frente da maior potência asiática, o presidente lançou o embrionário projeto que se tornaria a maior estratégia de inserção internacional da China contemporânea, a Belt and Road Initiative (BRI). A oficialização da iniciativa, em 2017, através do Belt and Road Forum, contou com a presença de trinta chefes de estado e de líderes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, bem como do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Antonio Guterres. Além da relevância política explícita pela participação dessas autoridades, o fórum apresentou seis corredores que pretendem conectar diversas regiões do planeta via infraestrutura logística, energética e comunicacional, sem contar a ênfase em parcerias de cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e inovação (CTI) e trocas culturais. Dentre todas as propostas, o Corredor Econômico China-Paquistão (CECP) possui centralidade estratégica para o governo chinês e os motivos são os mais variados. Ainda que os avanços na área de infraestrutura nos últimos anos sejam sensíveis, a China ainda possui gargalos significativos, sobretudo quanto à integração e escoamento de suas regiões situadas à Oeste. O CECP, por sua vez, representa uma alternativa extremamente profícua ao movimentado e conflituoso estreito de Malaca. De outra forma, a China e o Paquistão têm uma história marcada por parcerias em distintas áreas: militar, científica e tecnológica, cultural, energética e financeira. A própria localização estratégica do Paquistão, tanto para assuntos ligados a conflitos, desde terrorismo até disputas com a Índia, quanto para logística e abastecimento energético, coloca-se como fundamental às pretensões chinesas, no que tange a seus anseios de protagonismo no cenário internacional.

Observadas as motivações descritas, a natureza geopolítica da iniciativa, em geral, e do CECP, em particular, torna-se mais do que evidente. Há, porém, um desafio ainda pouco debatido para o tratamento da BRI: de que maneira as teorias geopolíticas, que possuem raízes tão profundas no pensamento ocidental (e suas práticas), podem ser capazes de produzir análises condizentes com a essência e a evolução das realizações da BRI? A análise dos documentos oficiais chineses não contempla nenhuma forma radical de intervenção, consolidação de bases militares ou domínio territorial explícito. A própria China tem buscado parcerias estratégicas com a Rússia para a consolidação da iniciativa, o que dificulta muito, por exemplo, a retomada das ideias de Mackinder, como têm proposto Sempla (2015) e Fallon (2015), para o entendimento de uma política jovem, de impacto global e pouco previsível (afinal, passa por regiões conflituosas e politicamente instáveis).

Nesse sentido, a partir do caso do CECP, que hoje é o corredor mais avançado, o presente artigo pretende discutir de que maneira a BRI impõe desafios e questionamentos em relação às teorias geopolíticas ocidentais. É importante ressaltar

que não se trata de uma análise pautada em campos críticos, como o das teorias pós-colonialistas. A ideia fundamental é tentar trazer à luz os elementos propositivos, institucionais e conflitivos, assim como algumas realizações já efetivadas, para consubstanciar a necessidade de tratar a BRI e a expansão da influência global chinesa com base em suas próprias propostas e efetivas práticas. Ainda que alguns autores, como é o caso de Blackwill e Harris (2016), tenham sustentado novas propostas com base em estratégias que confluem geopolítica e geoeconomia, a análise e o acompanhamento da BRI são essenciais para pensar o desafiador futuro próximo que tem na China um dos seus principais protagonistas e que tem a geopolítica com campo privilegiado de análise.

Bibliografia:

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. War Other Means. Geoeconomics and statecraft. The Belknap Press of Harvard; University Press Cambridge, 2016.

FALLON, Theresa. The New Silk Road: Xi Jinping's Grand Strategy for Eurasia. The Journal of the National Committee on American Foreign Policy, v. 37, 2015.

SEMPA, Francis P. Is China Bidding for the heartland? The Diplomat, 2015.

Circuito espacial do petróleo: o jogo de poder na articulação dos territórios e na configuração das redes

Álison Riceto
Ronaldo da Silva

O mundo pós-moderno carrega consigo a marca da fluidez. A articulação dos espaços em função da mobilidade do capital tem se mostrado um processo geograficamente mais amplo e intensamente mais rápido. Esse quadro, aprofundado a partir da década de 1970, por vezes é atribuído às evoluções dos meios de comunicação e transporte, porém, deve-se entender que esses instrumentos são apenas os meios pelos quais os espaços são conectados, e não as motivações ou os fins dessa ação.

A conexão entre diferentes recortes espaciais promoveu a formação de redes, as quais integradas formaram nas últimas décadas um verdadeiro circuito produtivo global, o que aumentou a interdependência entre as diferentes porções do espaço. Porém, a mera existência de tecnologias mais sofisticadas não garante, nem promove por si só, a conexão entre os diferentes territórios. Para isso é também necessário a convergência de interesses entre os diferentes atores construtores do espaço geográfico, em especial, o grande capital empresarial e o Estado, este um agente territorial por natureza.

A compreensão espacial desses circuitos pode ser obtida pela análise de várias cadeias produtivas, ou mesmo de investimentos. A mobilidade do capital, tanto de forma virtual quanto material, possibilitada pela instrumentalização do espaço com artefatos promotores da fluidez (sistemas de transporte, comunicação, entre outros), projeta um emaranhado de conexões entre diferentes lugares.

Dentre os circuitos promotores da produção global, um dos mais importantes, indiscutivelmente, é o do petróleo. Esse recurso natural, que tem suas reservas irregularmente distribuídas na superfície, está na base da esmagadora maioria - pra não dizer todos - dos circuitos produtivos. O petróleo e seus derivados, além de comporem uma parte muito significativa da oferta final de energia em escala global, mais de 31% (BEN, 2017), ainda serve de matéria prima para uma infinidade de produtos contemporâneos.

O circuito espacial da cadeia produtiva do petróleo perpassa toda a superfície do planeta, ainda que em diferentes escalas de intensidade, e bem ilustra a Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Nesta cadeia, os países detentores das maiores reservas não são necessariamente os maiores exploradores, nem são aqueles que possuem as maiores capacidades de processamento dessa matéria prima; ao mesmo tempo, os maiores produtores, por vezes são também grandes consumidores e importadores de petróleo, como ocorre com os EUA, e para esses a garantia do acesso e a estabilidade dos fluxos desse recurso é essencial em âmbito social, econômico, político e militar.

Assim, esse artigo buscará compreender a espacialidade contemporânea do circuito produtivo do petróleo. Para isso será necessário resgatar a definição de redes geográficas e compreender a configuração atual das mesmas. Nessa parte, autores como Milton Santos, David Harvey, Rogério Hasbaert, entre outros, servirão de base para tal resgate teórico.

Num segundo momento, a partir da análise de relatórios de entidades privadas e públicas do setor de energia, como a British Petroleum (BP), a Agência Internacional de Energia (AIE) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Energética (EPE) e os seus Balanços Energéticos Nacionais (BEN), se buscará compreender a espacialidade da rede produtiva do petróleo. A partir de tais relatórios será possível traçar um perfil das reservas mundiais, da produção, da capacidade de refino, das exportações e das importações, bem como dos fluxos inerentes a essa rede.

A partir disso, o objetivo é demonstrar a espacialidade da cadeia produtiva do petróleo e como a economia global depende de uma plena fluidez desse recurso, em especial os maiores importadores, muitos dos quais se apresentam como centros nevrálgicos do sistema capitalista. Isso levará à discussão sobre a configuração da DIT na cadeia petrolífera e sobre a relação dicotômica entre os interesses dos importadores e dos exportadores, representados por seus respectivos Estados e empresas.

Dessa forma a metodologia empregada nesse trabalho consiste em revisões bibliográficas sobre a temática, bem como no levantamento e análise de dados existentes nos relatórios supracitados. Este trabalho compõe parte da pesquisa de mestrado desenvolvida pelo autor sob a orientação do coautor, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG-RC).

Bibliografia:

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA (AIE). Key world energy statistics 2017. França, 2017.

BRITISH PETROLEUM. Statistical Review of World Energy 2016. Disponível em: <<http://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>>. Acessado em: 10/01/2017.

MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Org.) Geografia e Geopolítica do Petróleo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

MOREIRA, Ruy. A Geografia do espaço-mundo: conflitos e superação no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2016.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

Crise humanitária do Congo e o reposicionamento do Brasil como nação imigratória

Matheus Barcellos Soares Brandão
Helena Pinheiro Dantas
Stefanny Santos Monteiro

O presente artigo tem como objetivo identificar a crise que ocorre na República Democrática do Congo e em como ela se repercute na vida de seus habitantes. A partir dos relatos que pretendemos obter, através dos imigrantes e refugiados políticos do Congo no Brasil, suas perspectivas sobre o contexto geopolítico em que estão inseridos e em como estes imigrantes se estabelecem no Brasil, mais especificamente em um momento de Crise Econômica e Política.

Dentro disso, pretendemos analisar como os conceitos de território e lugar se dão para esse grupo específico de imigrantes em como eles se veem diante de uma outra crise fora de seu país. O grupo utilizará recursos acadêmicos como fontes bibliográficas para analisar as bases históricas desse conflito, assim como, utilizará estatísticas atuais a fim de mensurar dados com o objetivo de calcular e expor a dinâmica populacional de emigrantes do Congo.

Desse modo, usaremos diversos métodos, com a finalidade de angariar o máximo de informação possível, e relatar como o ocorre o fluxo da dinâmica desses imigrantes no Brasil, além de relatar quais são áreas com maior concentração e a razão da mesma, e como estes influenciam o meio ao seu entorno e como são influenciados pelo mesmo.

Por conseguinte, através da análise estrutural e conjuntural nas relações internacionais, buscamos descrever os impactos de como as dinâmicas capitalistas do século XXI perpetuam um sistema de exclusão, na qual se ressignificam por meio de crises humanitárias que se constituem na relação conflituosa entre diversos grupos étnicos inseridos sobre um território.

Ademais, utilizando-nos de material acadêmico e de recursos extra-acadêmicos, buscamos evidenciar como os resquícios da ordem mundial do século XV, se une aos princípios neoliberais que surgiram no final século XX, arquitetando uma sociedade fortemente hierárquica, na qual se manifesta em diversos níveis de pensamentos hegemônicos, na qual propõem organizar os diversos segmentos sociais em posições espaciais de acordo com a precedência destes na ordem internacional.

Portanto, não somente averiguamos as bases históricas da crise humanitária no Congo (Kinshasa), como também, estudamos os impactos da Conferência de Berlim para aquela região e como esta, ainda permeia o cenário daquela nação, influenciando diretamente em crises étnicas, nas quais se respaldam nos interesses de potências ocidentais.

A crise que se estabelece alcança escala multiníveis, quando se insere um fator intrínseco e incondicional a todas as crises humanitárias de escala nacional ou internacional, a questão da imigração. O conflito na República Democrática do Congo, se coloca como única, quando se analisa a duração do conflito, os seus impactos em escala global e ação ou mesmo a pouquíssima atuação de organismos internacionais a fim de propor soluções sólidas para o fim da crise outrora outorgada pelas mesmas potências que gozam da exploração dos recursos naturais desse país.

Desse modo, escolhemos o Brasil como espaço de análise, com o objetivo de correlacionar com esses refugiados se estabelecem e como se articulam em uma sociedade multiétnica, com fortes cicatrizes de como decorreu essa miscigenação. Quais seriam as raízes protegidas por este povo mesmo em outro território, e quais seriam as influências que eles recebem de nossa cultura, como os congoleses se integram e contribuem, criando uma nova regionalização no espaço que estão inseridos.

O trabalho apresentado busca averiguar uma perspectiva multinível da imigração dos Congolezes para o Brasil, nosso objeto de análise serão a população desse país, o espaço de estudo serão os subúrbios do Rio de Janeiro. Não haverá um único material de pesquisa, desse modo, poderemos abarcar uma maior área de ação, contemplando a multiplicidade de atores que contribuem para uma re-regionalização dessas áreas periféricas, reconstituindo o fenômeno periferização dos grupos a qual encontravam-se nos segmentos socioeconômicos inferiores da sociedade.

Portanto, temos como objetivo produzir um conhecimento científico mais profundo, assim, também teremos a ajuda do Ativista e Refugiado Político do Congo Serge Makanzu Kiala, na qual nos conduzirá na obtenção de informações sobre o que é ser um refugiado, principalmente, quais são as dificuldades de migrar para um lugar estranho, na qual outrora, antepassados de seu continente vieram para o Brasil, mas por diferentes motivos, contudo, removidos pelas mesmas razões imperialistas.

Bibliografia:

HAESBAERT, Rogério. Regional- Global: dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SANTOS, Milton. Por uma nova globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.

GILL, Stephen. Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais. 1º ed. UFRJ: Rio de Janeiro, 2007.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato; Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

Delimitações do planejamento territorial e a articulação das escalas nacional e supranacional nos projetos de integração de infraestrutura produtiva da América do Sul: alguns casos selecionados

Claudete de Castro Silva Vitte

A integração regional supranacional coloca em discussão o papel dos territórios nacionais, que passa por redefinição. Visando contribuir no entendimento da articulação de escalas analíticas, este estudo focará a escala nacional e a escala denominada de escala regional supranacional sul-americana, a qual será representada pela integração da infraestrutura produtiva realizada pelo Cosiplan (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento) da Unasul (União das Nações Sul-Americanas), pela óbvia dimensão territorial que esta temática apresenta. Há duas pretensões principais neste trabalho.

A primeira pretensão nesta empreitada é observar na escala nacional a implementação de planos nacionais de ordenamento ou desenvolvimento territorial, tendo sido selecionados para este estudo a Argentina (Plano Belgrano), a Bolívia (Ley de Ordenamiento Territorial en Bolívia e o Plan de Desarrollo Económico y Social 2016-2020), a Colômbia (Plan Nacional de Desarrollo) e o Peru (Plan Nacional de Desarrollo Territorial), visando considerar seus principais delineamentos, objetivos, ideia de desenvolvimento econômico e territorial que fundamentaram esses planos, para refletir se há aspectos, objetivos, formas de intervenção e fundamentações comuns nesses planos de dimensão territorial no subcontinente. O estudo destas políticas de ordenamento e desenvolvimento territorial permitirá observar se essas políticas nacionais coadunam ou não com a agenda de projetos da IIRSA/Cosiplan, já que há ausência de um efetivo plano sul-americano de ordenamento territorial. Por sua vez, investimentos em infraestrutura são instrumentos potentes na política pública de desenvolvimento territorial. As obras de infraestrutura são empreendimentos em grande escala e de longo prazo realizados direta ou indiretamente pelo Estado, em parceria ou não com a iniciativa privada e que orientam a estruturação de polos regionais e suas áreas de influência (1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, 2012). Na América do Sul a integração da infraestrutura produtiva, se consubstanciou na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA, 2000-2010). Entre o seu legado está a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API). Após 2010 a IIRSA foi incorporada ao Cosiplan da Unasul.

Há certo consenso que as obras de infraestrutura produtiva da API provocam fortes impactos territoriais, tendo sido concebida sob o princípio de valorização financeira dos territórios para maior inserção em mercados extra regionais (LOBOS & FREI, 2015: 261). É, desta forma, uma Agenda que se fundamenta em certa ideia de desenvolvimento econômico e territorial. Há falta de integração escalar dos projetos de infraestrutura e falta de recursos para financiamento das obras, de forma que alguns governos assumem parte da responsabilidade por obras consideradas importantes para as dinâmicas econômicas nacionais.

Neste contexto, a segunda pretensão do trabalho na proposta de contribuir na articulação de escalas analíticas é analisar alguns dos principais projetos de modernização da infraestrutura produtiva (principalmente transportes) de alcance supranacional da carteira de projetos da IIRSA/Cosiplan em diferentes estágios, focando ações de governos desde 2002, observando o compromisso de alguns países com obras de alcance supranacional.

Foram selecionados quatro projetos: um de interesse da Argentina (Túnel Binacional Água Negra), um da Bolívia (Corredor Ferroviário Bioceânico Central - ramal boliviano), da Colômbia (Corredor Vial Caracas-Bogotá-Quito, ramal Colômbia) e do Peru (Estrada do Pacífico/Rodovia Interocêânica, ramal Peru), considerando os principais interesses atendidos nas diferentes fases, custos, investidores, agentes afetados, impactos socioambientais (efetivos ou esperados), em especial quando a obra estiver finalizada. Parte-se da hipótese que os projetos e obras da IIRSA/Cosiplan visam criar uma territorialidade específica na América do Sul, de construir um espaço supranacional para exploração de produtos agrominerais por meio principalmente de corredores de exportações que interligam os oceanos Atlântico e Pacífico, fazendo uso de instrumentos de planejamento estratégico para intervir nos territórios, impactando diferentes populações do subcontinente, muitas vezes sem mediações políticas em âmbito nacional e intranacional. Os procedimentos de pesquisa envolveram revisão bibliográfica acadêmica, artigos e entrevistas coletadas na imprensa escrita; consultas a sítios eletrônicos de documentos. Buscamos contribuir no debate sobre o alcance e limites da integração regional sul-americana no contexto da globalização econômica, com destaque para a integração da infraestrutura produtiva sul-americana, sua articulação com as ações de governos nacionais.

Bibliografia:

AGENDA DE PROJETOS PRIORITÁRIOS DE INTEGRAÇÃO (API). IIRSA/BID/CAF/FONPLATA, novembro 2011. Disponível em:

http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/api_agenda_de_projetos_port.pdf

COSTA, Carlos Eduardo Lampert; GONZALEZ; Manuel José Forero. Infraestrutura física e integração regional na América do Sul: Uma avaliação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul. Texto para Discussão nº 2060. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília:Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

GARCÍA, Julio Olivo. La Iniciativa IIRSA y el ordenamiento del territorio continental. Forum Solidaried Perú. Lima, 2008.

LOBOS, Damián; FREI, Klaus. Aproximaciones al rol de los planificadores regionales de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA). EURE Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y Regionales. Vol. 41, núm. 124, 2015.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Integração da infraestrutura produtiva na América do Sul: mudanças e permanências no modelo de integração com a institucionalização do COSIPLAN da UNASUL. In: VITTE, C.C.S. & PIERI, V.S.G. (orgs.). A América Latina n século XXI: Estado, Economia, Território e Integração Regional. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2013.

Desenvolvimento e integração regional na tríplice fronteira Brasil, Bolívia e Peru uma análise a partir do projeto IIRSA (Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana)

Camila Manoel Pereira

O presente artigo encontra-se baseado no trabalho de conclusão de curso da graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente – SP. Tendo como objetivo principal analisar de que maneira, a proposta de integração física para a tríplice fronteira entre os países Bolívia, Brasil e Peru contribui para a integração das cidades fronteiriças e para o desenvolvimento regional. Em busca desse objetivo tomou-se como recorte o Eixo de integração e desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia, integrante da “Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana” (IIRSA). O processo de integração latino-americana em vigor desde final do século XIX passou por diferentes etapas e projetos influenciados pela conjuntura econômica e política da época, nas quais grandes pensadores propuseram soluções e caminhos para tornar a integração possível. A partir dos séculos XX e XXI este processo volta a ganhar notoriedade, e surgem várias tentativas de integração regional por toda a América latina, por meio dos quais os Estados latino-americanos buscavam fortalecer seus respectivos mercados nacionais, e ao mesmo tempo sua inserção nos mercados internacionais. Todavia, nenhuma dessas propostas criadas anteriormente estavam direcionadas a integração da estrutura logística das regiões. Com a o nascimento da IIRSA, em 2000, isso se torna possível, pois, tal iniciativa atende a essa necessidade de logística relacionada à melhoria na infraestrutura de comunicação, transporte e de energia, podendo, assim, contribuir para o fortalecimento das relações comerciais e melhoria nas condições sociais da região da tríplice fronteira. Em 2008, com o nascimento da UNASUL (União de Nações Sul-americanas), a IIRSA é anexada ao Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), e se torna IIRSA/COSIPLAN. Para a então pesquisa, foram escolhidas as cidades fronteiriças de San Pedro Bolpebra em território boliviano, Assis Brasil do lado brasileiro e Iñapari em território peruano, por serem municipalidades com baixa densidade populacional que receberam obras de infraestrutura gigantescas. Para além do objetivo principal deste artigo, procura-se também analisar o atual contexto das iniciativas de integração regional na América Latina, tendo como exemplo, a própria IIRSA/COSIPLAN. Assim, como, o estágio atual de suas obras e financiamentos. Analisaremos o então posicionamento do governo brasileiro em relação à iniciativa IIRSA/COSIPLAN, levando em consideração que antes do impeachment da presidente Dilma Rousseff, e as investigações da Lava Jato, o Brasil e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) eram os maiores financiadores das obras de integração física na América Latina. Acredita-se, então que a mudança de governo no Brasil, e algumas eleições governamentais que ocorreram no subcontinente nos últimos anos tenham mudado o rumo dos processos de integração, e conseqüentemente diminuído o investimento nessas grandes obras de infraestrutura.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, E. S. 80 anos da obra *Projeção Continental do Brasil*, de Mário Travassos. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, Vol. 29, 2015, p. 59-78.

ALMEIDA, P. R. *Integração Regional: uma introdução*. São Paulo: Saraiva, p. 192, 2003

SANT'ANNA, F. M. O papel da integração fronteiriça para a integração regional na América Latina. *Revista GEONORTE*, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1169-1185, 2013

SENHORAS, E. *Regionalismo transnacional e integração física: um estudo sobre a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana*. (Dissertação de Mestrado) Campinas: UNICAMP, 2008.

VITTE, C. C. S. *Planejamento Territorial e os Impactos SócioEconômicos da IIRSA no Território Brasileiro: atores, conflitos e interesses*. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area01/1022_Claudete_Vitte.pdf. Acesso em: 04, jan. 2013.

Geografia e cooperação internacional: notas sobre as estratégias Chinesas

Pablo Ibanez
André Santos da Rocha

Na geografia do mundo contemporâneo, observa-se a emergência de dinâmicas de cunho econômico e político, sistematizando novas geometrias de poder à medida que reconfiguram territórios e projetam hegemonias regionais-globais, sedimentadas a partir de novas estratégias globais. Destaca-se, por exemplo, o direcionamento da política externa de alguns países para promover novas vias de cooperação, como aquelas baseadas na perspectiva Sul-Sul, construídas como alternativas à lógica articulada pelas hegemonias Americana e Europeia. Os princípios de tal cooperação baseiam-se em acordos bilaterais e multilaterais entre países emergentes e do Sul global, visando a promoção econômica, política e de desenvolvimento social.

Desde os anos 2000, os países dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) têm se destacado por um apego a esse modelo de cooperação tecendo, a partir de suas iniciativas, novas formas de organização regional capazes de materializar transformações de circuitos econômicos e demandas diplomáticas. Todavia, o termo chave cooperação é extremamente polissêmico, uma vez que pode traduzir uma série de questões, tanto no sentido da promoção de níveis equivalentes de desenvolvimento, quanto mascarar uma nova roupagem colonial, à medida que trabalha a perspectiva da transferência de desenvolvimento.

A geografia brasileira ainda pouco se debruçou sobre tal temática. Neste sentido, a presente proposta tem como base uma análise das pesquisas sobre cooperação Sul-Sul, as quais abrem precedente tanto a uma revisão bibliográfica e metodológica, para entender como se estruturam os estudos de cooperação internacional na geografia, e quais são os indicativos para a análise de processos globais-regionais que materializam as dinâmicas atuais de cooperação.

Para tanto, o presente trabalho está estruturado em duas partes. Em um primeiro momento, será apresentada uma revisão bibliográfica sobre cooperação internacional e geografia, para consubstanciar a ainda incipiente discussão, no âmbito da geografia brasileira, acerca do tema cooperação internacional. Nas pesquisas verificadas, o tema da cooperação aparece de forma isolada, carecendo de propostas teórico-metodológicas mais claras e de grupos de pesquisa especificamente dedicados à cooperação. Será explorada, ainda, a recente produção da geografia italiana e inglesa, com diferentes abordagens, dentre as quais as que apontam, de um lado, para uma certa aproximação sobre os efeitos locais-regionais de forma empírica (abordagem italiana) e, de outro, para um olhar mais amplo sobre as tendências internacionais (abordagem anglo-saxã). Nestes casos, parece haver a necessidade de interface dessas abordagens a partir de multiescalaridade dos fenômenos, já que os temas da cooperação e da política externa são indicativos de uma faceta geopolítica, que permite uma análise de projeção hegemônica e de transformações territoriais,

envolvendo múltiplos atores (Estados, empresa, órgãos de pesquisa, ONGs etc.) e suas intencionalidades.

Já a segunda parte do trabalho baseia-se na avaliação da principal política de consolidação da esfera global de influência chinesa, a Belt and Road Initiative (BRI), e o esforço para que a cooperação seja reconhecidamente central nessa recente e relevante estratégia. Ainda que a iniciativa esteja em sua fase inicial, do ponto de institucional, toda a estrutura parte da premissa da cooperação e aponta para a necessidade de novas formas de governança que dela possam derivar.

Por fim, conclui-se que a perspectiva dos estudos baseados na interface entre geografia e cooperação pode ampliar o leque e a importância da geografia como ciência nas análises das transformações territoriais e geopolíticas em múltiplas escalas, assim como reafirmar o caráter territorial expresso nessa nova etapa da contemporaneidade.

Bibliografia:

AGNEW, John. A nova Configuração do Poder Global. Revista Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 207-219, Maio/Ago. 2008

DANSERO, E. et all. Geografia e cooperazione allo sviluppo. Temi e prospettive per un approccio territoriale. FrancoAngeli: Milão, 2008.

LIMA, M.RS; MILANI, C. Política Externa, Geopolítica e Modelos de Desenvolvimento. In: LIMA, Maria Regina Soares et all (org's). Cooperación Sur-Sur, política exterior y modelos de desarrollo en América Latina. Buenos Aires: CLASCSO, 2016. pp.21-39

MAWDSLEY, Emma. Development geography 1:Cooperation, competition and convergence between 'North' and 'South'. Progress in Human Geography,1-10, 2015.

Geopolítica da potência regional: interações e conexões do Brasil na América do Sul

Marcus Vinicius Castro Faria

O tema deste estudo inscreve-se no contexto de redefinição da posição do Brasil na hierarquia do poder regional sul-americano, na condição geopolítica de Potência Regional, no século XXI.

O fenômeno da projeção internacional do Brasil, particularmente impulsionado a partir da década de 2000, e a correspondente posição que o país ocupa no quadro das relações de poder na geopolítica regional, despertam as atenções de pesquisadores de diferentes campos do conhecimento. No contexto sul-americano, na transição para século XXI, os trabalhos de Becker e Egler (1992), Luce (2007, 2014), Boniface e Védrine (2009), Durand (2009), Lacoste (2009), Moniz Bandeira (2009), Fontes (2010), Spektor (2010), Cervo (2012), Zibechi (2012) e Silva (2013) são referências sobre o assunto. Com base em abordagens distintas da Ciência Política, das Relações Internacionais, da História, da Economia e da Geografia, e a partir de distintos espaços-tempo e metodologias demonstram um interesse renovado pelo exame do Brasil nas relações geopolíticas.

Empreenderemos uma interpretação que parte da área do conhecimento da geopolítica e conta com o instrumental teórico-conceitual da geografia política para abordarmos o (re)ordenamento territorial sul-americano como um campo de forças em disputa.

Nossa opção pelo recorte espacial sul-americano, priorizado como escala de análise e como arena de disputa, encontra respaldo nos estudos de Moniz Bandeira (2009), Spektor (2010), Porto-Gonçalves (2011), Zibechi (2012) e Milani (2015). Estes autores concordam que esse deslocamento de latitude, da América Latina para a América do Sul, no alcance de ação geopolítica altera-se a partir da segunda metade da década de 1990.

Nesse sentido, a transição dos anos 2000 revela um esforço mais acentuado das políticas de integração regional e comercial em ativar e controlar pontos e áreas estratégicas para se enlaçar no comércio internacional, não apenas intrarregional (continental) quanto para além da região, do comércio internacional para acessar portos e disputar mercados no Caribe e no Oceano Pacífico.

A implantação de redes técnicas de transportes, comunicação e energia será considerada como um dos principais vetores da atual geopolítica do Brasil para a América do Sul, visando incrementar o comércio e as exportações brasileiras, tal como a conquista de mercados.

Nas décadas transcorridas desde a publicação dos trabalhos do sociólogo Ruy Mauro Marini (1977), dos geógrafos Becker e Egler (1992) e do jornalista uruguaio Raul Zibechi (2012), houve mudanças inequívocas no mundo, na região sul-americana e no

Brasil. Desde os anos 1960, a ascensão do Brasil à potência regional é analisada como produto das transformações recentes do sistema capitalista combinadas com um projeto geopolítico nacional. Na virada do século XXI, contudo, a questão da potência regional se reformula e retorna com outras variáveis. (BECKER, 1999: 19)

Nosso objetivo consiste em interpretar o sentido da atual geopolítica do Brasil, em que o país assume uma posição de maior centralidade e densidade na região, potencializa alguns efeitos de proximidade e vizinhança utilizando de distintos agenciamentos de poder que garantem sua projeção na América do Sul.

Desse modo, travaremos um diálogo com estudos que empregam, especialmente, a noção “potência regional” para qualificar a condição geopolítica do Brasil, em que se destacam Becker e Egler (1992), Becker (1999), Moniz Bandeira (2009), Valencia e Ruvalcaba (2010) e Zibechi (2012).

Logo, a articulação entre os conceitos de territorialização, território, rede, poder e Estado e suas imbricações no campo da geopolítica possibilitam a interpretação das estratégias espaço-temporais na perspectiva de uma geopolítica da potência regional.

Bibliografia:

BECKER, Bertha; EGKER, Claudio. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

MILANI, Carlos (et al.). Atlas da política externa brasileira. Rio de Janeiro: CLACSO, 2014.

BANDEIRA, Luiz Moniz. Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

VALENCIA, Alberto; RUVALCABA, Daniel. “Potencias medias y potencias regionales en el sistema político internacional: dos modelos teóricos” in Geopolítica(s). vol.1, n.2, 251-279, 2010.

ZIBECHI, Raul. Brasil potência: entre a integração e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

Geopolítica del río Uruguay. Des-integración, infraestructura y transporte terrestre en el MERCOSUR y en la UNASUR

Alejandro Rascovan

El transporte y la infraestructura juegan un lugar clave en nuestras sociedades. En tanto columna vertebral de múltiples movilidades son, además de facilitadores, productores de sentidos y representaciones sociales. En ese sentido, este trabajo apunta a dos objetivos, por un lado orientar en torno a debates teóricos acerca del concepto de geopolítica y su practicidad para determinados estudios y, por el otro, a identificar los principales patrones que permiten catalogar las diversas movilidades en y a través, del río Uruguay, teniendo en cuenta tres variables: los proyectos de infraestructura, los modos de transporte y el estado de las políticas de integración regional del MERCOSUR y UNASUR.

Este trabajo de carácter exploratorio se posiciona dentro de una serie de debates que, de una forma u otra, han sucedido en diferentes lugares del mundo (Francia, México, Brasil, Estados Unidos), pero que, en Argentina, han permeado poco, al menos en las dos disciplinas involucradas primariamente. ¿Es posible/deseable retomar una perspectiva que pueda combinar lo mejor de la geografía política, especialmente su sensibilidad por el territorio y las construcciones espaciales y de las relaciones internacionales, sus perspectivas sobre el poder y los aportes a los regionalismos, organismos supranacionales y la política exterior?

Nuestro debate teórico tiene como objetivo de superar límites autoimpuestos y abrir nuevas posibilidades para investigaciones más acordes a las épocas que corren. La geopolítica, en tanto disciplina de conocimiento y aproximación a problemáticas de poder expresadas territorialmente, en Argentina, nunca vinculó de manera directa a las disciplinas que pretendieron nutrirla: la geografía política y las relaciones internacionales. Cada una de estas disciplinas construyó un corpus alrededor del concepto geopolítica nutriéndolo de sus propios derroteros.

Nuestra propuesta metodológica es considerar la existencia de cuatro tipos de movilidad transfronteriza: Comercio internacional; Turismo; Vida cotidiana e Tráficos ilegales.

Cada una de estas movilidades a su vez interviene en una variedad de prácticas y sentidos que involucran una pluralidad de modos de transporte: camiones, barcazas, lanchas, taxis, automóviles particulares, ómnibus de larga distancia, buses urbanos, motos. La sistematización de la información, desde una perspectiva geopolítica implica considerar las representaciones y su expresión política en el territorio por parte de todos los actores involucrados: organismos internacionales, diversas reparticiones estatales en múltiples niveles, habitantes de los espacios de frontera, etc.

Bibliografia:

BENEDETTI, A. (2015). The Argentina-Uruguay Border Space : A Geographical Description. *Frontera Norte*, 27(53), 35–61.

CORONADO, J. P.; UC, P. (2010). La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. *Hacia una agenda de investigación regional* The construction of a critical geopolitics from Latin America and the Caribbean. *Towards a regional research agenda*, 1(1), 65–94.

O'TUATHAIL, G. (1996). *Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space*. Journal of Chemical Information and Modeling. London: Routledge.
<http://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

RASCOVAN, Alejandro (2017) "International Railways in Argentina: Rethinking International Relations and Regional Integration Studies in the Southern Cone", *Mobility in History*, Vol. 8.

Geopolítica do Ártico

Andrey Robson Silva Santos
Dante Severo Giudice
Catharina Freire Maciel

Este trabalho vem sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisa GEPOGEO – Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica, da UCSAL – Universidade Católica do Salvador, e pretende estudar a questão da geopolítica do ártico. A metodologia será desenvolvida através de pesquisas qualitativa, documental e bibliográfica, em livros, artigos, jornais e sites. As regiões polares são os pontos extremos do planeta. A região Ártica é formada por um mar fechado que liga a América do Norte (Canadá, EUA, e Groenlândia (Dinamarca)), Europa (Noruega e Rússia), e Ásia (Rússia - Sibéria). Com cerca de 2,2 milhões de quilômetros quadrados, a maior parte da região é encoberta por gelos eternos, uma vez que a temperatura média é sempre inferior a 0º C. Ao contrário do polo meridional, não existe um continente ártico, assim não existe disputa geopolítica por recursos naturais, mesmo porque as terras que o circundam pertencem a nações soberanas que detém esses recursos. A importância geopolítica do Ártico está ligada ao fato de ser rota dos voos transpolares, pois com o aperfeiçoamento das aeronaves, esta rota polar norte passou a ter um crescente número de voos internacionais. Ainda como rota de passagem, deve-se ressaltar que a espessa camada de gelo que cobre a região, geralmente não chega ao fundo oceânico, o que permite a passagem de submarinos. Segundo Scalzaretto e Magnoli (1998) o primeiro submarino a passar sob a calota de gelo foi o Nautilus, em 1958, e com o desenvolvimento dos submarinos atômicos, criou-se nessa região um espaço geopolítico de grande interesse militar, que começou a se consolidar e ter maior importância estratégica, com o desenvolvimento dos mísseis intercontinentais, uma vez que a velocidade do ataque seria fundamental no efeito surpresa para eliminar o inimigo, antes deste, tentar qualquer reação de defesa. Conforme Scalzaretto e Magnoli (1998), na segunda metade do século XX, os EUA começou a realizar estudos sistemáticos sobre a região, saindo à frente das demais potências. Esses estudos foram principalmente mapeamentos detalhados e estudos meteorológicos. Souza Júnior (2015) comenta que a “corrida pela descoberta de rotas e pelo domínio da área, seguiu a lógica da Guerra Fria, transcorrendo paralelamente à corrida armamentista e aeroespacial”. Por outro lado, as questões geopolíticas do Ártico também envolvem questões ambientais, por conta das transformações causadas pelo aumento das temperaturas e consequente degelo, os países “árticos” vêm procurando se adaptar a essas mudanças, fomentando políticas e estratégias para a região. Zellen (2009) faz considerações sobre as transformações geopolíticas e no meio ambiente, tais como a redução da calota polar, além da possibilidade de existência de bens minerais de valor econômico, o que atrai para a região os olhares do mundo. Como de um lado está os EUA (Alaska) e do outro a Rússia (Sibéria), uma grande interrogação surge no horizonte. Mesmo com o fim da Guerra Fria, a disputa entre as potências permanece, e a Rússia não aceita o papel de coadjuvante no contexto geopolítico internacional. Surge assim a questão, será criada uma zona de

tensão ou de cooperação internacional na região? Pelas perspectivas atuais, com a perpetuação de Putin no poder na Rússia, o apoio velado do governo Trump a ele, as suspeitas da interferência russa nas eleições dos EUA, e toda a movimentação na Europa contra a Rússia, pelas consecutivas acusações de envenenamento de desafetos do regime, dentro do continente, o que inclusive motivou a expulsão de diplomatas russos de alguns países do continente europeu e EUA, e a reação russa ao expulsar diplomatas europeus e americanos do território russo, podem sinalizar o surgimento de uma possível zona de tensão na região. Essa suposição parece ser possível porque todos os demais países da área são de um modo geral, pró Reino Unido, e parte da União Europeia. Por outro lado os EUA, muito provavelmente não abandonará seus fieis aliados, para apoiar as aventuras russas. Apesar de toda essa problemática, os países da região não parecem preocupados com controle da região. Conforme HUEBERT (2010), dos países que possuem litoral dentro do Círculo Polar Ártico, o chamado ÁRTICO 5, o Canadá é o único que estabeleceu sua frota com o objetivo primário de policiar sua região de interesse.

Bibliografia:

HUERBET, R. The newly emerging Arctic security environment. Calgary: Canadian Defence and Foreign Affairs Institute, 2010.

SCALZARETTO, R.; MAGNOLI, D. Atlas Geopolítica. São Paulo: Ed. Scipione, 1998.

SOUZA JUNIOR, E.; ROSA, K.K. da; SIMÕES, J.C. O Novo Ártico: Mudanças Ambientais e Geopolíticas. Porto Alegre. I.G./PPGG/UFRGS, 2015.

ZELLEN, B.S. Arctic Doom, Arctic Boom. The Geopolitics of Climate Change in the Arctic. Santa Bárbara (CA): ABC-CLIO, LLC, 2009.

Migrações internacionais para o Brasil: revisões cartográficas, políticas e conceituais

Roberto Rodolfo Georg Uebel
Aldomar Arnaldo Rückert

A partir do começo do século XXI, com a consolidação dos processos da globalização financeira, econômica, comercial e política, as migrações internacionais passaram a sofrer mudanças profundas em suas estruturas tradicionais, dentre elas, os próprios destinos e rotas migratórias transnacionais. Nesse contexto, o Brasil viu-se inserido em uma nova dinâmica migratória global, não mais como exclusivo país emissor, mas também país de destino para fluxos de africanos, latino-americanos, caribenhos e asiáticos, além das tradicionais e reengajadas migrações de europeus, mormente após as crises de 2008 e 2012. O país também passou por transformações profundas internas, com a revisão da sua agenda e legislação migratória, os debates da Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio e a promulgação da nova Lei de Migração de 2017, substituindo o Estatuto do Estrangeiro, editado ainda durante a ditadura militar. Ademais, o processo de impeachment irregular de 2015, construído durante um cenário de agravamento político, econômico e social, também interrompeu um ciclo de crescimento dos influxos migratórios, transformando novamente o caráter do Estado brasileiro, agora num país de remigrações e trânsito. Destarte, essa pesquisa tem como objetivo principal revisar o panorama imigratório do Brasil nas últimas duas décadas, principalmente a partir dos novos dados oriundos da Polícia Federal, Ministério do Trabalho e Ministério das Relações Exteriores, agora reestruturados e recharacterizados pela nova administração federal. Como objetivos específicos destaca-se a revisão das cartografias e conceitos sobre imigração, que descreviam o Brasil até então, especialmente aqueles de Wenden, (2016) e Milani (2014). A partir dessa revisão, o artigo identifica um novo e exclusivo tipo de migrações para o Brasil: as migrações de perspectiva, ou ainda, migrações de moral ou motivadas pela dignidade humana, com profundas diferenças em relação ao estatuto do refugio tradicional, do tráfico humano e da apatridia. O artigo utiliza os instrumentos da cartografia temática, também atualizada em relação às produções passadas, a fim de ilustrar o cenário migratório contemporâneo do Brasil e as perspectivas para os próximos anos, sem desconsiderar as questões de política externa, defesa, fronteiras e agravamento das tensões políticas, propensas ao fomento do discurso xenofóbico.

Bibliografia:

FARIA, Maria Rita Fontes. Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2015.

MILANI, Carlos R. S. et al. Atlas da política externa brasileira. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

SMITH, Dan. Atlas du monde contemporain. Paris: Armand Colin, 2013.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no século XXI. *Confins*, Paris, v.1, n. 31, p.1-25, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11905>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

WENDEN, Catherine Wihtol de. Atlas des migrations: un équilibre Mondial à inventer. Paris: Éditions Autrement, 2016.

O mapa integrado da América do Sul, o papel do Brasil na sua construção e o desafio da integração regional

Valéria Oliveira Henrique de Araújo
Vinicius Etchebeur Medeiros Doria
Rafael Balbi Reis

Nas últimas duas décadas, diversas foram as iniciativas de integração regional da América do Sul com convergência de visões e programas entre os países envolvidos e uso das mais modernas tecnologias de informação e comunicação.

A compreensão do valor da Informação Geoespacial (IG) nas tomadas de decisões tem aumentado significativamente nos últimos anos. Em função das possibilidades da internet, a cartografia se libertou de sua dependência do meio físico, possibilitando o acesso e a visualização de milhões de mapas armazenados em formatos digitais. Neste contexto, o papel da IG na vida cotidiana dos cidadãos adquiriu maior relevância na medida em que o acesso à mesma ficava cada vez mais fácil devido às múltiplas ferramentas e aplicações para distribuir e disponibilizar os mapas em distintos formatos à sociedade em geral (Araujo, 2016).

Para contribuir com o desenvolvimento de melhor acesso da informação geoespacial, o Instituto Pan-americano de Geografia e História (IPGH), alinhado com as iniciativas SIRGAS, GeoSUR, UN-GGIM: Américas, iniciou projetos de geração de mapas integrados na região que servirá de suporte territorial a diversos estudos associados a Agenda Pan-americana .

Os conceitos de se gerar essa cartografia integrada se iniciaram com a criação do Grupo de Trabalho do Mapa Global das Américas, em 2005, como produto da Reunião de Consulta da Comissão de Cartografia do IPGH que se realizou nesse mesmo ano em Caracas, Venezuela, onde se pretendia lograr e impulsionar o desenvolvimento de uma cartografia continental baseada na normativa da iniciativa internacional denominada “Mapa Global”. Este objetivo se cumpriu parcialmente através do projeto “Integração de Dados do Mapa Global da América do Sul”, na escala 1:1.000.000, finalizado aos fins de 2012, motivando a geração de atividades cartográficas participativas (Parcher, 2007).

A ideia de se contar com um mapa integrado continental iniciou com o desenvolvimento de projetos específicos a nível subregional, como o “Mapa Integrado da América Central (MIAC)” e o “Mapa Integrado Andino do Norte (MIAN)”, ambos já concluídos e com seus respectivos produtos disponibilizados no Portal GeoSUR . Atualmente, encontra-se em trabalho o projeto do “Mapa Integrado da América do Sul (MIAS)”, do qual o Brasil faz parte.

O objetivo principal do MIAS é gerar, até final de 2018, através de cinco oficinas, um mapa integrado digital da América do Sul, que inclua dados oficiais fundamentais dos países envolvidos, seguindo normas ISO 19100 e padrões OGC. O Brasil tem papel

fundamental, pois, além de ocupar mais de 50% do território sul-americano, é o país com a maior quantidade de fronteiras internacionais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em conjunto com Exército Brasileiro, são as instituições responsáveis pela cartografia nacional. O fato de desde 2013 o IBGE já disponibilizar mapeamento integrado de todo o território nacional na escala 1:250.000 fez com que a sua participação fosse essencial para o andamento do projeto.

Durante as oficinas, e nos períodos entre as mesmas, cada país apresentou seus dados, adequou-os ao modelo desenvolvido para mapeamento e os integrou aos dados dos países vizinhos em um trabalho colaborativo entre as instituições produtoras de informação cartográfica. Dentre os principais desafios, pode-se citar a padronização de dados e informações entre todos os países participantes e os acordos para representação das fronteiras internacionais, além da compreensão de todos os aspectos e peculiaridades de cada país.

A perspectiva, no futuro, é de integrar o MIAS aos produtos do MIAC e MIAN, gerando assim uma mapa pan-americano. Estão sendo produzidas documentações técnicas complementares e padronizada com as especificações do produto, catálogo de objetos, catálogos de representação e documentos diversos (artigos, apresentações, etc.).

Ao final, as bases integradas unificadas em um único conjunto de dados serão disponibilizadas no Visualizador Regional do Programa GeoSUR, por meio de um serviço WMS (Web Map Service).

Esses projetos se desenvolveram a partir da organização de eventos (Talleres) onde os países envolvidos em cada etapa se reuniram por uma semana realizando trocas de experiências e desenvolvendo atividades com a coordenação técnica do Centro Nacional Informação Geográfica (CNIG) da Espanha, devido à experiência que tiveram na construção do mapa integrado Europeu, com apoio do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) e apoio financeiro da CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina).

Bibliografia:

ARAÚJO, Valéria Oliveira Henrique de, CAMPOS, Maria Ester Gonzalez. OLIVEIRA, Raquel Aparecida Abrahão Costa e. "Usabilidade: um estudo aplicado ao Visualizador da Infraestrutura de Dados Espaciais do Brasil (VINDE)". Revista Cartográfica, n. 95, p. 41-59, julho-dezembro 2017.

PARCHER, Jean W. et al. "Aplicaciones del Mapa Global de las Américas". Revista Cartográfica, n. 83, p. 145-160, julho-dezembro 2007.

O papel dos PALOP's nas relações Sul-Sul: uma cartografia geopolítica da cooperação técnica Brasil-África com os países de língua portuguesa

Jaqueline Bastos de Freitas
André Santos da Rocha

Dentro dos quadros históricos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento há o processo histórico da Cooperação Sul-Sul num contexto de globalização. O Brasil desde meados do século XX, opera a partir de uma forma de cooperação internacional com seus parceiros no cenário global, a qual justifica uma relevância para seu estudo na história das relações internacionais. A aproximação do Brasil com seus parceiros do Sul Global passou, no início da primeira década do século XXI, para um lugar de destaque internacional: esta é a fase da atuação mais incisiva do Brasil sobre a África. Visando a maior relevância de atuação dada para os países falantes de língua portuguesa (PALOP's), o objetivo da pesquisa foi mapear e analisar os projetos nas áreas de educação, saúde e agricultura da Cooperação Sul-Sul decorridos nos últimos 20 anos de governo brasileiro, com enfoque para a primeira década do século XXI. Esta pesquisa busca entender como essa dinâmica de relações internacionais se comunica com o quadro das relações Sul-Sul de forma mais ampla e também dentro do contexto da dinâmica internacional de negociação e atuação do continente africano com relação ao Brasil. Além disto, a pesquisa pretendeu compreender como os territórios se tornam tão importantes para entender esse contexto numa dinâmica globalizadora. Ao analisar categorias como de território e de hegemonia se compreenderá a internacionalização (enquanto este estudo ainda se realiza) das empresas brasileiras e dos projetos brasileiros na África, oferecendo elementos de resposta para as transformações territoriais consequentes de todo este grande processo. Com estes objetivos traçados, levantamentos de dados foram realizados para permitirem traçar as projeções futuras para Brasil quanto à cooperação e seu exercício de poder fora de seu território nacional. Este levantamento foi necessário em função das características da atuação do Brasil na África; e se ela realmente pode ser verificada tal qual colocada por grande parte da bibliografia enquanto um desequilíbrio com relação aos países de atuação privilegiada no continente africano. Os levantamentos realizados foram transformados em mapas e explicam este novo cenário de projeção sobre o África. Através das dinâmicas internas dos países africanos, de sua cultura, de sua população e de suas matérias-primas, os atores que operam em nome do Brasil adentram os países africanos informados quanto a exatamente onde agir e como agir, não só se beneficiando no processo, como também trocando conhecimentos, tecnologias e ciência com os países africanos. A pesquisa elaborou mapas - com a utilização do software Qgis, através dos dados colhidos na Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com maior enfoque para os projetos em educação, saúde e agricultura com relação ao grupo dos PALOP's. Apontando sobre o debate da projeção hegemônica e da noção de sub-imperialismo brasileiro, discussão latente no contexto geopolítico que depende de estruturas cruciais para o desenvolvimento de cada país, identificando locais de atuação de instituições

brasileiras nos países africanos e os setores mais priorizados pelo governo, dentre outras informações presentes nesta cartografia das relações sul-sul.

Bibliografia:

CECEÑA, Ana Esther. Hegemonias e emancipações no século XXI. In: _____. Hegemonias e emancipações no século XXI. 1a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

MILANI, Carlos R. S.; CONCEICAO, Francisco Carlos da; M'BUNDE, Timóteo Saba. COOPERAÇÃO SUL-SUL EM EDUCAÇÃO E RELAÇÕES BRASIL-PALOP. Cad. CRH, Salvador, v. 29, n. 76, p. 13-32, Apr. 2016.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 52, n. 2, p. 22-42, Dec. 2009

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RIZZI, K. R. . Relações Brasil-palot: 40 anos de cooperação para o desenvolvimento do Atlântico Sul (1974/75-2015). Revista Brasileira de Estudos Africanos, v. 1, pp. 143-167, 2016.

O Quênia como porta de entrada para a África Central: consequências do investimento externo direto chinês

Samuel Spellmann
Alexandre César Cunha Leite

O presente artigo tem como finalidade discutir a expansão da influência chinesa no Quênia enquanto parte da estratégia de Going Out da República Popular da China (RPC). Partindo do embasamento teórico trazido pela teoria marxista do Imperialismo, as repercussões desta estratégia no país africano são analisadas, destacando a particularidade do Investimento Externo Direto (IED) relacionado à Nova Rota da Seda (NRS) e sua intermediação pelo Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (BAII). Num primeiro momento, a discussão acerca dos vieses teóricos contemporâneos da Teoria do Imperialismo é exposta. De forma preliminar, se aborda a evolução da formação do Capital Financeiro e sua associação com o estabelecimento do Capital Monopolista em autores clássicos, como Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo e Nikolai Bukharin. Em seguida, a consolidação do Capital Monopolista no contexto do processo de Financeirização é exposta, sendo colacionadas as derivações teóricas de autores como Paul M. Baran, Paul M. Sweezy e Harry Magdoff – este último particularmente em sua associação com o desenvolvimento do fenômeno do Imperialismo Sem Fronteiras. O primeiro trecho é finalizado através da exposição do debate contemporâneo, permeado pelo contexto da Crise Estrutural do Capital. Neste diapasão, buscou-se nas teses de clássicos contemporâneos como Isván Mészáros e David Harvey e de novos autores como John Smith, a expressão daquilo que se discute enquanto atualização teórica da categoria do Imperialismo, suas relações com a reestruturação produtiva, com a formação de cadeias globais de produção, com o desenvolvimento geográfico desigual e com a Crise Estrutural do Capital. Num segundo momento, de volta à particularidade do objeto deste artigo, aborda-se o crescimento industrial queniano enquanto parte do processo de reestruturação produtiva dirigida pelo Investimento Direto Externo por parte da República Popular da China. Ao mesmo tempo, abordam-se as interconexões deste fenômeno com a categoria do Imperialismo em sua faceta contemporânea, ligando ambas as partes deste estudo. Após, identificamos como consequências da particular posição geográfica do Quênia o financiamento para a construção dos portos de Mombasa e Lamu e da Ferrovia Mombasa-Nairobi. Tais infraestruturas são apresentadas como basilares para a promoção e o impulsionar o processo de entrada do Capital Financeiro Chinês no contexto geográfico da África Central, e o concomitante escoamento da produção de commodities. O debate ao redor do desenvolvimento das forças produtivas locais pela intervenção do Capital Financeiro Chinês é contemplado, sendo algumas das expressões da categoria do Imperialismo aduzidas superficialmente, a exemplo do land grabbing. O artigo finaliza expondo aproximações conclusivas para as contradições inerentes à dinâmica do Investimento Externo Direto provido pela República Popular da China através do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura no Quênia enquanto propulsor do processo regional de entrada do Capital Financeiro Chinês na África Central.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Bibliografia:

LENIN, V. I. O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo. 1.ed. Campinas: FE/UNICAMP, Navegando Publicações, 2011

BARAN, Paul. A.; SWEEZY, Paul M. Monopoly Capital: an essay on the American economic and social order. New York: Monthly Review Press, 1966, 401p.

MAGDOFF, Harry. Imperialism: from the colonial age to the present. New York: Monthly Review Press, 1978, 279p.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição; 1.ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. O Novo Imperialismo. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

Os instrumentos da construção da potência regional o caso da Arábia Saudita

João Gabriel Fischer Morais Rego

O Oriente Médio é uma região geopoliticamente instável, onde os conflitos têm origens e impactos em diversas escalas geográficas, remetendo à posição estratégica de cruzamento entre os continentes africano, asiático e europeu; à presença de importantes reservas de recursos energéticos; rivalidades religiosas internas ao mundo muçulmano; à tensões políticas entre governos rivais; as consequências das intervenções das potências mundiais nesta região etc.

Nas últimas duas décadas, as tensões aumentaram sob o efeito das guerras no Iraque e na Síria e da crescente concorrência entre Arábia Saudita, o Irã e a Turquia, que disputam o papel de liderança geopolítica regional.

Este trabalho tem como objetivo central analisar como a Arábia Saudita conseguiu se tornar uma potência regional no Oriente Médio, destacando os meios e instrumentos que o país mobilizou para alcançar essa posição. Os objetivos específicos pretendem identificar e estudar quais as estratégias de hard power (aparato bélico, intervenções militares externas e financiamento de grupos armados) e de soft power (política externa, difusão do wahabismo e a gestão dos lugares mais sagrados para o islã) o governo saudita utiliza para se consolidar como uma potência. Se pretende estudar como a disponibilidade de abundantes recursos financeiros, a cooperação dentro do conselho de Cooperação do Golfo, o apoio de organizações internacionais muçulmanas e a aliança com potências internacionais (Estados Unidos) têm viabilizado estas estratégias sauditas.

A operacionalização do estudo se baseia numa pesquisa e revisão bibliográfica. Serão levantados e processados dados secundários publicados, em particular, por agências nacionais e internacionais e centros de pesquisa sobre o Mundo árabe.

A metodologia do trabalho se baseia nos conceitos de geopolítica (LACOSTE, 1988), potência geopolítica (VERLUISE, 2013), de escala (LACOSTE, 1988; CASTRO, 2014), Soft power (NYE, 2004), Hard power (WILSON III, 2008) e situação Geográfica (SILVEIRA, 2014). A geopolítica se utiliza, em particular, das contribuições de LACOSTE (1988), para o qual a geopolítica estuda tradicionalmente as relações de poder entre os Estados. Segundo LACOSTE (1988), a geopolítica ressalta a importância da combinação de fatores demográficos, econômicos, culturais e políticos, sendo que cada um destes fatores deve ser analisado na sua configuração espacial específica. Segundo VERLUISE (2013), para um Estado ser definido como uma potência, ele precisa possuir a capacidade de exercer influência e defender seus interesses em diversas escalas geográficas.

O hard power é a capacidade de influenciar outra nação a agir segundo seus interesses. As estratégias de hard power concentram-se na intervenção militar, na diplomacia coerciva e nas sanções econômicas impostas a países rivais. (ART, 1996;

CAMPBELL e O'HANLON, 2006; COOPER, 2004; WAGNER, 2005 apud WILSON III, 2008)

Segundo WASTNIDGE (2014), a ideia de soft power desenvolvida por Joseph Nye (2004), pode ser definida como a capacidade de se alcançar objetivos utilizando pouco ou nenhum hard power. Na política internacional, o soft power de um país se baseia principalmente na utilização da cultura e na diplomacia convencional. (WASTNIDGE, 2014)

Segundo SILVEIRA (1999), a situação geográfica decorreria de um conjunto de eventos geográficos. Ocorrendo a mudança da situação, paralelamente, ocorreria a mudança no valor dos lugares analisados, criando novas situações geográficas. Estas mudanças podem ser devido a inúmeros fatores, como: objetos técnicos, ações, normas, agentes, escalas, ideologia discursos imagens e dentre outros inúmeros fatores. (SILVEIRA, 1999)

Para compreender o processo de formação e consolidação da potência saudita, recorre-se a uma análise de diferentes escalas, destacando diversas ordens de grandeza que permitem articular as estratégias do reino aos diversos contextos da geopolítica regional (Península Arábica), macrorregional (Oriente Médio) e mundial. (LACOSTE, 1988; CASTRO, 2014)

Espera-se que este trabalho possa contribuir para a construção de um quadro de maior compreensão da geopolítica do Oriente Médio, analisando as ações que o governo saudita utiliza, desta forma, mobilizando conceitos e métodos de análise fornecidos pela geografia.

Bibliografia:

LACOSTE, Y. A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Ed. Papirus, 1988.

SILVEIRA, M. L. Uma Situação Geográfica Do método à metodologia. Revista TERRITÓRIO, ano IV, n. 6, jan-jun. 1999.

VERLUISE, P.P. Géopolitique - La puissance. Quels sont ses fondamentaux ?. Diploweb.com, França, 10 nov. 2013.

WASTNIDGE, E. The Modalities of Iranian Soft Power: From Cultural Diplomacy to Soft War. Milton Keynes, Inglaterra. The Open University, Politics, V.35, p. 364-377, 2014.

WILSON III, E.J. Hard Power, Soft Power, Smart Power. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, Univ. of Southern California, 16 jun. 2008.

Política de refúgio e cidade santuário na Alemanha: desafios e possibilidades de [não]cooperação

Zélia Aurea Silva de Azevedo Thomaz

Este trabalho busca apresentar o conceito de Cidade-Santuário, fazendo a ancoragem do conceito de forma histórica e geográfica, apresentando sua prática na Alemanha, sobretudo em Hamburgo. Cidades Santuário – Sanctuary Cities em inglês ou Zuflucht Städte em alemão – também chamadas de Solidarity City, City of Refuge, Arrival City, Integrating City, Migration City, Open City, Cities of Welcome, Cities of Transit são mencionadas principalmente na literatura da Geografia Anglo-Saxônica, tendo nas cidades dos EUA, Canadá e Reino Unido os principais casos estudados até hoje. Nesse sentido, a pesquisa transporta o conceito para contexto alemão, ao buscar analisar o papel de Hamburgo, por meio de práticas santuário na recepção e permanência de refugiados e solicitantes de asilo desde 2015. Hamburgo possui grande destaque por não somente ser uma cidade-estado e por isso ter mais autonomia em termos legislativos como também se destaca por ser uma das cidades que mais se concentram refugiados na Alemanha. Ainda assim, sua análise é profícua devido a quantidade de organizações que cuidam da questão imigratória, sendo atualmente mais de 300 instituições. O ponto de partida para a compreensão do conceito de integração e política santuário em Hamburgo é a partir do trabalho de campo realizado nessa cidade durante os meses de novembro e dezembro de 2017 em ONGs e demais instituições e sobretudo órgãos públicos que trabalham de forma direta com o imigrante, principalmente com o refugiado. O percurso metodológico da pesquisa é a análise e junção das experiências realizadas no campo com o conceito de Integração existente em Hamburgo. A brochura é o principal documento na pesquisa pós-campo por ser de caráter oficial do órgão municipal e estadual, por ser uma publicação bem recente e por trazer consigo alguns projetos e instituições que foram visitados, levantando então uma discussão comparativa entre o discurso e a prática. Na Alemanha não é esperado uma mudança na legislação em que tenha o objetivo de proteger o imigrante ilegal em si ou mesmo uma política Don't Ask, Don't Tell. A principal prática santuário alemã consiste em regularizar o status do imigrante tornando-o apto para participar das políticas de integração que se direcionam fortemente para o ensino de alemão e inserção no mercado de trabalho. Nota-se uma organização santuário completamente diferente do que é estudado no Reino Unido, EUA e Canadá que por ora acionam a proteção pública e protegem também a imigração já consolidada. Na Alemanha os principais alvos das práticas santuário provém de uma imigração bem recente, sobretudo a partir de 2015 e que há uma tentativa de controle da sua distribuição em território nacional com o mecanismo Königstein. Entretanto, o objetivo desse trabalho não foi demonstrar contextos nacionais variáveis e sim contextos diferentes para ilustrar as diferenças nas possibilidades de pertença urbana em que os atos e manifestações realizadas no urbano reforçam discursos nacionais de pertencimento, políticas e leis federais sejam elas restritivas ou não. Ainda assim, a conclusão desse trabalho leva para um paradoxo pois ainda que o Santuário chame atenção para alguns imigrantes, tal fato

não os tira da lógica mercadológica, neoliberal e assimilacionista de integração, ao menos no caso de Hamburgo. Há sim, todo um aparato institucional e uma organização de cada “passo” dado por cada imigrante em sua vida tanto como a estudantil como a laboral e o assessoramento vocacional parece ser uma das premissas do significado de integração para a cidade. Sendo assim, pode-se dizer que o imigrante continua, em certa medida, como sujeito subalterno e em partes, passivo na construção das políticas locais. E tal fato não parece incomodar as políticas de integração, que em Hamburgo, são destinadas em grande parte para os imigrantes em situação legal. Existem, portanto, políticas-santuário que perturbam o próprio santuário, o que é o grande paradoxo dessa pesquisa. Está aí a possibilidade e o desafio de cooperação que a migração impõe para a política, leis – sobretudo para o Senado local, e organizações que atuam em Hamburgo, já que a Cidade Santuário possui grande importância em criar espaços comunitários onde migrantes possam acessar serviços vitais sem serem ameaçados e que o direito de moradia, alimentação e educação sejam atendidos para os imigrantes, independentemente de serem considerados como “bons imigrantes” ou “imigrantes ruins”, distinguindo quem merece ou não ser atendido.

Bibliografia:

BAGELMAN, Jennifer. Subverting the Spectacle of Sanctuary. University of Victoria – Thesis. 2006.

BASFI. Behörde für Arbeit, Soziales, Familie und Integration. Hamburger Integrationskonzept 2017. 2017. Disponível em: <http://www.hamburg.de/contentblob/128792/4fa13860dcb7a9deb4afdfb989fc78e2/data/konzept.pdf>. Acesso em 15/11/2017.

BUSSI, Michel (org). Un monde en recomposition: Géographie des coopérations territoriales. Purh, 2009.

HEUSER, Helene. Städte der Zuflucht. 2017a. Disponível em: <http://fluechtlingsforschung.net/stadte-der-zuflucht/>. Acesso em 02/11/2017.

HEUSER, Helene. Sanctuary Cities in Deutschland: Widerstand gegen die Abschiebepolitik der Bundesregierung, Verfblog, 2017b. Disponível em: <https://verfassungsblog.de/sanctuary-cities-in-deutschland-widerstand-gegen-die-abschiebepolitik-der-bundesregierung/>. Acesso em 02/11/2017.

Política de restituição de terras na Colômbia: territórios de pós-conflito e campesinato

Marcia Arteaga Pertuz

Nos últimos quarenta anos na Colômbia camponeses e comunidades tradicionais têm vivido os efeitos da violência e o conflito armado, resultado das disputas pelo controle territorial frente ao qual o domínio e propriedade da terra representam os principais meios de conquista do território. Causando o deslocamento e a retirada dos direitos de propriedade e posse da terra de aproximadamente 7.400.000 pessoas (RUV, 2018), majoritariamente da população rural. Uma das regiões mais afetadas por este processo localiza-se na zona norte do litoral caribe do País, o departamento de Córdoba, reconhecido como um dos principais espaços de disputa neste marco histórico, no qual os grupos armados ilegais, pecuaristas e latifundiários, narcotraficantes e o estado se constituem nos principais atores geradores de territorialidades de dominação, enquanto os camponeses e as comunidades tradicionais lutam pelos seus direitos construindo territorialidades de resistência (Fernandes, 2008).

Há uma década iniciou-se o processo de justiça transicional, como uma estratégia para finalizar o conflito e reparar a suas vítimas. Desta forma, surge a “Política Nacional de Restitución de Tierras” com a “Ley de Víctimas y Restitución de Tierras-Ley 1448 de 2011”, trazendo a possibilidade de reivindicar os direitos retirados dos camponeses por mais de quatro décadas, um projeto nacional para o qual o departamento de Córdoba representou desde a origem destas políticas um dos cenários prioritários para sua aplicação, dada a magnitude dos impactos gerados no campo. A partir do início do processo de restituição da terra, mais de 2.600 pedidos de restituição de direitos sobre propriedade legítima de lotes rurais teriam sido feitos em Córdoba até 2017. O maior número de reivindicações foi feito sobre lotes localizados em territórios controlados anteriormente por o grupo paramilitar “Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá (AUC)”, hoje desmobilizado. Esta nova possibilidade precisa sem dúvida ser analisada da ótica da ciência geográfica, a partir da qual podemos compreender este processo como a possibilidade de reconstruir territórios de paz ou em palavras de Cairo et al. (2018) a construção da paz territorial, outrossim, entender quais são as possibilidades oferecidas pela restituição para a recomposição do tecido social do país tanto como as condições atuais para dar lugar a uma nova geração de camponeses, em um contexto de segurança e oportunidades para o desenvolvimento de projetos agrícolas inclusivos e justos.

Para isto, o presente estudo centra-se na análise do caso da Fazenda Cedro Cocido, um dos antigos territórios de domínio das AUC, hoje restituído às famílias que foram esbulhadas durante as décadas dos 80 e 90 por estes atores, a partir do método dialético, o qual permite um olhar histórico sempre centrado na materialidade atual tendo como suporte as teorias que defendem o território como um espaço de poder.

Considerando que o que está em disputa não é mais a terra como tal, mas sim o território (Machado, 2017).

Os principais instrumentos usados para isto foram a revisão bibliográfica e a recopilação de informação documental, especificamente a contida nas sentenças de restituição com as quais foram devolvidos seus direitos às famílias camponesas entre os anos 2014 e 2017, disponíveis na “Unidad de Restitución de Tierras (URT)”, instituição nacional encarregada de levar a cabo este processo, permitindo a documentação de cada um dos casos das famílias e a caracterização do processo de esbulho que sofreram.

Bibliografia:

CAIRO, Heriberto; OSLENDER, Ulrich; PIAZZINI, Carlos Emilio; RÍOS, Jerónimo; KOOPMAN, Sara, MONTOYA, Vladimir; RODRÍGUEZ, Flavio Bladimir; ZAMBRANO, Liliana. “Territorial Peace: The Emergence of a Concept in Colombia’s Peace Negotiations”. *Geopolitics*, p.1-25, 2018.

FERNANDES, Bernardo. “Entrando nos territórios do Território”. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campeinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

HARVEY, Davis. *El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión*. CLACSO, Buenos Aires, p. 99-129, 2005.

MACHADO, Absalón. *El problema de la tierra: Conflicto y desarrollo en Colombia*. 1. ed. Bogotá: Penguin Random House Grupo Editorial S.A.S, 2017.

RUV- Registro Único de Víctimas: banco de dados. Disponível em: <https://rni.unidadvictimas.gov.co/RUV>. Acesso em: maio. 2017.

Políticas territoriais na América do Sul: infraestruturas de conexão e repercussões em regiões periféricas

Aldomar A. Rückert
Camilo Pereira Carneiro Filho

O presente artigo traz uma análise de políticas territoriais em processos de integração sul-americana. Para tanto aborda-se o regionalismo pós-neoliberal dos anos 2000 e o projeto da América do Sul como uma região geopolítica, suas assimetrias internas, possíveis repercussões territoriais de projetos de redes de circulação em regiões periféricas e, por fim, os rumos atuais da integração sul-americana e das infraestruturas de conexão.

Na primeira perspectiva procura-se responder como se caracterizam os fundamentos do velho regionalismo (anos 1950-1970), o regionalismo aberto (anos 1990), o regionalismo pós-neoliberal (anos 2000-...) e o ideário da América do Sul como uma região geopolítica, “isto é, uma entidade política transnacional dotada de unidade mínima e arcabouço institucional baseados em princípios e macro-objetivos comuns nas relações internacionais”. (COSTA, 2009). Correspondem a estes períodos a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA (anos 1990) e sua posterior transformação em Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL (anos 2000), instituições que têm apoiado e articulado governos nacionais para transformar usos do território através da implantação de infraestruturas de conexão, principalmente aquelas vertidas para o exterior.

Na segunda perspectiva apresentam-se algumas assimetrias socioeconômico-territoriais entre os países da América do Sul, principalmente entre Brasil e seus vizinhos, caracterizadas por fraturas e descontinuidades populacionais e econômicas que caracterizam as heterogeneidades internas à região continental onde espaços periféricos interioranos estão ainda fortemente desconectados das regiões centrais.

Na terceira perspectiva procura-se responder de que maneira alguns projetos de infraestruturas de conexão, a maioria pertencente à carteira de projetos do COSIPLAN e à Agenda de Projetos Prioritários de Integração – API –, têm repercutido em regiões periféricas. Para procurar responder a esta questão apresenta-se, resumidamente, três casos de infraestruturas de conexão em regiões periféricas: o projeto da estrada Villa Tunari – San Ignacio de Mojos e a Terra Indígena TIPNIS, na Bolívia; a Ruta Nacional 150, na Argentina e projetos de melhorias de rodovias no Escudo das Guianas e na floresta amazônica. Procurou-se evidenciar exemplos de regiões diferenciadas entre si tendo como ponto comum tratar-se de espaços periféricos distantes dos grandes centros urbanos e dos principais corredores de circulação. Foram realizados dois trabalhos de campo para melhor fundamentar esta perspectiva: o primeiro foi realizado no Planalto das Guianas e o segundo na região de Cuyo, na Argentina.

Na quarta e última perspectiva apresenta-se elementos para caracterizar os rumos atuais da proposta da América do Sul como uma região geopolítica e das infraestruturas de conexão, fortemente condicionados à crise mundial pós-2008, mais notadamente a partir dos anos 2011-2012. Neste contexto atual e claramente no Brasil pós-2016 inexistente uma política externa para a América do Sul, enquanto que a China avança com investimentos sobre a região e os BRICS enfrentam uma contrarreação com a definição do Atlântico Sul como espaço estratégico de relevância crescente para os EUA.

Bibliografia:

CEPAL. El regionalismo abierto em America Latina y el Caribe. La integración económica al servicio de la transformación productiva com equidade. Santiago de Chile, 1994. Disponível em:
http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2140/1/S9481108_es.pdf.
Consultas em: janeiro de 2017.

COSTA, Wanderley M. da. O Brasil e a América do sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. Confins [Online], 7 | 2009, posto online no dia 31 Outubro 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/6107> ; DOI : 10.4000/confins.6107.
Consulta em: 06.set. 2017.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo garimpeiros brasileiros no Suriname (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo: USP, 2013, 400 p.

PADULA, Raphael. Da IIRSA à COSIPLAN da UNASUL: a integração de infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança. In: NETO, Walter A.D. (org.). O Brasil e as novas dimensões da integração regional. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Pp. 291-351. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_no_vas_dimensoes.pdf. Consulta em: fevereiro de 2017.

PORTO, Jadson L. R. A condição periférico-estratégica da Amazônia Setentrional: a inserção do Amapá no Platô das Guianas In: Jadson L. R. Porto & Durbens M. Nascimento (orgs.). Interações fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades. Rio de Janeiro: Publit, 2010, pp.139-160.

Projeção do Brasil na África: fundamentos geopolíticos e ciclos econômicos

Helio Caetano Farias

Este trabalho tem o objetivo de analisar os fundamentos geopolíticos e os mecanismos de financiamento que permitiram o estabelecimento de um ciclo de expansão dos investimentos e da projeção política do Brasil no continente africano nos anos 2000. Partiu-se de uma referência de método que enfatiza a dimensão da geopolítica para a compreensão do desenvolvimento econômico, considerando como os direcionamentos estratégicos à inserção internacional do Brasil criaram condições para a expansão da geração de riqueza e para postular a mudança na hierarquia de poder no sistema interestatal. Delineou-se, desse modo, a investigação sobre os mecanismos de financiamentos de longo prazo como instrumentos de uma estratégia política de inserção internacional, e não apenas como resultado da demanda empresarial com vistas à internacionalização de seus capitais. Nesse sentido, este trabalho buscou analisar como se construiu o sistema estatal de financiamento às exportações e aos investimentos externos e, a partir dele, como ocorreram os desembolsos para os países do entorno geopolítico imediato, especialmente os do continente africano. Tem-se como ênfase o período a partir de 2000, quando efetivamente o Brasil reorienta as prioridades de suas políticas industriais, comerciais, de financiamento e externa, fomentando uma rara convergência entre as agendas de política externa e de defesa e a agenda interna de desenvolvimento econômico.

A África, desde a segunda metade do século XX, desponta com graus distintos de intensidade no âmbito das preferências estratégicas do Brasil. A acanhada base de vínculos que os interligava - políticos, econômicos, comerciais, estratégico-militares e culturais - foi com o passar das décadas se alargando. Destacam-se, quase como notas dissonantes, o período da denominada Política Externa Independente (PEI) dos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) e o período do governo de Ernesto Geisel (1974-1979), cujo esforço de aproximação estratégica com os países africanos foi retomado. A crise econômica dos anos 1980 e a aderência às políticas neoliberais dos anos 1990 afrouxaram novamente as parcerias entre dois lados do Atlântico.

A primeira década dos anos 2000 apresentou um avanço significativo nas relações Brasil-África. A convergência entre a política de defesa, a política externa e a estratégia de desenvolvimento econômico - sinteticamente representada na noção de entorno estratégico da Estratégia Nacional de Defesa (2005; 2012) - contribuiu para possibilitar o alargamento de uma base corporativa de apoio às decisões e a criação de uma institucionalidade funcional à "vontade estratégica" de redefinir a posição do país no sistema interestatal. As relações Brasil-África cobriram praticamente todas as áreas atinentes à esfera internacional, da política à economia, da defesa à cooperação técnica, do comércio às trocas culturais. O continente africano constituiu um espaço em que a tríade - financiamento, investimentos de capitais e cooperação técnica - tendeu a particularizar a estratégia brasileira de inserção internacional. Embora se

identifique avanços neste último ciclo econômico e na projeção brasileira na África, constatou-se que a consistência temporal de uma estratégia de inserção internacional assertiva caminha lado a lado com capacidade de renovação dos pactos internos de poder que sustentam a articulação entre a expansão econômica e a persistência de uma estratégia geopolítica.

Bibliografia:

AMORIM, Celso. Grande Estratégia: política externa e defesa em um mundo em transformação. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. v.4, n.7, p.9-21, 2015.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa: Paz e segurança para o Brasil. 2ª ed. Brasília: Ministério da Defesa; Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012.

FARIAS, Hélio C. A estratégia do Brasil na África: fundamentos geopolíticos e mecanismos de financiamento no ciclo recente de expansão econômica (2003-2014). Tese de Doutorado em Economia Política Internacional. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

FIORI, José Luís. História, estratégia e desenvolvimento para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PENHA, Eli. Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: EDUFBA, 2011.

VISENTINI, Paulo. A Relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios? Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

Redes ilegais da fronteira Brasil/Paraguay: na região oeste do estado do Paraná com os departamentos de Alto Paraná e Canindeyú

Alan Diogo Schons
Maristela Ferrari

Pesquisas recentes indicam que a fase atual da globalização neoliberal veio acompanhada da proliferação das redes ilegais transfronteiriças (HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES, 2006), redes que desafiam constantemente a lei territorial (MACHADO, 1998). O segmento de fronteira da região Oeste do Estado do Paraná (Brasil), limítrofe aos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú (Paraguay), vêm sendo considerado como um dos segmentos fronteiriços mais problemáticos da América do Sul, o qual é caracterizado por um dos maiores fluxos internacionais de pessoas, veículos e embarcações da faixa de fronteira brasileira onde, conforme Machado (1998, p. 46) “pouca lei e pouco respeito à lei desafia os limites de cada Estado nacional, [...], onde os nichos de corrupção se multiplicam” envolvendo desde adolescentes, funcionários de organismos de controle dos territórios nacionais, empresários da fronteira, até organizações sediadas fora da escala fronteiriça (MACHADO, 1998). No segmento fronteiriço em análise, as redes ilegais não são recentes, no entanto, as grandes obras conduzidas pelo Estado nacional brasileiro nas décadas de 1980 e 1990 - (construção da Hidrelétrica de Itaipu, formação do Lago de Itaipu e construção da Ponte Ayrton Sena) – favoreceram relações e práticas espaciais transfronteiriças legais e ilegais. O Lago da Itaipu – fronteira-linear entre Brasil e Paraguay – pode hoje ser visto como territorialidade propicia a logística das redes ilegais. Sua criação não foi apenas um crime ambiental, mas igualmente um impacto social de grandes proporções para a escala regional e também um problema político frente a multiplicação de redes ilegais transfronteiriças, redes que articulam outras escalas. Este trabalho tem por objetivo analisar a tipologia das redes ilegais transfronteiriças e que redes de infraestrutura e/ou técnicas são utilizadas, por exemplo, para o tráfico de drogas/armas e contrabando de cigarros do Paraguay para o Brasil. Para atingir o objetivo proposto, a metodologia optada consiste em levantamento teórico-bibliográfico e pesquisa de campo. O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira analisa como os conceitos de território, fronteira e rede podem ajudar na análise de uma problemática como o tráfico e o contrabando. Do ponto de vista teórico, partimos da ideia que a noção de rede serve tanto como um instrumento teórico de pesquisa quanto como um método analítico para compreender e explicar diversas problemáticas em geografia, dentre elas, atividades econômicas ilegais transfronteiriças. (DIAS (2005); MACHADO (1998); HAESBAERT (1998)); a segunda parte do trabalho analisa a tipologia das redes ilegais e que redes de infraestrutura e técnicas são mobilizadas para atividades econômicas transfronteiriças ilegais. Finalizamos o trabalho tecendo algumas considerações sobre os efeitos das redes ilegais na escala do segmento fronteiriço analisado.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Bibliografia:

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, R. L. L da. Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

FERRARI, Maristela. As Noções de Fronteira em Geografia: Revista Perspectiva Geográfica, Unioeste. Marechal Cândido Rondon/PR. 2014.

HAESBAERT, Rogério; e PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (Orgs). A nova desordem mundial. São Paulo: Editora Unesp, 2006. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques et al. Fronteiras e espaço global. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998. Fluxos financeiros e tráfico de drogas na Bacia Amazônica. UNESCO / MOST - DISCUSSÃO DE PAPEL 22, Paris, v 1 , p. . 1-18, 1998.

Refugiados: a grande crise da atualidade

Mariana de Oliveira Santana
Thiago Palma Pacheco
Marlon Muriel Correia da Cruz

Com a Revolução Industrial a todo vapor, gerando uma capacidade de produção muito grande, era necessário encontrar um mercado consumidor para tais produtos, além de fornecedores de matéria prima em abundância. Foi assim que no século XIX as potências europeias saíram em busca de novas colônias, dando início ao período conhecido como Neocolonialismo ou Imperialismo e a África e a Ásia foram os alvos dessas potências, tendo a França e a Inglaterra como os primeiros e também os principais colonizadores nesse contexto. Com a Segunda Guerra Mundial e consequentemente com o enfraquecimento das potências europeias, tornou-se insustentável a manutenção das colônias asiáticas e africanas que começaram a expressar desejo pelo fim da colonização. Assim ao fim dos anos 1980 praticamente todas as colônias eram independentes, gerando novos países. No entanto essas independências políticas não significaram desenvolvimento econômico e melhorias na qualidade de vida da população, muito pelo contrário, a dependência econômica continuou, a miséria aumentou e conflitos e guerras civis foram eclodindo devido as fronteiras artificiais criadas pelos europeus, não respeitando etnias, religiões, línguas, enfim, sem considerar características e necessidades desses povos. Os refugiados são frutos desses conflitos que de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados. A definição de refugiado nascia limitada no tempo e espaço, restrita a europeus deslocados por eventos anteriores a 1º de janeiro de 1951. Somente a partir da década de 1960, diante do crescimento do número de refugiados de países subdesenvolvidos, é que este ponto foi revisto. Em 1967, foram removidas as restrições geográficas e temporais que havia, e esse protocolo unificou diversas resoluções a respeito. O número de refugiados no ano de 2016 (ACNUR, 2017) foi de 22,5 milhões, configurando a maior crise de refugiados do século XXI. Como referencial teórico, existem alguns livros sobre os refugiados que foram usados no trabalho. Escritores renomados, que realizam pesquisas a respeito do drama dos refugiados, como o sociólogo Zygmunt Bauman, o pesquisador Cristovam Buarque além de outros intelectuais que também discutem o tema. Foi utilizada também uma variada bibliografia que aborda aspectos sociais, políticos e culturais, já que o tema central não pode ser analisado de forma isolada, com destaque para o geógrafo Yves Lacoste na sua obra a Geopolítica do Mediterrâneo, o historiador inglês Eric Hobsbawm e o renomado geógrafo brasileiro Milton Santos. Para Bauman, as pessoas que estão indo para Europa agora são refugiados que não são famintos, sem pão ou água. São pessoas que, ontem, tinham orgulho de seus lares, de suas posições na sociedade, que, frequentemente, tinham um alto grau de educação e assim por diante.

Mas, agora eles são refugiados. Bauman ainda destaca que os refugiados simbolizam e personificam nossos medos. Ontem, eram pessoas poderosas em seus países. Felizes. Como nós somos aqui, hoje. Mas, veja o que aconteceu hoje. Eles perderam suas casas, perderam seus trabalhos. Essas pessoas têm buscado refúgio na Europa, porém, grande parte dos europeus têm procurado barrar essa entrada, pois acreditam que receber tamanho contingente é nocivo para sua economia e uma ameaça à segurança nacional, visto que nos últimos anos tem crescido as tentativas e ataques terroristas. Para garantir o mínimo de dignidade e de proteção a esses refugiados e buscar soluções duradouras para os problemas, foi criado em 1950 o ACNUR, agência da Organização Nacional das Nações Unidas (ONU). Os refugiados são principalmente do Oriente Médio devido aos incessantes conflitos sangrentos que tiveram nova eclosão com a conhecida Primavera Árabe, em 2011, fenômeno onde jovens e pessoas de todas as idades tomaram as ruas pedindo liberdade de expressão, democracia e justiça social. Essa onda de movimentos populares favoreceu a expansão de grupos terroristas. Diante de tantos conflitos e atentados, milhares de pessoas se arriscam todos os dias atravessando o Mar Mediterrâneo em embarcações precárias, superlotadas em busca de um futuro melhor, de paz, mas nem sempre obtém êxito ao final de tão árdua batalha. O objetivo desse artigo, portanto, é analisar a conjuntura atual dessa crise migratória a partir da criação do ACNUR. Espera-se que a produção seja de grande importância como fonte de pesquisa a ser consultada e considerada por aqueles que tenham interesse no tema.

Bibliografia:

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados. Dados sobre refúgio. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>. Acesso em 2 fev. 2018.

HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LACOSTE, Yves. *A Geopolítica do Mediterrâneo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Rodovia BR-163: integração e as transformações regionais

Thiago Oliveira Neto
Ricardo José Batista Nogueira

A integração rodoviária propiciada pela rodovia BR-163 visa atender diversos interesses, seja no âmbito geopolítico com a coesão territorial, acesso as frações territoriais isoladas e mobilidade de tropas, enquanto que o interesse geoeconômico está calcado na possibilidade de redirecionar o fluxo de caminhões transportadores de grãos e insumos agrícolas antes centrados nos portos do sul e sudeste para os portos do Arco Norte (portos situados na calha do rio Amazonas), alterando substancialmente os fluxos internos e externos das exportações de grãos oriunda do centro-oeste.

A integração territorial através de objetos geográficos posto no território foi o resultado de ações do Estado na segunda metade do século XX, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e propiciar acesso à terra através da política de colonização, mobilidade de tropas pelo território, com destaque o acesso terrestre a base militar na Serra do Cachimbo e permitir o escoamento da produção interna pelo porto de Santarém. Essa rodovia fez parte do Programa de Integração Nacional-PIN (1970-1974), que naquele momento, buscava fomentar recursos financeiros para as obras rodoviárias e indução a migração para Amazônia.

Após a conclusão das obras realizada pelos batalhões de engenharia do exército entre 1970 e 1976 sem camada asfáltica, houve formação de empecilhos -atoleiros, erosões de aterro, queda de pontes e de árvores na rodovia- aos fluxos de veículos, estes sendo parcialmente sanados com ações do governo federal no início do século XXI através do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC.

Atualmente com o desenvolvimento das obras de conclusão da rodovia BR-163 no estado do Pará notou-se a estruturação de objetos geográficos capazes de permitir um elo entre o transporte rodoviário de grãos e o transporte em cabotagem e marítimo. Esse elo é constituído pelos portos situados na calha do rio Amazonas, com destaque aos municípios paraenses de Itaituba e Santarém, locais onde corporações nacionais e internacionais instalaram infraestruturas para atender o redirecionamento das exportações brasileiras pelo norte do Brasil, alterando fluxos regionais e internacionais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se em realizar primeiramente: um levantamento em jornais e livros sobre a construção da rodovia BR-163 e o discurso geopolítico constituído na década de 70; posteriormente realizou-se: um segundo levantamento bibliográfico, referente a pavimentação da rodovia, planos de ordenamento territorial e a instalação de estruturas portuárias nos acessos rodoviários conectados com a BR-163.

Essa rodovia amazônica permite atender diversos objetivos com a conclusão da pavimentação, seja do Estado em equipar seu território na busca de efetivar fluxos interiores, interligar regiões e cidades, e concomitantemente a conclusão da pavimentação, permitir um redirecionamento das exportações brasileira de grãos para os portos situados na região norte alterando o espaço geográfico em decorrência da implantação de objetos geográficos que permitem um suporte aos fluxos materiais.

Bibliografia:

BARAT, Josef. Globalização, logística e transporte. In: BARAT, Josef. (org). Logística e Transporte no Processo de Globalização; oportunidades para o Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007 pp. 15-102.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica: Discurso sobre o Território e o Poder. São Paulo: HUCITEC. 1992.

MARGARIT, Eduardo. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: Uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar. Revista em Questão, v. 6, n. 1, pp. 12-21, 2013.

OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo Jose Batista. A geopolítica rodoviária na Amazônia: BR-163 / Santarém-Cuiabá. Revista de Geopolítica, v. 6, p. 1-21, 2015.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Infraestruturas e logísticas de transportes no processo de integração econômica e territorial. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 41-53, set. 2013.

Têndências do investimento externo direto chinês na nova rota da seda: antecipações à instabilidade do mercado financeiro?

Samuel Spellmann
Alexandre César Cunha Leite

O presente artigo busca estabelecer possíveis explicações para o que preliminarmente assemelha-se a um freio no Investimento Externo Direto (IED) chinês relativo à Nova Rota da Seda (NRS). Num primeiro momento, parte-se da projeção de investimentos apresentada anualmente pelo Ministério do Comércio da China, divulgado através do Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment. A amostragem delimitada foi feita através do isolamento do quadriênio 2013-2016. O destaque para este marco temporal se justifica, na medida em que 2013 foi o ano que marcou o anúncio oficial da Nova Rota da Seda. Além disso, é verificado um declínio no volume e em valor do Investimento Externo Direto no ano de 2016 em comparação ao resultado anual anterior. Após, procura-se uma ligação comparativa entre tais dados e os apresentados pela PriceWaterhouse Coopers, relativos ao Investimento Externo Direto da República Popular da China (RPC) na região compreendida pela Nova Rota da Seda. Percebida a mudança na progressão do montante investido no período destacado, num segundo momento são elencadas hipóteses explicativas para a diminuição, mesmo que temporária, do Investimento Externo Direto chinês ligado à Nova Rota da Seda. Utiliza-se, para tanto, a tradição marxista da Crise do Capital enquanto marco teórico. O desenvolvimento de tal análise será feito através do método dialético de aproximações contínuas, atreladas à categoria da Crise Estrutural do Capital, desenvolvida por István Mészáros. De forma acessória, aborda-se o desenvolvimento geográfico desigual de David Harvey, utilizado na abordagem das particularidades regionais e locais das hipóteses direcionadas a escolha pelo investimento na matriz doméstica chinesa, em detrimento do Investimento Externo Direto. A primeira das hipóteses elencadas aponta a preferência da República Popular da China pelo investimento doméstico como justificativa para esta diminuição. A China teria entre seus objetivos focalizar o potencial de investimentos do seu Capital Financeiro no âmbito doméstico. Pode-se ligar a isto investimentos de grande porte em regiões espaciais consideradas estratégicas, a exemplo do seguimento doméstico daquilo que pode vir a ser o Corredor Econômico Sino-Paquistanês na Província de Xinjiang. A segunda hipótese liga-se ao controle do gasto público, frente à crescente dívida externa da RPC, que, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, atingirão cerca de 300% do Produto Interno Bruto em 2022. Este fato congloba-se a terceira hipótese, que consiste na preparação por parte da República Popular da China para aquilo que poderia vir a ser uma instabilidade no mercado financeiro global. Percebe-se que a confluência destes fatores é parte da explicação necessária para se compreender a diminuição momentânea dos investimentos relativos à Nova Rota da Seda, contrastando com o incremento contemporâneo de investimentos chineses em todo o mundo, podendo-se destacar, a título de exemplo, o incremento nos investimentos em Países de Capitalismo Central, como os Estados Unidos da América.

Bibliografia:

FOSTER, J. B; MCCHESENEY, R. W. The Global Stagnation and China. Disponível em: < <https://monthlyreview.org/2012/02/01/the-global-stagnation-and-china/> >. Acesso em 21 de out. 2017.

LENIN, V. I. O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo. 1.ed. Campinas: FE/UNICAMP, Navegando Publicações, 2011

HARVEY, David. Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development. New York, Verso, 2006.

MAGDOFF, Harry. Imperialism: from the colonial age to the present. New York: Monthly Review Press, 1978, 279p.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição; 1.ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

Um olhar geopolítico sobre a crise da Venezuela

Mateus Mendes de Souza

O presente trabalho analisa a crise na Venezuela à luz da atual fase do sistema-mundo moderno-colonial. Para tanto, assume-se dois pressupostos teóricos relacionados entre si. Um é de deflação de poder, que seria o oposto da hegemonia: situação na qual diante da dificuldade de liderar o sistema pelo convencimento, a potência hegemônica em decadência passa a recorrer cada vez mais à coerção, uma situação descrita como dominação sem hegemonia. O outro pressuposto é o de que, no caso dos Estados Unidos, a deflação de poder está consubstanciada na implementação do programa imperialista neoconservador o Projeto para o Novo Século Norte-Americano. Ou seja, por conta da deflação de poder, os Estados Unidos adotam cada vez mais uma política imperialista como meio de atingir seus objetivos. Práticas estas que podem variar desde a acumulação via espolição anuída pelo Estado sob o qual o território e a população a ser explorados estão jurisdicionados até ofensivas militares. *Pari passu*, na seara da segurança internacional, observa-se um protagonismo crescente da defesa dos direitos humanos e do direito humanitário na agenda tanto do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) quanto dos Estados Unidos. Há que fazer dois destaques nessa mudança na agenda da segurança internacional. Um referente ao fato de que os Estados Unidos, amiúde, fazem da defesa dos direitos humanos *biombo* para legitimar suas práticas imperialistas. O outro destaque diz respeito relativização da territorialidade westfaliana subjacente a esse tipo de intervenção. É nesse contexto – deflação do poder dos Estados Unidos; adoção cada vez mais sistemática de práticas imperialistas; e protagonismo dos direitos humanos na agenda da segurança internacional – que a crise atual na Venezuela ganha maior relevância. Por um lado, uma intervenção a fim de debelar uma “crise humanitária” na Venezuela vem ganhando espaço nos discursos de autoridades estadunidenses. Por outro, Brasil, Estados Unidos, Colômbia e Peru realizaram em novembro de 2017 na Amazônia o AmazonLog17: um exercício militar que teve como um dos objetivos capacitar as FFAA e agências de segurança desses países para promover a paz e ajuda humanitária na região. O primeiro passo metodológico do trabalho é construir a fundamentação teórica acerca dos conceitos hegemonia, deflação de poder e imperialismo. A seguir, trabalha-se a relação entre a territorialidade westfaliana e as “intervensões humanitárias”. Interessa ao trabalho as vertentes político-jurídica e econômica do território. Esta por que uma intervenção imperialista na Venezuela teria como pano de fundo o acesso aos recursos daquele país. A escolha da vertente político-jurídica deve-se à centralidade que os Estados-nacionais têm nesse caso: Estados (com os Estados Unidos à frente) almejam uma intervenção em um outro Estado. Finalmente, discute-se a presente crise na Venezuela à luz das duas discussões anteriores. Ao trabalho interessa especialmente a dimensão colonial do sistema-mundo moderno-colonial, explícita pela ambição de reestruturação econômica do espaço sul-americano, de modo a alterar o controle e o acesso aos recursos humanos e minerais venezuelanos.



Bibliografia:

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo, Boitempo, 2008.

GHISLENI, Alexandre Peña. Direitos humanos e segurança internacional: o tratamento dos temas de direitos humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à mutiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo, Edições Loyola Jesuítas, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.



III CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO
CRISE E REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS DA POLÍTICA



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Eixo 7

Território, política, cidadania e democracia

Coordenadores:
Glauco Bruce Rodrigues
Juliana Nunes
Marcos Paulo Ferreira Góis
Adilar Antonio Cigolini
André Lima Alvarenga

Uma leitura da navegação no rio Solimões a partir das lanchas Ajato no Amazonas

Kristian Oliveira de Queiroz

Este artigo visa discutir a navegação no rio Solimões no Amazonas a partir de uma leitura do papel que as lanchas Ajato efetuam na modernização deste setor, bem como conhecer a sua contribuição para a integração territorial neste subespaço. As lanchas do transporte fluvial de passageiros da empresa Ajato no estado do Amazonas são as embarcações deste segmento mais atuantes na circulação regional do rio Solimões. A maior característica destas embarcações é a oferta da aceleração e velocidade assim como a prioridade no transporte de passageiros apesar de levarem volumes limitados de carga. Esta pesquisa considera a hipótese que a operação destas lanchas proporcionou uma modernização paralela dos fixos especializados de embarque e desembarque dos passageiros, com a inserção dos terminais privados desta respectiva empresa nas cidades de Manaus e Tefé frente à carência de portos e entrepostos de acesso às cargas e passageiros na região. Desta forma, acaba por admitir a adequação às normas e técnicas advindas de elementos e objetos modernos típicos do meio geográfico contemporâneo e da globalização. O impacto destas inserções técnicas e destes objetos especializados da navegação regional providencia as reflexões necessárias para a análise de uma modernização do território e da produtividade espacial provenientes da atuação destas embarcações no transporte fluvial no Amazonas. O trabalho de campo realizado nos 1.620 km do Solimões e as entrevistas com passageiros, armadores e empresários principalmente nas cidades de Tefé, Coari, Tabatinga, Santo Antônio do Iça e Manaus, subsidiaram a aquisição de dados primários. Este respectivo percurso que compreende a capital Manaus e a cidade de Tabatinga na tríplice fronteira do Brasil com o Peru e Colômbia possibilitou a observação dos fixos especializados na navegação regional no estado assim como o reconhecimento dos agentes e embarcações que permitem os fluxos neste subespaço fluvial. O levantamento bibliográfico assim como as visitas institucionais na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) em Manaus e nos Terminais Hidroviários dos municípios de Tabatinga, Tefé, Tonantins, Codajás, Coari e Fonte Boa geridos pela Administração Hidroviária da Amazônia Ocidental (AHIMOC) e o Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes (DNIT) subsidiaram o levantamento de dados secundários. Este artigo fornece subsídios para compreender que o transporte de passageiros no rio Solimões possui dificuldades e enfrenta desafios institucionais, infraestruturais e administrativos. No entanto, isto não impede a manutenção de fluxos significativos de embarcações diversas. Conclui-se que as lanchas Ajato são representantes de objetos úteis à circulação produzidos a partir de uma especialização do lugar; promovendo uma modernização da frota e uma integração territorial significativa; mesmo que a limitada organização, fiscalização, presença e desempenho dos fixos especializados na navegação nesta região possibilitem exibir negligências pertinentes ao setor; o que influencia na fluidez e na circulação desta fração da formação socioespacial brasileira.

Bibliografia:

HAESBAERT, Rogério. Regional-global – dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Integração e globalização relativizada – uma leitura a partir de Tefé no Amazonas. Manaus: UEA Edições, 2017.

PEREIRA, Vicente Britto. Transportes: história, crises e caminhos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. Coleção Milton Santos. 11. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1994].

SILVEIRA, Maria Laura. Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999.

(In)justiça territorial: análise da prestação jurisdicional ao consumidor no Foro Regional de Campo Grande e na Comarca da Capital do Rio de Janeiro

Flávia da Silva Souza
André Ricardo Peixoto

A pesquisa tem como propósito contribuir com o debate das questões que circundam a prestação jurisdicional em ações relativas à matéria de consumo no âmbito do Poder Judiciário do Município do Rio de Janeiro a partir de uma breve contribuição da Geografia e do Direito. Nesta pesquisa, apresentamos uma análise comparativa dos Foros Regionais de Campo Grande e da Barra da Tijuca no ano de 2017. Tal escolha do recorte espacial se dá pelas distintas realidades que caracterizam ambos os bairros de uma mesma cidade, seja pela classe dos sujeitos residentes ou pela configuração territorial realizada pelo o Estado.

A pesquisa parte do pressuposto de que questões sobre justiça territorial têm conduzido importantes problematizações acerca da configuração do território a partir do Estado e de seus mecanismos de atuação, bem como de reflexões sobre territórios democráticos que tenham os cidadãos como sujeitos de direitos ao invés de consumidores do espaço (SANTOS, 2014).

Aqui, sob o ponto de vista geográfico, tem-se como primeiro objetivo específico compreender as práticas realizadas pelos Juizados Especiais Cíveis de Campo Grande e da Barra da Tijuca; por segundo objetivo, compreender as dinâmicas postas para os “sujeitos de direito” a partir dos serviços prestados enquanto consumidores.

Como embasamento teórico, situamo-nos na perspectiva de território e territorialidade de Raffestin (1993), que o compreende centrando nas relações de poder, principalmente do “Poder” desempenhado pelo Estado e dos outros agentes que fazem parte do campo relacional dos poderes; e das territorialidades. E também nas concepções de SANTOS (2014) sobre cidadania, e a transposição da mesma de direito para consumo. Para uma clara compreensão da parte jurídica que amparará a presente pesquisa, utilizamos o conceito do que vem a ser prestação jurisdicional. Sucintamente, essa consiste na resposta dada pelo Poder Judiciário às demandas a si levadas, considerando a manifestação das partes e após a coleta de provas para a definição do direito a ser aplicado à hipótese concreta (MENDES e BRANCO, 2012; CINTRA, DINAMARCO e GRINOVER, 2013).

A justificativa para a escolha das duas localidades já mencionadas remonta-se nas disparidades econômicas e sociais que marcam a cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, lançar-se-á mão de análise do perfil das pessoas (em aspecto social e econômico) que buscam o Poder Judiciário para a satisfação de interesses caracterizados como de massa: litígios cujo grau de repetição em esfera jurisdicional é tão alto que criou um nicho de atividades por parte dos profissionais jurídicos, desenhando posturas próprias por parte das empresas demandadas.

Dentre as ações caracterizadas como de massa, os processos aqui analisados resumem-se aos ramos da telefonia, da energia elétrica e do fornecimento de água, sendo selecionado somente uma empresa de cada área de atuação. A escolha de tais ramos deriva do fato de que todos, quando oferecidos aos cidadãos, fazem com que o elo empresa-cidadão seja caracterizado como relação de consumo nos moldes do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e, pela dimensão da prestação de tais serviços, fazem com que uma grande massa populacional seja a eles aderente, o que termina por dar espaço para um relevante número de litígios judiciais e problemas diversos.

Para os serviços selecionados, os de água e energia elétrica possuem um litigante próprio em decorrência do monopólio territorial (respectivamente, CEDAE e Light S/A). Para o serviço de telefonia, a BCP S/A (Operadora Claro), empresa qualificada, nos últimos 12 meses, como a maior litigante do setor, com cerca de 34.858 processos contra si ajuizados, segundo o site do Tribunal de Justiça fluminense. Em relação à divisão jurisdicional, utilizaremos, tão somente, os Juizados Especiais estabelecidos na região de Campo Grande e na Barra da Tijuca, de acordo com os critérios de divisão de função estabelecidos pelo Poder Público.

Com a seleção e análise de tais processos, é possível traçar um paralelo entre as condições socioeconômicas de cada habitante que busca o Poder Judiciário e o tempo/efetividade da resposta dada pelo Poder Judiciário conforme a origem geográfica da demanda a si levada.

E é mediante as diversas necessidades postas para os sujeitos de direitos no cotidiano que o território é por eles reinventando, criando novas lógicas para produção e reprodução de suas vidas, tecendo sua própria territorialidade (RAFFESTIN, 1993), chegando, em muitas das vezes, a transcender as normatividades que regulamentam as práticas da cidade.

Bibliografia:

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. Teoria Geral do Processo. - 29ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito de Constitucional. - 7 ed. revisada e atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; GOMES, Conceição. Geografia e democracia para uma nova justiça. Revista Julgar. Lisboa: Associação Sindical dos Juizes Portugueses, mai.\ago. 2007, v.?. nº 2. .p. 109-129.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. - 7. Ed., 2. reimpr, 2014.

A construção de um teleférico na tentativa de um novo Complexo do Alemão: uma análise sobre a relação entre política da paisagem e favelas cariocas

Adriano Santos Soares

Este trabalho, originalmente apresentado como a dissertação de mestrado do presente autor, aborda a relação entre paisagem, favelas e políticas públicas na Cidade do Rio de Janeiro. A reprodução ideológica dos significados atribuídos às favelas foi historicamente construída por discursos e representações que ressignificaram a função social destes espaços para a cidade, oscilando em movimentos de inclusão e exclusão em contextos distintos de política urbana. E estes significados contribuíram e contribuem, ainda, para a manutenção da dicotomia entre favela e cidade, na interpretação de muitos. Deste modo, assumimos que esse longo processo de entrelaçamento entre discursos, ações e representações sobre estes espaços se constitui como uma construção social da favela. As discussões acerca da relação entre poder público, favela e cidade obteve novo impulso, considerando o montante de intervenções urbanísticas no qual as favelas cariocas foram alvo. Neste contexto, um sistema de teleférico foi construído no Complexo do Alemão e observou-se que, além de causar uma considerável mudança física na paisagem, essa política pública é pautada numa lógica discursiva que tem na paisagem a sua materialização. Posto isso, de um ponto de vista geográfico, a pesquisa investigou como a construção do Teleférico do Alemão está inserida numa política da paisagem, a qual entendemos como um conjunto de ações, de formas de controle e de respostas e resistências que capturam a paisagem como elemento chave. Desta maneira, buscou-se identificar os discursos que evidenciam a instrumentalização da categoria de paisagem na construção do teleférico e como este processo está associado à construção e/ou afirmação de novas representações do Complexo do Alemão no contexto da política urbana carioca. Para a análise do trabalho, nos amparamos na construção teórico-conceitual através de autores que evidenciam o caráter político e/ou cultural do conceito de paisagem em suas abordagens e que vem demonstrando que a paisagem tem se constituído como instrumento na construção de políticas públicas, trazendo a ideia de política da paisagem. Além disso, empiricamente, foi realizada uma análise do projeto do teleférico do Alemão, com o objetivo de identificar os discursos que sustentam essa política pública, bem como entender como a ideia de paisagem foi operacionalizada. Apresentamos também como os teleféricos têm sido instituídos como transporte público urbano, demonstrando uma tendência, que ocorreu a partir do caso paradigmático do Metrocable de Medellín. Para fazer tal análise foi necessário consultar documentos, materiais de divulgação, sites oficiais, além de entrevistas com os técnicos envolvidos.

Bibliografia:

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito. Rio de Janeiro, Pallas, Ed. PUC-Rio, 2013.

RIBEIRO, R. W. Direito à Paisagem e prática da cidadania no Rio de Janeiro e Recife: Política Urbana, Democracia e formação de espaços políticos em metrópoles brasileiras. UFRJ, 2016.

RIBEIRO, R. W. Paisagem, Patrimônio e Democracia: novos desafios para políticas públicas. In CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter. Espaços da Democracia. Para a Agenda de Geografia Política Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

ROSSI, U.; VANOLO, A. Urban Political Geographies: A Global Perspective. 1st ed. ed. Thousand Oaks: [s.n.], 2011.

A geografia dos parques urbanos: cartografando as simbologias e morfologias do Campo de São Bento em Niterói-RJ

Clara Maria Santos de Lacerda
Marcelo Alonso Morais

Os Parques públicos se constituem num espaço interessante da malha urbana, favorecendo novas perspectivas para o cotidiano das urbes (Czerniak, Hargreaves, 2007). Por serem áreas verdes, eles desempenham importantes funções socioambientais, ao proporcionar um maior contato com a natureza, o que pode trazer benefícios à saúde física e mental dos indivíduos que frequentam o espaço e veem nele um refúgio em meio a vida agitada nas grandes cidades. Nesse contexto, o Campo de São Bento (36 mil m²), cujo nome oficial é Parque Prefeito Ferraz, localizado na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, é um importante ponto de encontro dos moradores da cidade e de outras proximidades, além de ser o local de inúmeros eventos culturais e gastronômicos. Com uma história que data do século XVII, quando ainda pertencia aos monges beneditinos do Mosteiro de São Bento, o Campo de São Bento apenas ganhou sua atual forma ao final do século XIX, quando a cidade de Niterói passou por reformas urbanas mais efetivas. O parque foi projetado pelo paisagista belga Arsène Puttemans, que o concebeu como um típico jardim romântico nos parâmetros da Inglaterra vitoriana, remodelando seus aspectos naturais e construindo novos lagos artificiais e pontes, com margens em formato de troncos de árvores. Sendo tombado pela prefeitura de Niterói em 1990, através da Lei nº 884 e nº de tombamento: 101/1788/90 (IBGE, 2015), o Campo de São Bento é um patrimônio cultural da cidade, considerado um bem de natureza tanto material, uma vez que possui uma localização concreta no solo urbano, quanto imaterial, pois compreende diversas atividades culturais ligadas a dança, literatura e música, tais como literatura de cordel e bandas musicais, contribuindo na formação da identidade do município e, mais precisamente, dos bairros próximos. Sendo assim, tendo em vista que toda paisagem planejada guarda em si um simbolismo moral (Cosgrove, D. 2004), podemos inferir que a organização do jardim é condição fundadora das práticas sociais (Costa Gomes, P. 2013), mas não é determinante, pois quem dá vida e sentido ao Campo de São Bento, é a população que o frequenta e o utiliza de diversas maneiras. Por ser um espaço público, ele se constitui num núcleo onde a vida social pode se materializar. É possível notar incontáveis formas de ocupação presentes no uso diário dessa área verde. Dessa forma, este trabalho intenciona analisar a morfologia e os usos que os frequentadores fazem desse parque, partindo de um horizonte de observação dos aspectos subjetivos e simbólicos presentes neste local (Buttimer, Anne; 1978; Tuan; 1983). Para atingir tal finalidade, a metodologia baseia-se em revisão bibliográfica, entrevistas com frequentadores do parque, do setor administrativo e do setor de turismo, além de observação participativa em campo. O produto desse trabalho de pesquisa é a confecção de um mapa do Campo de São Bento, localizando seus mosaicos espaciais, com uma estética visual mais próxima aos usos cotidianos deste lugar.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Bibliografia:

BUTTNER, A. Home, reach, and the sense of place. The human experience of space and place, v. 3, p. 166-87, 1978.

CZERNIAK, J.; HARGREAVES, G.; BEARDSLEY, J. Large parks. New York: Princeton Architectural Press, 2007

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs) IN: Paisagem, Tempo e Cultura. EdUERJ. 2ªed. 2004

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: Difel (1983): 01-22

A Geografia para uma análise eleitoral

Renato Morgado Soares

Este presente artigo pretende levantar algumas apreciações geográficas que podem ser trabalhado afim da análise de resultados eleitorais, em especial aos pleitos da Presidência da República, estes conceitos como: território, escala, rede, região e regionalização, todos estes temas relacionados com o conceito de poder na Geografia descritos por Raffestin (1993) e por Paul Claval (1979). Visto ainda a concentração dos eleitores presentes entre os estados da região Sudeste do país: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, juntos estas unidades federativas contam com mais de um terço do eleitorado no país, o que os tornam o foco das campanhas entre os candidatos ao principal cargo de comando do país. Para que esta pesquisa possa se desenvolver é utilizado da combinação de revisão bibliográfica e de análise quantitativa.

Ao longo do trabalho são vistos alguns dos conceitos geográficos que podem ser utilizados para uma análise eleitoral, estes como: território, escala, rede, região e regionalização. Todas estas considerações foram relacionadas de algum modo com o conceito de poder empregado pelos geógrafos Claude Raffestin e Paul Claval.

No decorrer também foi visto que o poder está materializado no território, e é pertencente a sujeitos e/ou grupos sociais que direcionam as decisões políticas conforme suas próprias necessidades e interesses.

A regionalização acabou por ser um eficiente meio de criar um deslumbramento das condições existentes como natural algo próprio da região, logo, as considerações críticas às decisões políticas tomadas são enfraquecidas por esta falsa ilusão. Sendo então um importante subterfugio das elites para que as decisões permaneçam reforçando um círculo vicioso na reprodução eleitoral para o principal cargo de comando do país.

Os estados que sempre estiveram a frente das decisões políticas no país – justamente por representar uma elite local de relevante poder – continuam exercendo sua importância nas decisões políticas de todo país, portanto, um candidato tem maiores chances de vencer uma eleição se este próprio, em conjunto com seu vice, pertencerem à estados federativos com uma força política nacional.

Estes estados são fortes por uma herança política na vida nacional, e assim permanecesse justamente por ainda contarem com uma grande população, logo, um grande eleitorado residente.

Por assim, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, são os três estados no qual grande parte do eleitorado está reunido; ambos da região sudeste do país; tendo em suas estruturas territoriais realidades distintas de todo o restante do país; mesmo assim, seu grande número de eleitores são os reais definidores dos pleitos

presidenciais brasileiros, logo, os candidatos realizam as promessas que angariem os votos nestes três estados.

São estes que, em seu conjunto, podem decidir quem será o Presidente do país; que possuem os objetos valorizados; os espaços luminosos; os influenciadores das prioridades dos candidatos; que irradiam suas influências políticas por todo país; os estados que (tendem) mandar enquanto que os outros (podem) obedecer.

Bibliografia:

CASTRO, Iná Elias de. Geografia: conceitos e temas. in: CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CLAVAL, Paulo. Espaço e poder. São Paulo: Editora Zahar, 1979.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil, São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova, São Paulo: Editora Edusp, 2012.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder, São Paulo: Editora Ática, 1993.

A geopolítica do golpe de 2016

Marcelo Werner da Silva

A partir da participação no curso livre sobre o golpe de 2016, organizado pela UFF/CAMPOS neste ano de 2018, propusemos debater os aspectos geopolíticos do golpe, com a temática “A geopolítica do golpe”, que ora apresentamos como proposta para III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território.

O trabalho objetiva discutir as influências e relações que podem ser estabelecidas entre o golpe parlamentar, midiático e econômico que levou ao impeachment da presidenta Dilma, com aspectos da geopolítica brasileira com o Estados Unidos e com o restante do mundo.

Na fase pre-golpe, as revelações de Edward Snowden, de que a NSA (Agência de Segurança Nacional dos EUA) espionava a Petrobrás e a presidenta Dilma. Tais informações pareceram ter sido utilizadas pela Operação Lava-Jato, que contribuíram, decisivamente para o impeachment. Tais suposições ganham ares de certeza, quando vemos as declarações do promotor americano Kenneth Branco, de uma parceria “informal” com o ministério público brasileiro.

Após o rompimento institucional, vem o rompimento com a política exterior praticada nos governos Lula e Dilma, de independência e alinhamento com os BRICS e a volta à submissão aos interesses norte-americanos, com a nomeação do chanceler José Serra. No campo econômico rompe-se o sistema de partilha existente e reservas do pré-sal são concedidas à empresas norte-americanas. Informações são fornecidas pela justiça brasileira e pelo Ministério Público Federal para que a Petrobrás fosse processada nos EUA. Empresas da área naval e da construção civil são destruídas no processo. O país entra em uma recessão brutal e programas de austeridade são implantados de modo a preservar os ganhos do capital financeiro.

Parte-se da sistematização da influência norte-americana na América, através das teorias geopolíticas norte-americanas para a América Latina, partindo da teoria do destino manifesto até proposições como a de que a América seria o “quintal do EUA”. Estas teorias se concretizam em sucessivos golpes de Estado ocorridos na região desde o início do século XX, fartamente relatados na bibliografia das ciências sociais latino-americanas.

Nos tempos de guerra assimétrica, o conceito de guerra híbrida, em que o ataque direto dos norte-americanos, é substituído pela fomentação de protestos, “primaveras”, utilizando contradições internas dos próprios países relacionados como governos hostis. No sentido de que contrariam os interesses americanos (ESCOBAR, 2016).

Portanto os antigos golpes de estado conduzidos por militares, são substituídos por processos de desestabilização conduzidos por atores internos aliados à política norte-americana. Assim foi feito com os governos democraticamente eleitos em Honduras



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

(2009), Paraguai (2012) e agora no Brasil (2016). Também processos de desestabilização como os ocorridos no Chile (2010), Argentina (2015) e Peru (2016). Em todos esses processos está presente a forte instrumentalização por parte de grupos de mídia monopolistas da bandeira da corrupção política contra as forças de esquerda (FERNANDES, 2016).

Bibliografia:

ANDERSON, Perry. A política externa norte-americana e seus teóricos. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.

ESCOBAR, Pepe. O Império do Caos. São Paulo: Ed. Revan, 2016.

FERNANDES, Luis. Brasil: a dimensão geopolítica do golpe. São Paulo: Outras Palavras, 2016.

A influência do contexto social de vizinhança no comportamento eleitoral

Aleksei Zolnerkevic

Os estudos eleitorais na geografia têm se concentrado em três grandes temas (TAYLOR; JOHNSTON, 1979): a geografia das eleições, que trata do mapeamento dos resultados eleitorais e da análise dos padrões identificados, correlacionando-os com certas variáveis socioeconômicas e culturais. A influência da geografia nas eleições, que tenta determinar a influência da geografia no comportamento eleitoral; em uma escala urbana busca determinar como a distribuição das pessoas, a composição social dos bairros e o fluxo de informações políticas circulando naquele espaço influenciam o voto; em uma perspectiva de lugar (AGNEW, 1987), estuda a relação entre o comportamento eleitoral das pessoas e as diferenças entre os lugares onde elas vivem e são socializadas no que diz respeito às suas características sociais e econômicas, relações de poder dentro delas e em relação a outros lugares em diferentes escalas. Finalmente, a geografia da representação política, que estuda os aspectos espaciais da representação política e da organização das eleições (CASTRO, 2005) como, por exemplo, o uso do processo de territorialização do espaço como estratégia eleitoral de partidos e candidatos com o objetivo de estabelecer a chamada conexão eleitoral entre território e atuação política.

No Brasil, a maioria dos estudos têm-se concentrado no primeiro e terceiro temas, enquanto que a influência da geografia nas eleições, mais especificamente a influência do contexto social (lugar, vizinhança, redes sociais) no comportamento eleitoral, tem sido pouco explorado na literatura geográfica ou na ciência política de um modo geral.

Dessa forma, o artigo busca inicialmente realizar uma breve revisão dos principais estudos e teorias sobre esse tema na geografia eleitoral, principalmente nos países anglo-saxões: o estudo seminal de Kevin Cox (1969) que mostra como a decisão do voto das pessoas é influenciada pela forma como as informações políticas são difundidas no espaço (spatial context); o estudo de John Agnew (1987) que mostra, a partir do seu conceito de “lugar”, a importância deste na formação das identidades e comportamento político e eleitoral das pessoas nos lugares; as pesquisas realizadas por Ron Johnston e seus colaboradores sobre a influência dos efeitos contextuais, como o de vizinhança, no voto. Por fim, os estudos do cientista político Robert Huckfeldt sobre redes de contato e comunicação política pelas quais as pessoas se informam politicamente dentro do seu contexto social.

Em um segundo momento, subsidiado por essa breve revisão da literatura, o artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de “survey” realizada na cidade de São Paulo, durante o período da eleição para prefeito de 2016, mostrando evidências da influência do contexto social de vizinhança no comportamento eleitoral das pessoas.

Utilizando a técnica estatística da análise fatorial do modelo “S” (ARCHER; TAYLOR, 1981) nos resultados eleitorais de PT e PSDB das eleições presidenciais em primeiro

turno de 2006 a 2014, na escala dos distritos administrativos do município de São Paulo, identificamos as regiões de apoio eleitoral consolidado de ambos os partidos na cidade, periferia e centro, respectivamente.

A partir dos dados do “survey” e utilizando o método estatístico de análise de regressão linear múltipla, encontramos que mesmo no período de aparente desalinhamento do eleitorado petista em 2016, como consequência do impeachment da presidente Dilma e do agravamento da crise econômica, o eleitor que mora na periferia realmente tende a apoiar mais o Partido dos Trabalhadores, e mais ainda, aquele que trabalha e mora na periferia e pertence a uma rede de comunicação política local, ou seja, aquele que concentra suas interações sociais localmente, tem uma propensão ainda maior de apoiar o partido.

Encontramos também que o eleitor dos distritos mais centrais e ricos da cidade, onde o PSDB tem maior apoio eleitoral, consegue identificar qual é o partido com maior apoio na sua vizinhança e tem consciência de que a sua opinião política é parecida ou diferente à dos seus vizinhos, modulando os seus padrões de interação social a partir disso. Pessoas que consideram a sua opinião parecida tendem a conversar mais sobre política com os seus vizinhos do que aquelas que consideram a sua opinião diferente.

Em resumo, encontramos evidências de que o contexto social de vizinhança influencia o comportamento eleitoral e que os padrões de interação social e comunicação política das pessoas modulam essa influência.

Bibliografia:

AGNEW, J. Place and Politics: The Geographical Mediation of State and Society. Boston: Allen and Unwin, 1987.

ARCHER, J. C.; TAYLOR, P. J. Section and Party: A Political Geography of American Presidential Elections, from Andrew Jackson to Ronald Reagan. Chischester: Wiley, 1981.

CASTRO, I. E. Geografia e Política: Território, escala de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COX, K. The voting decision in a spatial context. In: BOARD, R. J. et al. (ed.) Progress in Geography, v.1, London: Edward Arnold, p.83-117, 1969.

TAYLOR, P. J.; JOHNSTON, R. The Geography of Elections. Harmondsworth: Penguin, 1979.

A justiça territorial na construção de uma sociedade igualitária: o caso da transexualidade

Evelin Generoso

Considerando as discussões filosóficas sobre Moral e Ética, assim como seu uso na ciência geográfica, apresentaremos uma proposta de implementação do conceito de justiça territorial, a partir das discussões de Harvey (1980), Soja (2010), Rawls (2008; 2012) e Lima (2012) – dentro da pesquisa em curso que objetiva tratar do acesso das pessoas trans (travesti, transexual, transgênero) ao sistema público de saúde. A sociedade brasileira apresenta um histórico de desigualdade quando o assunto é a oferta de serviços para as populações entendidas como minorias, tais como as pessoas que não se enquadram num sistema de identidade de gênero binário, ou seja, homem/mulher. A saúde é uma das condições básicas para o exercício da cidadania do ser humano e é extremamente relevante para a qualidade de vida do indivíduo em se meio social. Além disso, nossa Constituição garante o direito de acesso igualitário a setores indispensáveis para o desenvolvimento do ser humano. Sendo assim, o direito à saúde torna-se indispensável no âmbito dos direitos fundamentais básicos também para os grupos minoritários. Dentro desse princípio de equidade, as políticas públicas fundamentadas no princípio da equidade devem ser priorizadas. As políticas também necessitam atender, de maneira adequada, às necessidades dos indivíduos considerando as localidades nas quais estão inseridos. Isso parte da necessidade de garantir que um dos direitos do cidadão, em pleno exercício de sua cidadania, seja o acesso ao espaço da cidade. Para termos uma sociedade bem ordenada e democrática é preciso reconhecer os direitos dos seus indivíduos e buscar a distribuição equitativa dos bens básicos, visando a justiça como um valor essencial e primordial. É nesse contexto que nossa discussão se insere. O estudo será realizado no Programa Saúde da Família – Lapa (PSF - Lapa), bairro da região central do Rio de Janeiro, que desde o ano de 2003 foi criado um grupo de trabalho específico para atender as travestis que residem nesse bairro. Grande parte dessas pessoas são vítimas de violência (física, moral e psíquica), preconceito e não conseguem inserção no mercado de trabalho formal, o que as leva a se prostituírem, tornando-as vulneráveis às DSTs. Observaremos através de pesquisa empírica e entrevista com questionário semiestruturado o modo como as travestis cuidam da sua saúde e do espaço em que vivem. Ainda que de forma irregular, elas comparecem às consultas. Todavia, na maioria das vezes, procuram o PSF apenas quando tem uma queixa de saúde específica. As demandas mais recorrentes das travestis são: hormonioterapia, cirurgia de redesignação sexual e remoção de silicone industrial. O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes. Na primeira, apresentaremos as definições de Moral e Ética, com o objetivo de refletir sobre a utilidade prática dessas noções na construção de uma sociedade mais justa espacialmente, onde o direito à cidade seja garantido também a grupos minoritários, caso das pessoas trans visando a garantia do direito à cidade dessas pessoas. No segundo momento, apontaremos o caso empírico das pessoas trans que buscam no espaço geográfico o reconhecimento da diversidade para a distinção de demandas específicas, pois



somente essas pessoas podem dizer o que realmente vivenciam concretamente e desejam mudar na prática.

Bibliografia:

HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo. Hucitec, 1980.

LIMA, I. G. Entre a geopolítica do sentido e a justiça territorial: as inteligências cidadãs no Equador e no México. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. México, 2012.

RAWLS, Jonh. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1971]. A questão da equidade. In: Justiça: O que é fazer a coisa certa. Tradução: Heloísa Martins e Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SOJA, Edward W. Em busca de la justicia espacial. Tirant Humanidades, Valencia, 2014.

A luta pelo Estado: a ocupação do referido campo como importante estratégia de produção espacial e transformação social.

Madson José Nascimento Quaresma
Mauro Pantoja de Moraes

Neste artigo debateremos a importância da ocupação do Estado enquanto estratégia de organização social e produção de espaços efetivamente democráticos no território Nacional por parte dos Movimentos Sociais.

No século XXI, passamos a ver um refinamento nas estratégias de ação dos Movimentos Sociais que passaram a entender a multidimensionalidade dos processos que recaem sobre si e as múltiplas escalas que recortam os mesmos. Tal refinamento tem levado os Movimentos a ocupar espaços e rearticular campos importantes na construção de uma sociabilidade que antes não eram por eles alcançados, trazendo assim grandes conquistas em suas estratégias de resistências de suas lutas e até mesmo de avanços para além dos grupos que representam. Essas estratégias de ocupação de espaços obtiveram grandes modificações na organização das normas e práticas do Estado através do tensionamento deste campo de força que por nós é entendido, guardados os seus limites, como o campo institucional da política em um determinado território Nacional.

Para realizar o referido trabalho optamos metodologicamente por nos debruçar em direção da compreensão da formação e organização de dois agentes o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, onde analisaremos a sua construção histórica desde sua origem buscando dar historicidade ao seu processo de constituição enquanto uma unidade social e a partir daí compreender suas estratégias de organização em campo de forças para utilizar de políticas de escalas enquanto instrumento de resistência; e o Estado, especificamente o Estado Nacional Brasileiro que buscaremos compreender quais suas principais características que o compõem dentro de uma tridimensionalidade na sua forma, o Estado enquanto agente que ordena a composição dos fixos e fluxos do Território Nacional; o Estado enquanto campo, este necessita estar em disputa, pois cria a norma e a regulação que será ordenada na sua forma agente; Estado enquanto escala de ação que nos mostra nível de articulação da produção e/ou reprodução do Espaço deste Território Nacional na sua composição de necessidades internas e externas.

Ressalta-se que compreendemos, dentro da nossa perspectiva de análise, o Estado a partir dos elementos que irão o compor e da atuação dos diferentes agentes na sua composição, que o mesmo precisa ser encarado sob três possíveis formas, seguindo a perspectiva Miltoniana sobre o período atual que vivemos na globalização, o Estado enquanto fábula ou como nos fazem crer, como as pessoas veem a forma fenomênica que ele se apresenta como o detentor dos interesses de toda a sociedade; o Estado como perversidade que oculta e invisibiliza grupos sociais em detrimento de interesses de interesses econômicos; e o Estado enquanto possibilidade, aquele que desvela as prioridades do Estado, mostra suas imperfeições e o quanto este não busca

efetivamente a justiça social, mas que apesar disso, os seus instrumentos a partir da ocupação deste campo por Movimentos Sociais e grupos progressistas podem possibilitar horizontes de efetivo desenvolvimento social.

O referido trabalho não pretende afirmar que o Estado é o único campo de atuação e de mobilização que as pessoas podem ter para vislumbrar mudanças na vida da sociedade, contudo, pretende mostrar o quanto este campo é importante para os que buscam Justiça Social e os riscos que existem quando o negligenciamos.

Bibliografia:

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MOREIRA, Ruy. "O espaço e o contra-espaço". In: SANTOS, Milton [et. al.]. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: O que pode o poder local? Cadernos IPPUR/UFRJ, 2002.

A natureza territorial da representação parlamentar: o exemplo do município de Nilópolis/RJ

Gilberto Polastreli Rodolfo

A consecução de um emblemático território político encontra no município de Nilópolis/RJ um paradigmático exemplo. Com base no alicerce teórico de controle, domínio e influência de um agente sobre um grupo social num dado espaço (SACK, 1986), buscou-se desenvolver a temática em tela através da análise de dois expedientes legislativos na câmara municipal de Nilópolis/RJ: as leis e as indicações.

Ficou comprovado que, à despeito das leis serem instrumentos de base regulatória, no município em pauta tais ordenamentos constituem-se explicitamente em ordens meramente distributivistas, afirmando-se em mais uma forma de clientelismo político praticado sobretudo pelo clã familiar Abraão David. Baseado na concepção do supracitado autor de que a territorialidade não diz respeito somente a ações exclusivamente territoriais, a constituição de instrumentos jurídicos diversos (ações não-territoriais), dentre os quais a concessão do título de “utilidade pública” (conferida ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, que a isenta de vários impostos municipais), subvenção à empresas privadas e acordos de cooperação técnica com entidades ligadas e/ou presididas por grupos políticos hegemônicos do município são reveladoras de interesses de grupos específicos. Tais instrumentos jurídicos seriam de acordo com Sack (1986) uma ação não-territorial, usada imprescindivelmente para sustentar uma territorialidade, concebida como uma estratégia que estabelece um controle sobre uma área, grupos específicos e suas relações.

Já o expediente legislativo das indicações possui um prisma essencialmente distributivo, que se caracteriza pelo atendimento urgente, concentrados e exclusivistas, tanto social quanto territorial, e na maioria das vezes de caráter apenas paliativo. As indicações, até pela sua própria natureza de prescindir da sanção do executivo municipal por não ter grandes dispêndios financeiros, não acarretam custos diretamente aos grupos não contemplados, mas reforçam os territórios políticos mediante a influência, controle e domínio dos representantes políticos.

Se por um lado as indicações são ações representativas fruto do contato direto entre o cidadão e seu representante, por outro, torna-se um exemplo acabado de clientelismo político. Ações variadas como limpeza de bueiros e ralos (nº 147, 11 de março de 2009); operação “tapa-buraco” (nº 148, 11 de março de 2009); colocação de placas de sinalização para coibir o estacionamento proibido a fim de desobstruir as calçadas de moradores (nº 169, 17 de março de 2009); colocação de quebra-molas (nº 230, 18 de março de 2009); troca de iluminação (nº 424, 07 de junho de 2009); corte de árvore (nº 491, 05 de agosto de 2009); pavimentação em asfalto (nº 428, 03 de agosto de 2010); pintura de meio-fio (nº 496, 21 de junho de 2011); calçamento de rua (nº 502, 06 de setembro de 2011); desobstrução de bueiros (nº 22, 28 de fevereiro de 2012); são alguns dos exemplos das ações parlamentares que se

caracterizam no atendimento de pedidos de caráter concentrado e exclusivista, quase pessoal, sendo provenientes de suas bases eleitorais e exigem dos parlamentares a rapidez e perspicácia para driblar a burocracia administrativa e legislativa a fim de dar resposta as solicitações que, no dizer de Bezerra (apud MAGDALENO, 2010) “fazem do parlamentar um mero despachante”.

A metodologia empregada na presente pesquisa consistiu em pesquisas de campo a partir de inúmeras visitas ao arquivo de documentação da Câmara Municipal do supracitado município. É imperioso ressaltar para fins de metodologia de pesquisa que a escolha do município de Nilópolis para a análise da atuação parlamentar mediante os expedientes legislativos das leis e indicações respeitou duas importantes premissas: é um município com forte histórico de clientelismo e coronelismo político exercido, sobretudo, pelo clã Abrão David; e por ser uma das unidades municipais da Baixada Fluminense mais sobrerrepresentativas e a de mais elevada densidade parlamentar.

Tal procedimento favoreceu a sistematização dos tipos de proposições parlamentares existentes, a evolução do número de indicações e leis na legislatura 2009/2012, além da tabulação de todas as 107 leis aprovadas pelo plenário da Câmara Municipal de Nilópolis na legislatura 2009/2012.

Ademais, as informações e dados da Câmara Municipal de Nilópolis, neste caso as leis aprovadas em plenário, permitiram uma qualificação institucional destes ordenamentos regulatórios. De acordo com a natureza das 107 leis aprovadas na legislatura 2009/2012, elas foram enquadradas nas 21 secretarias de governo afins. A partir de tal procedimento se permitiu questionar o funcionamento do aparelho burocrático-administrativo do município em questão.

Isto posto, o trabalho almeja trazer a eminência de que a representação política é inquestionavelmente territorial, encarnando a relação simbólica entre política e espaço (CASTRO, 2013).

Bibliografia:

CASTRO, Iná Elias de. Do espaço político ao capital social. O problema da sobrerrepresentação legislativa nos municípios pequenos. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 56-72, mai./ago. 2007.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições* – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CASTRO, Iná Elias de. A democracia como um problema para a geografia: o fundamento territorial da política. In: CASTRO, I. E.; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (orgs) *Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea*. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

MAGDALENO, Fabiano Soares. A territorialidade da representação política: vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses. São Paulo: Annablume, 2010.

SACK, R. The human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

A participação na construção de espaços políticos pelos umbandistas no município do Rio de Janeiro: visibilidade, reconhecimento e representatividade política

Marcelo Alonso Morais

No Município do Rio de Janeiro, a crescente intolerância religiosa, a dificuldade de acesso aos espaços públicos e de manutenção dos espaços privados, além da necessidade de adaptação das religiões à Constituição Brasileira, vem levando grupos umbandistas a participar e/ou construir espaços políticos e, conseqüentemente, agendas públicas que levem em conta as demandas materiais e imateriais das populações envolvidas, criando, assim, condições espaciais que possibilitem visibilidade e efetividade de decisões num contexto democrático. A partir de levantamento bibliográfico, entrevistas e observação participativa, o artigo procura trazer à baila uma reflexão sobre como os espaços políticos fazem parte das estratégias dos grupos umbandistas no exercício da cidadania na cidade do Rio de Janeiro.

Bibliografia:

- CASTRO, I. E. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CASTRO, I. E. Os espaços políticos da democracia. Uma contribuição da geografia política ao debate e à análise do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/GEOPPOL, inédito, 2017.
- CASTRO, I. E.; RODRIGUES, J. e RIBEIRO, R. W. Espaços de democracia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SANGUIN, A.L. A Evolução da Geografia Política desde os anos 1990: uma perspectiva internacional. In: SILVA, A. C. P. (Org.). Geografia Política, geopolítica e gestão do território: racionalidades para a pesquisa em múltiplas escalas: contribuições do I CONGEO para a pesquisa geográfica no Brasil. Rio de Janeiro: Gamma, 2016.
- SILVA, A. C. P. Gestão Territorial em Regiões Metropolitanas: agendas necessárias para uma governança cooperativa e coparticipativa – o exemplo do Rio de Janeiro. In: SILVA, A. C. P. (Org.). Geografia Política, geopolítica e gestão do território: racionalidades para a pesquisa em múltiplas escalas: contribuições do I CONGEO para a pesquisa geográfica no Brasil. Rio de Janeiro: Gamma, 2016.

A presença indígena nas cidades da Amazônia: identidade étnica e produção do espaço urbano

Tatiane Costa Malheiro

A reflexão sobre a questão étnica na produção do urbano amazônico, especificamente no que se refere a presença indígena na produção e reprodução das cidades dessa região, é aqui analisada tomando como ponto de partida uma problemática espacial, fundada na diversidade histórica e na coexistência de temporalidades distintas, que tem suas bases numa compreensão ontológica do espaço, como produto de inter-relações, como esfera da coexistência da multiplicidade e ainda, como num estado de transformação contínua e inacabada por constante refazer da história, ou seja um processo de devir (MASSEY, 2005).

Com base nisso, defendemos que na Amazônia o urbano e a etnicidade indígena se constituíram de forma mútua num contato historicamente construído por uma interdependência, que adquiriu diferentes significados ao longo da história. Tal relação reproduziu-se historicamente numa situação de fronteira (MARTINS, 2009), através do contato interétnico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972) entre o índio e os processos de urbanização, no qual tanto a cidade se constituiu como tal a partir da presença e do trabalho indígena, como o indígena seja de forma individual, seja numa organização familiar ou em grupos étnicos, experienciaram a vida urbana e junto com a reprodução desta, reconfiguraram suas identidades e suas práticas sócio espaciais. Seja num movimento de negação da identidade indígena ou de reconhecimento da mesma, dependendo do contexto e das situações históricas em que o contato com os processos de urbanização lhes foram impostos.

Nesse sentido, adentramos numa reflexão sobre a etnicidade indígena na produção do urbano amazônico, seja na sua relação com o processo histórico e geográfico de formação dos núcleos urbanos, seja na dinâmica e nas formas de uso que esses sujeitos sociais fazem das cidades amazônicas.

A análise da reprodução sócio espacial de indígena nas cidades, tem como ponto de partida uma crítica a ideia de confinamento territorial, que explica-se a partir da imposição de uma lógica espacial por parte do Estado e do capital, através de processos de territorialização condicionados por políticas indigenistas (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016), que provocam uma compressão dos territórios tradicionalmente ocupados e o confinamento em reservas, o que se reflete tanto nas políticas indigenistas, que limitam sua abrangência aos sujeitos residentes em áreas definidas como terras indígenas, como nas pesquisas e reflexões sobre povos indígenas no Brasil, que em sua maioria apresentam-se restritas a reservas indígenas e suas questões territoriais, provocando da mesma forma, um confinamento analítico.

Entendemos que pensar os indígenas que vivem nas cidades de que a partir do entendimento de que a cultura não é um pressuposto de determinado grupo étnico e sim um produto dele (BARTH, 2000), sendo assim, “algo essencialmente dinâmico” e

“perpetuamente reelaborado” em constante construção por seus sujeitos, e essa construção não pode se basear na imposição de um modelo de identidade e de “indianidade”. Para assim, desconstruir a associação da cidade como o lugar de negação da identidade indígena e do esvaziamento dos seus direitos, e reafirmá-la, como o local de construção política.

Bibliografia:

D. MASSEY, *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MARTINS, J. S. *A Fronteira: a degradação do outro no confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *A sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972)

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LAST, T. (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

OLIVEIRA, J. P. D. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

A qualidade da participação política na gestão pública de Niterói: o conselho municipal de educação como espaço político

Rosane Cristina Feu

Essa pesquisa iniciou-se em 2018 como investigação proposta para o desenvolvimento da Tese do Curso de Doutorado do PPGG/UFRJ, e pretende investigar a estrutura, as práticas e as relações estabelecidas pelo Conselho Municipal de Educação de Niterói, no sentido de caracterizá-lo e qualificá-lo como espaço político. Os conselhos municipais de gestão apresentam-se como um novo arranjo político-institucional organizado no esteio das mudanças advindas da descentralização da gestão pública brasileira, que acompanhou o processo de redemocratização do país. A formulação desses conselhos buscava, em parte, responder às críticas acerca dos limites e das distorções da democracia representativa, em uma tentativa de incorporar instrumentos de democracia direta. O processo de descentralização da gestão pública, ao conferir maior autonomia aos municípios, além de constituir a passagem de atribuições e prestação de serviços entre entes federados, também configurou um novo modelo de governança e novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade, pautados na participação e na produção de uma gestão territorial de proximidade (CARVALHO, 2006). O desenho desse arranjo político-institucional incorporou: - a transição do caráter setorial para o territorial na formulação e implementação das políticas públicas; - a mudança na escala territorial de decisão e de ação governamental, reconhecendo no município o lócus privilegiado da ação pública; - e a participação social, através dos conselhos, como fator decisivo para a democratização das políticas públicas. Esses fatores aumentaram a complexidade dos espaços políticos de decisão (RODRIGUES, 2014). Não obstante o status assumido pelo município como lócus mais adequado para o fortalecimento da participação do cidadão, muitos trabalhos apontam que o local é também o espaço em que se verificam mais comumente as relações de clientelismo. Assim, ou o município é o espaço em que os vínculos horizontais podem ser fortalecidos e o capital social desenvolvido, ou é o espaço em que ocorrerá o desenvolvimento, ou permanência, de domínio político e práticas clientelistas em detrimento do público (CASTRO, 2005). Para explicar as razões relacionadas à diferença entre uma prática e a outra, destacam-se, nessa pesquisa, concepções que consideram o papel das instituições, promotoras de determinados comportamentos políticos, que estão ancoradas nesses territórios. Essa investigação precisa considerar a complexidade dos espaços políticos e do arranjo institucional em que os mesmos estão inseridos, cujas variáveis (características, finalidades, quantidade) verificadas de forma distinta no espaço e no tempo, podem ser promotoras de espaços de mudança, ou de espaços de resistência, capazes de fazer com que os novos instrumentos, pensados para a transformação das relações entre o Estado e a sociedade, sejam absorvidos pelo arcabouço burocrático, servindo apenas para legitimar as ações do governo. O Conselho Municipal de Educação se insere, obrigatoriamente por lei, em um campo de decisões locais que permanecem monitoradas pelo governo federal, devido à transferência de valores para a execução

de programas e políticas, cuja execução são de responsabilidade municipal, mas cuja formulação permanece fortemente marcada pelo governo federal. Na qualificação do conselho como espaço político é essencial analisar as práticas de participação política possibilitadas pelo mesmo, considerando as relações de poder locais estabelecidas ou modificadas, e a inserção do conselho no ordenamento político-territorial do sistema federativo brasileiro. Para responder as principais questões elaboradas nessa pesquisa, relacionadas à caracterização do Conselho Municipal de Educação de Niterói (CMEN) como espaço político, e à avaliação da qualidade da participação política exercida pelos cidadãos dentro do conselho, pretende-se: - observar e registrar diretamente as reuniões ordinárias e extraordinárias do CMEN; - analisar a proposição das pautas das reuniões do CMEN quanto ao conteúdo e aos autores; - entrevistar conselheiros a fim de definir perfis de interesse, por suas capacitações técnico-científicas e filiações políticas; - avaliar atas e documentos produzidos a partir das deliberações do CMEN, tanto no que se refere a medidas político-administrativas, quanto político-pedagógicas. Pretende-se ainda investigar o papel do conselho como instituição fomentadora de novas práticas de participação política e de controle social sobre as políticas públicas, avaliando-se documentos e relatórios da Conferência Municipal de Educação realizada no ano de 2016 para elaboração do Plano Municipal de Educação, na qual houve papel preponderante do CMEN, comparando-os às versões resultantes das votações da Câmara de Vereadores e da sanção do prefeito, com a finalidade de analisar a autonomia do CMEN e o espaço da participação política, expressa na conferência, para a definição da principal diretriz da política municipal para educação.

Bibliografia:

ARRETCHE, Martha. "Mitos da Descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?" Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 31, 1996.

AZEVEDO, Daniel Abreu de. A democracia participativa como sofisma: uma interpretação geográfica da democracia. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRJ. Rio de Janeiro – RJ.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. "Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. Um modo singular de produzir política." Serviço Social e Sociedade, nº 87, 2006.

CASTRO, Iná Elias. Geografia e política: territórios, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

RODRIGUES, Juliana Nunes. "Políticas públicas e geografia: reto-mada de um debate." GEOSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

A Quinta da Boa Vista, RJ, como um espaço público-político

Taiany Braga Marfetan

O presente artigo apresenta a utilização da Quinta da Boa Vista, importante parque público municipal da cidade do Rio de Janeiro, e suas diferentes formas de utilização. Para tanto, uma pesquisa de campo e entrevistas no local, ao longo dos anos de 2015 e 2016 foram feitas, com o objetivo de compreender as diversas manifestações de uso do espaço e também seus potenciais políticos manifestos a partir dessa utilização. Visa alargar, dessa maneira, o campo de discussão e análise da utilização dos espaços públicos como locais potentes de ação e fortalecimento da construção coletiva e cotidiana da política. O espaço público foi pensado como local primordial para a análise sobre as maneiras de ser e estar no espaço urbano, assim como nas formas de intervenção social na cidade, uma vez que neste local é possível visualizar a complexidade social e também refletir sobre suas possibilidades de uso, intervenção e de ação política. A Quinta da Boa Vista foi escolhida como o recorte espacial para a presente análise, uma vez que é muito utilizada por cidadãos de diferentes grupos sociais da cidade do Rio de Janeiro e do seu entorno. O espaço é caracterizado como um parque público municipal e é tombada pelo IPHAN, tendo grande valia histórica para a cidade, já que foi, ao longo do século XIX, a moradia da Família Imperial Brasileira, no Palácio Imperial, localizado na região central do parque, hoje a sede do Museu Nacional. Além disso, no interior da Quinta da Boa Vista temos o Zoológico da cidade do Rio de Janeiro, assim como um circo, quadras de esporte, um restaurante, quiosques e uma extensa área verde, que atrai grande quantidade e variedade de pessoas a frequentar o local. É, ainda, bem dotado de transportes públicos, com saídas do trem e metrô, além de ônibus, vindos das mais diversas partes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que facilita a sua utilização por grupos sociais dos mais diversos locais da cidade e também de cidades situadas no seu entorno, com destaque para a Baixada Fluminense, onde terminam as linhas urbanas de trem e metrô. O bairro no qual a Quinta da Boa Vista está situada, São Cristóvão, é próximo do centro da cidade do Rio de Janeiro, exercendo posição de destaque em sua dinâmica urbana. Assim, através do exemplo da Quinta da Boa Vista, analise momentos e eventos em que a política é posta à baila no espaço público, local dotado de visibilidade, que facilita a copresença de indivíduos, fortalecendo assim a construção da cidadania e da democracia. O artigo, ao longo da análise, apresenta a conjugação de experiências de ocupação do parque não somente para os costumeiros lazeres, sobretudo nos finais de semana, mas também como um espaço que fortalece a visibilidade da ação política, que pode, inclusive, ser aliada ao lazer e à arte, como forma de manifestação do direito à cidade, em suas diversas maneiras de expressão através da materialização de atividades no espaço público. Portanto, objetiva a compreensão da importância da ocupação do parque como espaço público de destaque na vida cotidiana dos cidadãos do Rio de Janeiro e entorno, e sua potência na construção da política através das formas de atuação social inseridas na dinâmica de uso do espaço.

Bibliografia:

CAMURÇA, Sílvia. Considerações sobre um novo contrato social: os sujeitos e o espaço de sua construção. In: GOMIDE, Denise (org.). Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos. São Paulo: ABONG, 2003.

CASTRO, Iná Elias de . O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (orgs.). Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GOMES, Paulo César da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

INNERARITY, Daniel. O novo espaço público. Lisboa: Editorial Teorema, 2006.

PARKINSON, John. R. Democracy and public spaces. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.

A rede política em suas abordagens com o território: um estudo sobre a Madeira em Guarapuava – PR.

Patricia dos Santos

A atual conjuntura mundial, dotada de dinâmicas cada vez mais complexas para as análises sobre o território indica a necessidade de estudos que se remetem às relações entre seus atores a partir de determinados elementos, a exemplo as redes. Os estudos sobre rede possuem particularidades e especificidades, posto serem estas agregadoras de diversas possibilidades de análises, inclusive como rede política. Para tanto, este trabalho apresenta como objetivo compreender o dinamismo das interações políticas e econômicas apresentados na rede política da madeira em Guarapuava-Pr. Metodologicamente o estudo realizou uma breve discussão sobre os estudos de rede e como essas, em suas diversidades, poderiam ser constituídas, especialmente para à cadeia produtiva da madeira, foram utilizados, assim, os dados e informações resultantes da aplicação de questionários com os atores identificados na Cadeia Produtiva da Madeira, em Guarapuava, permitindo estabelecer a criação da própria rede política. Diante do território e de determinar o seu controle, os atores constroem redes para estabelecer ligações, de ordem econômica, políticas ou culturais. O que se tem de consenso é que a rede envolve informações em grandes proporções, marcada essencialmente pelo processo de globalização, especialmente nos últimos anos, diante da intensidade e rapidez das mudanças que tem se tornado cada vez mais complexas. (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Uma definição de rede que a nós importa é a apresentada por Dias (1995), posto ser abordada como um instrumento que viabiliza a circulação e a comunicação, considerada também por Raffestin (1993), um instrumento de poder. Segundo Sposito (2004), a rede não ocorre por acaso, mas são o resultado das ações de seus atores, sendo sua forma qualitativa muito mais importante que sua forma quantitativa. Segundo Haesbaert (2004) é importante, ainda, entender que território e rede não são dicotômicos, sendo que a rede se apresenta como um elemento que constitui o território. No caso da madeira, a rede é um elemento deste território que se apresenta como maior, ou seja, a rede política é uma análise específica na cadeia produtiva da madeira que compreende um território. As empresas, de acordo com suas relações de interesse, determinam as ações para configurar a rede desta ou daquela forma. Neste caso, por se apresentar empresas voltadas a práticas de exportação, a rede política configura-se como o próprio território das atividades madeireiras, já que as empresas que determinam a cadeia produtiva, em Guarapuava, são as mais competitivas no cenário internacional. A rede política aqui proposta, então, compreende um conjunto de relacionamentos não hierárquicos entre atores, sendo que estes compartilham interesses de tipo político-econômicos, com troca de recursos para atingir seus objetivos. Um dos elementos pertinentes à análise de abordagens através de rede, é que esta possibilita entender um conjunto de inúmeras variáveis da realidade social, distinguindo os atores, bem como suas ações. Se a rede é percebida como uma construção social, Silva (2009) corrobora na análise demonstrando suas relações como assimétricas, uma vez que ocorrem conflitos e tensões entre grupos e atores



estabelecendo, formas de organização no espaço. Portanto, é na relação entre política e território que se estabelece a chamada rede política. Neste caso procuramos mostrar que há uma rede política da cadeia produtiva da madeira do ponto de vista de que não são as ligações entre os atores os elementos para considerá-la uma rede, mas sim os pontos e nós estabelecidos pelos seus atores.

Bibliografia:

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná. E. de; GOMES, Paulo. C. da; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-67.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo, 1993.

RIBAS, A. J. F. A Cadeia Produtiva da Madeira no município de Guarapuava. 2009. 88p. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento econômico) UFPR – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

SANTOS, M. A. e SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato & GOMES, Paulo Cesar da Costa (Orgs.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

A Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, RJ: problematizando um território e seu espaço político

Daniela Lemos Viana

A Reserva Extrativista é uma modalidade nascida da luta pela reforma agrária terrestre liderada pelos seringueiros da Amazônia brasileira. Porém, o emprego de reservas extrativistas foi acionado por outros grupos sociais, tais como ribeirinhos, castanheiros e pescadores artesanais que ocuparam, conseqüentemente, outros biomas e seus diversos ecossistemas (ALLEGRETTI, 2008, p. 46).

Estes grupos mobilizaram o conceito de território para garantir o acesso a áreas que permitiriam a manutenção de uma forma de vida denominada tradicional. A escolha desta palavra pelos indivíduos é instigante se utilizarmos um dos conceitos de território da Geografia, que o descreve como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.” (SOUZA, 2014, p. 78).

Considerando esta definição, caso a área das RESEXs seja realmente um território, poderá ela então ser palco de disputas, de domínios e de influências. Porém, ao acionarem a palavra território, estes grupos buscavam legitimar a criação de reservas que atenderiam a seus interesses e, por este motivo, o território possuiria uma intenção específica. Contudo, a convivência com os pescadores artesanais de Arraial do Cabo evidencia disputas internas ao território.

A RESEX-Mar Arraial do Cabo está localizada no município de Arraial do Cabo, na Região dos Lagos no Estado do Rio de Janeiro. Seu perímetro engloba completamente a orla do município de Arraial do Cabo. Esta característica, ao ligar-se ao uso intenso da Região dos Lagos fluminense como destino turístico, a destaca de outras RESEX-Mar pelas disputas internas por seu uso.

Os interesses e conflitos locais entre e dentre os representantes da pesca artesanal, das associações de turismo e das escalas federativas auxiliam na discussão sobre o uso do território, desmascarando o uso homogeneizador do conceito. Assim, o objetivo deste trabalho requer mobilizar o conceito de espaço político, que se origina do convívio entre os livres e diferentes para a formação das normas de convívio (CASTRO, 2004, pg. 143).

A formação de um território é a tentativa de estabelecer diferenças entre aqueles que integram e não integram um determinado espaço, enquanto em um espaço político as divergências tornam necessária a gestão dos interesses de grupos e/ou indivíduos. Nesta pesquisa tivemos a intenção de refletir sobre os conceitos de território e espaço político, utilizando como objeto empírico as relações e intenções observadas nas reuniões do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha (RESEX-Mar) do Arraial do Cabo.

Este trabalho não tem como foco a conservação ambiental, mas como os atores se mobilizam para assegurarem seus interesses dentro de um território que apresenta

diversidade, mesmo havendo sido delimitado para atender um grupo específico. Inicialmente relataremos os passos para a formação das Reserva Extrativistas, que nasceu como uma política pública voltada a atender os seringueiros do Acre. Para delimitarmos nosso objeto, focaremos em um segundo momento nas particularidades de Arraial do Cabo, seus atores e agentes sociais, uma vez que as relações entre estes será o objeto de estudo. Em sequência, apresentaremos os dados coletados e as análises sobre estas relações, que se conectam as decisões sobre o uso da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo.

Apesar da institucionalização da RESEX-Mar do Arraial do Cabo como um território voltado a atender um grupo social – o de pescadores tradicionais –, e as suas exigências sobre um ambiente físico específico, a reserva é atravessada pelas intencionalidades que emanam entre os indivíduos e da dinâmica da cidade de Arraial do Cabo.

No Brasil, os trabalhos sobre Reservas Extrativistas concentram-se em aspectos relacionados às disciplinas de Biologia e Antropologia. Todavia, acreditamos que a Geografia possui um diálogo importante com as políticas públicas que delimitam territórios. Assim sendo, discutimos os acordos e conflitos dentro de uma das modalidades de território estabelecida pelos grupos sociais com aval e apoio do governo brasileiro. A partir dos dados qualitativos coletados durante os trabalhos de campo esperamos contribuir ao estudo das relações entre território e espaço político.

Bibliografia:

CASTRO, I. E. Espaço Político: limites e possibilidades do conceito. In: Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E. (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 43-69.

CASTRO, I. E. Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da Cidadania. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 7-28, jul./dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13575/12448>>.

LOBÃO, R. J. S. Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. 2006. 314 p. Tese – Universidade de Brasília. p. 74-97. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp001041.pdf>>.

LOBÃO, R. J. S. Reservas Extrativistas Marinhas: uma reforma agrária no mar? Uma discussão sobre o processo de construção da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ. 2000, Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Niterói.

SOUZA, M. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p. 77-116.

A ressignificação política do território à luz do novo constitucionalismo latino-americano: (im)possibilidades a partir da experiência equatoriana

Luiz Fernando Ribeiro de Sales
Rubens de Toledo Junior

O conceito de território poder assumir diversos significados, a depender da ótica e léxico científico ao que se pretende analisa-lo, não sendo, portanto, um termo exclusivo da geografia, na medida em que é possível a construção de interfaces entre esta, a geografia, e outros ramos do saber. Apesar dessa pluralidade de concepções e significados, o termo é historicamente apropriado com mais notoriedade pelas ciências políticas e jurídicas, que o instrumentaliza num processo que culmina na formação do Estado Moderno como ente político, passando, assim, a compreendê-lo como elemento constitutivo e indispensável ao Estado, que sobre esse passa a exercer sua soberania, por expressão do Direito. Sob essa perspectiva, o território é a área de atuação do Estado de Direito que detém o poder para determinar as regras da vida social, desconsiderando-se, dentre outros, a coexistência de polos de poder, ainda que efetivamente existam no âmago das sociedades; a formação plural dos povos etc., tudo isso como produto resultante da adoção pelo Direito de uma lógica filosófica liberal-racionalista, tendente a conceber o humano como abstrato, pugnando por uma igualdade universal na esfera do político, não contemplando a coletividade territorialmente considerada, o que resulta na diluição da parte diante o todo que compõe. Contrapondo-se a relação história entre o Direito, Estado e Território, surge o Novo Constitucionalismo Latino-Americano que nasce entre o final do século XX e início do século XXI, no sul do continente americano, especificamente na Colômbia (1991), Venezuela (1999), Equador (2008) e Bolívia (2009), como resultado de intensa luta popular com o desiderato de romper o secular paradigma colonial de pensamento que se instalou no continente desde os tempos das expedições luso-hispânicas, principalmente o monismo jurídico. Nesse sentido, trata-se de uma nova fase do direito constitucional em que se prioriza a participação popular no controle e atuação do Estado, com reconhecimento expresso do pluralismo jurídico, o que implica no reconhecimento de outras instâncias de poder no bojo do próprio Estado, com reflexo direto em sua estrutura institucional. Assim, as Constituições que surgem nessa época apresentam como pilares centrais, primeiramente, a soberania popular, que passa a ser melhor prestigiada ao incorporar modelos de participação popular que transcendem o tradicional sistema representativo, tais como mecanismos de democracia participativa e comunitária, dando maior legitimidade às decisões estatais, na medida em que o povo é convidado a opinar sobre aspectos relevantes da pauta estatal, concretizada, por exemplo, na participação direta do povo no processo de reforma constitucional, na revogação de mandatos eleitorais, na legitimidade popular para acionar a jurisdição constitucional etc.; bem como, e não menos importante, o reconhecimento do pluralismo cultural e jurídico, efetivado por meio do reconhecimento da autonomia dos territórios indígenas sob à ótica jurídica, conferindo nova dinâmica ao Estado, que deixa de nacional, para tornar-se plurinacional, com todas as consequências que isso implica. Esse novo cenário

político-constitucional possibilita nova significação ao território politicamente compreendido, porquanto rompe com o entendimento predominante de concepção deste como elemento estático do Estado, para abarcar toda a sua dinâmica e vivacidade no contexto sócio-político. Dessa forma, esse trabalho objetiva expor de que maneira e em que proporção o Novo Constitucionalismo Latino-Americano, precipuamente a experiência no Equador, com a Constituição de 2008, como produto do Direito, possibilita uma nova ressignificação política do território em toda a sua complexidade. A pesquisa está em fase de desenvolvimento e adota como metodologia a revisão bibliográfica e análise de documentos, notadamente o marco constitucional do país supracitado.

Bibliografia:

DALMAU, Rúben. M; VICIANO PASTOR, Roberto. Fundamento teórico del nuevo constitucionalismo latinoamericano. In: VICIANO PASTOR, Roberto (Editor). Estudios sobre el nuevo constitucionalismo latinoamericano. Valencia: Tirant lo Blanch, 2012. p. 11-49.

WOLKMER, Antônio Carlos; MELO, Milena Petters (Org.). Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas. Curitiba: Juruá, 2013.

FAJARDO, Raquel Zonia.Y. El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización. 2010. Disponível em: [http://www.mpfm.gob.pe/escuela/contenido/actividades/docs/4939_4_ryf_constitucionalismo_pluralista_2010\[1\].pdf](http://www.mpfm.gob.pe/escuela/contenido/actividades/docs/4939_4_ryf_constitucionalismo_pluralista_2010[1].pdf). Acesso em: 25 abr. 2017.

BRANDÃO, Pedro. O novo constitucionalismo pluralista latino-americano. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

ANTAS JR, Ricardo Mendes. Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

A revisitação da noção legal de território quilombola no Brasil contemporâneo: a justiça territorial como uma contribuição da geografia às políticas públicas?

Rafaela Pinheiro de Almeida Neves

O presente trabalho busca trazer para o debate uma pesquisa de doutorado que se encontra em estágio inicial, a qual se propõe a revisitar a noção legal de território quilombola no Brasil contemporâneo (pós Constituição de 1988) à luz do debate geográfico conceitual de território e de territorialidade, visando contribuir com a formulação de políticas públicas capazes de promover os princípios de justiça social às unidades territoriais quilombolas, cujas variáveis fundamentais são a necessidade e a contribuição do bem comum, entendidos como justiça territorial (LIMA, 2015, p. 61). Os marcos institucionais-legais sobre a demarcação das fronteiras dos territórios quilombolas brasileiros trazem à baila a necessidade de se pensar um método capaz de concatenar tais territórios às suas territorialidades.

Entende-se que da mesma forma que os esforços antropológicos foram fundamentais para que a noção de remanescentes de quilombo presente na Constituição Federal de 1988 fosse reinterpretada, resultando diretamente no quantitativo de comunidades quilombolas identificadas em todo território nacional. A ciência geográfica pode contribuir decisivamente nas diretrizes e procedimentos para o reconhecimento territorial das comunidades quilombolas, assim como na correção da ausência simétrica entre as territorialidades quilombolas e a demarcação dos territórios correspondentes. Busca-se, portanto, trazer para o debate o questionamento de que se o território é algo tão central para a geografia, por que a geografia não é tão central nos laudos antropológicos e na formulação de políticas públicas quilombolas voltadas para a demarcação das fronteiras dos territórios quilombolas? De que forma o conhecimento geográfico pode influenciar na reinterpretação da noção de território quilombola presente nos marcos institucionais-legais do Brasil contemporâneo?

A partir da resignificação dos antropólogos entende-se pelo termo remanescentes de quilombo uma: forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações. O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser lembrado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional: afro-descendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas (LEITE, 2000, p. 335).

O termo, então, assume um viés mais amplo da antiga definição do Conselho Ultramarino Português de 1740 toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles, que foi fundamental para o avanço da operacionalização dos marcos institucionais-legais no que tange aos quilombolas. Discutir, portanto, a questão quilombola no Brasil é também levar em consideração o panorama atual entre o quantitativo de comunidades quilombolas identificadas no território nacional e o

número destas que possuem a emissão de títulos de seus territórios. Trata-se de uma relação desproporcional e assimétrica, das, um pouco mais de, 2600 comunidades quilombolas brasileiras, apenas 220 possui a emissão de título de território. Levantar essa questão significa também corporificar o debate de como equacioná-la.

O caminho investigo escolhido envolve três procedimentos correlatos e congruentes, a saber: i) Pesquisa Teórica com abordagem qualitativa preocupada com a centralidade da geografia no debate sobre a noção legal de território quilombola no Brasil Contemporâneo; ii) Pesquisa Bibliográfica com a seleção, leitura e análise da produção bibliográfica publicada em meios escritos e eletrônicos que versem sobre as seguintes temáticas: a) comunidades quilombolas brasileiras; b) território; c) territorialidade; d) justiça territorial; e) políticas públicas; f) legislação brasileira quilombola - Constituição Federal de 1988, Leis e Decretos - que compreende o momento de coleta dos dados primários a serem levantados, classificados e analisados; iii) Pesquisa Documental que será centrado no levantamento, classificação e análise de documentos ou fontes secundárias especialmente a partir dos seguintes órgãos: a) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; b) Fundação Cultural Palmares; c) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; d) Secretaria de Patrimônio da União; e) Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

Bibliografia:

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. Territórios alternativos. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de. Et. al (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Regularização de Território Quilombola: perguntas e respostas. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola>.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. Rev. Etnográfica, Vol. IV (2), p. 333 – 354, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

A segregação socioespacial nos espaços de lazer em Belém/PA

Izabel Nahum Dias
Pablo Renan de Souza Loureiro

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a segregação socioespacial que ocorre em determinados pontos de lazer da cidade de Belém do Pará, fazendo uma análise de características imateriais e materiais desses espaços como geradores do processo de justaposição social. Neste sentido, a segregação é trabalhada como forma de desigualdade, sendo resultado dos processos de segmentação social que acarretam no avanço da periferização e da exclusão social.

Os espaços públicos de lazer são caracterizados como “espaços que dentro do território urbano tradicional são de uso comum e posse coletiva, pertencendo ao poder público” (SERPA, 2004). No entanto, em Belém, observa-se um processo de elitização dos referidos espaços, que implicam na seleção de um público alvo, eleito de acordo com os padrões capitalistas de consumo, e que acabam por enaltecer a porção da sociedade com maior poder aquisitivo, excluindo assim a multidão desabastecida de recursos financeiros.

Tal segregação difunde-se de forma despercebida pela maioria das pessoas, uma vez que estes espaços são acessíveis fisicamente a todos, gerando uma concepção ilusória de “espaço público”, quando na verdade intercorre um processo de privatização desses espaços, ocasionada pelos altos preços de produtos e serviços ofertados no local.

Partindo de uma análise contextual percebe-se que o comportamento social gerador da segregação não é fruto da contemporaneidade de Belém, e sim um fator histórico, sendo utilizado no presente trabalho, uma contextualização com o período da exploração da borracha na Amazônia, visto que este período foi muito relevante no que diz respeito a urbanização da cidade de Belém e na construção de espaços de lazer. Atualmente, o que ocorre é a mercantilização desses espaços públicos, gerada muitas vezes pelo capital privado com o apoio do estado. Tal processo acaba por evidenciar as disparidades existentes entre as classes sociais e as diferentes formas de apropriação do espaço público em um âmbito capitalista.

Corrêa (2000, p. 26-27), considera que a segregação espacial é muitas vezes fruto das ações do estado, visto que este ao planejar e distribuir de forma diferenciada os equipamentos de consumo coletivo, interfere na segregação. Dessa forma, entende-se que o estado, é um agente ativo na produção das desigualdades sociais, podendo muitas vezes estar vinculado a instituições privadas, que se apoderam da produção do espaço urbano para a obtenção de lucro.

Além da elitização dos espaços de lazer o fator localização também contribui para a ocorrência da segregação espacial, uma vez que a maioria dos pontos turísticos e de lazer de Belém localizam-se no centro da cidade, próximos a bairros considerados de

classe média e alta, facilitando o acesso para a população das referidas classes e dificultando o mesmo para a população que reside na região metropolitana da cidade.

Tais espaços também são analisados dentro da perspectiva de território, uma vez que territórios se caracterizam pelas relações de poder (SOUZA, 1995, p.95), e nos espaços públicos de Belém as relações de poder são percebidas através das barreiras que são criadas e dos limites que são impostos entre pessoas.

Em vista disso, faz-se uma análise das implicações geradas pelo processo de segregação socioespacial, utilizando para isso o levantamento bibliográfico e a aplicação de questionários, estes ao serem aplicados nos referidos locais de estudo (espaços de lazer) proporcionaram um entendimento da visão da população sobre a percepção de tais espaços e das relações que neles se estabelecem.

Bibliografia:

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo. Contexto. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2013. cap. 4-5. p. 77-134.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná de; GOMES, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo. São Paulo: Edusp, 2008.

ROSCOCHE, Luiz Fernando. Turismo urbano e a segregação socioespacial: revisitando problemáticas. OKARA: Geografia em debate, v.8, n.1, p. 3-20, 2013.

Ação, norma e planejamento: o Plano Municipal de Saneamento Básico no Rio Grande do Norte

Matheus Lucena de Macedo Guedes

A ausência de saneamento básico adequado é um problema nacional, ainda não resolvido, que interfere diretamente na saúde da população e no equilíbrio ambiental. A situação no Rio Grande do Norte (RN) não destoa do quadro geral do Brasil de fragilidade. Instituída em 2007, a Política Nacional de Saneamento Básico é uma tentativa de modificar esta situação estabelecendo como obrigação a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para todos os municípios do Brasil, sendo este documento condição para acesso a recursos da União relativos a obras de saneamento básico após prazo estabelecido em Lei, prazo este adiado reiteradas vezes, fato sintomático de que as gestões municipais não conseguiram realizar a elaboração do plano em tempo hábil. A última prorrogação do prazo estabeleceu como data limite dezembro de 2019.

São muitos os fatores explicativos que vão além da necessária, porém vaga, “vontade política”. Prefeituras, notadamente as pequenas, normalmente trabalham com déficit orçamentário, dependendo de recursos Federais, como o Fundo de Participação dos Municípios, possuindo um quadro técnico defasado ou insuficiente; há o conflito entre os entes federados, com grupos defendendo menos obrigações para os municípios, outros advogando maior autonomia e porção dos recursos da União para os municípios; existe ainda a necessidade de aparato bem estruturado que permite uma gestão municipal participar de programas, editais ou políticas realizadas pelo estado e pela União, fontes fundamentais de recursos e mudanças para as prefeituras.

Nesse contexto, para entender essa relação conflitiva, a forma como o território se impõe como norma e como o Estado tenta agir no RN de modo a condicionar as ações no território nos temas relativos ao saneamento básico são objetivos deste trabalho.

Para alcançar nosso objetivo, a base teórica utilizada é guiada pelos conceitos de planejamento de Carlos Matus (2005, 2007), por considerar as ações e os papéis dos atores em conflito de forma elaborada; a configuração territorial e a categoria de análise território usado, de Milton Santos (2014), devido a sistematização de uma base teórica para o desenvolvimento da Geografia em países do terceiro mundo; e por fim o conceito de norma e território como norma em Antas Jr (2005), que conseguiu aprofundar aspectos da ação normativa no território, presente em Milton Santos (2014).

Com esta base o trabalho analisa o papel de destaque dado ao planejamento na Lei 11.445/2007, seguido de uma análise da configuração territorial do saneamento básico no RN, com a elaboração de mapas relativos ao abastecimento de água, ao afastamento dos resíduos sólidos e ao afastamento do esgotamento sanitário, com dados do IBGE, finalizando com a relação entre o PMSB e outros planos, como o plano

diretor, e recomendações dadas na elaboração do documento, que mesmo não sendo obrigatórias são centrais para uma aplicação satisfatória do mesmo.

Destarte, na tentativa de normatizar as ações e o uso dos recursos, estabelecer padrões mínimos e, planejar, normando o território, a União tenta impor o PMSB como condição para a ação do saneamento básico nos municípios, porém sem atribuir responsabilidades claras para os estados, enquanto entes federados intermediários e com um grande potencial articulador pouco explorado. A atribuição de responsabilidades aos entes intermediários da federação poderia minimizar o problema da grande parte dos pequenos municípios, que não dispõem de pessoal capacitado ou em quantidade, para a realização das peças de planejamento que compõem o PMSB. E o planejamento é valorizado como ferramenta capaz de imbuir de técnica, de uma intencionalidade mais precisa para a ação realizada nos municípios.

Bibliografia:

ANTAS JR, Ricardo Mendes. Território e Regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005. 248 p.

MATUS, Carlos. Teoria do jogo social. Tradução de Luís Felipe Rodriguez Del Riego. São Paulo: FUNDAP, 2005. 525 p.

MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: governantes governados. Tradução de Luís Felipe Rodriguez Del Riego. São Paulo: FUNDAP, 2007. 375p.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. Ed. 8 reimpr. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2014. 384 p.

As amarras do sagrado: convergências da religiosidade e poder em Manguariba, Rio de Janeiro

Marcelle da Silva de Souza

Há um aumento expressivo de igrejas pentecostais e neopentecostais eclodindo na periferia carioca, nas últimas décadas. O fato se deve a religiosidade além de proporcionar o conforto da fé, construir uma rede de apoio social capaz de amenizar as mazelas da precariedade oriunda do distanciamento estatal. Esta relação, no entanto, repercute em sua expressividade sócio-espacial resultando na afirmação de hábitos em prova de fé. Possibilitando a configuração de poder territorial.

A “ausência” do Estado enquanto projeto político nas áreas de segregação induzida, legítima e viabiliza a ascensão de redes ilegais como expressões de poder territorial. Essas redes instauram-se, dominando, governando ou influenciando, o contexto sócio-espacial, e, através de suas atividades, direcionam condutas locais. Nestes contextos, no entanto, os limites entre o legal e o ilegal são tênues, havendo entrecruzamentos, marcados hora por embates, hora por acordos.

Este contexto se materializa no recorte espacial da pesquisa: o conjunto habitacional Manguariba, localizado no bairro de Paciência, Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Com as mazelas da precariedade de uma localidade, marcada por estratos sociais populares, constituindo vidas em tono do legal-extralegal, a área traz um histórico de embates de grupos de varejo de tráfico de drogas e, nas duas últimas décadas, um domínio marcado por grupos de milícia. Cronologicamente coincidente com a ascensão local das religiões ditas evangélicas. As observações em campo descrevem diversas aproximações entre os grupos, tais como escritos na rua principal do bairro, com frases bíblicas que remetem a controle comportamental, e apoio da associação de moradores -gerida pela milícia - em festividades religiosas.

O trabalho se desenvolve a partir da hipótese de que existe uma confluência de jogos de poder entre as instituições neopentecostais e as redes de milícias, para produzir território. O objetivo central é estudar as teias territoriais da organização neopentecostal e do grupo de milícias, no bairro de Manguariba. A pesquisa compreende a análise por meio da epistemologia crítica, reconhecendo entretanto, que tratar de uma temática subjetiva como a religiosidade, envolve pensar metodologicamente de maneira plural. A análise é compreendida por meio de três partes: A primeira dedicada às discussões de ordem teórico conceitual acerca de poder e território, e posteriormente a religiosidade; a segunda elucidando a periferia na perspectiva deste estudo e se aproximando ao objeto; a terceira da junção dos objetos retratados.

Tratando-se de uma pesquisa, preponderantemente, de base qualitativa, foram utilizadas fontes bibliográficas especializadas. Duas obras de vital importância às discussões de ordem teórico-conceitual acerca de poder e território são “Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial” de Marcelo Lopes e “O mito da

desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade”, de Rogério Haesbaert. A utilização conjunta das obras condiz com o objetivo de alcançar uma análise integradora do objeto, onde o domínio, o governo e a influência exercida sobre o espaço podem estar no campo político, econômico, cultural e/ou natural. A religiosidade, foi trabalhada através das contribuições de Zeny Rosendahl, em “Espaço e religião: uma abordagem geográfica” e de Maria Lúcia Montes em “As figuras do sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira”. As bibliografias possibilitaram um estudo geográfico da perda da centralidade das instituições católicas nas periferias urbanas nacionais, e a ascensão das instituições neopentecostais, no Brasil, e além disso, contribuíram para vislumbrar as expressões da religiosidade na sociabilidade periférica. A formação da periferia carioca, e o contexto da formação territorial do Conjunto Manguariba, foram estudadas por meio da contribuição de Luciana Lago, na obra “Desigualdades e segregação na metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise” e por Marcelo Lopes em “O desafio Metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras”. A pesquisa contou ainda com observação em campo, comunicações diretas e dados secundários.

O trabalho não se propôs ao esgotamento do assunto, entretanto, os resultados parciais apontam que considerando o crescimento significativo da complexidade e dos interesses de grupos que se apresentam na escala intraurbana, torna-se necessária a construção de bases mais sólidas de território. Abstendo-se, ao máximo, das práticas mais representativas de violência através da busca pelo consentimento. Com o surgimento da religiosidade enquanto nova expressão de poder local, as igrejas neopentecostais surgem em formas organizacionais e de domínio, por vezes voltadas ao controle ideológico por meio da teocracia. Representam, sobretudo, um elevado grau social de submissão ao sagrado, além de serem favoráveis à construção de pactos urbanos na busca pelo domínio territorial consensual.

Bibliografia:

COSTA, Rogério Hasbaert da. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade. 8^o. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 396 p.

MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira. In: História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. cap. 2, p. 63-172. v. 1.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O desafio Metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço e Religião: uma abordagem geográfica. 2^o edição. Rio de Janeiro, UERJ, 2002.

Corrupção em rede: a espacialidade da operação Lava Jato

Rogério Silva-Junior

Objeto: A corrupção, uma vez que crime, é uma atividade escondida e somente esmiuçada, quando descoberta e recomposta por meio de investigações, geralmente por órgãos judiciários. Nessas ocasiões, tais investigações apresentam ao pesquisador uma oportunidade rara de compreender as organizações criminosas. Esse é o caso da Operação Lava Jato, grande investigação criminal com o objetivo de dismantelar uma organização criminosa envolvendo agentes públicos e privados em grandes esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro. A operação é um dos fatores políticos mais relevantes dos últimos anos no Brasil, desorganizando as correlações de força estabelecidas. Para compreender a exata medida da operação, é preciso ter em conta que se trata de 1) um processo jurídico que se projetou politicamente com o objetivo de dar relevo a 2) uma organização criminosa entrelaçada nos negócios do Estado. Nosso objetivo é analisar em que medida a organização criminosa rastreada pelas investigações pode ser compreendida espacialmente. Com exceção de alguns trabalhos incipientes, o tema das organizações criminosas de corrupção – ou do colarinho branco, conceito mais abrangente e analítico – praticamente não foi abordado dentro da Geografia, sendo tratado em termos bastante breves, como aponta (Hall 2010). Para tanto, lançamos mão da teoria ator-rede (Latour, 2012) e das ferramentas da análise espacial (Pumain e Saint-Julien, 2010a, 2010b), assim como das observações de Milton Santos (2009) acerca das técnicas e do espaço. Ao utilizar esse modelo, tem-se uma vantagem importante sobre outras abordagens: o foco está justamente sobre os mediadores, o que permite localizar uma rede tão aparentemente impalpável quanto aquela apresentada pelas organizações criminosas do colarinho branco. O principal problema que se coloca, ao buscar compreender a espacialidade do crime organizado de colarinho branco, é que ela dá a impressão de não possuir vínculos mais íntimos com o local, senão pelas características mais normativas do território, que lhe abre oportunidades legais e institucionais para os crimes. Desse modo, quando se pensa em um crime como a fraude de licitações, a corrupção ou a formação de carteis, levanta-se a dúvida sobre em qual lugar exatamente o crime ocorreu. Tem-se a falsa impressão de que o local é desimportante e aleatório. Como indica Milton Santos, o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação. A principal forma de mediação entre esses dois sistemas é dado pela técnica. Estas são “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

Objetivo: O trabalho busca demonstrar como a dimensão espacial é fundamental para uma compreensão global das organizações criminosas de colarinho branco.

Dados: As delações premiadas, a maioria já tornadas públicas e disponíveis tanto em sites oficiais quanto jornalísticos, permitem uma visão privilegiada das narrativas construídas pelos próprios investigados, além de entrarem em detalhes sobre seus modos próprios de ação e de relação com o espaço.

Método: Esse estudo de caso apoia-se sobre um conjunto de dados que são de natureza documental: as delações premiadas. Por essa razão, foi preciso executar uma análise de dados qualitativos, especificamente, uma análise temática, na qual as unidades de análise relevantes foram codificadas, extraídas e examinadas em maior detalhe (Lacey e Luff, 2001).

Resultados: A fraude em licitação, a formação de cartéis e a corrupção de agentes públicos possui uma espacialidade mais tênue, mas que podem ser determinadas a partir de interações reticulares. Os membros da organização criminosa são indivíduos localizados espacial e socialmente, que interagem com outros a partir de suas posições ocupacionais, ou seja, pela localização de seus empregos e atividades profissionais. Além disso, eles interagem uns com os outros por meio de pessoas interpostas ou por dispositivos eletrônicos, isto é, precisam de meios concretos para interagirem, festas, reuniões, telefonemas, transações financeiras eletrônicas. Muitas vezes, a fonte de um ganho é uma obra que se localiza a muitos quilômetros de distância desses agentes. Outros objetos mais ou menos concretos surgem com os produtos ou proveitos das atividades criminosas. São malas de dinheiro, contas em paraísos fiscais, dinheiro na cueca que precisam ser transportados e lavados. São, portanto, essas várias interações localizadas, eventualmente micro, que constituem o arranjo espacial desse tipo de crime organizado. Os deslocamentos geográficos são fundamentais, pois eles deixam rastros por meio dos quais as relações entre objetos, indivíduos e lugares podem ser reconstituídas e compreendidas.

Bibliografia:

HALL, T., . Where the money is: the geographies of organised crime. *Geography* 95, 4. 2010

LACEY, A., Luff, D. *Qualitative data analysis*. Trent Focus Sheffield. 2001

LATOUR, B.,. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. EDUFBA-EDUSC, Salvador. 2012

PUMAIM, D., Saint-Julien, T., 2010a. *Analyse spatiale: Les localizations*. A. Colin, Paris.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, 4. ed., 5. reimpr. ed, Coleção Milton Santos. Edusp, Ed. da Univ. de São Paulo, São Paulo, SP. 2009.

Danos transgeracionais da violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e seus espaços de memória

Pedro de Araújo Quental

O presente trabalho tem por objetivo analisar o testemunho como dispositivo de memória e de elaboração do material traumático herdado pelas segunda e terceira geração de afetados pela violência de Estado perpetrada pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Em um contexto histórico de não reconhecimento público dos crimes de grave violação de direitos que foram praticados durante o regime de exceção brasileiro, os danos produzidos pelo terrorismo de Estado repercutem no tempo presente e se atualizam nas gerações seguintes, isto é, produzem efeitos transgeracionais.

O fim dos regimes ditatoriais na América Latina não significou o fim dos danos produzidos pelo terror de Estado. Estes permanecem agindo e atuando no tecido social, sobretudo em contextos marcados por políticas de esquecimento, silenciamento e impunidade, mecanismos retraumatizadores por excelência e eixos centrais das políticas de Estado pós-ditaduras na América Latina (Scapusio, 2006).

Neste quadro de ausência de inscrição social dos danos e de operação de dispositivos de silêncio, há, para os descendentes de pessoas que sofreram experiências traumáticas de repressão do Estado, dificuldade em reconhecer o caráter político de situações de sofrimento que atravessam e associá-las como dano produzido pela violência de Estado (Vital Brasil, 2010). Dada a dificuldade de sua historicização e representação, os danos transgeracionais são incompreensíveis ao sujeito que os herda, instalam-se como mal-estar vivenciado de forma privatizada. A eficácia dos mecanismos de silenciamento estabelecem uma profunda dissociação entre os acontecimentos que provocaram os danos e os seus efeitos (Vital Brasil, 2009).

Em sociedades pós-ditadura, marcadas pelo terror da violência de Estado, o testemunho de situações-limite configura-se como recurso fundamental de historicização do evento traumático e desprivatização do dano a partir de sua inscrição social e sua vocalização na esfera pública. Partimos do suposto de que tal vocalização se expressa e se materializa também espacialmente, por meio da demanda por reconhecimento de espaços de violência como espaços de memória e de luta política.

Ao longo de regime exceção brasileiro, estruturas e aparatos como delegacias, presídios, quartéis e instalações militares foram utilizados como espaços destinados à prática de violações de direitos humanos.

O Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro recomenda a criação de espaço de memórias e memoriais nesses locais que serviram como centro de prisão, tortura e morte no estado do Rio de Janeiro, durante a ditadura civil-militar. Ao contrário de outros países latino-americanos que também atravessaram

ditaduras militares em sua história recente, o Brasil guarda a singularidade de não ter estabelecido espaços e marcos de memória significativos e de ampla visibilidade como parte de suas políticas de memória e reparação. O Memorial da Resistência de São Paulo, localizado no prédio do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), pode ser visto como uma exceção no contexto brasileiro.

Em mapeamento realizado pela Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro (CEV-Rio) foram identificados os principais locais de prisão e tortura utilizados pelo regime militar no Estado do Rio de Janeiro. Dentre esses locais, destacam-se: o DOI-CODI; o DOPS/GB; a 1ª Companhia de Polícia do Exército da Vila Militar; a Base Aérea do Galeão; o Hospital Central do Exército; a Invernada de Olaria; o Complexo Frei Caneca e o Presídio Talavera Bruce. Em outros municípios do Estado, foram mapeados locais como: o Centro de Armamento da Marinha; o DOPS/RJ, a Fortaleza de Santa Cruz, e o Estádio Caio Martins (Niterói); o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (Barra Mansa); a Ilha das Flores (São Gonçalo); o Presídio da Ilha Grande (Angra dos Reis) e; a Casa da Morte (Petrópolis).

A presente pesquisa desenvolve-se, portanto, a partir: a) do exame de relatos de jovens e adultos descendentes de vítimas do terrorismo de Estado durante o regime de exceção brasileiro atendidos pelo Projeto Clínico do Grupo Tortura Nunca Mais (RJ), pelo Projeto Clínicas do Testemunho (RJ) e membros do coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça (RJ) e; b) da análise da luta por transfiguração de espaços hoje banalizados como espaços de memória e de vocalização das demandas por reconhecimento dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar. Especificamente, focalizaremos as atuações do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ; o Grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça; o Coletivo Ocupa Dops e o Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça e Memória nesses processos de elaboração dos danos transgeracionais herdados pelas segunda e terceira geração de afetados pela violência de Estado no Brasil.

Bibliografia:

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LAGOS, M. [et alii] Daño transgeneracional: consecuencias de la represion politica en el cono sur. Santiago: Cintras, Eatip, GTNM/RJ, Sersoc, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, dez. 1993. p. 7-28.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Revista de Psicologia Clínica, vol. 20, nº1, p. 65-82, 2008.

Democracia, justiça socioespacial e reconhecimento: um estudo de acionamentos conceituais no planejamento urbano participativo

Julia Birchal Domingues

O presente artigo consiste no estudo de caso do processo participativo que ocorreu entre outubro de 2014 e junho de 2015 na cidade de Belo Horizonte, MG, Brasil para a elaboração do plano urbanístico da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos / Pedro I + Leste-Oeste (OUC ACLO). Trata-se de um plano que impacta cerca de 10% do território do município, incluindo áreas centrais e alguns dos principais eixos viários da cidade, de forma que apresenta grande potencial de impacto socioespacial. A premissa principal do projeto da OUC ACLO é o adensamento populacional e construtivo do entorno de dois eixos de transporte coletivo.

A OUC ACLO é apresentada, com destaque para a forte resistência da sociedade civil, em razão da ausência de participação popular na sua elaboração e a consequente não contemplação das demandas e especificidades locais. O plano inicialmente foi elaborado de maneira conjunta entre a Prefeitura de Belo Horizonte e um consórcio de construtoras. O Ministério Público foi acionado e a resistência culminou em uma Ação Civil Pública que forçou a Prefeitura a retomar a elaboração do plano com participação popular. (PBH, 2013, 2014, 2015; DOMINGUES, 2015, 2017, 2017a, 2017b)

O processo participativo, que contou com um total de 38 eventos e variados, foi acompanhado pela autora na condição de observadora participante. Além disso, para o desenvolvimento da pesquisa, foram conduzidas entrevistas qualitativas com 37 agentes que participaram do processo, entre os meses de setembro e novembro de 2015. A esse respeito, são tecidas reflexões metodológicas a respeito do trabalho de campo, a sobretudo no que toca a necessidade de constante atenção para se “estranhar o familiar” e o impacto do pesquisador sobre seu objeto (VELHO, 2013; BABBIE, 2008).

Então, é tecido um debate em torno das condições para o estabelecimento de regimes democráticos, com destaque para as liberdades individuais e políticas e para o papel que a escala local pode desempenhar em países marcados por fortes desigualdades socioespaciais, através do estímulo à organização social e ao desenvolvimento de uma cultura cívica (SANTOS JÚNIOR, 2015).

O debate acerca das condições de estabelecimento da democracia conduz ao embate que tem marcado a teoria crítica em torno das concepções de justiça calcadas na redistribuição e no reconhecimento, o qual é apresentado (FRASER, 2007; HONNETH, 2007). Ambos aspectos são apresentados como fundamentais para o estabelecimento de uma prática democrática participativa e comprometida com a promoção da justiça social. (HABERMAS, 1997; SANTOS JÚNIOR, 2015; MENDONÇA, 2007). O conceito de justiça social é então refinado pelo conceito de justiça socioespacial, que deve ser aliado ao conceito de qualidade de vida (SOUZA, 2013), atrelando a dinâmica espacial,

com destaque para a local, e a dimensão cotidiana na prática democrática (SANTOS JÚNIOR, 2015; MENDONÇA, 2007).

A partir de tais exposições teóricas, procura-se analisar, a partir das entrevistas qualitativas conduzidas para a pesquisa, como os diferentes de conceitos de justiça e de reconhecimento se manifestaram ao longo do processo participativo da OUC ACLO, a partir da perspectiva dos agentes participantes. Procura-se averiguar, ainda, a relação que o acionamento destes conceitos traz com os ideais da teoria democrática. Com isso, procura-se trabalhar o problema teórico da relação entre democracia, justiça socioespacial e reconhecimento.

Bibliografia:

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (org.). Teoria crítica no século XXI. São Paulo: Editora Annablume, 2007. (p. 113-140)

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (org.). Teoria crítica no século XXI. São Paulo: Editora Annablume, 2007. (p. 79-93)

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e governo local: dilemas da reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. (2ª ed.)

SOUZA, Marcelo Lopes de (2001). Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Dialética do MST como movimento socioterritorial

Fagner Lira Bizerra

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo histórico dialético pelo qual passa o MST neste período de 2018, como instrumento político e como movimento socioterritorial.

Estamos em um momento de crise em várias dimensões, crise econômica, crise política, crise ambiental, crise moral, entre outras, e uma crise entre as organizações de esquerda que se encontram um tanto confusas quanto às suas orientações e princípios nos últimos anos, isso nos provoca um debate em torno do instrumento político adequado para esse período de lutas de classe, sabendo que esse instrumento não tem que ser na forma de um partido político com finalidade eleitoral. No Brasil, o maior movimento de massas é o MST, com um passado de lutas e conquistas conhecido e admirado internacionalmente.

Uma hipótese que abordamos, é o MST como instrumento político da luta de classes nestes dias de instabilidade e descenso de alguns dos movimentos de esquerda. Quais seriam as tarefas necessárias para cumprir esse papel? Tem o MST essa capacidade? São questões que precisam ser respondidas mesmo que de forma inicial para ter clareza das possibilidades de luta que surgem das contradições do capitalismo e do agronegócio nacional e internacional.

Diante de todo avanço do neoliberalismo, e dos agravantes que surgem com isso, é que se justificam as necessidades deste estudo, a urgência de obter respostas para essas crises, e a necessidade de ampliar o horizonte da classe trabalhadora na luta de classes.

Como a Geografia pode contribuir nesse processo histórico? Quais são os impasses que os movimentos socioterritoriais estão vivendo? São perguntas que nos fazemos, para seguir uma linha de pesquisa que não vá contra a massa de trabalhadores que sofrem um processo radical de exclusão de seus territórios camponês e tradicionais nos ambientes rurais e das florestas, assim como nas cidades o lugar para onde acabam indo e se aglomerando nas periferias em situações desumanas, sem perspectivas positivas a curto, médio e longo prazo.

Fazer uso de categorias geográficas para analisar as conquistas de territoriais de movimentos como o MST é uma forma de utilizar a ciência da Geografia para contribuir junto a todo esse processo, por isso, estudar o MST como instrumento político e socioterritorial pode ter uma grande contribuição para o futuro da classe trabalhadora.

Este trabalho utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa da bibliografia e documentos a respeito do referido tema, leituras das bibliografias e análises, o levantamento, coleta e sistematização dos dados de conflitos no campo através do DATALUTA, a análise e reflexão crítica dos dados organizados, foram utilizados

tabelas e gráficos da edição do DATALUTA de 2015, também foram apresentados alguns resultados da pesquisa em atividades do MST, para avaliação coletiva e crítica, no encontro estadual do Mato Grosso do Sul, em fevereiro de 2018. Ou seja, os resultados foram analisados com a teoria e empirismo, junto aos próprios atores do processo.

As leituras das principais referências bibliográficas e os dados coletados através das fontes citadas foram analisados sob a perspectiva da Questão Agrária, dentro da ciência geográfica.

Bibliografia:

- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, ano 8, n. 6. 2005. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.
- MST. Terra não se ganha, se conquista! Caderno de Formação nº 09. São Paulo. 1986.
- RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. O povo e o seu território. In.: RATZEL (organizado por Moraes, Antonio Carlos Robert). São Paulo: Ática, 1990.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Editora Hucitec, 1988. Disponível em: <xa.yimg.com/kq/groups/.../Metamorfose_Do_Espaço_Habitado_-_Milton_Santos.PDF> Acesso em: 01 mar. 2018.

Diário de uma favelada: o direito ao lugar na cidade

Ludimila Batista Alcantara
Edimilson Antonio Mota

O presente trabalho objetiva mostrar a luta pelo direito ao espaço e como o lugar de moradia e de habitação têm sido um enfrentamento histórico, sobretudo para o negro e para a mulher negra, habitante da favela na metrópole e que, ainda hoje, é constante o acirramento pelo direito de lugar na cidade. Diário de uma favelada e direito à cidade, conta a história real de Maria Carolina de Jesus (1914-1977), mulher, negra, escritora, moradora da extinta favela do Canindé – SP que, de forma sucinta e simplista, relatou suas narrativas de experiências adquiridas na exclusão, no racismo e na ausência de políticas sociais para os excluídos do projeto de cidadania. Catadora de lixo utilizava os intervalos entre a dupla jornada de provedora do lar e mãe, para se dedicar a leitura e a escrita. Com este intento fez da literatura um lugar no espaço-mundo, e com isso pode fazer o mundo escutar e sentir um pouco da sua realidade existencial. No seu diário de favelada é possível perceber a indignação da mesma com relação ao sistema capitalista e as suas extremas desigualdades e contradições. Uma vida marcada por privações, e sem condições mínimas de sobrevivência e, sobretudo, por resistência e inconformidade com a realidade da periferia. Carolina em sua sensatez acreditava que “o poder da escrita”, ou do conhecimento, poderia modificar a sua vida para alcançar a tão sonhada casa de alvenaria. Este trabalho é fruto de inquietação de uma estudante, mulher, negra, licencianda em Geografia, bolsista do PIBID, em que se discute no subprojeto multiculturalismo com foco no racismo. A pesquisa tem como rigor metodológico promover a interdisciplinaridade entre Geografia e Literatura, por entender que ambas falam de um lugar e de diferentes espaços. O trabalho se encontra em fase de conclusão cujo objetivo final é suscitar a luta e resistência da mulher negra e favelada ainda é um campo de disputa. O quarto de despejo, referido pela autora é simplesmente a favela. A descrição física do lugar, é apresentada de maneira relevante, neste sentido, há uma riqueza de detalhes, que transportam o leitor para a cena descrita. Um lugar sujo, com casas feitas de tábuas velhas e papelões, com altos índices de doenças devido a precariedade de higiene, são elementos que caracterizam o cotidiano de um favelado. O sofrimento ocasionado pela fome, os conflitos dentro da comunidade e sobretudo, o descaso dos governantes, em relação aos moradores da periferia, influenciaram o sentimento de luta constante para sair da favela. Conforme citado: "Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui." (JESUS, 2014, p. 20). Em seus manuscritos é possível evidenciar a dilaceração causada pela fome, que neste caso é destacado como fator social, que fere sobretudo a dignidade dos menos favorecidos. O alimento é uma necessidade vital para os seres humanos, porém os desvalidos e esquecidos socialmente, não possuem acesso às suas necessidades básicas. A realidade das periferias não é colorida como apresenta a mídia. Conforme Carolina descreve, na verdade não há cor é simplesmente amarela. “Os meus filhos não são sustentados com o pão da Igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho, para mantê-los. E elas, tem ainda que mendigar e apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pedem

socorro eu tranquilamente no meu barraco ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebram as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos sossegados". (JESUS, 1960, p.16). Neste fragmento do diário há um destaque, para o empoderamento da mulher, onde Carolina evidencia sua autonomia e refuta a ideia de mulher dependente, submissa e sobretudo violentada pelo seu cônjuge. Sabe-se que esta temática ainda enfrenta embates e conflitos na atualidade, onde homens com o discurso de superioridade intelectual, moral e social agridem, ou praticam a violência contra suas esposas. Esta é uma perspectiva, que vem sofrendo alterações ao longo dos anos. Porém ainda há muito o que ser feito, para a reprimir estes possíveis violentadores. Estes são pontos destacados por uma favelada. A partir desta leitura, descrita pelo "outro", surge a necessidade de desconstruir os estereótipos, que rotulam e denigrem a imagem dos moradores de favela. Apesar do lugar, no sentido de localização (favela) está associada a marginalidade, doenças, faltas de recursos econômicos e sociais, os moradores residentes possuem, pelo menos em tese, os meus direitos constitucionais, e são tão brasileiros quanto os moradores do "asfalto". Porém estes vivem no regime de invisibilidade como descreve Gomes (2013). Estes periféricos, possuem diversos olhares em sua direção, porém não são vistos. Não apresenta um valor social, são mantidos nas condições de invisíveis ou fantasmas dos centros urbano, onde. "O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças." (JESUS, 1960, P.29). Segundo Lopes (2016), o lugar é um espaço social dotado particularidades, afetividades onde as experiências são adquiridas a partir do percebido e do vivido. O termo lugar, referido no presente trabalho, busca um forte diálogo com os aspectos simbólicos que engloba tal conceito. Deste modo, se distancia dos determinismos físicos, que são utilizados de maneira trivial, com base em senso comum.

Bibliografia:

JESUS, Carolina Maria de, 1914- 1977. Quarto de despejo: diário de uma favelada/ Carolina Maria de Jesus; ilustração Vinicius Rossignol Felipe. - 10.ed.- São Paulo: Ática, 2014. Disponível em:

<https://www.dropbox.com/l/scl/AABHI7CXp8Bgz2GOSyG9gUrp0Ek2PrdLFKU>

LEFEBVRE, Henri, 1901-1991. O direito à cidade/ Henri Lefebvre; tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001

SILVA, T. T. da. (org) A Produção Social da identidade e da diferença. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de, 1963- Os conceitos Fundamentais da pesquisa sócio-espacial/ Marcelo Lopes de Souza. 2016.

Dimensão política da fé na metrópole paraense: territorialidade religiosa da Igreja Profética Batista da Restauração

Paulo Afonso Dias de Lima
Eryck de Jesus Furtado Batalha
Alan Pereira Dias

Os estudos que envolvem as práticas religiosas nas mais diversas ciências sociais e humanas fazem parte de um campo rico em temáticas e de grande interesse em pesquisas em seus aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos, nas suas experiências individuais ou coletivas e nos seus significados.

Cultura e poder estão intimamente ligados e fazem parte também das diferentes práticas religiosas. A instituição religiosa enquanto agente cultural procurará impor suas visões de mundo, suas suposições de “verdades” e significados, na tentativa de manter seu poder a partir da reprodução da cultura. Buscará reproduzir seu domínio sobre o espaço através de dinâmicas territoriais.

Pretende-se analisar a ação humana através da religião sobre o espaço geográfico a partir da reflexão sobre as dinâmicas territoriais e as territorialidades. Ponto essencial para se entender o território e as territorialidades religiosas é entender o espaço Sagrado, manifestado no espaço através da hierofania e apreendido através da vivência e percepção do homem religioso, para que se entendam as formas adotadas para assegurar a vivência de sua fé e de que forma os detentores de poder no sagrado agem na vigilância dos fiéis, afirmando as identidades com o sagrado. Portanto, interessa-nos as relações de poder de um grupo social religioso selecionado sobre indivíduos e um determinado espaço.

Parte-se da ideia que o território além de um caráter apenas político apresenta outros aspectos, entre eles o cultural, portanto, parte-se do pressuposto que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados” (HAESBAERT, 2007 p. 23). Para a geografia da religião é necessário a compreensão de que território e identidade religiosa estão fortemente ligados.

A partir disso o presente trabalho terá como ponto de partida o movimento Pentecostal que se destaca dentre as demais crenças como, o catolicismo, o protestantismo de missão, o espiritismo, entre outras, por sua intensa ação social, política e religiosa na atualidade, em especial nas camadas mais pobres da população e em um ambiente essencialmente urbano. O pentecostalismo utiliza-se de dinâmicas territoriais para se expandir e controlar seu território. Diante do exposto, a presente pesquisa centra-se no estudo de uma igreja de rito pentecostal, a Igreja Profética Batista da Restauração, localizada na Região Metropolitana de Belém como objeto de estudo. O objetivo da pesquisa consiste em compreender a principal prática territorial utilizada pela instituição religiosa na manutenção e aquisição de novos

territórios para ampliação de sua territorialidade religiosa. Para viabilizar o alcance deste objetivo foram realizados trabalhos de campo participativo e questionários qualitativos com pastores e demais membros da Igreja.

Para embasar a viabilidade da presente pesquisa um dos pontos principais reside no fato que para a região amazônica os estudos religiosos em geografia possuem pouca densidade, sendo este trabalho de grande importância em tratar do aspecto político de uma instituição religiosa, suas relações de poder e suas dinâmicas territoriais. Portanto espera-se com isso contribuir para um avanço sobre estudos que contemplam a temática da geografia da religião e seu aspecto político na Amazônia, considerados secundários. Torna-se necessário, desse modo, o estabelecimento de uma maior densidade de estudos sobre a geografia da religião na Amazônia.

Bibliografia:

DEMOGRÁFICO, IBGE Censo. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

ELIADE, Mircea. O Sagrado e O profano A essência das religiões. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1962.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. Geografia, v. 17, 2007.

MACHADO, Mônica Sampaio. A territorialidade pentecostal: um estudo de caso em Niterói. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, nº 56 (1/4), p. 135-164. Jan/dez 1994.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: anais do X encontro de geógrafos da América Latina - EGAL. 2005.

Diversidade territorial, etnicidade e as estatísticas públicas – povos e comunidades tradicionais no Censo Demográfico 2020

Fernando Damasco
Marta Antunes

A proposta do trabalho constitui-se em esforço analítico em torno dos avanços na investigação da identificação étnica nas estatísticas públicas brasileiras, com destaque nos procedimentos em desenvolvimento no sentido de contemplar a diversidade territorial dos povos e comunidades tradicionais no planejamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para o próximo censo demográfico brasileiro, a ser realizado em 2020. Com isso, procura-se discutir o recenseamento como possibilidade de apropriação de informações por essas populações para o exercício da cidadania, estabelecendo um diálogo com as discussões de Raffestin (1993) sobre o recenseamento e com os pressupostos foucaultianos sobre a gestão do território. Nesse contexto, é necessário que o órgão oficial de estatística e geografia desenvolva novos conceitos e instrumentais metodológicos capazes de considerar a complexidade da expressiva diversidade territorial brasileira, visibilizando em suas pesquisas as diferentes formas de viver, fazer e residir que assumem os grupos populacionais que acionam a tradicionalidade como eixo estruturador de suas comunidades e assentamentos. Serão compartilhados, portanto, os avanços metodológicos em relação à definição de espaços de interesse para a captação da declaração indígena e quilombola com finalidade estatística, bem como os procedimentos de gabinete e de campo para a aquisição e tratamento de informações territoriais dos demais povos e comunidades tradicionais que habitam o território brasileiro, entre os quais destacamos extrativistas, ciganos, caiçaras, faxinalenses, comunidades de fundos e fechos de pasto, ribeirinhos, pomeranos, entre outros. Os procedimentos metodológicos contemplaram inicialmente o levantamento dos municípios brasileiros com provável ocorrência de povos e comunidades tradicionais, objetivando a composição de uma aproximação geográfica das áreas de localização destas estruturas territoriais no território nacional, no intuito de subsidiar o correto levantamento dessas localidades durante a coleta do Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017. Na fase seguinte serão descritos os procedimentos relativos à recuperação e à organização das referências toponímicas a essas comunidades, de modo a serem compostas as áreas de ocorrência dessas comunidades, denominadas “áreas de interesse estatístico de povos e comunidades tradicionais”. Considera-se, como conclusão parcial, que o presente trabalho tem potencial significativo de contribuir com a visibilidade espacial e estatística desses povos e comunidades, ampliando as possibilidades de apropriação dos dados censitários como importantes ferramentas para a declaração dos pertencimentos etnoculturais, para o desenvolvimento de políticas públicas e, conseqüentemente, para o exercício da cidadania.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. 277-293. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes. Coleção tópicos. 2008.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. *Geographia*, ano 1, n. 1, 1999.

HALL, S. O global, o local e o retorno da etnia. In: *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

Do narcotráfico às narcomilícias: configurações territoriais sobrepostas na periferia de Belém

Aiala Colares Couto

Os conflitos territoriais urbanos em Belém vêm nos últimos dez anos reproduzindo uma conjuntura político-territorial, em que a metrópole encontra-se sob os efeitos perversos das ações de grupos armados que impõe a lógica da violência urbana. Nesse sentido, as sobreposições territoriais materializadas sobre o espaço urbano de Belém a partir do narcotráfico e das milícias refletem a existência de outros poderes não exclusivos do Estado, poderes estes que disciplinam, punem e tornam os corpos dóceis, mas que também sentenciam a sua morte, tornando-os corpos vazios, sem importância e sem significados. O narcotráfico e as milícias fundamentam um cálculo racional que influencia nas ações e no pensamento dos sujeitos que compõem os territórios. Ou seja, “todos” querem ganhar ou tirar proveito da possibilidade de ganhos financeiros com o mercado da droga, justificando seus riscos. Portanto, compreende-se o narcotráfico como o âmago de todos os conflitos pelo domínio político-econômico do território. Nestes termos, o narcotráfico deve ter o controle do território para ter domínio sobre mercado, porém as milícias também buscam, a partir do território, impor seu poder para extorquir, coagir e se apropriar do tráfico de drogas, obtendo também vantagens econômicas.

As divergências territoriais, em função da sobreposição de poderes, levaram a uma necropolítica na qual as mortes com características de execução destacam-se como afirmações do necropoder no disciplinamento dos territórios e dos sujeitos. Em razão disso, a periferia da metrópole de Belém passou a sofrer um racismo imposto aos jovens negros e pobres das áreas vulneráveis às ações dos grupos milicianos, das operações da polícia e dos conflitos envolvendo o narcotráfico. Pois, os jovens da periferia são considerados criminosos ou delinquentes em potencial, são culpados antes de o crime ocorrer e esse “apartheid social”, os coloca em uma condição de sujeitos “matáveis”, sendo a morte é justificável, trata-se, então, de corpos vazios, sem sentidos e significados, confinados num espaço em que o controle-regulação das espécies é necessário para a segurança.

A metodologia utilizou a pesquisa bibliográfica e revisão da literatura, assim como, análise de documentos como jornais, registros policiais e relatórios como o da CPI das milícias e grupos de extermínio em Belém no qual o autor participou na elaboração, além disso, foram realizados diversos trabalho de campo com entrevistas diretas com sujeitos do tráfico de drogas, moradores e policiais, observações sistemáticas e registros fotográficos, onde teve-se como resultado a elaboração de mapas temáticos.

Nestes termos, a pesquisa bibliográfica abarcou a leitura e interpretação de livros, artigos científicos, documentos, imagens, mapas, dentre outros. Esses materiais ajudam a conhecer o objeto e a teoria utilizada em sua explicação, estabelecendo uma leitura atenta e sistematizada acompanhada por todas as anotações e fichamentos que foram realizados durante todo o processo investigativo e que fundamentaram a

base teórica da pesquisa. Para a pesquisa de campo, construiu-se uma rede social, a fim de manter contanto com vários sujeitos envolvidos diretamente e/ou indiretamente com o narcotráfico ou com grupos de extermínio. Isso também possibilitou ter contato com moradores dos bairros que apresentaram ter forte conhecimento empírico sobre o narcotráfico, milícias e a violência urbana em Belém.

O problema apontado na pesquisa observa o narcotráfico como um dilema da vida prática. O esforço intelectual está em busca de constantes reflexões teóricas que levem a um maior entendimento desse processo, enquanto objeto de pesquisa. Diante disso, as leituras de obras que tratam do tema como objeto de interesse para a investigação, tornam-se um esforço necessário a fim de formular teorias interpretativas. Assim, a pesquisa bibliográfica fornece esse suporte a todas as fases da pesquisa, pois ela auxilia tanto na definição do problema, quanto na construção dos objetivos e hipóteses

Por fim, estas sobreposições territoriais fazem parte das reconfigurações espaciais do narcotráfico visto por outras perspectivas teóricas e empíricas, na qual se usou o termo narcosobreposição dos territórios, definido como: a presença de um território sobre o outro em função do narcotráfico, onde há convergências e divergências de interesses que envolvem: os territórios-zona do narcotráfico nos bairros periféricos, as milícias que se apropriam do narcotráfico, tornando-se narcomilícias e reproduzindo lógicas perversas de poder.

Bibliografia:

FOUCAULT, Michel. El poder psiquiátrico: curso en el Collège de France (1973-1974). Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. Em defesa da sociedade. Trad. Maria Galvão. São Paulo. Editora: Martins Fontes, 1999.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Os dilemas da globalização-fragmentação. In: HAESBAERT, R (Org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Niterói: UFF, 2012.

ZALUAR, Alba. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

Emendas parlamentares: a conexão eleitoral em Duque de Caxias-RJ

Camila Maura Moreira da Silva

As emendas ao orçamento produzem grandes impactos no resultado eleitoral. É de fundamental importância para a garantia do futuro político, a distribuição de benefícios particulares, orientados por interesses pessoais. Estaria aí, de acordo com Mesquita (2008) a origem da importância das emendas ao orçamento, uma vez que seria por intermédio delas que os políticos levariam recursos geograficamente localizados para seus eleitores. (...) Para fins de análise, este trabalho trata da ideia de que as emendas parlamentares funcionam e são utilizadas como moeda de troca por deputados federais, a fim de “alimentar” suas bases. Porém, nosso foco de estudo é a destinação das emendas parlamentares para o município de Duque de Caxias e os impactos deste comportamento no retorno eleitoral, ou seja, se aumentam as chances de reeleição.

Para tal, foram analisados os dados referentes ao resultado das eleições gerais dos anos 2006-2010-2014 e municipais em Duque de Caxias nos anos 2008-2012-2016, a partir de dados retirados do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE/RJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), buscando verificar o fortalecimento de determinados partidos e políticos na região. Logo, foram utilizados os dados acerca das emendas parlamentares individuais ao orçamento, consultadas e disponíveis no sítio da Câmara dos Deputados.

Portanto, a partir do tratamento dos dados, foi possível perceber uma queda nos respectivos valores de emendas enviadas ao município de Duque de Caxias em anos eleitorais, precedidos por valores mais altos das mesmas nos anos anteriores às eleições gerais (2010 e 2014).

As atividades parlamentares analisadas neste trabalho podem, possivelmente, ser um indício do estabelecimento de uma conexão entre a distribuição de emendas parlamentares para o município e a maximização das chances de reeleição. Fica também evidente que nos anos que precedem as eleições gerais há um maior número de emendas de diferentes deputados federais. Isso acontece porque as emendas parlamentares são apresentadas sempre no final do ano, tendo sua vigência e execução no ano seguinte.

O apoio do legislativo federal, especialmente no envio de emendas parlamentares individuais pode acabar sendo sustentado por parlamentares eleitos com expressiva votação em Duque de Caxias. Esse apoio é refletido em poder de barganha por parte dos políticos eleitos no município, configurando-se como uma moeda de troca no período eleitoral.

Sendo assim, qualquer investimento realizado no município que seja perceptível aos olhos da população, já induz o aumento da credibilidade do parlamentar responsável pelo envio da verba que viabilize a obra, construção, ampliação ou manutenção da

prestação de serviços públicos e que resulte em alguma melhora na qualidade de vida dos municípios.

A percepção de mudança, por mais que não gere uma modificação no estrato social, traz a sensação de “cuidado” com a população. Esse argumento de tutela, considerado na literatura como antidemocrático, é sustentado por políticas de caráter assistencialista no município de Duque de Caxias.

Essas práticas clientelistas, amplamente incentivadas pelo atual modelo de gestão pública, cujo foco não reside no aumento da participação da população no processo de desenvolvimento de políticas públicas, causa não só uma relação de dependência entre a população e o político eleito, como também sugere a manutenção de um sistema de troca de “favores”, ou seja, o voto como pagamento pelo serviço prestado.

Nosso estudo acerca do comportamento legislativo, tendo como parâmetro a distribuição de emendas parlamentares por deputados federais, bem como a conexão eleitoral que se procura estabelecer, revela a necessidade de ampliar os estudos acerca do tema, a fim de obtermos maiores e mais completos resultados.

Acredita-se que o pleito de 2018 fornecerá ferramentas para melhor avaliar o que foi observado até o presente momento. Com isso, o comportamento referente à destinação das emendas parlamentares ao município de Duque de Caxias segue uma tendência de aumento até o ano eleitoral (2011-2013), queda acentuada no ano do pleito (2014) e aumento novamente (2015-2017), ou seja, um movimento que pode ser configurado como padrão para o município.

Acredita-se, portanto, que por trás da atividade legislativa haja um interesse particular por parte dos deputados federais, que por sua vez pode ser associado, diretamente, à execução de emendas parlamentares no município.

Bibliografia:

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. Red Dados, 2000.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. Dados, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. Dados, v. 48, n. 004, p. 737-776, 2005.

MESQUITA, Lara. Emendas ao orçamento e conexão eleitoral na Câmara dos Deputados Brasileira. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2008.

Entre a dominação e a resistência: uma análise sobre o turismo e a restrição de direitos em São Gonçalo - Paraty/ RJ

Francine da Silva Santos
Fernanda Santos de Lima
Thayná Cagnin Maia

O presente trabalho é resultado de dois anos de pesquisa na comunidade de São Gonçalo – Paraty, com idas a campo mediadas pelo turismo de base comunitária da região (discorreremos sobre ele mais adiante), numa tentativa de buscar compreender a realidade local a partir dos sujeitos que nela vivem, levando em consideração o que eles têm a dizer. Nossa pesquisa está pautada no reconhecimento da luta de resistência da população caiçara da comunidade de São Gonçalo - Paraty, frente aos agentes hegemônicos do turismo de massa. A fim de compreender como se intensificou a entrada do turismo na região, buscamos realizar um levantamento histórico das principais transformações que ocorreram no intuito de compreender as resistências que se desdobram desse processo.

De forma crítica pretendemos aqui demonstrar como o turismo de massa enquanto uma atividade voltada para atender as demandas do capital se apropria dos espaços, fazendo com que o território se modifique para que tal atividade se estabeleça. Cria-se uma lógica em que o território passa a ser um instrumento em função do turismo, onde seu valor mercadológico se sobrepõem aos usos cotidianos atribuídos a ele. Esses empreendimentos, muitas vezes são construídos em locais já ocupados por populações tradicionais e suas práticas cotidianas e resultam em impactos significativos na sua dinâmica territorial, como é o caso da região da Costa Verde – RJ, que com a construção da rodovia Rio-Santos e da criação do Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto Turis), a região passou a atrair um grande número de turistas. (MONTEIRO, 2015)

Um dos objetivos do presente trabalho compreende em analisar de forma crítica os projetos mencionados acima, os interesses que os permeiam, as relações de poder e os desdobramentos oriundos dos mesmos na vida da população tradicional que ali se encontra. Essas ações se dão no território de maneira hierárquica e conflitiva, onde os agentes do turismo atuam na modificação do espaço seguindo uma lógica capitalista. Entretanto, a população que ali se encontrava tenta resistir a esse projeto imposto e esse processo de divergência não se dá de maneira pacífica.

A voracidade do turismo contribuiu para o encarecimento da terra e do custo de vida na área, o que gerou uma série de transformações físicas no lugar e também impossibilitou a permanência da população local. Através do perceptível aumento do valor da terra nessa área, algumas atividades como a pesca e agricultura vão sendo deixadas de lado em função da demanda de mão de obra para a prática turística. Desta forma, o modo de vida tradicional vai perdendo espaço para uma nova forma de uso do território que está muito mais associada aos valores mercadológicos, do

que os valores de uso e o sentido de afetividade e pertencimento que podemos encontrar na relação das populações caiçaras com o território.

Essa população que ali reside, as comunidades tradicionais, foram as principais atingidas pela violenta implementação do turismo de massa incorporado pela lógica capitalista de apropriação do território para obtenção de lucro, que acontece de forma verticalizada, ou seja, imposta de modo alienante de cima para baixo e sem diálogo com a comunidade local. Essa comunidade encontrou no Turismo de Base Comunitária (TBC) uma forma de praticar esta atividade por vezes verticalizada de forma horizontal, pautada na integração solidária, que rompe com a lógica dominante. Com a autonomia de criar sua própria narrativa, difundida por meio de um roteiro idealizado com base no conhecimento do lugar que sempre viveram e que valoriza sua cultura e práticas cotidianas. É o que acontece na comunidade de São Gonçalo em Paraty com um roteiro que leva os visitantes a conhecerem da praia à roça.

No presente trabalho buscamos analisar esse conflito territorial, os diferentes agentes que participam do mesmo e a resistência daqueles que detêm de menor força na apropriação do território em disputa com o grande capital, mas seguem na luta na tentativa de manter viva sua cosmovisão (Escobar, 2017).

Nesse sentido, o TBC pode ser entendido como uma ação política de resistência, que segundo Monteiro (2017,p.47):

É uma ação política estratégica em dois sentidos: de um lado, protagonizar e executar coletivamente uma atividade econômica para reunir e mobilizar novamente a comunidade, de outro, destacar a cultura caiçara e sua história de resistência no território através da realização do roteiro.

Desta forma, o caiçara constrói um turismo mais consciente, além de assumir a postura de protagonista de sua própria história.

Bibliografia:

ESCOBAR, Arturo. Territórios de diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. *Climacom cultura científica - pesquisa, jornalismo e arte*, vol. 2, 2017.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. In *Geographia*. Rio de Janeiro, ano I, nº 17. p.19-45. jun. 2017

MONTEIRO, Thiago Lammoglia. Ação política e afirmação territorial: turismo de base comunitária entre os caiçaras de São Gonçalo, Paraty, Rio de Janeiro. *Revista Espaço e economia*, Rio de Janeiro, n7, p.1-8, 2015. Ação política e resistência territorial: Turismo de base comunitária entre os caiçaras de São Gonçalo - Paraty, Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Geografia UFRRJ. 2017.

Espaço público e acessibilidade: um estudo sobre o Parque Naturalístico Mangal das Garças em Belém – PA

Eryck de Jesus Furtado Batalha
Paulo Afonso Dias de Lima

Para pensar a produção social da cidade julgamos necessário levar em consideração as ações de grupos sobre o espaço, através de políticas de acesso e permanência que garantam uma apropriação cidadã do espaço urbano. Partindo de tal premissa, consideramos o espaço público enquanto uma expressão da cidade que carrega consigo potencialidades que podem nos ajudar a pensar a forma como a cidade vem sendo gerida, a direção que o planejamento vem tomando nos últimos anos e para quem ele é pensado. Uma das principais características de um espaço público é a sua capacidade de abarcar potencialidades de ação política através do encontro de diferentes, de lugares que encontram, no contato com outros lugares, uma forma de afirmação e debate de objetividades e subjetividades que compõem a totalidade espacial da cidade, garantindo a pluralidade de sujeitos e pensamentos. Este estudo tem como objetivo compreender de que forma o Parque Naturalístico Mangal das Garças, empreendimento do Governo do Estado do Pará, administrado pela OS Pará 2000, localizado na rua Carneiro de Rocha, no bairro da Cidade Velha, em Belém – PA, se configura enquanto um espaço público, qual a sua capacidade de atender as demandas que se apresentam para que possamos considera-lo como tal e a natureza do seu uso e acesso por parte de frequentadores do parque, moradores do entorno e comerciantes que orbitam a sua única entrada. Partiu-se de uma revisão bibliográfica acerca do conceito de espaço público, sua natureza política e a forma como o mesmo vem sendo abordado no planejamento urbano em cidades do Brasil para, em seguida, realizarmos uma visita a campo com o intuito de observar as dinâmicas que permeiam o cotidiano de nosso recorte, assim como para a realização de entrevistas com os indivíduos que estavam presentes tanto no Parque Naturalístico Mangal das Garças quanto no entorno do mesmo, como vizinhos do local, taxistas, comerciantes e visitantes. A partir de tais entrevistas analisamos o grau de acesso destes diferentes grupos ao parque, de forma a conhecermos os motivos que os aproximam ou afastam do recorte estabelecido, assim como a natureza de suas visitas. Notou-se que o Parque Naturalístico Mangal das Garças é frequentado, majoritariamente, por turistas ou moradores da Região Metropolitana de Belém que não residem próximos ao local. Os moradores próximos e comerciantes que atuam nas proximidades não acessam com frequência o parque por motivos distintos, influenciados (se não condicionadas) pelas barreiras de acessibilidade, físicas e simbólicas, impostas pela administração do parque, que buscam esgotar as possibilidades permitidas pelo espaço e privar o mesmo da potencialidade que faz parte da natureza de um espaço público. A cobrança pelo acesso de certos equipamentos do parque também atua para atrair usuários que possam fazer uso destes e ampliar o número de atividades durante sua visita. Essa seleção, implícita inclusive no bloqueio de acesso de ambulantes ao parque, é a objetivação de um processo de criação de espaços “públicos” destinados para a classe

média das grandes cidades, anulando cada vez mais a presença das diferenças, assim como o contato entre elas, fazendo recuar a dimensão pública destes espaços.

Bibliografia:

GOMES, P. C. C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012. p. 19-41.

LEFÈBVRE, H. O direito à cidade. In: O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991. P.103-117.

LEITE, R. P. Políticas dos usos: a construção dos lugares no espaço público. In: Contrários da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 284-319.

SERPA, Â. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.

MALHEIRO, B.C.P. Portos, Portas e Portais: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA). 2009. 187 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2009.

Espaços de lazer no município de São João de Meriti (RJ): variação da oferta e demanda, de sua emancipação aos dias atuais

Daiana Novaes Gouvêa

No contexto da Região Metropolitana, o município de São João de Meriti aparece como destaque, pois foi a partir da necessidade do Estado da Guanabara em obter uma menor carga tributária para suas indústrias que se fomentou a ocupação deste município. A partir dessa necessidade e com o rápido acesso da cidade do Rio de Janeiro para o município fluminense, através de ferrovias e a Via Dutra, São João de Meriti cresceu de forma acelerada no decorrer dos anos, desde a década de 1940, acarretando em um inchaço populacional tal qual se encontra nos dias de hoje. Para tanto, as demandas de infraestrutura, assim como os espaços de lazer destinados à população meritiense, não acompanharam seu crescimento populacional e, ao invés de ser fornecida uma variedade maior de espaços de lazer, de modo que atenda a toda população, os mesmos foram reduzidos, parte por um possível descaso do Estado, parte para intensificar ainda mais o crescimento populacional em busca de área para loteamentos. As cicatrizes causadas pelo rápido e intenso processo de ocupação marcaram a história de seu desenvolvimento e são sentidas até a atualidade, rebatendo visivelmente na infraestrutura, na oferta de serviços públicos, na representatividade perante o restante do Estado e, conseqüentemente, na autoestima dessa parcela considerável da sociedade fluminense. O direito à cultura e ao lazer possui natureza jurídica de ordem fundamental, com reconhecimento não só na legislação brasileira, mas também no plano jurídico internacional, como ocorre na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, sendo classificados como direitos de segunda geração. Dado isto, o tema deste trabalho foi desenvolvido para atender a população ao analisar se os espaços de lazer destinados à mesma suprem a real necessidade e demanda, sendo avaliadas características como acessibilidade, atratividade, diversidade e segurança desses espaços, fazendo-se assim essencial para melhoria da qualidade de vida dos residentes, suprimindo suas necessidades e viabilizando a cultura a essa porção de território que sofre com a ineficácia de investimentos em infraestrutura. Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender as mudanças na oferta de espaços públicos de lazer no município de São João de Meriti entre os anos de 1947 e 2017, a fim de viabilizar os direitos assegurados pela constituição, relacionando o contingente populacional com a disponibilidade dos mesmos. Para atender aos objetivos propostos, será necessário em um primeiro momento, realizar um levantamento bibliográfico mais extenso, buscando fontes que contemplem os conceitos geográficos fundamentais para a pesquisa, a fim de promover uma discussão teórica e a caracterização histórica onde possamos comprovar a redução dos espaços de lazer no município. Também será necessária a realização de trabalhos de campo, visando compreender as formas e funções dos atuais espaços de lazer disponíveis a população, assim como a elaboração e aplicação de entrevista com os residentes, pois se faz necessário valorizar seus relatos e memória, como também ir além de observar os resquícios de construções ainda mantidos, como por exemplo, comprovações por meio de fotos e documentos. A



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

partir disso, será trazido a conhecimento a necessidade e importância do lazer para a população.

Bibliografia:

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

DUMAZEDIER, Joffre . Lazer e Cultura Popular. São Paulo : Perspectiva, 2000, 337p.

MARAFON, Glaucio José et al. Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente. Rio de Janeiro: Gramma, 2011, 161p.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985, 120p.

SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007, 205p.

Festa de São Benedito: territorialidade e cultura no município de Machado-MG

Jhonatan da Silva Corrêa

A Festa de São Benedito passou por diversas transformações ao longo dos seus mais de cem anos de existência, tanto por agentes internos como externos. Existe na composição da festividade os espaços sagrado e profano ou como os Congadeiros preferem chamar: espaço religioso, espaço das Congadas e espaço de exploração comercial. A Festa de São Benedito teve sua gênese através das populações marginalizadas do município, principalmente a população negra, que paulatinamente vem sendo retirada da centralidade festiva. Devido a isso, o presente trabalho tem como principal objetivo a compreensão das territorialidades festivas e suas disparidades políticas buscando entender as transformações sofridas ao longo do espaço-tempo que culminaram em sua atual conjuntura: tanto na questão territorial como cultural. Para a elaboração da pesquisa foi indispensável a realização de uma revisão bibliográfica sobre os principais conceitos norteadores e, também, uma revisão pautada na história da Festa visando um melhor entendimento conjuntural do território. Ademais, houve realização de entrevistas com diversos membros relacionados a constituição da Festa e populares, acompanhado a inúmeros trabalhos de campo nas datas festivas e não festivas. A Festa de São Benedito em Machado-MG, desde seu início passou por diversas transformações sendo uma delas o registro ou “tombamento” no ano de 2010, passando a ter três organizadores sendo: a Paróquia, a Associação dos Congadeiros e Prefeitura. A perpetuação cultural no município outrora feita somente através da educação informal, sendo uma cultura oral, hoje as escolas contribuem com uma educação não-formal através dos ternos mirins. É notório que o território referente a manifestação cultural aos poucos vem sendo diminuído gerando conflitos entre a economia, parte cultural e Paróquia. Segundo Rosendhal (2012), para interpelar a geografia e a questão religiosa, dois pontos são essenciais: o espaço profano e o sagrado. Para Eliade (1962) com a manifestação do sagrado costuma haver uma alteração no espaço vivido pelo homem, onde se rompe com o habitual, causando, assim, uma ruptura com o profano modificando seus modos comportamentais ante as hierofanias. Portanto, o espaço vivido pode se manifestar através de uma ótica religiosa ou não. Logo, há uma relação entre política, religião e espaço: que se manifesta de forma dessemelhante, justamente por esses conflitos, em relação ao território. De acordo com Haesbaert (2006), o território advém de uma relação desigual de forças onde se envolve a subordinação tanto política como econômica do espaço. Nele não se manipula somente aspectos físicos, mas também questões relacionadas a identidade social. Para Raffestin (1993), o território se produz através das relações de poder, é um local onde se teve a projeção do trabalho, da energia e informação. A produção, troca e consumo existente no território é o que caracteriza a territorialidade. Territorialidade na qual a cultura do lugar está sendo exaurida. Segundo Claval (2014), a cultura é algo que está em constante mutação, podendo assimilar elementos externos ou também pode haver transformações internas. A cultura seria para ele todas aquelas bagagens de conhecimentos e valores carregadas no âmago de um ser, muitas adquiridas e

repassadas por gerações. Ademais, é a falta de unicidade entre os capitães de ternos, o que dificulta a estruturação de uma classe mais organizada politicamente para a resolução dos problemas e luta por melhorias. A questão comercial da Festa de São Benedito, junto com as manifestações culturais e parte sagrada atraem grande público para a festividade. Contudo, o que se pode perceber é que o território comercial em uma área específica está avançando sobre o território destinado as apresentações culturais. Segundo Harvey (2009) essa é uma das características do capital em relação as manifestações culturais. Outra questão histórica, relaciona-se a apropriação da Igreja sobre a Festa de São Benedito; sendo o poder relacionado a população de gênese e a manifestações culturais os mais esfacelados durante todo esse um século de Festa. Portanto, cabe ressaltar que não se trata de tentar extinguir as demais territorialidades, mas sim trabalhar essa questão com um princípio isonômico, buscando respeitar quem já estavam ali há muito mais tempo, os progenitores da festividade. Para tanto, é necessário trabalhar tanto na Associação dos Congadeiros como nos ternos a unicidade entre os Congadeiros buscando uma formação política para uma melhor instrumentalização do poder buscando melhorias perante apropriações culturais e econômicas existentes ao longo do espaço-tempo festivo. Logo, se torna necessário entender a dinâmica territorial festiva e suas demandas para, assim, através de medidas públicas buscar conciliar as territorialidades e suas disparidades com o intuito de preservar as questões culturais do município e suas “recentes” mutações como a incorporação comercial.

Bibliografia:

CLAVAL, P. A Geografia Cultural/ Paul Claval; tradução: Luiz Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Afeche Pimenta. – 4. ed. Ver. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

ELIADE, M. O sagrado e o profano. A essência das religiões/ Mirceia Eliade. Edições livros do Brasil. Lisboa, 1962.

HAESBAERT, R. Territórios Alternativos/ Rogério Haesbaert. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre a Origem Das Mudanças Culturais/ David Harvey. – 18ª Edição – Ed. Loyola, São Paulo, 2009.

ROSENDAHL, Z. História, Teoria e Método em Geografia da Religião./ Zeny Resendahl. Espaço e Cultura. Uerj, 2012.

Gênero e sexualidades na construção de espacialidades das juventudes em Carangola (MG)

Ana Paula de Moura Varanda
Matheus Vieira Barbosa
Jeferson José de Oliveira Pinheiro

O artigo discute a incidência das categorias gênero e sexualidades na construção de espacialidades de jovens de baixa renda, moradores de localidades rurais e urbanas, do município de Carangola (MG).

Fundamentando-se em princípios da observação participante, a pesquisa foi desenvolvida em uma escola estadual do município com o objetivo de demonstrar a existência de práticas sociais que tendem a refletir e/ou a subverter interdições e hierarquizações afirmadas em decorrência de relações de gênero e da expressão de sexualidades entre jovens nestes contextos.

O artigo apresenta reflexões advindas da execução do projeto de pesquisa Gênero e sexualidades na construção de espacialidades das juventudes em Carangola , desenvolvido, desde 2017, através do Núcleo de Estudos sobre Diversidades Socioculturais e Produção do Espaço, vinculado à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Executado em parceria com uma escola estadual localizada no município de Carangola (MG), envolvendo a participação de alunos de ensino médio de suas unidades urbana e rural, o projeto analisa a percepção de experiências socioespaciais distintas entre jovens moradores destas localidades. Em especial, nos concentramos em demonstrar singularidades, observadas nestas práticas sociais, que tendem a refletir e/ou a subverter interdições e hierarquizações sociais que se afirmam em decorrência de relações de gênero e da expressão de sexualidades entre jovens nestes contextos.

Em sintonia com vertentes contemporâneas do pensamento feminista negro (CARBY, 1997; COLLINS, 2000), descolonial (LUGONES, 2008) e LGBT (BUTLER, 2003) utilizamos o conceito de interseccionalidade como um recurso interpretativo à compreensão de situações que expõem grupos sociais a um maior grau de vulnerabilidade social. A aplicação deste conceito torna possível evidenciar fenômenos que atingem determinados segmentos e que se manifestam em decorrência da fusão entre múltiplas categorias de pertencimento socialmente subalternizadas.

A partir dos estudos desenvolvidos por Butler (2003) compreendemos as categorias gênero e sexualidade como resultantes de práticas sociais discursivas e culturalmente determinadas. Mais especificamente, no que se refere às relações de gênero, Butler (2003) destaca seu caráter performático e repetitivo na construção e produção de significados que se apresentam como uma espécie de “ritual social”. A partir desta

constatação, a autora também percebe a possibilidade de afirmação de subversões a esta ordem social, destacando o recurso à performance na deslegitimação de relações de poder sob as quais se assentam hierarquizações e desigualdades sociais.

Os resultados da pesquisa discutem os modos como a construção de espacialidades das juventudes urbana e rural do município de Carangola (MG) tendem a reafirmar e/ou a subverter hierarquizações e relações de poder que resultam de valores e práticas culturais associadas a marcos institucionais heteronormativos e sexistas.

Bibliografia:

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARBY, Harzel. White woman listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood. In: MIRZA, H. (ed). Black British Feminist. London e New York: Routledge, 1997.

LUGONES, Maria. The Coloniality of Gender. Worlds & Knowledges Otherwise, 2 (Spring), 1-17, 2008.

MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Geografia do voto no sistema eleitoral de lista aberta: explorando votações em capitais brasileiras

Lucas de Oliveira Gelape

Como se distribuem os votos de candidatos competitivos a vereador em capitais brasileiras? A literatura internacional vem destacando a relevância de fatores geográficos no funcionamento de sistemas proporcionais, especialmente em contextos de alta magnitude e voto preferencial, como o encontrado no Brasil. Há décadas, estudos sobre a lista aberta brasileira se debruçam sobre a importância desse aspecto. Sob o pano de fundo de parte dessas análises esteve a hipótese de "distritalização" do sistema proporcional brasileiro, muitas vezes refutada, mas frequentemente retomada. Este trabalho investiga a distribuição espacial dos votos dos candidatos competitivos a eleição de vereador, em 2008, 2012 e 2016 nos municípios de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Trata-se, portanto, de um trabalho exploratório, que objetiva ampliar as análises realizadas sobre o tema, onde predominam estudos de caso em um único município. A fonte original dos dados utilizados foram o TSE (resultados eleitorais por seção no Repositório de Dados Eleitorais, e endereço dos locais de votação mediante consulta), e o IBGE (bases cartográficas do censo de 2010), e o processamento dos dados se deu no software R. Os locais de votação foram geocodificados a partir de uma coleta automática de coordenadas na API do Google Maps. Essas informações foram combinadas espacialmente (spatial join) nos mapas de setores censitários do censo de 2010, para permitir a identificação das unidades geográficas onde se encontravam os locais de votação. Com essas informações, foi possível agregar os votos de todos os candidatos em diferentes níveis geográficos para se investigar a incidência do MAUP (modifiable areal unit problem), que pode levar a produção de inferências diferentes de acordo com o nível de agregação utilizado.

A distribuição espacial dos votos foi analisada sob duas dimensões (Ames, 2003): a horizontal, de concentração e dispersão pelo espaço, medida segundo o índice de Herfindhal-Hirschman; e a vertical, que analisa a força eleitoral dos candidatos onde eles foram votados, medida segundo o índice de dominância média, formulado por Ames. Selecionamos para análise somente os candidatos mais votados (inicialmente utilizando como critério um percentual do quociente eleitoral naquele distrito eleitoral - 5%, 10%, 15% e 20%). Por fim, uma vez agregados os votos, calculados os índices e selecionados os candidatos, comparamos os diferentes grupos (de cidades e eleições) por meio de testes de análise de variância (ANOVA).

Este trabalho demonstra que entre os candidatos analisados, predomina a dispersão do voto e a baixa força destes nos territórios. Ou seja, candidatos competitivos teriam seus votos espalhados pela cidade e não tem um protagonismo exclusivo nos territórios onde são votados. A alteração de nível de agregação dos votos revelou uma pequena mudança nos indicadores, no sentido esperado (o nível mais agregado apresenta maior concentração média dos votos e menor força eleitoral), mas que não

modificaram as inferências realizadas. Por fim, a comparação entre grupos de cidades e anos eleitorais por meio dos testes de análise de variância revelaram uma estabilidade entre esses padrões na mesma cidade ao longo do tempo e pequenas diferenças entre os municípios analisados.

Apesar da indeterminação existente no conceito de "distritalização", os resultados deste estudo vão em sentido semelhante ao verificado para outras eleições sob a lista aberta brasileira, sendo mais uma evidência contrária a tal hipótese. Isto é, a hipótese de existência de um sistema majoritário entremeado ao sistema proporcional brasileiro não se verifica. Além disso, o trabalho reforça os achados de que, em média, os candidatos mais votados dispersam sua votação quando na lista aberta brasileira (seja em eleições para deputado federal, para deputado estadual ou para vereador). O trabalho contribui ainda para discussões sobre geografia do voto em nível local no Brasil, ao realizar estudos de caso em mais de um município simultaneamente, o que favorece comparações e o potencial de generalização dos achados. A partir dos resultados encontrados, abre-se uma ampla agenda de pesquisa. Por exemplo, no campo da representação política, como pensar a representação territorial diante de votações dispersas? No comportamento legislativo, como estes padrões geográficos ajudam a compreender a atuação de vereadores? Quanto aos efeitos do sistema eleitoral, quais fatores eleitorais podem explicar estes resultados?

Bibliografia:

AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco Peres da. A Concentração Eleitoral no Brasil (1994-2014). Dados, out. 2016. v. 59, n. 4, p. 1091-1125.

GONÇALVES, R. D. Onde agrego os votos? Contribuições à geografia eleitoral aplicada a problemas político-eleitorais brasileiros. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES-SILVEIRA, R. Território, escala e voto nas eleições municipais no Brasil. Cadernos Adenauer, 2013. v. XIV, n. 2, p. 167-192.

ROCHA, M. M. Da; KERBAUY, M. T. M. Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisa. In: ROCHA, M. M. Da; KERBAUY, M. T. M. (Org.). Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014, p. 17-34.

Gestão democrática e governança interfederativa: desafios à democratização da metrópole

Felipe Rangel Tavares

A tarefa de pensar e propor novas formas de governança e gestão democrática das cidades é um desafio que, na contemporaneidade, adquire maior complexidade devido às metamorfoses territoriais engendradas pelo processo de metropolização. Ao evocarmos tal processo, ressaltamos sua dimensão política, no que diz respeito ao papel do Estado, como também, do capital, considerando a sua reprodução no urbano atual. O processo de metropolização oferece-nos um prisma pelo qual focalizamos, num primeiro momento, a relação entre Estado-capital no âmbito da governança e da gestão metropolitana, pois permite verificar uma reconfiguração da atuação do Estado enquanto tradicional entidade política-administrativa detentora da organização/ordenamento territorial e as novas estratégias que o capital assume a partir do suporte estatal, principalmente nas parcerias público-privadas e nas operações consorciadas – sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro, núcleo da região metropolitana. Diante de uma postura empreendedora, competitiva e orientada aos negócios, na qual Estado e capital alinham-se em interesses, projetos e cooperação, a democratização da gestão, da governança e do planejamento territorial tem encontrado dificuldades de realização, uma vez que a esfera de decisão, execução e representação dos projetos de desenvolvimento urbano distancia-se das demandas populares e da participação efetiva da sociedade civil.

Na perspectiva de SILVA (2017), que verifica a metamorfose das/nas configurações territoriais e suas configurações políticas, observando o ressurgimento de novas formas de gestão, prosseguimos em refletir acerca das possibilidades de governança e gestão democrática no âmbito da Região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), avaliando a metodologia, os preceitos e os procedimentos de ação referentes ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDUIRMJR), denominado “Modelar a Metrópole”. O Plano se desdobra no âmbito da Lei Nº13.089 de 12 de Janeiro de 2015, o Estatuto da Metrópole, que dentre outras providências, procede na normatização de instrumentos de “governança interfederativa”, isto é, no compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. No que diz respeito à governança interfederativa, como versa o capítulo terceiro da lei mencionada anteriormente, há uma referência ao Estatuto da Cidade – Lei Nº10.257, de 10 de julho de 2001, em relação à gestão democrática da cidade. É a partir de tais considerações que discutimos as tensões em torno de novas modalidades e possibilidades de gestão em termos de democratização, levando em conta as contribuições de FERRÃO (2011), ao tratar do ordenamento territorial enquanto política pública numa concepção neomoderna, que pressupõe conceitos e princípios de governança, democracia deliberativa e planejamento participativo. O autor chama atenção para as “culturas de ordenamento de território”, isto é, as crenças e valores (com tradução em atitudes,

competências e práticas cotidianas) relacionados aos diversos atores envolvidos nos processos de planejamento/ordenamento territorial, dentre eles, o Estado, ao qual cabe a tarefa de introduzir aos cidadãos uma nova cultura de ordenamento capaz de contribuir para as mudanças necessárias. Assomam-se às tensões referentes às novas modalidades de planejamento e gestão, as contradições relacionadas aos valores e crenças de aspecto territorial, isto porque, dentre as singularidades do processo de metropolização do Rio de Janeiro apontados por DAVIDOVICH (2001) está a ausência do imaginário de um pertencer coletivo das populações, em função da inexistência de coesão e de laços de solidariedade territorial, traduzindo-se em políticas públicas seletivas e setorizadas, como também na segregação espacial material e simbólica. Refletindo essa caráter desintegrado, em publicação do IPEA (2013), ressalta-se que a gestão da RMRJ é marcada por um caráter pulverizado, revelando não apenas a falta de ações integradas entre os municípios, mas a lacuna deixada pela inexistência de um arranjo institucional para a governança metropolitana no Rio de Janeiro. É neste sentido que refletir acerca das possibilidades do PDUIRMJRJ pode contribuir: tanto na superação dessa lacuna – através dos instrumentos de governança interfederativa, quanto ao suscitar, estimular e infundir na população uma outra relação com o território – interessada, participativa, responsável e sustentável. Sobretudo, pela oportunidade de aprofundamento democrático (SOUZA, 2006) que as governanças cooperativas podem desencadear. A governança interfederativa a gestão democrática, como políticas públicas, figuram enquanto objeto de nossa pesquisa, visando analisar seus limites e possibilidades, projetando a democratização enquanto horizonte de programas, planos, ações e intervenções no território da metrópole carioca.

Bibliografia:

DAVIDOVICH, Fany. *Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro*. Cadernos Metrópole, n.6, pp.67-77, 2001.

IPEA. *40 anos de Região metropolitana no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013.

FERRÃO, João. *O ordenamento do território como política pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição, 2014.

SILVA, Augusto César Pinheiro da. *Governanças cooperativas sustentáveis na gestão metropolitana fluminense: desafios geográficos*. GeoUERJ, Rio de Janeiro, n.31, p.280-301. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Golpe de estado no Brasil em 2016 e suas consequências geopolíticas: destruição de empresas, enfraquecimento da soberania brasileira e desarticulação da UNASUL

Ronaldo da Silva
Alisson Riceto

O Brasil passa por grande agitação política entre 2013 e 2018. Esse período compreende as manifestações urbanas contra a Copa do Mundo em 2014, as grandes marchas pelo Impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2015/16, a crise da relação entre o presidente Temer e a empresa JBS e chega até 2018 com a prisão do ex-presidente Lula. 2014 marca o início da Operação Lavajato, empreendida pela polícia federal, Ministério Público, justiça federal de Curitiba, aliada aos veículos hegemônicos de mídia no Brasil, em nome do combate à corrupção na Petrobrás, mudou os rumos da política interna, externa e a inserção internacional do Brasil. Apresentar aspectos da aliança política, jurídica e midiática da Operação Lavajato, com veículos de comunicação e o Congresso Nacional que permite apontar um golpe de Estado no Brasil em 2016. Também demonstrar o desmonte de grandes empresas multinacionais Brasileiras e a desconstrução da política externa que vigorou de 2003 à 2016 no sentido de integração da América do Sul. Há várias ações articuladas entre a Operação Lavajato/judiciário e a mídia que atentam contra normas constitucionais. Também o Congresso agiu impulsionado pela mídia e pelas ruas atropelando aspectos importantes do poder da presidência da República. Essa demonstração fortalece a tese do golpe civil-parlamentar. Um exemplo é o vazamento de conversas da presidente eleita para a Rede Globo. É possível demonstrar a perda de bilhões de dólares em valores, contratos e ainda a retirada de várias multinacionais brasileiras da América do Sul e da África por conta de terem sido atingidas pela Operação Lavajato. O consórcio mídia e Operação Lavajato destruiu a reputação das empresas Brasileiras no Brasil e no exterior. Várias delas foram afastadas dos negócios da Petrobrás e substituídas por empresas estrangeiras. O enfraquecimento do BNDES e da Petrobrás leva ao recuo da integração Sul-americana. Posto estes exemplos, a metodologia consiste em revelar uma sincronia e sintonia entre vários atores e agentes do Estado, do mercado e da sociedade civil organizada tais como: a Operação Lavajato, grupos dominantes de mídia no Brasil, bloqueio parlamentar do Governo Dilma, ações de Rua (MBL), Redes Sociais (Vem Pra Rua, MBL), Entidades (FIESP, CNA), Agências de Rating (Standard and Poors;), poder Judiciário. O combate à corrupção no Brasil é muito importante e necessário. A Operação Lavajato em 2014 despertou grande atenção e interesse inicialmente. Com o tempo, a associação entre setores do judiciário, da MPF e da PF para prisões alongadas e ilegais, delações forçadas, provas muito contestáveis e empenho político e midiático contra o Governo Dilma Rousseff fez ascender um alerta. Contribuições da Operação Lavajato com o Depto de Justiça Americana ao arripio da Lei, sem passar pela Ministério da Justiça e pelo crivo do Itamaraty fez supor a possibilidade de apoio dos EUA à uma substituição da presidência da República no Brasil. Várias empresas brasileiras do ramo de construção civil e engenharia, petróleo e setor naval presentes no mercado

há décadas foram implicadas em corrupção na Petrobras. A confusão entre pessoa jurídica das empresas e as pessoas físicas que nessas empresas cometeram corrupção tem levado a desfiguração de seu patrimônio e a demissão de milhares de trabalhadores e a retração de multinacionais brasileiras na África e na América do Sul. A demissão de milhares de trabalhadores e paralização de obras agrava a crise econômica brasileira e abre espaço para multinacionais estrangeiras. Em geopolítica as multinacionais de um país não são propriedades apenas do dono ou dos acionistas. São riquezas do país, podem ser nacionalizadas, e sua tecnologia, mercado nacional e capacidade administrativa e financeira foram desenvolvidas ao longo de décadas. Não se espera que os EUA destruíssem empresas como Boeing, Apple, Microsoft ou a Ford numa investigação de corrupção. Por fim, expulsão da Venezuela do Mercosul e a retração da Petrobras e outras empresas brasileiras no continente são demonstrações robustas da desarticulação da UNASUL, o bloco de integração regional.

Bibliografia:

GUIMARÃES, S. P. Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Org.) Geografia e Geopolítica do Petróleo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

O'NEILL, Jim. The Growth Map. Economic Opportunity in the BRICS and Beyond. Nova York: Portfolio/Penguin, 2011

SANTOS, W. G. A Democracia Impedida: O Brasil no Século XXI. Rio de Janeiro. FGV, 2017

SOUZA, J. A Elite do Atraso: da escravidão à Lavajato. Rio de Janeiro: Leya, 2017

Identidade e diversidade: pontes moventes entre o lugar e o território de pessoas trans

Igor Melo de Aquino

Em tempos de tensionamentos culturais, o valor dos símbolos e da cultura ganha importância no espaço político. A diferença deixa de ser somente o oposto complementar da identidade, pois sua evidência tornou-se estratégia de resistência. A globalização, que aparentemente estaria homogeneizando o espaço geográfico de nossa época num ritmo progressivamente acelerado, não despertou algo como uma identidade social desse espaço globalizado. Ao contrário, desde a segunda metade do século XX, os movimentos sociais pulverizaram processos de afirmação identitária que reivindicam a noção aberta de que as sociedades ocidentais são compostas por multiplicidades existenciais. A afirmação de um lugar para a diferença perpassa os jogos de poder no/pelo espaço. As crises heteronormativa, étnico-racial, socioeconômicas e os problemas de gênero abrem um campo de disputas por territorialidades que buscam emergir contra sistemas hegemônicos de opressão e, neste movimento, afirmar um sentido de lugar na sociedade. Importantes transformações na teoria social crítica permitiram um deslocamento do conteúdo do conceito de território para que as relações espaço/poder fossem compreendidas para além da figura do Estado: o território deixou de se referir apenas a base material das nações e tornou-se uma significativa ferramenta de interpretação das diversas relações de poder que acionam o espaço geográfico. Multiescalar e multidimensional, território também ajuda a entender o movimento de grupos minoritários na sociedade que lutam por afirmação de suas identidades. Pela sistemática opressão que vivem cotidianamente, para populações LGBT, principalmente pessoas trans, a construção de um sentido de lugar na cidade depende de estratégias espaciais que podem incluir a formação de territórios. No Brasil, o alto índice de violência contra essas pessoas torna suas experiências na cidade tensas pelo imprevisível risco de serem vítimas de transfobia. A construção de territórios seguros que funcionem como abrigo pode ser a garantia mínima para o desenvolvimento de um sentido de lugar para pessoas trans. A sede do GDN (Grupo Diversidade Niterói) é um espaço gerenciado por pessoas LGBT para o atendimento desta população. Lá, mais do que um abrigo e acolhimento, as pessoas encontram a oportunidade de socializações e compartilhamento de experiências autênticas. Por isso observamos que para a maior parte de movimentos contra hegemônicos da sociedade, são necessárias algumas ações territoriais para garantir a possibilidade de construção de um sentido de lugar no espaço. Logo, para as pessoas que sofrem algum tipo de marginalização ou debilitamento social, a lugaridade é construída a partir de territorialidades, com estratégias que podem depender mais ou menos de ações territoriais efetivamente. Nossas “pontes moventes” entre os conceitos são perspectivas que buscam revelar mais de uma dimensão da experiência de pessoas LGBT no espaço geográfico; elas procuram estabelecer algumas perspectivas de análise geográfica para o modo como identidades de grupos minoritários podem contar politicamente com estratégias territoriais para sua afirmação social e através delas construir um sentido de lugar

nas cidades. Nossa discussão teórico-conceitual pretende relacionar as territorialidades como poder de acionar o espaço para realização identitária e a construção de um sentido de lugar através da experiência. Polarizamos o debate político da identidade e da diversidade no espaço entre o isolacionismo e o cosmopolitismo territorial debatido por Gottman acerca da trajetória do conceito desde o período de consolidação dos Estados Nacionais. Debates o alinhamento de ações territoriais isolacionistas com a construção de lugares fechados, configurando políticas espaciais reacionárias, de acordo com a crítica realizada por Massey. Concluímos discutindo acerca de perspectivas abertas do lugar e cosmopolitas do território, para o reconhecimento de que diversas identidades sociais co-constituem o espaço geográfico e nele precisam ser reconhecidas.

Bibliografia:

GOTTMAN, Jean. A evolução do conceito de território. In Boletim Campineiro de Geografia. Vol. 2, n.3, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; _____. (Org.) Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Acces, p. 33-56, 2007.

MASSEY, Doreen. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.

RELPH, Edward. Place and Placelessness. London: Pion, 1976.

SILVA, Joseli Maria. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In SILVA, J. M; ORNAT, M. J. & JUNIOR CHIMIN, A. B. (Orgs). Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa. Toda Palavra. 2013.

Lei Rouanet e a espacialidade do mecenato e dos pontos de cultura no Rio de Janeiro, Brasil

Bruno Guimaraes

Ao estudarmos os diferentes momentos das Políticas Culturais no Brasil, nos deparamos com algumas mudanças chave de paradigmas. Passamos por um período de tutela, do fomento reduzido, das artes eruditas (SODRÉ, 1985) para, recentemente, a determinação do valor de cultura pelo mercado até que, nas gestões de Gil / Juca Ferreira, o programa Cultura Viva trouxesse a cultura latente na vivência do brasileiro para o foco, antes vista pejorativamente como “folclore” diante do eruditismo. As políticas culturais cumprem um papel importante na construção de um processo institucional e discursivo que promovem grupos renegados e membros de culturas marginalizadas para que estes se tornem capazes de expor suas demandas e necessidades, bem como preservar as práticas dentro dos quais se tecem suas identidades e aspirações, na contracorrente da ideologia dominante (VENTURA, 2005). É por este motivo que nos propomos a realizar uma análise da distribuição espacial dos dois tipos principais de fomento a projetos culturais e levantar questionamentos acerca dos discursos e territorialidades de suas implementações no estado do Rio de Janeiro.

Devemos compreender o fomento a ações e projetos culturais com foco em duas políticas de financiamento: O mecenato da Lei Rouanet e, em contraste com sua lógica mercadológica, o Programa Cultura Viva. Será utilizado como escala geográfica o estado do Rio de Janeiro, tendo como recorte temporal o ano de 2014. O motivo da escolha deste ano é porque foi quando o IBGE divulgou a Pesquisa Básica de Informações Municipais – MUNIC, que inclui pela primeira vez dados a respeito dos Pontos de Cultura nos municípios do estado. Para fins comparativos, através do site da lei rouanet, foi possível aferir os projetos aprovados e aptos a captação no mesmo ano.

A observação dos projetos culturais que foram financiados pela renúncia fiscal em 2014 não apresentou nenhuma surpresa: Foram propostos 1314 projetos para o estado do Rio de Janeiro, dos quais 1213 são propostas localizadas na capital, aproximadamente 92%. Até então, este resultado era esperado, uma vez que, como já foi discutido previamente, o sistema de renúncia favorece a concentração cultural onde o mecenas irá obter maior retorno à sua marca. Como há uma grande metropolização por parte da capital dentro do estado, nenhuma surpresa que a cidade do Rio de Janeiro abarca um imenso montante dos investimentos culturais.

O contrapeso a esta concentração, deveria então ser o programa Cultura Viva com seus Pontos de Cultura. Na escala estadual, Turino explica que a equação de quais unidades da federação devem receber o apoio do programa envolve três variáveis: IDH, população e envio de propostas (TURINO, 2009), gerando assim um índice que visa a proporcionalidade de pontos pelo território. Esta proporcionalidade não ocorre quando transferimos a escala de estado para municípios do Rio de Janeiro: a capital

afirmou que apresenta 165 pontos de cultura. O município a apresentar o segundo maior número, Nova Friburgo, respondeu que possui 6 pontos de cultura. Os demais apresentam números que giram em torno de 2 e 3, e um número substancial não apresenta nenhum. Pelo peso populacional, a capital naturalmente teria um número maior de pontos. Com relação ao IDH, a capital possui o segundo maior, atrás de Niterói, portanto não necessita de uma política cultural privilegiada em relação aos demais por esta variável. A população, que tem impacto sobre o número de propostas, deveria então, por si, explicar a concentração. Mesmo assim, há discrepâncias. O total de habitantes da capital representa 39% do número de habitantes do estado, mas seus pontos de cultura extrapolam esta proporção, com 60,8% dos Pontos de Cultura totais.

As duas políticas culturais são distintas em sua natureza financeira e, devido à dependência do apoio mercadológico dos projetos financiados pelo incentivo fiscal, a concentração dos projetos culturais da Lei Rouanet por esta modalidade é substancial. Como contrapeso a esta concentração no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, o programa Cultura Viva realmente demonstrou um sucesso maior em espalhar o apoio a cultura pelo Brasil.

No entanto, ao reduzirmos à escala para o estado do Rio de Janeiro, percebemos que ainda há uma concentração, embora menor em relação à renúncia fiscal, dos Pontos de Cultura que é desproporcional à seu contingente populacional em relação aos outros municípios. Buscaremos as razões desta concentração na capital.

Bibliografia:

SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de História da Cultura Brasileira. São Paulo: Difel, 1985. South America's leftward sweep. BBC, Londres, 2 mar. 2005. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4311957.stm>>. Acesso em: 29 abr 2016.

TURINO, Célio. Ponto de Cultura, o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

VENTURA, Teresa. Notas sobre política cultural contemporânea. Revista do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UERJ, n. 15, 2009.

Los imaginarios geográficos y las identidades afectivas en la música popular iberoamericana en el cuerpo y en la voz de cuatro mujeres

Agustín Arosteguy

El proyecto busca investigar el repertorio de elementos simbólicos y conceptuales que componen las imágenes de un determinado lugar (vecindad, barrio, pueblo, ciudad, nación, región) en las músicas de cuatro compositoras/cantoras iberoamericanas (de ahora en adelante, CCIs), y, a su vez, pretende descubrir cómo las percepciones, sentimientos, comportamientos que provocan dichos lugares se materializan o corporizan de manera subjetiva, y hasta inconsciente, en tales personas, produciendo reacciones diversas: topofílicas, topofóbicas, rechazo, atracción, cerramiento, abertura, cegamiento, etc. El primer concepto que guía este estudio es denominado imaginarios geográficos (DEBARDIEUX, 2015) y el segundo, identidades afectivas (TAJFEL, 1972, JOHNSON, MORGESON, 2005; JOHNSON, MORGESON, HECKMAN, 2012). Las cuatro CCIs que compondrán el objeto de estudio son: Amália Rodrigues de Portugal; Dona Ivone Lara de Brasil; Lágrima Ríos de Uruguay y Violeta Parra de Chile.

Dicha selección se justifica por dos cuestiones. La primera, porque se entiende que cada una representó una forma de resistencia delante de una ideología hegemónica en un contexto histórico-político específico. En el caso de Amália Rodrigues la cuestión territorial de Lisboa en relación al lugar de tercer mundo que ocupa en Europa y sobre todo relativo al conglomerado conformado por Inglaterra, Francia, Alemania; Dona Ivone Lara fue la primera mujer en ser aceptada en el ambiente machista reinante del samba; Lágrima Ríos se constituyó como un estandarte contra el racismo y la discriminación hacia los negros y negras; y Violeta Parra alzó su voz contra las injusticias sociales de los más pobres y humildes. La segunda, es porque se percibió en las canciones y en las respectivas personalidades un potencial elevado en relación a las dos directrices teórico-conceptuales que orientan este estudio.

En este sentido, a partir del entendimiento de que existe una relación recíproca entre territorio y cultura, de que el lugar geográfico contiene aspectos intrínsecos del ser humano (HAESBAERT, 1997, 1999), como ser temperamento, valores, sentimientos, creencias, idiosincrasia, entre otros, el referencial teórico busca articular fundamentos teóricos provenientes de diversos campos disciplinares como Geografía Humanista (Rogério Haesbaert, 1997, 1999, 2007; Yi-Fu Tuan, 1983, 2012; Éric Dardel, 2015; Susan J. Smith, 1994, 1997); Filosofía de la Ciencia (Gaston Bachelard, 1994); Arte y Ciudad (Brígida Campbell, 2015); Sociomusicología (Simon Frith, 1996, 2003); Geografía de la Música (Lily Kong, 1995a, 1995b; George Carney, 1993, 2007); Geografía Cultural (Roberto Lobato Corrêa y Zeny Rosendahl, 2007; Zusman et altri, 2011) y Geografía Política y Cultural (Bernard Debardieux, 2015).

Esta investigación de abordaje cualitativo prevé utilizar el análisis cualitativo de contenido, la observación participante y las entrevistas individuales. Se cree, a su vez, que junto con la lectura de documentos de y sobre las CCIs y la visualización de las



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

películas documentales, se compondrá un material que enriquecerá el corpus de análisis a ser examinado.

Bibliografia:

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Literatura, Música e Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

DEBARBIEUX, Bernard. L'espace de l'imaginaire: essais et détours. Paris: CNRS Editions, 2015.

FRITH, Simon. Performing Rites: on the value of popular music. Harvard: Harvard University Press, 1996.

HAESBAERT, Rogério. "Território, poesia e identidade". Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n.3, p. 20-32, jan. 1997.

KONG, Lily. "Music and Cultural Politics: ideology and resistance in Singapore". Transactions, London, vol. 20, n. 4, pp. 447-459, 1995b.

Mapeamento da política da paisagem no Porto Maravilha: Cais do Valongo

Gabrielle Alves Reis

Através de um discurso de “requalificação” e/ou “revitalização”, a Zona Portuária carioca sofreu grandes transformações na gestão do prefeito Eduardo Paes, através do projeto “Porto Maravilha”. A partir de um discurso que colocava aquela área como “decadente”, “obsoleta” e “vazia” elaborou-se a ideia de necessidade de intervenção, que se constituiria como um transformador da paisagem, tanto no seu aspecto material quanto simbólico. A paisagem torna-se assim um elemento estruturador das intervenções, mas também dos discursos e práticas de resistência, revelando uma complexidade de agentes e práticas. Além disso, Abreu (1998) já destacava a valorização do passado das cidades pelas sociedades modernas. Nora (1993) chama a atenção para a busca incessante por vínculos identitários, que o autor chama de “síndrome arquivística”, nessa tentativa de preservar qualquer vestígio do passado. Ainda assim, é possível observar que a memória é seletiva, por passar por um processo de escolha (o que deve e o que não deve ser lembrado). Por isso, o fenômeno da memória pode ser entendido como uma ação política. Nesse ponto, é fundamental entender a prática da cidadania, que apresenta conflito, transformação e preservação, na luta por novos direitos e pressão social por justiça, com base em um novo imaginário político e, a partir disso, mostra-se importante entender os agentes que mobilizam a paisagem, que pode ser tomada como o reconhecimento de cidadanias (BARBOSA, 2017). Assim, o reconhecimento de cidadania tem como base a recomposição de identidades a partir da paisagem. Duncan (1990) destaca que a paisagem, apesar de possuir múltiplos sentidos de acordo com o olhar do observador, é capaz de transmitir informações em contextos que são produzidos por meio de um discurso intencional, a partir de ideologias expressas na paisagem. Nesse sentido, as discussões do conceito de paisagem são baseadas no entendimento da paisagem como um objeto de intervenções públicas urbanas, que possui um sentido político (DUNCAN, 2004). Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a forma como a paisagem tem sido mobilizada por diferentes agentes na zona portuária em suas práticas e os instrumentos e espaços nos quais esses conflitos emergem e são colocados em discussão, constituindo aquilo que chamamos de política da paisagem (RIBEIRO, 2013). A política da paisagem é entendida a partir da tríade Representação/Governo/Contestação, desenvolvida por Vanolo e Rossi (2012). A representação diz respeito a quem é representado e quais narrativas são construídas. Essa compreensão é fundamental para entender as decisões do governo, como um jogo de interesses e produções. Esse debate passou por diversas correntes geográficas, como a geografia cultural, com Claval (1999), e a geopolítica crítica, com Gerard Toal (1996). O segundo pilar, o governo, corresponde aos agentes que deliberam, instituições, decretos e ferramentas utilizadas pelo poder público, com base nas ideias de Foucault (1979) de governamentalidade. O terceiro aspecto, a política como contestação, aborda os conflitos. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo compreender de que forma a paisagem tem sido operacionalizada no conjunto de ações de diferentes grupos e agentes atuantes na região do Porto

Maravilha. Para alcançar esse objetivo, o trabalho procura realizar um mapeamento dos agentes, discursos, práticas, utilizando bibliografia e trabalho de campo na região portuária do Rio que envolvam a retórica da paisagem, além de realizar um estudo de caso acerca do Cais do Valongo, dada a sua importância para a construção da memória negra na região, com momentos como a construção do Circuito da Herança Africana, sua patrimonialização pela UNESCO e a atual construção do Museu da Escravidão e da Liberdade, ao identificar agentes, discursos e conflitos destes momentos.

Bibliografia:

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre memória das cidades. Revista Território. Rio de Janeiro: v.3,n.4, jan/jun, 1998.

BARBOSA, David Tavares. Cidadania Paisagística. In: V Seminário Espaço, Cultura e Política. Recife, 2017, 16p.

DUNCAN, James. A Paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato. & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagens, textos e identidade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 180p.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, v. 10, n. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, dez 1993. Tradução Yara AunKhoury.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem, Patrimônio e Democracia: novos desafios para políticas públicas. In: CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes, RIBEIRO, Rafael Winter (orgs.). Espaços da Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Megaeventos esportivos e (novas) conflitividades sócio-espaciais: remoções e reassentamentos no balanço da política habitacional brasileira

Tatiana Tramontani Ramos

Entendemos que diversos conflitos marcaram a sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XXI. O período compreendido entre os preparativos para a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) marcam uma especial conjuntura de conflitividade que se expressa em renovadas expressões da relação entre espaço e ação social – no que se refere às práticas e estratégias espaciais dos protagonistas e em relação à centralidade do espaço geográfico –, onde o primeiro se apresenta não apenas como locus das tensões e insatisfação social, mas, em grande medida, como motivador principal desses conflitos. A análise da espacialidade dos conflitos sociais no Brasil no período compreendido entre 2013 e 2016 permite identificar e analisar (1) práticas há muito tempo consagradas como “padrão” entre planejadores e gestores colocados diante da questão urbana por excelência, isto é, a segregação e a desigualdade sócio-espacial, para as quais a “solução” tem sido as remoções e despejos; (2) e também o início de uma nova conjuntura política no Brasil, caracterizada por um padrão de conflitividade recente, ora novo, ora renovador de velhas práticas, que hoje se expressa na crescente polarização da sociedade brasileira. Temos como foco nesta investigação o primeiro recorte analítico, especificamente no que tange à questão da habitação no Brasil contemporâneo, ao tomarmos como referência as remoções promovidas direta e indiretamente pelos megaeventos esportivos sediados pelo país e as políticas habitacionais conduzidas e consolidadas no mesmo período, isto é, as políticas públicas voltadas para a população de baixa renda, no âmbito dos programas e projetos voltados para a habitação de interesse social, como o Programa Minha Casa Minha Vida faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos.

O arcabouço teórico e o método da pesquisa está baseado na articulação entre a geografia urbana, o planejamento urbano e a geografia dos ativismos sociais, buscando um diálogo teórico e metodológico entre dois campos onde, enxergamos uma forma singular para compreensão do processo de produção e organização do espaço brasileiro atual. O plano metodológico consiste no levantamento em fontes recentes (teses, dissertações e periódicos), visto que o tema ainda encontra-se em fase de consolidação acadêmica; levantamento de dossiês e relatos (textos, documentários e entrevistas) produzidos por organizações de atingidos pelos megaeventos, ativismos sociais e movimentos sociais; pesquisa em fontes oficiais – Ministérios das Cidades, do Planejamento, da Fazenda, da Transparência, dos Transportes, dos Esportes e Direitos Humanos, Portal de Dados do Governo Federal e em fontes das esferas estadual e municipal para obtenção de dados sobre investimentos locais, parcerias público-privadas, licitações e concessões de obras, espaços e equipamentos públicos, habitação de interesse social etc. Com isso, pretendemos alcançar um levantamento detalhado sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – recursos, orçamento, obras, empenhos, produtos – que, somado aos

avanços obtidos em pesquisa anterior (A espacialidade dos conflitos sociais no Brasil contemporâneo (2013-2016): Jornadas de Junho, mobilidade urbana e remoções) pretendem analisar os avanços em termos de solucionar, ou mitigar o problema estrutural do déficit habitacional brasileiro. O recorte histórico priorizado será o período de 2013 a 2016 por reconhecermos uma conjuntura específica caracterizada pelo aumento da conflitividade social do Brasil e pela centralidade que o espaço urbano assumiu no debate político em relação às questões da habitação, mas também da mobilidade, acessibilidade, violações de direitos e aumento da segregação. Quanto às escalas de análise a pesquisa prioriza o nível local (a cidade) e o nacional, buscando estabelecer uma relação entre eles a partir de uma perspectiva multiescalar, ou seja, identificar e analisar as relações que se estabelecem entre os diferentes processos, passando de uma escala a outra, buscando apreender seus pontos de contato, suas influências recíprocas (afinal, a dinâmica do local não é sempre determinada ou subordinada ao nacional ou global, mas, ao contrário, pode impulsionar transformações nessas escalas), localizando no tempo e no espaço como os processos se condensam e ganham vida, concretude e existência.

Bibliografia:

ABREU, Maurício de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. IPLANRIO. 1987.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

HARVEY, David. Cidades rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Dos espaços de controle aos territórios dissidentes. Escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Megaeventos esportivos no Rio de Janeiro: uma análise socioespacial sobre as remoções

Ingrid Gomes Ferreira

A temática aqui abordada é fruto de um trabalho que está sendo realizado pelo Núcleo de Estudos sobre Território e Conflitos Sociais na Universidade Federal Fluminense pólo universitário de Campos dos Goytacazes (UFF- PUCG), desde o início do ano de 2016 até o momento, encontrando-se em fases finais de seu desenvolvimento. Apresentando uma problematização acerca do processo de remoção na cidade do Rio de Janeiro por conta das intervenções urbanas para a realização dos megaeventos esportivos como: os jogos Pan- Americanos, a Copa do mundo e as Olimpíadas, buscando compreender de que forma a confluência dos interesses entre essas as esferas pública e privada acarretou num conflito social e demolição de diversas comunidades localizadas em áreas de interesse do setor imobiliário e ampliação da malha viária, espalhados em variados pontos da cidade carioca. Abordar essa discussão e buscar responder as perguntas que são frutos da problemática que gira em torno dessa proposta acaba envolvendo um trabalho científico e, também de certa forma, social na medida em que a análise feita sobre o assunto provém de fontes oriundas tanto de uma mídia hegemônica, além dos dados e informações disponibilizados pelo Estado, mas também das produções escritas e áudio- visuais de autoria das famílias e movimentos sociais que denunciaram os abusos e truculências que sofreram ao longo das remoções. No campo da ciência esse trabalho seria relevante para contribuir com o debate referente ao conhecimento histórico voltado para as questões urbanas e como a ação do homem muda e se repete ao longo do tempo, enfatizando que o contexto observado está de acordo com a dinâmica do mundo globalizado que apresenta a cidade como o centro espacial dessas ações, ressaltando a importância de usar de uma interdisciplinaridade para poder compreender os fatos históricos de forma mais concisa. A metodologia empregada utiliza-se de fontes para o levantamento dos dados como os materiais produzidos tanto pela mídia hegemônica quanto por ativistas/ alternativa ou, até mesmo, a mudança jurídica direcionada para a legitimação das intervenções urbanísticas. Após esse levantamento dos dados o Núcleo criou uma tabela para a sistematização do conflito, possuindo atributos como: localidade, data, tipo de conflito, motivo(s), protagonista(s), antagonista(s) e tipos de organização e manifestação. Visando compreender a espacialidade/ temporalidade do conflito e seus agentes. Além disso, outras duas tabelas estão sendo finalizadas, a primeira é referente aos valores encontrados no portal da transparência para a realização das obras de infraestrutura, a partir daí a tabela está sendo composta com o objetivo de separar os investimentos específicos para cada intervenção, a segunda corresponde a tabela de entrevistas de cem famílias, que foram realizadas pela Pública: agência de reportagem e jornalismo investigativo, cujos fatores observados são a comunidade de origem, o local de remanejamento, a distância entre essas habitações e a obra responsável/usada como justificativa para as remoções. Com a finalização da verificação e problematização das fontes a pesquisa estará voltada para o

desenvolvimento de gráficos, mapas e material escrito referente às conclusões que podem ser tiradas a partir das fontes examinadas. Atentando que concomitantemente ao trabalho com as fontes ocorre uma discussão bibliográfica que fornece o embasamento teórico para o desenvolvimento dos resultados obtidos. Os objetivos da pesquisa são de compreender as consequências das relações de poder que se constituem na esfera do público e privado, visando à realização das intervenções na cidade para os megaeventos, principalmente na questão das reformas de mobilidade urbana e revitalização da área central. Contudo, destacando de forma imprescindível o papel da luta social pelo espaço na cidade com sua forte relevância e necessidade de ser afirmada seja por meio de um ativismo ou movimento social organizado, no processo de resistência, buscando romper com a estrutura urbana ligada à ordem hegemônica que sendo a detentora do capital financeiro acaba por ditar, muitas vezes, o processo de urbanização da cidade. Do lado oposto, os movimentos sociais dão a possibilidade dos sujeitos se tornarem ativos na disputa pelo cenário urbano.

Bibliografia:

BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2006.

Mercados cívicos e imaginários políticos pós-1960: o movimento Community Supported Agriculture

Alanda Lopes Baptista Martins

O objetivo deste artigo é analisar o surgimento dos mercados cívicos como uma das expressões de protesto social emergentes no conjunto dos imaginários políticos do pós-década de 1960. De forma confluyente ao que vem sendo chamado de ‘nova esquerda’, constatamos - com base na observação in loco e na realização de entrevistas semi-dirigidas com participantes do movimento cívico agroalimentar Community Supported Agriculture (CSA) em diferentes núcleos do Brasil e da Alemanha - que as estratégias de reivindicação presentes neste movimento de mercado/produção/consumo alternativos revelam a construção de um espaço de ativismo social fundado sobre o princípio basilar da esperança de que o mundo não apenas pode, como precisa, ser transformado a partir da realidade presente, por meio de ações indissociáveis da esfera da vida cotidiana, politizando-a. Trata-se de um novo imaginário de ativismo político, o qual, na medida que incorpora novas estratégias de transformação social, confere novos sentidos às performances do movimento antissistêmico, para além da esquerda tradicional. No imaginário político destes novos movimentos, categorias sociais definidas em torno da ideia de classe começam a ceder espaço para novas categorias políticas, associadas ao reposicionamento destes sujeitos que entram em cena compartilhando sentidos e estratégias diferentes daquela cena da mobilização social típica das gerações militantes até os anos de 1960. Nesta reinvenção de espaços cívicos, o ativismo social assume uma nova linguagem de representação do espaço-tempo da ação política, abraçando o momento presente, o ‘aqui e agora’ (GIBSON-GRAHAM, 2010), em ações carregadas de um sentido de empoderamento do local, através de estratégias arraigadas a circunstâncias endógenas onde se faz presente o diálogo com o global, estando este, contudo, a serviço do local. No panorama dos espaços de debate político que se inauguram destacam-se movimentos feministas; da luta em defesa da diversidade cultural e sexual; dos negros; dos indígenas em regiões andinas; dos zapatistas; ambientalistas; ativismos rurais de diferentes regiões do mundo; entre outros movimentos e formas de ação social que propõem transformações a partir da afirmação e da (re)criação de outras formas de se compreender e de se estar no mundo. Este imaginário da ação política envolve, ainda, a construção de racionalidades socioprodutivas distintas, mediante a criação de formas de organização, tanto do processo produtivo como do intercâmbio e do consumo, atípicas às relações capitalistas, tal como na experiência socioeconômica CSA enfocadas neste artigo (GIBSON-GRAHAM, 2010; GOODMAN et. al, 2012; QUIJANO, 2014; SANTOS, 2002; BARTRA, 2008; WALLERSTEIN, 2003; CÓRDOVA y PIMENTEL, 2013). Este trabalho é um dos resultados da tese de doutorado intitulada: “Agricultura Apoiada pela Comunidade ou Comunidade Apoiada pela Agricultura: a relação campo-cidade pela ética da solidariedade”, de mesma autoria, e traz como recorte empírico a expressão do ativismo social do movimento CSA no Brasil e na Alemanha. Entre as táticas e estratégias mobilizadas por estes atores, observamos a

construção de um processo sócio organizativo no campo e na cidade viabilizado pela promoção de um sistema de produção/distribuição/consumo agrícola de bases comunitárias. Nesta experiência, novas valorações acerca da sociabilidade inerente à alimentação são legitimadas e destacadas como importantes. Para além da qualidade nutricional e gustativa, que dizem respeito a uma motivação de consumo atrelada à uma satisfação pessoal, torna-se um componente-chave de suas estratégias a valoração moral do alimento. Mais do que uma alimentação adequada, estes atores buscam construir sociabilidades saudáveis, equilibradas, não contaminadas pela marca da exploração do homem pelo homem. A qualidade ética do alimento torna-se, assim, o elemento a ser viabilizado em suas práticas socioprodutivas, tal como numa crítica política, traduzida em ações práticas, sobre a crescente fetichização da mercadoria da modernidade capitalista. O CSA é presente hoje nos cinco continentes do mundo, congregando no total cerca de 42 milhões de pessoas vinculadas que obtém semanalmente seus alimentos através de núcleos CSA. Em suas narrativas, os membros associados brasileiros e alemães entrevistados falam sobre a motivação política que envolve a decisão de ingressar no movimento, com estórias de vida que em geral remetem a crise de representatividade da esquerda clássica, em termos de ideologias e expectativas, e dos Estados como mecanismos de transformação social. Ao deslocarem o campo da ação política de sua relação direta com o Estado, experiências como o CSA constroem novos espaços de debate público, voltados ao âmbito das relações sociais e de poder cotidianas como lócus privilegiado de mediação das esferas econômicas e de decisão política.

Bibliografia:

BARTRA, Armando. El hombre de hierro: los limites sociales y ambientales del capital. Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

GIBSON-GRAHAM, J.K. Una Política Poscapitalista. Bogotá: Siglo de Hombre Editores, 2011.

QUIJANO, Anibal. Cuestiones y horizontes: de la dependência histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder .1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. A Ruína do Capitalismo. Folha de São Paulo, 17 de outubro de 1999.

Mobilidade e movimentação social: uma análise a partir dos processos de expansão do aeroporto internacional do rio de janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim e seus impactos nas comunidades pesqueiras circunvizinhas

Daniel Sant'Ana de Sousa

Esta pesquisa pretende relacionar como cada obra de construção ou ampliação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim incidiram em remoções e realocações de pessoas que residiam em comunidades pesqueiras na Ilha do Governador, bem como apreender os movimentos de resistência que surgiram durante esses processos. Para isto, o recorte da pesquisa consiste na XX Região Administrativa da Ilha do Governador, parte integrante contida no município do Rio de Janeiro, tendo como foco os bairros mais afetados pelas expansões do aeroporto, que são Flexeiras, Itacolomi e Tubiacanga.

De acordo com Tenreiro (2014, p.23), os moradores da Ilha do Governador acompanharam a obra mais impactante já presenciada na localidade, tanto do ponto de vista social, como do ambiental, pois “para a construção do aeroporto foram desapropriados mais de 14 milhões de m², áreas enormes foram aterradas, ecossistemas, até então preservados, destruídos e praias (Flexeiras, Porto Santo e Itacolomi) e morros (Tubiacanga, Caricó e Itacolomi) simplesmente desapareceram.

Considerando que, de acordo com Haesbaert (2007, p. 42), o “território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza)”, compreende-se a imprescindibilidade de uma reflexão que aborde as possíveis ações de resistência empreendidas pelos moradores e como os movimentos sociais resistiram/resistem aos interesses de outros agentes, – dos quais pode-se destacar o poder público e o capital privado –, durante as seguidas transformações do aeroporto.

Para abordar a temática proposta considera-se fundamental, inicialmente, a pesquisa de natureza teórico-bibliográfica, recorrendo à literatura que possibilite maior conhecimento do campo teórico. Compreende-se que o conceito de território viabiliza reflexões que transcendem a materialidade presente no conceito de espaço social, uma vez que evidencia que as relações de poder que eclodem em lutas sociais e movimentos de resistência.

O território emerge sua importância para esta pesquisa quando as diferentes intencionalidades na apropriação do espaço revelam campo de força e movimentos de resistências contra práticas espaciais capitalistas. Para operacionalizar esta discussão, utiliza-se a bibliografia pautada em autores como Rogério Haesbaert (2008, 2014), Robert Sack (1986) e Marcelo Lopes de Souza (2006, 2010, 2013).

Ao considerar que a pesquisa pretende refletir em que medida as obras do aeroporto do Galeão interferiram/interferem na dinâmica das comunidades pesqueiras do

entorno ocasionando seguidos processos de remoções, entende-se necessário o levantamento e a análise dos documentos históricos concernentes às obras do referido aeroporto, que tem início na década de 1950 e se estende até os dias atuais, através do acervo histórico da aeronáutica e de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o objetivo de pesquisar dados técnicos relativos a construção do aeroporto do Galeão e o histórico das remoções. Esta fase de análise documental também se realizará por meio da pesquisa de jornais e revistas da época, para dimensionar o que existe de publicações sobre o tema.

Para compor o quadro de operacionalização da pesquisa, pretende-se a realização de trabalhos de campo, com idas ao bairro de Tubiacanga, com o objetivo de realizar entrevistas com os moradores, incluindo a tentativa de contato com os antigos residentes de Flexeiras e Itacolomi, contribuindo para a aproximação com a realidade vivenciada pelos moradores, buscando compreender em que medida os impactos das remoções vivenciadas no passado desencadearam uma organização mais forte dos moradores de Tubiacanga nos tempos atuais. Vale ressaltar, para finalizar, que esta pesquisa encontra-se em estágio de desenvolvimento.

Bibliografia:

HAESBERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Revista etc – Espaço, Tempo e Crítica. 15 de Agosto de 2007, n° 2 (4), vol. 1.

RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro. Leituras de Movimentos: conjuntura, ação e poder. Revista Temporalis. Ano 2, n4 (JUL/ DEZ). Brasília: ABEPSS, 2001. 9-19pp.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2006. 632p.

Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Bertrand, 2013. 320p.

TENREIRO, André. Um lugar fora do mapa. 1ª Edição. Teresópolis. Editora TereArt, 2014. 115p.

Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade

Anita Loureiro de Oliveira

Consideradas geografias subversivas (SILVA, 2009), as geografias feministas existem e resistem aos preconceitos e apagamentos alheios às suas reflexões. O modo como a ciência é fortemente afetada pelo machismo institucionalizado revela a necessidade de uma epistemologia feminista que acompanhe o movimento da sociedade. A crítica à ciência tem sido pontuada pelas agendas feministas e gerado disputas epistemológicas relevantes. Se a ciência, historicamente, negligenciou mulheres que subverteram a ordem constituída, questionar pressupostos epistemológicos da perspectiva científica dominante (masculina, branca, ocidental) passou a ser motivação para a emergência de outros/as sujeitos/as da ação política e da produção de conhecimentos.

Haraway (1995) ressalta o valor dos saberes situados, corporificados, parciais, localizados, críticos, que formam redes de conexões e articulam a política e a epistemologia. Provocar a subversão da monocultura da ciência ocidental para escapar das formas dominantes de produção do conhecimento que se universalizaram, é uma escolha metodológica para uma abordagem feminista e pluriversa.

A perspectiva feminista na Geografia, inicialmente orientada pela renovação da geografia cultural, revela que o corpo, enquanto conceito, traz relevantes contribuições para pensar a política. O processo de institucionalização do controle estatal sobre o corpo feminino evidencia as marcas do colonialismo, do patricarcalismo e da escravidão na vida das mulheres no presente.

A abordagem corporificada e interseccional é desafiadora porque permite o alcance de camadas sobrepostas de estigmatização, disciplinarização e submissão, mas também o alcance e o desvendamento das formas de insubordinação, antidisciplina e resistência. A noção de corpo revela seu caráter político ao permitir o alcance de sujeitos/as corporificado/as em ação. O/A sujeito/a corporificado/a se transforma em acontecimento, onde e quando são esperados o seu silêncio e apagamento e, em sua ação cotidiana, revela sua oposição aos modelos de cidade e de urbanidade excludentes (RIBEIRO, 2013).

A reflexão proposta neste trabalho direciona o olhar para lutas feministas pelo direito à cidade, entendendo-o como o direito à vida urbana renovada e transformada (LEFEBVRE, 2001). Se a vivência urbana é radicalmente diferente para homens e mulheres e bastante mais difícil para negras, lésbicas, transexuais e habitantes das periferias, as lutas feministas pelo direito à cidade são lutas por igualdade de direitos relativos à liberdade na apropriação da cidade e ao direito à obra (atividade participante).

Geógrafas/os e urbanistas têm se dedicado à questão urbana numa perspectiva feminista, mas compreender a luta pelo direito à cidade nesta perspectiva supõe uma problematização dos paradigmas que fundamentam a produção acadêmica e as políticas urbanas. Estes paradigmas resultam da ação de homens que não reconhecem as demandas das mulheres, que sentem que a cidade não é segura e que o desenho urbano favorece a reprodução do machismo. Ao circularem pela cidade, as mulheres encontram limites relativos aos horários e lugares onde podem estar seguras da violência sobre seus corpos.

O corpo, nos estudos feministas, é uma noção vital, já que ser mulher é ter o corpo em evidente controle externo. O controle sobre os corpos femininos é algo que se desenha historicamente junto com um projeto de dominação masculina e capitalista. A história deste controle do corpo feminino pelo Estado/Igreja, passa por políticas de natalidade e pela caça às bruxas, fenômeno que se atualiza (FEDERICI, 2017), na radicalização da criminalização do aborto; no aumento do número de abusos sexuais, estupro e de feminicídio, especialmente contra mulheres negras; na pouca representatividade da mulher na política; na objetificação e representação deturpada da mulher nos meios de comunicação; nas violências obstétricas e ginecológicas; nos corpos das vítimas da violência policial nas periferias; no encarceramento massivo de mulheres negras perpetrado pelo Estado; na experiência cotidiana de perseguição, silenciamento, agressão e invisibilização das mulheres lésbicas, transexuais, travestis e prostitutas, entre tantos outros casos que revelam a atualidade e a persistência das formas de violência contra as mulheres e eu justificam a escolha do tema.

O feminismo, em sua diversidade, como movimento das mulheres pela garantia de direitos, revela-se na sua complexidade. As diferentes realidades vividas por mulheres negras, indígenas, transexuais indicam a necessidade da abordagem dialógica e interseccional para a compreensão das ações que compõem a luta das mulheres pelo direito à cidade e, mais amplamente, pelo direito ao próprio corpo e à vida. Esta luta se dá em atos e manifestações mapeados pela pesquisa, mas também na ação cotidiana de mulheres que não se conformam com os limites e interdições da cidade e agem para pensar políticas urbanas corporificadas e mais abrangentes.

Bibliografia:

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

HARAWAY, Donna. *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu (5) 1995: pp. 07-41.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Sociologia do presente*. Letra Capital, 2013.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias subversivas – discursos sobre espaço, gênero e sexualidade*. Ponta Grossa, Paraná. Toda Palavra, 2009.

Mulheres em movimento: tecendo espacialidades, subjetividades e r-existências pelo direito à cidade

Gabriela Angelo Pinto

O debate do direito à cidade na perspectiva de gênero tem possibilitado a identificação de uma nova gramática política das lutas sociais urbanas no Brasil. Partindo deste pressuposto estamos desenvolvendo uma pesquisa de tese ainda em andamento que tem se configurado na tentativa de realização de uma crítica a inscrição e organização espacial do patriarcado na cidade do Rio de Janeiro e na análise das lutas políticas pelo direito à cidade na perspectiva de gênero. Um dos objetivos da pesquisa é analisar e compreender as experiências, insurgências e lutas das mulheres do conjunto de favelas da Maré pelo direito à cidade e as violências vivenciadas por elas no espaço público. Nossa hipótese de pesquisa é que outros horizontes de sentidos têm sido inaugurados através de suas formas de organização e insurgências ampliando o sentido de justiça territorial nas cidades.

Assim, compreendemos que a luta pela implementação do direito à cidade envolve um sistema complexo de combate a hierarquias que se retroalimentam, são heterarquias na reprodução do urbano. A violência sofrida pelas mulheres no espaço urbano é uma marca que transcende a realidade brasileira. Diante disso elas precisam ser compreendidas enquanto um padrão de dominação, exploração e opressão inscritas na construção do sistema-mundo moderno/colonial/patriarcal/racista/capitalista. Porém, é necessário não apenas avaliar as especificidades de cada lugar, mas também identificar a pluralidade das identidades das mulheres, pois o patriarcado (que impõe um papel subalterno as mulheres) se articula com o racismo, com o sexismo e com outras formas de opressão, dominação e exploração.

Nestes processos em curso precisamos reconhecer as disputas, as semelhanças, as diferenças, particularidades e singularidades das mulheres na construção e implementação de uma plataforma política de direito à cidade que pode criar um campo de possibilidades de reinvenção de novas utopias urbanas do devir urbano (BARBOSA, 2003). Esta pesquisa de tese pretende focar como objeto de investigação as mulheres moradoras do conjunto de favelas da Maré, organizadas no âmbito do projeto “Casa das Mulheres da Maré”, tendo como questão central suas r-existências e experiências de lutas no âmbito do direito à cidade a partir de suas percepções e vivências de violência no espaço público diante da inscrição espacial do patriarcado. Buscaremos identificar as suas respectivas formas de lutas, organização e insurgências. Assim, nossa metodologia teórica buscará investigar a questão dos sujeitos na geografia em suas múltiplas dimensões – em particular as relações de gênero, raça, classe e origem geográfica.

O universo da nossa pesquisa se limitará à análise da realidade da favela da Maré, identificando a partir das ações na Casa das Mulheres da Maré as suas experiências de luta, vivências de enfrentamento a violência no espaço público, seus processos de

organização e seus ativismos políticos na favela da Maré, localizada na cidade do Rio de Janeiro.

A escolha metodológica de pesquisa tem se constituído a partir do acompanhamento e participação nas ações desenvolvidas no âmbito da Casa das Mulheres da Maré desde 2016. Onde continuamente a percepção das mulheres investigadas e a vivência da pesquisadora enquanto mulher ex-moradora de favela moldam a estrutura e a interpretação das narrativas produzidas através do trabalho de campo. Assim a metodologia das escrituras tem se estabelecido como uma importante ferramenta para percepção de leituras, territorialidades e geografidades de mulheres da Maré e sobre seus dilemas e conflitos em torna-se mulher no espaço urbano.

Bibliografia:

FANON, Franz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

LEFEBVRE, H. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, Dec. 2014.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. In: *Revista GEOgraphia*, Ano 6, nº 12, 2004, p. 07-23.

RATTS, A.; SOUZA, L. F. Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. *Boletim Goiano de Geografia Goiânia - Goiás - Brasil* v. 28 n. 1 p. 143-156 jan. / jun. 2008.

SILVA, Joseli Maria (org). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009.

Neoliberalização urbana e cidades pós-políticas: uma reflexão sobre as metrópoles brasileiras

João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro
Eduardo Augusto Wellendorf Sombini

Nas últimas duas décadas, alguns teóricos da política vêm questionando o caráter democrático das sociedades liberais ao apontar que a tomada de decisões dos poderes públicos vem sendo crescentemente submetida aos discursos da necessidade e da urgência das ações. Nesse sentido, estaríamos assistindo a uma situação em que o exercício do poder estatal é legitimado pela admissão de sua própria impotência frente à falta de alternativas e as situações emergenciais que deve enfrentar (RANCIÈRE, 1995). Autores como Žižek (1999) e Mouffe (2005) afirmam que isso indicaria uma condição pós-política das sociedades neste início de século, caracterizada por três elementos centrais: a despolitização da práxis, a partir da criação de estratégias que inviabilizam o debate público na tomada de decisões; a valorização da gestão tecnocrática do Estado, na qual o governo assume uma função meramente gerencial, esvaziada da sua dimensão política; e a busca pela construção de consensos, ignorando vozes dissonantes e pregando uma falsa igualdade entre os grupos sociais. Swyngedouw (2007) se inspira nessa literatura para provocar o debate sobre a cidade pós-política, argumentando que, na fase atual do capitalismo, o empreendedorismo urbano e o avanço da governamentalidade neoliberal condicionam a política e o ordenamento das cidades em torno da construção de consensos. Os apelos à competitividade, à sustentabilidade e à criatividade urbanas, por exemplo, seriam expressões dessa ordem pós-política por se alinhar a um ideário de “boa governança” e, dessa maneira, criar impedimentos para que sejam objeto de debate público. Este trabalho se inspira nessas discussões para refletir sobre a condição pós-política das cidades brasileiras na atualidade. Argumentamos que o avanço de uma racionalidade neoliberal em ambientes institucionais tradicionalmente marcados por lógicas privatistas e autoritárias e com experiência democrática recente deve ser levado em consideração nesta análise. A partir do final dos anos 1980, com a promulgação da Constituição, os municípios passaram a exercer um papel primordial na participação da sociedade civil organizada nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. Apesar de haver experiências exitosas, os resultados, em geral, não corresponderam às expectativas de seus defensores. Os recentes espaços institucionalizados de debate político – invited spaces (MIRAFTAB, 2009) – também têm sido alvo de críticas por frequentemente comportarem meras formalidades burocráticas para garantir a legitimidade de políticas e ações sem que o embate de ideias seja estimulado. Na última década, experiências de grandes projetos urbanos e megaeventos esportivos lançaram mão de argumentos baseados na urgência, de forma a tolher manifestações de dissenso. O debate sobre a condição pós-política não nega, no entanto, que os espaços de resistência – invented spaces (MIRAFTAB, 2009) – continuem a existir. As jornadas de junho de 2013 são um exemplo do potencial político das cidades, como lócus do



conflito e da negociação, territórios do dissenso e da discórdia, e onde a subjetivação política efetivamente se manifesta (SWYNGEDOUW, 2007).

Bibliografia:

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. *Planning Theory*, vol. 8, n. 1, 2009, p. 32-50.

MOUFFE, Chantal. *On the political*. Nova Iorque: Routledge, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *La mésentente: politique et philosophie*. Paris: Galilée.

SWYNGEDOUW, Erik. The Post-Political City. In: BAVO (Org.). *Urban Politics Now: Re-Imagining Democracy in the Neoliberal City*. Roterdã: NAI Publishers, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. *The Ticklish Subject: The Absent Centre of Political Ontology*. Londres: Verso, 1999.

O “custo-voto” na microrregião de Foz do Iguaçu: uma investigação preliminar das eleições municipais majoritárias entre 2008 e 2016

Fernando Alcolea Cruz
Rubens de Toledo Junior

Este trabalho tem como objetivo discutir o que chamamos de “custo-voto” que seria o resultado da relação entre os valores investidos pelas campanhas de candidatos ao cargo de prefeito municipal, divididos pelo contingente eleitoral local total, bem como pelo número de votos válidos, e pelos efetivamente dirigidos aos postulantes, sendo estes dados posteriormente comparados aos valores recebidos em doação para custeio. Complementarmente se investigará como estas relações impactam o uso do território entre os diversos municípios da amostra e o impacto sobre os diferentes valores de “custo-voto” aferidos.

O tema passou a ser pesquisado com base nos dados recolhidos em órgãos oficiais tais como o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e outros, os resultados iniciais possibilitaram inferir que, mesmo os onze municípios que conformam a Microrregião de Foz do Iguaçu guardando certa uniformidade populacional e similaridade nas suas atividades econômicas principais e índices sociais, alguns dos entes - visivelmente menores em relação aos seus vizinhos - apresentavam arrecadações eleitorais proporcionalmente elevadas (maiores ainda que as do maior município da região) e também “custo-voto” maior, o que chama a atenção dadas as grandes semelhanças já mencionadas.

No último pleito municipal, o contingente eleitoral da região era de pouco mais de 290 mil eleitores e o valor investido pelas campanhas vencedoras das prefeituras foi de cerca de 1,05 milhão de reais, resultando - o que chamamos de “custo-voto” - num investimento médio de aproximadamente 3,60 reais por voto válido, independente de para qual candidato este foi dirigido, já quando analisamos os votos efetivamente recebidos pelos postulantes vitoriosos essa média salta para 9,43 reais. Outro dado importante a se notar é que a diferença entre os votos mais caros e mais baratos na região supera os 1300%.

Para ilustrar este levantamento e tentar compreender a dinâmica eleitoral desta região, a cartografia digital é ferramenta fundamental dada sua flexibilidade na sobreposição de camadas aparentemente dissociadas de informação e na capacidade de combinar múltiplas variáveis chave sobre uma mesma superfície de análise, o que pode nos revelar os possíveis padrões deste comportamento. Desta forma, serão geradas séries de mapas temáticos que tem como marco inicial as eleições majoritárias municipais de 2008 e que se encerram, neste primeiro momento, no pleito de 2016 e que levarão em conta os valores investidos nas campanhas dos candidatos à prefeito, as respectivas doações recebidas e como esses valores foram investidos, culminando num determinado número de votos recebidos.

Complementarmente, serão consideradas as variáveis que identifiquem o fluxo de doações e doadores de campanha, os impactos da antiga e da nova legislação de financiamento eleitoral, bem como esse novo regramento impactou, ao longo dos oito anos em análise, o comportamento dos votos, bem como a circulação financeira já mencionada.

Finalmente, é importante constar que este trabalho se encontra em fase inicial e que o levantamento de dados diz respeito à uma região específica com realidade e dinâmica próprias, mas que dada a flexibilidade dos meios utilizados para a compilação e tratamento das informações este pode evidenciar, se projetado num plano macro vindouro, comportamentos que não seriam tão facilmente verificáveis tampouco visíveis propagados em todo território nacional.

Bibliografia:

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONMONIER, Mark. How to Lie with Maps. Chicago: Chicago Press. 1996

TOLEDO JUNIOR, Rubens de. O lugar e as eleições: A expressão territorial do voto no Brasil. GeoTextos, vol. 3, n. 1 e 2, pp. 171-183. 2007. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3050/2153>. Visitado em Abril/2018

JACOB, C. R. ; HEES, D. R. ; WANIEZ, P. ; BRUSTLEIN, V. . As eleições municipais de 2004 e presidenciais de 2006 nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo: continuidade e mudança na geografia eleitoral. Alceu(PUCRJ) , v. 9, p. 128-175, 2008.

O Centro de Duque de Caxias – RJ enquanto espaço de disputas comerciais

Uriel Borges da Silva Junior

Observando as demandas dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, neste trabalho relaciono como o Centro do município de Duque de Caxias-RJ, cidade integrante da região da Baixada Fluminense e região metropolitana do Rio de Janeiro, tornou-se alvo de disputas comerciais através de intervenções urbanísticas e consolidando tal ideia através da criação e instalação do “Central Park Shopping”, que é um megaempreendimento com fins comerciais, e seria localizado de maneira estratégica no bairro. Anunciado pela empresa ABL Shopping no ano de 2013, este shopping que leva o nome de um grande parque florestal de Nova York, mas que chega a ser contraditório pelo fato de ter iniciado as derrubadas das árvores e queimada da vegetação do lugar onde instalar-se-ia. Na cidade de Caxias, existe um histórico distanciamento do poder público com a sociedade, coronelismo, voto do cabresto, políticos envolvidos com milícias, entre outras formas de amedrontar a sociedade e impedir qualquer diálogo que vá contra os seus interesses. Com um projeto onde não existe novamente esta abertura ao diálogo com os cidadãos, governantes da cidade deram todo o amparo legal para a empresa ABL. A cidade de Caxias é composta por quatro distritos, mas nos últimos anos o Centro de Caxias que localiza-se no primeiro, passou por diversas obras que alteraram a sua paisagem, como um grande complexo cultural, um “mergulhão” ligando o Centro ao bairro 25 de Agosto (bairro nobre), criação de um gigantesco mercado popular, entre outras intervenções urbanísticas. E neste momento especula-se a criação de um shopping, o que ratifica a ideia de que estão modificando o Centro, porém existem tantas incógnitas de como essas transformações urbanísticas podem provocar, não somente na forma, mas também nas questões sociais e seus conteúdos. Desta maneira a geografia aparece cada vez mais relevante e ocupando os debates dentro da sociedade como uma ciência voltada aos estudos sobre as contradições perante a produção social do espaço. No âmbito do urbano e das políticas de planejamento que nele estão contidas, a contribuição deste campo do saber é de vital importância para podermos compreender questões como o direito à cidade, a segregação espacial, exclusões sociais, entre outras inquietações que aparecem cada vez mais rotineiramente pela sociedade civil. Neste cenário onde mais uma vez a aliança Estado e iniciativa privada se fazem presentes e retiram dos cidadãos o direito de questionarem sobre as intervenções urbanísticas no bairro e a cidade que querem, utilizo referências bibliográficas que me permitam dialogar não somente com a geografia, mas também com a sociologia já que eu acredito que esta interdisciplinaridade foi fundamental para alcançar meus resultados. Além de pesquisas empíricas que foram obtidas na participação e convívio com os movimentos sociais que colocam-se como oposição e resistência a construção deste shopping. Tive neste trabalho a oportunidade de discutir com a sociedade, as teorias que a geografia me ensinou e este conflito entre teoria e prática neste momento foi necessário para chegar aos resultados obtidos e temporariamente embargar a construção deste empreendimento.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

BORJA, Jordi & FORN, Manuel de. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. Espaço e Debates, ano XVI, nº. 39, 1996.

RIBEIRO, Luiz. & RODRIGUES, Juciano. Da crise da mobilidade ao apagão urbano. Caderno IPPUR, 2013.

PEREIRA, S. R. Gottdiener, M. A produção social do espaço urbano. Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. X, nº 615, 20 de noviembre de 2005.

SÁNCHEZ, Fernando. A reinvenção das cidades na virada do século: Agentes, estratégias e escalas de ação política. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 16: 31-49 JUN. 2001.

VAINER, Carlos. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In : ARANTES, O., VAINER, C. B. & MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. São Paulo: Vozes. 2000.

O poder de nomear e o interesse político em renomear: conflitos toponímicos em Nilópolis-RJ

Enderson Alceu Albuquerque
Miguel Angelo Ribeiro

O presente artigo tem por objetivo discutir o uso político-partidário das toponímias no município fluminense de Nilópolis. A cidade em questão, componente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e conhecida na escala nacional e internacional por sediar a Escola de Samba Beija Flor de Nilópolis, presencia um intenso processo de modificações de nomes de equipamentos públicos pautados por interferências políticas. No cenário nilopolitano atual, dois grupos políticos são os responsáveis por essas alterações toponímicas: os Abraão-Sessim e os Calazans. Para analisar esse processo selecionamos alguns equipamentos públicos nilopolitanos, enfatizando aqueles que possuem nomenclaturas associadas aos grupos políticos atuantes. Essa seleção apontou que no referido município existem duas praças públicas, quatro espaços educacionais, duas ruas e quatro fixos de saúde com nomes de familiares desses grupos políticos. Além de grafar o sobrenome familiar em equipamentos públicos, os Abraão-Sessim também utilizam a agremiação carnavalesca Beija-Flor de Nilópolis para benefício político próprio, pois seus membros se revezam na presidência da Escola de Samba desde 1972. Dessa forma, a projeção alcançada pela Beija-Flor na escala nacional permitiu a esse grupo um espaço de exposição de seus feitos gerenciais não possível a nenhum outro adversário político da cidade. A partir desse processo, o grupo passou a usar o prestígio da instituição para uso político eleitoral, vinculando o nome dos membros libaneses aos projetos sociais realizados pela instituição carnavalesca. Por esse mecanismo, as toponímias nilopolitanas relacionadas a essa instituição cultural, são, também, politicamente apropriadas pelos Abraão-Sessim. Ademais, convém salientar que o poder de nomear um espaço público está ancorado numa legitimação daquele que sugere a homenagem e/ou daquele que a recebe. A prática política atual no contexto nilopolitano demonstra que “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Como esse poder político é limitado inicialmente em quatro anos, para a “marca” de um grupo político perdurar por mais tempo, torna-se necessário batizar espaços com a nomenclatura desses representantes. Isso asseguraria a manutenção do nome dos seus membros para além do período de seus mandatos. Contudo, em Nilópolis, uma praça, um posto de saúde e uma escola municipal que homenageavam membros da família Abraão-Sessim, tiveram suas nomenclaturas alteradas durante a gestão de Alessandro Calazans (2013-2016). Em 2017, após a vitória de Farid Abraão nas eleições municipais, os fixos em questão voltaram a ter os nomes anteriores, respectivamente Miguel Abraão, Jorge David e Aniz Abraão David, todos os três homenageados são irmãos do prefeito em exercício. Desta maneira, a base teórico-conceitual utilizada para o processo em tela compreende a análise das categorias de território simbólico e funcional, das toponímias e do conceito de poder, pois a territorialização, mesmo quando simbólica

como ocorre com as toponímias, expressa as relações de poder existente no espaço além de prejudicar o caráter amplamente público dos lugares. Se o espaço serve como referencial identitário, essa referência é comprometida quando há sua apropriação por um grupo específico. Grafar nos equipamentos públicos o sobrenome de pessoas ainda atuantes no sistema político local atende apenas aos simpatizantes desse grupo e serve como manifestação de poder para seus opositores. Os agentes públicos privatizam simbolicamente tais espaços por meio do seu poder de nomear e as forças políticas vencedoras do momento utilizam a mesma estratégia para renomear. Com efeito, ambos os casos, homenagear os pares ou afrontar os opositores, evidenciam o caráter estritamente político-partidário mesquinho pelo qual agem os governantes municipais atuais em Nilópolis.

Bibliografia:

CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 167-186.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MELLO, João Baptista Ferreira. A criatividade toponímica do povo Carioca. In: Colóquio Nacional do ANNER, II, 2007, Curitiba.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

O poder instituinte das ruas: o papel das manifestações e dos espaços políticos de contestação no contexto político contemporâneo

Guilherme Felix Machado Filho

Desde os anos de 2010, uma série de protestos e manifestações políticas tem ocupado ruas e praças em diversos países do mundo. No bojo do contexto recente de crise econômica e política, as manifestações políticas se impõem como um fator relevante da política contemporânea, como instrumento que propõe mudanças em diferentes contextos políticos, desde os mais democráticos aos mais autoritários. Embora relevante, desconhece-se seu potencial como poder instituinte, assim como a sua dinâmica em relação ao meio social e seu fundamento espacial. Historicamente palco de grandes ebulições políticas, ruas e praças foram em diversos momentos o lugar da mobilização política, da revolta, onde as normas foram postas em discussão (McAdam, et. al., 2004; Harvey, 2014; Santucci, 2008). São espaços onde o impulso instituinte por mudança é tornado público e visível, deflagrando o esgarçamento das normas antigas e o nascimento de normas novas. Assim, em momentos de crise institucional e grandes mudanças políticas e sociais, esses espaços frequentemente desempenharam o lugar por excelência do instituinte, escolhida como o lugar da política, para a política e, até mesmo, da não política. Dessa forma, tanto em democracias quanto em autocracias, ruas e praças, quando se manifestam, tornam-se um tipo de espaço com estatuto diferenciado, aquele de instituir mudanças e qualificado pela ação política. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar o poder instituinte contido no uso político de ruas e praças pelas nas principais manifestações ocorridas no mundo entre os anos de 2016 a 2018. Interessa-nos, especificamente, compreender o poder de ruas e praças como espaços políticos instituintes, a relação entre o nível de tensão social e o uso destes espaços para contestação, os efeitos das manifestações sobre o poder instituído e os espaços escolhidos bem como os motivos de suas escolhas pelos grupos manifestantes. Utilizou-se como base metodológica os modelos de análise da contentious politics (McAdam et al., 2004) e as categorias de análise dos espaços políticos (Machado Filho, 2017). O modelo da contentious politics tem como orientação a identificação e análise (i) do contexto geral (político, social e econômico); (ii) do fato gerador dos conflitos (evento que desencadeia mudanças e processos); (iii) dos atores políticos (quem tomam a frente e agem no processo de mudança); da trajetória das ações e processos (cadeia de acontecimentos e mudanças); (iv) e das estratégias e objetivos (ações planejadas com determinados fins político). Enquanto isso, as categorias de análise dos espaços políticos, sendo elas a arena (local onde ocorrem as manifestações), atores (agentes que empreendem as ações), ação (função a partir do uso político dos espaços), ritual (ações ordenadas que dão base ao funcionamento da política nos espaços) e processo (caminho percorrido das demandas até a sua ação concreta), foram utilizados em conjunto para a análise dos condicionantes espaciais da ação política das praças e ruas ocupadas pelas manifestações. A pesquisa ainda se encontra em fase de desenvolvimento, apresentando ainda resultados parciais. Dentre eles, observou-se a presença de alguns fatores comuns às manifestações

contemporâneas, como: a ocupação dos espaços centrais das principais cidades nos países onde ocorrem as manifestações; o uso das redes sociais para a mobilização e organização das manifestações e a discussão e circulação de informações dos assuntos contemplados por elas; a influência na agenda política e nas discussões dos Parlamentos dos temas levantados pelas manifestações; a crise econômica e política (representação política, funcionamento das instituições e dificuldade na implementação de reformas) dos Estados-nação como catalisador da tensão social e disparador de manifestações; o confronto violento entre Governo e grupos manifestantes (repressão policial vs depredação/vandalismo); a disputa de narrativas, tendo como base disputa entre o lado da criminalização e desqualificação dos protestos e garantia da ordem contra a crítica à postura autoritária e não representativa e resistência social do outro; e a atuação de agentes externos, como a mídia e organismos internacionais, Estados-nação, redes ativistas globais.

Bibliografia:

ARENDDT, Hannah. O que é Política?. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASTRO, Iná Elias de. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.) Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MCADAM, Doug et. al. Dynamics of contention. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MACHADO FILHO, Guilherme Felix. Espaços da política: a relação entre o espaço político das Assembleias e o espaço político de ruas no contexto das manifestações políticas contemporâneas. 2017. 108f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro.

O programa de agentes comunitários de saúde no povoado de Morrinhos Poções-BA: um olhar geográfico

Gerusa Martins da Silva
Jéssica Martins da Silva
Fernanda Viana de Alcantara

O presente trabalho faz uma abordagem sobre a relação do programa de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), no espaço rural do povoado de Morrinhos, município de Poções-BA, analisando as interferências do programa no espaço rural e os elementos de fortalecimento das políticas públicas de saúde preventiva e sua relação com a geografia. Neste trabalho elegeu-se as políticas públicas de saúde no espaço rural para serem estudadas e analisadas a partir do olhar geográfico, as referidas políticas tem por finalidade reduzir os agravos a saúde humana, dentre elas destaca-se o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, (PACS) que tem papel importante nas ações preventivas e de promoção a saúde. Varias áreas do conhecimento, dentre elas a geografia tem se dedicado e contribuído na compreensão das características, funções, estratégia, execução e avaliação do conjunto de políticas públicas. Merecem destaque aquelas voltadas para a saúde, como o programa de Agentes Comunitários de Saúde que estão ligados ao território, a identidade, as relações de poder. O ACS tem um papel importante na execução das estratégias e ações de concretização dessa política pública. O programa de Agentes Comunitário de Saúde visa desenvolver ações preventivas e de promoção a saúde, por meio de visitas domiciliares, orienta e acompanha as famílias, além de encaminhar e articular com a unidade de saúde de referência. Por meio, do mapeamento geográfico realizado na unidade de saúde os ACS juntamente com a equipe de saúde da família, discuti e define ações com a finalidade de reduzir os agravos a doenças. O mapeamento possibilita identificar às potencialidades, os limites, as dificuldades de cada comunidade, os aspectos físicos, pontos de referencias, áreas de riscos, podendo assim articular ações que favoreça a execução de políticas públicas. Essa pesquisa foi realizada por meio de levantamento teórico, aplicação de questionários a fim de conhecer o perfil da comunidade, os aspectos físicos, sociais, econômicos. Foi aplicado em sete comunidades rurais, além do povoada de Morrinhos. Além disso, foi realizadas entrevistas com os Agentes Comunitários de Saúde da unidade, para compreender as especificidades de cada localidade e os desafios existentes no desenvolvimento das ações. Outra entrevista realizada foi com a enfermeira chefe da Unidade de Saúde da Família Paulina Maria de Jesus, sobre as especificidades do povoado de Morrinhos e das áreas rurais pertencentes, compreendendo as potencialidades e limitações do Programa, além de compreender a importância de atuação do ACS no desenvolvimento de ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Foi realizada entrevistas com representante de associação rural, para entender a importância do ACS atuando no meio rural. Posterior a essa etapa, foi realizada tabulação e análise dos dados. De acordo a análise de dados forram constatado que o programa de agente comunitário de saúde possibilitou um desenvolvimento na condição de vida do povoado de Morrinhos, município de Poções-BA, com a atuação do agente comunitário de saúde,

por meio de ações educativas que diminuem a incidência de doenças, além de levar a informação e orientação na prevenção de doenças e promoção da saúde, por meio das visitas domiciliares, e do trabalho em equipe, identificam as áreas de riscos, por meio do mapeamento geográfico, que possibilita a equipe delimitar a área de atuação identificar os problemas existente e definir as estratégias de intervenção em prol da saúde do indivíduo. É uma política publica que modifica o cenário daquela localidade, com a implantação do programa no meio rural, pois devido a diversas limitações como dificuldades de acesso a informação e aos serviços de saúde. Por conta disso, O programa de agentes comunitários de saúde tem a finalidade de reduzir os agravos a saúde, é uma política de saúde preventiva que visa conscientizar, informar e facilitar o acesso aos serviços de saúde.

Bibliografia:

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro: Uma análise estadual: nordeste Jaguariuna. SP, Embrapa Informação Tecnológica, 2000

CLAVAL, Paul. Espaço e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979. 222p.

CORREIA Roberto Lobato. Geografia conceitos e temas (Elias De castro; Paulo Cesar de Costa Gomes, Roberto Lobato Correa). 1995 p.26.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 2008.

O rap das minas: as mulheres no cotidiano do movimento hip-hop do Norte Fluminense

Thais Dias Tavares

Herschmann (1997) afirma que o Hip-hop desde seu surgimento é um movimento predominantemente masculino e/ou masculinizado porque, ainda que existam mulheres, a participação delas ainda é inferior aos dos homens, e, além disso, muitas mulheres pertencentes ao movimento são diversas vezes são hostilizadas.

Para Lima (2014, p. 1380) “o Hip-hop, em se tratando de questões femininas ainda vem dando seus primeiros passos para a inserção da mulher como protagonistas.”. Partindo do pressuposto que há uma segregação de gênero dentro do movimento Hip-hop, que em 2014 a Liga Feminina de MC’s trouxe essa questão para serem debatidas dentro do movimento. Essa discussão possibilitou que diversas mulheres que não participavam ativamente do movimento Hip-hop começaram a se encorajar e tornaram-se mais participativas, seja rimando, dançando ou grafitando.

Desse modo, buscamos a identificação e interpretação das territorialidades das mulheres do movimento Hip-hop nas Cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé, assim como, analisar os fenômenos culturais e sociais existentes no território Hip-hop. Além disso, propõe-se entender em que medida as relações dinâmicas dos internautas ligados as mulheres do movimento Hip-hop em Campos dos Goytacazes e Macaé podem reforçar os modos de apropriação do espaço urbano, especificamente, a batalha de MC’s.

O objetivo geral dessa pesquisa é descrever, entender e interpretar as dinâmicas e as relações das mulheres com o movimento Hip-hop através da Liga Feminina de MCs, assim como, o seu modo de apropriação do espaço urbano, suas diferentes formas de representação e como esta dinâmica social pode desenvolver territorialidades nas cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé. Desta forma, vislumbramos contribuir com a discussão sobre sociabilidade juvenil, territorialidade e as questões de gênero existentes no movimento Hip-hop no Norte Fluminense.

Tomamos como base empírica para o estudo a Liga Feminina de MC’s que utilizam locais públicos para realização de suas manifestações de cultura e lazer. Além das redes sociais virtuais como ferramenta de promoção de seus eventos. Adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre Hip-hop, Geografia cultural, os conceitos de sociabilidade, gênero e relações de interface. Realizou-se pesquisa de campo para identificar os espaços de sociabilidade, em que há a presença de mulheres, causadas pelo movimento Hip-hop e a análise dos fenômenos culturais e sociais existentes nas territorialidades Hip-hop, assim como, a observação sistemática e análise dos locais pré-selecionados por meio das redes sociais, além de registros fotográficos.

Por muito tempo as integrantes do movimento Hip-hop assumiram posturas e vestuários menos femininos para conseguirem serem inseridas no movimento por conta da postura machista dos sujeitos. Herschmann (1997, p. 204) afirma que “nenhuma delas usa roupas provocantes, com medo justamente de ser estigmatizada por isso. Sua indumentária lembra roupas pesadas e largas dos homens.”. Ao dissertar a respeito da identidade construída pela mulher dentro do movimento Hip-hop, Lima (2014) afirma que “deve-se levar em consideração que há uma reivindicação feminina nesse contexto não só pelo fato de ser mulher, mas também por ser da periferia, ser negra e ser nordestina.” (LIMA, 2014, p. 1376). Partindo desse pressuposto, a identidade da mulher dentro do movimento Hip-hop é construída através de suas experiências vivenciadas enquanto mulher negra de periferia. A produção da identidade Hip-hop dessas mulheres é desenvolvida através de conflitos dentro do próprio movimento.

Essa segregação de gênero dentro do movimento ocorre há bastante tempo, porém em 2014 a discussão pautada na reprodução do machismo pelo Rap foi permanente e fez com que diversas mulheres que não participavam ativamente do movimento Hip-hop começaram a se encorajar e tornaram-se mais participativas, seja rimando, dançando ou grafitando.

Essa atitude de união entre as mulheres dentro do movimento pode ser notada no movimento Hip-hop do Norte Fluminense, nas batalhas de MC's as mulheres são presença constante, e não só como ouvintes das batalhas, mas também como MC's. Diversas MC's da cena local participam das batalhas e isso caracteriza uma resistência feminina dentro do movimento Hip-hop do Norte Fluminense, mais especificamente nas cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé.

Podemos identificar preliminarmente que mesmo a participação feminina nas batalhas de MC's apresente limitações, ela traz visibilidade a questões até então silenciadas e consideradas irrelevantes e/ou pouco importante para o movimento Hip-hop e a sociedade em sua totalidade. Essas mulheres ao ganharem protagonismo dentro do movimento possibilitam discussões acerca da questão de gênero na sociedade, possibilitam o debate a respeito das representações sociais, colocando em pauta a vivência da mulher nos dias atuais.

Bibliografia:

HERSCHMANN, M. Na trilha do Brasil contemporâneo. In: ____ (org.). Abalando os anos 90: funk Hip-hop: globalização, violência e estilo de vida. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LIMA, M. F. de. Mulheres no hip hop: a identidade feminina em um movimento juvenil e artístico-cultural. Anais do 18º REDOR. UFPB: Recife, 2014. p. 1370- 1382.

Ordenamento territorial para as áreas tombadas e de entorno do Parque Histórico Nacional dos Guararapes: uma proposta

Iuri Cesário Araújo

Localizado no município de Jaboatão dos Guararapes e distante cerca de 14 quilômetros da capital pernambucana, a área histórica dos Campos de Batalhas dos Guararapes retêm na memória a história dos embates entre luso-brasileiros e holandeses durante o período da Insurreição Pernambucana, ocorridos nos dias 19 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649. Possuidor de notável valor histórico-cultural e paisagístico, o local teve seu acautelamento federal decretado em 1961 conforme o processo de tombamento nº 523-T-54 e inscrito no Livro do Tombo Histórico (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1961), posteriormente, no ano de 1971, foi instituído o Parque Histórico Nacional dos Guararapes - PHNG. Muito embora o tombamento tenha sido decretado em virtude também da ameaça de ocupação no território, a ação do Estado não foi suficiente para a apropriação de grande parte do sítio tombado para fins de moradia. Estima-se que a área ainda não ocupada, que é predominantemente não-edificada e recoberta por vegetação ou infraestrutura (equipamentos públicos de lazer e circulação) em decorrência da existência do PHNG e do monitoramento do Exército Brasileiro, compreende cerca de 79,27 hectares, apenas 1/3 da área desapropriada para a constituição do Parque Histórico, enquanto as demais áreas estão ocupadas por assentamentos habitacionais que se firmaram de maneira irregular e desordenada, provocando a desarticulação com o restante do município e onde é constatada a ausência de equipamentos públicos, vias inacessíveis, deficiência no abastecimento de água e sistema de drenagem, erosão, deslizamento de terra em áreas de encostas, coleta de lixo domiciliar ineficaz, entre outros (MONTENEGRO, 2014). Cabe afirmar também que, do período da patrimonialização até os dias atuais, diversas políticas de ordenamento do perímetro tombado e do seu entorno foram implementadas pela esfera federal, seja no âmbito do patrimônio cultural ou ainda quanto ao trato do território desapropriado e sob propriedade da União, a exemplo da Portaria IPHAN nº 22, de 26 de setembro de 1974, e legislava sobre a área de entorno do Parque Histórico e cujo objetivo era o “controle de intervenções, mediante o estabelecimento de parâmetros urbanísticos” (SANT’ANNA, 1995, p. 184), entretanto notam-se contradições entre estes mecanismos jurídicos, tornando ainda mais complexa a tarefa da gestão do sítio. Diante do cenário exposto surge então o objetivo geral para o desenvolvimento deste estudo: definir parâmetros urbanísticos que podem ser aplicados às áreas tombada e de entorno do Parque Histórico Nacional dos Guararapes a fim de que sejam preservados os seus atributos físicos e os valores que o conferem significado em meio à condição urbana atual. Para que seja alcançado o objetivo geral foi delimitado um percurso metodológico pautado sob a investigação do bem patrimonializado, as análises do território e ainda os mecanismos urbanísticos incidentes, contemplando então seis etapas: 1) exploração do objeto, da motivação e dos valores expressos no processo o tombamento; 2) diagnóstico da evolução urbana e da ocupação do território em estudo por meio de mapas e demais

documentos; 3) compreensão das características físicas das áreas tombada e de entorno a partir da identificação, dentre outros aspectos, de Unidades de Paisagem, entendidos aqui tais quais os geossistemas e, por consequência, podendo ser entendidos como “fenômenos naturais (aspectos geomorfológicos, climáticos, hidrológicos e fitogeográficos) que englobam os fenômenos antrópicos (aspectos sociais e econômicos)” (AMORIM & OLIVEIRA, 2008, p. 01); 4) análises geográficas do terreno, correlacionando-os com a ambiência e a visibilidade do bem cultural; 5) assimilação da legislação de ordenamento do solo incidente, afim de que a normatização proposta não esteja em desacordo com os mecanismos atuais; e 6) definição de proposta de parâmetros urbanísticos para as áreas tombada e de entorno do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, contendo instrumentos e/ou recomendações de ocupação do solo, bem como suas justificativas. A partir dos resultados obtidos e da avaliação destes, espera-se que esta pesquisa possa auxiliar ações de preservação e gestão do bem patrimonial, bem como o ordenamento territorial integrado às demais bases da governança urbana e ainda servir como exemplo para a gestão de bens culturais de natureza semelhante.

Bibliografia:

AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente-SP. Revista Sociedade & Natureza, [S.l.], v. 20, n. 2, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9400/5744>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Processo de Tombamento no. 523-T-54. D.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Campo: Batalhas dos Guararapes. Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Jaboatão – Pernambuco, 1964.

MONTENEGRO, Gisela Amado de Albuquerque. A gestão do Parque Histórico Nacional dos Guararapes: análise e proposições. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, UFPE, Recife, 2014.

SANT’ANNA, Márcia. Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

Os limites da participação popular na gestão urbana: os conselhos participativos das prefeituras regionais do município de São Paulo

Bruno Dantas Hidalgo

Após o processo de redemocratização do Brasil e da promulgação da Constituição de 1988, diversas instituições e instrumentos de gestão e planejamento do Estado implementaram em sua estrutura organizacional canais de participação popular. Na gestão das cidades essa tendência foi muito expressiva – sobretudo após a elaboração do Estatuto das Cidades – e muitas vezes foi acompanhada de medidas de descentralização administrativa. Constataram-se diversas iniciativas de pluralizar formas de representação extraparlamentar e criação de núcleos de institucionalização da participação, como os conselhos de políticas públicas, criando um limite tênue entre essas duas dimensões – participação e representação –, as quais muitos analistas opuseram radicalmente em décadas anteriores (LAVALLE; VERA, 2011).

Considerando esse contexto, esta pesquisa tem o propósito de discutir os limites e possibilidades da participação popular na gestão urbana institucional por meio da análise dos conselhos participativos municipais (CPM) das prefeituras regionais do Município de São Paulo. As prefeituras regionais, criadas em 2003, são instâncias administrativas organizadas para gerir os territórios paulistanos, por meio de atividades de planejamento descentralizado, integração de políticas públicas setoriais no âmbito dos bairros e execução de serviços de zeladoria. Os CPM, implementados em 2013, são fóruns que propõem políticas para os territórios paulistanos, além de apoiar e fiscalizar a administração das prefeituras regionais. Trata-se de um órgão formado por munícipes eleitos a cada dois anos em cada uma das 32 prefeituras regionais, totalizando 569 vagas para conselheiros em todo o município.

Para realizar essa investigação executou-se duas etapas metodológicas principais. Primeiramente, buscou-se compreender de que formas a geografia da cidade pode facilitar ou dificultar a participação cidadã nos espaços institucionais de gestão urbana, por meio da análise de alguns indicadores demográficos, socioeconômicos e geográficos que sugerem desigualdades de acesso à cidade entre os munícipes paulistanos, o que pode indicar um desequilíbrio nas possibilidades igualitárias de participação política. Em seguida, identificaram-se alguns resultados práticos da ação dos CPM em medidas de planejamento e produção da cidade, bem como os limites de autonomia política e orçamentária das prefeituras regionais. O detalhamento do funcionamento concreto dos CPM foi obtido a partir de visitas a reuniões ordinárias em algumas prefeituras regionais e por meio de relatos e entrevistas semiestruturadas realizadas com conselheiros presentes nessas reuniões.

De modo geral, observou-se que a pouca autonomia administrativa e orçamentária das prefeituras regionais tem impacto negativo sobre as possibilidades de intervenção dos CPM. Um indício muito significativo disso é a queda das despesas municipais com prefeituras regionais: entre 2003 e 2016 houve uma queda de 4,4%

para 2,2% dos gastos municipais proporcionais com as administrações regionais. Tais restrições acabam fazendo com que as prefeituras regionais não tenham recursos suficientes para executar projetos novos, ficando restritas a serviços de zeladoria, como limpeza urbana, poda de árvores, manutenção de galerias, etc. Além disso, a própria normatização dos CPM que restringe sua atuação a um caráter meramente consultivo associada a frequente falta de apoio dos gabinetes das prefeituras regionais, acaba por desmobilizar os participantes, muitos deles passando a se ausentar das reuniões por se sentirem ignorados e sem poder efetivo. Por outro lado, os conselheiros não atribuíram às desigualdades socioeconômicas e geográficas – como as eventuais dificuldades de acessibilidade aos locais de reunião – obstáculos relevantes à participação nos conselhos.

Apesar dos desafios e limitações de atuação dos CPM, grande parte dos conselheiros ativos destacam a importância do órgão, e alguns atribuem certas ações nos territórios à pressão dos conselhos. Os limites da atuação dos conselhos expõem contradições inerentes a uma sociedade em que os rumos da produção da geografia das cidades são restritos a círculos políticos e econômicos privilegiados. A solução à demanda social por maior participação política acaba sendo efetivada apenas no plano formal.

Bibliografia:

GRIN, José Eduardo. Construção e desconstrução das Subprefeituras na cidade de São Paulo no governo Marta Suplicy. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, vol.23, n.55, set., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782015000300119&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 jan. 2016.

LAHORGUE, Mario L. Espaço e Políticas Urbanas: Porto Alegre sob o governo do Partido dos Trabalhadores. Tese de Doutorado em Geografia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87459/207236.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

LAVALLE, Adrian Gurza; VERA, Ernesto Isunza. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. Lua Nova, São Paulo, n. 84, p. 95-139, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 08 ago. 2017.

LAVALLE, Adrian Gurza; VERA, Ernesto Isunza. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. Lua Nova, São Paulo, n. 84, p. 95-139, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 08 ago. 2017.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos comerciantes informais (camelôs) nas proximidades do Shopping Castanheira – Belém

Geovane de Araujo Rocha
Gabriel dos Santos Gonçalves
Iasmim Suzana Borges dos Santos

Com o êxodo rural, o crescimento urbano nas cidades brasileiras, influencia em impasses sociais, políticos e econômicos. Entretanto, dentre os vários problemas, o aumento de comerciantes informais (camelôs) nessas cidades tornou-se bastante evidente. Portanto, busca-se compreender os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos comerciantes informais nas proximidades do Shopping Castanheira.

O presente estudo foi desenvolvido próximo à Rodovia BR- 316, Km1 s/n-Castanheira, Belém- PA, pois essa área apresenta um grande número de comerciantes informais (camelôs) desde a origem do Shopping. A coleta de dados constituiu a aplicação de questionários composto por perguntas objetivas e entrevista com os comerciantes do local.

O resumo em questão tem o objetivo de fazer uma análise sobre os vendedores ambulantes (camelôs), comerciantes informais, além de apresentar o motivo da territorialização e como conseguem conquistar um território nas ruas, que tipo de relação de poder usaram para obter e manter o território (espaço nas calçadas) e como podem ser desterritorializados e também reterritorializados, acrescentando a isso, os conflitos causados pela desterritorialização, e a reterritorialização pós desterritorialização.

O território, geralmente, é algo pensado como um espaço delimitado sob a posse de algo ou alguém, no entanto, tal conceito tem carga vasta de interpretações e é de extrema importância para o meio geográfico, pelo fato de ter uma abordagem bem ampla e pontos de vistas divergentes. E este trabalho apresenta o conceito de território como um espaço definido e delimitado por e a partir relações de poder (SOUZA, 1995, apud SOUZA 2013, p. 78). Nesse sentido, há uma relação entre poder e território, e dessa forma, não existe território sem poder, ou seja, dentro de um determinado território vão ser exercidos exercícios de poder. Ou seja, o poder é essencial para a construção de um território.

A partir da ocupação do espaço nas calçadas diariamente, os comerciantes informais estabelecem uma relação de poder, assim territorializando o espaço material e também o imaterial que segundo Bernardo Maçano Fernandes, em seu texto Entrando nos territórios do território afirma que:

(...) Temos territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de

pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. (...) (FERNANDES, 2013)

Esse tipo de territorialização dos comerciantes se utiliza do conceito do terceiro território que é “formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território” (FERNANDES, 2013)

Os comerciantes informais (camelôs) localizados nas proximidades do Shopping Castanheira em Belém sofrem com a desterritorialização por parte do estado por conta do excesso de camelôs naquela área que dificultam a passagem de pedestres nas calçadas e por venda de mercadorias inadequadas para aquele espaço, em diversas ocasiões os comerciantes entram em um conflito com as autoridades devido a desterritorialização em que lutam pelo espaço territorializado por eles. Acerca do conceitos de desterritorialização e reterritorialização, com base no livro O Mito da Desterritorialização de Rogério Haesbaert, O território tem habilidade de sofrer a desterritorialização, ou seja, quando ocorre o movimento de abandono de determinado espaço geográfico e que os processos de desterritorialização e reterritorialização são indissociáveis e sincrônicos, isso significa que toda desterritorialização conduz uma reterritorialização.

Logo, os comerciantes por necessidade econômica voltam a reterritorializar aquele mesmo local ou um outro espaço.

Portanto, percebesse que o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização se fazem presente em nosso cotidiano mostrando o motivo pelo qual aquele espaço foi ocupado, mostrando as relações de poder e os conflitos presentes. Também, ver-se a falta de fiscalização dos comerciantes por parte do estado, assim gerando um aumento de criminalidade naquele local.

Bibliografia:

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná de; GOMES, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brazil, 1995. p. 77-116.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. 6. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In.: SAQUET, M. A.; SPOSITO, Eliseu saveiro. (org). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. Expressão popular, 2009. p. 35-71.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando no território dos territórios. São Paulo. UNESP. 2013.

Participação feminina nas políticas públicas democráticas brasileiras na ascensão do movimento feminista

Ana Carolina Oliveira de Almeida
Március Herculano Pereira Carneiro Araújo

O regime democrático trouxe para o Brasil a possibilidade da participação ativa da população nas decisões do Estado. Os movimentos sociais alicerçados pela democracia tiveram grande ascensão no país e a participação feminina na vida política fizeram com que as políticas públicas se tornassem algo fundamental na organização social.

Com a ascensão do movimento feminista dos anos 2000 em diante, as mulheres ganharam ainda mais cargos e funções fundamentais dentro da sociedade. Além de diversas parlamentares, alcançaram a presidência do país, mesmo que não terminando seu segundo mandato devido a um golpe. Com isso, é esperado que se veja mais políticas públicas voltadas para os interesses das mulheres, além do aumento da sua participação ativa.

O objetivo do artigo foi analisar justamente o contexto feminino no cenário das políticas públicas brasileiras, uma vez que devido à democracia as mulheres ganharam cada vez mais espaço na organização política nacional. Para isso foi necessária uma breve explanação sobre alguns conceitos. Políticas públicas, feminismo e democracia. Três termos fundamentais para a evolução e compreensão do debate proposto ao longo do artigo.

Primeiramente, devemos explicitar as políticas públicas, que são instrumentos que vêm ganhando espaço cada vez mais importante na sociedade brasileira. Seu conceito pode, a primeiros olhos, aparentar simplicidade, mas sua multiplicidade de compreensões o torna abstrato e importante de ser debatido. No Brasil as políticas públicas surgiram no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e se referiam, em um primeiro momento, às questões trabalhistas, de saúde, educação e habitação. Atualmente a entendemos como o conjunto de planos e ações criados pelo governo, seja ele de nível municipal, estadual ou nacional, que constroem metas afim de proporcionar uma melhor condição de vida para a população. É um recurso heurístico, ou seja, um processo para compreender o que acontece em cada situação e desvendar o que pode ser feito caso a caso.

A participação das mulheres nas políticas públicas é uma conquista de um movimento político, filosófico e social, o feminista. Este que é caracterizado pela luta da igualdade entre os gêneros e que procura a compreensão das condições sociais das mulheres afim de melhorá-las. Até o século XIX as atribuições femininas eram resumidas a afazeres domésticos e educação dos filhos, em detrimento dos direitos básicos, como por exemplo ler, trabalhar, estudar e votar. Com sua ascensão, a conquista pelo espaço feminino está cada vez maior e, atualmente, as mulheres gozam de direitos que, no passado, poderiam ser inimagináveis.

Os fatos citados anteriormente são possíveis devido ao regime democrático uma vez que os movimentos sociais ganham voz e participação. Se na Grécia antiga a democracia idealizada por Platão era “ampla”, a democracia representativa em vigência no Brasil, não exclui, pelo menos no papel, nenhuma faixa da sociedade. Diversos exemplos da efetividade da participação popular podem ser vistos na história brasileira, vide as Diretas Já!. As políticas públicas são um grande reflexo disso. Os movimentos feministas, dos negros, da população LGBT, entre tantos outros importantes se intensificaram, ao mesmo tempo que conquistas sociais foram garantidas pela atuação destes movimentos nas ruas e pressionando os representantes políticos.

Com base no exposto questionamentos surgiram, alguns foram respondidos, enquanto outros ficaram para reflexões posteriores. Entre eles estão, onde as mulheres estão atuando? Por que elas estão inseridas nesses projetos? Qual é o foco em suas atuações? Quais resultados já obtiveram? Houve um aumento na participação feminina nas políticas públicas com a ascensão do movimento feminista?

Bibliografia:

ABDALLA, Maurício. A democracia no capitalismo. Democracia em crise: o Brasil contemporâneo. Coleção Cadernos temáticos do NESP;7. Editora PUC Minas. Belo Horizonte – 2017.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro - 2016.

FREITAS, Mariana Oliveira de. Políticas Públicas: experiência em educação, cultura, comunicação e cidadania. Encontro de Pesquisa em Comunicações e Cidadania. Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania – PUC/GO. Goiânia – 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. Revista de Sociologia e Política v.18, nº36: 15-23 jun. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre - 2010.

FERREIRA, Virgínia. Feminismo na Pós-Modernidade. Revista Crítica de Ciências Sociais nº24. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Coimbra - 1968.

Participação social e governança territorial no Programa Territórios da Cidadania: um estudo sobre o colegiado territorial do vale do Paranã em Goiás

Bruno Abdala
Juliana Nunes Rodrigues

Observa-se, nas últimas décadas, que um conjunto de fatores têm orientado transformações na maneira de produzir, executar e analisar políticas públicas em muitos países ocidentais. Ao tratar do desenvolvimento territorial, sobretudo quando associado aos espaços rurais, diversas políticas têm adotado discursos de valorização da participação social e de sua inclusão nos processos decisórios. Tais manifestações sustentam que o desenvolvimento pode ser alcançado a partir da sinergia entre territorialização de ações governamentais e a intensificação das interações entre distintos atores e agentes em um contexto territorial particular.

Assim, espaços de interface Estado-sociedade civil têm ganhado notória relevância, influenciando a criação de estruturas participativas contemporâneas que fazem alusão a estratégias de coordenação e a processos mais horizontalizados de negociação e de colaboração para a conformação de consensos. Enfim, novos arranjos e contornos da ação política territorial se delineiam: conselhos, associações, fóruns, consórcios, comitês, colegiados territoriais, entre outros.

No contexto particular do meio rural brasileiro, nota-se uma série de políticas sustentadas a partir dos preceitos anunciados. O Programa Territórios da Cidadania (PTC), lançado em 2008 pelo Governo Federal, inseriu-se nessa seara e, mais especificamente, no Território Vale do Paranã, nordeste do estado de Goiás, estimulou a criação de um colegiado territorial e a produção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS. O colegiado territorial, assim, constituiu-se formalmente como uma instância deliberativa, sendo concebido como espaço adequado à participação social, à representação da sociedade civil, à articulação de interesses e, por fim, à concertação social. Dessa maneira, parece se aproximar, por princípio, do conceito de espaço político, como um espaço articulador de atores e “entidades de desarrollo y concertación decisional” que afeta a vida em comum (KRAUSHAAR, 2004, p.10).

Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir para a melhor compreensão de processos envolvendo participação social e capacidades decisórias em estruturas participativas contemporâneas, em especial, aquelas marcadas pelo discurso do desenvolvimento territorial em espaços rurais. O debate sugerido está à luz dos conceitos de espaço político e governança territorial e amparado pelos resultados obtidos em nossa dissertação de mestrado Participação social e governança territorial no Programa Territórios da Cidadania: um estudo sobre o colegiado territorial do vale do Paranã em Goiás.

O objetivo da pesquisa foi analisar experiências de governança territorial no colegiado do Território da Cidadania do Vale do Paranã em Goiás. A opção

metodológica se baseou em estudo de caso amparado por trabalhos de campo. Recorremos à entrevistas semiestruturadas com agricultores, assentados da reforma agrária, quilombolas, técnicos agropecuários, secretários municipais e prefeitos, dirigentes de associações, sindicatos rurais, lideranças, membros do colegiado etc. Além disso, optamos por roteiros de observação focados em atividades econômicas, infraestruturas, dificuldades de produção e de participação social, potencialidades diversas etc. Considerando o colegiado e as experiências dos processos de governança, pôde-se verificar que as dificuldades enfrentadas desmotivam a participação de muitos atores no Vale do Paranã. A percepção predominante é que resultados práticos da política são lentos e que o processo é muito burocrático. Além disso, a falta de formação técnica é ponto fundamental na elaboração de projetos importantes e isso contribui para a morosidade das etapas da governança.

A partir de uma análise mais ampla, os resultados obtidos sugerem que, embora o PTC se ampare em um discurso de descentralização político-administrativa, tal perspectiva não se pronuncia de forma satisfatória. Embora a instância decisória estudada tenha sido, aparentemente, desenhada para promover a articulação entre distintos órgãos e ministérios, a extensão do programa parece ter tornado esse resultado distante. Assim, uma esperada nova institucionalidade para políticas de desenvolvimento territorial – que incluísse participação social, integração institucional e multiescalar – parece ainda não ter encontrado o desenho ideal. A partir de um panorama complexo, afirma-se que a qualidade dos processos decisórios estão abaixo do esperado e a possibilidade de um espaço político fortalecido parece distante. No entanto, um conjunto de pequenas transformações – desde o comportamento dos atores sociais até o aprendizado acumulado sobre a possível relação entre sociedade civil e Estado, passando por uma tentativa de estabelecer um novo arranjo institucional – são pontos positivos para uma agenda de planejamento e desenvolvimento que considere as especificidades de contextos territoriais com a participação do público alvo das políticas direcionadas.

Bibliografia:

CASTRO, I. E. de. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (Org.). Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 43-72.

DELGADO, N. G.; ROCHA, B. Governança territorial e gestão social: avanços e desafios da política territorial de desenvolvimento rural no Brasil. Texto de conjuntura nº25. Rio de Janeiro, OPPA/CPDA, 2017.

FARINÒS, J. Gobernanza Territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. Boletín de la A.G.E. Valencia, v.46, p.11-32, 2008.

FERRÃO, J. Governança e ordenamento do território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. Prospectiva e Planeamento, Lisboa, v. 17, p. 129-139, 2010.

KRAUSHAAR, L. H. La construcción del espacio político local. El caso de los consejeros regionales de la x region de los lagos. 2004. 112. Dissertação (mestrado em Antropologia e Desenvolvimento) – Departamento de Antropología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile, Santiago, 2004.

Plano de Mobilidade em Cabo Frio – RJ, planejamento participativo?

Gabriel Guanabará Lemos Marques
Tatiana Tramontani Ramos

O presente trabalho é um passo inicial de uma pesquisa que começa a ser desenhada, um ensaio para discutir alguns elementos que devem ser considerados na efetiva contribuição dessa população na elaboração do Plano de Mobilidade de Cabo Frio – RJ (PlanMob). Por isso, o nosso objetivo consiste em refletir sobre a participação da população no processo de construção do PlanMob. Como metodologia, adotamos: (a) trabalhos de campo, onde participamos das reuniões e (b) levantamento bibliográfico.

Para iniciar nosso estudo, trazemos elementos que possam subsidiar nossa fundamentação. O primeiro deles é a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que dispõe sobre as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, em que consta, entre outras informações, (a) que o plano deveria ficar pronto no ano de 2015, e a partir dessa data, os municípios ficariam impedidos de contratar recursos do Governo Federal (b) que em seu Art 15º, regula a participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação, e nos seus parágrafos, detalha as formas em que a sociedade pode e deve efetivamente participar.

Regressando ao ponto anterior, o segundo destaque fica a cargo da Medida Provisória nº 818, de 11 de janeiro, de 2018, que, entre outras diretrizes, instituiu, em seu Art 2º, em seus § 3 e 4, que o Plano de Mobilidade Urbana será compatibilizado com o plano diretor municipal, existente ou em elaboração, e os municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana teriam até abril de 2019 para apresentar a versão final deste plano.

Tendo esse cenário posto, o PlanMob de Cabo Frio foi lançado em junho de 2018 no auditório da prefeitura para explicar à população o que é e como a proposta será executada. Posteriormente, em meados de novembro, foi desenvolvido um curso de capacitação de delegados do PlanMob, que tinha por objetivos transmitir os conceitos sobre mobilidade urbana utilizados na política nacional e servir como difusor e catalizador de opiniões em seus respectivos bairros. Contudo, essa proposta foi abandonada e a Secretária de Mobilidade e Turismo, encarregada da elaboração do PlanMob, adotou outra estratégia. Em entrevista ao Jornal Clique Diário, o secretário explicou que o planejamento consiste em encontros nos bairros da cidade, através de eixos de centralidades, com o objetivo de fazer diagnósticos das necessidades de cada ponto para a elaboração de um Plano Participativo, sendo esses encontros abertos à população. A forma como vem sendo conduzido o processo em Cabo Frio é discutível, pois o planejamento participativo deveria de imediato questionar as práticas e dinâmicas tradicionais de planejamento que vêm sendo utilizadas, nas quais as relações estabelecidas entre Estado e Sociedade se dão de forma vertical (o que geralmente é prática operante na formulação desse planejamento).

Buscando pontuar uma resposta preliminar à pergunta lançada no título, entendemos que a participação se constitui como um projeto coletivo que se rege pela inclusão da sociedade em todos os momentos do processo, desde a elaboração, passando pela execução, chegando na avaliação, num processo cíclico, almejando sua emancipação. Concordamos com Toni (2009) ao dizer que, numa sociedade de classes excludentes e injusta, a participação autônoma da sociedade tende a tensionar os mecanismos de dominação, ou seja, o processo participativo é condição prévia para o combate às desigualdades. As forças negligenciadas dos movimentos sociais, reprimidas durante o Estado autoritário, com muita luta voltaram a ecoar após o fim da ditadura e passaram a ter legitimidade com a constituição de 1988. Mas as causas pretéritas deixaram sequelas na sociedade, que identificam no ato de participar uma concessão feita pelo Estado ou um ato de baderneiros, como expressa Nascimento (2011).

Seja de acordo com Toni (2009) ou Simões e Simões (2015), fica claro que o caráter participativo do plano / planejamento não se qualifica pelo número de pessoas envolvidas, quiçá pelas salas cheias de técnicos e membros da sociedade civil, ou mesmo a liberdade para dar opiniões. Na sua maioria das vezes (e isso constatamos na prática), os processos ditos “participativos” não passam de processos consultivos, pois o viés deliberativo restringe-se ao poder público. Por ora, o que podemos concluir, concordando com Antonello (2013), seja no campo teórico ou, efetivamente nas arenas de debate, a instituição de uma lei não é a segurança efetiva de uma participação, essa luta tem que ser diária, com efetiva mobilização e ocupação dos espaços de diálogo.

Bibliografia:

ANTONELLO, Ideni Terezinha. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, Volume 25, nº 2, Maio / ago, 2013. pp. 239-254. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/issue/view/1033>>. Acessado em: 15/04/2018.

BRASIL. República Federativa. Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana de 03 de janeiro de 2012.

NASCIMENTO, Luciana Silva do. Participação popular no Brasil: um conceito em construção, 2011. In: Encuentro Euro Brasileño sobre Universidad en tiempos de globalización y crisis. Disponível em: < <https://www.uv.es/asabranca/encontre/nascimento.pdf>>. Acessado em: 25/03/2018.

SIMOES, Gabriel. L.; SIMOES, Janaina. M. Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro. In: VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Maranhã – MA, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/reflexoes-sobre-o-conceito-de-participacao-social-no-contexto-brasileiro.pdf>>. Acessado em: 13¹04/2018.

TONI, Jackson de. Planejamento Participativo: possibilidades metodológicas alternativas. In: II Congresso Consad de Gestão Pública. Brasília – DF, 2009. Disponível em: < <http://consad.org.br/evento/ii-congresso/>>. Acessado em: 10/03/2018.

Política e planejamento urbano: a participação popular no congresso do povo na cidade de Macapá-AP

Adriana Tenório da Silva
Rosinete Cardoso Ferreira

Este trabalho tem como objetivo analisar a participação popular na 1ª etapa do Congresso do Povo, ocorrido no município de Macapá, capital do estado do Amapá, no âmbito do processo de planejamento do Plano Plurianual do Município para o período de 2018-2021. Para tanto foi realizada observação nas plenárias e reunião setorial no decorrer do ano de 2017. Além das observações foi realizado levantamento documental para acessar a versão final do Plano Plurianual.

O Congresso do Povo foi pensado como uma estratégia do governo municipal para fomentar a participação da população e de suas principais lideranças comunitárias em plenárias. Para desenvolvimento desse trabalho foram realizadas observações nas plenárias e reunião setorial durante o ano de 2017 na cidade de Macapá-AP.

Para a organização do Congresso o governo municipal estabeleceu 12 territórios, cada qual composto por bairros, comunidades ou distritos, nos quais ocorreram as plenárias. Nestas participaram: a equipe da gestão municipal (secretários, prefeito, vice-prefeito), lideranças políticas partidárias com e sem mandatos eletivos das várias do poder legislativo (municipal, estadual e federal), lideranças comunitárias e de entidades de classe e moradores das áreas. Além das plenárias, foi estabelecido um encontro setorial, constituído por representantes de entidades religiosas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Em cada plenária e reunião setorial os membros da gestão municipal apresentavam como objetivo ouvir e receber demandas dos representantes populares visando o planejamento do Plano Plurianual do Município. Após a recepção dessas demandas a gestão analisaria, dentro das possibilidades dos recursos municipais, quais seriam contempladas e comporiam o Plano Plurianual.

O presente trabalho apresenta como questões centrais como se estabeleceu a interlocução entre poder municipal, representantes populares e lideranças comunitárias para gestão e planejamento do território? como cada agente entende seu território e sua urbanidade? Assim, apresentamos como objetivo analisar o planejamento da gestão do território à luz da interlocução entre o poder municipal e a participação popular. Para compreensão dos diversos aspectos envolvidos no conjunto do estabelecimento do Congresso do Povo buscaremos trabalhar com os conceitos de território, gestão e planejamento urbano e participação popular.

Para alcançar o objetivo proposto dividimos o percurso metodológico em três etapas: a primeira, a discussão dos conceitos que subsidiarão o tema apresentado; a segunda etapa consiste em problematizar as observações realizadas nas plenárias e encontro

setorial no ano de 2017; e a terceira, na análise, tendo por base a discussão teórica, das observações realizadas e do planejamento construído após as plenárias.

Para discutir os conceitos que fundamentarão o trabalho, alguns autores darão o arcabouço teórico para analisar a problemática apontada, sendo: Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, Ermínia Maricato, Henri Lefebvre e Hannah Arendt. Essa discussão irá compor a primeira parte do trabalho, na qual destacaremos as temáticas referentes ao território, a gestão e planejamento urbano e a participação popular.

A segunda parte do trabalho consistirá na caracterização do Congresso do Povo e das observações realizadas nas plenárias e no encontro setorial no ano de 2017. Durante as observações foram destacados: a identificação das principais demandas apontadas pelos moradores, a perspectiva da gestão municipal diante das demandas apontadas, e o papel efetivo da participação popular no plano elaborado.

A terceira parte do trabalho consistirá em refletir no bojo da discussão teórica e a partir da análise das observações realizadas, como a participação popular está refletida no planejamento da gestão do território.

Bibliografia:

ARANTES, Otília.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia; A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2002.

ARENDRT, Hannah. O que é política? 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Viver no Limite: território e multiterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio (1974). Madri: Capitán Swuiny, 2013.

SOUZA, M. L.; A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Política e projeto de paisagem na Cidade Olímpica: uma análise da produção paisagística no Rio de Janeiro

Gilberto Hermínio da Silva Filho

O interesse pela paisagem, tomada em seu sentido mais amplo em política urbana no Brasil vem crescendo consideravelmente, onde as recentes políticas implantadas no Rio de Janeiro tem um papel central.

Atualmente, além da questão estética, muitos autores têm se preocupado em como o conceito de paisagem tem sido utilizado amplamente pelas ações patrimoniais e pela busca de singularidade na competição global entre as cidades. Além disso, o projeto de paisagem como um elemento importante de projetos políticos tem sido destacado por outros autores, seja na geografia, como Cosgrove (2012) e Duncan (2012), seja em outras áreas, como Smith (2003). Nosso ponto de partida é de que essas três lógicas, estética, de mercado e política não são excludentes entre si e podem ser encontradas nos projetos de intervenção urbana nas cidades brasileiras, notadamente no Rio de Janeiro. Nesse sentido, é a relação entre essas três lógicas a partir dos projetos de paisagem que nos interessam aqui, visando a produção de uma geografia política do paisagismo carioca recente. O paisagismo ou a arquitetura da paisagem, são aqui entendidos sobre a ótica de Panzini (2013, p. 14), que os considera sinônimos da arte de intervir com elementos naturais, de remodelar os lugares para torná-los aproveitáveis e esteticamente agradáveis.

Na última gestão da prefeitura (2008-2016) o carro chefe para a realização de obras na cidade foi o “Cidade Olímpica”, um conjunto de ideias e pretensões estipuladas pela prefeitura, a fim de adequar o espaço urbano para a realização das Olimpíadas de 2016. Muito além de arenas para a realização concreta das competições esportivas, o pacote de projetos do poder executivo remodelou inúmeros pontos da cidade, criando, inclusive, novas formas de apropriação da paisagem.

A partir da ideia de que discursos e práticas com relação à paisagem estão inter-relacionados, a construção desse trabalho parte de duas perguntas norteadoras: Quais os elementos característicos do paisagismo feito no Cidade Olímpica? De que forma esse paisagismo constrói marcos espaciais na paisagem?

Para responder a primeira pergunta, outras quatro se formam: Onde as principais intervenções foram feitas? Existe um padrão de preferência, ou seja, foram privilegiadas ruas, praças, largos etc; Como ocorreram? De que maneira a prefeitura interveio para realizá las?; O que foi feito? Os locais foram totalmente alterados ou apenas sofreram intervenções pontuais?; Quais os responsáveis por realizar os projetos paisagísticos?

Buscando uma comparação entre as maneiras de projetar o paisagismo na cidade, o primeiro objetivo é analisar o Rio Cidade, criado por César Maia – prefeito que antecede Paes – que modificou praças e calçadas de bairros por toda a cidade. Uma

análise comparativa entre os dois modelos, busca semelhanças e divergências, no modelo de políticas públicas sobre a paisagem.

Através do levantamento dos escritórios de arquitetura responsáveis pela criação dos projetos, faz-se possível identificar os perfis de produção de cada um, para entender como as concepções dos escritórios se refletem na paisagem criada, assim, será possível captar qual a geografia desse paisagismo, ou seja, como o espaço projetado cria imagens e funções específicas para determinadas paisagens, refletindo o embasamento teórico dos escritórios de arquitetura.

O último objetivo se baseia na ideia de Rossi e Vanolo (2012), onde políticas urbanas podem ser entendidas como uma representação, sendo uma maneira de dar novos sentidos e identidades para certos espaços urbanos, fazendo da análise dos discursos de legitimação das obras peça chave do trabalho.

Foram escolhidos oito pontos considerados de maior relevância e exemplares da dinâmica paisagística do Cidade Olímpica. Além da demanda criada pelos Jogos, a Prefeitura levantou outras justificativas, tais como: suprir demandas por áreas verdes, caso do Parque Madureira, ou a valorização do fluxo de pedestres na Av. Rio Branco. Foi possível identificar todos os escritórios encarregados dos projetos, além de observar a metodologia de seleção dos mesmos, que variou entre concorrência pública e contratação através de concessionária. A partir dos dados obtidos, se torna possível entender quais os motivos e características guiaram a produção de áreas livres na cidade, além de criar um perfil dessa produção, pois afinal, se a Prefeitura transforma o espaço e por consequência, a paisagem, como e porquê essas transformações ocorreram?

O trabalho integra o projeto coordenado pelo Prof. Rafael Winter Ribeiro no grupo de estudos e pesquisas em política e território (GEOPPOL), intitulado "Direito à paisagem e prática da cidadania no Rio de Janeiro e Recife: política urbana, democracias formação de espaços políticos em metrópoles brasileiras".

Bibliografia:

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. Geografia cultural: uma antologia, v. 1, p. 219-238, 2012.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. Paisagens, textos e identidade. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 91-132, 2004.

PANZINI, Franco. Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo, SENAC, 2013.

ROSSI, Ugo; VANOLO, Alberto. Urban political geographies: A global perspective. Sage, 2011.

SMITH, Adam T. The political landscape: Constellations of authority in early complex polities. Univ of California Press, 2003.

Praça da Esperança: o muro que não foi pixado

Terezinha de Oliveira Buchebuan
Luiza Signori
Elis Louise Cuchinir Oleas

O presente trabalho trata das relações de uma comunidade com seus espaços públicos. O assentamento autoproduzido em estudo é o Euzébio Beltrão de Queiróz, localizado na cidade de Caxias do Sul, RS. Tem-se como objetivo refletir sobre a lógica de apropriação do espaço, tendo como base o processo de requalificação da Praça da Esperança, um pequeno espaço de uso comum da comunidade. Os estudos e ações se deram a partir de um projeto de extensão universitária em que o TaliesEM – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul fez parte. Durante este projeto diversas atividades foram desenvolvidas com adultos, idosos, jovens e crianças do local. Inicialmente, a metodologia para essa ação de extensão envolveu reflexão teórica a partir dos conceitos de território, lugar, espaço, produção do espaço e urbanismo colaborativo com base em revisão bibliográfica. Cabe destacar que o território foi abordado como um espaço de identidade, mas também de poder (SAQUET; SPOSITO, 2009); o lugar como pausa, localização; o espaço como movimento, liberdade (TUAN, 1983); a produção do espaço como um constante criar de fronteiras que podem ser limites ou pontes dependendo da forma de fazer cidade (CERTEAU, 1998); e o urbanismo colaborativo como participação comunitária baseada na igualdade e num ambiente democrático (GOINHAS, 2013). Num primeiro momento foram empreendidas ações socioeducativas que abordaram as noções de espacialidade, habitação, autoestima em relação ao lugar, a história do bairro, além de aspirações de futuro para os espaços da comunidade. O resultado dessa primeira fase foi um diagnóstico do assentamento apontando as suas necessidades, fragilidades e potencialidades. De maneira conjunta com os moradores, pensou-se na requalificação de algum dos ambientes degradados na comunidade. O espaço eleito foi a Praça da Esperança, que no período de um ano, por meio de pequenos mutirões semanais, foi sendo transformada em um espaço com maior qualidade. Tendo os conceitos estudados como premissa, a vivência em um território autoconstruído por mais de um ano e a experiência de ter requalificado o espaço junto à comunidade do Beltrão, após a conclusão da intervenção, surgiu a necessidade de refletir sobre os códigos e as nuances desse processo. No decurso dos trabalhos, observou-se que o espaço se tornou efetivo lugar de trocas e, o interesse passou a recair sobre a necessidade de investigar de que maneira a abordagem colaborativa e o método bottom-up das ações contribuíram para a transformação deste lugar em espaço, e mais do que isso, como foi possível a geração de outras pequenas práticas de espaço na mesma comunidade. Desde o princípio das ações no Beltrão se prezou pela troca de saberes, pela comunicação não hierárquica e pela tomada de decisões em conjunto. A assiduidade dos encontros, que eram semanais, possibilitou a criação de vínculos e a constituição de um grupo unívoco. O intuito da requalificação, para além da questão física, sempre foi gerar autonomia e potencializar o sentimento de pertencimento nos moradores, pertencer àquilo que nos pertence (GOINHAS, 2013).

Cabe destacar que já existia uma relação saudosista e de afeto por parte deles para com o lugar, porém, não se sucedia uma apropriação concreta. A praça foi inaugurada e alguns fatores trazem à tona questões relevantes para a reflexão que aqui se propõe, como por exemplo: não houveram depredações ou atos de vandalismo no local; os moradores tem mantido a praça limpa e cuidada; o espaço está sendo efetivamente usado por mais pessoas; o limite da intervenção foi extrapolado, já que estão sendo qualificados outros lugares do bairro, por iniciativa dos moradores do entorno; a praça já possibilitou encontros, no seu espaço, de vários setores do bairro, que não costumavam acontecer e, até mesmo, entre outras partes da cidade. Aparentemente, a modificação desse pequeno lugar em espaço, num território que desde sua origem é marcado pela autoconstrução, pelo fazer comum, pelas práticas disseminadas, miniaturizadas e polivalentes pode ter devolvido o sentido primeiro de espaço, a liberdade. Na demarcação física de uma construção coletiva de praça, pode-se ter acabado por gerar uma ponte e não um limite. Ponte para novos usuários, para novos criadores de espaços e para novos olhares (de “fora” e de “dentro”). Uma ponte para novas possibilidades.

Bibliografia:

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOINHAS, Paulo Albuquerque. Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo. Lisboa, 2013.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos. São Paulo, 2009. P. 217-229.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

Práticas de resistência através de intervenções temporárias na cidade de Natal - RN: o movimento Eco Praça

Manuela Cristina Rêgo de Carvalho
Ruth Maria da Costa Ataíde

As cidades, mais do que cenários para ações e movimentos coletivos, desde encontros e conversas nas calçadas, à dinâmicas nos espaços de lazer formalmente constituídos como parques e praças, é movida por desejos que se realizam nos espaços públicos, os quais são por excelência lugares de expressão política e do exercício da cidadania. A violência urbana, o distanciamento das pessoas das ruas e a ausência de apropriações dos espaços públicos na cidade de Natal-RN por seus habitantes proporcionaram nos últimos anos o aparecimento de diversos movimentos de reconquista desses espaços, entre eles o Movimento Eco Praça. A cidade tem sofrido o descaso e abandono dos seus equipamentos públicos, despertando olhares de ONGs, grupos ativistas e moradores de bairros, que reivindicam mais vitalidade e segurança como meio para construção de uma cidade mais digna. Nesse contexto o movimento surgiu como um projeto de ocupação de praças subutilizadas onde a mobilização social incentivava diferentes formas de uso e apropriação por diversas tribos através de intervenções temporárias, como a música, o lazer e outros tipos de manifestações culturais. Motivado por esse contexto, o presente artigo expõe uma reflexão sobre ações e intervenções temporárias nos espaços públicos da cidade de Natal ocupados pelo movimento Eco Praça, tendo como foco de análise a relação dessas práticas com o restabelecimento das condições de vitalidade e urbanidade das praças ocupadas e seus respectivos entornos. Nessa perspectiva buscou-se analisar o processo de apropriação pelas pessoas e o significado do movimento enquanto espaço de resistência. As reflexões estiveram focalizadas, principalmente, na forma como essas praças eram utilizadas e a relação das práticas existentes com as que resultaram das intervenções, assim como no caráter do movimento enquanto ação de requalificação urbana e nas críticas e expectativas da população envolvida com as intervenções promovidas pelo movimento. Os procedimentos metodológicos incluíram uma pesquisa exploratória estruturada através de uma análise espacial desses espaços e do exercício perceptivo com os seus participantes, organizadores, moradores do entorno e expositores, a fim de compreender as relações espaciais ali expressas, assim como a significância social, marcada pelo discurso e a identificação dos envolvidos com o movimento. Na análise da configuração espacial e dos elementos constituintes das praças foi criada uma estrutura analítica própria e articulada, com base em diversos autores como: Panerai (2006), Rodrigues (2005), Robba e Macedo (2002), Gehl (2015) e Jacobs (2014). Na análise perceptiva, utilizou-se como método as proposições de Pinheiro, Elali e Fernandes (2008) e Lynch (1990), aplicadas à percepção ambiental por meio de questionários e entrevistas estruturadas. O artigo está organizado em três partes: a discussão teórica, a aproximação com os espaços e respectivas pessoas envolvidas e as conclusões. A análise espacial teve como recorte as dez praças utilizadas pelo Movimento Eco Praça entre os anos de 2014 e 2016 na cidade de Natal. Considerando que o espaço público é o principal palco dessas

manifestações, o estudo buscou sintetizar as características físico-ambientais e formais desses espaços, de modo a proporcionar melhor interpretação na etapa da análise perceptiva. Nesse sentido, procedeu-se uma análise, observando a distribuição das praças por região administrativa, sendo: duas praças na Região Norte, quatro na Região Leste e quatro na Região Sul. Constatou-se que todas as praças analisadas se apresentam como espaços subutilizados, fato que também reflete a ausência de políticas públicas de modo a estimular o uso e apropriação desses espaços. Outro aspecto a destacar com respeito a subutilização ou ao abandono que foram revelados nas entrevistas e na análise espacial, foi que as intervenções temporárias realizadas no âmbito do movimento Eco Praça criavam novas oportunidades para o uso desses espaços e inibiam as ações de violência urbana. Apesar disso, devido ao caráter efêmero, essas ações não contribuíram para a recuperação da vitalidade urbana de forma mais duradoura dos espaços ocupados, visto que a maioria destes não sofreu alterações permanentes físicas ou na forma de apropriações espontâneas duradouras, inclusive nos seus entornos. Ainda assim, cabe reconhecer a sua significância para a democratização do acesso à cidade e o incentivo ao aparecimento de novos questionamentos e proposições em intervenções de natureza similar. O Movimento Eco Praça ecoou como uma ação de resistência e até com “conteúdos revolucionários”, motivando diversos grupos a interagirem e discutirem o direito de todos à cidade.

Bibliografia:

- FONTES, Adriana Sansão. Intervenções temporárias, marcas permanentes. Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. v. 1. 398 pg.
- LINCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 280 p.
- OLIVI, Alessandra. La política de los lugares: prácticas de resistencia en la ciudad contemporánea. Ayp (website). Jornada sobre capital y territorio III. Sevilla, 2012. Disponível em: http://ayp.unia.es/dmdocuments/scyt3_com09.pdf. Acesso em: 04 set. 2016.
- PANERAI, Philippe. Análise Urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. p. 198
- RODRIGUES, Ferdinando de Moura. Forma, imagem e significado em estruturas urbanas centrais. Centro da cidade de Niterói. Projeto de Reestruturação Urbana. EdUFF / ProEditores, 2005.

Práticas espaciais insurgentes dos ativismos ambientalistas

Rafael Chaves

Partimos do princípio que os ativismos ambientalistas emergem da mobilização de grupos sociais em resposta a alterações (reais ou potenciais) do substrato espacial material, cujos impactos podem se dar desde a escala local até a escala global, porquanto nos encontramos diante de uma complexa variedade de ativismos sociais densamente impregnados de espacialidade. As alterações ambientais que condicionam o surgimento da forma de ativismo social em questão, são produto das relações sociais que orientam a apropriação social dos recursos naturais, que, via de regra ao longo da história, vêm sendo relações sociais heterônomas.

Ao realizarmos um estudo da evolução do movimento ambientalista e as principais correntes do pensamento ambientalista, pudemos perceber que, de diferentes modos e intensidades, o status quo social heterônimo é contestado. Dessa forma, assumimos que sua ação social de resistência, por almejar a mudança da realidade, se baseia em uma práxis insurgente.

Observamos que a dimensão espacial é constituinte das práticas sociais de resistência dos ativismos ambientalistas, tal constatação nos encoraja a testar a aplicabilidade do conceito de "práticas espaciais insurgentes" proposto por Marcelo Lopes de Souza (SOUZA, 2013) para esse tipo de ação coletiva organizada. Esse geógrafo identifica seis tipos de práticas espaciais insurgentes ("Territorialização em sentido estrito", "territorialização em sentido amplo", "refuncionalização / reestruturação do espaço material", "ressignificação de lugares", "construção de circuitos econômicos alternativos", "construção de redes espaciais"), pretendemos verificar a adequação do emprego de cada uma delas na busca de inteligibilidade de alguns ativismos ambientalistas que atuaram no Brasil nas últimas décadas.

A territorialização em sentido estrito, enquanto "'apropriação' e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física" (SOUZA, 2013: 251), foi utilizada pelos "empates" pelas organizações de seringueiros no Acre na década de 1970.

A territorialização em sentido amplo pode ser identificada na exposição organizada pelo Movimento Arte e Pensamento Ecológico, na qual as obras eram "outdoors" contendo mensagens de contestação pelas ruas de Curitiba no ano de 1977.

O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia é uma ação de autorrepresentação de grupos sociais e sua espacialidade, que emergem de uma situação de iminente exploração dos recursos naturais locais por agentes externos. Verificamos a ressignificação dos lugares através da produção e veiculação dessas imagens.

Os moradores da favela Vale Encantado no Rio de Janeiro nos oferecem exemplo de construção de redes espaciais, pois buscaram parceria com organizações não governamentais internacionais para a aquisição de um imóvel comercial abandonado após o encerramento do ciclo de extração de granito no Maciço da Tijuca. O uso dado

ao imóvel nos revela a refuncionalização do espaço material, por tornar-se a sede da Cooperativa de turismo sustentável do Vale Encantado, onde é apresentada a gastronomia local aos visitantes, propiciou o estabelecimento de um circuito econômico alternativo no local. Alguns dos atrativos turísticos da favela são fruto da reestruturação do espaço material de proteção ambiental, consistindo estes em biodigestor, unidade de tratamento de esgoto, painéis solares e horta orgânica.

Bibliografia:

GONÇALVES, Carlos Walter Porto- (2012). O Desafio Ambiental. 3 ed. Rio de Janeiro: Record.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2010). "Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta". In: Cidades (Presidente Prudente), v. 7, p. 13-47.(2013). Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

URBAN, Teresa. (2001). Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis.

VIOLA, Eduardo. (1987) "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à ecopolítica", in Revista Brasileira de Ciências Sociais (São Paulo) Vol. 1, Nº 3.

Reforma urbana e movimentos sociais no Brasil: o acesso à informação como subsídio à gestão democrática

Letícia de Souza Blanco
Elisabete Gonçalves de Souza

A partir de um estudo teórico e exploratório o presente trabalho mostra a importância da gestão participativa nas discussões sobre a ocupação dos espaços territoriais urbanos. Objetiva mapear como se dá o fluxo da informação entre os sujeitos envolvidos nos movimentos sociais, tendo como objeto empírico o Fórum Nacional pela Reforma Urbana analisando-o enquanto uma rede de atores coletivos, cuja finalidade é oferecer subsídios (teóricos e legais) para as discussões e lutas sobre a gestão democrática do espaço urbano.

Contextualiza o tema analisando a primeira reforma urbana do país, realizada na Cidade do Rio de Janeiro (1902-1906) e que segmentou a região central, caracterizando-se como “uma reforma urbanística, socialmente conservadora” (SOUZA, 2003, p.112), cujo impacto de segregação territorial, entre ricos e pobres, perpetua-se até os dias de hoje. Avança relacionando a temática com a ascensão dos novos movimentos sociais urbanos que voltaram à cena política com o processo de redemocratização do país pós 1985. Nesse contexto, as propostas de reforma passaram a ter objetivos como: melhorar a qualidade de vida da população e ampliar a justiça social, democratizando a gestão territorial.

Mostra que o intercâmbio informacional entre os sujeitos sociais é fundamental para que munidos de conhecimento sobre seus direitos e deveres sejam capazes de tomarem decisões, e que ao estabelecerem circuitos comunicacionais constroem práticas sociais, por meio das quais recebem, geram e transferem informação que dão subsídios às suas lutas (ARAUJO, 2000), como vêm fazendo os movimentos sociais pela ocupação democrática do espaço urbano.

Discute “gestão territorial participativa”, conceito que passou a fazer parte dos debates sobre planejamento urbano, e que norteou as pautas de luta do Fórum Nacional pela Reforma Urbana na década de 1990. O Fórum tinha como foco lutas locais por moradias e gradativamente ampliou seu escopo para questões relativas à cidade como um espaço democrático em termos de acessos à educação, cultura, infraestrutura, etc. Essas ideias se irradiaram e levaram à consolidação de novos movimentos sociais como o MTST, que se desenvolveu no interior de São Paulo no final da década de 1990 e que hoje tem expressão nacional.

Destaca que a organização de movimentos sociais é uma necessidade e uma forma que os mais pobres, considerados os mais indefesos do sistema capitalista de acumulação, conseguem agir sobre a gestão do espaço que ainda tem ou até mesmo conquistar territórios que são seus por direito. A gestão territorial participativa torna-se, assim, um exercício de cidadania. (GUIMARAES, 2015).

Ressalta que o processo de reordenamento territorial que a política participativa pode permitir é impossibilitada muitas vezes por obstáculos impostos pelas classes dominantes e pelo Estado. Souza (2003) identifica três obstáculos de diferentes naturezas: culturais/de mentalidade, econômicos, jurídico- institucionais. O primeiro se caracteriza pela manipulação, por meio da mídia, pelos dominantes, estes dizem que o problema está na falta de um “planejamento urbano” patrocinado pelo Estado. O segundo tipo de obstáculo se distingue pelo poder que as classes dominantes possuem de resistência e a falta de capital público que possibilite um novo reordenamento. E, por fim, jurídicos- institucionais que tem relação com ausência de uma instituição forte que ofereça suporte para uma nova reforma. Aponta a necessidade dos movimento sociais se munirem de informações e conhecimentos para combater essas contradições e assim superar os obstáculos e elenca os diferentes recursos comunicacionais usados para atingir esse fim.

Conclui que a gestão territorial participativa é a melhor maneira para se pensar coletivamente as diferentes formas de ocupação do território urbano. As reivindicações apresentadas pelos movimentos sociais trazem o debate para o campo dos direitos fundamentais, como o direito à moradia, com o objetivo de reverter as desigualdades sociais. E que a construção das práticas de cidadania passa necessariamente pela questão de uma ampla circulação e disseminação/comunicação de informação, de modo a dar subsídios às lutas conduzidas pelos movimento sociais que discutem o acesso democrático aos espaços urbanos, tema com o qual o Fórum dialoga, produz, circula e debate conteúdo.

Bibliografia:

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação: recurso para a ação política do cidadão? Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, Brasil, n.9, p.1-15, 2000.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. O Fórum Nacional de Reforma Urbana: incidência e exigibilidade pelo direito à cidade. Rio de Janeiro: FASE, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

Remoções e megaeventos no Rio de Janeiro (2013-2016): possíveis reassentamentos e diálogos iniciais com o programa “Minha casa, minha vida”

Luryan de Moura
Tatiana Tramontani Ramos

Entendemos que para execução do espetáculo dos megaeventos esportivos no Brasil (Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos 2016), diversas ações pontuais e planejadas ligadas a violação de direitos humanos surgem nas cidades-sede participantes. Optamos por estabelecer o recorte na cidade do Rio de Janeiro, isso porque a cidade além de sediar os Jogos Olímpicos 2016, também foi arena de múltiplos casos de remoções forçadas por diferentes justificativas em conjunturas econômicas, culturais e políticas próprias. Buscamos nesse trabalho, a partir de uma pesquisa de maior fôlego intitulada: “A espacialidade dos conflitos sócio-espaciais no Brasil contemporâneo (2013-2016): as Jornadas de Junho e os Megaeventos”, refletir sobre os processos de reassentamentos firmados entre a população das comunidades removidas na cidade do Rio de Janeiro e os empreendimentos habitacionais do programa “Minha casa, minha vida” planejados e executados na mesma cidade. Tal reflexão permitirá o levantamento de questões que qualificam a espacialidade das remoções por megaeventos no Brasil e as reais possibilidades de reassentamento oferecidas pelo Estado. É sabido que nem todos removidos/despejados foram contemplados pelo programa habitacional do Governo Federal, logo desejamos identificar até que ponto o Estado, através de políticas habitacionais voltadas para a população de baixa renda, ofereceu condições que assegurassem o direito à moradia das populações afetadas, mitigando o antigo problema do déficit habitacional urbano, ou ao contrário, o contexto olímpico agravou tal problema. Partimos de uma metodologia que buscou dados sobre remoções, despejos, reassentamentos e o programa habitacional MCMV em fontes como bases de dados do Governo Federal, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Associações da Sociedade Civil, Mídias Eletrônicas e Dossiês produzidos por articulações de Movimentos e Ativismos Sociais; fotografias, mapas, imagens do Google Earth expressando diferentes temporalidade na mesma área da cidade; Reportagens (o projeto “100 remoções” da Agência Pública de Jornalismo); Vídeos com entrevistas/depoimento dos protagonistas, além de fontes como Dossiês, matrizes responsabilidade e Relatórios. Diferente da Copa do Mundo FIFA 2014, que ainda encontramos as remoções comprovadas por documentos oficiais, onde indica no Portal da Transparência do Governo Federal, “Desapropriações”, os dados ligados aos Jogos Olímpicos caminham progressivamente para a falta de “transparência”. Sistematizamos os dados do jornalismo Agência pública, Rio on watch, Passa palavra e os dos Comitês populares da Copa em suas diversas versões, separando as (1) obras centrais, que tratam sobre a Geografia Urbana, Ativismos Sociais e dados da Jornadas de Junho de 2013, megaeventos esportivos no Brasil colocando em contraste documentos do poder público x produzidos por/para os protagonistas. Procuramos assim articular a geografia urbana, a geografia histórica e dos ativismos sociais por meio de uma



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

periodização que vai de 2013 (com o marco das Jornadas e Junho 2013) até a execução dos Jogos Olímpicos em 2016.

Bibliografia:

GONÇALVES, Carlos Walter. A territorialidade seringueira. *Geographia*, Niterói, ano 1, n. 2, p. 67-96, dez. 1999

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RODRIGUES, Glauco Bruce. *Uma Geografia do hip hop*. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Representação das áreas não edificantes na comunidade de Roda de Fogo, bairro dos Torrões, Recife-PE: utilizando o buffer no PYQGIS 3.0

Juarez Antônio da Silva Junior
Ana Lúcia Bezerra Candeias
Thaís Manoela Silva França

A evolução e o dinamismo das tecnologias da Geoinformação vêm sendo de extrema importância para os estudos em geotecnologias e melhorias no tratamento de dados para as representações cartográficas. O software QGIS 3.0 é um software livre, onde é possível a utilização de plug-ins que oferecem uma variedade de geoprocessamento através de ferramentas e algoritmos que vem sendo desenvolvidas para e aplicação no Sistema de Informação Geográfica (SIG). O plugin pyqgis 3.0, utilizado neste trabalho, permite a criação de algoritmos python. Ele está inserido no aplicativo QGIS 3.0. Com isso, estende-se a funcionalidade básica do software, bem como realizar a automatização de técnicas geoespaciais de tarefas. Este artigo trata de um dos processos mais usuais em análise espacial, a criação de uma área de influência no formato vetorial, que em geral é chamada de buffer, apresentando uma metodologia usando plugin Python no software através da classe de referência QgsGeometryAnalyzer, onde a camada vetorial criada pode ser usada para as geometrias de ponto, linha e polígono. A ligação do Python com o QGIS permite um trabalho mais produtivo e com rapidez, pois apenas a importação do módulo qgis.core a aplicação já fica ativa para o processamento. Segundo Cumbe e Candeias (2014) a utilização do Python permite gerar scripts que podem rodar de forma automática a análise espacial em ArcMap e isso facilita o manuseio do SIG para o usuário final. A criação da faixa de influência a partir do buffer é útil para representar espacialmente as leis do plano diretor da cidade do Recife com o que diz respeito a áreas "non aedificandi" das margens de rios e canais do município e, o decreto da lei referente a faixas laterais das rodovias federais e estaduais. O Art.96 da lei municipal de Nº 16.176/96 que estabelece a lei de uso e ocupação do solo da cidade do Recife prevê que "são consideradas, ainda, áreas "non aedificandi" todas as margens de rios e canais existentes no município, compreendidas entre os perímetros molhados em maré alta, em ambos os lados de rios e canais, e a linha paralela a estes perímetros distante 20 (vinte) metros dos mesmos, bem como a faixa de 50 (cinquenta) metros distante dos perímetros molhados nos entornos das margens de lagoas e açudes, conforme vier a ser disciplinado pelos órgãos competentes na forma prevista em lei". Compete ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) fiscalizar, permitir e autorizar o uso das faixas não edificantes definidas no art. 4, da lei Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa "non aedificandi" de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica. O tema áreas não edificantes revelam inúmeros debates sobre o Direito administrativo pois entra em conflito nas questões sobre de usucapião, desapropriação, ocupação irregular de área de pública, indenizações, entre outros. O assunto é especialmente importante para o município

do Recife pois possui uma concepção urbanística antiga. O estudo se desenvolve na comunidade de Roda de fogo, considerada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), no bairro dos Torrões, no município do Recife, traçada pelo trecho da rodovia federal BR 101 e o canal de drenagem paralelo a Rua Professor Arthur Coutinho. Com a falta de planejamento urbano junto à precariedade da estrutura viária do município, a cidade acaba se desenvolvendo nas margens dos rios ou rodovias pavimentadas, ocupando desordenadamente as áreas não edificantes com comércios, residências, loteamentos. O mapa temático criado para a representação do trecho da rodovia federal BR101 e do canal na comunidade foi construído com base em uma mosaico de imagens do satélite RapidEye do município cedido pela Prefeitura do Recife com resolução espacial de 8 (oito) centímetros, juntamente com o arquivo shapefile do polígono referente a Comunidade de Roda de Fogo, ambas no sistema de referência SIRGAS 2000/UTM zona 25S. Com a aplicação do algoritmo criou-se a camada vetorial buffer para representação da largura da rodovia BR 101, do canal e da faixa não edificante dos dois elementos. Foi possível, a verificação de lotes residenciais e comerciais inseridos nas áreas protegidas por lei. Este trabalho tem como objetivo mostrar a metodologia de criação de layers referente a camada de influência “buffer” a partir da linguagem de script pyqgis 3.0 e, salientar a variedade nos processos espaciais com codificação python no software livre. Além disso, demonstrar a expansão urbana na área de estudo e ressaltar que é possível especializar as regras referentes as faixas não edificantes das rodovias e trechos de drenagem do município, que são as áreas de segurança e proteção utilizadas para resguardar eventuais expansões. Essa metodologia é geral e pode ser usada em outras áreas.

Bibliografia:

CUMBE, Raúl Afonso; CANDEIAS, Ana Lúcia Bezerra. Uso de Python e Arcgis na avaliação da acessibilidade das populações rurais ao ensino médio – Caso do distrito de Chicualacuala. V Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação. Recife - PE, 12- 14 de Nov de 2014.

BITOUN, Jan. Territórios do diálogo: palavras da cidade e desafios da gestão participativa no Recife (Brasil)”. In: Revista de Geografia. vol. 16, n. 2., Recife. UFPE/CFCH/DCG/NAPA, 2000. p. 41-54. jan/dez. 2000.

BELTRAME, Alessandra Mariane Knopik. Mapeamento da cobertura do solo ao longo da faixa de domínio de trem metropolitano: Linha F em São Paulo. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes, EPUSP, São Paulo – SP

Território de desigualdade: diferenciação sexual do espaço e precarização territorial

Carolina Oliveira de Andrade Lemos

O reconhecimento das “geometrias do poder” de Doreen Massey (2000), leva-nos também à compreensão de que existem posicionalidades distintas e hierarquizadas, espaço-temporalmente determinadas, entre homens e mulheres, pois segundo a autora, os sentidos do lugar para uma mulher, desde os espaços que ela se movimenta até as conexões com exterior, são diferentes dos sentidos dos homens. Essa afirmativa indica, sobretudo, que os níveis de mobilidade dos corpos feminino e masculino são desiguais e que, portanto, a percepção espacial desses corpos pode não ser singular e consensual. Entendido isso, este trabalho aborda duas questões centrais propulsoras desta pesquisa que relaciona espaço, relações de poder e gênero. A primeira delas refere-se ao desdobramento da asserção realizada pela geógrafa mencionada anteriormente, questionando se a apreensão do sentido do lugar para as mulheres e homens é igualmente percebida. Sendo que desta vez, considerando a desigualdade de deslocamento urbano, entre os gêneros, a partir de um bairro específico, chamado Bangu, situado no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Como as mulheres banguenses percebem, local e globalmente, sua mobilidade no bairro e cidade? Neste caminho, admitiu-se um expediente metodológico na Fenomenologia, para através da espacialidade dos corpos analisar como os sujeitos envolvidos estão histórica e geograficamente situados. A obra sobre corporeidade e geograficidade do geógrafo Elias Lopes de Lima (2015) foi fundamental para o desenvolvimento desta questão inicial que, por sua vez, desencadeou na segunda questão central, também apoiada por aspectos da realidade urbana contemporânea, procurando saber: o que determina a (i) mobilidade das mulheres e a liberação dos homens no espaço urbano? Orientando, a partir dela, o trabalho à uma outra abordagem metodológica, aliada ao materialismo histórico dialético e estabelecendo mais dois objetivos, além do entendimento das percepções, são eles: a identificação do momento da produção do espaço banguense que propiciou a intensificação do deslocamento das mulheres do bairro para a cidade, essa etapa da pesquisa foi indispensável para a contextualização da sua problemática, e nela conduzimos a discussão do corpo espacializado para as representações do espaço. Até que notamos, cada vez mais presente e evidente, as mensagens hegemônicas de poder e de dominação que afligem as mulheres através da liberação do espaço, exigindo, portanto, um direcionamento político da discussão. Sendo assim, resgatamos a noção de que “todo poder social é um poder sobre o espaço”, como diz Rogério Haesbaert (2014) e, inevitavelmente, inserimos o conceito de território na análise, haja visto que a tendência hegemônica de poder que determina a (i) mobilidade das mulheres é masculina. Essa inserção conceitual foi propositiva à diferenciação sexual do espaço, identificada por Silvia Federici (2017), por sê-la matriz de um território de desigualdade que abriga diferentes modalidades de “precarização territorial”, discutidas por Haesbaert (2014), que implicam diretamente nas condições de deslocamento das mulheres residentes em Bangu, pobres e suburbanizadas.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva.

Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017

HAESBAERT, Rogério. Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LIMA, Elias Lopes de. A Corporeidade Como Um Recurso Metodológico Da Geograficidade. Revista de Geografia - PPGeo, Juiz de Fora, v. 5, p.1-11, 2015. Número Especial.

MASSEY, Doreen. Um Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). O Espaço da Diferença. Campinas: Papyrus, 2000. Cap. 8. p. 177-185.

Território dos usuários de crack e/ou similares no bairro da Campina em Belém: das “cracolândias” à territorialidade cíclica

Alan Pereira Dias
Rayanne de Souza Carvalho

O presente artigo versa sobre as “cracolândias” no bairro da Campina em Belém, no intuito de analisar os principais elementos definidores do território dos usuários de crack e/ou similares no bairro, assim como verificar os sujeitos envolvidos na constituição desses territórios e compreender como se caracteriza suas territorialidades.

Para isso, é importante entender que, no Brasil o consumo de crack (droga obtida a partir da mistura da pasta base de coca ou cocaína), tem evidenciado novos desdobramentos dentro da problemática das drogas, devido à grande visibilidade do seu uso em espaços públicos de diversas metrópoles brasileiras e a constituição de “cracolândias”, locais de consumo e venda deste entorpecente. Como apontam Cavalcanti e Frugóli Jr (2013), o termo “cracolândia” exige uma significativa atenção quanto ao seu uso, evitando um possível excesso de significados.

Na cidade de Belém este cenário também se evidencia como aponta a matéria Centro de Belém cede espaço para a cracolândia (DIÁRIO ONLINE, 2013), do Jornal Diário do Pará, da formação de “cracolândias” nos bairros Cidade Velha e Campina, onde em determinados locais como: praças, ruas, ou no entorno de prédios públicos, se concentravam indivíduos no intuito de traficar e consumir o entorpecente. Nesse sentido, essa pesquisa trata da apropriação de logradouros públicos no intuito de uso e venda de crack e/ou similares, ou seja, da constituição de territórios por estes indivíduos. Sendo o território aqui entendido enquanto relações de poder projetadas no espaço concreto (SOUZA, 1995).

Para a realização deste trabalho os procedimentos metodológicos se dividiram em etapas essenciais e seu trajeto se deu da seguinte maneira: realizou-se inicialmente levantamento bibliográfico e documental, para posterior revisão e análise, de materiais acerca da temática ou que obtivessem informações relevantes para a pesquisa. Em seguida, foi encaminhado um documento para a Secretária Adjunta de Inteligência e Análise Criminal solicitando dados sobre denúncias de tráfico de drogas no bairro estudado, dados esses que foram analisados em seguida para melhor compreensão do problema. Posteriormente foram feitos trabalhos de campo no bairro em questão, que ocorreram nos dias 04 e 27 de setembro de 20:00 às 22:00 h; 21 e 29 de Dezembro de 00:00 às 02:00, de 2016 e 12 de Janeiro de 2017 de 12:00 às 18:00. Onde a partir de observações sistemáticas, realização de registros fotográficos e de entrevistas semiestruturadas com os usuários de crack e/ou similares, indivíduos em situação de rua, policiais, moradores e trabalhadores, obteve-se informações que auxiliaram na interpretação da realidade do bairro e da problemática do uso do entorpecente. Por último, foi feita a elaboração do trabalho, utilizando informações reunidas durante as etapas anteriores da pesquisa.

O presente artigo origina-se a partir do Trabalho de Conclusão de Curso dos autores, intitulado Território e territorialidades dos consumidores de crack no bairro da campina em Belém – PA. Optamos pelo acréscimo do termo “e/ou similares” no presente trabalho, devido aos apontamentos da “Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?”, visto que outros entorpecentes como: pasta base, merla e oxi, são frequentes na rotina dos usuários de crack. Estes, além de serem derivados da folha de coca, também são comprados em pedras e fumados com o auxílio de cachimbo, onde os usuários apresentam padrões de comportamento semelhante. Na ausência de exames toxicológicos e se tratando de um mercado ilegal, muitas vezes as denominações se confundem e/ou se sobrepõem. (BASTOS; BERTONI, 2014). Tais situações também se evidenciaram nas entrevistas para esta pesquisa, onde muitas vezes os usuários denominavam crack e oxi como a mesma coisa.

A partir da realização deste trabalho compreendemos que no bairro da Campina há forte incidência de formação de territórios pelos usuários de crack e/ou similares, tendo como principais elementos definidores: o caráter cíclico, com as aglomerações se formando a noite; desenraizado, pois as territorializações mudam de localização de acordo com batidas policiais e também de fatores como a chuva que inibe o uso em logradouros públicos descobertos, ainda que determinados espaços apresentem uma “estabilidade” maior. A maioria dos sujeitos envolvidos na constituição desses territórios encontra-se em situação de rua, porém, algumas pessoas que possuem residência fixa também se deslocam para esses locais no intuito de usar os entorpecentes. Os espaços apropriados são deteriorados, evidenciando uma clara relação, que quanto mais anêmicos são esses espaços públicos, mais estáveis são as territorializações dos usuários do entorpecente.

Bibliografia:

BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane. Quantos usuários de crack e/ou similares há nas capitais brasileiras? Resultados da pesquisa nacional sobre crack, 2012. In: BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane (Org.). Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?. 1ª ed. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014, v. 1, p. 131-146.

CAVALCANTI, Mariana; FRÚGOLI, Heitor Junior. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. In: Anuário Antropológico, II, p. 73-97, 2013.

DIÁRIO ONLINE. Belém cede espaço para a cracolândia. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticiasinterna.php?nIdNoticia=236445&idrand=780>>. Acesso em: 30 set. 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.): Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Território Potiguara: a paisagem como símbolo e resistência

Thiago Romeu de Souza

Jan Linhart

Tainá Maria de Oliveira Santos

O mundo que construiu a modernidade por meio da colonização sempre foi marcado por subalternizações e invisibilidades. Caso emblemático é o dos povos indígenas brasileiros, que passaram a sofrer, a partir do início do século XVI, recorrentes tentativas de invasão de suas terras pelos colonizadores europeus. É errôneo crer que não haviam tensões entre os próprios povos indígenas, mas as disputas davam-se por questões diversas àquelas engendradas pelos europeus naquele momento: a consolidação de estados nacionais e apropriação de recursos para acumulação de capital. O constante estado de conflito causado pelo processo colonizador, além de provocar grande mal estar existencial entre os povos originários, promove desde então a subalternização de seus saberes, modos de vida e suas leituras de mundo.

Após tantos anos do fim da colonização política, os povos que sobreviveram ao extermínio colonial ainda sofrem com os efeitos deletérios deste processo, como a perda de seus territórios, a subalternização e desvalorização de seus saberes e mesmo o etnocídio, marcado pela hierarquização racial. Diz-se não haver mais indígenas no Nordeste, ou se há, são tratados como indígenas inferiores ou como “resíduo indígena”. Contra estes estigmas, a luta pela defesa do direito de se reconhecer indígena, no Nordeste, assume uma dimensão ainda mais dura e urgente. É neste quadro que se posiciona o povo Potiguara.

É certo que os "comedores de camarão" falavam, desde seu primeiro contato com europeus, a língua tupi. Possivelmente, são os únicos povos que habitam o mesmo lugar desde então e um dos poucos que possuem praias oceânicas entre seus domínios territoriais. Estão em contato com os europeus desde 1503/04 e habitam, até hoje, em sua maioria as terras indígenas ancestrais. Hoje, distribuídas em 3 terras contíguas, partidas entre três municípios do litoral norte paraibano: Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. A luta dos Potiguara se insere no quadro geral de luta indígena por reconhecimento de seus territórios e territorialidades, tendo sido importantes articuladores da luta indígena nos anos 1980/90.

A cosmologia e as práticas Potiguara são intrínsecas às suas paisagens. O rito do Toré, que abre e fecha todas as cerimônias e encontros do povo, simboliza e sintetiza a importância dos elementos naturais como mediadores de sua existência. Por isso, as paisagens constituintes do seu território, que fazem com que os Potiguara transitem por diversos domínios ambientais litorâneos, são parte fundante do universo cosmológico e existencial destes indígenas. As suas terras, banhadas por rios e pelo oceano, abrangem áreas de tabuleiros costeiros cobertos por mata atlântica, chegando até a restinga e o manguezal, nas praias e estuários, construindo verdadeiros gêneros de vida. Além disso, há Potiguaras que se reúnem em aldeamentos fora da Paraíba, especialmente no Rio Grande do Norte e Ceará. Neste último, os indígenas habitam

caatingas e adotam um modo de vida sertanejo. Um dos aspectos particulares dos Potiguara é histórica defesa de seus modos de ser/estar no mundo. Constatam em registros antigos do século XVI que os Potiguara defendiam suas terras de maneira que assustava adversários com os ritos de antropofagia, sendo classificados como “gentios bravos” contra quem portugueses, franceses e holandeses, enfrentaram muita resistência. Até hoje a resistência os caracteriza, pois, a despeito de toda sorte de dificuldades, entre as quais as diversas tentativas de etnocídio e a miscigenação dos hábitos, valores e tradições às do sujeito ocidental, mantiveram-se existindo e têm assegurado cotidianamente suas terras, suas práticas econômicas, suas tradições e mantido o crescimento populacional.

O trabalho em tela tem nas paisagens potiguara seu elemento central, mas o caminho para a sua compreensão passa pela descrição e entendimento das dinâmicas territoriais deste povo. O povo potiguara tornou resistência sua territorialidade e suas paisagens são os símbolos deste território/signo, alguns dos elementos agregadores e demarcadores do ser potiguara. A pesquisa visa compreender o papel das paisagens culturais potiguara na construção e consolidação do seu território, revelando e analisando os jogos de poder e a fricção intersocietária constitutivas da realidade do povo. A primeira etapa conta com duas realizações paralelas: um levantamento de material bibliográfico sobre o Povo Potiguara e imersão nos textos com vistas ao conhecimento da produção acadêmica sobre este povo, levantada e disponibilizada na “biblioteca Potiguara”, iniciativa do “Coletivo de Pesquisa pela Valorização dos Saberes Potiguara”, que também se engaja na pesquisa. Além do que já temos realizado trabalhos de campo para conhecer empiricamente o território e suas paisagens. A segunda etapa é a divisão das frentes de atuação: mapeamento dos rios e estuários, atualização dos cartogramas do “Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba”, entrevista com anciãos e lideranças, identificação dos elementos marcantes da paisagem, identificação e participação (quando permitida) dos ritos e tradições que reforcem a manutenção da paisagem cultural e a identidade territorial, entre outras ações que possam a posteriori ser elencadas. A etapa final será a elaboração de banco de dados e sua análise, bem como a elaboração de mapas e textos pelos estudantes da UFCG e estudantes/pesquisadores Potiguara vinculados ao coletivo e, se possível, a publicação.

Bibliografia:

- BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra: Seis Ensaio sobre a Paisagem e a Geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- MASOLO, D.A. Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana. In: SANTOS, B.S. MENESES, M.P. (Org.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
- MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz. Etnohistória dos Índios Potiguara: Ensaio, Relatórios e Documentos. João Pessoa: PR/PB-SEC/PB. 1992.
- OLIVEIRA, João Pacheco. “Uma etnologia dos “índios misturados”?”. OLIVEIRA, João Pacheco (Orgs): A viagem da volta. Rio de Janeiro, 1994.
- QUIJANO, Aníbal. A Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A Colonialidade do Saber. Buenos Aires: CLACSO, 2005.



III CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO
CRISE E REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS DA POLÍTICA



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Eixo 8

Geografia política e ensino: inovações temáticas, conceituais e metodológicas

Coordenadores:
Ana Giordani
Eduardo Karol
Rejane Rodrigues

Diversidade e diferença na Geografia da Base Nacional Comum Curricular: a invisibilização dos marcadores sociais gênero e raça

Luyanne Azevedo
Ana Giordani

As temáticas da diversidade e diferença constituem aspectos políticos nas questões curriculares da Geografia Escolar. Cabe destacar, as questões que orientam a pesquisa: Quais são estas identidades e diferenças que não estão explicitadas? Ao se tratar de desigualdades sociais, por que há a invisibilização das categorias de gênero e raça? Estes são alguns dos questionamentos que embasam o nosso trabalho. Assim, o texto objetiva compreender a Geografia proposta na Base Nacional Comum Curricular como uma invisibilização das categorias gênero e raça, trazendo também uma reflexão acerca das concepções de Gênero e Raça trazidas na versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Homologada no dia 20 de dezembro de 2017, a BNCC é dividida em três etapas: Etapa da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e Etapa do Ensino Médio. A etapa previamente analisada nesta pesquisa foi a do Ensino Fundamental, pois é a única que consta a obrigatoriedade da Geografia como disciplina, ressaltamos que com a Reforma do Ensino Médio houve a retirada da Geografia como disciplina do currículo nesta etapa do ensino. Como solo teórico para o trabalho utilizamos o documento da Base Nacional Comum Curricular, além dos seguintes autores: Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, afim de compreender o conceito de raça, além da diferença entre etnia e raça; María Lugones, trazendo uma perspectiva descolonial de gênero; Alex Ratts e Ivaine Tonini, afim de compreender as questões de diferença e diversidade dentro da Geografia escolar, trazendo uma abordagem interseccional entre raça, etnia, gênero e sexualidade. A metodologia utilizada será a leitura das políticas educacionais, já o percurso metodológico ocorreu em quatro momentos: (1) Levantamento bibliográfico das categorias de Gênero e Raça; (2) Leitura da BNCC no que tange o conteúdo de Geografia; (3) Produção de uma tabela contendo a quantidade e contextos que as palavras Gênero e Raça aparecem; (4) Análise dos dados. Após a investigação do item 3, como resultado parcial desta pesquisa, evidenciou-se que as palavras Gênero e Raça não estão presentes no documento analisado. Assim, percebeu-se a necessidade de ampliar o olhar para as seguintes palavras que, em nossa percepção, relacionam-se com as temáticas iniciais deste estudo: Diferença, diversidade, desigualdade, feminino(s) masculino(s), mulher(es), homem(s), racial, negra(o), racismo, étnico-racial(is), étnico-cultural(is). Outra vertente que se discute nesse trabalho trata-se de uma crítica ao longo do documento, do esvaziamento dos potenciais educativos e políticos dos conhecimentos geográficos. Na seção de Geografia, inviabilizou-se a formação do conceito de identidade e da consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros, e por marcados socialmente por diferenças. A função essencial da Geografia na escola, ou seja, a construção da leitura de mundo para a cidadania e a construção de uma sociedade plural, sofre impactos com as políticas educacionais impostas pela BNCC.



Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em abril de 2018.

GUIMARÃES, A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan/jun. 2003.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

RATTS, A. Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da escola: Uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. Terra Livre, São Paulo, ano 31, Vol. 1, n 46, p. 114-141, 2017.

TONINI, Ivaine. Identidades Capturadas: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros de geografia. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, RS- BR, 2002.

“War” do Oriente Médio: uma estratégia para o ensino de geografia política a partir de jogos de tabuleiro

Brenda Fernandes Cadime de Araújo

Esse estudo busca discutir novas estratégias para o ensino de Geografia Política, visando ressignificar a abordagem de alguns conteúdos tradicionalmente trabalhados pela Geografia na escola básica, que, aos olhos dos alunos, em um primeiro momento, tende a serem encarados de maneira complexa por tais. Além de propor uma análise do território do Oriente Médio que transpasse de uma perspectiva de geopolítica clássica à crítica. Defendendo que entender a essência dos conflitos e disputas territoriais que marcaram a história do Oriente Médio no passado, são fundamentais para compreender os conflitos que ocorrem na atualidade e que afetam direta ou indiretamente a dinâmica geopolítica global. A dificuldade de compreensão dessa temática dos conflitos territoriais em regiões como o Oriente Médio envolvem, para além da complexidade do tema, o modo como o processo ensino-aprendizagem é desenvolvido nas escolas. Buscando dar uma contribuição para a aprendizagem de temáticas relacionadas à natureza dos conflitos territoriais na contemporaneidade foi construído um material didático que utiliza os fundamentos estratégicos do clássico jogo de tabuleiro War Império Romano (Grow) – cujo principal objetivo é a conquista de territórios no mundo - para elucidar a temática dos conflitos territoriais no Oriente Médio. A opção pelo desenvolvimento do jogo War Oriente Médio foi baseada em propostas pedagógicas que defendem o uso de jogos como recursos didáticos, pois segundo Segundo Verri 2010, o jogo vem como um estímulo tanto para melhor compreensão do conteúdo, quanto para o crescimento e o desenvolvimento intelectual do aluno – fundamental, também, para atingir a responsabilidade e a maturidade. É mais uma forma de levar o conteúdo aos alunos motivando-os a estudar de maneira envolvente. Sendo assim, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais interativo, estimulando uma participação mais intensa e direta dos alunos com o conteúdo a ser trabalhado. O objetivo da pesquisa é o de superar os limites postos pelas dificuldades postas aos conteúdos de Geografia Política em sua transposição para o ensino básico, a partir do jogo elaborado que correlaciona as ideias de dão sustentação para funcionamento do jogo clássico da Grow, com os estudos bases da geopolítica dos conflitos ocorridos em territórios específicos do Oriente Médio, gerando assim o proposto War Oriente Médio, que se baseia na conquista dos territórios envolvidos nos principais conflitos do Oriente Médio que influenciam diretamente nas relações, conflituosas ou não, que circundam o globo . Objetivando a funcionalidade para os alunos, para que tais não fiquem apenas no campo das ideias, quando apresentados a tais temáticas. Além do jogo trabalhar o conteúdo bruto das guerras ocorridas (motivos, datas etc.), o aluno trabalha a visão estratégica, compreende o envolvimento de tais territórios nos embates e discute em conjunto com a turma tais fatos, gerando assim uma construção de saberes em conjunto e de maneira mais divertida e didática.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

VERRI, J. B. A importância da utilização de jogos aplicados ao ensino de Geografia. 2010.

RAMONET, I. Um novo estado do mundo. 2006

CASTRO, I. E. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. 2012

A cartografia na escola – uma aplicação prática no ensino médio da Escola Estadual Almirante Álvaro Alberto, em Paraty-RJ

Fabiana Peres de Freitas
Bernard Wollmann

A Cartografia apresenta-se como uma linguagem indispensável ao ensino de Geografia. Cabe a ela a localização dos fatos e acontecimentos no espaço geográfico.

O tema escolhido para esta pesquisa foi a aplicação do ensino de Cartografia básica, através de uma atividade prática com coordenadas Cartográficas para alunos do Primeiro ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Almirante Álvaro Alberto.

Trata-se de um tema de relevância, uma vez dada a sua importância, pois se percebe que na maioria das vezes as pessoas não possuem noções básicas de Cartografia, e por isso, possuem dificuldades de leitura e interpretação de mapas. É na escola que esses conceitos devem ser ensinados. Portanto o assunto deve seja abordado de forma concreta.

A metodologia aplicada seguiu a sequência: inicialmente foi desenvolvido no software Arcgis um mapa com uma base cartográfica da Vila Residencial de Mambucaba, onde está situada a escola; após os alunos serem divididos em grupos, cada grupo recebeu uma primeira coordenada; na sequência, os grupos localizavam no mapa e depois se deslocavam até o ponto encontrado, lá eles recebiam uma nova coordenada, onde o processo se repetia.

Na última atividade eles receberam como informação, além da coordenada, uma determinada distância em graus para finalizar a localização. Após essas tarefas cumpridas, eles calcularam todas as distâncias em escala real, transformaram a escala numérica em escala gráfica e finalizaram o trabalho anotando todos os pontos de localização para que pudéssemos corrigir de acordo com o gabarito anteriormente preparado.

Após as atividades concluídas, os alunos sentiram-se mais motivados, compreenderam melhor o assunto e fizeram observações sobre a paisagem do bairro.

A paisagem se tornou um ponto de partida para a aproximação do objetivo, que era uma melhor compreensão do espaço geográfico através da leitura que se faz com a Cartografia, pois busca a representação do espaço. Espaço esse que é alterado a partir das relações humanas que aí acontecem. A construção do espaço geográfico é, portanto, histórica, fruto das relações sociais num dado momento, realizadas através do trabalho.

A escola deve ser o espaço onde o aluno passa a conhecer a linguagem cartográfica e a utilizá-la no seu dia-a-dia, dessa forma estará cumprindo sua função social, que é a de



formar cidadãos críticos, com capacidade de analisar sua realidade e com poder de transformação.

Desse modo, a Cartografia aparece como elemento capaz de instrumentalizar nossos alunos para fazer essa leitura de mundo.

O desenvolvimento dessa capacidade permitirá que o aluno seja capaz de interpretar os dados geográficos e não apenas como ilustração ou para localizar fatos geográficos.

Assim os conceitos trabalhados permitiram o desenvolvimento de noções de: coordenadas geográficas, alfabetização cartográfica, ponto, linha e área, construção da noção de legenda, proporção e escala, além do desenvolvimento da lateralidade e do conceito de orientação.

Bibliografia:

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1994.

CARDOSO, Daniela Leite. Introdução a Cartografia Escolar: uma experiência de extensão universitária na escola Roseana Sarney em João Lisboa-MA. 2012. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2012.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. A cartografia escolar crítica. Unioeste: Paraná, 2007.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. Cartografia no Ensino Fundamental e Médio. In: Carlos, Ana Fani Alessandri (Org.). A Geografia na Sala de Aula. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 92-103.

A descolonialidade do negro no ensino de geografia

Edimilson Antônio Mota

Vivemos há uma década e meia em que foi homologada a Lei 10.639/03, que alterou a LDB 9394/96 no seu Artigo 26 e acrescentou o Artigo 26 A, e tornou obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira para todas as disciplinas da educação básica. Desde então, esforços e iniciativas têm sido criados no campo das políticas educacionais no sentido de fazer a sua implementação. Com base na lei, as Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Etnorraciais da História da África e da Cultura Afro-brasileira visam o reconhecimento social e o combate do racismo que ainda pesa contra a população negra. Ainda existe uma distância muito grande sobretudo entre o que se propõe como educação das relações etnicorraciais, e o que, de fato, tem sido feito no campo da pesquisa sobre este debate para o ensino de Geografia. Sendo assim, objetivamos nesse estudo, resgatar a importância do negro e da cultura afro-brasileira no ensino de Geografia, com vistas para o multiculturalismo para pensar o conceito de “raça” que ainda opera “sob rasura” (HALL, 2006), e que vimos seus efeitos e desdobramentos nas estruturas espaciais onde ainda o racismo estrutural e invisibilidade do negro é nó górdio. Para alcançar esse objetivo, o presente estudo pergunta: considerando o racismo estrutural um marcador espacial do multiculturalismo, como foi representado o negro nos conceitos e temas no ensino clássico da Geografia no Brasil? E como essa base conceitual clássica do ensino de Geografia ainda balizam discursos raciais? Para isto, retomamos os clássicos, como os “Princípios de Geografia Humana” de La Blache (1921) e “Geografia Humana” de Brunhes (1956) para verificar em que medida esses autores reconheciam racialmente os povos africanos, e como esse reconhecimento se construiu discursivamente e influenciou temas e conteúdos para o livro didático de Geografia no Brasil, dos autores: Carvalho (1935; 1949; 1963; 1967) e Azevedo (1943; 1958; 1959; 1965; 1976), que reproduziam em seus discursos pedagógicos hegemônicos que o negro não tinha cultura e fazia parte das raças inferiores e de que era sem cultura. Acreditamos que, nos livros didáticos, os seus conteúdos são frutos da trajetória intelectual, política e ideológica de cada autor, e, nesse caso, cada um deles fala de um lugar de onde expressam suas crenças de raça e cultura ao abordar a importância do negro e da cultura afro-brasileira, tanto quanto para Carvalho e Azevedo. Reposicionar o discurso hegemônico do ensino de Geografia clássico e propor um discurso contra-hegemônico é objetivo desta pesquisa para então pensar um ensino de Geografia combativo ao racismo estrutural ainda presente nos discursos dos currículos de Geografia. Para isso, como conclusão propomos a descolonialidade do negro no ensino de Geografia, a saber: 1. A descolonialidade, que representa, desconstruir, reinventar, reescrever, resgatar, desafiar preconceitos e estereótipos; 2. A descolonialidade contesta os discursos oficiais hegemônicos construídos como “narrativas mestras” com macro poder de explicação; Para a descolonialidade, raça é um conceito, uma construção social de dimensão política, ideológica e científica, que, embora tenha esvaziado o seu poder de explicação no campo biológico, continuou sendo lida sob “rasura”, visto que a sociedade atual se encontra organizada e

hierarquizada social e politicamente racializada por esse discurso; Para a descolonialidade, a igualdade é um conceito contestado, uma vez que, quando um sujeito é inferiorizado, discriminado, impedido à cidadania plena, evoca-se a diferença para reparar a desigualdade de direitos desiguais para os desiguais; Para a descolonialidade, a diferença não é um bloco homogêneo da consciência social, em que todos pensam sem conflitos e contestações. Por exemplo, “ser negro” no Brasil não significa que exista uma forma única, acabada, congelada, engessada, em que a diferença não teria lugar. “Ser negro” é uma identidade social construída, é dialética e dialógica e é marcada pela diferença na diferença. Nesse caso, a descolonialidade está voltada para interpretar a diferença da diferença na luta por reconhecimento social daquele que luta pela diferença; 3. A descolonialidade contesta a escravidão como “narrativa mestra” com base no determinismo econômico que explica o projeto colonial construído a partir do século XVI, como foi o caso do Brasil. Para a descolonialidade, a territorialização é vista como um processo social que se territorializa e se desterritorializa, cuja base está na cultura material e simbólica capaz de marcar a identidade coletiva de um povo não determinada na essência de ser europeu, africano, indígena, ou outro, mas afirmar na pluralidade das culturas, do encontro das diferenças e do reconhecimento social entre o Eu e o Outro. 4. A descolonialidade é processo, é contestação e ao mesmo tempo significa possibilidade de transformação social pelos sujeitos sociais no cotidiano. Isto significa que pensar esse processo no currículo do ensino de Geografia vai depender de cada sujeito social. Isto é: quem é o sujeito que produz o currículo, qual é a sua trajetória? Fala de onde? Ao mesmo tempo quem é o sujeito que reproduz e produz o currículo na práxis? Quais são os seus interesses políticos e ideológicos no que tange ao reconhecimento do Outro? Tudo isso envolve a complexidade do processo que ocorre no tempo sincrônico, diacrônico, com continuidade e descontinuidade. Em cada lugar, há caminhos e descaminhos semelhantes e desiguais. Portanto, para a descolonialidade, mais importante do que os resultados são os processos e suas contradições.

Bibliografia:

AZEVEDO, A de. Geografia geral: geografia dos continentes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

CARVALHO, D. Geografia humana, política e econômica. Rio de Janeiro: São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

BRUNHES, J. Geografia humana. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1956.

LA BLACHE, P. V de. Princípios de Geografia Humana. Lisboa- Portugal: Edições Cosmos, 1921.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

A dimensão cultural na construção do saber escolar: o ensino de geografia e a formação do cidadão

Sabrina Silva de Menezes

A cultura funciona como um sistema organizador da vida humana, ou seja, ela condiciona a visão de mundo do homem. Segundo a UNESCO, a cultura é um complexo integral de distintos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou grupo social. A cultura tem uma lógica própria, pois é construída com as experiências, objetos, valores e história de diferentes grupos sociais, isto é, todas as ações têm um sentido e estes definem um grupo social. Além disso, ela também é dinâmica, pois ela é construída e refirmada na prática cotidiana, não havendo assim, uma sociedade estática. Segundo a Constituição de 1988, todo cidadão brasileiro deve ter acesso à cultura. Sendo assim, este trabalho visa questionar quais seriam as condições e as possibilidades para a inclusão da dimensão cultural no ensino escolar de Geografia e salientar a sua importância no processo de formação do aluno como cidadão. Tomando-se este objetivo como o norte desta pesquisa, consideraremos também compreender a especificidade da dimensão cultural dos fenômenos na abordagem geográfica, que começa no início do século XX, com a geografia de Sauer e a Escola de Berkeley, até o final da década de 1970, onde se dá início ao processo de renovação da Geografia Cultural, até a sua difusão no Brasil, a partir do começo da década de 1990 e que se perpetua até os dias atuais. Analisaremos como se dá a incorporação da dimensão cultural no processo de formação dos futuros professores de geografia, através das grades curriculares dos melhores cursos de Geografia presentes cidade do Rio de Janeiro - entre eles a própria PUC-Rio -, e de um questionário online que será aplicado com graduandos e recém-formados destas instituições. Analisaremos também e, principalmente, como essa inserção se dá no ensino escolar de Geografia, através da análise dos livros didáticos, dos materiais pedagógicos e da legislação educacional. Tudo isso entrelaçado a análise da relação coexistente entre a inserção da dimensão cultural no ensino de Geografia com o sentimento de inclusão do aluno não só dentro do espaço escolar, mas também, dentro da sociedade em que ele se insere. Por fim, pretendemos apresentar propostas metodológicas de utilização do conteúdo cultural como sendo aquele que pode responder ao interesse do aluno pelas aulas de geografia. Tais propostas foram desenvolvidas através de minha experiência como bolsista PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) na Escola Municipal Georg Pfisterer, localizado no Leblon, bairro da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, com alunos do sétimo ano do Ensino Fundamental II. A temática central das atividades está relacionada a cultura popular brasileira, mais especificamente a das regiões Norte e Nordeste, pelo fato da grande maioria dos alunos morarem em portarias de condomínios adjacentes ou nas favelas da Rocinha, Vidigal e Cruzada São Sebastião. Sabe-se que a maior parte da população destas comunidades, assim como os de portaria, são constituídos por famílias de origem nordestinas ou nortistas. Pretendemos, através da construção dessas atividades, que terão como base a aplicação de filmes nacionais e a interdisciplinaridade com a Arte e a Literatura,

mostrar as influências dessas culturas na formação da identidade cultural do Rio de Janeiro e valorizar a diversidade cultural presente em nosso país. Terei como embasamento teórico os antropólogos Roque Laraia e Everardo Rocha que trarão a construção da definição de cultura, os geógrafos Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl, no processo da contextualização da inserção da cultura na Geografia e, por conseguinte, do surgimento do subcampo denominado de “Geografia Cultural” e, o também antropólogo Edgar Morin, que afirma que a educação tem que ser multidimensional: a sociedade é multidimensional, pois ela comporta diversas dimensões como a histórica, econômica, sociológica, religiosa e etc. Ou seja, se a sociedade é multidimensional, o processo de formação dos futuros professores de geografia e da construção da geografia escolar devem ser multidimensionais para que haja, uma compreensão eficaz, tanto do futuro professor como do aluno do ensino básico, sobre a multiplicidade da sociedade em que nos inserimos e de seus diferentes grupos sociais.

Bibliografia:

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: Introduzindo a Temática, os Textos e uma Agenda. In: Introdução à Geografia Cultural. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. P. 09-17.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 248p. (Série Geografia Cultural)

MORIN, Edigar. Os Princípios do Conhecimento Pertinente. In: Os Sete Saberes Necessários a Educação do Futuro. Brasília: UNESCO, 2000. P. 35-46.

ROCHA, Everardo. Pensando em Partir. In: O que é etnocentrismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 05-10.

LARAIA, Roque de Barros. “A cultura condiciona a visão de mundo do homem”; “A cultura interfere no plano biológico”; “Os indivíduos participam diferentemente de sua cultura”; “A cultura tem uma lógica própria”; “A cultura é dinâmica”. In: _____. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 67-101.

A dimensão política da “geografia dos transportes” em livros didáticos do PNLD 2015

Philippe Braga Andre
Zandor Gomes Mesquita

O período atual assiste à emergência e difusão de um meio geográfico agora denominado meio técnico-científico-informacional, o aprofundamento e requalificação da divisão internacional do trabalho e o florescimento de novas áreas de concentração de atividades produtivas. Tais fenômenos aumentam a competitividade e ampliam a necessidade da circulação, gerando uma demanda crescente pela instrumentalização dos territórios para permitir a mobilidade de pessoas, mercadorias e informações de forma veloz, segura e seletiva. Pode-se falar, assim, de um “imperativo da fluidez” (SANTOS, 2008), no qual os territórios devem viabilizar a circulação.

Nesse contexto se complexificam as relações entre público e privado na estruturação, controle e manutenção dos sistemas de transporte. A política, em um sentido amplo, ganha uma centralidade na condução desse processo e qualquer análise sobre o mesmo deve considerar o dado social e político (SANTOS, 2008), pois se evidenciam as relações de poder que governam a estruturação das redes de transporte em duas dimensões. A dimensão físico-material diz respeito à materialidade dos transportes com seus pontos de apoio, rotas e os sistemas de objetos que compõem os pressupostos à circulação. Esta se articula com a dimensão institucional através da política, na medida em que os conflitos, debates e decisões geradas a partir da tensão entre poder público, instituições privadas e sociedade em geral, definem tanto a topologia das redes e suas estruturas físicas, como os seus usos e controle. Gera-se uma regulação normativa (através de leis, decretos e regras) que define uma política para os sistemas de transportes.

Nessa perspectiva, os transportes se tornam um dos componentes fundamentais da estruturação do meio geográfico contemporâneo. A Geografia que se ensina na escola ao eleger, de forma geral, como fundamento do seu trabalho pedagógico o estudo da dimensão espacial da vida em sociedade, através da análise do meio geográfico, incorpora como conteúdo básico as discussões relativas aos meios de transporte. Nesse processo, os livros didáticos constituem loci privilegiados para a observação da forma como esse tema chega as escolas brasileiras e como se articula aos demais conteúdos, pois em todas as etapas de sua produção é atravessado por influências diversas que deixam marcas sobre o resultado final. Assim, são testemunhos dos conflitos que envolveram as decisões de seleção curricular tanto da parte de autores, editores, quanto de autoridades educacionais que regulam o processo de elaboração dos livros (SELLES; FERREIRA, 2004).

Considerando o exposto, o presente trabalho objetiva analisar de que forma alguns livros didáticos abordam a temática dos transportes no Brasil em sua dimensão política. Em termos de decisões metodológicas, buscou-se respostas para as seguintes

perguntas: a) a discussão sobre os transportes se insere nos manuais escolares como unidade independente ou parte de outras discussões temáticas? b) A abordagem é regional, temática ou mista? c) Como é desenvolvida a exposição: histórica, caracterização da distribuição espacial e localização, descrição dos modais etc? d) A análise se concentra na materialidade das redes de transporte ou a articula com a dimensão política do contexto inserido? Optou-se por analisar os cinco livros mais adotados em escolas públicas brasileiras constantes do Programa Nacional do Livro Didático 2015. Tal escolha se justifica pela dependência que o setor editorial voltado para esse segmento desenvolveu em relação ao programa. Afinal, vultuosos recursos públicos são destinados à compra desses materiais e as editoras direcionam a produção dos manuais escolares às exigências do programa. A opção pelo ciclo 2015 se deu pois o mesmo abarcou obras que foram utilizadas entre os anos de 2015 a 2017 e já apresenta dados consolidados sobre sua adoção nos estabelecimentos de ensino.

Como resultados preliminares percebe-se que a temática dos transportes aparece, em geral, de forma independente, o que demonstra que o destaque dado à questão, porém se apresenta desarticulada de outros temas típicos da Geografia na educação básica que poderiam servir para evidenciar o caráter político que governa a dinâmica do setor e sua relação com outros fenômenos socioespaciais. Não há predominância entre abordagens que enfatizem a dimensão temática, nem a dimensão regional, ocorrendo uma dispersão regular das abordagens. Predomina um desenvolvimento que parte de uma narrativa histórica – em alguns momentos geral e em outros específica por modal – de caráter evolucionista e apartada dos condicionantes políticos que guiaram as transformações no setor, para depois apresentar uma caracterização geral da distribuição espacial e localização atual das redes de transportes. Por fim, a quase totalidade dos livros analisados não debate de que forma a política influência na conformação material e institucional do setor de transportes no Brasil.

Bibliografia:

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SELLES, Sandra Escovedo; FERREIRA, Márcia Serra. Influências histórico-culturais nas representações sobre as estações do ano em livros didáticos de ciências. *Ciência & Educação*, v. 10, n. 1, p. 101-110, 2004.

A dimensão política no espaço escolar no contexto das reformas educacionais contemporâneas

Ana Margarete Gomes da Silva
Jean da Silva Santos

O presente artigo apresenta por meio de estudo bibliográfico, uma reflexão acerca da dimensão política na educação básica, através do componente curricular de Geografia, no contexto do golpe parlamentar-midiático-jurídico, que culminou com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, assumindo em seu lugar o vice-presidente Michel Temer, que deu continuidade ao golpe em curso, desta vez, através do território do currículo escolar, com a Reforma do Ensino Médio - mediante medida provisória (Nº746/2016), que já se iniciou com força de Lei, desde a publicação no Diário Oficial em setembro de 2017; sem ouvir a comunidade acadêmica sobre essa reforma que será colocada em prática através da controvertida Base Nacional Curricular Comum – BNCC homologada no corrente ano (2018), também pautada da mesma forma, pelo Governo Federal que não foi eleito pelo povo. No contexto nacional, a discussão sobre as Políticas da Educação Básica, apresenta-se a partir de várias proposições, bem como, concepções e cenários complexos e obscuros, articulados pelo poder público e as classes que o sustenta no poder. Nessa direção, é fundamental situar as dimensões que permeiam a presente análise sobre essas políticas, no tocante à concepção, ideologia e formação. A concepção de educação é entendida neste artigo, como prática social, constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas (FRIGOTO, 1995), a partir de embates e processos em disputa que traduzem distintas concepções de homem, mundo e sociedade. Para efeito desta análise, a educação é entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como lócus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação e transformação social. Assim sendo, políticas educacionais efetivamente implicam o envolvimento e o comprometimento de diferentes atores, incluindo gestores e professores vinculados aos diferentes sistemas de ensino. As reflexões aqui suscitadas vislumbra a importância da ciência geográfica e como a mesma pode contribuir para o enfrentamento desse território em disputa [a escola e seu currículo], que visa o controle social dos diferentes sujeitos, numa perspectiva contra-hegemônica. O currículo está no cerne das reformas educacionais, uma vez que ele se posiciona em um território de resistências, assunções e negações. Frequentemente anuncia e denuncia as lutas que se travam em torno do projeto social e político-educacional. No interior das reformas, o mesmo expressa diferentes visões e/ou concepções de mundo, de grupos sociais diversos, especialmente dos grupos hegemônicos. Ainda assim, as políticas curriculares são importantes elementos de análise, nas reformas e ideologias educacionais e revelam as posições desses grupos majoritários.

O processo metodológico consiste em pesquisa bibliográfica, dialogando com teóricos diversos como: Popkewitz (1997), Arroyo (2005) e Saviani (1997). O referido artigo

está estruturado da seguinte forma: a priori faremos uma análise de conjuntura que antecede e efetiva o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em seguida, traremos uma análise das políticas educacionais brasileiras a partir da década de 1930 até os nossos dias e suas relações com as demandas e/ou reclames do mercado capitalista. Ao final, sem a intenção de encerrar esse debate, traremos pronunciamentos de alguns intelectuais nacionais e estrangeiros sobre o golpe e seus rebatimentos na educação nacional.

Bibliografia:

ARROYO, Miguel Gonzáles. Indagações sobre currículo: educando e educadores – seus direitos e o currículo. BEAUCHAMP, Sandra Denise Pagel. NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro (Org). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

FRIGOTTO, Galdêncio. Educação e crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.

POPKEWITZ, T. S. Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação. Tradução de: Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ANDERSON, Perry; GENTILI, Pablo; MARIA, Vítor Santa. TROTTA, Nicolás (Cordinación general). Golpe En Brasil. 1º ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

SAVIANI, Demival. Escola e Democracia. Campinas, Sp. Autores associados, 1997

A formação territorial do Estado Nação da Índia e o sistema de castas: apontamentos sobre o processo de segregação socioespacial nas cidades brasileiras em especial em São Gonçalo-RJ

Marcos Andre Santos da Silva Junior
Ana Claudia Ramos Sacramento
Guilherme Freitas Hartmut Behn

O presente artigo se propõe a relatar a experiência e elaboração das atividades do Subprojeto PIBID Geografia da FFP-UERJ período 2014-2018, realizadas na Escola Estadual Frederico Ozanam localizada no município de São Gonçalo, na região leste metropolitana do Rio de Janeiro. Em seguimento ao currículo mínimo do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC 2012), o eixo temático girou em torno do continente asiático, mas especificamente a Índia. A atividade foi realizada com a turma do 9º ano do ensino fundamental e buscou-se compreender histórico/geograficamente a formação territorial do Estado-Nação da Índia, no sentido de entender as desigualdades estruturais forjadas a partir da criação e consolidação do sistema de castas, tais como as resistências constituídas ao longo deste período a partir de movimentos organizados pela sociedade civil que reivindicavam uma sociedade mais justa e igualitária comprometida com a correção de desigualdades econômicas, socioespaciais e culturais históricas. Gabaglia (1947) argumenta a necessidade de um diálogo acerca de Geografia Política e Geopolítica para compreender por meio de uma perspectiva integradora, na qual os Estados como organizações estáticas, assentadas sobre substractum geográfico, enquanto que a Geopolítica se preocupa com a dimensão do conflito entre as diferentes forças políticas e as mudanças e permanências que ocorrem no território ao longo do tempo/espço. Cabe ressaltar a utilização do conceito de “Estado ampliado”, proposto por Mendonça (2012), que considera os movimentos sociais em seus diferentes segmentos, organizações não governamentais (ONGs) e outras iniciativas organizadas pela sociedade civil como parte constituinte do próprio Estado. Estes atores atuam em relação na construção da produção social do espaço, tal como na resolução de seus conflitos. Desta maneira, a atividade tinha como objetivo a compreensão dos estudantes a respeito do sistema de castas, desde a sua implementação que enfrentou resistências, no caso do campo religioso com a crítica do pensamento budista e do jainismo, perpassando pela resistência a dominação colonial; que culminaram na independência, redesenhando os limites territoriais com a criação do Estado-nação indiano. Após o processo de independência na Índia, em função da pressão política, foi redigida uma constituição o qual dava fim ao regime de castas, embora não tenham sido criados mecanismos de reparação das desigualdades estruturais históricas. Gudavarthy; Souza (2014) argumentam a necessidade de uma verdadeira justiça e igualdade na Índia bem como da justiça criminal. Neste sentido, discutiu-se a partir de Santos (2002), iniciativas organizadas na/pela sociedade que se desenvolvem atualmente na Índia como no caso de Kerala, região do extremo oeste no sentido de assegurar uma luta emancipadora, no que tange ao conceito de cidadania para uma parcela significativa da população em condição de exclusão e/ou inclusão precária na sociedade. Em

seguida discutiu-se sobre o processo de segregação socioespacial nas cidades brasileiras, com o enfoque na cidade de São Gonçalo e seus desdobramentos para a população mais empobrecida da cidade. Cabe destacar que se concebe o espaço escolar como campo de ação política. Neste sentido aponta Gasparin (2005), a proposição didática histórico crítica objetiva um equilíbrio entre teoria e prática, mediando junto aos alunos uma aprendizagem dos conhecimentos científicos e políticos, no sentido de torná-los sujeitos ativos no que tange as práticas políticas socioespaciais. Por esta razão foi pedido aos mesmos separação em três grupos para discutir e apontar os principais problemas vivenciados em seu cotidiano, e a partir dos debates a respeito da temática Brasil/Índia, foi elencado alguns temas. Os estudantes formularam roteiros de entrevista realizadas com representantes de movimentos sociais atuantes no município gonçalense. As questões eram relativas à ocupação dos espaços públicos da cidade para eventos culturais, juventudes e a participação nas decisões política da cidade e intolerância religiosa. A entrevista foi realizada em sala de aula com recursos tecnológicos como smartphones e câmeras fotográficas. Nos resultados finais constatamos que os estudantes em relação à intolerância religiosa, sobretudo em relação às religiões de matrizes africanas, apontaram a necessidade da atuação conjunta de movimentos, com uma proposição de uma marcha contra a intolerância religiosa na cidade. Em relação às juventudes e à participação política, eles questionaram a falta de canais que ampliassem a participação das juventudes nas decisões políticas da cidade, neste sentido, pensaram na criação de um conselho municipal de juventudes suprapartidário. No tocante à ocupação dos espaços públicos da cidade para eventos culturais, o alunado considerou as “rodas de rima” além de ter como função a sociabilidade, também discutem problemas relacionados ao cotidiano das áreas segregadas do município gonçalense.

Bibliografia:

GABAGLIA, F. A. R. A Geopolítica. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 5, n.54, p. 692-697, 1947.

GASPARIN, J. L. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GUDAVARTHY, A.; SOUZA, G. P. L. de. A Política de Direitos Humanos Globais na Índia. R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 385-389, julho de 2014. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2730>. Acesso em 30 de março de 2018.

MENDONÇA, S. R. de. Estado. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P. R.; FRIGOTTO, G. (org.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012 p. 347-353.

SANTOS, B. de S. (org.). Democratizar a Democracia. In: Os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002, p.604-647.

A fronteira no ensino básico de geografia política

Cátia Cilene Pereira Froehlich
Adriana Dorfman

A relevância do ensino do tema “fronteira” na escola básica alimenta-se em, pelo menos, duas fontes. Regionalmente (no estado do Rio Grande do Sul) o estudo da fronteira como experiência cotidiana é relevante, pois a identificação cultural com os países vizinhos (Argentina e Uruguai) se dá muitas vezes mais intensamente do que com o restante do Brasil. De forma mais abrangente, a temática permite discutir processos contemporâneos, e debater como os fluxos de capital e de informação são realizados rapidamente e sem barreiras, mas o ir e vir de pessoas encontra obstáculos e impedimentos. Todas essas discussões integram o temário da Geografia Política na escola, vinculadas à globalização, às migrações internacionais, à soberania nacional, território(s) e, conseqüentemente, as fronteiras.

Esta pesquisa se volta a compreender como a fronteira estatal é vista por estudantes que não vivem nem têm contato direto com uma região fronteiriça. Esses alunos têm uma visão que não se baseia na experiência cotidiana, sendo formada a partir das aulas de Geografia e pelo conhecimento obtido através do senso comum e da mídia. Para caracterizar tal entendimento, realizou-se uma oficina, que será aqui descrita e que já foi objeto de um trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Geografia na UFRGS (FROEHLICH, 2017).

A fronteira é um objeto geográfico multiescalar, sendo conceituada conforme o território em questão. São fronteiras as fraturas espaciais presentes em espaços urbanos; as fronteiras étnicas que definem grupos e incidem em suas trocas; e mesmo as discontinuidades em redes e fluxos (DORFMAN, 2015 p. 17). Ainda assim, no percurso desta pesquisa, abordamos o conceito de fronteira estatal e geopolítica, ou seja, o limite territorial e de soberania entre dois países. Tal escolha ocorreu por ser a fronteira internacional a mais conhecida dentro e fora das salas de aula pelos estudantes, sujeitos centrais desta pesquisa. Outra motivação para este trabalho foi mostrar a fronteira estatal em sua materialização no espaço, sendo produzida – delimitada, definida e, muitas vezes, edificada – através de processos e propósitos políticos, sociais e históricos.

Para alcançar os objetivos deste estudo, além do referencial teórico, as diretrizes nacionais para o ensino de Geografia foram examinadas. Com base nesses parâmetros, foi realizada uma oficina na Escola Estadual Agrônomo Pedro Pereira, situada no bairro Agronomia, em Porto Alegre, RS, com 22 alunos do terceiro ano do Ensino Médio, de 16 a 18 anos. A escolha por este grupo se deu pela maturidade escolar dele esperada: são alunos concluintes, quando se supõe que o tema “fronteira” já tenha sido estudado.

Na prática em aula, os alunos tiveram contato com diferentes imagens de fronteira, estimulando a verbalização de categorias. Para isso, escolheu-se trabalhar com

postais representando doze diferentes fronteiras estatais, apresentando cenários fronteiriços mais comuns, mostrados reiteradamente em livros didáticos e pela mídia de maneira geral, tais como aduanas, marcos etc. (FILIZOLA; KOZEL, 2011, p. 18). Essas fotografias, desenhos e mapas foram entregues às duplas e trios formados pelos estudantes, solicitando-se que eles as classificassem livremente, empregando seus próprios critérios para agrupar as imagens semelhantes e atribuindo nomes aos conjuntos criados.

Optou-se por esta metodologia pois, dentre as habilidades almejadas para o aluno do Ensino Médio na disciplina de Geografia, está a leitura e interpretação de imagens. A fotografia, o mapa ou o desenho estão carregados de significados implícitos ou explícitos. Espera-se que ao fazer a leitura das imagens, o aluno vá além da mera descrição e faça relações e conexões do contexto da imagem com os conteúdos já aprendidos ou até mesmo com seus conhecimentos prévios.

Os 22 alunos que participaram da oficina, que não experimentam a fronteira no seu cotidiano, e que teriam a sala de aula (além dos meios de comunicação) como fonte de seu conhecimento sobre a fronteira, descrevem-na sem fazer uso claro de conceitos ou de contextos específicos, que talvez tenham sido objeto de aulas e que certamente fazem parte dos conteúdos da Geografia escolar. Não foram citados termos tais como “fronteiras naturais”, “artificiais”, “vivas”, “mortas” etc. e contextos como o muro na fronteira Estados Unidos-México, a Muralha da China, cidades-gêmeas, a Ponte da Amizade na fronteira Brasil-Paraguai. Algumas vezes foram citadas estruturas da paisagem “marcada” das fronteiras, dos cenários fronteiriços, enfatizando elementos morfológicos e não considerando dinâmicas e processos. Ainda que não represente um conhecimento consolidado, em que o ensino de Geografia atinge plenamente seu propósito de expandir horizontes e instrumentalizar visões posicionadas do espaço, observamos que um certo vocabulário geográfico (instável) foi construído durante o percurso escolar.

Bibliografia:

DORFMAN, Adriana (org.). Anuário Unbral das fronteiras brasileiras 2014. 1. ed. Porto Alegre: Editora Letra1; Instituto de Geociências/UFRGS, 2015. v. 1. 132p

FILIZOLA, Roberto; KOZEL, Salette. Território e fronteira: novas perspectivas para o ensino de Geografia Política. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-20. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2720/2600>> Acesso em: 3 maio 2017.

FROELICH, Cátia Cilene Pereira. Imagens e classificações da fronteira por alunos do ensino médio: relato de uma prática. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia).

A geografia: a ciência que nasceu para fazer a guerra se transforma em disciplina curricular nas instituições de ensino básico

Ivanete Torres Oliveira Peixoto
Cleudson Gomes de Oliveira
Vera Lúcia Santos de Jesus

No contexto educacional contemporâneo, os órgãos e as leis que regem a educação brasileira como o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) muito se fala das técnicas e métodos pedagógicos que deverão ser aplicadas nos ensinamentos das disciplinas curriculares nas escolas de ensino básico. A lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, intitulada Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) criada pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), orienta a política e o planejamento educacional curricular das instituições de ensino no país (LDB,1996). Não abstendo-se com as aplicações dos conteúdos da Geografia Política no ensino básico, a aprendizagem e a aplicação dos métodos da geografia nesse nível de ensino, vem se tornando a cada dia mais necessário para o melhor entendimento das questões políticas, geopolíticas, cartográficas e estatísticas, que interferem na vida de milhões de pessoas pelo mudo a fora, já que para uma grande parcela da população, o entendimento e o conteúdo obtido sobre esta ciência, são como uma “tabula rasa”; (pouco, ou nenhum conhecimento adquirido), de onde os conteúdos geográficos podem ser aplicados. A práxis e a importância dos métodos de aplicação geográfica, que, de certa forma, andam de braços dados com outras ciências disciplinares, são pouco difundidas, ou são literalmente ignoradas tanto pelos profissionais da área por não dominarem o assunto, como pelos alunos que não se interessam pelos conteúdos lecionados nas instituições de ensino. Tida como uma das ciências mais antiga do mundo, a geografia nasceu um pouco depois das ciências filosóficas na antiga Grécia e, era conhecida no seu início como: história natural ou filosofia natural, segundo afirma Moraes e Sousa (2005). Na época, os gregos por serem conhecedores dos ambientes físicos e fenômenos naturais, eles se tornaram um povo conquistador e dominantes de outros povos; isso se fez necessário para que os gregos ampliassem seus territórios e suas atuações comerciais com outros impérios. “A geografia antes de mais nada serve para fazer a guerra”, como relata Yves Lacoste (1935, apud, MOREIRA, 1994, p. 13), o autor do livro “O QUE É GEOGRAFIA”. Seguindo por esse pressuposto, podemos dizer que essa premissa é verdadeira. Se a geografia nasceu para fazer a guerra como diz Lacoste (1935), e o que relata Moraes e Sousa (2005), sobre que os gregos se tornaram grandes conquistadores por conhecerem bem o meio físico e os fenômenos naturais, isso lhes deixavam em vantagem para que eles se antecipassem aos seus inimigos; um acontecimento que remetem estas características, foi a guerra do Vietnã de 1955-1975, quando o poderoso exército americano sucumbiu ao inferior exército vietnamita no ano 1973, por não ter conhecimento aprofundado do espaço geográfico onde desembarcara para um conflito que durou vinte anos (SILVA, 2008). Após o seu início e sua função para a guerra, à geografia começa a se transformar em ciência disciplinar nas escolas geográficas europeias e americana (escola alemã, sueca,

francesa, belga e anglo-saxônica) do século XIX e XX, com Kant, Humboldt, Ritter, Ratzel entre outros, conhecidos como “os pais da Geografia”. Cada um desses intelectuais a frente de suas Escolas Geográficas Científicas, as remetem a uma corrente de pensamento distinto uma das outras como o (determinismo da escola alemã, o possibilíssimo da escola francesa, o imperialismo da escola anglo-saxônica), que serão tratadas cada uma no decorrer do trabalho, como a importância aprendizagem da geografia política para os estudantes do ensino básico. O ensinamento da geografia política no ensino básico, serve antes de mais nada, para que o estudante dessa disciplina possa desvendar o meio onde vive através de análise e investigação, tendo um entendimento fundamentado e conciso nas inter-relações de poder entre estados nações e o discernimento sobre o que é território e divisibilidade fronteiriça, podendo assim, tornar-se um cidadão crítico que possa divergir de opiniões que lhes soem contrárias aos seus pensamentos. Contudo, podemos dizer que a geografia se torna uma importante ferramenta para que os estudantes do ensino básico possam compreender a realidade do mundo contemporâneo em que vivem, compreendendo tanto as divergências políticas e econômicas dos países, como as relações homem-natureza.

Bibliografia:

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Art. 13. Incisos I a VI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.

MORAES, R. R. de, SOUSA, S. A. de, Geografia: Definição e História. São Paulo-SP. Disponível em: <http://www.gecotidiano.xpg.com.br/2_ano/ano2_texto1.htm>. Acesso em: 02 de Abril de 2018.

LACOSTE, Y. (apud, MOREIRA, R. In: O QUE É GEOGRAFIA. Editora brasiliense. Ed. 14ª. Coleção primeiros passos. (1994, p. 13). São Paulo-SP.

SILVA, B. I. da, Guerra do Vietnã. Graduação em História (Universidade do Vale do Sapucaí, UNIVÁS, 2008. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/guerra-do-vietna/>>. Acesso em: 02 de Abril de 2018.

A industrialização de São Gonçalo: uma possibilidade de trabalhar o local para compreender a geopolítica da América Latina

Lucas da Silva Santos

O texto propõe debater a relevância do conhecimento de geopolítica articulado com o ensino de cidade na estruturação de uma atividade em que concede aos discentes o conhecimento sobre a América Latina e a relação com a cidade de São Gonçalo. A geografia escolar, a partir do estudo de cidade, possibilita uma discussão a respeito da importância de compreender o espaço urbano por meio daquele que vivencia o lugar - o cidadão. O direito a cidade mistura-se com o exercício da cidadania, no corpo social de hoje (LEFEBVRE, 2008). Por meio da Geografia, possuímos a expectativa de compreender a cidade enquanto lócus para a constituição do cidadão no ponto de vista do direito a cidade. Destarte, no intuito de expandir a assimilação das múltiplas formas de organização territorial, incorporado em novas abordagens, aparece à geopolítica crítica, segundo Vesentini (1986) no qual partem as relações políticas entre Estados-nações enquanto único agente político territorial formal. Então, o estudo da América Latina conduz a luz perspectiva essencial sobre a geopolítica - no contexto atual, o qual emergem novos agentes políticos inclusos no cenário multipolar. Esta atividade é parte do projeto de pesquisa financiado pela FAPERJ - "Leitura sobre as espacialidades das cidades e suas representações na sala de aula"-, compreendido no período de 2016 a 2018, o qual tem como concepção teórico-metodológica a pesquisa qualitativa no processo de apreensão das interpretações e representações construídas pelos sujeitos (estudantes das escolas e licenciandos) com seus espaços de vivência, bem como das atividades didáticas construídas para pensar a relação entre as diferentes temáticas e a cidade. Dessa maneira, a atividade fora aplicada no CIEP 041 Vital Brazil, localizado no bairro Luiz Caçador-SG/RJ, numa turma de 8º ano do ensino fundamental- com duas questões de caráter discursivo, ambas anexadas com um texto, retiradas do artigo denominado: O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da "Manchester Fluminense", de Victor Leonardo de Araújo e Hildete Pereira de Melo, baseadas no conhecimento mediado em aulas anteriores sobre analisar as distintas relações socioespaciais culturais e econômicas dos Estados-nações da América Latina.. A presente atividade procurou discutir a respeito do município de São Gonçalo e América Latina, na qual a compreensão do mundo é importante pois ela invade cotidianamente a vida dos nossos estudantes pela TV, pela internet, pelo celular, pelo videogame Giroto (2011), a partir da discussão dos conteúdos da América destacados no Currículo Mínimo de Geografia (SEDUC-2012). Destarte, faz se necessário trazer questões do seu cotidiano no sentido de conduzir a luz o pensamento crítico expresso por distintos meios de acesso a informação de geopolítica, inúmeras vezes deturpadas. Com intenção de refletir segundo Straforini (2008) propõe que a geografia deve promover os conceitos para possibilitar a compreensão por parte dos estudantes sobre o passado, presente e futuro. Assim, incorporar a cidade e a geopolítica da América Latina no pensamento escolar auxilia para que os educandos compreendam as relações expressas em seus espaços de

vivência, contribuindo em sua formação social, enquanto cidadão crítico e agente transformador do espaço. Nessa perspectiva, optamos expor do processo de industrialização, considerada, tardia de São Gonçalo assim como na América Latina. Algumas cidades no México - como as pertencentes ao vale do México, localizado na região metropolitana- sofreram as mesmas transformações do espaço urbano que a cidade gonçalense. Por esse motivo fora pensado trazer essa malha urbana para associar uma realidade à outra, dada suas peculiaridades, bem como as quais áreas de produção industrial atuantes em toda a América Latina e sua importância para a geopolítica da região. Uma dessas relevâncias é expressa por Carvalho (2012) como a realidade latino-americana, nas duas últimas décadas, foi o alçamento ao cenário político de atores sociais que buscam redefinir sua inserção nas cristalizadas estruturas de poder dos Estados da região. Assim, tem como propósito identificar como era a constituída sua cidade em uma temporalidade não tanto longínqua e, também, do processo industrial da região na qual seu desenvolvimento se deu no mesmo período, isto é, articulação entre as escalas- na busca por uma melhor aquisição do conteúdo. Como resultado final, evidenciou a capacidade argumentativa sobre o que levara ao processo de industrialização tanto de São Gonçalo quanto das demais partes da América. Dessa forma, articulando em diferentes escalas a temática indústria e a relação com a geopolítica, promovendo ao estudante uma construção de raciocínio espacial e perspectivas sobre o meio em que vive de atributo crítico, da mesma maneira que seus vínculos com outra dimensão regional, tal como a América Latina.

Bibliografia:

CARVALHO, Marcos César Araujo. A reconfiguração das relações de poder na América Latina: recolonização e resistências em um contexto neoliberal. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (61), s/p. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-61.htm>>. Acesso em 27 de março de 2018.

GIROTTI, Eduardo Donizeti; SANTOS, David Augusto. A geopolítica e o ensino de Geografia: estratégias didáticas para a retomada do dialogo. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 15, n.3, set./dez, p. 139-153, 2011.

LÉFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

STRAFORINI, R. Ensinar Geografia: o desafio da totalidade: mundo nas séries iniciais. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

VESENTINI, José Willian. A capital da geopolítica. São Paulo: Ática, 1986.

A política e seu sentido político na educação escolar: questões para a formação de professores de geografia

Aline Weber Sulzbacher

“Nós, brasileiros de uma forma geral, temos certa aversão a toda discussão que envolve política. Somos ensinados a pensar que só diz respeito ao Senado e políticos corruptos. E, para agravar essa situação, a mídia se faz sempre presente para reforçar tais ideias.” (Relato de discente de especialização).

Para Joan-Eugeni Sánchez (1992), a concepção de política tem dois pontos de partida: compreender a política como um “jogo de interesses sociais contrapostos”; é a relação entre política e poder, entendendo o poder como a “capacidade de intervir sobre o espaço, de modificá-lo”. Logo, a dimensão espacial da política realiza-se nessa capacidade de intervir sobre o espaço, objetivando, uma determinada configuração do poder: esse poder de ação sobre os outros – ou entre homens – que resulta na sua objetivação sobre o espaço que tem como um dos focos o corpo humano, que é – como diz Bourdieu ao discutir sobre a noção de habitus – “um corpo socializado, investido na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada” (BOUDIEU, 2007, p. 167). Ou, como fala Dussel (2007, p. 52), a política conduz a uma determinada ação que é “estratégica, não meramente instrumental (como a técnica que transforma a natureza), uma vez que se dirige a outros sujeitos humanos que, como atores, ocupam espaços práticos, hierarquizam-se, oferecem resistência ou ajudam na ação uns dos outros...”. O espaço, portanto, é o ponto de partida e de retorno, como sugere Claval (1976). Não somente como suporte da vida, mas também como condição objetiva de determinado grupo social, impõe possibilidades e restrições sobre o futuro – estas últimas, muitas vezes, superadas de acordo com as capacidades políticas do grupo. A política envolve a discussão sobre o devir, trata-se de um processo de interação, de imbricação de leituras de mundo e da formulação de ações prospectivas. Tomando esses termos como reflexões iniciais, e considerando o relato da epígrafe indagamos: Por que a política perdeu seu sentido político no ensino escolar? Como contribuir na formação de sujeitos de direitos, que se reconheçam como cidadãos? Qual política a geografia tem contribuído para difundir na sociedade, a partir da atuação na educação básica? E o debate das questões étnico-raciais, de gênero, de classe etc. – qual seu espaço na política da geografia escolar? Estas são algumas das questões que esta proposição tem por intuito analisar e problematizar, pensando sobre o papel do ensino de geografia política, em especial a partir de realidades escolares e universitárias que vivenciam um acelerado processo de precarização das condições objetivas e subjetivas de trabalho, de ensino, de aprendizagem e enquanto espaços-tempos de convivência dos diferentes. O percurso metodológico tem por base as observações, pesquisas em sala e anotações de aulas, decorrentes da atuação como docente no ensino superior vinculada à formação de professores de geografia (graduação) e na formação continuada de professores da educação básica (especialização), pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Diagnosticamos sérias dificuldades dos licenciandos em abordar temas da área de geografia política e de geopolítica, seja no ensino fundamental, quanto no ensino médio. É recorrente, também, uma resistência e dificuldades – uma aversão – com essas áreas inclusive no ensino superior. Em parte, essas dificuldades tem relação com a internalização de sentidos comuns e a naturalização dos processos histórico-geográficos de formação dos Estados-nação, das políticas públicas, de temas como a democracia, os modos de produção, a globalização, a mundialização, as fronteiras, os conflitos etc. O campo do ensino de geografia política demanda pesquisas, uma vez que a produção bibliográfica ainda é pouco expressiva (em comparação com outras áreas da geografia). Isso também nos indica a situação paradoxal, pois se trata de uma das áreas da geografia que tem potencial para contribuir na compreensão do atual momento histórico, sobretudo do sistema eleitoral, político partidário, da estrutura do Estado etc., vivenciado no país. Pesquisas como de Teixeira e Silva (2015) indicam que há interesse e compreensão por parte dos escolares sobre a importância de um ensino significativo, que envolva questões como a educação político-partidária. No entanto, apontam também para as dificuldades estruturais e das condições objetivas de ensino que comprometem a aprendizagem. Mas seria esse fator suficiente para compreender esta “certa aversão”? Não seria isso, talvez, um produto da Política? E, se assim o for, estimamos que seja pela Política que se apresentam as possibilidades de problematização dessa aversão e, quiçá, um exercício de cidadania que se inicia com a compreensão das políticas-nossas-de-cada-dia.

Bibliografia:

BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. [Tradução Sergio Miceli]. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CLAVAL, P. *La géographie et les phénomènes de domination*. *Espace géographique*, t. 5, nº 3, 1976, p. 145-154.

DUSSEL, E. *20 teses de política*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SÁNCHEZ, J. E. *Geografía Política*. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.

TEIXEIRA, Vanessa; SILVA, Márcia da. *Geografia política e geopolítica no Brasil, uma análise da percepção dos alunos do ensino médio*. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 5, n. 1, 2015, p. 133-155. Disponível em:

<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/156>
Acesso em 10 out. 2017.

A produção do conhecimento geográfico nas obras voltadas para geografia escolar: realidade, contradições e possibilidades

Jean da Silva Santos
Janeide Bispo dos Santos
Ana Margarete Gomes da Silva

Nos últimos anos foi perceptível observar uma vasta produção acadêmica na área de Ensino de Geografia. Contudo, também observa-se que muitas destas produções têm dado mais ênfase aos procedimentos metodológicos adotados, em detrimento do conhecimento geográfico de fato. Tal episódio exige uma análise mais profunda do conteúdo destas produções a fim de que se possa entender qual dimensão de método e de teoria pedagógica que as orienta, bem como o porquê de terem negligenciado a essência da Geografia. De acordo com Lacoste (2005) o conhecimento geográfico é um saber estratégico, porém tem ficado nas mãos de poucos. Este mesmo autor ao fazer uma crítica à Geografia escolar ao afirma que o conhecimento geográfico ensinado na escola não se fundamenta nas dinâmicas socioterritoriais concretas. Na conjuntura atual, o espaço geográfico e o território se colocam como conceitos chaves para a compreensão dos complexos processos que orientam a produção socioespacial. Uma das questões centrais que se apresenta nos dias de hoje diz respeito, a dimensão das contradições territoriais permeadas por conflitos e conflitualidades.

A Geografia está inserida no currículo escolar transitando por todas as séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O conhecimento geográfico é salutar importância para o indivíduo compreender-se no contexto socioespacial. Por isso, o território, por exemplo, não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população e, assim, estão dados os elementos para constituir um Estado. O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades - territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial. A sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material. Neste sentido, o território é campo de forças, expressão das lutas e enfrentamentos que orientam a produção do espaço geográfico no contexto de tensões e contradições expressas na lógica do modo de produção. Considerando que o acesso aos conhecimentos qualifica o processo de trabalho, ou seja, a atividade humana, e o trabalho educativo é classificado como trabalho não material, pois “trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana” (SAVIANI, 2005, p. 12). O acesso ao conhecimento pelos indivíduos qualifica a prática social, pois quanto maior for o conhecimento que cada indivíduo singular possuir, mais qualificada serão as práticas da sociedade como um todo. Portanto, mais humanizado será este indivíduo e o gênero humano. Chama-se de humanização o processo de apropriação dos conhecimentos sistematizados pela sociedade, uma vez que a humanidade, ao

longo da história, no processo de trabalho, numa relação com a natureza, produz a realidade humana. São os conhecimentos sobre os processos naturais e sociais. Mas como o indivíduo não nasce humano, ou seja, não nasce com o conhecimento, ele vai se apropriando gradativamente, e aí vai se humanizando, ou seja, se apropriando da cultura humana. Como esta apropriação não é natural, ela depende de intervenção social. Por conta disso, entra neste processo a especificidade e relevância do trabalho educativo. Segundo Saviani (2005), trata-se de uma atividade intencional, planejada com um fim específico que é o de produzir a humanidade diretamente em cada indivíduo singular. Pois, “cada indivíduo aprende a ser um homem” (LEONTIEV, 1978, p. 267) no processo em que realiza sua atividade social mediado pelas relações com outros homens. É neste contexto que se defende uma geografia escolar que contribua com o processo de humanização dos indivíduos para que eles consigam compreender o espaço geográfico e suas contradições territoriais como relações sociais intencionais e não aleatórias. Neste sentido, busca-se compreender como este conhecimento tem sido tratado no âmbito das produções acadêmicas voltadas para investigação da geografia escolar.

As obras foram analisadas levando em consideração o contexto político e socioespacial em que foram construídos, visto que podem revelar interesses ideológicos, bem como as concepções, regulamentações e orientações nelas contidos. Sendo assim, a pseudoneutralidade da ciência geográfica na Geografia escolar indica uma posição política. Posição esta que revela um lugar que este ensino de geografia tem ocupado no contexto da sociedade contraditória. Pois, negar o conhecimento significa negar a possibilidade de ler o real.

Bibliografia:

LACOSTE, Yves. A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 2005.

LEONTIEV, Alexis. O desenvolvimento do psiquismo. Portugal: Livros Horizonte, 1978. MOREIRA, Ruy. Pensar e Ser em Geografia. São Paulo: Contexto, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2005.

A surdez nas reformas educacionais no Brasil do golpe de 2016

Gilson do Anjos Rebouças
Roberto Marques
Helena Pinheiro Dantas

O presente artigo tem por objetivo identificar onde se inclui a educação de surdos no contexto da reformas educacionais anunciadas e em processo de implementação na forma de leis e programas oficiais desde o golpe de 2016. A forma como a educação de surdos se insere ou não, dentro das referidas reformas, tem desdobramentos para o ensino de geografia no contexto da educação especial, bem como está diretamente relacionada aos modos como a sociedade brasileira se relaciona com a comunidade surda, incluindo aí a dimensão espacial dessas relações. Importante ressaltar, a questão da surdez se insere no conjunto dos debates do campo da Educação especial, especializada ou inclusiva, onde, a partir daí, incorpora debates, demandas e movimentos relativamente autônomos em relação ao debates do campo educacional como um todo. Pretendemos, portanto, apresentar nossas observações sobre (1) como são incluídos os surdos, (2) se são incluídos dentro da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e (3) se de fato foi pensado um lugar para ele dentro dessas reformas (ou contra-reformas) educacionais. Vale lembrar que desde de 2002, quando foi promulgada a Lei 10.436/02 que oficializou a Libras como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tornando o Brasil um país oficialmente bilíngue, uma série de decretos e programas foram lançados, contribuindo para a inserção do surdo nas escolas regulares. Dentro disso, a inserção da LIBRAS como disciplina obrigatória no currículo da pedagogia e das demais licenciaturas, a garantia de inclusão dos alunos surdos desde a educação básica até as instituições federais de ensino superior, e a obrigatoriedade do intérprete de LIBRAS como mediador quando requisitado. Mais do que a efetivação das propostas inclusivas em si, o fato é que a partir desse marco legal a questão da surdez atingiu outro patamar de visibilidade e trouxe a pessoa surda como pauta nas discussões sobre educação pública e cidadania. Para desenvolver o debate, neste trabalho analisamos documentos, textos legais, textos de programas institucionais sobre o tema, articulando e comparando com o histórico das demandas de movimentos sociais e das comunidades acadêmicas e políticas, atuantes na cultura surda. Além disso, utilizamos dados quantitativos sobre a comunidade surda no Brasil, bem como, de maneira menos sistematizada, declarações, anúncios de programas e depoimentos veiculados em canais da imprensa privada ou de órgãos oficiais. Para sustentação teórica ao debate, temos como referenciais importantes os estudos de Carlos Skliar, Adriana da Silva Thoma e Karin Strobel, sobre cultura surda e educação de surdos; Gaudêncio Frigotto e Luiz Carlos de Freitas, com relação às políticas públicas de educação e debates conceituais do campo; e Milton Santos, David Harvey e Henri Lefebvre, no tocante aos debates sobre espaço, cidadania e política. Com isso, esperamos contribuir para o debate sobre as transformações em curso no campo educacional e as possibilidades políticas das comunidades surdas.

Bibliografia:

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação Bilíngue para surdos e inclusão segundo a política nacional de Educação especial e o decreto nº 5.626/05. São Paulo: Universidade de Ribeirão Preto, 2013.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? [tradução, Giane Lessa], Rio de Janeiro: DP&A, 2003. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados de normalidade. Educação & Realidade. n. 24, julho/dezembro 1999, pág. 15-32.

THOMA, Adriana da Silva. Entre normais e anormais: invenções que tecem inclusões e exclusões de alteridades deficientes. In: PELLANDA, N. M. C.; SCHLÜNZEN, E.; SCHLÜNZEN, K. (Orgs.). Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Aceleração de ensino: estratégia de precarização da educação pública?

Marcus Vinicius Neves Moreira
Ana Paula T. de Mello
Vicente Habib M. H. Machado

Segundo a Secretaria de Educação do Governo do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), o programa “Aceleração de aprendizagem” foi criado em 2003 para diminuir a defasagem idade/série na Educação Básica objetivando corrigir o fluxo escolar e melhorar a qualidade do ensino. O programa propõe, por meio da chamada “pedagogia do sucesso”, aulas interativas e interdisciplinares, nas quais os estudantes desenvolvam a autoconfiança, o interesse e a participação em sala e, como consequência, melhorem seus desempenhos escolares e suas relações com os professores, além de diminuir a cultura de repetência nas escolas públicas. A SEEDUC-RJ se fundamenta legalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, Artigo 24, inciso V, alínea “b”, uma vez que esta possibilita a “aceleração de estudos para os alunos com atraso escolar”, e também no Artigo 23, que viabiliza a proposta pedagógica da Aceleração de Aprendizagem. Em Niterói o disposto na Portaria da Fundação Municipal de Educação FME nº 149/2015 estabelece e implanta as Classes de Aceleração da Aprendizagem do 2º ao 4º ciclos da Rede Municipal de Ensino. De acordo com o estabelecido acima, os alunos são considerados com distorção de idade/ciclo caso ultrapassem em dois anos ou mais a idade regular prevista para o ano no ciclo em que estão matriculados. O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre o Programa de Aceleração da Aprendizagem da rede de educação de Niterói, baseado nas políticas da SEEDUC e da FME, a partir das experiências vividas pelos estudantes de geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e a professora regente no ano de 2017 na Escola Municipal Levi Carneiro. Abordaremos questões referentes às políticas públicas para a formação das classes de aceleração ao analisar as estratégias e materiais desenvolvidos para essas turmas, formação e mobilização dos profissionais de educação, correção de fluxo, construção do conhecimento e aprendizagem efetivada pelos caminhos da geografia. Na realidade observada, dificuldades encontradas desde os critérios de formação das turmas, as cargas horárias exaustivas e falta de estrutura que atenda às necessidades dos alunos e dos professores na escola, colocam os principais objetivos do programa em risco, estigmatizando alunos como atrasados e problemáticos. Neste atual momento de disputa política da educação, questões surgem sobre o objetivo concreto do Estado com tais programas: Qual o papel da geografia na formação do aluno? Qual o real interesse na realização destes programas de aceleração? E quais resultados estes programas apresentam? Tal política denota o envolvimento em escala estadual com a meta de melhoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e de suas provas, a fim de apresentar melhores resultados estatísticos. Isto se dá pelo fato de que as turmas de aceleração não passam por esta avaliação e não contabilizam para a nota final das escolas. Os autores se propõem a refletir sobre a real efetividade dessas melhoras nos índices na materialidade do chão da escola e os impactos que este tipo de manobra política causa na vida dos alunos e

professores da rede pública. No contexto de desmonte do ensino público levado a cabo pelo governo federal nos anos de 2016 e 2017, destacamos a retirada do componente geografia como disciplina obrigatória no ensino médio e seu deslocamento para área de conhecimento das ciências humanas e suas tecnologias, de acordo com a lei 13.415 que faz alterações nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim sendo, entendemos a urgência em lembrar o papel político-estratégico do saber geográfico. O artigo se propõe a fazer a análise desta política pública a partir dos autores citados, entremeando as experiências empíricas vividas por um ano pela professora e pelos licenciandos, bolsistas do extinto Programa de Iniciação à Docência (PIBID) em prática entre abril de 2017 e março de 2018 na escola supracitada.

Bibliografia:

APPLE, M.W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: Moreira, A.F. e Tomaz Tadeu (org.) Currículo, Cultura e Sociedade. 12^a ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BENJAMIN, W. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Revista Brasileira de Educação. Jan/fev./mar./abr. 2002, n^o. 19.

CAVALCANTI, L. O ensino de geografia na escola. Campinas – SP. Papirus, 2012.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 4^a ed. Petrópolis - RJ Editora Vozes, 2012.

As abordagens sobre o bolivarianismo nos livros didáticos de geografia (PNLD – 2018)

Eliano de Souza Martins Freitas
Jéssica Rodrigues de Menezes

No ensino de geografia há diferentes temas de geografia política e geopolítica que são abordados nos diversos níveis de escolarização. Nesse processo de ensino-aprendizagem os professores trabalham esses temas, mediados por diversos recursos didáticos, especialmente os Livros Didáticos (LDs), que estão repletos de dimensões políticas em sua elaboração e produção. Nesse sentido, torna-se necessária a realização de pesquisas que procurem desvendar os discursos que perpassam tais materiais. Assim, tomando como referência o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2018) para o componente curricular Geografia, o presente trabalho analisa e explicita alguns discursos que perpassam esses materiais, procurando responder algumas questões: Que temas emergentes são apresentados nesses LDs? Quais as cartografias e representações que se articulam com textos sobre esses temas? Quais metodologias podem ser desenvolvidas no ensino da Geografia Política e da Geopolítica, na escola? A partir dessas questões analisamos as abordagens sobre a temática do Bolivarianismo (que também é apresentada em algumas obras como Aliança Bolivariana e/ou ALBA), que é considerado um tema bastante emergente no ensino de geografia. A metodologia adotada foi a Análise Crítica do Discurso (ACD), com base nas contribuições de Norman Fairclough (2001; 2012), Ruth Wodak (2004) e Viviane Vieira e Viviane Maria Resende (2016). Procuramos com essa metodologia identificar, inicialmente, quais obras, dentre as catorze aprovadas, abordaram o referido tema. Identificamos que tal temática está presente em quatro obras destinadas ao Ensino Médio, sendo elas: Geografia: Leituras e Interações, de Antônio Luis Joia & Arno Aloísio Goettems, da editora Leya; Geografia: ação e transformação, de Alice De Martine & Rogata Soares Del Gaudio, da editora Escala Educacional; Ser Protagonista – Geografia, André Bradaia et al., da editora SM e; Vivá – Geografia, de Igor Moreira, da editora Positivo. A partir desse primeiro “mapeamento”, estabelecemos algumas categorias de análise, para refletir sobre os sentidos (ideológicos) dos textos, imagens e recursos cartográficos utilizados no material selecionado. Por fim, como recurso metodológico, procuramos fazer uma aproximação entre a ACD e elementos da AD Francesa, com base em Eni Pulcinelli Orlandi (2007), refletindo e explicitando como ocorre a “política do silêncio” e o “silenciamento” nas obras analisadas. A etapa seguinte foi produzir materiais complementares às discussões apresentadas nos Livros Didáticos com o intuito de ampliar e aprofundar os discursos apresentados nos respectivos recursos didáticos, uma vez que entendemos ser importante o ensino dessa temática nesse nível de escolarização. A referida pesquisa está ligada ao do Grupo de Estudos e Pesquisas Questões Ambientais, Educação Ambiental, Discursos e Ideologias em articulação com o Programa de Monitoria para o Ensino Técnico (PMET/UFMG), que objetiva contribuir para a formação inicial de professores aglutinado ensino, pesquisa e inovações temáticas e metodológicas.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estudo da arte. In: Educação e Pesquisa. São Paulo. V. 30. n. 3. p. 549-566. 2004.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. In: Revista Linha D'água. Número 25. Volume 2. p. 307-329. 2012.

ORLANDI, E. P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas. Editora da UNICAMP. 2007.

SILVA, J. M. A constituição de sentidos políticos em livros didáticos de geografia na ótica da análise do discurso. Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Geografia [dissertação] 2006. 275 f.

VIEIRA, V.; RESENDE, V. M. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Campinas. Pontes Editores. 2016.

As múltiplas escalas geográficas e o desmonte da educação: uma perspectiva docente sobre o caso de Porto Alegre

Janderson Gonçalves
Marco Mello
Débora Schardosin Ferreira

Este artigo busca compreender os muitos ataques que a educação vem sofrendo nos últimos anos no município de Porto Alegre. Como ponto de partida, utilizamos o conceito de escala geográfica para entender a complexidade dos fenômenos e a articulação das distintas esferas públicas que contribuem para esse desmonte em curso. Faz-se necessário, também, tratarmos da conjuntura social e política do período compreendido entre as Jornadas de Junho de 2013 e o Golpe Jurídico-Parlamentar de 2016 para embasar nossa análise, que intensificaram a retirada de direitos dos trabalhadores e de representatividade política das minorias. O vácuo com a crise de legitimidade da esfera política vem sendo ocupado pelas agendas do capital na batalha pelas reformas, pelo ajuste fiscal e pelas privatizações. No caso específico da educação, percebe-se nas diferentes escalas a intensificação do desmonte educacional, tudo isso associado ao interesse da iniciativa privada sobre os serviços públicos, promovendo um ensino tecnicista e voltado exclusivamente para atingir índices que satisfaçam parcerias do Estado com organizações financeiras internacionais em detrimento de uma educação progressista, que desenvolva a humanidade e as relações entre os seres humanos, que conciliem nossa presença no mundo. Esse contexto de caos institucional e crise política, que revelou um quadro de aguda disputa entre as elites e que se manifesta como uma crise do sistema político-partidário e da democracia representativa se reflete no Estado brasileiro em todos os níveis, como, por exemplo, a reforma do ensino médio, a venda dos prédios das escolas do Estado do RS que foram fechadas e a perda do direito de preparação das aulas fora do ambiente escolar dos educadores de Porto Alegre. O trabalho procura focar o caso deste município, que já foi referência nacional em educação democrática e desde as últimas eleições, tem acelerado uma política neoliberal de Estado mínimo, que se reflete significativamente na organização e na qualidade do serviço prestado no município. O reflexo dessas iniciativas se dá expressamente no espaço geográfico e na distribuição desses serviços no território municipal, na medida em que essa rede de ensino se caracteriza pela presença na periferia da cidade. Nesse sentido, o trabalho docente se coloca como reflexivo sobre esse contexto. Os autores se apresentam como imbricados na escrita, a partir de suas experiências em diferentes escolas da rede municipal, descrevendo como essas diferentes ações têm modificado a escola como um lugar, onde múltiplas trajetórias a constituem e interferem nas negociações que conformam no cotidiano. Os conceitos que nos auxiliam na análise serão o de escala geográfica e de município como escala de ação do poder no território, de acordo com Iná de Castro (2009; 2012); também o de lugar, a partir da contribuição de Doreen Massey (2009), para pensarmos a escola; além de Paulo Freire (1997; 2001), com suas ideias sobre uma reflexão crítica do trabalho docente e de educação popular.



Bibliografia:

CASTRO, I. E. Geografia e Política: Território, Escalas de Ação e Instituições. - 2.^a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. O Problema da Escala. In: GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. Geografia: Conceitos e Temas. - 15.^a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 117-140.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. - 6.^a ed. - São Paulo: Paz e Terra, 1997. Educação como prática da liberdade. - 26.^a ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MASSEY, D. Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade. - 2.^a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BNCC e os desafios para a formação inicial de professoras de geografia

Isabel Ávila Fernandes Barros
Ana Angelita da Rocha
Lívia Maria Magalhães

O presente trabalho é desdobramento dos debates sobre prática curricular que ocorreram nas disciplinas Didática da Geografia e Prática de Ensino. O objetivo deste ensaio é compreender e delinear a necessidade da análise dos textos curriculares (normativos) no âmbito da formação de professores. Acreditamos que fazer tal movimento permite recolocarmos a atividade docente como um exercício, por excelência, intelectual. Desse modo, argumentamos que em espaços-tempos onde avançam políticas conservadoras não podemos abrir mão, como querem alguns registros teóricos, do ato de ensinar. Isso porque, se é verdade que o sentido desse ato nunca está dado, ou não pode ser reconhecido a priori, é justamente aí que reside sua potência. Na mesma medida, pensamos que esse fazer intelectual não deve ser compreendido como uma finalidade a ser alcançada. Pelo contrário, é no exercício de espreitar a normatividade do texto curricular que diferentes bifurcações podem emergir colocando em xeque, inclusive, noções sedimentadas do que pode ser considerado como: “fazer intelectual”; “escola”; “currículo”; “democracia”; ou mesmo “emancipação”. Nossa aposta, portanto, é a de que perscrutar a normatividade pode acionar outras chaves-de-interpretação da teoria curricular sem que, obrigatoriamente, tenhamos que abrir mão da linguagem do conhecimento. Pois, ainda que em detrimento da invenção de outros modos de existir, o conhecimento aponte para certa dimensão de significados previamente partilhados que levam os sujeitos a se reconhecerem naquilo que já é dado, julgamos que é nessa mesma dimensão que reside uma ambivalência do controle, que não pode, por suposto, controlar tudo que pretende. Diante disso, é precisamente pela vontade normativa de controlar os fluxos de significação que vislumbramos os vazamentos que transformam a linguagem do conhecimento (entendida como exercício de fixação de condutas, docilização de corpos, etc.) como uma linguagem da possibilidade, lançando o ato de ensinar para além da fatalidade. Destarte, assim como Young (2013), refutamos a ideia de abrir mão da escola que ensina, pois estamos diante de forças conservadoras em um cenário de extrema vulnerabilidade do ofício docente. Com isso, o presente trabalho propõe, além do debate acerca da violência dos textos curriculares normativos e formas de ação do poder regulatório como considera Macedo (2017) e outros teóricos pós-estruturalistas, a defesa da troca de saberes e o diálogo epistêmico para que o ofício docente e o ato de ensinar não se tornem cada vez mais prejudicados pelas transformações das políticas educacionais a partir de bases conservadoras. Tendo em vista o debate, a Base, em especial, o componente curricular geografia, comunica uma política curricular que abriga uma agenda educacional de controle dos corpos jovens, aprendizes e docentes. Uma agenda que regula o que pensar. Logo, a formação das gerações futuras de jovens docentes é impactada, sim, pela Base. As ações derivadas desta agenda são incertas, em especial, a validade do conhecimento escolar. Dessa forma, agora, é o momento de leitura e

aprofundamento do debate curricular, considerando especialmente as ameaças ao ensino da Geografia. Aos futuros professores, cabe uma análise atenta dos textos curriculares, levando em consideração as potências e insuficiências desses textos. Cabe ressaltar aqui a importância da análise crítica devido à conjuntura política e internacional em que estamos, para entender quem cria e controla os textos e os porquês de tais regulações.

Bibliografia:

YOUNG, Michael. Teoria do Currículo: O que é e por que é importante. Cadernos de Pesquisa v.44 n.151 p.190-202 jan./mar. 2014.

ROCHA, Ana Angelita. POR ONDE ANDA O TERRITÓRIO NA BNC? uma análise preliminar da seleção curricular. GIRAMUNDO, RIO DE JANEIRO, V. 2, N.4, P. 29-37, JUL./DEZ.2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 15 abril 2018.

Cartografias da decolonialidade: o ensino de geografia no bairro Maré

Luiz Augusto Ferreira Lourenço

A cartografia é uma ferramenta de ensino essencial no campo da Geografia, uma vez que é através dela que podemos representar e reconhecer a espacialidade dos territórios. Sua importância nas salas de aula reside em sua capacidade ilustrativa de revelar aos estudantes aspectos gerais sobre um determinado local. A partir dessa visualização espacial do território é possível desenvolver as temáticas concernentes ao ensino de Geografia criando nexos entre o arcabouço teórico dos conteúdos e seu reflexo no entendimento das dinâmicas territoriais.

Com a consolidação da globalização e o avanço da pós-modernidade, a emergência do local ganhou maior visibilidade em diversos segmentos da sociedade atual. Várias explicações universais foram sendo fraturadas pelas demandas localizadas que se propagaram em uma infinidade de novas lutas e questionamentos sociais. A partir dessa multiplicidade de ações/atores, o uso da cartografia ganhou nova ênfase dando materialidade para as representações dos novos sujeitos socioespaciais do mundo globalizado.

No ensino da Geografia, a demanda cada vez maior da representatividade do local, indica a necessidade de se repensar os mapas apresentados na sala de aula, bem como abrir novas perspectivas sobre o que representar na cartografia, e para quem a representação cartográfica possui coerência teórica e cotidiana. Na América Latina tem ocorrido desde o início da década de 2000 um processo de reafirmação de outras epistemologias cuja origem está associada às antigas colônias europeias. A colonização europeia, para além da simples dominação política, criou as bases de legitimação que decretaram os saberes nativos como inferiores. Essa imagem de subalternidade reverberou para diferentes segmentos sociais tecendo o universal e o marginal. A universalidade cristã-europeia se tornou a armadura da modernidade, da ciência, do saber e do ser. Em contrapartida, as alteridades encontradas nos territórios coloniais foram estigmatizadas, e suas práticas socioculturais tidas como saberes inferiores ou não-saberes.

A sala de aula, e o ensino de Geografia, reproduzem essas relações coloniais de subalternidade que ainda hoje possuem muita força no modelo educacional brasileiro. É necessário desenvolver novas formas de aprendizagem de Geografia através de mapas bem como entender que o mapa não é restrito apenas ao conteúdo programático direcionado à cartografia em sua essência teórica.

O presente trabalho surgiu da necessidade de pensar o ensino de Geografia a partir da perspectiva decolonial, onde é central o desenvolvimento de formas de ensino que efetuem rupturas na didática tradicional de ensino de Geografia. Ao buscar novos métodos de ensino, o trabalho tencionou magnetizar em torno do aluno e do seu lugar cotidiano as bases do material cartográfico utilizado para o ensino, reduzindo a escala

de análise ao microcosmo socioespacial do estudante para depois amplificar a exploração para escalas maiores e mais abstratas ao nível do global.

A metodologia de trabalho desenvolvida passa pela identificação de fatores geográficos locais situados no espaço vivido do estudante (bairro, cidade, etc) que podem ser utilizados para explicar os conceitos e/ou conteúdo do ensino de Geografia. Somado à identificação dos fatores geográficos, usa-se mapas que cartografem o perímetro definido pelo educador como referencial territorial de trabalho. A partir daí cria-se os “mapas sensoriais” e o “mapa de fatores geográficos estimulantes”, que são ferramentas pedagógicas usadas pelo professor para realizar analogias e trabalhar as experiências do cotidiano dos discentes nos lugares designados no mapa e ir elucidando essas mesmas questões numa conjuntura global. Dessa forma, os discentes partem do conhecimento vivenciado no seu cotidiano para esferas mais abstratas em outras escalas.

A proposta metodológica de ensino tem sido desenvolvida ao longo dos últimos três anos tem como recorte territorial o bairro Maré, localizado na Cidade do Rio de Janeiro. O projeto educacional analisado é desenvolvido no Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM, Organização Não Governamental (ONG) que atua no segmento de ensino, memória e cultura, tendo importante referência dentro do Complexo de Favelas da Maré.

Bibliografia:

ACSELRAD, Henri (org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. Caderno Cedes, Campinas, v.25, n.66, p.185-207, maio/ago.2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

LEONARD, George. Educação e Êxtase. São Paulo: Summus, 1998.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de letras da UFF. Niterói, n.34, p.287-324, 2008.

Considerações acerca do processo ensino-aprendizagem de educandos com deficiência visual: a representação espacial por quem não pode vê-la

Tassia Farencena Pereira
Marcia Elena de Mello Cardias
Bernardo Sayão Penna e Souza

Viver é um eterno aprender. O conhecimento se origina da relação do sujeito com o meio, e todos sem exceção, somos capazes de adquirir saber em maior ou menor grau, de acordo com nossas especificidades. Acreditamos que, por esse viés, apostando na capacidade de superação do ser humano aos poucos, a sociedade vem mudando suas estruturas, tornando-se mais inclusiva. Um exemplo dessa transformação social é a restauração do sistema de educação brasileiro, com a adoção da educação inclusiva cujas crianças, com necessidades educacionais especiais, podem optar por estudar em escolas de ensino regular.

No contexto atual brasileiro a educação inclusiva é um importante recurso para se atingir uma sociedade verdadeiramente democrática e justa, porquanto estende a todos os cidadãos, independentemente de suas especificidades, o acesso ao conhecimento, resultando no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos frente ao mundo. Entre as diferenças existentes entre os indivíduos, as que mais interessam à aprendizagem e à educação são as relativas a: desenvolvimento físico, desenvolvimento mental, maturidade emocional, maturidade social, motivações pessoais, experiências anteriores, interesses e preferências e capacidade geral para aprender (CAMPOS, 1987, p. 147).

O processo cognitivo depende de muitos fatores sendo um deles a estrutura biológica de cada sujeito. Características únicas que diferenciam um indivíduo de outro, sejam de nascença ou adquiridas no decorrer da vida, como, por exemplo, a deficiência visual, terão influências diretas sobre o processo de aprendizagem do sujeito. Nesse caso, se a cegueira for completa ou total, o indivíduo deixará de ter o apoio da visão para adquirir novos conhecimentos.

Segundo Sá, Campos e Silva (2007), [...] a falta da visão compromete a imitação e deixa um vazio a ser preenchido com outras modalidades de percepção. A falta de conhecimento, de estímulos, de condições e de recursos adequados pode reforçar o comportamento passivo, inibir o interesse e a motivação. A escassez de informação restringe o conhecimento em relação ao ambiente (2007, p.21). Por isso, para que os educandos com deficiência visual tenham uma maior compreensão do espaço vivido, referindo-se ao próprio espaço geográfico, é preciso incentivá-los, propondo metodologias que possibilitem que eles explorem e experimentem a realidade através dos seus sentidos.

Neste sentido, esta pesquisa buscou entender o processo de percepção e cognição de aspectos do relevo terrestre por parte de dois indivíduos com deficiência visual, um de origem congênita e outro com deficiência visual adquirida. Identificou-se as

diferenças e semelhanças apresentadas pelos dois indivíduos durante o processo de percepção da paisagem representada em duas maquetes, e também por meio de entrevistas antes e após o contato com os referidos recursos didáticos.

Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho teve suas etapas metodológicas baseadas na metodologia de pesquisa de Libault (1971), para ele a pesquisa geográfica deve ser construída em quatro níveis (compilatório, correlatório, semântico e o normativo).

O primeiro nível, tem como princípio uma coleta de dados e a compilação dos mesmos. No nível seguinte, os dados são correlacionados, é feita a verificação e o estabelecimento de relações entre eles, essa etapa é uma preparação da interpretação, que corresponde ao próximo nível, o semântico. Já, no nível normativo, ocorre a tradução, os resultados fatorialis em normas aproveitáveis. Sobre essas etapas estruturou-se esse estudo, iniciando-se pela fundamentação teórica e pré-entrevista com os sujeitos participantes, após a ocorrência e elaboração dos recursos didáticos e a sua aplicação prática, seguida de uma nova entrevista posterior ao contato com as maquetes, todas as etapas serviram de subsídio para coleta de dados que fundamentados pela revisão teórica, foram analisadas, e geraram as considerações finais desse estudo.

Neste trabalho foram discutidos termos como percepção, memória, aprendizagem, paisagem, relevo, entre outros, buscando-se pensar o processo cognitivo de indivíduos com deficiência visual sobre a representação espacial. Verificou-se que a representação espacial, bem como conceitos geográficos associados a ela, são compreendidos mais eficientemente por educandos com deficiência visual quando o educador usa recursos didáticos, como as maquetes, para representá-los. Concluiu-se, portanto, que trabalhar os conceitos de uma maneira concreta de modo que os educandos possam percebê-los é muito importante, principalmente para o educando com cegueira congênita, pois o recurso possibilita que este construa uma memória tátil sobre aquilo que ele não conheceu visualmente. Já o educando com cegueira adquirida faz uso com frequência de sua memória visual, estabelecendo associações com aquilo que está sendo estudado. Sendo assim, percebe-se que, todo o indivíduo com deficiência visual pode apreender conceitos relacionados à representação espacial.

Bibliografia:

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da Aprendizagem. 20. ed. – Petrópolis: Vozes, 1987.

LIBAULT, André. Os Quatro Níveis da Pesquisa Geográfica. Revista Instituto de Geografia. Métodos em Questão, São Paulo, 1971.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. Atendimento educacional especializado: deficiência visual. Gráfica e editora Cromos, Curitiba-PR, 2007.

Construção de mapas com estudantes: um instrumento para o ensino/aprendizagem da geografia

Luar Zacarias Cruz de Vasconcellos
Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes

Esta apresentação é fruto da análise do material didático resultante do Trabalho de Campo realizado, conjuntamente, por duas disciplinas do Curso de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ).

Tal atividade pedagógica, da qual participaram 30 estudantes e 2 professores, consistiu em percorrer alguns marcos espaciais específicos que conectavam-se aos debates realizados em sala de aula, a fim de materializar os conceitos trabalhados ao longo do período. Ambas as disciplinas têm por princípio comum, o estudo da organização espacial, uma com ênfase na produção do espaço como um produto social (SANTOS, 1996) e outra, no debate acerca da colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005).

Como parte da avaliação das disciplinas, foi produzido, a posteriori, um mapa mental e, sobre este material, a cerne da qual este trabalho irá tratar. Portanto, o mapa mental coloca-se como objeto desta análise.

Mapas mentais, na perspectiva que adotamos, são representações do vivido. Estão atravessados por representações, histórias, imaginário e saberes pessoais.

Em consonância com Freire (1996), aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. Nesse sentido, este trabalho traz uma proposta aos professores para “arriscar” e [re]pensar a utilização dos mapas tradicionais. Ou seja, o mapa mental, por abarcar mais liberdade nas representações, em sua maioria, desenhado a mão a livre, coloca-se como uma forma não burocrática e não simplificada de representar o espaço.

Através desta representação do que é vivido pelo aluno, é possível trabalhar com os conhecimentos escolares em uma perspectiva mais próxima de sua realidade, uma vez que ele “mapeia” com o próprio corpo o lugar que percorre. Segundo Neves (2008): “mapear não significaria somente cartografar uma cidade ou um país, desenhar Atlas mundiais ou mapas do tipo Google Earth. Mapear é buscar entender como o homem encontra e compreende o mundo enquanto ele acontece”.

Por fazer parte como bolsista do Grupo de Pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita (GPALE) e futura professora, a autonomia da prática docente é um tema constante em nossos debates. Dessa forma, defendemos que professores e professoras sejam agentes centrais no incentivo a atividades, como a confecção de mapas mentais, que demandam dos alunos habilidades de conexão entre os conhecimentos próprios das disciplinas escolares e a experiência cotidiana.

Os mapas mentais, portanto, por representarem o concreto e o simbólico, não representam o que o mundo é mas o que ele está sendo (FREIRE, 1996). Os mapas mentais são uma espécie de texto narrativo.

Bibliografia:

ARCHELA, Rosely Sampaio; GRATÃO, Helena B. TROSTDORF, Maria A. S. O LUGAR DOS MAPAS MENTAIS NA REPRESENTAÇÃO DO LUGAR. In: Geografia (Londrina)V.13,n.1(2004).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Editora Paz e Terra S/A, 1996. 2ª edição

NEVES, Helosia. O mapa[ou] um estudo sobre representações complexas. Salvador: Cadernos PPGAU, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina In A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Editora CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005

SANTOS, Milton, 1926-2001. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Construção de material didático para o ensino de geopolítica

Regina de Souza Maniçoba

Em seu início, o Ensino da Geografia foi marcado por uma ênfase na teoria e na decoreba. Tal fato fez com que a disciplina fosse vista como enfadonha e que não dava margem a crítica e a reflexão.

Moraes (1981) cita que, erroneamente, todo mundo acredita que a Geografia é uma disciplina maçante, mas antes de tudo simplória, pois, como qualquer um sabe, "em geografia nada há para entender, mas é preciso ter memória..."

Com sua evolução, esse quadro foi se modificando, no entanto, na atualidade, ainda predomina um modo tradicional de ensino, onde os professores restringem-se ao uso de quadro e giz e do livro didático e pouco adotam novas práticas de ensino que contribuam no desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos.

Entre estas novas práticas destaca-se a construção de recursos didáticos que podem ser utilizados para facilitar o ensino de conteúdos de maior complexidade e que são mais difíceis de serem assimilados pelos alunos. Para Conceição et al. (2012) recurso didático é todo o tipo de material que possa facilitar a absorção do conteúdo pelo aluno.

Como citam Castrogiovanni e Goulart (2003), cabe ao professor assim, fornecer aos alunos elementos que estimulem, a partir da prática da observação, a interpretação, a reflexão e a análise, construindo uma visão crítica da realidade e do papel transformador de cada um da sociedade.

Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho é mostrar como a construção de recursos didáticos pode ser usada para ensinar conceitos básicos da área de Geopolítica.

Para isso será realizada uma pesquisa bibliográfica, em livros, artigos, sites da internet visando identificar conceitos e questões principais ligadas à Geopolítica. Posteriormente, serão elaborados dois recursos didáticos: uma maquete e um globo terrestre. Na maquete buscar-se-á representar os conceitos de Poder Marítimo, Poder Terrestre e Heartland. Para Castrogiovanni (2000), a maquete é um modelo tridimensional de espaço. É como um laboratório geográfico, onde as interações sociais do aluno, no seu dia a dia, são passíveis de serem percebidas, quase que na sua totalidade. Já no globo terrestre serão indicadas as áreas no planeta que hoje enfrentam conflitos motivados pela disputa por recursos naturais. A elaboração do globo faz com que os alunos possam unir a discussão sobre conflitos geopolíticos com a identificação de onde estes se localizam.

O trabalho mostrou que o livro didático não deve ser a única fonte de conhecimento, cabendo ao professor buscar outras maneiras (uma delas é a construção de recursos didáticos) de trabalhar os conteúdos na sala de aula, que tornem a aprendizagem um



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

processo mais prazeroso e interessante para os alunos. O desenvolvimento desta atividade proporciona a participação mais ativa dos alunos no processo de ensino e aprendizagem e os motiva a entender melhor o espaço e o mundo em que vivem.

Bibliografia:

ANDRADE, Manoel Correia. Geopolítica do Brasil. Campinas: Papirus, 2001.

CASTROGIOVANNI, A.C. (org.). Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

COSTA, W. M. da. Geografia política e Geopolítica. São Paulo: Edusp, 2008.

MORAES, A. C. R. de. Geografia. Pequena História Crítica. São Paulo: Hucitec, 1981.

PONTUSCHKA, N.N.; PAGANELLI, T.I.; CACETE N.H. Para ensinar e aprender geografia. São Paulo: Cortez, 2007.

Contribuições da educação geográfica para a educação política

Rejane Cristina de Araujo Rodrigues

Na origem deste trabalho está nossa preocupação com a relação da sociedade brasileira com as questões que envolvem a política. Política, aqui tratada no sentido proposto por Castro (2012) como a essência das normas socialmente instituídas para o controle das paixões (interesses, conflitos, ambições, escolhas etc). Como se comportam os jovens diante dos desafios do cotidiano social em sua relação com a política? Que espaços formativos dispõe estes jovens para acessar os mecanismos de formação para a participação política em uma sociedade democrática? As contribuições de Theodor Adorno (1995), Hanna Arendt (2002), Zygmunt Bauman (2000) norteiam nossas reflexões. Adorno aponta para o necessário vínculo entre educação e política o qual esbarra nos limites do processo formativo e dos projetos educacionais na atualidade. Arendt chama a atenção para o sentido da política, a liberdade, relacionada à formação de sujeitos emancipados. Bauman destaca a necessária superação das condições que levam à despolitização dos indivíduos. Impõe-se, neste sentido, uma educação política para a qual a Geografia, assim acreditamos, pode dar importantes contribuições, considerando-se o resgate da dimensão política. Para tal, indagamos sobre o papel da Educação Geográfica para a Educação Política. As reflexões apresentadas orientam uma pesquisa, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino da Geografia, NECPEG/PUC-Rio. O objetivo desta pesquisa é a análise das contribuições atuais e potenciais da educação geográfica para a educação política reflexiva, crítica e transformadora da realidade social. Em nossas investigações partimos do pressuposto de que a escola, aqui tomada como um espaço político (Castro, 2012), pode se constituir como um dos espaços formativos para a educação política (que se opõe à educação que se adapta cegamente à condição social vigente). Para tal, utilizamos as experiências do Estágio Supervisionado em Geografia (disciplina curricular do curso de licenciatura em Geografia da PUC-Rio) e do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID PUC-Rio) como referência para uma investigação preliminar. Tomamos, em nossa pesquisa, as competências oportunizadas pela Geografia (Cachinho, 2000): compressão das relações espaciais; compreensão dos fenômenos em sua complexidade, em diferentes escalas geográficas; tomada de decisão bem informada sobre o ambiente considerado em suas relações (sistemas naturais, econômicos, sociais, políticos e tecnológicos); identificação das diferentes vias para o enfrentamento dos problemas do real. E, ainda, confrontamos nossas reflexões com argumentos do Programa, amplamente divulgado, Escola Sem Partido com o intuito de estabelecer os limites entre uma educação chamada de neutra e uma educação denominada panfletária. O objetivo maior desta pesquisa é o de refletir sobre as possíveis contribuições da educação geográfica para se pensar o espaço escolar como um espaço político aberto à educação política crítica e reflexiva.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

ARENDT, Hannah. A Dignidade da Política. Trad. Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Em Busca da Política. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CACHINHO, Herculano. Geografia Escolar: orientação teórica e práxis didática, Inforgeo, nº. 15, pp. 69-90, 2000.

CASTRO, Iná Elias de. O Espaço Político: limites e possibilidades do conceito. The AAG's 2012 Annual Meeting, 2012.

Da tragédia à estratégia: um estudo comparado dos percursos curriculares da geografia escolar no Brasil e na Inglaterra

Ana Angelita da Rocha

O presente texto apresentará uma análise comparativa das últimas reformas curriculares no Brasil (2017-18) e na Inglaterra (2008). O texto focará nas definições legislativas que selecionaram ou silenciaram conteúdos de cunho geográfico. O estudo comparado entre políticas curriculares se fundamentará: i) na descrição da natureza dos documentos curriculares, 2) na interpretação da organização curricular, observando a ênfase na identidade disciplinar ou na matriz por competências e 3) na seleção do conhecimento geográfico. Para tanto, a argumentação teórico e metodológica se baseará nos estudos curriculares (MACEDO, 2014; GABRIEL, 2015, LAMBERT, 2013). O texto será organizado em duas seções. Na primeira, intitulada Da tragédia: tendências globais das reformas curriculares, irei identificar e discutir aspectos comuns em ambas reformas. Desse modo, a argumentação destacará as tendências das políticas performativas, que veem, na centralização curricular, o instrumento de regulação e de controle do trabalho docente e do cotidiano escolar. Ainda nesta seção, poderei enumerar algumas influências do currículo inglês na organização curricular brasileira. Na segunda seção, Os dilemas e as saídas para Geografia Escolar: o caso do currículo Nacional na Inglaterra, argumentarei, com base em Lambert (2013), como reforma curricular acabou beneficiando a comunidade disciplinar ao permitir a continuidade da disciplina nas escolas inglesas. A terceira e última seção, Interrogações à Geografia da Base Nacional Comum Curricular, discutirei sobre os princípios que estruturam a seleção curricular e como eles silenciam tradições disciplinares. A hipótese inicial deste estudo suspeita de que a recente reforma curricular brasileira se inspira na britânica, ao favorecer uma leitura da flexibilidade curricular. Como argumentarei na primeira seção, há forte tendência da flexibilização curricular, retirando a centralidade da organização curricular por disciplinas. Contudo, como sinalizarei na segunda seção, considerando o Currículo de 2008, na Inglaterra, percebo que ali se reconhece na identidade disciplinar uma estratégia para difusão de currículos centralizados. Por fim, na terceira seção, com o foco no caso das recentes revisões curriculares no Brasil, observarei que ao esvaziar a identidade disciplinar na seleção curricular, o conteúdo fica subordinado à matriz de competência, fragilizando a lógica epistemológica da Geografia na Escola. Contraditoriamente, em ambos os casos, é possível identificar que houve uma certa conservação das tradições disciplinares na sustentação da Geografia Escolar, especialmente no que tange ao conteúdo da Cartografia. Isso acontece com mais força nas escolas inglesas, se comparadas com a frágil articulação dos cânones da geografia nas últimas versões da Base Nacional Comum Curricular. O que, de fato, oferece outros desdobramentos curriculares no Ensino da Geografia no Brasil. A pertinência do presente estudo se dá na consideração de que há poucos estudos de currículo comparado no Brasil, considerando especialmente o campo de pesquisa da Geografia Escolar.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

GABRIEL, Carmen Teresa. Quando 'nacional' e 'comum' adjetivam o currículo da escola pública. Retratos da Escola, v. 9, p. 283-297, 2015.

LAMBERT, D. & JONES, M. Debates in Geography Education. Routledge, Londres 2013.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. Revista e-Curriculum (PUCSP), v. 12, p. 1530-1555, 2014.

MOREIRA, A. F. B.. Os princípios norteadores de políticas e decisões curriculares. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 28, p. 180-194, 2012.

YOUNG, M.F.D. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplina. Revista Brasileira de Educação. vol. 16, n.48, p.609-623, dez/2011.

Defesa do território quilombola: luta por uma escola quilombola

Diogo Marçal Cirqueira
Domingos Nobre
Edileia Carvalho

Nesse ano serão completos trinta anos da inserção do artigo art. 68 na Constituição (cuja designação que prevê “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”). Nesse interim, um “campepinato negro” (GOMES, 2015), acossado por uma série de atores hegemônicos ligados ao capital, se apropriou dessa “benesse” jurídica e a agenciou para defender seus territórios. Se antes de 1888, onde alcançou o sistema escravista no Brasil, formaram-se quilombos e mocambos em contraparte. Nos dias atuais, onde o voraz agronegócio – e seus congêneres: mineração, especulação imobiliária, grilagem, barragens hidrelétricas etc. - chegam, (re)nascem quilombos. Camponeses negros resistem e protagonizam ações contra esses grupos que tentam usurpar seus territórios. Não por acaso, em praticamente todas as partes do Brasil existem quilombos, algo que chega a cifra de cinco mil comunidades espalhados por todas as regiões. Estes grupos, mediante os princípios jurídicos do art. 68, “ressemantizam” a seu favor o sentido de quilombo na atualidade (ARRUTI, 2006). E se existe algo que marca a luta dessas comunidades desde a vigência do referido artigo de lei, é a diversidade de estratégias de enfrentamento, efeito dos inúmeros contextos de interpelação territorial com os quais se deparam.

O presente trabalho busca debater um desses contextos de luta quilombola. De fato, pretende aprofundar as discussões, já iniciado por Carvalho (2016), que articulam movimento quilombola, defesa do território e luta pela “espaço escolar” no Quilombo do Campinho da Independência, em Parati-RJ. Diferente da maioria das abordagens sobre quilombo que focam especificamente nas estratégias dessas comunidades pela defesa ou manutenção de suas terras-território, nos centramos na luta do Quilombo do Campinho por uma “educação diferenciada”. Como enfatiza Carvalho (2016, p. 145), “o contexto de luta do Quilombo do Campinho por uma educação diferenciada não se encontra à parte da luta pelo território, pelo contrário (...) falar de território[,] é falar de educação e vice-versa”.

Assim, tratamos da saga das lideranças do Quilombo do Campinho para que seja implementado na Escola Municipal Campinho da Independência, que se encontra situada em seu território, uma educação que dialogue com a realidade da comunidade. Isso muito em razão da aplicação na escola de um currículo descontextualizado que, longe de proporcionar uma interação com o contexto local, executa um plano centrado na perspectiva do urbano e reproduz valores eurocêntricos e brancos. De acordo com depoimentos de algumas lideranças quilombolas, esse modo de conceber a educação e desenvolvê-la no espaço escolar aliena as crianças a respeito da cultura quilombola, ao desqualificá-la direta ou indireta, e enfraquece os laços comunitários e de pertencimento ao território.

Por trás dessa queixa da comunidade está também a percepção, na prática, de que a apropriação do território não se limita a uma simples posse física e do controle das fronteiras (tendo em vista que o Quilombo do Campinho é uma comunidade titulada desde o ano de 1999); os aspectos simbólicos do território também definem os processos de territorialidade. As lideranças quilombolas lutam pelo “espaço escolar”, pois sabem que a detenção e manutenção do território dependem da reprodução e difusão de representações que estejam em consonância com as particularidades culturais, modo de vida, usos do solo, relação com a natureza etc. da própria comunidade. Nesse sentido, a escola e o tipo de educação reproduzida em seu interior se tornam componentes estratégicos para a manutenção (ou para o colapso) do território, o que os quilombolas do campinho querem tomar para si.

Bibliografia:

ANJOS, R. S. A. Territorialidade quilombola: fotos & mapas. Brasília: Mapas, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de.. “Quilombos: sematologia face a novas identidades”. Em Frechal – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN - PVN, 1996

ARRUTI, José Maurício. MOCAMBO - História e Antropologia do Processo de Formação Quilombola. Bauru/São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2006.

CARVALHO, Ediléia. “Tem que partir daqui, é da gente”: a construção de uma escola “outra” no Quilombo Campinho da Independência, Paraty-RJ. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil -1 ed, - São Paulo: Claro Enigma, 2015

Descolonizando o ensino de geografia da África

Bruna Bianchi Cagliari
Adriana Dorfman

Este trabalho investiga como os alunos da disciplina de Estudo das Regiões Continentais (ERC), do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), compreendem a África no ensino de Geografia. O continente africano, presente nos conteúdos do ensino de Geografia, é marcado por narrativas eurocentradas e de caráter colonial, que representam a África de forma depreciativa. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi investigar quais possibilidades de temas, conceitos e abordagens, o pensamento descolonial pode aportar para a Geografia Escolar no que se refere ao ensino de África.

No decorrer dessa pesquisa, realizada no trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Geografia (CAGLIARI, 2017), discutimos algumas implicações do pensamento descolonial para a Geografia e para o ensino de Geografia e vice-versa, sobretudo em relação à colonialidade e à geopolítica do conhecimento (CRUZ, 2017, p.27). Além disso, discorreremos sobre algumas características da África no ensino de Geografia, este que ainda se encontra impregnado de traços da territorialidade europeia (FERRACINI, 2010, p.86), legitimado “a partir de um olhar de fora, próximo ao do colonizador, o que gera, muitas vezes, uma abordagem equivocada e preconceituosa, baseada nas visões de mundo construídas pelo imperialismo europeu” (HERNANDEZ, 2005 apud RATTS, 2006, p. 51).

Tendo em vista a valorização dos saberes e das representações de mundo produzidas pelos alunos/professores/pesquisadores que realizaram a disciplina de ERC, analisamos os trabalhos finais produzidos na disciplina para identificar como estes alunos pensam o ensino de África na Geografia e se a disciplina contribuiu para a instrumentalização e construção de noções menos coloniais sobre a África.

A disciplina de ERC – que a partir de uma reforma curricular passa a denominar-se Geografias Descoloniais – propõe uma discussão sobre o espaço mundial, relacionada aos continentes África e Ásia, a partir das teorias das representações sociais, da imaginação geográfica, da pós-colonialidade e do pensamento descolonial. O trabalho avaliativo final proposto nesta disciplina, no semestre de 2016/2 (em que participei como aluna) consistia na elaboração, individual, de uma sequência de conteúdos para serem trabalhos em 16 horas/aula. O aluno deveria produzir um plano para o ensino de África, ou Ásia ou Geografia Afro-Brasileira. As orientações para a realização do trabalho, além das anteriores, solicitavam que estivessem presentes algumas competências e habilidades e alguns indicativos de materiais ou formas de trabalho com esses conteúdos.

Foram identificados 6 trabalhos com propostas de trabalhos para a África. Algumas conclusões apontam para uma mudança em relação à perspectiva eurocêntrica e imperialista sobre a África. Conseguimos perceber que, de alguma forma, há um

esforço para superar o “colonial”. Ainda que possamos encontrar conteúdos que incidam sobre a colonialidade, esse esforço de superação de uma abordagem colonial é muito positivo. Os trabalhos são bem diferentes e cada autor, ao seu modo, fez um esboço de conteúdos, de sua escolha, para serem trabalhados. Há presença de conteúdos que buscam valorizar a dimensão da diversidade cultural, outros relacionam-se a uma abordagem mais econômica, alguns trabalham com uma geografia histórica, outros evidenciam questões de ordem política, e também encontramos a descrição do quadro físico/natural. Todos esses conteúdos levantados pelos colegas são possíveis de serem trabalhados e o importante, neste momento, é organizar uma proposta mais detalhada, que contribua para a construção de uma Geografia da África menos colonial, mais diversa e plural possível.

Com base nestes trabalhos procurei organizar uma proposta de conteúdos que assume a função de buscar construir o que seria uma Geografia da África para a sala de aula, sob uma perspectiva mais próxima ao pensamento descolonial, pois “falar de África é fundamental, mas não é suficiente se não fizermos uma desconstrução das narrativas que estruturam as leituras de totalidade-mundo, o que implica revisões conceituais, revisões de estruturas, enfim: inserção de conteúdos, mas também a revisão de conteúdos”. (SANTOS, 2011, p. 14)

Os conteúdos que constituem essa proposta, detalhada ao longo do trabalho, são: Cartografia da África; Clima e Paisagens; Regionalização; Urbanização; Economias; Raça, modernidade, colonização e narrativas eurocêntricas; Diversidade étnico-cultural; Lutas de Independência e Fronteiras Africanas; Migrações, intercâmbio e mobilidade populacional; Primavera Árabe; Relações Sul-Sul. O projeto de apoiar a descolonização das práticas escolares voltadas para o ensino da Geografia da África segue no mestrado.

Bibliografia:

CAGLIARI, Bruna Bianchi. O ensino da África na Geografia: propostas descoloniais. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia. UFRGS, 2017

CRUZ, Valter Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de. Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017, v. 1, cap. 1, p. 15-36.

FERRACINI, Rosemberg. A África nos livros didáticos de geografia de 1890 a 2004. Revista Geografia e Pesquisa Unesp, Ourinhos, v. 4, n. 2, p. 69-92, 2010

RATTS, Alecsandro J. P et al. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de Geografia. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 8/9, n. 1, p. 45-59, 2006/2007

SANTOS, Renato Emerson. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa. Tamoios. Ano VII. nº 1, 2011, p. 4-24.

Desenvolvendo jogos de tabuleiro como instrumento de aprendizagem geopolítica: observações metodológicas e relato de experiência a partir do jogo Nilo

Leonardo Luiz Silveira da Silva

É consensual na bibliografia que versa sobre a educação o elevado potencial que as gamificações possuem no processo de ensino e aprendizado. Dentre as possibilidades de gamificação está o game design, que pode estar ao alcance dos professores e mesmo dos alunos. Os temas mais complexos, de múltiplas variáveis, são passíveis de serem gamificados, sendo, por intermédio desta ação, muitas vezes traduzido em uma linguagem mais simplificada, prazerosa e capaz de resultar em um entendimento mais profundo do assunto, potencializando habilidades e competências educacionais. É este o contexto abordado por esse trabalho, que apresentará uma discussão metodológica sobre o caminho que une o game design e a educação, além de apresentar um exemplo de um jogo de tabuleiro que foi desenvolvido com a intenção de abordar um intrincado tema geopolítico contemporâneo: A distribuição de águas da Bacia do Rio Nilo. O trabalho aborda inicialmente a literatura que versa sobre os benefícios dos jogos na educação e posteriormente apresenta um método para o desenvolvimento do game design, sugerindo três momentos que podem ser ricamente apropriados com fins pedagógicos: o processo de construção das variáveis que estarão presentes no jogo, os testes e ajustes e a apresentação e ato de jogar. A experiência bem sucedida do jogo Nilo é didática, pois, transforma uma questão geopolítica de múltiplas variáveis em um instrumento pedagógico funcional. A bacia do Rio Nilo apresenta um ator hegemônico regional, o Egito, que está inserido em posição desconfortável na bacia, à jusante. Sujeito a comportamentos baseados na velha Doutrina Harmon, o seu investimento no exército maior do que outros atores da bacia é o principal trunfo para intimidar desvios hídricos à montante que comprometam o seu abastecimento. Outrossim, este ator hegemônico situado em posição desconfortável, está inserido na fatia mais árida da bacia, não possuindo outros recursos hídricos (excetuando a artificial dessalinização) relevantes para auxiliar em suas necessidades. Para adicionar maior complexidade à política da bacia do Nilo, outro ator recentemente foi incluído no rol dos reivindicantes das suas águas: o recém criado Sudão do Sul. Todo este quadro foi traduzido em uma gamificação que foi capaz de colocar variáveis como o desenvolvimento econômico, o equilíbrio político das nações (por meio da popularidade dos governos), a disputa militar e a cooperação hídrica (com participação de diplomatas), por intermédio de um recurso finito e que se esgota à medida que investimentos econômicos acontecem ou calamidades sazonais climáticas assolam a região. Metodologicamente o jogo tem viés realista (Realismo Político), pois mesmo a cooperação hídrica é vista como uma disputa em que os diplomatas mais preparados podem convencer os menos preparados a diminuírem o consumo de água. Este conceito entende que a cooperação somente é bem vista quando é interesse dos Estados participantes. Nesta perspectiva, dentro da dimensão de uma disputa de soma-zero, a cooperação torna-se utópica e desejável somente em situações extremas. Em suma, a experiência do jogo



Nilo apresenta-se como um exemplo didático de instrumento pedagógico de aprendizagem.

Bibliografia:

BERNAUER, T. Managing International Rivers. In: YOUNG, O. (Org.) Global Governance: Drawing insights from the environmental experience. London: MIT Press, 1997.

FISCHHENDLER, Itay. Ambiguity in transboundary environmental dispute resolution: The Israeli-Jordanian Water agreement. Journal of Peace Research, Los Angeles, v. 45, n. 1, p.91-109, 2008.

GRUBEL, Jucline Mausolff; BEZ, Marta Rosecler. Jogos Educativos. Porto Alegre: Revista Novas Tecnologias na Educação. Vol. 4, N 2, 2006.

HARDIN, Garret. The Tragedy of the Commons. Science, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dec. 1968.

JAGERSKOG, Anders. Why states cooperate over shared water: The water negotiations in the Jordan River Basin. Linköping: Linköping University, 2003.

Desterritorialização e reterritorialização da educação: uma análise das relações de pertencimento na comunidade escolar

Luis Carlos Feitosa Noronha
Luiz Raphael Teixeira da Silva

A Escola Estadual de Ensino Médio Eudoro Correa, situada no bairro da Parangaba, em Fortaleza - Ce, faz parte da vida deste bairro, constituindo um centro educacional que desde os anos de 1970 forma gerações de alunos. Já foi chamada de “Universidade da Parangaba” devido à grande área que ocupava. Por existirem cursos profissionalizantes, quando esse modelo de ensino era adotado nas escolas de Ensino Médio do nosso país, formou grandes parcelas de alunos para o mercado de trabalho. Com o fim do ensino profissionalizante a escola seguiu o modelo de ensino regular de formação para o Ensino Superior. No ano de 2018 a escola Eudoro Correa passou a ser Escola de Ensino em Tempo Integral, modalidade que está ocupando uma parcela das escolas públicas do Estado do Ceará. Uma característica da escola do Eudoro Correa é que seu corpo discente é formado por alunos de várias regiões de Fortaleza, não apenas da área onde está situada, mas também de bairros mais afastados e também municípios vizinhos de Fortaleza, como Maracanaú. Está localizada numa área central, próxima a terminais de integração de transporte público, como o da Parangaba e o da Lagoa, Metrô e VLT, que são entroncamentos para vários bairros de Fortaleza. Isso torna a Escola Eudoro Correa uma escola bem localizada e de fácil acesso, sendo a preferência de muitos alunos, mesmo existindo escolas mais próximas de onde residam. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, a função social da escola pública está em atender ao seu público de forma democrática e universal, não podendo restringir ou limitar o acesso de alunos. A escola Eudoro Correa é composta por alunos de diferentes níveis sociais: alunos em situação de pobreza, de classe média baixa, problemas com drogas, apenados, etc., vindos de lugares e territórios diversos. Essa diversidade de lugares e situações que compõem o alunado do Eudoro Correa abrange uma gama de territorialidades que tornam a escola um espaço convergente de um conjunto de identidades próprias, produzindo um espaço simbólico no qual são estabelecidas relações de pertencimento, identidade, tolerância e afetividade. A Escola Eudoro foi selecionada pela Seduc-ce (Secretaria de Educação do Estado do Ceará) para receber uma nova reestruturação física. A escola foi demolida para ser reconstruída no mesmo local, com nova estrutura no modelo padrão MEC de qualidade para tornar-se uma Escola de Tempo Integral, com grande infraestrutura de salas, laboratórios, auditório, quadras de esporte, acessibilidade, etc. Essas medidas fazem parte da política de educação de Ensino Integral, promessa de campanha do Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana com objetivo de melhorar a qualidade da educação do Estado do Ceará. As obras iniciaram no segundo semestre de 2017 e poderão durar pelo menos um ano e meio. Para isso, a escola foi transferida momentaneamente para outro espaço, no bairro Bomsucesso, em Fortaleza, relativamente próximo ao local do antigo prédio. Esse novo espaço não oferece a estrutura que o prédio anterior tinha, como problemas na estrutura elétrica e hidráulica, salas quentes e desconfortáveis,

com algumas muito amplas, outras muito pequenas, grande concentração de poeira, necessitando, portanto de reformas. A transferência da escola retirou dela a característica de centralidade que a caracterizava. Esse novo local é afastado dos terminais de integração de transportes, o que fez com alguns alunos pedissem transferência para outras escolas, mesmo com a Secretaria de Educação do Estado fornecendo transporte escolar para os alunos que não tivessem acesso ao novo prédio. Houve, portanto, uma desterritorialização, que afetou a rotina e a identidade da escola assim como o sentimento de pertencimento dos alunos pelo ambiente que estudavam. O Eudoro deixou de ser uma escola que abrangia uma multiterritorialidade e diversidade por absorver alunos de áreas distintas da cidade de Fortaleza, com isso passou a ser uma escola que atende prioritariamente à comunidade onde agora está situada, ocorrendo, portanto, uma reterritorialização. Nossa hipótese diante do que foi apresentado é que a desterritorialização e reterritorialização ocorrida na Escola Eudoro Correa afeta as relações de pertencimento e identidade de seus alunos e professores a partir da transferência momentânea para um novo espaço territorial. Para este trabalho fizemos as seguintes perguntas que nortearam nosso trabalho: • Como a desterritorialização e reterritorialização da Escola Eudoro Correa afetou a relação dos corpos docente e discente com a escola a partir dessa nova configuração territorial estabelecida? • De que forma esse processo afetou a multiterritorialidade da escola com sua perda da característica de centralidade? • Como a desterritorialização afetou o sentimento de pertencimento pelos alunos, professores e funcionários pela escola Eudoro Correa? • Como a nova territorialidade e multiterritorialidade se configurará no novo espaço em construção?

Bibliografia:

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). Geografia cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, p.83-131, 2012

HAESBAERT, R. O Mito das Desterritorialização, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2016

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SOUSA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná E de et al. (orgs): Geografia : Conceitos e Temas Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

Ensino de geografia no contexto da educação do campo: espaço e território como conceitos fundantes para a explicação da questão agrária

Janeide Bispo dos Santos

Frente à dimensão conflituosa da conjuntura sociopolítica estabelecida a partir das disputas territoriais, o conhecimento geográfico torna-se salutar para explicar a lógica que orienta a produção do espaço no contexto do modo de produção capitalista. Pois ela é mediada por práticas socioespaciais contraditórias, conflituosas, carregadas de tensões e de historicidades. Neste sentido, a pesquisa ora aqui apresentada, buscou analisar a relevância dos conceitos geográficos – espaço e território – no trabalho pedagógico realizado em escolas do campo pelos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A centralidade da formação docente na LEC foi possibilitar conhecimentos para que os egressos pudessem contribuir no enfrentamento à questão agrária brasileira e suas implicações socioespaciais sobre os grupos camponeses. Estes grupos, organizado em movimentos sociais de lutas populares, demarcaram a Educação do Campo como uma possibilidade tática de preparação para enfrentar os impactos provenientes da ação do capitalismo sobre os camponeses e o campesinato. O território é aqui compreendido como uma construção multidimensional, multiescalar, relacional e integradora mediatizada pelas relações espaço-poder, conforme Raffestin (1993) e Souza (2009). Na pesquisa, buscou-se analisar no trabalho pedagógico dos professores egressos da LEC/UFBA, qual é a dimensão teórico-metodológica dos conceitos de espaço e de território que estão sendo usados para mediar o entendimento dos processos socioespaciais oriundos da questão agrária. E, conseqüentemente, as implicações na concepção de homem, de sociedade, de educação e de campo que está sendo defendida. Portanto, analisou-se a relação entre a dimensão teórico-metodológica que conduziu a formação dos professores no projeto piloto de Licenciatura em Educação do Campo concretizado pela UFBA e a concepção que guia o trabalho dos professores egressos deste curso nas diversas fronteiras da educação no estado da Bahia. O objeto da investigação que permitiu relacionar conhecimento, formação humana e trabalho educativo é a formação de professores para a escola do campo. É notório que o atual processo de reestruturação produtiva do capital por meio da estratégia de mundialização da produção tem gerado “um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural” (HARVEY, 2008, p. 257). Este processo adentrou-se no território e exige cada vez mais o emprego de ciência, técnica e informação sendo que esta induz ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas através da tendência de uma aceleração produtiva no campo, junto com a intensificação do uso do tempo e do espaço. O capital internacional adentra as fronteiras nacionais, a partir dos acordos estabelecidos entre Estado e capital por meio do pacto neoliberal, mexe com as organizações sociais e desestabiliza os territórios das comunidades que vivem historicamente na/da terra. Trata-se de um plano tático de reprodução deste modo de organização socioespacial que, para se

reproduzir, destrói profundamente organizações sociais e povos que vivem tradicionalmente na terra. Tal ofensiva do capital adentra vários espaços, inclusive no espaço da produção do conhecimento teórico e na política educacional que é efetivada pelo Estado brasileiro. Por isso que “a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, 12-13). Em decorrências das influencias do capital na produção acadêmica, é notório uma alta quantidade de produções fundamentadas no pensamento hegemônico que camufla possibilidade do indivíduo visualizar as contradições socioespaciais como um produto do capital. Esta lógica, ao se instalar na escola burguesa, retirou do currículo os conhecimentos científicos. Tal condição trouxe várias implicações para a organização da classe trabalhadora, haja vista que a universalização da escola para este grupo foi acompanhada pela retirada das condições que o possibilitasse entender as contradições socioespaciais a partir das explicações científicas. Em vista destas questões, há um grupo de pesquisadores e de movimentos sociais de luta na/pela terra, há aproximadamente 20 anos, vem construindo vias que possam pensar em outro projeto de Educação para a classe trabalhadora. Tal tem demarcado uma determinada concepção de homem, de sociedade, de educação e de campo que lutam por construir. Neste caso, educação é entendida como uma tática de enfrentamento à alienação posta pelo capitalismo, mas que também está em disputa. Tal projeto de educação foi “batizado” pelos movimentos sociais populares que lutam pela terra com o nome de “Educação do Campo”.

Bibliografia:

HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2008.

MARTINS, José de Souza. O Poder do Atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, M.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORREA, R.L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

Entre os olhares e curiosidades: ambivalências cotidianas frente à instalação das câmeras na escola

Lívia Vargas de Souza

Nas últimas décadas, placas com a informação “Sorria, você está sendo filmado!” se tornaram comuns nos variados locais das cidades brasileiras: bancos, shoppings, ruas, praças, condomínios fechados, hospitais. Com a expansão dos aparatos de vigilância, questões surgem, tais como: a câmera está ligada? Estão me vigiando agora? E se meu comportamento não for adequado, o que farão comigo? As imagens ficarão armazenadas? Os questionamentos sobre a vigilância, ampliada no espaço cotidiano, se voltam aqui para um espaço específico: a escola. E para além dos questionamentos anteriores, colocam-se outros: o que é a vigilância na escola? Quando as câmeras fazem parte do espaço escolar? Há um controle sobre os sujeitos da comunidade escolar a partir das câmeras? A quem ou a o quê servem as imagens?

As escolas estão inseridas dentro de uma sociedade em que a questão da segurança está em evidência a todo o momento, onde controlar “risco” torna-se cada vez mais a prática cotidiana dos cidadãos e das instituições governamentais. Para o sociólogo Ulrich Beck (2010) a sociedade de risco corresponde a uma fase da moderna sociedade industrial em que a dinâmica de mudança e incerteza é tal que as instituições de “controle e proteção” não conseguem dar conta da produção de riscos de todo tipo – políticos, ecológicos, individuais.

O termo sociedade de risco é utilizado para caracterizar nosso tempo, visto que a grande preocupação com o fato de “correr riscos” e as medidas preventivas aplicadas para reduzi-los tornam-se prioridade nos investimentos e discursos públicos (Haesbaert, 2012). Para aprofundar a ideia de como a sociedade de risco está estruturada, buscamos o conceito de “sociedade de segurança” ou “biopolítica”, proveniente da análise proposta por Foucault (1988), para quem na sociedade contemporânea estaria ocorrendo o declínio da “sociedade disciplinar” e do “poder soberano”.

Dentre as diversas perspectivas que podemos compreender a escola, e seus mecanismos de vigilância, partiremos da abordagem realizada por Foucault, em sua obra clássica “Vigiar e Punir”. A escola é caracterizada como uma instituição disciplinar estruturada por mecanismos de vigilância e controle do espaço com o objetivo do controle dos corpos utilizando a disciplina como formas de dominação principalmente a partir dos séculos XVII e XVIII (Foucault, 1987, p. 118).

Quando se trata de câmeras na escola, um espaço extremamente hierarquizado, vigiado e controlado, tais questões apresentam ainda mais notoriedade e tensionamentos entre os sujeitos e desdobramentos na dinâmica escolar. No contexto de aumento da vigilância e monitoramento das unidades de ensino, as câmeras são mais um recurso utilizado dentro de uma diversidade de dispositivos de controle.

Nota-se o crescimento de instalações de câmeras dentro das unidades da rede escolar estadual do Rio de Janeiro nos últimos anos, tal fato surpreende, já que, normalmente, a instalação desses equipamentos requer alto investimento financeiro enquanto, no cotidiano das escolas, é nítida a precarização das infraestruturas básicas influenciando diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

O presente trabalho, fruto das pesquisas do mestrado em curso no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF, tem como objetivo apresentar qual o papel do monitoramento por câmeras na escola, onde as câmeras intensificam a dinâmica da vigilância, identificando quais os sujeitos envolvidos no processo de controle territorial e apresentar quais foram as primeiras reações à instalação de câmeras tendo como objeto de análise a escola selecionada para realização do estudo de caso, através da observação participante e entrevistas, onde as câmeras foram instaladas em Julho de 2017 e local de atuação da autora como docente. A escola pertence à Rede Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro e localiza-se na cidade de São Gonçalo.

Reconhecendo que a instalação de câmeras tem desdobramentos nas relações de poder dentro da escola, e também, no sentido de ampliarmos o debate sobre o controle e vigilância neste espaço, perguntamos: Qual é a relação entre o monitoramento por câmeras e a vigilância nas escolas? Quais os sujeitos envolvidos no controle territorial escolar a partir da instalação desse novo dispositivo de controle?

Bibliografia:

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. 24ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

DELEUZE, Gilles. "Post-Scriptum" Sobre as sociedades de controle. In: _____. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p.219-226.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

MELGAÇO, Lucas. Estudantes sob controle: a racionalização do espaço escolar através do uso de câmeras de vigilância. O social em questão - Ano XV- nº 27, 2012.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a Educação. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Escolas do território: uma proposta de construção curricular entre territórios e saberes nas comunidades tradicionais de Paraty

Domingos Barros Nobre
Lício Caetano do Rego Monteiro
Diogo Marçal Cirqueira

Desde 2015, o IEAR/UFF está envolvido na implantação de currículos diferenciados e formação de professores em escolas situadas em comunidades tradicionais de Paraty (indígenas, caiçaras e quilombolas), tendo em vista a aproximação entre os saberes curriculares e os saberes das comunidades. Essa atuação se dá com base num acordo de cooperação com a Secretaria Municipal de Educação, mas está assentada numa parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba, além de instituições como o Colégio Pedro II e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina - OTSS (FIOCRUZ/FCT).

Em quase três anos de trabalho contínuo, professores e estudantes do IEAR/UFF têm participado de diversas atividades, como reuniões de trabalho, encontros de formação, grupos de estudo, oficinas práticas nas comunidades, diagnósticos participativos, apresentações de trabalho e sistematização de resultados.

Esse trabalho tem se apresentado como um laboratório de experiências inovadoras na construção de um currículo dialógico e territorialmente referenciado. O desafio colocado para as diversas partes envolvidas é trazer para dentro do currículo escolar um diálogo entre os saberes formais disciplinares e os saberes populares tradicionais, dentro de um contexto territorial específico. O relativo isolamento das comunidades foi rompido com a abertura da estrada Rio-Santos (BR-101) na década de 1970, quando diversos empreendimentos turísticos e imobiliários na região passaram a pressionar os territórios tradicionais, levando à expulsão, à segregação e à especulação imobiliária, mas também originando processos de resistência e luta pela permanência e valorização sociocultural das comunidades.

A educação está no cerne desse processo. Algumas comunidades estiveram alijadas do acesso ao ensino fundamental pleno até os anos recentes, resultando, por um lado, no deslocamento de jovens e famílias para a cidade - em busca do acesso à escola de 2o segmento - e, por outro lado, na interrupção dos estudos. As práticas culturais tradicionais, por sua vez, são transmitidas ao longo das gerações e ressignificadas a partir das mudanças culturais trazidas, principalmente, pela eletrificação, os meios de comunicação e o turismo. A chegada da escola entra justamente nessa mediação entre permanências e mudanças. Ao mesmo tempo em que é um vetor externo de transformação e de ruptura geracional - em relação às gerações não-escolarizadas -, pode representar também um espaço de diálogo com a cultura tradicional e de elaboração de projetos autônomos de futuro da comunidade.

O programa Escolas do Território vem se desenvolvendo com uma consistente base conceitual e metodológica para a reorientação curricular desenvolvida por Domingos

Barros Nobre (2018), baseada em referências na pedagogia de projetos (Hernández, 1998; Hernández; Ventura, 1998), aprendizagem significativa de Ausubel (Moreira, 2006), interculturalidade crítica (Walsh, 2007; Candau; Russo, 2010) e temas geradores (Freire, 1970). O desafio a que nos propomos avançar se dá basicamente em duas frentes de investigação e prática: uma articulação entre currículo, saberes e território e uma abordagem inovadora de mediação entre conceitos integradores e conteúdos programáticos.

A articulação entre currículo, saberes e território parte do pressuposto de que há limites na maneira como o conhecimento dito universal se instaurou como padrão de referências para a construção curricular. A teoria crítica do currículo colocou em evidência as relações de poder em torno das construções curriculares, o currículo passou a ser visto como um "artefato social e cultural" (Moreira e Silva, 1994), não como mera técnica. As chamadas teorias pós-críticas do currículo acrescentaram novas questões ao debate, trazendo à tona as relações étnico-raciais, decoloniais, multiculturais e de gênero (Silva, 1999). No âmbito da geografia, os questionamentos aos currículos nacionais padronizados, geralmente associados a uma visão tradicional de representação do Estado nacional (Lacoste, 1976; Escolar, 1996), convergiram com a necessidade de situar local e regionalmente os currículos, bem como problematizar as relações de poder presentes nas representações espaciais.

A disputa pelo território acompanha um confronto epistemológico, de afirmação e negação de formas de conhecimento. É preciso trazer esse debate para o interior do currículo, demonstrando como o currículo se torna um território em disputa, não só no sentido metafórico trazido por Arroyo (2013), mas nos processos em que a implantação das escolas em territórios disputados pode alterar as correlações de força entre comunidades, empreendimentos e poderes locais.

Bibliografia:

CANAU, Vera Maria F.; RUSSO, Kelly (Org.) Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. Revista Diálogo Educacional, vol. 10, num. 29, 2010

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1970]

MONTEIRO, Licio Caetano do R.; NOBRE, Domingos B.; OLIVEIRA, Mara Edilara B. (Org.). Caderno pedagógico para projetos de educação escolar diferenciada e intercultural: a produção do guia turístico local nas escolas Martim de Sá, na Praia do Sono, e Cajaíba, no Pouso da Cajaíba. Paraty-RJ: Coletivo de Apoio à Educação diferenciada / Fórum de Comunidades Tradicionais, 2017

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: V. do C. Cruz; D. A. Oliveira. (Org.). Geografia e Giro Decolonial. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. In: S. Castro-Gómez e R. Grosfoguel. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007

Espaço, política e analfabetismo no Brasil: a reiteração das desigualdades educacionais em diferentes escalas geográficas

Emilio Reguera Rua
Enio Serra

O presente trabalho resulta da militância dos autores no Fórum de Educação de Jovens e Adultos do estado do Rio de Janeiro – Fórum EJA-RJ, movimento social que reúne educadores, educandos e demais profissionais envolvidos na luta pela garantia do direito à educação por jovens e adultos trabalhadores que a ela não tiveram acesso ou não a concluíram na infância e/ou adolescência. Mais especificamente, deriva do esforço de levantamento e construção de base de dados georreferenciados para pesquisa em desenvolvimento que analisa, através de uma abordagem espacial, a relação entre oferta e demanda por Educação de Jovens e Adultos no município do Rio de Janeiro. Em estudos preliminares para a elaboração desta pesquisa, foram levantados dados referentes ao grau de escolarização da população com 15 anos ou mais, dentre os quais a taxa de analfabetismo. Compreendendo o analfabetismo como uma das expressões políticas das desigualdades socioespaciais inscritas no capitalismo brasileiro, este trabalho tem como objetivo analisar a distribuição espacial da taxa de analfabetismo e problematizar a relação entre o acesso à alfabetização e as desigualdades socioeconômicas em diferentes escalas geográficas. A opção por essa abordagem segue o raciocínio de que os fenômenos sociais e políticos são multiescalares e, portanto, devem ser compreendidos a partir da combinação de escalas, uma vez que esta pode expressar diferentes aspectos do mesmo fenômeno em diferentes lugares. Nesse sentido, duas análises são então empreendidas de forma combinada. A primeira se refere ao território nacional, isto é, à forma com que o analfabetismo se apresenta nas cinco grandes regiões brasileiras, privilegiando, nesse caso, reflexões sobre as disparidades regionais. A segunda análise traz como foco a cidade do Rio de Janeiro, metrópole nacional cuja taxa geral de analfabetismo era de 2,9%, em 2010, mas que apresenta acentuadas desigualdades em seu território, chegando em algumas áreas a percentuais superiores a 80%. Como metodologia de coleta de dados, privilegia-se a produção do indicador taxa de analfabetismo a partir do Censo Demográfico de 2010. Com base nessas informações, é feito o mapeamento do indicador nas duas dimensões espaciais indicadas anteriormente, optando-se pelo método estatístico das medidas de posição para efeito de comparação do fenômeno. A interpretação da distribuição espacial do analfabetismo é então realizada com base no conceito de desenvolvimento desigual e combinado, difundido na ciência geográfica por Neil Smith, e à luz das discussões acerca da formação social brasileira, especialmente a partir das obras de Jessé Souza e Florestan Fernandes, e da formação territorial do país em diálogo com a obra de Milton Santos. Os resultados preliminares indicam que o analfabetismo apresenta feições específicas quando analisado na escala nacional, uma vez que é bem claro o contraste entre as grandes regiões do país. No entanto, o aprofundamento da pesquisa em direção aos dados relativos ao município do Rio de Janeiro revela que as desigualdades em relação ao acesso à alfabetização não se restringem a regiões do

país historicamente alijadas deste e de outros direitos sociais. Lançar o olhar para a escala intraurbana aponta para contrastes alarmantes e demonstra que, de fato, é preciso analisar o fenômeno do analfabetismo na perspectiva multiescalar, pois a forma com que ele se apresenta em cada escala geográfica expressa contornos diferentes e importantes para a sua compreensão.

Bibliografia:

BULEON, P. (2002). Spatialités, temporalités, pensée complexe et logique dialectique moderne. EspacesTemps.net, Travaux, 01.05.2002. Disponível em: <http://www.espacestemp.net/articles/evolution-sciences-sociales>. Acesso em: nov. 2016.

FERNANDES, F. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

Espaço, política e reformas educacionais

Roberto Marques

O objetivo deste artigo é ao mesmo tempo identificar e discutir a dimensão espacial das reformas educacionais do Brasil pós-golpe de 2016. Isso porque todos os movimentos políticos que levaram à ruptura democrática e aprofundamento do estado de exceção se deram como forma de construir os substratos políticos e jurídicos importantes ao ordenamento pretendido pelos agentes dominantes – entenda-se, tanto os internos quanto os externos ao país, ainda que em alguma medida estes não possam ser tratados como um todo homogêneo. Portanto, é possível identificar não apenas uma expressão espacial do conjunto das políticas em curso, como elas possuem uma espacialidade e uma territorialidade que são fundamentais para o sucesso desses projetos. O campo da educação é emblemático e estratégico, uma vez que possui uma abrangência nacional, incorpora a diversidade cultural, penetra os meandros das especificidades dos lugares e vem sendo a cada dia submetido às racionalidades que alimentam a expansão dos processos neoliberais de globalização. Não por acaso, as reformas educacionais foram anunciadas e apresentadas ainda em setembro de 2016, na esteira imediata da consolidação da fase inicial da tomada de governo. De certa forma, realizar reformas educacionais é mais simples e politicamente menos desgastante do que no campo da previdência, por exemplo. Ao mesmo tempo, elas carregam um simbolismo de projeto de futuro e ruptura com elementos de uma cultura de governos passados. Mas, o conjunto de programas e textos legais produzidos desde então, sinalizam que o projeto foi sendo construído por sujeitos individuais e coletivos que disputaram e conjugaram as suas orientações. Sendo assim, observar a construção das políticas, bem como os processos de implementação e as formas como as mesmas se materializam no espaço, nos dão o tom do projeto de sociedade e de país pretendido. Para realizar esse trabalho foram selecionados textos de lei, como a Lei 13.415/17, de Reforma do Ensino Médio, e a Medida Provisória 746, que antecedeu a Lei sancionada, além de editais, minutas e outros documentos, como relatório do Banco Mundial para a educação e documentos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Também foram utilizados registros de declarações e anúncios oficiais, divulgados na grande mídia, em páginas de organizações nacionais e internacionais, bem como sítios de órgãos oficiais de governo, como o do Ministério da Educação. Esse material foi analisado tendo como suporte teórico os trabalhos de Giorgio Agamben e Pedro Serrano, do campo jurídico, Gaudêncio Frigotto, Roberto Leher, Diane Ravitch e Luiz Carlos de Freitas, do campo da educação, e David Harvey, Milton Santos e Henri Lefebvre, sobre política e espaço. Como resultado dessas análises, percebemos que o projeto ou o conjunto dos projetos de educação que se materializam nas Reformas Educacionais, carregam também projetos de sociedade e espaço, indissociáveis. São ao mesmo tempo expressão e instrumentos de ordenamento, de intencionalidades e de produção do espaço.

Bibliografia:

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 33, n. 119, p . 379-404, abril/junho 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RAVITCH, Diane. *Vida e morte do grande sistema escolar americano – como os Testes Padronizados e o Modelo de Mercado Ameaçam a Educação*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

Estudo da escala relacional de poderes na abordagem sobre o território no ensino de geografia da educação básica de Araguaína-TO

Hudson Nascimento de Sousa Filho

Concluída a disciplina de Geografia Política, no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína, bem como desenvolvidas observações no Ensino Fundamental, em Estágios Investigativos I e II no mesmo curso, acerca do Ensino de Geografia na atualidade em escola local da rede estadual de Educação Básica de Araguaína (TO), despertou-me o interesse em construir um estudo na prerrogativa de abordarmos como tem se consolidado o ensino da categoria território em sala de aula. A partir das observações relativas às atividades do Estágio, identificamos que uma proposta ratzeliana tem-se firmado com rigor na medida em que o território tem sua concepção limitada apenas a suas características físicas de dimensões e de recursos disponíveis. Esta abordagem pode ser problematizada na medida em que reconhecermos que outras formas de discutir o território na Educação Básica são possíveis, como a que propõe um estudo da escala relacional de poderes afim de que possamos compreender, e logo fazer com que nossos estudantes compreendam, a complexidade de diferentes conflitos de interesses políticos (CASTRO, 2005) expressos de forma material e simbólica sob a lógica e o confronto de poderes, ou seja, tomar consciência – de forma crítica, reflexiva e espacial – da realidade do contexto ao qual estamos inseridos no olhar às relações que no território expressam-se. Por isso objetivar-se-á com este trabalho refletir sobre os aspectos referentes ao trato da categoria território no Ensino de Geografia da Educação Básica no contexto da educação tocantinense a fim de propor uma abordagem política necessária e possível de realização na tomada e compreensão da escala relacional, logo geográfica, que demarca as diversas fronteiras, materializadas no espaço mediante a dialética dos diversos poderes presentes no campo relacional de nossos territórios. Metodologicamente – a partir do método científico investigativo e explicativo materialista histórico e dialético da totalidade das relações que (re)produzem a sociedade capitalista moderna (MARX, 2008) – apanhamos uma selecionada literatura que contemplou desde a leitura clássica das concepções de território (RATZEL apud MORAES, 1990); transpassando ao entendimento do poder e do Poder, que tornam possíveis os estudos relacionais e compreensões sobre os territórios (RAFFESTIN, 1993); e, atenciosamente, apontando para leitura das diferentes dimensões da escala relacional de poderes do território que variam da rua para o bairro, do bairro à cidade, da cidade ao estado e assim sucessivamente, sendo que, mais significativamente ainda é compreender que, de acordo com e dependendo de tais variações, a lógica e a complexidade dos conflitos de diferentes interesses expressam-se de diferentes formas políticas no território (CASTRO, 2005). Esse estudo se direciona a estudos dos livros didáticos de Geografia (6º, 7º, 8º e 9º anos) dos/as autores/as LUCCI & BRANCO (2015), denominado “Geografia: homem e espaço”, publicado pela Editora Saraiva, coleção usada nas aulas observadas nos semestres (2017.1 e 2017.2) de realização dos Estágios em Araguaína (TO), afim de expor de forma crítico-social os conteúdos – e como estes conteúdos

abordam – sobre o território brasileiro. Por fim e para tal, apresentamos propostas pedagógicas e didáticas libertadoras (LUCKESI, 1994) para se trabalhar a categoria território nas aulas da Educação Básica do Ensino Fundamental com referências para o estudo da categoria território nos 3º e 4º ciclos, resgatadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – que apontam um tratamento que leve o estudante a “compreender o significado da política e dos conflitos étnicos e sociais que ocorrem no interior das sociedades” (BRASIL, 1998) – aplicadas em comparação às orientações propostas no Referencial Curricular do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Tocantins (Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano), da Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Tocantins, e às atuais recomendações para o trabalho do território em sala de aula propostas na nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Destarte listamos essas como as principais questões que levaram a produção desse texto à tematizar o estudo relacional da formação territorial para se contrapor à versão clássica do estudo do território no Ensino de Geografia da Educação Básica, uma vez que é necessário compreendermos que essa categoria torna-se passível de compreensão no momento em que entendermos que suas leis gerais são ditadas pelo jogo infinito de poderes que a ela dão formas.

Bibliografia:

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, Karl. “PREFÁCIO”: de Contribuição à crítica da economia política. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 47-52.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ratzel: Geografia. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Existe um espaço escolar não-político? A produção de limites à escola pública pelo projeto Escola Sem Partido e limite do teto dos gastos!

Isaac Gabriel Gayer Fialho da Rosa

O objetivo geral da pesquisa é refletir sobre a produção de mecanismos de tutela da educação pública brasileira a partir de dois instrumentos institucionais centrais: projeto escola sem partido e teto dos gastos públicos. A hipótese central do trabalho é que essas ações tutelam a construção da educação pública por meio de controle ideológico (escola sem partido) e limitação objetiva da reprodução da escola (teto dos gastos) com o argumento da existência de uma educação não-política.

O escopo da pesquisa é o período de tempo a partir da produção do Governo Temer. A gestão PT no governo Federal foi marcada por forte expansão econômica e uma política de coalização de classes, onde existiram avanços de direitos e promoção da classe trabalhadora como mercado de consumo ao mesmo tempo em que esse Governo manteve políticas macroeconômicas neoliberais e manutenção do enriquecimento das elites dirigentes (como elite financeira, por exemplo). No ano de 2016 a expansão da economia brasileira já vinha diminuindo há alguns anos e o preço das commodities apresentava uma queda significativa (líder da pauta de exportações). Situação que tornou insustentável a manutenção do projeto de coalização de classes, produzindo a queda da gestão Dilma e promoção do governo Temer. Esse representou um governo neoliberal em doutrina de choque (KLEIN, 2007), ou seja, uma inundação de reformas com o objetivo de cortar direitos e diminuir a importância social do Estado em curto período de tempo.

A trajetória metodológica visa enfatizar teoricamente o papel político da educação pública. A título de exemplificação citaremos 3 autores: 1) Uma explanação por meio de Althusser entende a escola como um aparelho ideológico de Estado, ou seja, como uma instituição que geraria a reprodução das estruturas sociais, e não a operação da sua transformação. Então a escola seria identificada como uma atuação política de manutenção do status quo. 2) Já Gramsci pensa o espaço escolar com o papel político de área a ser disputada para produzir a transformação. O Estado é interpretado como uma trincheira a ser ocupada para a promoção de um papel político de instituição de mudanças sociais. 3) Foucault é um outro pensador a refletir sobre a ação escolar. Esse significa essa instituição como promotora de “docelização de corpos” em conjunto com outros dispositivos (como prisões por exemplo). Apesar de concepções diferentes do papel da escola na sociedade pode-se afirmar que o fato que aproxima os três autores diz respeito a negação da educação como um afazer meramente técnico, existindo uma clara demarcação do papel político dessa instituição.

Na debate pedagógico em si também existe uma longa história de debate sobre o papel político da educação. A escola tecnicista da Educação arrola pra si uma meta de despolitização do ato educacional, ao enfatizar a didática como centro das reflexões. Visa assim, abandonar o enfoque sobre o papel social da escola, para enfoca-lo por meio de um debate meramente técnico. Paulo Freire é um dos expoentes da crítica a

essa concepção, ao colocar que todo ato educacional é político e marcado pelo jogo das contradições de classes da sociedade. Demarca assim, que a “educação bancária” não é apenas técnica, mas a serviço da perpetuação das desigualdades. Para esse autor então a educação é sempre política, pois pode estar a serviço dos dominantes ou dos dominados.

Foi proposto e promulgada pelo Governo Temer em 2016 a emenda constitucional que faz um congelamento real (apenas correção pelo IPCA) do investimento primário do Governo Federal por 20 anos. Segundo o relatório OCDE (2014) a educação pública brasileira já é subfinanciada. Sendo assim, enfoca-se a ação do teto dos gastos sobre o mínimo constitucional de investimento do Governo federal na educação pública e sobre as metas do Plano Nacional de Educação.

O movimento pelo programa escola sem partido é anterior ao Governo Temer, mas esse ganha grande difusão nesse momento da história e produziu inúmeros projetos de mudança legislativa nos mais variados recortes federativos do Brasil. Analisaremos o PL 867/2014 presente na Câmara Federal que visa estruturar o programa em todas as escolas públicas brasileiras. Esse visa criar o tipo penal do assedio ideológico nas escolas e consequentes mecanismos punitivos.

Conclui-se assim, que as duas políticas em tela se retroalimentam, pois o corte orçamentário que pressupõe a limitação da educação pública como direito (teto dos gastos) vem acompanhada da expansão punitiva do papel do Estado (escola sem partido). O modelo de Estado neoliberal torna-se nanico como garantidor de direitos, mas grandioso em mecanismos de repressão. Concordando com Freire não existe educação sem política, o que se pretende aqui é produzir cada vez mais uma escola pública em prol de mera reprodução de status quo e cada vez mais precária objetivamente, tendo o discurso da educação não-política como mero amortecedor ideológico para a implementação das reformas.

Bibliografia:

ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, P. (1998). Pedagogia do Oprimido. 25^a ed. (1^a edición: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

KLEIN, Naomi. The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism, Editora: Picador, Henry Holt and Company, 2007.

Geografia e política: reformas educacionais brasileiras

Filipe Gomes Paulo
Izabel Gomes Ramos

Este trabalho, por meio de um trabalho bibliográfico, tem por objetivo resgatar e entender as conexões das reformas educacionais brasileiras, com as imposições feitas à educação pelo mercado formal e informal de trabalho, frente às imposições do capitalismo monopolista. Ainda, propomos avaliar a geografia sob o viés destas Reformas e sua função na gênese de uma sociedade cidadã. O objeto de análise e pesquisa será as políticas educacionais dos anos 1930 até hoje consideradas num recorte que se concentra a educação secundária. A começar da ideia norteadora de que a Geografia nunca foi uma disciplina acadêmica autônoma, mas sempre foi um estudo destinado a atender interesses políticos institucionais e ideológicos, pretendesse fazer um retrospecto das diretivas educacionais numa escala temporal, percebendo seu desdobramento nos várias etapas históricas até chegar às atuais orientações. Para compreensão dos objetivos, conceitos e definições, presentes nas leis educacionais são essenciais. Apurar as modificações no mundo do trabalho, notar a quebra com o pretérito os novos processos de produção, o desemprego decorrente e como tudo isso influenciou nas novas orientações educacionais. Pretende-se Investigar pelo viés da lei ou das Reformas educacionais de natureza liberal que se realizaram a partir da década de 30, o ideal de indivíduo que elas exprimem objetivando notar como o ensino de Geografia juntamente com as outras matérias do currículo ajuda para sua efetivação. Para tanto, através de um trabalho bibliográfica de exploração, procurar-se-á encontrar as vinculações entre a penetração dos valores liberal, o capitalismo e a escola no Brasil. A análise das políticas educacionais e das possibilidades de ensino da Geografia, feita a partir das ligações econômico-sociais capitalistas, origina-se do Ponto de vista de que as práticas educacionais não se determinam apenas como pedagógicas, Entretanto são resultado de múltiplas condições Sendo assim o trabalho possuirá a preocupação de tratar a problemática dentro dessas diferentes proporções. Abordar-se-á em inicialmente lugar a constituição de uma valores educacional que seguiu o processo de instalação e solidificação das ligações capitalistas no país. Com ele se consolidam também os princípios do pensamento liberal burguês que desembocam na defesa da escola pública, universal e gratuita, como condição de a segurança de equiparidade de garantias e oportunidades, e a criação do mito da instituição escolar redentora. Num segundo ponto será recuperado o trajeto das Reformas educacionais a partir de as primeiras iniciativas de implantação do ensino secundário e sua tendência elitizante e dual, com as tentativas de profissionalização, até a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei Nº9394/96 que conquistou pretensamente superar essa dualidade evidenciando uma educação geral nesse campo separando-a da Educação Profissional que nasce como uma possibilidade, em um sistema análogo. A chegada LDB será discutida em sua articulação com o método neoliberal e resultado das políticas intervencionistas e normativas do Banco Mundial, porém principalmente seu desdobramento em medidas curriculares e parâmetros

curriculares do ensino médio avaliado no que tange a visão educacional, Ponto de vista teórica do conhecimento pelo viés da proposta de ensino da Geografia. Finalizando o trabalho, será observado. O papel da Geografia, numa perspectiva libertadora, em um contexto de transformações sociais e estruturais da educação. Em síntese procurar-se-á adentrar as tendências desse movimento: trabalho/educação/Geografia no devir da sociedade, em busca de estabelecer as conexões expostas pela ideia diretora: educação da Geografia, transformações educacionais e condicionamento político econômico.

Bibliografia:

VEIGA, I. P. Educação básica: projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1995.

VESENTINI, J. W. Educação e ensino de geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: CARLOS, A. F. A.(org.). A geografia na sala de aula. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006. (Coleção Repensando o ensino), p.14-33. Repensando a Geografia Escolar para o Século XXI. São Paulo: Plêiade, 2009.

SENE, J. E. de. As Reformas Educacionais após a abertura política no Brasil e na Espanha: uma análise crítica do Ensino Médio e da Geografia. Universidade de São Paulo, 2008.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Editora Autores Associados Ltda, 2013.

Geografia e preconceito na escola - o espaço escolar como espaço público

Raíssa Cortez
Guilherme Meirelles

O preconceito no Brasil se estrutura sobre quatro pilares principais: o racismo, a homofobia, o preconceito de classe social e a intolerância religiosa. Esses preconceitos já são tão arraigados em nossa história, que acabam por permear a vida da sociedade brasileira o que afeta as relações sociais no âmbito dos espaços públicos urbanos.

Em nossa pesquisa, damos destaque ao espaço escolar, entendido como espaço público, em cujas relações reproduzem-se as práticas discriminatórias presentes na sociedade em geral. Ao reproduzir estas práticas discriminatórias, o espaço escolar acaba tornando evidentes as tensões, uma vez que a escola é um espaço de encontro. Neste sentido, trazemos para a o debate a concepção de espaço público utilizada por Paulo Cesar C. Gomes que define os espaços públicos como “lugares onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena” (GOMES, 2012, p.24). Ao considerarmos esta definição de espaço público, que difere da concepção do senso comum - espaço de posse de todos -, vemos que o espaço escolar carrega consigo a potencialidade de ser um espaço onde o debate acerca do problema do preconceito, pode auxiliar o aluno a se constituir como cidadão crítico e reflexivo.

Por se tratar de um espaço público, o espaço escolar pode também ser entendido como um espaço político. Sofre interferências políticas de escalas federais, estaduais e municipais. É marcado, ainda, por insurgências e manifestações, de alunos e professores através de greves, de ocupações nas escolas (como as ocorridas em 2016). E, no seu cotidiano, pelos modos regulares de utilização do ambiente escolar, nas atividades propostas em sala de aula e no pátio e, em alguns casos, na formação de grêmios estudantis. Desse modo, confirma-se a ideia da escola como um espaço da política, por tratar-se de um espaço concreto, uma vez que segundo Arendt (1997), a política de fato se exerce em “um lugar palpável”.

Tomando-se como referências a questão e objetivos indicados, estabeleceu-se como parte da metodologia de pesquisa os seguintes procedimentos: (1) realização de conversas informais para registro de relatos escritos sobre episódios de preconceito vividos por alunos na escola; (2) entrevista semiestruturada com perguntas organizadas por nós, e uma parte livre para o entrevistado dar sua opinião livremente para identificar a posição dos alunos quanto a episódios de preconceito ocorridos na escola, (3) entrevista com professores para identificar a posição dos professores quanto à ocorrência de episódios de preconceito na escola e sua posição a respeito da escola como espaço público formativo de cidadãos críticos e reflexivos, (4) levantamento de casos de preconceito junto à direção/coordenação pedagógica da



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

escola e (5) realização de atividade de debate e grupo de foco com os alunos, objetivando-se o pensamento crítico.

A pesquisa encontra-se em sua etapa inicial, análise dos relatos escritos pelos alunos. Os relatos foram realizados de forma anônima, visando não inibir os alunos a compartilharem suas experiências. A análise destes relatos nos apresenta um primeiro cenário do problema vivenciado na escola, que reúne episódios recorrentes de preconceito racial e homofobia.

Bibliografia:

ARENDDT, H. O que é Política?. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

GOMES, P.C.C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (org.) Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 19-41.

MACHADO FILHO, G.F. A relação entre o espaço político instituído na Câmara dos Vereadores e espaço instituinte das ruas nas manifestações de junho de 2013. Rio de Janeiro: Publicado no 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015.

Geografia para quê? Para quem? A dimensão geopolítica do currículo, inovação como discurso e a prática da dualidade nas políticas educacionais para o Ensino Médio

Maria Lucia Cunha Lopes de Oliveira

O discurso oficial (governamental e midiático) sobre a Reforma do Ensino Médio, sob a retórica de inovação curricular e flexibilidade de itinerários formativos discentes, exclui a Geografia como disciplina obrigatória e restringe seu papel na formação cidadã humana, crítica e científica. Este trabalho examina a dimensão geopolítica do currículo, considerando o caráter de dualidade educacional inerente a essa configuração curricular. Como ressaltar-se a importância da liberdade de escolhas e da atenção à diversidade de realidades locais-regionais, sem considerar-se as desigualdades de oportunidades sociais na construção de conhecimentos? A discussão sobre o papel da Geografia no currículo exige-nos análise aprofundada do conjunto dessa Reforma, examinando relações entre ciência e política no contexto da globalização capitalista contemporânea. Reformas educacionais no campo de currículo, organização escolar e avaliação têm sido implementadas em vários países sob argumentos como relevância de flexibilização na formação, atendimento às necessidades do mundo do trabalho e intensificação da produtividade na economia. Isso se manifesta na recente Reforma do Ensino Médio, no âmbito de aprovação das Bases Nacionais Comuns Curriculares no Brasil. Pretendemos através deste trabalho trazer contribuições do diálogo entre Geografia e Educação para discussão dessa problemática. Em uma abordagem teórico-metodológica interdisciplinar, analisamos contexto, conceitos e argumentos de proponentes e críticos da Reforma. Estudos sobre a história social dos currículos, examinando-se concepções, perspectivas teóricas e metodológicas, mostram que a seleção, priorização e inclusão, a organização e exclusão de conteúdos escolares refletem, além de perspectivas epistemológicas, interesses geopolíticos e econômicos, poderes e contrapoderes em determinados tempos-espacos (simultaneamente, em nosso entendimento) sociais, geográficos e educacionais. Revelam o currículo como expressão de disputa entre projetos de sociedade, explicitando a contraposição entre o ideário de uma educação igualitária em oportunidades de formação e uma perspectiva que prioriza na formação dos trabalhadores o atendimento às demandas do mercado. As origens, rumos e embates, reformas e discussões sobre o ensino de Geografia na educação básica, superior, na formação inicial e continuada de professores, mostram abordagens políticas sobre relações entre o local, o regional, o nacional e o internacional/global, em suas articulações e tensões. Qual a relevância do ensino de Geografia? Sabemos que a Geografia vivida-ensinada-aprendida no espaço escolar tem papel importante para compreender-se interações de singular e geral, de regional e global, mostrando que “partes” e “todo”, no movimento escalar, são elementos que tensionam-se, conflituam--se, mas simultânea e dialeticamente permeiam-se, constituem-se mutuamente. Através do ensino de Geografia, problemas vivenciados, constatados no cotidiano escolar, local, regional, podem ser objeto de reflexão crítica, estudando-se as múltiplas (e interrelacionadas)

determinações de qualquer realidade geográfica, histórica, social, assim como o papel dos sujeitos na construção dos espaços. O ensino de Geografia pode criar oportunidades para estudantes e professores analisarem, por exemplo, o mapeamento geográfico do desemprego, as condições de habitações e saneamento básico, a fragmentação de espaços nas cidades, os muros erguidos (visíveis e simbólicos), os processos de gentrificação, a desterritorialização dos atingidos por barragens, o silenciamento das questões de gênero, o fechamento de escolas públicas, bem como identificarem estratégias de resistência por sujeitos-movimentos em luta por afirmação e emancipação. Que pessoas-trabalhadores-cidadãos/cidadãs queremos formar? Para quê? Por quê? A exclusão da Geografia como disciplina obrigatória excluirá quem? Que escolas? Qual o papel da diversidade e da desigualdade regional brasileira na construção de currículos escolares que insiram a Geografia como veículo de consciência crítica dessa diferenciação? Como conjugar liberdade e diversidade nos currículos sem reproduzir e ampliar desigualdades? Que formas de resistência às prescrições oficiais irão emergir no cotidiano das práticas de ensino? A discussão sobre essas questões, evidenciando a dimensão geopolítica do currículo, pode ser propulsora de ações coletivas na luta por uma Geografia para-na diversidade e igualdade de direitos, Geografia para compreensão crítica e transformação do mundo.

Bibliografia:

ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2011

BEZERRA, Amélia C. A.; LOPES, Jader Janer M.; FORTUNA, Denizart. (orgs). Formação de professores de Geografia: diversidade, práticas e experiências. Niterói: EDUFF, 2016.

SACRISTÁN, José G. (comp). Los contenidos: una reflexión necesaria. Madrid: Ediciones Morata, S. L., 2015.

HAESBAERT, Rogério. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.

MASSEY, Doreen. Pelo espaço: por uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Geografia política crítica e a antigeopolítica: por novas formas de abordagens nos livros didáticos

Felipe Werminghoff

No presente trabalho, buscamos uma análise no campo da geografia política e da geopolítica dos livros didáticos voltados para o Ensino Médio. A geografia escolar é um campo de extrema importância para os docentes e discentes, pois os auxilia na formação crítica como sujeitos atuantes. Destarte, esposamos a ideia de que uma análise mais precisa deve levar em consideração o papel e a origem dos livros didáticos no Brasil, com destaque para o ensino de geografia na educação básica. Ressaltamos que o livro didático é apenas um dos muitos recursos passíveis de utilização em sala de aula e que deve ser contextualizado ao nível cognitivo e ao espaço vivido dos estudantes (OLIVEIRA, 2010).

No meio acadêmico brasileiro, observamos pouquíssimos debates sobre a renovação epistêmica da geografia política, marcada pela geopolítica crítica e a antigeopolítica. Nosso objetivo central neste trabalho é analisar e estimular a renovação da geografia política crítica nos livros didáticos do Ensino Médio, bem como suas formas de abordagem.

Ao longo do texto, aspiramos nos atualizar quanto a abordagem dos livros didáticos sobre o ensino de geografia política. Como perspectiva analítica, investigaremos, com foco na antigeopolítica, a presença ou ausência de conceitos de geopolítica crítica nos livros didáticos. O esforço metodológico nos levou à escolha de dez termos políticos e geográficos para a análise, cinco convencionais (geopolítica, Estado-nação, território, imperialismo e migração) e cinco vanguardistas (antigeopolítica, pós-colonialismo, representação/ o outro, gênero e terrorismo).

A partir do prisma da geopolítica crítica e da antigeopolítica, propomos uma breve exposição teórica de cada verbete e de suas possíveis abordagens. Em seguida, examinaremos como aparecem ou são excluídos da geografia escolar, através dos livros didáticos. De fato, buscamos promover uma visão ética, revisionista e progressista de temas clássicos da geografia política e da geopolítica. Novos estudos e correntes de pensamento, como o pós-modernismo e o pós-estruturalismo, guiam nossas reflexões, garantindo a atualidade da leitura que propomos. A partir dessa breve exposição, propomos analisar as abordagens da geopolítica crítica e a antigeopolítica nos livros didáticos voltados para o Ensino Médio. Buscamos uma reflexão que estimule um adequado uso dos materiais por parte dos professores de educação básica e novas proposições sobre o conteúdo de geografia política presente na geografia escolar brasileira.

Este trabalho se apoia em três referências bibliográficas básicas: o livro “Key Concepts in Political Geography” (publicação inglesa de 2009), o léxico “Las 100 Palabras De La Geopolítica” (publicação francesa de 2010 e edição traduzida para o espanhol em 2013) e o “Diccionario de Geografia Política y Geopolítica” (publicação

espanhola de 2013). Essas publicações recentes foram selecionadas com o intuito de realizarmos uma revisão conceitual sobre alguns dos principais termos da geografia política e da geopolítica.

No primeiro momento, elencamos todos os termos das três publicações e os agrupamos especificamente de acordo com seus respectivos livros. Após a seleção, detectamos e assinalamos os termos convergentes, isto é, aqueles que eram registrados simultaneamente nos três grupos. A partir daí, os termos foram classificados como inovadores ou clássicos. Finalizada essa organização classificatória, selecionamos cinco termos considerados clássicos (geopolítica, Estado-nação, território, imperialismo e migração) e cinco termos considerados vanguardistas (antigeopolítica, pós-colonialismo, representação/o outro, gênero e terrorismo). Os termos clássicos ou convencionais são aqueles tradicionalmente abordados pela geopolítica, desde os seus primórdios e de forma bastante recorrente; os termos considerados inovadores apresentam um conteúdo de maneira renovadora, rompendo epistemologicamente com as abordagens clássicas da geografia política e da geopolítica.

Contudo, nosso critério não se restringe ao termo em si, mas ao tratamento que a ele se imprime, bem como à sua persistente presença nos trabalhos da geografia política desde o seu nascimento, como subdisciplina moderna, no final do século XX.

O desenvolvimento teórico dos termos foi acompanhado de uma análise sobre suas formas de abordagem ou sua ausência em três coleções de livros didáticos (cada uma com três volumes) voltados para o ensino médio e com edições recentes: “Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização”, (SENE; MOREIRA, 2013), “Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil” (TERRA; ARAÚJO; GUIMARÃES, 2013) e o “Conecte: território e sociedade no mundo globalizado” (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2014). No passo posterior, construímos uma agenda propositiva a respeito dos possíveis modos de se trabalhar os termos em sala de aula.

Bibliografia:

- GALLAGER, Caroline; DAHLMAN, Carl; GILMARTIN, Mary; MOUNTZ, Alison; SHIRLOW, Peter. Key words in political geography. Londres: Sage Publications, 2009.
- HUISSOUD, Marc-Jean; GAUCHON, Pascal. Las 100 palabras de La geopolítica. Madri: Akal, 2013.
- LIMA, I.G. A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 3, N.2, p. 149-168, 2013.
- PRECIADO, Jaime; UC, Pablo. La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional. Geopolítica (s), V. 1, N.1, p. 65-94, 2010.
- TRIGAL, Lorenzo. Diccionario de geografia política y geopolítica. León: Universidad de León, 2013.

Geografia política e geopolítica no ensino de geografia – notas de um projeto

Eduardo Karol

Informar e formar o professor de geografia sobre processos políticos de produção do espaço é tarefa fundamental da Universidade. Dotá-lo de capacidade avaliativa em relação aos conteúdos veiculados nos materiais didáticos é necessidade premente na época em que vivemos.

Este trabalho objetiva apresentar o projeto Geografia Política e Geopolítica no Ensino de Geografia desenvolvido na Faculdade de Formação de Professores da UERJ. O projeto, desenvolvido desde 2015, propõe a apresentação e discussão das teorias do campo da Geografia Política e Geopolítica presentes nos materiais didáticos de geografia.

A definição do campo da Geografia Política e Geopolítica é o primeiro elemento para o projeto que estamos propondo. A ideia de campo, extraída de Bourdieu, é definido “como o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social”. Entendida a ideia de campo, o avanço para a avaliação das teorias será construído com os pressupostos da Geopolítica Crítica, que busca uma visão da cultura e da sociedade em todas as suas vertentes, não submetida (ao menos teoricamente) a nenhum discurso oficial, nem aos dogmas dos grandes paradigmas. Seu método consiste precisamente em analisar criticamente estas estruturas aparentemente sólidas e indiscutíveis, com o objetivo de oferecer perspectivas alternativas e, frequentemente, desmascarar os mecanismos discursivos do poder estabelecido (FONT; RUFÍ, 2006, p. 47). Desse modo procuramos subsidiar os professores com a avaliação dos materiais didáticos de geografia disponíveis no mercado.

A apresentação do desenvolvimento do projeto até o ano de 2018, busca fazer um balanço do que foi produzido e quais os resultados obtidos para o desenvolvimento dos estudantes.

Bibliografia:

FONT, J.N.; RUFÍ, J.V. Geopolítica, identidade e globalização. São Paulo: Annablume, 2006. 282p.

HERB, Guntram H. The Politics of Political Geography. In: COX, K.R.; LOW, M.; ROBINSON, J. The Sage Handbook of Political Geography. London: Sage Publications, 2008. p.21-40.

KAROL, Eduardo. Geógrafos e Geografia Política-Geopolítica no Brasil: produção geográfica nos últimos trinta anos. SAARBRUCKEN, Deutschland: Novas Edições Acadêmicas, 2014. 257p.



SANGUIN, André-Louis. A Evolução e a Renovação da Geografia Política. Boletim Geográfico, v. 35, n. 252, 1977.

SANGUIN, André-Louis. A evolução da Geografia Política desde os anos de 1990: uma perspectiva internacional. In: Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

Geografia, arte e filosofia: vivenciando a criação de móveis como cartografia participativa no ensino de geografia

Maria Lucia Cunha Lopes de Oliveira

Vivenciando a construção e avaliação participativa, inter-subjetiva e coletiva de móveis geográficos em espaços públicos, percebemos sua relevância na tentativa de cartografar-se movimentos que se caracterizam por complexidade e dialeticidade. A partir dessas experiências, refletimos sobre como esse processo pode contribuir para o ensino de Geografia, articulando docênciadiscência, extensão e pesquisa, A criação participativa de móveis, em sua multidimensionalidade, ajuda-nos a perceber e a grafar processos-espacos vivos, relacionais. Entendemos que a criação de móveis, como possibilidade cartográfica, distingue-se da elaboração de mapas e maquetes não apenas pelo movimento, mas também por outras características tais como: a importância da contextualização na realização e configurações dos móveis, as formas de articulação entre escalas (o particular e o geral, o singular e plural, o regional e o global); seu permanente inacabamento; sua impermanência como produto físico material. O que suas configurações, trançados e des-fiados mostram? Na avaliação dialógica de processo e resultados da criação de móveis, identificamos e registramos vínculos representados, processos identitários construídos, relações entre autonomia e heteronomia, relações de poder, observando sua espacialização. A pesquisa fundamenta-se teórico-metodologicamente em contribuições inter-transdisciplinares. Da Arte provém a inspiração nos trabalhos de Alexander Calder, artista criador de esculturas móveis, obras cuja dimensão político-geográfica examinamos. Da Geografia, trazemos a idéia de espaço como algo sempre em construção, produto de interações/interrelações, esfera de multiplicidade, diversidade e coetaneidade (Massey, 2008); da área de Educação, a ênfase na dialogicidade e recusa à inexorabilidade na abordagem de questões sociais-geográficas (Freire, 2000); da Filosofia vem a idéia de rizomas, a valorização da horizontalidade, das (des)hierarquizações, dos deslocamentos emancipatórios (Gallo, 2000). Como cartografia participativa, a criação coletiva de móveis nas aulas de Geografia pode contribuir para reconhecerno-nos como sujeitos (em nossa pluralidade, diversidade, ações, movimentos, imobilidade) na produção-construção dos espaços sociais (Lefebvre, 2000). A dialogidade, o compartilhamento, estimulam a inclusão dos diversos sujeitos, do indeterminado, da coletividade, da abertura, do inconcluso, que fazem parte de processos de construção e representação coletiva. Essas experiências nos instigam a refletir mais aprofundadamente sobre questões conceituais, metodológicas e políticas que emergem da criação de móveis como experiência de cartografia participativa em que dialogam Geografia Política, Educação, Filosofia e Arte. Em que medida móveis, em sua multidimensionalidade, transitoriedade e aparente fragilidade material podem ser percebidos como registros cartográficos? Podem eles conviver, interagir com mapas, maquetes e outras formas de registros geográficos? Com que limites e horizontes epistemológicos? Que concepção de ciência entrevemos em seu reconhecimento-validação como conhecimento geográfico? Referimo-nos aqui a uma CienciArte, ou seja, ciência que envolva investigação,



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

compreensão e criação. Como a experiência de participar-se da criação, discussão, avaliação e interpretação de móbiles que cartografam processos relacionais pode contribuir geografica e politicamente para reconhecermos possibilidades de uma educação emancipatória? Essas são algumas interrogações que nos provocam e que consideramos relevantes para os debates sobre possibilidades metodológicas que emergem no ensino de Geografia.

Bibliografia:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

GALLO, Silvio. *Deleuze e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. In: *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008[1972].

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: por uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SARAIVA, Roberta. *Calder no Brasil*. São Paulo: Cosac Naïf/Pinacoteca do Estado, 2008.

Geografia, cinema e cibercultura: o espaço escolar tensionando políticas

Débora Schardosin Ferreira
Élida Pasini Tonetto
Ana Cláudia Carvalho Giordani

Podemos potencializar leituras espaciais múltiplas pelas imbricações entre a Geografia, o cinema e a cibercultura, porque suas imagens e movimentos adentram os espaços escolares em tablets e smartphones tensionando políticas educacionais, que muitas vezes proíbem o uso do celular. O cineasta Wim Wenders, no filme “Quarto 666” em 1982 durante o Festival de Cinema de Cannes convida quatro diretores de cinema para falar individualmente sobre quais suas expectativas em relação ao futuro do cinema. Os diretores em 1982, viam com o apogeu da televisão e o cinema se intensificando como produto industrial, em detrimento do cinema como arte, o fim do que buscavam para sua área de atuação. Em 2008, o cineasta Gustavo Spolidoro gravou um curta “De volta ao quarto 666” em que Wim Wenders, agora entrevistado, revê sua própria obra e a não extinção do cinema, como temido em 1982. O cinema a partir dos recursos digitais, ampliou suas possibilidades para se pensar um outro tipo de cinema. Priorizando a arte, houve campo tanto para o cinema industrial como para outros tipos de filmes e propostas cinematográficas que se desdobraram das potencialidades sociais e tecnológicas ao longo do tempo. Neste sentido, o texto objetiva operacionalizar o espaço escolar como campo da ação política a partir da Geografia em interfaces com o cinema e a cibercultura. Assim, como Wim Wenders e outros cineastas presenciaram através de uma temporalidade de quase três décadas a reinvenção do cinema, com as tecnologias advindas nesse tempo, buscamos entender as possibilidades propiciadas pelas aberturas da Geografia para as atuais formas de compartilhamento e interações, imersas nas redes entre o físico e o digital nas tramas políticas da cibercultura. A bricolagem tece o aporte teórico-metodológico geral, por não definir um método fixo, em seu interior selecionamos o bricoleur teórico, que é a modalidade de bricolagem que permite fazer agenciamentos entre campos díspares e articular seus saberes, nesse sentido articulamos Filosofia, Cinema, Cibercultura e Geografia de forma mais ampla. Como instrumento analítico selecionamos o cinema, através da análise do curta “De volta ao quarto 666”. E trazemos o espaço escolar, a partir de práticas cotidianas entre o físico e o digital que tensionam práticas consolidadas, como caminho para que algo novo surja no movimento do pensamento. Isso se torna possível, pois não distinguimos a teoria da prática e nem o professor pesquisador daquele que também experiência no seu cotidiano em sala de aula, o que se torna uma opção política em tempos de desautorização dos saberes docentes. Os autores que dão sustentação às discussões provindas da conexão entre diferentes áreas do conhecimento: Lemos (2010), Santaella (2012), Massey (2008), Lévy (2012), Deleuze (2010), Azevedo (2015). A partir disso, apontamos que as múltiplas espacialidades reverberadas no cinema inspiram a pensar que é na cibercultura que se aponta uma possível reinvenção de Geografias, matizadas pela fluidez contemporânea, tensionada pelas novas formas de ser, estar e aprender.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Bibliografia:

AZEVEDO, Ana Francisca de; RAMÍREZ, Rosa Cerarols; OLIVEIRA JR. Wenceslao Machado de. Intervalo I: entre geografias e cinemas. UMDGEO - Departamento de Geografia, Universidade do Minho. Braga-Portugal: 2015

LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MASSEY, Doreen. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SANTAELLA, Lucia; Linguagens líquidas na era da mobilidade. São Paulo: Paulus, 2007.

Geografite: uma experiência docente, um desejo de escola em democratização numa instituição antiga

Nadine Val Gomes Porto
Mateus Campos Di Panigai Oliveira
Jessica Regina de Oliveira Fernandes

O presente artigo se caracteriza como um relato de experiência. Refletirá sobre os encontros e desencontros dos licenciandos na construção da identidade docente do professor de geografia; dialogará com a bibliografia de inspiração mais anarquista e libertária sobre as escolas e, por fim, tensionará os ideais de uma escola pública democrática (ou em democratização).

Geografite foi um subprojeto de Geografia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID da Universidade Federal Fluminense - UFF, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes durante os anos de 2016 até 2018. Teve por objetivo garantir ao estudante de Licenciatura uma vivência em escola pública de educação básica. Entendendo que a prática docente extrapola teorias e necessita de experiências e vivências no espaço dentro e fora da escola, nós abraçamos essa oportunidade e buscamos experienciar novas relações nas atividades e metodologias pedagógicas, sem deixar de lado a atenção pelas relações pessoais para as quais nos propusemos. Por meio da cultura e das diversas narrativas que se estabelecem no espaço urbano (Hip-hop, Grafitti, Rap, Funk, etc.), o projeto em tela elaborou atividades que dialogaram com as experiências urbanas dos estudantes e que possibilitaram associar assuntos trabalhados na sala de aula convencional com o cotidiano a fim de posicioná-los de forma crítica à produção espacial da cidade.

Inspirados por esta temática, trabalhamos, sempre fora da sala de aula, assuntos ligados à produção espacial da cidade, às identidades sociais, à geografia urbana, o direito à cidade e as noções de centro e periferia sob a ótica das relações de poder. Assim, buscamos estimular o pensamento crítico e autonomia dos estudantes relacionando as questões geográficas às problematizações sobre suas vivências.

O Geografite atuou na Escola Municipal Alberto Francisco Torres em Niterói, Rio de Janeiro. Nossos encontros aconteceram no contra turno, permitindo que estudantes com idades compreendidas entre 11 e 16 anos participassem de forma livre. Sem caráter de aula expositiva e evitando a passividade dos alunos em relação às atividades, tentamos ser flexíveis: o planejamento em movimento foi aberto ao diálogo, tendo em vista as constantes demandas dos estudantes. Desta forma, tentamos sempre projetar algo que interessasse a maioria sem subjugar suas individualidades, desejos e curiosidades. Dentre as atividades realizadas citamos: trabalhos de campo, oficinas de grafitti e estêncil, apresentação de dança na festa da escola, elaboração de raps, narrativas escritas e desenhadas sobre a cidade. Nesse semestre o Geografite enveredou por uma busca mais autônoma dos seus

participantes, duas atividades específicas deram o tom dessa procura: o dicionário de valores e o planejamento de uma atividade com os alunos menores da escola.

Como futuros educadores, almejamos práticas que pudessem equalizar e mudar as relações educador-educando, visto que há um passado histórico que estrutura a escola enquanto um território disciplinador e hierárquico. Empenhamo-nos em desenvolver um projeto de formação de sujeitos críticos que questionassem os valores vigentes, a política e as injustiças sociais, sem esquecer a denúncia do projeto neoliberal que transpassa nossas vidas dentro e fora da escola. No Geografite tivemos esse espaço como uma linha de fuga das normas hegemônicas: uma infiltração de novas possibilidades nos muros da velha instituição.

Bibliografia:

BENJAMIN, W. Obras escolhidas- Magia e técnica, arte e política. 7ªed. São Paulo: Brasiliense,1994.

FOUCAULT, M. A Microfísica do Poder. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GALLO, S. Pedagogias libertárias: anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo: Imaginário; Manaus: Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2017.

PASSETTI, Edson; AUGUSTO, Acácio. Anarquismos & Educação. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2008. – (Coleção Temas & Educação).

RECLUS,E; KROPOTKIN,P. Escritos sobre Educação e Geografia. São Paulo, SP: Biblioteca Terra Livre, 2014.

Investigando a noção de Estado por parte de alunos do ensino médio, modalidade educação de jovens e adultos, de um colégio estadual de Niterói-RJ

Raquel Nascimento Gonçalves

A apreensão de conhecimentos geográficos exige reconhecer como o espaço está organizado, entender as relações que nele ocorrem. As transformações socioespaciais acontecem em todos os lugares do mundo atendendo a interesses de diferentes atores, e um importante deles é o Estado.

Quando em sala de aula falamos, por exemplo, sobre território e poder, talvez não demos, na prática, a devida atenção à definição de Estado. O Estado tem poder de autoridade, de influência, o monopólio da instituição de leis e da violência legitimada; promove e mantém desigualdades socioespaciais.

Em uma geografia com perspectiva interdisciplinar, devemos tratar o espaço constituindo-se como um objeto de estudo composto por inúmeros “planos” superpostos. Estado, País, Nação, Território e Governo são alguns desses vieses necessários ao ensino de geografia. O Estado teve diversas feições, vem modificando suas formas de atuação ao longo do tempo e das transformações dos modos de produção de bens e mercadorias. Tendo em vista os objetivos deste trabalho, focaremos nosso olhar sobre o Estado moderno.

Algumas das indagações que nos motivam são: Como o conceito de Estado vem sendo abordado na Geografia escolar e compreendido pelos alunos? Como tratar de assuntos como o Censo do IBGE ou a ação das empresas multinacionais no mundo sem mencionar o Estado? Como citá-lo sem que a construção dessa noção esteja consolidada pelos alunos? O Estado é elemento abstrato que se manifesta em formas e funções. É possível falarmos do Estado-organização social e do Estado-máquina. Nossos alunos os percebem e diferenciam? A educação básica pode ser lugar para a Geografia Política?

Pode haver, por parte dos alunos, a falsa percepção - sobretudo em classes populares de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas - de que o Estado não atua ou atua pouco nesses territórios. Alunos trabalhadores tendem a ter um contato mais estreito com o Estado, e há mais tempo. Qual a visão a este respeito de alunos jovens e adultos de Niterói -município com melhor IDH do estado do Rio de Janeiro e sétimo melhor do país, segundo o PNUD 2010?

O objetivo da pesquisa foi estimular o pensamento crítico a respeito do espaço em que se está inserido, promovendo a discussão dos princípios básicos de funcionamento de instituições estatais específicas que norteiam nossa forma de organização social, ou seja, a abordagem elementar do Estado moderno brasileiro numa perspectiva sociológica e geográfica. Nossos alunos já podem votar a partir dos 16 anos e sabemos que muitas vezes não alcançaram o ensino médio a essa idade, não

tendo, necessariamente, acesso a noções da Ciência Política e do Direito Constitucional.

A intenção foi conhecer a prática social dos estudantes, problematizar seus saberes formais e espaciais para, a partir daí, abordar conteúdos e possibilitar a construção de conceitos que questionem sua própria realidade; instrumentalizá-los mais efetivamente para a luta pelos próprios direitos.

Com o objetivo de investigar que posicionamentos os alunos têm a respeito de temas da Geografia Política - notadamente sobre o conceito de Estado-, foram feitas perguntas relacionadas a atribuições do Estado brasileiro, à distribuição espacial de instituições e serviços públicos, bem como sobre o acesso a direitos sociais e políticos. Foram elaborados gráficos e tabelas; o método utilizado nos resultados dos cálculos foi o de truncamento; neste caso, manteve-se apenas uma casa decimal.

O presente trabalho buscou, assim, investigar quais concepções os alunos do Ensino Médio da modalidade EJA de um Colégio Estadual do Município de Niterói - onde trabalho há mais de seis anos - têm (ou não) acerca do conceito de Estado, considerando a compreensão desta categoria como fundamental para o entendimento de conceitos geográficos, bem como sua abordagem no ensino de geografia. Foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas a 70 alunos e também analisados os livros didáticos adotados pela escola (curso NOVA EJA, Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC-RJ) em relação ao tema em foco. Foi constatado que os livros do projeto reiteradamente induzem o aluno à incerteza em relação ao termo, não explicitando adequadamente a diferença entre a unidade da federação e a forma de organização social. Parte do grupo pesquisado relaciona o Estado ao governo e a um ente com autoridade, mas 72,7% dos alunos participantes não responderam ou não souberam dizer o que é Estado soberano, bem como 58,4% não quiseram ou souberam dizer o que o termo, numa manchete jornalística, queria designar.

Bibliografia:

BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CASTRO, I. E. de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. 3. ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LACOSTE, Y. A Geografia- Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução: Maria Cecília França. - Campinas, SP: Papyrus, 1988.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais In: MOREIRA, Ruy (Org). Geografia teoria e crítica – O saber posto em questão. 1º ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.

SANTOS, M. Por Uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

Jogo banco de ações: o uso de materiais didáticos no ensino de geografia política

Raphaela Almeida de Souza
Brenda Fernandes Cadime de Araújo

O projeto do material didático-pedagógico iniciou-se na disciplina de Ensino de Geografia III, oferecida pelo departamento de Geografia e Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Essa disciplina tem como objetivo produzir materiais didáticos e metodologias para o ensino de Geografia a partir da transposição didática de textos acadêmicos sobre os fenômenos da globalização no mundo atual. Por conta de o processo de ensino-aprendizagem ser desenvolvido nas escolas de modo pouco atraente aos educandos, questões relacionadas a globalização e economia informacional, por exemplo, são vistas com grandes dificuldades na compreensão pelos alunos do ensino básico. Segundo Haesbaert (2013) em face à globalização econômica, os fluxos comerciais, financeiros e de informações atuam em diversos espaços com evidência à imaterialidade e à instantaneidade, permitindo assim a circulação de capital em “tempo real” e não apresentando bases territoriais bem definidas. Esses processos de desterritorialização dificultam na análise da temática pelo aluno por não serem materiais e fixos no espaço. A partir disso, teve-se a ideia de explorar as questões relacionadas à globalização econômica, no ensino de Geografia política, de forma lúdica, criando um jogo para facilitar a compreensão dos efeitos da economia informacional no mundo e de como essa nova fase do capitalismo reconfigura a divisão internacional do trabalho, mudando as relações socioespaciais em escala local e global. Esta experiência serviu como base para a análise proposta neste artigo o qual busca expor como se deu o processo de construção de material didático e a experiência de sua aplicação em uma turma de 8º ano do ensino fundamental.

O jogo foi uma adaptação do jogo Banco Imobiliário (Estrela), tendo como objetivo a compreensão de um dos fenômenos relacionados à globalização, a emergência da economia informacional em escala mundial, tratando sobre assuntos como a divisão internacional do trabalho, terceirização, polos industriais, trabalho escravo, cidades globais, empresas multinacionais e impactos ambientais. Ele pode servir como apoio às aulas de Geografia no 8º e/ou 9º ano do ensino fundamental, necessitando de no mínimo duas aulas seguidas, cada uma com duração de 40 minutos.

O jogo é composto por um tabuleiro de casas que representam: ações de empresas globais, como a sul-coreana Hyundai e a estadunidense Facebook; casas interações, correspondentes às cartas numeradas com sentenças de pergunta, vantagem ou prejuízo; casa bloqueio; casa de empresas de transporte e logística; casa de empresas armadilhas (Zara e Avon); e casa de empresas de telecomunicações.

Ele possibilita a participação ativa dos alunos na leitura de informações sobre as empresas - localização das sedes e relação com o processo de globalização -, nas discussões necessárias à solução das perguntas e na análise das perdas ou ganhos nas



rodadas. Acreditamos que este jogo possa colaborar para a compreensão da lógica da economia informacional no mundo globalizado de forma mais lúdica e didática, facilitando o desenvolvimento de uma análise crítica sobre a temática, e, podendo assim, discutir o papel da sociedade informacional no mundo atual e seus impactos na cultura, consumo, meio ambiente ou trabalho.

Bibliografia:

HAESBAERT, Rogério. Os dilemas da globalização-fragmentação. In: Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. 2ª Ed. Niterói: UFF (2013): 11-54.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

VERRI, J. B. A importância da utilização de jogos aplicados ao ensino de Geografia. 2010.

Jogo cartografia cultural da África: uma perspectiva político-cultural da geografia escolar

Bruna Neres do Nascimento

A disciplina de Ensino 3, da grade curricular do curso de Licenciatura em Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio, ministrada pela professora doutora Rejane Rodrigues, em 2017, tinha como uma de suas propostas a elaboração de materiais didáticos com temáticas sobre a globalização, onde cada aluno (a) deveria selecionar um recorte temático, espacial e temporal para ter como base da construção do mesmo, utilizando bibliografia da disciplina em questão, como também em outras do curso. Esta atividade foi realizada em um período de dois meses com aulas de debates e orientação sobre a produção e aplicação dos materiais que estavam sendo desenvolvidos. O material didático, fruto dessa atividade e objeto de análise do presente trabalho, chama-se Cartografia Cultural da África, o jogo foi organizado objetivando trazer para o ensino de geografia escolar o reconhecimento da diversidade cultural e sua relação com a organização socioespacial do continente africano, através de uma abordagem política, desconstruindo um imaginário marcado por preconceitos e estereótipos de uma África homogênea, pobre, seca e negra. Devido à complexidade do tema e domínio de conhecimentos históricos, é recomendado para séries do Ensino Médio. Elaborado de modo didático, interativo, interdisciplinar, a fim de estimular a capacidade de organização, autonomia e senso crítico e propositivo dos alunos, o jogo é constituído por cinco cartas de instrução, quinze cartas ilustrativas e fita adesiva dupla face e dois mapas base, além de caixas informativas, apresentados em powerpoint. O mundo globalizado e as inovações tecnológicas trazem para o ensino escolar a necessidade de pensar e (re)inventar as práticas de ensino e aprendizagem, a partir disto, o jogo Cartografia Cultural da África traz a possibilidade de, através de uma interdisciplinaridade, abordar contextos históricos do continente africano, desde o período pré-neocolonial, passando pelo neocolonialismo até a contemporaneidade, marcada por conflitos de diferentes características e em diferentes partes da África, trazendo para a Geografia a dimensão do tempo nas análises espaciais, além de trabalhar noções cartográficas aprendidas no Ensino Fundamental, explorar a capacidade analítica dos alunos e alunas, abordando a distribuição dos diferentes grupos étnicos-culturais e como são estabelecidas as fronteiras, retomando com o conceito de território. Assim, o jogo apresenta-se como uma nova perspectiva para o ensino da geopolítica, articulando conhecimentos de cartografia, geografia e história, colocando os alunos e alunas como autônomos no processo de aprendizagem, propondo a construção de um conhecimento passível de análise e senso crítico dos (as) alunos (as). Fugindo da criticidade pura da Geografia, o material didático também propicia trabalhar com os (as) alunos (as) proposições, pensar formas de intervenção, trabalhar possibilidades de realidade, construindo uma consciência de cidadania através de saberes geográficos, além de apresentar-se como possibilidade de transcender a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Bibliografia:

FORTUNA, T. R. Jogo em aula: recurso permite repensar as relações de ensinoaprendizagem. Revista do Professor, Porto Alegre, v. 19, n. 75, p. 15-19, jul./set. 2003.

ROSENDHAL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs,). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

HAESBAERT, R. "Globalização e Fragmentação No Mundo Contemporâneo," Unbral Fronteiras, acessado em 24 de abril, 2018, <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/base/items/show/2608>.

CASTRO, Therezinha de. África. Geohistória, geopolítica e relações internacionais. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979.

Literatura africana nas escolas: algumas percepções de paisagens presentes na obra “Terra Sonâmbula” de Mia Couto

Tainá Maira de Oliveira Santos

O drama do autor Mia Couto “Terra Sonâmbula” (1992), é uma obra da literatura africana de língua portuguesa que retrata a realidade do povo moçambicano diante a devastação causada pela guerra anticolonial (1965-1975) e civil (1976-1992). Baseando-se em fatos históricos que demarcam qual o tipo de literatura foi consolidada na época, entender a lógica da obra de Mia Couto, é entender que diante a fase pós-colonial, tanto de Moçambique, quanto os países africanos de língua português, o tipo de linguagem utilizada pelos autores era em um tom mais intimistas para relatar as experiências pós-coloniais e pós-guerra. De tal forma, o contexto na qual a história está inserida, são descritos nas belas e poéticas palavras do autor, na qual carregam em si, um peso da realidade social vivenciada pelos personagens, assim como as situações diversas, na qual nos dar a dimensão das possíveis transformações das paisagens, que podemos considerar diante as leituras geográficas, de paisagens adoecidas pela guerra. Levar a literatura africana para as escolas é um decreto (Lei 10.639/03), que estabelece as leis de diretrizes da e bases da educação para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Porém, vem sido observado que a dificuldade em fazer estes tipos de literatura, são pouco trabalhado nas escolas e que muitos autores não são sequer mencionados dentro das salas de aula. O tipo de trabalho que possa ser trabalhado, podemos destacar a importância de entender a cultura africana, assim como os tipos de discurso da oralidade, como são caracterizado os personagens, interpretar o contexto político-cultural, discutir como a condição de silenciamento e invisibilidade social é destacada, aspectos da realidade moçambicana a partir de diferentes tipos de visões e realidades. Com a ideia dos estudos sobre essas formas de trabalhar os diversos poemas da literatura africana, o objetivo deste trabalho é trazer para Geografia as possíveis discussões intertextuais sobre as vivências das paisagens presentes na obra, de forma que tais contextos nos permitam interpretar e discutir estas, nos baseando na ideia de Jean Marc Besse, onde este parte de uma discussão na qual considera que pensar a paisagem é pensar além da história e do conceito da palavra, está na emergência das experiências, na consciência e sentimentos destas paisagens diante a modernidade. Desta forma, a realidade que é proposta para a análise é de identificar a partir de alguns relatos do texto, como as pessoas descrevem aquela paisagem diante determinada situação. Neste trabalho, o que foi pensado é exatamente a ideia de discutir como o contexto da guerra pode ser explicado, a exemplo é de como um dos possíveis conflitos que os países africanos sofre, está baseado nesta realidade, assim como compreender como tais espaços existe (re)existem e como são o tipo de relações humanas para com o lugar que tenha determinado sentido. Desta forma, podemos considerar que o vivenciado pelos personagens dos livros, permitem perceber como estas situações, modificam a paisagem ao longo de um período de tempo. Para a elaboração do trabalho utilizamos do método bibliográfico para nos aprofundarmos nas leituras, já



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

que a pesquisa foi toda baseada em leituras bibliográficas. Partindo para a comparação, toda discussão está na obras “Terra Sonâmbula” de Mia Couto com o livro “Ver a Terra” de Jean Marc Besse.

Bibliografia:

COUTO, Mia, Terra Sonâmbula. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Mediação didática em geografia: uma condição política de reconhecimento da complexidade do trabalho docente e da elaboração do saber escolar

Hilton Marcos Costa da Silva Junior

O saber docente, pensado no presente trabalho como o conjunto de conhecimentos mobilizado pelo professor de Geografia, é adjetivado como complexo, pois estamos reconhecendo uma diversidade dinâmica e combinada de elementos constituidores desse saber, para além do conhecimento universitário. Reclamamos, assim, de variáveis epistemológicas, como as leituras acadêmicas, mas também de variáveis espaciais, no intuito de destacar a existência de condições localizáveis a uma certa unidade escolar, como por exemplo: as condições materiais da escola, o seu público-alvo, o seu corpo docente, o projeto político-pedagógico; enfim, entendemos a escola, ao mesmo tempo, como um substrato material e relações sociais territorializadas. Com isso, as variáveis epistemológicas e espaciais irão compor a trama necessária para entender o ensinar Geografia. Queremos assumir, dessa forma, uma perspectiva de currículo que demanda, para o seu entendimento, de condições 'extradocumentais', não-prescritivas, indo além da leitura da 'Letra da Lei', como por exemplo, não reduzindo o currículo ao chamado currículo dito oficial, aquele encaminhando por diversas instituições de esferas federativas distintas. Um currículo pensado por e a partir da prática – intenções e estratégias de elaboração das aulas, nesse trabalho-, para nós, em termos políticos, empodera intelectualmente o professor de Geografia, uma vez que reconhece a riqueza e a complexidade de seu ofício, não reduzindo a sua prática a um processo de simplificação de uma narrativa acadêmica no sentido de transposição didática. Ademais, retira o espaço escolar da condição de palco, reposicionando-o como condição espacial da prática docente. Para entendermos, então, o ensinar Geografia, mergulhamos nas práticas diárias desses professores, investigando os seguintes eixos temáticos: i) o papel do conhecimento acadêmico em sua prática docente; ii) a importância/contribuição de sua disciplina escolar na formação de seus alunos; iii) a percepção e participação sobre o seu espaço de trabalho, tanto em termos de condições materiais como em termos de organização desse espaço (reuniões, funcionamento da escola, distribuição das disciplinas nos dias letivos, vínculos institucionais etc.). Efetivamos a pesquisa, em termos de procedimentos operacionais, valendo-nos de uma análise de um livro produzido e publicado pela equipe de professores do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ACCESS, 1993) e de um conjunto de entrevistas semiestruturadas realizadas com esse mesmo conjunto de professores. Com isso, nós reconstruímos as estratégias utilizadas por esses professores em seu espaço de trabalho (organização do programa, seleção de textos, exercícios, etc.), entendendo que o conjunto dessas ações compôs o que chamamos de mediação didática em Geografia (processo de estruturação do saber escolar).

Bibliografia:

ALVES, N. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, I. B. de; ALVES, N. (Org.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação. n. 2. Porto Alegre: Pannonica, 1990.

GOMES, P. C. Geografia 'fin-de-siècle': o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 13-42.

LOPES, A. C. Conhecimento escolar: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

SILVA JUNIOR, H. "E agora, o que eu ensino: Eustáquio de Sene ou Milton Santos?" - Geografia Escolar, Geografia Acadêmica e mobilidade espacial do saber. XIV, 119 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, Rio de Janeiro, 2014.

Migrações internacionais contemporâneas em Porto Alegre: geografia escolar contra a xenofobia

Samuel Bastos Bracagioli
Adriana Dorfman

Este trabalho trata da questão das migrações internacionais contemporâneas na escala do espaço vivido portoalegrense pela ótica da Geografia escolar. Trabalhar migrações internacionais na escola contemporânea em tempos de xenofobia, racismo e conservadorismo passa a ser um compromisso com a manutenção dos direitos humanos e democracia. Cabe aos professores, principalmente os de Geografia, abordar isso em sala de aula de modo a promover a reflexão crítica e ponderada sobre as migrações internacionais e a construção do entendimento entre os povos.

A importância desse trabalho se encontra também no movimento de contextualizar o ensino, a importância de os nossos alunos encontrarem sentido no que eles estudam, a escola deve dialogar com a realidade deles, e ampliá-la tendo a vivência como base. Quando a escola se esvazia de sentido, temos o desinteresse dos alunos e por consequência não se cumpre a função da educação. Trabalhar as migrações internacionais na escala do espaço vivido visa isso, falar sobre pessoas que os alunos veem nas ruas da cidade em que residem, que sabem que vieram de outro país, mas que tem pouco conhecimento a respeito da realidade e trajetória desses indivíduos.

Hoje, a crise migratória internacional é um dos principais problemas humanitários vividos, e retrata um movimento que é, na verdade, uma reação à desorganização dos territórios provocada pelo colonialismo, imperialismo e disputas geopolíticas entre potências que têm como palco países distantes de seus próprios territórios. Os fluxos migratórios sul-norte servem como plataforma política de discursos xenófobos em países da Europa e Estados Unidos; e acabam levando ao despertar de um pensamento extremamente conservador que, devido a casos isolados, buscam legitimar discursos de ódio quanto à raça e religião.

O objetivo geral da proposta aqui apresentada é promover a reflexão situada com alunos de Ensino Médio sobre as migrações internacionais que afluem a Porto Alegre.

O trabalho se propõe a refletir sobre o papel da Geografia escolar no combate à xenofobia, caracterizar migração e refúgio no contexto porto-alegrense e, finalmente, elaborar, realizar e analisar atividades de ensino sobre migrações e refúgio no contexto da escola de Ensino Médio. Isto ocorre através de um levantamento bibliográfico sobre o tema dialogando com atividades na sala de aula, através da realização e análise de oficina sobre Migrações Internacionais em uma escola estadual de ensino médio em Porto Alegre. Conclui-se que é necessário trabalhar esse tema na Geografia escolar, buscando conectar as aulas com a realidade vivida e buscando combater a desinformação, que é a origem da xenofobia.

Foram encontrados vários motivos e trajetórias que levaram pessoas de diferentes nacionalidades a migrar para o Brasil e estabelecerem-se em Porto Alegre. Destas nacionalidades que se estabeleceram em Porto Alegre, destacam-se os haitianos e senegaleses, que muitas vezes são referidos como a mesma coisa, apesar da distância geográfica, idioma, religião, fatores de repulsão e status migratórios diferentes.

Um fator que revelou-se bastante importante no processo de pesquisa foi que dentro do perfil dos novos imigrantes para o Brasil estão representantes de países do sul global e dentre estes, são muito comuns relatos de racismo, portanto a questão racial passa a ser central na discussão do trabalho. Na oficina, fiz a pergunta aos alunos: será que um imigrante branco e europeu sofreria a mesma xenofobia? A resposta deles foi não. E que o racismo e a xenofobia são preconceitos que se somam na repulsa aos migrantes do sul global.

Realizar uma oficina sobre os temas abordados acima visa contribuir na construção de um pensamento humanizado e situado a respeito dos fenômenos migratórios internacionais, que acontecem no espaço que compartilhamos, o espaço vivido da cidade de Porto Alegre. Principalmente, buscamos promover o sentimento de empatia com os imigrantes, partindo de um referencial de Geografia contra xenofobia. Cremos que assim torna-se possível entender em que contexto essas pessoas vieram ao Brasil no mundo globalizado que vivemos.

Bibliografia:

- KROPOTKIN, Pëtr. What Geography ought to be. The Nineteenth Century. 1885.
- SAYAD, Abdelmalek. (1984) Estado, Nação e Migração. Peuples méditerranéens. Paris, 1984.
- UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul no início do século XXI: redes, atores e cenário 44 da imigração haitiana e senegalesa. 2015. 248 f. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2015.
- SANTOS, Renato Emerson. Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da lei 10.639. Editora Terra Livre. São Paulo, 2010.
- DIEHL, Fernando. Estrangeiro em uma terra estranha: Racialização e estigmatização dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado) – Pós graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2017.

Novo PIBID, Residência Pedagógica e Base Nacional Comum Curricular: um ensaio sobre políticas educacionais neoliberais

Maria Eduarda Faria Tavares
Isabella Fagundes Mendes
Guilherme Montenegro de Carvalho Costa

O momento pelo qual passamos no sistema capitalista, convencionou-se por chamar de neoliberalismo, uma corrente político-econômica que passou a ser implantada de forma sistêmica nos países ocidentais em resposta à crise dos anos 1970. As orientações da agenda neoliberal giram em torno de alguns princípios como, a desregulamentação da economia, a mínima intervenção do Estado, a privatização, o incentivo à competição e a obtenção de lucro. Com o objetivo de compreender as políticas educacionais no contexto neoliberal o texto busca as interfaces do Estado e sociedade, via documentos, leis e Base Nacional Curricular Nacional (BNCC), Editais do Novo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica. Se, de um lado, uma parte da sociedade assumiu a razão do Estado neoliberal como se política e educação fossem um jogo de planilhas e acordos de governabilidade, de outro, novas gerações interpretam a crise da educação como se fosse um problema de linguagem. Precisaríamos então de boas "marcas", "branding", "narrativas", "produtos". O sistema político no neoliberalismo entra em crise de legitimidade justamente porque trata as pessoas como consumidores - e num mundo da mercadoria, a democracia e a educação precisam ser um lugar de criação, de contato, de luta, não um supermercado. O neoliberalismo e as políticas educacionais constituem a mercantilização educacional, especialmente da educação básica no Brasil. Torna-se urgente a compreensão dos riscos destas políticas já evidenciados na pesquisa e na prática educacional. E, apresentar elementos para a compreensão do processo de construção de um projeto hegemônico para a nação brasileira, em que a educação pública ocupa um papel estratégico. Neste contexto, destacamos, a BNCC enquanto uma política educacional que atende aos interesses neoliberais no setor educacional brasileiro. Derivada de antecessoras como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB/1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1998) e, mais tarde, do Plano Nacional de Educação (PNE/2014), difere destes documentos e propostas anteriores, no sentido de que se apresenta como uma diretriz curricular obrigatória e não como um parâmetro norteador. A BNCC, por sua vez, chega com caráter legislador e universalizador; de um lado seu objetivo é o de nivelar, em âmbito nacional, a educação básica de modo a permitir o alcance de "metas de educação", estabelecidas e controladas por avaliações nacionais de desenvolvimento e desempenho escolar. De outro, a exemplo de diversas medidas provisórias implantadas nos últimos dois anos, foi apresentada como um documento centralizador e antidemocrático. Como metodologia destacamos, que a partir da análise dos documentos citados e, em especial, da BNCC, para compreender como as políticas neoliberais ganham força no campo da educação e como sua atuação influencia negativamente na construção de escolas democráticas e baseadas na pluralidade e diversidade em que o território nacional se constituiu. O Programa

Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), criado em 2007, tem tornado possível uma vivência ímpar para estudantes de licenciatura das universidades, nas escolas públicas, o que trouxe resultados positivos para a formação desses professores. Entretanto, esse modelo de PIBID vem sendo ameaçado pelo atual governo com inclinações neoliberais, que modificou suas bases e criou juntamente com a nova política de formação dos professores, a chamada Residência Pedagógica, que, segundo o MEC é uma forma de modernizar o programa. Com isso, o PIBID foi remodelado e, conseqüentemente, suas propostas e formas de contato com o ambiente escolar foram reduzidas, pois a proposta da residência pedagógica é diferente, e busca diferentes resultados, sendo um deles o possível preenchimento de vagas ociosas por estes graduandos, ainda despreparados para tal função. Diante do atual cenário, questionamos quais seriam os reais motivos para que essa modificação tenha acontecido, uma vez que o antigo formato alcançava seus objetivos. Que benefícios um governo que busca imediatismo de mão de obra teria com essa mudança, mesmo que esta signifique a precarização da formação docente, e que conseqüências essa mudança pode trazer para as avaliações externas? Podemos dizer, que as práticas neoliberais reduzem drasticamente a qualidade intelectual e crítica da educação, em prol de uma lógica mercadológica, visando resultados imediatos que visam suprir interesses empresariais.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF. Disponível em:
<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em abril de 2018.

FERRETTI, Celso João. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?.
Educação & Sociedade 23.81 (2002): 299-306.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educação & Sociedade 33.119 (2012).

GIROTTI, Eduardo. A Geografia importa - Um ensaio manifesto (no prelo).

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?. Educação & Sociedade 36.133 (2015): 891-908.

O Estado, o poder-saber, e o ser com os movimentos sociais

Thiago dos Reis Frago

Normalmente, a geopolítica trata dos fenômenos relativos às grandes escalas. Ações do Estado são privilegiadas nas análises e temas abordados que normalmente versam sobre as relações internacionais.

Bobbio (1998) explica a geopolítica como uma ciência amparada na relação entre a dominação dos recursos naturais e o poder de controle territorial do Estado.

Os redatores da “Zeitschrift für Geopolitik”, em 1927, definiram a geopolítica como a ciência que “indaga o liames que ligam os eventos políticos à Terra e quer indicar as diretrizes da vida política dos Estados, deduzindo-as de um estudo geográfico-histórico dos fatos políticos, sociais e econômicos e de sua conexão”. O comportamento político e as capacidades militares podem ser explicados e previstos com base no ambiente físico. Este influencia ou até determina a tecnologia, a cultura e a economia dos Estados, sua política interna e externa, e as relações de poder entre os mesmos. (BOBBIO, 1998, p. 544).

Já avançamos ao entender que as relações de poder não constituem territórios apenas a partir das ações do Estado, mas também a partir da microfísica do poder (FOUCAULT, 1979). Nesse sentido, teríamos avançado na compreensão de que tais ações estatais de dominação do território não se dariam apenas no âmbito internacional das grandes escalas? E na sua relação com os recursos naturais?

O presente trabalho reconhece a geopolítica enquanto estratégia de dominação territorial do Estado nas políticas de sucateamento da educação pública e na luta da instituição-Estado contra a construção da autonomia em diversas esferas da vida social, inclusive nos espaços voltados para as práticas de educação. Nessa perspectiva, tais ações macro estruturadas pelos Organismos Internacionais e pelo Estado, materializadas na microescala (escola) e nano escala (salas de aula) são questionadas e enfraquecidas pelos movimentos sociais identificados com a “bandeira” da educação pública de qualidade em momentos específicos de correlação de força favoráveis a esses movimentos sociais.

Estudar o funcionamento ideológico de uma ciência para fazê-lo aparecer e para modificá-lo não é revelar os pressupostos filosóficos que podem habitá-lo; não é retornar aos fundamentos que a tornaram possível e que a legitimam: é colocá-la novamente em questão como formação discursiva; é estudar não as contradições formais de suas proposições, mas o sistema de formação de seus objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas teóricas. É retomá-la como prática entre outras práticas (FOUCAULT, 2013, p.224).

O entendimento, de que o exercício do poder se dá de forma multiescalar e que as estratégias de resistência a esse exercício também devem se articular em várias

escalas, pode encontrar nos estudos de geopolítica alguns indícios para essa articulação.

Como tendência consolidada e hegemônica, as avaliações externas têm um caráter indutor no planejamento e execução do trabalho pedagógico realizado na educação, em maior ou menor grau dependendo da espacialidade na qual cada escola está inserida.

Reconhecer tais instrumentos de avaliação externa, não só como uma política de Estado implementada pelo governo brasileiro, mas como uma estratégia aplicada em vários países com origem nas políticas do Banco Mundial pode fornecer pistas para uma compreensão do quadro geral e a partir daí contribuir para a elaboração de articulações e formulações que viabilizem políticas de resistência a essas práticas globalizantes.

Martins (2016) traça um quadro de como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Nesse trabalho, a relação entre as reformas educacionais em curso e o capital financeiro é revelada com a exposição dos interesses e atuações de bancos nacionais e internacionais nesse campo.

Bibliografia:

BOBBIO, N. Geopolítica. In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 544.

FOUCAULT, M. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

MARTINS, E. M. Todos pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

O PIBID Geografia da PUC-Rio no cenário das políticas públicas educacionais

Luana Ferreira Correia

Nos últimos anos, a formação de professores vem se destacando nos debates educacionais, articulado a ideia de que o professor exerce papel fundamental na melhoria da qualidade do ensino em nosso país. Considerado este contexto, foi implementado no Brasil, em 2007, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, que tem como objetivo incentivar a formação docente em nível superior para atuar na educação básica, contribuindo, assim, para a valorização do magistério. O PIBID propõe inserir os licenciandos (bolsistas de iniciação à docência) no cotidiano das escolas públicas, desde o início da sua formação, para que eles possam desenvolver, de forma colaborativa com os professores em exercício (supervisores do Programa) e com os coordenadores de área do Programa (professores na Universidade) estratégias metodológicas que proporcionem aos estudantes da educação básica experiências de aprendizagens mais significativas. Considerada a importância e o reconhecido impacto desta política, o objetivo deste artigo é discutir as contribuições da abordagem do Ciclo de Políticas para a análise crítica e contextualizada do PIBID, desde a sua formulação e implementação na PUC-Rio, através do Edital nº 011/2012 até o momento atual, em que foi encerrado o Edital nº 061/2013 e apresentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, as propostas do “novo PIBID” e do Programa de Residência Pedagógica. Através do relato de experiência dos sujeitos envolvidos no Subprojeto de Geografia e da análise dos Relatórios Anuais de Atividades apresentados a CAPES, no período de 2012 a 2017, serão apresentados no texto os principais resultados e efeitos do Programa na formação de professores de Geografia para a educação básica. A PUC-Rio vem participando do Programa desde 2012, através de sete subprojetos ligados às licenciaturas de Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Letras Português e Inglês e Pedagogia, estabelecendo parcerias com sete escolas das redes estadual e municipal, localizadas na Zona Sul do Rio de Janeiro. Dentre os impactos do PIBID PUC-Rio na formação de professores destaca-se: o estreitamento das relações entre a universidade e a escola pública, maior valorização das licenciaturas, o reconhecimento dos professores das unidades escolares como coformadores dos licenciandos, a renovação das estratégias metodológicas empregadas no processo de ensino e aprendizagem e um diálogo mais efetivo entre os saberes acadêmico e escolar, fundamentais para uma formação docente com qualidade. A abordagem do Ciclo de Políticas, formulada por Stephen Ball e Richard Bowe na década de 1990, vem sendo utilizada por pesquisadores de diferentes países para analisar a trajetória de políticas sociais e educacionais. Por se tratar de um campo de pesquisa relativamente novo no Brasil, esse referencial teórico-analítico tem sido bastante útil para investigar os processos pelos quais as políticas educacionais são concebidas, implementadas, experimentadas e reformuladas.

Bibliografia:

CACHINHO, Herculano A.P. Criar asas: do sentido da geografia escolar na pós-modernidade. Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa. Portugal: Territórios e Protagonistas, Guimarães, 2004. Formação e inovação na educação geográfica: os desafios da pós-modernidade. In: Ensinar Geografia na Sociedade do Conhecimento (pp. 453-472). Lisboa: APG/AGE.

CAVALCANTI, Lana. Ensino de Geografia e demandas contemporâneas: práticas e formação docentes. In: A Geografia no Cenário das Políticas Públicas Educacionais. Adriana Olivia Alves, Anna Maria Kavacs Khaoule (Orgs.). Goiânia: C&A Alfa e Comunicações, 2017. 236p.

MAINARDES, Jeferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas públicas. Educ. Soc. Campinas, vol. 27, n.94-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 15 de setembro de 2017.

NÓVOA, Antonio. Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1992.

O prazer de aprender: por uma geografia escolar do cotidiano, experiências no PIBID de geografia PUC-Rio

Diego de Castro Souza

Autores que nos propõem uma visão crítica das relações entre escola e sociedade como Bourdieu, Passeron e Magda Soares oferecem um importante arcabouço teórico para compreendermos a complexa relação da escola e seu papel na sociedade. A escola no seio das sociedades ocidentais surge como uma instituição social assentada como primordial para todos e de importância inquestionável, detentora de uma legitimidade moral que a coloca no papel grande redentora das classes sociais marginalizadas. Segundo autores como Bourdieu e Passeron a função da escola tem sido na realidade a de manter e perpetuar a estrutura social, suas desigualdades e os privilégios que confere a uns em prejuízo de outros, e não, como se sugere, promover a igualdade social e a superação das discriminações e da marginalização. Impondo por meio de violência simbólica a cultura das classes dominantes apresentadas como saber escolar bom e legítimo às classes dominadas, reforçando assim sua dominação. A geografia participa desse ciclo, ao não valorizar o cotidiano e as experiências dos alunos em detrimento de conteúdos que por outro lado, sejam de uma realidade completamente distante e não estimulem o aluno a se compreender como participante do processo de ensino, ficando o dissente nessa situação em uma posição completamente passiva no contexto da aprendizagem.

Autores como Laudénice Santos (2012), defendem a valorização do lugar e do cotidiano do aluno no ensino de geografia, compreendendo nos agentes do processo de aprendizagem, ou seja, alunos e professores, indivíduos pertencentes a um meio social, pelo qual são influenciados e, exercem influências. A relação com esse meio perpassa aspectos sociais, econômicos, culturais, históricos, religiosos, o que acaba por tornar o lugar único, particular, e dono de uma identidade própria. E como afirma Santos (1988) “o lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último. O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história”. Nesse sentido, a Geografia escolar deve levar o aluno a buscar um entendimento para além da dimensão espacial da sociedade como um todo, buscando encontrar meios de contextualizar esse ensino, considerando o espaço vivido por ele, uma vez que é relevante que entenda sua própria realidade e os fatores que influenciam diretamente na sua vida, tornando-o assim, não um agente passivo do processo de aprendizagem e sim um ator deste processo, à luz da Geografia.

O objetivo do trabalho em tela é propor metodologias de ensino de Geografia que pelo contrário, valorizem as práticas culturais dos alunos, práticas estas, muitas das vezes marginalizadas, como o funk, o samba, o rap e a paisagem das comunidades do Rio de Janeiro. Tendo como base, projetos desenvolvidos no PIBID de Geografia da PUC-Rio como, por exemplo, o “Projeto Diversidade” e o “Projeto Rio 450 anos” realizados na Escola Municipal Georg Pfisterer localizada no Leblon, bairro nobre situado na zona sul do Rio de Janeiro, composta de alunos majoritariamente oriundos das favelas próximas, como Rocinha, Vidigal, Parque da Cidade e Cruzada São Sebastião.



REDE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DE TERRITÓRIO

Buscando assim, enaltecer o cotidiano e tornar a experiência de aprendizado mais acolhedora.

Bibliografia:

SOARES, Magda. "O fracasso da/ na escola". In Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1989.

BOURDIEU, P. & Passeron, J. "Fundamentos de uma teoria da violência simbólica". In A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

SANTOS, L. P. A relação da Geografia e o conhecimento cotidiano vivido no lugar. Geografia Ensino & Pesquisa. v.16, n.3, p.107-121, 2012.

SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

O que o olhar não vê o ouvir constrói: utilizando paisagens sonoras para um ensino geográfico inclusivo

Luiza Martins Veríssimo e Silva

Ao tratar-se de pessoas com deficiências em geral, seu processo de aceitação social e reconhecimento cidadão ocorreu recentemente no que tange a uma escala de tempo histórico e o conceito de “inclusão” em relação a este grupo em especial tem ganhado, com o passar dos anos, cada vez mais visibilidade. O conceito surge como uma tentativa de eliminar termos alternativos que retiram a essência contida no ato real de incluir, tais como integração e segregação, que deixam indivíduos com deficiência à parte dos processos ocorridos ao seu redor.

Quando nos referimos ao campo educacional, a inclusão tornou-se evidente graças à Constituição Promulgada de 1988 (conhecida como Constituição Cidadã) que foi responsável por restabelecer a democracia no país e, em relação aos alunos com deficiência, instituiu como preferencial suas matrículas no sistema regular de ensino, garantindo a todos o direito ao aprendizado sem que, para isso, precise recorrer às medidas educacionais alternativas como escolas voltadas para a educação especial.

Tendo em vista tal realidade, portanto, qual seria a preparação do professor de Geografia que, por muitas vezes é uma disciplina visual – principalmente no que tange à construção do imaginário de paisagem – ao ensiná-la aos alunos com deficiências visuais? Quais caminhos ele ou ela poderia percorrer para tornar o ensino de Geografia mais inclusivo para esses alunos em especial? Que metodologias tradicionais ou não poderia usufruir para tal?

Na tentativa de responder tais questões, este trabalho objetiva trazer uma nova colaboração quanto ao ensino de Geografia inclusivo, na tentativa do exercício real da inclusão e, não, de medidas paliativas restritivas de ensino como a integração e/ou a segregação.

O caminho proposto para responder os questionamentos precitados que fomentam o debate sobre Ensino de Geografia e Inclusão, propõe-se a construção de paisagem do visível (como proposta por Milton Santos) a partir das paisagens sonoras, que se constituirão baseadas na percepção auditiva do aluno. Dessa forma, deseja-se expandir no ensino básico o uso de metodologias sonoras – que têm sido pouco exploradas quando comparadas aos recursos táteis, por exemplo – partindo das diferentes paisagens sonoras levantadas por Murray Schafer em sua obra literária *A Afinação do Mundo*. Explorando esta metodologia, busca-se alcançar todos os alunos na busca do exercício real da integração, como proposto por Augusto Gallery em *Educação Para Todos e Para Cada Um*. A ideia é que os alunos sejam capazes de construir paisagens sonoras próximas do que podemos enxergar a partir da audição (que é o sentido mais apurado ao tratar-se de indivíduos com deficiências visuais e que, infelizmente, é pouco explorado) e, dessa maneira, tornar mais clara possível a percepção acerca do espaço que os cerca. Vale ressaltar que, para tal, será necessário



o (re)ensino de conceitos fundamentais para a Geografia que auxiliam na construção e percepções das diferentes paisagens que serão projetadas.

Bibliografia:

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira da Inclusão. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 14 de dezembro de 2017.

GALERY, Augusto et al. (Org.). A escola para todos e para cada um. São Paulo: Summus, 2017. 176 p.

SCHAFFER, R. Murray. A afinação do mundo. São Paulo: Editora UNESP, 1997, 381 p.

Os ditos da geografia política nos livros didáticos de ensino médio

Ludmila Losada da Fonseca
Ivaine Maria Tonini

O presente trabalho destina-se ao estudo dos conteúdos de Geografia Política (GP) que são abordados nos Livros Didáticos (LD). Eles tornam-se fundamentais na formação dos discentes enquanto ferramenta didática, mas também, em razão do distanciamento do professor com a disciplina lecionada, acaba sendo um apoio didático e uma fonte de estudo para o mesmo. Essa realidade fica evidente quando se percebe o alto índice de professores não graduados em Geografia lecionando a disciplina. Nesse cenário, quem seleciona o conteúdo e o que é ensinado aos alunos, por vezes, são os escritores de livros didáticos. O Livro Didático é, por certo, uma ferramenta útil e presente em todas as instituições de ensino. Entre todo o espectro de ramificações que existem dentro da Geografia, opta-se pela política. As relações (todas: humanas, com a natureza, com os objetos) são pautadas pela política. A própria etimologia da palavra já traz consigo seu caráter geográfico, por fazer referência à polis, isto é, à cidade. Como esse contexto posto, a presente pesquisa tem como finalidade contribuir para a realidade da escola e, especialmente, para o Ensino de Geografia a partir de uma análise da GP nos livros didáticos da geografia. Desta forma, busca-se refletir sobre os temas de GP presentes nos livros didáticos de Geografia, bem como examinar a maneira com a qual eles estão arrolados ao longo de suas páginas. Para tanto, foram analisados os Livros Didáticos de Geografia para o Ensino Médio mais solicitados nos PNLD's (Programa Nacional do Livro Didático) de 2012 e 2015. Sendo assim, foram analisadas as seguintes coleções: Fronteiras da Globalização (FG) e Geografia Geral e do Brasil: Espaço geográfico e globalização (GB). Como panorama geral, identifica-se que os conteúdos são divididos de formas distintas pelas duas coleções, não havendo uma ordem comum na estruturação dos livros. Isso traduz o entendimento de como os autores dos livros compreendem o encadeamento no aprendizado dos conteúdos. Destaca-se os conteúdos que foram analisados para o presente estudo e que pertencem ao campo da GP: Território e Fronteira, Ordem Internacional, Integração, Conflitos Internacionais e Migração Internacional. A análise considerou sobre esses temas: do que se fala, como o tema é posto no livro em cada um dos conteúdos selecionados, bem como o número de páginas que elas ocupam, e as diferentes formas gráficas em que os conteúdos são apresentados. A utilização das coleções analisadas em sala de aula para o ensino da Geografia Política podem ser fundamentais como apoio a professores e alunos no processo de aprendizagem, pois trazem consigo um texto acessível ao professor e que pode auxiliar os alunos na compreensão quando de sua leitura. Além disso, o LD é diverso em imagens e gráficos que retratam o conteúdo, dando oportunidade aos alunos de terem acesso a outras linguagens em que o conteúdo se revela. Se não fosse o LD, dificilmente o aluno procuraria fotos ou dados sobre o que se estuda. Percebe-se o cuidado com as cartografias temáticas, que são atraentes e revelam diversas informações pertinentes à GP. A Geografia Política se apresenta no livro didático por meio de conteúdos que trazem o cenário internacional como escala principal,

possibilitando aos discentes se enxergarem como cidadãos do mundo, a compreender como os países se relacionam e porque eles conflitam. Entretanto, mesmo que a escala internacional ganhe destaque, é na vida cotidiana dos alunos (local) que esses conteúdos ganharão significado. E é nessa conexão que o LD se ausenta, cabendo ao professor o desafio de estabelecer essa relação. Mesmo assim, o acesso a informações sobre questões internacionais provocam a ampliação do olhar do aluno para o mundo: conhece a diversidade de culturas, de rostos e de religiões. Os conteúdos relacionados à Geografia Política nos aproximam de um mundo diverso e nos permitem a reflexão sobre a nossa própria vida, podendo incentivar a nossa atuação nessa arena, a da cidadania. Assim, salienta-se a importância que a GP tem no ensino da Geografia, bem como na construção cidadã dos jovens. Refletir sobre como ela está apresentada no LD representa um primeiro momento para pensarmos em sua importância para a Geografia Escolar.

Bibliografia:

ALMEIDA, L. M.; RIGOLIN, T. B (2016). Fronteiras da Globalização. 3^o ed. São Paulo: Ática.

BRASIL. (2017a). Dados Estatísticos FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>. Acesso: 12/10/2017.

BRASIL. (2017b). PNLD 2018: geografia – guia de livros didáticos – Ensino Médio/Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/escolha-pnld-2018>. Acesso: 12/10/2017.

MOREIRA, J. C.; SCENE, E (2016). Geografia Geral e do Brasil. 3. ed. São Paulo: Scipione.

Pesquisa-intervenção – cartografia mental como analisador do/no espaço escolar

Lucas Honorato

O presente trabalho consiste numa pesquisa-intervenção dos/com os alunos do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, no âmbito da Escola Nossa – uma escola associativa, localizada no bairro de Pendotiba, em Niterói/RJ, fundada em meados da década de 1970, e que preconiza o que lá é chamado de “pedagogia democrática”. A pesquisa-intervenção implica em afirmar a inseparabilidade entre o campo das práticas e instrumentos de intervenção, próprios da Análise Institucional (proposta por Guattari, e desdobrado principalmente em Lourau e Lapassade) e o campo propriamente dito de análise (ou, socioanálise), onde pesquisador e pesquisado se constituem no mesmo processo, produzindo, a um só tempo, um conjunto de análises no que tange as relações institucionais concernentes àquele espaço e um conjunto de transformações concretas no modus operandi daquele cotidiano institucional. Objetiva-se, portanto, não só analisar, a partir da visão dos alunos, os jogos de poder que transpassam e mutuamente se constituem nas práticas cotidianas nos diferentes espaços da escola (quadra, salas de aula, banheiros, cantina etc.); como também, evidenciar os plurais e assimétricos significados atribuídos por aqueles a estes diferentes espaços, no que tange aos vínculos, disputas e ao sentimento de pertencimento – talvez o maior desafio concreto posto à realização de fato de uma escola verdadeiramente “democrática”. Metodologicamente, fizemos uma breve caminhada pela escola, cujo objetivo consistiu em observar os detalhes, as minúcias que caracterizam os diferentes espaços. Em seguida, foi distribuído a cada um dos alunos, individualmente, uma folha com um croqui da escola e um estojo com 12 diferentes cores de hidrocor. De forma anônima, cada um dos alunos pode pintar os espaços da escola com as cores que mais se identificava. Todo o material foi recolhido e sistematizado em uma tabela (espaço x cor) para compreender a frequência com que dadas cores eram atribuídas livremente a certos espaços estratégicos da escola (banheiros, coordenação, quadra, cantina, etc.). No dia seguinte, todos os alunos foram reunidos novamente e, através da metodologia de brainstorming, em um primeiro momento, foram associadas a cada uma das 12 cores todas as palavras que os alunos consideravam relevantes e que se remetiam a cada uma dessas cores. Num segundo momento, uma nova rodada permitiu que se associasse às cores os sentimentos que cada uma produzia. No terceiro momento, cada um dos alunos teve de redigir uma frase para cada uma das 12 cores fazendo uso das palavras e sentimentos elencados, e a elas relacionadas. Por fim, os mapas foram embaralhados e redistribuídos aos alunos individualmente, e cada qual teve minutos para, revendo as palavras, sentimentos e frases associadas a cada uma das cores, executar a “leitura” própria do mapa sorteado para o coletivo. Assim, tomando os mapas mentais produzidos como analisadores, os alunos puderam, através da associação espaços-cores, espaços-cores-palavras, espaços-cores-palavras-sentimentos, espaços-cores-palavras-sentimentos-narrativa, trazer à consciência a complexidade micropolítica que envolve os espaços da escola e os vínculos, disputas e pertencimentos – “as várias

Escolas Nossa”. Para além, os mapas mentais produzidos também serviram como interessantes analisadores aos pais, professores, coordenação e direção da escola, que puderam perceber não ser possível a radicalização de uma “pedagogia democrática” sem a democratização real dos espaços da escola.

Bibliografia:

GUATTARI, F. Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional.

Aparecida /S.P: Idéias & Letras, 2004;

LAPASSADE, G. Grupos, organizações e instituições. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989;

LOURAU, R. A Análise Institucional. Petrópolis: Vozes, 1975;

LOURAU, R. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. Rev. Epos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181, jun. 2014. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 abr. 2018;

Políticas públicas neoliberais e a precarização do trabalho: UERJ resiste

Andressa Elisa Lacerda
Vinícius Silva de Moraes

No final do ano de 2015 o governo do Estado do Rio de Janeiro inicia um processo de crise financeira e política que se estendeu até o final do ano de 2017. Em linha geral, diversos setores da população do Rio de Janeiro sofreu, e ainda sofre, reflexos na seguridade social, especialmente nos setores da Saúde e Educação. Nesse sentido, podemos apontar que entre os principais atingidos da classe trabalhadora estão os servidores estaduais, ativos e inativos. A crise se aprofundou a partir da política de corte de verbas, demissão de terceirizados, atrasos de salários, ameaças aos concursados em Estágio Probatório e uma instabilidade que levou centenas de trabalhadores a adoecerem, perderem o pouco que haviam conquistado e os levando à dívidas profundas.

A precarização da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ambiente de nossa experiência profissional, se situa dentro dessa dinâmica acima apresentada. A postura empreendedora da administração pública na última década, muito focada em voluptuosos investimentos concentrados sobretudo em projetos de transformação urbana voltada aos eventos aqui ocorridos (em especial a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016), produziu um descompasso entre arrecadação e cumprimento de responsabilidades básicas. Ofertas de isenções de impostos e apoio às estratégias empresariais via Parcerias Público-Privada são exemplos de decisões de agentes administrativos que indicam formas de associação do poder público aos setores privados, canalizando recursos financeiros para fora de serviços públicos básicos.

A falta de compromisso por parte do Governo do Estado em manter o custeio e os investimentos da UERJ, forçou servidores da mesma a entrarem de greve por longos períodos desde 2015, e fazer com que a própria reitoria adiasse por tempo indeterminado o início do ano letivo por falta de verbas. Fatores que impossibilitam o desenvolvimento pleno das atividades de ensino, pesquisa e extensão das mais diversas áreas do conhecimento.

A precarização do trabalhador do magistério modifica as possibilidades ou limita a atuação como geógrafo e do professor de geografia, visto que o corpo discente se apresenta com muitas demandas e o corpo docente aleijado das políticas públicas que lhe ofereçam o básico. O resultado é a desvalorização da profissão do magistério e das instituições públicas, ou elevado grau de responsabilização de docentes e discentes, sem levar em consideração a ausência de políticas que garantam a educação pública e de qualidade.

O objetivo geral do presente trabalho é abordar como a política neoliberal assume protagonismo nefasto incidindo diretamente no processo de precarização do trabalhador, neste caso em particular do servidor público, em especial o docente da

UERJ, que tenta resistir aos projetos políticos desiguais e combinados de uma política que se funda em tornar superficial, imediata a educação.

Como se trata de um trabalho ainda em desenvolvimento, é importante destacar que, para atingir o objetivo aqui exposto, nossa pesquisa deverá seguir a princípio um caminho de investigação a fim de satisfazer alguns questionamentos. Quais as limitações e potencialidades estão de ensinar sobre as políticas neoliberais em contexto de capitalismo atrasado e ser, ao mesmo tempo, consequência dessas políticas interescares? Como é ser professor de geografia e defender uma educação pública atravessada por projetos que inibem a atuação e a formação de professores? Como pensar ou construir projetos de sociedade que são interrompidos por políticas neoliberais? De que forma pensar no espaço escolar e na atuação dos professores dentro da racionalidade neoliberal?

Todas essas questões permeiam a nossa pesquisa a fim de não apenas registrar, mas, principalmente, de refletir sobre a resistência e a resiliência dos espaços públicos de educação através da experiência como professores de geografia.

Bibliografia:

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial. 1999.

HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In. HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2a ed. São Paulo: Annablume, 2006. p. 163-190.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento Estratégico Urbano. In. ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos R.; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 6a ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2011. p. 75-103.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Boitempo. SP. 2016.

Produção do espaço e cidadania: notas sobre uma discussão necessária para a sala de aula

Tiago Santos de Vasconcelos

A geografia escolar brasileira enfrenta, já há alguns anos, um período de reconhecida crise. Talvez o cenário atual esteja ainda um pouco mais complexo, tendo em vista que tanto a geografia, enquanto ciência e disciplina escolar, quanto a educação, enquanto campo prático das práticas pedagógicas, estão colocando em xeque diversas concepções e posicionamentos teórico-metodológicos estruturantes.

Neste texto priorizamos a dimensão escolar da ciência geográfica, conhecida como geografia escolar. A despeito das diversas discussões que permeiam a ciência geográfica há um profundo debate acerca das temáticas presentes nos currículos oficiais, bem como dos objetivos contemporâneos do “saber geográfico” na escola. A análise mais atenta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) permite asseverar uma densa névoa que paira sobre a “geografia” que se ensina nas salas de aula brasileiras. No referido documento, especificamente para o ensino médio, consta que o ensino de Geografia deve “Reconhecer na aparência das formas visíveis e concretas do espaço geográfico atual a sua essência, ou seja, os processos históricos, construídos em diferentes tempos, e os processos contemporâneos, conjunto de práticas dos diferentes agentes, que resultam em profundas mudanças na organização e no conteúdo do espaço” (2000, p. 35). É interessante observar que a insistência no vocábulo “processo” suscita uma ideia de movimento, fluidez, dinamicidade da realidade espacial. Portanto, o reconhecimento dos processos históricos, considerados numa acumulação desigual de tempos, responsáveis pela organização e pelo conteúdo do espaço, aponta para a necessidade de “apropriação” do território por parte da sociedade, que, ao que tudo indica, está cada vez mais afastada das práticas de convivência espacial, robustecendo discursos, cada vez mais inflamados, em prol de uma “educação (geográfica) cidadã”. Este fato nos conduz a uma primeira afirmação: Uma geografia escolar comprometida com o momento atual deve pautar-se, inexoravelmente, pela crítica da reprodução do espaço urbano, pela exposição didática da divisão do trabalho, apresentando como o mundo do trabalho, nas sociedades capitalistas, serve como obstáculo ao florescimento de formas coletivas e significativas de pertencer e viver, ou seja, de apropriação humana do espaço urbano, inscrevendo o pensamento geográfico escolar, entre outras possibilidades, em discussões mais amplas, como as norteadas pelos debates em torno de uma “cidadania”.

Não é de outra forma que defendemos a compreensão (da produção) do espaço como crucial para o desvendamento do mundo contemporâneo na sala de aula, especialmente no desenvolvimento de uma crítica à cidadania. Dessa forma, conforme nos ensina Carlos (2015),

A constituição de um saber geográfico, de suas formas de interpretação da realidade, da elaboração das teorias, se move num contexto histórico-social, o que significa dizer

que as mudanças nos modos de pensar a Geografia são produto direto das transformações da realidade e da inserção do conhecimento no movimento do mundo e de seu conhecimento. Mas, se há conflitos nos modos de compreender o mundo através e a partir da Geografia, um ponto de partida aparece como inequívoco a todos os geógrafos: é possível construir uma análise da realidade a partir do espaço. (p. 22)

Nessa direção, a produção do espaço urbano consiste numa ação estritamente capitalista e, por conseguinte, alienante em permanente conflito com apropriação cotidiana humana. Nesta mesma direção defende-se a adoção de valores “cidadãos”, ou, mais precisamente, o exercício de “práticas cidadãs”, sem que, contudo, tenha-se clareza do que é essa “cidadania”, de quem a projeta e, principalmente, a quem interessa suas manifestações. Assim, a “cidade capitalista é o ponto alto da tentativa do capital de parecer civilizado e representar a grandeza das ações humanas” (HARVEY, 2016. p. 150), buscando escamotear, através das diferentes formas de alienação – produzidas pelo motor econômico do capital - seus processos de espoliação e destruição praticados por financistas, patrimonialistas, construtores, proprietários de terras e prefeitos empreendedores.

Portanto, objetiva-se investigar como o trabalho geográfico escolar em torno da produção do espaço urbano pode colaborar na crítica teórico-metodológica do conceito de “cidadania”. Em termos metodológicos, empreende-se uma análise teórica de cunho materialista histórico-dialética com o fito de realizar uma discussão epistemológica da geografia (política) escolar.

Bibliografia:

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Ciências Humanas. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2000.

CARLOS, A. F. A. A condição espacial. Rio de Janeiro: Contexto. 2015.

CAVALCANTI, L. S. Geografia, escola e construção de conceitos. Campinas (SP): Papyrus, 1998.

GOLDMAN, Lucien. A reificação das relações sociais. In FORACCHI, Maria Mencarini; MARTINS, José de Souza. Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p. 137-146.

HARVEY, D. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo. 2016.

Quando a sala de aula encontra a cidade: possibilidades para o ensino de geografia na tri fronteira

Marcos Bohrer
Nestor André Kaercher

O presente trabalho busca analisar as possibilidades de ensino de Geografia a partir da fronteira, bem como perceber a relação dos alunos com o patrimônio histórico e geográfico dos municípios da Tri Fronteira (Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC e Bernardo de Irigoyen-MNS-AR). Hoje, cada vez mais, a escola se distancia das relações sócio espaciais, estando pautada em uma prática conteudista, teórica e pouco prática. Especialmente a partir do processo de Globalização, surgido na década de 1980, que possibilitou o alcance para todas as coordenadas do tempo e espaço geográfico, materializado através das corporações e das empresas transnacionais, a Geografia passa a se preocupar a entender as ações desses novos agentes no espaço geográfico. Inicia-se a uma fase dicotômica da Geografia: Global X Local. Dessa forma, a ciência geográfica passa a pautar muito mais com a escala Global, buscando entender suas implicações. Nas aulas de Geografia não é diferente. Estudamos e entendemos tudo a partir do global. Com isso, a escala local, essa que ocorre aqui, a partir de ações que estão ao nosso lado, passam a ser negligenciadas.

Quando escutamos termo “fronteira”, especialmente entre dois países latinos, logo associamos a um estereotipo negativo: contrabando, descaminho, violência, sujeita, pobreza. Ver a fronteira como complexidade é abandonar a rotulação de “isso é bom” e isso é “ruim”. Ela só é uma fronteira, oriunda de um continuum urbano formado por três cidades e dois países, porque tem tudo isso e tudo aquilo, e é papel do professor e da escola combater a visão da exclusão daquilo que não gostamos e não entendemos.

[...] o ensino de Geografia tem a função de lidar com a espacialidade e com o conhecimento geográfico de cada um para provocar neles alterações no sentido de uma ampliação. Isso é possível pela reflexão e pelo exercício de abstração propiciado com o tratamento de conhecimentos científicos. (CAVALCANTI, 1998, p. 135).

Esse processo exige um repensar sobre o fazer pedagógico do professor, tornando cada vez mais o ensino de Geografia uma formação humana e o conhecimento como uma produção coletiva entre estudantes e professores. Desta forma olhar para a cidade e seu patrimônio histórico e geográfico é entendê-la como um livro aberto onde o docente pode mergulhar com seus alunos.

A proposta de trabalho iniciou com uma revisão bibliográfica e análise documental da região. Nesta etapa buscou-se conhecer um pouco mais da Tri Fronteira bem como os pontos que demonstram potencial para o ensino de Geografia. Logo após serem elencados os pontos a serem explorados, nos reunimos com um grupo de quatro alunos voluntários para realizar a saída de campo, buscando conhecer os pontos e coletar as coordenadas geográficas para a produção da cartografia.

sair da lógica estrita da disciplina teórica, que pressupõe a aprendizagem circunscrita à apresentação da teoria mais recente da pesquisa científica; superar a lógica do professor que sabe tudo e do aluno que vai “absorver” o conteúdo; buscar uma aprendizagem contextualizada [...] (CAVALCANTI, 2012, p. 105).

Nesse cenário, o trabalho de campo, surge como uma proposta que pode articular as disciplinas humanas, criando um elo fundamental para a educação básica. Assim, muito mais que transmitir conhecimento, o professor passa a pensar em projetos de intervenção na realidade educativa. Os agentes envolvidos nos processo – professor e alunos - deve estar, ao longo de sua formação, voltados para as necessidades e possibilidade de entender e vivenciar a sociedade. É a geografia que entre pelos pés, possibilitando uma assimilação das distintas possibilidades que a fronteira nos proporciona em termos de conhecimento.

Após a elaboração da cartografia os alunos iniciaram a construção de uma cartilha na qual colocaram um foto de cada um dos pontos e uma pequena descrição dele, buscando sempre fazer uma relação com os conteúdos formais da disciplina de Geografia. Foi justamente nesse momento que podemos perceber a integração dos alunos com o patrimônio histórico e geográfico, bem como as relações possíveis com o conteúdo.

Para o ensino básico, acreditamos que o campo pode servir como um estímulo para a aprendizagem pois nele o aluno assume o papel de sujeito da construção do conhecimento. Sendo assim, o trabalho de campo acaba sendo imprescindível, especialmente na área das Ciências Humanas, uma vez que o estudante quebre a rotina e interage de maneira ativa no processo de aprendizagem, buscando relacionar o conteúdo forma com o espaço o qual habita.

Bibliografia:

CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas, SP: Papiros, 2012.

HESSE, Hermann. O lobo da estepe. Tradução de Ivo Barroso. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

KAERCHER, Nestor André. Se a Geografia escolar é um pastel de vento o gato come a Geografia Crítica. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

MORIN, Edgar. Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação. Tradução de

Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad: Eloá Jacobina. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Refugiados: a importância de seu estudo no ensino

Danilo da Rocha Barbalho
João Pedro Neuhaus
Guilherme Hartmut

Pensar o estudo na geografia política na prática escolar é um desafio cotidiano para que os professores busquem promover uma aprendizagem que consiga desenvolver no estudante a leitura do espaço geográfico em escala global na compreensão também do local. Desta maneira, as atividades didáticas devem ser organizadas para estruturar a aula trazendo os conceitos e conteúdos pertinentes aos temas relevantes como refugiados, xenofobia, questões territoriais dentre outros. Segundo Braga e Karol (2015) a ideia da invisibilidade desse tema diante do ensino, promove a importância da totalidade das relações sociais em um mundo que está cada vez mais globalizado, mas ao mesmo tempo, cada vez mais fragmentado, visto os crescentes “discursos de ódio” acerca do refugiado, construindo a imagem de inimigo sobretudo os de religião islâmica. Desta forma, entender categorias como Estado e Território são necessárias para abranger a temática sobre os refugiados, na qual Jubilut (2007) destaca o ponto de vista da aplicação jurídica sendo debatida com base em alguns textos voltados à migração, ao refúgio e, ao asilo, assim como na questão mundial histórica. Destarte, também entendendo como Brasil se comporta diante de tais situações que tornam esse tema um grande fardo dos deslocamentos da nossa época, como destacam Araújo e Almeida (2001) para que possamos ter o contexto tanto jurídico e político como histórico, contexto histórico que traz temas voltados a movimentos de fuga por perseguições que são realidades no mundo a muito tempo, mas que só começam a abranger maior preocupação por volta da Segunda Grande Guerra. Cabe aos professores de Geografia, construir esse conceito com o aluno, além de propor debates em sala sobre como os estereótipos estabelecidos diante desses que encaram esse problema social são usados como estratégia por grupos políticos, para muitas vezes ferir os direitos humano, em uma estratégia que busca criar cada vez mais espaços fragmentados e espaços, fazendo com que se crie juízos de valor com base em princípios arbitrários. Assim, criam-se vidas que tem mais e que tem menos valor em meio a sociedade, o que Agamben (2010) vai definir como o Homo Sacer, aquele que perde todos os seus direitos tanto no âmbito jurídico quanto social. Sendo assim, o objetivo desse texto é apresentar a análise de uma atividade didática sobre o Tema Refugiado, para desconstruir o conceito em si, bem como as imagens estereotipadas e a estruturação dos territoriais atualmente, desenvolvida numa turma de 9º ano do ensino fundamental na Escola Frederico Ozanam no bairro de Ipiiba-SG, pelos bolsistas e pelo professor supervisor do Subprojeto Geografia PIBID-UERJ-FFP o qual trabalha com a metodologia da pesquisa-ação, a partir da ação entre o sujeito (estudantes) na construção do conhecimento. A discussão sobre a geografia política e ensino é importante, pois esta torna possível compreender as dinâmicas e os fenômenos mundiais, como também as relações entre poder e território em suas diferentes escalas de análises. Buscamos nesse trabalho refletir junto aos estudantes temas contemporâneos, tendo a ideia de geografia como ciência dinâmica, para que

então se entenda o conceito de refugiado e a sua relevância para o ensino de temáticas mundiais, e também, relacionadas a população, partindo com base e com o princípio da visão de Cavalcanti (2005) a respeito da construção dos conceitos, mediando assim na importância de construir conceitos, a partir do conhecimento prévio do estudante e a articulação com a sua realidade. Desta maneira, a construção metodológica por meio da atividade didática de aprendizagem, deve permitir que o estudante aprenda sobre um determinado tema, conceito ou conteúdo, para assim, ler e interpretar os fenômenos em escalas de análises geográficas (SACRAMENTO, 2017). Destarte, para elaboração da temática dos Refugiados dentro da sala de aula, é preciso fazer primeiramente sua contextualização, para que o aluno entenda os conceitos e conteúdos, e que assim relacione esses com sua vivência, mesmo os que a priori se mostrem distantes. A atividade junto aos alunos tem por base uma iniciação a respeito de temas contemporâneos, voltados a dinâmicas políticas, para que eles consigam entender a formulação de diversos textos dos alunos, sobre como eram suas percepções a respeito do tema, e como essas temáticas evoluem após a aula aplicada e após a discussão proposta a respeito do tema, trabalhando o Refúgio não apenas em apresentar números, mas demonstrando quem são essas pessoas, com auxílio de vídeos como o “A maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial” da ONU Brasil. Como o resultado final desta atividade didática, os estudantes tiveram que construir os textos a respeito do que entenderam sobre o tema, e quais resultados e mudanças foram possíveis com as práticas em sala de aula.

Bibliografia:

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. Cad. CEDES, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, 2005.

KAROL, Eduardo; BRAGA, Jorge Luiz Raposo. Os Refugiados, o ensino de geografia e o tema da população. In: SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos; ANTUNES, Charles da França; FILHO, Manoel Martins de Santana. (Org). Ensino de geografia: produção do espaço e processos formativos. 1ªed. Rio de Janeiro: Consequência/FAPERJ, 2015, p. 241-263.

JUBILUT, Liliana Lyra. O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. São Paulo. Método, 2007.

SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos. O estudo da cidade e do cidadão: a classe como intervenção didática para ensinar Geografia. Revista Geográfica de América Central, [S.l.], v. 1, n. 58, p. 101 - 123, 2017.